



Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

Edição Nº 1993

Quarta-feira - 11 de Maio de 2016

Florianópolis/SC

Sumário

Municípios

Água Doce.....	2	Governador Celso Ramos.....	158	Penha.....	440
Anchieta.....	4	Guaramirim.....	159	Peritiba.....	443
Antônio Carlos.....	5	Guarujá do Sul.....	162	Pinheiro Preto.....	445
Arabutã.....	7	Herval d'Oeste.....	163	Planalto Alegre.....	457
Ascurra.....	14	Ilhota.....	166	Ponte Serrada.....	460
Balneário Piçarras.....	16	Imarui.....	169	Porto União.....	462
Balneário Rincão.....	17	Imbituba.....	199	Presidente Nereu.....	463
Barra Bonita.....	18	Indaial.....	200	Rio do Sul.....	471
Bela Vista do Toldo.....	19	Ipumirim.....	202	Rio Fortuna.....	479
Biguaçu.....	22	Irineópolis.....	203	Romelândia.....	480
Bom Jesus do Oeste.....	25	Itaiópolis.....	208	Santa Terezinha do Progresso.....	481
Bom Retiro.....	32	Itapema.....	209	São Bento do Sul.....	483
Botuvera.....	33	Itapiranga.....	210	São Domingos.....	497
Braço do Trombudo.....	34	Itapoá.....	223	São João do Oeste.....	502
Brusque.....	36	Ituporanga.....	241	São João do Sul.....	503
Caçador.....	48	Jacinto Machado.....	262	São Joaquim.....	504
Camboriú.....	49	Jaraguá do Sul.....	271	São José.....	508
Campo Alegre.....	50	Joaçaba.....	275	São José do Cedro.....	513
Campo Erê.....	65	Lacerdópolis.....	284	São Lourenço do Oeste.....	520
Campos Novos.....	66	Lages.....	285	São Miguel do Oeste.....	522
Canelinha.....	77	Laguna.....	287	Schroeder.....	524
Canoinhas.....	78	Lauro Muller.....	288	Serra Alta.....	538
Capinzal.....	89	Lebon Regis.....	308	Sombrio.....	546
Catanduvas.....	91	Leoberto Leal.....	309	Sul Brasil.....	570
Celso Ramos.....	92	Lindóia do Sul.....	344	Tigrinhos.....	573
Chapadão do Lageado.....	93	Luzerna.....	372	Timbé do Sul.....	607
Chapecó.....	117	Macieira.....	381	Timbó.....	632
Cocal do Sul.....	120	Mafrá.....	382	Timbó Grande.....	635
Concórdia.....	124	Maravilha.....	383	Três Barras.....	636
Cordilheira Alta.....	125	Marema.....	385	Treze Tilias.....	638
Coronel Martins.....	127	Meleiro.....	390	Trombudo Central.....	639
Corupá.....	129	Modelo.....	393	Tunápolis.....	640
Dionísio Cerqueira.....	130	Mondaí.....	396	Turvo.....	641
Doutor Pedrinho.....	133	Morro da Fumaça.....	397	União do Oeste.....	642
Ermo.....	134	Navegantes.....	407	Urussanga.....	658
Faxinal dos Guedes.....	137	Nova Trento.....	410	Vidal Ramos.....	659
Flor do Sertão.....	138	Novo Horizonte.....	428	Videira.....	660
Forquilha.....	140	Palhoça.....	435	Vitor Meireles.....	666
Fraiburgo.....	142	Palmitos.....	437	Xanxerê.....	669
Garopaba.....	149	Papanduva.....	438	Xavantina.....	672
Gaspar.....	150	Paulo Lopes.....	439	Xaxim.....	673

Associações

AMMVI.....	681
------------	-----

Consórcios

ARIS.....	682	CIMVI.....	684	CPIMMOC.....	686
CIGA.....	684	CIS Nordeste.....	685		
CIMCATARINA.....	684	CIS/AMMVI.....	685		

CIGA - Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

Rua Gen. Liberato Bittencourt, n.º 1885 - Sala 1307, Estreito - CEP 88070-800 - Florianópolis / SC

<http://diariomunicipal.sc.gov.br>

Atendimento: Fone/Fax (48) 3221 8800

diagramador@diariomunicipal.sc.gov.br

Água Doce

PREFEITURA

CONTRATO Nº 56/2016

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 56/2016 DE 09/05/2016

CONTRATANTE Prefeitura Municipal de Água Doce, com sede na Praça João Macagnan, nº322, na cidade de Água Doce, CEP 89654-000, inscrita no CNPJ nº. 82.939.398/0001-90, neste ato representada pelo prefeito(a) Novelli Sganzerla, brasileiro, casado, portador da Carteira de Identidade nº. 2.632.418, inscrito no CPF sob o nº. 160.789.509-91 doravante denominado CONTRATANTE.

CONTRATADA Empresa Espaço Urbano – Consultoria e Planejamento Ltda/ EPP, CNPJ 04.986.007/0001-85, localizada à Rua Francisco Lindner nº 196, Centro, na cidade de Joaçaba, estado de Santa Catarina. Neste ato representada pela sua sócia gerente Fátima Maria Ferreira Franz, brasileira, viúva, portadora da Carteira de Identidade nº 11/R 1887776, inscrita no CPF sob nº 297.282.400-82, doravante denominada CONTRATADA.

As partes acima identificadas têm entre si, justas e acertadas o presente Contrato de Prestação de Serviços profissionais de Urbanismo e Planejamento Urbano, que se regerá pelas cláusulas seguintes e pelas condições descritas no presente.

Clausula Primeira – DO OBJETO DO CONTRATO

1.1 O objeto do presente contrato é a contratação de empresa especializada para Consultoria na realização da 6ª Conferência das Cidades do Município de Água Doce envolvendo todo território municipal, compreendendo: acompanhamento, elaboração de dinâmicas, material e palestra sobre o Tema “A Função Social da Cidade e da Propriedade”, considerando o Decreto Federal nº 5.790 de 25 de maio de 2006, e Resolução Normativa nº 19, de 25 de Maio de 2015, do Conselho Nacional das Cidades e a Portaria Nº 024, de 29 de Outubro de 2015 da Secretaria de Estado do Planejamento.

Clausula Segunda – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

2.1 É de responsabilidades da CONTRATANTE:

- 2.1.1 Formação da Comissão Preparatória;
- 2.1.2 Responsável pela Mobilização e Articulação da 6ª Conferência Municipal;
- 2.1.3. Responsável pela Infraestrutura e Logística da 6ª Conferência Municipal;
- 2.1.4. Responsável pela alimentação das informações no Sítio Eletrônico da Ministério das Cidades e informações ao Conselho Estadual das Cidades

Clausula Terceira – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

3.1 É de responsabilidade da CONTRATADA:

- 3.1.1 Elaborar o Regimento da 6ª Conferência contendo critérios de participação, eleição de delegados para a etapa estadual, respeitadas as definições deste regimento estadual, bem como a proporcionalidade de distribuição dos segmentos, conforme art. 21º.
- 3.1.2 Proferir palestra sobre o tema da 6ª Conferência: A Função Social da Cidade e da Propriedade.
- 3.1.3 Comandar toda Conferência, com dinâmicas de grupo, respeitando as orientações e os temas/ perguntas da Estadual e Federal.
- 3.1.4 Elaborar o relatório final da Conferência, conforme modelo do Ministério das Cidades e entregar à Comissão Preparatória em

meio digital.

3.1.5 Disponibilizar material como: material de dinâmica, lista de presença, material para escolha de delegados, canetas e todo material necessário ao bom andamento da Conferência.

Clausula Quarta – DOS VALORES

4.1 Pela prestação de serviços especificados na clausula primeira deste contrato, o CONTRATANTE remunerará a CONTRATADA em um único pagamento, mediante apresentação de Nota Fiscal.

4.2 Os trabalhos que não estejam contemplados no escopo desse contrato e, que sejam realizados pela CONTRATADA, por solicitação do CONTRATANTE, deverão ser remuneradas, por valores a serem acordados entre as partes, nos prazos e na forma estabelecida em novo aditivo a esse contrato;

4.3 Os valores pactuados e especificados no orçamento são de R\$ 3.000,00 (três mil reais).

4.4 Dotação Orçamentária:

17 – SECRETARIA DE URBANISMO

01 – DEPARTAMENTO DE URBANISMO

2.046 – Manutenção do Departamento de Urbanismo

3.3.90.00.00.00.00.00 00.01.0000/151 – Aplicações Diretas

Clausula Quinta – DO PRAZO DE PAGAMENTO

5.1 O pagamento deverá ser realizado após entrega do relatório final e emissão de Nota Fiscal.

5.2 O inadimplemento ou o atraso no pagamento da remuneração devido à CONTRATADA, implicará ao CONTRATANTE a obrigação de suportar, além do valor principal devido e corrigido monetariamente, juros de mora 1% a.m. e multa de 2% sobre o valor principal atualizado;

5.3 O CONTRATANTE se exime dos encargos descrito no item 4.1 e 4.3 do a inadimplência ou mora se der em virtude dos atrasos da CONTRATADA na entrega das etapas descritos, salvo que os atrasos resultarem das alterações solicitadas pelo CONTRATANTE.

O presente instrumento contratual, será válido à partir da data de sua assinatura pelo prazo de 02 meses.

Clausula sexta – O PRAZO DE ENTREGA

6.1 O prazo de entrega do relatório final da 6ª Conferência será de 10(dez) dias a contar da data da realização da Conferência e aprovação dos termos do presente contrato e a respectiva assinatura, por parte do CONTRATANTE;

Clausula Sétima – PRAZO DE VALIDADE

7.1 O presente instrumento contratual, será valido a partir da data de assinatura pelo prazo de 02 meses.

Clausula Oitava – DA RESCISÃO

8.1 Qualquer das partes poderá rescindir o presente contrato, desde que, avise a outra com antecedência\ mínima de no máximo 10 dias e, ainda, cumpra com o pactuado na clausula quarta, em seus itens 4.1, 4.2 e 4.3;

8.2 À parte que infringir quaisquer das cláusulas e condições aqui ajustadas, dará direito a parte adversa de considerar rescindido de pleno direito o presente contrato, independente de aviso ou notificação, sem prejuízo de perdas e danos.

Clausula Nona – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- 9.1 O CONTRATANTE, desde já autoriza a CONTRATADA a fotografar durante a 6ª Conferência;
- 9.2 A CONTRATADA, em conformidade com as normas éticas de sua profissão, manterá sigilo absoluto das informações que lhe foram transmitidas pelo CONTRATANTE;
- 9.3 As partes poderão celebrar adiantamentos e este instrumento para ajustar situações novas e, ou, não previstas no contrato;
- 9.4 Aos casos não previstos nesse contrato, aplicam-se subsidiariamente as disposições do Código Civil Brasileiro.

Clausula Décima – DO FORO DA ELEIÇÃO

10.1 As partes elegem o foro da Comarca de Joaçaba – SC, sede da CONTRATANTE, para dirimir quaisquer questões decorrentes desde contrato, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem justos e contratados, firmam presente instrumento em duas vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas, que igualmente firmam o presente.

Água Doce, SC, 09 de maio de 2016

NOVELLI SGANZERLA	ARQ. FÁTIMA FERREIRA FRANZ
Prefeito Municipal	Sócia Administrativa Espaço Urbano
CPF: 160.789.509-91	CPF: 297.282.400-82

TESTEMUNHAS:

CRISTIANO SAVARIS DA SILVA	JUCIANA SOUZA DE ARAUJO SOARES
CPF 005.614.419-95	CPF 016.393.309-09

Anchieta

PREFEITURA

EXTRATO AVISO PREGÃO PREF - 020_2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA

AVISO LICITAÇÃO – Pregão Presencial 020/2016

O Prefeito Municipal de Anchieta, Estado de Santa Catarina, torna público, de acordo com as Leis 10.520/02, 8.666/93 8.883/94, Decreto 160/13 e posteriores alterações, que fará realizar Licitação na modalidade Pregão Presencial, do tipo Menor Preço por Item, exclusivo para microempresas e empresas de pequeno porte nos termos do artigo 48 da Lei Complementar 147 de 07/08/2014, para Registro de Preço visando a Aquisição de materiais elétricos, para manutenção e conservação e substituição no sistema de iluminação pública do município de Anchieta-SC, pelo período de até 12 (doze) meses após a data da homologação. A documentação para habilitação e propostas será recebida na Sala de Licitações até às 09:00 horas do dia 24/05/2016. Informações fone (0xx49)3653-3200. Os interessados poderão adquirir cópia integral do Edital no Setor de licitações, na Av. Anchieta, 838, em Anchieta, horário das 07:45 às 11:45 e das 13:30 às 17:30, de Segunda à Sexta – feira.

Anchieta, 10 de MAIO de 2016.

Ari Prestes de Oliveira - Prefeito Municipal

EXTRATO AVISO PREGÃO PREF - 021_2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA

AVISO LICITAÇÃO – Pregão Presencial 021/2016

O Prefeito Municipal de Anchieta, Estado de Santa Catarina, torna público, de acordo com as Leis 10.520/02, 8.666/93 8.883/94, Decreto 160/13 e posteriores alterações, que fará realizar Licitação na modalidade Pregão Presencial, do tipo Menor Preço por Item, para o Registro de Preço visando "contratação de empresa prestadora de serviços para executar a mão de obra na manutenção da iluminação pública do município de Anchieta, sendo esta necessária devida aos danos que acontecem devido ao tempo e condições de uso", pelo período de até 12 (doze) meses após a data da homologação. A documentação para habilitação e propostas será recebida na Sala de Licitações até às 14:00 horas do dia 24/05/2016. Informações fone (0xx49)3653-3200. Os interessados poderão adquirir cópia integral do Edital no Setor de licitações, na Av. Anchieta, 838, em Anchieta, horário das 07:45 às 11:45 e das 13:30 às 17:30, de Segunda à Sexta – feira.

Anchieta, 10 de maio de 2016.

Ari Prestes de Oliveira - Prefeito Municipal

EXTRATO AVISO TP 001-2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA

AVISO LICITAÇÃO – Tomada de Preços 001/2016

O Prefeito Municipal de Anchieta, Estado de Santa Catarina, torna público, de acordo com as Leis 10.520/02, 8.666/93 8.883/94 e posteriores alterações, que fará realizar Licitação na modalidade Tomada de Preços, do tipo Menor Preço Global para Contratação de empresa para execução de obras e serviços de engenharia, em regime de empreitada global, com fornecimento de material e equipamentos necessário para "Reperfilagem Asfáltica, com área total de 2.190m²" na Rua Padre Roque, no Município de Anchieta/SC, conforme Programa de Transferência 2016.005375 que celebram o Município de Anchieta e o Estado de Santa Catarina por meio da Agencia de Desenvolvimento Regional de Dionísio Cerqueira/SC. A documentação para habilitação e propostas será recebida na Sala de Licitações até as 08:00 do dia 03/06/2016. Informações fone (0xx49)3653-0188. Os interessados poderão adquirir cópia integral do Edital no Setor de licitações, na Av. Anchieta, 838, em Anchieta, horário das 07:30 às 11:30 e das 13:30 às 17:30, de Segunda à Sexta – Feira.

Anchieta, 10 de maio de 2016.

ARI PRESTES DE OLIVEIRA - Prefeito Municipal

Antônio Carlos**PREFEITURA****CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 02/2016**

Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Antônio Carlos

CHAMAMENTO PÚBLICO Nº. 02/2016
Contratação Temporária de Médico Clínico Geral

Antônio Paulo Remor, Prefeito Municipal de Antônio Carlos/SC, torna público que tem necessidade de contratar por tempo determinado o profissional: (1) Médico Clínico Geral 40 Horas e (2) Médico Clínico Geral 20 Horas, tudo conforme quadro abaixo. Os interessados deverão se apresentar à Secretária de Saúde e Assistência Social, desta municipalidade, sito a Rua 6 de Novembro, 186, Centro, Antônio Carlos/SC, impreterivelmente na data de 16/05/2016 (segunda-feira), das 07:30h às 17:00h, aos cuidados da Secretária Municipal Margarida Luzia Schmitz Kretzer, munidos dos seguintes documentos: carteira de identidade; carteira de trabalho e documentos exigidos para critério de seleção.

Cargos	Vagas	Formação/Exigência	Período de Trabalho	Carga Horária	Local de Trabalho	Remuneração	Prazo	Vínculo
Médico Clínico Geral 20 Horas	01	Conclusão de curso de graduação em Medicina, com diploma registrado no MEC ou Instituição autorizada por Lei e registro no Órgão Fiscalizador da Classe.	Noturno	20h	Posto de Saúde do Município	R\$ 6.428,09 (valor bruto, não incluso vale-alimentação)	02 meses	Contrato temporário
Médico Clínico Geral 40 Horas	01	Conclusão de curso de graduação em Medicina, com diploma registrado no MEC ou Instituição autorizada por Lei e registro no Órgão Fiscalizador da Classe.	Diurno	40h	Posto de Saúde do Município	R\$ 12.856,06 (valor bruto, não incluso vale-alimentação)	02 meses	Contrato temporário

CRITÉRIOS A SEREM SEGUIDOS PARA A SELEÇÃO:

Função: Médico Clínico Geral 40 Horas e 20 Horas:

- 1) Títulos; Critério para apuração dos pontos:
 - a) Doutorado – 4 Pontos
 - b) Mestrado – 3 Pontos
 - c) Pós-Graduação – 2 Pontos
 - d) Conclusão Curso Superior – 1 Ponto
- 2) Maior tempo de experiência comprovada de atuação na área;
- 3) Idade;
- 4) Sorteio.

· Os interessados devem apresentar a documentação no dia do chamamento que comprovem os itens citados nos critérios para seleção.

Antônio Carlos, 10 de maio de 2016.
Antônio Paulo Remor
Prefeito Municipal

CÂMARA MUNICIPAL**TERMO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO 004-2016**

TERMO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO 004/2016

OBJETO: Contratação de Empresa especializada para configuração e auxílio de informações no E-Sfinge ao TCE, configuração e auxílio nas atividades de planejamento PPA, LDO, LOA, contabilidade, SICONFI, SIOPS, LRF, Compras e Folha de Pagamento..

CONTRATADO: INFO PUBLIS INFORMÁTICA E ASSES. EM SIST. DE INFORMAÇÃO E PROCES. DE DADOS LTDA ME.

VALOR: R\$ 650,00 (seiscentos e cinquenta reais). mensal

DATA: 02/05/2016

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 3.3.90.00.00.00.00.00

JUSTIFICATIVA: Em virtude da Licença para tratamento de saúde da Contadora da Câmara e os prazos legais para apresentação do E-s-finge junto ao Tribunal de Contas do Estado. Optou-se por Dispensa de Licitação, de acordo com o art. 24, II da Lei 8.666/93, sendo que a empresa contratada apresentou todas as certidões negativas no prazo de validade, bem como a Câmara Municipal apresentou 03 (três) orçamentos. O valor do objeto contratado encontra-se dentro do praticado no mercado.

Antônio Carlos, 05 de maio de 2016.

ELIZIÁRIO JOSÉ SCHMITT

Presidente Câmara Municipal

Arabutã

PREFEITURA

DECRETO Nº. 1873/2016

DECRETO Nº 1873, DE 02 MAIO DE 2016

Abre crédito adicional suplementar por conta do excesso de arrecadação no valor de R\$ 28.091,35.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ARABUTÃ, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e nos termos inciso II do art. 31 da Lei 836, de 16 de outubro de 2015, que dispõe sobre as Diretrizes para a elaboração da Lei Orçamentária de 2016 – LDO e dá outras providências e com a alínea “a” do inciso IV do art. 4º da Lei Municipal nº 845, de 21 de dezembro de 2015, que estima a Receita e Fixa a Despesa, da Administração Direta e Descentralizada, do Município de Arabutã, para o exercício de 2016, e dá outras providências – LOA, combinado com o inciso II, § 1º do art. 43 da Lei Federal 4.320/64.

DECRETA

Art. 1º Fica aberto o seguinte crédito adicional suplementar:

Órgão:										16	SECRETARIA MUN. DE INFRAESTRUTURA E URBANISMO										
Unidade:										1	Diretoria de Infraestrutura e Urbanismo										
Projeto Atividade:										1028	Obras de Pavimentação e Infraestrutura Urbana - Mobilidade										
Modalidade:										165	44900000000000					Aplicações Diretas					28.091,35
											01.0836										
									TOTAL R\$										28.091,35		

Art. 2º O crédito adicional suplementar constante do art. 1º deste Decreto será aberto por conta do excesso de arrecadação:

Fonte Financiadora: Excesso de Arrecadação

Descrição da Fonte: 01.0836 – Ministério de Integração Nacional – Defesa Civil 28.091,35

TOTALR\$ 28.091,35

Art. 3º O presente Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Arabutã/SC, 02 de maio de 2016.

Jackson Luiz Patzlaff

Prefeito Municipal

Registra-se e Publica-se

Em 02 de maio de 2016

Greici Fernanda Sonntag

Responsável pela publicação

DECRETO Nº. 1874/2016

DECRETO Nº 1874, DE 02 MAIO DE 2016

Abre crédito adicional suplementar por conta do excesso de arrecadação no valor de R\$ 101.840,03.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ARABUTÃ, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e nos termos inciso II do art. 31 da Lei 836, de 16 de outubro de 2015, que dispõe sobre as Diretrizes para a elaboração da Lei Orçamentária de 2016 – LDO e dá outras providências e com a alínea “a” do inciso IV do art. 4º da Lei Municipal nº 845, de 21 de dezembro de 2015, que estima a Receita e Fixa a Despesa, da Administração Direta e Descentralizada, do Município de Arabutã, para o exercício de 2016, e dá outras providências – LOA, combinado com o inciso II, § 1º do art. 43 da Lei Federal 4.320/64.

DECRETA

Art. 1º Fica aberto o seguinte crédito adicional suplementar:

Órgão:		13	SECRETARIA MUN. DE EDUCAÇÃO E CULTURA						
Unidade:		02	Diretoria de Cultura						
Projeto Atividade:		2.109	Reforma, Adequação e Manutenção Museu Municipal						
Modalidade:		176	44900000000000		Aplicações Diretas	101.840,03			
			01.0841						
							TOTAL	R\$	101.840,03

Art. 2º O crédito adicional suplementar constante do art. 1º deste Decreto será aberto por conta do excesso de arrecadação:



Fonte Financiadora: Excesso de Arrecadação
Descrição da Fonte: 01.0841 – MPSC/FRBL Convênio 02/2016 101.840,03
TOTALR\$ 101.840,03

Art. 3º O presente Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Arabutã/SC, 02 de maio de 2016.
Jackson Luiz Patzlaff
Prefeito Municipal

Registra-se e Publica-se
Em 02 de maio de 2016

Greici Fernanda Sonntag
Responsável pela publicação

DECRETO Nº. 1876/2016

DECRETO Nº 1873, DE 05 DE MAIO DE 2016

Autoriza firmar Termo de Cooperação Financeira com a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE de Concórdia/SC e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL, do Município de Arabutã, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e nos termos estabelecidos no artigo 26 da lei complementar nº 101/2000 - LRF e Lei nº 764, de 13 de dezembro de 2013, que disciplina a concessão de recursos a título de subvenções, auxílios e contribuições, pelos órgãos ou entidades da administração pública municipal direta e indireta, que tenham como objeto a execução descentralizada de programas de governo e ações e dá outras providências,

DECRETA

Art. 1º Fica aprovado o Termo de Cooperação Financeira com Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE de Concórdia/SC, pessoa jurídica de direito privada, sem fins lucrativos, com sede na Rua Anita Garibaldi, 1298 - Bairro Vista Alegre na Cidade Município de Concórdia, inscrita no CNPJ sob o nº 83.076.232/0001-50, no valor de R\$ 4.316,64 a serem pagas em 6 (seis) parcelas conforme Plano de Aplicação constante do Anexo II do presente Decreto, relativo ao projeto atividade 2.051 - Educação de Portadores de Necessidades Especiais, da modalidade 3.3.50.00.00.00.00.00.01.0190.000000 - Transferência a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos, do orçamento vigente, que tem por objeto a Conjuração de esforços para atendimento de portadores de necessidades especiais do Município de Arabutã e de acordo com Plano de Aplicação acima mencionado.

Art. 2º A celebração do Termo de Convênio previsto no artigo 1º do presente Decreto, sua execução e respectiva prestação obedecerão as normas estabelecidas na Lei nº 764, de 13 de dezembro de 2013, Instrução Normativa N.TC-14/2012, de 13 de junho de 2012 – TCE/SC e Instrução Normativa nº IN-SCI 01/2014, de 06 de janeiro de 2014, do Sistema de Controle Interno do Município de Arabutã, Estado de Santa Catarina.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação

Arabutã/SC, 05 de maio de 2016
Jackson Luiz Patzlaff
Prefeito Municipal
Registra-se e Publica-se
Em, 05 de maio de 2015

Greici Fernanda Sonntag
Responsável Pelas Publicações

DECRETO Nº. 1877/2016

DECRETO Nº 1874, DE 05 DE MAIO 2016

Aprova Termo de Cooperação Financeira com Associação de Pais e Professores – APP da Escola de Educação Infantil e Creche Municipal de Arabutã e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL, do Município de Arabutã, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e nos termos estabelecidos no artigo 26 da lei complementar nº 101/2000 - LRF e Lei nº 764, de 13 de dezembro de 2013, que disciplina a concessão de recursos a título de subvenções, auxílios e contribuições, pelos órgãos ou entidades da administração pública municipal direta e indireta, que tenham como objeto a execução descentralizada de programas de governo e ações e dá outras providências,

DECRETA

Art. 1º Fica aprovado o Termo de Cooperação Financeira com Associação de Pais e Professores - APP Associação de Pais e Professores – da Escola de Educação Infantil e Creche Municipal de Arabutã, pessoa jurídica de direito privada, sem fins lucrativos, com sede na Rua Ver-no Schwingel, 121 - Bairro Nicolau Petry, Município de Arabutã/SC, inscrita no CNPJ 18.936.656/0001-66, no valor de R\$ 2.500,00, a ser

transferido em 01 (uma) parcela conforme Plano de Aplicação em anexo ao presente Decreto, constante do projeto atividade 2.115 - Gestão das Políticas e Ações da Educação Infantil - Creche, da modalidade 3.3.50.00.00.00.00.00.01.0190.000000 - Transferência a Instituições sem Fins Lucrativos, do orçamento vigente, que tem por objeto a conjugação de esforços para desenvolvimento de atividades de apoio à Escola de Educação Infantil e Creche Municipal e de acordo com Plano de Aplicação acima mencionado.

Art. 2º A celebração do Termo de Convênio previsto no artigo 1º do presente Decreto, sua execução e respectiva prestação obedecerão as normas estabelecidas na Lei nº 764, de 13 de dezembro de 2013, Instrução Normativa N.TC-14/2012, de 13 de junho de 2012 – TCE/SC e Instrução Normativa nº IN-SCI 01/2014, de 06 de janeiro de 2014, do Sistema de Controle Interno do Município de Arabutã, Estado de Santa Catarina.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação

Arabutã/SC, 05 de maio de 2016

Jackson Luiz Patzlaff

Prefeito Municipal

Registra-se e Publica-se.

Em 05 de maio de 2016

Greici Fernanda Sonntag

Responsável pelas Publicações

DECRETO Nº. 1878/2016

DECRETO Nº 1878, 06 DE MAIO DE 2016.

Aprova Termo de Cooperação Financeira com Associação de Pais e Professores - APP do NEM de Nova Estrela e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL, do Município de Arabutã, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e nos termos estabelecidos no artigo 26 da lei complementar nº 101/2000 - LRF e Lei nº 764, de 13 de dezembro de 2013, que disciplina a concessão de recursos a título de subvenções, auxílios e contribuições, pelos órgãos ou entidades da administração pública municipal direta e indireta, que tenham como objeto a execução descentralizada de programas de governo e ações e dá outras providências,

DECRETA

Art. 1º Fica aprovado o Termo de Cooperação Financeira com Associação de Pais e Professores - APP do NEM de Nova Estrela, pessoa jurídica de direito privada, sem fins lucrativos, com sede na Rua do Saber, S/N - Distrito de Nova Estrela, Município de Arabutã/SC, inscrita no CNPJ 03.177.908/0001-63, no valor de R\$ 2.500,00, a ser transferido em 01 (uma) parcela conforme Plano de Aplicação em anexo ao presente Decreto, constante do projeto atividade 2.039 - Gestão das Políticas e Ações do Ensino Fundamental, da modalidade 3.3.50.00.00.00.00.00.00.01.0000.000000 - Transferência a Instituições sem Fins Lucrativos, do orçamento vigente, que tem por objeto a conjugação de esforços para o desenvolvimento de atividades de apoio a APP do NEM de Nova Estrela e de acordo com Plano de Aplicação acima mencionado.

Art. 2º A celebração do Termo de Convênio previsto no artigo 1º do presente Decreto, sua execução e respectiva prestação obedecerão às normas estabelecidas na Lei nº 764, de 13 de dezembro de 2013, Instrução Normativa N.TC-14/2012, de 13 de junho de 2012 – TCE/SC e Instrução Normativa nº IN-SCI 01/2014, de 06 de janeiro de 2014, do Sistema de Controle Interno do Município de Arabutã, Estado de Santa Catarina.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação

Arabutã/SC, 06 de maio de 2016.

Jackson Luiz Patzlaff

Prefeito Municipal

Registra-se e Publica-se.

Em 06 de maio de 2016

Greici Fernanda Sonntag

Responsável pelas Publicações

DECRETO Nº. 1879/2016

DECRETO Nº 1876, DE 05 DE MAIO DE 2016

Aprova Termo de Cooperação Financeira com Associação de Pais e Professores - APP do Grupo Escolar Paulo Freire e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL, do Município de Arabutã, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e nos termos estabelecidos no artigo 26 da lei complementar nº 101/2000 - LRF e Lei nº 764, de 13 de dezembro de 2013, que disciplina a concessão de recursos a título de subvenções, auxílios e contribuições, pelos órgãos ou entidades da administração pública municipal direta e indireta, que tenham como objeto a execução descentralizada de programas de governo e ações e dá outras providências,

DECRETA

Art. 1º Fica aprovado o Termo de Cooperação Financeira com Associação de Pais e Professores - APP do Grupo Escolar Paulo Freire, pessoa jurídica de direito privada, sem fins lucrativos, com sede na Avenida dos Imigrantes, 157 - Bairro Nicolau Petry na Cidade/Município de Arabutã/SC, inscrita no CNPJ 03.177.860.0001-93, no valor de R\$ 2.500,00, a ser transferido em 01 (uma) parcela conforme Plano de Aplicação em anexo ao presente Decreto, constante do projeto atividade 2.039 - Gestão das Políticas e Ações do Ensino Fundamental, da modalidade 3.3.50.00.00.00.00.00.01.0000.000000 - Transferência a Instituições sem Fins Lucrativos do orçamento vigente, que tem por objeto a Conjugação de esforços desenvolvimento de atividades de apoio a APP do Grupo Escolar Paulo Freire e de acordo com Plano de Aplicação acima mencionado.

Art. 2º A celebração do Termo de Convênio previsto no artigo 1º do presente Decreto, sua execução e respectiva prestação obedecerão as normas estabelecidas na Lei nº 764, de 13 de dezembro de 2013, Instrução Normativa N.TC-14/2012, de 13 de junho de 2012 – TCE/SC e Instrução Normativa nº IN-SCI 01/2014, de 06 de janeiro de 2014, do Sistema de Controle Interno do Município de Arabutã, Estado de Santa Catarina.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação

Arabutã/SC, 05 de maio de 2016

Jackson Luiz Patzlaff

Prefeito Municipal

Registra-se e Publica-se.

Em 05 de maio de 2016

Greici Fernanda Sonntag

Responsável Pelas Publicações

DECRETO Nº. 1880/2016

DECRETO Nº 1877, DE 05 DE MAIO DE 2016

Aprova Termo de Cooperação Financeira com Associação de Pais e Professores - APP da Pré Escola Cinderela e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL, do Município de Arabutã, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e nos termos estabelecidos no artigo 26 da lei complementar nº 101/2000 - LRF e Lei nº 764, de 13 de dezembro de 2013, que disciplina a concessão de recursos a título de subvenções, auxílios e contribuições, pelos órgãos ou entidades da administração pública municipal direta e indireta, que tenham como objeto a execução descentralizada de programas de governo e ações e dá outras providências,

DECRETA

Art. 1º Fica aprovado o Termo de Cooperação Financeira com Associação de Pais e Professores - APP da Pré Escola Cinderela, pessoa jurídica de direito privada, sem fins lucrativos, com sede na Avenida dos Imigrantes, 139 - Bairro Nicolau Petry na Cidade/Município de Arabutã/SC, inscrita no CNPJ 04.175.392/0001-80, no valor de R\$ 2.500,00, a ser transferido em 01 (uma) parcela conforme Plano de Aplicação em anexo ao presente Decreto, constante do projeto atividade 2.113 - Gestão das Políticas e Ações da Educação Infantil - Pré Escola, da modalidade 3.3.50.00.00.00.00.00.01.0190.000000 - Transferência a Instituições sem Fins Lucrativos, do orçamento vigente, que tem por objeto a Conjugação de esforços desenvolvimento de atividades de apoio a Pré Escola Cinderela e de acordo com Plano de Aplicação acima mencionado.

Art. 2º A celebração do Termo de Convênio previsto no artigo 1º do presente Decreto, sua execução e respectiva prestação obedecerão as normas estabelecidas na Lei nº 764, de 13 de dezembro de 2013, Instrução Normativa N.TC-14/2012, de 13 de junho de 2012 – TCE/SC e Instrução Normativa nº IN-SCI 01/2014, de 06 de janeiro de 2014, do Sistema de Controle Interno do Município de Arabutã, Estado de Santa Catarina.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação

Arabutã-SC, 05 de maio de 2016

Jackson Luiz Patzlaff

Prefeito Municipal

Registra-se e Publica-se

Em 05 de maio de 2016

Greici Fernanda Sonntag

Responsável pela publicação

DECRETO Nº. 1881/2016

DECRETO Nº 1881, DE 06 DE MAIO DE 2016

Abre crédito adicional suplementar por conta do provável excesso de arrecadação no valor de R\$ 17.460,04

O PREFEITO MUNICIPAL DE ARABUTÃ, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e nos termos inciso II do art. 31 da Lei 836, de 16 de outubro de 2015, que dispõe sobre as Diretrizes para a elaboração da Lei Orçamentária de 2016 – LDO e dá outras providências e com a alínea "a" do inciso IV do art. 4º da Lei Municipal nº 845, de 21 de dezembro de 2015, que estima a Receita e Fixa a Despesa, da Administração Direta e Descentralizada, do Município de Arabutã, para o exercício de 2016, e dá outras providências – LOA, combinado com o inciso II, § 1º do art. 43 da Lei Federal 4.320/64.

DECRETA

Art. 1º Fica aberto o seguinte crédito adicional suplementar:

Órgão:								13	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA											
Unidade:								2	Diretoria de Cultura											
Projeto Atividade:								2109	Reforma, Adequação e Manutenção Museu Municipal											
Modalidade:								177	44900000000000					Aplicações Diretas					17.460,04	
									10109											
								TOTAL R\$												17.460,04

Art. 2º O crédito adicional suplementar constante do art. 1º deste Decreto será aberto por conta do excesso de arrecadação:

Fonte Financiadora: Provável Excesso de Arrecadação

Descrição da Fonte: 01.0109 – Alienação de Bens não Vinculados 17.460,04

TOTALR\$ 17.460,04

Art. 3º O presente Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Arabutã/SC, 06 de maio de 2016.

Jackson Luiz Patzlaff

Prefeito Municipal

Registra-se e Publica-se

Em 06 de maio de 2016

Greici Fernanda Sonntag

Responsável pela publicação

DECRETO Nº. 1882/2016

DECRETO Nº 1.882, DE 06 DE MAIO DE 2016

Abre crédito suplementar adicional por conta de anulação total de dotação orçamentária no valor de R\$ 4.000,00 e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ARABUTÃ, Estado de Santa Catarina, Estado de Santa Catarina, no exercício do cargo de Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições e nos termos inciso II do art. 31 da Lei 836 de 16 de outubro de 2015, que dispõe sobre as Diretrizes para a Elaboração da Lei Orçamentária de 2016 – LDO e dá outras providências e com a alínea “d” do inciso IV do art. 4º da Lei Municipal nº 845, de 21 de dezembro de 2015, que Estima a Receita e Fixa a Despesa, da Administração Direta e Descentralizada, do Município de Arabutã, para o exercício de 2016, e dá outras providências – LOA, combinado com o inciso III, § 1º do art. 43 da Lei Federal 4.320/64,

DECRETA

Art. 1º Fica aberto o seguinte crédito adicional suplementar:

Órgão:										13	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA										
Unidade:										2	Diretoria de Cultura										
Projeto Atividade:										2109	Reforma, Adequação e Manutenção Museu Municipal										
Modalidade:										91	44900000000000					Aplicações Diretas					4.000,00
											0000										
										TOTAL R\$										4.000,00	

Art. 2º O crédito adicional suplementar constante do art. 1º do presente Decreto será aberto por conta da anulação total da seguinte dotação orçamentária:

Órgão:	13	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA				
Unidade:	2	Diretoria de Cultura				
Projeto Atividade:	2109	Reforma, Adequação e Manutenção Museu Municipal				
Modalidade:	90	33900000000000	Aplicações Diretas		4.000,00	
		0000				
		TOTAL			R\$ 4.000,00	

Art. 3º O presente Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Arabutã/SC, 06 de maio de 2016.

Jackson Luiz Patzlaff

Prefeito Municipal

Registra-se e Publica-se

Em 06 de maio de 2016

Greici Fernanda Sonntag

Responsável Pelas Publicações

PORTARIA Nº. 141/2016

PORTARIA Nº 141/2016

DESIGNA FISCAIS DE CONTRATO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Jackson Luiz Patzlaff, Prefeito de Arabutã, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em Lei, em especial, considerando o disposto no art. 67 da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993;

RESOLVE:

Art.1º. Designar as servidoras abaixo mencionadas para acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato nº. 24/2016:

- a) LISE MARA AREND, inscrita no CPF nº. 597.548.349-20, ocupante do cargo em comissão de Secretária Municipal de Educação e Cultura; e
b) ADRIANE DAL AGNOL MULLER, inscrita no CPF sob nº. 033.583.389-67, ocupante do cargo de confiança FG 03– Diretora de Escola.

Art. 2º. Determinar que as fiscais designadas deverão:

I – zelar pelo fiel cumprimento das atas, anotando em registro próprio todas as ocorrências à sua execução, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou dos defeitos observados, e, submeter aos seus superiores, em tempo hábil, as decisões e as providências que ultrapassarem a sua competência, nos termos da lei.

II – avaliar, continuamente, a qualidade dos serviços/fornecimento de bens prestados pela(s) contratada(s), em periodicidade adequada e durante o seu período de validade, eventualmente, propor a autoridade superior à aplicação das penalidades legalmente estabelecidas.

III- atestar, formalmente, nos autos dos processos, as notas fiscais relativas aos serviços prestados ou bens fornecidos, antes do encaminhamento ao Financeiro para pagamento.

Art.3º Revogadas as disposições em contrário, esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Arabutã/SC, 02 de maio de 2016.

JACKSON LUIZ PATZLAFF

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra.

Greici Fernanda Sonntag

Responsável pela publicação

PORTARIA Nº. 142/2016

PORTARIA Nº 142/2016

DESIGNA FISCAIS DE ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Jackson Luiz Patzlaff, Prefeito de Arabutã, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em Lei, em especial, considerando o disposto no art. 67 da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993;

RESOLVE:

Art.1º. Designar a servidora ANA PAULA GUNTHER MORI WAZLAWICK, inscrita no CPF sob nº. 949.256.159-04, ocupante do cargo de provimento efetivo de Farmacêutica e o servidor LAIRTON SIDINEY BUENO, inscrito no CPF-MF sob nº 521.135.150-91, ocupante do cargo em comissão de Secretário Municipal de Saúde, para acompanhar e fiscalizar a execução das Atas de Registro de Preços nº 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87 e 88/2016.

Art. 2º. Determinar que os fiscais designados deverão:

I – zelar pelo fiel cumprimento das atas, anotando em registro próprio todas as ocorrências à sua execução, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou dos defeitos observados, e, submeter aos seus superiores, em tempo hábil, as decisões e as providências que ultrapassarem a sua competência, nos termos da lei.

II – avaliar, continuamente, a qualidade dos serviços/fornecimento de bens prestados pela(s) detentora(s), em periodicidade adequada ao objeto das atas, e durante o seu período de validade, eventualmente, propor a autoridade superior à aplicação das penalidades legalmente estabelecidas.

III- atestar, formalmente, nos autos dos processos, as notas fiscais relativas aos serviços prestados ou bens fornecidos, antes do encaminhamento ao Financeiro para pagamento.

Art.3º Revogadas as disposições em contrário, esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Arabutã/SC, 06 de maio de 2016.

JACKSON LUIZ PATZLAFF

Prefeito

Registrado e publicado em data supra.

Greici Fernanda Sonntag

Responsável pela publicação

PORTARIA Nº. 143/2016

PORTARIA Nº 143/2016

DESIGNA FISCAL DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Jackson Luiz Patzlaff, Prefeito de Arabutã, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em Lei, em especial, considerando o disposto no art. 67 da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993;

RESOLVE:

Art.1º. Designar o servidor NEUDI EINSWEILER, inscrito no CPF sob nº. 567.922.719-34, ocupante do cargo de provimento em comissão de Secretário Municipal de Infraestrutura e Urbanismo, para acompanhar e fiscalizar a execução das Atas de Registro de Preços nº. 89/2016.

Art. 2º. Determinar que o fiscal designado deverá:

I – zelar pelo fiel cumprimento das atas, anotando em registro próprio todas as ocorrências à sua execução, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou dos defeitos observados, e, submeter aos seus superiores, em tempo hábil, as decisões e as providências que ultrapassarem a sua competência, nos termos da lei.

II – avaliar, continuamente, a qualidade dos serviços/fornecimento de bens prestados pela(s) detentora(s), em periodicidade adequada ao objeto das atas, e durante o seu período de validade, eventualmente, propor a autoridade superior à aplicação das penalidades legalmente estabelecidas.

III- atestar, formalmente, nos autos dos processos, as notas fiscais relativas aos serviços prestados ou bens fornecidos, antes do encaminhamento ao Financeiro para pagamento.

Art.3º Revogadas as disposições em contrário, esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Arabutã/SC, 06 de maio de 2016.

JACKSON LUIZ PATZLAFF

Prefeito

Registrado e publicado em data supra.

Greici Fernanda Sonntag

Responsável pela publicação

PORTARIA Nº. 144/2016

PORTARIA Nº 144/2016

DESIGNA FISCAL DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Jackson Luiz Patzlaff, Prefeito de Arabutã, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em Lei, em especial, considerando o disposto no art. 67 da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993;

RESOLVE:

Art.1º. Designar os servidores abaixo mencionados para acompanhar e fiscalizar a execução da Ata de Registro de Preço nº. 90/2016:

a) CARINE ALTMANN FEDRIZZI, inscrita no CPF nº. 058.501.229-66, ocupante do cargo em comissão de Diretora de Administração e Fazenda;

b) LISE MARA AREND, inscrita no CPF nº. 597.548.349-20, ocupante do cargo em comissão de Secretária Municipal de Educação e Cultura; e

c) LAIRTON SIDINEY BUENO, inscrito no CPF-MF sob nº 521.135.150-91, ocupante do cargo de comissão de Secretário Municipal de Saúde.

Art. 2º. Determinar que os fiscais designados deverão:

I – zelar pelo fiel cumprimento da ata, anotando em registro próprio todas as ocorrências à sua execução, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou dos defeitos observados, e, submeter aos seus superiores, em tempo hábil, as decisões e as providências que ultrapassarem a sua competência, nos termos da lei.

II – avaliar, continuamente, a qualidade dos serviços/fornecimento de bens prestados pela detentora, em periodicidade adequada e durante o seu período de validade, eventualmente, propor a autoridade superior à aplicação das penalidades legalmente estabelecidas.

III- atestar, formalmente, nos autos dos processos, as notas fiscais relativas aos serviços prestados ou bens fornecidos, antes do encaminhamento ao Financeiro para pagamento.

Art.3º Revogadas as disposições em contrário, esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Arabutã/SC, 06 de maio de 2016.

JACKSON LUIZ PATZLAFF

Prefeito

Registrado e publicado em data supra.

Greici Fernanda Sonntag

Responsável pela publicação

Ascurra

PREFEITURA

ATA PREGÃO 44/2016

ATA DE ABERTURA DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL

PROCESSO Nº 000044/2016

Às 8h30min do dia 10/05/2016 na Sala de Licitações da Comissão Permanente de Licitação, reuniu-se o Pregoeiro Oficial da Prefeitura Municipal de ASCURRA, Sr. THADEU BADALOTTI, e os membros da equipe de apoio SOLANGE MARIA LOURENÇO, RENATO MOSER e ELAINE GRACIELA DALCEGIO COELHO, designados no Decreto nº 5375/2015, com a finalidade de proceder a abertura dos envelopes da licitação acima referida. Inicialmente, em conformidade com as disposições contidas no Edital, o Pregoeiro abriu a sessão pública, efetuando o credenciamento, recebimento dos envelopes, que teve como participantes as empresas MM COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA ME e GILMAR SANI ME,. Em seguida, o Pregoeiro deu início com a abertura do envelope da proposta de preço. Foram ofertadas as seguintes propostas:

Item: 00004 CARRO TERMICO, COM 6 CUBAS COM ALCA E TAMPA, COM PROTETOR SALIVAR, SAIDA PARA DRENAGEM DO TANQUE, VOLTAGEM 220V, TEMPERATURA CONTROLADA POR TERMOSTATO, 1 ANO DE GARANTIA.

Fornecedor	Proposta
GILMAR SANI ME	1.620,0000
MM COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA ME	1.635,0000

Item: 00005 INTERFONE COM EXCELENTE QUALIDADE DE AUDIO, CAPA PROTETORA EM PLASTICO COM FILTRO, CAPACIDADE PARA 06 RAMAIS, ALIMENTACAO 220 W, NA COR CINZA CLARO,COM 06 MONOFONES NA COR BRANCA, INSTALADOS COM CERTIFICADO DE GARANTIA DE MAO DE OBRA. GARANTIA MÍNIMA DE 12 MESES.

Fornecedor	Proposta
MM COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA ME	2.250,0000

Item: 00006 CÔMODA DE MADEIRA, COM 3 AMPLAS GAVETAS GARANTEM PRATICIDADE NA ARMAZENAGEM DOS UTENSÍLIOS, TAMPO COM BORDAS PARA UTILIZAR ESPUMA TROCADOR, GAVETAS COM CORREDIÇA DE METAL GARANTEM PRECISÃO E LEVEZA NO MANUSEIO, PORTA COM DOBRADIÇA ARTICULADA, FEITO DE MADEIRA MACIÇA REFLORESTADA, MDF, ACABAMENTO EM TINTA BRANCO FOSCO, COM AS MEDIDAS APROXIMADAS: LARGURA 106CM, ALTURA 97CM, PROFUNDIDADE 55CM.

Fornecedor	Proposta
GILMAR SANI ME	1.800,0000
MM COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA ME	1.819,0000

Item: 00009 CARRINHO DE BEBE, ENCOSTO RECLINAVEL EM 4 POSICOES, CABO REVERSIVEL, CINTO DE SEGURANCA DE 5 PONTOS, ACOLCHOADO EM TECIDO REMOVIVEL E LAVAVEL E COM FUNCAO DE DUPLA FACE, BANDEJA REMOVIVEL E COM FACIL ENCAIXAMENTO DE TRAVAMENTO, RODAS DIANTEIRAS GIRATORIAS, RODAS TRASEIRAS FIXAS COM DUPLO SISTEMA DE FREIOS, CAPTORA RETRATIL E REMOVIVEL CONFECCIONADA EM TECIDO EMBORRACHADA, PESO SUPORTADO DE 15KG, DIMENSOES APROXIMADAS: (AXLXC): 103,5X54X78CM. GARANTIA DE 1 ANO.

Fornecedor	Proposta
GILMAR SANI ME	479,0000
MM COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA ME	495,0000

Item: 00010 TRAVESSEIRO; COR BRANCA; ENCHIMENTO FIBRA SILICONIZADA; COMPOSICAO DO ENCHIMENTO: FIBRA DE POLIESTER SILICONIZADA; TECIDO: MALHA DE POLIESTER; EM 100% POLIESTER; PROTECOES: ANTIACAROS, INODORO, ANTIALERGICO, ANTI-FUNGO; PESO DO PRODUTO COM EMBALAGEM: 657 GRAMAS; DIMENSOES: LARGURA 50 CM; ALTURA 16CM; PROFUNDIDADE 70 CM; COM 03 MESES DE GARANTIA LEGAL; LAVAVEL.

Fornecedor	Proposta
GILMAR SANI ME	17,5000

Não houve proposta para os itens 1, 2, 3, 7 e 8 deste edital. Em sequência o pregoeiro deu início a negociação que resultou na proposta final referente aos itens

Itens	Vencedor	Vlr Lance	Vlr Negociado
4	GILMAR SANI ME	1.615,0000	0,0000
5	MM COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA ME	2.250,0000	0,0000
6	GILMAR SANI ME	1.784,0000	0,0000
9	MM COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA ME	495,0000	0,0000
10	GILMAR SANI ME	17,5000	0,0000

Posteriormente o envelope de documentação das empresas vencedoras foram abertos para análise e verificação, sendo as licitantes consideradas habilitadas. Nada mais havendo a tratar, lavrou-se a presente ata que vai assinada pelo Pregoeiro, Equipe de Apoio e representante

presente:

Pregoeiro
THADEU BADALOTTI

Equipe de Apoio
SOLANGE MARIA LOURENÇO
ELAINE G. D. COELHO
RENATO MOSER

Representantes Empresas
LUIS FERNANDO MACARINI MONTALI
RODRIGO ALVES DE CAMPOS

EXTRATO DE CONTRATO DO CREDENCIAMENTO N. 6/2016 - BANCO DO BRASIL S.A.

Prefeitura Municipal de Ascurra
Extrato de contrato do credenciamento n. 6/2016
Contratante: Município de Ascurra
CNPJ: 83.102.772/0001-61
Contratado: Banco do Brasil S.A.
CNPJ: 00.000.000/2630-10

Objeto: O objeto deste contrato consiste na arrecadação, pela Instituição, de tributos municipais, da competência do Município, em documentos não compensáveis, no padrão FEBRABAN, através de suas agências e/ou conveniadas em abrangência nacional, numa estimativa anual de 10.000 (dez mil) documentos, conforme especificações contidas no Credenciamento nº 6 e seus anexos.

Vigência: até 16/2/2017

Ascurra, 11 de maio de 2016.
Moacir Polidoro
Prefeito Municipal

EXTRATO DE EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL N. 47/2016

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL N. 47/2016
PREFEITURA MUNICIPAL DE ASCURRA

O Prefeito Municipal de Ascurra comunica aos interessados que fará no dia 25/5/2016 às 8h30min, licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, para o FORNECIMENTO, INSTALAÇÃO E MONTAGEM DE ESQUADRIAS METÁLICAS – QUADRO DE PORTAS E JANELAS EM ALUMÍNIO, COM TELA DE PROTEÇÃO CONTRA INSETO, PINTURA E REMOÇÃO DE TRAVESSAS DE FERRO, QUE SERÃO APLICADOS NOS CEIS E ESCOLAS MUNICIPAIS, conforme informações no Edital e Termo de Referência.

Maiores informações poderão ser solicitadas na Prefeitura Municipal de Ascurra, no horário de expediente, e o edital poderá ser baixado pelo site www.ascurra.sc.gov.br.

Ascurra, 11 de maio de 2016.
MOACIR POLIDORO
Prefeito Municipal

Balneário Piçarras

PREFEITURA

CONTRATO 20/2016 PMBP

PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEÁRIO PIÇARRAS
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA

RESULTADO DE LICITAÇÃO E HABILITAÇÃO

CONTRATO Nº 020/2016/PMBP de 27/05/2016

REF. PROCESSO LICITATÓRIO Nº 28/2016

MODALIDADE Inexigibilidade nº 005/2016

Constitui o objeto deste contrato a prestação de serviço de horas técnicas para suporte técnico in loco e customização de software dos sistemas integrados IPM, para as Secretarias e Fundos.

IPM – Informática LTDA

Balneário Piçarras(SC), 10 maio de 2016.

ANA LÚCIA WILVERT - Secretária Municipal de Administração e Fazenda

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 018/2016 - FMS PREGÃO PRESENCIAL Nº 017/2016 -FMS

PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEÁRIO PIÇARRAS

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 018/2016 - FMS

PREGÃO PRESENCIAL Nº 017/2016 -FMS

Fundamento: Lei Federal nº 10.520, Lei nº 8.666/93 e suas alterações. Pregão Presencial para Registro de Preços, Tipo Menor Preço por item, para aquisição de material médico ambulatorial para uso nas Unidades de Saúde do Município para manutenção das atividades do Programa de Atenção Básica. Recebimento dos Envelopes até: 02/06/2016 às 14h. Data da Sessão Pública: 02/06/2016 às 14h, na Secretaria de Administração e Fazenda, situada na Avenida Emanuel Pinto, nº 1665, Centro, Balneário Piçarras/SC. O Edital na íntegra encontra-se no endereço acima citado ou no site balneariopicarras.atende.net. Balneário Piçarras(SC), 10 de maio de 2016. Ligia Soares – Secretário de Saúde.

Balneário Rincão

PREFEITURA

AVISO DE TOMADA DE PREÇOS Nº. 037/PMBR/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE BALNEARIO RINCÃO

SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS PUBLICOS

AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: Tomada de Preços Nº. 037/PMBR/2016

Tipo: MENOR PREÇO GLOBAL.

Data e horário da sessão de abertura: 30/05/2016 às 14h00min.

Local: Prefeitura Municipal de Balneario Rincão/SC, situado na Avenida Leoberto Leal, 1071, Centro, do Município de Balneario Rincão - SC.

Objeto: Contratação de empresa do ramo pertinente para conclusão das Obras de Pavimentação Asfáltica, Drenagem e Sinalização da Rua Antônio Pagani, localizada na Zona Sul do Município de Balneário Rincão/SC.

Editais/Projetos: O(s) projeto(s) referente à execução da obra, serão disponibilizados em CD-Rom, juntamente com o Edital, mediante pagamento da taxa no valor de R\$ 20,00 (vinte) reais, que poderá ser retirada no setor de arrecadação da Central do Cidadão, localizado na Avenida Leoberto Leal, sn, Centro do Município de Balneário Rincão SC, no horário das 13:00 as 16:45 horas, dúvidas sobre a retirada pelo telefone (***48) 3468-7218, ou através do endereço eletrônico licitacao.rincao@hotmail.com.

Balneário Rincão – SC, 10 de Maio de 2016.

VALBERTO BERKENBROCK

PRESIDENTE DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO

AVISO DE TOMADA DE PREÇOS Nº. 038/PMBR/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE BALNEARIO RINCÃO

SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS PUBLICOS

AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: Tomada de Preços Nº. 038/PMBR/2016

Tipo: MENOR PREÇO GLOBAL.

Data e horário da sessão de abertura: 30/05/2016 às 17h00min.

Local: Prefeitura Municipal de Balneario Rincão/SC, situado na Avenida Leoberto Leal, 1071, Centro, do Município de Balneario Rincão - SC.

Objeto: Contratação de empresa do ramo pertinente para execução de obras de pavimentação com peças de concreto sextavada (lajotas), à serem utilizadas em vias do Município de Balneário Rincão SC, atendidas pelo Programa de Pavimentação Comunitária, conforme Lei Nº. 231/2015, nos trechos onde não houver adesão de menos de 20% (vinte por cento) dos moradores, sendo assim lançada como contribuição de melhoria.

Edital: Completo e demais esclarecimentos poderão ser obtidos de segunda a sexta-feira no Departamento de Compras Materiais e Patrimônio do Município de Balneário Rincão, na Avenida Leoberto Leal, 1071, Centro, do Município de Balneário Rincão - SC, no horário das 13:00 as 19:00 horas, ou pelos telefones (***48) 3468-7218, ou através do endereço eletrônico licitacao.rincao@hotmail.com.

Balneário Rincão – SC, 10 de Maio de 2016.

VALBERTO BERKENBROCK

PRESIDENTE DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO

AVISO DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº039/PMBR/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEARIO RINCÃO

SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

DISPENSA Nº. 039/PMBR/2016

OBJETIVO O Município de Balneário Rincão torna público que procedeu, na forma do artigo 26, inciso I, da Lei 8.666/93, mediante processo administrativo regular de Dispensa de Licitação para elaboração de projeto de pavimentação asfáltica da Rodovia ICR-353/358 no trecho Lagoa dos Esteves – Barra Velha no Município de Balneário Rincão/SC.

CONTRATADO: KTOP CONSULTORIA E ENGENHARIA LTDA

CONTRATANTE: Município de Balneário Rincão - SC, através da Secretaria de Infraestrutura e Serviços Públicos.

FUNDAMENTO LEGAL: Art. 26, inciso I, da Lei Nº. 8.666/93.

RECONHECIDO: em 10/05/2016, por Aníbal V. Patrício – Secretaria de Infraestrutura e Serviços Públicos.

RATIFICAÇÃO: em 10/05/2016, por Décio Gomes Góes - Prefeito Municipal de Balneário Rincão.

Balneário Rincão, 10 de Maio de 2016.

VALBERTO BERKENBROCK

PRESIDENTE DA COMISSÃO DE LICITAÇÕES

Barra Bonita

CAMARA DE VEREADORES DE BARRA BONITA

HOMOLOGAÇÃO RESULTADO FINAL - EDITAL 001/2016

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA

EDITAL Nº. 01/2016

HOMOLOGAÇÃO RESULTADO FINAL

O Presidente da Câmara de Vereadores de Barra Bonita, Estado de Santa Catarina, Vereador JOACIR RALDI, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica, pelo Regimento Interno e pela Resolução nº. 03/2012, torna pública a HOMOLOGAÇÃO do resultado final do Processo Seletivo Simplificado nº. 01/2016, apresentado pela Comissão designada.

Barra Bonita/SC, 11 de maio de 2016.

JOACIR RALDI

Presidente do Poder Legislativo Municipal

Bela Vista do Toldo

PREFEITURA

CONVENIO 001.2016

CONVÊNIO Nº 001/2016

TERMO DE CONVÊNIO CELEBRADO ENTRE A COOPERATIVA - ESCOLA DOS ALUNOS DO CEDUP "VIDAL RAMOS" - COOPESA COM INTERVENIÊNCIA DO CEDUP-VIDAL RAMOS E O MUNICÍPIO DE BELA VISTA DO TOLDO - SC.

DO OBJETIVO: O objetivo do presente convênio é a mútua colaboração financeira, didática e tecnológica, com a finalidade de estimular e desenvolver o ensino médio profissionalizante, na área de agropecuária nos termos do inciso II, artigo 208, combinando com o inciso IV, artigo 214, ambos da Constituição Federal. Valor: R\$ 8.750,00. Data da assinatura: 28.04.2016. GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA, PREFEITO MUNICIPAL.

JULGAMENTO SINDICÂNCIA

PROCESSO DE SINDICÂNCIA DEFLAGRADO PELA PORTARIA Nº 349/2015

OBJETO DA SINDICÂNCIA: Apurar a denúncia formalizada pela Comunicação Interna nº 021/2015, oriunda do Setor de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Bela Vista do Toldo em desfavor da servidora "Mariza Schiessl".

JULGAMENTO DA SINDICÂNCIA

I - RELATÓRIO:

Trata-se de Processo de Sindicância instaurado pela Portaria nº 349/2015 (fls. 52) para apurar os fatos descritos na denúncia contida na Comunicação Interna nº 021/2015, oriunda do Setor de Recursos Humanos, acompanhada de documentos, tendo como denunciada a servidora pública municipal "Mariza Schiessl".

Foi instaurada a Comissão de Sindicância através da Portaria nº 349/2015, de 10 de agosto de 2015, composta pelos seguintes servidores públicos municipais: Miguel Edival Melniski, Andréia Cristina Dumke Tisczka e Rosana Cavaleiro, sob a presidência do primeiro, visando apurar os fatos denunciados. Instalou-se a Comissão de Sindicância na sede da Prefeitura Municipal, localizada na Rua Estanislau Schumann, 839, no município de Bela Vista do Toldo, SC.

O Processo de Sindicância foi regularmente instruído com o colacionamento das seguintes provas: a) Comunicação Interna nº 021/2015, oriunda do Setor de Recursos Humanos informando, irregularidades da servidora pública municipal "Mariza Schiessl" acompanhada de documentos (fls 06/50); b) Portaria nº 349/2015, instalando e nomeando a Comissão Sindicante (fls. 52); c) Ata de Instalação da Comissão (fls. 54); d) Notificação encaminhada pela Comissão Sindicante a servidora pública municipal sindicada, informando do Processo de Sindicância (fls. 55); e) Defesa Preliminar e Instrumento de Procuração (fls. 56/63); f) Ata da reunião da Comissão de Sindicância (fls. 63/65); g) Portaria nº 362-A, prorrogando o prazo para conclusão dos trabalhos (fls. 66); h) Ofício solicitando documentos (fls. 67/68); i) Juntada de documentos (fls. 69/169); j) Ofício intimando para comparecimento em audiência (fls. 170/180); k) Ata de Audiência e Termos de Depoimentos (fls. 182/190); l) Ofícios intimando para comparecimento em audiência (fls. 191/193); m) Ata de Audiência (fls. 194/195); n) Ata de

Reunião (fls. 196); o) Ofícios intimando para comparecimento em audiência (fls. 197/202); p) Ata de Audiência e Termos de Depoimentos (fls. 203/208); q) Ofícios intimando para comparecimento em audiência (fls. 209/214); r) Ata de Audiência e Termos de Depoimentos (fls. 215/218); s) Juntada de documentos (fls. 220/358); t) Portaria nº 388, prorrogando o prazo para conclusão dos trabalhos (fls. 360); u) Ofícios intimando para comparecimento em audiência (fls. 363/366); v) Ata de Audiência e Termos de Interrogatório (fls. 367/370) x) Juntada de documentos (fls. 373/390); z) Alegações Finais (fls. 392/402); a1) Portaria nº 389, prorrogando o prazo para conclusão dos trabalhos (fls. 403); b1) Relatório Final exarado pela Comissão de Sindicância (fls. 404/411).

Após regular trâmite, a Comissão de Sindicância apresentou parecer conclusivo (fls. 403/410) nos seguintes termos:

"4 - Conclusão

Analisando todo o processo a Comissão de Sindicância constatou que a Sindicada extrapolou o prazo máximo de dois anos do gozo da licença sem vencimento que no Estatuto do Servidor Público Municipal intitula-se licença para tratar de assuntos particulares, caracterizando assim o abandono de emprego por parte desta (art. 125, inciso II e art. 129, ambos do Estatuto do Servidor Público Municipal), razão pela qual, na forma do art. 136, inciso III, do Estatuto do Servidor Público Municipal (Lei Municipal nº 004/97) a Comissão de Sindicância manifesta-se/decide pela instauração de processo disciplinar em desfavor da Sindicada Mariza Schiessl.

Este é o relatório.

Bela Vista do Toldo, SC, 28 de janeiro de 2016. "

É a síntese do necessário.

II - FUNDAMENTAÇÃO:

Sobre o contexto fático e probatório dos autos, a Comissão de Sindicância, com muita propriedade, analisou e dirimiu a lide em sua decisão, razão pela qual adoto seus fundamentos como razão de decidir, "in verbis":

"Ref.: Processo de Sindicância nº 001/2015

Ao Sr.: Gilberto Damaso da Silveira - Prefeito Municipal

Da: Comissão de Sindicância - Portaria n.º 349/2015

Excelentíssimo Prefeito Municipal:

Aos vinte e oito dias do mês de janeiro do ano de dois mil e dezesseis, reuniram-se os membros da Comissão de Sindicância designada pela Portaria nº 349/2015, de 10 de agosto de 2015, onde é Sindicada a servidora Municipal "Mariza Schiessl", para emitirem relatório final, o qual segue na forma abaixo:

1 - Os fatos

Do que foi possível a esta Comissão apurar, verifica-se:

a) Que cabe a esta comissão apurar os fatos informados pela Comunicação Interna nº 021/2015, oriunda do Setor de Recursos

Humanos, a qual informa que a servidora municipal "Mariza Schiessl", nomeada para ocupar o cargo de Técnico em Enfermagem, do quadro de funcionários efetivos da Prefeitura, através da Portaria nº 084/2002, afastou-se em 02/05/2009 para atuar nas atividades do ESF na função de Enfermeira cuja contratação ocorreu em 03/05/2009 deixando de retornar a sua função no período permitido em Lei Municipal (prazo máximo de 2 anos), retornando para sua função em 1º/07/2012 e ainda apura-se também o conteúdo da Portaria nº 392/2012 que exonera a Sindcada do cargo de Técnica em Enfermagem, e a nomeação da Sindcada no Fundo Municipal de Saúde, em caráter de estágio probatório, sem ter prestado Concurso Público nº 001/2012 para o cargo de Técnica em Enfermagem, conforme Portaria nº 422/2012, portanto, que a Sindcada estaria exercendo irregularmente a sua função.

2 - Defesa da indiciada

Da defesa acostada nos autos, cumpre fazer os seguintes comentários:

a) a servidora "Mariza Schiessl" sustentou que teve boa fé, que não foi notificada da eventual irregularidade, ainda assim procurou a administração e seguiu a orientação de permanecer na mesma função (Enfermeira do PSF), sendo que a burocracia quanto a formalidade do vínculo com a municipalidade não lhe impingia (Lei Orgânica art. 67, XXIV), de sorte que toda documentação que instrui o presente encarte, declara a continuidade do serviço público prestado pela Sindcada.

Diz ainda que o interesse da administração para que Sindcada permanecesse temporariamente no cargo de Enfermeira, se denota através de existência do Programa ESF no município, e das condições da sua manutenção, consubstanciada a necessidade de lotar profissionais, certamente até o cumprimento do acordo firmado na Ação Civil Pública em andamento na época, que exigia a realização de concurso público para preenchimento de tais vagas.

Sustenta ainda a Sindcada que não houve abandono de cargo, pois somente se configura diante da ausência intencional do servidor ao serviço por mais de 30 (trinta) dias (art. 129, do ESPM/BVT), o que não ocorreu no caso concreto, conforme comprova as folhas de pagamento acostadas as folhas 105-130.

3 - Da Instrução

Após a apresentação da defesa preliminar a Comissão de Sindicância deferiu a produção de prova testemunhal e a juntada de documentos requeridos pela defesa da Sindcada. Em ato solene foram inquiridas as testemunhas Juliane Lecin, Adelmo Alberti, Andressa Caroline Knorek Pereira, além de Leonira Santana Pontarolo e Adriana Maria de Souza como informantes. Por fim foi interrogada a Sindcada Mariza Schiessl.

A Defesa requereu fosse oficiado ao Setor de RH da Prefeitura Municipal para que remetessem à Comissão de Sindicância os seguintes documentos: processos administrativos que fundamentaram as Portarias de nº 392/2012 e 422/2012; cópia da publicação das Portarias de nº 392/2012 e 422/2012; declaração do Setor de Recursos Humanos informando existência da convocação da Sindcada para retorno ao cargo ou notificação de abandono de cargo no ano de 2011 e anexar aos autos estes documentos; cópias das folhas de pagamento da Sindcada do ano 2009 até a mais recente a data atual; edital e classificação do teste seletivo, realizado através da Lei nº 631/2009; cópia integral da Lei nº 631/2009; Portaria de nomeação do contrato da CTPS da pág. 44; Portaria de exoneração do contrato da CTPS pág. 44. Portaria nº 200/2007, de 1º de agosto de 2007; e Requerimento de Licença sem Vencimento expedida pela Sindcada referente à anotação da pág. 43 da CTPS da mesma. E em diligências finais a defesa requereu ainda que fosse

oficiado o setor de RH para juntar ao processo as informações da vida funcional da Sindcada junto ao sistema BETHA, e que fosse informado pelo setor jurídico da municipalidade se houve alguma determinação judicial cancelando o Teste Seletivo nº 002/2009.

Finalizando a instrução, a Comissão de Sindicância intimou a defesa para apresentar as alegações finais.

Esta por sua vez, sustentou suspeição da autoridade instauradora - nulidade, extrapolação do prazo para conclusão da sindicância - nulidade, configuração de vício - erro na elaboração das Portarias nº 392/2012 e nº 422/2012, do prazo de licença sem vencimento - inexistente abandono de emprego - boa fé da servidora - inércia da administração. Pugnou pelo arquivamento do processo.

4 - Da análise da defesa

De todo o processado conclui-se que:

a) quanto a preliminar arguida de suspeição da autoridade instauradora - nulidade, entendemos que a mesma não deve prosperar,

Quanto ao objeto de apuração da presente sindicância (possível irregularidade quanto ao prazo de licença ter ultrapassado o período permitido em lei de 02 (dois) anos e o possível erro nas Portarias 392/2012 e 422/2012 que exoneram e nomeiam a Sindcada respectivamente) partiram do Setor de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Bela Vista do Toldo, através da Comunicação Interna nº 021/2015 de 03/08/2015, dirigida ao Prefeito Municipal informando as eventuais irregularidades. A possível irregularidade só veio a baila ao ser analisada a ficha funcional, devido ao fato de que Sindcada solicitou licença prêmio por assiduidade através do ofício 01 de 02/07/2015.

Diz o art. 134 do Estatuto do Servidor Público Municipal - A autoridade que tiver ciência de irregularidade no serviço público é obrigada a promover a sua apuração imediata, mediante sindicância ou processo disciplinar...

Quanto a formação da comissão de sindicância:

"Art. 140 - O processo será conduzido por comissão composta de três servidores estáveis designados pela autoridade competente, que incidirá, dentre eles, o seu presidente."

Diante disso entendemos que não há nesse processo nenhuma razão para suspeição da autoridade instauradora, nem nulidade por esse motivo, pois concluímos que não há animosidade alegada pela defesa por parte do Prefeito Municipal e da Comissão de Sindicância em relação a sindcada.

Além disso, inexistente qualquer prova nos autos sobre os fatos alegados pela Sindcada (aversão pessoal do Prefeito para com a pessoa da Sindcada e objetivo político de coagir e tentar cercear a atuação da Sindcada que vem rebatendo as mazelas da Administração Municipal). Assim, inexistindo prova nos autos, rejeita-se a preliminar de suspeição da autoridade instauradora.

b) quanto a preliminar arguida de extrapolação do prazo para conclusão da sindicância, temos que isso ocorreu devido ao atendimento de todos os requerimentos feitos pela defesa e pela melhor elucidação dos fatos, sem nenhum prejuízo para a Sindcada que ao longo desse tempo pode exercer suas atividades normalmente. Assim, pelos motivos anteriormente citados, rejeita-se a preliminar de extrapolação do prazo para conclusão da sindicância.

c) No mérito a defesa alega a configuração de vício - erro na elaboração das Portarias:

Quanto a configuração do vício - erro na elaboração das Portarias nº 392/2012 e 422/2012 temos que não procede os argumentos, eis que os respetivos atos (Portarias) retratam a vida funcional da Sindicada, referindo-se a Portaria de nº 392/2012 relativo ao Termo de Rescisão do Contrato de Trabalho (fls. 48) e a Portaria de nº 422/2012 referindo-se a nomeação da Sindicada para ocupar um cargo de provimento efetivo de um concurso que jamais participou. Assim rejeita-se a tese da defesa de configuração de vício - erro na elaboração das Portarias.

d) No mérito a defesa alega ainda a inexistência de abandono de emprego - boa-fé da servidora e a inércia da administração.

Quanto a essa tese de defesa diz o art. 90 do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais:

"Art. 90 - a critério da administração, poderá ser concedida ao servidor estável licença para o trato de assuntos particulares, pelo prazo de até 02 (dois) anos consecutivos, sem remuneração. "Artigo alterado pela Lei n.º 830/2012 de 08 de fevereiro de 2012 para tempo de licença sem vencimento prazo indeterminado."

Dos documentos juntados, verifica-se na CTPS da Sindicada que houve a licença sem vencimento do cargo de Técnica em Enfermagem a partir da data de 02/05/2009 e o retorno em 1º/07/2012 caracterizando a extrapolação máxima de 02 (dois) anos da licença prevista no artigo já citado. A Sindicada alega que em contato com a administração em maio de 2011, sabendo do vencimento do prazo da licença, foi orientada pela administração municipal a dar continuidade a função de enfermeira junto ao PSF, pois seria providenciada a exoneração do emprego público, voltando novamente ao cargo de técnica de enfermagem, e na sequência uma Portaria designando ao cargo de enfermeira. Tendo como base o art. 110 do ESPM/BVT que diz no inciso III que é dever o servidor observar as normas legais e regulamentares e mesmo estando ciente da situação, a Sindicada deveria ter procurado o setor de Recursos Humanos para confirmar se tais medidas foram realmente adotadas para que sua situação funcional estivesse regularizada e não ter realizado acertos fora dos padrões naturais de relacionamento empregador e empregado.

Analisando todo o processo a Comissão de Sindicância constatou falha da Sindicada que não poderia ter entrado em licença sem vencimento sem que um requerimento fosse expedido pela mesma e deferido pela administração. Constatamos também que não era a única opção que a administração tinha para preencher a vaga de enfermeira do ESF manter a Sindicada nessa função.

4 - Conclusão

Analisando todo o processo a Comissão de Sindicância constatou que a Sindicada extrapolou o prazo máximo de dois anos do gozo da licença sem vencimento que no Estatuto do Servidor Público Municipal intitula-se licença para tratar de assuntos particulares, caracterizando assim o abando de emprego por parte desta (art. 125, inciso II e art. 129, ambos do Estatuto do Servidor Público Municipal), razão pela qual, na forma do art. 136, inciso III, do Estatuto do Servidor Público Municipal (Lei Municipal nº 004/97) a Comissão de Sindicância manifesta-se/decide pela instauração de processo disciplinar em desfavor da Sindicada Mariza Schiessl.

Este é o relatório.

Bela Vista do Toldo, SC, 28 de janeiro de 2016.

III - DISPOSITIVO

De todo o processado e após análise dos presentes autos, instaurado com a finalidade de apurar denúncia formalizada pelo Setor de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Bela Vista do Toldo

em desfavor da servidora pública municipal "Mariza Schiessl", é de se concluir de que as provas produzidas no decorrer deste Processo de Sindicância demonstram de forma cristalina que a servidora sindicada violou a legislação municipal (Lei Municipal nº 004/1997) ao permanecer em licença para tratar de assuntos particulares em tempo superior ao permitido na legislação vigente à época (a época o prazo máximo era de dois anos) e dessa forma praticou a conduta prevista no art. 125, inciso II, e art. 129 da Lei Municipal nº 004/1997 (abandono de emprego).

Isto posto, com supedâneo nas provas que instruem o presente feito, decido:

a) Com suporte no art. 136, inciso III, da Lei Municipal nº 004/1997, determino a abertura de Processo Disciplinar em desfavor da Servidora Pública Municipal Mariza Schiessl, com o objetivo de apurar os fatos constantes no presente Processo de Sindicância;

b) Junte-se cópia do presente encarte junto a ficha funcional da mesma, devendo o Setor de Recursos Humanos proceder as devidas anotações.

c) Intimem-se pessoalmente a Sindicada e seus Procuradores.

d) Publique-se a presente decisão no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM (www.diariomunicipal.sc.gov.br).

e) Intime-se, publique-se, cumpra-se.

Bela Vista do Toldo, SC, 03 de fevereiro de 2016.
GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA
Prefeito Municipal

Biguaçu

PREFEITURA

CONCURSO 001/2016

EXTRATO DO EDITAL Nº 001/2016 DE CONCURSO PÚBLICO (Administração Geral)

O Senhor Ramon Wollinger, Prefeito Municipal de Biguaçu/SC, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 37 da Constituição Federal e Lei Orgânica Municipal e emendas, TORNA PÚBLICO que estão abertas no período de 12/05/2016 até o dia 10/06/2016, as inscrições "on line" do Concurso Público para provimento de vagas legais do quadro geral dos servidores do Município, que será regido pela legislação em vigor e pelas normas estabelecidas no Edital nº 001/2016. As inscrições podem ser realizadas no site www.iobv.org.br. Estão sendo oferecidas vagas para cargos de nível fundamental completo e incompleto, ensino médio e ensino superior. As provas estão previstas para o dia 26/06/2016. Os detalhes sobre os cargos, número de vagas e requisitos exigidos, constam do inteiro teor deste edital que se encontra divulgado nos sites www.iobv.org.br; www.bigua.sc.gov.br; bem como nos murais oficiais no Paço Municipal

BIGUAÇU (SC), 10 de maio 2016.

Ramon Wollinger

Prefeito Municipal

CONCURSO 002/2016

EXTRATO DO EDITAL Nº 002/2016 DE CONCURSO PÚBLICO (Secretaria de Saúde)

O Senhor Ramon Wollinger, Prefeito Municipal de Biguaçu/SC, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 37 da Constituição Federal e Lei Orgânica Municipal e emendas, TORNA PÚBLICO que estão abertas no período de 12/05/2016 até o dia 10/06/2016, as inscrições "on line" do Concurso Público para provimento de vagas legais do quadro geral dos servidores do Município, que será regido pela legislação em vigor e pelas normas estabelecidas no Edital nº 002/2016. As inscrições podem ser realizadas no site www.iobv.org.br. Estão sendo oferecidas vagas para cargos de nível fundamental completo, ensino médio e ensino superior. As provas estão previstas para o dia 26/06/2016. Os detalhes sobre os cargos, número de vagas e requisitos exigidos, constam do inteiro teor deste edital que se encontra divulgado nos sites www.iobv.org.br; www.bigua.sc.gov.br; bem como nos murais oficiais no Paço Municipal.

BIGUAÇU (SC), 10 de maio 2016.

Ramon Wollinger

Prefeito Municipal

CONCURSO 003/2016

EXTRATO DO EDITAL Nº 003/2016 DE CONCURSO PÚBLICO (Secretaria Educação)

O Senhor Ramon Wollinger, Prefeito Municipal de Biguaçu/SC, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 37 da Constituição Federal e Lei Orgânica Municipal e emendas, TORNA PÚBLICO que estão abertas no período de 12/05/2016 até o dia 10/06/2016, as inscrições "on line" do Concurso Público para provimento de vagas legais do quadro geral dos servidores do Município, que será regido pela legislação em vigor e pelas normas estabelecidas no Edital nº 003/2016. As inscrições podem ser realizadas no site www.iobv.org.br. Estão sendo oferecidas vagas para cargos de nível fundamental incompleto, ensino médio e ensino superior. As provas estão previstas para o dia 26/06/2016. Os detalhes sobre os cargos, número de vagas e requisitos exigidos, constam do inteiro teor deste edital que se encontra divulgado nos sites www.iobv.org.br; www.bigua.sc.gov.br; bem como nos murais oficiais no Paço Municipal.

iobv.org.br; www.bigua.sc.gov.br; bem como nos murais oficiais no Paço Municipal.

BIGUAÇU (SC), 10 de maio 2016.

Ramon Wollinger

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 067/2016

DECRETO Nº 067/2016 DE 10 DE MAIO DE 2016.

Autoriza a quebra da ordem cronológica de vencimento de faturas para pagamento de credores que menciona.

RAMON WOLLINGER, Prefeito Municipal de Biguaçu, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com artigo 98, inciso VII, da Lei Orgânica do Município de Biguaçu,

Considerando, que nos termos do artigo 5º, da Lei (federal) nº 8666/93, cada Unidade de Administração, nos pagamentos de suas obrigações deve obediência à ordem cronológica das datas de suas exigibilidades;

Considerando, que essa ordem só pode ser alterada quando presentes relevantes razões de interesse público e mediante prévia justificativa da autoridade competente, devidamente publicada;

Considerando, que o Município contratou com as organizações CAGERE CASA DE ASSISTENCIAL EIRELLI. – EPP, CNPJ 19.354.317/0001-54 e CASA DE ASSISTÊNCIA DILONY – CNPJ 95.766.598/0001-30, para prestar serviços de acolhimento de pessoas idosas, pessoas portadoras de necessidades especiais e pessoas que necessitam de tratamento psico social, em geral acolhimentos determinados pela justiça;

Considerando, que a redução do fluxo de caixa levou a um atraso superior a 30 dias no pagamento das obrigações assumidas com essas organizações;

Considerando, que a Prefeitura já iniciou o processo de corte de despesas para restabelecer a normalidade nos pagamentos já nos próximos meses de forma a não prejudicar os fornecedores em geral;

Considerando, tratar-se de serviços contratados com organizações de pequeno porte, com baixa capacidade financeira;

Considerando, que o atraso no pagamento por parte do Município acaba por resultar em dificuldade dos contratados continuarem prestando esse importante serviço e de elevado interesse social;

Considerando, que os contratados formalizaram suas dificuldades em continuar cumprindo o contrato se os pagamentos não forem realizados no tempo apazado;

Considerando, que outros casos de acolhimento poderão ser determinados pela justiça;

DECRETA:

Art. 1º Fica o Secretário Municipal de Fazenda, através da Gerência Financeira, autorizado a quebrar a ordem cronológica de vencimento das obrigações para priorizar o pagamento das faturas apresentadas pelas organizações: CAGERE CASA DE ASSISTENCIAL EIRELLI. – EPP, CNPJ 19.354.317/0001-54 e CASA DE ASSISTÊNCIA

DILONY – CNPJ 95.766.598/0001-30, até que a normalidade nos pagamentos em 2016 seja restabelecida.

Art. 2º Este decreto entrará em vigor na data da sua publicação.

Art. 3º Revoga o Decreto Municipal nº 060/2016 , de 20/04/2016.

Biguaçu, 10 de maio de 2016.

RAMON WOLLINGER

Prefeito Municipal

Reg.publ.n/data

Marivalde Inêz Kons

Escriturária

EXTRATO CONTRATO Nº 10.072/2016 - PROCESSO: DISPENSA DE LICITAÇÃO - DL Nº 27/2016 – FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE BIGUAÇU

SECRETARIA DE SAÚDE

SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES

Extrato Contrato nº 10.072/2016

Processo: DISPENSA DE LICITAÇÃO - DL Nº 27/2016 – FMS

Objeto: AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS PARA ATENDER AOS PROCESSOS JUDICIAIS E AS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE BIGUAÇU. CUMPRE SALIENTAR QUE ESTA AQUISIÇÃO SE DÁ NA FORMA DO ARTIGO 24, INCISO V, DA LEI 8666/93.

Fornecedor: MAURO MARCIANO COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA.

Valor: R\$ 24.016,95 (vinte e quatro mil e dezesseis reais e noventa e cinco centavos).

Vigência: 25/04/2016 a 31/12/2016

GABRIEL ARTHUR LOEFF

Secretário Municipal de Saúde

PORTARIA Nº 1403/2016

PORTARIA Nº 1403/2016

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) funcionário (a), MIRIAM RIBAS DA SILVA, ocupante do Cargo efetivo de PROFESSORA – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 4374/2016 em anexo no período de 08/05/2016 a 22/05/2016.

Biguaçu, 05 de maio de 2016.

WILLIAN LOFY

Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 1404/2016

PORTARIA Nº 1404/2016

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) funcionário (a), KARINE PATRICIA STULP, ocupante do Cargo efetivo de ENFERMEIRO – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 4421/2016 em anexo no período de 03/05/2016 a 19/05/2016.

Biguaçu, 05 de maio de 2016.

WILLIAN LOFY

Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 1405/2016

PORTARIA Nº 1405/2016

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) funcionário (a), MARIZETE DORALICE PEREIRA HAMMES, ocupante do Cargo efetivo de PROFESSOR – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença por Motivo de Doença em Pessoa da Família, no período de 03/05/2016 a 01/07/2016.

Biguaçu, 05 de maio de 2016.

WILLIAN LOFY

Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 1406/2016

PORTARIA Nº 1406/2016

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) funcionário (a), MARLEI MACIEL BAGESTON, ocupante do Cargo temporário de PROFESSOR – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, no período de 03/05/2016 a 17/05/2016.

Biguaçu, 05 de maio de 2016.

WILLIAN LOFY

Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 1407/2016

PORTARIA Nº 1407/2016

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) funcionário (a), ANNA CAROLINA SCHVEITZER DA LUZ, ocupante do Cargo efetivo de PROFESSOR – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, no período

de 04/05/2016 a 23/05/2016.

Biguaçu, 05 de maio de 2016.

WILLIAN LOFY

Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 1408/2016

PORTARIA Nº 1408/2016

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) funcionário (a), VANILDA LETICIA MARÇAL GALLO, ocupante do Cargo temporário de AUXILIAR DE SALA – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, no período de 03/05/2016 a 04/05/2016.

Biguaçu, 05 de maio de 2016.

WILLIAN LOFY

Secretário Municipal de Administração

Bom Jesus do Oeste

PREFEITURA

RGF 1º Q 2016

Página: 1 de 1
10/05/2016 08:44

Pref. Munic de Bom Jesus do Oeste - SC
Poder Executivo
Relatório de Gestão Fiscal
Demonstrativo da Despesa com Pessoal
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Maio/2015 a Abril/2016

RGF - ANEXO I (LRF, Art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ 1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS	
	(Últimos 12 Meses)	
	LIQUIDADAS	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS
	(a)	(b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	5.274.979,65	-
Pessoal Ativo	5.274.979,65	-
Pessoal Inativo e Pensionistas	-	-
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	-	-
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art.19 da LRF) (II)	-	-
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	-	-
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	-	-
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	-	-
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	-	-
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	5.274.979,65	-
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	Valor	% sobre a RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	10.632.959,94	-
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (V) = (IIIa + IIIb)	5.274.979,65	49,61
LIMITE MÁXIMO (VI) (incisos I,II e III, art. 20 da LRF)	5.741.798,37	54,00
LIMITE PRUDENCIAL (VII) = (0,95 * VI) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	5.454.708,45	51,30
LIMITE DE ALERTA (VIII) = (0,90 * VI) (inciso II do § 1º do art.59 da LRF)	5.167.618,53	48,60

FONTE: PRONIM RF - Responsabilidade Fiscal, Administração Geral, 10/Mai/2016, 08h e 44m.

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
- Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força inciso II do art. 35 da Lei 4.320/64.

ANTONIO REINEHR
Prefeito Municipal

WALTER NAUJORKS
Sec. de Adm e Fazenda

NAIRO CEZAR MORANDINI
Contador CRC 020.101-/0-8

JANDREI LUIZ BR
Controlador Interno



Pref. Munic de Bom Jesus do Oeste - SC

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Janeiro a Abril de 2016

RGF - ANEXO 2 (LRF, art.55, inciso I, alínea "b")

R\$ 1,00

DÍVIDA CONSOLIDADA	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2016		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I)	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-
Dívida Contratual	-	-	-	-
Interna	-	-	-	-
Externa	-	-	-	-
Precatórios Posteriores a 05/05/2000 (Inclusive) - Vencidos e não Pagos	-	-	-	-
Demais Dívidas	-	-	-	-
DEDUÇÕES (II)¹	1.004.824,13	795.130,04	-	-
Disponibilidade de Caixa Bruta	1.004.824,13	1.213.294,64	-	-
Demais Haveres Financeiros	-	-	-	-
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	-	418.164,60	-	-
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA - DCL (III) = (I - II)	-1.004.824,13	-795.130,04	-	-
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	10.752.260,01	10.632.959,94	-	-
% DA DC SOBRE A RCL (I/RCL)	-	-	-	-
% DA DCL SOBRE A RCL (III/RCL)	-9,35	-7,48	-	-
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - <0,00%>				
LIMITE DE ALERTA (inciso III do § 1º do art. 59 da LRF - <0,00%>				
DETALHAMENTO DA DÍVIDA CONTRATUAL				
DÍVIDA CONTRATUAL(IV = V + VI + VII + VIII)	-	-	-	-
DÍVIDA DE PPP(V)	-	-	-	-
PARCELAMENTO DE DÍVIDAS(VI)	-	-	-	-
De Tributos	-	-	-	-
De Contribuições Sociais	-	-	-	-
Previdenciárias	-	-	-	-
Demais Contribuições Sociais	-	-	-	-
Do FTGS	-	-	-	-
Com Instituição Não Financeira	-	-	-	-
DÍVIDA COM INSTITUIÇÃO FINANCEIRA(VII)	-	-	-	-
Interna	-	-	-	-
Externa	-	-	-	-
DEMAIS DÍVIDAS CONTRATUAIS(VIII)	-	-	-	-
OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC				
PRECATÓRIOS ANTERIORES A 05/05/2000	-	-	-	-
INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA	-	-	-	-
DEPÓSITOS	-	-	-	-
RP NÃO-PROCESSADOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	2.776.807,10	-	-
ANTECIPAÇÕES DE RECEITA ORÇAMENTÁRIA - ARO	-	-	-	-

Página: 2 de 2
10/05/2016 08:46

Pref. Munic de Bom Jesus do Oeste - SC
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
Janeiro a Abril de 2016

RGF - ANEXO 2 (LRF, art.55, inciso I, alínea "b")

R\$ 1,00

REGIME PREVIDENCIÁRIO				
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2016		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (IX)	-	-	-	-
Passivo Atuarial	-	-	-	-
Demais Dívidas	-	-	-	-
DEDUÇÕES (X) ¹	-	-	-	-
Disponibilidade de Caixa Bruta	-	-	-	-
Investimentos	-	-	-	-
Demais Haveres Financeiros	-	-	-	-
(-) Restos a Pagar Processados	-	-	-	-
OBRIGAÇÕES NÃO INTEGRANTES DA DC	-	-	-	-
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (XI) = (IX - X)	-	-	-	-

FONTE: PRONIM RF - Responsabilidade Fiscal, Administração Geral, 10/Mai/2016, 08h e 46m.

¹ Se o saldo apurado for negativo, ou seja, se o total do Ativo Disponível mais os Haveres Financeiros for menor que Restos a Pagar Processados, não deverá ser informado nessa linha, mas sim na linha da "Insuficiência Financeira", das Obrigações não integrantes da Dívida Consolidada - DC. Assim quando o cálculo de DEDUÇÕES(II) for negativo, colocar um "-" (traço) nessa linha.

ANTONIO REINEHR
Prefeito Municipal

WALTER NAUJORKS
Sec. de Adm e Fazenda

NAIRO CEZAR MORANDINI
Contador CRC 020.101-/0-8

JANDREI LUIZ BE
Controlador Int.

Página: 1 de 1
10/05/2016 08:48

Pref. Munic de Bom Jesus do Oeste - SC
Relatório de Gestão Fiscal
Demonstrativo das Garantias e Contragarantias de Valores
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Janeiro a Abril de 2016

RGF - ANEXO III(LRF,art. 55, inciso I, alínea 'c' e art. 40, § 1º)

R\$ 1,00

GARANTIAS CONCEDIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2016		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
EXTERNAS(I)				
Aval ou fiança em operações de crédito				
Outras garantias nos Termos da LRF¹				
INTERNAS(II)				
Aval ou fiança em operações de crédito				
Outras garantias nos Termos da LRF¹				
TOTAL GARANTIAS CONCEDIDAS(III)=(I+II)				
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL(IV)	10.752.260,01	10.632.959,94	-	-
% do TOTAL DAS GARANTIAS sobre a RCL				
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL 0%	-	-	-	-
LIMITE DE ALERTA (inciso III do § 1º do art. 59 da LRF) - 0,00%	-	-	-	-

CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2016		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
EXTERNAS(V)				
Aval ou fiança em operações de crédito				
Outras garantias nos Termos da LRF¹				
INTERNAS(VI)				
Aval ou fiança em operações de crédito				
Outras garantias nos Termos da LRF¹				
TOTAL CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS(VII)=(V+VI)				

FONTE: PRONIM RF - Responsabilidade Fiscal, Administração Geral, 10/Mai/2016, 08h e 48m.

Nota: ¹ Inclui garantias concedidas por meio de Fundos

ANTONIO REINEHR
Prefeito Municipal

WALTER NAUJORKS
Sec. de Adm e Fazenda

NAIRO CEZAR MORANDINI
Contador CRC 020.101-7/0-8

JANDREI LUIZ B
Controlador Int

Página: 1 de 2
10/05/2016 08:49

Pref. Munic de Bom Jesus do Oeste - SC
Relatório de Gestão Fiscal
Demonstrativo das Operações de Crédito
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Janeiro a Abril de 2016

RGF - ANEXO IV(LRF, art. 55, inciso I, alínea 'd' e inciso III alínea 'c')

R\$ 1,00

OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR REALIZADO	
	No Quadrimestre de Referência	Até o Quadrimestre Referência (a)
SUJEITAS AO LIMITE PARA FINS DE CONTRATAÇÃO (I)	-	-
Mobiliária	-	-
Interna	-	-
Externa	0,00	0,00
Contratual	-	-
Interna	-	-
Abertura de Crédito	-	-
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	-	-
Derivadas de PPP	-	-
Demais Aquisições Financiadas	-	-
Antecipação de Receita	-	-
Pela Venda a Termo de Bens e Serviços	-	-
Demais Antecipações de Receita	-	-
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas	-	-
Outras Operações de Crédito	-	-
Externa	0,00	0,00
NÃO SUJEITAS AO LIMITE PARA FINS DE CONTRATAÇÃO (II)	-	-
Parcelamentos de Dívidas	-	-
De Tributos	-	-
De Contribuições Sociais	-	-
Previdenciárias	-	-
Demais Contribuições Sociais	-	-
Do FGTS	-	-
Melhoria da Administração de Receitas e da Gestão Fiscal, Financeira e Patrimonial	-	-
Programa de Iluminação Pública - RELUZ	-	-
Amparadas pelo Art. 9-N da Resolução Nº. 2.827/01, do CMN	-	-

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DOS LIMITES	VALOR	%SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	10.632.959,94	-
OPERAÇÕES VEDADAS (III)	-	-
TOTAL CONSIDERADO PARA FINS DA APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE (IV) = (Ia + III)	-	-
LIMITE GERAL DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS E EXTERNAS	-	-
LIMITE DE ALERTA (inciso III do § 1º art. 59 da LRF) - 90%	-	-
OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	-	-
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	-	-
TOTAL CONSIDERADO PARA CONTRATAÇÃO DE NOVAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO (V)=(IV+IIa)	-	-

FONTE: PRONIM RF - Responsabilidade Fiscal, Administração Geral, 10/Mai/2016, 08h e 49m.

Página: 2 de 2
10/05/2016 08:49

Pref. Munic de Bom Jesus do Oeste - SC
Relatório de Gestão Fiscal
Demonstrativo das Operações de Crédito
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Janeiro a Abril de 2016

RGF - ANEXO IV(LRF, art. 55, inciso I, alínea 'd' e inciso III alínea 'c')

R\$ 1,00

OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR REALIZADO	
	No Quadrimestre de Referência	Até o Quadrimestre Referência (a)

AIRTON ANTONIO REINEHR
Prefeito Municipal

WALTER NAUJORKS
Sec. de Adm e Fazenda

NAIRO CEZAR MORANDINI
Contador CRC 020.101-/0-8

JANDREI LUIZ BRUTCHER
Controle Interno

Página: 1 de 1
10/05/2016 08:51

Pref. Munic de Bom Jesus do Oeste - SC - Poder Executivo
Relatório de Gestão Fiscal
Demonstrativo Simplificado do Relatório de Gestão Fiscal
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
1º Quadrimestre de 2016

LRF, Art. 48 - Anexo VI

R\$ 1,00

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	VALOR ATÉ O BIMESTRE
Receita Corrente Líquida	10.632.959,94

DESPESA COM PESSOAL	VALOR	% SOBRE A RCL
Despesa Total com Pessoal DTP	5.274.979,65	49,61
Limite Máximo (incisos I,II e III, art. 20 da LRF) - 54,00	5.741.798,37	54,00
Limite Prudencial (§ único, art. 22 da LRF) - 51,30	5.454.708,45	51,30

DÍVIDA CONSOLIDADA	VALOR	% SOBRE A RCL
Dívida Consolidada Líquida	-	-
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	-	-

GARANTIAS DE VALORES	VALOR	% SOBRE A RCL
Total das Garantias	-	-
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	-	-

OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR	% SOBRE A RCL
Operações de Crédito Internas e Externas	-	-
Operações de Crédito por Antecipação da Receita	-	-
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito Internas e Externas	-	-
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito por Antecipação da Receita	-	-

FONTE: PRONIM RF - Responsabilidade Fiscal, Administração Geral, 10/Mai/2016, 08h e 51m.

HR

WALTER NAUJORKS
Sec. de Adm e Fazenda

NAIRO CEZAR MORANDINI
Contador CRC 020.101-/0-8

JA

Bom Retiro

PREFEITURA

MINUTA EDITAL PP 15/2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO/SC

MINUTA EDITAL PREGÃO PRESENCIAL Nº 15/2016

O Município de Bom Retiro torna público Edital Pregão Presencial 15/2016 para Aquisição de Gêneros Alimentícios e material de Copa e cozinha para atender as Secretarias Municipais de Administração, Agricultura, Transportes e Educação e para as Escolas, Pré-escolas e Creches Municipais. Os interessados deverão apresentar documentos e propostas em envelopes fechados na Prefeitura Municipal de Bom Retiro à Av. Major Generoso, 19, Centro, até dia 24/05/16 as 09h30min. Maiores informações podem ser obtidas na Prefeitura de Bom Retiro Fone/Fax: (049) 32770183, das 09:00/12:00 das 13:30/17:00. Edital disponível no website oficial: www.bomretiro.sc.gov.br. Cumpridas as formalidades, publique-se o presente para que surta efeito legal.

Bom Retiro, 09 de maio de 2016.

Albino Gonçalves Padilha

Prefeito Municipal

Botuvera

PREFEITURA

CANCELAMENTO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 27/2015

Botuverá, 10 de maio de 2016.

À

PROVALLE COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA

CNPJ: 01.262.927/0001-62

Representante: CARLOS FELIPE DEOLINDO

Prezado Senhor,

Pelo presente, DETERMINO com base na Cláusula Décima Primeira o CANCELAMENTO do Contrato Administrativo nº 27/2015, decorrente do processo nº 12/2015 – Tomada de preços nº 04/2015, em favor da empresa PROVALLE COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA, com sede na Avenida Bayer Filho, 200, sala 03, bairro XV de Novembro, Tijucas, SC, CNPJ nº 01.262.927/0001-62, tendo como objeto a construção de academia de saúde com fornecimento de material e equipamentos de ginástica instalado.

A empresa abandonou a obra e mesmo após ter sido devidamente notificada (notificação/advertência 01/2016 por descumprimento de obrigação), não retornou aos trabalhos ou apresentou qualquer justificativa.

Diante de todo o exposto resta CANCELAR o supra mencionado contrato, devendo ainda o setor responsável encaminhar a Assessoria Jurídica do município, solicitação para abertura de procedimento administrativo nos termos da Lei Federal nº 8.666/93, Lei nº 10.520/2002, Lei nº 12.846/2013.

Nada mais a constar, fica a partir desta data NOTIFICADA a empresa acerca da presente decisão, devendo ser encaminhado via correio eletrônico e por correspondência via A.R.

Atenciosamente,

Angelo Luiz Venzon
Secretário de Obras

Rodrigo Ian Lazzarotti
Advogado OAB: 12298/SC
Assessor Jurídico

EXTRATO DO CONTRATO Nº 28/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE BOTUVERÁ

EXTRATO DO CONTRATO Nº 28/2016

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE BOTUVERÁ, CNPJ Nº 83.102.350/0001-96.

CONTRATADA: RECICLE CATARINENSE DE RESIDUOS LTDA, CNPJ Nº 95.886.735/0001-70

OBJETO: Serviço de coleta, transporte, tratamento e destino final de lixo hospitalar.

FUNDAMENTO LEGAL: P Licitatório nº 23/2016 – Pregão Presencial nº 15/2016.

VIGÊNCIA PRAZO: 12 (doze) meses – Início 01/05/2016 a 30/04/2017.

PREÇO: R\$16.740,00 (dezesesseis mil, setecentos e quarenta reais).

DATA: Botuverá-SC., 14 de Abril de 2016

JOSÉ LUIZ COLOMBI

Prefeito Municipal

PL Nº 37/2016 PP Nº 24/2016-SRP - MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO DIVERSOS

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE BOTUVERÁ

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 37/2016

PREGÃO PRESENCIAL Nº 24/2016- SISTEMA REGISTRO DE PREÇO

O MUNICÍPIO DE BOTUVERÁ torna público que se encontra aberto Processo Licitatório Nº 37/2016 na Modalidade Pregão Presencial Nº 24/2016 - SRP, para AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO DIVERSOS. Recebimento da documentação e propostas: Até as 14:00 Horas do dia 20/05/2016. Abertura da sessão: dia 20/05/2016 às 14:15 horas, na Sala de Licitações da Prefeitura, sito a Rua João Morelli, 66, Centro, BOTUVERÁ-SC. Edital e informações no Departamento de Licitações no mesmo endereço, Fone/Fax (47) 3359-1170 e e- mail licitacao2@botuvera.sc.gov.br, e site www.botuvera.sc.gov.br. Botuverá-SC, 11 de Maio de 2016.

JOSÉ LUIZ COLOMBI

Prefeito Municipal

Braço do Trombudo

PREFEITURA

DECRETO 045/2016

DECRETO Nº 045/2016

Homologa a Resolução nº 001/2016 de 12/04/2016 do Conselho Municipal de Assistência Social.

Romildo Teske, Prefeito do Município de Braço do Trombudo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, etc...

DECRETA:

Art.1º Fica homologada a Resolução nº 001/2016 de 12/04/2016 do Conselho Municipal de Assistência Social, que estabelece critérios orientadores para o repasse de benefícios eventuais no âmbito da política pública municipal de assistência social.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade a publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 3º da Lei 0597/2008 de 09.07.2008.

Braço do Trombudo, em 06 de maio de 2016.

Romildo Teske

Prefeito Municipal

CMAS - Conselho Municipal de Assistência Social.

Braço do Trombudo – SC.

Resolução nº002/2016. 12/04/2016.

Estabelece critérios orientadores para o repasse de benefícios eventuais no âmbito da política pública municipal de assistência social.

O Conselho Municipal de Assistência Social de Braço do Trombudo – CMAS, no uso de suas atribuições legais e permanentes, que lhe conferem a Lei nº 0727/2012, de 16/10/2012.

Considerando que a concessão de Benefícios Eventuais é um direito garantido pela Lei nº 8.742, de 07 de dezembro de 1993 – Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS;

Considerando a Resolução do Conselho Nacional de Assistência Social nº 212, de 19/10/2006, que propõe critérios orientadores para a regulamentação da provisão de benefícios eventuais no âmbito da política pública de assistência social;

Considerando o Decreto nº 6.307, de 14 de dezembro de 2007, que dispõe sobre os benefícios eventuais de que trata o art.22 da Lei nº 8.742, de 07/12/1993;

Considerando a Lei nº 0817/2014 de 04/12/2014, que dispõe sobre a regulamentação da concessão de Benefícios Eventuais em virtude de nascimento, morte, situações de vulnerabilidade temporária e de calamidade pública, no âmbito da Política Municipal de Assistência Social de Braço do Trombudo/SC.

Resolve:

Art.1º - Estabelecer prazos e critérios de elegibilidade para o repasse de benefícios eventuais destinados as situações de vulnerabilidade social temporária.

Art.2º - O benefício eventual é uma modalidade de provisão de proteção social básica de caráter suplementar e temporário que integra organicamente as garantias do Sistema Único de Assistência Social – SUAS, pautado nos princípios de cidadania e nos direitos sociais e humanos.

Art.3º - O benefício eventual destinado às situações de vulnerabilidade temporária destina-se aos cidadãos e as famílias com renda

per capita de até um salário mínimo (art.4º, da Lei 0817/2014 de 04/12/2014) que estão impossibilitadas de arcar por conta própria com o enfrentamento de contingências sociais, cuja ocorrência provoca riscos e fragiliza a manutenção do indivíduo, a unidade da família e a sobrevivência de seus membros.

Parágrafo Único: A comprovação das necessidades para a concessão do benefício eventual será assegurada por profissional técnico que integre uma das equipes de referência da proteção Social, sendo vedada qualquer comprovação complexa e vexatória de pobreza, que estigmatizam os benefícios, os beneficiários e a política de Assistência Social.

Art.4º - Nas situações de vulnerabilidade temporária, será dada prioridade a criança, a família, o idoso, a pessoa com deficiência, a gestante, a nutriz e nos casos de calamidade pública.

Parágrafo Único: A calamidade pública deve ser reconhecida pelo Poder Público, mediante Decreto, explicitando a situação anormal resultante de tempestades e epidemias identificando os danos causados as famílias e pessoas afetadas, inclusive com as medidas a serem adotadas.

Art.5º - Deve ser assegurado o acompanhamento da família ou da pessoa conforme o estabelecido no SUAS, em serviço constante da Tipificação nacional de Serviços Socioassistenciais nos equipamentos CRAS e CREAS, e indicada outras provisões que auxiliem as famílias no enfrentamento das situações de vulnerabilidades.

Art.6º- As famílias atendidas pela Política de Assistência Social serão encaminhadas para os programas e projetos de inclusão produtiva e geração de renda, desenvolvidos pela Secretaria Municipal de saúde e Assistência Social, para entidades com projetos co-financiados pelo FMAS ou para instituições com parcerias preestabelecidas, conforme sua disponibilidade e habilidades.

Art.7º - A família ou pessoa beneficiada deverá estar cadastrada no Cadastro Único para programas sociais – CADUNICO.

Art.8º - Os benefícios eventuais relativos à situação de vulnerabilidade temporária, disponíveis através da Política Municipal de Assistência Social de Braço do Trombudo são:

a) Benefício Alimentação: para complementar a alimentação do público prioritário na forma de itens da cesta básica. O benefício alimentação será concedido conforme demanda apresentada pelos usuários e/ou famílias, dentro dos critérios de elegibilidade por um prazo máximo de três (03) meses, sendo que as situações que demandarem atendimentos diferenciados deverão obrigatoriamente ter em anexo no cadastro parecer de estudo socioeconômico com prazo para as possibilidades e Plano de Acompanhamento familiar especificando as ações de enfrentamento das vulnerabilidades sociais apresentadas.

b) Benefícios Fotos 3X4 para a emissão de documentação civil: o benefício fotos 3X4 terá como objetivo atender a necessidade do usuário de confecção de documentos e inserção no mercado de trabalho.

c) Auxílio com cobertor e/ou colchão, por ocorrência de intempéries ou inversão climática: o auxílio com cobertor e/ou colchão consistirá no atendimento às famílias atingidas por calamidades (incêndio, alagamento, deslizamento, etc.), que provoquem perda destes materiais e situações emergenciais, devidamente avaliadas pelo profissional de serviço social. (retirada de parte do texto)

d) Auxílio Natalidade: atenderá os seguintes aspectos:

I – necessidades do recém-nascido;

II – apoio a mãe nos casos de natimorto e morte do recém-nascido

e será através do auxílio funeral, conforme art.7º;
III – apoio à família no caso de morte da mãe.

Parágrafo 1º - São documentos essenciais para concessão de auxílio natalidade:

I – se o benefício for solicitado antes do nascimento o responsável poderá apresentar declaração médica comprovando o tempo gestacional;

II – se for após o nascimento o responsável deverá apresentar a certidão de nascimento;

III – comprovante de residência;

IV – comprovante de renda de todos os membros familiares;

V – documentos pessoais (CPF e RG).

Parágrafo 2º - O benefício pode ser solicitado a partir do 7º mês de gestação até o 30º (trigésimo) dia após o nascimento.

Parágrafo 3º - O valor conferido ao auxílio natalidade será de um salário mínimo.

e) Auxílio funeral, na forma de pecúnia: o auxílio funeral será concedido na forma de pecúnia, no valor de um salário mínimo (art.7º, §5º da Lei nº 0817/2014, de 04/12/2014), considerando uma morte um benefício, e deve ser solicitado até 30 dias após o evento. Famílias com Plano Funerário não terão direito ao auxílio. (retirada de texto)

f) Auxílio locomoção, na forma de passagem: o auxílio locomoção será fornecido aos moradores em situação de rua que pretendem regressar a sua cidade de origem ou cidade com referência familiar. Incluem-se, após justificativa técnica fundamentada, as famílias ou pessoas residentes no município que desejam retornar a sua cidade de origem ou cidade com referências familiares ou outras situações imprescindíveis a superação das adversidades enfrentadas.

Art.9º - Para realizar cadastro junto ao cadastro único para programas sociais, os indivíduos e/ou famílias deverão apresentar os seguintes documento de todos os membros que compõe o grupo familiar:

- Carteira de identidade;
- CPF;
- Certidão de nascimento ou casamento;
- Carteira de trabalho;
- Carteira de vacina das crianças;
- Comprovante de residência (talão de água ou luz atualizado);
- Comprovante de renda atualizado (folha de pagamento ou comprovante do benefício/extrato do banco caso beneficiário do INSS, DAP ou notas de produtor rural, caso agricultor);
- Comprovante de matrícula escolar dos filhos entre 05 (cinco) e 17 (dezessete) anos;
- Carteira de gestante.

Art.10 – O cadastramento será realizado anualmente ou a qualquer tempo mediante solicitação do responsável familiar e/ou do profissional de serviço social.

Art.11 – Como critério de elegibilidade par a concessão de benefícios eventuais será considerada a renda per capita familiar de até meio salário mínimo vigente.

Art.12 – Os benefícios eventuais, por constituir-se em uma prestação temporária e eventual não poderão caracterizar-se como prestação continuada.

Art.13 – A Secretaria Municipal de saúde e Assistência Social compete:

a) A coordenação geral, a operacionalização, o acompanhamento, a avaliação da prestação dos benefícios eventuais, bem como o seu funcionamento;

b) Expedir às instruções e instituir formulários e modelos de documentos necessários a operacionalização dos benefícios eventuais;

c) Manter atualizado os dados sobre os benefícios concedidos, incluindo-se obrigatoriamente nome do beneficiário, registro do CADUNICO, benefício concedido, valor, quantidades e período de concessão;

d) Apresentar anualmente estudo de demanda, revisão do tipo de benefício e revisão dos valores e quantidades;

e) Promover ações permanentes de ampla divulgação dos benefícios eventuais e seus critérios de concessão.

Art.14 – Ao Conselho Municipal de Assistência Social compete:

a) Acompanhar e avaliar a concessão dos benefícios eventuais;

b) Acompanhar, avaliar e fiscalizar a utilização dos recursos do Fundo Municipal de Assistência Social para este fim;

c) Apreciar os estudos de demanda, revisão dos tipos de benefícios eventuais concedidos, revisão dos valores e reformular sua regulamentação com base nos dados e ou propostas da Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social ou em razão de regulamentação Federal ou Estadual.

Art.15 – As provisões relativas à serviços, programas, projetos e benefícios diretamente vinculados ao campo da saúde, educação, integração nacional e das demais políticas setoriais municipais não se incluem na modalidade de benefícios eventuais da política municipal de Assistência Social.

Art.16 – Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogada a Resolução nº 06/2013, do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS, de 01/04/2013.

Braço do Trombudo, 12 de abril de 2016.

Márcia Lourenço Paterno

Presidente do CMAS – BT

Brusque

PREFEITURA

PORTARIA Nº 925/2016

PORTARIA Nº 925/2016

Considerando a proposta de fusão das Fundações: FUNDEMA e ZOOBOTÂNICO e, com isto a suspensão de serviços por tempo indeterminado da construção e reforma dos ambientes no Zoobotânico, em que se fazia necessário o trabalho de pedreiros;

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 111, II, a e §1º da Lei Orgânica Municipal c/c o Decreto Municipal nº. 7.056/2013;

RESOLVE:

Art. 1º – Conceder retorno, para a Secretaria Municipal de Obras na data de 09/05/2015, ao servidor WANDERSON JOSÉ CUNHA DOS SANTOS, removido à Fundação Ecológica e Zoobotânica de Brusque, através da Portaria nº 1.745/2015, para exercer as atribuições de seu cargo de Agente de Obras.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 09/05/2016, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 09 de Maio de 2016
CRISTIANO BITTENCOURT
Secretária de Orçamento e Gestão

JOEL CESAR SCHWAMBERGER
Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 927/2016

PORTARIA Nº 927/2016

Considerando a proposta de fusão das Fundações: FUNDEMA e ZOOBOTÂNICO e, com isto a suspensão de serviços por tempo indeterminado da construção e reforma dos ambientes no Zoobotânico, em que se fazia necessário o trabalho de pedreiros;

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 111, II, a e §1º da Lei Orgânica Municipal c/c o Decreto Municipal nº. 7.056/2013;

RESOLVE:

Art. 1º – Conceder retorno, para a Secretaria Municipal de Obras até o dia 15/05/2016, ao servidor JAISON GEREMIAS DA SILVA ROSA, removido à Fundação Ecológica e Zoobotânica de Brusque, através da Portaria nº 1.745/2015, para exercer as atribuições de seu cargo de Agente de Obras.

Parágrafo 1º – O retorno de que trata o caput deste artigo, dá-se de acordo com o Art. 51 da LC 147/2009, no que se refere a data.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 11/05/2016, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 10 de Maio de 2016
CRISTIANO BITTENCOURT
Secretária de Orçamento e Gestão

JOEL CESAR SCHWAMBERGER
Diretor de Recursos Humanos

DESPACHO PMI Nº001/2016

DESPACHO PMI Nº001/2016

MANIFESTAÇÃO DE INTERESSE PARA APRESENTAÇÃO DE ESTUDOS DE VIABILIDADE TÉCNICA, AMBIENTAL, ECONÔMICO-FINANCEIRA, BEM COMO PROJETOS QUE CONTENHAM NÍVEL DE DETALHAMENTO SUFICIENTE PARA DEFINIR QUAL A MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO QUE MELHOR SE ADAPTA À EXECUÇÃO E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DOS SISTEMAS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA (SAA) E SISTEMA DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO (SES) DO MUNICÍPIO DE BRUSQUE, ESTADO DE SANTA CATARINA.

CONSIDERANDO o disposto na Lei Federal n. 8.987/95 (art. 21) e na Lei Federal n. 11.079/04 (art. 3º, caput e § 1º), que autorizam o Poder Público a solicitar estudos de projetos que envolvam eventual contratação na modalidade de concessão ou parceria público-privada;

CONSIDERANDO que o Procedimento de Manifestação de Interesse (PMI) tem se revelado importante instrumento de desenvolvimento e apoio aos Poderes Públicos Federais, Estaduais e Municipais, uma vez que permite ao particular, por sua conta e risco, propor estudos e soluções de alto nível técnico para o desenvolvimento da infraestrutura pública;

CONSIDERANDO que o recebimento de estudos pelo Poder Público não implicará em qualquer custo adicional aos cofres públicos, bem como não vinculará o Poder Público a qualquer obrigação para com o particular, sendo autorizada a rejeição integral de todo o material produzido;

CONSIDERANDO o disposto no Decreto Municipal n. 7.446/15 e a apresentação de interesse na execução destes projetos pela empresa abaixo qualificada, nos termos do Edital de PMI n. 001/2016;

ACOLHO a proposta de manifestação de interesse da empresa CE-JEN ENGENHARIA LTDA e, ato contínuo, faço a abertura do prazo para a apresentação dos estudos objeto deste Procedimento de Manifestação de Interesse, observado o limite de 120 (cento e vinte dias) dias, a contar da publicação no Diário Oficial dos Municípios (SC).

Brusque (SC), 03 de maio de 2016.
ROBERTO PEDRO PRUDÊNCIO NETO
Prefeito Municipal

DESPACHO

MANIFESTAÇÃO DE INTERESSE PARA APRESENTAÇÃO DE ESTUDOS DE VIABILIDADE TÉCNICA, AMBIENTAL, ECONÔMICO-FINANCEIRA, BEM COMO PROJETOS QUE CONTENHAM NÍVEL DE DETALHAMENTO SUFICIENTE PARA DEFINIR QUAL A MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO QUE MELHOR SE ADAPTA À EXECUÇÃO E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DOS SISTEMAS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA (SAA) E SISTEMA DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO (SES) DO MUNICÍPIO DE BRUSQUE, ESTADO DE SANTA CATARINA.

CONSIDERANDO o disposto na Lei Federal n. 8.987/95 (art. 21) e na Lei Federal n. 11.079/04 (art. 3º, caput e § 1º), que autorizam o Poder Público a solicitar estudos de projetos que envolvam eventual contratação na modalidade de concessão ou parceria público-privada;

CONSIDERANDO que o Procedimento de Manifestação de Interesse (PMI) tem se revelado importante instrumento de desenvolvimento e apoio aos Poderes Públicos Federais, Estaduais e Municipais, uma vez que permite ao particular, por sua conta e risco, propor estudos e soluções de alto nível técnico para o desenvolvimento da infraestrutura pública;

CONSIDERANDO que o recebimento de estudos pelo Poder Público não implicará em qualquer custo adicional aos cofres públicos, bem como não vinculará o Poder Público a qualquer obrigação para com o particular, sendo autorizada a rejeição integral de todo o material produzido;

CONSIDERANDO o disposto no Decreto Municipal n. 7.446/15 e a apresentação de interesse na execução destes projetos pela empresa abaixo qualificada, nos termos do Edital de PMI n. 001/2016;

ACOLHO a proposta de manifestação de interesse da empresa RIO-VIVO AMBIENTAL LTDA e, ato contínuo, faço a abertura do prazo para a apresentação dos estudos objeto deste Procedimento de Manifestação de Interesse, observado o limite de 120 (cento e vinte dias) dias, a contar da publicação no Diário Oficial dos Municípios (SC).

Brusque (SC), 03 de maio de 2016.
ROBERTO PEDRO PRUDÊNCIO NETO
Prefeito Municipal

DESPACHO

MANIFESTAÇÃO DE INTERESSE PARA APRESENTAÇÃO DE ESTUDOS DE VIABILIDADE TÉCNICA, AMBIENTAL, ECONÔMICO-FINANCEIRA, BEM COMO PROJETOS QUE CONTENHAM NÍVEL DE DETALHAMENTO SUFICIENTE PARA DEFINIR QUAL A MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO QUE MELHOR SE ADAPTA À EXECUÇÃO E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DOS SISTEMAS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA (SAA) E SISTEMA DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO (SES) DO MUNICÍPIO DE BRUSQUE, ESTADO DE SANTA CATARINA.

CONSIDERANDO o disposto na Lei Federal n. 8.987/95 (art. 21) e na Lei Federal n. 11.079/04 (art. 3º, caput e § 1º), que autorizam o Poder Público a solicitar estudos de projetos que envolvam eventual contratação na modalidade de concessão ou parceria público-privada;

CONSIDERANDO que o Procedimento de Manifestação de Interesse (PMI) tem se revelado importante instrumento de desenvolvimento e apoio aos Poderes Públicos Federais, Estaduais e Municipais, uma vez que permite ao particular, por sua conta e risco, propor estudos e soluções de alto nível técnico para o desenvolvimento da infraestrutura pública;

CONSIDERANDO que o recebimento de estudos pelo Poder Público não implicará em qualquer custo adicional aos cofres públicos, bem como não vinculará o Poder Público a qualquer obrigação para com o particular, sendo autorizada a rejeição integral de todo o material produzido;

CONSIDERANDO o disposto no Decreto Municipal n. 7.446/15 e a apresentação de interesse na execução destes projetos pela empresa abaixo qualificada, nos termos do Edital de PMI n. 001/2016;

ACOLHO a proposta de manifestação de interesse da empresa AMBIENTAL LIMPEZA URBANA E SANEAMENTO LTDA e, ato contínuo, faço a abertura do prazo para a apresentação dos estudos objeto deste Procedimento de Manifestação de Interesse, observado o limite de 120 (cento e vinte dias) dias, a contar da publicação no Diário Oficial dos Municípios (SC).

Brusque (SC), 03 de maio de 2016.
ROBERTO PEDRO PRUDÊNCIO NETO
Prefeito Municipal

DESPACHO

MANIFESTAÇÃO DE INTERESSE PARA APRESENTAÇÃO DE ESTUDOS DE VIABILIDADE TÉCNICA, AMBIENTAL, ECONÔMICO-FINANCEIRA, BEM COMO PROJETOS QUE CONTENHAM NÍVEL DE DETALHAMENTO SUFICIENTE PARA DEFINIR QUAL A MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO QUE MELHOR SE ADAPTA À EXECUÇÃO E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DOS SISTEMAS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA (SAA) E SISTEMA DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO (SES) DO MUNICÍPIO DE BRUSQUE, ESTADO DE SANTA CATARINA.

CONSIDERANDO o disposto na Lei Federal n. 8.987/95 (art. 21) e na Lei Federal n. 11.079/04 (art. 3º, caput e § 1º), que autorizam o Poder Público a solicitar estudos de projetos que envolvam eventual contratação na modalidade de concessão ou parceria público-privada;

CONSIDERANDO que o Procedimento de Manifestação de Interesse (PMI) tem se revelado importante instrumento de desenvolvimento e apoio aos Poderes Públicos Federais, Estaduais e Municipais, uma vez que permite ao particular, por sua conta e risco, propor estudos e soluções de alto nível técnico para o desenvolvimento da infraestrutura pública;

CONSIDERANDO que o recebimento de estudos pelo Poder Público não implicará em qualquer custo adicional aos cofres públicos, bem como não vinculará o Poder Público a qualquer obrigação para com o particular, sendo autorizada a rejeição integral de todo o material produzido;

CONSIDERANDO o disposto no Decreto Municipal n. 7.446/15 e a apresentação de interesse na execução destes projetos pela empresa abaixo qualificada, nos termos do Edital de PMI n. 001/2016;

ACOLHO a proposta de manifestação de interesse da empresa BARBOSA MELLO PARTICIPAÇÕES E INVESTIMENTOS S.A. e, ato contínuo, faço a abertura do prazo para a apresentação dos estudos objeto deste Procedimento de Manifestação de Interesse, observado o limite de 120 (cento e vinte dias) dias, a contar da publicação no Diário Oficial dos Municípios (SC).

Brusque (SC), 03 de maio de 2016.
ROBERTO PEDRO PRUDÊNCIO NETO
Prefeito Municipal

DESPACHO

MANIFESTAÇÃO DE INTERESSE PARA APRESENTAÇÃO DE ESTUDOS DE VIABILIDADE TÉCNICA, AMBIENTAL, ECONÔMICO-FINANCEIRA, BEM COMO PROJETOS QUE CONTENHAM NÍVEL DE DETALHAMENTO SUFICIENTE PARA DEFINIR QUAL A MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO QUE MELHOR SE ADAPTA À EXECUÇÃO E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DOS SISTEMAS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA (SAA) E SISTEMA DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO (SES) DO MUNICÍPIO DE BRUSQUE, ESTADO DE SANTA CATARINA.

CONSIDERANDO o disposto na Lei Federal n. 8.987/95 (art. 21) e na Lei Federal n. 11.079/04 (art. 3º, caput e § 1º), que autorizam o Poder Público a solicitar estudos de projetos que envolvam eventual contratação na modalidade de concessão ou parceria público-privada;

CONSIDERANDO que o Procedimento de Manifestação de Interesse (PMI) tem se revelado importante instrumento de desenvolvimento e apoio aos Poderes Públicos Federais, Estaduais e Municipais,

uma vez que permite ao particular, por sua conta e risco, propor estudos e soluções de alto nível técnico para o desenvolvimento da infraestrutura pública;

CONSIDERANDO que o recebimento de estudos pelo Poder Público não implicará em qualquer custo adicional aos cofres públicos, bem como não vinculará o Poder Público a qualquer obrigação para com o particular, sendo autorizada a rejeição integral de todo o material produzido;

CONSIDERANDO o disposto no Decreto Municipal n. 7.446/15 e a apresentação de interesse na execução destes projetos pela empresa abaixo qualificada, nos termos do Edital de PMI n. 001/2016;

ACOLHO a proposta de manifestação de interesse da empresa CERES INTELIGÊNCIA FINANCEIRA LTDA e, ato contínuo, faço a abertura do prazo para a apresentação dos estudos objeto deste Procedimento de Manifestação de Interesse, observado o limite de 120 (cento e vinte dias) dias, a contar da publicação no Diário Oficial dos Municípios (SC).

Brusque (SC), 03 de maio de 2016.
ROBERTO PEDRO PRUDÊNCIO NETO
Prefeito Municipal

DESPACHO

MANIFESTAÇÃO DE INTERESSE PARA APRESENTAÇÃO DE ESTUDOS DE VIABILIDADE TÉCNICA, AMBIENTAL, ECONÔMICO-FINANCEIRA, BEM COMO PROJETOS QUE CONTENHAM NÍVEL DE DETALHAMENTO SUFICIENTE PARA DEFINIR QUAL A MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO QUE MELHOR SE ADAPTA À EXECUÇÃO E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DOS SISTEMAS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA (SAA) E SISTEMA DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO (SES) DO MUNICÍPIO DE BRUSQUE, ESTADO DE SANTA CATARINA.

CONSIDERANDO o disposto na Lei Federal n. 8.987/95 (art. 21) e na Lei Federal n. 11.079/04 (art. 3º, caput e § 1º), que autorizam o Poder Público a solicitar estudos de projetos que envolvam eventual contratação na modalidade de concessão ou parceria público-privada;

CONSIDERANDO que o Procedimento de Manifestação de Interesse (PMI) tem se revelado importante instrumento de desenvolvimento e apoio aos Poderes Públicos Federais, Estaduais e Municipais, uma vez que permite ao particular, por sua conta e risco, propor estudos e soluções de alto nível técnico para o desenvolvimento da infraestrutura pública;

CONSIDERANDO que o recebimento de estudos pelo Poder Público não implicará em qualquer custo adicional aos cofres públicos, bem como não vinculará o Poder Público a qualquer obrigação para com o particular, sendo autorizada a rejeição integral de todo o material produzido;

CONSIDERANDO o disposto no Decreto Municipal n. 7.446/15 e a apresentação de interesse na execução destes projetos pela empresa abaixo qualificada, nos termos do Edital de PMI n. 001/2016;

ACOLHO a proposta de manifestação de interesse da empresa AGS ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DE SISTEMAS DE SALUBRIDADE S.A. e, ato contínuo, faço a abertura do prazo para a apresentação dos estudos objeto deste Procedimento de Manifestação de Interesse, observado o limite de 120 (cento e vinte dias) dias, a contar da publicação no Diário Oficial dos Municípios (SC).

Brusque (SC), 03 de maio de 2016.
ROBERTO PEDRO PRUDÊNCIO NETO
Prefeito Municipal

EDITAL Nº 001/2016 - SEFAZ

MUNICÍPIO DE BRUSQUE

SECRETARIA DA FAZENDA – SEFAZ

EDITAL Nº 001/2016

NOTIFICAÇÃO DE CONTRIBUINTES DE LANÇAMENTO TRIBUTÁRIO

O Secretário Fazenda do Município de Brusque, no uso de suas atribuições legais e considerando que não se obteve êxito na localização dos contribuintes abaixo relacionados, resolve promover a notificação por edital, conforme disposto no artigo 176-A, inciso V da Lei Complementar Municipal n. 34/94.

Ficam os contribuintes abaixo relacionados notificados da imposição de multa aplicada pela fiscalização tributária da Secretaria da Fazenda do Município de Brusque/SC, com base no artigo 114, inciso I, alínea b, por infração ao artigo 20, inciso III, ambos da Lei Complementar Municipal n. 034/94.

Os contribuintes abaixo identificados devem, portanto, comparecer na Secretaria da Fazenda, localizada na Praça das Bandeiras, n. 77, térreo, Centro, Brusque/SC, para promover a regularização da situação fática de seu cadastro mobiliário de contribuintes junto ao Município de Brusque.

NOME/RAZÃO SOCIAL	CPF/CNPJ
AMIR PINTO – CONSTRUÇÕES - ME	06.277.387/0001-04
ANAIR VANELLI FOPPA - ME	11.247.953/0001-75
ANDERFIL INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA.	00.551.866/0001-90
ARTE FINAL INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE ARTESANATOS LTDA - ME	80.993.280/0001-15
ATACADÃO 199 LTDA - ME	02.087.891/0001-90
AUXÍLIO COMERCIAL CONTABILIDADE E CONSULTORIA LTDA - ME	03.497.076/0001-62
AVIÁRIO SELEÇÃO PRODUTOS AGROPECUÁRIOS LTDA - ME	03.644.947/0001-23
BARAH CONFECÇÕES LTDA. - ME	10.343.800/0001-69
BARNI & BARNI SISTEMAS DE INFORMÁTICA LTDA - ME	05.074.551/0001-13
BENE MANE CONFECÇÕES E LANCHES LTDA - ME	02.152.245/0001-60
BLUE TOPAZ FASHION CONFECÇÕES LTDA.	00.957.603/0001-86
BROTOS CONFECÇÕES LTDA - ME	83.445.064/0001-23
BRUSCORDAS INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE CORDAS LTDA - ME	05.401.589/0001-53
BUILT INDUSTRIAL ELETRODOMÉSTICOS EIRELI	04.113.146/0001-02
C2D3 PROCESSAMENTO DE DADOS LTDA - ME	10.245.430/0001-27
CASA NOSTRA CANTINA ITALIANA LTDA	02.632.141/0001-52
CHAPLIM EDITORA & COMUNICAÇÃO LTDA.	02.792.875/0001-07
CLADIONOR BRITO FRANCA	02.396.165/0001-50
CLIPACIONAL CLÍNICA CAPOEIRAS CAETANO	02.154.194/0002-96
AUTO GESTÃO EM SAÚDE LTDA.	
COMERCIAL ICO MÁQUINAS LTDA	76.851.120/0001-64
COMERCIAL TRICHE LTDA - EPP	05.407.605/0001-15
COMÉRCIO DE BEBIDAS T. J. LTDA - ME	03.937.293/0001-26
COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES TEIXEIRA LTDA - ME	79.302.949/0001-04
CONFECÇÕES JOVANI LTDA - ME	82.099.649/0001-76
TOSATTO CONFECÇÕES LTDA – EPP / COURO	
ANIMAL LTDA – ME	02.831.465/0003-81
CRISTIANO PIRES PEREIRA - ME	04.337.776/0001-52
CSV – COMÉRCIO DE MÓVEIS E ELETRODOMÉSTICOS LTDA - ME	07.426.514/0001-52
CURRY E CIA LTDA - ME	72.258.601/0002-90
DIRLENE DE FÁTIMA CASTRO - ME	02.102.356/0001-61
DOIS IRMÃOS CONFECÇÕES LTDA - ME	04.570.229/0001-12
DORACI MAFRA	02.275.776/0001-40

INKAFARMA COMÉRCIO FARMACEUTICO S.A. / DROGAMED COM DE MEDICAMENTOS E PERF. S/A	78.167.046/0098-10
ELISEU MULLER JUNIOR - ME	03.352.936/0001-70
ELTON EDUARDO SILVESTRE STEIL	03.532.186/0001-18
EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA VIDAL RAMOS LTDA.	02.828.629/0001-50
ESTAMPARIA HOT STAMP LTDA - ME	82.964.248/0001-37
ESTILO COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA	79.010.047/0001-96
EVERSON ROBSON GUGEL	066.378.879-00
FÁBRICA DE CARROCERIAS ZUCCO LTDA - ME	82.989.500/0001-62
FATIMA ROSELI BONAMENTE - ME	72.472.210/0001-93
FERNANDO RICARDO CAETANO - ME	01.245.243/0001-52
FERREP REPRESENTAÇÕES LTDA	02.838.279/0001-02
MEGA IMAGEM VIDEOLOCADORA E CONVENIÊNCIAS LTDA - ME / FLORICULTURA LA BELLA	86.705.464/0001-19
FURQUIM & LIMA LTDA - ME	03.752.484/0001-13
GIACHINI CONFECÇÕES LTDA - ME	05.737.175/0001-08
GISELE APARECIDA MULLER	004.989.969-48
HEZBIER CERVEJARIA LTDA	05.848.489/0001-70
HILDEGARD FERREIRA - ME	02.705.072/0001-60
IHLAR INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS TEXTEIS LTDA	79.013.884/0002-50
IMPÉRIOS INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE CONFECÇÕES LTDA - ME	81.548.869/0002-58
IMPRESSÃO DIGITAL IND E COM DE CONFECÇÕES LTDA.	01.303.709/0001-29
IN IK SHON CHANG	02.349.923/0001-89
INDÚSTRIA DE CALÇADOS FLOWER LTDA - ME	80.160.765/0001-28
INDUSTRIA E COMÉRCIO DE CEREAIS VOLTA GRANDE LTDA - EPP	08.698.890/0001-69
INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE VIDROS TEMPERADOS AGUA VERDE LTDA - EPP	05.356.218/0002-88
IVANIR GONÇALVES DE SOUZA - ME FIL-01	85.311.165/0002-18
IZABEL BERNARDINO DA SILVA - ME	05.904.102/0001-55
JEFFERSON DAVI CLASEN	05.794.791/0001-92
JOSÉ ELIAS DE SOUZA	04.539.925/0001-66
JOSI MALHAS LTDA	81.803.165/0001-01
KOHLER FRIAMBERIA E MERCEARIA LTDA - EPP	07.284.159/0001-24
L - QUIM PRODUTOS QUÍMICOS LTDA	05.400.026/0001-40
LANCHONETE MAÇANEIRO LTDA	85.276.913/0001-98
LUMINBRUS LUMINOSOS BRUSQUE LTDA.	02.275.777/0001-94
LATINA FIOS TEXTEIS LTDA / M. FIBRAS COM E REPRES. LTDA	03.588.680/0002-85
MARCHETTI COMÉRCIO DE AUTOPEÇAS EIRELI - EPP	06.089.566/0002-07
MARIA IVANETE DOS SANTOS	73.228.090/0001-46
MARLENE FERREIRA - ME	86.866.837/0001-33
MERCEARIA NOVA BRASÍLIA LTDA	03.094.525/0001-21
METALURGICA IBIT LTDA. - ME	75.414.557/0001-78
MIRIAN PONIKIESKI HONORIO - ME	01.708.210/0001-00
MULLER REPRESENTAÇÕES TÊXTEIS LTDA - ME	78.659.547/0001-90
NASSA MODAS LTDA	02.802.680/0001-92
NILTON MARIANN	017.930.919-60
NOEMY CONFECÇÕES LTDA - ME	00.527.179/0001-30
NORBERTO CARLOS IMMIAWOWSKY	03.481.192/0001-93
OTREBRON MERCANTILE LTDA	03.055.764/0001-72
PEOPLE MODEL AGENCY - ORGANIZAÇÃO DE EVENTOS LTDA	06.376.387/0001-61
PONTO DA MULEKADA LTDA - ME	05.074.338/0001-01
PRODUTEX INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS TEXTEIS EIRELI	80.428.709/0002-02
LUIS CARLOS PRUNER / PRUNER L. REFLETIVOS ME	02.222.385/0001-67

RESTAURANTE E CONFEITARIA KOEHLER LTDA - ME	79.921.615/0001-00
ROBIN EDY CLARO SILVA - ME	04.796.038/0001-73
ROSEPAN PADARIA E SORVETERIA LTDA - ME	01.002.802/0001-01
S&U MODAS INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA	01.622.967/0001-78
SALES MECÂNICA DO GASPAR LTDA - ME	11.319.148/0001-00
SANT-MOR COMÉRCIO E CONFECÇÃO LIMITADA - ME	02.539.474/0001-31
SANTOBRASIL - COMÉRCIO DE CONFECÇÕES LTDA - EPP	54.038.997/0001-06
SEASHORE INDÚSTRIA DO VESTUÁRIO LTDA	79.012.886/0001-43
SENTIDO OBRIGATÓRIO COMÉRCIO E CONFECÇÕES LTDA - ME	86.975.000/0001-22
SERVIÇOS FERNANDES LTDA.	03.486.682/0001-82
SILVANIA APARECIDA REZINI - EPP	11.174.445/0001-04
SINAL PARK SUL ESTACIONAMENTOS LTDA-MAT./ AREA VIP ESTACIONAMENTOS LTDA - ME	02.996.747/0001-77
STAR VESTI CONFECÇÕES LTDA - ME	02.484.945/0002-32
SULAMOR INDÚSTRIA COMÉRCIO E CONFECÇÕES LTDA M E - ME	79.491.247/0001-08
TECELAGEM SIZANA LTDA	03.192.163/0001-01
TEREZINHA PERINI - ME	02.810.282/0001/18
TEXTIL B WORK LTDA - EPP	08.110.539/0001-05
THIAGO NICOLETTI COMERCIANTE - ME	11.493.382/0001-59
THIAGO THALES TAFNER	031.189.899-80
THICAS CRIAÇÕES INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE CONFECÇÕES LTDA - EPP	86.975.380/0001-03
USO LETAL COMÉRCIO E CONFECÇÃO LTDA / AGLA'S CONFECÇÕES LTDA - ME	82.122.748/0002-02
VALCIONIR TABONI	909.508.529-53
VIDRAÇARIA LV LTDA - ME	04.181.410/0001-37
VILMAR LEONIR MERIZIO - ME	01.772.468/0001-67
VITRAN MANEQUINS LTDA	02.771.069/0001-44
WILSON BERTOLINI	72.185.713/0001-88

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE CONTRIBUINTES PARA RETIRADA DE DOCUMENTOS

O Secretário Fazenda do Município de Brusque, no uso de suas atribuições legais e considerando que não se obteve êxito na localização dos contribuintes abaixo relacionados, resolve promover a notificação por edital, conforme disposto no artigo 176-A, inciso V da Lei Complementar Municipal n. 34/94.

Ficam os contribuintes abaixo relacionados notificados a comparecer na Secretaria da Fazenda, localizada na Praça das Bandeiras, n. 77, térreo, Centro, Brusque/SC, para retirada de documentos.

NOME/RAZÃO SOCIAL	CPF/CNPJ
Edson Scuzziatto EDSON SCUZZIATTO	019.467.209-33
SCHMITT, SILVA & SILVEIRA ADVOGADOS	07.964.650/0001-04

Marcos Bernhardt
Secretário da Fazenda

Silvia Regina Sdrigotti
Auditora Fiscal Tributária

Precila Andrade Tadiotto Villar
Auditora Fiscal Tributária

Vanessa Severiano
Auditora Fiscal Tributária

PORTARIA Nº 928/2016

PORTARIA Nº 928/2016

Considerando a Resolução TSE nº 20.753 de 07/12/2001, que em seu Art. 1º diz que o serviço eleitoral prefere a qualquer outro, é obrigatório e não interrompe o interstício de promoção dos funcionários para ele requisitados (Código Eleitoral Art. 365) e em seu Art. 2º diz que, os servidores públicos da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Territórios, dos Municípios e das autarquias poderão ser requisitados para prestar serviços à Justiça Eleitoral, com ônus para o órgão de Origem do servidor requisitado;

Considerando o Ofício ZE 005 nº 016/2015, expedido pelo Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina, Juízo da 5ª Zona Eleitoral – Brusque, que requisita funcionários públicos para prestarem serviços a Justiça Eleitoral;

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque c/c o Decreto Municipal nº. 7.056/2013;

RESOLVE:

Art. 1º – Autorizar a cessão da servidora MIRIAM RIBEIRO VIANTE, matrícula nº 16489, ocupante do cargo efetivo, de Agente Administrativo, lotada na Secretaria Municipal de Educação, com carga horária de 40 horas semanais, para a 5ª Zona Eleitoral de Brusque, a partir de 02/05/2016;

Parágrafo Primeiro: A cessão supracitada, se dá, com fulcro no art 365do Código Eleitoral c/c os arts. 1º e 6º ambos da Resolução TSE nº 20.753/2000 e, Ofício ZE 005, nº 016/2015 expedido pelo Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina, Juízo da 5ª Zona Eleitoral – Brusque;

Parágrafo Segundo: A cessão se dá pelo prazo de até 31 de dezembro de 2016, conforme solicitado no ofício ZE 005 nº 016/2015, com base no § único do Art. 7º da Resolução TSE nº 20.753/2000..

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 02/05/2016, revogadas as disposições em contrário, especialmente a Portaria nº 866/2016 de 02/05/2016.

Prefeitura Municipal de Brusque, 10 de Maio de 2016
CRISTIANO BITTENCOURT
Secretária de Orçamento e Gestão

JOEL CESAR SCHWAMBERGER
Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 813/2016

PORTARIA Nº 813/2016

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque c/c Decreto Municipal de nº 7.056/2013,

Art. 1º – Considerar estável, após término do Estágio Probatório, a servidora INDIRA BLUNING, matrícula nº 546216, nomeada pela Portaria nº 8.529/2013, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Educador Social, por ter preenchido os requisitos relativos à aquisição de estabilidade no serviço público.

Parágrafo 1º – A estabilidade de que trata o caput deste artigo, se dá com fulcro no Art. 26, § 2º, c/c Art. 27, § 2º, da LC 147/2009, regulamentado pelo Decreto 6287/2010, e nos termos do parecer da comissão de avaliação do estágio probatório.

Art. 2º – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 22/04/2016, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 22 de Abril de 2016.
CRISTIANO BITTENCOURT
Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

JOEL CESAR SCHWAMBERGER
Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 870/2016

PORTARIA Nº 870/2016

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque c/c Decreto Municipal de nº 7.056/2013,

Art. 1º – Considerar estável, após término do Estágio Probatório, o servidor ANDRE GUSTAVO DE CARVALHO MAGALHÃES, matrícula nº 945692, nomeada pela Portaria nº 8.388/2013, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Técnico em Vigilância Sanitária, por ter preenchido os requisitos relativos à aquisição de estabilidade no serviço público.

Parágrafo 1º – A estabilidade de que trata o caput deste artigo, se dá com fulcro no Art. 26, § 2º, c/c Art. 27, § 2º, da LC 147/2009, regulamentado pelo Decreto 6287/2010, e nos termos do parecer da comissão de avaliação do estágio probatório.

Art. 2º – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 08/02/2016, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 02 de Maio de 2016.
CRISTIANO BITTENCOURT
Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

JOEL CESAR SCHWAMBERGER
Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 871/2016

PORTARIA Nº 871/2016

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque c/c Decreto Municipal de nº 7.056/2013,

Art. 1º – Considerar estável, após término do Estágio Probatório, a servidora LUCIANA GOULART MEDEIROS, matrícula nº 941565, nomeada pela Portaria nº 8.338/2012, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Cirurgião Dentista, por ter preenchido os requisitos relativos à aquisição de estabilidade no serviço público.

Parágrafo 1º – A estabilidade de que trata o caput deste artigo, se dá com fulcro no Art. 26, § 2º, c/c Art. 27, § 2º, da LC 147/2009, regulamentado pelo Decreto 6287/2010, e nos termos do parecer da comissão de avaliação do estágio probatório.

Art. 2º – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 02/02/2016, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 02 de Maio de 2016.
CRISTIANO BITTENCOURT
Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

JOEL CESAR SCHWAMBERGER
Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 872/2016

PORTARIA Nº 872/2016

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque c/c Decreto Municipal de nº 7.056/2013,

Art. 1º – Considerar estável, após término do Estágio Probatório, a servidora MARIA CLARICE DA SILVA, matrícula nº 477214, nomeada pela Portaria nº 8.313/2012, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Servente de Serviços Gerais, por ter preenchido os requisitos relativos à aquisição de estabilidade no serviço público.

Parágrafo 1º – A estabilidade de que trata o caput deste artigo, se dá com fulcro no Art. 26, § 2º, c/c Art. 27, § 2º, da LC 147/2009, regulamentado pelo Decreto 6287/2010, e nos termos do parecer da comissão de avaliação do estágio probatório.

Art. 2º – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 08/01/2016, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 02 de Maio de 2016.

CRISTIANO BITTENCOURT

Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

JOEL CESAR SCHWAMBERGER

Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 873/2016

PORTARIA Nº 873/2016

Considerando a insuficiência de pessoal para a execução das atividades junto a Controladoria Geral do Município que encontra-se em processo de reestruturação;

Considerando a solicitação da Controladoria Geral do Município, de um Agente Administrativo que estará atuando dentro de suas atribuições de cargo, não ocorrendo desvio de função e, contribuirá para dar melhor andamento aos processos de controle interno;

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 111, II, a e §1º da Lei Orgânica Municipal c/c o Decreto Municipal nº. 7.056/2013;

RESOLVE:

Art. 1º – Autorizar a remoção do servidor DAVI RIBEIRO PEROTTINI, matrícula nº 886955, ocupante do cargo efetivo de Agente Administrativo, lotado na Secretaria Municipal de Educação, com carga horária de 40 horas semanais, para a Controladoria Geral do Município, a partir de 02/05/2016.

Parágrafo Único – A remoção que trata o artigo supracitado dar-se-á de ofício, pelo interesse da administração, com fulcro no art. 45 parágrafo único, c/c art. 50 e seu parágrafo, da LC 147/2009 e, pelo Servidor estar retornando da cessão para a 86ª Zona Eleitoral de Brusque, devido a não aceitação pelo Tribunal Regional Eleitoral, de servidores não estáveis no serviço público.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 02/05/2016, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 02 de Maio de 2016

CRISTIANO BITTENCOURT

Secretária de Orçamento e Gestão

JOEL CESAR SCHWAMBERGER
Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 879/2016

PORTARIA Nº 879/2016

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque c/c Decreto Municipal de nº 7.056/2013,

Art. 1º – Considerar estável, após término do Estágio Probatório, a servidora LUCIMARA PRETI FORBES, matrícula nº 660841, nomeada pela Portaria nº 8.333/12, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Professor, por ter preenchido os requisitos relativos à aquisição de estabilidade no serviço público.

Parágrafo 1º – A estabilidade de que trata o caput deste artigo, se dá com fulcro no Art. 26, § 2º, c/c Art. 27, § 2º, da LC 147/2009, regulamentado pelo Decreto 6287/2010, e nos termos do parecer da comissão de avaliação do estágio probatório.

Art. 2º – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 03/03/2016, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 03 de Maio de 2016.

CRISTIANO BITTENCOURT

Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

JOEL CESAR SCHWAMBERGER

Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 880/2016

PORTARIA Nº 880/2016

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque c/c Decreto Municipal de nº 7.056/2013,

Art. 1º – Considerar estável, após término do Estágio Probatório, a servidora MAIELA QUINOTO IMOHE, matrícula nº 409537, nomeada pela Portaria nº 8.470/2013, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Fisioterapeuta, por ter preenchido os requisitos relativos à aquisição de estabilidade no serviço público.

Parágrafo 1º – A estabilidade de que trata o caput deste artigo, se dá com fulcro no Art. 26, § 2º, c/c Art. 27, § 2º, da LC 147/2009, regulamentado pelo Decreto 6287/2010, e nos termos do parecer da comissão de avaliação do estágio probatório.

Art. 2º – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 25/03/2016, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 03 de Maio de 2016.

CRISTIANO BITTENCOURT

Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

JOEL CESAR SCHWAMBERGER

Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 887/2016

PORTARIA Nº 887/2016

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque c/c Decreto Municipal de nº 7.056/2013,

Art. 1º – Considerar estável, após término do Estágio Probatório, o servidor MARCELO BRUNO CASTRO DA SILVA, matrícula nº 1003127, nomeada pela Portaria nº 8.460/2013, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Cirurgião Dentista Especialista, por ter preenchido os requisitos relativos à aquisição de estabilidade no serviço público.

Parágrafo 1º – A estabilidade de que trata o caput deste artigo, se dá com fulcro no Art. 26, § 2º, c/c Art. 27, § 2º, da LC 147/2009, regulamentado pelo Decreto 6287/2010, e nos termos do parecer da comissão de avaliação do estágio probatório.

Art. 2º – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 15/03/2016, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 04 de Maio de 2016.

CRISTIANO BITTENCOURT

Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

JOEL CESAR SCHWAMBERGER

Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 888/2016

PORTARIA Nº 888/2016

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque c/c Decreto Municipal de nº 7.056/2013,

Art. 1º – Considerar estável, após término do Estágio Probatório, a servidora MARLENE BRESCIANI CORREA DO NASCIMENTO, matrícula nº 414905, nomeada pela Portaria nº 8.313/2012, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Servente de Serviços Gerais, por ter preenchido os requisitos relativos à aquisição de estabilidade no serviço público.

Parágrafo 1º – A estabilidade de que trata o caput deste artigo, se dá com fulcro no Art. 26, § 2º, c/c Art. 27, § 2º, da LC 147/2009, regulamentado pelo Decreto 6287/2010, e nos termos do parecer da comissão de avaliação do estágio probatório.

Art. 2º – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 08/01/2016, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 04 de Maio de 2016.

CRISTIANO BITTENCOURT

Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

JOEL CESAR SCHWAMBERGER

Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 889/2016

PORTARIA Nº 889/2016

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque c/c Decreto Municipal de nº 7.056/2013,

Art. 1º – Considerar estável, após término do Estágio Probatório, a servidora DORINEZ DE JESUS, matrícula nº 411205, nomeada pela Portaria nº 8.692/2012, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Servente de Serviços Gerais, por ter preenchido os requisitos relativos à aquisição de estabilidade no serviço público.

Parágrafo 1º – A estabilidade de que trata o caput deste artigo, se dá com fulcro no Art. 26, § 2º, c/c Art. 27, § 2º, da LC 147/2009, regulamentado pelo Decreto 6287/2010, e nos termos do parecer da comissão de avaliação do estágio probatório.

Art. 2º – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 01/04/2016, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 04 de Maio de 2016.

CRISTIANO BITTENCOURT

Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

JOEL CESAR SCHWAMBERGER

Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 890/2016

PORTARIA Nº 890/2016

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque c/c Decreto Municipal de nº 7.056/2013,

Art. 1º – Considerar estável, após término do Estágio Probatório, a servidora FABIANA DEMETRIO, matrícula nº 944181, nomeada pela Portaria nº 8398/2013, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Assistente Social, por ter preenchido os requisitos relativos à aquisição de estabilidade no serviço público.

Parágrafo 1º – A estabilidade de que trata o caput deste artigo, se dá com fulcro no Art. 26, § 2º, c/c Art. 27, § 2º, da LC 147/2009, regulamentado pelo Decreto 6287/2010, e nos termos do parecer da comissão de avaliação do estágio probatório.

Art. 2º – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 22/03/2016, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 04 de Maio de 2016.

CRISTIANO BITTENCOURT

Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

JOEL CESAR SCHWAMBERGER

Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 891/2016

PORTARIA Nº 891/2016

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque c/c Decreto Municipal de nº 7.056/2013,

Art. 1º – Considerar estável, após término do Estágio Probatório, a servidora MARINES SOARES DEZIDERIO DOS SANTOS, matrícula nº 383325, nomeada pela Portaria nº 8.318/2012, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Professor, por ter preenchido os requisitos relativos à aquisição de estabilidade no serviço público.

Parágrafo 1º – A estabilidade de que trata o caput deste artigo, se dá com fulcro no Art. 26, § 2º, c/c Art. 27, § 2º, da LC 147/2009, regulamentado pelo Decreto 6287/2010, e nos termos do parecer da comissão de avaliação do estágio probatório.

Art. 2º – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 28/02/2016, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 04 de Maio de 2016.
CRISTIANO BITTENCOURT
Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

JOEL CESAR SCHWAMBERGER
Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 892/2016

PORTARIA Nº 892/2016

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque c/c Decreto Municipal de nº 7.056/2013,

Art. 1º – Considerar estável, após término do Estágio Probatório, a servidora RITA SUZANA NAISSER, matrícula nº 941760, nomeada pela Portaria nº 8.387/2013, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Assistente Social, por ter preenchido os requisitos relativos à aquisição de estabilidade no serviço público.

Parágrafo 1º – A estabilidade de que trata o caput deste artigo, se dá com fulcro no Art. 26, § 2º, c/c Art. 27, § 2º, da LC 147/2009, regulamentado pelo Decreto 6287/2010, e nos termos do parecer da comissão de avaliação do estágio probatório.

Art. 2º – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 08/02/2016, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 04 de Maio de 2016.
CRISTIANO BITTENCOURT
Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

JOEL CESAR SCHWAMBERGER
Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 896/2016

PORTARIA Nº 896/2016

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque c/c Decreto Municipal de nº 7.056/2013,

Art. 1º – Considerar estável, após término do Estágio Probatório, a servidora SONIA MARIA DA SILVA, matrícula nº 337692, nomeada pela Portaria nº 8.333/2012, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Professor, por ter preenchido os requisitos relativos à aquisição de estabilidade no serviço público.

Parágrafo 1º – A estabilidade de que trata o caput deste artigo, se dá com fulcro no Art. 26, § 2º, c/c Art. 27, § 2º, da LC 147/2009, regulamentado pelo Decreto 6287/2010, e nos termos do parecer da comissão de avaliação do estágio probatório.

Art. 2º – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 02/02/2016, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 05 de Maio de 2016.
CRISTIANO BITTENCOURT
Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

JOEL CESAR SCHWAMBERGER
Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 897/2016

PORTARIA Nº 897/2016

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque c/c Decreto Municipal de nº 7.056/2013,

Art. 1º – Considerar estável, após término do Estágio Probatório, o servidor DANIEL CANSIAN FILHO, matrícula nº 1008072, nomeado pela Portaria nº 8.504/2013, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Cirurgião Dentista, por ter preenchido os requisitos relativos à aquisição de estabilidade no serviço público.

Parágrafo 1º – A estabilidade de que trata o caput deste artigo, se dá com fulcro no Art. 26, § 2º, c/c Art. 27, § 2º, da LC 147/2009, regulamentado pelo Decreto 6287/2010, e nos termos do parecer da comissão de avaliação do estágio probatório.

Art. 2º – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 08/04/2016, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 05 de Maio de 2016.
CRISTIANO BITTENCOURT
Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

JOEL CESAR SCHWAMBERGER
Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 898/2016

PORTARIA Nº 898/2016

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque c/c Decreto Municipal de nº 7.056/2013,

Art. 1º – Considerar estável, após término do Estágio Probatório, a servidora LISANDRA BUSS CERVI, matrícula nº 312045, nomeada pela Portaria nº 8.542/2013, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Arquiteto, por ter preenchido os requisitos relativos à aquisição de estabilidade no serviço público.

Parágrafo 1º – A estabilidade de que trata o caput deste artigo, se dá com fulcro no Art. 26, § 2º, c/c Art. 27, § 2º, da LC 147/2009, regulamentado pelo Decreto 6287/2010, e nos termos do parecer da comissão de avaliação do estágio probatório.

Art. 2º – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 15/04/2016, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 05 de Maio de 2016.
CRISTIANO BITTENCOURT
Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

JOEL CESAR SCHWAMBERGER
Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 899/2016

PORTARIA Nº 899/2016

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque c/c Decreto Municipal de nº 7.056/2013,

Art. 1º – Considerar estável, após término do Estágio Probatório, o servidor RICARDO LUIZ VIDOTTO, matrícula nº 461652, nomeado pela Portaria nº 8.333/2012, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Professor, por ter preenchido os requisitos relativos à aquisição de estabilidade no serviço público.

Parágrafo 1º – A estabilidade de que trata o caput deste artigo, se dá com fulcro no Art. 26, § 2º, c/c Art. 27, § 2º, da LC 147/2009, regulamentado pelo Decreto 6287/2010, e nos termos do parecer da comissão de avaliação do estágio probatório.

Art. 2º – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 02/02/2016, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 05 de Maio de 2016.
CRISTIANO BITTENCOURT
Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

JOEL CESAR SCHWAMBERGER
Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 900/2016

PORTARIA Nº 900/2016

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque c/c Decreto Municipal de nº 7.056/2013,

Art. 1º – Considerar estável, após término do Estágio Probatório, a servidora CHARLENE ORLANDI CLEMER, matrícula nº 681881, nomeada pela Portaria nº 8.333/2012, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Professor, por ter preenchido os requisitos relativos à aquisição de estabilidade no serviço público.

Parágrafo 1º – A estabilidade de que trata o caput deste artigo, se dá com fulcro no Art. 26, § 2º, c/c Art. 27, § 2º, da LC 147/2009, regulamentado pelo Decreto 6287/2010, e nos termos do parecer da comissão de avaliação do estágio probatório.

Art. 2º – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 02/02/2016, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 05 de Maio de 2016.
CRISTIANO BITTENCOURT
Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

JOEL CESAR SCHWAMBERGER
Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 901/2016

PORTARIA Nº 901/2016

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque c/c Decreto Municipal de nº 7.056/2013,

Art. 1º – Considerar estável, após término do Estágio Probatório, a servidora ELIZABETH AZEVEDO DOS SANTOS DA LUZ SILVA, matrícula nº 14591 nomeada pela Portaria nº 8.333/2012, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Professor, por ter preenchido os requisitos relativos à aquisição de estabilidade no serviço público.

Parágrafo 1º – A estabilidade de que trata o caput deste artigo, se dá com fulcro no Art. 26, § 2º, c/c Art. 27, § 2º, da LC 147/2009, regulamentado pelo Decreto 6287/2010, e nos termos do parecer da comissão de avaliação do estágio probatório.

Art. 2º – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 02/02/2016, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 05 de Maio de 2016.
CRISTIANO BITTENCOURT
Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

JOEL CESAR SCHWAMBERGER
Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 902/2016

PORTARIA Nº 902/2016

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque c/c Decreto Municipal de nº 7.056/2013,

Art. 1º – Considerar estável, após término do Estágio Probatório, o servidor KLEBER FERNANDES FRANÇA, matrícula nº 1003216, nomeado pela Portaria nº 8.470/2013, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Técnico em Enfermagem, por ter preenchido os requisitos relativos à aquisição de estabilidade no serviço público.

Parágrafo 1º – A estabilidade de que trata o caput deste artigo, se dá com fulcro no Art. 26, § 2º, c/c Art. 27, § 2º, da LC 147/2009, regulamentado pelo Decreto 6287/2010, e nos termos do parecer da comissão de avaliação do estágio probatório.

Art. 2º – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 09/04/2016, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 05 de Maio de 2016.
CRISTIANO BITTENCOURT
Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

JOEL CESAR SCHWAMBERGER
Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 906/2016

PORTARIA Nº 906/2016

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque c/c Decreto Municipal de nº 7.056/2013,

Art. 1º – Considerar estável, após término do Estágio Probatório, a servidora SIMONE CAVAGNA BIZARI, matrícula nº 508659, nomeada pela Portaria nº 8.333/2012, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Professor, por ter preenchido os requisitos relativos à aquisição de estabilidade no serviço público.

Parágrafo 1º – A estabilidade de que trata o caput deste artigo, se dá com fulcro no Art. 26, § 2º, c/c Art. 27, § 2º, da LC 147/2009, regulamentado pelo Decreto 6287/2010, e nos termos do parecer da comissão de avaliação do estágio probatório.

Art. 2º – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 02/02/2016, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 06 de Maio de 2016.
CRISTIANO BITTENCOURT
Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

JOEL CESAR SCHWAMBERGER
Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 907/2016

PORTARIA Nº 907/2016

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque c/c Decreto Municipal de nº 7.056/2013,

Art. 1º – Considerar estável, após término do Estágio Probatório, a servidora VAGNER RICARDO ABREU GUIDALLI, matrícula nº 1008293, nomeado pela Portaria Nº 8.541/2013, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Técnico em Enfermagem por ter preenchido os requisitos relativos à aquisição de estabilidade no serviço público.

Parágrafo 1º – A estabilidade de que trata o caput deste artigo, se dá com fulcro no Art. 26, § 2º, c/c Art. 27, § 2º, da LC 147/2009, regulamentado pelo Decreto 6287/2010, e nos termos do parecer da comissão de avaliação do estágio probatório.

Art. 2º – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 29/04/2016, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 06 de Maio de 2016.
CRISTIANO BITTENCOURT
Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

JOEL CESAR SCHWAMBERGER
Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 0918/2016

PORTARIA Nº 0918/2016, de 09 de maio de 2016.

“Instaura Processo Administrativo Disciplinar, nomeia Comissão Processante e dá outras providências.”

O SECRETÁRIO DE ORÇAMENTO E GESTÃO, no uso de suas atribuições e da delegação prevista no art. 1º do Decreto 7.056/13,

RESOLVE:

Art.1º - Instaurar Processo Administrativo Disciplinar com base no art. 208 e 210, II, da Lei Complementar 147/2009, c/c Decreto nº 7.056/2013, em desfavor da servidora SORAIA RÉGIS, ocupante do cargo de Professora, lotada junto à Secretaria de Educação desta Municipalidade, portadora do CPF nº 038.524.209-85, matrícula nº 445096-03, para apurar os fatos relatados junto ao Ofício nº 105/2015/IBPREV/DE e anexos, bem como do despacho de 14/04/2016, exarado pelo Diretor de Recursos Humanos desta Municipalidade, na forma do art. 208 e 210, II da Lei Complementar 147/2009 c/c Decreto nº 7.056/2013, tendente a apurar a autoria dos atos infracionais em desfavor da servidora supra-mencionada, bem como em verificação de que as condutas praticadas se amoldam aos dispositivos da Lei Complementar 147/2009, e possam caracterizar, em tese, afronta aos artigos 174 (São deveres do servidor:); VI (observar as normas legais e regulamentares); e 175 (Ao servidor público é proibido:); XIX (proceder de forma desidiosa); e 188, I (crime contra a Administração Pública); IV (improbidade administrativa); e 263 (O recebimento indevido de benefícios havidos por fraude, dolo ou má fé, aplicará na devolução ao Erário do total auferido, sem prejuízo da ação penal cabível); que estão previstos no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Brusque;

Art.2º - Designar os servidores públicos municipais abaixo relacionados para comporem a Comissão Processante, destinada a conduzir o referido processo administrativo, sendo: Silvia Maria Ferreira (matrícula nº 417-0), Simone Martins (matrícula nº 743585-00), e Elisabetha Soares Clerice - representante sindical (matrícula nº 1783-3);

Art. 3º - A Comissão, ora constituída, terá acesso a toda documentação necessária à elucidação dos fatos, bem como deverá colher quaisquer depoimentos e informações que julgar pertinentes;

Parágrafo Primeiro: O indiciado poderá ser representado por procurador constituído ao apresentar a defesa prévia e deverá indicar o endereço para receber intimações/notificações;

Parágrafo Segundo: Considerar-se-á revel o indiciado que, regularmente citado / intimado, não apresentar defesa no prazo legal;

Art. 4º - A Comissão ora constituída, terá o prazo de 60 (sessenta) dias para apresentação do Relatório Final, podendo ser prorrogado a pedido da Comissão, quando as circunstâncias exigirem, possibilitando o contraditório e a ampla defesa (inciso LV, art. 5º, CF/88);

Art. 5º - Esta Portaria entrará em vigor na data de publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Registre-se e Publique-se.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 09 de maio de 2016.

CRISTIANO BITTENCOURT

Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

PORTARIA Nº 0919/2016

PORTARIA Nº 0919/2016, de 09 de maio de 2016.

"Instaura Processo Administrativo Disciplinar, nomeia Comissão Processante e dá outras providências."

O SECRETÁRIO DE ORÇAMENTO E GESTÃO, no uso de suas atribuições e da delegação prevista no art. 1º do Decreto 7.056/13,

RESOLVE:

Art.1º - Instaurar Processo Administrativo Disciplinar com base no art. 208 e 210, II, da Lei Complementar 147/2009, c/c Decreto nº 7.056/2013, em desfavor do servidor EVERTON LUIZ LOPES, técnico de enfermagem, lotado na Secretaria de Saúde desta Municipalidade, portador do CPF nº 025.674.739-39, matrícula nº 724556-00, para apurar os fatos constantes dos Boletins de Ocorrência nºs 00034-2016-01989 e 00034-2016-01940, bem como do despacho de 22/04/2016, exarado pelo Diretor de Recursos Humanos desta Municipalidade, na forma do art. 208 e 210, II da Lei Complementar 147/2009 c/c Decreto nº 7.056/2013, tendente a apurar a autoria dos atos infracionais em desfavor do servidor supra-mencionado, bem como em verificação de que as condutas praticadas se amoldam aos dispositivos da Lei Complementar 147/2009, e possam caracterizar, em tese, afronta aos artigos: 174 (São deveres do servidor:); IV (discriminação); V (tratar com cortesia as pessoas); VII (cumprir as ordens superiores, salvo quando manifestamente ilegais); e 175 (Ao servidor público é proibido:); IV (opor resistência injustificada ao andamento de documento, processo ou execução de serviço); V (referir-se de modo depreciativo ou desrespeitoso às autoridades públicas, aos cidadãos ou aos atos do Poder Público, no recinto da repartição); e 188, V (incontinência pública e conduta escandalosa em serviço) ; e VI (insubordinação grave em serviço), que estão previstos no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Brusque;

Art.2º - Designar os servidores públicos municipais abaixo relacionados para comporem a Comissão Processante, destinada a conduzir o referido processo administrativo, sendo: Luiz Ganesini (matrícula nº 7978-0), Helena Karing Assunção (matrícula nº 7769-4), e Elisabetha Soares Clerice – representante sindical (matrícula nº 17833-0);

Art. 3º - A Comissão, ora constituída, terá acesso a toda

documentação necessária à elucidação dos fatos, bem como deverá colher quaisquer depoimentos e informações que julgar pertinentes;

Parágrafo Primeiro: O indiciado poderá ser representado por procurador constituído ao apresentar a defesa prévia e deverá indicar o endereço para receber intimações/notificações;

Parágrafo Segundo: Considerar-se-á revel o indiciado que, regularmente citado / intimado, não apresentar defesa no prazo legal;

Art. 4º - A Comissão ora constituída, terá o prazo de 60 (sessenta) dias para apresentação do Relatório Final, podendo ser prorrogado a pedido da Comissão, quando as circunstâncias exigirem, possibilitando o contraditório e a ampla defesa (inciso LV, art. 5º, CF/88);

Art. 5º - Esta Portaria entrará em vigor na data de publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Registre-se e Publique-se.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 09 de maio de 2016.

CRISTIANO BITTENCOURT

Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

PORTARIA Nº 0920/2016

PORTARIA Nº 0920/2016, de 09 de maio de 2016.

"Instaura Processo Administrativo Disciplinar, nomeia Comissão Processante e dá outras providências."

O SECRETÁRIO DE ORÇAMENTO E GESTÃO, no uso de suas atribuições e da delegação prevista no art. 1º do Decreto 7.056/13 e no art. 212 da Lei Complementar 147/2009,

RESOLVE:

Art.1º - Instaurar Processo Administrativo Disciplinar com base no art. 208 e 210, II, da Lei Complementar 147/2009, c/c Decreto nº 7.056/2013 c/c Lei Complementar 3.913/2015, em desfavor do servidor A. F., para apurar os fatos relatados junto ao Boletim de Ocorrência nº 00034.2015.08189, bem como do despacho de 22/04/2016, exarado pelo Diretor de Recursos Humanos desta Municipalidade, na forma do art. 208 e 210, II da Lei Complementar 147/2009 c/c Decreto nº 7.056/2013, c/c Lei Complementar 3.913/2015, tendente a apurar a autoria dos atos infracionais em desfavor do servidor supra-mencionado, bem como em verificação de que as condutas praticadas se amoldam aos dispositivos da Lei Complementar 147/2009, e possam caracterizar, em tese, afronta aos artigos 174 (São deveres do servidor:); I (exercer com zelo e dedicação as atribuições do cargo, emprego ou função); IV (discriminação); V (tratar com cortesia as pessoas); VI (observar as normas legais e regulamentares); e 175 (Ao servidor público é proibido:); V (referir-se de modo depreciativo ou desrespeitoso às autoridades públicas, aos cidadãos ou aos atos do Poder Público, no recinto da repartição); e 188, V (incontinência pública e conduta escandalosa em serviço), que estão previstos no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Brusque, e nos dispositivos da Lei Complementar nº 3.319/2015 (Assédio Moral);

Art.2º - Designar os servidores públicos municipais abaixo relacionados para comporem a Comissão Processante, destinada a conduzir o referido processo administrativo, sendo: Silvia Maria Ferreira (matrícula nº 417-0), Edson Moser (matrícula nº 678732-01), e José Valdecir Marques dos Santos – representante sindical (matrícula nº 719137-00);

Art. 3º - A Comissão, ora constituída, terá acesso a toda documentação necessária à elucidação dos fatos, bem como deverá colher

quaisquer depoimentos e informações que julgar pertinentes;

Parágrafo Primeiro: O indiciado poderá ser representado por procurador constituído ao apresentar a defesa prévia e deverá indicar o endereço para receber intimações/notificações;

Parágrafo Segundo: Considerar-se-á revel o indiciado que, regularmente citado / intimado, não apresentar defesa no prazo legal;

Art. 4º - A Comissão ora constituída, terá o prazo de 60 (sessenta) dias para apresentação do Relatório Final, podendo ser prorrogado a pedido da Comissão, quando as circunstâncias exigirem, possibilitando o contraditório e a ampla defesa (inciso LV, art. 5º, CF/88);

Art. 5º - Esta Portaria entrará em vigor na data de publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Registre-se e Publique-se.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 09 de maio de 2016.

CRISTIANO BITTENCOURT

Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

PORTARIA Nº 0926/2016

PORTARIA Nº 0926/2016, de 10 de maio de 2016.

"Instaura Processo Administrativo Disciplinar, nomeia Comissão Processante e dá outras providências."

O SECRETÁRIO DE ORÇAMENTO E GESTÃO, no uso de suas atribuições e da delegação prevista no art. 1º do Decreto 7.056/13,

RESOLVE:

Art.1º - Instaurar Processo Administrativo Disciplinar com base no art. 208 e 210, II, da Lei Complementar 147/2009, c/c Decreto nº 7.056/2013, em desfavor dos servidores Marcos Roberto Golle, ocupante do cargo de Agente / Autoridade de Trânsito junto à Secretaria de Trânsito e Mobilidade desta Municipalidade, inscrito no CPF nº 919.189.950-87, portador do RG nº 5069334059, matrícula nº 813249-00); e Pedro Henrique Guimarães Cajado, ocupante do cargo de Agente / Autoridade de Trânsito junto à Secretaria de Trânsito e Mobilidade, inscrito no CPF nº 447.812.613-53, portador do RG nº 142200635, matrícula nº 4161483-01), para apurar os fatos constantes do Memorando nº 27/16/SETRAM, expedido pela Secretaria de Trânsito e Mobilidade desta Municipalidade, bem como do despacho de 22/04/2016, exarado pelo Diretor de Recursos Humanos desta Municipalidade, na forma do art. 208 e 210, II da Lei Complementar 147/2009 c/c Decreto nº 7.056/2013, tendente a apurar a autoria dos atos infracionais em desfavor dos servidores supra-mencionados, bem como em verificação de que as condutas praticadas se amoldam aos dispositivos da Lei Complementar 147/2009, e possam caracterizar, em tese, afronta aos artigos 174 (São deveres do servidor:); I (exercer com zelo e dedicação as atribuições do cargo, emprego ou função); VI (observar as normas legais e regulamentares); VII (cumprir as ordens superiores, salvo quando manifestamente ilegais); e 175 (Ao servidor público é proibido:); IV (opor resistência injustificada ao andamento de documento, processo ou execução de serviço); e 188, VI (insubordinação grave em serviço), que estão previstos no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Brusque;

Art.2º - Designar os servidores públicos municipais abaixo relacionados para comporem a Comissão Processante, destinada a conduzir o referido processo administrativo, sendo: Luiz Giancesini (matrícula nº 7978-0), Alison Tadeu Brentano (mat. 723053-00), e Alexandre Muniz Marques – representante sindical (matrícula nº 687154);

Art. 3º - A Comissão, ora constituída, terá acesso a toda documentação necessária à elucidação dos fatos, bem como deverá colher quaisquer depoimentos e informações que julgar pertinentes;

Parágrafo Primeiro: O indiciado poderá ser representado por procurador constituído ao apresentar a defesa prévia e deverá indicar o endereço para receber intimações/notificações;

Parágrafo Segundo: Considerar-se-á revel o indiciado que, regularmente citado / intimado, não apresentar defesa no prazo legal;

Art. 4º - A Comissão ora constituída, terá o prazo de 60 (sessenta) dias para apresentação do Relatório Final, podendo ser prorrogado a pedido da Comissão, quando as circunstâncias exigirem, possibilitando o contraditório e a ampla defesa (inciso LV, art. 5º, CF/88);

Art. 5º - Esta Portaria entrará em vigor na data de publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Registre-se e Publique-se.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 10 de maio de 2016.

CRISTIANO BITTENCOURT

Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

Caçador

PREFEITURA

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 029, DE 06 DE MAIO DE 2016

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 029, de 06 de maio de 2016.

Convoca aprovada em Concurso Público.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto nos arts. 37 e 41, da Constituição Federal, combinado com o art. 17, inciso II, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o disposto no art. 15, inciso I e art. 16, inciso VIII, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

CONVOCA:

A cidadã classificada conforme Edital de Concurso Público nº 002/2015, para TOMAR POSSE NO SEU RESPECTIVO CARGO, de acordo com o Decreto nº 6.535, de 03 de setembro de 2015, de homologação da Listagem Final de Classificação do Concurso Público da Prefeitura Municipal de Caçador, Fundação Municipal de Esportes, Fundação Municipal de Cultura e Fundação Municipal do Meio Ambiente, conforme sequência de classificação:

CARGO: FISCAL DO PROCON – PMC

CL.: THAYS NADIN MACHADO

a) A cidadã deverá se apresentar junto ao Departamento de Pessoal, na Prefeitura Municipal de Caçador, no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data de publicação deste Edital, sob pena de não o fazendo perderem o direito ao Concurso Público;

b) A posse, o exercício e o estágio probatório, dar-se-ão nas condições da legislação e regulamentos específicos;

c) Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 06 de maio de 2016.

Gilberto Amaro Comazzetto

PREFEITO MUNICIPAL.

PARECER Nº 02 - COMDIM

PARECER COMDIM Nº 02/2016

Relativo à existência e execução de Políticas voltadas às mulheres, exercício 2015.

O Conselho Municipal dos Direitos da Mulher- COMDIM, no uso de suas competências e atribuições legais conferidas pela Lei Municipal nº 2.553, de 25 de junho de 2008.

CONSIDERANDO a documentação recebida dos seguintes órgãos do município: Secretaria Municipal de Assistência Social, Secretaria Municipal de Educação, Fundação Municipal de Cultura, Vigilância Epidemiológica, CAPS AD, Secretaria Municipal de Agricultura, Secretaria Municipal de Saúde, Vigilância Sanitária, Secretaria de Infraestrutura e Dittesc.

CONSIDERANDO a Reunião Extraordinária do dia 07 de abril de 2016, Ata nº 65 e relatório anexo.

CONSIDERANDO a Reunião Ordinária do dia 20 de abril de 2016, Ata nº 66.

O Conselho Municipal dos Direitos da Mulher- COMDIM é do parecer favorável pela existência de políticas públicas direcionadas às mulheres, aprovando o Relatório de ações apresentado.

Contudo sugerimos a criação da Coordenadoria da Mulher a fim de intersectorializar as políticas públicas já existentes e ampliar sua abrangência de atuação.

Caçador, 20 de abril de 2016.

Luciana Marta Debarba Cereza

Presidente do COMDIM

Camboriú

PREFEITURA

PR 060/2016 - PMC

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 060/2016- PMC

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE DATACENTER COM O FORNECIMENTO DE NOBREAKS, QUADROS E INFRAESTRUTURA ELÉTRICA, CLIMATIZAÇÃO DE PRECISÃO, PISO ELEVADO, CONTROLE DE ACESSO, CABEAMENTO ESTRUTURADO, REDE WIRELESS E ACESSÓRIOS CORRELATOS COM FORNECIMENTO DE DOCUMENTAÇÃO TÉCNICA E PROJETO AS BUILT", REFERENTE AO PROGRAMA DE MODERNIZAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA - PMAT/BNDES, POR MEIO DA CAIXA ECONÔMICA FEDERAL.

TIPO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO GLOBAL.

REGIME LEGAL: Mediante as especificações e condições previstas no Edital, sob a regência da Lei 10.520/2002, Lei Federal nº. 8.666 de 21/06/1993, e suas alterações.

ABERTURA DOS ENVELOPES: Iniciará às 13:00 horas do dia 25 (Vinte e Cinco) de Maio de 2016, na sala de Reunião do Departamento de Compras situado na rua: Getúlio Vargas, Nº. 77, Centro de Camboriú/SC.

INFORMAÇÕES: Pessoalmente ou telefone: (47)3365-9500 ou no site: www.cidadedecamboriu.sc.gov.br.

Camboriú, 10 de Maio de 2016.

LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS

Prefeita Municipal

Campo Alegre

PREFEITURA

CONVÊNIO Nº 003/2013.

CONVÊNIO Nº 003/2013.

CONVÊNIO CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE -SC E O INSTITUTO SANTÉ.

CONVENIENTE: Município de Campo Alegre, pessoa jurídica de direito público interno, com sede à Rua Coronel Bueno Franco, n. 292, Centro, Campo Alegre, Santa Catarina, CEP: 89.294-000, inscrita no CNPJ sob n. 83.102.749/0001-77, representada, consoante delegação prevista no Decreto n. 7.824, de 20/06/2013, por seu Prefeito Municipal Sr. Rubens Blaskowsky, brasileiro, casado, agente político, com mesmo endereço profissional.

CONVENIADO: INSTITUTO SANTÉ, pessoa jurídica de direito privado, com sede na Av. Almirante Tamandaré, n. 94 - Bairro Coqueiros, Florianópolis-SC, CNPJ nº 08.776.971/0001-30, neste ato representado por seu presidente Sr. Tércio Egon Karten, brasileiro, divorciado, farmacêutico bioquímico, inscrito no CPF nº 081.735.089-68.

Os convenientes acima qualificados, ambos subordinados às normas da Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993, parágrafo único do art. 24 da Lei n. 8080, de 19 de setembro de 1990 e conforme a autorização de Lei Municipal n. 3979 de 19 de junho 2013 e Lei n. / 2013 (a ser aprovada pela Câmara), mutuamente se outorgam as seguintes cláusulas do presente convênio:

CONVÊNIO Nº 003/2013.

CONVÊNIO CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE -SC E O INSTITUTO SANTÉ.

CONVENIENTE: Município de Campo Alegre, pessoa jurídica de direito público interno, com sede à Rua Cel. Bueno Franco, nº 292, Centro, Campo Alegre, Santa Catarina, CEP: 89.294-000, inscrita no CNPJ sob nº 83.102.749/0001-77, representada, consoante delegação prevista no Decreto nº 7.824, de 20/06/2013, por seu Prefeito Municipal Sr. Rubens Blaszkowski, brasileiro, casado, agente político, com mesmo endereço profissional.

CONVENIADO: INSTITUTO SANTÉ, pessoa jurídica de direito privado, com sede na Av. Almirante Tamandaré, nº 94 - Bairro Coqueiros, Florianópolis-SC, CNPJ/MF nº 08.776.971/0001-30, neste ato representado por seu presidente Sr. Tércio Egon Karten, brasileiro, divorciado, farmacêutico bioquímico, inscrito no CPF/MF nº 081.735.089-68.

Os convenientes acima qualificados, ambos subordinados às normas da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, parágrafo único do art. 24 da Lei nº 8080, de 19 de setembro de 1990 e conforme a autorização de Lei Municipal nº 3.979 de 19 de junho 2013 e Lei Municipal nº 4.006, mutuamente se outorgam as seguintes cláusulas do presente convênio:

Cláusula I: OBJETO

1. O objeto de presente convênio é viabilizar o funcionamento e a manutenção dos serviços de saúde a serem prestados no Hospital São Luiz, localizado na área urbana (polígono central) do Município de Campo Alegre-SC, com mobília e serviços de apoio (enfermagem e administrativo), voltados à prestação do serviço público municipal de urgência e emergência em saúde.

2. A definição de oferta, o fluxo de serviços e a pactuação de metas quanto à prestação dos serviços acima referidos constará do Plano Operativo para os Serviços Públicos de Saúde do Município, instrumento este constante do presente convênio, previamente aprovado pelo Conselho Municipal de Saúde.

Cláusula II – REGIME DE EXECUÇÃO

3. Na execução do presente convênio a CONVENIADA deverá observar as seguintes condições:

a. O serviço público municipal de urgência e emergência em saúde funcionará de segunda a sexta-feira das 19h às 07h e nos finais de semana durante 24 horas;

b. Deverão estar à disposição dos serviços de urgência e emergência equipe mínima de enfermagem para realização de triagem e outros procedimentos inerentes à função e um técnico de radiologia para realização de exames radiológicos emergenciais;

c. Funcionará na unidade cedida pelo conveniado, em um espaço de no mínimo, 100 metros quadrados, divididos em cinco salas, a atividade de gestão da Secretaria Municipal de Saúde;

d. Responsabilizar-se pelo serviço de agência transfusional, podendo ser terceirizado (subconveniada);

e. Dispor de serviço de farmácia ou dispensário de medicamentos com as devidas licenças nos órgãos competentes, de acordo com a legislação/normas pertinente vigentes;

f. Garantir sobreaviso médico para internações nas clínicas básicas, bem como acompanhamento médico durante o período de internação do paciente;

g. Disponibilizar serviços de diagnóstico, tais como, radiologia, ultrassonografia, eletrocardiograma e exames laboratoriais sendo esses serviços próprios ou terceirizados (subconveniados);

h. É garantido aos médicos integrantes do quadro de servidores municipais ou conveniados o uso de equipamentos da instituição para atendimento de urgência e emergência, bem como materiais e medicamentos necessários para prestar atendimento aos pacientes, além de equipe de enfermagem a disposição para o auxílio na prestação de serviços;

i. Os médicos farão uso de 01 (um) quarto e 01(um) banheiro durante o plantão médico e serão oferecidas refeições aos profissionais por conta da instituição contratada;

j. Prestar atendimento ambulatorial e hospitalar de baixa e média complexidade para a população, prioritariamente de Campo Alegre/SC;

k. Providenciar licenças pertinentes ao pleno e legal funcionamento da atividade hospitalar, bem como firmar convênios com o SUS;

4. Os únicos serviços que será admitida a subcontratação são de agência transfusional, radiologia, ultrassonografia, eletrocardiograma, exames laboratoriais e profissionais de saúde;

5. Na execução do presente convênio o CONVENIENTE deverá observar as seguintes condições:

a. transferir os recursos financeiros previsto na Cláusula III deste convênio à CONVENIADA

b. controlar, fiscalizar e avaliar as ações previstas neste Convênio;

c. analisar os relatórios de prestação de contas da CONVENIADA;

d. Disponibilizar relatório das escalas médicas das Unidades de Saúde Municipais;

e. Ceder médicos plantonistas contratados à CONVENIADA para o plantão médico de segunda a sexta-feira das 19h às 07h e nos finais de semana durante 24 horas, devendo ser ampliado para 24 horas, durante todos os dias da semana, no ano de 2014;

Cláusula III: VALOR E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

6. O valor complementar a ser pago pelos serviços totaliza R\$ 175.000,00 (cento e setenta e cinco mil reais), que deverão ser pagos em 05 parcelas de R\$ 35.000,00 (trinta e cinco mil reais) cada, com vencimento no dia 26 (vinte e seis) de cada mês à filial da CONVENIADA, sendo a última parcela paga no dia 20 de dezembro de 2013, mediante a apresentação do Relatório de Serviços – pré-aprovado pela fiscalização do CONVENIENTE – e da respectiva

nota fiscal de serviços.

7. Em caso de impontualidade no pagamento acima referido os créditos serão corrigidos, desde a data final do período de adimplemento de cada parcela até a data do efetivo pagamento, através do Índice Geral de Preços de Mercado (IGP-M/FGV).

Cláusula IV: REAJUSTAMENTO DE PREÇO

8. O reajustamento de preços dar-se-á anualmente, de ofício, por assentada no verso do presente instrumento, na data-base (data do dia e mês da assinatura do convênio), através da aplicação do Índice Geral de Preços de Mercado (IGP-M/FGV).

Cláusula V: PRAZOS DE EXECUÇÃO E SUA PRORROGAÇÃO

9. O termo inicial de execução dos serviços será a partir da assinatura do presente convênio.

10. Considerando que se trata de serviço público contínuo e essencial, não se admite suspensão do prazo de execução.

11. O prazo de execução se encerra 30 dias antes do termo final do prazo do convênio e é prorrogado do mesmo modo e pelo mesmo período, ante a ocorrência de ao menos uma das hipóteses do §1º do art. 57 da Lei n. 8.666/1993.

Cláusula VI: PRAZO E SUA PRORROGAÇÃO

12. O termo final do prazo do presente convênio se encerra em 31/01/2014.

13. O convênio pode ser prorrogado por prazo igual a 01 (um) ano sucessivas vezes, até o limite de 60 (sessenta meses) de vigência do convênio.

Cláusula VII: CRÉDITO ORÇAMENTÁRIO

14. As despesas originadas pelas obrigações oriundas deste convênio correrão por conta da rubrica: Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Social – 01 Serviço de Assistência Social a Saúde 10.302.0114.1.950 Convênios com Hospitais e Institutos 3.3.50.43.00.00.00 – Subvenção Social.

Cláusula VIII: RESPONSABILIDADE EM CASO DE INADIMPLENTO

15. Em caso de inadimplemento das obrigações por parte do CONVENIADO, este fica sujeito à advertência a ser aplicada pelo servidor encarregado da fiscalização do conveniado.

16. Em caso de reincidência de falta menos grave ou mesmo do cometimento de falta grave, fica o conveniado sujeito à aplicação de pena de multa equivalente à 20% de uma parcela mensal referida no item 06 deste convênio, sem prejuízo da rescisão do convênio, esta a critério e por decisão fundamentada do CONVENENTE.

17. Considera-se falta grave, para os fins deste convênio, aquela em que o CONVENIADO deixa de prestar um serviço que lhe cabia, ou presta-o de forma desidiosa, de forma a trazer prejuízo ao CONVENENTE ou a terceiro.

18. É garantido ao CONVENIADO, na aplicação da pena de multa, o exercício de contraditório e ampla defesa, todavia, é lícito ao CONVENENTE assegurar tais direitos instrumentais após decisão recorrida ou mesmo após medida de cautela que determine suspensão de convênio, de pagamentos e de retenção de créditos, caso em que, se houver reconsideração ou reforma da decisão, assegurar-se-á ao CONVENIADO o status quo ante.

Cláusula IX: FISCALIZAÇÃO DO CONVÊNIO

19. A execução do convênio deverá ser acompanhada e fiscalizada por um servidor público lotado na Secretaria Municipal da Saúde, designado por portaria e denominado "Fiscal Hospitalar", permitida eventualmente a contratação de terceiros para assisti-lo e subsidiá-lo de informações pertinentes a essa atribuição.

20. O Fiscal Hospitalar anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do convênio, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados, inclusive com a notificação do conveniado para que repare, corrija, remova, reconstrua ou substitua, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do convênio em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução.

21. O Fiscal Hospitalar lavrará, em favor do CONVENIADO, mensalmente, o Relatório de Serviços, onde cumprirá o disposto no item anterior, dando por recebido o objeto referente ao mês em curso, dispensado o recebimento provisório, recomendando: (I) o pagamento sem restrições, (II) o pagamento ante a anotação de restrições e o posterior saneamento das mesmas ou (III) o não pagamento até que as restrições apontadas sejam corrigidas.

22. O CONVENIADO deverá indicar ao CONVENENTE expressamente, desde o início da etapa de execução dos serviços, um preposto que exerça suas atribuições no local da prestação dos serviços, para representá-lo na execução do convênio.

23. O CONVENIADO é obrigado a demonstrar, mensalmente, o cumprimento das obrigações de caráter trabalhista, previdenciário, fiscal e comercial resultantes da execução do convênio.

Cláusula X: MODIFICAÇÃO, RESCISÃO E DISTRATO.

23. Os casos que autorizam a modificação do convênio são aqueles previstos na norma legal competente (art. 65 da Lei 8.666/1993).

24. A modificação unilateral dar-se-á por decreto, do qual será notificado o conveniado, sendo vedada a modificação do convênio unilateral que comprometa a equação econômica-financeira pactuada inicialmente.

25. Os casos que autorizam a rescisão do convênio são aqueles previstos na norma legal competente (art. 78 da Lei 8.666/1993).

26. A rescisão unilateral dar-se-á por decreto, do qual será notificado o conveniado, sendo obrigatória ao conveniente indenizar o conveniado pelo que este houver executado até a data em que for determinada a rescisão, bem como por outros prejuízos regularmente comprovados, salvo se restar multa ou prejuízo causado pelo conveniado à apurar, caso em que eventuais pagamentos serão feitos somente após a devida compensação.

27. O distrato, ou rescisão amigável, operar-se por termo bilateral.

28. Poderá a CONVENIADA rescindir unilateralmente o presente CONVÊNIO, sem justo motivo, mediante notificação prévia de 60 (sessenta) dias contados do recebimento da notificação ao CONVENENTE.

29. O atraso dos repasses dos valores previstos na Cláusula III, por mais de 30 dias, representa falta grave, podendo a CONTRATADA justificar a rescisão contratual motivada, mediante a notificação da CONTRATANTE, com antecedência de 15 dias.

Cláusula XI: NORMAS APLICÁVEIS

30. São aplicáveis à execução deste convênio as normas constitucionais, legais, regulamentares e hierárquicas pertinentes, entre as quais se destacam a Lei n. 8.080/1990, a Lei n. 8.666/1993, a Portaria GM/MS n. 358/2006, a Portaria GM/MS n. 1.034/2010, sendo que os casos omissos se aplicam as normas regulamentares e hierárquicas da Secretaria Municipal de Administração, Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Social e do Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre.

Cláusula XII: FORO LEGAL

31. Fica eleito o foro da Comarca de São Bento do Sul/SC, e da circunscrição federal de Joinville para dirimir, respectivamente na Justiça Comum e na Justiça Federal, toda e qualquer questão judicializada oriunda deste convênio.

32. E, por estarem as partes de pleno acordo com o aqui disposto, assinam o presente termo, em 03 (três) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo.

Campo Alegre/SC, 23 de agosto de 2013.

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE

Rubens Blaszkowski

Prefeito Municipal

Conveniente 3

INSTITUTO SANTÉ

Tércio Egon Karten

Presidente

Conveniando

Testemunhas:

Carolina da Costa Telma
Secretária Municipal de Saúde
e Desenvolvimento Social

Dario Clair Staczuk
Secretário Santé

ANEXO único
PLANO OPERATIVO /2013
Município Campo Alegre-SC

O Plano Operativo é parte integrante do convênio, instrumento no qual são definidos a oferta, o fluxo de serviços e a pactuação de metas quanto à prestação dos serviços de saúde.

1) Atenção à Saúde:

Urgência e emergência

O serviço público municipal de urgência e emergência em saúde funcionará de segunda a sexta feira das 19h às 07h e durante 24 horas nos finais de semana até dezembro de 2013 sendo ampliado para 24 horas no ano de 2014.

Na tabela abaixo constam os procedimentos e metas que serão realizados durante o atendimento de urgência e emergência:

Procedimentos	Meta mês	Recurso financeiro
- Observação até 24 horas	130	R\$ 35.000,00 (fixo/mês)
- Eletrocardiograma	30	
- Exames radiológicos	200	
- Aplicação IM/EV	200	
- Imobilização provisória	20	
- Sutura	25	
- Pequenas Cirurgias	15	
- Curativos	100	
- Triagem (Verificação de pressão arterial e temperatura para encaminhamento médico)	800	
Total	1.520	

Indicador:

- Percentual de alcance da meta dos serviços de urgência/emergência, através de envio de relatório bimestral;

2) Ambulatorial:

Consultas em urgência e emergência, sendo o profissional médico cedido pela Prefeitura Municipal de segunda a sexta feira das 19h às 07h e durante 24 horas nos finais de semana até dezembro de 2013 sendo ampliado para 24 horas no ano de 2014.

Procedimentos	Meta mês
Consultas em urgência e emergência (médico cedido pela Prefeitura Municipal e enfermagem cedida pelo hospital)	800
Totais	800

Indicadores:

- Percentual de alcance das metas de consultas em urgência/emergência, através de envio de relatório bimestral;

2) Exames de apoio e diagnóstico:

Procedimentos	Meta mês
Eletrocardiograma	30
Exames radiológicos	200
Totais	230

Indicadores:

- Percentual de alcance dos exames realizados, através de envio de relatório bimestral;

3) Demais procedimentos de nível ambulatorial:

Procedimentos	Meta mês
Observação até 24 horas	130
Aplicação IM/EV	200

Imobilização provisória	20
Sutura	25
Pequenas Cirurgias	15
Curativos	100
Totais	490

Indicadores:

- Percentual de alcance dos procedimentos realizados, através de envio de relatório bimestral;

4) Comissões atuantes obrigatoriamente:

Comissão de Revisão de Óbitos.

- Apresentação mensal de relatório da Comissão de Revisão de óbitos com análise dos óbitos ocorridos por faixa etária e medidas adotadas;

A comissão será ser formada por dois profissionais do Instituto Santé e dois servidores da Prefeitura Municipal.

Campo Alegre/SC, 23 de agosto de 2013.

Secretaria Municipal de Saúde Instituto Santé
e Desenvolvimento Social

Cláusula I: OBJETO

4. O objeto de presente convênio é viabilizar o funcionamento e a manutenção dos serviços de saúde a serem prestados no Hospital São Luiz, localizado na área urbana (polígono central) do Município de Campo Alegre-SC, com mobília e serviços de apoio (enfermagem e administrativo), voltados à prestação do serviço público municipal de urgência e emergência em saúde.

5. A definição de oferta, o fluxo de serviços e a pactuação de metas quanto à prestação dos serviços acima referidos constará do Plano Operativo para os Serviços Públicos de Saúde do Município, instrumento este constante do presente convênio, previamente aprovado pelo Conselho Municipal de Saúde.

Cláusula II – REGIME DE EXECUÇÃO

6. Na execução do presente convênio a CONVENIADA deverá observar as seguintes condições:

- O serviço público municipal de urgência e emergência em saúde funcionará de segunda a sexta-feira das 19h às 07h e nos finais de semana durante 24 horas;
- Deverão estar à disposição dos serviços de urgência e emergência equipe mínima de enfermagem para realização de triagem e outros procedimentos inerentes à função e um técnico de radiologia para realização de exames radiológicos emergenciais;
- Funcionará na unidade cedida pelo conveniado, em um espaço de no mínimo, 100 metros quadrados, divididos em cinco salas, a atividade de gestão da Secretaria Municipal de Saúde;
- Responsabilizar-se pelo serviço de agência transfusional, podendo ser terceirizado (subconveniado);
- Dispor de serviço de farmácia ou dispensário de medicamentos com as devidas licenças nos órgãos competentes, de acordo com a legislação/normas pertinente vigentes;
- Garantir sobreaviso médico para internações nas clínicas básicas, bem como acompanhamento médico durante o período de internação do paciente;
- Disponibilizar serviços de diagnóstico, tais como, radiologia, ultrassonografia, eletrocardiograma e exames laboratoriais sendo esses serviços próprios ou terceirizados (subconveniados);
- É garantido aos médicos integrantes do quadro de servidores municipais ou conveniados o uso de equipamentos da instituição para atendimento de urgência e emergência, bem como materiais

e medicamentos necessários para prestar atendimento aos pacientes, além de equipe de enfermagem a disposição para o auxílio na prestação de serviços;

i. Os médicos farão uso de 01 (um) quarto e 01(um) banheiro durante o plantão médico e serão oferecidas refeições aos profissionais por conta da instituição contratada;

j. Prestar atendimento ambulatorial e hospitalar de baixa e média complexidade para a população, prioritariamente de Campo Alegre/SC;

k. Providenciar licenças pertinentes ao pleno e legal funcionamento da atividade hospitalar, bem como firmar convênios com o SUS;

4. Os únicos serviços que será admitida a subcontratação são de agência transfusional, radiologia, ultrassonografia, eletrocardiograma, exames laboratoriais e profissionais de saúde;

5. Na execução do presente convênio o CONVENIENTE deverá observar as seguintes condições:

a. transferir os recursos financeiros previsto na Cláusula III deste convênio à CONVENIADA

b. controlar, fiscalizar e avaliar as ações previstas neste Convênio;

c. analisar os relatórios de prestação de contas da CONVENIADA;

d. Disponibilizar relatório das escalas médicas das Unidades de Saúde Municipais;

e. Ceder médicos plantonistas contratados à CONVENIADA para o plantão médico de segunda a sexta-feira das 19h às 07h e nos finais de semana durante 24 horas, devendo ser ampliado para 24 horas, durante todos os dias da semana, no ano de 2014;

Cláusula III: VALOR E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

6. O valor complementar a ser pago pelos serviços totaliza R\$ 175.000,00 (cento e setenta e cinco mil reais), que deverão ser pagos em 05 parcelas de R\$ 35.000,00 (trinta e cinco mil reais) cada, com vencimento no dia 26 (vinte e seis) de cada mês à filial da CONVENIADA, sendo a última parcela paga no dia 20 de dezembro de 2013, mediante a apresentação do Relatório de Serviços – pré-aprovado pela fiscalização do CONVENIENTE – e da respectiva nota fiscal de serviços.

7. Em caso de impropriedade no pagamento acima referido os créditos serão corrigidos, desde a data final do período de adimplemento de cada parcela até a data do efetivo pagamento, através do Índice Geral de Preços de Mercado (IGP-M/FGV).

Cláusula IV: REAJUSTAMENTO DE PREÇO

8. O reajustamento de preços dar-se-á anualmente, de ofício, por assentada no verso do presente instrumento, na data-base (data do dia e mês da assinatura do convênio), através da aplicação do Índice Geral de Preços de Mercado (IGP-M/FGV).

Cláusula V: PRAZOS DE EXECUÇÃO E SUA PRORROGAÇÃO

9. O termo inicial de execução dos serviços será a partir da assinatura do presente convênio.

10. Considerando que se trata de serviço público contínuo e essencial, não se admite suspensão do prazo de execução.

11. O prazo de execução se encerra 30 dias antes do termo final do prazo do convênio e é prorrogado do mesmo modo e pelo mesmo período, ante a ocorrência de ao menos uma das hipóteses do §1º do art. 57 da Lei n. 8.666/1993.

Cláusula VI: PRAZO E SUA PRORROGAÇÃO

12. O termo final do prazo do presente convênio se encerra em 31/01/2014.

13. O convênio pode ser prorrogado por prazo igual a 01 (um) ano sucessivas vezes, até o limite de 60 (sessenta meses) de vigência do convênio.

Cláusula VII: CRÉDITO ORÇAMENTÁRIO

14. As despesas originadas pelas obrigações oriundas deste convênio correrão por conta da rubrica: Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Social – 01 Serviço de Assistência Social a Saúde 10.302.0114.1.950 Convênios com Hospitais e Institutos

3.3.50.43.00.00.00 – Subvenção Social.

Cláusula VIII: RESPONSABILIDADE EM CASO DE INADIMPLENTO

15. Em caso de inadimplemento das obrigações por parte do CONVENIADO, este fica sujeito à advertência a ser aplicada pelo servidor encarregado da fiscalização do convênio.

16. Em caso de reincidência de falta menos grave ou mesmo do cometimento de falta grave, fica o convênio sujeito à aplicação de pena de multa equivalente à 20% de uma parcela mensal referida no item 06 deste convênio, sem prejuízo da rescisão do convênio, esta a critério e por decisão fundamentada do CONVENIENTE.

17. Considera-se falta grave, para os fins deste convênio, aquela em que o CONVENIADO deixa de prestar um serviço que lhe cabia, ou presta-o de forma desidiosa, de forma a trazer prejuízo ao CONVENIENTE ou a terceiro.

18. É garantido ao CONVENIADO, na aplicação da pena de multa, o exercício de contraditório e ampla defesa, todavia, é lícito ao CONVENIENTE assegurar tais direitos instrumentais após decisão recorrida ou mesmo após medida de cautela que determine suspensão de convênio, de pagamentos e de retenção de créditos, caso em que, se houver reconsideração ou reforma da decisão, assegurar-se-á ao CONVENIADO o status quo ante.

Cláusula IX: FISCALIZAÇÃO DO CONVÊNIO

19. A execução do convênio deverá ser acompanhada e fiscalizada por um servidor público lotado na Secretaria Municipal da Saúde, designado por portaria e denominado "Fiscal Hospitalar", permitida eventualmente a contratação de terceiros para assisti-lo e subsidiá-lo de informações pertinentes a essa atribuição.

20. O Fiscal Hospitalar anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do convênio, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados, inclusive com a notificação do convênio para que repare, corrija, remova, reconstrua ou substitua, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do convênio em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução.

21. O Fiscal Hospitalar lavrará, em favor do CONVENIADO, mensalmente, o Relatório de Serviços, onde cumprirá o disposto no item anterior, dando por recebido o objeto referente ao mês em curso, dispensado o recebimento provisório, recomendando: (i) o pagamento sem restrições, (ii) o pagamento ante a anotação de restrições e o posterior saneamento das mesmas ou (iii) o não pagamento até que as restrições apontadas sejam corrigidas.

22. O CONVENIADO deverá indicar ao CONVENIENTE expressamente, desde o início da etapa de execução dos serviços, um preposto que exerça suas atribuições no local da prestação dos serviços, para representá-lo na execução do convênio.

23. O CONVENIADO é obrigado a demonstrar, mensalmente, o cumprimento das obrigações de caráter trabalhista, previdenciário, fiscal e comercial resultantes da execução do convênio.

Cláusula X: MODIFICAÇÃO, RESCISÃO E DISTRATO

23. Os casos que autorizam a modificação do convênio são aqueles previstos na norma legal competente (art. 65 da Lei 8.666/1993).

24. A modificação unilateral dar-se-á por decreto, do qual será notificado o convênio, sendo vedada a modificação do convênio unilateral que comprometa a equação econômica-financeira pactuada inicialmente.

25. Os casos que autorizam a rescisão do convênio são aqueles previstos na norma legal competente (art. 78 da Lei 8.666/1993).

26. A rescisão unilateral dar-se-á por decreto, do qual será notificado o convênio, sendo obrigatória ao convênio indenizar o convênio pelo que este houver executado até a data em que for determinada a rescisão, bem como por outros prejuízos regularmente comprovados, salvo se restar multa ou prejuízo causado pelo convênio à apurar, caso em que eventuais pagamentos serão feitos somente após a devida compensação.

27. O distrato, ou rescisão amigável, operar-se por termo bilateral.

28. Poderá a CONVENIADA rescindir unilateralmente o presente CONVÊNIO, sem justo motivo, mediante notificação prévia de 60 (sessenta) dias contados do recebimento da notificação ao CONVENIENTE.

29. O atraso dos repasses dos valores previstos na Cláusula III, por mais de 30 dias, representa falta grave, podendo a CONTRATADA justificar a rescisão contratual motivada, mediante a notificação da CONTRATANTE, com antecedência de 15 dias.

Cláusula XI: NORMAS APLICÁVEIS

30. São aplicáveis à execução deste convênio as normas constitucionais, legais, regulamentares e hierárquicas pertinentes, entre as quais se destacam a Lei n. 8.080/1990, a Lei n. 8.666/1993, a Portaria GM/MS n. 358/2006, a Portaria GM/MS n. 1.034/2010, sendo que os casos omissos se aplicam as normas regulamentares e hierárquicas da Secretaria Municipal de Administração, Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Social e do Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre.

Cláusula XII: FORO LEGAL

31. Fica eleito o foro da Comarca de São Bento do Sul e da circunscrição federal de Joinville para dirimir, respectivamente na Justiça Comum e na Justiça Federal, toda e qualquer questão judicializada oriunda deste convênio.

Campo Alegre, de de 2013.

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE	INSTITUTO SANTÉ
Rubens Blaskowski	Tércio Egon Karten
Prefeito Municipal	Presidente
Conveniente	Conveniando

Testemunhas:

Carolina da Costa Telma	Dario Clair Staczuk
Secretária Municipal de Saúde	Secretário Santé

DECRETO Nº 9.760 DE 10 DE MAIO DE 2016

GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 9.760 DE 10 DE MAIO DE 2016

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial a Lei Municipal nº 4.435 de 16 de dezembro de 2015; Decreta:

Art.1º) Abre Crédito Suplementar no valor de R\$ 2.000,00 (dois mil reais) na seguinte Dotação do Orçamento Vigente.

02.00 -	Gabinete do Prefeito
02.01 -	Chefia de Gabinete
04.122.0003.2.101 -	Manutenção e Coordenação das Atividades do Gabinete do Prefeito, Casa da Cidadania e PROCON
300000.00.896 -	Despesas Correntes
330000.00.896 -	Outras Despesas Correntes
309000.00.896 -	Aplicações Diretas
339030.00.896 -	Material de Consumo
	R\$ 500,00

Art.2º) O crédito a que se refere o Artigo primeiro deste Decreto, correrá por conta de Anulação Parcial de Dotação do Orçamento Vigente.

02.00 -	Gabinete do Prefeito
02.01 -	Chefia de Gabinete
04.122.0003.2.101 -	Manutenção e Coordenação das Atividades do Gabinete do Prefeito, Casa da Cidadania e PROCON
300000.00.896 -	Despesas Correntes
330000.00.896 -	Outras Despesas Correntes

309000.00.896 -	Aplicações Diretas
339014.00.896 -	Diárias – Civil
	R\$ 500,00

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,
10 de maio de 2016.

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: www.leismunicipais.com.br e www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 11/05/2016.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

DECRETO Nº 9.761 DE 10 DE MAIO DE 2016

GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 9.761 DE 10 DE MAIO DE 2016

DISPÕE SOBRE FECHAMENTO DE LOGRADOUROS PÚBLICOS NO DIA 15 DE MAIO DE 2016, POR OCASIÃO DO 7º ENCONTRO DE OPALAS, NO MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições, que lhe são conferidas por Lei, em especialmente o Artigo 71 Inciso VII, da Lei Orgânica Municipal; DECRETA:

Art.1º) Fica autorizado o fechamento da Av. Dr. Getúlio Vargas e da Rua Cel. Bento D' Amorim, no Centro do Município, nas imediações do Calçadão Cascatinha, por ocasião do 7º ENCONTRO DE OPALAS, que acontecerá em data de 15 de maio de 2016.

§ 1º - A Rua Cel. Bento D'Amorim será interditada entre a esquina da Rua Pe. Lino Jacob Vier até a esquina com a Avenida Dr. Getúlio Vargas a partir das 06:00 hs até as 19:00 hs do dia 15/05/2016 (Domingo).

§ 2º - A Avenida Dr. Getúlio Vargas será interditada: entre as ruas Nereu Ramos e Benjamin Constant a partir das 06:00 hs até as 19:00 hs do dia 15/05/2016 (Domingo).

Art.2º) As Polícias Militar, Rodoviária e Civil deverão ser informadas do fechamento das ruas e da realização do Evento citado no Art. 1º deste Decreto, a fim de promoverem a Segurança Pública no local.

Art.3º) Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,
10 de maio de 2016.

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: www.leismunicipais.com.br e www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 11/05/2016.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe do Gabinete do Prefeito

DECRETO Nº 9.762 DE 10 DE MAIO DE 2016

GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 9.762 DE 10 DE MAIO DE 2016

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO PARCIAL DE ELEMENTO DE DESPESA DE DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE.

O Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial a Lei Municipal nº 4.435 de 16 de Dezembro de 2015; Decreta: Art.1º) Abre Crédito suplementar no valor de R\$ 13.000,00 (treze mil reais), a fim de suplementar Elemento de Despesa da seguinte Dotação do Orçamento Vigente.

05.00 -	Secretaria Municipal de Educação	
05.06 -	Serviço de Manutenção do Salário Educação	
12.361.0013.2.108 -	Manter e Coordenar Atividades Específicas do Ensino Fundamental	
400000.00.140 -	Despesas de Capital	
440000.00.140 -	Investimentos	
449000.00.140 -	Aplicações Diretas	
449052.00.140 -	Equipamentos e Material Permanente	R\$ 13.000,00

Art.2º) O crédito a que se refere o Artigo primeiro deste Decreto, correrá por conta de Anulação parcial do Elemento de Despesa da seguinte Dotação do Orçamento vigente.

05.00 -	Secretaria Municipal de Educação	
05.06 -	Serviço de Manutenção do Salário Educação	
12.361.0013.2.108 -	Manter e Coordenar Atividades Específicas do Ensino	
300000.00.140 -	Despesas Correntes	
330000.00.140 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.140 -	Aplicações Diretas	
339039.00.140 -	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	R\$ 13.000,00

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC., 10 de maio de 2016.

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: www.leismunicipais.com.br e www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 11/05/2016.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 12.936 DE 10 DE MAIO DE 2016

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 12.936 DE 10 DE MAIO DE 2016

HOMOLOGA RESULTADO DE AVALIAÇÃO DA CAESP REFERENTE AO ESTÁGIO PROBATÓRIO.

O Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente o disposto no Artigo 71 Inciso VII da Lei Orgânica Municipal

e no Artigo 49 da Lei Complementar Municipal nº 006/2002; Resolve:

Art.1º) Fica homologado o resultado da avaliação realizada pela CAESP em data de 06 de maio de 2016, considerando-se aprovado o Estágio Probatório da Servidora Pública Municipal, LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ, Matrícula Funcional nº 000600, Registro no Sistema Sob nº 954820, ocupante do Cargo Público e exercendo a Função de Agente Administrativo III, lotada na Secretaria Municipal de Administração.

Art.2º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 10 de junho de 2013.

Art.3º) Revogam-se as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,
10 de Maio de 2016.

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 11/05/2016.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 12.937 DE 10 DE MAIO DE 2016

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 12.937 DE 10 DE MAIO DE 2016

HOMOLOGA RESULTADO DE AVALIAÇÃO DA CAESP REFERENTE AO ESTÁGIO PROBATÓRIO.

O Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente o disposto no Artigo 71 Inciso VII da Lei Orgânica Municipal e no Artigo 49 da Lei Complementar Municipal nº 006/2002; Resolve:

Art.1º) Fica homologado o resultado da avaliação realizada pela CAESP em data de 06 de maio de 2016, considerando-se aprovado o Estágio Probatório da Servidora Pública Municipal, NICIMARA AMORIM CUNHA, Matrícula Funcional nº 000604, Registro no Sistema Sob nº 954842, no Cargo Público Agente Operacional I, exercendo a Função de Auxiliar de Serviços Gerais, lotada na Secretaria Municipal de Educação

Art.2º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 09 de junho de 2013.

Art.3º) Revogam-se as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,
10 de Maio de 2016.

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 11/05/2016.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 12.938 DE 10 DE MAIO DE 2016

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 12.938 DE 10 DE MAIO DE 2016

HOMOLOGA RESULTADO DE AVALIAÇÃO DA CAESP REFERENTE AO ESTÁGIO PROBATÓRIO.

O Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente o disposto no Artigo 71 Inciso VII da Lei Orgânica Municipal e no Artigo 49 da Lei Complementar Municipal nº 006/2002; Resolve:

Art.1º) Fica homologado o resultado da avaliação realizada pela CAESP em data de 06 de maio de 2016, considerando-se aprovado o Estágio Probatório da Servidora Pública Municipal, LUCIANA FUCKNER DOS SANTOS, Matrícula Funcional nº 000593, Registro no Sistema Sob nº 954822, no Cargo Público Agente Operacional I, exercendo a Função de Auxiliar de Serviços Gerais, lotada na Secretaria Municipal de Educação

Art.2º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 12 de março de 2013.

Art.3º) Revogam-se as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,
10 de Maio de 2016.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 11/05/2016.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 12.939 DE 10 DE MAIO DE 2016

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 12.939 DE 10 DE MAIO DE 2016

HOMOLOGA RESULTADO DE AVALIAÇÃO DA CAESP REFERENTE AO ESTÁGIO PROBATÓRIO.

O Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente o disposto no Artigo 71 Inciso VII da Lei Orgânica Municipal e no Artigo 49 da Lei Complementar Municipal nº 006/2002; Resolve:

Art.1º) Fica homologado o resultado da avaliação realizada pela CAESP em data de 06 de maio de 2016, considerando-se aprovado o Estágio Probatório da Servidora Pública Municipal, JAQUELINE DOS SANTOS, Matrícula Funcional nº 000534, Registro no Sistema Sob nº 954637, ocupante do cargo público e exercendo a Função de Agente Comunitário de Saúde, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Social.

Art.2º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 07 de março de 2011.

Art.3º) Revogadas as disposições em contrário, especialmente a

Portaria nº 12.924 de 09 de maio de 2016.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,
10 de Maio de 2016.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 11/05/2016.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 12.940 DE 10 DE MAIO DE 2016

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 12.940 DE 10 DE MAIO DE 2016

HOMOLOGA RESULTADO DE AVALIAÇÃO DA CAESP REFERENTE AO ESTÁGIO PROBATÓRIO.

O Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente o disposto no Artigo 71 Inciso VII da Lei Orgânica Municipal e no Artigo 49 da Lei Complementar Municipal nº 006/2002; Resolve:

Art.1º) Fica homologado o resultado da avaliação realizada pela CAESP em data de 06 de maio de 2016, considerando-se aprovado o Estágio Probatório da Servidora Pública Municipal, IZOLETE GO-DOIS DOS SANTOS JESUS, Matrícula Funcional nº 000597, Registro no Sistema Sob nº 954832, no Cargo Público Agente Operacional I, exercendo a Função de Auxiliar de Serviços Gerais, lotada na Secretaria Municipal de Planejamento, transportes e Obras.

Art.2º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 24 de julho de 2013.

Art.3º) Revogam-se as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,
10 de Maio de 2016.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 11/05/2016.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 12.941 DE 10 DE MAIO DE 2016

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 12.941 DE 10 DE MAIO DE 2016

HOMOLOGA RESULTADO DE AVALIAÇÃO DA CAESP REFERENTE AO ESTÁGIO PROBATÓRIO.

O Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente o disposto no Artigo 71 Inciso VII da Lei Orgânica Municipal e no Artigo 49 da Lei Complementar Municipal nº 006/2002;

Resolve:

Art.1º) Fica homologado o resultado da avaliação realizada pela CAESP em data de 06 de maio de 2016, considerando-se aprovado o Estágio Probatório da Servidora Pública Municipal, ROSENILDA APARECIDA DA MAIA CUNHA, Matrícula Funcional nº 000607, Registro no Sistema Sob nº 954871, no Cargo Público Agente Operacional I, exercendo a Função de Auxiliar de Serviços Gerais, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Social.

Art.2º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 11 de novembro de 2013.

Art.3º) Revogam-se as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,
10 de Maio de 2016.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 11/05/2016.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 12.942 DE 10 DE MAIO DE 2016

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 12.942 DE 10 DE MAIO DE 2016

HOMOLOGA RESULTADO DE AVALIAÇÃO DA CAESP REFERENTE AO ESTÁGIO PROBATÓRIO.

O Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente o disposto no Artigo 71 Inciso VII da Lei Orgânica Municipal e no Artigo 49 da Lei Complementar Municipal nº 006/2002; Resolve:

Art.1º) Fica homologado o resultado da avaliação realizada pela CAESP em data de 06 de maio de 2016, considerando-se aprovado o Estágio Probatório da Servidora Pública Municipal, NILDA VIEIRA DE LIMA, Matrícula Funcional nº 000605, Registro no Sistema Sob nº 954847, ocupante do cargo público e exercendo a Função de Agente Comunitário de Saúde, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Social.

Art.2º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 08 de junho de 2013.

Art.3º) Revogam-se as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,
10 de maio de 2016.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 11/05/2016.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 12.943 DE 10 DE MAIO DE 2016

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 12.943 DE 10 DE MAIO DE 2016

HOMOLOGA RESULTADO DE AVALIAÇÃO DA CAESP REFERENTE AO ESTÁGIO PROBATÓRIO.

O Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente o disposto no Artigo 71 Inciso VII da Lei Orgânica Municipal e no Artigo 49 da Lei Complementar Municipal nº 006/2002; Resolve:

Art.1º) Fica homologado o resultado da avaliação realizada pela CAESP em data de 06 de maio de 2016, considerando-se aprovado o Estágio Probatório do Servidor Público Municipal, PATRICK ONGHERO, Matrícula Funcional nº 000609, Registro no Sistema Sob nº 954897, ocupante do Cargo Público e exercendo a Função de Agente Administrativo II, lotado na Secretaria Municipal de Administração.

Art.2º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 15 de fevereiro de 2014.

Art.3º) Revogam-se as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,
10 de Maio de 2016.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 11/05/2016.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 12.944 DE 10 DE MAIO DE 2016

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 12.944 DE 10 DE MAIO DE 2016

HOMOLOGA RESULTADO DE AVALIAÇÃO DA CAESP REFERENTE AO ESTÁGIO PROBATÓRIO.

O Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente o disposto no Artigo 71 Inciso VII da Lei Orgânica Municipal e no Artigo 49 da Lei Complementar Municipal nº 006/2002; Resolve:

Art.1º) Fica homologado o resultado da avaliação realizada pela CAESP em data de 06 de maio de 2016, considerando-se aprovado o Estágio Probatório da Servidora Pública Municipal, SILMARA APARECIDA DA CRUZ KERSCHER, Matrícula Funcional nº 000611, Registro no Sistema Sob nº 954916, ocupante do cargo público e exercendo a Função de Agente Comunitário de Saúde, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Social.

Art.2º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 14 de março de 2014.

Art.3º) Revogam-se as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,
10 de maio de 2016.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 11/05/2016.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 12.945 DE 10 DE MAIO DE 2016

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 12.945 DE 10 DE MAIO DE 2016

HOMOLOGA RESULTADO DE AVALIAÇÃO DA CAESP REFERENTE AO ESTÁGIO PROBATÓRIO.

O Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente o disposto no Artigo 71 Inciso VII da Lei Orgânica Municipal e no Artigo 49 da Lei Complementar Municipal nº 006/2002; Resolve:

Art.1º) Fica homologado o resultado da avaliação realizada pela CAESP em data de 06 de maio de 2016, considerando-se aprovado o Estágio Probatório da Servidora Pública Municipal, SENHORINHA ANITA CARDOSO TELMA, Matrícula Funcional nº 000614, Registro no Sistema Sob nº 954946, no Cargo Público Agente Operacional I, exercendo a Função de Auxiliar de Serviços Gerais, lotada na Secretaria Municipal de Cultura, Turismo, Esporte e Lazer.

Art.2º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 11 de novembro de 2013.

Art.3º) Revogam-se as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,
10 de Maio de 2016.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 11/05/2016.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 12.946 DE 10 DE MAIO DE 2016

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 12.946 DE 10 DE MAIO DE 2016

HOMOLOGA RESULTADO DE AVALIAÇÃO DA CAESP REFERENTE AO ESTÁGIO PROBATÓRIO.

O Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente o disposto no Artigo 71 Inciso VII da Lei Orgânica Municipal e no Artigo 49 da Lei Complementar Municipal nº 006/2002; Resolve:

Art.1º) Fica homologado o resultado da avaliação realizada pela CAESP em data de 06 de maio de 2016, considerando-se aprovado o Estágio Probatório do Servidor Público Municipal, RICARDO RAFAEL KOCH, Matrícula Funcional nº 000615, Registro no Sistema Sob nº 954954, ocupante do Cargo Público e exercendo a Função

de Odontólogo I, lotado na Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Social.

Art.2º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 13 de setembro de 2014.

Art.3º) Revogam-se as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,
10 de Maio de 2016.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 11/05/2016.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 12.947 DE 10 DE MAIO DE 2016

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 12.947 DE 10 DE MAIO DE 2016

HOMOLOGA RESULTADO DE AVALIAÇÃO DA CAESP REFERENTE AO ESTÁGIO PROBATÓRIO.

O Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente o disposto no Artigo 71 Inciso VII da Lei Orgânica Municipal e no Artigo 49 da Lei Complementar Municipal nº 006/2002; Resolve:

Art.1º) Fica homologado o resultado da avaliação realizada pela CAESP em data de 06 de maio de 2016, considerando-se aprovado o Estágio Probatório da Servidora Pública Municipal, ROSENEIDE MARIA DE SOUZA TELMA, Matrícula Funcional nº 000610, Registro no Sistema Sob nº 954915, no Cargo Público Agente Operacional I, exercendo a Função de Auxiliar de Serviços Gerais, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Art.2º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 27 de março de 2014.

Art.3º) Revogam-se as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,
10 de Maio de 2016.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 11/05/2016.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 12.948 DE 10 DE MAIO DE 2016

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 12.948 DE 10 DE MAIO DE 2016

HOMOLOGA RESULTADO DE AVALIAÇÃO DA CAESP REFERENTE AO ESTÁGIO PROBATÓRIO.

O Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente o disposto no Artigo 71 Inciso VII da Lei Orgânica Municipal e no Artigo 49 da Lei Complementar Municipal nº 006/2002; Resolve:

Art.1º) Fica homologado o resultado da avaliação realizada pela CAESP em data de 06 de maio de 2016, considerando-se aprovado o Estágio Probatório da Servidora Pública Municipal, ROSANE APARECIDA FRANCO DOS SANTOS, Matrícula Funcional nº 000619, Registro no Sistema Sob nº 955004, no Cargo Público Agente Operacional I, exercendo a Função de Auxiliar de Serviços Gerais, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Art.2º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 24 de abril de 2015.

Art.3º) Revogam-se as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,
10 de Maio de 2016.

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 11/05/2016.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 12.949 DE 10 DE MAIO DE 2016

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 12.949 DE 10 DE MAIO DE 2016

HOMOLOGA RESULTADO DE AVALIAÇÃO DA CAESP REFERENTE AO ESTÁGIO PROBATÓRIO.

O Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente o disposto no Artigo 71 Inciso VII da Lei Orgânica Municipal e no Artigo 49 da Lei Complementar Municipal nº 006/2002; Resolve:

Art.1º) Fica homologado o resultado da avaliação realizada pela CAESP em data de 06 de maio de 2016, considerando-se aprovado o Estágio Probatório do Servidor Público Municipal, LAÉRCIO BORGES, Matrícula Funcional nº 000620, Registro no Sistema Sob nº 955012, ocupante do Cargo Público de Agente Operacional III, exercendo a Função Operador de Máquinas, Equipamentos e Veículos Pesados I, lotado na Secretaria Municipal de Planejamento, Transporte e Obras.

Art.2º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 15 de fevereiro de 2015.

Art.3º) Revogam-se as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,
10 de Maio de 2016.

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 11/05/2016.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 12.950 DE 10 DE MAIO DE 2016

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 12.950 DE 10 DE MAIO DE 2016

HOMOLOGA RESULTADO DE AVALIAÇÃO DA CAESP REFERENTE AO ESTÁGIO PROBATÓRIO.

O Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente o disposto no Artigo 71 Inciso VII da Lei Orgânica Municipal e no Artigo 49 da Lei Complementar Municipal nº 006/2002; Resolve:

Art.1º) Fica homologado o resultado da avaliação realizada pela CAESP em data de 06 de maio de 2016, considerando-se aprovado o Estágio Probatório da Servidora Pública Municipal, ELISANDRA CUBAS, Matrícula Funcional nº 000624, Registro no Sistema Sob nº 955051, no Cargo Público Agente Operacional I, exercendo a Função de Auxiliar de Serviços Gerais, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Art.2º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 01 de julho de 2015.

Art.3º) Revogam-se as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,
10 de Maio de 2016.

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 11/05/2016.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 12.951 DE 10 DE MAIO DE 2016

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 12.951 DE 10 DE MAIO DE 2016

HOMOLOGA RESULTADO DE AVALIAÇÃO DA CAESP REFERENTE AO ESTÁGIO PROBATÓRIO.

O Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente o disposto no Artigo 71 Inciso VII da Lei Orgânica Municipal e no Artigo 49 da Lei Complementar Municipal nº 006/2002; Resolve:

Art.1º) Fica homologado o resultado da avaliação realizada pela CAESP em data de 06 de maio de 2016, considerando-se aprovado o Estágio Probatório da Servidora Pública Municipal, JUÇARA MARIA PESCHEL, Matrícula Funcional nº 000626, Registro no Sistema Sob nº 955053, no Cargo Público e exercendo a Função de

Atendente de Sala, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Art.2º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 12 de junho de 2015.

Art.3º) Revogam-se as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,
10 de Maio de 2016.

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 11/05/2016.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 12.952 DE 10 DE MAIO DE 2016

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 12.952 DE 10 DE MAIO DE 2016

HOMOLOGA RESULTADO DE AVALIAÇÃO DA CAESP REFERENTE AO ESTÁGIO PROBATÓRIO.

O Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente o disposto no Artigo 71 Inciso VII da Lei Orgânica Municipal e no Artigo 49 da Lei Complementar Municipal nº 006/2002; Resolve:

Art.1º) Fica homologado o resultado da avaliação realizada pela CAESP em data de 06 de maio de 2016, considerando-se aprovado o Estágio Probatório da Servidora Pública Municipal, LUCIANA FUCKNER WALTMAN, Matrícula Funcional nº 000631, Registro no Sistema Sob nº 955058, ocupante do Cargo Público e exercendo a Função de Agente Administrativo III, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Art.2º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 14 de junho de 2015.

Art.3º) Revogam-se as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,
10 de Maio de 2016.

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 11/05/2016.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 12.953 DE 10 DE MAIO DE 2016

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 12.953 DE 10 DE MAIO DE 2016

HOMOLOGA RESULTADO DE AVALIAÇÃO DA CAESP REFERENTE AO ESTÁGIO PROBATÓRIO.

O Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente o disposto no Artigo 71 Inciso VII da Lei Orgânica Municipal e no Artigo 49 da Lei Complementar Municipal nº 006/2002; Resolve:

Art.1º) Fica homologado o resultado da avaliação realizada pela CAESP em data de 06 de maio de 2016, considerando-se aprovado o Estágio Probatório da Servidora Pública Municipal, ALESSANDRA GODINHO VALENTIN, Matrícula Funcional nº 000630, Registro no Sistema Sob nº 955057, ocupante do Cargo Público e exercendo a Função de Nutricionista, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Art.2º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 19 de julho de 2015.

Art.3º) Revogam-se as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,
10 de Maio de 2016.

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 11/05/2016.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 12.954 DE 10 DE MAIO DE 2016

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 12.954 DE 10 DE MAIO DE 2016

HOMOLOGA RESULTADO DE AVALIAÇÃO DA CAESP REFERENTE AO ESTÁGIO PROBATÓRIO.

O Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente o disposto no Artigo 71 Inciso VII da Lei Orgânica Municipal e no Artigo 49 da Lei Complementar Municipal nº 006/2002; Resolve:

Art.1º) Fica homologado o resultado da avaliação realizada pela CAESP em data de 06 de maio de 2016, considerando-se aprovado o Estágio Probatório da Servidora Pública Municipal, DANIELA DE SOUZA, Matrícula Funcional nº 000637, Registro no Sistema Sob nº 955066, no Cargo Público e exercendo a Função de Atendente de Sala, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Art.2º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 19 de junho de 2015.

Art.3º) Revogam-se as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,
10 de Maio de 2016.

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 11/05/2016.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 12.955 DE 10 DE MAIO DE 2016

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 12.955 DE 10 DE MAIO DE 2016

HOMOLOGA RESULTADO DE AVALIAÇÃO DA CAESP REFERENTE AO ESTÁGIO PROBATÓRIO.

O Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente o disposto no Artigo 71 Inciso VII da Lei Orgânica Municipal e no Artigo 49 da Lei Complementar Municipal nº 006/2002; Resolve:

Art.1º) Fica homologado o resultado da avaliação realizada pela CAESP em data de 06 de maio de 2016, considerando-se aprovado o Estágio Probatório do Servidor Público Municipal, CRISTIANO SLOMINSKY, Matrícula Funcional nº 000653, Registro no Sistema Sob nº 955080, ocupante do Cargo Público e exercendo a Função Agente Operacional IV, lotado na Secretaria Municipal de Saneamento Ambiental.

Art.2º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 19 de junho de 2015.

Art.3º) Revogam-se as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,
10 de Maio de 2016.

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 11/05/2016.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 12.956 DE 10 DE MAIO DE 2016

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 12.956 DE 10 DE MAIO DE 2016

HOMOLOGA RESULTADO DE AVALIAÇÃO DA CAESP REFERENTE AO ESTÁGIO PROBATÓRIO.

O Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente o disposto no Artigo 71 Inciso VII da Lei Orgânica Municipal e no Artigo 49 da Lei Complementar Municipal nº 006/2002; Resolve:

Art.1º) Fica homologado o resultado da avaliação realizada pela CAESP em data de 06 de maio de 2016, considerando-se aprovado o Estágio Probatório da Servidora Pública Municipal, GILCIANE FERRARI, Matrícula Funcional nº 000636, Registro no Sistema Sob

nº 955064, no Cargo Público e exercendo a Função de Atendente de Sala, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Art.2º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 30 de julho de 2015.

Art.3º) Revogam-se as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,
10 de Maio de 2016.

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 11/05/2016.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 12.957 DE 10 DE MAIO DE 2016

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 12.957 DE 10 DE MAIO DE 2016

HOMOLOGA RESULTADO DE AVALIAÇÃO DA CAESP REFERENTE AO ESTÁGIO PROBATÓRIO.

O Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente o disposto no Artigo 71 Inciso VII da Lei Orgânica Municipal e no Artigo 49 da Lei Complementar Municipal nº 006/2002; Resolve:

Art.1º) Fica homologado o resultado da avaliação realizada pela CAESP em data de 06 de maio de 2016, considerando-se aprovado o Estágio Probatório da Servidora Pública Municipal, LEIDIANE LINZMEYER STOMINSKY, Matrícula Funcional nº 000646, Registro no Sistema Sob nº 955075, no Cargo Público Agente Operacional I, exercendo a Função de Auxiliar de Serviços Gerais, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Art.2º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 20 de junho de 2015.

Art.3º) Revogam-se as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,
10 de Maio de 2016.

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 11/05/2016.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 12.958 DE 10 DE MAIO DE 2016

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 12.958 DE 10 DE MAIO DE 2016

HOMOLOGA RESULTADO DE AVALIAÇÃO DA CAESP REFERENTE AO ESTÁGIO PROBATÓRIO.

O Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente o disposto no Artigo 71 Inciso VII da Lei Orgânica Municipal e no Artigo 49 da Lei Complementar Municipal nº 006/2002; Resolve:

Art.1º) Fica homologado o resultado da avaliação realizada pela CAESP em data de 06 de maio de 2016, considerando-se aprovado o Estágio Probatório do Servidor Público Municipal, EDENILSON FERREIRA DE ANHAIA, Matrícula Funcional nº 000649, Registro no Sistema Sob nº 955078, ocupante do Cargo Público de Agente Operacional V, exercendo a Função de Pedreiro/Carpinteiro, lotado na Secretaria Municipal de Planejamento, Transporte e Obras.

Art.2º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 19 de junho de 2015.

Art.3º) Revogam-se as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,
10 de Maio de 2016.

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 11/05/2016.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 12.959 DE 10 DE MAIO DE 2016

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 12.959 DE 10 DE MAIO DE 2016

HOMOLOGA RESULTADO DE AVALIAÇÃO DA CAESP REFERENTE AO ESTÁGIO PROBATÓRIO.

O Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente o disposto no Artigo 71 Inciso VII da Lei Orgânica Municipal e no Artigo 49 da Lei Complementar Municipal nº 006/2002; Resolve:

Art.1º) Fica homologado o resultado da avaliação realizada pela CAESP em data de 06 de maio de 2016, considerando-se aprovado o Estágio Probatório da Servidora Pública Municipal, REGINA GROSSKOPF, Matrícula Funcional nº 000657, Registro no Sistema Sob nº 955083, no Cargo Público e exercendo a Função de Atendente de Sala, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Art.2º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 24 de junho de 2015.

Art.3º) Revogam-se as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,
10 de Maio de 2016.

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 11/05/2016.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 12.960 DE 10 DE MAIO DE 2016

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 12.960 DE 10 DE MAIO DE 2016

HOMOLOGA RESULTADO DE AVALIAÇÃO DA CAESP REFERENTE AO ESTÁGIO PROBATÓRIO.

O Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente o disposto no Artigo 71 Inciso VII da Lei Orgânica Municipal e no Artigo 49 da Lei Complementar Municipal nº 006/2002; Resolve:

Art.1º) Fica homologado o resultado da avaliação realizada pela CAESP em data de 06 de maio de 2016, considerando-se aprovado o Estágio Probatório do Servidor Público Municipal, ANDRÉ CARLOS STEFANES, Matrícula Funcional nº 000660, Registro no Sistema Sob nº 955087, ocupante do Cargo Público de Agente Operacional II, exercendo a Função de Vigia, lotado na Secretaria Municipal de Administração.

Art.2º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 01 de julho de 2015.

Art.3º) Revogam-se as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,
10 de Maio de 2016.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 11/05/2016.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

TERMO ADITIVO Nº 001/2014

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAMPO ALEGRE/SC

TERMO ADITIVO Nº 001/2014

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO TERMO DE CONVÊNIO FIRMADO ENTRE O MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC. E O INSTITUTO SANTÉ.

De um lado, o MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 83.102.749/0001-77, com sede à Rua Cel. Bueno Franco, nº 292, Centro, no Município de Campo Alegre/SC, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Rubens Blaszkowski; e de outro lado, INSTITUTO SANTÉ, pessoa jurídica de direito privado, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 08.776.971/0001-30, com sede à Avenida Almirante Tamandaré, nº 94, Bairro Coqueiros, no Município de Florianópolis/SC., representado neste ato pelo seu presidente, Sr. Tércio

Egon Karten, que têm justo e acordado o que segue.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO PRAZO

A CLÁUSULA VI, item 11, do Termo de Convênio nº 003/2013, passa a vigorar com a seguinte redação:

“11. O termo final do prazo do presente Convênio se encerra em 02/04/2014”

CLÁUSULA SEGUNDA – DA RATIFICAÇÃO

Ficam ratificadas as demais Cláusulas do Termo originário, não alteradas pelo presente aditivo.

E, por estarem de pleno acordo, lavra-se o presente instrumento em 3 (três) vias de igual teor e forma, assinando as partes este Termo Aditivo na presença de duas testemunhas.

Campo Alegre/SC., 03 de fevereiro de 2014.

Município de Campo Alegre Instituto Santé

Testemunha

Testemunha

TERMO ADITIVO Nº 002/2015

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAMPO ALEGRE/SC.

TERMO ADITIVO Nº 002/2015

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO TERMO DE CONVÊNIO FIRMADO ENTRE O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAMPO ALEGRE/SC. E O INSTITUTO SANTÉ.

De um lado, o FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 01.941.360/0001-50, com sede à Rua Irã. Amália Gheller, nº 22, Centro, no Município de Campo Alegre/SC., neste ato representado pela sua gestora, Srª. Carolina da Costa Telma; e de outro lado, INSTITUTO SANTÉ, pessoa jurídica de direito privado, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 08.776.971/0001-30, com sede à Avenida Almirante Tamandaré, nº 94, Bairro Coqueiros, no Município de Florianópolis/SC., representado neste ato pelo seu presidente, Sr. Tércio Egon Karten, que têm justo e acordado o que segue.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO VALOR

A CLÁUSULA III, item 6, do Termo de Convênio nº 004/2014, passa a vigorar com a seguinte redação:

“6. O Valor a ser pago pelos serviços descritos no objeto deste Termo de Convênio será de R\$ 71.570,00 (setenta mil quinhentos e setenta reais) a serem pagos mensalmente, com vencimento no dia 26 de cada mês, mediante a apresentação de Relatório de Serviços e da respectiva nota fiscal de serviços.”

CLÁUSULA SEGUNDA – DA RATIFICAÇÃO

Ficam ratificadas as demais Cláusulas do Termo originário, não alteradas pelo presente aditivo.

E, por estarem de pleno acordo, lavra-se o presente instrumento em 3 (três) vias de igual teor e forma, assinando as partes este Termo Aditivo na presença de duas testemunhas.

Campo Alegre/SC., 01 de abril de 2015.

Fundo Municipal de Saúde Instituto Santé

Testemunha

Testemunha

TERMO ADITIVO Nº 002/2016

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAMPO ALEGRE/SC.

TERMO ADITIVO Nº 001/2016

QUINTO TERMO ADITIVO AO TERMO DE CONVÊNIO FIRMADO ENTRE O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC. E O INSTITUTO SANTÉ.

De um lado, o FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 01.941.360/0001-50, com sede à Rua Irã. Amália Gheller, nº 22, Centro, no Município de Campo Alegre/SC., neste ato representado pela sua gestora, Srª. Carolina da Costa Telma; e de outro lado, INSTITUTO SANTÉ, pessoa jurídica de direito privado, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 08.776.971/0001-30, com sede à Avenida Almirante Tamandaré, nº 94, Bairro Coqueiros, no Município de Florianópolis/SC., representado neste ato pelo seu presidente, Sr. Tércio Egon Karten, que têm justo e acordado o que segue.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO PRAZO

A CLÁUSULA III, item 6, do Termo de Convênio nº 004/2014, passa a vigorar com a seguinte redação:

“11. O valor a ser pago pelos Serviços descritos no objeto deste Termo de Convênio será de R\$ 51.570,00 (cincoenta e um mil, quinhentos e setenta reais), a serem pagos mensalmente, com vencimento no dia 26 de cada mês, mediante a apresentação de Relatório de Serviços e da respectiva Nota Fiscal de Serviços.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA RATIFICAÇÃO

Ficam ratificadas as demais Cláusulas do Termo originário, não alteradas pelo presente aditivo.

E, por estarem de pleno acordo, lavra-se o presente instrumento em 3 (três) vias de igual teor e forma, assinando as partes este Termo Aditivo na presença de duas testemunhas.

Campo Alegre/SC., 01 de março de 2016.

Fundo Municipal de Saúde

Instituto Santé

Testemunha

Testemunha

TERMO ADITIVO Nº 003/2015

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAMPO ALEGRE/SC.

TERMO ADITIVO Nº 003/2015

QUARTO TERMO ADITIVO AO TERMO DE CONVÊNIO FIRMADO ENTRE O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC. E O INSTITUTO SANTÉ.

De um lado, o FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 01.941.360/0001-50, com sede à Rua Irã. Amália Gheller, nº 22, Centro, no Município de Campo Alegre/SC., neste ato representado pela sua gestora, Srª. Carolina da Costa Telma; e de outro lado, INSTITUTO SANTÉ, pessoa jurídica de direito privado, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 08.776.971/0001-30, com sede à Avenida Almirante Tamandaré, nº 94, Bairro Coqueiros, no Município de Florianópolis/SC., representado neste ato pelo seu presidente, Sr. Tércio Egon Karten, que têm justo e acordado o que segue.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO PRAZO

A CLÁUSULA VI, item 11, do Termo de Convênio nº 004/2014, passa a vigorar com a seguinte redação:

“11. O prazo final do presente Termo de Convênio encerra-se em 31 de dezembro de 2016.”

CLÁUSULA SEGUNDA – DA RATIFICAÇÃO

Ficam ratificadas as demais Cláusulas do Termo originário, não alteradas pelo presente aditivo.

E, por estarem de pleno acordo, lavra-se o presente instrumento em 3 (três) vias de igual teor e forma, assinando as partes este Termo Aditivo na presença de duas testemunhas.
Campo Alegre/SC., 17 de dezembro de 2015.

Fundo Municipal de Saúde Instituto Santé

Testemunha Testemunha

Publicado no DOM – Diário Oficial dos Municípios em data de 11 de maio de 2016.

TERMO ADITIVO Nº 003/2016

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAMPO ALEGRE/SC.

TERMO ADITIVO Nº 002/2016

QUINTO TERMO ADITIVO AO TERMO DE CONVÊNIO FIRMADO ENTRE O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC. E O INSTITUTO SANTÉ.

De um lado, o FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 01.941.360/0001-50, com sede à Rua Irã. Amália Gheller, nº 22, Centro, no Município de Campo Alegre/SC., neste ato representado pela sua gestora, Srª. Carolina da Costa Telma; e de outro lado, INSTITUTO SANTÉ, pessoa jurídica de direito privado, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 08.776.971/0001-30, com sede à Avenida Almirante Tamandaré, nº 94, Bairro Coqueiros, no Município de Florianópolis/SC., representado neste ato pelo seu presidente, Sr. Tércio Egon Karten, que têm justo e acordado o que segue.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO PRAZO

A CLÁUSULA III, item 6, do Termo de Convênio nº 004/2014, passa a vigorar com a seguinte redação:

“11. O valor a ser pago pelos Serviços descritos no objeto deste Termo de Convênio será de R\$ 51.570,00 (cincoenta e um mil, quinhentos e setenta reais), a serem pagos mensalmente, com vencimento no dia 26 de cada mês, mediante a apresentação de Relatório de Serviços e da respectiva Nota Fiscal de Serviços.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA RATIFICAÇÃO

Ficam ratificadas as demais Cláusulas do Termo originário, não alteradas pelo presente aditivo.

E, por estarem de pleno acordo, lavra-se o presente instrumento em 3 (três) vias de igual teor e forma, assinando as partes este Termo Aditivo na presença de duas testemunhas.
Campo Alegre/SC., 01 de março de 2016.

Fundo Municipal de Saúde Instituto Santé

Testemunha Testemunha

Publicado no DOM – Diário Oficial dos Municípios em data de 11 de maio de 2016.

Campo Erê

PREFEITURA

PREGÃO PRESENCIAL FMS 21/2016

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAMPO ERÊ - SC

PROCESSO LICITATÓRIO FMS Nº 1013/2016

EDITAL DE PREGÃO FMS Nº 21/2016 - ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

O Fundo Municipal de Saúde do Município de Campo Ere - SC, através de sua Gestora Sra DALCI M. APPIO, no uso de suas atribuições legais, TORNA PÚBLICO que até às 08 horas do dia 25 de Maio de 2016, o Pregoeiro Oficial do Município, estará recebendo as propostas dos interessados para o Pregão Presencial FMS 21/2016 - Ata de Registro de Preços para a Aquisição de forma parcelada de próteses dentárias, conforme especificado no Edital, e em conformidade com a Lei 8.666/93, suas alterações, Lei 10.520/2002, suas alterações, Decreto Municipal 703/2015, LC 147/2014, e demais normas pertinentes. Demais informações serão fornecidas pelo Departamento de Licitações - Centro Administrativo Municipal, Rua 1º de Maio, 736 - Campo Ere - SC, de segunda a sexta-feira no horário das 7:30hs. às 11:30hs e das 13:15 às 17:15hs. ou pelo e-mail licitacao@campoere.sc.gov.br , Campo Ere - SC, 10 de Maio de 2016. Dalci M. B. Appio - Gestora do FMS.

Campos Novos

CÂMARA MUNICIPAL

BALANCETE MÊS 04/2016

Betha Sistemas

Exercício de 2016

Abril

Página: 1/10

SANTA CATARINA
CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS
 Balancete de Verificação - 2016

Máscara	Subsist. C.	Sup. Fin.	Descrição	Saldo Anterior	Débitos	Créditos	Saldo Atual
1			ATIVO	561.532,92D	236.696,04	202.701,88	595.527,06D
1.1			ATIVO CIRCULANTE	177.469,50D	236.696,04	200.805,68	213.359,86D
1.1.1			CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	164.058,41D	236.496,04	200.605,68	199.948,77D
1.1.1.1			CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA EM MOEDA NACIONAL	164.058,41D	236.496,04	200.605,68	199.948,77D
1.1.1.1.1			CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA EM MOEDA NACIONAL - CONSOLIDAÇ	164.058,41D	236.496,04	200.605,68	199.948,77D
1.1.1.1.1.19			BANCOS CONTA MOVIMENTO - DEMAIS CONTAS	164.058,41D	236.496,04	200.605,68	199.948,77D
1.1.1.1.1.19.00.04			BANCOS CONTA MOVIMENTO - DEMAIS CONTAS	164.058,41D	236.496,04	200.605,68	199.948,77D
1.1.1.1.1.19.00.04.01			CAIXA ECONOMICA FEDERAL - MOVIMENTO	164.058,41D	236.496,04	200.605,68	199.948,77D
1.1.1.1.1.19.00.04.01.000001 (47936)	P	F	CAIXA ECONOMICA FEDERAL	164.058,41D	236.496,04	200.605,68	199.948,77D
1.1.3			DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO	200,00	200,00	200,00	200,00
1.1.3.1			ADIANTAMENTOS CONCEDIDOS	200,00	200,00	200,00	200,00
1.1.3.1.1			ADIANTAMENTOS CONCEDIDOS - CONSOLIDAÇÃO	200,00	200,00	200,00	200,00
1.1.3.1.1.02 (42150)	P	P	SUPRIMENTO DE FUNDOS	200,00	200,00	200,00	200,00
1.1.9			VARIÁVEIS PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS PAGAS ANTECIPADAMENTE	13.211,09D	0,00	0,00	13.211,09D
1.1.9.1			PRÊMIOS DE SEGUROS A PROPRIAR	1.895,19D	0,00	0,00	1.895,19D
1.1.9.1.1 (42411)	P	P	PRÊMIOS DE SEGUROS A PROPRIAR - CONSOLIDAÇÃO	1.895,19D	0,00	0,00	1.895,19D
1.1.9.3			ASSINATURAS E ANUIDADES A PROPRIAR	11.315,90D	0,00	0,00	11.315,90D
1.1.9.3.1 (42415)	P	P	ASSINATURAS E ANUIDADES A PROPRIAR - CONSOLIDAÇÃO	11.315,90D	0,00	0,00	11.315,90D
1.2			ATIVO NÃO CIRCULANTE	384.063,42D	0,00	1.896,20	382.167,22D
1.2.3			IMOBILIZADO	384.063,42D	0,00	1.896,20	382.167,22D
1.2.3.1			BENS MÓVEIS	182.046,60D	0,00	0,00	182.046,60D
1.2.3.1.1			BENS MÓVEIS - CONSOLIDAÇÃO	182.046,60D	0,00	0,00	182.046,60D
1.2.3.1.1.01			MAQUINAS, APARELHOS, EQUIPAMENTOS E FERRAMENTAS	27.597,90D	0,00	0,00	27.597,90D
1.2.3.1.1.01.02 (42865)	P	P	APARELHOS E EQUIPAMENTOS DE COMUNICAÇÃO	2.050,00D	0,00	0,00	2.050,00D
1.2.3.1.1.01.02.01 (42885)	P	P	OUTRAS MÁQUINAS, APARELHOS, EQUIPAMENTOS E FERRAMENTAS	25.547,90D	0,00	0,00	25.547,90D
1.2.3.1.1.02			OUTRAS MÁQUINAS, APARELHOS, EQUIPAMENTOS E FERRAMENTAS	53.338,10D	0,00	0,00	53.338,10D
1.2.3.1.1.02.01			BENS DE INFORMÁTICA	53.338,10D	0,00	0,00	53.338,10D
1.2.3.1.1.02.01.01 (42886)	P	P	EQUIPAMENTOS DE PROCESSAMENTO DE DADOS	53.338,10D	0,00	0,00	53.338,10D
1.2.3.1.1.03			EQUIPAMENTOS DE PROCESSAMENTO DE DADOS	72.628,60D	0,00	0,00	72.628,60D
1.2.3.1.1.03.01 (42892)	P	P	MÓVEIS E UTENSÍLIOS	2.066,70D	0,00	0,00	2.066,70D
1.2.3.1.1.03.02 (42893)	P	P	APARELHOS E UTENSÍLIOS DOMÉSTICOS	4.839,90D	0,00	0,00	4.839,90D
1.2.3.1.1.03.03 (42894)	P	P	MAQUINAS E UTENSÍLIOS DE ESCRITÓRIO	65.722,00D	0,00	0,00	65.722,00D
1.2.3.1.1.04			MOBILIÁRIO EM GERAL	13.672,00D	0,00	0,00	13.672,00D
1.2.3.1.1.04.05 (42901)	P	P	MATERIAIS CULTURAIS, EDUCACIONAIS E DE COMUNICAÇÃO	13.672,00D	0,00	0,00	13.672,00D
1.2.3.1.1.99			EQUIPAMENTOS PARA ÁUDIO, VÍDEO E FOTO	14.810,00D	0,00	0,00	14.810,00D
1.2.3.1.1.99.99			DEMAIS BENS MÓVEIS	14.810,00D	0,00	0,00	14.810,00D
1.2.3.1.1.99.99.01 (42926)	P	P	OUTROS BENS MÓVEIS	14.810,00D	0,00	0,00	14.810,00D
1.2.3.2			OUTROS BENS MÓVEIS	209.172,60D	0,00	0,00	209.172,60D
1.2.3.2.1			BENS IMÓVEIS	209.172,60D	0,00	0,00	209.172,60D
1.2.3.2.1.07 (42997)	P	P	BENS IMÓVEIS - CONSOLIDAÇÃO	209.172,60D	0,00	0,00	209.172,60D
1.2.3.8			INSTALAÇÕES	7.155,79C	0,00	1.896,20	9.051,99C
1.2.3.8.1			(-) DEPRECIAÇÃO, EXAUSTÃO E AMORTIZAÇÃO ACUMULADAS - CONSOI	7.155,78C	0,00	1.896,20	9.051,99C
1.2.3.8.1.01			(-) DEPRECIAÇÃO ACUMULADA - BENS MÓVEIS	7.155,79C	0,00	1.896,20	9.051,99C
1.2.3.8.1.01.99 (43019)	P	P	(-) DEPRECIAÇÃO ACUMULADA DE DEMAIS BENS MÓVEIS	7.155,79C	0,00	1.896,20	9.051,99C

Betha Sistemas
Exercício de 2016
Abril
Página: 2/10

SANTA CATARINA
CAMARA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS
Balancete de Verificação - 2016

Máscara	Subsist. C.	Sup. Fin.	Descrição	Saldo Anterior	Débitos	Créditos	Saldo Atual
2			PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	428.525,38C	240.793,26	252.240,00	439.972,12C
2.1			PASSIVO CIRCULANTE	68.512,45C	240.793,26	252.240,00	79.959,19C
2.1.1			OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAC	68.358,60C	184.734,01	196.119,39	79.743,98C
2.1.1.1			PESSOAL A PAGAR	68.358,60C	130.968,13	142.353,51	79.743,98C
2.1.1.1.1			PESSOAL A PAGAR - CONSOLIDAÇÃO	68.358,60C	130.968,13	142.353,51	79.743,98C
2.1.1.1.1.01			PESSOAL A PAGAR DO EXERCÍCIO	68.358,60C	130.968,13	142.353,51	79.743,98C
2.1.1.1.1.01.01			SALÁRIOS, REMUNERAÇÕES E BENEFÍCIOS DO EXERCÍCIO	68.358,60C	130.968,13	142.353,51	79.743,98C
2.1.1.1.1.01.02			DÉCIMO TERCEIRO SALÁRIO	0,00	123.079,01	123.079,01	0,00
2.1.1.1.1.01.03	P	P	FÉRIAS	28.611,24C	0,00	12.432,23	41.043,47C
2.1.1.1.1.01.03			FÉRIAS	39.747,36C	7.889,12	12.432,23	41.043,47C
2.1.1.1.1.01.03.00.000001 (43094)			FÉRIAS	39.747,36C	7.889,12	12.432,23	41.043,47C
2.1.1.1.1.01.03.00.000001 (43096)	P	P	FÉRIAS	39.747,36C	7.889,12	6.842,27	38.700,51C
2.1.1.2			BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS A PAGAR	0,00	28.762,14	28.762,14	0,00
2.1.1.2.1			BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS A PAGAR - CONSOLIDAÇÃO	0,00	28.762,14	28.762,14	0,00
2.1.1.2.1.01			BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS DO EXERCÍCIO	0,00	28.762,14	28.762,14	0,00
2.1.1.4			ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR	0,00	25.003,74	25.003,74	0,00
2.1.1.4.3			ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR - INTER OFSS - UNIÃO	0,00	25.003,74	25.003,74	0,00
2.1.1.4.3.01			INSS A PAGAR	0,00	25.003,74	25.003,74	0,00
2.1.1.4.3.01.01			INSS - CONTRIBUIÇÃO SOBRE SALÁRIOS E REMUNERAÇÕES	0,00	25.003,74	25.003,74	0,00
2.1.3			FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A CURTO PRAZO	0,00	22.117,11	22.117,11	0,00
2.1.3.1			FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR NACIONAIS A CURTO PRAZO	0,00	22.117,11	22.117,11	0,00
2.1.3.1.1			FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR NACIONAIS A CURTO PRAZO - CO	0,00	22.117,11	22.117,11	0,00
2.1.3.1.1.01			FORNECEDORES NACIONAIS	0,00	22.117,11	22.117,11	0,00
2.1.3.1.1.01.01			FORNECEDORES NÃO FINANCIADOS A PAGAR	0,00	22.117,11	22.117,11	0,00
2.1.8			DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	153,85C	33.942,14	34.003,50	215,21C
2.1.8.8			VALORES RESTITUIVEIS	153,85C	33.942,14	34.003,50	215,21C
2.1.8.8.1			VALORES RESTITUIVEIS - CONSOLIDAÇÃO	153,85C	33.942,14	34.003,50	215,21C
2.1.8.8.1.01			CONSIGNAÇÕES	153,85C	32.237,10	32.298,46	215,21C
2.1.8.8.1.01.02 (43538)	P	F	INSS	0,00	7.801,16	7.801,16	0,00
2.1.8.8.1.01.04			IMPOSTO SOBRE A RENDA RETIDO NA FONTE - IRRF	0,00	16.768,84	16.768,84	0,00
2.1.8.8.1.01.04.00.03 (47959)	P	F	IMPOSTOS A REPASSAR - IRRF	0,00	16.768,84	16.768,84	0,00
2.1.8.8.1.01.08 (43544)	P	F	ISS	153,85C	0,00	61,36	215,21C
2.1.8.8.1.01.99			OUTROS CONSIGNATÁRIOS	0,00	7.667,10	7.667,10	0,00
2.1.8.8.1.01.99.01 (47963)	P	F	EMPRESTIMO CAIXA ECONOMICA FEDERAL	0,00	4.398,82	4.398,82	0,00
2.1.8.8.1.01.99.05 (47967)	P	F	SICOB CREDICAMPOS CONVENIO EMPRESTIMO	0,00	2.720,94	2.720,94	0,00
2.1.8.8.1.01.99.07 (48092)	P	F	AGEMED	0,00	547,34	547,34	0,00
2.1.8.8.1.04			DEPÓSITOS NÃO JUDICIAIS	0,00	1.705,04	1.705,04	0,00
2.1.8.8.1.04.03 (43566)	P	F	DEPÓSITOS DE TERCEIROS	0,00	1.705,04	1.705,04	0,00
2.3			PATRIMÔNIO LÍQUIDO	360.012,93C	0,00	0,00	360.012,93C
2.3.1			PATRIMÔNIO SOCIAL E CAPITAL SOCIAL	376.379,50C	0,00	0,00	376.379,50C
2.3.1.1			PATRIMÔNIO SOCIAL	376.379,50C	0,00	0,00	376.379,50C
2.3.1.1.1 (43992)	P	P	PATRIMÔNIO SOCIAL - CONSOLIDAÇÃO	376.379,50C	0,00	0,00	376.379,50C
2.3.7			RESULTADOS ACUMULADOS	16.366,57D	0,00	0,00	16.366,57D
2.3.7.1			SUPERÁVITS OU DÉFICITS ACUMULADOS	16.366,57D	0,00	0,00	16.366,57D
2.3.7.1.1			SUPERÁVITS OU DÉFICITS ACUMULADOS - CONSOLIDAÇÃO	2.136.486,78D	0,00	0,00	2.136.486,78D
2.3.7.1.1.02 (44121)	P	P	SUPERÁVITS OU DÉFICITS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	2.136.486,78D	0,00	0,00	2.136.486,78D
2.3.7.1.2			SUPERÁVITS OU DÉFICITS ACUMULADOS - INTRA OFSS	2.415.423,19C	0,00	0,00	2.415.423,19C

Betha Sistemas

Exercício de 2016

Abril

Página: 3/10

SANTA CATARINA
CAMARA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS

Balancete de Verificação - 2016

Máscara	Subsist. C.	Sup. Fin.	Descrição	Saldo Anterior	Débitos	Créditos	Saldo Atual
2.3.7.1.2.02 (44126)	P	P	SUPERÁVITS OU DÉFICITS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	2.415.423,19C	0,00	0,00	2.415.423,19C
2.3.7.1.3			SUPERÁVITS OU DÉFICITS ACUMULADOS - INTER OFSS - UNIÃO	295.302,98D	0,00	0,00	295.302,98D
2.3.7.1.3.02 (44131)	P	P	SUPERÁVITS OU DÉFICITS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	295.302,98D	0,00	0,00	295.302,98D

Betha Sistemas
Exercício de 2016
Abril
Página: 4/10

SANTA CATARINA
CAMARA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS
Balancete de Verificação - 2016

Máscara	Subsist. C.	Sup. Fin.	Descrição	Saldo Anterior	Débitos	Créditos	Saldo Atual
3			VARIAÇÃO PATRIMONIAL DIMINUTIVA	571.365,48D	212.243,58	0,00	783.609,06D
3.1			PESSOAL E ENCARGOS	421.260,03D	159.468,13	0,00	580.728,16D
3.1.1			REMUNERAÇÃO A PESSOAL	355.904,32D	134.464,39	0,00	490.368,71D
3.1.1.1			REMUNERAÇÃO A PESSOAL ATIVO CIVIL - ABRANGIDOS PELO RPPS	315.025,98D	115.189,89	0,00	430.215,87D
3.1.1.1.1			REMUNERAÇÃO A PESSOAL ATIVO CIVIL - ABRANGIDOS PELO RPPS - CC	315.025,98D	115.189,89	0,00	430.215,87D
3.1.1.1.1.01			VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL - RPPS	313.382,77D	114.378,66	0,00	427.761,43D
3.1.1.1.1.01.01 (44199)	P		VENCIMENTOS E SALÁRIOS	313.382,77D	114.378,66	0,00	427.761,43D
3.1.1.1.1.02			OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL - RPPS	1.643,21D	811,23	0,00	2.454,44D
3.1.1.1.1.02.03 (44236)	P		SERVIÇOS EXTRAORDINÁRIOS	1.643,21D	811,23	0,00	2.454,44D
3.1.1.2			REMUNERAÇÃO A PESSOAL ATIVO CIVIL - ABRANGIDOS PELO RPPS	40.878,34D	19.274,50	0,00	60.152,84D
3.1.1.2.1			REMUNERAÇÃO A PESSOAL ATIVO CIVIL - ABRANGIDOS PELO RPPS - CC	40.878,34D	19.274,50	0,00	60.152,84D
3.1.1.2.1.01			VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL - RGPS	40.878,34D	19.274,50	0,00	60.152,84D
3.1.1.2.1.01.21 (44268)	P		FERIAS VENCIDAS E PROPORCIONAIS	12.267,09D	6.842,27	0,00	19.109,36D
3.1.1.2.1.01.22 (44269)	P		13. SALÁRIO	28.611,25D	12.432,23	0,00	41.043,48D
3.1.2			ENCARGOS PATRONAIS	65.355,71D	25.003,74	0,00	90.359,45D
3.1.2.2			ENCARGOS PATRONAIS - RGPS	65.355,71D	25.003,74	0,00	90.359,45D
3.1.2.2.3			ENCARGOS PATRONAIS - RGPS - INTER OFFS - UNIÃO	65.355,71D	25.003,74	0,00	90.359,45D
3.1.2.2.3.01 (44352)	P		CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS - INSS	65.355,71D	25.003,74	0,00	90.359,45D
3.2			BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS E ASSISTENCIAIS	82.177,56D	28.762,14	0,00	110.939,70D
3.2.1			APOSENTADORIAS E REFORMAS	82.177,56D	28.762,14	0,00	110.939,70D
3.2.1.1			APOSENTADORIAS - RPPS	82.177,56D	28.762,14	0,00	110.939,70D
3.2.1.1.1			APOSENTADORIAS - RPPS - CONSOLIDAÇÃO	82.177,56D	28.762,14	0,00	110.939,70D
3.2.1.1.1.01			PROVENTOS - PESSOAL CIVIL	82.177,56D	28.762,14	0,00	110.939,70D
3.2.1.1.1.01.99 (48290)	P		OUTRAS APOSENTADORIAS ESPECIAIS	82.177,56D	28.762,14	0,00	110.939,70D
3.3			USO DE BENS, SERVIÇOS E CONSUMO DE CAPITAL FIXO	67.927,89D	24.013,31	0,00	91.941,20D
3.3.1			USO DE MATERIAL DE CONSUMO	14.166,23D	1.468,13	0,00	15.634,36D
3.3.1.1			CONSUMO DE MATERIAL	14.166,23D	1.468,13	0,00	15.634,36D
3.3.1.1.1			CONSUMO DE MATERIAL - CONSOLIDAÇÃO	14.166,23D	1.468,13	0,00	15.634,36D
3.3.1.1.1.01 (44500)	P		COMBUSTÍVEIS E LUBRIFICANTES AUTOMOTIVOS	255,02D	210,03	0,00	465,05D
3.3.1.1.1.16 (44513)	P		MATERIAL DE EXPEDIENTE	1.372,70D	274,40	0,00	1.647,10D
3.3.1.1.1.17 (44514)	P		MATERIAL DE PROCESSAMENTO DE DADOS	6.694,00D	0,00	0,00	6.694,00D
3.3.1.1.1.21 (44518)	P		MATERIAL DE COPE E COZINHA	1.429,98D	642,70	0,00	2.072,68D
3.3.1.1.1.22 (44519)	P		MATERIAL DE LIMPEZA E PRODUTOS DE HIGIENIZAÇÃO	1.309,68D	0,00	0,00	1.309,68D
3.3.1.1.1.26 (44523)	P		MATERIAL ELÉTRICO E ELETRÔNICO	333,00D	0,00	0,00	333,00D
3.3.1.1.1.39 (44534)	P		MATERIAL PARA MANUTENÇÃO DE VEÍCULOS	668,40D	0,00	0,00	668,40D
3.3.1.1.1.50 (44544)	P		BANDEIRAS, FLÂMULAS E INSÍGNIAS	814,35D	0,00	0,00	814,35D
3.3.1.1.1.99 (44556)	P		OUTROS MATERIAIS DE CONSUMO	1.289,10D	341,00	0,00	1.630,10D
3.3.2			SERVIÇOS	48.359,16D	20.648,98	0,00	69.008,14D
3.3.2.1			DIÁRIAS	10.160,00D	4.800,00	0,00	14.960,00D
3.3.2.1.1			DIÁRIAS - CONSOLIDAÇÃO	10.160,00D	4.800,00	0,00	14.960,00D
3.3.2.1.1.01 (44572)	P		DIÁRIAS PESSOAL CIVIL	10.160,00D	4.800,00	0,00	14.960,00D
3.3.2.2			DIÁRIAS - PESSOAL CIVIL - NO PAIS	10.160,00D	4.800,00	0,00	14.960,00D
3.3.2.2.1			SERVIÇOS TERCEIROS - PF	699,00D	200,00	0,00	899,00D
3.3.2.2.1.99 (44632)	P		SERVIÇOS TERCEIROS - PF - CONSOLIDAÇÃO	699,00D	200,00	0,00	899,00D
3.3.2.3			OUTROS SERVIÇOS PRESTADOS POR PESSOA FÍSICA	699,00D	200,00	0,00	899,00D
			SERVIÇOS TERCEIROS - PJ	37.500,16D	15.648,98	0,00	53.149,14D

Betha Sistemas
Exercício de 2016
Abril
Página: 5/10

SANTA CATARINA
CAMARA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS
Balanço de Verificação - 2016

Máscara	Subsist. C.	Sup. Fin.	Descrição	Saldo Anterior	Débitos	Créditos	Saldo Atual
3.3.2.3.1			SERVIÇOS TERCEIROS - PJ - CONSOLIDAÇÃO	37.500,16D	15.648,98	0,00	53.149,14D
3.3.2.3.1.05 (44639)	P		PUBLICIDADE	0,00	350,00	0,00	350,00D
3.3.2.3.1.08 (44642)	P		SERVIÇOS DE ÁGUA E ESGOTO, ENERGIA ELÉTRICA, GÁS E OUTROS.	3.439,35D	1.242,12	0,00	4.681,47D
3.3.2.3.1.10 (44644)	P		LOCAÇÕES	4.000,92D	1.333,64	0,00	5.334,56D
3.3.2.3.1.11 (44645)	P		SERVIÇOS RELACIONADOS A TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	2.134,70D	729,30	0,00	2.864,00D
3.3.2.3.1.30 (44664)	P		SELEÇÃO E TREINAMENTO	3.445,00D	1.940,00	0,00	5.385,00D
3.3.2.3.1.99 (44687)	P		OUTROS SERVIÇOS TERCEIROS - PJ	24.480,19D	10.053,92	0,00	34.534,11D
3.3.3			DEPRECIAÇÃO, AMORTIZAÇÃO E EXAUSTÃO	5.402,50D	1.896,20	0,00	7.298,70D
3.3.3.1			DEPRECIAÇÃO	5.402,50D	1.896,20	0,00	7.298,70D
3.3.3.1.1			DEPRECIAÇÃO - CONSOLIDAÇÃO	5.402,50D	1.896,20	0,00	7.298,70D
3.3.3.1.1.01			DEPRECIAÇÃO DE IMOBILIZADO	5.402,50D	1.896,20	0,00	7.298,70D
3.3.3.1.1.01.01 (44910)	P		DEPRECIAÇÃO DE BENS MÓVEIS	5.402,50D	1.896,20	0,00	7.298,70D

Betha Sistemas
Exercício de 2016
Abril
Página: 6/10

SANTA CATARINA
CAMARA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS
Balancete de Verificação - 2016

Máscara	Subsist. C.	Sup. Fin.	Descrição	Saldo Anterior	Débitos	Créditos	Saldo Atual
4			VARIAÇÃO PATRIMONIAL ALIMENTATIVA	704.373,02C	0,00	234.791,00	939.164,02C
4.5			TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES RECEBIDAS	704.373,00C	0,00	234.791,00	939.164,00C
4.5.1			TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	704.373,00C	0,00	234.791,00	939.164,00C
4.5.1.1			TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS PARA A EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	704.373,00C	0,00	234.791,00	939.164,00C
4.5.1.1.2 (45892)	P		OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS ALIMENTATIVAS	704.373,00C	0,00	234.791,00	939.164,00C
4.9			REVERSAO DE PROVISÕES E AJUSTES DE PERDAS	0,02C	0,00	0,00	0,02C
4.9.7			REVERSAO DE PROVISÕES	0,02C	0,00	0,00	0,02C
4.9.7.1			REVERSAO DE PROVISÕES	0,02C	0,00	0,00	0,02C
4.9.7.1.1			REVERSAO DE PROVISÕES – CONSOLIDAÇÃO	0,02C	0,00	0,00	0,02C
4.9.7.1.1.99 (46133)	P		REVERSAO DE OUTRAS PROVISÕES	0,02C	0,00	0,00	0,02C

Betha Sistemas
Exercício de 2016
Abril
Página: 7/10

SANTA CATARINA
CAMARA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS
Balancete de Verificação - 2016

Máscara	Subsist. C.	Sup. Fin.	Descrição	Saldo Anterior	Débitos	Créditos	Saldo Atual
5			CONTROLES DA APROVAÇÃO DO PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO	2.817.500,00D	0,00	0,00	2.817.500,00D
5.2			ORÇAMENTO APROVADO	2.817.500,00D	0,00	0,00	2.817.500,00D
5.2.2			FIXAÇÃO DA DESPESA	2.817.500,00D	0,00	0,00	2.817.500,00D
5.2.2.1			DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	2.817.500,00D	0,00	0,00	2.817.500,00D
5.2.2.1.1			DOTAÇÃO INICIAL	2.817.500,00D	0,00	0,00	2.817.500,00D
5.2.2.1.1.01 (46205)	O		CREDITO INICIAL	2.817.500,00D	0,00	0,00	2.817.500,00D

Betha Sistemas
Exercício de 2016
Abril
Página: 8/10

SANTA CATARINA
CAMARA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS
Balancete de Verificação - 2016

Máscara	Subsist. C.	Sup. Fin.	Descrição	Saldo Anterior	Débitos	Créditos	Saldo Atual
6			CONTROLES DA EXECUÇÃO DO PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO	2.817.500,00C	604.775,12	604.775,12	2.817.500,00C
6.2			EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO	2.817.500,00C	604.775,12	604.775,12	2.817.500,00C
6.2.2			EXECUÇÃO DA DESPESA	2.817.500,00C	604.775,12	604.775,12	2.817.500,00C
6.2.2.1			DISPONIBILIDADES DE CRÉDITO	2.817.500,00C	604.775,12	604.775,12	2.817.500,00C
6.2.2.1.1 (46261)	O		CRÉDITO DISPONÍVEL	2.277.031,56C	198.962,00	0,00	2.078.069,56C
6.2.2.1.3			CRÉDITO UTILIZADO	540.468,44C	405.813,12	604.775,12	739.430,44C
6.2.2.1.3.01 (46267)	O		CRÉDITO EMPENHADO A LIQUIDAR	0,00	198.962,00	198.962,00	0,00
6.2.2.1.3.02 (46268)	O		CRÉDITO EMPENHADO EM LIQUIDAÇÃO	0,00	7.889,12	7.889,12	0,00
6.2.2.1.3.03 (46269)	O		CRÉDITO EMPENHADO LIQUIDADO A PAGAR	0,00	198.962,00	198.962,00	0,00
6.2.2.1.3.04 (46270)	O		CRÉDITO EMPENHADO LIQUIDADO PAGO	540.468,44C	0,00	198.962,00	739.430,44C

Betha Sistemas
Exercício de 2016
Abril
Página: 9/10

SANTA CATARINA
CAMARA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS
Balanço de Verificação - 2016

Máscara	Subsist. C.	Sup. Fin.	Descrição	Saldo Anterior	Débitos	Créditos	Saldo Atual
7			CONTROLES DEVEDORES	710.028,16D	236.696,04	0,00	946.724,20D
7.2			ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA	709.129,16D	236.496,04	0,00	945.625,20D
7.2.1			DISPONIBILIDADES POR DESTINAÇÃO	709.129,16D	236.496,04	0,00	945.625,20D
7.2.1.1 (46412)	C		CONTROLE DA DISPONIBILIDADE DE RECURSOS	709.129,16D	236.496,04	0,00	945.625,20D
7.9			OUTROS CONTROLES	899,00D	200,00	0,00	1.099,00D
7.9.1			RESPONSABILIDADE POR VALORES, TÍTULOS E BENS	899,00D	200,00	0,00	1.099,00D
7.9.1.2			RESPONSABILIDADE DE TERCEIROS POR VALORES, TÍTULOS E BENS	899,00D	200,00	0,00	1.099,00D
7.9.1.2.1 (46453)	C		CONTROLE DE ADIANTAMENTOS/SUPRIMENTOS DE FUNDOS CONCEDID	899,00D	200,00	0,00	1.099,00D

Betha Sistemas
Exercício de 2016
Abril
Página: 10/10

SANTA CATARINA
CAMARA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS
Balanço de Verificação - 2016

Máscara	Subsist. C.	Sup. Fin.	Descrição	Saldo Anterior	Débitos	Créditos	Saldo Atual
8			CONTROLES CREDORES	710.028,16C	634.638,22	871.334,26	946.724,20C
8.2			EXECUÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA	709.129,16C	634.238,22	870.734,26	945.625,20C
8.2.1			EXECUÇÃO DAS DISPONIBILIDADES POR DESTINAÇÃO	709.129,16C	634.238,22	870.734,26	945.625,20C
8.2.1.1			EXECUÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE RECURSOS	709.129,16C	634.238,22	870.734,26	945.625,20C
8.2.1.1.1			DISPONIBILIDADE POR DESTINAÇÃO DE RECURSOS	163.904,56C	202.372,08	238.201,08	199.733,56C
8.2.1.1.1.01 (46731)	C		DISPONIBILIDADE POR DESTINAÇÃO DE RECURSOS - DISPONÍVEL	163.904,56C	202.372,08	238.201,08	199.733,56C
8.2.1.1.2 (46733)	C		DISPONIBILIDADE POR DESTINAÇÃO DE RECURSOS COMPROMETIDA P	0,00	198.962,00	198.962,00	0,00
8.2.1.1.3	C		DISPONIBILIDADE POR DESTINAÇÃO DE RECURSOS COMPROMETIDA P	153,85C	232.904,14	232.965,50	215,21C
8.2.1.1.3.01 (46735)	C		COMPROMETIDA POR LIQUIDAÇÃO	0,00	198.962,00	198.962,00	0,00
8.2.1.1.3.02 (46736)	C		COMPROMETIDA POR CONSIGNAÇÕES/RETENÇÕES	153,85C	33.942,14	34.003,50	215,21C
8.2.1.1.4 (46738)	C		DISPONIBILIDADE POR DESTINAÇÃO DE RECURSOS UTILIZADA	545.070,75C	0,00	200.605,68	745.676,43C
8.9			OUTROS CONTROLES	899,00C	400,00	600,00	1.099,00C
8.9.1			EXECUÇÃO DE RESPONSABILIDADE POR VALORES, TÍTULOS E BENS	899,00C	400,00	600,00	1.099,00C
8.9.1.2			EXECUÇÃO DE RESPONSABILIDADE DE TERCEIROS POR VALORES, TÍTUL	899,00C	400,00	600,00	1.099,00C
8.9.1.2.1			EXECUÇÃO DE ADIANTAMENTOS/SUPRIMENTOS DE FUNDOS CONCEDID	899,00C	400,00	600,00	1.099,00C
8.9.1.2.1.01			ADIANTAMENTOS CONCEDIDOS A COMPROVAR	200,00C	200,00	200,00	200,00C
8.9.1.2.1.02 (46828)	C		ADIANTAMENTOS A APROVAR	0,00	200,00	200,00	0,00
8.9.1.2.1.03 (46829)	C		ADIANTAMENTOS APROVADOS	699,00C	0,00	200,00	899,00C
TOTAL:				0,00	2.165.842,26	2.165.842,26	0,00

CAMPOS NOVOS, 09/05/2016

JOSE TADEU GUZATTI
PRESIDENTE

JOELMA F. FAÉ
CONTADORA CRC/SC 26419/O-6

SAMAE - CAMPOS NOVOS**TOMADA DE PREÇO Nº06/2016**

SAMAE-SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO

CAMPOS NOVOS – SANTA CATARINA 49 35410844

AVISO LICITAÇÃO

O SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO – SAMAE de Campos Novos -SC leva ao conhecimento dos interessados que em conformidade com o que preceitua a Lei 8.666/93 alterada pela Lei 8.883/94 e Lei 9.648/98, fará realizar o procedimento licitatório abaixo:

1-LICITAÇÃO Nº 26/2016 – TOMADA DE PREÇO Nº06/2016, tipo MENOR PREÇO GLOBAL.

2-OBJETO: A presente licitação tem por objeto a contratação de EMPRESA especializada para o assentamento de 538 m² de bloco intertravado - tipo paver e 268 mln de assentamento de meio fio pré-moldado 10/15x30x100 cm a serem realizados entorno da lagoa de esgoto bacia B.

3-DATA/HORÁRIO DE ABERTURA: Às 09:00hs do dia 01/06/2016, para recebimento e abertura de invólucros. O Edital encontra-se a disposição dos interessados no Departamento de Material e Transporte do SAMAE, sito a rua: Caetano Carlos, 466 – Centro em Campos Novos –SC, nos seguintes horários das 09:00 às 11:00 e das 14:00 às 17:00 horas e nos sites www.samaecn.com.br e www.camposnovos.sc.gov.br

Campos Novos - SC, 10 de maio de 2016

JOEL FRANCISCO FAGUNDES

DIRETOR DO SAMAE

Canelinha

PREFEITURA

EXTRATO CONTRATO Nº 139/2016 - PMC

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANELINHA.

CONTRATO Nº. 139/2016. CONTRATO ADMINISTRATIVO DE AQUISIÇÃO DE ELETRODOMÉSTICOS. CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CANELINHA. CONTRATADO: RUDNEI DE AMORIM - ME. OBJETO: O presente contrato tem por objeto a aquisição de 10 (dez) ar condicionado Split com capacidade de 18.000 BUTs, tensão 220 V, para equipar as unidades escolares da Rede Municipal de Ensino Infantil e Fundamental, conforme características descritas no anexo II (termo de referencia) do Edital de Licitação nº 31/2016, Pregão Presencial nº 25/2016 (processo administrativo nº 32/2016, licitação nº 25/2016-PR), parte integrante deste contrato. VALOR: R\$-16.900,00 (dezesesseis mil e novecentos reais), fixo e irrevogável. FONTE DE RECURSO: 21 04.01 2.004 4.4.90.52.12, 37 04.02 2.005 4.4.90.52.12. VIGÊNCIA: O presente Contrato terá duração pelo mesmo período previsto para a garantia dos equipamentos, objeto deste Contrato, que a princípio é de 12 (doze) meses contados a partir da data de entrega. Canelinha (SC), 26 de abril de 2016. SUELI GRIMM – SECRETÁRIA DA SAÚDE. ANTONIO DA SILVA - PREFEITO DO MUNICÍPIO.

EXTRATO CONTRATO Nº 140/2016 - FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CANELINHA.

Contrato nº 140/2016. CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS GRÁFICOS. CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CANELINHA. CONTRATADO: DOB COMUNICAÇÕES VISUAL LTDA. - ME. OBJETO: O presente contrato tem por objeto a contratação de serviços gráficos, para manter as atividades da vigilância epidemiológica e sanitária, conforme especificações e quantidades descritas no anexo II do Edital do Processo de Licitação nº. 10/2016, Pregão Presencial nº. 11/2016 (processo administrativo nº 11/2016, licitação nº 11/2016-PR). VALOR: R\$-12.315,00 (doze mil trezentos e quinze reais). FONTE DO RECURSO: 15 10.01 2.018 3.3.90.39.63, 17 10.01 2.019 3.3.90.39.63. VIGÊNCIA: O presente Contrato terá vigência até 31 de dezembro de 2016. Canelinha (SC), 29 de abril de 2016. SUELI GRIMM – SECRETÁRIA DA SAÚDE.

EXTRATO EDITAL 37/2016 - PMC

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANELINHA

AVISO DE LICITAÇÃO

EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 37/2016

MODALIDADE: Tomada de Preço 05/2016

OBJETO: A presente licitação tem por objeto, a contratação de empresa para prestação de serviços de mão-de-obra, para pavimentação e construção de bocas de lobo, da estaca 22+18,123 metros até a ponte Lucas Orsi, da Rua Justino Batista Pereira, Bairro Centro, Canelinha/SC, em paralelepípedos, conforme Memorial Descritivo, Planilha Orçamentária, Cronograma Físico Financeiro, Quadro de Composições, BDI, ART e Projetos, em anexo ao processo, parte integrante e inseparável do edital. DATA DE ABERTURA: 30 de maio de 2016, às 09:00 horas. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES: O Edital e inteiro teor está à disposição dos interessados no Setor de Licitações, sito à Av. Cantório Florentino da Silva, 1683, Centro, Canelinha/SC e no site www.canelinha.sc.gov.br. Canelinha/SC, 10 de maio de 2016. ANTONIO DA SILVA - Prefeito do Município.

Canoinhas

PREFEITURA

PORTARIA Nº. 448/2016

PORTARIA Nº. 448/2016

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município; resolve:

EXONERAR

Art. 1º - Fica exonerada ANGÉLICA CRISTINA VILLALOBOS, contratada na função de Monitor de Educação Infantil, junto à Secretaria Municipal de Educação, a partir de 05/05/2016, por motivo de retorno da titular, conforme Comunicação Interna nº 141/SME/2016.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 04 de maio de 2016.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

HAMILTON WENDT

Secretário Municipal de Educação

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 04/05/2016.

DIOGO CARLOS SEIDEL

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

PORTARIA Nº. 454/2016

PORTARIA Nº 454/2016

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e artigo 92 da Lei 2.305 de 03/07/90 e Lei nº. 4.398 de 24/03/2009; resolve:

PRORROGAR LICENÇA

Art. 1º - Fica concedida Prorrogação de Licença Geração à MARIA CLAUDINÉIA RANDIG, efetiva no cargo de Monitor de Educação Especial, junto à Secretaria Municipal de Educação, cuja licença será gozada no período de 15/05/2016 a 13/07/2016, conforme Comunicação Interna nº 224/DP/2016.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 05 de maio de 2016.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

HAMILTON WENDT

Secretário Municipal de Educação

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 05/05/2016.

DIOGO CARLOS SEIDEL

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

PORTARIA Nº. 456/2016

PORTARIA Nº 456/2016

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e artigo 92 da Lei 2.305 de 03/07/90 e Lei nº. 4.398 de 24/03/2009; resolve:

PRORROGAR LICENÇA

Art. 1º - Fica concedida Prorrogação de Licença Geração à LUCIANE APARECIDA VILKI, efetiva no cargo de Servente Feminino, junto à Secretaria Municipal de Educação, cuja licença será gozada no período de 11/05/2016 a 09/07/2016, conforme Comunicação Interna nº 225/DP/2016.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 05 de maio de 2016.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

HAMILTON WENDT

Secretário Municipal de Educação

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 05/05/2016.

DIOGO CARLOS SEIDEL

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

PORTARIA Nº. 457/2016

PORTARIA Nº. 457/2016

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município; resolve:

REVOGAR

Art. 1º - Fica revogado o Art. 1º da Portaria nº 407/2016, que nomeou para exercer o cargo de Instrutor Agrícola, 40 horas semanais, matutino e vespertino, lotado junto à Secretaria Municipal de Educação, designado para o ano letivo de 2016 para a EBM Evaldo Dranka, o profissional CASSIO WESLEY GABRIEL HERZINGER, aprovado em hábil e competente concurso público previsto no Edital do Concurso Público nº 001/2014, conforme Edital de Convocação nº 013/2016, iniciando as suas atividades a partir de 04/05/2016, conforme Comunicação Interna nº 145/SME/2016.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 06 de maio de 2016.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

HAMILTON WENDT

Secretário Municipal de Educação

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 06/05/2016.

DIOGO CARLOS SEIDEL
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

PORTARIA Nº. 458/2016

PORTARIA Nº. 458/2016

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município; resolve:

EXONERAR

Art. 1º - Fica exonerado EMERSON LUIZ DOS SANTOS VEIGA, contratado na função de Professor de Ciências, na EBM Alberto Wardenski, junto à Secretaria Municipal de Educação, a partir de 09/05/2016, por motivo de retorno da titular, conforme Comunicação Interna nº 144/SME/2016.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 06 de maio de 2016.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

HAMILTON WENDT
Secretário Municipal de Educação

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 06/05/2016.

DIOGO CARLOS SEIDEL
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

PUBLICAÇÃO DA ALTERAÇÃO DE EDITAL DE PREGÃO Nº PMC 47/2016 (PRESENCIAL)

MUNICÍPIO DE CANOINHAS
ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº. PMC 70/2016
EDITAL DE PREGÃO Nº. PMC 47/2016 (PRESENCIAL)
ALTERAÇÃO DE EDITAL E DATA DE ABERTURA

O Município de Canoinhas/SC, CNPJ nº. 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, centro, torna público, que alterou o edital descrito acima, que tem por objeto AQUISIÇÃO DE 20 METROS CUBICOS DE MADEIRA DE EUCALIPTO SERRADA, TIPO PRANCHÃO E PRANCHINHA, PARA USO DA SECRETARIA DE OBRAS E DESENVOLVIMENTO URBANO DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS, CONFORME DETALHAMENTO CONSTANTE NO ANEXO I. Diante disto, a data de entrega e abertura dos envelopes contendo a documentação e propostas, foi transferida para o dia 24/05/2016, ficando estipulado os seguintes horários: às 15h25min (entrega) e 15h30min. (abertura). Informações (047) 3621 7705. O edital está disponível no site www.pmc.sc.gov.br no link licitações.

Luiz Alberto Rincoski Faria
Prefeito

REPUBLICAÇÃO DE EDITAL DE PREGÃO Nº FMS 10/2016 (PRESENCIAL)

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CANOINHAS
PROCESSO LICITATÓRIO N.º FMS 15/2016
EDITAL DE PREGÃO N.º FMS 10/2016 (PRESENCIAL)
REPUBLICAÇÃO

O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS, CNPJ n.º 11.206.680/0001-10, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, centro, fará realizar no dia 24/05/2016, às 14h05min, licitação para CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE PEÇAS E MÃO DE OBRA PARA REPAROS MECÂNICOS NO VEÍCULO RENAULT MASTER BUS, PLACA MMD 9874, DE USO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS. Recebimento de propostas até as 14h00min do dia 24/05/2016. Informações (47) 3621-7705. Cópia do edital no site www.pmc.sc.gov.br no link licitações.

Luiz Alberto Rincoski Faria
Prefeito/Presidente do Fundo

PUBLICAÇÃO DO RESULTADO FINAL DO PREGÃO Nº PMC 53/2016 (PRESENCIAL)

Página: 1/9

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS

Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Processo / Ano: 76/2016		Processo Administrativo: 53/2016 - PR		Total dos Itens Vencedores: 41.673,11				
Licitação.....: PREGÃO PRESENCIAL								
Modalidade....: AQUISIÇÃO DE ÓLEOS LUBRIFICANTES E FILTROS, DESTINADOS AOS VEÍCULOS DA PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS.								
Objeto.....:								
Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
Item.....: 1 - 411046642 - BALDE DE ÓLEO SAE 15W40 CI-4 - Unidade: BALD								
9977	MAUCOR DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA.	PETRONAS	54,000	0,0000	216,0000	11.664,00	Venceu	1 ****
9183	SIGA BEM FILTROS E LUBRIFICANTES LTDA.	GT OIL	54,000	0,0000	216,5000	11.691,00	Perdeu	2
15846	JÚLIO SILVESTRI FILHO ME		54,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
Item.....: 2 - 5721 - OLEO LUBRIFICANTE ISSO VG 46 - Unidade: BALD								
9183	SIGA BEM FILTROS E LUBRIFICANTES LTDA.	AGECOM	30,000	0,0000	160,0000	4.800,00	Venceu	1 ****
9977	MAUCOR DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA.	LUBRAX	30,000	0,0000	161,0000	4.830,00	Perdeu	2
15846	JÚLIO SILVESTRI FILHO ME		30,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
Item.....: 3 - 5774 - OLEO LUBRIFICANTE ISO VG 68 - Unidade: BALD								
9183	SIGA BEM FILTROS E LUBRIFICANTES LTDA.	GT OIL	50,000	0,0000	109,0000	5.450,00	Venceu	1 ****
9977	MAUCOR DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA.	AGECOM	50,000	0,0000	110,0000	5.500,00	Perdeu	2
15846	JÚLIO SILVESTRI FILHO ME		50,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
Item.....: 4 - 411046643 - OLEO LUBRIFICANTE SAE 20W ATF - Unidade: BALD								
9977	MAUCOR DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA.	AGECOM	5,000	0,0000	182,0000	910,00	Venceu	1 ****
9183	SIGA BEM FILTROS E LUBRIFICANTES LTDA.	GT OIL	5,000	0,0000	183,3300	916,65	Perdeu	2
15846	JÚLIO SILVESTRI FILHO ME		5,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
Item.....: 5 - 411046644 - OLEO LUBRIFICANTE 20W40 - Unidade: BALD								
9183	SIGA BEM FILTROS E LUBRIFICANTES LTDA.	PETROBRAS	8,000	0,0000	185,0000	1.480,00	Venceu	1 ****
9977	MAUCOR DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA.	LUBRAX	8,000	0,0000	186,0000	1.488,00	Perdeu	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS

Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

41.673,11

Processo Administrativo:

Processo / Ano: 76/2016

Licitação.....: 53/2016 - PR

Modalidade....: PREGÃO PRESENCIAL

Objeto.....: AQUISIÇÃO DE ÓLEOS LUBRIFICANTES E FILTROS, DESTINADOS AOS VEÍCULOS DA PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS.

Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
Item.....: 5	- 411046644 - OLEO LUBRIFICANTE 20W40 - Unidade: BALD							
15846	JÚLIO SILVESTRI FILHO ME		8,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
Item.....: 6	- 41525 - ÓLEO LUBRIFICANTE SAE 15W40. - Unidade: CXA							
9977	MAUCOR DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA.	AGECOM	10,000	0,0000	395,0000	3.950,00	Venceu	1 *****
9183	SIGA BEM FILTROS E LUBRIFICANTES LTDA.	GT OIL	10,000	0,0000	398,0000	3.980,00	Perdeu	2
15846	JÚLIO SILVESTRI FILHO ME		10,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
Item.....: 7	- 5782 - OLEO LUBRIFICANTE SAE 5W40 SM CX C/ 24X1 L - Unidade: CXA							
9183	SIGA BEM FILTROS E LUBRIFICANTES LTDA.	GT OIL	3,000	0,0000	445,5600	1.336,68	Venceu	1 *****
9977	MAUCOR DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA.	AGECOM	3,000	0,0000	725,0000	2.175,00	Perdeu	2
15846	JÚLIO SILVESTRI FILHO ME		3,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
Item.....: 8	- 5775 - FLUIDO DE FREIO DOT4 - Unidade: CXA							
9977	MAUCOR DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA.	HI TECH	1,000	0,0000	311,0000	311,00	Venceu	1 *****
15846	JÚLIO SILVESTRI FILHO ME	POWER BRIL	1,000	0,0000	312,8500	312,85	Perdeu	2
9183	SIGA BEM FILTROS E LUBRIFICANTES LTDA.	PETRONAS	1,000	0,0000	397,0000	397,00	Perdeu	3
Item.....: 9	- 411046645 - GRAXA NLGI-2, TAMBOR COM 200 LT. - Unidade: TAMB							
9977	MAUCOR DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA.	INCOL	2,000	0,0000	1.780,0000	3.560,00	Venceu	1 *****
9183	SIGA BEM FILTROS E LUBRIFICANTES LTDA.	GT OIL	2,000	0,0000	1.784,5000	3.569,00	Perdeu	2
15846	JÚLIO SILVESTRI FILHO ME		2,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS

Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Processo / Ano: 76/2016			Processo Administrativo: 41.673,11					
Licitação.....: 53/2016 - PR								
Modalidade....: PREGÃO PRESENCIAL								
Objeto.....: AQUISIÇÃO DE ÓLEOS LUBRIFICANTES E FILTROS, DESTINADOS AOS VEÍCULOS DA PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS.								
Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
Item.....: 10 - 411046646 - OLEO AW220 - Unidade: TAMB								
9183	SIGA BEM FILTROS E LUBRIFICANTES LTDA.	GT OIL	1,000	0,0000	2.276,0000	2.276,00	Venceu	1 *****
9977	MAUCOR DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA.	AGECOM	1,000	0,0000	2.277,0000	2.277,00	Perdeu	2
15846	JÚLIO SILVESTRI FILHO ME		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
Item.....: 11 - 411046676 - FLUIDO DE FREIO AERO SHELL (VOLVO) - Unidade: LT								
9183	SIGA BEM FILTROS E LUBRIFICANTES LTDA.		4,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
9977	MAUCOR DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA.		4,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
15846	JÚLIO SILVESTRI FILHO ME		4,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
Item.....: 12 - 411046677 - OLEO WB 102 - Unidade: BALD								
9183	SIGA BEM FILTROS E LUBRIFICANTES LTDA.		10,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
9977	MAUCOR DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA.		10,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
15846	JÚLIO SILVESTRI FILHO ME		10,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
Item.....: 13 - 10449 - FILTRO DE AR ARS 9839 - Unidade: UN								
9977	MAUCOR DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA.	TECFIL	10,000	0,0000	73,0000	730,00	Venceu	1 *****
9183	SIGA BEM FILTROS E LUBRIFICANTES LTDA.	TECFIL	10,000	0,0000	75,0000	750,00	Perdeu	2
15846	JÚLIO SILVESTRI FILHO ME	XANFIL	10,000	0,0000	100,9200	1.009,20	Desclassif.	0
Item.....: 14 - 411046678 - FILTRO DE AR ARL 8839 - Unidade: UN								
9183	SIGA BEM FILTROS E LUBRIFICANTES LTDA.	TECFIL	2,000	0,0000	18,9900	37,98	Venceu	1 *****
9977	MAUCOR DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA.	TECFIL	2,000	0,0000	19,0000	38,00	Perdeu	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS

Página: 4/9

Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

41.673,11

Processo Administrativo:

Processo / Ano: 76/2016

Licitação.....: 53/2016 - PR

Modalidade....: PREGÃO PRESENCIAL

Objeto.....: AQUISIÇÃO DE ÓLEOS LUBRIFICANTES E FILTROS, DESTINADOS AOS VEÍCULOS DA PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS.

Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
Item.....: 14 - 411046678 - FILTRO DE AR ARL 8839 - Unidade: UN								
15846	JÚLIO SILVESTRI FILHO ME	VOX	2,000	0,0000	23,5300	47,06	Perdeu	3
Item.....: 15 - 5677 - FILTRO DE AR ARS 1013 - Unidade: UN								
15846	JÚLIO SILVESTRI FILHO ME	XANFIL	5,000	0,0000	31,0300	155,15	Venceu	1 *****
9977	MAUCOR DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA.	TECFIL	5,000	0,0000	59,8000	299,00	Perdeu	2
9183	SIGA BEM FILTROS E LUBRIFICANTES LTDA.	TECFIL	5,000	0,0000	61,5000	307,50	Perdeu	3
Item.....: 16 - 13931 - FILTRO DE AR TR 1524(MOTON.RG 1408 N.H) - Unidade: UN								
15846	JÚLIO SILVESTRI FILHO ME	XANFIL	2,000	0,0000	76,4900	152,98	Venceu	1 *****
9977	MAUCOR DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA.	TECFIL	2,000	0,0000	96,9900	193,98	Perdeu	2
9183	SIGA BEM FILTROS E LUBRIFICANTES LTDA.	TECFIL	2,000	0,0000	97,0000	194,00	Perdeu	3
Item.....: 17 - 411046679 - FILTRO DE AR AP 9496 - Unidade: UN								
15846	JÚLIO SILVESTRI FILHO ME	XANFIL	2,000	0,0000	146,4500	292,90	Venceu	1 *****
9183	SIGA BEM FILTROS E LUBRIFICANTES LTDA.	TECFIL	2,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
9977	MAUCOR DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA.	TECFIL	2,000	0,0000	238,3900	476,78	Desclassif.	0
Item.....: 18 - 411046651 - FILTRO DE AR ARS 9840 - Unidade: UN								
15846	JÚLIO SILVESTRI FILHO ME	XANFIL	2,000	0,0000	151,3800	302,76	Venceu	1 *****
9977	MAUCOR DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA.	TECFIL	2,000	0,0000	156,0000	312,00	Perdeu	2
9183	SIGA BEM FILTROS E LUBRIFICANTES LTDA.	TECFIL	2,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS

Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Processo / Ano: 76/2016 Processo Administrativo: 41.673,11

Licitação.....: 53/2016 - PR

Modalidade.....: PREGÃO PRESENCIAL

Objeto.....: AQUISIÇÃO DE ÓLEOS LUBRIFICANTES E FILTROS, DESTINADOS AOS VEÍCULOS DA PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS.

Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
Item.....: 19 - 311041906 - FILTRO DE AR TR 25437 - Unidade: UN								
9183	SIGA BEM FILTROS E LUBRIFICANTES LTDA.	TURBO	2,000	0,0000	189,0000	378,00	Venceu	1 *****
15846	JÚLIO SILVESTRI FILHO ME	TURBO	2,000	0,0000	189,2800	378,56	Perdeu	2
9977	MAUCOR DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA.		2,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
Item.....: 20 - 23848 - FILTRO DE AR ARL 4150 - Unidade: UN								
9977	MAUCOR DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA.	TECFIL	8,000	0,0000	11,2000	89,60	Venceu	1 *****
9183	SIGA BEM FILTROS E LUBRIFICANTES LTDA.	TECFIL	8,000	0,0000	11,5500	92,40	Perdeu	2
15846	JÚLIO SILVESTRI FILHO ME	TURBO	8,000	0,0000	15,0200	120,16	Perdeu	3
Item.....: 21 - 411046680 - FILTRO DE AR DAF 100 - SECADOR DE AR - Unidade: UN								
15846	JÚLIO SILVESTRI FILHO ME	ORIGINAL FILTER	2,000	0,0000	61,7700	123,54	Venceu	1 *****
9183	SIGA BEM FILTROS E LUBRIFICANTES LTDA.	TECFIL	2,000	0,0000	75,3700	150,74	Perdeu	2
9977	MAUCOR DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA.	TECFIL	2,000	0,0000	84,6700	169,34	Perdeu	3
Item.....: 22 - 10457 - FILTRO DE AR AP 5460 - Unidade: UN								
15846	JÚLIO SILVESTRI FILHO ME	XANFIL	2,000	0,0000	68,4400	136,88	Venceu	1 *****
9183	SIGA BEM FILTROS E LUBRIFICANTES LTDA.	TECFIL	2,000	0,0000	90,5600	181,12	Perdeu	2
9977	MAUCOR DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA.	TECFIL	2,000	0,0000	91,0000	182,00	Perdeu	3
Item.....: 23 - 1625 - FILTRO LUBRIFICANTE PSL 562 - Unidade: UN								
15846	JÚLIO SILVESTRI FILHO ME	ORIGINAL FILTER	10,000	0,0000	9,9800	99,80	Venceu	1 *****
9183	SIGA BEM FILTROS E LUBRIFICANTES LTDA.	TECFIL	10,000	0,0000	13,5000	135,00	Perdeu	2

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS

Página: 6/9

Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Processo / Ano: 76/2016 Processo Administrativo: 41.673,11

Licitação.....: 53/2016 - PR

Modalidade....: PREGÃO PRESENCIAL

Objeto.....: AQUISIÇÃO DE ÓLEOS LUBRIFICANTES E FILTROS, DESTINADOS AOS VEÍCULOS DA PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS.

Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
Item.....: 23	- 1625 - FILTRO LUBRIFICANTE PSL 562 - Unidade: UN							
9977	MAUCOR DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA.	TECFIL	10,000	0,0000	14,4000	144,00	Perdeu	3
Item.....: 24	- 10437 - FILTRO LUBRIFICANTE PSL 55 - Unidade: UN							
9183	SIGA BEM FILTROS E LUBRIFICANTES LTDA.	TECFIL	30,000	0,0000	10,8000	324,00	Venceu	1 *****
9977	MAUCOR DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA.	TECFIL	30,000	0,0000	10,9000	327,00	Perdeu	2
15846	JÚLIO SILVESTRI FILHO ME	ORIGINAL FILTER	30,000	0,0000	12,4700	374,10	Perdeu	3
Item.....: 25	- 5701 - FILTRO LUBRIFICANTE PSL 283 - Unidade: UN							
9977	MAUCOR DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA.	TECFIL	15,000	0,0000	49,0000	735,00	Venceu	1 *****
15846	JÚLIO SILVESTRI FILHO ME	ORIGINAL FILTER	15,000	0,0000	49,6500	744,75	Perdeu	2
9183	SIGA BEM FILTROS E LUBRIFICANTES LTDA.	TECFIL	15,000	0,0000	54,8000	822,00	Perdeu	3
Item.....: 26	- 5801 - FILTRO LUBRIFICANTE PEL 312 - Unidade: UN							
9183	SIGA BEM FILTROS E LUBRIFICANTES LTDA.	TECFIL	4,000	0,0000	33,7500	135,00	Venceu	1 *****
9977	MAUCOR DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA.	TECFIL	4,000	0,0000	33,8000	135,20	Perdeu	2
15846	JÚLIO SILVESTRI FILHO ME		4,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
Item.....: 27	- 5805 - FILTRO LUBRIFICANTE PSL 657 - Unidade: UN							
15846	JÚLIO SILVESTRI FILHO ME	ORIGINAL FILTER	10,000	0,0000	20,7400	207,40	Venceu	1 *****
9183	SIGA BEM FILTROS E LUBRIFICANTES LTDA.	TECFIL	10,000	0,0000	28,0000	280,00	Perdeu	2
9977	MAUCOR DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA.	TECFIL	10,000	0,0000	28,1000	281,00	Perdeu	3

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS

Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

41.673,11

Processo Administrativo:

Processo / Ano: 76/2016

Licitação.....: 53/2016 - PR

Modalidade.....: PREGÃO PRESENCIAL

Objeto.....: AQUISIÇÃO DE ÓLEOS LUBRIFICANTES E FILTROS, DESTINADOS AOS VEÍCULOS DA PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS.

Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
Item.....: 28 - 5803 - FILTRO LUBRIFICANTE LF 16352 - Unidade: UN								
9977	MAUCOR DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA.	TECFIL	5,000	0,0000	105,4000	527,00	Venceu	1 *****
15846	JÚLIO SILVESTRI FILHO ME	ORIGINAL FILTER	5,000	0,0000	105,4200	527,10	Perdeu	2
9183	SIGA BEM FILTROS E LUBRIFICANTES LTDA.		5,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
Item.....: 29 - 1630 - FILTRO LUBRIFICANTE PSL 339 - Unidade: UN								
9183	SIGA BEM FILTROS E LUBRIFICANTES LTDA.	TECFIL	3,000	0,0000	29,6900	89,07	Venceu	1 *****
9977	MAUCOR DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA.	TECFIL	3,000	0,0000	29,7000	89,10	Perdeu	2
15846	JÚLIO SILVESTRI FILHO ME	ORIGINAL FILTER	3,000	0,0000	47,8500	143,55	Desclassif.	0
Item.....: 30 - 1691 - FILTRO LUBRIFICANTE PSL 962 - Unidade: UN								
9977	MAUCOR DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA.	TECFIL	10,000	0,0000	19,6000	196,00	Venceu	1 *****
9183	SIGA BEM FILTROS E LUBRIFICANTES LTDA.	TECFIL	10,000	0,0000	19,7500	197,50	Perdeu	2
15846	JÚLIO SILVESTRI FILHO ME	ORIGINAL FILTER	10,000	0,0000	21,6200	216,20	Perdeu	3
Item.....: 31 - 311041917 - FILTRO DE COMBUSTIVEL BF 1359 - Unidade: UN								
9183	SIGA BEM FILTROS E LUBRIFICANTES LTDA.	RACOR	3,000	0,0000	120,0000	360,00	Venceu	1 *****
15846	JÚLIO SILVESTRI FILHO ME	PARKER RACOR	3,000	0,0000	144,6100	433,83	Perdeu	2
9977	MAUCOR DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA.		3,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
Item.....: 32 - 311041916 - FILTRO DE COMBUSTIVEL PSC 79 - Unidade: UN								
15846	JÚLIO SILVESTRI FILHO ME	ORIGINAL FILTER	3,000	0,0000	23,1700	69,51	Venceu	1 *****
9183	SIGA BEM FILTROS E LUBRIFICANTES LTDA.	TECFIL	3,000	0,0000	36,9900	110,97	Perdeu	2

Página: 8/9

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS

Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

41.673,11

Processo Administrativo:

Processo / Ano: 76/2016

Licitação.....: 53/2016 - PR

Modalidade....: PREGÃO PRESENCIAL

Objeto.....: AQUISIÇÃO DE ÓLEOS LUBRIFICANTES E FILTROS, DESTINADOS AOS VEÍCULOS DA PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS.

Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
Item.....: 32	- 311041916 - FILTRO DE COMBUSTÍVEL PSC 79 - Unidade: UN							
9977	MAUCOR DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA.	TECFL	3,000	0,0000	40,9900	122,97	Perdeu	3
Item.....: 33	- 12634 - FILTRO DE COMBUSTÍVEL PSC 72/1 - Unidade: UN							
15846	JÚLIO SILVESTRI FILHO ME	ORIGINAL FILTER	5,000	0,0000	7,0800	35,40	Venceu	1 *****
9977	MAUCOR DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA.	TECFIL	5,000	0,0000	14,9900	74,95	Perdeu	2
9183	SIGA BEM FILTROS E LUBRIFICANTES LTDA.	TECFIL	5,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
Item.....: 34	- 411046647 - FILTRO DE COMBUSTÍVEL PSD 480/1 - Unidade: UN							
9977	MAUCOR DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA.	TECFIL	4,000	0,0000	43,5000	174,00	Venceu	1 *****
9183	SIGA BEM FILTROS E LUBRIFICANTES LTDA.	TECFIL	4,000	0,0000	43,9000	175,60	Perdeu	2
15846	JÚLIO SILVESTRI FILHO ME		4,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
Item.....: 35	- 36067 - FILTRO DE COMBUSTÍVEL PC 2/255 - Unidade: UN							
9977	MAUCOR DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA.	TECFIL	8,000	0,0000	11,5000	92,00	Venceu	1 *****
9183	SIGA BEM FILTROS E LUBRIFICANTES LTDA.	TECFIL	8,000	0,0000	11,7000	93,60	Perdeu	2
15846	JÚLIO SILVESTRI FILHO ME	ORIGINAL FILTER	8,000	0,0000	11,8500	94,80	Perdeu	3
Item.....: 36	- 5822 - FILTRO DE COMBUSTÍVEL AS 2474 (F.CARGO 3133) - Unidade: UN							
9183	SIGA BEM FILTROS E LUBRIFICANTES LTDA.	TURBO	5,000	0,0000	69,0000	345,00	Venceu	1 *****
15846	JÚLIO SILVESTRI FILHO ME	FLEETGUARD	5,000	0,0000	69,0100	345,05	Perdeu	2
9977	MAUCOR DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA.		5,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CANOINHAS

Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Processo / Ano: 76/2016

Licitação.....: 53/2016 - PR

Modalidade....: PREGÃO PRESENCIAL

Objeto.....: AQUISIÇÃO DE ÓLEOS LUBRIFICANTES E FILTROS, DESTINADOS AOS VEÍCULOS DA PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CANOINHAS.

Processo Administrativo: 41.673,11

Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
------------	--------------------	-------	------------	----------	----------------	-------------	----------	---------------

Item.....: 37	-	411046648	-	FILTRO DE COMBUSTIVEL PSC 494	-	Unidade: UN		
15846	JÚLIO SILVESTRI FILHO ME	ORIGINAL FILTER	3,000	0,0000	29,7700	89,31	Venceu	1 *****
9183	SIGA BEM FILTROS E LUBRIFICANTES LTDA.	TECFIL	3,000	0,0000	58,0800	174,24	Perdeu	2
9977	MAUCOR DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA.	TECFIL	3,000	0,0000	58,2500	174,75	Perdeu	3
Item.....: 38	-	3598	-	FILTRO DE COMBUSTIVEL PSD 964	-	Unidade: UN		
9183	SIGA BEM FILTROS E LUBRIFICANTES LTDA.	TECFIL	3,000	0,0000	19,0500	57,15	Venceu	1 *****
9977	MAUCOR DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA.	TECFIL	3,000	0,0000	19,1000	57,30	Perdeu	2
15846	JÚLIO SILVESTRI FILHO ME	TURBO	3,000	0,0000	21,6100	64,83	Perdeu	3

Canoinhas, Em	Pregoeiro(a)
PAULO CESAR SAFANELLI -	EQUIPE DE APOIO
CLAUDIO HENRIQUE MATHIAS -	EQUIPE DE APOIO
MARCIANO FERNANDES CORREA -	SUPLENTE PREGOEIRO
ROBERTA JOSIANE SCHAFASCHEK -	28.754/SC
DOUGLAS ANTONIO CONCEIÇÃO -	CRC/SC 028524/O-0
VANESSA LANGER -	

Capinzal

PREFEITURA

Decreto nº 067/2016

DECRETO Nº 067, DE 9 DE MAIO DE 2016.

Dispensa o SIMAE da observância das medidas de contenção instituídas pelo Decreto nº 051, de 1º de abril de 2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAPINZAL, SC, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pelo art. 58, V e 72, I, "f", da Lei Orgânica Municipal, e

CONSIDERANDO que o Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto tem vinculação e abrangência na prestação de serviços públicos essenciais de dois municípios;

CONSIDERANDO tratar-se de Autarquia com autonomia administrativa e financeira, com receita própria proveniente exclusivamente da prestação de serviços de abastecimento de água e coleta e tratamento de esgoto junto aos municípios de Capinzal e Ouro;

CONSIDERANDO que a Autarquia possui legislação e procedimentos próprios, sem vinculação direta ao Executivo, face sua autonomia administrativa;

CONSIDERANDO que a redação do Decreto nº 051, de 1º de abril de 2016, ao vincular a Administração Pública Municipal, deixa dúvidas quanto a sua abrangência de aplicação, no que se refere à Autarquia SIMAE - Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto;

DECRETA:

Art. 1º As medidas de contenção de despesas instituídas através do Decreto nº 051, de 1º de abril de 2016, aplicam-se a Administração Pública Municipal, excetuando-se a autarquia intermunicipal SIMAE - Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Capinzal, SC, 9 de maio de 2016.

ANDEVIR ISGANZELLA

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto na data supra.

FRANCISCO DIRCEU DE ARAÚJO

Secretário da Administração e Finanças Interino

Decreto nº 068/2016

DECRETO Nº 068, DE 10 DE MAIO DE 2016.

Revoga o Processo Licitatório nº 038/2016, na modalidade Pregão Presencial nº 0026/2016.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CAPINZAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 58, V, da Lei Orgânica Municipal, e;

CONSIDERANDO a Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, em seu artigo 49, poder - dever da Administração de anular ou revogar seus próprios atos, inclusive ex officio.

CONSIDERANDO a vinculação ao princípio da legalidade e à defesa do interesse público;

CONSIDERANDO o Parecer Jurídico nº 150/2016, anexo;

DECRETA:

Art. 1º Fica revogado o Processo Licitatório nº 038/2016, na modalidade de Pregão Presencial nº 0026/2016, cujo objeto consiste no registro de preço para aquisição de abrigos para embarque e desembarque de passageiros.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Capinzal, em 10 de maio de 2016.

ANDEVIR ISGANZELLA

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto na data supra.

FRANCISCO DIRCEU DE ARAÚJO

Secretário Interino da Administração e Finanças

FIA CONTRATO 0003/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA	
FUNDO DA CRIANÇA E ADOLESC. DE CAPINZAL	
EXTRATO CONTRATUAL	

Contrato Nº.: 0003/2016	
Contratante...: FUNDO DA CRIANÇA E ADOLESC. DE CAPINZAL	
Contratada...: IDEALIZE COMUNICACAO E BRINDES LTDA - ME	
Valor : 10.800,00 (dez mil oitocentos reais)	
Vigência : Início: 10/05/2016 Término: 31/12/2016	
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 1/2016 Processo_Licitatório....: 0003 / 2016	
Recursos : Dotação:	
Objeto : REGISTRO DE PREÇO para contratação de empresa especializada em confecção de camisetas destinadas à Campanha de Prevenção e de Divulgação dos Direitos da Criança e Adolescentes para o Fundo Municipal dos Direitos das Criança e Adolescente - FIA, para o ano de 2016	
Capinzal, 10 de Maio de 2016	

PORTARIA 380/2016

PORTARIA Nº 380, DE 02 DE MARÇO DE 2016

Contrata servidor, por tempo determinado, por excepcional interesse público

Prefeito Municipal de Capinzal, no uso de suas atribuições legais e conforme o disposto na Lei nº 2.178, de 23 de dezembro de 1999, alterada pela Lei nº 3.149, de 30 de outubro de 2014, resolve:

Art. 1º Contratar, por tempo determinado, em regime administrativo especial, através do processo seletivo nº 029/2014 e nos termos do contrato nº 380/2016, Sergio Rodrigues dos Santos, matrícula nº 318949/08, para exercer as funções do cargo de Técnico Desportivo III, nível 3, referência A, conforme o anexo V da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, em regime de trabalho de vinte (20) horas semanais, na Fundação Municipal de Esportes.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 18 de fevereiro de 2016.

Capinzal – SC, em 02 de março de 2016

ANDEVIR ISGANZELLA

Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

FRANCISCO DIRCEU DE ARAÚJO

Secretário da Administração e Finanças, interino

PORTARIA 381/2016

PORTARIA Nº 381, DE 02 DE MARÇO DE 2016

Contrata servidor, por tempo determinado, por excepcional interesse público

Prefeito Municipal de Capinzal, no uso de suas atribuições legais e conforme o disposto na Lei nº 2.178, de 23 de dezembro de 1999, alterada pela Lei nº 3.149, de 30 de outubro de 2014, resolve:

Art. 1º Contratar, por tempo determinado, em regime administrativo especial, através do processo seletivo nº 029/2014 e nos termos do contrato nº 381/2016, Altair Pereira, matrícula nº 400191/02, para exercer as funções do cargo de Técnico Desportivo III, nível 3, referência A, conforme o anexo V da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, em regime de trabalho de vinte (20) horas semanais, na Fundação Municipal de Esportes.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 18 de fevereiro de 2016.

Capinzal – SC, em 02 de março de 2016

ANDEVIR ISGANZELLA

Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

FRANCISCO DIRCEU DE ARAÚJO

Secretário da Administração e Finanças, interino

PORTARIA 382/2016

PORTARIA Nº 382, DE 02 DE MARÇO DE 2016

Contrata servidor, por tempo determinado, por excepcional interesse público

Prefeito Municipal de Capinzal, no uso de suas atribuições legais e conforme o disposto na Lei nº 2.178, de 23 de dezembro de 1999, alterada pela Lei nº 3.149, de 30 de outubro de 2014, resolve:

Art. 1º Contratar, por tempo determinado, em regime administrativo especial, através do processo seletivo nº 029/2014 e nos termos do contrato nº 382/2016, Rafael Chiomento, matrícula nº 304301/04, para exercer as funções do cargo de Técnico Desportivo II, nível 3, referência A, conforme o anexo V da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, em regime de trabalho de vinte (20) horas semanais, na Fundação Municipal de Esportes.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 01 de março de 2016.

Capinzal – SC, em 02 de março de 2016

ANDEVIR ISGANZELLA

Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

FRANCISCO DIRCEU DE ARAÚJO

Secretário da Administração e Finanças, interino

PORTARIA 383/2016

PORTARIA Nº 382, DE 02 DE MARÇO DE 2016

Contrata servidor, por tempo determinado, por excepcional interesse público

Prefeito Municipal de Capinzal, no uso de suas atribuições legais e conforme o disposto na Lei nº 2.178, de 23 de dezembro de 1999, alterada pela Lei nº 3.149, de 30 de outubro de 2014, resolve:

Art. 1º Contratar, por tempo determinado, em regime administrativo especial, através do processo seletivo nº 029/2014 e nos termos do contrato nº 382/2016, Rafael Chiomento, matrícula nº 304301/04, para exercer as funções do cargo de Técnico Desportivo II, nível 3, referência A, conforme o anexo V da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, em regime de trabalho de vinte (20) horas semanais, na Fundação Municipal de Esportes.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 01 de março de 2016.

Capinzal – SC, em 02 de março de 2016

ANDEVIR ISGANZELLA

Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

FRANCISCO DIRCEU DE ARAÚJO

Secretário da Administração e Finanças, interino

TERMO ADITIVO AO CONVÊNIO 002/2011 - HNSD

EXTRATO TERMO ADITIVO

5º TERMO ADITIVO AO CONVÊNIO Nº 002/2011

CONVENIENTES: Municípios de Capinzal, Ouro e Zortéa

CONVENIADO: Hospital Nossa Senhora das Dores - HNSD

ADITADA: CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR E DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO: Custo mensal de R\$ 140.065,37 (cento e quarenta mil, sessenta e cinco reais e trinta e sete centavos), repassado da seguinte forma:

I – O Município de Capinzal possui 20.771 habitantes, portanto repassará ao HOSPITAL o valor mensal per capita de R\$ 94.626,98 (noventa e quatro mil, seiscentos e vinte e seis reais e noventa e oito centavos);

II – O Município de Ouro possui 7.095 habitantes, portanto repassará ao HOSPITAL o valor mensal per capita de R\$ 31.639,25 (trinta e um mil, seiscentos e trinta e nove reais e vinte e cinco centavos);

III – O Município de Zortéa possui 2.991 habitantes, portanto repassará ao HOSPITAL o valor mensal per capita de R\$ 13.799,14 (treze mil, setecentos e noventa e nove reais e quatorze centavos).

ADITADA: CLÁUSULA SEXTA – DO PRAZO: 90 dias – 04/07/16

ADITADA A CLÁUSULA QUARTA - DO REAJUSTE: reajustados anualmente, tendo como índice o valor do INPC apurado nos últimos 12 (doze) meses ou outro índice oficial que venha a substituí-lo, podendo ser acrescido de percentual correspondente ou equivalente ao aumento ou diminuição dos custos operacionais do serviço ora contratado, estipulado de acordo com o acerto entre as partes, mediante apresentação de planilha pelo HOSPITAL, condicionada a disponibilidade orçamentária e aprovação de cada MUNICÍPIO, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do convênio.

Catanduvás

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO: PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0056/2016 - PREGÃO Nº 0041/2016

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0056/2016
PREGÃO Nº 0041/2016

Objeto: AQUISIÇÃO DE MINI CARREGADEIRA COM ACESSÓRIOS (CAPINADEIRA E VASSOURA COM ESPAGIMENTO).

Abertura das Propostas: 15h15min, do dia 24 de maio de 2016.

Da disponibilização do edital: o edital estará disponível a partir do dia 11 de maio de 2016, no endereço <http://www.catanduvás.sc.gov.br/> e na Prefeitura Municipal de Catanduvás – SC.

Informações: maiores informações, assim como cópia do Edital, poderão ser obtidas no site: www.catanduvás.sc.gov.br e no Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Catanduvás – SC, das 13h00min às 19h00min, de segunda a sexta-feira, ou pelo telefone (049) 3525-1144, Ramal 229.

Catanduvás – SC, 10 de maio de 2016.
GISA APARECIDA GIACOMIN
Prefeita Municipal

EXTRATO DO CONTRATO FMAS Nº 0012/2016

TERMO DE CONTRATO FMAS Nº 0012/2016
PREGÃO Nº 0035/2016 (PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0046/2016).

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CATANDUVAS - Fundo Municipal de Assistência Social – FMAS
CONTRATADA: PANIFICADORA ART PÃO LTDA

OBJETO: contratação de empresa para fornecimento lanches visando o desenvolvimento da Secretaria Municipal de Assistência Social, CRAS, SCFV E CREAS, pois, são vários os programas, projetos e serviços a serem desenvolvidos no ano de 2016.

VALOR: R\$ 14.855,00 (quatorze mil oitocentos e cinquenta e cinco reais).

CONSIGNAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:
2.076.3390.00 - 10150 - 13/2016 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO FUNDO MUN.DE ASSIT.SO
2.076.3390.00 - 10152 - 14/2016 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO FUNDO MUN.DE ASSIT.SO

VIGÊNCIA: até 31 de dezembro de 2016, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos, nos termos do inciso II do art. 57 da Lei nº 8.666/93.

Catanduvás, SC, 04 de maio de 2016.

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Luciane T. Vieira

EXTRATO DO CONTRATO FMAS Nº 0014/2016

TERMO DE CONTRATO FMAS Nº 0014/2016
PREGÃO Nº 0037/2016 (PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0048/2016)
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CATANDUVAS - Fundo Municipal de Assistência Social – FMAS
CONTRATADA: VALDIR DEMETRIO DA SILVA

OBJETO: Contratação de músicos profissionais para os encontros semanais dos idosos e para os encontros mensais realizados pelo departamento de Assistência Social, CRAS, CREAS e aulas de violão e música para as crianças do SCFV.

VALOR: R\$ 32.000,00 (trinta e dois mil reais).
CONSIGNAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:
2.076.3390.00 - 10150 - 13/2016 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO FUNDO MUN.DE ASSIT.SO
2.185.3390.00 - 100 - 1/2016 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO FUNDO DE DIREITOS DO
2.076.3390.00 - 10152 - 14/2016 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO FUNDO MUN.DE ASSIT.SO

VIGÊNCIA: até 31 de dezembro de 2016, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos, nos termos do inciso II do art. 57 da Lei nº 8.666/93.

Catanduvás, SC, 04 de maio de 2016.
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Luciane T. Vieira

EXTRATO DO CONTRATO FMAS Nº 0015/2016

TERMO DE CONTRATO FMAS Nº 0015/2016
PREGÃO Nº 0038/2016 (PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0049/2016)
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CATANDUVAS - Fundo Municipal de Assistência Social – FMAS
CONTRATADA: VALE DO CONTESTADO TRANSPORTES E TURISMO LTDA

OBJETO: Contratação de transporte coletivo para transportar as crianças, adolescentes e idosos atendidos e acompanhados pelo departamento de Assistência Social, CRAS e CREAS do município de Catanduvás-SC.

VALOR: R\$ 20.000,00 (vinte mil reais).
CONSIGNAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:
2.077.3390.00 - 100 - 16/2016 - MANUTENÇÃO DA ASSISTENCIA SOCIAL GERAL
2.076.3390.00 - 10150 - 13/2016 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO FUNDO MUN.DE ASSIT.SO
2.185.3390.00 - 100 - 1/2016 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO FUNDO DE DIREITOS DO
2.076.3390.00 - 10152 - 14/2016 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO FUNDO MUN.DE ASSIT.SO

VIGÊNCIA: até 31 de dezembro de 2016, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos, nos termos do inciso II do art. 57 da Lei nº 8.666/93.

Catanduvás, SC, 05 de maio de 2016.
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Luciane T. Vieira

Celso Ramos

PREFEITURA

CONTRATO 78/2016

Página: 1/1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CELSO RAMOS
Relação dos Contratos

Seqü. Contrato	Nr. Contrato/Aditivo	Assinatura	Vencimento	Proc/Ano	Outra Entidade	Valor do Contrato	Data Cancel.	Tipo	Fornecedor
360	78/2016	10/05/2016	31/12/2016	45/2016	Não	40.000,00		AQUISIÇÃO DE TERRENO	IVONETE DEMENECH
Objeto: O presente contrato tem como OBJETO a venda, realizada entre VENEDOR e COMPRADOR do imóvel urbano de propriedade de Ivonete Demenech, inscrito na matrícula n. 7.026, livro n. 2, do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Anita Garibaldi, com área superficial de 1.600,00 m² (mil e seiscentos metros quadrados) localizado no Centro do Município de Celso Ramos com as seguintes confrontações: Ao norte em 50,00 m (cinquenta metros) com lote de terra da Casari; ao sul em 50,00 m									

Total: 1

Chapadão do Lageado

PREFEITURA

DECRETO Nº 041 DE 06.05.2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO
DECRETO Nº 041 DE 06.05.2016

Constitui a Comissão Preparatória Municipal e Aprova o Regimento da 6ª Conferência Municipal da Cidade de Chapadão do Lageado e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE Chapadão do Lageado, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Decreto nº 014, de 22.02.2016, que convoca a 6ª Conferência Municipal da Cidade de Chapadão do Lageado,

DECRETA:

Art. 1º Fica aprovado o Regimento da 6ª Conferência Municipal da Cidade, cujo inteiro teor constitui o Anexo I deste Decreto.

Art. 2º A Comissão Preparatória da 6ª Conferência Municipal das Cidades, com o objetivo de propor medidas e ações necessárias à realização da referida Conferência, obedecendo a representação dos segmentos conforme o art. 23 da Resolução Normativa nº 19 do Conselho das Cidades, de 18 de setembro de 2015, que dispõe sobre o Regimento da 6ª Conferência Nacional das Cidades e do art. 21 do Regimento da 6ª Conferência Estadual das Cidades, será constituída por 10 (dez) representantes titulares e 10 (dez) representantes suplentes, dos diversos segmentos da sociedade para o exercício dessa representação, como segue:

I – gestores, administradores públicos e legislativos - estaduais, municipais:

Secretaria Municipal dos Transportes, Obras e Serviços Urbanos e Secretaria de Assistência Social

Titular: Marlise Neuhaus

Suplente: Luan Felipe Freitas

Secretaria Municipal de Administração e Planejamento e Secretaria do Meio Ambiente e Turismo

Titular: Neusa Francisco Luckmann

Suplente: Sinara Regina Prim de Mello

Câmara de Vereadores

Titular: André Sebold

Suplente: Dirceu Pereira

CASAN/CELESC/EPAGRI/SDR

Titular: Geovani Emauel Correia

Suplente: Fabio Franz

II – movimentos populares:

Associação de Radioamadores e Radio Cidadão do Alto Vale do Itajaí

Titular: Luiz Alberto Costa da Silva

Suplente: Guilhermino Bilk

Associação do Grupo de Mulheres Florestal

Titular: Graciela Michels

Suplente: Cléia Freitas

Associação de Agricultores Produtores de Alimentos Orgânicos e Coloniais

Titular: Rodrigo Francisco

Suplente: Glória Grah Bilk

III – trabalhadores, por suas entidades sindicais:

Sindicato dos Trabalhadores Rurais

Titular: Edinéia Bilk

Suplente: Olivério Pereira da Siva

IV – empresários relacionados à produção e ao financiamento do desenvolvimento urbano:

Câmara de Dirigentes Lojistas – CDL/Associações Comerciais e Industriais, etc

Titular: Solange da Silva

Suplente: Adenicio Andrade

V – entidades profissionais, acadêmicas e de pesquisa ou ONG's com atuação na área de desenvolvimento urbano:

Associação de Pais e Professores do Colégio Estadual

Titular: Josmar Monteiro dos Santos

Suplente: Mario da Silva

Art. 3º Fica ainda designado, para o exercício das atividades de Coordenador Geral, responsável pelo melhor desenvolvimento das atividades da Comissão Preparatória Municipal, o Sr. Diego Chiquio. Art. 4º As atividades da Comissão Preparatória, instituída por este Decreto, não serão remuneradas.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Chapadão do Lageado, 06 de maio de 2016.

JOSÉ BRAULIO INÁCIO

Prefeito Municipal

ANEXO I

REGIMENTO DA 6ª CONFERÊNCIA MUNICIPAL DAS CIDADES

CAPÍTULO I

DOS OBJETIVOS E FINALIDADES

A 6ª Conferência Municipal das Cidades, convocada pelo Decreto nº 014, de 22.02.2016, nos termos do Decreto Federal nº. 5.790, de 25 de maio de 2006, e Resolução Normativa nº 19 de 18, de setembro de 2015, do Ministério das Cidades, será realizada nos dias 20 de maio de 2016, sob a coordenação da Secretaria Municipal de Administração e Planejamento e terá os seguintes objetivos e finalidades:

Art. 1º São objetivos da 6ª Conferência Municipal das Cidades:

I - propor a interlocução entre autoridades e gestores públicos dos três Entes Federados com os diversos segmentos da sociedade sobre assuntos relacionados à Política Nacional de Desenvolvimento Urbano;

II - sensibilizar e mobilizar a sociedade para o estabelecimento de agendas, metas e planos de ação para enfrentar os problemas existentes no município;

III - propiciar a participação popular de diversos segmentos da sociedade, considerando as diferenças de sexo, idade, e etnia para a formulação de proposições, realização de avaliações sobre as formas de execução da Política Nacional de Desenvolvimento Urbano e suas áreas estratégicas;

IV - propiciar e estimular a organização das conferências das cidades como instrumento para garantia da gestão democrática das políticas de desenvolvimento urbano;

V - avançar na construção e consolidação da Política Municipal, Estadual e Nacional de Desenvolvimento Urbano.

Art. 2º A Conferência Municipal das Cidades terá as seguintes finalidades:

I - indicar prioridades de atuação ao Município, ao Conselho Estadual das Cidades, Conselho Nacional das Cidades e ao Ministério das Cidades;

II - eleger e indicar os delegados à 6ª Conferência Estadual das Cidades.

CAPÍTULO II DO TEMÁRIO

Art. 3º A 6ª Conferência Municipal das Cidades terá como temática: "A Função Social da Cidade e da Propriedade", e como lema: "Cidades Inclusivas, Participativas e Socialmente Justas".

CAPÍTULO III DA REALIZAÇÃO

Art. 4º A 6ª Conferência Municipal será composta por painéis, grupos de debate e plenária.

Art. 5º Cabe a comissão preparatória definir os eixos de debate, assim como a metodologia a ser aplicada na 6ª Conferência Municipais das Cidades.

Art. 6º A 6ª Conferência Municipal das Cidades, será pública e acessível a todos os cidadãos do município com abrangência local e suas análises, formulações e proposições devem tratar das políticas municipais e sua implementação.

CAPÍTULO IV DA ORGANIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO

Art. 7º A 6ª Conferência Municipal das Cidades será presidida pelo Prefeito Municipal ou pelo Secretário Municipal de Administração e Planejamento e, na sua ausência ou impedimento eventual, pelo coordenador da comissão preparatória.

Art. 8º A organização e realização da 6ª Conferência Municipal das Cidades será conduzida pela comissão preparatória municipal da 6ª Conferência, com apoio e participação do poder público municipal.

Art. 9º Compete a comissão preparatória da 6ª Conferência Municipal das Cidades:

I – elaborar a proposta de programação da 6ª Conferência Municipal das Cidades;

II – prever na programação da Conferência Municipal o tempo necessário para debater o temário, sem prejuízo do conteúdo, sendo que este tempo não pode ser inferior a carga horária de 8 horas, excluindo a cerimônia de abertura.

III – promover ampla divulgação da realização da 6ª Conferência Municipal das Cidades;

IV – mobilizar as entidades e órgãos membros para preparação e participação na Conferência Municipal.

V – disponibilizar o documento sobre o temário central e textos de apoio que subsidiarão as discussões;

VI – designar facilitadores e relatores;

VII – elaborar o relatório da 6ª Conferência Municipal das Cidades;

VIII – preencher o formulário disponibilizado pela coordenação Executiva da 6ª Conferência Nacional das Cidades por meio do sítio eletrônico a ser disponibilizado pelo Ministério das Cidades, com as informações da Conferência Municipal, até 15 dias após a realização da mesma.

Parágrafo Único. A Comissão Preparatória Municipal deve enviar os seguintes documentos para o CONCIDADES/SC: Decreto Municipal de Convocação, comprovação da publicação e ampla divulgação nos meios de comunicação local e regional, ato administrativo que institui a Comissão Preparatória Municipal e Regimento Municipal, no máximo, até 10 dias úteis após a convocação da referida

Conferência, a fim de validá-la.

CAPÍTULO V DA PARTICIPAÇÃO E DOS DELEGADOS

Art. 10. Serão eleitos durante a 6ª Conferência Municipal, 2 (dois) delegados à 6ª Conferência Estadual das Cidades, número este estabelecido em função da população, de acordo com o Regimento Estadual .

§1º A eleição dos delegados municipais será por segmento, obedecendo a proporcionalidade da representação, conforme o disposto no art. 11 deste Regimento, respeitando o âmbito municipal, sendo que 1(um) representará o Poder Público e 1 (um) representará a Sociedade Civil.

§2º Serão candidatos a delegado à 6ª Conferência Estadual das Cidades os representantes dos segmentos citados no art. 11 indicados pelos diversos segmentos que representam, desde que regularmente inscritos e presentes na 6ª Conferência Municipal.

§3º O delegado titular eleito terá um suplente do mesmo segmento, que será credenciado somente na ausência do titular.

Art. 11. A representação dos diversos segmentos na 6ª Conferência Municipal das Cidades, em todas as suas etapas, deve ter a seguinte composição:

I - gestores, administradores públicos e legislativos - estaduais, municipais, 42,3%;

II - movimentos populares, 26,7%;

III - trabalhadores, por suas entidades sindicais, 9,9%;

IV - empresários relacionados à produção e ao financiamento do desenvolvimento urbano, 9,9%;

V - entidades profissionais, acadêmicas e de pesquisa e conselhos profissionais, 7%, e

VI – ONGs com atuação na área do Desenvolvimento Urbano, 4,2%.

§ 1º As vagas definidas no Inciso I serão assim distribuídas: 10% para o legislativo, 12% para o Executivo Estadual e 20,3% para o Executivo Municipal.

§ 2º Para os fins do disposto no caput deste artigo, o enquadramento nos diversos segmentos deverá ser efetuado da seguinte forma:

I - Poder Público Executivo: Estão enquadradas as secretarias, empresas de economia mista, autarquias e fundações. Poder Público Legislativo: estão enquadrados os vereadores.

II - Movimentos sociais e populares: Estão enquadradas as organizações de associações de bairros, movimento por moradia, movimento de luta por terra e as entidades voltadas à questão do desenvolvimento urbano.

III - Trabalhadores representados por suas entidades sindicais – Sindicatos e federações representativas dos trabalhadores legalmente constituídos e vinculados às questões de desenvolvimento urbano.

IV - Entidades representativas do empresariado, relacionadas à produção e ao financiamento do desenvolvimento urbano. Enquadram-se também cooperativas voltadas às questões do desenvolvimento urbano.

V - Entidades profissionais, acadêmicas e de pesquisas e conselhos profissionais: Estão enquadradas entidades vinculadas à questão do desenvolvimento urbano, representativas de associações de profissionais, autônomos ou de empresas, profissionais representantes de entidades de ensino, centros de pesquisas das diversas áreas do conhecimento e conselhos profissionais regionais;

VI - ONGs: Estão enquadradas entidades do terceiro setor, vinculadas à questão do desenvolvimento urbano.

§ 3º Não se enquadram nos segmentos acima descritos, partidos políticos, igrejas, instituições filantrópicas, clubes esportivos, desportivos e recreativos, Lions, lojas maçônicas, Rotary, corpo discente de universidades, bem como toda e qualquer agremiação que tenha por atividade ações discriminatórias, segregadoras e xenófobas, entre outras.

CAPÍTULO VI
DOS RECURSOS FINANCEIROS

Art. 12. As despesas com a organização da etapa municipal para a realização da 6ª Conferência Municipal das Cidades correrão por conta de recursos orçamentários do Município que poderá receber apoio de outros segmentos.

Art. 13. O resultado da Conferência deve ser impresso, contendo a assinatura do executivo municipal e remetidos ao CONCIDADES/SC, em até 10 dias após sua realização, em formulário próprio a ser distribuído, via internet, pelo Ministério das Cidades.

Art. 14. Os casos omissos e conflitantes deverão ser discutidos pela Comissão Preparatória Municipal, cabendo recurso a Comissão Preparatória Estadual.

JOSÉ BRAULIO INÁCIO
Prefeito Municipal

ERRATA DA PORTARIA 156/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO
ERRATA

Na Edição nº 1967 do Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC, publicada em 04.04.2016, Portaria nº. 156/2016,

Onde se lê:

Art. 2º Autorizar o servidor a gozar férias de 30 (trinta) dias no período de 04.04.2016 a 03.05.2014, acrescidas de 1/3 do abono constitucional, conforme art. 46 da LC nº 008, de 23.12.99.

Leia-se:

Art. 2º Autorizar o servidor a gozar férias de 30 (trinta) dias no período de 04.04.2016 a 03.05.2016, acrescidas de 1/3 do abono constitucional, conforme art. 46 da LC nº 008, de 23.12.99.

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO, 10 DE MAIO DE 2016.

JOSÉ BRAULIO INÁCIO
Prefeito Municipal

ERRATA DA PORTARIA 171/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO
ERRATA

Na Edição nº 1978 do Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC, publicada em 18.04.2016, Portaria nº. 171/2016,

Onde se lê:

- CONSIDERANDO, a apresentação do atestado médico de 08, (cinco) dias, datado de 13.04.16;

Leia-se:

- CONSIDERANDO, a apresentação do atestado médico de 08, (oito) dias, datado de 13.04.16;

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO, 10 DE MAIO DE 2016.

JOSÉ BRAULIO INÁCIO
Prefeito Municipal

RREO_1ºSEMESTRE_2016_CHAPADAO_DO_LAGEADO

Município de Chapadão do Lageado - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2016/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO - ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	
						R\$ 1,00
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)						
RECEITAS CORRENTES	9.663.654,36	9.663.654,36	2.156.228,56	22,31	2.156.228,56	7.507.425,80
RECEITA TRIBUTÁRIA	9.661.392,36	9.651.392,36	1.951.837,36	20,22	1.951.837,36	7.699.555,00
IMPOSTOS	225.500,77	225.500,77	20.819,03	9,23	20.819,03	204.681,74
TAXAS	177.000,00	177.000,00	16.253,78	9,18	16.253,78	160.746,22
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	48.500,77	48.500,77	4.565,25	9,41	4.565,25	43.935,52
CONTRIB P/CUSTEIO DO SERVIÇO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA	30.001,00	30.001,00	10.587,36	35,29	10.587,36	19.413,64
RECEITA PATRIMONIAL	30.001,00	30.001,00	10.587,36	35,29	10.587,36	19.413,64
RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	31.001,00	31.001,00	19.062,59	61,49	19.062,59	11.938,41
OUTRAS RECEITAS PATRIMONIAIS	11.001,00	11.001,00	19.062,59	173,28	19.062,59	-8.061,59
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	20.000,00	20.000,00	0,00	0,00	0,00	20.000,00
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	8.667.588,59	8.667.588,59	1.899.142,29	21,91	1.899.142,29	6.768.446,30
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	8.667.588,59	8.667.588,59	1.899.142,29	21,91	1.899.142,29	6.768.446,30
MULTAS E JUROS DE MORA	697.301,00	697.301,00	2.226,09	0,32	2.226,09	695.074,91
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	1.951,00	1.951,00	818,37	41,95	818,37	1.132,63
RECEITA DA DIVIDAATIVA	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00
RECEITAS DIVERSAS	2.350,00	2.350,00	266,22	11,33	266,22	2.083,78
RECEITAS DE CAPITAL	683.000,00	683.000,00	1.141,50	0,17	1.141,50	681.858,50
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	12.262,00	12.262,00	204.391,20	1.666,87	204.391,20	-192.129,20
OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS	1.006,00	1.006,00	0,00	0,00	0,00	1.006,00
ALIENAÇÃO DE BENS	1.006,00	1.006,00	0,00	0,00	0,00	1.006,00
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	1.256,00	1.256,00	0,00	0,00	0,00	1.256,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	1.256,00	1.256,00	0,00	0,00	0,00	1.256,00
TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	10.000,00	10.000,00	204.391,20	2.043,91	204.391,20	-194.391,20
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	—	—	—	—	—	—
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	9.663.654,36	9.663.654,36	2.156.228,56	22,31	2.156.228,56	7.507.425,80
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 1/3

Município de Chapadão do Lageado - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2016/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

Continuação 2/3

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)						
Contratual						
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)						
DÉFICIT (VI)						
TOTAL (VII) = (V + VI)						
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)						
Superávit Financeiro						
Reabertura de Créditos Adicionais						

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE
			No Bimestre	Até o Bimestre		No Bimestre	Até o Bimestre		
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)									
DESPESAS CORRENTES									
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	9.663.654,36	10.278.032,01	1.694.455,51	1.694.455,51	8.583.576,50	1.578.486,75	1.578.486,75	8.699.545,26	1.053.147,74
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	9.056.261,36	9.083.506,36	1.447.667,11	1.447.667,11	7.635.839,25	1.335.293,35	1.335.293,35	7.748.213,01	813.654,34
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	4.565.705,11	4.565.705,11	904.243,79	904.243,79	3.661.461,32	904.243,79	904.243,79	3.661.461,32	548.088,90
DESPESAS DE CAPITAL									
INVESTIMENTOS	4.490.555,25	4.517.800,25	543.423,32	543.423,32	3.974.376,93	431.049,56	431.049,56	4.086.750,69	265.565,44
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	547.393,00	1.134.525,65	246.788,40	246.788,40	887.737,25	243.193,40	243.193,40	891.332,25	239.493,40
RESERVA DE CONTINGÊNCIA									
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	60.000,00	60.000,00	0,00	0,00	60.000,00	0,00	0,00	60.000,00	0,00
RESERVA DO RPPS									
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)									
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)									
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)									
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 2/3

Continuação 3/3

Município de Chapadão do Lageado - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2016/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE
			No Bimestre	Até o Bimestre (f)		No Bimestre	Até o Bimestre (h)		
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XIII) = (X + XI)	9.663.654,36	10.278.032,01	1.694.455,51	1.694.455,51	8.583.576,50	1.578.486,75	1.578.486,75	8.699.545,26	1.053.147,74
SUPERÁVIT (XII)	—	—	—	—	—	—	577.741,81	—	—
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	9.663.654,36	10.278.032,01	1.694.455,51	1.694.455,51	—	1.578.486,75	2.156.228,56	—	1.053.147,74

FONTE:

Chapadão do Lageado, 10/05/2016

Jose Braulio Inacio
Prefeito Municipal

Joelsio Machado
Contador - CRC/SC 026.103/O-0

Luiz Cezar Sebold
Secretário da Fazenda Municipal

Município de Chapadão do Lageado - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2016/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (e) = (a-d)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	9.663.654,36	10.278.032,01	1.694.455,51	1.694.455,51	8.583.576,50	1.578.486,75	1.578.486,75	8.699.545,26
Legislativa	734.500,00	734.500,00	89.346,99	89.346,99	645.153,01	86.052,31	86.052,31	648.447,69
Ação Legislativa	734.500,00	734.500,00	89.346,99	89.346,99	645.153,01	86.052,31	86.052,31	648.447,69
Administração	1.919.610,11	1.970.995,91	319.930,91	319.930,91	1.651.065,00	309.393,36	309.393,36	1.661.602,55
Administração Geral	1.121.104,11	1.172.489,91	221.254,38	221.254,38	951.235,53	215.541,88	215.541,88	956.948,03
Administração Financeira	798.506,00	798.506,00	98.676,53	98.676,53	699.829,47	93.851,48	93.851,48	704.654,52
Defesa Nacional	2.000,00	2.000,00	0,00	0,00	2.000,00	0,00	0,00	2.000,00
Defesa Civil	2.000,00	2.000,00	0,00	0,00	2.000,00	0,00	0,00	2.000,00
Segurança Pública	25.000,00	25.000,00	1.743,09	1.743,09	23.256,91	1.743,09	1.743,09	23.256,91
Policimento	25.000,00	25.000,00	1.743,09	1.743,09	23.256,91	1.743,09	1.743,09	23.256,91
Assistência Social	327.204,00	327.204,00	80.212,46	80.212,46	246.991,54	77.992,18	77.992,18	249.211,82
Assistência ao Idoso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Assistência Comunitária	327.204,00	327.204,00	80.212,46	80.212,46	246.991,54	77.992,18	77.992,18	249.211,82
Saúde	1.619.037,53	1.811.947,53	262.903,57	262.903,57	1.549.043,96	238.047,82	238.047,82	1.573.899,71
Atenção Básica	1.558.034,53	1.750.944,53	262.299,69	262.299,69	1.488.644,84	237.443,94	237.443,94	1.513.500,59
Vigilância Sanitária	50.001,00	50.001,00	603,88	603,88	49.397,12	603,88	603,88	49.397,12
Vigilância Epidemiológica	11.002,00	11.002,00	0,00	0,00	11.002,00	0,00	0,00	11.002,00
Trabalho	10.000,00	10.000,00	1.402,00	1.402,00	8.598,00	1.402,00	1.402,00	8.598,00
Fomento ao Trabalho	10.000,00	10.000,00	1.402,00	1.402,00	8.598,00	1.402,00	1.402,00	8.598,00
Educação	2.573.019,72	2.777.409,92	561.926,69	561.926,69	2.215.483,23	536.316,03	536.316,03	2.241.093,89
Ensino Fundamental	1.781.210,83	1.985.601,03	463.712,29	463.712,29	1.521.888,74	443.911,63	443.911,63	1.541.689,40
Educação Infantil	783.405,89	783.405,89	98.214,40	98.214,40	685.191,49	92.404,40	92.404,40	691.001,49
Educação Especial	8.403,00	8.403,00	0,00	0,00	8.403,00	0,00	0,00	8.403,00
Cultura	47.001,00	47.001,00	1.399,60	1.399,60	45.601,40	1.000,00	1.000,00	46.001,00
Diffusão Cultural	47.001,00	47.001,00	1.399,60	1.399,60	45.601,40	1.000,00	1.000,00	46.001,00
Direitos da Cidadania	8.005,00	8.005,00	2.696,00	2.696,00	5.309,00	1.158,00	1.158,00	6.847,00
Assistência à Criança e ao Adolescente	8.005,00	8.005,00	2.696,00	2.696,00	5.309,00	1.158,00	1.158,00	6.847,00
Urbanismo	1.075.757,00	1.241.448,65	201.734,61	201.734,61	1.039.714,04	179.684,61	179.684,61	1.061.764,04
Infra-Estrutura Urbana	127.756,00	254.702,65	65.191,75	65.191,75	189.510,90	65.191,75	65.191,75	189.510,90
Serviços Urbanos	948.001,00	986.746,00	136.542,86	136.542,86	850.203,14	114.492,86	114.492,86	872.253,14
Habituação	5.005,00	5.005,00	0,00	0,00	5.005,00	0,00	0,00	5.005,00
Habituação Rural	5.005,00	5.005,00	0,00	0,00	5.005,00	0,00	0,00	5.005,00
Saneamento	20.002,00	20.002,00	0,00	0,00	20.002,00	0,00	0,00	20.002,00
Saneamento Básico Urbano	20.002,00	20.002,00	0,00	0,00	20.002,00	0,00	0,00	20.002,00

RREO – Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")

R\$ 1,00

Continua 1/2

Continuação 22

Município de Chapadão do Lageado - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2016/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (e) = (a-d)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	
								% (d/Total d)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)								
Gestão Ambiental	9.663.654,36	10.278.032,01	1.694.455,51	1.694.455,51	8.583.576,50	1.578.486,75	1.578.486,75	100,00
Preservação e Conservação Ambiental	170.002,00	170.002,00	19.094,69	19.094,69	150.907,31	18.633,16	18.633,16	1,18
Turismo	157.502,00	157.502,00	19.094,69	19.094,69	138.407,31	18.633,16	18.633,16	1,18
Agricultura	12.500,00	12.500,00	0,00	0,00	12.500,00	0,00	0,00	0,00
Extensão Rural	623.009,00	623.009,00	83.568,77	83.568,77	539.440,23	75.662,06	75.662,06	4,79
Transporte	623.009,00	623.009,00	83.568,77	83.568,77	539.440,23	75.662,06	75.662,06	4,79
Transporte Rodoviário	331.501,00	331.501,00	54.761,64	54.761,64	276.739,36	37.667,64	37.667,64	2,39
Desporto e Lazer	331.501,00	331.501,00	54.761,64	54.761,64	276.739,36	37.667,64	37.667,64	2,39
Desporto Comunitário	113.001,00	113.001,00	13.734,49	13.734,49	99.266,51	13.734,49	13.734,49	0,87
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	113.001,00	113.001,00	13.734,49	13.734,49	99.266,51	13.734,49	13.734,49	0,87
	60.000,00	60.000,00	0,00	0,00	60.000,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (III) = (I + II)	9.663.654,36	10.278.032,01	1.694.455,51	1.694.455,51	8.583.576,50	1.578.486,75	1.578.486,75	100,00

FONTE:

Chapadão do Lageado, 10/05/2016

Jose Braulio Inacio
Prefeito MunicipalJoelsio Machado
Contador - CRC/SC 026.103/O-0Luiz Cezar Seboldi
Secretário da Fazenda Municipal

1 Representa uma dotação global sem destinação específica a determinado órgão, unidade orçamentária, programa ou categoria econômica, cujos recursos serão utilizados para abertura de créditos adicionais, não sendo portanto uma função. É apresentada neste demonstrativo por constar no orçamento.

Município de Chapadão do Lageado - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MARÇO/2015 A FEVEREIRO/2016

RREO - ANEXO 3 (LRF, Art. 53, inciso I)		EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES												PREVISÃO ATUALIZADA 2016	
ESPECIFICAÇÃO		Mar/2015	Abr/2015	Mai/2015	Jun/2015	Jul/2015	ago/2015	Set/2015	Out/2015	Nov/2015	Dez/2015	Jan/2016	Fev/2016	TOTAL (ULT. 12 MESES)	RS 1,00
RECEITAS CORRENTES (I)		716.982,56	1.024.358,33	1.338.769,55	1.042.750,61	965.910,57	967.645,94	852.383,26	912.732,11	1.013.992,52	1.475.625,51	1.107.990,45	1.197.457,71	128.18.610,12	9.827.292,36
RECEITA TRIBUTÁRIA		13.711,29	34.167,29	23.877,59	27.445,04	41.816,62	9.190,88	16.356,05	3.164,10	30.759,94	99.475,91	4.673,99	16.145,14	320.801,64	225.500,77
IPT.U.		0,00	19.110,94	7.599,71	2.978,41	256,45	0,00	0,00	0,00	0,00	97,00	0,00	0,00	30.012,51	25.000,00
I.R.R.F.		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
I.S.S.		3.213,41	2.101,69	8.320,70	11.594,08	7.235,70	2.316,84	7.992,94	2.236,15	4.599,50	13.059,60	3.591,24	7.035,07	73.572,02	60.000,00
I.T.E.I.		4.707,66	2.989,66	3.932,76	8.271,05	3.292,29	1.893,40	5.849,77	0,00	14.571,26	729,57	152,32	5.399,93	51.739,67	12.000,00
Outras Receitas Tributárias		5.790,22	9.985,00	4.051,42	4.611,50	31.032,18	5.036,64	2.553,34	927,95	11.248,18	85.590,64	980,23	3.720,14	165.477,44	128.500,77
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES		9.199,51	2.246,04	4.534,31	4.125,62	4.217,06	4.236,95	4.579,94	909,01	7.944,06	4.380,01	5.171,63	5.415,73	96.721,08	30.001,00
RECEITA PATRIMONIAL		8.283,40	0,00	25.072,29	29.165,63	11.883,24	22.805,25	10.497,09	9.557,58	9.749,65	14.537,06	8.957,05	10.105,54	160.614,08	31.001,00
RECEITA AGROPECUÁRIA		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA INDUSTRIAL		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES		657.650,03	985.658,56	1.281.614,66	977.416,95	899.674,35	927.197,68	818.937,97	899.674,23	957.695,61	1.301.893,85	1.088.589,94	1.194.163,15	11.556.639,98	8.843.468,59
Cota-Parte do FPM,		222.024,96	480.531,62	614.599,39	514.599,39	450.762,43	445.645,92	371.540,26	422.874,40	477.456,38	807.250,66	521.721,09	653.119,36	6.183.018,21	4.013.780,00
Cota-Parte do ICMS,		250.744,81	266.797,88	252.458,78	241.935,78	244.240,96	234.619,07	244.811,44	253.634,34	254.724,48	240.098,60	308.917,36	252.831,04	3.045.954,54	2.000.658,90
Cota-Parte do IPVA,		20.371,74	22.833,97	20.597,48	17.462,48	16.973,47	13.465,60	13.014,98	7.715,49	13.190,06	3.767,27	8.835,40	11.596,93	169.943,67	80.000,00
Outras Transferências Correntes		56.496,82	92.639,72	74.478,12	90.166,15	114,87	36,47	662,25	819,77	22,48	95,70	9,19	173,35	2.104,08	1.500,00
Transferências da LC 61/1999		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	121.154,74	83.146,42	100.034,29	92.994,69	139.663,47	110.591,60	120.198,31	1.161.993,95	1.850.168,69
Transferências da LC 87/1996		0,00	4.224,27	1.055,07	1.055,07	1.055,07	1.055,07	1.055,07	1.055,07	1.055,07	1.055,07	1.076,57	1.076,57	14.625,97	13.000,00
Transferências do FUNDEB		106.031,70	118.130,90	117.974,74	112.093,21	106.089,73	111.236,81	104.236,55	112.539,87	118.241,45	109.874,08	137.468,73	125.057,59	1.381.034,36	894.401,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES		30.128,33	2.296,44	3.670,70	4.596,87	8.319,30	4.141,17	2.353,21	427,19	8.140,26	52.737,78	597,94	1.628,15	119.030,34	697.301,00
DEDUÇÕES (II)		99.303,39	155.684,72	218.630,08	155.791,92	129.390,25	139.740,36	126.973,67	139.081,46	150.076,98	159.580,98	169.082,12	164.528,68	1.626.864,61	175.900,00
Dedução da Receita Para Formação do FUNDEB		99.303,39	155.684,72	218.630,08	155.791,92	129.390,25	139.740,36	126.973,67	139.081,46	150.076,98	159.580,98	169.082,12	164.528,68	1.626.864,61	175.900,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I - II)		618.679,17	868.673,61	1.120.139,47	886.958,69	836.520,32	827.905,58	725.419,59	774.650,65	863.915,54	1.316.045,53	938.908,33	1.032.929,03	10.791.745,51	9.651.392,36
FONTE:															
Chapadão do Lageado, 10/05/2016															

Jose Bialli Inacio Prefeito Municipal	Jose Cesar Silvetti Secretário da Fazenda Municipal
--	--

Contador - CRCSC 008.103/CO

Município de Chapadao do Lageado - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO NOMINAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2016/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO – Anexo 5 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2015 (A)	Em 31 Dez 2015 (B)	Em 29 Feb 2016 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (II)	1.384.485,23	1.384.485,23	2.540.387,08
Disponibilidade de Caixa Bruta	1.456.951,10	1.456.951,10	2.605.633,77
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	72.465,87	72.465,87	65.246,69
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I - II)	-1.384.485,23	-1.384.485,23	-2.540.387,08
RECEITAS DE PRIVATIZAÇÕES (IV)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (VI) = (III + IV - V)	-1.384.485,23	-1.384.485,23	-2.540.387,08

<u>RESULTADO NOMINAL</u>	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
	No Bimestre (C - B)	Jan a Feb 2016 (C - A)
VALOR	-1.155.901,85	-1.155.901,85

<u>DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL</u>	VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO NOMINAL FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA	10.000,00

<u>REGIME PREVIDENCIÁRIO</u>			
<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2015 (A)	Em 31 Dez 2015 (B)	Em 29 Feb 2016 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (VII)	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (VIII)	0,00	0,00	0,00
Disponibilidade de Caixa Bruta	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (IX) = (VII - VIII)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (X)	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (XI) = (IX - X)	0,00	0,00	0,00

FONTE:

Chapadao do Lageado, 10/05/2016

Jose Braulio Inacio
Prefeito Municipal

Joelsio Machado
Contador - CRC/SC 026.103/O-0

Luiz Cezar Sebold
Secretario da Fazenda Municipal

Município de Chapadão do Lageado - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2016/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO - ANEXO 6 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
		Até o Bimestre/ 2016	Até o Bimestre/ 2015
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (I)	9.640.391,36	1.932.774,77	1.873.335,88
Receita Tributária	225.500,77	20.819,03	13.944,84
I.P.T.U.	25.000,00	0,00	0,00
I.S.S.	60.000,00	10.596,41	5.186,87
I.T.B.I.	12.000,00	5.542,25	5.246,68
I.R.R.F.	80.000,00	115,12	53,64
Outras Receitas Tributárias	48.500,77	4.565,25	3.457,65
Receita de Contribuição	30.001,00	10.587,36	8.637,92
Receitas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00
Outras Contribuições	30.001,00	10.587,36	8.637,92
Receita Patrimonial Líquida	20.000,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	31.001,00	19.062,59	13.599,37
(-) Aplicações Financeiras	11.001,00	19.062,59	13.599,37
Transferências Correntes	8.667.588,59	1.899.142,29	1.835.283,60
F.P.M.	3.913.760,00	939.872,42	968.913,09
I.P.V.A	64.000,00	16.345,97	14.234,74
I.C.M.S.	1.950.658,90	449.478,90	426.252,78
Convênios	0,00	0,00	0,00
Outras Transferências Correntes	2.739.169,69	493.445,00	425.882,99
Demais Receitas Correntes	697.301,00	2.226,09	15.469,52
Dívida Ativa	2.350,00	266,22	2.178,26
Diversas Receitas Correntes	694.951,00	1.959,87	13.291,26
RECEITAS DE CAPITAL (II)	12.262,00	204.391,20	150.000,00
Operações de Crédito (III)	1.006,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos (IV)	0,00	0,00	0,00
Alienação de Ativos (V)	1.256,00	0,00	0,00
Transferências de Capital	10.000,00	204.391,20	150.000,00
Convênios	10.000,00	204.391,20	0,00
Outras Transferências de Capital	0,00	0,00	150.000,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (VI) = (II - III - IV - V)	10.000,00	204.391,20	150.000,00
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (VII) = (I + VI)	9.650.391,36	2.137.165,97	2.023.335,88

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
		Até o Bimestre/ 2016	Até o Bimestre/ 2015	Até o Bimestre/ 2016	Até o Bimestre/ 2015
DESPESAS CORRENTES (VIII)	9.083.506,36	1.447.667,11	1.832.770,79	1.335.293,35	1.338.778,74
Pessoal e Encargos Sociais	4.565.705,11	904.243,79	916.267,12	904.243,79	916.267,12
Juros e Encargos da Dívida (IX)	1,00	0,00	389,26	0,00	389,26
Outras Despesas Correntes	4.517.800,25	543.423,32	916.114,41	431.049,56	422.122,36
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (X) = (VIII - IX)	9.083.505,36	1.447.667,11	1.832.381,53	1.335.293,35	1.338.389,48
DESPESAS DE CAPITAL (XI)	1.134.525,65	246.788,40	229.924,39	243.193,40	179.544,94
Investimentos	1.134.524,65	246.788,40	219.718,14	243.193,40	169.338,69
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de título de Capital já Integralizado (XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XIV)	1,00	0,00	10.206,25	0,00	10.206,25
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XV) = (XI - XII - XIII - XIV)	1.134.524,65	246.788,40	219.718,14	243.193,40	169.338,69
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVI)	60.000,00	-	-	-	-
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XVIII) = (X + XV + XVI + XVII)	10.278.030,01	1.694.455,51	2.052.099,67	1.578.486,75	1.507.728,17

Município de Chapadão do Lageado - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2016/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RESULTADO PRIMÁRIO (XIX) = (VII - XV/III)	-627.638,65	442.710,46	-28.763,79	558.679,22	515.607,71
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	-	0,00	0,00
Superávit Financeiro	-	-	-	0,00	0,00
Reabertura de Créditos Adicionais	-	-	-	0,00	0,00

DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL	VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO PRIMÁRIO FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA	-13.261,00

Chapadão do Lageado, 10/05/2016

Jose Bráulio Inácio
Prefeito Municipal

Joelsio Machado
Contador - CRC/SC 026.103/O-0

Luiz Cezar Sebold
Secretário da Fazenda Municipal

Município de Chapadão do Lageado - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2016 BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO - Anexo 7 (LRF, art. 53, inciso V)	RP PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES										RP NÃO PROCESSADOS					R\$ 1,00
	PODER/ÓRGÃO		Inscritos			Pagos	Cancelados	Saldo (a)	Inscritos		Liquidados	Pagos	Cancelados	Saldo (b)	Saldo Total (a+b)	
	Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2015	Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2015	Em Exercícios Anteriores				Em 31 de Dezembro de 2015							
RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (I)	54.507,44	17.968,43	-	13.436,61	59.029,26	-	15,46,75	28.229,70	16.676,46	10.459,03	-	19.317,42	78.346,68			
EXECUTIVO	54.507,44	17.968,43	0,00	13.436,61	59.029,26	0,00	15,46,75	28.229,70	16.676,46	10.459,03	0,00	19.317,42	78.346,68			
ADMINISTRAÇÃO DIRETA	54.507,44	14.317,59	0,00	11.111,16	57.714,27	0,00	15,46,75	9.236,05	8.517,22	8.096,22	0,00	2.746,58	60.460,85			
Fundo de Assistência Social	202,36	5.083,28	0,00	3.825,27	1.470,37	0,00	570,63	390,40	0,00	0,00	0,00	961,03	2.431,40			
GABINETE DO PREFEITO E VICE	0,00	133,31	0,00	133,31	73,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
SECRETARIA DA AGRICULTURA	0,00	248,66	0,00	175,66	73,00	0,00	506,72	1.703,02	1.315,59	893,59	0,00	1.316,15	36.539,17			
SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE	34.910,28	4.188,62	0,00	3.875,88	35.223,02	0,00	469,40	5.400,00	5.400,00	5.400,00	0,00	469,40	2.022,48			
SECRETARIA DA FAZENDA	0,00	790,99	0,00	790,99	219,05	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO	0,00	3.702,13	0,00	161,00	1.581,63	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE E TURISMO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
SECRETARIA DOS TRANSPORTES, OBRAS E SER	19.394,80	0,00	0,00	19.394,80	1.581,63	0,00	0,00	1.581,63	1.581,63	1.581,63	0,00	0,00	19.394,80			
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE CHAPADAO DO LAGI	0,00	3.640,44	0,00	2.325,45	1.314,99	0,00	0,00	18.934,65	8.159,24	2.363,81	0,00	16.570,84	17.885,83			
Fundo Municipal de Saude	0,00	3.640,44	0,00	2.325,45	1.314,99	0,00	0,00	18.934,65	8.159,24	2.363,81	0,00	16.570,84	17.885,83			
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-			
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
TOTAL (III) = (I + II):	54.507,44	17.968,43	0,00	13.436,61	59.029,26	0,00	15,46,75	28.229,70	16.676,46	10.459,03	0,00	19.317,42	78.346,68			
ONTE.																

FONTE:

Chapadão do Lageado, 10/05/2016

Jose Braulto Inacio Prefeito Municipal	Joelcio Machado Contador - CRC/SC 026.103/O-0	Luiz Cesar Sabold Secretário da Fazenda Municipal
---	--	--

MUNICÍPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2016/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO - ANEXO 8 (LDB, art. 72)

R\$ 1,00

RECEITAS DO ENSINO				
RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
1- RECEITAS DE IMPOSTOS	179.850,00	179.850,00	16.253,78	9,04
1.1- Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	26.200,00	26.200,00	0,00	0,00
1.1.1- IPTU	25.000,00	25.000,00	0,00	0,00
1.1.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IPTU	150,00	150,00	0,00	0,00
1.1.3- Dívida Ativa do IPTU	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00
1.1.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IPTU	50,00	50,00	0,00	0,00
1.1.5- (-) Deduções da Receita do IPTU	-	0,00	0,00	0,00
1.2- Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	13.000,00	13.000,00	5.542,25	42,63
1.2.1- ITBI	12.000,00	12.000,00	5.542,25	46,19
1.2.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITBI	150,00	150,00	0,00	0,00
1.2.3- Dívida Ativa do ITBI	800,00	800,00	0,00	0,00
1.2.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITBI	50,00	50,00	0,00	0,00
1.2.5- (-) Deduções da Receita do ITBI	-	0,00	0,00	0,00
1.3- Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	60.650,00	60.650,00	10.596,41	17,47
1.3.1- ISS	60.000,00	60.000,00	10.596,41	17,66
1.3.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ISS	150,00	150,00	0,00	0,00
1.3.3- Dívida Ativa do ISS	450,00	450,00	0,00	0,00
1.3.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ISS	50,00	50,00	0,00	0,00
1.3.5- (-) Deduções da Receita do ISS	-	0,00	0,00	0,00
1.4- Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	80.000,00	80.000,00	115,12	0,14
1.4.1- IRRF	80.000,00	80.000,00	115,12	0,14
1.4.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IRRF	-	0,00	0,00	0,00
1.4.3- Dívida Ativa do IRRF	-	0,00	0,00	0,00
1.4.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IRRF	-	0,00	0,00	0,00
1.4.5- (-) Deduções da Receita do IRRF	-	0,00	0,00	0,00
1.5- Receita Resultante do Imposto Territorial Rural - ITR (CF, art. 153, §4º, inciso III)	-	0,00	0,00	0,00
1.5.1- ITR	-	0,00	0,00	0,00
1.5.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITR	-	0,00	0,00	0,00
1.5.3- Dívida Ativa do ITR	-	0,00	0,00	0,00
1.5.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITR	-	0,00	0,00	0,00
1.5.5- (-) Deduções da Receita do ITR	-	0,00	0,00	0,00
2- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	6.143.918,90	6.143.918,90	1.768.065,80	28,78
2.1- Cota-Parte FPM	4.013.760,00	4.013.760,00	1.174.840,45	29,27
2.1.1- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	4.013.760,00	4.013.760,00	1.174.840,45	29,27
2.1.2- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea d	-	0,00	0,00	0,00
2.1.3- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea e	-	0,00	0,00	0,00
2.2- Cota-Parte ICMS	2.000.658,90	2.000.658,90	561.848,40	28,08
2.3- ICMS-Desoneração – L.C. nº87/1996	13.000,00	13.000,00	2.153,14	16,56
2.4- Cota-Parte IPH-Exportação	35.000,00	35.000,00	8.598,94	24,57
2.5- Cota-Parte ITR	1.500,00	1.500,00	182,54	12,17
2.6- Cota-Parte IPVA	80.000,00	80.000,00	20.432,33	25,54
2.7- Cota-Parte IOF-Ouro	-	0,00	0,00	0,00
3- TOTAL DA RECEITA DE IMPOSTOS (1 + 2)	6.323.768,90	6.323.768,90	1.784.309,58	28,22
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
4- RECEITA DA APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINC. AO ENSINO	-	0,00	0,00	0,00
5- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE	163.002,00	163.002,00	46.617,21	28,60
5.1- Transferências do Salário-Educação	88.002,00	88.002,00	34.885,21	39,64
5.2- Transferências Diretas - PDDE	-	0,00	0,00	0,00
5.3- Transferências Diretas - PNAE	40.000,00	40.000,00	3.420,00	8,55
5.4- Transferências Diretas - PNATE	35.000,00	35.000,00	6.280,46	17,94
5.5- Outras Transferências do FNDE	-	0,00	0,00	0,00
5.6- Aplicação Financeira dos Recursos do FNDE	-	0,00	2.031,54	0,00
6- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	10.000,00	10.000,00	204.391,20	2.043,91
6.1- Transferências de Convênios	10.000,00	10.000,00	204.391,20	2.043,91
6.2- Aplicação Financeira dos Recursos de Convênios	-	0,00	0,00	0,00
7- RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO	1,00	1,00	0,00	0,00
8- OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	110.759,00	110.759,00	35.723,64	32,25
9- TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (4 + 5 + 6 + 7 + 8)	283.762,00	283.762,00	286.732,05	101,05
FUNDEB				
RECEITAS DO FUNDEB	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
10- RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB	175.900,00	175.900,00	353.610,80	201,03
10.1- Cota-Parte FPM Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.1.1)	100.000,00	100.000,00	234.968,03	234,97
10.2- Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.2)	50.000,00	50.000,00	112.369,50	224,74
10.3- ICMS-Desoneração Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.3)	2.600,00	2.600,00	430,62	16,56
10.4- Cota-Parte IPH-Exportação Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.4)	7.000,00	7.000,00	1.719,79	24,57
10.5- Cota-Parte ITR ou ITR Arrecadados Destinados ao FUNDEB – (20% de (1.5 + 2.5))	300,00	300,00	36,50	12,17
10.6- Cota-Parte IPVA Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.6)	16.000,00	16.000,00	4.086,36	25,54
11- RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB	884.401,00	884.401,00	262.536,32	29,69
11.1- Transferências de Recursos do FUNDEB	884.401,00	884.401,00	262.536,32	29,69
11.2- Complementação da União ao FUNDEB	-	0,00	0,00	0,00
11.3- Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB	-	0,00	0,00	0,00
12- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (11.1 – 10)	708.501,00	708.501,00	-91.074,48	-12,85
DECRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB				

MUNICÍPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2016/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

Continuação 2/3

DESPESAS DO FUNDEB	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100	Até o Bimestre (g)	% (h)=(g/d)x100
13- PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	563.211,00	563.211,00	123.794,30	21,98	123.794,30	21,98
13.1- Com Educação Infantil	198.210,00	198.210,00	60.148,63	30,35	60.148,63	30,35
13.2- Com Ensino Fundamental	365.001,00	365.001,00	63.645,67	17,44	63.645,67	17,44
14- OUTRAS DESPESAS	323.690,00	323.690,00	59.207,00	18,29	58.901,00	18,20
14.1- Com Educação Infantil	129.690,00	129.690,00	24.078,94	18,57	24.078,94	18,57
14.2- Com Ensino Fundamental	194.000,00	194.000,00	35.128,06	18,11	34.822,06	17,95
15- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (13 + 14)	886.901,00	886.901,00	183.001,30	20,63	182.695,30	20,60
DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB					VALOR	
16- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB						-
16.1 - FUNDEB 60%						-
16.2 - FUNDEB 40%						-
17- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB						0,00
17.1 - FUNDEB 60%						0,00
17.2 - FUNDEB 40%						0,00
18- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16 + 17)						0,00
INDICADORES DO FUNDEB						
19- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB PARA FINS DE LIMITE (15 - 18)						182.695,30
19.1 - Mínimo de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério ¹ (13 - (16.1 + 17.1)) / ((11) x 100) %						47,15
19.2 - Máximo de 40% em Despesa com MDE, que não Remuneração do Magistério (14 - (16.2 + 17.2)) / ((11) x 100) %						22,44
19.3 - Máximo de 5% não Aplicado no Exercício (100 - (19.1 + 19.2)) %						30,41
CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQUENTE					VALOR	
20 - RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM 2015 QUE NÃO FORAM UTILIZADOS						0,00
21 - DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE 2016 ²						0,00
MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – DESPESAS CUSTEADAS COM A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB						
RECEITAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	PREVISÃO INICIAL		PREVISÃO ATUALIZADA (a)		RECEITAS REALIZADAS	
					Até o Bimestre (b)	% (c)=(b/a)x100
22- IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DESTINADAS À MDE (25% de 3) ³	1.580.942,23		1.580.942,23		446.077,40	28,22
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100	Até o Bimestre (g)	% (h)=(g/d)x100
23- EDUCAÇÃO INFANTIL	763.902,89	763.902,89	92.404,40	12,10	92.404,40	12,10
23.1- Creche	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.1.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.1.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2- Pré-escola	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
24- ENSINO FUNDAMENTAL	1.529.103,83	1.529.103,83	192.984,34	12,62	190.911,41	12,49
24.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	559.001,00	559.001,00	98.773,73	17,67	98.467,73	17,61
24.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	970.102,83	970.102,83	94.210,61	9,71	92.443,68	9,53
25- ENSINO MÉDIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
26- ENSINO SUPERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
27- ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
28- OUTRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
29- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (23 + 24 + 25 + 26 + 27 + 28)	2.293.006,72	2.293.006,72	285.388,74	12,45	283.315,81	12,36
DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL					VALOR	
30- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB = (12)						-91.074,48
31- DESPESAS CUSTEADAS COM A COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO						0,00
32- RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS DO FUNDEB ATÉ O BIMESTRE = (50 h)						-
33- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB						-
34- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS						0,00
35- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (46 j)						-
36- CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (46 j)						-
37- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (30 + 31 + 32 + 33 + 34 + 35 + 36)						-91.074,48
38- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE ((23 + 24) - (37))						374.390,29
39- MÍNIMO DE 25% DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS EM MDE ⁵ ((38) / (3) x 100) %						20,98
OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE						
OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100	Até o Bimestre (g)	% (h)=(g/d)x100
40- DESPESAS CUSTEADAS COM A APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
41- DESPESAS CUSTEADAS COM A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	88.002,00	88.002,00	24.502,80	27,84	15.797,10	17,95
42- DESPESAS CUSTEADAS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO	1,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00
43- DESPESAS CUSTEADAS COM OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	192.008,00	396.398,20	252.035,15	63,58	237.203,12	59,84
44- TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (40 + 41 + 42 + 43)	280.011,00	484.401,20	276.537,95	57,09	253.000,22	52,23
45- TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM MDE (29 + 44)	2.573.017,72	2.777.407,92	561.926,69	20,23	536.316,03	19,31

MUNICÍPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2016/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

Continuação 3/3

RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	SALDO ATÉ O BIMESTRE	CANCELADO EM 2016 (i)	
46- RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	0,00	0,00	
46.1 - Executadas com Recursos de Impostos Vinculados ao Ensino	0,00	0,00	
46.2 - Executadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	
FLUXO FINANCEIRO DOS RECURSOS		VALOR	
		FUNDEB (h)	FUNDEF
47- SALDO FINANCEIRO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015		2.583,75	0,00
48- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE		263.944,44	0,00
49- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE		92.696,38	0,00
49.1 Orçamento do Exercício		92.696,38	0,00
49.2 Restos a Pagar		0,00	0,00
50- (+) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE		0,00	0,00
51- (=) SALDO FINANCEIRO NO EXERCÍCIO ATUAL		173.831,81	0,00

Chapadão do Lageado, 10/05/2016

Jose Bráulio Inácio
Prefeito Municipal

Joelsio Machado
Contador - CRC/SC 026.103/O-0

Luiz Cezar Sebold
Secretário da Fazenda Municipal

FONTE:

¹ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.

² Art. 21, § 2º, Lei 11.494/2007: "Até 5% dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União recebidos nos termos do §1º do art. 6º desta Lei, poderão ser utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional."

³ Caput do art. 212 da CF/1988

⁴ Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício

⁵ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício, no âmbito de atuação prioritária, conforme LDB, art. 11, V.

⁶ Nos cinco primeiros bimestres do exercício o acompanhamento poderá ser feito com base na despesa empenhada ou na despesa liquidada. No último bimestre do exercício, o valor deverá corresponder ao total da despesa empenhada.

⁷ Essa coluna poderá ser apresentada somente no último bimestre.

RREO - ANEXO 9 (LRF, art.53, § 1º, inciso I)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS (b)			SALDO NÃO REALIZADO (c) = (a - b)	
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO' (I)		1.006,00	0,00			1.006,00
DESPESAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS (e)	DESPESAS LIQUIDADAS	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	SALDO NÃO EXECUTADO (f)=(d-e)	
DESPESAS DE CAPITAL	1.134.525,65	246.788,40	243.193,40	0,00	887.737,25	
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes por Instituições Financeira	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
DESPESA DE CAPITAL LÍQUIDA (II):	1.134.525,65	246.788,40	243.193,40	0,00	887.737,25	
RESULTADO PARA APURAÇÃO DA REGRA DE OURO (III) = (I - II)	-1.133.519,65	-246.788,40	-	-	-886.731,25	

FONTE:

Chapadao do Lageado, 10/05/2016

Jose Braulio Inacio
Prefeito Municipal

Joelsio Machado
Contador - CRC/SC 026.103/O-0

Luiz Cezar Sebold
Secretario da Fazenda Municipal

Município de Chapadão do Lageado - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVOS DA RECEITA DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DE RECURSOS
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2016/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO - ANEXO 11 (LRF, art. 53, § 1º, inciso III)

RECEITAS	PREMIAÇÃO ATUALIZADA (a)	RECETAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)	SALDO A REALIZAR (c) = (a-b)
RECEITA DE CAPITAL			
ALIENAÇÃO DE ATIVOS	1.256,00	0,00	1.256,00
ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	1.256,00	0,00	1.256,00
TOTAL	1.256,00	0,00	1.256,00

DESPESAS (APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS (e)	DESPESAS INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	PAGAMENTO DE RESTOS A PAGAR (f)	SALDO A PAGAR (g) = (d-e)
Despesas de Capital	1.005,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.005,00
Investimentos	1.005,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.005,00
TOTAL	1.005,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.005,00

SALDO FINANCEIRO A APLICAR	Em 2015 (h)	Em 2016 (i) = (b) - (e+f)	SALDO ATUAL (j) = (h+i)
	6.563,30		6.563,30

FONTE:

Chapadão do Lageado, 10/05/2016

Jose Bráulio Inácio
Prefeito Municipal

Joelso Machado
Contador - CRC/SC 026.103/O-0

Luiz Cezar Sebold
Secretário da Fazenda Municipal

Município de Chapadão do Lageado - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2016/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO - ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35)

R\$ 1,00

RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE					
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			Até o Bimestre (b)	% (b/a)*100	
RECETA DE IMPOSTOS LÍQUIDA (I)	181.301,00	181.301,00	17.338,37	9,56	
Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU	25.000,00	25.000,00	0,00	0,00	
Imposto sobre Transmissão de Bens Intervivos - ITBI	12.000,00	12.000,00	5.542,25	46,19	
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	60.000,00	60.000,00	10.596,41	17,66	
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	80.000,00	80.000,00	115,12	0,14	
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos dos Impostos	1.701,00	1.701,00	218,58	12,85	
Dívida Ativa dos Impostos	2.350,00	2.350,00	266,22	11,33	
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos da Dívida Ativa	250,00	250,00	599,79	239,92	
RECETA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)	6.314.041,90	6.314.041,90	1.768.055,80	28,00	
Cota-Parte FPM	4.013.760,00	4.013.760,00	1.174.840,45	29,27	
Cota-Parte ITR	1.500,00	1.500,00	182,54	12,17	
Cota-Parte IPVA	80.000,00	80.000,00	20.432,33	25,54	
Cota-Parte ICMS	2.000.658,90	2.000.658,90	561.848,40	28,08	
Cota-Parte IPI-Exportação	35.000,00	35.000,00	8.598,94	24,57	
Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	183.123,00	183.123,00	2.153,14	1,18	
Desoneração ICMS (LC 87/96)	13.000,00	13.000,00	2.153,14	16,56	
Outras	170.123,00	170.123,00	0,00	0,00	
TOTAL DAS RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (III) = I + II	6.495.342,90	6.495.342,90	1.785.394,17	27,49	
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE					
TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE-SUS Provenientes da União RECETAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS A SAÚDE OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (c)	RECEITAS REALIZADAS		
			Até o Bimestre (d)	% (d/c)*100	
		264.601,00 264.601,00 3,00 802.503,77	264.601,00 264.601,00 3,00 802.503,77	72.174,66 72.174,66 0,00 35.356,70	27,28 27,28 0,00 4,41
		1.067.107,77	1.067.107,77	107.531,36	10,08
TOTAL RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE					
DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)					
DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
		Até o Bimestre (f)	% (f/e)*100	Até o Bimestre (g)	% (g/e)*100
1.555.529,53 763.002,00 792.527,53	1.555.529,53 763.002,00 792.527,53	262.353,57 146.153,47 116.200,10	16,87 19,16 14,66	237.547,82 146.153,47 91.394,35	15,27 19,16 11,53
DESPESAS CORRENTES					
Pessoal e Encargos Sociais					
Outras Despesas Correntes					
58.508,00 58.508,00	251.418,00 251.418,00	0,00 0,00	0,00 0,00	0,00 0,00	0,00 0,00
DESPESAS DE CAPITAL					
Investimentos					

Continua 1/4

Continuação 2/4

Município de Chapadão do Lageado - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2016/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (f)	% (f/e)*100	Até o Bimestre (g)	% (g/e)*100
DESPESAS DE CAPITAL	58.508,00	251.418,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Investimentos	58.508,00	251.418,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (IV)	1.614.037,53	1.806.947,53	262.353,57	14,52	237.547,82	13,15
DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS PARA FINS DE APURAÇÃO DO PERCENTUAL MÍNIMO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (h)	% (h/v)*100	Até o Bimestre (i)	% (i/v)*100
DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA COM ASSISTÊNCIA À SAÚDE QUE NÃO ATENDE AO PRINCÍPIO DE ACESSO UNIVERSAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM OUTROS RECURSOS	358.151,87	358.151,87	51.571,06	19,66	46.151,06	19,43
Recursos de Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS	354.645,87	354.645,87	51.571,06	19,66	46.151,06	19,43
Recursos de Operações de Crédito	3,00	3,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Recursos	3.503,00	3.503,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS AÇÕES E SERVIÇOS NÃO COMPUTADOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS INDEVIDAMENTE NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA ¹	-	-	0,00	0,00	-	-
DESPESAS CUSTEADAS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA VINCULADA AOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS ²	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS VINCULADOS À PARCELA DO PERCENTUAL MÍNIMO QUE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS (V)	358.151,87	358.151,87	51.571,06	19,66	46.151,06	19,43
TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (VI) = (IV - V)	1.255.885,66	1.448.795,66	210.782,51	80,34	191.396,76	80,57
PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE SOBRE A RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (VII%) = (VI / IIIb x 100) - LIMITE CONSTITUCIONAL 15% 4 e 5						10,72
VALOR REFERENTE À DIFERENÇA ENTRE O VALOR EXECUTADO E O LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL [VI(i) - (15 x IIIb)/100]⁶						-76.412,37

Continua 2/4

Continuação 3/4

Município de Chapadão do Lageado - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2016/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA		INSCRITOS	CANCELADOS/ PRESCRITOS	PAGOS	A PAGAR	PARCELA CONSIDERADA NO LIMITE
		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CONTROLE DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24, §1º E 2º						
		RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS			SALDO FINAL (NÃO APLICADO)	
		SALDO INICIAL	DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA (j)			
		0,00		0,00		0,00
TOTAL (VIII)		0,00		0,00		0,00
CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFORME ARTIGOS 25 E 26						
		LIMITE NÃO CUMPRIDO				
		SALDO INICIAL	DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA (k)			SALDO FINAL (NÃO APLICADO)
		-	-			-
DESPESAS COM SAÚDE (Por Subfunção)						
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até Bimestre (l)	% (l/Total l)*100	Até Bimestre (m)	% (m/Total m)*100
Atenção Básica	1.558.034,53	1.750.944,53	262.299,69	99,77	237.443,94	99,75
Vigilância Sanitária	50.001,00	50.001,00	603,88	0,23	603,88	0,25
Vigilância Epidemiológica	11.002,00	11.002,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	1.619.037,53	1.811.947,53	262.903,57	100,00	238.047,82	100,00

FONTE:

1 Essa linha apresentará valor somente no Relatório Resumido da Execução Orçamentária do último bimestre do exercício.

2 O valor apresentado na interseção com a coluna "l" ou com a coluna "h+h" (último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total j".

3 O valor apresentado na interseção com a coluna "l" ou com a coluna "h+h" (último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total k".

4 Limite anual mínimo a ser cumprido no encerramento do exercício. Deverá ser informado o limite estabelecido na Lei Orgânica do Município quando o percentual nela estabelecido for superior ao fixado na LC nº 141/2012.

5 Durante o exercício esse valor servirá para o monitoramento previsto no art. 23 da LC 141/2012.

6 No último bimestre, será utilizada a fórmula $V/(h+h) - (15 \times IIIb)/100$

Continua 3/4

Continuação 4/4

Município de Chapadão do Lageado - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2016/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

Chapadão do Lageado, 10/05/2016

Jose Braulio Inacio Prefeito Municipal	Joelcio Machado Contador - CRC/SC 026.103/O-0	Luiz Cezar Sebold Secretario da Fazenda Munit
---	--	--

Município de Chapadao do Lageado - SC
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 JANEIRO A FEVEREIRO 2016/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO		No Bimestre	Até o Bimestre
RECEITAS			
Previsão Inicial		—	9.663.654,36
Previsão Atualizada		—	9.663.654,36
Receitas Realizadas		2.156.228,56	2.156.228,56
Déficit Orçamentário		—	0,00
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)		—	33.907,77
DESPESAS			
Dotação Inicial		—	9.663.654,36
Créditos Adicionais		—	614.377,65
Dotação Atualizada		—	10.278.032,01
Despesas Empenhadas		1.694.455,51	1.694.455,51
Despesas Liquidadas		1.578.486,75	1.578.486,75
Superavit Orçamentário		—	577.741,81
DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO			
Despesas Empenhadas		1.694.455,51	1.694.455,51
Despesas Liquidadas		1.578.486,75	1.578.486,75
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL			
Receita Corrente Líquida			10.791.745,51
RECEITAS / DESPESAS DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA			
Regime Próprio de Previdência dos Servidores			
Receitas Previdenciárias Realizadas(IV)		0,00	0,00
Despesa Previdenciárias Executadas(V)		0,00	0,00
Resultado Previdenciário (VI) = (IV - V)		0,00	0,00
RESULTADOS NOMINAL E PRIMÁRIO	Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO (a)	Resultado Apurado até o Bimestre (b)	% em Relação à Meta (b/a)
Resultado Nominal	10.000,00	-1.155.901,85	-11.559,02
Resultado Primário	-13.261,00	558.679,22	-4.212,95
RESTOS A PAGAR POR PODER E MINISTÉRIO PÚBLICO	Inscrição	Cancelamento até o Bimestre	Pagamento até o Bimestre
RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS	29.776,45	0,00	10.459,03
EXECUTIVO	29.776,45	0,00	10.459,03
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	72.465,87	0,00	13.436,61
EXECUTIVO	72.465,87	0,00	13.436,61
TOTAL:	102.242,32	0,00	23.895,64
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	Valor apurado até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais	
		% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Mínimo Anual de 25% das Receitas de Impostos em MDE	374.390,29	25%	20,98
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Educação Infantil e Ensino Fundamental	123.794,30	60%	47,15
Liquidadas	0,00		
Inscritas em Restos a Pagar Não Processados	0,00		
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL	Valor apurado até o Bimestre	Saldo não Realizado	
Receitas de Operações de Crédito	0,00	1.006,00	
Despesa de Capital Líquida	243.193,40	891.332,25	

Continua 1/2

Município de Chapadão do Lageado - SC

Continuação 2/2

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A FEVEREIRO 2016/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

LRF, Art. 48 - Anexo 14					R\$ 1,00	
PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA					2034	2049
Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores						
Receitas Previdenciárias (IV)					0,00	0,00
Despesas Previdenciárias (V)					0,00	0,00
Resultado Previdenciário VI = (IV - V)					0,00	0,00
RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS					Valor apurado até o Bimestre	Saldo a Realizar
Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos					0,00	1.256,00
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos					0,00	1.005,00
DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE					Limite Constitucional Anual	
					Valor apurado até o Bimestre	% Aplicado até o Bimestre
Despesas Próprias com Ações e Serviços Públicos de Saúde					191.396,76	15,00
Liquidadas					0,00	10,72
Inscritas em Restos a Pagar Não Processados					0,00	
DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP					Valor apurado no exercício corrente	
Total das despesas/RCL (%)					0,00	

FONTE:

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
- b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

Chapadão do Lageado, 10/05/2016

Jose Braulio Inacio	Joelsio Machado	Luiz Cezar Sebold
Prefeito Municipal	Contador - CRC/SC 026.103/O-0	Secretario da Fazenda Municipal

Chapecó

PREFEITURA

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 001/2016

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE CHAPECÓ/SC - CMDCA
EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 001/2016

A Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Municipal nº 6.296, de 19 de julho de 2012, CONVOCA:

Art. 1º Ficam convocadas as entidades e organizações não governamentais na área da criança e do adolescente do Município de Chapecó/SC, para participar do FÓRUM DE ENTIDADES NÃO GOVERNAMENTAIS para a eleição dos representantes da esfera Não-Governamental do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Chapecó/SC - Gestão 2016/2018.

Art. 2º O Fórum será realizado no dia 06/07/2016, em primeira convocação às 14h00min, com 50% (cinquenta por cento) mais uma das entidades inscritas por segmento, e em segunda convocação às 14h15min, com qualquer número, tendo como local: Auditório da Secretaria de Assistência Social/SEASC, sita a Rua Barão do Rio Branco, 265-E, centro, Chapecó/SC.

Art. 3º Para concorrer a uma das vagas, as entidades deverão inscrever-se nos seguintes segmentos, conforme o Art. 12 - § 3º da Lei 6.296 de 19 de julho de 2012:

I - Segmento de atendimento à criança e ao adolescente (três vagas);

II - Segmento de Universidade com atuação no município (uma vaga);

III - Segmento de organizações sociais (duas vagas);

IV - Representante de associações profissionais da área (uma vaga).

§ 1º Só poderão participar do processo de eleição da representação do segmento de atendimento à criança e ao adolescente, as entidades que se encontram devidamente registradas junto ao CMDCA.

§ 2º Havendo o cancelamento do registro da entidade após o período de eleição das entidades não governamentais, a plenária do Conselho providenciará sua substituição.

§ 3º Consideram-se organizações sociais as pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, voltadas para atividades de relevante valor social, que independem de concessão ou permissão do Poder Executivo, criadas por iniciativas de particulares, segundo modelo previsto em Lei, reconhecidas, fiscalizadas e fomentadas pelo Poder Público.

§ 4º Poderão concorrer as vagas do segmento de organizações sociais, aquelas que desenvolvam ações na área da infância e adolescência, descritas na ficha de inscrição (Anexo I).

Art. 4º Para concorrer a uma das vagas previstas no Art. 3º, a entidade deverá apresentar aos seguintes documentos:

I – Requerimento assinado pelo representante legal da entidade, indicando nome e assinatura do delegado que representará a entidade no processo eleitoral, conforme anexo I deste Edital;

II – Estatuto Social da entidade devidamente registrado em cartório (apenas para as entidades que não dispõe de cópia nos arquivos da Secretaria Executiva dos Conselhos ou que apresentarem alterações posteriores);

III – Ata de eleição da atual diretoria.

§ 1º As inscrições deverão ser feitas junto a Secretaria Executiva dos Conselhos, sita a Avenida Nereu Ramos, 75 D, Edifício CPC, sala 705, bloco B, Chapecó/SC, fone: 2049-9264, até o dia 16 de junho de 2016, das 13h30min às 18h30min, em dias úteis.

§ 2º As inscrições somente serão recebidas pessoalmente junto a Secretaria Executiva dos Conselhos, mediante preenchimento do anexo I deste Edital, acompanhado da documentação constante no caput deste Artigo.

Art. 5º Terminado o prazo de inscrição, as entidades que se candidatarem tomarão conhecimento de sua habilitação através de relação a ser fixada na Secretaria Executiva dos Conselhos, no dia 24 de junho de 2016, a partir das 14h00min.

§ 1º. Da decisão que indeferir a inscrição, caberá recurso dirigido à Comissão Eleitoral, no prazo de 48 horas.

§ 2º O resultado da análise de recursos interpostos perante a Comissão Eleitoral será divulgado no dia 30 de junho de 2016, na Secretaria Executiva dos Conselhos, juntamente com a listagem das entidades aptas ao processo eleitoral.

Art. 6º Para a eleição, cada segmento reunir-se-á separadamente, onde em comum acordo, os delegados decidirão pela modalidade de votação.

Parágrafo Único: Será permitido apenas um voto por entidade inscrita.

Art. 7º As entidades eleitas, terão um prazo de 3 (três) dias úteis a contar da data da eleição, para indicação de forma definitiva dos representantes titulares e suplentes, conforme o caso, que irão compor o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Art. 8º No caso de haver a inscrição e comparecimento de somente uma entidade de um determinado segmento, estará automaticamente eleita e indicará o titular e o suplente.

Art. 9º O processo eleitoral será coordenado pela Comissão de Comunicação e Divulgação,

Parágrafo Único: É vedada a participação dos membros da comissão responsável pelo processo eleitoral, como delegados das entidades.

Art. 10 Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão e, havendo necessidade, pela plenária do Conselho.

Chapecó/SC, 09 de maio de 2016.

Marcilei Beatris Fank
Presidente do CMDCA

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE CHAPECÓ/CMDCA

ANEXO I

REQUERIMENTO DE INSCRIÇÃO

Senhora Presidente,

Conforme Edital de Convocação nº 001/2016 do CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE, a entidade abaixo qualificada vem requerer a inscrição para concorrer à eleição das entidades Não-Governamentais do CMDCA.

Nome da Entidade

SIGLA:

CNPJ:
Endereço: Rua:
Nº
Complemento:
Bairro:
Cidade:
Estado:
CEP:
Fone:
FAX:
e-mail:

Assinale o Segmento que a Entidade Representa:
() I - Segmento de atendimento à criança e ao adolescente;
() II - Segmento de Universidade com atuação no município;
() III - Segmento de organizações sociais;
() IV - Representante de associações profissionais da área

Obs.: O segmento de organizações sociais deverá descrever suas ações com crianças e adolescentes.

Nome e assinatura do(a) Representante legal (presidente) da entidade:
.....

RG:
CPF:

Nome e assinatura do(a) Delegado(a) para o processo eleitoral: ...
.....

RG:
CPF:

Chapecó, SC, de de 2016.

as partes se manifeste pela sua alteração e/ou rescisão.
DATA E ASSINATURAS – Chapecó, 26 de abril de 2016 – Luciano José Buligon, Prefeito de Chapecó, Ricardo Antonio de Marco, Vice Reitor de Campus

EXTRATO DO TERMO DE CONVENIO Nº 006/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CHAPECÓ
Secretaria de Articulação Institucional

EXTRATO DO TERMO DE CONVENIO Nº 006/2016

CONVENENTE – Prefeitura Municipal de Chapecó
CONVENIADO – Flávio Nolberto da Costa Leites Borges – Eco Prática e Ordem dos Advogados do Brasil – 5ª Subseção Chapecó
OBJETO – O presente convênio tem como objeto a instalação de coletores de resíduos de cigarros (bitucas) nas lixeira públicas da cidade, o transporte e a destinação correta destes resíduos por meio da implantação do projeto Chapecó sem Bituca, cujas especificações constam do Plano de Trabalho.

DO PRAZO E DA VIGÊNCIA – O presente convênio vigorará a partir da data de assinatura pelo período de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado nos termos e limites da lei.

DATA E ASSINATURAS – Chapecó, 27 de abril de 2016 – Luciano José Buligon, Prefeito de Chapecó, Flávio Nolberto da Costa Leites Borges, Diretor Presidente da Empresa Flávio Nolberto da Costa Leite Borges – Eco Prática, Ortenilo Tito Azoline, Presidente da OAB 5ª Subseção de Chapecó

EXTRATO DO TERMO DE CONVENIO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA Nº 005/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CHAPECÓ
Secretaria de Articulação Institucional

EXTRATO DO TERMO DE CONVENIO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA Nº 005/2016

CONVENENTE – Prefeitura Municipal de Chapecó
CONVENIADO – Universidade do Oeste de Santa Catarina – Unoesc Campus Chapecó

OBJETO – Este instrumento tem por objeto estipular condições de cooperação mútua entre os cooperados, visando à implementação do projeto Balcão do Consumidor, cuja execução é esperada junto ao Núcleo de prática Jurídica da UNOESC CHAPECÓ, situado na Rua Marechal Bormann, nº 373-D, centro de Chapecó, com o objetivo de promover atividades de atendimento ao consumidor envolvido em conflitos oriundos das relações de consumo, por meio de tratamento adequado dessa conflituosidade, primando, sobretudo, pela prática da conciliação e da mediação a partir da atuação dos alunos do Curso de Direito, acompanhados de professor orientador.
DO PRAZO E DA VIGÊNCIA – O presente convênio de cooperação terá início na data de sua assinatura, com prazo de vigência de 12 (doze) meses, com renovação automática até que uma ou ambas

CÂMARA MUNICIPAL**LEI Nº 6859 - 06 DE MAIO DE 2016**

LEI Nº 6859, DE 6 DE MAIO DE 2016.

Institui, no calendário oficial do Município de Chapecó, o "Dia dos Amantes e Apreciadores de Carros Antigos e Modificados" e dá outras providências.

O VICE-PRESIDENTE da Câmara Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara aprovou e fica promulgada a seguinte Lei, nos termos do Artigo 54 § 7º, da Lei Orgânica Municipal:

Art.1º Fica instituído, no calendário oficial de eventos do município de Chapecó, o "DIA DOS AMANTES E APRECIADORES DE CARROS ANTIGOS E MODIFICADOS", a ser comemorada anualmente, no segundo domingo do mês de Abril.

Art. 2º O "DIA DOS AMANTES E APRECIADORES DE CARROS ANTIGOS E MODIFICADOS" terá como objetivo:

§1º Incentivar e promover a cultura automobilística, assim reunindo os amantes de carros antigos e modificados, com intuito de reunir a família, apreciar os veículos expostos e podendo expor o seu veículo ao público visitante;

§2º Promover a união e fortalecimento entre todas as entidades e clubes automobilísticos de Chapecó e região;

§3º Fortalecer a parceria, troca de experiências com demais entidades e clubes de Chapecó e Região;

§4º Arrecadar donativos, tendo um cunho comunitário e social.

Art. 3º O Poder Executivo regulamentará a presente Lei, no que couber, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados de sua publicação.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Vice-Presidente da Câmara Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina, em 6 de maio de 2016.

ADÃO VALDIR TEODORO

Vice-Presidente

Cocal do Sul

PREFEITURA

DECRETO SAF/N. 268/16

DECRETO SAF/Nº. 268/16, de 22 de abril de 2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE COCAL DO SUL, no uso de suas atribuições, resolve:

NOMEAR:

ANA PAULA LUIZ, portadora do CPF nº. 052.201.719-33, Professor ACT 30 horas, para atuar na Creche Morada da Alegria, a partir de 04 de abril de 2016.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 22 de abril de 2016.

ADEMIR MAGAGNIN
Prefeito Municipal

CLEDIO FACHIN

Secretario de Adm., Planej., Fazenda e Finanças Públicas

DECRETO SAF/N. 269/16

DECRETO SAF/Nº. 269/16, de 22 de abril de 2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE COCAL DO SUL, no uso de suas atribuições, resolve:

NOMEAR:

ROSANGELA APARECIDA BECKER INÁCIO, portadora do CPF nº. 807.518.659-15, Professor ACT 20 horas, para atuar na Escola de Educação Básica Demétrio Bettiol, a partir de 15 de abril de 2016.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 22 de abril de 2016.

ADEMIR MAGAGNIN
Prefeito Municipal

CLEDIO FACHIN

Secretario de Adm., Planej., Fazenda e Finanças Públicas

DECRETO SAF/N. 270/16

DECRETO SAF/Nº. 270/16, de 22 de abril de 2014

O PREFEITO MUNICIPAL DE COCAL DO SUL, no uso de suas atribuições, resolve:

EXONERAR A PEDIDO

MIRIAM CARMEM NIERO, portadora do CPF nº. 565.931.639-53, Técnico em Enfermagem – ACT, nomeada pelo Decreto SAF/N. 69/14, de 04 de fevereiro de 2014, a partir de 18 de abril de 2016.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 22 de abril de 2016.

ADEMIR MAGAGNIN
Prefeito Municipal

CLEDIO FACHIN

Secretário de Adm., Planej., Fazenda e Finanças Públicas

DECRETO SAF/N. 271/16

DECRETO SAF/Nº. 271/16, de 22 de abril de 2016

O PREFEITO MUNICIPAL DE COCAL DO SUL, no uso de suas atribuições resolve,

EXONERAR

NESTOR FELISBERTO, portador do CPF nº. 399.131.639-00, Servente de Obras ACT, nomeado pelo Decreto SAF/N. 334/11, de 12 de setembro de 2011, a partir de 18 de abril de 2016.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 22 de abril de 2016.

ADEMIR MAGAGNIN
Prefeito Municipal

CLEDIO FACHIN

Secretário de Adm., Planej., Fazenda e Finanças Públicas

DECRETO SAF/N. 274/16

DECRETO SAF/ Nº. 274/16, de 29 de abril de 2016.

SUPLEMENTA DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE COCAL DO SUL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Cocal do Sul, no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei n. 1.293, de 23 de dezembro de 2015, resolve

DECRETAR:

Art. 1º Fica suplementado do orçamento vigente, a seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 12 – Fundo Municipal de Assistência Social

1.006 – Aquisição de Áreas e Construção de Moradias

4.4.90.00.00.00.00.00.0233 – Aplicações Diretas	R\$ 56.000,00
TOTAL	R\$ 56.000,00

Parágrafo único. A suplementação acima ocorre pelo excesso de arrecadação, de recursos direcionados ao Fundo da Habitação depositados na conta corrente n. 15982-4, do Banco do Brasil, Agência 3072-4, arrecadadas pela outorga de direito de construção de imóveis no território do Município.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 29 de abril de 2016.

ADEMIR MAGAGNIN
Prefeito Municipal

CLEDIO FACHIN

Secretário de Adm., Planej., Fazenda e Finanças Públicas

DECRETO SAF/N. 275/16

DECRETO SAF/Nº. 275/16, de 02 de maio de 2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE COCAL DO SUL, no uso de suas atribuições, resolve:

EXONERAR

por término de Contrato de Trabalho EMA KETY TOME, portadora do CPF nº. 028.865.579-60, Professor ACT, nomeada pelo Decreto SAF/N. 23/15, de 20 de janeiro de 2015, a partir de 30 de maio de 2016.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 02 de maio de 2016.

ADEMIR MAGAGNIN

Prefeito Municipal

CLEDIO FACHIN

Secretário de Adm., Planej., Fazenda e Finanças Públicas

DECRETO SAF/N. 276/16

DECRETO SAF/Nº. 276/16, de 02 de maio de 2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE COCAL DO SUL, no uso de suas atribuições, resolve:

EXONERAR A PEDIDO

CLÉDIA REGINA POLETO, portadora do CPF nº. 032.929.259-59, Professor ACT, 30 horas, nomeada pelo Decreto SAF/N. 207/16, de 16 de março de 2016, a partir de 02 de maio de 2016.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 02 de maio de 2016.

ADEMIR MAGAGNIN

Prefeito Municipal

CLEDIO FACHIN

Secretário de Adm., Planej., Fazenda e Finanças Públicas

DECRETO SAF/N. 277/16

DECRETO SAF/Nº. 277/16, de 02 de maio de 2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE COCAL DO SUL, no uso de suas atribuições, resolve:

NOMEAR:

FILIPPE DALLÓ, portador do CPF nº. 010.558.259-08, Professor ACT, 10 horas, para atuar nos corais, a partir de 02 de maio de 2016.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 02 de maio de 2016.

ADEMIR MAGAGNIN

Prefeito Municipal

CLEDIO FACHIN

Secretário de Adm., Planej., Fazenda e Finanças Públicas

DECRETO SAF/N. 278/16

DECRETO SAF/Nº. 278/16, de 02 de maio de 2016

O PREFEITO MUNICIPAL DE COCAL DO SUL, no uso de suas atribuições, resolve:

EXONERAR

FRANCIELI DE LIMA MACEDO, portadora do CPF nº. 067.684.379-41, Assessor Especial, nomeada pelo Decreto SAF/N. 309/15, de 15 de junho de 2015, a partir de 02 de maio de 2016.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 02 de maio de 2016.

ADEMIR MAGAGNIN

Prefeito Municipal

CLEDIO FACHIN

Secretário de Adm., Planej., Fazenda e Finanças Públicas

DECRETO SAF/N. 279/16

DECRETO SAF/Nº. 279/16, de 02 de maio de 2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE COCAL DO SUL, no uso de suas atribuições, resolve:

NOMEAR

ODETE DE MELO PAIM, portadora do CPF nº. 951.129.609-49, Assessor Especial, para atuar na Secretaria de Saúde Pública, a partir de 02 de maio de 2016.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 02 de maio de 2016.

ADEMIR MAGAGNIN

Prefeito Municipal

CLEDIO FACHIN

Secretário de Adm., Planej., Fazenda e Finanças Públicas

DECRETO SAF/N. 280/16

DECRETO SAF/Nº. 280/16, de 02 de maio de 2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE COCAL DO SUL, no uso de suas atribuições, resolve:

ALTERAR

cargo de CELIO PEREIRA portador do CPF nº. 960.193.600-91, Gari I, nomeado pelo Decreto SAF/N. 266/15, de 20 de abril de 2015, para VIGIA, a partir de 02 de maio de 2016.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 02 de maio de 2016.

ADEMIR MAGAGNIN

Prefeito Municipal

CLEDIO FACHIN

Secretário de Adm., Planej., Fazenda e Finanças Públicas

DECRETO SAF/N. 281/16

DECRETO SAF/Nº. 281/16, de 03 de maio de 2016.
DETERMINA PONTO FACULTATIVO NAS REPARTIÇÕES PÚBLICAS MUNICIPAIS NO DIA 27 DE MAIO DE 2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE COCAL DO SUL, no uso de suas atribuições, resolve

DECRETAR:

Art. 1º Fica determinado ponto facultativo nas repartições públicas municipais, no dia 27 de maio de 2016 (pós feriado de Corpus Christi).

Parágrafo único. Excetuam-se do alcance deste decreto, os serviços considerados essenciais ao município.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.
Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 03 de maio de 2016.

ADEMIR MAGAGNIN

Prefeito Municipal

CLEDIO FACHIN

Secretário de Adm., Planej., Fazenda e Finanças Públicas

DECRETO SAF/N.267/16

DECRETO SAF/Nº. 267/16, de 22 de abril de 2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE COCAL DO SUL, no uso de suas atribuições, resolve:

NOMEAR:

ANDRIELI GOULART DA ROSA, portadora do CPF nº. 091.346.609-33, Merendeira ACT, para atuar na Escola de Educação Básica Demétrio Bettiol, em substituição a titular em licença sem vencimento, a partir de 04 de abril de 2016.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 22 de abril de 2016.

ADEMIR MAGAGNIN

Prefeito Municipal

CLEDIO FACHIN

Secretário de Adm., Planej., Fazenda e Finanças Públicas

RATIFICAÇÃO INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO 02/PMCS/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL

RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 35/PMCS/2016

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 02/PMCS/2016

ADEMIR MAGAGNIN, Prefeito Municipal, do Município de Cocal do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e, em conformidade com o incisos abaixo citados do art. 25 da Lei Nº 8.666/93, com suas alterações posteriores, torna público o Processo de Inexigibilidade de Licitação conforme segue:

Objeto: Contratação da banda Chimarruts para realização de show que se realizará no dia 24 de setembro de 2016, no Parque de Eventos - Secretaria de Obras do Município de Cocal do Sul, na festividade comemorativa de emancipação política administrativa do Município de Cocal do Sul, chamada IV Cocalfest, através de inexigibilidade de licitação, art. 25 inciso III da lei nº 8.666/93.

Executante: Chimarruts - Grupo Musical Ltda - ME.

Razão da Escolha do Executante: A escolha da Comissão Organizadora da Cocalfest para a contratação direta da banda Chimarruts, para realização de show em comemoração à festividade de emancipação política administrativa do município, deve-se ao fato da mesma ser consagrada pela opinião pública e crítica especializada, sendo muito conhecida pelos shows que realiza, gozando de excelente conceito e aceitação popular.

Valor Total: R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais).

Justificativa do Preço: O valor é compatível com os preços praticados em outras apresentações.

Previsão Legal: Artigo 25, inciso III, da lei nº 8.666/93.

Dotações Orçamentárias: 07.03.2.053.3.3.90.39.99 (97).

Publique-se e Registre-se na forma da Lei.

Cocal do Sul, 06 de maio de 2016

ADEMIR MAGAGNIN

PREFEITO MUNICIPAL

CÂMARA MUNICIPAL

RESOLUÇÃO Nº. 227/2016

RESOLUÇÃO N.º 227/2016, de 09 de maio de 2016.

ATUALIZA OS VALORES CONSTANTES NO ANEXO I, DA LEI Nº. 784, de 30.03.2007, E DOS ARTIGOS 2º E 3º DA LEI Nº. 900, DE 11.06.2008 DE CONFORMIDADE COM A LEI Nº. 1.296/2016, de 24/03/2016.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE COCAL DO SUL, ANGELA MARIA MENDES ANJO, no uso das atribuições que lhe são conferidas, RESOLVE:

Art. 1º. Atualizar em 9,83% (nove vírgula oitenta e três por cento) os valores contidos no ANEXO I da Lei Nº. 784, de 30.03.2007, em decorrência da promulgação da Lei Nº. 1.296/2016, de 24/03/2016, e em conformidade com o disposto no art. 37, inciso X, da CF/88.

Art. 2º. Atualizar em 9,83% (nove vírgula oitenta e três por cento) os valores contidos no art. 2º da Lei Nº. 900, de 11.06.2008, que passa a vigorar com o valor de R\$ 5.567,26 (cinco mil quinhentos e sessenta e sete reais e vinte e seis centavos), e no art. 3º da Lei Nº. 900, de 11.06.2008, que passa a vigorar no valor de R\$ 7.158,47 (sete mil cento e cinquenta e oito reais e quarenta e sete), em decorrência da promulgação da Lei Nº. 1.296/2016, de 24/03/2016, e em conformidade com o disposto no art. 37, inciso X, da CF/88.

Art. 3º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 1º de maio de 2016.

Art.4º. Fica revogada a Resolução Nº. 221/2015, de 20 de maio de 2015.

CÂMARA MUNICIPAL DE COCAL DO SUL, 09 de maio de 2016.

ANGELA MARIA MENDES ANJO
Presidente da Câmara

SIDNEY DUARTE DE OLIVEIRA
1º Secretário

Registrada e publicada a presente Resolução nesta Secretaria, no mural da Prefeitura e no DOM /SC , aos nove dias do mês de maio de dois mil e dezesseis.

ANEXO I
LEI 784, de 30.03.2007

SÍMBOLO	VALOR – R\$ / MÊS
ECPL-1	R\$ 4.228,33
REFERÊNCIA	
1	R\$ 856,48
2	R\$ 942,12
3	R\$ 1.036,33
4	R\$ 1.139,96
5	R\$ 1.253,95
6	R\$ 1.379,26
7	R\$ 1.517,27
8	R\$ 1.668,99
9	R\$ 1.835,88
10	R\$ 2.019,46
11	R\$ 2.221,41
12	R\$ 2.443,55
13	R\$ 2.687,90
14	R\$ 2.956,69
15	R\$ 3.252,35
16	R\$ 3.577,58
17	R\$ 3.935,42
18	R\$ 4.328,90
19	R\$ 4.761,79
20	R\$ 5.237,96
21	R\$ 5.761,75
22	R\$ 6.337,92
23	R\$ 6.971,73
24	R\$ 7.668,90
25	R\$ 8.435,79
26	R\$ 9.279,36
27	R\$ 10.207,29
28	R\$ 11.228,01
29	R\$ 12.350,81
30	R\$ 13.585,89

ANGELA MARIA MENDES ANJO
Presidente da Câmara

SIDNEY DUARTE DE OLIVEIRA
1º Secretário

Concórdia

PREFEITURA

EXTRATO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 33/2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA - SC

EXTRATO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 32/2016

A Secretária Municipal de Transporte, torna público que ratificou o ato do Senhor Vanei L. Melchior, Diretor de Manutenção e Mecânica, que declarou Dispensável a Licitação, nos termos do inciso II, do artigo 24 da Lei Federal nº 8.666/1993 e posteriores alterações, homologada em 06 de maio de 2016, referente a aquisição de peças e prestação de serviço para conserto do motor, suspensão, e sistema elétrico do veículo FIAT/Uno Way - PMC 371, a favor da empresa, MECANICA TONDELLO LTDA ME, no valor total de R\$ 2.485,00 (dois mil e quatrocentos e oitenta e cinco reais).

ANTÔNIO COLUSSI

Secretário Municipal de Transporte

ERRATA 001 DO EDITAL DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 47/2016-PMC

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

ERRATA 01 AO EDITAL DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 47/2016 – PMC

SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇO

O MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA por intermédio do Secretário Municipal de Agricultura, Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente, torna público a alteração do edital de PREGÃO PRESENCIAL Nº 47/2016 PMC, cujo objeto é REGISTRO DE PREÇO para possível e eventual aquisição, durante o exercício de 2016, de material genético em atendimento ao Programa de Inseminação Artificial, conforme especificações constantes nos anexos "A" e "B" do edital, o prazo para protocolo dos envelopes, contendo as propostas de preços e documentação para habilitação, bem como a abertura da licitação, continua marcado para a mesma data e horário.

Informações complementares: o Edital e a alteração, em inteiro teor, estará à disposição dos interessados na home page www.concordia.sc.gov.br, link "Licitações". Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras da Prefeitura Municipal de Concórdia, situada à Rua Leonel Mosele, nº 62, 1º andar, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08:00 às 11:30 e das 13:30 às 17:00, ou pelo telefone (49) 3441-2167.

Concórdia, SC, 09 de maio de 2016.

LEONIR GRIGOLLO

Secretário Municipal de Agricultura,
Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente

EXTRATO 1º TA CONTRATO Nº 1/2016 -FUMDEMA

Contrato Nº : 01/2016

Aditivo Nº : 1TA Ctr 01/2016/2016

Tipo Aditivo : Normal

Contratante : FUMDEMA FUNDACAO MUNICIPAL DE DEFESA DO MEIO AMBIENTE

Contratada : SULMACRO LIXEIRAS E EQUIPAMENTOS INDUSTRIAIS LTDA - EPP

Licitação : Pregão Presencial 1/2016

Objeto : Aquisição de lixeiras, conforme especificações constantes nos anexos "A" e "B" do edital.

Vigência : Início: 06/04/2016 Término: 21/05/2016

Assinatura : 06/04/2016

Valor R\$: 32.000,00 (Trinta e Dois Mil Reais)

Dotação : 316 - 18.001.2503.333903019000000.01000001

EXTRATO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 32/2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA - SC

EXTRATO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 32/2016

A Secretária Municipal de Transporte, torna público que ratificou o ato do Senhor Vanei L. Melchior, Diretor de Manutenção e Mecânica, que declarou Dispensável a Licitação, nos termos do inciso II, do artigo 24 da Lei Federal nº 8.666/1993 e posteriores alterações, homologada em 06 de maio de 2016, referente a aquisição de peças e prestação de serviço para conserto do motor, suspensão, e sistema elétrico do veículo FIAT/Uno Way - PMC 371, a favor da empresa, MECANICA TONDELLO LTDA ME, no valor total de R\$ 2.485,00 (dois mil e quatrocentos e oitenta e cinco reais).

ANTÔNIO COLUSSI

Secretário Municipal de Transporte

FMAS SC VINCULOS 1ª 2016

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO

Em cumprimento ao disposto na Lei nº 9.452, de 20 de março de 1997, notificamos os partidos políticos, os sindicatos de trabalhadores e as entidades empresariais com sede neste Município, a liberação de recursos proveniente Convênio – FMAS/PVB-SCFV, repasse no valor de R\$ 13.400,00 (treze mil, quatrocentos reais), referente programa Fortalecimento de Vínculos.

Concórdia SC, 09 de maio de 2016.

Neusa Aparecida Dahmer

Gestora do Fundo Municipal de Assistência Social

PAIF BASICA 6ª PARCELAS 2015

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO

Em cumprimento ao disposto na Lei nº 9.452, de 20 de março de 1997, notificamos os partidos políticos, os sindicatos de trabalhadores e as entidades empresariais com sede neste Município, a liberação de recursos proveniente Convênio – FMAS PBF/CRAS, no valor de R\$ 12.000,00 (doze mil reais).

Concórdia SC, 09 de maio de 2016.

Neusa Aparecida Dahmer

Gestora do Fundo Municipal de Assistência Social

Cordilheira Alta

PREFEITURA

DECRETO N. 306/2016

DECRETO Nº 306/2016

“CONCEDE LICENÇA A SERVIDORA MUNICIPAL PARA TRATAMENTO DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo o disposto no Art. 70 da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA

Art. 1º Conceder 01 (um) dia, de licença para tratamento de saúde a servidora Municipal, a Sra. DULCINEIA SIMIONATTO VOGT, ocupante do cargo de Professor, lotada na Secretaria Municipal de Educação, de acordo com o atestado médico anexo.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 09 de Maio de 2016.

ALCEU MAZZIONI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

MAURO ARLINDO MORESCO

Secretário Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento

DECRETO N. 307/2016

DECRETO Nº 307/2016

“CONCEDE LICENÇA A SERVIDORA MUNICIPAL PARA TRATAMENTO DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo o disposto no Art. 70 da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA

Art. 1º Conceder 07 (sete) dias, de licença para tratamento de saúde a servidora Municipal, a Sra. LORIVETE GHISLENE, ocupante do cargo de Professor, lotada na Secretaria Municipal de Educação, de acordo com o atestado médico anexo.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 09 de Maio de 2016.

ALCEU MAZZIONI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

MAURO ARLINDO MORESCO

Secretário Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento

DECRETO N. 308/2016

DECRETO Nº 308/2016

“CONCEDE LICENÇA A SERVIDORA MUNICIPAL PARA TRATAMENTO DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo o disposto no Art. 70 da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA

Art. 1º Conceder 01 (um) dia, de licença para tratamento de saúde a servidora Municipal, a Sra. MARGA GIACOMIN, ocupante do cargo de Técnico de Apoio Administrativo, lotada na Secretaria Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento, de acordo com o atestado médico anexo.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 09 de Maio de 2016.

ALCEU MAZZIONI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

MAURO ARLINDO MORESCO

Secretário Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento

DECRETO N. 309/2016

DECRETO Nº 309/2016

“CONCEDE LICENÇA A SERVIDORA MUNICIPAL PARA TRATAMENTO DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo o disposto no Art. 70 da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA

Art. 1º Conceder 03 (três) dias, de licença para tratamento de saúde a servidora Municipal, a Sra. ADRIANA FAVARETTO, ocupante do cargo de Professor, lotada na Secretaria Municipal de Educação, de acordo com o atestado médico anexo.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 09 de Maio de 2016.

ALCEU MAZZIONI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

MAURO ARLINDO MORESCO

Secretário Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento

**ERRATA EDITAL - PROCESSO 49/2016 - TP07/2016 -
CONSTRUÇÃO CASA MORTUÁRIA**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE CORDILHEIRA ALTA

RETIFICAÇÃO DE EDITAL

PROCESSO ADMINISTRATIVO N. 49/2016

EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº07/2016

Fica alterado o edital em epígrafe, nos seguintes termos:

Onde se lê:

Entrega dos Envelopes: até às 08:30 horas do dia 25/05/2016.

Abertura dos Envelopes: 09:00 horas do dia 25/05/2016

Leia-se:

Entrega dos Envelopes: até às 08:30 horas do dia 31/05/2016.

Abertura dos Envelopes: 09:00 horas do dia 31/05/2016.

Cordilheira Alta, SC, em 10 de maio de 2016.

ALCEU MAZZIONI

Prefeito Municipal

Coronel Martins

PREFEITURA

DECRETO Nº 080 DE 10 DE MAIO DE 2016.

DECRETO Nº 080 DE 10 DE MAIO DE 2016.

NOMEIA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL PARA CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo inciso VI, do artigo 94, da Lei Orgânica Municipal de 28/10/1994;

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada a Senhora Katia Ramos de Amaral para o respectivo Cargo de Provimento em Comissão de Chefe de Gabinete, enquadrado na Estrutura Administrativa desta Prefeitura, pelo Regime Jurídico Estatutário com contribuição para o Regime Geral da Previdência Social, conforme Lei Complementar Municipal 34/2013, de 27 de agosto de 2013.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições me contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins - SC,
em 10 de maio de 2016.

DIRCEU FAVRETTO
Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado em data supra.

EVANDRO BELATTO

Secretário de Administração, Planejamento e Finanças

DECRETO Nº 081 DE 10 DE MAIO DE 2016.

DECRETO Nº 081 DE 10 DE MAIO DE 2016.

NOMEIA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL PARA CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo inciso VI, do artigo 94, da Lei Orgânica Municipal de 28/10/1994;

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada a Senhora Sandra Mara Bolzan para o respectivo Cargo de Provimento em Comissão de Secretária de Assistência Social, enquadrado na Estrutura Administrativa desta Prefeitura, pelo Regime Jurídico Estatutário com contribuição para o Regime Geral da Previdência Social, conforme Lei Complementar Municipal 34/2013, de 27 de agosto de 2013.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições me contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins - SC,
em 10 de maio de 2016.

DIRCEU FAVRETTO
Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado em data supra.

EVANDRO BELATTO

Secretário de Administração, Planejamento e Finanças

DECRETO Nº 082 DE 10 DE MAIO DE 2016.

DECRETO Nº 082 DE 10 DE MAIO DE 2016.

NOMEIA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL PARA CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo inciso VI, do artigo 94, da Lei Orgânica Municipal de 28/10/1994;

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada a Senhora Géssica do Prado para o respectivo Cargo de Provimento em Comissão de Diretora Geral de Convênios, enquadrado na Estrutura Administrativa desta Prefeitura, pelo Regime Jurídico Estatutário com contribuição para o Regime Geral da Previdência Social, conforme Lei Complementar Municipal 34/2013, de 27 de agosto de 2013.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições me contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins - SC,
em 10 de maio de 2016.

DIRCEU FAVRETTO
Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado em data supra.

EVANDRO BELATTO

Secretário de Administração, Planejamento e Finanças

DECRETO Nº. 077 DE 09 DE MAIO DE 2016.

DECRETO Nº. 077 DE 09 DE MAIO DE 2016.

EXONERA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL OCUPANTE DE CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo inciso VI, do artigo 94, da Lei Orgânica Municipal de 28/10/1994,

DECRETA:

Art. 1º Fica exonerada a Servidora Pública Municipal Sra. Katia Ramos de Amaral, ocupante de cargo de provimento em comissão de Secretária de Assistência Social, enquadrado na Estrutura Administrativa desta Prefeitura, pelo Regime Jurídico Estatutário.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins - SC,
em 09 de maio de 2016.

DIRCEU FAVRETTO
Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado em data supra.

EVANDRO BELATTO
Secretário de Administração, Planejamento e Finanças

DECRETO Nº. 078 DE 09 DE MAIO DE 2016.

DECRETO Nº. 078 DE 09 DE MAIO DE 2016.

EXONERA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL OCUPANTE DE CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo inciso VI, do artigo 94, da Lei Orgânica Municipal de 28/10/1994,

DECRETA:

Art. 1º Fica exonerada a Servidora Pública Municipal Sra. Sandra Mara Bolzan, ocupante de cargo de provimento em comissão de Diretora Geral de Convênios, enquadrado na Estrutura Administrativa desta Prefeitura, pelo Regime Jurídico Estatutário.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins - SC,
em 09 de maio de 2016.
DIRCEU FAVRETTO
Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado em data supra.

EVANDRO BELATTO
Secretário de Administração, Planejamento e Finanças

DECRETO Nº. 079 DE 09 DE MAIO DE 2016.

DECRETO Nº. 079 DE 09 DE MAIO DE 2016.

EXONERA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL OCUPANTE DE CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo inciso VI, do artigo 94, da Lei Orgânica Municipal de 28/10/1994,

DECRETA:

Art. 1º Fica exonerada a Servidora Pública Municipal Sra. Géssica do Prado, ocupante de cargo de provimento em comissão de Assessora de Administração Tributária, enquadrado na Estrutura Administrativa desta Prefeitura, pelo Regime Jurídico Estatutário.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins - SC,
em 09 de maio de 2016.
DIRCEU FAVRETTO
Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado em data supra.

EVANDRO BELATTO
Secretário de Administração, Planejamento e Finanças

DECRETO Nº. 083 DE 10 DE MAIO DE 2016.

DECRETO Nº. 083 DE 10 DE MAIO DE 2016.

AUTORIZA SERVIDORAS PÚBLICAS A CONDUZIREM VEÍCULOS DA MUNICIPALIDADE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 94 da Lei Orgânica do Município, de 28/10/1994;

Considerando o princípio administrativo da moralidade pública e da legalidade, resolve;

AUTORIZAR:

Art. 1º As Servidoras Públicas Municipais, abaixo nominadas, a conduzirem os veículos da frota Municipal, quando a serviço do Poder Executivo.

NOME DO SERVIDOR	CARGO
Katia Ramos de Amaral	Chefe de Gabinete
Sandra Mara Bolzan	Secretária de Assistência Social

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins - SC,
em 10 de maio de 2016.
DIRCEU FAVRETTO
Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado em data supra.

EVANDRO BELATTO
Secretário de Administração, Planejamento e Finanças

Corupá

PREFEITURA

EDITAL DE HOMOLOGAÇÃO DE DESISTÊNCIA Nº 03/2016 (EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2015)

EDITAL DE HOMOLOGAÇÃO DE DESISTÊNCIA Nº 03/2016
(Edital de Concurso Público Nº 001/2015)

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas atribuições legais, em entendimento e em atendimento ao Edital de Concurso Público Nº 001/2015,

CONSIDERANDO que o não comparecimento a qualquer das etapas do Concurso Público Nº 001/2015 implica em desistência tácita,

CONSIDERANDO que a candidata abaixo aprovada na 1ª fase do Concurso Público Nº 001/2015, não compareceu ao chamamento para a entrega de documentos junto ao Setor de recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Corupá, conforme previsto nos itens 15.8 e 15.10 do Edital de Concurso Público Nº 001/2015,

CARGO: AUXILIAR DE SETOR

Ordem	Nome	Edital de Chamamento
1º	Ezequiel Adala de Amorim	02/2016 de 08/04/2016

RESOLVE homologar a desistência tácita e expressa da candidata: EZEQUIEL ADALA DE AMORIM, do cargo de Auxiliar de Setor.

Gabinete do Prefeito do Município de Corupá, Estado de Santa Catarina, aos 9 dias do mês de maio de 2016.

LUIZ CARLOS TAMANINI
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

PREGÃO PRESENCIAL 029/16 - REGISTRO DE PREÇO

MUNICÍPIO DE CORUPÁ

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPÁ

AVISO LICITAÇÃO – REGISTRO DE PREÇO

Modalidade Pregão Presencial nº 029/16

OBJETO: Registro de Preços para eventuais aquisições parceladas de CESTAS BÁSICAS PARA ATENDIMENTO DE FAMÍLIAS COM VULNERABILIDADE SOCIAL DO MUNICÍPIO DE CORUPÁ-SC, PARTICIPANTES DOS PROGRAMAS DO CRAS, conforme especificações Termo de Referência Anexo I.

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: DAS 09 horas do dia 11/05/2016 às 08 horas do dia 23/05/2016.

INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: 08h30min do dia 23/05/2016.

TIPO: Menor Preço por item.

INFORMAÇÕES E ENTREGA DO PROCESSO LICITATÓRIO: No endereço Prefeitura Municipal de Corupá – Av. Getúlio Vargas, 443 e também no site <http://www.corupa.sc.gov.br>.

HORARIO: das 08h às 12hs e das 14h às 17hs

Telefone (47) 3375-6500

Corupá, 11 de Maio de 2016

LUIZ CARLOS TAMANINI
PREFEITO MUNICIPAL

PREGÃO PRESENCIAL 030/2016 REGISTRO DE PREÇO

MUNICÍPIO DE CORUPÁ

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPÁ

AVISO LICITAÇÃO – REGISTRO DE PREÇO

Modalidade Pregão Presencial nº 030/16

OBJETO: Registro de Preços para eventuais aquisições parceladas de equipamentos de proteção individual (EPI's) e outros materiais afins, destinados à melhoria das condições de trabalho dos Servidores Municipais de Corupá-SC, conforme especificações Termo de Referência Anexo I.

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: DAS 09 horas do dia 11/05/2016 às 09 horas do dia 24/05/2016.

INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: 09h30min do dia 24/05/2016.

TIPO: Menor Preço por item.

INFORMAÇÕES E ENTREGA DO PROCESSO LICITATÓRIO: No endereço Prefeitura Municipal de Corupá – Av. Getúlio Vargas, 443 e também no site <http://www.corupa.sc.gov.br>.

HORARIO: das 08h às 12hs e das 14h às 17hs

Telefone (47) 3375-6500

Corupá, 11 de Maio de 2016

LUIZ CARLOS TAMANINI
PREFEITO MUNICIPAL

PREGÃO PRESENCIAL Nº 028/16 - REGISTRO DE PREÇO

MUNICÍPIO DE CORUPÁ

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPÁ

AVISO LICITAÇÃO – REGISTRO DE PREÇO

Modalidade Pregão Presencial nº 028/16

OBJETO: Registro de Preços para eventuais aquisições parceladas de GÊNEROS ALIMENTÍCIOS, MATERIAIS DE LIMPEZA E HIGIENIZAÇÃO PARA ATENDIMENTO DE FAMÍLIAS COM VULNERABILIDADE SOCIAL DO MUNICÍPIO DE CORUPÁ-SC, PARTICIPANTES DOS PROGRAMAS DO CRAS, conforme especificações Termo de Referência Anexo I.

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: DAS 09 horas do dia 11/05/2016 às 14 horas do dia 23/05/2016.

INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: 14h30min do dia 23/05/2016.

TIPO: Menor Preço por item.

INFORMAÇÕES E ENTREGA DO PROCESSO LICITATÓRIO: No endereço Prefeitura Municipal de Corupá – Av. Getúlio Vargas, 443 e também no site <http://www.corupa.sc.gov.br>.

HORARIO: das 08h às 12hs e das 14h às 17hs

Telefone (47) 3375-6500

Corupá, 11 de Maio de 2016

LUIZ CARLOS TAMANINI
PREFEITO MUNICIPAL

Dionísio Cerqueira

PREFEITURA

CONTRATOS 2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIONÍSIO CERQUEIRA.

ERRATA

SEXTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 045/2013

Contratante: Prefeitura Municipal de Dionísio Cerqueira.

Contratado: Betha Sistemas Ltda.

Objeto: Serviços de fornecimento de licença de uso, não exclusiva, para licenciamento do direito de uso dos aplicativos PONTO ELETRÔNICO E RELOGIO PONTO VIA INTERNET, com acessos simultâneos, em ambiente Windows e Web. Utilizando banco de dados relacional conforme funcionalidades descritas. ONDE SE LÊ Valor Acréscimo R\$ 6.000,00 . O correto é Valor Acréscimo R\$ 10.325,00 - Vigência: 01/05/16 à 31/12/2016.

Dionísio Cerqueira -- 10/05/2016

Altair Rittes – Prefeito Municipal.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO PROCESSO SELETIVO 001/2015

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 003/2016

PROCESSO SELETIVO Nº 001/2015

A Prefeitura Municipal de Dionísio Cerqueira, Estado de Santa Catarina, vem por meio deste, CONVOCAR aos interessados, inscritos e aprovados no Processo Seletivo nº 001/2015, para a realização da 6ª CHAMADA para a escolha de vaga, a qual se dará conforme abaixo:

A escolha de vaga acontecerá:

- Dia 16 de maio de 2016 (segunda-feira);

-Para preenchimento de vaga no período de 3 meses de licença da funcionária Leane Beal.

- Às 08h e 30min na Sala de Recursos Humanos, junto a Prefeitura Municipal de Dionísio Cerqueira-SC, localizada na Rua Santos Dumont, nº 413, Centro.

Dionísio Cerqueira - SC, 10 de abril de 2016.

ALTAIR CARDOSO RITTES

PREFEITO MUNICIPAL

HOMOLOGAÇÃO FINAL DAS INSCRIÇÕES CONCURSO PUBLICO 001/2016

DECRETO Nº 5551/2016.

HOMOLOGA AS INSCRIÇÕES DO CONCURSO PÚBLICO EDITAL Nº 001/2016

ALTAIR CARDOSO RITTES, Prefeito Municipal de Dionísio Cerqueira, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conferidas pela lei Orgânica Municipal.

DECRETA:

Art. 1º. Ficam homologadas as inscrições (Após os recursos) do Concurso Público Edital nº 001/2016 da Prefeitura Municipal de Dionísio Cerqueira – SC, conforme segue:

ASSISTENTE SOCIAL Modalidade A			
Nº	Nº INSC	CANDIDATO	SITUAÇÃO INSCRIÇÃO
1	321575	Aline Wartha	HOMOLOGADA
2	344195	Brigida Giongo	HOMOLOGADA
3	328376	Claiciane Aparecida De Oliveira	HOMOLOGADA
4	328001	Claudia Cristina Lansarini	HOMOLOGADA
5	346160	Daniela Brun Polo	HOMOLOGADA
6	342958	Daniela Luiza Deters	HOMOLOGADA

7	345165	Elis Marina Nodari	HOMOLOGADA
8	332903	Elsa Saete De Paula Dos Santos	HOMOLOGADA
9	324601	Fabiane Luzia Cassol Da Rocha	HOMOLOGADA
10	321699	Hamilton Aparecido Marques	HOMOLOGADA
11	350083	Helena Beatriz Arend Francisco	HOMOLOGADA
12	322108	Ivanete Goncalves	HOMOLOGADA
13	348294	Ivone Nordio	HOMOLOGADA
14	321117	Jaqueline Regina Schott	HOMOLOGADA
15	318330	Josiane De Oliveira	HOMOLOGADA
16	342149	Leila de Ramos Pivetta	HOMOLOGADA
17	333470	Leila Katiane Chiele	HOMOLOGADA
18	319030	Leonilde Bedin	HOMOLOGADA
19	316734	Luana Leocadia Dos Santos	HOMOLOGADA
20	319066	Marylaine Klein	HOMOLOGADA
21	347539	Nadia Costacurta	HOMOLOGADA
22	336332	Paula Cristina Schaffer	HOMOLOGADA
23	339126	Talita Divanir Da Rosa Ames	HOMOLOGADA

PSICÓLOGO | Modalidade A

Nº	Nº INSC	CANDIDATO	SITUAÇÃO INSCRIÇÃO
1	317557	Ana Cassia Zanatta Bonamigo	HOMOLOGADA
2	316639	Cacieli Fernanda Ribeiro De Oliveira	HOMOLOGADA
3	338055	Caroline Gomes Petry	HOMOLOGADA
4	344055	Cleci Fatima Tumelero Franciscan	HOMOLOGADA
5	340383	Eduarda Caroline Ceriulli	HOMOLOGADA
6	333242	Fabiana Gusen	HOMOLOGADA
7	334511	Fernanda Dall Agnol	HOMOLOGADA
8	321116	Franciele Lazarotto	HOMOLOGADA
9	315052	Franciele Tumelero Martinotto	HOMOLOGADA
10	329850	Jessica Luiza Tonal Turra	HOMOLOGADA
11	339766	Lucieli Fatima Ramos	HOMOLOGADA
12	317955	Marco Antonio Comerlatto	HOMOLOGADA
13	317143	Solange Kappes	HOMOLOGADA
14	332474	Tais Camila Primon	HOMOLOGADA
15	347497	Tania Regina Aosani	HOMOLOGADA
16	318232	Telma Aline Corti	HOMOLOGADA

CUIDADOR | Modalidade A

Nº	Nº INSC	CANDIDATO	SITUAÇÃO INSCRIÇÃO
1	327221	Aline Arnilda Schmith	HOMOLOGADA
2	332108	Allana Thais De Oliveira	HOMOLOGADA
3	320821	Ana Paula Da Silva	HOMOLOGADA
4	321347	Audrey Joseli Santos Da Silva	HOMOLOGADA
5	347056	Bernardete Mallmann	HOMOLOGADA
6	322529	Claudete Nogueira Da Silva	HOMOLOGADA
7	337833	Claudia Nottar Schuler	HOMOLOGADA
8	326583	Edilaine Lopes Espindola	HOMOLOGADA
9	342239	Ellen Lais Correa ventura	HOMOLOGADA
10	322997	Evandro Luiz Schrader	HOMOLOGADA
11	328639	Geanine Dahmer Schrader	HOMOLOGADA
12	340716	Keila Mara Martins	HOMOLOGADA

13	328647	Kelli De Moura Matteus	HOMOLOGADA
14	327689	Marcela Maria Ferreira Barboza	HOMOLOGADA
15	328078	Marcia Da Silva Davies	HOMOLOGADA
16	334539	Nelize Aparecida De Oliveira	HOMOLOGADA
17	347561	Nelson Mendes Da Silva Andrade	HOMOLOGADA
18	349233	Polyana Morais Maia Dos Santos	HOMOLOGADA
19	336857	Raquel Gomes Barbosa	HOMOLOGADA
20	338128	Rosana Rodrigues Da Silva	HOMOLOGADA
21	340238	Terezinha Marliza Delavi	HOMOLOGADA
22	348123	Thaynnara Catarina Schenckel Bueno	HOMOLOGADA
23	317020	Vania Maria Carbonera Pinto	HOMOLOGADA

AUXILIAR DE CUIDADOR | Modalidade A

Nº	Nº INSC	CANDIDATO	SITUAÇÃO INSCRIÇÃO
1	315871	Adriana Aparecida Dos Santos	HOMOLOGADA
2	326004	Bruna Vanessa Hallvass	HOMOLOGADA
3	333883	Claudineia Neri Dos Santos	HOMOLOGADA
4	336578	Denise Maier	HOMOLOGADA
5	317505	Elizandra Jaqueline Goncalves	HOMOLOGADA
6	344477	Josiane Da Silva Maier	HOMOLOGADA
7	326710	Keila Mara Silva Morais	HOMOLOGADA
8	346705	Marcia Ivete Wickoski	HOMOLOGADA
9	337791	Marionete Aparecida De Freitas Ferreira	HOMOLOGADA
10	336524	Sidiane Prestes Vieira	HOMOLOGADA
11	323599	Simone Tenroller	HOMOLOGADA
12	320572	Tais Alessandra Hagge	HOMOLOGADA
13	328986	Terezinha Gosmann	HOMOLOGADA
14	318181	Valdoir Sutel Da Silva	HOMOLOGADA
15	320233	Viviane Morais Siqueira	HOMOLOGADA

Art. 2º - Foram homologadas todas as inscrições que cumpriram com os requisitos exigidos no Edital de Concurso Público nº 001/2016.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE DIONÍSIO CERQUEIRA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 09 DE MAIO DE 2016.

ALTAIR CARDOSO RITTES

Prefeito Municipal

Certifico que o presente ato foi registrado e publicado no mural da Prefeitura Municipal nesta mesma data e na forma da lei. Data 09/05/2016.

JAIR BARBOSA

Secretario Municipal

RESULTADO LICITAÇÕES 2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIONÍSIO CERQUEIRA

ERRATA

A Prefeitura Municipal do Município de Dionísio Cerqueira comunica aos interessados o resultado do onde se lê Processo 057/2016. O correto e Processo 059/2016 - Modalidade: Pregão nº 059/2016, Objeto aquisição de leitores biométricos digitais para a secretaria de administração e secretaria de Assistência Social.- Vencedor: Workserv Desenv. e Comercio de Softwares Ltda.: Valor R\$ 5.100,00 - Dionísio Cerqueira - 05/05/2016.

Altair Rittes. – Prefeito Municipal.

ESTADO DE SANTA CATARINA

HOSPITAL MUNICIPAL DE DIONÍSIO CERQUEIRA.

ERRATA

O Hospital Municipal do Município de Dionísio Cerqueira comunica aos interessados o resultado do Processo 019/2016. Modalidade: Onde se lê Pregão nº 059/2016, o correto é Pregão 019/2016 - Objeto Aquisição de materiais de cama, estante de ferro, rádio portátil ferro de passar a vapor para o Hospital Municipal.- Vencedores: Rosa & Rosa Cia Ltda. – Valor R\$ 16.850,00 – Salla Com. de Equipamentos de Informática Ltda. - Valor R\$ 2.770,00.

Dionísio Cerqueira 05/05/2016.

Maria C. Schrimbeck – Gestora do HMDC

Doutor Pedrinho

PREFEITURA

DECRETO Nº 022/2016

DECRETO Nº 022, de 11 de abril de 2016.

Abre Crédito Suplementar no valor de R\$ 15.000,00.

HARTWIG PERSUHN, Prefeito Municipal de Doutor Pedrinho, Estado de Santa Catarina, no uso da competência privativa que lhe confere o artigo 52, da Lei Orgânica do Município, promulgada em 04 de abril de 1.990, e com fundamento na Lei nº 862, de 18 de dezembro de 2015;

DECRETA:

Art. 1º - Fica autorizado a proceder à suplementação, no valor de até R\$ 15.000,00 (quinze mil reais), do Excesso de Arrecadação, obedecendo às seguintes distribuições nas dotações Projetos/Atividade, Elementos e Unidades Orçamentárias do Orçamento-Programa 2016 da Administração Direta do Município de Doutor Pedrinho (Lei nº 862, de 18/12/2015):

04.001.15.452.0020.2006	SEC. MUNICIPAL DE OBRAS, ESTRADAS E SERVIÇOS URBANOS		
04.001.15.452.0020.2006	SEC. MUNICIPAL DE OBRAS, ESTRADAS E SERVIÇOS URBANOS		
04.001.15.452.0020.2006	MANUTENÇÃO DO SETOR RODOVIÁRIO MUNICIPAL		
300000	DESPESAS CORRENTES		
330000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES		
339000	APLICAÇÕES DIRETAS		
1070000	CONTRIB INTERV DOMÍNIO ECON. - CIDE	15.000,00	
TOTAL		15.000,00	
TOTAL GERAL DA SUPLEMENTAÇÃO		15.000,00	

Art.2º-Este Decreto será coberto com recursos originado do seguinte item:

Excesso de Arrecadação _____ R\$ 15.000,00

Art.3º - O presente decreto entra em vigor na data da sua publicação.

MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO, em 11 de abril de 2016; 28o ano de Fundação; 26o ano de Emancipação Política.

HARTWIG PERSUHN

Prefeito de Doutor Pedrinho/SC

Este Decreto foi publicado na forma regulamentar.

Doutor Pedrinho, SC, 11 de abril de 2016.

EDIR ANA FRAINER MAZZI

Técnica em Contabilidade.

Ermo

PREFEITURA

LEI Nº 406, DE 26 DE ABRIL DE 2016.

LEI Nº 406, de 26 de abril de 2016.

Institui o Programa Nacional de Melhoria de Acesso e da Qualidade da Atenção Básica (PMAQ-AB) Aos Servidores Públicos da Rede Municipal de Saúde que Trabalham no Programa de Estratégia da Saúde da Família e Atenção Básica e dá Outras Providencias.

ALDOIR CADORIN, Prefeito Municipal de Ermo, Estado de Santa Catarina. Faço saber a todos os habitantes deste município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica criada na estrutura administrativa do Poder Executivo Municipal o Incentivo Financeiro do PMAQ-AB (Programa Nacional de Melhoria do Acesso e da Qualidade da Atenção Básica – PMAQ – AB).

Parágrafo único. O Incentivo Financeiro do PMAQ-AB somente perdurará enquanto existir, na Esfera Federal, Programa de Repasse de Recursos para o Município que atenda especificamente ao Programa Nacional de Melhoria do Acesso e da Qualidade da Atenção Básica – PMAQ-AB, aplicados a Estratégia de Saúde da Família, nos termos da Portaria expedida pelo Ministério da Saúde, bem como, durante o período de adesão deste Município ao PMAQ.

Art. 2º Farão jus ao Incentivo Financeiro do PMAQ-AB todos os servidores concursados e contratados vinculados a Estratégia de Saúde da Família e Atenção Básica que estejam desempenhando ativamente as atividades inerentes ao PMAQ, conforme termo interno de compromisso – ANEXO I, salvo quando o profissional deixar de comparecer, injustificadamente, as atividades educativas e de planejamento da Equipe de Saúde da Família e Atenção Básica.

§1º. O Incentivo Financeiro do PMAQ-AB será variável, de acordo com a avaliação da Unidade de Saúde, realizada pelo Ministério da Saúde, na forma da Portaria do Ministério da Saúde.

§2º. O Incentivo Financeiro fica condicionado ao repasse dos respectivos valores pelo Ministério da Saúde e será creditada na folha de pagamento no 12º mês de cada ano.

§3º. O incentivo de que trata esta lei não será incorporado ao vencimento dos servidores deste Município, conforme parágrafo único do art. 1º desta Lei.

§4º. Não fará jus ao Incentivo Financeiro o profissional que estiver afastado de suas funções, por período superior a 15 (quinze) dias, seja por faltas ou atestado médico, com exceção das férias.

Art. 3º O valor do incentivo será correspondente a 50% (cinquenta por cento) do repasse ao PMAQ realizado pelo Ministério da Saúde e será repassado aos servidores conforme consta no ANEXO II.

§ 1º. A função de Coordenador do PMAQ será exercida por enfermeiro vinculado a Estratégia de Saúde da Família ou Atenção Básica que esteja desempenhando ativamente as atividades inerentes ao PMAQ.

§ 2º. O coordenador fará jus ao valor correspondente a 6% (seis por cento) do repasse mencionado no caput deste Artigo.

Art. 4º Ao Fundo Municipal de Saúde será destinado 50% (cinquenta por cento) do valor do repasse do Ministério da Saúde para manutenção e benfeitorias da Unidade da Atenção Básica.

Parágrafo único. Os valores do Incentivo Financeiro, não pagos ao servidor nos casos de ausência injustificada nas atividades educativas e de planejamento da Equipe de Saúde da Família, serão destinados exclusivamente ao Fundo Municipal de Saúde para manutenção e benfeitorias da Unidade da Atenção Básica.

Art. 5º O Conselho Municipal de Saúde fará o monitoramento das atividades inerentes ao PMAQ, realizadas na Unidade de Saúde, a fim de auxiliar no desenvolvimento da qualidade dos serviços prestados, de acordo com as exigências do Ministério da Saúde para fins de avaliação.

Art. 6º As regras contidas nesta lei serão regulamentadas por decreto.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ermo - SC, em 26 de abril de 2016
ALDOIR CADORIN
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

MOACIR CIDADE DA SILVA
Secretário de Administração e Finanças

ANEXO I

TERMO DE COMPROMISSO

Pelo presente Termo de Compromisso e Responsabilidade, eu

_____, cargo/função _____, portador do documento de Identidade nº _____, expedido pelo _____, CPF nº _____, comprometo-me a acompanhar e me envolver e cumprir com as metas planejadas pela equipe e determinadas pelo PMAQ, ficando ciente que este incentivo poderá mudar conforme o desempenho e as metas alcançadas dos indicadores de saúde realizadas pela equipe. Caso a equipe seja classificada com o desempenho insatisfatório no processo de certificação e avaliação externa, estou ciente de que deixarei de receber o incentivo, a equipe e gestor local.

Ermo, ____ de _____ de ____.

Nome:

ANEXO II

Tabela de valores do incentivo de acordo com a Categoria Profissional da Equipe de Saúde da Família no PMAQ-AB:

Item	Cargo	Percentual (%)
1	Médico	4,00
2	Odontólogo	4,00
3	Enfermeiros/ Farmacêuticos/fisioterapeutas/nutricionista/psicólogo/naturológica	12,00
4	Técnico Enfermagem e Auxiliar de Saúde Bucal	12,00
5	Agentes Comunitárias	12,00

6	Coordenador	6,00
	Total	50,00

LEI Nº 407, DE 26 DE ABRIL DE 2016.

LEI Nº 407, de 26 de abril de 2016.

Institui o Fórum Municipal de Educação -FME do Município de Ermo e dá Outras Providências.

ALDOIR CADORIN, Prefeito Municipal de Ermo, Estado de Santa Catarina. Faço saber a todos os habitantes deste município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica instituído, no Município de Ermo, o Fórum Municipal de Educação, de caráter Municipal, com finalidade de discutir a política educacional e coordenar amplo debate com a sociedade a respeito das questões educacionais, com vistas à elaboração, acompanhamento e execução do Plano Municipal de Educação.

Art. 2º Compete ao Fórum Municipal de Educação:

I - Congregar representantes de órgãos públicos e entidades privadas com interesse e atuação educacional no Município de Ermo, para discussão do Plano Municipal de Educação;

II - Planejar, acompanhar e coordenar o processo de concepção, implementação e avaliação da política educacional no Município, especialmente no que se refere ao Plano Municipal de Educação;

III - Realizar as Conferências Municipais de Educação, com garantia de ampla participação da sociedade interessada; e,

IV - Elaborar seu Regimento Interno.

Parágrafo único. O Fórum Municipal de Educação deverá estabelecer sistemática de acompanhamento e avaliação de suas próprias ações, com apontamento dos resultados obtidos e justificativa de sua manutenção, a serem submetidos ao Conselho Municipal de Educação e à Secretaria Municipal de Educação.

Art. 3º O Fórum de Educação terá como membros permanentes os seguintes representantes:

I - 1 (um) Representante da Secretaria Municipal de Educação;

II - 1 (um) Representante do Conselho Municipal de Educação;

III - 1 (um) Representante dos Profissionais da Educação Infantil;

IV - 1 (um) Representante do Ensino Fundamental - Anos Iniciais;

V - 1 (um) Representante do Ensino Fundamental - Anos Finais;

VI - 1 (um) Representante da Educação de Jovens e Adultos;

VII - 1 (um) Representante da Rede Estadual de Ensino;

VIII - 1 (um) Representante da Educação Especial;

IX - 1 (um) Representante da Associação de profissionais da Educação;

X - 1 (um) Representante do Conselho de Alimentação Escolar;

XI - 1 (um) Representante do Conselho de Acompanhamento do FUNDEB;

XII - 1 (um) Representante do Conselho Escolar ou APP;

XIII - 1 (um) Representante do Conselho Tutelar;

XIV - 1 (um) Representante do Conselho Municipal de Saúde;

XV - 1 (um) Representante do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;

XVI - 1 (um) Representante do Conselho Municipal de Assistência Social;

XVII - 1(um) Representante dos alunos; e

XVIII - 1 (um) Representante das Organizações da sociedade civil de interesse público.

Parágrafo único. Os órgãos e entidades terão apenas 01 (um) representante indicado juntamente com 01 (um) suplente.

Art. 4º Poderão participar do Fórum Municipal de Educação:

I - Representantes do Poder Executivo Municipal;

II - Representantes do Poder Legislativo Municipal;

III - Representantes do Ministério Público;

IV - Representantes do Conselho Municipal de Educação;

V - Representantes da Coordenação Estadual de Educação;

VI - Representantes de instituições de ensino superior;

VII - Representantes de instituições de educação básica;

VIII - Representantes de Instituições de educação profissional;

IX - Representantes do movimento estudantil;

X - Representantes de associações;

§ 1º. Os órgãos e entidades terão apenas 01 (um) representante indicado juntamente com 01 (um) suplente.

§2º. Os representantes indicados pelos órgãos arrolados nos incisos I a V serão cadastrados automaticamente pela Coordenação Geral.

§3º. Os órgãos e entidades arrolados nos incisos VI a X deste artigo deverão providenciar, para fins de participação no Fórum Municipal, o cadastramento junto à Coordenação Geral, indicando seus representantes.

§ 4º. Sempre que se faça necessário, em função das especificidades dos temas debatidos, poderão ser convocados para participação no Fórum, especialistas ou estudiosos, a título de consultoria.

Art. 5º O Fórum Municipal de Educação é composto pelos seguintes órgãos:

I - Coordenação Geral;

II - Assembleia Geral; e

III - Conferência Municipal.

Art. 6º A Coordenação Geral é composta da seguinte forma:

a) Representante da Secretaria Municipal de Educação, indicado dentre Servidores do quadro efetivo;

b) Representante do Conselho Municipal de Educação, indicado na forma do Regimento Interno;

c) 03 (três) membros eleitos dentre os integrantes do Fórum, mediante Assembleia Geral.

§1º. Compete à Coordenação Geral discutir, decidir e encaminhar acerca das diretrizes dos trabalhos a serem desenvolvidos pelo Fórum Municipal, dirigir as reuniões, assembleias gerais, conferências, e demais atividades do Fórum Municipal, com fornecimento de suporte administrativo e técnico, na forma que dispuser o

Regimento Interno.

§ 2º. A Conferência Municipal de Educação é instância máxima de deliberação do Fórum.

Art. 7º O detalhamento da constituição, organização e funcionamento do Fórum Municipal de Educação poderá ser objeto do respectivo Regimento Interno.

Art. 8º O Fórum Municipal de Educação terá funcionamento Municipal e se reunirá sempre que necessário até a formalização do Plano Municipal de Educação, após se reunirá a cada três (03) meses ordinariamente, ou a requerimento da maioria dos seus membros.

Art. 9º A participação no Fórum Municipal de Educação será considerada de relevante interesse público e não será remunerada.

Art. 10 Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ermo - SC, em 26 de abril de 2016
ALDOIR CADORIN
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

MOACIR CIDADE DA SILVA
Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº. 124, DE 02 DE MAIO DE 2016.

PORTARIA Nº. 124, de 02 de maio de 2016.

Dispõe sobre a concessão de Férias a Servidor que especifica.

ALDOIR CADORIN, Prefeito Municipal de Ermo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no Art. 62, inciso VIII da Lei Orgânica Municipal, combinado com o Art. 96, da Lei Nº 038, de 04 de Novembro de 1997,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder férias de 30 (trinta) dias ao servidor VANDERLEI GONÇALVES TROMBIN, referente ao período aquisitivo de 02/05/2015 a 01/05/2016, a serem gozadas de 02 de maio de 2016 a 31 de maio de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ermo - SC, em 02 de maio de 2016.
ALDOIR CADORIN
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

MOACIR CIDADE DA SILVA
Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº. 125, DE 09 DE MAIO DE 2016.

PORTARIA Nº. 125, de 09 de maio de 2016.

Admite em Caráter Temporário (ACT), Monitor de Transporte Escolar Municipal.

ALDOIR CADORIN, Prefeito Municipal de Ermo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no Art. 62, inciso VIII da Lei Orgânica Municipal, combinado com a Lei Complementar nº 022 de 01 de julho de 2014 e a Lei nº 120/2001, de 03 de outubro de 2001;

Considerando a falta de aprovados em concurso público para o cargo e a urgente necessidade de servidor para atuar junto à Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Turismo;
Considerando o Processo Seletivo nº 001/2015 de 14 de abril de 2015 e a Homologação dos aprovados em 02/06/2015;

RESOLVE:

Art. 1º Admitir JOSIANE VICENTE PEREIRA, em Caráter Temporário (ACT), para ocupar a função de Monitor de Transporte Escolar com a carga horária de 20 (vinte) horas semanais.

Art. 2º A Admissão de que trata o Art. 1º, terá início em 02 de maio de 2016 encerrando-se em 14 de dezembro de 2016.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ermo - SC, em 09 de maio de 2016.
ALDOIR CADORIN
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

MOACIR CIDADE DA SILVA
Secretário de Administração e Finanças

Faxinal dos Guedes

PREFEITURA

CONTRATO 00702016

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE FAXINAL DOS GUEDES
EXTRATO DE CONTRATO

Contrato n.º 0070/2016

Contratante: Prefeitura Municipal de Faxinal dos Guedes

Contratado: Taigar Industria de Equipamentos de som Ltda

Objeto: Contratação de empresa especializada para fornecimento e instalação de sistema de som para o centro de eventos do município de Faxinal dos Guedes, incluindo equipamentos, materiais e instalação com entrega mediante requisição administrativa.

Valor: R\$ 79.342,00 (setenta e nove mil trezentos e quarenta e dois reais).

Amparo Legal: Lei nº 8.666/93, suas alterações e demais normas vigentes, Processo Licitatório nº 0019/2016, na Modalidade Concorrência Pública nº 0004/2016.

Faxinal dos Guedes, SC, em 10 de maio de 2016

DERLY JOSÉ TAFFAREL

SECRETÁRIO DE FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO

CONTRATO 00722016

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE FAXINAL DOS GUEDES
EXTRATO DE CONTRATO

Contrato n.º 0072/2016

Contratante: Prefeitura Municipal de Faxinal dos Guedes

Contratado: Britter Rodovias Ltda

Objeto: Contratação de empresa para realização de obras de pavimentação, drenagem pluvial e sinalização viária nas ruas do município de Faxinal dos Guedes, incluindo materiais e mão de obra.

Valor: R\$ 648.774,26 (seiscentos e quarenta e oito mil setecentos e setenta e quatro reais e vinte e seis centavos).

Amparo Legal: Lei nº 8.666/93, suas alterações e demais normas vigentes, Processo Licitatório nº 0024/2016, na Modalidade Tomada de Preços nº 0001/2016.

Faxinal dos Guedes, SC, em 10 de maio de 2016

DERLY JOSÉ TAFFAREL

SECRETÁRIO DE FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO

CONTRATO 00712016

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE FAXINAL DOS GUEDES
EXTRATO DE CONTRATO

Contrato n.º 0071/2016

Contratante: Prefeitura Municipal de Faxinal dos Guedes

Contratado: Macromaq Equipamentos Ltda

Objeto: Registro de preços para a aquisição de bomba injetora original para uma Retroescavadeira JCB 3C, do município de Faxinal dos Guedes – incluindo materiais e mão de obra.

Valor: R\$ 12.172,00 (doze mil cento e setenta e dois reais).

Amparo Legal: Lei nº 8.666/93, suas alterações e demais normas vigentes, Processo Licitatório nº 0026/2016, na Modalidade Pregão Presencial nº 0016/2016.

Faxinal dos Guedes, SC, em 10 de maio de 2016

DERLY JOSÉ TAFFAREL

SECRETÁRIO DE FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO

DISTRATO_1

Estado de Santa Catarina

Município de Faxinal dos Guedes

EXTRATO DE DISTRATO CONTRATUAL

Distratante: Prefeitura Municipal de Faxinal dos Guedes

Distratado: Alexandro Luiz Benetti.

Objeto: Distrata os Instrumentos Contratuais nº 0009/2016, de forma amigável, celebrado entre as partes supra mencionadas, que visava à aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar, através do regime dispensa de licitação 0008/2015, firmado em 14 de janeiro de 2016.

Faxinal dos Guedes – SC, 06 de maio de 2016

ODYMAR OLIVO BOMBASSARO

SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO E CULTURA

Flor do Sertão

PREFEITURA

PORTARIA Nº 129/2016

PORTARIA Nº 129/2016
CONTRATA PROFESSORAS SUBSTITUTAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
ROGÉRIO PERIN, Prefeito Municipal de Flor do Sertão, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei,

RESOLVE

Art. 1º - Fica pela presente Portaria CONTRATADAS as professoras abaixo relacionadas em caráter temporário e de excepcional interesse público, no cargo de Professora com Licenciatura Específica, em virtude do afastamento da titular por motivo de atestado médica, referente aos dias 10, 11 e 12/05/2016.

Professora Titular	Professoras Substitutas	Carga Horária
Patricia de Freitas Noronha	Jaqueline Stefanello Giglioli	Dias 10, 11 e 12 20 horas - turno vespertino
	Rosinéia Wroenski Dall Agnol	Dias 11 e 12 20 horas - turno matutino

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, aos 10 dias do mês de Maio de 2016.

ROGÉRIO PERIN
Prefeito Municipal

LEANDRO NEUHAUS
Secretário de Administração

DIRCIANE F. NEUHAUS
Responsável Dpto Pessoal

TERMO DE SUPRESSÃO Nº. 003/2016 - BASSANI & ZANLUCHI

TERMO DE SUPRESSÃO Nº. 003/2016
AO CONTRATO ADMINISTRATIVO nº. 015/2013
CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

O MUNICÍPIO DE FLOR DO SERTÃO, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o nº 01.566.621/0001-08 com sede na Avenida Flor do Sertão, 696, na cidade de Flor do Sertão – SC, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. ROGERIO PERIN, brasileiro, no cargo de Prefeito Municipal, residente e domiciliado no município de Flor do Sertão, inscrito no CPF sob o nº 024.900.719-39 de ora em diante denominado de CONTRATANTE, e de outro lado à empresa BASSANI & ZANLUCHI TRANSPORTES LTDA, inscrita no CPJ sob o nº 17.209.451/0001-36, com sede na cidade de FLOR DO SERTÃO, doravante denominada CONTRATADA, resolvem realizar Termo de Supressão do contrato supra mencionado pelas cláusulas que seguem:

CLAUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

O presente Termo de supressão tem por objeto retirar 16 Km diários do item 02 do Termo aditivo nº. 001/2016, em virtude das Obras de Calçamento na Linha Pedra branca estarem praticamente finalizadas, sendo que foi liberado o transito, sendo assim, a empresa poderá voltar com o trajeto original. As demais Características

serão mantidas conforme o Processo Licitatório nº. 1808/2012, modalidade Pregão Presencial nº. 20/2012 que tem como objeto a CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR PARA O ANO LETIVO.

CLÁUSULA SEGUNDA:

As demais cláusulas do presente contrato permaneçam inalteradas.

CLÁUSULA TERCEIRA: DA VIGÊNCIA

O presente Termo Aditivo passou a vigorar e produzir seus efeitos legais a partir do dia 02/05/2016.

E por estarem assim justos e de acordo, firmam o presente juntamente com duas testemunhas, em duas vias de igual teor e forma, sem emendas ou rasuras, para que produza os seus jurídicos e legais efeitos.

Flor do Sertão – SC, aos 02 dias do mês de maio de 2016.

ROGERIO PERIN		NERI POOTER BASSANI
CONTRATANTE		CONTRATADA

DIOGO DE BEM		LEANDRO NEUHAUS
CPF: 010.389.549-32		CPF: 015.634.579-03
TESTEMUNHA		TESTEMUNHA

TERMO DE SUPRESSÃO Nº. 003/2016 - VALDECIR MERLO & CIA LTDA ME

TERMO DE SUPRESSÃO Nº. 003/2016
AO CONTRATO ADMINISTRATIVO nº. 040/2014
CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

O MUNICÍPIO DE FLOR DO SERTÃO, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o nº 01.566.621/0001-08 com sede na Avenida Flor do Sertão, 696, na cidade de Flor do Sertão – SC, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. ROGERIO PERIN, brasileiro, no cargo de Prefeito Municipal, residente e domiciliado no município de Flor do Sertão, inscrito no CPF sob o nº 024.900.719-39 de ora em diante denominado de CONTRATANTE, e de outro lado à empresa VALDECIR MERLO & CIA LTDA ME, inscrita no CNPJ sob o nº 07.228.675/0001-31, com sede Linha Poço Rico, na cidade de Flor do Sertão - SC, neste ato representado pelo Sr. Valdecir Merlo, Inscrição no CPF sob o nº 960.865.569-20, e portador da Cédula de Identidade nº 1077363065, doravante denominada CONTRATADA, resolvem realizar o Termo Supressão do contrato supra mencionado pelas cláusulas que seguem:

CLAUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

O presente Termo de supressão tem por objeto retirar 10 Km diários do item 01 e 06 Km diários do item 02 do Termo aditivo nº. 001/2016, em virtude das Obras de Calçamento na Linha Pedra branca estarem praticamente finalizadas, sendo que foi liberado o transito, sendo assim, a empresa poderá voltar com o trajeto original. As demais Características serão mantidas conforme o Processo Licitatório nº. 1898/2013, modalidade Pregão Presencial nº. 17/2013 que tem como objeto a CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR PARA O ANO LETIVO.

CLÁUSULA SEGUNDA:

As demais cláusulas do presente contrato permaneçam inalteradas.

CLÁUSULA TERCEIRA: DA VIGÊNCIA

O presente Termo Aditivo passou a vigorar e produzir seus efeitos legais a partir do dia 02/05/2016.

E por estarem assim justos e de acordo, firmam o presente juntamente com duas testemunhas, em duas vias de igual teor e forma, sem emendas ou rasuras, para que produza os seus jurídicos e legais efeitos.

Flor do Sertão – SC, aos 02 dias do mês de maio de 2016.

ROGERIO PERIN		VALDECIR MERLO
CONTRATANTE		CONTRATADA

DIOGO DE BEM		LEANDRO NEUHAUS
CPF: 010.389.549-32		CPF: 015.634.579-03
TESTEMUNHA		TESTEMUNHA

Forquilha

PREFEITURA

ATA DO EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº. 58/PMF/2016

MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES

ATA DO EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº. 58/PMF/2016

TERCEIRA ATA DA REUNIÃO DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES DO MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA PARA ABERTURA, PROCESSAMENTO E JULGAMENTO DO EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS 58/PMF/2016, QUE TEM POR OBJETIVO RECEBER PROPOSTAS PARA A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAR SERVIÇOS DE ADAPTAÇÃO E REFORMA GERAL DO CENTRO COMUNITÁRIO JOSÉ BROLESI, BAIRRO OURO NEGRO, NO MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA/SC, CONFORME OFÍCIOS GP Nº. 541 E 542/2015 DIRIGIDOS AO GOVERNO DE SANTA CATARINA.

Às nove horas do dia dez do mês de maio do ano de dois mil e dezesseis, na Sala de reuniões, da Prefeitura Municipal de Forquilha, na Avenida 25 de julho, 3400, nesta cidade de Forquilha, Estado de Santa Catarina, reuniu-se a Comissão Permanente de Licitações do Município para abertura, processamento e julgamento do EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº. 58/PMF/2016. Abertos os trabalhos pelo Sr. Presidente, Valdecir Tiscoski, o mesmo iniciou a abertura do envelope nº. 02 da Proposta de Preço das empresas BF CONSTRUÇÕES LTDA., CONSONI CONSTRUÇÕES LTDA., MOURA JUNIOR CONSTRUÇÕES LTDA., CONSTRUTORA NELGUI LTDA e PONTO CERTO CONSTRUÇÕES EIRELI EPP; os preços globais apresentados foram: BF CONSTRUÇÕES LTDA, R\$ 393.777,24 (trezentos e noventa e três mil setecentos e setenta e sete reais e vinte e quatro centavos); CONSONI CONSTRUÇÕES LTDA, R\$ 298.800,00 (duzentos e noventa e oito mil e oitocentos reais); MOURA JUNIOR CONSTRUÇÕES LTDA, R\$ 317.884,46 (trezentos e dezessete mil oitocentos e oitenta e quatro reais e quarenta e seis centavos); CONSTRUTORA NELGUI LTDA, R\$ 286.159,34 (duzentos e oitenta e seis mil cento e cinquenta e nove reais e trinta e quatro centavos); e PONTO CERTO CONSTRUÇÕES EIRELI EPP, R\$ 288.727,15 (duzentos e oitenta e oito mil setecentos e vinte e sete reais e quinze centavos). A proposta da empresa BF CONSTRUÇÕES LTDA, foi desclassificada por apresentar valor acima da planilha orçamentária item 4.1.1, letra G do edital. O menor preço global apresentado foi da empresa: CONSTRUTORA NELGUI LTDA. Isto posto, a comissão de licitação conferiu detalhadamente a proposta de menor valor global, e certificou-se que esta está de acordo com as exigências do edital, sendo então a menor proposta válida para este processo licitatório. Assim, decide esta comissão, por unanimidade, declarar vencedora do certame a empresa CONSTRUTORA NELGUI LTDA. Fica estabelecido o prazo recursal de cinco dias úteis para interposição de recursos, ou renúncia expressa do mesmo. A presente ata será publicada no Diário Oficial dos Municípios (www.diariomunicipal.sc.gov.br).

Nada mais havendo a tratar, os membros da Comissão Permanente de Licitações deram por encerrada a reunião e ordenaram que se lavrasse a presente Ata que, depois de lida e aprovada, será assinada pelos Membros da Comissão Permanente de Licitações e presentes que desejarem. Forquilha, 10 de maio de 2016.
VALDECIR TISCOSKI TAINARA REDIVO RENATA PEREIRA
Presidente da Comissão de Licitação Membro da Comissão Membro da Comissão

CONSTRUTORA NELGUI LTDA PONTO CERTO CONSTRUÇÕES

EIRELI EPP

Nilton Guidi Barbara Arns Back

AVISO DE LICITAÇÃO: PREGÃO PRESENCIAL Nº. 81/PMF/2016.

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

AVISO DE LICITAÇÃO

REGISTRO DE PREÇO

(Multientidades)

MODALIDADE: Edital de Pregão Presencial Nº. 81/PMF/2016.

OBJETO: A presente licitação tem por objetivo REGISTRAR PREÇO para a aquisição de peças diversas para reposição e manutenção da frota e serviços de mão de obra de máquinas pesadas do Município de Forquilha/SC, para o período de 12 meses.

DATA DE ABERTURA: Dia 31 de maio de 2016 às 10:00 horas.

EDITAL: Completo e demais esclarecimentos poderão ser obtidos de segunda a sexta-feira no Departamento de Compras do Município de Forquilha, no Paço Municipal "26 de Abril" Edifício sede da Municipalidade na Avenida 25 de julho, 3400, no horário das 07:00 as 13:00 horas, ou por e-mail: editais@forquilha.sc.gov.br ou <http://www.forquilha.sc.gov.br>

Forquilha, 10 de maio de 2016.

ÉRIKA DE LUCA TISCOSKI

Pregoeira

DECRETO Nº 101, DE 02 DE MAIO DE 2016.

DECRETO Nº 101, DE 02 DE MAIO DE 2016.

NOMEIA, POR CONCURSO, FERNANDA WARMLING, PARA EXERCER O CARGO DE TÉCNICO EM ENFERMAGEM.

O PREFEITO MUNICIPAL DE FORQUILHINHA, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o art. 51, incisos I, XXII e XXIII da Lei Orgânica Municipal, de 15 de novembro de 1990,

CONSIDERANDO a necessidade de preenchimento imediato da vaga Técnico em Enfermagem;

CONSIDERANDO que a nomeada em questão foi classificada no Concurso Público, Edital n. 001/2014, de 08 de agosto de 2014, homologado em 05 de dezembro de 2014,

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada, por concurso, FERNANDA WARMLING para exercer o cargo de TÉCNICO EM ENFERMAGEM, classificada em 18º lugar, no Concurso Público, Edital n. 001/2014, de 08 de agosto de 2014, homologado em 05 de dezembro de 2014.

Art. 2º. A servidora nomeada terá o prazo de 15 (quinze) dias para tomar posse.

§ 1º A relação de documentos, exames médicos necessários e instruções para posse do respectivo cargo poderão ser requeridos

no Departamento de Pessoal do Município, situado na Avenida 25 de Julho, nº. 3400, Centro, Forquilha/SC.

§ 2º Se a documentação necessária para posse não for apresentada no prazo estipulado no caput, o ato de nomeação será tornado sem efeito, e, sendo no caso, nomeado imediatamente o próximo classificado no concurso.

Art. 3º As despesas decorrentes deste Decreto correrão por conta de dotações próprias do orçamento vigente, no elemento despesas de pessoal.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Forquilha/SC, 02 de maio de 2016.

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

Publicado no mural e registrado em 02 de maio de 2016.

ADEMIR BRANDIELI PEDRO

Secretário de Administração e Finanças

EDITAL DE LEILÃO PÚBLICO Nº 82/2016

EDITAL DE LEILÃO PÚBLICO Nº 82/2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE FORQUILHINHA

O município de FORQUILHINHA, SC, com sede na Av. 25 de Julho, nº 3400, Centro, na cidade de Forquilha, CEP 88.850/000, inscrito no CNPJ sob nº 81.531.162/0001-58, torna público aos interessados que fará realizar LEILÃO PÚBLICO PRESENCIAL E ONLINE às 09 HORAS do dia 31 de MAIO de 2016, tendo como local o ESPAÇO CIDADÃO, AUDITÓRIO ALFREDO MICHELS, na Avenida 25 de Julho, nº 2.736, Centro, Forquilha, SC. O leilão será conduzido pela Leiloeira PÚBLICA Oficial SRA. SIMONE WENNING, matrícula AARC/276, JUCESC, para venda à vista de bens móveis inservíveis e imóveis. Edital completo com as descrições poderá ser obtido na Prefeitura ou através do site WWW.MASTERLEILOES.COM.BR ou ainda pelos telefones (48) 3463 8100, na Prefeitura ou (47) 3521 7730 com a Leiloeira. Aplica-se à presente licitação, as disposições da Lei nº 8.666/93, incluindo as alterações posteriores. Leia atentamente o edital.

FORQUILHINHA, SC, em 10 de maio de 2016.

VANDERLEI ALEXANDRE

PREFEITO MUNICIPAL DE FORQUILHINHA

Fraiburgo

PREFEITURA

AVISO DE RETIFICAÇÃO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 0058/2016-PMF

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC

Aviso de Retificação do Pregão Presencial nº 0058/2016 – PMF
Objeto: Registro de Preços para aquisições em contratações futuras de fraldas descartáveis geriátricas para doação a famílias em situação de vulnerabilidade social e fraldas descartáveis infantis para uso de crianças abrigadas nas casas lares deste município. Retificação: FICA RETIFICADO O EDITAL, ADEQUANDO-O MESMO PARA QUE SEJA DESTINADO EXCLUSIVAMENTE A MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE. Desta forma, reabre-se o prazo inicialmente estabelecido, modificando-se também a data de abertura do certame passando para o dia 23.05.2016, sendo: Entrega/Protocolo dos Envelopes: até as 14:00 horas do dia 23.05.2016, junto a Secretaria-Executiva – Protocolo Central, localizado na sede deste Município – Av. Rio das Antas, 185, Centro, Fraiburgo, SC. Credenciamento: até às 14:15 horas junto ao Setor de Compras e Licitação do mesmo dia. Abertura: no mesmo dia às 14:15 horas. Informações e/ou cópia na íntegra deste Edital: Avenida Rio das Antas, nº 185. Fone (49) 3256 3000 – Ramais 3023/3039. Site: www.fraiburgo.sc.gov.br.

Fraiburgo (SC), 10 de maio de 2016.

Ivo Biazolo – Prefeito

AVISO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 0018_2016 RP 0011-FMS

Aviso do Pregão Presencial nº 0018/2016 – FMS

Registro de Preços nº 0011/2016

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO – SC

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS Para Confecção De Uniformes Para Uso Dos Profissionais Que Atuam Nas Unidades Básicas De Saúde, Samu e Agentes Comunitários de Saúde. Vigência/Validade da Ata: junho a dezembro de 2016. Julgamento: Menor Preço Por LOTE. Entrega/Protocolo dos Envelopes: até as 09:00 horas do dia 01.06.2016, junto a Secretaria-Executiva – Protocolo Central, localizado na sede deste Município – Av. Rio das Antas, 185, Centro, Fraiburgo, SC. Credenciamento: até às 09:15 horas junto ao Setor de Compras e Licitação do mesmo dia. Abertura: no mesmo dia às 09:15 horas. Informações e/ou cópia na íntegra deste Edital: Avenida Rio das Antas, nº 185. Fone (49) 3256 3000 – Ramais 3023/3039. Site: www.fraiburgo.sc.gov.br.

Fraiburgo (SC), 10 de maio de 2016.

Ivo Biazolo – Prefeito

AVISO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 0073_2016-PMF

Aviso de Pregão Presencial Nº 0073/2016 – PMF

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO – SC

AVISO DE LICITAÇÃO

Objeto: Aquisição de peças para reposição no rolo compactador Muller VAP 55, Frota 37. Julgamento: MENOR PREÇO POR LOTE. Entrega/Protocolo dos Envelopes: Até às 09:00 horas do dia 30.05.2016 no protocolo geral do município junto a Secretaria-Executiva na sede da prefeitura, localizada a Avenida Rio das Antas, 185, Centro. Credenciamento: Até às 09:15 horas do mesmo dia no Setor de Compras e Licitações na sede da Prefeitura. Abertura: Às 09:15 horas do mesmo dia; Informações e/ou cópia na íntegra deste Edital: Avenida Rio das Antas, nº 185. Fone (49) 3256 3000 – Ramais 3001/3039. Site: www.fraiburgo.sc.gov.br.

Fraiburgo(SC), 10 de maio de 2016.

Ivo Biazolo – Prefeito

DECRETO Nº 128/2016

DECRETO Nº 128, DE 10 DE MAIO DE 2016.

DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais; em conformidade com o Art. 16 da Lei 2324 de 09 de Dezembro de 2015;

DECRETA:

Art.1º. Fica aberto no orçamento do Município de Fraiburgo crédito adicional suplementar para o exercício de 2016 no valor de R\$ 277,40 (duzentos e setenta e sete reais e quarenta centavos), nas seguintes dotações:

10.00 – Secretaria de Infraestrutura		
10.01 . Secretaria de infraestrutura		
26.782.0018.2.041 – Manutenção da Malha Rodoviária Municipal		
4.4.90.00.00 – Aplicações Diretas – Recurso 0.1.9264 (286)	R\$	180,49
4.4.90.00.00 – Aplicações Diretas – Recurso 0.1.9265 (287)	R\$	96,91
Total	R\$	277,40

Art. 2º. Os recursos necessários para atendimento ao disposto no artigo 1º deste Decreto correrão à conta do provável excesso de arrecadação a ser apurado até o final do exercício, nas rubricas abaixo relacionadas.

41325019975 – Rend. Conv. Estado TR 1525 – Estradas Vicinais	R\$	180,49
41325019978 – Rend. Conv. Estado TR 2439 – Estradas Vicinais	R\$	96,91
TOTAL	R\$	277,40

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.

FRAIBURGO, 10 DE MAIO DE 2016.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 0899/2016

PORTARIA Nº 0899, DE 10 DE MAIO DE 2016.

Nomeia Servidor Público Municipal.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Complementar n.º 0111, de 03 de março de 2010, e alterações posteriores; e em conformidade com a comunicação interna nº 0519/2016, da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

RESOLVE:

Art. 1º Nomear ALICIANE DE OLIVEIRA MATTEUCCI, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o nº 990.610.159-87, no cargo de provimento em comissão de ASSESSOR DE DIREÇÃO ESCOLAR – NÍVEL 2, com carga horária de 40 horas semanais, a partir de 11 de maio de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 10 de maio de 2016.

IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 0900/2016

PORTARIA Nº 0900, DE 10 DE MAIO DE 2016.
Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital nº 0019 de 03 de setembro de 2015, e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 0636/2016 da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

Considerando que estará substituindo por 18 horas a professora Maritana Luciméia Pasqualin Gheller que encontra-se em Auxílio doença, e por 22 horas substituindo a professora Cleusa Alves de Lima que encontra-se em Licença Maternidade;

RESOLVE:

Art. 1º Contratar, em caráter temporário SANDRA APARECIDA ALVES, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 961.103.419-91, na função de PROFESSOR – ENSINO FUNDAMENTAL – MATEMÁTICA, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 11 de maio de 2016 até 30 de maio de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 10 de maio de 2016.

IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 0901/2016

PORTARIA Nº 0901, DE 10 DE MAIO DE 2016.
Revoga Portaria 2056/2014.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais; e em conformidade com a Lei Complementar n.º 110, de 03 de março de 2010 e alterações posteriores;

RESOLVE:

Art. 1º Revogar a portaria nº 2056 de 20 de novembro de 2014, que concedeu Licença sem Remuneração a servidora, JESSICA DA SILVA, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o nº 080.868.649-60, nomeada no cargo de provimento efetivo de ASSISTENTE ADMINISTRATIVO, com 40 horas semanais, a partir de 16 de maio de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 10 de maio de 2016.

IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 0902/2016

PORTARIA Nº 0902, DE 10 DE MAIO DE 2016.
Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o edital nº 0005 de 10 de fevereiro de 2015; e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 0640/2016 da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de DIANA KONFLANZ DA SILVA ANTUNES, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 056.247.809-40, contratada em caráter temporário na função de AUXILIAR DE SALA DA EDUCAÇÃO INFANTIL, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 16 de junho de 2016 até 30 de junho de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 10 de maio de 2016.

IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 0903/2016

PORTARIA Nº 0903, DE 10 DE MAIO DE 2016.
Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o edital nº 0019 de 03 de setembro de 2015; e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 0644/2016 da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de RAIANE RIBEIRO, brasileira, convivente em união estável, inscrita no CPF sob o n.º 085.359.719-71, contratada em caráter temporário na função de AUXILIAR EDUCACIONAL – EDUCAÇÃO INFANTIL, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 03 de junho de 2016 até 16 de dezembro de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 10 de maio de 2016.

IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 0904/2016

PORTARIA N.º 0904, DE 10 DE MAIO DE 2016.

DETERMINA ABERTURA DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR E NOMEIA COMISSÃO ESPECIAL.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, especialmente Lei Complementar n.º 109, de 03 de março 2010; considerando as informações contidas no Processo Administrativo nº 3327/2016;

RESOLVE:

Art. 1º. Instaurar Processo Administrativo Disciplinar, para apuração dos atos e fatos atribuídos a servidora pública GRAZIELE APARECIDA NOVAKOSKI DE OLIVEIRA, fixando o prazo de 60(sessenta) dias para conclusão, podendo ser prorrogado.

Art. 2º. Nomear, nos termos da Lei Complementar n.º 109, de 03 de março de 2010 (Regime Jurídico dos Servidores Públicos Municipais de Fraiburgo), para integrarem a Comissão Especial Disciplinar, os seguintes servidores públicos municipais:

I – JOÃO RUDINEI BELOTTO – Presidente;

II – HELENA TEREZINHA LANZARINI BRAZ DE OLIVEIRA – Membro;

III – TATIANA CARLA SCALABRIN – Secretária.

Parágrafo Único. Os servidores ora designados ficam dispensados de suas atividades funcionais durante os trabalhos de coleta de provas em geral, bem como para a elaboração do relatório final.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Fraiburgo, 10 de maio de 2016

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

RECURSOS FEDERAIS 11.05.2016

NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO DE RECURSOS FEDERAIS			
O Município de FRAIBURGO-SC, nos termos da Lei Federal nº 9452 de 20/03/1997, notifica os partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais, a liberação do(s) seguinte(s) recursos do Governo Federal:			
Data do Crédito	Origem	Aplicação	Valor (R\$)
03.05.2016	FNS	PACS	55.770,00
03.05.2016	FNS	NASF	20.000,00
03.05.2016	FNS	PSF	53.475,00
03.05.2016	FNS	SAUDE BUCAL	6.690,00
03.05.2016	FNS	SAMU	12.500,00
03.05.2016	FNS	SAMU	9.419,00
03.05.2016	FNS	FARMACIA BASICA	15.499,33
03.05.2016	FNS	VIG EPIDEMIOLOGICA	9.124,15
03.05.2016	FNS	DST/AIDS HEPATITE	2.500,00
03.05.2016	FNS	VIG. SANITÁRIA	1.352,89
03.05.2016	FNS	VIG. SANITÁRIA	1.352,89
03.05.2016	FNS	VIG. SANITÁRIA	1.352,89
06.05.2016	FNDE	PNATE Fundamental	3.900,00
06.05.2016	FNDE	PNATE Médio	4.624,57
06.05.2016	FNDE	PNATE Infantil	831,67
06.05.2016	FNDE	PNAE Fundamental	10.647,85
06.05.2016	FNDE	AEE	1.280,00
06.05.2016	FNDE	PNAP	11.080,00
06.05.2016	FNDE	PNAE Fundamental	23.490,00
06.05.2016	FNDE	PNAEJA	750,00
06.05.2016	FNDE	PNAC	18.020,00
06.05.2016	FNAS	IGD PBF	4.451,85
06.05.2016	FNAS	IGD PBF	4.439,07

Secretaria de Finanças

RESULTADO DO JULGAMENTO DA HABILITAÇÃO - TOMADA DE PREÇOS Nº 0014_2016-PMF DOM**RESULTADO DO JULGAMENTO DA HABILITAÇÃO**

TOMADA DE PREÇOS Nº 0014/2016 – PMF

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

O Prefeito torna público que na licitação em epígrafe cujo objeto é a contratação de empresa do ramo para execução dos serviços de construção das cabeceiras da ponte em gabião, na localidade do Rio Mansinho, situada na Fb 464, próximo ao silo dos Passini e dos pomares de maçã da fazenda Rio Mansinho/Fischer (com fornecimento do material e mão de obra), conforme Projeto, Memorial Descritivo e Quantitativo (ANEXOS ao PAL), houve a participação da empresa COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO ZARDO E BONALDO LTDA enquadrada como Empresa de Pequeno Porte, a qual, pela apresentação regular de todos os documentos de acordo com o Edital, restou HABILITADA pela Comissão quando da abertura de seu Envelope de Habilitação. Desta forma, está habilitada para a fase subsequente, qual seja, julgamento da fase da PROPOSTA DE PREÇOS nesta mesma data, nos termos do art. 43 Inciso III da Lei 8.666/93, e alterações.

Fraiburgo (SC), 10 de maio de 2016.

Ivo Biazolo – Prefeito.

RESULTADO DO JULGAMENTO DA PROPOSTA DE PREÇOS - TOMADA DE PREÇOS Nº 0014_2016-PMF DOM**RESULTADO DO JULGAMENTO DA PROPOSTA DE PREÇOS**

TOMADA DE PREÇOS Nº 0014/2016 – PMF

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

O Prefeito torna público que na licitação em epígrafe cujo objeto é a contratação de empresa do ramo para execução dos serviços de construção das cabeceiras da ponte em gabião, na localidade do Rio Mansinho, situada na Fb 464, próximo ao silo dos Passini e dos pomares de maçã da fazenda Rio Mansinho/Fischer (com fornecimento do material e mão de obra), conforme Projeto, Memorial Descritivo e Quantitativo (ANEXOS ao PAL), quando do julgamento da PROPOSTA DE PREÇOS, após desistência na interposição de Recursos contra o julgamento da HABILITAÇÃO, nos termos do art. 43, inc. III da Lei nº 8.666/93 e nos termos do item 6.5 do Edital, o que autorizou que este julgamento fosse na mesma data do julgamento da habilitação, restou classificada pela Comissão, sagrando-se vencedora, a seguinte licitante: COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO ZARDO E BONALDO LTDA com o valor global de R\$ 73.420,00 (setenta e três mil, quatrocentos e vinte reais), ficando este valor abaixo do valor máximo e global, estipulado pelo Município no item 2.2 do Edital, cumprindo, portanto, regularmente com todas as condições editalícias.

Fraiburgo (SC), 10 de maio de 2016.

Ivo Biazolo – Prefeito.

PRESTAÇÃO DE CONTAS AFSC 144.000,00 03-05**PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO**

ESTADO DE SANTA CATARINA

ANEXO TC 28**BALANCETE DE PRESTAÇÃO DE CONTAS DE RECURSOS ANTECIPADOS**

UNIDADE CONCEDENTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO				
ORDENADOR DA DESPESA: NILCE PINZ				
ENTIDADE BENEFICIADA: ASSOCIAÇÃO FRAIBURGUENSE DE SAÚDE COLETIVA			CNPJ: 17.757.127/0001-5	
ENDEREÇO: AV. JOÃO MARQUES VIEIRA , 975			CEP: 89.580-000	
RESPONSÁVEL: FLÁVIO JOSÉ MARTINS			CPF: 133.199.739-91	
Nota de Empenho:	131	Data: 20/01/2016	Valor Total:	1.804.260,00
Ordem de pagamento:	1181	Data: 02/05/2016	Valor:	144.000,00
Projeto Atividade:	2022			
Item/Fonte: 10.3.3.50.41.99.00.00.00				
Histórico da Finalidade: Transferência voluntária de recursos financeiros destinados a auxiliar no custeio de despesas de manutenção das atividades hospitalares, despesas operacionais dos serviços de saúde e atendimento hospitalar para toda a população fraiburguense no exercício de 2016, conforme TACV15PMF0007.				
Documento		HISTÓRICO	RECEBIMENTO	PAGAMENTO
NÚMERO	DATA			
		REPASSE DA PREFEITURA	144.000,00	
		RECURSOS PRÓPRIOS	370,34	
Folha 04/2016	4/5/2016	Adriana Tibes		1.498,03
Folha 04/2016	4/5/2016	Alice Moreira Leite		272,34
Folha 04/2016	4/5/2016	Aline Silveira		1.526,83
Folha 04/2016	4/5/2016	Antônio Irineu Vicentin		166,50
Folha 04/2016	4/5/2016	Ari Antônio Guindani		6.037,97
Folha 04/2016	4/5/2016	Augusto Ribeiro Antunes		2.066,02
Folha 04/2016	4/5/2016	Bruna Weirich		1.936,73
Folha 04/2016	4/5/2016	Cintia Marcon Ramos		2.002,00
Folha 04/2016	4/5/2016	Claudemir Jose Olivio de Liz		1.679,07
Folha 04/2016	4/5/2016	Cleberson Castanho		2.321,44
Folha 04/2016	4/5/2016	Cristiane Felix Ribeiro		1.325,47
Folha 04/2016	4/5/2016	Cristiano Tessari		3.929,00
Folha 04/2016	4/5/2016	Daiane Bolzani		1.724,05
Folha 04/2016	4/5/2016	Diego Alisson Rosa		3.362,19
Folha 04/2016	4/5/2016	Dirceu Job Calgaro		3.380,80
Folha 04/2016	4/5/2016	Elaine Aparecida Caregnato		2.315,48
Folha 04/2016	4/5/2016	Elaine Patrícia Maciel		1.323,77
Folha 04/2016	4/5/2016	Eliane da Conceição		2.980,10

Folha 04/2016	4/5/2016	Eliane Inês Tenconi Borges	2.665,99
Folha 04/2016	4/5/2016	Elisângela Busatta	1.640,81
Folha 04/2016	4/5/2016	Elizandra Aparecida Schmidt de Paula	948,63
Folha 04/2016	4/5/2016	Emelyn Caroline Ribeiro	1.633,04
Folha 04/2016	4/5/2016	Érica Maria Franciosi	1.679,07
Folha 04/2016	4/5/2016	Flaviana Ribeiro de Deus	3.372,56
Folha 04/2016	4/5/2016	Franciane de Souza dos Anjos	1.935,33
Folha 04/2016	4/5/2016	Gorete Maciel	1.325,47
Folha 04/2016	4/5/2016	Ironi Conti de Lima	1.659,93
Folha 04/2016	4/5/2016	Izabel Ribeiro de Goes Maciel	1.679,07
Folha 04/2016	4/5/2016	Jackson Leandro Marqueviski	1.536,58
Folha 04/2016	4/5/2016	Janete de Melo Rodrigues	1.133,66
Folha 04/2016	4/5/2016	Janete Rodrigues Gonçalves	2.066,02
Folha 04/2016	4/5/2016	João Henrique Pereira	1.555,30
Folha 04/2016	4/5/2016	Jose Cesar Beher	1.464,78
Folha 04/2016	4/5/2016	Joziele Rubiane Machado da Silva	2.013,67
Folha 04/2016	4/5/2016	Jucelita Campagnaro	1.659,93
Folha 04/2016	4/5/2016	Juciane de Fátima Fernandes	1.554,69
Folha 04/2016	4/5/2016	Karina Oliveira da Silva	1.291,89
Folha 04/2016	4/5/2016	Kauana Kuhn	1.506,09
Folha 04/2016	4/5/2016	Klebiana Freitas Bartolomeu	2.433,90
Folha 04/2016	4/5/2016	Letícia Aparecida Ferreira	1.955,80
Folha 04/2016	4/5/2016	Ligia Dias de Almeida	1.529,07
Folha 04/2016	4/5/2016	Luan Carlo Vicente	2.007,15
Folha 04/2016	4/5/2016	Luciana de Assis	1.903,57
Folha 04/2016	4/5/2016	Luciane da Silva Pinto	290,31
Folha 04/2016	4/5/2016	Luciane Marcondes dos Santos	1.291,89
Folha 04/2016	4/5/2016	Marcio Cruz	1.433,95
Folha 04/2016	4/5/2016	Marcos Alexandre Bortolini	1.065,36
Folha 04/2016	4/5/2016	Margarete Rosana dos Santos	1.255,99
Folha 04/2016	4/5/2016	Maria Ribeiro dos Santos	1.679,07
Folha 04/2016	4/5/2016	Marieli Schissi	1.314,68
Folha 04/2016	4/5/2016	Marilene Aparecida Forteck	1.325,47
Folha 04/2016	4/5/2016	Marines Gomes	1.979,03
Folha 04/2016	4/5/2016	Mariza de Fátima Cluves	118,72
Folha 04/2016	4/5/2016	Marizete Gollo	1.861,15
Folha 04/2016	4/5/2016	Marli Terezinha Bechi Constantino	1.262,14
Folha 04/2016	4/5/2016	Maryleize Aparecida Alves	1.749,93
Folha 04/2016	4/5/2016	Mayara Souza do Amaral	1.291,89
Folha 04/2016	4/5/2016	Michele Lazzari	1.672,17
Folha 04/2016	4/5/2016	Pâmela Evelyn de Moraes	1.820,00
Folha 04/2016	4/5/2016	Patrícia Moreira de Moura	1.291,89
Folha 04/2016	4/5/2016	Patricia Oldenburg Riebert	2.652,29
Folha 04/2016	4/5/2016	Rosana de Fátima Ribeiro	987,80

Folha 04/2016	4/5/2016	Roselani Lima da Rocha		3.876,76
Folha 04/2016	4/5/2016	Rosemeri dos Santos Ferneda		1.996,29
Folha 04/2016	4/5/2016	Rosmari Dias		1.679,07
Folha 04/2016	4/5/2016	Rubiane Zago		4.890,84
Folha 04/2016	4/5/2016	Santa Munaro dos Santos		2.073,78
Folha 04/2016	4/5/2016	Sara de Souza		1.255,99
Folha 04/2016	4/5/2016	Silvana Cláudia Giacomelli		3.457,16
Folha 04/2016	4/5/2016	Silvana Esser Pacheco		1.297,11
Folha 04/2016	4/5/2016	Simone Bussato		2.249,99
Folha 04/2016	4/5/2016	Solange Leite		1.359,87
Folha 04/2016	4/5/2016	Tailana Paula Tibes de Campos		1.406,99
Folha 04/2016	4/5/2016	Tatiane Ribeiro Candido Veloso		1.165,67
Folha 04/2016	4/5/2016	Thainan Bernardi Mendes		2.091,08
Folha 04/2016	4/5/2016	Vera Lucia Manfioleti		1.658,89
Folha 04/2016	4/5/2016	Viviane Siburski de Oliveira		1.903,32
Folha 04/2016	4/5/2016	Volnei Alves Webber		1.664,01
TOTAL GERAL			144.370,34	144.370,34

Cristiano Tessari - Responsável

Flávio José Martins - Presidente AFSC

Fraiburgo (SC), 09 de maio de 2016.

Garopaba

PREFEITURA

DECRETO Nº 083/2016

DECRETO N.º 083, DE 10 DE MAIO DE 2016.

CONSTITUI COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES E NOMEIA LEILOEIRO OFICIAL.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito Municipal de Garopaba, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e demais legislação vigente, especialmente do artigo 51 da Lei 8.666/93, de 21/06/1993 e suas alterações,

DECRETA:

Art. 1º. Fica constituída a Comissão Permanente de Licitações para o período de 11/05/2016 à 10/05/2017.

Art. 2º. São membros titulares da Comissão Permanente de Licitações os servidores municipais: RAFAEL TONVILDES DE ABREU, BIANCA DOS PASSOS e FERNANDO DA SILVA FERREIRA e como suplente LISIELE DE ARAUJO PIRES GABRIEL.

§1º. A Comissão Permanente de Licitações será presidida pelo Senhor RAFAEL TONVILDES DE ABREU.

§2º. "Na ausência do Presidente da Comissão Permanente de Licitações, a presidência dos trabalhos caberá ao membro mais idoso."

Art. 3º. Ficam definidas como funções da Comissão Permanente de Licitações, o recebimento, a análise e julgamento de propostas apresentadas nas diversas modalidades de licitações e todos os demais assuntos relacionados ao bom andamento dos serviços para o cumprimento da Lei Federal n.º 8.666/93, de 21/06/1993 e suas alterações posteriores.

Art. 4º. Fica nomeado o servidor municipal RAFAEL TONVILDES DE ABREU para atuar, sem qualquer ônus para o município, como Leiloeiro Oficial em todas as licitações na modalidade de leilão, a serem realizadas no período de 11/05/2016 à 10/05/2017.

Art. 5º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário em especial o Decreto nº 072/2015.

Garopaba, 10 de maio de 2016.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto no DOM/SC em 11/05/2016, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

HONORATO TIMOTEO PACHECO

Secretário de Administração

Gaspar

PREFEITURA

DECRETO Nº 6.956, DE 06 DE MAIO DE 2016

DECRETO Nº 6.956, DE 06 DE MAIO DE 2016.

HOMOLOGA O REGIMENTO INTERNO DO PARQUE ARENA MULTIUSO.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas no art. 72 da Lei Orgânica do Município de Gaspar,

DECRETA:

Art. 1º. Fica homologado o Regimento Interno do Parque Arena Multiuso, cujo texto integra o presente Decreto.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação,

Gaspar, 06 de maio de 2016.

PEDRO CELSO ZUCHI
PREFEITO MUNICIPAL

ARENA MULTIUSO

REGIMENTO INTERNO

TÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º. Compete à Fundação Municipal de Esportes, Turismo, Cultura e Lazer a administração da Arena Multiuso, possuindo a incumbência de zelar pelo bom uso, conservação e manutenção de suas instalações, espaços, equipamentos e bens.

Art. 2º. O presente Regimento Interno tem a finalidade de definir normas e estabelecer responsabilidades e obrigações pela utilização do imóvel da Arena Multiuso, suas instalações, espaços, equipamentos e bens, seja por entidades ou órgãos públicos ou por particulares.

Art. 3º. Todos os usuários do imóvel da Arena Multiuso ficam sujeitos a este Regimento Interno e às normas, instruções, orientações e determinações da Administração Pública Municipal.

TÍTULO II

DO OBJETO

Art. 4º. A Arena Multiuso compreende uma área de 411.236,00 m², localizada na Rua Hercílio Fides Zimmermann – Margem Esquerda – Gaspar (SC), destinada à implantação de espaços e equipamentos para práticas esportivas, de lazer, recreação, entretenimento, culturais e convivência.

Parágrafo único. Estão implantados no imóvel:

- 1) Cancha de Laço e práticas equestres (iluminada);
- 2) Pista de Motocross;
- 3) Campo de Areia para prática de esportes de praia;
- 4) Pavilhão Multiuso com 2000 m² (iluminado);
- 5) Academia ao Ar Livre;
- 6) Área de Estacionamento (iluminado).

TÍTULO III

DAS ÁREAS LIVRES PARA UTILIZAÇÃO

Art. 5º. Os equipamentos e espaços já implantados, a exemplo da Academia ao Ar Livre e do Campo de Areia, bem como áreas abertas que podem ser utilizadas para caminhada, estão à disposição da comunidade para uso cotidiano.

Art. 6º. Não serão permitidas as atividades que impeçam ou prejudiquem a livre e espontânea circulação dos usuários, colocando em risco sua segurança ou dificultando o convívio harmonioso.

Art. 7º. Não será permitido ainda:

- a) Danificar, quebrar, subtrair ou praticar qualquer ato de vandalismo com os bens públicos e municipais;
- b) Sujar, depredar ou ainda depositar detritos nas dependências da Arena;
- c) Importunar, de qualquer forma, os usuários frequentadores do local;
- d) Desrespeitar ou desacatar as determinações e orientações dos servidores da Administração;
- e) Abandonar ou maltratar animais domésticos;
- f) A entrada e permanência de pessoas portando armas de fogo, armas brancas ou similares;
- g) O ingresso ou permanência de vendedores, camelôs, ambulantes, ou qualquer outro, para comercialização de produtos sem a devida autorização da Administração;
- h) Fazer uso de buzinas, alto falantes e outros aparelhos de amplificação de som que possam perturbar os usuários e a comunidade vizinha da Arena Multiuso.

TÍTULO IV

DA CESSÃO DE USO CONTÍNUO POR PRAZO DETERMINADO

Art. 8º. A Administração Pública Municipal pode autorizar, dado o interesse e utilidade pública, vocação cultural, esportiva, artística, turística e ambiental, por meio de Termo de Autorização, que entidades sem fins lucrativos utilizem de forma contínua e por prazo determinado, espaços determinados da Arena Multiuso, com fim específico para desenvolvimento de suas atividades.

§ 1º. Os valores cobrados pela utilização dos espaços serão baseados no Decreto nº 5659 de 10 de setembro de 2015, sendo o consumo de água e energia elétrica de responsabilidade do autorizado.

§ 2º. Pode a Administração, se reputar conveniente, renovar a autorização de uso por novos períodos com prazo determinados, desde que haja interesse público justificado.

Art. 9º. Toda e qualquer benfeitoria somente poderá ser realizada mediante anuência expressa da Administração Pública, e, se autorizada, passará a integrar o patrimônio público municipal, sem direito à indenização ou retenção.

Art. 10. Fica garantido à Administração o direito de, a qualquer tempo, visitar, vistoriar ou examinar o local cedido, executando, se for o caso, quaisquer obras e serviços de interesse público, sempre que entender conveniente.

Art. 11. Por se tratar de imóvel público cedido para fins de práticas esportivas, de lazer, entretenimento, cultura e convivência, pode a Administração, a qualquer momento e como reputar conveniente, ceder o espaço para uso de outros interessados.

Parágrafo único. Pode a Administração, mediante aviso prévio de 30 (trinta) dias, interromper a autorização antecipadamente, ficando este dispensado sempre que o interesse público, devidamente justificado, o exigir.

Art. 12. É de integral responsabilidade do autorizado a obtenção de licenças e alvarás, bem como o pagamento de tributos e demais taxas necessárias ao desenvolvimento das suas atividades.

Art. 13. Fica o autorizado integralmente responsável pela manutenção da segurança, paz, costumes, ordem pública, higiene e limpeza do local, assumindo também a obrigação de arcar com os custos para tal finalidade, isentando a Administração Pública dos atos e acontecimentos durante o período em que estiver ocupando o local.

TÍTULO V

DA UTILIZAÇÃO DO IMÓVEL PARA EVENTOS

Capítulo I

Das reservas para eventos

Art. 14. Para reservar as instalações da Arena Multiuso, o interessado deverá fazer consulta prévia na Fundação Municipal de Esportes, Turismo, Cultura e Lazer, verificando a disponibilidade de data, valores de utilização, condições de uso e viabilidade da realização do evento, devendo fornecer os dados completos do responsável, do tipo de evento, da expectativa de público e todas as informações disponíveis para avaliação da Administração.

§ 1º. A administração da Fundação Municipal de Esportes, Turismo, Cultura e Lazer analisará a solicitação de reserva levando em consideração o interesse público, o respeito às finalidades da Arena Multiuso e os impactos do evento.

§ 2º. Se houver solicitação de reservas para a mesma data e equipamento, a Fundação Municipal de Esportes, Turismo, Cultura e Lazer priorizará aquela que julgar ser a de maior interesse da municipalidade.

Art. 15. Logo após a confirmação da reserva, deverá o promotor do evento encaminhar à Prefeitura Municipal de Gaspar a solicitação para realização de Evento (com, formulário específico), com prazo mínimo de 30 (trinta) dias de antecedência do evento.

Art. 16. A reserva somente se efetivará mediante o pagamento do valor estipulado para utilização, que deverá ser realizado através de boleto bancário, com 15 (quinze) dias de antecedência à realização do evento.

Art. 17. O responsável pelo evento, ou pessoa por este designada, através de ato escrito e formal, acompanhará o servidor municipal competente na realização da vistoria obrigatória dos espaços, bens e equipamentos utilizados, tanto antes quanto depois da realização do evento.

Art. 18. Para obter a autorização de uso, o responsável deverá apresentar antecipadamente o contrato firmado com a empresa para recolhimento do lixo produzido.

Art. 19. O termo que autorização de uso deverá ser assinado pelas partes após cumpridas as determinações impostas nos artigos 15º, 16º, 17º e 18º, com no mínimo 5 (cinco) dias de antecedência, estabelecendo as responsabilidades e obrigações da cessão de uso.

Capítulo II

Dos valores para utilização

Art. 20. Os preços públicos cobrados pelo Município de Gaspar pela

utilização de espaços da Arena Multiuso são os constantes no Decreto nº 5659 de 10 de setembro de 2015.

Art. 21. Sendo o evento realizado na Arena Multiuso de interesse público ou do Município de Gaspar, poderá a Administração isentar ou reduzir os valores cobrados pela utilização do imóvel, independentemente da cobrança de ingresso pelo autorizado, justificando seus benefícios.

Parágrafo único. Além dos promovidos pelo Município, são eventos que podem ser isentos ou passíveis de redução dos preços públicos praticados:

I – os de cunho esportivo, artístico, cultural, tradicionalista, educacional, religioso ou beneficente, promovido por entidade sem fins lucrativos ou de utilidade pública, visando a divulgar e fortalecer estas atividades, bem como angariar recursos para manutenção de suas atividades;

II – os turísticos ou esportivos, com foco na divulgação do Município;

III – os que visem a fomentar a economia local;

IV – os que envolvam a preparação e o treinamento de grupos, corporações e equipes que representem o Município em competições;

V – os que consistam em atividades em grupo, promovendo o bem estar e a qualidade de vida da população.

Capítulo III

Das responsabilidades e obrigações pela utilização

Art. 22. É de integral responsabilidade do autorizado a guarda e manutenção do imóvel, sendo vedada a realização de benfeitorias no mesmo, sem prévia e expressa anuência da Administração Pública Municipal de Gaspar.

Art. 23. É proibido ao autorizado sublocar ou ceder, de qualquer forma, ou a qualquer título, a autorização de imóvel público municipal.

Art. 24. Durante o período da autorização de uso da Arena Multiuso, é de responsabilidade do autorizado a reparação de qualquer dano causado ao imóvel, suas edificações e instalações, bem como a terceiros ou ao meio ambiente.

Art. 25. O autorizado é responsável pela obtenção de licenças e alvarás, pelo pagamento de tributos, preços e quaisquer encargos eventualmente incidentes para a realização do evento.

Art. 26. O autorizado é obrigado a zelar pela manutenção da segurança, paz, costumes e ordem pública, bem como higiene e limpeza do local utilizado, assumindo o ônus dos custos para tal finalidade.

Parágrafo único. Fica o Município isento de responsabilidade pelos atos e incidentes que ocorrerem no imóvel durante o período da cessão do imóvel.

Art. 27. Deve o autorizado cumprir todas as obrigações de caráter tributário, trabalhista e previdenciário, a que está sujeito pela atividade realizada, uso, contratação, comercialização e ocupação, assumindo integralmente a responsabilidade.

Parágrafo único. Fica o Município isento das obrigações e responsabilidades designadas no caput deste artigo, solidárias ou subsidiárias.

Art. 28. Deve o autorizado atender todas as normas de segurança exigidas pelos órgãos competentes para a realização do evento e garantir aos usuários e ao público presente, todas as condições de prevenção e proteção contra acidentes e pronto socorro para possíveis emergências.

Parágrafo único. Fica o autorizado obrigado a obedecer à legislação pertinente a ocupação do solo, ambiental, vigilância sanitária e de proteção dos animais.

Art. 29. É o autorizado obrigado a coletar e assegurar que empresa especializada promova o destino ecologicamente adequado ao lixo produzido no evento, imediatamente após o encerramento do evento, sob pena de aplicação de multa.

Art. 30. As locações e serviços de gerador, segurança, palco, iluminação, som, brinquedos e todos os outros serviços e equipamentos necessários para a realização do evento, devem ser contratadas pelo autorizado e firmadas através de contrato.

Art. 31. O início da montagem das estruturas necessárias para a realização do evento deve constar no Termo de Cessão de Uso e deverão ser desmontadas e retiradas do local no prazo máximo de 48 horas após o encerramento do evento.

Parágrafo único. Serão aplicados os preços públicos estipulados no Decreto nº 5659, de 10 de setembro de 2015 pela utilização do imóvel.

TÍTULO VI DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 32. Considerando que a Arena Multiuso encontra-se em fase de implantação e de construção de novos espaços e equipamentos, este Regimento Interno deverá ser aperfeiçoado e complementado à medida de sua evolução, ou, ainda, para atender possíveis demandas.

Art. 33. A violação deste Regimento Interno ou de qualquer outra norma atinente aos bens públicos municipais constitui infração Administrativa que deverá ser apurada pelo Município, sem prejuízo do ajuizamento de ações de natureza cíveis ou criminais.

Art. 34. Os casos omissos serão resolvidos pela Fundação Municipal de Esportes, Turismo, Cultura e Lazer, em conjunto com a Procuradoria Geral do Município de Gaspar.

Art. 35. Este Regimento Interno entrará em vigor a partir de sua publicação.

Gaspar, 05 de maio de 2016.

DECRETO Nº 6.957 DE 09 DE MAIO DE 2016

DECRETO Nº 6.957 DE 09 DE MAIO DE 2016.

CESSAM OS EFEITOS DO DECRETO QUE DESIGNA SERVIDOR PARA O EXERCÍCIO DE FUNÇÃO DE CONFIANÇA.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhes são conferidas pelo artigo 72, inciso IV da Lei Orgânica do Município,

DECRETA

Art. 1º Cessam os efeitos, a partir de 30 de abril de 2016, do Decreto nº 6.816, de 17 de fevereiro de 2016, que designou a servidora DAIANE BECKER, CPF nº 056.790.379-63 para exercer função de confiança como Supervisor de Cadastro e Benefício, Nível 1, da Secretaria de Administração e Gestão.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos para 30 de abril de 2016.

Gaspar, 09 de maio de 2016.

PEDRO CELSO ZUCHI
Prefeito de Gaspar

DECRETO Nº 6.958 DE 09 DE MAIO DE 2016

DECRETO Nº 6.958 DE 09 DE MAIO DE 2016.

DESIGNA A SERVIDORA DAIANE BECKER PARA O EXERCÍCIO DE FUNÇÃO DE CONFIANÇA.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhes são conferidas pelo artigo 72, inciso IV da Lei Orgânica do Município,

DECRETA

Art. 1º Fica designada, a partir de 05 de maio de 2016, nos termos do artigo 28 e seguintes da Lei Complementar nº 69, de 22 de dezembro de 2015, a servidora efetiva DAIANE BECKER, CPF nº 056.790.379-63, para exercício de função de confiança como Supervisor de Comissão de Processo Administrativo e Sindicância – Nível 1 – Procuradoria Geral do Município.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos para 05 de maio de 2016.

Gaspar, 09 de maio de 2016.

PEDRO CELSO ZUCHI
Prefeito de Gaspar

DECRETO Nº 6.962, DE 09 DE MAIO DE 2016

DECRETO Nº 6.962, DE 09 DE MAIO DE 2016.

EXONERA a SERVIDORA LUCIMERE BEDUSKI MOSER.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 72 da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º Fica exonerada, a pedido, a servidora LUCIMERE BEDUSKI MOSER, CPF 920.119.009-30, do cargo efetivo de Professora DOC III-8, nomeada pelo Decreto 036/2006, a partir de 16 de março de 2016.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos para 16 de março de 2016.

Gaspar, 09 de maio de 2016.

PEDRO CELSO ZUCHI
Prefeito do Município de Gaspar

DECRETO Nº 6.963, DE 09 DE MAIO DE 2016

DECRETO Nº 6.963, DE 09 DE MAIO DE 2016.

EXONERA a SERVIDORA CRISTIANE PLOTGHER.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 72 da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º Fica exonerada, a pedido, a servidora CRISTIANE PLOTGHER, CPF 799.098.099-15, do cargo efetivo de Berçarista, nomeada pelo Decreto 738/2002, a partir de 13 de abril de 2016.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos para 13 de abril de 2016.

Gaspar, 09 de maio de 2016.

PEDRO CELSO ZUCHI
Prefeito do Município de Gaspar

DECRETO Nº 6.964, DE 09 DE MAIO DE 2016

DECRETO Nº 6.964, DE 09 DE MAIO DE 2016.

EXONERA a SERVIDORa ADRIANA REGINA JUNKES SOARES.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 72 da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º Fica exonerada, a pedido, a servidora ADRIANA REGINA JUNKES SOARES, CPF 694.665.809-49, do cargo efetivo de Berçarista, nomeada pelo Decreto 1690/2006, a partir de 01º de fevereiro de 2016.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos para 01º de fevereiro de 2016.

Gaspar, 09 de maio de 2016.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito do Município de Gaspar

DECRETO Nº 6.965, DE 09 DE MAIO DE 2016

DECRETO Nº 6.965, DE 09 DE MAIO DE 2016.

EXONERA O SERVIDOR BRUNO HENRIQUE LOPES.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 72 da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º Fica exonerado, a pedido, o servidor BRUNO HENRIQUE LOPES, CPF 054.068.289-67, do cargo efetivo de Fiscal, nomeado pelo Decreto 2739/2008, a partir de 14 de fevereiro de 2016.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos para 14 de fevereiro de 2016.

Gaspar, 09 de maio de 2016.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito do Município de Gaspar

DECRETO Nº 6.966, DE 09 DE MAIO DE 2016

DECRETO Nº 6.966, DE 09 DE MAIO DE 2016.

EXONERA O SERVIDOR FRANCISCO JOSE PITZ.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 72 da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º Fica exonerado, a pedido, o servidor FRANCISCO JOSE PITZ, CPF 028.538.439-20, do cargo efetivo de Operador de Máquina, nomeado pelo Decreto 2801/2008, a partir de 14 de abril de 2016.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos para 14 de abril de 2016.

Gaspar, 09 de maio de 2016.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito do Município de Gaspar

DECRETO Nº 6.967, DE 09 DE MAIO DE 2016

DECRETO Nº 6.967, DE 09 DE MAIO DE 2016.

EXONERA A SERVIDORA ANA PAULA FERREIRA DE ARAUJO.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 72 da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º Fica exonerada, a pedido, a servidora ANA PAULA FERREIRA DE ARAUJO, CPF 091.045.386-17, do cargo efetivo de Professora de Educação Especial, nomeada pelo Decreto 6675/2016, a partir de 01º de abril de 2016.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos para 01º de abril de 2016.

Gaspar, 09 de maio de 2016.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito do Município de Gaspar

DECRETO Nº 6.968, DE 09 DE MAIO DE 2016

DECRETO Nº 6.968, DE 09 DE MAIO DE 2016.

EXONERA A SERVIDORA SUSANA DA VEIGA.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 72 da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º Fica exonerada, a pedido, a servidora SUSANA DA VEIGA, CPF 757.868.939-87, do cargo efetivo de Professora de Educação Especial, nomeada pelo Decreto 6713/2016, a partir de 10 de fevereiro de 2016.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos para 10 de fevereiro de 2016.

Gaspar, 09 de maio de 2016.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito do Município de Gaspar

DECRETO Nº 6.969, DE 09 DE MAIO DE 2016

DECRETO Nº 6.969, DE 09 DE MAIO DE 2016.

EXONERA A SERVIDORA CAROLINE VOIGT.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 72 da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º Fica exonerada, a pedido, a servidora CAROLINE VOIGT, CPF 045.386.089-39, do cargo efetivo de Arte Educador Teatro, nomeada pelo Decreto 6665/2015, a partir de 04 de março de 2016.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos para 04 de março de 2016.

Gaspar, 09 de maio de 2016.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito do Município de Gaspar

EDITAL 001/2016 - ELEIÇÃO MEMBROS DO CONSELHO TUTELAR

EDITAL Nº 001/2016 – CMDCA

Torna público as Diretrizes do Processo de Escolha de 01 (um) membro titular e 05 (cinco) membros suplentes, para compor o Conselho Tutelar de Gaspar e, abre inscrições, estabelece o calendário e dá outras providências.

A PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE do município de Gaspar/SC, no uso de suas atribuições legais, diante da deliberação do Conselho, realizada no dia 10 de maio de 2016, e considerando o disposto nos arts. 132 e 139 do Estatuto da Criança e do Adolescente, a Resolução Conanda nº 170, de 10 de dezembro de 2014, a Lei Complementar Municipal 51, de 07 de dezembro de 2012, e a Resolução do CMDCA nº 004, de 30 de março de 2015, abre as inscrições para a escolha de 01 (um) membro titular e 05 (cinco) membros suplentes, para atuarem no Conselho Tutelar do Município de Gaspar/SC e dá outras providências.

1. DA INSCRIÇÃO DOS CANDIDATOS AO CONSELHO TUTELAR

1.1. O candidato ao Conselho Tutelar deverá inscrever-se, mediante requerimento de inscrição, em anexo I, endereçado à Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e ficha de inscrição, em anexo II, apresentando os seguintes documentos:

- a) Documento de identificação oficial com foto, que permita comprovar a idade superior a 21 anos;
- b) CPF;
- c) Título de eleitor;
- d) Atestado de capacidade mental firmado por médico psiquiatra, neurologista ou que possua especialização em saúde mental;
- e) Certidões civis e criminais da Corregedoria-Geral de Justiça do Estado de Santa Catarina e Justiça Federal, certidões negativas de débitos fiscais municipal, estadual e federal;
- f) Certidão Original expedida pela Justiça Eleitoral comprovando a quitação eleitoral;
- g) Documento que comprove residir no município de Gaspar por, no mínimo, 02(dois) anos, mediante comprovante de fatura de água, energia elétrica, telefone fixo ou IPTU;
- h) Cópia do Certificado de Conclusão de Curso Ensino Superior;
- i) Declaração de que possui conhecimentos em informática básica, em anexo III;
- j) Cópia da Carteira Nacional de Habilitação (CNH) válida, no mínimo, de categoria B;
- k) Declaração de que possui disponibilidade para cumprir a carga horária exigida para o exercício da função, inclusive plantões, em anexo IV;
- l) Declaração de não ter sido penalizado com a destituição da função de conselheiro tutelar nos últimos cinco anos, contados a partir do trânsito em julgado da decisão administrativa ou judicial, em anexo VI.

1.1.1. As fotocópias dos documentos previstos nas letras "A, B, C, I e K" deverão vir acompanhadas dos respectivos originais.

1.2. Será admitida inscrição por procuração com firma reconhecida, específica para este fim.

1.3. As inscrições dos candidatos ao Conselho Tutelar serão registradas individualmente recebendo número sequencial.

1.4. Os candidatos poderão requerer a utilização de apelido na cédula eleitoral. Na hipótese de apelidos idênticos, terá preferência o candidato que efetuou primeiramente sua inscrição.

1.5. O membro do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente que pretender concorrer ao cargo do Conselho Tutelar

deverá pedir afastamento da função no momento que assumir ao cargo de Conselheiro Tutelar Titular.

1.6. As inscrições deverão ser realizadas no período de 12 a 25 de maio de 2016, das 8h30min às 14h (sem intervalo para almoço) na Sala da Assessoria aos Conselhos, (GASCIC) na Avenida das Comunidades, nº 133 – Centro – Gaspar/SC.

1.7. Não serão admitidas inscrições após o período fixado no item 1.6 deste Edital.

2. DAS ETAPAS DE CLASSIFICAÇÃO

2.1. Os candidatos à função do Conselho Tutelar deverão passar, obrigatoriamente, pelas seguintes etapas classificatórias:

- a) inscrição;
- b) participação em curso específico;

2.2. Expirado o prazo de inscrição, a Comissão de Normas, Regulamentos e Eleições, responsável pelo processo eleitoral, autuará os requerimentos protocolados e analisará os documentos apresentados, conforme calendário oficial, encaminhando relação das candidaturas homologadas ao Conselho do Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente para publicação.

2.3. No prazo fixado no calendário eleitoral poderão ser impugnadas as candidaturas mediante requerimento escrito, dirigido a Comissão de Normas, Regulamentos e Eleições, que deverá ser protocolado na Sala da Assessoria aos Conselhos, no horário das 08h00min às 14h00min.

2.4. O candidato, cuja inscrição for impugnada, poderá apresentar defesa, conforme prazo estipulado no calendário oficial.

2.5. Serão indeferidas, de imediato, as impugnações desprovidas de fundamentos ou de provas.

2.6. Vencidas as fases para recurso, a Comissão de Normas, Regulamentos e Eleições publicará relação no site www.gaspar.sc.gov.br, no blog e na página do facebook do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA, nos murais da Prefeitura, do Conselho Tutelar, da Secretaria Municipal de Assistência Social, com os nomes dos candidatos habilitados à próxima etapa.

2.7. Homologada as inscrições, os candidatos participarão de curso específico sobre a Política de Atendimento à Criança e ao Adolescente, com carga horária de 40 (quarenta) horas, sendo considerado habilitado, nesta etapa, aquele com frequência mínima de 90 % (noventa por cento), controlada através de lista de presença assinada no início e término de cada período, conforme data e horário estabelecidos no Calendário Oficial do Processo.

2.8. O candidato apto, segundo os critérios estabelecidos no item 2.7. deste Edital, estará habilitado a concorrer à vaga do Conselho Tutelar.

2.9. Concluído o curso, a Comissão de Normas, Regulamentos e Eleições publicará relação dos candidatos habilitados contendo nome e número da inscrição.

3. DA PROPAGANDA ELEITORAL

3.1. Toda propaganda eleitoral será realizada sob a responsabilidade dos candidatos, os quais poderão responder quanto aos excessos praticados por seus simpatizantes.

3.2. Qualquer cidadão poderá dirigir denúncia à Comissão de Normas, Regulamentos e Eleições sobre a existência de propaganda

irregular conforme as leis eleitorais, devidamente fundamentada e acompanhada de provas.

3.3. Recebida a denúncia, a Comissão de Normas, Regulamentos e Eleições procederá à análise e dará ciência, por escrito, ao candidato, concedendo-lhe o prazo de até 02 (dois) dias úteis para apresentar defesa.

3.4 As denúncias anônimas ou desprovidas de fundamento ou de provas serão rejeitadas e arquivadas.

3.5 Caberá à Comissão de Normas, Regulamentos e Eleições a realização dos procedimentos relativos à apuração das denúncias até a decisão final, podendo ouvir testemunhas, determinar a juntada de provas e efetuar diligências.

3.6. Procedente a denúncia, a Comissão de Normas, Regulamentos e Eleições poderá determinar a suspensão da propaganda, o recolhimento do material, bem como propor ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente a cassação da candidatura.

3.7. Não será permitido nenhum tipo de propaganda no dia da escolha dos candidatos, sendo que a não observância poderá ser denunciada à Comissão de Normas, Regulamentos e Eleições no prazo máximo de até 02 (duas) horas da ocorrência do fato, procedendo-se a análise em igual prazo.

4 . DA ESCOLHA DOS CANDIDATOS

4.1. Data da Escolha: 13 de julho de 2016 (quarta-feira)

Horário: das 09h às 16h

Locais de votação:

Bateias (EEB Luiz Franzói);

Gaspar Mirim (CEU – Centro de Artes e Esportes Unificados)

Bela Vista (Centro de Referência de Assistência Social - CRAS)

Centro (Secretaria Municipal de Assistência Social – GASCIC)

4.2. Todo eleitor gasparense que possuir a carteira de identidade, ou outro documento equivalente a esta, com foto, poderá votar.

4.2.1. Em até 06 (seis) candidatos, para o Conselho Tutelar.

Parágrafo Único: O candidato mais votado assumirá a vaga de titular e os demais se classificarão como suplentes, considerando a ordem de votação.

4.3. O candidato poderá inscrever um fiscal (maior de 21 anos), por local de votação, para acompanhar todo o Processo de Votação, formulário em anexo V, no ato de sua inscrição.

4.4. Havendo empate no número de votos, será considerado eleito o candidato que possuir a maior idade. Persistindo o empate será considerado eleito aquele que possuir o maior número de filhos.

4.5. O resultado do processo de votação poderá ser impugnado no prazo de 02 (dois) dias úteis, a contar da data da publicação oficial, mediante recurso encaminhado a Comissão de Normas, Regulamentos e Eleições que analisará e julgará em igual prazo.

4.6. O Novo Conselheiro Tutelar (titular) será empossado por ato do prefeito Municipal.

5 . CALENDÁRIO OFICIAL

12 a 25 de maio de 2016	Inscrição dos candidatos Horário: 08h00min às 14h00min Local: Sala da Assessoria aos Conselhos (Av. das Comunidades, 133 – Centro)
-------------------------	--

30 e 31 de maio de 2016	Análise das inscrições dos candidatos pela Comissão de Normas, Regulamentos e Eleições.
01 de junho de 2016	Publicação da relação dos candidatos no site www.gaspar.sc.gov.br , no blog e página do facebook do CMDCA, nos murais da Prefeitura Municipal de Gaspar, da Secretaria Municipal de Assistência Social e do Conselho Tutelar.
02 e 03 de junho de 2016	Prazo para impugnação das inscrições dos candidatos.
06 de junho de 2016	Análise dos pedidos de impugnação.
07 de junho de 2016	Publicação da análise da impugnação no site www.gaspar.sc.gov.br , a partir das 15h.
08 e 09 de junho de 2016	Prazo para apresentação da defesa.
14 de junho de 2016	Análise e julgamento da defesa.
15 de junho de 2016	Publicação da relação dos candidatos no site www.gaspar.sc.gov.br , no blog e página do facebook do CMDCA, nos murais da Prefeitura Municipal de Gaspar, da Secretaria Municipal de Assistência Social e do Conselho Tutelar.
16 a 24 de junho de 2016	Curso sobre a Política de Atendimento à Criança e ao Adolescente, para os candidatos à função de Conselheiro Tutelar.
13 de julho de 2016	Votação, das 09h às 16h, nos seguintes locais: Bateias (EEB Luiz Franzói); Gaspar Mirim (CEU – Centro de Artes e Esportes Unificados) Bela Vista (Centro de Referência de Assistência Social - CRAS) Centro (Secretaria Municipal de Assistência Social – GASCIC)
13 de julho de 2016	Apuração dos votos e homologação do resultado, às 16h30min. Local da Apuração: Sala da Assessoria aos Conselhos
14 de julho de 2016	Publicação do resultado da votação no site www.gaspar.sc.gov.br , no blog e página do facebook do CMDCA, nos murais da Prefeitura Municipal de Gaspar, da Secretaria Municipal de Assistência Social e do Conselho Tutelar.
15 e 18 de julho de 2016	Prazo para a impugnação do resultado da votação.
19 de julho de 2016	Análise e julgamento em plenária do CMDCA, dos pedidos de impugnação do resultado da votação.
20 de julho de 2016	Publicação do resultado final do Processo de Escolha do Conselho Tutelar Gestão 2016/2020 no site www.gaspar.sc.gov.br no blog e página do facebook do CMDCA e em jornal local de maior circulação.

6. A função de conselheiro tutelar será exercida com a carga horária de 30 horas semanais acrescida dos plantões.

7. A remuneração mensal será de R\$ 2.048,77 (Dois mil, quarenta e oito reais e setenta e sete centavos) acrescidos de Auxílio Alimentação no valor de R\$ 400,00 (Quatrocentos reais), com reajuste na mesma data e no mesmo percentual que for reajustado o vencimento dos servidores públicos municipais.

8. Maiores informações poderão ser obtidas na Assessoria aos Conselhos, através dos telefones (47) 3397-0068/3397-0047, ou e-mail: assessoriaconselhos@gaspar.sc.gov.br

9. Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão de Normas, Regulamentos e Eleições em conjunto com o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA.

Gaspar, 10 de maio de 2016

Thaise de Quadros

Presidente do CMDCA

Gaspar / SC

ANEXO I

REQUERIMENTO DE INSCRIÇÃO DO CANDIDATO A VAGA DO CONSELHO TUTELAR

Ao
Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente –
CMDCA
Ilma. Sra.
THAISE DE QUADROS
Presidente

Venho através deste requerer inscrição para concorrer ao cargo do Conselho Tutelar:

Nome: _____

Profissão: _____

Local de Trabalho: _____

RG: _____

CPF: _____

Fone Residencial: _____ Comercial: _____

Celular: _____

Obs: Declaro estar de pleno acordo com o Edital nº 001/2016 que torna pública as Diretrizes do Processo de Escolha dos Membros que irão compor o Conselho Tutelar de Gaspar, sendo 01 (um) membro titular e 05 (cinco) membros suplentes e, responsabilizando-me por todas as informações acima declaradas.

Nestes termos pede deferimento.

Gaspar, ____/____/____

Assinatura do Candidato

ANEXO II

FICHA DE INSCRIÇÃO DO CANDIDATO Nº _____

Nome: _____

Nome para cédula eleitoral: _____

Estado Civil: _____ Sexo: _____

Data de Nascimento: ____/____/____ Naturalidade: _____
UF: _____

RG: _____

Nº de filhos: _____

Endereço: _____

Bairro: _____ CEP: _____

Profissão: _____ Escolaridade: _____

Curso: _____ Especialização: _____

E-mail: _____ Telefone: (res.) _____

(cel.) _____

DOCUMENTOS APRESENTADOS

Fotocópia de documento oficial com foto, que permita comprovar a idade superior a 21 anos.

Fotocópia do CPF.

Fotocópia do Título de Eleitor.

Declaração do comprovante de residência no município de Gaspar
Certidão e/ou comprovante de quitação eleitoral.
Certidão negativa das Varas Cíveis e Criminais da Comarca de Gaspar.
Certidão negativa da Justiça Federal, instalada no município de Gaspar.
Fotocópia do certificado de conclusão do ensino superior
Atestado de médico especialista na área de saúde mental que prove boas condições de capacidade mental.
Declaração de que possui conhecimentos em informática básica.
Fotocópia da Carteira de habilitação válida, no mínimo, de categoria B.
Declaração de que possui disponibilidade para cumprir a carga horária exigida para o exercício da função, inclusive plantões.
Declaração de não foi penalizado com a destituição da função de conselheiro tutelar nos últimos cinco anos, contados a partir do trânsito em julgado da decisão administrativa ou judicial.
OBS: Declaro estar em pleno acordo com o Edital nº 001/2016 do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

Assinatura do Candidato Assinatura do responsável

Data: ____/____/____ Horário: ____

ANEXO III

DECLARAÇÃO

Declaro para os devidos fins que eu, _____ portador(a) do RG _____ e CPF _____, possuo conhecimentos de informática básica, necessários para o desempenho da função de conselheiro(a) tutelar.

Gaspar, ____/____/____

Assinatura do Candidato

ANEXO IV

DECLARAÇÃO

Declaro para os devidos fins que eu, _____ portador(a) do RG _____ e CPF _____, possuo disponibilidade para cumprir a carga horária exigida para o exercício da função de conselheiro(a) tutelar, inclusive plantões.

Gaspar, ____/____/____

Assinatura do Candidato

ANEXO V

INSCRIÇÃO DE FISCAL

Eu _____ portador (a) do RG _____ e CPF _____, candidato a função de Conselheiro Tutelar, venho através deste requerer a inscrição de _____, para desempenhar a função de fiscal para acompanhar o processo de votação eleitoral do conselho tutelar.

Local da Fiscalização:

() Bateias (EEB Luiz Franzói);

() Gaspar Mirim (CEU – Centro de Artes e Esportes Unificados)

() Centro (Secretaria Municipal de Assistência Social - GASCIC)

() Bela Vista (Centro de Referência de Assistência Social - CRAS)

Gaspar, ____/____/____

Assinatura do Candidato

ANEXO VI

DECLARAÇÃO

Declaro para os devidos fins que eu, _____
_____, portador(a) do RG _____
e CPF _____, não fui penalizado com a destituição da função de conselheiro tutelar nos últimos cinco anos, contados a partir do trânsito em julgado da decisão administrativa ou judicial.

Gaspar, ____/____/____

Assinatura do Candidato

PORTARIA Nº 02, DE 10 DE MAIO DE 2016

PORTARIA Nº 02, DE 10 DE MAIO DE 2016.

NOMEIA TESOUREIRO E SUPLENTE PARA FINS DA LEI COMPLEMENTAR N. 61, DE 20 DE MAIO DE 2015.

MARA LUCY FABRIN ASCOLI, Procuradora-Geral do Município de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições e em conformidade com o artigo 2º, parágrafo único, da Lei Complementar n. 61, de 20 de Maio de 2015,

RESOLVE:

Art. 1º Fica nomeada tesoureira a servidora Isadora Isis do Carmo Cabral, inscrita junto ao CPF sob o n. 057.210.777-35, ocupante do cargo de Procuradora Municipal, e como suplente o servidor Daniel Knop, inscrito junto ao CPF sob o n. 004.411.439-70, ocupante do cargo de Procurador Municipal, para os fins da Lei Complementar n. 61, de 20 de Maio de 2015, para mandato de 1 (um) ano a partir de 25 de maio de 2016.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 10 de maio de 2016.

MARA LUCY FABRIN ASCOLI

Procuradora-Geral do Município

PORTARIA Nº 4.006, DE 09 DE MAIO DE 2016

PORTARIA Nº 4.006, DE 09 DE MAIO DE 2016.

COLOCA À DISPOSIÇÃO a SERVIDORA DAIANE BECKER.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas no art. 72, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º A servidora DAIANE BECKER, ocupante do cargo de Agente de Serviços Especializados I, efetiva com 40 horas semanais na Secretaria de Administração e Gestão, fica à disposição na Procuradoria Geral do Município, a partir de 05 de maio de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos para 05 de maio de 2016.

Gaspar, 09 de maio de 2016.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito

RESOLUÇÃO Nº 006/2016 - CMDCA

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE GASPAR/SC

RESOLUÇÃO Nº 006/2016 – CMDCA

Aprova o Edital nº 001/2016 que torna público as Diretrizes do Processo de Escolha de 01 (um) membro titular e 05 (cinco) membros suplentes, para compor o Conselho Tutelar de Gaspar gestão 2016/2020 e, abre inscrições, estabelece o calendário e dá outras providências

O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – CMDCA, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Municipal nº 1432/93, de 24 de maio de 1993 e com base no seu Regimento Interno, aprovado através de Decreto Municipal nº 212/98, e no uso de suas competências.

CONSIDERANDO Resolução do CONANDA 170, de 10 de dezembro de 2014, que altera a Resolução nº 139, de 17 de março de 2010 para dispor sobre o processo de escolha em data unificada em todo o território nacional dos membros do Conselho Tutelar;

CONSIDERANDO a Lei Complementar nº 51, de 07 de dezembro de 2012, que dispõe sobre a organização, funcionamento e criação do Conselho Tutelar, sobre o regime jurídico dos conselheiros tutelares e dá outras providências;

CONSIDERANDO a deliberação aprovada na reunião Ordinária 10 de maio de 2016

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar o Edital nº 001/2016, 10 de maio de 2016 que torna público as Diretrizes do Processo de Escolha de 01 (um) membro titular e 05 (cinco) membros suplentes, para compor o Conselho Tutelar de Gaspar gestão 2016/2020 e, abre inscrições, estabelece o calendário e dá outras providências.

Gaspar, 10 de maio de 2015

THAISE DE QUADROS

Presidente do CMDCA

Governador Celso Ramos

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO RP 28/2016

AVISO DE LICITAÇÃO

O MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS COMUNICA AOS INTERESSADOS QUE REALIZARÁ A LICITAÇÃO NA FORMA ABAIXO:

PREGÃO PRESENCIAL 28/2016

O Município de Governador Celso Ramos/SC torna público que realizará licitação Menor Preço.

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS GRÁFICOS PARA PRODUÇÃO DE MATERIAL GRÁFICO E COMUNICAÇÃO VISUAL. ASSIM COMO SERVIÇOS DE DESIGN GRÁFICO E ANALISTA DE MÍDIAS SOCIAIS CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONTIDAS NO EDITAL E SEUS ANEXOS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO INCLUINDO A SECRETARIA DA SAÚDE.

DATA DA ENTREGA DOS ENVELOPES: 23/05/2016 até às 10h00min.

DATA DE ABERTURA DA REUNIÃO PÚBLICA: 23/05/2016 às 10h30min.

Os interessados deverão retirar o edital na sede da Prefeitura de segunda a sexta feira, das 13:30 as 18:30hs no Setor de Licitações ou requisitar o mesmo pelo e-mail: licitacaogovernadorcelsoramos@gmail.com.

Governador Celso Ramos, 10 de Maio de 2016.
Mariana de Souza Fernandes
PREGOEIRA

RETIFICAÇÃO DE AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO 27/2016

RETIFICAÇÃO AVISO DE LICITAÇÃO

O MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS COMUNICA AOS INTERESSADOS QUE REALIZARÁ A LICITAÇÃO NA FORMA ABAIXO:

PREGÃO PRESENCIAL 27/2016

O Município de Governador Celso Ramos/SC torna público que realizará licitação Menor Preço.

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE UNIFORMES ESCOLARES PARA USO DOS ALUNOS DAS REDES DE ENSINO INFANTIL E FUNDAMENTAL DO MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC.

ONDE SE LÊ:

DATA DA ENTREGA DOS ENVELOPES: 20/05/2016 até às 14h00min.

DATA DE ABERTURA DA REUNIÃO PÚBLICA: 20/05/2016 às 14h30min.

LEIA-SE:

NOVA DATA DA ENTREGA DOS ENVELOPES: 21/05/2016 até às 14h00min.

NOVA DATA DE ABERTURA DA REUNIÃO PÚBLICA: 21/05/2016 às 14h30min.

Os interessados deverão retirar o edital na sede da Prefeitura de segunda a sexta feira, das 13:30 as 18:30hs no Setor de Licitações ou requisitar o mesmo pelo e-mail: licitacaogovernadorcelsoramos@gmail.com.

Governador Celso Ramos, 10 de Maio de 2016.
Mariana de Souza Fernandes
PREGOEIRA

SAMAE - Gov. CELSO RAMOS

EXTRATO AO CONTRATO 012/2016

EXTRATO DE CONTRATO Nº 012/2016

CONTRATANTE – SAMAE DE GOVERNADOR CELSO RAMOS.

CONTRATADO – AUTO POSTO ATALAIA EIRELI-EPP.

DO OBJETO – AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEL, COM FORNECIMENTO CONTÍNUO E FRACIONADO, CONFORME DEMANDA, POR UM PERÍODO DE 12 (dez) MESES, PARA SUPRIR AS NECESSIDADES DA FROTA DE VEÍCULOS DO SAMAE DE GOVERNADOR CELSO RAMOS.

A CONTRATADA compromete-se a fornecer 25.000 (Vinte cinco mil) litros de Gasolina Comum, 7.000 (sete mil) litros de óleo diesel S 10, que serão abastecidos nos veículos e nos equipamentos da CONTRATANTE, mediante autorização por escrito, pelo período de duração do presente instrumento.

O preço unitário por litro, na data da abertura das propostas é de: R\$ 2,86 (Dois reais e oitenta e seis centavos), para o Óleo Diesel; de R\$ 3,47(Três reais e quarenta e sete centavos) para a Gasolina comum.

VIGÊNCIA – O prazo de vigência do presente contrato é até 10/05/2017, devendo ser iniciado em 10/05/2016, contatos a partir de sua assinatura.

DOTAÇÃO – 3.3..90.30.01.00.00.00 (8) – Combustíveis e Lubrificantes automotivos exercício 2016.

FUDAMENTO LEGAL – Lei 8.666/93, Pregão Presencial nº 003/2016.

KLEBER LEITE

DIRETOR GERAL DO SAMAE GOV. CELSO RAMOS

Guaramirim

PREFEITURA

AVALIAÇÃO 4ª CHAMADA AMOSTRAS - LICITAÇÃO Nº 21/2016

4ª Chamada- Avaliação das amostras entregues pelas empresas
Gêneros Alimentícios para Alimentação Escolar/2016

Data: 09/05/2016

Item Gênero Alimentício Empresa vencedora Marca da amostra
Marca da proposta Conformidade das características da amostra
em relação a descrito no edital

Avaliação

21 Carne de ave/frango- coxa e sobrecoxa (kg) Oesa Comércio e Representação Ltda

Granjeiro Granjeiro Adequada Positiva

22 Carne de ave/frango- peito de frango sem osso (kg) Frontal Distribuidora Agroveneto Agroveneto Adequada Positiva

23 Carne de ave/frango- peito de frango sem osso (kg) Oesa Comércio e Representação Ltda

Granjeiro Granjeiro Adequada Positiva

26 Carne bovina congelada em pedaços- músculo traseiro (kg) Frontal Distribuidora Menestrina Menestrina Adequada Positiva

27 Carne bovina congelada em pedaços- músculo traseiro (kg) Frontal Distribuidora Menestrina Menestrina Adequada Positiva

28 Carne suína congelada- paleta (kg) Frontal Distribuidora Tomelin Tomelin Adequada Positiva

Giane Seemann Nass e Juliana B. Antoniutti (Nutricionistas) e Ceníra Telma Weber Hohl (Diretora Administrativa)

AVISO CONTINUIDADE SESSÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 21/2016

Prefeitura Municipal de Guaramirim

PREGÃO PRESENCIAL N.º 21/2016

OBJETO: AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA MERENDA ESCOLAR

Diante da análise das amostras pela equipe técnica da Secretaria da Educação após a inabilitação dos licitantes anteriormente classificados, fica designado o dia 13 de Maio de 2016 no horário das 09:00 (nove) horas, no setor de Licitações da Prefeitura de Guaramirim - sito a Rua 28 de Agosto, 2042, Centro, Guaramirim (SC), para conclusão do certame, inclusive para manifestação de intenção de recursos, se assim os licitantes desejarem.

Carlos Felipe Fischer

Pregoeiro-substituto para o ato

Portaria 67/2016

AVISO DE LICITAÇÃO DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 014/2016 - FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS – SETOR DE LICITAÇÕES

AVISO DE LICITAÇÃO

Edital: Pregão Presencial nº 014/2016 – FMS

Processo Licitatório: 014/2016 – FMS

Tipo: Menor Preço – Por Item

Objeto: Aquisição de dietas especiais com marcas específicas para fornecimento aos pacientes com determinações judiciais contra o município de Guaramirim e dietas especiais genéricas para pacientes assistidos pelo setor de serviço social da secretaria municipal de saúde de Guaramirim (SC).

Entrega dos Envelopes: até 25/05/2016 às 09h00min

Abertura dos Envelopes: 25/05/2016 às 09h00min

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Rua 28 de Agosto, nº 2042, bairro Centro, município de Guaramirim, estado de Santa Catarina, nos dias úteis de segunda à sexta-feira, das 08:00h às 12:00h e das 13:00h às 16:00h, pelo site www.guaramirim.sc.gov.br ou pelo fone (47) 3373-0247.

Guaramirim (SC), 10 de maio de 2016.

LAURO FROHLICH

PREFEITO MUNICIPAL

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 16/2016 FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE GUARAMIRIM

AVISO DE LICITAÇÃO

Edital: Pregão Presencial 16/2016

Processo Licitatório: 16/2016

Tipo: Menor Preço - Por Item

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA A FUTURA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS AMBULATORIAIS, EQUIPAMENTOS, ÓRTESES E PRÓTESES PARA O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE GUARAMIRIM (SC).

Entrega dos Envelopes: 23/05/2016 às 09h00min

Abertura dos Envelopes: 23/05/2016 às 09h00min

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Rua 28 de Agosto, 2042, nos dias úteis de segunda à sexta-feira, das 08:00h às 12:00h e das 13:00h às 16:00h, pelo site www.guaramirim.sc.gov.br ou pelo fone (47) 3373-0247.

Guaramirim (SC), 10 de maio de 2016.

LAURO FROHLICH

PREFEITO MUNICIPAL

DECRETO Nº. 648/2016

DECRETO Nº. 648/2016

Nomeia Comissão Coordenadora de Monitoramento e Avaliação do Plano Municipal de Educação.

Lauro Fröhlich, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal e com o art. 4º, da Lei nº. 4252/2015;

DECRETA:

Art. 1º. Nomear a Comissão Coordenadora de Monitoramento e Avaliação do Plano Municipal de Educação, formada pelos seguintes membros:

- I - Marja Prüsse Rebelatto;
- II - Mara Cleonice Brayer;
- III - Simone Dalsóquio;
- IV - Luciene Martins Franco;
- V - Cláudia Roberta Chiodini.

Art. 2º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Guaramirim/SC, 09 de maio de 2016.
Lauro Fröhlich
Prefeito

Denilson Weiss
Secretário de Administração e Finanças

DECRETO Nº. 649/2016

DECRETO Nº. 649/2016

Abre crédito suplementar no valor de R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais).

Lauro Fröhlich, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um crédito suplementar no valor de até 80.000,00 (oitenta mil reais) constante do orçamento Municipal, a saber:

Dotações Suplementadas	
Código	Descrição
05	Secretaria de Planejamento e Desenvol. Urbano
05.002	Demutram
05.002.0006.0181.0003.2100	Manutenção das Ações da Polícia Militar
3449000000000000	Aplicações Diretas
03100000	Convênio de Trânsito - Militar
Total Ação	80.000,00

Art. 2º. Os recursos para as suplementações de que trata o artigo anterior, são oriundas da anulação do item abaixo relacionado:

Dotações Anuladas	
Código	Descrição
05	Secretaria de Planejamento e Desenvol. Urbano
05.002	Demutram
05.002.0006.0181.0003.2100	Manutenção das Ações da Polícia Militar
3339000000000000	Aplicações Diretas
03100000	Convênio de Trânsito - Militar

Total Ação	80.000,00
------------	-----------

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor a partir de sua publicação.

Guaramirim/SC, 10 de maio de 2016.
Lauro Fröhlich
Prefeito

Denilson Weiss
Secretário de Administração e Finanças

EXTRATO DE ATA DE RP Nº01/2016 -HSA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM
HOSPITAL MUNICIPAL SANTO ANTÔNIO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 01/2016 - HSA
PREGÃO PRESENCIAL N.º 02/2016
Objeto: Aquisição de água mineral, bombona de água e carga de gás. Modalidade de Licitação: Pregão Presencial n.º02/2016 - HSA Órgão Gestor: Hospital Municipal Santo Antônio, inscrita no CNPJ sob o nº 84.092.709/0001-54, com sede na Rua João Butschardt, n.º05, Município de Guaramirim (SC). Fornecedor: HEMILI GIURIATTI RIBAS ME, com sede na Rua 28 de Agosto, 500, em Guaramirim/SC, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 09.577.101/0001-02. Valor: R\$ 25.380,00 (vinte e cinco mil trezentos e oitenta reais)
Vigência: Início: 28/04/2016 Término: 27/04/2017.
Guaramirim-SC, 10 de maio de 2016.
MÁRCIA ADRIANA PRUESSE
GESTORA HSA

EXTRATO DE ATA DE RP Nº02/2016 -HSA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM
HOSPITAL MUNICIPAL SANTO ANTÔNIO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 02/2016 - HSA
PREGÃO PRESENCIAL N.º 03/2016
Objeto: Aquisição de soros e soluções. Modalidade de Licitação: Pregão Presencial n.º03/2016 - HSA Órgão Gestor: Hospital Municipal Santo Antônio, inscrita no CNPJ sob o nº 84.092.709/0001-54, com sede na Rua João Butschardt, n.º05, Município de Guaramirim (SC). Fornecedor: ALTERMED MAT. MED. HOSP. LTDA, com sede na Estrada Boa Esperança, 2320, em Rio do Sul, SC, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 00.802.002/0001-02 Valor: 61.490,20 (sessenta e um mil quatrocentos e noventa reais e vinte centavos). Fornecedor: EXTRA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES LTDA EPP, com sede na Rua Rui Barbosa, 69, em Aranguá, SC, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 06.035.038/0001-86 Valor: R\$64.700,00 (sessenta e quatro mil setecentos reais). Fornecedor: INFINITY MEDICAMENTOS EIRELLI EPP, com sede na Rua Ottokar Doerffel, 1112, em Joinville, SC, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 23.240.000/0001-64 Valor: R\$18.823,00 (dezoito mil oitocentos e trinta reais). Fornecedor: METROMED COM. MAT. MED. HOSP. LTDA, com sede na Estrada Boa Esperança, 1918, em Rio do Sul, SC, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 83.157.032/0001-22 Valor: R\$32.332,00 (trinta e dois mil trezentos e trinta e dois reais). Vigência: Início: 03/05/2016 Término: 02/05/2017.
Guaramirim-SC, 10 de maio de 2016.
MÁRCIA ADRIANA PRUESSE
GESTORA HSA

EXTRATO DE ATA DE RP Nº03/2016 - HSA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM
HOSPITAL MUNICIPAL SANTO ANTÔNIO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 03/2016 - HSA
PREGÃO PRESENCIAL N.º 06/2016
Objeto: Aquisição de gêneros alimentícios.
Modalidade de Licitação: Pregão Presencial n.º06/2016 - HSA
Órgão Gestor: Hospital Municipal Santo Antônio, inscrita no CNPJ sob o nº 84.092.709/0001-54, com sede na Rua João Butschardt, n.º05, Município de Guaramirim (SC).
Fornecedor: FRONTAL DISTRIBUIDORA EIRELLI EPP, com sede na Rua José Theodoro Ribeiro, 1058, em Jaraguá do Sul, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 22.621.552/0001-50
Valor: R\$241.215,28 (duzentos e quarenta e um mil duzentos e quinze reais e vinte e oito centavos).
Vigência: Início: 09/05/2016 Término: 08/05/2017.
Guaramirim-SC, 10 de maio de 2016.
MÁRCIA ADRIANA PRUESSE
GESTORA HSA

EXTRATO DE ATA DE RP Nº04/2016 - HSA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM
HOSPITAL MUNICIPAL SANTO ANTÔNIO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 04/2016 - HSA
PREGÃO PRESENCIAL N.º 07/2016
Objeto: Aquisição de pães.
Modalidade de Licitação: Pregão Presencial n.º07/2016 - HSA
Órgão Gestor: Hospital Municipal Santo Antônio, inscrita no CNPJ sob o nº 84.092.709/0001-54, com sede na Rua João Butschardt, n.º05, Município de Guaramirim (SC).
Fornecedor: PANIFICADORA E CONFEIT KENO'S LTDA EPP, com sede na Rua 28 de Agosto, 2737, em Guaramirim/SC, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 073.823.015/0001-23
Valor: R\$30.559,50 (trinta mil quinhentos e cinquenta e nove reais e cinquenta centavos).
Vigência: Início: 10/05/2016 Término: 09/05/2017.
Guaramirim-SC, 11 de maio de 2016.
MÁRCIA ADRIANA PRUESSE
GESTORA HSA

EXTRATO DE CONTRATO Nº01/2016 - HSA

Estado de Santa Catarina
 PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM
 HOSPITAL MUNICIPAL SANTO ANTÔNIO
 EXTRATO DE CONTRATO 01/2016

Processo de Licitação: 05/2016 – HSA

Modalidade: Dispensa

Objeto: DESINSETIZAÇÃO, DESRATIZAÇÃO E LIMPEZA DE RESERVATÓRIO DE ÁGUA.

Contratante: Hospital Municipal Santo Antônio, inscrita no CNPJ sob o nº 84.092.709/0001-54, com sede na Rua João Butschardt, nº05, Município de Guaramirim, Estado de Santa Catarina.

Contratada: GUARAMIRIM CONTROLE DE PRAGAS LTDA-ME CNPJ: 07.585.969/0001-10.

Valor: R\$ 7.020,00 (sete mil e vinte reais) em 12 (doze) parcelas mensais de R\$ 585,00 (quinhentos e oitenta e cinco reais).

Data da Assinatura: 18/04/2016 Vigência: 18/04/2016 até 17/08/2017.

GUARAMIRIM (SC), 10/05/2016.

MÁRCIA ADRIANA PRUESSE

GESTOR DO HSA

Guarujá do Sul

PREFEITURA

DECRETO ADMINISTRATIVO 037/2016

Decreto Administrativo 037/2016

Altera parte da Nomeação dos membros da Comissão Municipal do Concurso Público, Edital 001/2016, e adota outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE GUARUJÁ DO SUL, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere o inciso VII, do artigo 63, da Lei Orgânica Municipal, promulgada em 5 de abril de 1990, e,

Considerando que funcionários designados para compor a Comissão, apresentaram comprovante de Inscrição como Candidatos a competir um cargo no Concurso Público Edital 001/2016, é que

RESOLVE:

Art. 1º Altera Designação de parte dos membros que compõem a Comissão Municipal do Edital de Concurso Público, Edital 001/2016, com as incumbências de auxiliarem na organização, coordenação, fiscalização dos atos de elaboração e concretização de Edital, ficando assim constituída: Francisco Júnior Garcia de Mattos, Adelise de Oliveira, Rosmari Kaiber Vergutz, Janice Ines Riffel, Ines Salete Cavalheiro Martins de Martins, Claudio Inacio Weschenfelder, Adriane Schneider Gossler, Vanusa Simone Muller e Diana Regina Possato.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE GUARUJÁ DO SUL, SC, em, 09 de março de 2016.
64º ano da Fundação e 54º ano da Instalação

José Carlos Foiatto
Prefeito Municipal

- Certifico que o presente Decreto Administrativo foi publicado e registrado nesta Secretaria em data supra.

Cláudio Inácio Weschenfelder
Secretário de Administração e Fazenda

DECRETO ADMINISTRATIVO 051/2016

Decreto Administrativo 051/2016

Altera parte da Nomeação dos membros da Comissão Municipal do Teste Seletivo, Edital 001/2016, e adota outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE GUARUJÁ DO SUL, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere o inciso VII, do artigo 63, da Lei Orgânica Municipal, promulgada em 5 de abril de 1990,

RESOLVE:

Art. 1º Altera parte dos membros designados a compor a Comissão Municipal do Edital de teste Seletivo, Edital 001/2016, com as incumbências de auxiliarem na organização, coordenação, fiscalização dos atos de elaboração e concretização de Edital, ficando assim constituída: Francisco Júnior Garcia de Mattos, Adelise de Oliveira, Rosmari Kaiber Vergutz, Janice Ines Riffel, Ines Salete Cavalheiro Martins de Martins, Claudio Inacio Weschenfelder, Adriane Schneider Gossler, Vanusa Simone Muller e Diana Regina Possato.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE GUARUJÁ DO SUL, SC, em, 17 de março de 2016.
64º ano da Fundação e 54º ano da Instalação

José Carlos Foiatto
Prefeito Municipal

- Certifico que o presente Decreto Administrativo foi publicado e registrado nesta Secretaria em data supra.

Cláudio Inácio Weschenfelder
Secretário de Administração e Fazenda

EXTRATO DE CONTRATO E TERMO ADITIVO - CT 39 / TA 01 CT 02/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE GUARUJÁ DO SUL
EXTRATO DE CONTRATO
CONTRATO Nº. 39/2016

PROCESSO LICITATORIO Nº. 17/2016 – PREGÃO PRESENCIAL Nº. 14/2016

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE GUARUJÁ DO SUL
CONTRATADO: MARAVIMAQUINAS COM DE PEÇAS E SERVIÇOS LTDA ME

OBJETO: Contratação de mão de obra com fornecimento das respectivas peças para reforma do Trator de Esteira D 41 E, utilizada pela Secretaria Municipal de Transportes e Obras do município de Guarujá do Sul.

VALOR TOTAL: R\$ 45.000,00

EXECUÇÃO: 30 dias

VIGENCIA DO CONTRATO: 30/06/2016.

Guarujá do Sul, SC, 10 de maio de 2016.

Jose Carlos Foiatto,
Prefeito Municipal.

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE GUARUJÁ DO SUL
EXTRATO DE TERMO ADITIVO

PRIMEIRO TERMO ADITIVO - CONTRATO Nº. 02/2016

PROCESSO LICITATORIO Nº. 62/2015 - PREGÃO PRESENCIAL Nº. 33/2015

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE GUARUJÁ DO SUL

CONTRATADO: PRESTADORA DE SERVIÇOS CNGT LTDA ME

OBJETO: Fica acrescida a quantidade de 150 horas de serviço de horas de silagem para confecção de silagem, além daquela prevista no Contrato (750 horas).

VALOR: R\$ 18.900,00

Guarujá do Sul, SC, 10 de maio de 2016.

Jose Carlos Foiatto,
Prefeito Municipal

Herval d'Oeste

PREFEITURA

LEI Nº 3143/2016

LEI Nº 3143/2016

"Institui os "JOGOS INTERBAIRROS" no município de Herval d'Oeste, Estado de Santa Catarina e dá outras providências"

NELSON GUINDANI, Prefeito Municipal,

Faço saber a todos os habitantes do município de Herval d'Oeste, Estado de Santa Catarina, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Ficam instituídos os "JOGOS INTERBAIRROS" do município de Herval d'Oeste, competição poli esportiva a ser realizada, anualmente, neste município.

Art. 2º A competição de que trata o Art. 1º será planejada, organizada e dirigida pela Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, que definirá o período de realização, incluindo-as em seu calendário anual de eventos.

Art. 3º As despesas para a execução desta lei correrão por conta de dotações orçamentárias correntes próprias, suplementadas se necessário.

Art. 4º Caberá ao Poder Executivo Municipal, através de regulamentação, definir e editar normas complementares necessárias à execução da presente Lei.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Herval d'Oeste-SC 10, de maio de 2016.

NELSON GUINDANI

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 615/2016

PORTARIA Nº 615/2016

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONCEDER ATRIBUIÇÃO DE EXERCÍCIO, à Servidora LUANA LAÍS FERRONATTO DE MORAES (Matr. 4214), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Professor, Nível/Referência – 6/A, Anexo XI da LC Nº 316/2013, 20 horas semanais, lotada junto a EBM Cruz e Sousa, do turno vespertino, para o turno matutino, para atuar no GEM Profº Adolfo Becker, na vaga da servidora Viviane Aparecida Campanhol Sbrussi, a contar de 09 de maio de 2016 até o término do ano letivo de 2016.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 09 de Maio de 2016.

Nelson Guindani

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 616/2016

PORTARIA Nº 616/2016

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

ALTERAR A PORTARIA Nº 553/2016, da Servidora MARIZETE VINGLA DE MATOS SCHALY (Matr. 4306), a qual exerce a função de Professor, Nível – 2 - Referência "A", Anexo XI da LC Nº 316/2013, 20 horas semanais, turno vespertino, Educação Infantil, sendo que a mesma passará a atuar junto a EBM Cruz e Sousa, em substituição à Servidora Luana Laís Ferronato de Moraes, a partir de 10 de maio de 2016 até o término do ano letivo de 2016, aprovada e classificada em 37º lugar pelo Processo Seletivo 002/2015 – SMECE/HO de 07 de dezembro de 2015, homologado em 01 de fevereiro de 2016, de conformidade com o que preceitua a Lei Complementar Nº 291/2011. Sendo que seu contrato de trabalho será regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Herval d'Oeste.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 10 de Maio de 2016.

Nelson Guindani

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 617/2016

PORTARIA Nº 617/2016

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Contratar em Caráter Temporário, a Senhora JUREMA CARICIMI (Matr. 4318), para exercer a função de Professor, Nível – 2 - Referência "A", Anexo XI da LC Nº 316/2013, 20 horas semanais, turno vespertino, Educação Infantil, junto a EBM Cruz e Sousa, em substituição à Servidora Leila Cesar, que se encontra afastada para Tratamento de Saúde, a partir de 10 de maio de 2016 enquanto perdurar seu afastamento, limitado ao término do ano letivo de 2016, aprovada e classificada em 49º lugar pelo Processo Seletivo 002/2015 – SMECE de 07 de dezembro de 2015, homologado em 01 de fevereiro de 2016, constante do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal, de conformidade com o que preceitua a Lei Complementar Nº 291/2011. Sendo que seu contrato de trabalho será regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Herval d'Oeste.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 10 de Maio de 2016.
Nelson Guindani
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 618/2016

PORTARIA Nº 618/2016

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Contratar em Caráter Temporário, a Senhora MARIA SALETE PI-GATTO (Matr. 4319), para exercer a função de Professor de AEE – Atendimento Educacional Especializado, Nível – 2 - Referência "A", Anexo XI da LC Nº 316/2013, 20 horas semanais, turno vespertino, junto ao CME Pequeno Príncipe, a partir de 10 de maio de 2016 até que perdure o atendimento ao(s) aluno(s) que motivou o contrato, limitado ao término do ano letivo de 2016, classificada na Chamada Pública de que trata o Edital Nº 012/2016/SMECE, de 04 de maio de 2016, de conformidade com o que preceitua a Lei Complementar Nº 291/2011. Sendo que seu contrato de trabalho será regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Herval d'Oeste.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 10 de Maio de 2016.
Nelson Guindani
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 619/2016

PORTARIA Nº 619/2016

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Contratar em Caráter Temporário, a Senhora PRISCILA DE QUADROS (Matr. 4320), para exercer a função de Professor, Nível – 1 - Referência "A", Anexo XI da LC Nº 316/2013, 20 horas semanais, turno vespertino, Anos Iniciais, junto a EBM Cruz e Sousa, em substituição à Servidora Dayane Aparecida dos Santos Tomé, que se encontra afastada para Tratamento de Saúde, a partir de 10 de maio de 2016 enquanto perdurar seu afastamento, limitado ao término do ano letivo de 2016, classificada na Chamada Pública de que trata o Edital Nº 012/2016/SMECE, de 04 de maio de 2016, de conformidade com o que preceitua a Lei Complementar Nº 291/2011. Sendo que seu contrato de trabalho será regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Herval d'Oeste.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 10 de Maio de 2016.
Nelson Guindani
Prefeito Municipal

PREGÃO PRESENCIAL Nº 018/2016

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 036/2016

PREGÃO PRESENCIAL Nº 018/2016

UNIDADE GESTORA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

TIPO: Menor preço por item

OBJETO

Aquisição de tapetes vinílicos personalizados estilo capacho, vulcanizados para as diversas ESF'S da Secretaria Municipal de Saúde

ENTREGA DOS ENVELOPES

Até às 14h00min horas do dia 24/05/2016

LOCAL DA REALIZAÇÃO DA SESSÃO PÚBLICA DO PREGÃO:

Prefeitura Municipal de Herval d'Oeste, situada na Rua Nereu Ramos, nº 389, Centro, na cidade de Herval d'Oeste (SC), Sala de Reuniões do Setor de Compras e Licitações.

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

Lei Federal nº 8.666/93, de 21 de junho de 1993, Lei federal nº 10.520 de 17 de julho de 2002, e Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006,

EDITAL NA ÍNTEGRA

O Edital na íntegra está à disposição dos interessados no Setor de Compras e Licitações, situado na Rua Nereu Ramos, nº 389, Centro, na cidade de Herval d'Oeste (SC), ao custo de R\$ 18,65 (dezoito reais e sessenta e cinco centavos), ou no site www.hervaldoeste.sc.gov.br, sem custo adicional. Outras informações pelo fone (49) 3554 0922

Herval d'Oeste, 10 de maio de 2016.

NELSON GUINDANI

PREFEITO MUNICIPAL

PREGÃO PRESENCIAL Nº 019/2016

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 037/2016

PREGÃO PRESENCIAL Nº 019/2016

UNIDADE GESTORA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

TIPO: Menor preço por item

OBJETO

Registro de Preços para a eventual aquisição de tiras reagentes para dosagem de glicemia, com fornecimento (em comodato) de até 160 (cento e sessenta) aparelhos (glicosômetros - medidor de glicemia), para uso nas Unidades Sanitárias do Município de Herval d'Oeste pelo período de 12 meses

ENTREGA DOS ENVELOPES

Até às 14h00min horas do dia 25/05/2016

LOCAL DA REALIZAÇÃO DA SESSÃO PÚBLICA DO PREGÃO:

Prefeitura Municipal de Herval d'Oeste, situada na Rua Nereu Ramos, nº 389, Centro, na cidade de Herval d'Oeste (SC), Sala de Reuniões do Setor de Compras e Licitações.

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

Lei Federal nº 8.666/93, de 21 de junho de 1993, Lei federal nº 10.520 de 17 de julho de 2002, e Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006,

EDITAL NA ÍNTEGRA

O Edital na íntegra está à disposição dos interessados no Setor de Compras e Licitações, situado na Rua Nereu Ramos, nº 389, Centro, na cidade de Herval d'Oeste (SC), ao custo de R\$ 18,65 (dezoito reais e sessenta e cinco centavos), ou no site www.hervaldoeste.sc.gov.br, sem custo adicional. Outras informações pelo fone (49) 3554 0922

Herval d'Oeste, 10 de maio de 2016.

NELSON GUINDANI

PREFEITO MUNICIPAL

TERMO ADITIVO Nº 017/2016

MUNICÍPIO DE HERVAL D'OESTE

Unidades Gestora: "Fundo Municipal de Saúde de Herval d'Oeste"

CNPJ/MF Nº 17.799.033/0001-46

Rua Nereu Ramos nº 389 – Centro

CONTRATANTE

Estado de

MUNICÍPIO DE HERVAL D'OESTE

Empresa: H Med Serviços Médicos Ltda.

CNPJ/MF Nº 21.589.688/0001-67

Endereço: Rua Rui Barbosa, 117 - Centro

CONTRATADA

TERMO ADITIVO Nº 017/2016 DE 09 DE MAIO DE 2016

Pelo presente instrumento de contrato, O Fundo Municipal de Saúde de Herval d'Oeste, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público, estabelecido na Rua Nereu Ramos, nº 389 Centro, Herval d'Oeste - SC, inscrito no CNPJ sob nº 17.799.033/0001-46 neste ato representado pelo Prefeito Municipal senhor, Senhor Nelson Guindani, Prefeito Municipal, brasileiro, casado, residente e domiciliado na cidade de Herval d'Oeste, Estado de Santa Catarina, inscrito no CPF Nº 501.589.459-72, doravante denominada de CONTRATANTE, e a Empresa H Med Serviços Médicos Ltda, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF Nº 21.589.688/0001-67, estabelecida na Rua Rui Barbosa, 117 - Centro, no Município de Herval d'Oeste - SC, denominada simplesmente de CONTRATADA, resolvem celebrar o presente termo aditivo, de comum acordo e com amparo legal na Lei 8.666/93, Processo Licitatório nº 024/2015, inexigibilidade de licitação nº009/2015, edital de credenciamento nº 001/2015, pelas seguintes cláusulas que seguem:

Cláusula Primeira – Do Objeto

Este Termo Aditivo tem por objeto o acréscimo total de 18.960 horas para o exercício 2016 conforme quadro abaixo:

Item	Descrição	Unidade	Quantidade	Valor Unitário (R\$)	Valor Total R\$
01	Prestação de serviços de Plantões Médicos junto a Unidade de Pronto Atendimento Remi Alecio Mascarello - UPA 24 Horas, em Plantões de Segunda à Domingo, inclusive feriados, com atendimento Ininterrupto de 24 horas de toda a demanda. com dois profissionais por turno horário	Hora	18.960	120,00	2.275.200,00

CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR

O Valor a ser pago pela hora trabalhada do plantonista permanece em R\$ 120,00 (cento e vinte reais), podendo ser reajustado a partir de um ano contratual em conformidade com a cláusula sexta do contrato ora aditado.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

O presente Termo aditivo é celebrado com base no artigo no artigo 65 inciso I , da Lei Federal 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada e Legislação Complementar.

CLÁUSULA QUARTA – Das Disposições Finais

Todos os demais itens e cláusulas que não foram modificados por força deste Termo Aditivo, permanecem em pleno vigor sendo o presente assinado pelas partes em 04 (quatro) vias de igual teor e forma.

Herval d'Oeste 09 de maio de 2016

NELSON GUINDANI

Prefeito

CPF: 501.589.459-72

Contratante

Testemunhas:

Rubens Antonio Correia

CPF: 687.857.399-87

Vera Lucia da Silva Bilibio

CPF: 600.730.049-87

Ilhota

PREFEITURA

DECRETO 114 2016

Decreto nº 114, de 25 de abril de 2016

DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA, ÁREAS DE TERRAS LOCALIZADAS NESTE MUNICÍPIO.

DANIEL CHRISTIAN BOSI, Prefeito do Município de Ilhota, no uso de suas atribuições legais, especialmente as estabelecidas na Lei Orgânica do Município, no art. 72, inciso IV e em conformidade com o art. 5º, alínea "i" do Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941,

DECRETA:

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública, nos termos da alínea "i" do art. 5º do Decreto-Lei nº 3.365/41, a seguinte área de terras abaixo descrita e que faz parte do todo da área matriculada no Cartório de Registro de Imóveis de Gaspar sob nº 39.998:

Um terreno rural, destinado para a Rua Flor Eduardo de Souza, marco de amarração V17, distante 167 (cento e sessenta e sete) metros da cabeceira da margem esquerda da ponte sobre o Rio Luiz Alves, município de Ilhota, Comarca de Gaspar, Estado de Santa Catarina, contendo a área de 5.850,80m2 (cinco mil, oitocentos e cinquenta metros e oitenta decímetros quadrados) com a seguinte descrição perimetral: partindo do marco com coordenadas UTM, 718796.069 E e 7026546.058 N, situado na confrontação com JAYME VIRGILIO DE SOUZA E ESPÓLIO DE JOSE ANTONIO CURBANI, deste segue confrontando com o ESPÓLIO DE JOSÉ ANTONIO CURBANI com azimute de 138º54'40" e a distância de 29,51m até o marco V01; deste, segue confrontando com ESPÓLIO DE JOSÉ ANTONIO CURBANI com os seguintes azimutes e distâncias: 143º41'39" e 17,28m até o marco V02; deste segue com 147º51'04" e 24,41m até o marco V03; deste, segue com 154º02'06" e 17,45m até o marco V04; deste, segue com 165º24'46" e 12,33m até o marco V05; deste, segue com 173º23'29" e 6,27m até o marco V06; deste, segue com 173º23'29" e 7,57m até o marco V07; deste, segue com 187º53'31" e 78,54m até o marco V08; deste, segue com 188º40'37" e 153,88m até o marco V09; deste, segue com 171º09'16" e 46,19m até o marco V10; deste, segue com 146º23'12" e 53,83m até o marco V11; deste, segue com 128º59'09" e 40,92m até o marco V12; deste, segue, confrontando com a RUA FLOR EDUARDO DE SOUZA com o azimute de 183º21'00" e a distância de 14,76m até o marco V13; deste, segue confrontando com o ESPÓLIO DE JOSE ANTONIO CURBANI com os seguintes azimutes e distâncias: 308º59'09" E 51,36m até o marco V14; deste, segue com 326º23'12" e 58,30m até o marco V14; deste, segue com 326º23'12" e 58,30m até o marco V15; deste, segue com 351º09'16" e 50,67m até o marco V16; deste, segue com 8º40'37" e 155,63m até o marco V17; deste, segue com 7º55'37" e 76,92m até o marco V18; deste, segue com 353º10'49" e 11,60m até o marco V19; deste, segue com 345º19'52" e 10,19m até o marco V20; deste, segue com 334º02'06" e 15,60m até o marco V21; deste, segue com 327º51'04" e 23,33m até o marco V22; deste, segue com 323º41'39" e 16,35m até o marco V23; deste, segue com 318º54'40" e 14,73m até o marco V24; deste, segue com 318º54'40" e 2,66m até o marco V25; deste, segue confrontando com a RUA FLOR EDUARDO DE SOUZA com o azimute de 4º50'19" e a distância de 16,70m até o marco 0=PP; ponto inicial da descrição deste perímetro.

Parágrafo único: A área acima descrita, será destinada para a rua Flor Eduardo de Souza, para fins de desmembramento, já instituída

e nominada pela respectiva lei.

Art. 2º Referida área foi objeto de termo de doação para fins de arreamento, conforme Termo pactuado entre o Município de Ilhota e Rafael José Curbani, Inventariante de José Antonio Curbani e Ides Schmitt Curbani, datado de 29 de fevereiro de 2016. .

Art. 3º Não incidirão despesas decorrentes da utilização do imóvel acima descrito, uma vez que a área foi doada ao Município pelo proprietário.

Art. 3º Registre-se. Publique-se.

Ilhota, 25 de abril de 2016.

DANIEL CHRISTIAN BOSI

Prefeito Municipal

DECRETO 115 2016

Decreto nº 115, de 25 de abril de 2016

DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA, ÁREAS DE TERRAS LOCALIZADAS NESTE MUNICÍPIO.

DANIEL CHRISTIAN BOSI, Prefeito do Município de Ilhota, no uso de suas atribuições legais, especialmente as estabelecidas na Lei Orgânica do Município, no art. 72, inciso IV e em conformidade com o art. 5º, alínea "i" do Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941,

DECRETA:

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública, nos termos da alínea "i" do art. 5º do Decreto-Lei nº 3.365/41, a seguinte área de terras abaixo descrita e que faz parte do todo da área matriculada no Cartório de Registro de Imóveis de Gaspar sob nº 407:

O terreno destinado para a Estrada Geral Poçinho, bairro Poçinho, Município de Ilhota-SC, contendo área de 1.103,49m2 (hum mil cento e três metros e quarenta e nove decímetros quadrados), fazendo as seguintes medidas e confrontações: inicia no vértice V01, deste segue em 12,00 metros com azimute de 184º18'57" com a Estrada Geral Poçinho até o V02, deste segue em 91,79 metros com azimute de 265º48'37" com terras da Área "B" até o V01, deste segue em 12,00 metros com azimute de 3º56'25" com a Estrada Geral do Poçinho, até o V01, deste segue em 91,85 metros com azimute de 85º57'53" com terras da Área "A" até o V01.

Parágrafo único: A área acima descrita, será destinada para a rua Estrada Geral do Poçinho, para fins de desmembramento.

Art. 2º Referida área foi objeto de termo de doação para fins de arreamento, conforme Termo pactuado entre o Município de Ilhota e Domingos Marques das Neves e sua esposa Brunilda Marques das Neves, datado de 29 de fevereiro de 2016. .

Art. 3º Não incidirão despesas decorrentes da utilização do imóvel acima descrito, uma vez que a área foi doada ao Município pelo proprietário.

Art. 3º Registre-se. Publique-se.

Ilhota, 25 de abril de 2016.

DANIEL CHRISTIAN BOSI

Prefeito Municipal

ERRATA PRG 012 - 2016 MULTIENTIDADES - TUBOS

ERRATA PREGÃO PRESENCIAL Nº 012/2016 - MULTIENTIDADES

O Município de Ilhota, comunica aos interessados no Pregão Presencial nº 012/2016 - MULTIENTIDADES, que o item abaixo passa a ter a seguinte redação:

Onde se lê:

ANEXO I – ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

Item	Especificações	Qtde.	Unid.	Vlr Unit	Vlr Tot
1	TUBOS DE 20 CM - CONCRETO	500,00	TB	16,96	8.480,00
2	TUBOS DE 30 CM - CONCRETO	600,00	TB	21,49	12.894,00
3	TUBOS DE 40 CM - CONCRETO	600,00	TB	31,28	18.768,00
4	TUBOS DE 60 CM - CONCRETO	400,00	TB	64,81	25.924,00
5	TUBO DE CONCRETO 80 CM PA1	400,00	TB	160,05	64.020,00
6	TUBOS DE 1M PA1	520,00	TB	145,86	75.847,20
7	TUBOS DE 1,20M PA1	400,00	TB	324,68	129.872,00
8	CALHA DE TUBO DE CONCRETO DE 30	100,00	UN	11,95	1.195,00

Total Geral: 337.000,20 LEIA-SE:

ANEXO I – ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

Item	Especificações	Qtde.	Unid.	Vlr Unit	Vlr Tot
1	TUBOS DE 20 CM - CONCRETO	500,00	TB	16,96	8.480,00
2	TUBOS DE 30 CM - CONCRETO	600,00	TB	21,49	12.894,00
3	TUBOS DE 40 CM - CONCRETO	600,00	TB	31,28	18.768,00
4	TUBOS DE 60 CM - CONCRETO	400,00	TB	64,81	25.924,00
5	TUBO DE CONCRETO 80 CM PA1	400,00	TB	160,05	64.020,00
6	TUBOS DE 1M PA1 – COTA PRINCIPAL	420,00	TB	209,20	87.864,00
7	TUBOS DE 1,20M PA1 – COTA PRINCIPAL	350,00	TB	324,68	113.638,00
8	CALHA DE TUBO DE CONCRETO DE 30	100,00	UN	11,95	1.195,00
9	TUBOS DE 1M PA1 - COTA RESERVADA	100,00	TB	209,20	20.920,00
10	TUBOS DE 1,20M PA1 - COTA RESERVADA	50,00	TB	324,68	16.234,00

Total Geral: 369.937,00 Desta forma, altera-se a data de abertura da sessão que passará a ser no dia 24 de maio de 2016 às 09:30 horas.

Ilhota, 10 de maio de 2016.

Alex Miranda

Pregoeiro Oficial

LEI 1808 2016

Lei nº 1808, de 03 de maio de 2016.

Institui "Jeton" por reunião, para os membros do Conselho Administrativo e por resolução deste, aos servidores municipais a serviço do Instituto de Previdência dos Servidores Municipais de Ilhota - ILHOTAPREV.

DANIEL CHRISTIAN BOSI, PREFEITO DE ILHOTA, ESTADO DE SANTA CATARINA. FAÇO SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU E EU SANCIONO E PROMULGO A SEGUINTE LEI:

Art. 1º Esta Lei cria Gratificação de Presença, denominada "Jeton", a ser pago por reunião para o Conselho Administrativo, e dá poderes a este para estipular a mesma remuneração aos servidores municipais a serviço do Instituto de Previdência dos Servidores Municipais de Ilhota - ILHOTAPREV, em conformidade com o Decreto-Lei 162 de 18/11/1969.

Art. 2º Ao "Jeton" por efetivo comparecimento atribui-se o valor unitário equivalente a 30 (trinta) vezes a Unidade de Referência Municipal Tributária.

Parágrafo único. Os valores percebidos a título do disposto no caput deste artigo, não integram os vencimentos dos servidores para nenhum efeito.

Art. 3º Sem prejuízo do número mensal necessário ao bom andamento dos serviços, o "Jeton" será atribuído a, no máximo, 01 (uma) reunião do Conselho Administrativo por mês.

Art. 4º O Presidente do Instituto poderá mediante aprovação da maioria do Conselho Administrativo estipular o número de "Jeton" a ser pago ao servidor municipal a serviço do Instituto de Previdência dos Servidores Municipais de Ilhota – ILHOTAPREV.

Art. 5º As despesas decorrentes da presente Lei, correrão a conta do Fundo Municipal de Previdência.

Art. 6º O Instituto de Previdência dos Servidores Municipais de Ilhota - ILHOTAPREV deverá aplicar recursos próprios, no limite estipulado

por Lei ao pagamento do "JETON", criado nesta Lei, e na manutenção, reaparelhamento e modernização do Sistema Previdenciário de Ilhota.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ilhota, SC, em 03 de maio de 2016.

DANIEL CHRISTIAN BOSI

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 393/2016

PORTARIA Nº 393/2016

Tatiana Richart Reichert, Secretária de Administração do Município de Ilhota, no uso de suas atribuições Legais, e dentro do que estabelece o Decreto nº 79 de 17/07/2015, e na forma da Lei:

RESOLVE

ADMITIR, a Srª TAINARA DE LIZ LEANDRO, no cargo de ATENDENTE DE CEIS, em caráter temporário, no regime jurídico estatutário e regime previdenciário geral (INSS), com 200 horas mês, a partir de 04 de maio de 2016.

Dê-se ciência, publique-se e cumpre-se.

Prefeitura Municipal de Ilhota.

Em 04 de maio de 2016.

TATIANA RICHART REICHERT

Secretária de Administração

PORTARIA Nº 395/2016 - REPUBLICAÇÃO POR ERRO MATERIAL

REPUBLICAÇÃO POR ERRO MATERIAL

PORTARIA Nº 395/2016

Daniel Christian Bosi, Prefeito Municipal de Ilhota, no uso de suas atribuições Legais, e na forma da Lei:

RESOLVE

NOMEAR, A COMISSÃO PREPARATÓRIA DA 6º CONFERÊNCIA MUNICIPAL, que será realizada no dia 13 de junho de 2016.
CONSTITUÍDA COM OS SEGUINTE MEMBRO:

CIDNEI GONÇALVES – SECRETÁRIO DE OBRAS

ELI REGINA NAGEL DOS SANTOS – SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO

TATIANE REICHERT – SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO

ANTÔNIO ADOLFO SCHOPPING FILHO – REPRESENTANTE DA CLASSE TRABALHADORA – ENGENHEIRO

ODAIR PEREIRA – REPRESENTANTE DAS ASSOCIAÇÕES DE MORADORES

MÁRCIA APARECIDA DA SILVA - REPRESENTANTE DAS ASSOCIAÇÕES DE PAIS E PROFESSORES

DAIANE PEREIRA - REPRESENTANTE DA APAE

Dê-se ciência, publique-se e cumpre-se.

Prefeitura Municipal de Ilhota.

Em 09 de maio de 2016.

DANIEL CHRISTIAN BOSI

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 396/2016

PORTARIA Nº 396/2016

Tatiana Richart Reichert, Secretária de Administração do Município de Ilhota, no uso de suas atribuições Legais, e dentro do que estabelece o Decreto nº 79 de 17/07/2015, e na forma da Lei:

RESOLVE

ADMITIR, a Srª ANGELA MARIA FERRARI, no cargo de AGENTE DE SAÚDE, em caráter temporário, no regime jurídico estatutário e regime previdenciário geral (INSS), com 200 horas mês, a partir de 05 de maio de 2016.

Dê-se ciência, publique-se e cumpre-se.

Prefeitura Municipal de Ilhota.

Em 09 de maio de 2016.

TATIANA RICHART REICHERT

Secretária de Administração

Imarui

PREFEITURA

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO N.º003/2016.

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO N.º003/2016

O Prefeito de Imaruí, Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, torna pública a abertura das instruções especiais destinadas à realização de PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO N.º003/2016 para CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA DE ASSISTENTE SOCIAL que se regerá pelas normas estabelecidas no Edital 003/2016 e seus anexos. As inscrições serão de 11/05/2016 a 30/05/2016. Os detalhes sobre os cargos, jornada de trabalho, vagas, salário mensal, pré-requisitos e outras determinações, constam do inteiro teor do edital 003/2016, que encontra-se divulgado no site www.imarui.sc.gov.br.

RREO 1º BIMESTRE 2016 (ANEXO 10)

Município de IMARUI - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME DE PREVIDÊNCIA

ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL
2015 a 2089

RREO – ANEXO 10 (LRF, art. 53, § 1º, inciso II)

R\$ 1,00

EXERCÍCIO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (a)	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (b)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO c = (a - b)	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d) = ("d" exercício anterior) + (c)
2015	0,00	0,00	0,00	0,00
2016	0,00	0,00	0,00	0,00
2017	0,00	0,00	0,00	0,00
2018	0,00	0,00	0,00	0,00
2019	0,00	0,00	0,00	0,00
2020	0,00	0,00	0,00	0,00
2021	0,00	0,00	0,00	0,00
2022	0,00	0,00	0,00	0,00
2023	0,00	0,00	0,00	0,00
2024	0,00	0,00	0,00	0,00
2025	0,00	0,00	0,00	0,00
2026	0,00	0,00	0,00	0,00
2027	0,00	0,00	0,00	0,00
2028	0,00	0,00	0,00	0,00
2029	0,00	0,00	0,00	0,00
2030	0,00	0,00	0,00	0,00
2031	0,00	0,00	0,00	0,00
2032	0,00	0,00	0,00	0,00
2033	0,00	0,00	0,00	0,00
2034	0,00	0,00	0,00	0,00
2035	0,00	0,00	0,00	0,00
2036	0,00	0,00	0,00	0,00
2037	0,00	0,00	0,00	0,00
2038	0,00	0,00	0,00	0,00
2039	0,00	0,00	0,00	0,00
2040	0,00	0,00	0,00	0,00
2041	0,00	0,00	0,00	0,00
2042	0,00	0,00	0,00	0,00
2043	0,00	0,00	0,00	0,00
2044	0,00	0,00	0,00	0,00
2045	0,00	0,00	0,00	0,00
2046	0,00	0,00	0,00	0,00
2047	0,00	0,00	0,00	0,00
2048	0,00	0,00	0,00	0,00
2049	0,00	0,00	0,00	0,00
2050	0,00	0,00	0,00	0,00
2051	0,00	0,00	0,00	0,00
2052	0,00	0,00	0,00	0,00
2053	0,00	0,00	0,00	0,00
2054	0,00	0,00	0,00	0,00
2055	0,00	0,00	0,00	0,00
2056	0,00	0,00	0,00	0,00
2057	0,00	0,00	0,00	0,00
2058	0,00	0,00	0,00	0,00
2059	0,00	0,00	0,00	0,00
2060	0,00	0,00	0,00	0,00
2061	0,00	0,00	0,00	0,00
2062	0,00	0,00	0,00	0,00
2063	0,00	0,00	0,00	0,00
2064	0,00	0,00	0,00	0,00
2065	0,00	0,00	0,00	0,00
2066	0,00	0,00	0,00	0,00
2067	0,00	0,00	0,00	0,00
2068	0,00	0,00	0,00	0,00
2069	0,00	0,00	0,00	0,00
2070	0,00	0,00	0,00	0,00
2071	0,00	0,00	0,00	0,00
2072	0,00	0,00	0,00	0,00
2073	0,00	0,00	0,00	0,00
2074	0,00	0,00	0,00	0,00

Município de IMARUI - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME DE PREVIDÊNCIA

ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL
2015 a 2089

RREO – ANEXO 10 (LRF, art. 53, § 1º, inciso II)

R\$ 1,00

EXERCÍCIO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (a)	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (b)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO c = (a - b)	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d) = ("d" exercício anterior) + (c)
2075	0,00	0,00	0,00	0,00
2076	0,00	0,00	0,00	0,00
2077	0,00	0,00	0,00	0,00
2078	0,00	0,00	0,00	0,00
2079	0,00	0,00	0,00	0,00
2080	0,00	0,00	0,00	0,00
2081	0,00	0,00	0,00	0,00
2082	0,00	0,00	0,00	0,00
2083	0,00	0,00	0,00	0,00
2084	0,00	0,00	0,00	0,00
2085	0,00	0,00	0,00	0,00
2086	0,00	0,00	0,00	0,00
2087	0,00	0,00	0,00	0,00
2088	0,00	0,00	0,00	0,00
2089	0,00	0,00	0,00	0,00

Projeção atuarial elaborada em 29/02/2016 e oficialmente enviada para o Ministério da Previdência Social - MPS.

FONTE:

IMARUI , 10/05/2016

 MANOEL VIANA DE SOUSA
 Prefeito Municipal

 PATRÍCIO ANGELO COSTA JÚNIOR
 Chefe de Auditoria e Controle Interno

 MEIRISAINÉ DA SILVA FERN
 Contadora CRC/SC 030561/C

 EMANOEL MATOS
 Secretário de Administração e Finanças

RREO 1º BIMESTRE 2016 (ANEXO 1)

Município de IMARUI - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2016/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO - ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)						
RECEITAS CORRENTES	24.117.725,00	24.117.725,00	4.248.592,23	17,62	4.248.592,23	17,62
RECEITA TRIBUTÁRIA	22.068.725,00	22.068.725,00	3.775.667,23	17,11	3.775.667,23	17,11
IMPOSTOS	1.234.600,00	1.234.600,00	95.888,65	7,77	95.888,65	7,77
TAXAS	845.000,00	845.000,00	89.642,19	10,61	89.642,19	10,61
CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA	384.500,00	384.500,00	6.147,22	1,60	6.147,22	1,60
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	5.100,00	5.100,00	99,24	1,95	99,24	1,95
CONTRIB P/CUSTEIO DO SERVIÇO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA	580.000,00	580.000,00	98.537,73	16,99	98.537,73	16,99
RECEITA PATRIMONIAL	580.000,00	580.000,00	98.537,73	16,99	98.537,73	16,99
RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	305.600,00	305.600,00	43.457,10	14,22	43.457,10	14,22
RECEITA AGROPECUÁRIA	305.600,00	305.600,00	43.457,10	14,22	43.457,10	14,22
OUTRAS RECEITAS AGROPECUÁRIAS	15.000,00	15.000,00	1.295,40	8,64	1.295,40	8,64
RECEITA DE SERVIÇOS	15.000,00	15.000,00	1.295,40	8,64	1.295,40	8,64
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	100.600,00	100.600,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	19.468.925,00	19.468.925,00	3.404.973,02	17,49	3.404.973,02	17,49
TRANSFERÊNCIAS DE INSTITUIÇÕES PRIVADAS	19.418.125,00	19.418.125,00	3.399.884,22	17,51	3.399.884,22	17,51
TRANSF. DE CONV.	100,00	100,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	50.700,00	50.700,00	5.088,80	10,04	5.088,80	10,04
MULTAS E JUROS DE MORA	364.000,00	364.000,00	131.515,33	36,13	131.515,33	36,13
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	49.000,00	49.000,00	10.792,66	22,03	10.792,66	22,03
RECEITA DA DÍVIDA ATIVA	67.000,00	67.000,00	9.224,84	13,77	9.224,84	13,77
RECEITAS DIVERSAS	85.000,00	85.000,00	16.957,29	19,95	16.957,29	19,95
RECEITAS DE CAPITAL	163.000,00	163.000,00	94.540,54	58,00	94.540,54	58,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	2.049.000,00	2.049.000,00	472.925,00	23,08	472.925,00	23,08
OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS	2.000.500,00	2.000.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS	2.000.500,00	2.000.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	40.000,00	40.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	40.000,00	40.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	8.500,00	8.500,00	472.925,00	5.563,82	472.925,00	5.563,82
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	—	—	—	—	—	—
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	24.117.725,00	24.117.725,00	4.248.592,23	17,62	4.248.592,23	17,62
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 1/3

Continuação 2/3

Município de IMARUI - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2016/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)		0,00	0,00		0,00	0,00	0,00
Mobiliária Contratual		0,00	0,00		0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas		0,00	0,00		0,00	0,00	0,00
Mobiliária Contratual		0,00	0,00		0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	24.117.725,00	24.117.725,00	4.248.592,23	17,62	4.248.592,23	17,62	19.869.132,77
DÉFICIT (VI)		—	—		—	—	—
TOTAL (VII) = (V + VI)	24.117.725,00	24.117.725,00	4.248.592,23	17,62	4.248.592,23	17,62	19.869.132,77
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)							
Superávit Financeiro		—	—		—	—	—
Reabertura de Créditos Adicionais		—	—		—	—	—
		—	—		—	—	—

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)
			No Bimestre	Até o Bimestre (f)		No Bimestre	Até o Bimestre (h)		
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	24.117.725,00	24.117.725,00	6.390.895,44	6.390.895,44	17.726.829,56	3.821.656,37	3.821.656,37	20.296.068,63	2.016.676,85
DESPESAS CORRENTES	20.216.125,00	20.216.125,00	6.193.599,25	6.193.599,25	14.022.525,75	3.729.570,60	3.729.570,60	16.486.554,40	1.948.436,32
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	11.986.000,00	11.986.000,00	2.125.454,60	2.125.454,60	9.860.545,40	2.125.434,06	2.125.434,06	9.860.565,94	1.461.407,84
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	240.000,00	240.000,00	3.690,00	3.690,00	236.310,00	3.690,00	3.690,00	236.310,00	3.333,61
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	7.990.125,00	7.990.125,00	4.064.454,65	4.064.454,65	3.925.670,35	1.600.446,54	1.600.446,54	6.389.678,46	483.694,87
DESPESAS DE CAPITAL	3.851.600,00	3.851.600,00	197.296,19	197.296,19	3.654.303,81	92.085,77	92.085,77	3.759.514,23	68.240,53
INVESTIMENTOS	3.351.600,00	3.351.600,00	116.780,28	116.780,28	3.234.819,72	11.569,86	11.569,86	3.340.030,14	7.141,86
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	500.000,00	500.000,00	80.515,91	80.515,91	419.484,09	80.515,91	80.515,91	419.484,09	61.098,67
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	50.000,00	50.000,00	0,00	0,00	50.000,00	0,00	0,00	50.000,00	0,00
RESERVA DE CONTINGENCIA	50.000,00	50.000,00	0,00	0,00	50.000,00	0,00	0,00	50.000,00	0,00
RESERVA DO RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	—	—	—	—	—	—	—	—	—
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	24.117.725,00	24.117.725,00	6.390.895,44	6.390.895,44	17.726.829,56	3.821.656,37	3.821.656,37	20.296.068,63	2.016.676,85

Continua 2/3

Continuação 3/3

Município de IMARUI - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2016/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE
			No Bimestre	Até o Bimestre (f)		No Bimestre	Até o Bimestre (h)		
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)	24.117.725,00	24.117.725,00	6.390.895,44	6.390.895,44	17.726.829,56	3.821.656,37	3.821.656,37	20.296.068,63	2.016.676,85
SUPERÁVIT (XIII)	—	—	—	—	—	—	426.935,86	—	—
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	24.117.725,00	24.117.725,00	6.390.895,44	6.390.895,44	—	3.821.656,37	4.248.592,23	—	2.016.676,85

FONTE:

IMARUI , 10/05/2016

MANOEL VIANA DE SOUSA
Prefeito Municipal

PATRICIO ANGELO COSTA JUNIOR
Chefe de Auditoria e Controle Interno

MEIRISAINÉ DA SILVA FERNANDES
Contadora CRC/SC 030561/O-1

EMANOEL MATOS
Secretário de Administração e Finanças

RREO 1º BIMESTRE 2016 (ANEXO 11)

Município de IMARUI - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVOS DA RECEITA DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DE RECURSOS
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2016/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO - ANEXO 11 (LRF, art. 53, § 1º, inciso II)

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)	SALDO A REALIZAR (c) = (a-b)
RECEITA DE CAPITAL			
ALIENAÇÃO DE ATIVOS	40.000,00	0,00	40.000,00
ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	40.000,00	0,00	40.000,00
TOTAL	40.000,00	0,00	40.000,00

DESPESAS (APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS (e)	DESPESAS INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	PAGAMENTO DE RESTOS A PAGAR (f)	SALDO A PAGAR (g) = (d-e)
Despesas de Capital	40.000,00	3.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	40.000,00
Investimentos	40.000,00	3.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	40.000,00
TOTAL	40.000,00	3.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	40.000,00

SALDO FINANCEIRO A APLICAR	Em 2015 (h)	Em 2016 (i) = (b) - (e+f)	SALDO ATUAL (j) = (h+i)
	0,00		0,00

FONTE:

IMARUI , 10/05/2016

MANOEL VIANA DE SOUSA
Prefeito Municipal

EMANOEL MATOS
Secretário de Administração e Finanças

PATRÍCIO ANGELO COSTA JÚNIOR
Chefe de Auditoria e Controle Interno

MEIRISAINÉ DA SILVA FERNANDES
Contadora CRC/SC 030561/O-1

RREO 1º BIMESTRE 2016 (ANEXO 12)

Município de IMARUI - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2016/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO - ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35)

R\$ 1,00

RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE

	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (b/a)*100
RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA (I)	889.000,00	889.000,00	101.390,19	11,40
Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU	300.000,00	300.000,00	2.483,52	0,83
Imposto sobre Transmissão de Bens Intervivos - ITBI	150.000,00	150.000,00	34.732,60	23,16
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	285.000,00	285.000,00	28.801,38	10,11
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	110.000,00	110.000,00	23.624,69	21,48
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos dos Impostos	2.000,00	2.000,00	732,35	36,62
Divida Ativa dos Impostos	35.000,00	35.000,00	6.600,74	18,86
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos da Dívida Ativa	7.000,00	7.000,00	4.414,91	63,07
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)	12.453.000,00	12.453.000,00	2.249.722,06	18,07
Cota-Parte FPM	8.500.000,00	8.500.000,00	1.566.453,97	18,43
Cota-Parte ITR	35.000,00	35.000,00	1.618,03	4,62
Cota-Parte IPVA	650.000,00	650.000,00	79.752,35	12,27
Cota-Parte ICMS	3.200.000,00	3.200.000,00	590.490,36	18,45
Cota-Parte IP-Exportação	53.000,00	53.000,00	9.141,29	17,25
Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	15.000,00	15.000,00	2.266,06	15,11
Desoneração ICMS (LC 87/96)	15.000,00	15.000,00	2.266,06	15,11
TOTAL DAS RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (III) = I + II	13.342.000,00	13.342.000,00	2.351.112,25	17,62

RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE

	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (c)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (d)	% (d/c)*100
TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE-SUS	2.023.400,00	2.023.400,00	710.439,72	35,11
Provenientes da União	2.020.400,00	2.020.400,00	710.439,72	35,16
Provenientes dos Estados	3.000,00	3.000,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS VOLUNTÁRIAS	400,00	400,00	0,00	0,00
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À SAÚDE	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	2.023.800,00	2.023.800,00	710.439,72	35,10

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)

	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (f)	% (f/e)*100	Até o Bimestre (g)	% (g/e)*100
DESPESAS CORRENTES	4.787.500,00	4.787.500,00	1.886.869,17	39,41	1.375.670,73	28,73
Pessoal e Encargos Sociais	2.528.000,00	2.528.000,00	538.795,92	21,31	538.775,38	21,31
Outras Despesas Correntes	2.259.500,00	2.259.500,00	1.348.073,25	59,66	836.895,35	37,04
DESPESAS DE CAPITAL	305.800,00	305.800,00	43.791,58	14,32	3.950,00	1,29
Investimentos	305.800,00	305.800,00	43.791,58	14,32	3.950,00	1,29

Continua 1/4

Continuação 2/4

Município de IMARUI - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2016/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (f)	% (f/e)*100	Até o Bimestre (g)	% (g/e)*100
DESPESAS DE CAPITAL	305.800,00	305.800,00	43.791,58	14,32	3.950,00	1,29
Investimentos	305.800,00	305.800,00	43.791,58	14,32	3.950,00	1,29
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (IV)	5.093.300,00	5.093.300,00	1.930.660,75	37,91	1.379.620,73	27,09
DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS PARA FINS DE APURAÇÃO DO PERCENTUAL MÍNIMO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (h)	% (h/v)*100	Até o Bimestre (i)	% (i/v)*100
DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA COM ASSISTÊNCIA À SAÚDE QUE NÃO ATENDE AO PRINCÍPIO DE ACESSO UNIVERS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM OUTROS RECURSOS	2.276.300,00	2.276.300,00	732.952,46	37,96	466.478,56	33,81
Recursos de Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS	2.256.300,00	2.256.300,00	732.952,46	37,96	466.478,56	33,81
Recursos de Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Recursos	20.000,00	20.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS AÇÕES E SERVIÇOS NÃO COMPUTADOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS INDEVIDAMENTE NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA¹	-	-	0,00	0,00	-	-
DESPESAS CUSTEADAS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA VINCULADA AOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS²	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS VINCULADOS À PARCELA DO PERCENTUAL MÍNIMO QUE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS (V)	2.276.300,00	2.276.300,00	732.952,46	37,96	466.478,56	33,81
TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (VI) = (IV + V)	2.817.000,00	2.817.000,00	1.197.708,29	62,04	913.142,17	66,19
PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE SOBRE A RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (VII%) = (VI / IIIb x 100) - LIMITE CONSTITUCIONAL 15% 4 e 5						38,84
VALOR REFERENTE À DIFERENÇA ENTRE O VALOR EXECUTADO E O LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL [VI(i) - (15 x IIIb)/100]⁶						560.475,33

Continua 2/4

Continuação 3/4

Município de IMARUI - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2016/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA	INSCRITOS	CANCELADOS/ PRESCRITOS	PAGOS	A PAGAR	PARCELA CONSIDERADA NO LIMITE
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CONTROLE DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24, §1º E 2º	RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS				
	SALDO INICIAL	DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA (j)	SALDO FINAL (NÃO APLICADO)		
	0,00		0,00		0,00
TOTAL (VIII)	0,00		0,00		0,00
CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFORME ARTIGOS 25 E 26	LIMITE NÃO CUMPRIDO				
	SALDO INICIAL	DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA (k)	SALDO FINAL (NÃO APLICADO)		
	-	-			-
DESPESAS COM SAÚDE (Por Subfunção)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS
			Até Bimestre (l)	% (l/Total l)*100	
Atenção Básica	5.068.800,00	5.068.800,00	1.927.668,45	99,34	1.388.234,29
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Suporte Profilático e Terapêutico	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Vigilância Sanitária	55.000,00	55.000,00	2.551,30	0,13	641,30
Vigilância Epidemiológica	35.000,00	35.000,00	10.191,00	0,53	495,14
Outras Subfunções	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	5.168.800,00	5.168.800,00	1.940.410,75	100,00	1.389.370,73

FONTE:

1 Essa linha apresentará valor somente no Relatório Resumido da Execução Orçamentária do último bimestre do exercício.

2 O valor apresentado na interressão com a coluna "i" ou com a coluna "h+i" (último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total j".

3 O valor apresentado na interressão com a coluna "i" ou com a coluna "h+i" (último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total k".

4 Limite anual mínimo a ser cumprido no encerramento do exercício. Deverá ser informado o limite estabelecido na Lei Orgânica do Município quando o percentual nela estabelecido for superior ao fixado na LC nº 141/2012.

5 Durante o exercício esse valor servirá para o monitoramento previsto no art. 23 da LC 141/2012.

6 No último bimestre, será utilizada a fórmula $V/(h+i) - (15 \times IIIb)/100$

Continua 3/4

Continuação 4/4

Município de IMARUI - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2016/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

IMARUI , 10/05/2016

MANOEL VIANA DE SOUSA
Prefeito MunicipalPATRÍCIO ANGELO COSTA JÚNIOR
Chefe de Auditoria e Controle InternoMEIRISAINÉ DA SILVA FERI
Contadora CRC/SC 030561/IEMANOEL MATOS
Secretário de Administração e Finanças

RREO 1º BIMESTRE 2016 (ANEXO 13)

Município de IMARUI - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2016/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

ESPECIFICAÇÃO	RREO - Anexo 13 (Lei nº 11.079, de 30.12.2004, arts. 22, 25 e 28)		R\$ 1,00	
	SALDO TOTAL EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR (a)	REGISTROS EFETUADOS EM 2016		SALDO TOTAL (c) = (a + b)
		No Bimestre	Até o Bimestre(b)	

NADA A DECLARAR

DESPESAS DE PPP	EXERCÍCIO ANTERIOR	EXERCÍCIO CORRENTE	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025
-----------------	--------------------	--------------------	------	------	------	------	------	------	------	------	------

NADA A DECLARAR

FONTE:

IMARUI , 10/05/2016

MANOEL VIANA DE SOUSA
Prefeito Municipal

EMANOEL MATOS
Secretário de Administração e Finanças

PATRÍCIO ANGELO COSTA JÚNIOR
Chefe de Auditoria e Controle Interno

MEIRISAINÉ DA SILVA FERNANDES
Contadora CRC/SC 030561/O-1

RREO 1º BIMESTRE 2016 (ANEXO 2)

Município de IMARUI - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2016/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RRR00 – Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")												R\$ 1,00
FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		%	%	SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS		%	SALDO (e) = (a-d)	
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)				No Bimestre	Até o Bimestre (d)			
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	24.117.725,00	24.117.725,00	6.390.895,44	6.390.895,44	100,00	100,00	17.726.829,56	3.821.656,37	3.821.656,37	100,00	20.296.068,63	
	950.000,00	950.000,00	167.226,46	167.226,46	2,62	2,62	782.773,54	106.850,16	106.850,16	2,80	843.149,84	
	950.000,00	950.000,00	167.226,46	167.226,46	2,62	2,62	782.773,54	106.850,16	106.850,16	2,80	843.149,84	
	155.000,00	155.000,00	32.707,08	32.707,08	0,51	0,51	122.292,92	27.907,08	27.907,08	0,73	127.092,92	
	155.000,00	155.000,00	32.707,08	32.707,08	0,51	0,51	122.292,92	27.907,08	27.907,08	0,73	127.092,92	
	4.629.400,00	4.629.400,00	1.067.846,19	1.067.846,19	16,71	16,71	3.561.553,81	603.862,06	603.862,06	15,80	4.025.537,94	
	122.000,00	122.000,00	24.414,67	24.414,67	0,38	0,38	97.585,33	24.414,67	24.414,67	0,64	97.585,33	
	392.000,00	392.000,00	97.312,82	97.312,82	1,52	1,52	294.687,18	85.994,82	85.994,82	2,25	306.005,18	
	3.965.000,00	3.965.000,00	934.084,28	934.084,28	14,62	14,62	3.030.915,72	481.418,15	481.418,15	12,60	3.483.581,85	
	30.000,00	30.000,00	6.148,40	6.148,40	0,10	0,10	23.851,60	6.148,40	6.148,40	0,16	23.851,60	
	100.000,00	100.000,00	5.886,02	5.886,02	0,09	0,09	94.113,98	5.886,02	5.886,02	0,15	94.113,98	
	20.400,00	20.400,00	0,00	0,00	0,00	0,00	20.400,00	0,00	0,00	0,00	20.400,00	
	65.000,00	65.000,00	2.002,40	2.002,40	0,03	0,03	62.997,60	488,36	488,36	0,01	64.511,64	
	65.000,00	65.000,00	2.002,40	2.002,40	0,03	0,03	62.997,60	488,36	488,36	0,01	64.511,64	
	826.925,00	826.925,00	149.444,07	149.444,07	2,34	2,34	677.480,93	99.536,86	99.536,86	2,60	727.388,14	
	12.000,00	12.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	12.000,00	0,00	0,00	0,00	12.000,00	
	8.025,00	8.025,00	0,00	0,00	0,00	0,00	8.025,00	0,00	0,00	0,00	8.025,00	
	105.000,00	105.000,00	39.912,14	39.912,14	0,62	0,62	65.087,86	31.090,44	31.090,44	0,81	73.909,56	
	695.700,00	695.700,00	109.531,93	109.531,93	1,71	1,71	586.168,07	68.446,42	68.446,42	1,79	627.253,58	
	6.200,00	6.200,00	0,00	0,00	0,00	0,00	6.200,00	0,00	0,00	0,00	6.200,00	
5.158.800,00	5.158.800,00	1.940.410,75	1.940.410,75	30,36	30,36	3.218.389,25	1.389.370,73	1.389.370,73	36,36	3.769.429,27		
5.068.800,00	5.068.800,00	1.927.668,45	1.927.668,45	30,16	30,16	3.141.131,55	1.388.234,29	1.388.234,29	36,33	3.690.565,71		
55.000,00	55.000,00	2.551,30	2.551,30	0,04	0,04	52.448,70	641,30	641,30	0,02	54.358,70		
35.000,00	35.000,00	10.191,00	10.191,00	0,16	0,16	24.809,00	495,14	495,14	0,01	34.504,86		
176.600,00	176.600,00	23.628,50	23.628,50	0,37	0,37	152.971,50	23.628,50	23.628,50	0,62	152.971,50		
176.600,00	176.600,00	23.628,50	23.628,50	0,37	0,37	152.971,50	23.628,50	23.628,50	0,62	152.971,50		
8.157.600,00	8.157.600,00	1.776.570,86	1.776.570,86	27,80	27,80	6.381.029,14	1.049.383,47	1.049.383,47	27,46	7.108.216,53		
370.000,00	370.000,00	271.547,55	271.547,55	4,25	4,25	98.452,45	10.550,51	10.550,51	0,28	359.449,49		
6.085.600,00	6.085.600,00	1.185.354,44	1.185.354,44	18,55	18,55	4.900.245,56	814.111,17	814.111,17	21,30	5.271.488,83		
36.000,00	36.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	36.000,00	0,00	0,00	0,00	36.000,00		
1.666.000,00	1.666.000,00	319.668,87	319.668,87	5,00	5,00	1.346.331,13	224.721,79	224.721,79	5,88	1.441.278,21		
156.200,00	156.200,00	2.536,85	2.536,85	0,04	0,04	153.663,15	2.536,85	2.536,85	0,07	153.663,15		
156.200,00	156.200,00	2.536,85	2.536,85	0,04	0,04	153.663,15	2.536,85	2.536,85	0,07	153.663,15		
2.467.800,00	2.467.800,00	862.639,67	862.639,67	13,50	13,50	1.605.160,33	307.074,71	307.074,71	8,04	2.160.725,29		
65.400,00	65.400,00	0,00	0,00	0,00	0,00	65.400,00	0,00	0,00	0,00	65.400,00		

Continua 1/2

Continuação 2/2

Município de IMARUI - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2016/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (e) = (e-d)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	
					% (b/total b)		% (d/total d)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)								
Urbanismo	24.117.725,00	24.117.725,00	6.390.895,44	6.390.895,44	100,00	3.821.656,37	3.821.656,37	20.296.068,63
Serviços Urbanos	2.467.800,00	2.467.800,00	862.639,67	862.639,67	13,50	307.074,71	307.074,71	2.160.725,29
Energia Elétrica	1.822.400,00	1.822.400,00	365.522,94	365.522,94	5,72	216.703,22	216.703,22	1.605.696,78
Saneamento	580.000,00	580.000,00	497.116,73	497.116,73	7,78	90.371,49	90.371,49	489.628,51
Saneamento Básico Urbano	404.600,00	404.600,00	154.586,85	154.586,85	2,42	113.370,00	113.370,00	291.230,00
Gestão Ambiental	136.800,00	136.800,00	14.670,00	14.670,00	0,23	113.370,00	113.370,00	291.230,00
Preservação e Conservação Ambiental	136.800,00	136.800,00	14.670,00	14.670,00	0,23	113.370,00	113.370,00	291.230,00
Agricultura	342.400,00	342.400,00	129.898,55	129.898,55	2,03	55.009,83	55.009,83	287.390,17
Extensão Rural	342.400,00	342.400,00	129.898,55	129.898,55	2,03	55.009,83	55.009,83	287.390,17
Comércio e Serviços	129.100,00	129.100,00	37.273,03	37.273,03	0,58	29.362,75	29.362,75	99.737,25
Turismo	167.300,00	167.300,00	18.568,49	18.568,49	0,29	0,00	0,00	167.300,00
Infra-Estrutura Urbana	126.200,00	126.200,00	18.568,49	18.568,49	0,29	0,00	0,00	126.200,00
Promoção da Produção Agropecuária	10.400,00	10.400,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.400,00
Transporte Rodoviário	30.700,00	30.700,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	30.700,00
Desporto e Lazer	144.200,00	144.200,00	10.885,69	10.885,69	0,17	8.035,01	8.035,01	136.164,99
Desporto Comunitário	144.200,00	144.200,00	10.885,69	10.885,69	0,17	8.035,01	8.035,01	136.164,99
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	50.000,00	50.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	50.000,00
TOTAL (III) = (I + II)	24.117.725,00	24.117.725,00	6.390.895,44	6.390.895,44	100,00	3.821.656,37	3.821.656,37	20.296.068,63

FONTE:

IMARUI , 10/05/2016

MANOEL VIANA DE SOUSA Prefeito Municipal	PATRICIO ANGELO COSTA JUNIOR Chefe de Auditoria e Controle Interno	MEIRISAINÉ DA SILVA FERNANDES Contadora CRC/SC 030561/O-1
---	---	--

EMANOEL MATOS
Secretário de Administração e Finanças

1 Representa uma dotação global sem destinação específica a determinado órgão, unidade orçamentária, programa ou categoria econômica, cujos recursos serão utilizados para abertura de créditos adicionais, não sendo portanto uma função. E apresentada neste demonstrativo por constar no orçamento.

RREO 1º BIMESTRE 2016 (ANEXO 3)

Município de IMARUI - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MARÇO/2015 A FEVEREIRO/2016

ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES												PREVISÃO ATUALIZADA 2016
	Mar/2015	Abr/2015	Mai/2015	Jun/2015	Jul/2015	Ago/2015	Sep/2015	Out/2015	Nov/2015	Dez/2015	Jan/2016	Feb/2016	TOTAL (ULT. 12 MES.)
RECEITAS CORRENTES (I)	1.865.611,32	1.866.172,09	1.591.864,75	2.074.531,74	1.990.972,68	1.897.118,80	1.804.914,64	2.006.153,07	2.056.648,13	2.194.393,89	2.026.236,64	2.197.375,63	23.973.92,38
RECEITA TRIBUTÁRIA	30.628,18	26.991,99	33.090,96	188.035,44	181.912,96	108.135,70	76.944,63	52.486,31	46.993,04	59.037,65	46.593,74	46.328,91	904.215,71
IPTU/L	132,43	0,00	0,00	70.272,41	76.451,61	17.745,36	4.567,26	4.791,94	3.719,22	4.561,97	2.386,80	4.797,10	184.866,72
I.R.R.F.	4.419,82	3.694,17	6.948,47	5.122,48	5.108,67	5.257,49	5.190,62	6.942,87	5.116,70	6.063,04	8.782,74	8.797,40	66.814,16
I.S.S.	12.165,28	15.095,17	12.124,64	20.410,54	20.792,64	33.456,35	24.713,81	18.594,27	17.680,66	18.366,44	17.252,30	11.549,08	222.152,18
I.T.B.I.	9.020,00	6.690,00	4.900,00	4.140,00	6.123,63	27.460,00	29.396,70	5.765,85	10.461,64	9.154,00	11.825,90	22.906,80	147.546,42
Outras Receitas Tributárias	5.100,65	3.591,65	9.897,85	88.090,01	73.436,41	24.216,51	12.994,44	16.701,38	12.014,82	20.892,20	9.312,10	6.979,21	263.007,23
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	43.593,23	48.395,59	47.351,06	45.962,41	47.390,82	46.171,00	45.075,03	46.396,69	46.228,20	48.173,66	48.163,33	50.399,40	590.000,00
RECEITA PATRIMONIAL	21.638,51	21.122,68	23.125,73	21.471,22	23.622,38	23.326,94	24.794,95	37.747,51	26.190,42	22.352,34	23.181,70	20.275,40	289.089,58
RECEITA AGROPECUÁRIA	770,00	829,80	203,20	254,00	101,60	304,80	1.016,00	1.727,20	457,20	961,20	558,80	736,80	7.920,40
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	1.641.522,84	1.753.442,75	1.655.206,51	1.776.619,21	1.690.328,12	1.661.633,08	1.617.461,92	1.636.114,75	1.687.717,03	2.117.696,48	1.663.556,64	1.591.380,42	21.312.719,75
Cota-Parte do FPM	594.147,34	641.242,44	788.349,34	686.117,85	601.016,57	594.198,55	518.628,97	563.832,53	636.611,19	732.029,81	666.628,13	870.825,84	8.500.000,00
Cota-Parte do ICMS	259.654,03	276.353,82	264.300,95	253.303,52	255.717,00	245.643,04	256.387,57	265.102,02	266.693,10	260.352,66	325.071,07	265.419,29	3.200.000,00
Cota-Parte do IRV.A.	58.098,82	64.779,06	55.827,18	62.322,04	71.042,33	62.385,37	62.247,85	57.202,73	38.401,52	38.447,72	33.192,07	48.590,28	650.000,00
Outras Transferências Correntes	88,97	195,10	1.067,18	263,77	662,11	537,00	246.44,31	2.795,97	1.463,76	1.463,76	797,47	820,56	37.189,38
Transferências da LC 61/1989	271.145,17	267.827,70	243.557,67	297.778,68	305.465,87	309.788,79	328.480,24	249.920,09	274.018,66	602.302,11	335.230,52	378.031,06	3.863.556,56
Transferências da LC 87/1996	3.571,05	3.740,16	4.219,31	4.019,91	3.702,23	3.939,35	3.928,16	4.556,34	4.151,22	4.098,08	5.157,86	3.983,43	53.000,00
Transferências do FUNDEC	494.617,46	491.590,11	493.499,19	471.708,75	461.626,32	464.223,29	442.736,25	469.751,04	463.979,68	477.760,65	467.246,49	424.366,93	5.700.000,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	127.265,56	13.399,28	32.717,29	42.189,46	47.356,60	37.347,28	39.731,91	231.680,61	247.122,24	-53.687,44	43.210,43	86.304,90	996.628,12
DEDUÇÕES (II)	183.151,85	198.736,67	223.037,75	201.426,15	191.295,33	181.591,68	164.596,49	183.288,50	183.943,52	207.500,51	212.195,71	237.748,33	2.374.482,39
Dedução da Receita Para Formação do FUNDEC	183.151,85	198.736,67	223.037,75	201.426,15	191.295,33	181.591,68	164.596,49	183.288,50	183.943,52	207.500,51	212.195,71	237.748,33	2.374.482,39
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I - II)	1.682.459,47	1.667.435,42	1.368.827,00	1.873.105,59	1.799.677,35	1.715.527,12	1.640.318,15	1.822.864,57	1.866.704,61	1.986.893,38	1.814.039,93	1.959.627,30	21.599.309,99
FONTE:													
IMARUI													
IMARUI													
MARCEL VIANE DE SOUSA													
Prefeito Municipal													
EMANUEL MATOS													
Secretário de Administração e Finanças													
PATRICIO ANGELO COSTA JUNIOR													
Chefe de Auditoria e Controle Interno													
MERISIANE DA SILVA FERNANDES													
Contadora CRC/SC 030561/O-1													

RREO 1º BIMESTRE 2016 (ANEXO 4)

Município de IMARUI - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2016/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO - Anexo 4 (LRF, Art. 53, inciso II)	RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		R\$ 1,00
				Até o Bimestre/2016	Até o Bimestre/2015	
	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Receita de Contribuições dos Segurados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Pessoal Civil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Em Regime de Débitos e Parcelamentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Outras Receitas de Contribuições	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Receita Patrimonial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Receitas de Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Demais Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (III) = (I + II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	DESPESAS					
	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)					
	ADMINISTRAÇÃO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	PREVIDÊNCIA SOCIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 1/4

Município de IMARUI - SC
 RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 JANEIRO A FEVEREIRO 2016/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

Continuação 2/4

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre/2016	Até o Bimestre/2015	Até o Bimestre/2016	Até o Bimestre/2015
Pessoal Civil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aposentadorias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reformas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RPPS e o RGPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIA) (V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (VI) = (IV + V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VII) = (III - VI)	0,00	0,00	-	-	0,00	0,00
APORTES DE RECURSOS PARA O REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DO SERVIDOR						
TOTAL DOS APORTES PARA O RPPS						
Plano Financeiro						0,00
Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras						0,00
Recursos para Formação de Reserva						0,00
Outros Aportes para o RPPS						0,00
Plano Previdenciário						0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro						0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Atuarial						0,00
Outros Aportes para o RPPS						0,00
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS						
Valor						0,00
BENS E DIREITOS DO RPPS						
			PERÍODO DE REFERÊNCIA			
			2016	2015		
Caixa			0,00		0,00	

Continua 2/4

Continuação 3/4

Município de IMARUI - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A FEVEREIRO 2016/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

BENS E DIREITOS DO RPPS	PERÍODO DE REFERÊNCIA			
	2016		2015	
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	Até o Bimestre/2016	Até o Bimestre/2015
RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS				
Bancos Conta Movimento	0,00	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Bens e Direitos	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)				
RECEITAS CORRENTES (MII)				
Recetta de Contribuições Patronais	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Civil	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Regime de Débitos e Parcelamentos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Contribuições	0,00	0,00	0,00	0,00
Recetta Patrimonial	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00
Recetta de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL (IX)				
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	0,00	0,00	0,00	0,00
(XI) = (VIII + IX - X)				

Continua 3/4

Município de IMARUI - SC

Continuação 4/4

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A FEVEREIRO 2016/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre/2016	Até o Bimestre/2015	Até o Bimestre/2016	Até o Bimestre/2015
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS	-	-	-	-	-	-
ADMINISTRAÇÃO (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (XII) = (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

FONTE:

IMARUI, 10/05/2016

MANOEL VIANA DE SOUSA
Prefeito Municipal

PATRÍCIO ANGELO COSTA JÚNIOR
Chefe de Auditoria e Controle Inter

MEIRISAINÉ DA SILVA FERNANDES
Contadora CRC/SC 030561/O-1

EMANOEL MATOS
Secretário de Administração e Finanças

RREO 1º BIMESTRE 2016 (ANEXO 5)

Município de IMARUI - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO NOMINAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2016/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO – Anexo 5 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2015 (A)	Em 31 Dez 2015 (B)	Em 29 Fev 2016 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	2.300.831,29	2.300.831,29	2.256.399,28
DEDUÇÕES (II)	1.766.053,39	1.766.053,39	1.933.109,70
Disponibilidade de Caixa Bruta	2.830.483,72	2.830.483,72	4.318.883,28
Demais Haveres Financeiros	14.794,13	14.794,13	14.001,23
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	1.079.224,46	1.079.224,46	2.399.774,81
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I - II)	534.777,90	534.777,90	323.289,58
RECEITAS DE PRIVATIZAÇÕES (IV)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)	232.609,32	232.609,32	232.609,32
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (VI) = (III + IV - V)	302.168,58	302.168,58	90.680,26

<u>RESULTADO NOMINAL</u>	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
	No Bimestre (C - B)	Jan a Fev 2016 (C - A)
VALOR	-211.488,32	-211.488,32

<u>DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL</u>	VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO NOMINAL FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA	0,00

REGIME PREVIDENCIÁRIO

<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2015 (A)	Em 31 Dez 2015 (B)	Em 29 Fev 2016 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (VII)	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (VIII)	0,00	0,00	0,00
Disponibilidade de Caixa Bruta	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (IX) = (VII - VIII)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (X)	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (XI) = (IX - X)	0,00	0,00	0,00

FONTE:

IMARUI , 10/05/2016

MANOEL VIANA DE SOUSA
Prefeito Municipal

PATRÍCIO ANGELO COSTA JÚNIOR
Chefe de Auditoria e Controle Interno

MEIRISAINÉ DA SILVA FERNANDES
Contadora CRC/SC 030561/O-1

EMANOEL MATOS
Secretário de Administração e Finanças

RREO 1º BIMESTRE 2016 (ANEXO 6)

Município de IMARUI - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2016/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO - ANEXO 6 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
		Até o Bimestre/ 2016	Até o Bimestre/ 2015
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (I)	21.763.125,00	3.732.210,13	3.591.787,00
Receita Tributária	1.234.600,00	95.888,65	70.581,64
I.P.T.U.	300.000,00	2.483,52	2.998,10
I.S.S.	285.000,00	28.801,38	23.829,58
I.T.B.I.	150.000,00	34.732,60	21.079,67
I.R.R.F.	110.000,00	23.624,69	14.621,72
Outras Receitas Tributárias	389.600,00	6.246,46	8.052,57
Receita de Contribuição	580.000,00	98.537,73	146.661,07
Receitas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00
Outras Contribuições	580.000,00	98.537,73	146.661,07
Receita Patrimonial Líquida	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	305.600,00	43.457,10	36.115,77
(-) Aplicações Financeiras	305.600,00	43.457,10	36.115,77
Transferências Correntes	19.468.925,00	3.404.973,02	3.337.032,42
F.P.M.	6.800.000,00	1.253.163,23	1.291.884,07
I.P.V.A	520.000,00	63.802,02	55.865,30
I.C.M.S.	2.560.000,00	472.392,44	439.229,89
Convênios	50.700,00	5.088,80	7.229,71
Outras Transferências Correntes	9.538.225,00	1.610.526,53	1.542.823,45
Demais Receitas Correntes	479.600,00	132.810,73	37.511,87
Dívida Ativa	85.000,00	16.957,29	10.191,99
Diversas Receitas Correntes	394.600,00	115.853,44	27.319,88
RECEITAS DE CAPITAL (II)	2.049.000,00	472.925,00	1.204,66
Operações de Crédito (III)	2.000.500,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos (IV)	0,00	0,00	0,00
Alienação de Ativos (V)	40.000,00	0,00	0,00
Transferências de Capital	8.500,00	472.925,00	1.204,66
Convênios	8.500,00	472.925,00	1.204,66
Outras Transferências de Capital	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (VI) = (II - III - IV - V)	8.500,00	472.925,00	1.204,66
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (VII) = (I + VI)	21.771.625,00	4.205.135,13	3.592.991,66

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
		Até o Bimestre/ 2016	Até o Bimestre/ 2015	Até o Bimestre/ 2016	Até o Bimestre/ 2015
DESPESAS CORRENTES (VIII)	20.216.125,00	6.193.599,25	4.397.806,22	3.729.570,60	2.572.329,23
Pessoal e Encargos Sociais	11.986.000,00	2.125.454,60	1.674.338,11	2.125.434,06	1.674.338,11
Juros e Encargos da Dívida (IX)	240.000,00	3.690,00	52.465,83	3.690,00	52.465,83
Outras Despesas Correntes	7.990.125,00	4.064.454,65	2.671.002,28	1.600.446,54	845.525,29
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (X) = (VIII - IX)	19.976.125,00	6.189.909,25	4.345.340,39	3.725.880,60	2.519.863,40
DESPESAS DE CAPITAL (XI)	3.851.600,00	197.296,19	1.290.346,86	92.085,77	112.631,73
Investimentos	3.351.600,00	116.780,28	1.179.389,32	11.569,86	2.987,03
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de título de Capital já Integralizado (XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XIV)	500.000,00	80.515,91	110.957,54	80.515,91	109.644,70
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XV) = (XI - XII - XIII - XIV)	3.351.600,00	116.780,28	1.179.389,32	11.569,86	2.987,03
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVI)	50.000,00	-	-	-	-
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XVIII) = (X + XV + XVI + XVII)	23.377.725,00	6.306.689,53	5.524.729,71	3.737.450,46	2.522.850,43

Município de IMARUI - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2016/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RESULTADO PRIMÁRIO (XIX) = (VII - XV/III)	-1.606.100,00	-2.101.554,40	-1.931.738,05	467.684,67	1.070.141,23
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	-	0,00	0,00
Superávit Financeiro	-	-	-	0,00	0,00
Reabertura de Créditos Adicionais	-	-	-	0,00	0,00
DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL					VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO PRIMÁRIO FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA					0,00

IMARUI , 10/05/2016

MANOEL VIANA DE SOUSA
Prefeito Municipal

PATRÍCIO ANGELO COSTA JÚNIOR
Chefe de Auditoria e Controle Interno

MEIRISAINÉ DA SILVA FERNANDES
Contadora CRC/SC 030561/O-1

EMANOEL MATOS
Secretário de Administração e Finanças

RREO 1º BIMESTRE 2016 (ANEXO 7)

Município de IMARUI - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2016/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO - Anexo 7 (LRF, art. 53, inciso V)	PODER-ÓRGÃO	RP PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES						RP NÃO PROCESSADOS						Saldo Total (a+b)
		Inscritos			Saldo (a)	Cancelados	Pagos	Inscritos			Liquidadas	Pagos	Cancelados	Saldo (b)
		Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2015	Em 31 de Dezembro de 2015				Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2015	Em 31 de Dezembro de 2015				
RREO - Anexo 7 (LRF, art. 53, inciso V)	RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (I)	141.267,97	937.956,49	701.386,62	377.827,84	-	701.386,62	78.970,07	680.992,68	390.197,35	173.229,90	173.229,90	-	586.732,85
		141.267,97	937.956,49	701.386,62	377.827,84	0,00	701.386,62	78.970,07	680.992,68	390.197,35	173.229,90	173.229,90	0,00	586.732,85
		100.423,64	763.419,60	602.310,89	261.532,35	0,00	602.310,89	0,00	400.479,83	186.600,50	79.445,26	79.445,26	0,00	321.034,57
		0,00	3.751,23	0,00	257,67	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
		257,67	0,00	0,00	257,67	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
		1.405,00	13.216,24	12.091,24	2.530,00	0,00	12.091,24	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
		0,00	90,00	0,00	90,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
		225,00	5.017,30	5.017,30	225,00	0,00	5.017,30	0,00	17.761,78	17.761,78	17.761,78	17.761,78	0,00	0,00
		560,00	0,00	0,00	560,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
		2.183,49	0,00	0,00	2.183,49	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
		2.964,41	31.795,46	0,00	34.719,87	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
		1.345,11	0,00	0,00	1.345,11	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
		2.004,00	17.738,95	0,00	19.742,95	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
		1.190,83	0,00	0,00	1.190,83	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
		2.930,79	59.446,33	55.577,30	6.799,82	0,00	55.577,30	0,00	33,60	33,60	0,00	0,00	0,00	33,60
		5.881,93	0,00	0,00	5.881,93	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	121,80	121,80	0,00	0,00	0,00	121,80
		3.450,67	0,00	0,00	3.450,67	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
		0,00	1.422,50	0,00	1.422,50	0,00	0,00	0,00	121,48	121,48	0,00	0,00	0,00	121,48
		273,00	0,00	0,00	273,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
		1.754,60	1.871,88	0,00	3.626,48	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
		805,53	0,00	0,00	805,53	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
		0,00	3.954,17	0,00	3.954,17	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
		729,51	0,00	0,00	729,51	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
		24.290,00	0,00	0,00	24.290,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
		4.952,43	426.217,80	413.888,10	17.282,13	0,00	413.888,10	0,00	110.392,52	3.600,00	0,00	0,00	0,00	110.392,52
		0,00	13.651,71	298,70	13.393,01	0,00	298,70	0,00	4.434,50	4.434,50	0,00	0,00	0,00	4.434,50
		222,50	0,00	0,00	222,50	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
		11.097,07	21.694,80	12.582,68	20.239,19	0,00	12.582,68	0,00	184.467,14	77.380,33	57.182,08	57.182,08	0,00	127.285,06
		903,50	0,00	0,00	903,50	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
		1.113,20	0,00	0,00	1.113,20	0,00	0,00	0,00	3.829,70	3.829,70	0,00	0,00	0,00	3.829,70
		5.782,50	0,00	0,00	5.782,50	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
		0,00	10.332,40	9.097,40	1.235,00	0,00	9.097,40	0,00	11.165,70	11.165,70	0,00	0,00	0,00	11.165,70
		1.322,50	0,00	0,00	1.322,50	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
		0,00	30.081,20	15.000,00	15.081,20	0,00	15.000,00	0,00	3.100,00	3.100,00	0,00	0,00	0,00	3.100,00
		2.269,50	0,00	0,00	2.269,50	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
		0,00	80,00	0,00	80,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
		2.221,00	0,00	0,00	2.221,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.127,00	3.127,00	0,00	0,00	0,00	3.127,00
		542,60	0,00	0,00	542,60	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
		0,00	22,30	0,00	22,30	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
		0,00	270,00	0,00	270,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
		2.710,50	688,75	0,00	3.569,25	0,00	0,00	0,00	151,20	151,20	0,00	0,00	0,00	151,20
		0,00	425,91	0,00	0,00	0,00	425,91	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
		10.680,20	121.350,67	76.372,26	53.668,61	0,00	76.372,26	0,00	61.773,41	61.773,41	4.501,40	4.501,40	0,00	57.272,01
		3.248,60	0,00	0,00	3.248,60	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
		1.106,00	170,00	0,00	1.276,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
		7.447,12	4.274,21	398,94	11.322,39	0,00	398,94	0,00	17.000,00	17.000,00	0,00	0,00	0,00	17.000,00
		0,00	917,68	230,00	667,68	0,00	230,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
		2.388,12	0,00	0,00	2.388,12	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

RREO - Anexo 7 (LRF, art. 53, inciso V)

Município de IMARUI - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2016(BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO)

RP PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES										RP NÃO PROCESSADOS				RS 112
PODER/ÓRGÃO														
	Inscritos		Pagos	Cancelados	Saldo (a)	Inscritos		Liquidados	Pagos	Cancelados	Saldo (b)	Saldo Total (a+b)		
	Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2015				Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2015							
RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (I) EXECUTIVO	141.267,97	937.956,49	701.396,62	-	377.827,84	78.970,07	680.992,68	390.197,35	173.229,90	-	586.732,85	964.560,69		
	141.267,97	937.956,49	701.396,62	0,00	377.827,84	78.970,07	680.992,68	390.197,35	173.229,90	0,00	586.732,85	964.560,69		
	7.447,12	4.274,21	398,94	0,00	11.322,39	0,00	17.000,00	0,00	0,00	0,00	17.000,00	28.322,39		
	69,00	0,00	0,00	0,00	69,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	69,00	69,00		
	370,50	0,00	0,00	0,00	370,50	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	370,50	370,50		
	1.596,00	687,59	0,00	0,00	2.283,59	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.283,59	2.283,59		
	450,00	0,00	0,00	0,00	450,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	450,00	450,00		
	0,00	2.500,00	0,00	0,00	2.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.500,00	2.500,00		
	1.958,50	0,00	0,00	0,00	1.958,50	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.958,50	1.958,50		
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
	170,00	0,00	0,00	0,00	170,00	0,00	17.000,00	0,00	0,00	0,00	17.000,00	17.000,00		
	445,00	168,94	168,94	0,00	445,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	445,00		
	33.397,21	92.552,68	23.326,79	0,00	102.623,10	78.970,07	102.033,85	104.594,85	87.757,06	0,00	93.246,86	195.860,96		
	17.140,81	92.552,68	23.326,79	0,00	86.366,70	2.551,00	102.033,85	104.594,85	87.757,06	0,00	16.827,79	103.194,49		
	16.256,40	0,00	0,00	0,00	16.256,40	764.19,07	0,00	0,00	0,00	0,00	76.419,07	92.675,47		
SAIAE - SERV. AUT. MUN. AGUA E ESGOTO IMARUI SAIAE	0,00	77.710,00	75.360,00	0,00	2.350,00	0,00	161.479,00	99.012,00	6.027,58	0,00	155.451,42	157.801,42		
	0,00	77.710,00	75.360,00	0,00	2.350,00	0,00	161.479,00	99.012,00	6.027,58	0,00	155.451,42	157.801,42		
	0,00	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-		
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
TOTAL (III) = (I + II):	141.267,97	937.956,49	701.396,62	0,00	377.827,84	78.970,07	680.992,68	390.197,35	173.229,90	0,00	586.732,85	964.560,69		
FONTE:														

FONTE:

IMARUI , 10/05/2016

MANOEL VIANE DE SOUSA
Prefeito Municipal

EMANUEL MATOS
Secretário de Administração e Finanças

PATRICIO ANGELO COSTA JUNIOR
Chefe de Auditoria e Controle Interno

MEIRISANE DA SILVA FERNANDES
Contadora CRC/SC 0365610-1

RREO 1º BIMESTRE 2016 (ANEXO 8)

MUNICÍPIO DE IMARUI - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2016/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO - ANEXO 8 (LDB, art. 72)

R\$ 1,00

RECEITAS DO ENSINO				
RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
1- RECEITAS DE IMPOSTOS	889.000,00	889.000,00	101.390,19	11,40
1.1- Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	336.500,00	336.500,00	13.412,58	3,99
1.1.1- IPTU	300.000,00	300.000,00	2.483,52	0,83
1.1.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IPTU	500,00	500,00	383,38	76,68
1.1.3- Dívida Ativa do IPTU	30.000,00	30.000,00	6.290,14	20,97
1.1.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IPTU	6.000,00	6.000,00	4.255,54	70,93
1.1.5- (-) Deduções da Receita do IPTU	-	0,00	0,00	0,00
1.2- Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	150.000,00	150.000,00	34.732,60	23,16
1.2.1- ITBI	150.000,00	150.000,00	34.732,60	23,16
1.2.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITBI	-	0,00	0,00	0,00
1.2.3- Dívida Ativa do ITBI	-	0,00	0,00	0,00
1.2.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITBI	-	0,00	0,00	0,00
1.2.5- (-) Deduções da Receita do ITBI	-	0,00	0,00	0,00
1.3- Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	292.500,00	292.500,00	29.620,32	10,13
1.3.1- ISS	285.000,00	285.000,00	28.801,38	10,11
1.3.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ISS	1.500,00	1.500,00	348,97	23,26
1.3.3- Dívida Ativa do ISS	5.000,00	5.000,00	310,60	6,21
1.3.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ISS	1.000,00	1.000,00	159,37	15,94
1.3.5- (-) Deduções da Receita do ISS	-	0,00	0,00	0,00
1.4- Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	110.000,00	110.000,00	23.624,69	21,48
1.4.1- IRRF	110.000,00	110.000,00	23.624,69	21,48
1.4.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IRRF	-	0,00	0,00	0,00
1.4.3- Dívida Ativa do IRRF	-	0,00	0,00	0,00
1.4.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IRRF	-	0,00	0,00	0,00
1.4.5- (-) Deduções da Receita do IRRF	-	0,00	0,00	0,00
1.5- Receita Resultante do Imposto Territorial Rural - ITR (CF, art. 153, §4º, inciso III)	-	0,00	0,00	0,00
1.5.1- ITR	-	0,00	0,00	0,00
1.5.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITR	-	0,00	0,00	0,00
1.5.3- Dívida Ativa do ITR	-	0,00	0,00	0,00
1.5.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITR	-	0,00	0,00	0,00
1.5.5- (-) Deduções da Receita do ITR	-	0,00	0,00	0,00
2- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	12.453.000,00	12.453.000,00	2.249.722,06	18,07
2.1- Cota-Parte FPM	8.500.000,00	8.500.000,00	1.566.453,97	18,43
2.1.1- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	8.500.000,00	8.500.000,00	1.566.453,97	18,43
2.1.2- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea d	-	0,00	0,00	0,00
2.1.3- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea e	-	0,00	0,00	0,00
2.2- Cota-Parte ICMS	3.200.000,00	3.200.000,00	590.490,36	18,45
2.3- ICMS-Desoneração – LC. nº87/1996	15.000,00	15.000,00	2.266,06	15,11
2.4- Cota-Parte IPH-Exportação	53.000,00	53.000,00	9.141,29	17,25
2.5- Cota-Parte ITR	35.000,00	35.000,00	1.618,03	4,62
2.6- Cota-Parte IPVA	650.000,00	650.000,00	79.752,35	12,27
2.7- Cota-Parte IOF-Ouro	-	0,00	0,00	0,00
3- TOTAL DA RECEITA DE IMPOSTOS (1 + 2)	13.342.000,00	13.342.000,00	2.351.112,25	17,62
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
4- RECEITA DA APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINC. AO ENSINO	-	0,00	0,00	0,00
5- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE	921.000,00	921.000,00	154.603,02	16,79
5.1- Transferências do Salário-Educação	540.000,00	540.000,00	122.242,68	22,64
5.2- Transferências Diretas - PDDE	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00
5.3- Transferências Diretas - PNAE	270.000,00	270.000,00	23.234,00	8,61
5.4- Transferências Diretas - PNATE	110.000,00	110.000,00	9.126,34	8,30
5.5- Outras Transferências do FNDE	-	0,00	0,00	0,00
5.6- Aplicação Financeira dos Recursos do FNDE	-	0,00	0,00	0,00
6- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	500,00	500,00	0,00	0,00
6.1- Transferências de Convênios	500,00	500,00	0,00	0,00
6.2- Aplicação Financeira dos Recursos de Convênios	-	0,00	0,00	0,00
7- RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO	-	0,00	0,00	0,00
8- OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	1.500,00	1.500,00	28.614,52	1.907,63
9- TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (4 + 5 + 6 + 7 + 8)	923.000,00	923.000,00	183.217,54	19,85
FUNDEB				
RECEITAS DO FUNDEB	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
10- RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB	2.490.600,00	2.490.600,00	449.944,04	18,07
10.1- Cota-Parte FPM Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.1.1)	1.700.000,00	1.700.000,00	313.290,74	18,43
10.2- Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.2)	640.000,00	640.000,00	118.097,92	18,45
10.3- ICMS-Desoneração Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.3)	3.000,00	3.000,00	453,20	15,11
10.4- Cota-Parte IPH-Exportação Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.4)	10.600,00	10.600,00	1.828,26	17,25
10.5- Cota-Parte ITR ou ITR Arrecadados Destinados ao FUNDEB – (20% de (1.5 + 2.5))	7.000,00	7.000,00	323,59	4,62
10.6- Cota-Parte IPVA Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.6)	130.000,00	130.000,00	15.950,33	12,27
11- RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB	5.760.000,00	5.760.000,00	894.669,76	15,53
11.1- Transferências de Recursos do FUNDEB	5.700.000,00	5.700.000,00	891.933,42	15,65
11.2- Complementação da União ao FUNDEB	-	0,00	0,00	0,00
11.3- Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB	60.000,00	60.000,00	2.736,34	4,56
12- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (11.1 – 10)	3.209.400,00	3.209.400,00	441.969,38	13,77
ACRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB				

MUNICÍPIO DE IMARUI - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2016/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

Continuação 2/3

DESPESAS DO FUNDEB	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100	Até o Bimestre (g)	% (h)=(g/d)x100
13- PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	3.420.000,00	3.420.000,00	634.599,04	18,56	634.599,04	18,56
13.1- Com Educação Infantil	1.286.000,00	1.286.000,00	221.752,32	17,24	221.752,32	17,24
13.2- Com Ensino Fundamental	2.134.000,00	2.134.000,00	412.846,72	19,35	412.846,72	19,35
14- OUTRAS DESPESAS	2.280.000,00	2.280.000,00	317.415,85	13,92	317.415,85	13,92
14.1- Com Educação Infantil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
14.2- Com Ensino Fundamental	2.280.000,00	2.280.000,00	317.415,85	13,92	317.415,85	13,92
15- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (13 + 14)	5.700.000,00	5.700.000,00	952.014,89	16,70	952.014,89	16,70
DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB					VALOR	
16- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB						-
16.1 - FUNDEB 60%						-
16.2 - FUNDEB 40%						-
17- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB						0,00
17.1 - FUNDEB 60%						0,00
17.2 - FUNDEB 40%						0,00
18- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16 + 17)						0,00
INDICADORES DO FUNDEB						
19- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB PARA FINS DE LIMITE (15 - 18)						952.014,89
19.1 - Mínimo de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério ¹ (13 - (16.1 + 17.1)) / ((11) x 100) %						70,93
19.2 - Máximo de 40% em Despesa com MDE, que não Remuneração do Magistério (14 - (16.2 + 17.2)) / ((11) x 100) %						35,48
19.3 - Máximo de 5% não Aplicado no Exercício (100 - (19.1 + 19.2)) %						-6,41
CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQUENTE					VALOR	
20 - RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM 2015 QUE NÃO FORAM UTILIZADOS						0,00
21 - DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE 2016 ²						0,00
MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – DESPESAS CUSTEADAS COM A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB						
RECEITAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	PREVISÃO INICIAL		PREVISÃO ATUALIZADA (a)		RECEITAS REALIZADAS	
					Até o Bimestre (b)	% (c)=(b/a)x100
22- IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DESTINADAS À MDE (25% de 3) ³		3.335.500,00		3.335.500,00	587.778,06	17,62
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100	Até o Bimestre (g)	% (h)=(g/d)x100
23- EDUCAÇÃO INFANTIL	1.606.000,00	1.606.000,00	299.733,01	18,66	224.721,79	13,99
23.1- Creche	110.000,00	110.000,00	30,25	0,03	30,25	0,03
23.1.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.1.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	110.000,00	110.000,00	30,25	0,03	30,25	0,03
23.2- Pré-escola	210.000,00	210.000,00	77.950,44	37,12	2.939,22	1,40
23.2.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	210.000,00	210.000,00	77.950,44	37,12	2.939,22	1,40
24- ENSINO FUNDAMENTAL	5.494.000,00	5.494.000,00	1.012.411,61	18,43	793.019,41	14,43
24.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	4.414.000,00	4.414.000,00	730.262,57	16,54	730.262,57	16,54
24.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	1.080.000,00	1.080.000,00	282.149,04	26,12	62.756,84	5,81
25- ENSINO MÉDIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
26- ENSINO SUPERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
27- ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
28- OUTRAS	200,00	200,00	0,00	0,00	0,00	0,00
29- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (23 + 24 + 25 + 26 + 27 + 28)	7.100.200,00	7.100.200,00	1.312.144,62	18,48	1.017.741,20	14,33
DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL					VALOR	
30- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB = (12)						441.989,38
31- DESPESAS CUSTEADAS COM A COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO						0,00
32- RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS DO FUNDEB ATÉ O BIMESTRE = (50 h)						2.736,34
33- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB						-
34- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS						0,00
35- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO						-
36- CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (46 j)						-
37- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (30 + 31 + 32 + 33 + 34 + 35 + 36)						444.725,72
38- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE ((23 + 24) - (37))						573.015,48
39- MÍNIMO DE 25% DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS EM MDE ⁵ ((38) / (3) x 100) %						24,37
OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE						
OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100	Até o Bimestre (g)	% (h)=(g/d)x100
40- DESPESAS CUSTEADAS COM A APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
41- DESPESAS CUSTEADAS COM A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	540.000,00	540.000,00	185.116,89	34,28	21.091,76	3,91
42- DESPESAS CUSTEADAS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
43- DESPESAS CUSTEADAS COM OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	381.400,00	381.400,00	209.309,35	54,88	10.550,51	2,77
44- TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (40 + 41 + 42 + 43)	921.400,00	921.400,00	394.426,24	42,81	31.642,27	3,43
45- TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM MDE (29 + 44)	8.021.600,00	8.021.600,00	1.706.570,86	21,27	1.049.383,47	13,08

MUNICÍPIO DE IMARUI - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2016/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

Continuação 3/3

RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	SALDO ATÉ O BIMESTRE	CANCELADO EM 2016 (i)	
46- RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	0,00	0,00	
46.1 - Executadas com Recursos de Impostos Vinculados ao Ensino	0,00	0,00	
46.2 - Executadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	
FLUXO FINANCEIRO DOS RECURSOS		VALOR	
		FUNDEB (h)	FUNDEF
47- SALDO FINANCEIRO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015		13.228,00	0,00
48- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE		891.933,42	0,00
49- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE		554.896,67	0,00
49.1 Orçamento do Exercício		554.896,67	0,00
49.2 Restos a Pagar		0,00	0,00
50- (+) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE		2.736,34	0,00
51- (=) SALDO FINANCEIRO NO EXERCÍCIO ATUAL		353.001,09	0,00

IMARUI, 10/05/2016

MANOEL VIANA DE SOUSA
Prefeito Municipal

PATRÍCIO ANGELO COSTA JÚNIOR
Chefe de Auditoria e Controle Interno

MEIRISAINÉ DA SILVA FERNANDES
Contadora CRC/SC 030561/O-1

EMANOEL MATOS
Secretário de Administração e Finanças

FONTE:

¹ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.

² Art. 21, § 2º, Lei 11.494/2007: "Até 5% dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União recebidos nos termos do §1º do art. 6º desta Lei, poderão ser utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional."

³ Caput do art. 212 da CF/1988

⁴ Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício

⁵ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício, no âmbito de atuação prioritária, conforme LDB, art. 11, V.

⁶ Nos cinco primeiros bimestres do exercício o acompanhamento poderá ser feito com base na despesa empenhada ou na despesa liquidada. No último bimestre do exercício, o valor deverá corresponder ao total da despesa empenhada.

⁷ Essa coluna poderá ser apresentada somente no último bimestre.

RREO 1º BIMESTRE 2016 (ANEXO 9)

Município de IMARUI - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2016/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO - ANEXO 9 (LRF, art.53, § 1º, inciso I)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS (b)	SALDO NÃO REALIZADO (c) = (a - b)
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO' (I)	2.000.500,00	0,00	2.000.500,00
DESPESAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS (e)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
DESPESAS DE CAPITAL	3.851.600,00	197.296,19	92.085,77
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes por Instituições Financeira	0,00	0,00	0,00
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes	0,00	0,00	0,00
DESPESA DE CAPITAL LÍQUIDA (II):	3.851.600,00	197.296,19	92.085,77
RESULTADO PARA APURAÇÃO DA REGRA DE OURO (III) = (I - II)	-1.851.100,00	-197.296,19	-
FONTE:			
			-1.653.803,81

IMARUI , 10/05/2016

MANOEL VIANA DE SOUSA
Prefeito Municipal

PATRÍCIO ANGELO COSTA JÚNIOR
Chefe de Auditoria e Controle Interno

MEIRISAINÉ DA SILVA FERNANDES
Contadora CRC/SC 030561/O-1

EMANOEL MATOS
Secretário de Administração e Finanças

RREO 1º BIMESTRE 2016 (ANEXO14)

Município de IMARUI - SC

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A FEVEREIRO 2016/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO		No Bimestre	Até o Bimestre
RECEITAS			
Previsão Inicial		—	24.117.725,00
Previsão Atualizada		—	24.117.725,00
Receitas Realizadas		4.248.592,23	4.248.592,23
Déficit Orçamentário		—	0,00
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)		—	0,00
DESPESAS			
Dotação Inicial		—	24.117.725,00
Créditos Adicionais		—	0,00
Dotação Atualizada		—	24.117.725,00
Despesas Empenhadas		6.390.895,44	6.390.895,44
Despesas Liquidadas		3.821.656,37	3.821.656,37
Superavit Orçamentário		—	426.935,86
DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO		No Bimestre	Até o Bimestre
Despesas Empenhadas		6.390.895,44	6.390.895,44
Despesas Liquidadas		3.821.656,37	3.821.656,37
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL			Até o Bimestre
Receita Corrente Líquida			21.599.309,99
RECEITAS / DESPESAS DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA		No Bimestre	Até o Bimestre
Regime Próprio de Previdência dos Servidores			
Receitas Previdenciárias Realizadas(IV)		0,00	0,00
Despesa Previdenciárias Executadas(V)		0,00	0,00
Resultado Previdenciário (VI) = (IV - V)		0,00	0,00
RESULTADOS NOMINAL E PRIMÁRIO		Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO (a)	Resultado Apurado até o Bimestre (b)
Resultado Nominal		0,00	-211.488,32
Resultado Primário		0,00	467.684,67
RESTOS A PAGAR POR PODER E MINISTÉRIO PÚBLICO	Inscrição	Cancelamento até o Bimestre	Pagamento até o Bimestre
RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS	759.962,75	0,00	173.229,90
EXECUTIVO	759.962,75	0,00	173.229,90
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	1.079.224,46	0,00	701.396,62
EXECUTIVO	1.079.224,46	0,00	701.396,62
TOTAL:	1.839.187,21	0,00	874.626,52
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE		Valor apurado até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais
			% Mínimo a Aplicar no Exercício
Mínimo Anual de 25% das Receitas de Impostos em MDE		573.015,48	25%
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Educação Infantil e Ensino Fundamental		634.599,04	60%
Liquidadas		0,00	
Inscritas em Restos a Pagar Não Processados		0,00	
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL		Valor apurado até o Bimestre	Saldo não Realizado
Receitas de Operações de Crédito		0,00	2.000.500,00
Despesa de Capital Líquida		92.085,77	3.759.514,23

Continua 1/2

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2016/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

R\$ 1,00

PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA		2016	2024	2034	2049
Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores					
Receitas Previdenciárias (IV)		0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias (V)		0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário VI = (IV - V)		0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS					
Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos				Valor apurado até o Bimestre	Saldo a Realizar
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos				0,00	40.000,00
				0,00	40.000,00
DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE		Valor apurado até o Bimestre	Limite Constitucional Anual		
			% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre	
Despesas Próprias com Ações e Serviços Públicos de Saúde		913.142,17	15,00	38,84	
Liquidadas		0,00			
Inscritas em Restos a Pagar Não Processados		0,00			
DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP		Valor apurado no exercício corrente			
Total das despesas/RCL (%)					0,00

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
- b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art. 35, inciso II da Lei 4.320/64.

MANOEL VIANA DE SOUSA Prefeito Municipal	PATRÍCIO ANGELO COSTA JÚNIOR Chefe de Auditoria e Controle Interno	MEIRISAINÉ DA SILVA FERNANDES Contadora CRC/SC 030561/O-1
---	---	--

Secretário de Administração e Finanças

Imbituba

PREFEITURA

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO PREGÃO (SRP) Nº 42/2016 - SEAST

PREFEITURA DE IMBITUBA

PROCESSO Nº 61/2016

PREGÃO PRESENCIAL Nº 42/2016

A Prefeitura de Imbituba, comunica, que realizará às 08:00 horas, do dia 23 de Maio de 2016, licitação na modalidade de Pregão Presencial, com o sistema de registro de preços, do tipo menor preço por lote, regido pelo disposto na Lei nº 10.520/2002, pela Lei complementar nº 123/2006, pelo Decreto 6.204/2007 e, subsidiariamente, pela Lei nº 8.666/93 e suas alterações, a possível contratação de empresa para fornecimento de pneus, troca, balanceamento e geometria para reposição dos pneumáticos da frota de veículos da prefeitura municipal de Imbituba/SC, incluindo o fundo municipal de assistência social”.

O Edital encontra-se à disposição dos interessados, na Diretoria de Licitações, situada à Rua Ernani Cotrin, 601, Centro, das 7:00 às 13:00 horas, de Segunda à Sexta-feira, ou no site www.imbituba.sc.gov.br – link Portal da Transparência.

Imbituba, 11 de maio de 2016.

Juliana da Silva Ignácio

Secretária de Agricultura, Pesca e Infraestrutura

PORTARIA PMI SEAPI Nº 009/2016, DE 10 DE MAIO DE 2016.

PORTARIA PMI SEAPI Nº 009/2016, de 10 de maio de 2016.

Designa servidora para acompanhar e fiscalizar a execução do contrato referente à Obra de pavimentação e drenagem pluvial, da Rua Laércio Ramos Medeiros – Vila Nova e dá outras providências.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL AGRICULTURA, PESCA E INFRAESTRUTURA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto no art. 67 da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, e a celebração do Contrato para execução de obra de pavimentação e drenagem pluvial, da Rua Laércio Ramos Medeiros – Vila Nova, por meio do Processo Licitatório nº 48/2016, Carta Convite 04/2016, contrato PMI/ SEAPI 2016/56,

RESOLVE:

Art.1º Designar o servidor Engº Civil Fillipe Souza Miranda de Oliveira CPF: 030.264.819-47, para acompanhar e fiscalizar a execução do objeto constante do respectivo processo, no qual a Prefeitura de Imbituba é contratante.

Art. 2º Determinar que o fiscal ora designado deverá:

I - zelar pelo fiel cumprimento do contrato, anotando em registro próprio todas as ocorrências à sua execução, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou dos defeitos observados, e, submeter aos seus superiores, em tempo hábil, as decisões e as providências que ultrapassarem a sua competência, nos termos da lei;

II - avaliar, continuamente, a qualidade dos serviços prestados pela CONTRATADA, em periodicidade adequada ao objeto do contrato, e durante o seu período de validade, eventualmente, propor a autoridade superior à aplicação das penalidades legalmente estabelecidas;

III- atestar, formalmente, nos autos dos processos, as notas fiscais relativas aos serviços prestados, antes do encaminhamento ao Financeiro para pagamento.

Art. 3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Imbituba SC, 10 de maio de 2016.

Juliana da Silva Ignácio

Secretária Municipal de Agricultura Pesca e Infraestrutura

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Gerente de Atos Normativos

Indaial

PREFEITURA

CONTRATO Nº 069/2016

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO CONTRATO Nº 069/2016

CONTRATADA: GENTE SEGURADORA S/A

OBJETO DO CONTRATO: Constitui-se como objeto do presente contrato, a contratação de seguros, na modalidade RCO – Responsabilidade Civil Ônibus, Microônibus e Vans (DETER), para veículos de transporte de passageiros, da Prefeitura Municipal de Indaial.

VALOR: R\$20.000,00

PRAZO: 03 de maio de 2016 ate 03 de maio 2017.

DATA DA ASSINATURA: 03/05/2016.

TERMO ADITIVO Nº 002 AO CONVÊNIO Nº 003/2016

TERMO ADITIVO Nº 002 AO CONVÊNIO Nº 003/2016

Pelo presente Termo Aditivo de Convênio que entre si fazem o MUNICÍPIO DE INDAIAL, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 83.102.798/0001-00, com sede na Avenida Getúlio Vargas, nº 126, bairro Centro, nesta cidade de Indaial - Estado de Santa Catarina, neste ato representado pelo Sr. Sérgio Almir Dos Santos, Prefeito municipal legitimamente eleito para o cargo, brasileiro, casado, advogado, inscrito no CPF sob nº 383.728.439-53 e Cédula de Identidade nº 3R/1.111.815, residente e domiciliado na rua 25 de Novembro, nº 799, bairro Carijós, nesta cidade de Indaial - Estado de Santa Catarina, através do FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, inscrito no CNPJ sob nº 11.552.935/0001-05, representado neste ato pelo Sr. Osair Reginaldo Anacleto, brasileiro, Responsável pela Secretaria de Assistência Social, inscrito no CPF osb nº 768.996.759-00 e Cédula de Identidade nº 2.175.154-4, residente e domiciliado na Rua Arthur Zarling, nº 611, Bairro Warnow, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, doravante denominado simplesmente de CONVENIADO, e o, MUNICÍPIO DE APIÚNA, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 79.373.767/0001-16, com sede na rua Quintino Bocaiúva, nº 204, bairro Centro, na cidade de Apiúna – Estado de Santa Catarina, neste ato representado pelo Sr. Nicanor Morro, Prefeito municipal legitimamente eleito para o cargo, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob nº 004.461.659/72 e Cédula de Identidade nº 223.242, residente e domiciliado na rua Belo Horizonte nº 177, bairro Centro, na cidade de Apiúna – Estado de Santa Catarina, doravante denominada simplesmente de CONVENIENTE, com fundamento na Lei Municipal nº 4.989, de 04 de junho de 2014 e Lei Municipal nº 5.246, de 11 de dezembro de 2015, firmam o presente Termo Aditivo de Convênio, de acordo com as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA

Com fundamento na Lei nº 8.666/93 e suas alterações, e solicitação em anexo, a cláusula quinta do convênio original, que tem como objeto Acolhimento de criança e/ou Adolescente a Casa de Acolhimento denominada "Abrigo Institucional Ademar Keunecke", conforme Artigo 5º, Parágrafo Único, da Lei Municipal nº 5.246/2015, passa a vigorar da seguinte forma:

CLÁUSULA QUINTA- DO PRAZO DO CONVÊNIO

O prazo do presente Convênio será de 16 de abril de 2016 até 14 de julho de 2016, podendo ser prorrogado por igual período.

CLÁUSULA SEGUNDA:

O presente Termo Aditivo passa a fazer parte do convênio original permanecendo inalteradas as demais cláusulas.

E, por estarem assim justas e de acordo assinam o presente em 04 (quatro) vias de igual teor e forma na presença de 02 (duas) testemunhas que a tudo assistiram e conhecimentos tiveram.

Indaial (SC), 14 de abril de 2016.

MUNICÍPIO DE INDAIAL Sérgio Almir dos Santos Conveniando	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL Osair Reginaldo Anacleto Responsável Pela Secretária Conveniando
--	---

MUNICÍPIO DE APIÚNA Nicanor Morro Conveniente	PROCURADOR GERAL DO MUNICÍPIO Miguel Angelo Soar OAB/SC 6.699
---	---

Testemunhas:

Assinatura: _____

Nome Legível : _____

CPF.: _____

Assinatura: _____

Nome Legível: _____

CPF.: _____

TERMO ADITIVO Nº 005 AO CONTRATO Nº 218/2015

TERMO ADITIVO Nº 005 AO CONTRATO Nº 218/2015

Pelo presente Termo Aditivo de contrato que entre si fazem o MUNICÍPIO DE INDAIAL - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.798/0001-00, com sede na Avenida Getúlio Vargas, nº 126, bairro Centro, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, neste ato representado pelo Sr. Sérgio Almir dos Santos, Prefeito Municipal legitimamente eleito para o cargo, brasileiro, casado, advogado, inscrito no CPF sob nº 383.728.439-53 e Cédula de Identidade nº 3/R 1.111.815, residente e domiciliado na Rua 25 de Janeiro, nº 797, Bairro Carijós, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, doravante denominado simplesmente de CONTRATANTE, e a empresa, RECEITA PROPRIA, PROCESSOS E TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO LTDA - EPP, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 10.677.161/0001-78, estabelecida à Rua Inhauma, nº 108, Bairro Colégio Batista, na cidade de Belo Horizonte – Estado de Minas Gerais, representada neste ato por sua representante legal Sra. Edna Maria Meneses Viana Castro, brasileira, casada, analista de sistemas, inscrita no CPF sob nº 155.359.246-87, e RG nº 48.989, residente à Rua Stela de Souza, nº 35, Bairro Sagrada Família, na cidade de Belo Horizonte – Estado de Minas Gerais, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, tem entre si justo e acordado, na melhor forma do direito, fundamentado na Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, e suas alterações, a celebração do presente Termo Aditivo de contrato mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA

Com fundamento na Lei nº 8.666/93 e suas alterações e solicitação em anexo, a cláusula sétima, item 7.1., do contrato original, que tem como objeto a contratação de serviços de tecnologia da

informação para preparação do ambiente legal e tecnológico para declaração de ISSQN das instituições financeiras do Município de Indaial, passa vigorar da seguinte forma:

CLÁUSULA SÉTIMA – PRAZO E LOCAL :

7.1. O prazo do presente contrato é de 02 de maio de 2016 até 31 de maio de 2016.

CLÁUSULA SEGUNDA:

O presente Termo Aditivo passa a fazer parte do contrato original permanecendo inalteradas as demais cláusulas.

E, por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente Termo Aditivo em 03 (três) vias de igual teor e forma, para um único efeito, com as testemunhas abaixo identificadas e assinadas, para que produzam os jurídicos e legais efeitos, por si e seus sucessores.

Indaial, 29 de abril de 2016.

MUNICÍPIO DE INDAIAL Sérgio Almir dos Santos Contratante	RECEITA PRÓPRIA, PROCESSOS E TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO LTDA – EPP Edna Maria Meneses Viana Castro Contratada
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS Márcio Antonio Ferrari Secretário Municipal	PROCURADOR GERAL DO MUNICÍPIO Miguel Angelo Soar OAB/SC nº 6.699

Testemunhas:

Assinatura: _____
Nome Legível: _____
CPF: _____

Assinatura: _____
Nome Legível: _____
CPF: _____

TERMO ADITIVO Nº 007 AO CONTRATO Nº 123/2014 TERMO ADITIVO Nº 007 AO CONTRATO Nº 123/2014

Pelo presente Termo Aditivo de contrato que entre si fazem o MUNICÍPIO DE INDAIAL, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.798/0001-00, com sede na Avenida Getúlio Vargas, nº 126, bairro Centro, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, neste ato representado pelo Sr. Sérgio Almir dos Santos, Prefeito legitimamente eleito para o cargo, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob nº 383.728.439-53 e Cédula de Identidade nº 3/R 1.111.815, residente e domiciliado à Rua 25 de Janeiro, nº 797, Bairro Carijós– Estado de Santa Catarina, através do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE INDAIAL, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 11.355.483/0001-63, neste ato representado pela Sra. Adriane Machado Ferrari, Secretária de Saúde, brasileira, casada, inscrita no CPF sob nº 710.570.649-04 e Cédula de Identidade nº 2.286.115-SSP/SC, residente e domiciliada à Rua Fritz Müller, nº 410, Bairro Tapajós, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, doravante denominada simplesmente de CONTRATANTE, e a empresa, SOBERANA SERVIÇOS E CONSTRUÇÕES LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 01.408.643/0001-31, com sede na rua Rio do Sul, bairro da Velha, na cidade de Blumenau

– Estado de Santa Catarina, representada neste ato por seu Representante Legal, Sr. Sebastião de Souza, brasileiro, inscrito no CPF sob nº 551.673.909/82 e Cédula de Identidade nº 1.845.512, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, tem entre si justo e acordado, na melhor forma do direito, fundamentado na Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, a celebração do presente Termo Aditivo de contrato mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA:

Com fundamento na Lei nº 8.666/93 e suas alterações, e solicitação em anexo, a cláusula quinta, item 5.1., do contrato original, que tem como objeto a execução da construção de uma unidade de saúde – Estratégia de Saúde da Família Alcides Müller, com área total a construir de 338,20m², passa a vigorar da seguinte forma:

CLÁUSULA QUINTA: PRAZO DE EXECUÇÃO:

5.1. O prazo do presente contrato é de 06 de fevereiro de 2016 a 04 de julho de 2016, com a expedição da respectiva Ordem de Serviço, pela CONTRATANTE, de acordo com o cronograma físico financeiro apresentado pela CONTRATADA.

CLÁUSULA SEGUNDA:

O presente Termo Aditivo passa a fazer parte do contrato original permanecendo inalteradas as demais cláusulas.

E, por estarem justos e contratados, as partes assinam o presente Termo Aditivo de contrato em 04 (quatro) vias de igual teor e forma, para um único efeito, com as testemunhas abaixo identificadas e assinadas, para que produzam os jurídicos e legais efeitos, por si e seus sucessores.

Indaial/SC, 05 de fevereiro de 2016.

MUNICÍPIO DE INDAIAL Mário Withoef Prefeito em exercício Contratante	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE INDAIAL Adriane Machado Ferrari Contratante
SOBERANA SERVIÇOS E CONSTRUÇÕES LTDA Sebastião de Souza Contratante	PROCURADOR GERAL DO MUNICÍPIO Miguel Angelo Soar OAB/SC nº 6.699

Testemunhas:

Assinatura: _____
Nome Legível: _____
CPF: _____

Assinatura: _____
Nome Legível: _____
CPF: _____

Ipumirim

PREFEITURA

EXTRATO DE CONTRATO Nº 38/2016/PM

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE IPUMIRIM

Publicação do extrato contratual nos termos do § Único do art. 61 da Lei 8.666/93.

Contrato Administrativo Público Nº 38/2016

Objeto: PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO TERMO DE CONTRATO DE CREDENCIAMENTO Nº 49/2015, QUE ENTRE SI FAZEM O MUNICÍPIO DE IPUMIRIM, ESTADO DE SANTA CATARINA E A ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA RADIO FM PEQUENO VALE.

Valor: R\$ 3,50 (Três Reais e Cinquenta Centavos)

Assinatura: 02/05/2016 Vigência: 31/12/2016

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM

Contratado: ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA RADIO FM PEQUENO VALE, situada na AVENIDA ASSIS BRASIL, 75, Bairro: CENTRO, cidade de IPUMIRIM-SC, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 02.687.301/0001-60.

EXTRATO DE CONTRATO Nº 39/2016/PM

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE IPUMIRIM

Publicação do extrato contratual nos termos do § Único do art. 61 da Lei 8.666/93.

Contrato Administrativo Público Nº 39/2016

Processo licitatório: Edital de Licitação da Modalidade de PREGÃO PRESENCIAL Nº 16/2014, Processo de Licitação nº 35/2014, homologado em 23 de maio de 2014.

Objeto: DISTRATO CONTRATUAL AO QUARTO TERMO ADITIVO DE CONTRATO PÚBLICO ADMINISTRATIVO Nº 26/2016, QUE ENTRE SI FAZEM O MUNICÍPIO DE IPUMIRIM, ESTADO DE SANTA CATARINA EMPRESA BETHA SISTEMAS LTDA.

Valor: R\$ 0,01 (Um Centavo)

Assinatura: 05/05/2016 Vigência: 28/05/2018

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM

Contratado: BETHA SISTEMAS LTDA, situada na RUA JOAO PESOA, 134, Bairro CENTRO, cidade de CRICIUMA-SC, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 00.456.865/0001-67.

EXTRATO DE CONTRATO Nº 40/2016/PM

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE IPUMIRIM

Publicação do extrato contratual nos termos do § Único do art. 61 da Lei 8.666/93.

Contrato Administrativo Público Nº 40/2016

Processo licitatório: Edital de Licitação da Modalidade de PREGÃO PRESENCIAL Nº 16/2014, Processo de Licitação nº 35/2014, homologado em 23 de maio de 2014.

Objeto: QUINTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE Nº 47/2014 QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE IPUMIRIM E A EMPRESA BETHA SISTEMAS LTDA.

Valor: R\$ 356.048,92 (Trezentos e Cinquenta e Seis Mil e Quarenta e Oito Reais e Noventa e Dois Centavos)

Assinatura: 05/05/2016 Vigência: 28/05/2018

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM

Contratado: BETHA SISTEMAS LTDA, situada na RUA JOAO PESOA, 134, Bairro: CENTRO, cidade de CRICIUMA-SC, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 00.456.865/0001-67.

EXTRATO DE CONTRATO Nº 41/2016/PM

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE IPUMIRIM

Publicação do extrato contratual nos termos do § Único do art. 61 da Lei 8.666/93.

Contrato Administrativo Público Nº 41/2016

Processo licitatório: Edital de Licitação da Modalidade de DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 9/2016, Processo de Licitação nº 31/2016, homologado em 06 de maio de 2016.

Objeto: contratação de empresa para prestação de serviço, para desenvolver com adolescentes atividades de oficina " Campanha de Conscientização e Prevenção da Prática de Ato Infracional".

Valor: R\$ 7.950,00 (Sete Mil Novecentos e Cinquenta Reais)

Assinatura: 06/05/2016 Vigência: 06/07/2016

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM

Contratado: LEONICE DEDONATTI, situada na RUA ALCINA MARIA Nº 76, Bairro: IPIRANGA, cidade de ABELARDO LUZ-SC, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 20.748.853/0001-13.

Irineópolis

PREFEITURA

ATA RP PROC 19/2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEOPOLIS

ESTADO DE SANTA CATARINA

PROCESSO LICITATORIO Nº. 19/2016

PREGÃO PRESENCIAL 09/2016

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

VALIDADE 12 MESES

Presentes à Sessão Pública para julgamento do(s) envelopes(s) de Proposta de Preços, com o objetivo de adquirir o objeto descrito no Processo Licitatório nº 19/2016, Pregão Presencial nº 09/2016, para Registro de Preços, a Sra. Patricia Fabiane Fronczak - Pregoeira, Sra. Andressa Bendlin; Sra. Cassiana Lais Brand; Sra. Marcia Maria Kerscher e Sra. Rosani Rodrigues da Silva Mischka - Equipe de Apoio, designadas pela Portaria nº. 001/2016; Sr. Altair Fabro - representante da empresa Dimáquinas Máquinas e Equipamentos Ltda EPP; Sr. Luciano Kulkamp- representante da empresa Fatima Representações Comerciais Ltda; Sr. Maicon Monteiro - representante da empresa Agrowerner Comércio de Máquinas e Implementos Agrícolas Ltda, e Marciano Wiggers Meurer - representante da empresa Casa do Pica Pau Ltda - EPP. Inicialmente o Pregoeiro procedeu a leitura do teor do Instrumento Convocatório, bem como prestou esclarecimentos referentes aos procedimentos de julgamento das propostas e habilitações.

Após procedeu-se o Credenciamento dos interessados na participação do certame, onde ficou comprovado que os representantes das empresas proponentes possuem poderes para formular propostas e praticar os demais atos inerentes ao certame. Iniciada a fase de julgamento das propostas, o Pregoeiro e equipe de apoio procederam a análise das Propostas, verificando a conformidade com o Instrumento Convocatório. Em seguida foi realizada a classificação da proposta das empresas que se apresentaram para o certame.

Os representantes das empresas Dimáquinas Máquinas e Equipamentos Ltda EPP; Fatima Representações Comerciais Ltda; Agrowerner Comércio de Máquinas e Implementos Agrícolas Ltda e Casa do Pica Pau Ltda - EPP não manifestaram interesse de interposição de recursos. Presentes à Sessão Pública para julgamento do(s) envelopes(s) de Documentação, com o objetivo de adquirir o objeto descrito no Processo Licitatório nº 19/2016, Pregão Presencial nº 09/2016, para Registro de Preços, a Sra. Patricia Fabiane Fronczak - Pregoeira, Sra. Andressa Bendlin; Sra. Cassiana Lais Brand; Sra. Marcia Maria Kerscher e Sra. Rosani Rodrigues da Silva Mischka - Equipe de Apoio, designadas pela Portaria nº. 001/2016; Sr. Altair Fabro - representante da empresa Dimáquinas Máquinas e Equipamentos Ltda EPP; Sr. Luciano Kulkamp- representante da empresa Fatima Representações Comerciais Ltda; Sr. Maicon Monteiro - representante da empresa Agrowerner Comércio de Máquinas e Implementos Agrícolas Ltda, e Marciano Wiggers Meurer - representante da empresa Casa do Pica Pau Ltda - EPP. Foi realizada a análise dos documentos apresentados pelas empresas: Fatima Representações Comerciais Ltda e Casa do Pica Pau Ltda - EPP, foi constatado que as empresas apresentaram todos os documentos exigidos na fase de habilitação, conforme item 07 do Edital, sendo consideradas HABILITADAS no Processo Licitatório em epígrafe. O envelope das empresas Dimáquinas Máquinas e Equipamentos Ltda EPP e Agrowerner Comércio de Máquinas e Implementos Agrícolas Ltda, permanecem lacrados no presente processo. Os representantes das empresas proponentes não manifestaram interesse de interposição de recurso, quanto ao julgamento dos documentos de habilitação, encerrando-se o prazo para interposição de recurso nesta data. Nada mais havendo- se a tratar, foi lavrada a presente ata.

Casa do Pica Pau Ltda

Item	Quantidade	Unidade	Descrição	MARCA	VALOR R\$
02	01	Unidade	Caçamba carregadeira traseira, nova, capacidade mínima de carga de 220 litros, peso mínimo de 180 kg, altura mínima do levante de 2000 mm.	ALMEIDA	1.600,00
03	01	Unidade	Distribuidor de calcário e adubo, novo, capacidade mínima de 1,4 m³, com comprimento total mínimo de 3.500 mm, largura total mínima de 1.700 mm e altura total mínima de 1.500 mm, com rodado fixo, pneus novos 11 L 15, contendo esteira de no mínimo 0,60 cm, Potência requerida de no mínimo 60 CV.	BUDNY	12.090,00
05	01	Unidade	Betoneira, nova, capacidade mínima de 200 litros, com rotação mínima do tambor de 28 rpm, com cremadeira segmentada com proteção total, volante com reforços, sistema de pedal com mola, pás com parafusos e borda do bocal reforçada.	MAQ-TRON	1.500,00
06	01	Unidade	Plataforma basculante, nova, com dimensões mínimas de 2 x 1 x 0,40 m.	FOLMAQ	2.100,00
VALOR TOTAL R\$					17.290,00

Fatima Representações Comerciais Ltda EPP

Item	Quantidade	Unidade	Descrição	MARCA	VALOR R\$
01	01	Unidade	Lâmina traseira hidráulica, nova, com reversão hidráulica, para engate no 3º ponto largura da lâmina de no mínimo 3 metros, altura da lâmina de no mínimo 49 cm, ângulos: vertical mínimo de 30 graus, horizontal de no mínimo 25 graus, de giro no mínimo 360 graus. Estrutura do chassi e da concha em chapa lisa com espessura mínima de 5/16" em aço carbono SAE-1020, com cantoneira de reforço traseiro de no mínimo 1/2 x 6" e giro de ângulo em chapa lisa de no mínimo 7/8" em aço carbono SAE-1020. Peso mínimo de 500 kg. Potencia requerida de no mínimo 95 CV.	SCARA-BELOT LNRII 30	6.490,00
04	01	Unidade	Desintegrador, novo, com acessórios para trator, cardan universal, martelos móvel, rotor com no mínimo 2 navalhas, Potência requerida de no mínimo 15 CV.	NETZ TR 800	3.275,00
VALOR TOTAL R\$					9.765,00

Irineópolis, 04 de maio de 2016.

Juliano Pozzi Pereira

Prefeito Municipal



DECRETO Nº 2997/2016

DECRETO Nº 2.997 DE 09 DE MAIO DE 2016.

EMENTA: DISPÕE SOBRE PERMISSÃO DE USO.

O Prefeito Municipal de Irineópolis, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o § 3º do Art. 98 da Lei Orgânica do Município, e Lei nº 1.193/2005 de 20/06/2005,

DECRETA:

Art. 1º - Fica permitido, a título precário e gratuito, pelo período de 09 de maio de 2016 a 31 de dezembro de 2016, à ASSOCIAÇÃO AGROECOLÓGICA PRESERVAÇÃO DA VIDA, inscrito no CNPJ sob o nº 21.890.630/0001-59, com sede na Rodovia Oscar Eugênio Grossl, km 04, Município de Irineópolis – SC, o uso gratuito dos bens abaixo especificados:

- 01 CARRETA AGRÍCOLA 4 TONELADAS MODELO TR-688 SÉRIE 58759 ANO FABRICAÇÃO/MODELO 2015/2015 COR AMARELA MARCA TRITON, cadastrado no Patrimônio sob o nº 12.974;
- ENXADA ROTATIVA COM ENCANTEIRADOR MODELO ERP 150 B SÉRIE 1506-24897 ANO FABRICAÇÃO/MODELO 2015/2015 COR AMARELA MARCA MEC-RUL, cadastrado no Patrimônio sob o nº 12.975;
- BALANÇA DE BANCADA ELETRÔNICA, MARCA LIDER, MODELO B520, NUMERO DE SÉRIE 23943, cadastrado no Patrimônio sob o nº 9.073;
- TRATOR AGRÍCOLA SOBRE RODAS MARCA VALTRA MODELO A750 4X4 FABRICAÇÃO/MODELO 2015/2015 COR AMARELO, cadastrado no Patrimônio sob o nº 13.584;
- MOINHO DE BOLA PARA MOER PEDRAS COM ABASTECIMENTO MANUAL, CONFECCIONADO EM AÇO CARBONO, REVESTIDO INTERNAMENTE COM BORRACHA, cadastrado no Patrimônio sob o nº 13.585;
- MOINHO DE BOLA PARA MOER PEDRAS COM ABASTECIMENTO MANUAL, CONFECCIONADO EM AÇO CARBONO, REVESTIDO INTERNAMENTE COM BORRACHA, cadastrado no Patrimônio sob o nº 13.586.

Art. 2º - Os bens móveis em referência, deverá ser utilizado pelo Permissionário, junto a Associação Agroecológica Preservação da Vida, sendo o Permissionário responsável pelos bens acima referidos.

Art. 3º - Os bens acima relacionados serão entregues ao Permissionário em perfeito estado de conservação, devendo o mesmo, ser devolvido ao Município em iguais condições, até o dia 31/12/2016.

Art. 4º - As demais condições constarão dos Termos de Compromisso e Outorga de Permissão, a serem firmados pelo Permissionário e pela Autoridade competente, junto a Secretaria Municipal de Administração desta Prefeitura.

Art. 5º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º - Revogam-se as disposições em contrário.

Irineópolis-SC, 09 de maio de 2016.

JULIANO POZZI PEREIRA
Prefeito Municipal.

Termo de Compromisso Nº 01/2016, que ASSOCIAÇÃO AGROECOLÓGICA PRESERVAÇÃO DA VIDA, assina perante a Prefeitura Municipal de Irineópolis - SC

ASSOCIAÇÃO AGROECOLÓGICA PRESERVAÇÃO DA VIDA, inscrito no CNPJ sob o nº 21.890.630/0001-59, com sede na Rodovia Oscar Eugênio Grossl, km 04, Município de Irineópolis – SC, neste ato representado pelo Senhor Elias Ribeiro, Coordenador Geral, portador do CPF nº 814.624.769-53, RG nº 4.242.304-SSP-SC, condições

gerais constantes do Termo de Outorga nº 01/2016, referente à permissão de uso, à título precário, dos bens:

- 01 CARRETA AGRÍCOLA 4 TONELADAS MODELO TR-688 SÉRIE 58759 ANO FABRICAÇÃO/MODELO 2015/2015 COR AMARELA MARCA TRITON, cadastrado no Patrimônio sob o nº 12.974;
- ENXADA ROTATIVA COM ENCANTEIRADOR MODELO ERP 150 B SÉRIE 1506-24897 ANO FABRICAÇÃO/MODELO 2015/2015 COR AMARELA MARCA MEC-RUL, cadastrado no Patrimônio sob o nº 12.975;
- BALANÇA DE BANCADA ELETRÔNICA, MARCA LIDER, MODELO B520, NUMERO DE SÉRIE 23943, no Patrimônio sob o nº 9.073;
- TRATOR AGRÍCOLA SOBRE RODAS MARCA VALTRA MODELO A750 4X4 FABRICAÇÃO/MODELO 2015/2015 COR AMARELO, cadastrado no Patrimônio sob o nº 13.584;
- MOINHO DE BOLA PARA MOER PEDRAS COM ABASTECIMENTO MANUAL, CONFECCIONADO EM AÇO CARBONO, REVESTIDO INTERNAMENTE COM BORRACHA, cadastrado no Patrimônio sob o nº 13.585;
- MOINHO DE BOLA PARA MOER PEDRAS COM ABASTECIMENTO MANUAL, CONFECCIONADO EM AÇO CARBONO, REVESTIDO INTERNAMENTE COM BORRACHA, cadastrado no Patrimônio sob o nº 13.586.

Ciente do seu texto e efeitos correlatos, bem como as obrigações a seguir especificadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA

A presente permissão de uso será à título gratuito.

Os bens em referência, deverão ser utilizados pelo Permissionário, exclusivamente para consecução dos seus objetivos estatutários e institucionais.

CLÁUSULA SEGUNDA

Se ocorrer danos aos bens objeto da presente permissão, a usuários ou a terceiros, em decorrência de ação ou omissão de seus funcionários e/ou prepostos, a responsabilidade caberá exclusivamente ao PERMISSSIONÁRIO.

CLÁUSULA TERCEIRA

Todos e quaisquer reparos realizados nos bens objeto da presente permissão fica, desde já, incorporadas ao mesmo, renunciando ao PERMISSSIONÁRIO, ao eventual direito à retenção e/ou indenização.

CLÁUSULA QUARTA

O PERMISSSIONÁRIO consente que a PERMITENTE exerça constante fiscalização, no tocante ao cumprimento das condições estabelecidas neste ajuste, no Termo de Outorga de Permissão de Uso nº 01/2016, Decreto nº 2997/2016.

CLÁUSULA QUINTA

São, ainda, obrigações do PERMISSSIONÁRIO:

- a) pagar pontualmente os valores que sejam de sua responsabilidade, cabendo-lhe, também, o pagamento dos tributos, despesas com luz, água, telefone, etc., e demais ônus que recaírem sobre o imóvel;
- b) manter o objeto de permissão de uso em perfeito estado de conservação e segurança, de forma a preservá-lo e restituí-lo na mais perfeita ordem;
- c) solicitar prévia autorização expressa e escrita da PERMITENTE, para executar quaisquer reparação no bem;
- d) sujeitar-se as exigências da saúde pública, autoridades municipais, estaduais e federais;

e) afastar do serviço qualquer pessoa cuja permanência for julgada inconveniente pela PERMITENTE;

f) cumprir as normas, regulamentos, circulares, ordens de serviço, etc., emanadas da PERMITENTE, com os quais o PERMISSIONÁRIO declara estar de acordo;

g) não traspassar, ceder ou transferir, no todo ou em parte, o objeto da permissão a terceiros, sob pena de rescisão imediata da Permissão.

CLÁUSULA SEXTA

O PERMISSIONÁRIO declara estar ciente das faculdades e prerrogativas concedidas ao ente PERMITENTE, por força da discricionariedade e precariedade inerentes ao Instituto da permissão de uso.

CLÁUSULA SÉTIMA

Fica eleito o foro da Comarca de Porto União – SC, para dirimência das dúvidas decorrentes do termo de outorga de permissão de uso e do termo de compromisso, renunciando a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

Irineópolis - SC, 09 de maio de 2016.

ASSOCIAÇÃO AGROECOLÓGICA PRESERVAÇÃO DA VIDA
ELIAS RIBEIRO
PERMISSIONÁRIO

TESTEMUNHAS:

Nome: PATRICIA FABIANE FRONCZAK CPF: 037.425.669-11	Nome: ANA LIGIA CARDOSO DE CARVALHO CPF: 114.159.509-42
---	---

Assessoria Jurídica
De acordo, 09/05/2016.

Dra. Ana Maria Onevetch
Advogado
OAB/PR 58.083

Termo De Outorga De Permissão De Uso Nº 01/2016.

A Prefeitura Municipal de Irineópolis - SC, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 83.102.558/0001-05, com sede administrativa situada na Rua Paraná, n.º 200, Centro, Município de Irineópolis, Estado de Santa Catarina, por seu Prefeito Municipal Sr. Juliano Pozzi Pereira, portador do CPF n.º 455.173.049-15, RG n.º 23ªR 827.405-SSP-SC, residente e domiciliado em Irineópolis - SC, com base no Decreto n.º 2.642/2014 e através deste instrumento, outorga permissão de uso, a título precário, dos bens a seguir relacionados:

- 01 CARRETA AGRÍCOLA 4 TONELADAS MODELO TR-688 SÉRIE 58759 ANO FABRICAÇÃO/MODELO 2015/2015 COR AMARELA MARCA TRITON, cadastrado no Patrimônio sob o n.º 12.974;
- ENXADA ROTATIVA COM ENCANTEIRADOR MODELO ERP 150 B SÉRIE 1506-24897 ANO FABRICAÇÃO/MODELO 2015/2015 COR AMARELA MARCA MEC-RUL, cadastrado no Patrimônio sob o n.º 12.975;
- BALANÇA DE BANCADA ELETRÔNICA, MARCA LIDER, MODELO B520, NUMERO DE SÉRIE 23943, cadastrado no Patrimônio sob o n.º 9.073;
- TRATOR AGRÍCOLA SOBRE RODAS MARCA VALTRA MODELO A750 4X4 FABRICAÇÃO/MODELO 2015/2015 COR AMARELO, cadastrado no Patrimônio sob o n.º 13.584;
- MOINHO DE BOLA PARA MOER PEDRAS COM ABASTECIMENTO MANUAL, CONFECCIONADO EM AÇO CARBONO, REVESTIDO INTERNAMENTE COM BORRACHA, cadastrado no Patrimônio sob o n.º 13.585;
- MOINHO DE BOLA PARA MOER PEDRAS COM ABASTECIMENTO MANUAL, CONFECCIONADO EM AÇO CARBONO, REVESTIDO

INTERNAMENTE COM BORRACHA, cadastrado no Patrimônio sob o n.º 13.586.

Condicionada ao cumprimento das cláusulas a seguir especificadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA

Os bens móveis acima descritos deverão ser utilizados pelo Permissionário, exclusivamente para consecução dos seus objetivos estatutários e institucionais, não sendo admitido, em qualquer tempo, o uso diverso da destinação aqui prevista, devendo ainda, a sua utilização, obedecer as condições gerais da outorga, bem como as especificações constantes no Termo de Compromisso nº 01/2016, assinado pelo PERMISSIONÁRIO.

Parágrafo primeiro - Não será permitida a transferência da permissão de uso a terceiros, sob pena de rescisão imediata da presente Permissão.

Parágrafo segundo - A presente permissão de uso será à título gratuito.

CLÁUSULA SEGUNDA

No caso de haver qualquer alteração ou modificação nas condições estabelecidas no termo de outorga ou de compromisso, não caracterizadoras de transferência, será exigida a aprovação prévia e escrita da PERMITENTE para tanto.

CLÁUSULA TERCEIRA

Ocorrendo as hipóteses previstas na Cláusula Segunda, deverá ser formalizado novo termo de outorga ou compromisso, em substituição ao anterior.

CLÁUSULA QUARTA

As demais condições e obrigações, referentes a presente permissão de uso, constarão do respectivo Termo de Compromisso.

CLÁUSULA QUINTA

A presente permissão de uso vigorará pelo prazo de 09 de maio de 2016 à 31 de dezembro de 2016.

CLÁUSULA SEXTA

Tem a PERMITENTE o poder discricionário de, a qualquer tempo, alterar, modificar ou revogar a presente permissão de uso, unilateralmente, mediante notificação extrajudicial.

Parágrafo único - Ficará a permissão de uso rescindida de pleno direito e independente de notificação ou interpelação de qualquer natureza, nas hipóteses seguintes:

- a) alteração, pelo PERMISSIONÁRIO, da destinação prevista ou qualquer outra julgada inconveniente pela PERMITENTE;
- b) inadimplemento de qualquer das obrigações assumidas em decorrência do presente e/ou do termo de compromisso, firmado pelo PERMISSIONÁRIO;
- c) transferência da presente permissão de uso a terceiros.

CLÁUSULA SÉTIMA

As manutenções necessárias, úteis ou voluptuárias, realizadas pelo PERMISSIONÁRIO, ficam incorporadas ao bem objeto da presente permissão, sem direito à retenção ou qualquer indenização, seja a que título for.

Irineópolis - SC, 09 de maio de 2016.

JULIANO POZZI PEREIRA
Prefeito Municipal

TESTEMUNHAS:

Nome: PATRICIA FABIANE FRONCZAK CPF: 037.425.669-11	Nome: ANA LIGIA CARDOSO DE CARVALHO CPF: 114.159.509-42
--	--

Assessoria Jurídica
De acordo, 09/05/2016.

Dra. Ana Maria Onevetch
Advogado
OAB/PR 58.083.

EXTRATO CONTRATO Nº 14/2016 FMS

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE IRINEOPOLIS
ESTADO DE SANTA CATARINA
CONTRATO Nº 14/2016

Contratante: Fundo Municipal de Saúde de Irineópolis.
Contratada: MIMO CONSULTÓRIO PEDIÁTRICO - ME
Objeto: CONTRATAÇÃO DO TIPO CONSULTAS, NA ESPECIALIDADE DE PEDIATRIA, A SEREM PRESTADOS NAS UNIDADES DE SAÚDE DO MUNICÍPIO, CONFORME CRONOGRAMA DA UNIDADE DE SAÚDE CENTRAL, EM CONFORMIDADE COM DECRETO Nº 2.806/2015.
Vigência: 02.05.2016 A 01.05.2017
Valor total de R\$ 230.400,00 (duzentos e trinta mil e quatrocentos reais)
Base Legal – Processo Licitatório nº 03/2016 – Inexigibilidade nº. 01/2016
Lei 8.666/93 consolidada

Juliano Pozzi Pereira
Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO Nº 33/2016 - PM

TERMO ADITIVO DE SUPRESSÃO DE SERVIÇOS E VALORES Nº 33/2016

TERMO ADITIVO DE SUPRESSÃO ao Contrato Aditivo de fornecimento nº 18/2014, que entre si celebram a Prefeitura Municipal de Irineópolis e a empresa Rádio Nirvana FM Ltda.

A Prefeitura Municipal de Irineópolis, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, situada na Rua Paraná, nº 200, Centro, município de Irineópolis, Santa Catarina, neste ato, representada pelo Senhor Juliano Pozzi Pereira, casado, no exercício do Cargo de Prefeito, residente e domiciliado à rua Caetano Valões nº 22, no centro do Município de Irineópolis - SC, inscrito no CPF sob o nº 455.173.049-15 e portador da cédula de identidade nº 827.405-SC, a seguir denominada Contratante, e a empresa Rádio Nirvana FM Ltda, Pessoa Jurídica de Direito Privado, sita na Avenida 22 de julho, nº 742, centro, cidade de Irineópolis, Estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 11.572.391/0001-35, neste ato representada pelo senhor Vânio Gandolfi, portador do CPF nº 018.665.289-55, e RG nº 13R 3.128.092 SSP/SC, a seguir denominada Contratada, acórdão e ajustam firmar o presente contrato nos termos da lei nº 8.666/93, de 21 de junho de 1993, e legislação pertinente, assim como pelas condições do Procedimento de Licitação nº. 13/2014, modalidade Pregão Presencial nº. 11/2014, pelas cláusulas a seguir expressas, definidoras dos direitos, obrigações e responsabilidades das partes, fica suprimido o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO

Considerando o disposto no artigo 65, § 2º, inciso II, da Lei 8.666/93, e de acordo com o Ofício nº 248/2016 do Senhor Sidnei Wagner, Secretário do Desenvolvimento Econômico, deferido em

26 de abril de 2016, pelo Senhor Juliano Pozzi Pereira – Prefeito Municipal, resolvem as partes, de comum acordo, suprimir serviços do contrato original, que tem por objetivo a PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE VEICULAÇÃO EM RÁDIODIFUSÃO, VEICULAÇÃO DE PUBLICIDADE INSTITUCIONAL A FIM DE DIVULGAR AS AÇÕES DA PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEÓPOLIS, o qual passa a vigorar nos seguintes termos:

Ø No mínimo um programa diário de mais ou menos 04 minutos, ao vivo, dentro do Programa de Notícias da emissora, com sugestão de horário das 12h00min às 12h05min, onde serão veiculados recados, avisos e comunicados de utilidade pública da Administração, direta ou indireta. O conteúdo será de responsabilidade do setor competente da Administração. O material para este espaço será encaminhado a emissora até às 10h00min do dia da transmissão, para que a mesma possa analisar e refazer a redação de cada informação, tornando as matérias radiofônicas. A emissora fica responsável pela redação e divulgação das notas, sendo que a Administração providenciará a melhor forma, para que o material chegue até a redação.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA SUPRESSÃO DE VALORES

Em virtude da supressão de serviços objeto deste aditivo contratual, o valor mensal que era de R\$ 3.562,50 (três mil, quinhentos e sessenta e dois reais e cinquenta centavos), passará, a partir de 01.05.2016, a ser de R\$ 1.000,00 (um mil reais), até 31/12/2016.

CLÁUSULA TERCEIRA – FUNDAMENTO LEGAL

As supressões de que trata este Termo Aditivo tem como fundamento legal o inciso II, do § 2º, do artigo 65 da Lei nº 8.666/93, consolidada.

CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA

O presente Termo vigorará a partir do dia 01 de maio de 2016 e terá sua eficácia condicionada à publicação do seu extrato no Diário Oficial do Município.

CLÁUSULA QUINTA - DA RATIFICAÇÃO

As demais Cláusulas do termo ora aditado, permanecem inalteradas.

E, para que este Contrato passe a produzir seus jurídicos e legais efeitos, leva a chancela das partes, em 04 (quatro) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas que também o firmam.

Irineópolis (SC), 02 de Maio de 2016.

Município de Irineópolis	
Juliano Pozzi Pereira	Rádio Nirvana FM Ltda Vânio Gandolfi
Contratante	Contratada
Testemunhas:	

Nome: Gessica Greschechen
CPF: 072.218.599-57

Nome: Valdir Marafigo
CPF: 017.851.289-30

EXTRATO DO PROCESSO LICITATORIO Nº 25/2016 - TP 09/2016 - PM

PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEÓPOLIS
ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 25/2016
TOMADA DE PREÇOS Nº 09/2016

A Prefeitura Municipal de Irineópolis, torna público para conhecimento dos interessados que realizará no dia 30 de maio de 2016, às 09:00 horas, Processo Licitatório na Modalidade Tomada de Preços, com critério de adjudicação Menor Preço Global, de acordo com a Lei nº 8.666/93, visando a "CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA ASSESSORIA TÉCNICA ESPECIALIZADA NA AREA DE ENGENHARIA DE MINAS PARA ACOMPANHAR OS TRABALHOS NA PEDREIRA MUNICIPAL SERRA GRANDE, EXIGÊNCIAS E ESPECIFICAÇÕES DISCRIMINADAS NO TERMO DE REFERÊNCIA – ANEXO VII E DEMAIS DOCUMENTOS ANEXOS A ESTE EDITAL". O edital de Licitação encontra-se a disposição dos interessados, no Departamento de Compras e Licitações, no horário das 08:30 às 11:30 e das 13:00 às 15:00, Rua Paraná, nº 200, Centro, Irineópolis SC, Fone 47 3625-1111, no site www.irineopolis.sc.gov.br.

Irineópolis, 10 de maio de 2016.
JULIANO POZZI PEREIRA
Prefeito Municipal

EXTRATO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 24/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEÓPOLIS
PROCESSO LICITATÓRIO N.º 24/2016
TOMADA DE PREÇOS N.º 08/2016

O Município de Irineópolis, torna público para conhecimento dos interessados que realizará no dia 31 de maio de 2016, às 09:00 horas, Processo Licitatório na Modalidade Tomada de Preços para Obras e Serviços de Engenharia, com critério de adjudicação Menor Preço global de acordo com a Lei n.º 8.666/93, visando REFORMA DA COBERTURA DO NÚCLEO EDUCACIONAL PRESIDENTE ADOLFO KONDER, LOCALIDADE DE SÃO PASCOAL, ÁREA DE 1.058,22 M², COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS E MÃO DE OBRA, DE ACORDO COM MEMORIAL DESCRITIVO, PLANILHA ORÇAMENTÁRIA E CRONOGRAMA FISICO-FINANCEIRO. O Edital de Licitação encontra-se a disposição dos interessados, no Departamento de Compras e Licitações, no horário das 08:30 às 11:30 e das 13:00 as 15:00, sita a Rua Paraná, n.º 200, Centro – Irineópolis – SC, Fone (47) 3625-1111 e no site www.irineopolis.sc.gov.br.

Irineópolis, 09 de maio de 2016.
JULIANO POZZI PEREIRA
Prefeito Municipal

Itaiópolis

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO - PR Nº 14/2016

Processo Licitatório nº 21/2016 - Pregão Presencial nº 14/2016 – Objeto: registro de preços para aquisição de materiais para pavimentação com lajotas, na Rua Henrique Koenig, Bairro Bom Jesus. LOCAL/DATA E HORÁRIO PARA ENTREGA DOS ENVELOPES: Avenida Getúlio Vargas, 308, 3º Piso, Centro, Itaiópolis – SC, no Departamento de Compras e Licitações, junto a Prefeitura Municipal, no dia 24 de maio de 2016, até as 09h20min. ABERTURA DOS ENVELOPES: no dia 24 de maio de 2016, as 09h30min. O Edital estará à disposição dos interessados, no endereço acima mencionado ou pelo Site www.itaioptolis.sc.gov.br. Itaiópolis, 09 de maio de 2016. JOSÉ HERALDO SCHRITKE Prefeito Municipal

AVISO DE LICITAÇÃO - TP Nº 2/2016

Processo Licitatório nº 22/2016 – Tomada de Preços nº 2/2016 – Objeto: serviços de mão de obra na colocação de meio-fios e assentamento de lajotas, na Rua Henrique Koenig, Bairro Bom Jesus. LOCAL/DATA E HORÁRIO PARA ENTREGA DOS ENVELOPES: Avenida Getúlio Vargas, 308, 3º Piso, Centro, Itaiópolis – SC, no Departamento de Compras e Licitações, junto a Prefeitura Municipal, no dia 30 de maio de 2016, até as 09h20min. ABERTURA DOS ENVELOPES: no dia 30 de maio de 2016, as 09h30min. O Edital estará à disposição dos interessados, no endereço acima mencionado ou pelo Site www.itaioptolis.sc.gov.br. Itaiópolis, 10 de maio de 2016. JOSÉ HERALDO SCHRITKE Prefeito Municipal

EXTRATO TERMO ADITIVO - CONTRATO Nº 41/2014

Nº ADITIVO: 3º

Nº CONTRATO: 41/2014

LOCATÁRIO: Município de Itaiópolis

LOCADORA: Ileana Terezinha Hubner

OBJETO: locação de imóvel para funcionamento do CEI Vila Nova. Fica prorrogado o prazo até 31/07/2016, a contar de 01/05/2016 e reajuste do valor em 11,568%, a contar de 01/04/2016.

Itaiópolis, 25/04/2016 José Heraldo Schritke Prefeito Municipal

Itapema

PREFEITURA

PROCESSO Nº 67 / 2016 – PREGÃO PRESENCIAL Nº. 04.042.2016 OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS - CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE LOCAÇÃO DE VEÍCULOS.

Estado de Santa Catarina

Município de Itapema

EDITAL DE LICITAÇÃO

O Município de Itapema, torna público a abertura do:

Processo nº 67 / 2016 – Pregão Presencial nº. 04.042.2016

Objeto: Registro de Preços - Contratação de empresa especializada para prestação de serviço de locação de veículos.

Entrega dos envelopes: Até às 14:00(catroze) horas do dia 23 de maio de 2016.

Abertura do Pregão: 23 de maio de 2016, às 14:00(catorze) horas.

Endereço para retirada do edital: O edital poderá ser baixado pelo sítio www.itapema.sc.gov.br, no ícone "serviços – fornecedores – modalidades – pregão – 04.042.2016" ou pessoalmente, Avenida Nereu Ramos, 134, Bairro Centro.

Dúvidas, entrar em contato pelo telefone (047) 3268-8019.

Itapema, 10 de maio de 2016.

Everaldo Darós

Diretor de Compras, Contratos e Licitações

Itapiranga

PREFEITURA

EDITAL Nº 04/2016

EDITAL Nº 4/2016
CONVOCAÇÃO PARA AUDIÊNCIA PÚBLICA

O Prefeito Municipal e o Presidente da Câmara de Vereadores de Itapiranga – SC, tornam público a todos os munícipes, que será realizada a Audiência Pública de Prestação de Contas do 1º Quadrimestre de 2016, no dia 24 de maio de 2016, às 13h30min, no auditório da Câmara Municipal, sita à Rua São Jacó, n. 211, nesta cidade, em atendimento ao disposto no § 4º do artigo 9º, da Lei Complementar n. 101, de 4 de maio de 2000 (Responsabilidade Fiscal).

Itapiranga – SC - SC, 10 de maio de 2016.
Milton Simon Marino Spies
Prefeito Municipal Presidente Câmara Vereadores

EDITAL Nº 05/2016

EDITAL Nº 05/2016
CONVOCAÇÃO PARA AUDIÊNCIA PÚBLICA

O Gestor do Fundo Municipal de Saúde de Itapiranga – SC, torna público a todos os munícipes, que será realizada a Audiência Pública de Prestação de Contas dos relatórios de receita e despesa e serviços prestados referente o 1º quadrimestre de 2016, no dia 24 de maio de 2016, às 14h00min, no auditório da Câmara Municipal, sita à Rua São Jacó, n. 211, nesta cidade, em atendimento ao disposto no artigo 36, da Lei Complementar n. 141, de 13 de janeiro de 2012.

Itapiranga – SC, 10 de maio de 2016.
Luis Carlos Steffenon
Secretario Municipal de Saúde

ERRATA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 064/2016 - FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA - EXTRATOS DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS – FMS

Errata da Edição do dia 06/04/2016:

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 064/2016
PARTES: Município de Itapiranga e Mwm Instalações & Treinamentos Ltda - Me

Onde se lê:
VALOR: R\$ 33.950,00
Leia-se:
VALOR: R\$ 33.650,00

OBJETO: Contratação de empresa para prestação de serviços de manutenção e limpeza de climatizadores nas diversas secretarias, desta municipalidade.
Itapiranga – SC., 15 de março de 2016.
Clair Maria Heck Heinen – Administradora Interina do FMS

PORTARIA Nº 049/2016

PORTARIA Nº 049/2016 – CONTRATOS
DESIGNA FISCAL DE CONTRATOS E ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS

O Prefeito em Exercício do Município de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de acordo com a Lei Orgânica Municipal e artigo 67 da Lei nº 8.666/93 consolidada.

RESOLVE:

Art. 1º - Designar o servidor Ricardo Kraemer, matrícula nº 6405/01, para exercer a função de fiscal do Contrato 032/2016, firmado pelo Município de Itapiranga, tendo como objeto a Permissão de Funcionamento de Linha de Ônibus, no seguinte roteiro: Segundas quartas e sextas-feiras: Saída às 12:30 do centro de Chapéu passando por Dourado, Santa Fé baixa até a Rodoviária, com retorno às 16:30 pelo mesmo trajeto inverso.

Art. 2º - Ao Servidor supracitado compete a fiscalização e acompanhamento, devendo registrar todas as ocorrências relacionadas a execução da respectiva ata/contrato, informando toda e qualquer falta ou defeito observado, conforme consta nos termos do artigo 67 da Lei nº 8.666/93.

Art. 3º - A designação constante no artigo primeiro não conta ônus aos cofres públicos municipais.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial dos Municípios.

Itapiranga - SC, 31 de março de 2016.
MILTON SIMON
Prefeito Municipal

Ricardo Kraemer
Fiscalizador

PORTARIA Nº 050/2016

PORTARIA Nº 050/2016 – CONTRATOS
DESIGNA FISCAL DE CONTRATOS E ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS

O Prefeito em Exercício do Município de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de acordo com a Lei Orgânica Municipal e artigo 67 da Lei nº 8.666/93 consolidada.

RESOLVE:

Art. 1º - Designar a servidora Leoni Sulzbacher, matrícula nº 10352/05, para exercer a função de fiscal do Contrato 033/2016, firmado pelo Município de Itapiranga, tendo como objeto o COMODATO de uma casa de 80 m² (oitenta metros quadrados), possuindo sala cozinha e 03 quartos, com banheiro e forno em anexo, edificada sobre o lote rural nº 27, da Gleba 01, do Imóvel Peperly, situado na Linha Macuco, neste Município de Itapiranga, com área de 282.363,00m² (duzentos e oitenta e dois mil, trezentos e sessenta e três metros quadrados), com as demais especificações constantes na Matrícula nº 2.437, a qual será cedida em comodato para o COMODATÁRIO, que a utilizará para fins culturais e turísticos, em virtude do local ser considerado um marco para a colonização do Município.

Art. 2º - Ao Servidor supracitado compete a fiscalização e acompanhamento, devendo registrar todas as ocorrências relacionadas a execução da respectiva ata/contrato, informando toda e qualquer falta ou defeito observado, conforme consta nos termos do artigo 67 da Lei nº 8.666/93.

Art. 3º - A designação constante no artigo primeiro não conta ônus aos cofres públicos municipais.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial dos Municípios.

Itapiranga - SC, 31 de março de 2016.

MILTON SIMON
Prefeito Municipal

Leoni Sulzbacher
Fiscalizadora

PORTARIA Nº 051/2016

PORTARIA Nº 051/2016 – CONTRATOS
DESIGNA FISCAL DE CONTRATOS E ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS

O Prefeito em Exercício do Município de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de acordo com a Lei Orgânica Municipal e artigo 67 da Lei nº 8.666/93 consolidada.

RESOLVE:

Art. 1º - Designar o servidor Osmar P. Muller, matrícula nº 3985/01, para exercer a função de fiscal do Contrato 034/2016, firmada pelo Município de Itapiranga, em virtude do Pregão Presencial 040/2016, para contratação de empresa especializada para locação de software de leitura com impressão simultânea da fatura e outros documentos à parte, cálculo e impressão.

Art. 2º - Ao Servidor supracitado compete a fiscalização e acompanhamento, devendo registrar todas as ocorrências relacionadas a execução da respectiva ata/contrato, informando toda e qualquer falta ou defeito observado, conforme consta nos termos do artigo 67 da Lei nº 8.666/93.

Art. 3º - A designação constante no artigo primeiro não conta ônus aos cofres públicos municipais.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial dos Municípios.

Itapiranga - SC, 31 de março de 2016.

MILTON SIMON
Prefeito Municipal

Osmar P. Muller
Fiscalizador

PORTARIA Nº 052/2016

PORTARIA Nº 052/2016 – CONTRATOS
DESIGNA FISCAL DE CONTRATOS E ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS

O Prefeito em Exercício do Município de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de acordo com a Lei Orgânica Municipal e artigo 67 da Lei nº 8.666/93 consolidada.

RESOLVE:

Art. 1º - Designar o servidor Ricardo Kraemer, matrícula nº 6405/01, para exercer a função de fiscal do Contrato 035/2016,

firmado pelo Município de Itapiranga, em virtude do Pregão Presencial 048/2016, para contratação de empresa para prestação de serviços de transporte escolar para alunos deste município.

Art. 2º - Ao Servidor supracitado compete a fiscalização e acompanhamento, devendo registrar todas as ocorrências relacionadas a execução da respectiva ata/contrato, informando toda e qualquer falta ou defeito observado, conforme consta nos termos do artigo 67 da Lei nº 8.666/93.

Art. 3º - A designação constante no artigo primeiro não conta ônus aos cofres públicos municipais.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial dos Municípios.

Itapiranga - SC, 31 de março de 2016.

MILTON SIMON
Prefeito Municipal

Ricardo Kraemer
Fiscalizador

PORTARIA Nº 053/2016

PORTARIA Nº 053/2016 – CONTRATOS
DESIGNA FISCAL DE CONTRATOS E ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS

O Prefeito em Exercício do Município de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de acordo com a Lei Orgânica Municipal e artigo 67 da Lei nº 8.666/93 consolidada.

RESOLVE:

Art. 1º - Designar o servidor Flavio Antonio Santos, matrícula nº 6493/01, para exercer a função de fiscal do Contrato nº 036/2016, firmado pelo Município de Itapiranga, em virtude do Processo Licitatório na Modalidade de Convite de nº 55/2012, para contratação de seguros de veículos, de propriedade do município de Itapiranga.

Art. 2º - Ao Servidor supracitado compete a fiscalização e acompanhamento, devendo registrar todas as ocorrências relacionadas a execução da respectiva ata/contrato, informando toda e qualquer falta ou defeito observado, conforme consta nos termos do artigo 67 da Lei nº 8.666/93.

Art. 3º - A designação constante no artigo primeiro não conta ônus aos cofres públicos municipais.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial dos Municípios.

Itapiranga - SC, 31 de março de 2016.

MILTON SIMON
Prefeito Municipal

Flavio Antonio Santos
Fiscalizador

PORTARIA Nº 054/2016

PORTARIA Nº 054/2016 – CONTRATOS
DESIGNA FISCAL DE CONTRATOS E ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS

O Prefeito em Exercício do Município de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de acordo com a Lei Orgânica Municipal e artigo 67 da Lei nº 8.666/93 consolidada.

RESOLVE:

Art. 1º - Designar o servidor Ênio J. Pauli, matrícula nº 6723/05, para exercer a função de fiscal do Contrato 037/2016, firmado pelo Município de Itapiranga, em virtude Dispensa de Licitação nº 054/2016, para locação do estádio do Cometa para treinamento e preparação física das equipes de competição e escolinhas do Departamento de Esportes nos naipes masculino e feminino para ao ano de 2016.

Art. 2º - Ao Servidor supracitado compete a fiscalização e acompanhamento, devendo registrar todas as ocorrências relacionadas a execução da respectiva ata/contrato, informando toda e qualquer falta ou defeito observado, conforme consta nos termos do artigo 67 da Lei nº 8.666/93.

Art. 3º - A designação constante no artigo primeiro não conta ônus aos cofres públicos municipais.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial dos Municípios.

Itapiranga - SC, 31 de março de 2016.

MILTON SIMON
Prefeito Municipal

Ênio J. Pauli
Fiscalizador

PORTARIA Nº 055/2016

PORTARIA Nº 055/2016 – CONTRATOS

DESIGNA FISCAL DE CONTRATOS E ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS

O Prefeito em Exercício do Município de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de acordo com a Lei Orgânica Municipal e artigo 67 da Lei nº 8.666/93 consolidada.

RESOLVE:

Art. 1º - Designar o servidor Ivair Paulo Tavares, matrícula nº 7735/01, para exercer a função de fiscal dos seguintes contratos:

a) Contrato 038/2016, firmado pelo Município de Itapiranga, para contratação de instituição especializada para a prestação de serviços de organização e execução de Processo de Emprego Público que acontecerá no dia 11 (onze) de junho de 2016, para contratação de servidores públicos municipal, do quadro geral de servidores, conforme legislação municipal vigente.

b) Contrato 039/2016, firmado pelo Município de Itapiranga, contratação de instituição especializada para a prestação de serviços de organização e execução de Processo Concurso Público que acontecerá no dia 11 (onze) de junho de 2016, para contratação de servidores públicos municipal, do quadro geral de servidores, conforme legislação municipal vigente.

Art. 2º - Ao Servidor supracitado compete a fiscalização e acompanhamento, devendo registrar todas as ocorrências relacionadas a execução da respectiva ata/contrato, informando toda e qualquer falta ou defeito observado, conforme consta nos termos do artigo 67 da Lei nº 8.666/93.

Art. 3º - A designação constante no artigo primeiro não conta ônus aos cofres públicos municipais.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial dos Municípios.

Itapiranga - SC, 31 de março de 2016.

MILTON SIMON
Prefeito Municipal

Ivair Paulo Tavares
Fiscalizador

PORTARIA Nº 056/2016

PORTARIA Nº 056/2016 – CONTRATOS

DESIGNA FISCAL DE CONTRATOS E ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS

O Prefeito em Exercício do Município de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de acordo com a Lei Orgânica Municipal e artigo 67 da Lei nº 8.666/93 consolidada.

RESOLVE:

Art. 1º - Designar a servidora Janete S. Brixner, matrícula nº 14379/02, para exercer a função de fiscal do Contrato 040/2016, firmado pelo Município de Itapiranga, em virtude do Inexigibilidade de Licitação nº 56/2016, para contratação de empresa para ministrar Palestras para beneficiários dos programas bolsa Família, Cesta Básica e voluntários dos grupos de idosos do município.

Art. 2º - Ao Servidor supracitado compete a fiscalização e acompanhamento, devendo registrar todas as ocorrências relacionadas a execução da respectiva ata/contrato, informando toda e qualquer falta ou defeito observado, conforme consta nos termos do artigo 67 da Lei nº 8.666/93.

Art. 3º - A designação constante no artigo primeiro não conta ônus aos cofres públicos municipais.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial dos Municípios.

Itapiranga - SC, 31 de março de 2016.

MILTON SIMON
Prefeito Municipal

Janete S. Brixner
Fiscalizadora

PORTARIA Nº 057/2016

PORTARIA Nº 057/2016 – CONTRATOS

DESIGNA FISCAL DE CONTRATOS E ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS

O Prefeito em Exercício do Município de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de acordo com a Lei Orgânica Municipal e artigo 67 da Lei nº 8.666/93 consolidada.

RESOLVE:

Art. 1º - Designar o servidor Nelson Arenhardt, matrícula nº 7557/01, para exercer a função de fiscal das seguintes atas de registro de preços:

a) Ata de Registro de Preços nº 068, 069, 070, 071, 072, 073, 074, 075, 076 e 77/2016, firmado pelo Município de Itapiranga, em virtude Pregão Presencial para Registro de Preços nº 038/2016, para aquisição, de forma parcelada, de equipamentos e materiais diversos destinados para manutenção das atividades do setor de urbanismo desta municipalidade.

b) Ata de Registro de Preços nº 078 e 079/2016, firmado pelo Município de Itapiranga, em virtude Pregão Presencial para Registro de Preços nº 031/2016, para aquisição de emulsão e massa asfáltica, destinados para manutenção de ruas deste município.

c) Ata de Registro de Preços nº 084, 085 e 086/2016, firmado pelo Município de Itapiranga, em virtude Pregão Presencial para Registro de Preços nº 044/2016, para contratação de empresa para fornecimento de serviços para manutenção de máquinas, equipamentos e serviços de reparos diversos para as secretarias desta

municipalidade.

d) Ata de Registro de Preços nº 089, 090, 091, 092, 093 e 094/2016, firmado pelo Município de Itapiranga, em virtude Pregão Presencial para Registro de Preços nº 046/2016, para aquisição de concreto usinado para atender as diversas necessidades das secretarias desta municipalidade.

Art. 2º - Ao Servidor supracitado compete a fiscalização e acompanhamento, devendo registrar todas as ocorrências relacionadas a execução da respectiva ata/contrato, informando toda e qualquer falta ou defeito observado, conforme consta nos termos do artigo 67 da Lei nº 8.666/93.

Art. 3º - A designação constante no artigo primeiro não conta ônus aos cofres públicos municipais.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial dos Municípios.

Itapiranga - SC, 31 de março de 2016.

MILTON SIMON
Prefeito Municipal

Nelson Arenhardt
Fiscalizador

PORTARIA Nº 058/2016

PORTARIA Nº 058/2016 – CONTRATOS
DESIGNA FISCAL DE CONTRATOS E ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS

O Prefeito em Exercício do Município de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de acordo com a Lei Orgânica Municipal e artigo 67 da Lei nº 8.666/93 consolidada.

RESOLVE:

Art. 1º - Designar o servidor Jadir Wildner, matrícula 14628/01, para exercer a função de fiscal da Ata de Registro de Preços 080/2016, firmada pelo Município de Itapiranga, em virtude do Pregão Presencial para Registro de Preços nº 041/2016, para contratação de empresa para prestação de serviços de manutenção e limpeza de climatizadores nas diversas secretarias, desta municipalidade.

Art. 2º - Ao Servidor supracitado compete a fiscalização e acompanhamento, devendo registrar todas as ocorrências relacionadas a execução da respectiva ata/contrato, informando toda e qualquer falta ou defeito observado, conforme consta nos termos do artigo 67 da Lei nº 8.666/93.

Art. 3º - A designação constante no artigo primeiro não conta ônus aos cofres públicos municipais.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial dos Municípios.

Itapiranga - SC, 31 de março de 2016.

MILTON SIMON
Prefeito Municipal

Jadir Wildner
Fiscalizador

PORTARIA Nº 059/2016

PORTARIA Nº 059/2016 – CONTRATOS
DESIGNA FISCAL DE CONTRATOS E ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS

O Prefeito em Exercício do Município de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de acordo com a Lei Orgânica Municipal e artigo 67 da Lei nº 8.666/93 consolidada.

RESOLVE:

Art. 1º - Designar o servidor Ivo Bogorny, matrícula 12711/05, para exercer a função de fiscal da Ata de Registro de Preços 081/2016, firmada pelo Município de Itapiranga, em virtude do Pregão Presencial para Registro de Preços nº 042/2016, para contratação de empresa para prestação de serviços de geometria, balanceamento, montagem de pneus, para veículos de propriedade do Município de Itapiranga.

Art. 2º - Ao Servidor supracitado compete a fiscalização e acompanhamento, devendo registrar todas as ocorrências relacionadas a execução da respectiva ata/contrato, informando toda e qualquer falta ou defeito observado, conforme consta nos termos do artigo 67 da Lei nº 8.666/93.

Art. 3º - A designação constante no artigo primeiro não conta ônus aos cofres públicos municipais.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial dos Municípios.

Itapiranga - SC, 31 de março de 2016.

MILTON SIMON
Prefeito Municipal

Ivo Bogorny
Fiscalizador

PORTARIA Nº 060/2016

PORTARIA Nº 060/2016 – CONTRATOS
DESIGNA FISCAL DE CONTRATOS E ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS

O Prefeito em Exercício do Município de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de acordo com a Lei Orgânica Municipal e artigo 67 da Lei nº 8.666/93 consolidada.

RESOLVE:

Art. 1º - Designar os servidores Wilson Schneiders, matrícula nº 14903/01; Nelson Arenhardt, matrícula nº 7557/01; Osmar P. Muller, matrícula nº 3985/01 e Ricardo Kraemer, matrícula nº 6405/01 para exercer a função de fiscal das Atas de Registro de Preços nº 082 e 083/2016, firmado pelo Município de Itapiranga, em virtude do Pregão Presencial 043/2016, para aquisição de uniformes destinados para os servidores das secretarias municipais desta municipalidade.

Art. 2º - Aos Servidores supracitado compete a fiscalização e acompanhamento, devendo registrar todas as ocorrências relacionadas a execução da respectiva ata/contrato, informando toda e qualquer falta ou defeito observado, conforme consta nos termos do artigo 67 da Lei nº 8.666/93.

Art. 3º - A designação constante no artigo primeiro não conta ônus aos cofres públicos municipais.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial dos Municípios.

Itapiranga - SC, 31 de março de 2016.

MILTON SIMON
Prefeito Municipal

Wilson Schneiders Nelson Arenhardt Osmar P. Muller Ricardo Kraemer
Fiscalizador Fiscalizador Fiscalizador Fiscalizador

PORTARIA Nº 061/2016

PORTARIA Nº 061/2016 – CONTRATOS
DESIGNA FISCAL DE CONTRATOS E ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS

O Prefeito em Exercício do Município de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de acordo com a Lei Orgânica Municipal e artigo 67 da Lei nº 8.666/93 consolidada.

RESOLVE:

Art. 1º - Designar o servidor Selso Inácio Hermes, matrícula nº 1545/03 para exercer a função de fiscal das Atas de Registro de Preços nº 087 e 88/2016, firmado pelo Município de Itapiranga, em virtude do Pregão Presencial 045/2016, para contratação de empresa na prestação de serviços da lavagem de veículos de propriedade do Município de Itapiranga, da polícia civil e militar.

Art. 2º - Ao Servidor supracitado compete a fiscalização e acompanhamento, devendo registrar todas as ocorrências relacionadas a execução da respectiva ata/contrato, informando toda e qualquer falta ou defeito observado, conforme consta nos termos do artigo 67 da Lei nº 8.666/93.

Art. 3º - A designação constante no artigo primeiro não conta ônus aos cofres públicos municipais.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial dos Municípios.

Itapiranga - SC, 31 de março de 2016.
MILTON SIMON
Prefeito Municipal

Selso Inácio Hermes
Fiscalizador

PORTARIA Nº 062/2016

PORTARIA Nº 062/2016 – CONTRATOS
DESIGNA FISCAL DE CONTRATOS E ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS

O Prefeito em Exercício do Município de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de acordo com a Lei Orgânica Municipal e artigo 67 da Lei nº 8.666/93 consolidada.

RESOLVE:

Art. 1º - Designar a servidora Kátia Grisotti, matrícula nº 10350/01, para exercer a função de fiscal das seguintes atas de registro de preços:

a) Ata de Registro de Preços nº 064/2016 - FMS, firmado pelo Município de Itapiranga, em virtude do Pregão Presencial para Registro de Preços nº 041/2016, para contratação de empresa para prestação de serviços de manutenção e limpeza de climatizadores nas diversas secretarias, desta municipalidade.

b) Ata de Registro de Preços nº 065/2016 - FMS, firmado pelo Município de Itapiranga, em virtude do Pregão Presencial para Registro de Preços nº 042/2016, para contratação de empresa para prestação de serviços de geometria, balanceamento, montagem de pneus, para veículos de propriedade do Município de Itapiranga.

c) Atas de Registro de Preços nº 066 e 067/2016 - FMS, firmado pelo Município de Itapiranga, em virtude do Pregão Presencial para Registro de Preços nº 045/2016, para contratação de empresa na prestação de serviços da lavagem de veículos de propriedade do Município de Itapiranga, da Polícia Civil e Militar.

Art. 2º - Ao Servidor supracitado compete a fiscalização e acompanhamento, devendo registrar todas as ocorrências relacionadas a execução da respectiva ata/contrato, informando toda e qualquer falta ou defeito observado, conforme consta nos termos do artigo 67 da Lei nº 8.666/93.

Art. 3º - A designação constante no artigo primeiro não conta ônus aos cofres públicos municipais.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial dos Municípios.

Itapiranga - SC, 31 de março de 2016.
MILTON SIMON
Prefeito Municipal

Kátia Grisotti
Fiscalizadora

PORTARIA Nº 063/2016

PORTARIA Nº 063/2016 – CONTRATOS
DESIGNA FISCAL DE CONTRATOS E ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS

O Prefeito em Exercício do Município de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de acordo com a Lei Orgânica Municipal e artigo 67 da Lei nº 8.666/93 consolidada.

RESOLVE:

Art. 1º - Designar a servidora Cheila Dall'Agnol, matrícula nº 14185/02, para exercer a função de fiscal das seguintes atas:

a) Ata de Registro de Preços nº 069/2016- FMS, firmado pelo Município de Itapiranga, em virtude do Pregão Presencial para Registro de Preços nº 050/2016, para aquisição de impressos gráficos destinados para as diversas secretarias desta municipalidade.

b) Atas de Registro de Preços nº 070 a 096/2016 - FMS, firmado pelo Município de Itapiranga, em virtude do Pregão Eletrônico nº 008/2016 - FMS, para aquisição de medicamentos destinados para as farmácias das unidades básicas de saúde, para distribuição aos pacientes do município.

Art. 2º - Ao Servidor supracitado compete a fiscalização e acompanhamento, devendo registrar todas as ocorrências relacionadas a execução da respectiva ata/contrato, informando toda e qualquer falta ou defeito observado, conforme consta nos termos do artigo 67 da Lei nº 8.666/93.

Art. 3º - A designação constante no artigo primeiro não conta ônus aos cofres públicos municipais.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial dos Municípios.

Itapiranga - SC, 31 de março de 2016.
MILTON SIMON
Prefeito Municipal

Cheila Dall'Agnol
Fiscalizadora

PORTARIA Nº 064/2016

PORTARIA Nº 064/2016 – CONTRATOS

DESIGNA FISCAL DE CONTRATOS E ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS

O Prefeito em Exercício do Município de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de acordo com a Lei Orgânica Municipal e artigo 67 da Lei nº 8.666/93 consolidada.

RESOLVE:

Art. 1º - Designar a servidora Vanusa Pivatto, matrícula nº 14515/01, para exercer a função de fiscal das Atas de Registro de Preços nº 097, 098, 099, 100 e 101/2016 - FMS, firmado pelo Município de Itapiranga, em virtude do Pregão Presencial para Registro de Preços 059/2016, para aquisição de materiais diversos destinados para manutenção da copa e cozinha e limpeza do prédio da prefeitura, banheiros públicos e diversas secretarias desta municipalidade.

Art. 2º - Ao Servidor supracitado compete a fiscalização e acompanhamento, devendo registrar todas as ocorrências relacionadas a execução da respectiva ata/contrato, informando toda e qualquer falta ou defeito observado, conforme consta nos termos do artigo 67 da Lei nº 8.666/93.

Art. 3º - A designação constante no artigo primeiro não conta ônus aos cofres públicos municipais.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial dos Municípios.

Itapiranga - SC, 31 de março de 2016.

MILTON SIMON

Prefeito Municipal

Vanusa Pivatto

Fiscalizadora

PORTARIA Nº 065/2016

PORTARIA Nº 065/2016 – CONTRATOS

DESIGNA FISCAL DE CONTRATOS E ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS

O Prefeito em Exercício do Município de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de acordo com a Lei Orgânica Municipal e artigo 67 da Lei nº 8.666/93 consolidada.

RESOLVE:

Art. 1º - Designar a servidora Clair M. H. Heinen, matrícula nº 7709/01, para exercer a função de fiscal da Atas de Registro de Preços nº 102/2016 - FMS, firmado pelo Município de Itapiranga, em virtude do Pregão Presencial para Registro de Preços 009/2016 - FMS, para contratação de empresa especializada para a execução de serviços de desinsetização, detetização, antirratização e desratização para atender a demanda nas unidades básicas de saúde.

Art. 2º - Ao Servidor supracitado compete a fiscalização e acompanhamento, devendo registrar todas as ocorrências relacionadas a execução da respectiva ata/contrato, informando toda e qualquer falta ou defeito observado, conforme consta nos termos do artigo 67 da Lei nº 8.666/93.

Art. 3º - A designação constante no artigo primeiro não conta ônus aos cofres públicos municipais.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial dos Municípios.

Itapiranga - SC, 31 de março de 2016.

MILTON SIMON

Prefeito Municipal

Clair M. H. Heinen

Fiscalizadora

PORTARIA Nº 066/2016

PORTARIA Nº 066/2016 – CONTRATOS

DESIGNA FISCAL DE CONTRATOS E ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS

O Prefeito em Exercício do Município de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de acordo com a Lei Orgânica Municipal e artigo 67 da Lei nº 8.666/93 consolidada.

RESOLVE:

Art. 1º - Designar o servidor Adriano Karal, matrícula nº 14103/05, para exercer a função de fiscal do Contrato nº 042/2016, firmado pelo Município de Itapiranga, em virtude do Pregão Presencial para Registro de Preços 049/2015, para contratação de empresa para prestação de serviços de recarga de toners para atender as diversas secretarias desta municipalidade.

Art. 2º - Ao Servidor supracitado compete a fiscalização e acompanhamento, devendo registrar todas as ocorrências relacionadas a execução da respectiva ata/contrato, informando toda e qualquer falta ou defeito observado, conforme consta nos termos do artigo 67 da Lei nº 8.666/93.

Art. 3º - A designação constante no artigo primeiro não conta ônus aos cofres públicos municipais.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial dos Municípios.

Itapiranga - SC, 29 de abril de 2016.

MILTON SIMON

Prefeito Municipal

Adriano Karal

Fiscalizador

PORTARIA Nº 067/2016

PORTARIA Nº 067/2016 – CONTRATOS

DESIGNA FISCAL DE CONTRATOS E ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS

O Prefeito em Exercício do Município de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de acordo com a Lei Orgânica Municipal e artigo 67 da Lei nº 8.666/93 consolidada.

RESOLVE:

Art. 1º - Designar o servidor Alexandre da Silva Siqueira, matrícula nº 14904/01, para exercer a função de fiscal do Contrato nº 043/2016, firmado pelo Município de Itapiranga, em virtude da Dispensa de Licitação 058/2016, para execução de horas de consultoria destinadas às micro e pequenas empresas do município.

Art. 2º - Ao Servidor supracitado compete a fiscalização e acompanhamento, devendo registrar todas as ocorrências relacionadas a execução da respectiva ata/contrato, informando toda e qualquer falta ou defeito observado, conforme consta nos termos do artigo 67 da Lei nº 8.666/93.

Art. 3º - A designação constante no artigo primeiro não conta ônus aos cofres públicos municipais.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial dos Municípios.

Itapiranga - SC, 29 de abril de 2016.
MILTON SIMON
Prefeito Municipal

Alexandre da Silva Siqueira
Fiscalizador

PORTARIA Nº 068/2016

PORTARIA Nº 068/2016 – CONTRATOS
DESIGNA FISCAL DE CONTRATOS E ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS

O Prefeito em Exercício do Município de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de acordo com a Lei Orgânica Municipal e artigo 67 da Lei nº 8.666/93 consolidada.

RESOLVE:

Art. 1º - Designar o servidor Diego Zampiva, matrícula nº 14260/01, para exercer a função de fiscal do Contrato nº 044/2016, firmado pelo Município de Itapiranga, em virtude da Tomada de Preços para Compras e Serviços nº 47/2016, para Aquisição de materiais destinados para manutenção de Programa de Melhoramento Genético da Secretaria da Agricultura, desta municipalidade.

Art. 2º - Ao Servidor supracitado compete a fiscalização e acompanhamento, devendo registrar todas as ocorrências relacionadas a execução da respectiva ata/contrato, informando toda e qualquer falta ou defeito observado, conforme consta nos termos do artigo 67 da Lei nº 8.666/93.

Art. 3º - A designação constante no artigo primeiro não conta ônus aos cofres públicos municipais.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial dos Municípios.

Itapiranga - SC, 29 de abril de 2016.
MILTON SIMON
Prefeito Municipal

Diego Zampiva
Fiscalizador

PORTARIA Nº 069/2016

PORTARIA Nº 069/2016 – CONTRATOS
DESIGNA FISCAL DE CONTRATOS E ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS

O Prefeito em Exercício do Município de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de acordo com a Lei Orgânica Municipal e artigo 67 da Lei nº 8.666/93 consolidada.

RESOLVE:

Art. 1º - Designar o servidor Ivo Bogorny, matrícula 12711/05, para exercer a função de fiscal do Contrato nº 046/2016, firmada pelo Município de Itapiranga, em virtude do Pregão Presencial nº 052/2016, para contratação de empresa para fornecimento de peças e mão de obra para conserto e manutenção do caminhão placa AIC-7752, a disposição da secretaria da agricultura desta municipalidade.

Art. 2º - Ao Servidor supracitado compete a fiscalização e acompanhamento, devendo registrar todas as ocorrências relacionadas a execução da respectiva ata/contrato, informando toda e qualquer

falta ou defeito observado, conforme consta nos termos do artigo 67 da Lei nº 8.666/93.

Art. 3º - A designação constante no artigo primeiro não conta ônus aos cofres públicos municipais.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial dos Municípios.

Itapiranga - SC, 29 de abril de 2016.
MILTON SIMON
Prefeito Municipal

Ivo Bogorny
Fiscalizador

PORTARIA Nº 070/2016

PORTARIA Nº 070/2016 – CONTRATOS
DESIGNA FISCAL DE CONTRATOS E ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS

O Prefeito em Exercício do Município de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de acordo com a Lei Orgânica Municipal e artigo 67 da Lei nº 8.666/93 consolidada.

RESOLVE:

Art. 1º - Designar a servidora Janete S. Brixner, matrícula nº 14379/02, para exercer a função de fiscal do Contrato 047/2016, firmado pelo Município de Itapiranga, em virtude do Pregão Presencial nº 55/2016, para contratação de empresa para animação musical dos intercâmbios dos grupos e a festa anual da terceira idade, da Secretaria de Assistência Social, deste município.

Art. 2º - Ao Servidor supracitado compete a fiscalização e acompanhamento, devendo registrar todas as ocorrências relacionadas a execução da respectiva ata/contrato, informando toda e qualquer falta ou defeito observado, conforme consta nos termos do artigo 67 da Lei nº 8.666/93.

Art. 3º - A designação constante no artigo primeiro não conta ônus aos cofres públicos municipais.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial dos Municípios.

Itapiranga - SC, 29 de abril de 2016.
MILTON SIMON
Prefeito Municipal

Janete S. Brixner
Fiscalizadora

PORTARIA Nº 071/2016

PORTARIA Nº 071/2016 – CONTRATOS
DESIGNA FISCAL DE CONTRATOS E ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS

O Prefeito em Exercício do Município de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de acordo com a Lei Orgânica Municipal e artigo 67 da Lei nº 8.666/93 consolidada.

RESOLVE:

Art. 1º - Designar o servidor Régis K. Bittencourt, matrícula nº 14978/01, para exercer a função de fiscal do Contrato nº 049/2016, firmado pelo Município de Itapiranga, em virtude da Tomada de Preços para Obras e Serviços de Engenharia nº 051/2016, para execução, em regime de empreitada global, do projeto para

construção de ponte em concreto armado, na Linha Beleza, interior deste Município, conforme Contrato de Repasse nº 800287/2013/MAPA/CAIXA.

Art. 2º - Ao Servidor supracitado compete a fiscalização e acompanhamento, devendo registrar todas as ocorrências relacionadas a execução da respectiva ata/contrato, informando toda e qualquer falta ou defeito observado, conforme consta nos termos do artigo 67 da Lei nº 8.666/93.

Art. 3º - A designação constante no artigo primeiro não conta ônus aos cofres públicos municipais.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial dos Municípios.

Itapiranga - SC, 29 de abril de 2016.

MILTON SIMON
Prefeito Municipal

Régis K. Bittencourt
Fiscalizador

PORTARIA Nº 072/2016

PORTARIA Nº 072/2016 – CONTRATOS
DESIGNA FISCAL DE CONTRATOS E ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS

O Prefeito em Exercício do Município de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de acordo com a Lei Orgânica Municipal e artigo 67 da Lei nº 8.666/93 consolidada.

RESOLVE:

Art. 1º - Designar o servidor Nelson Arenhardt, matrícula nº 7557/01, para exercer a função de fiscal do Contrato nº 066/2016, firmado pelo Município de Itapiranga, em virtude Pregão Presencial nº 57/2016, para contratação de empresa para execução de serviços de limpeza e manutenção da Avenida Uruguai, da cidade de Itapiranga: varrição da Avenida, passeios públicos e praças.

Art. 2º - Ao Servidor supracitado compete a fiscalização e acompanhamento, devendo registrar todas as ocorrências relacionadas a execução da respectiva ata/contrato, informando toda e qualquer falta ou defeito observado, conforme consta nos termos do artigo 67 da Lei nº 8.666/93.

Art. 3º - A designação constante no artigo primeiro não conta ônus aos cofres públicos municipais.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial dos Municípios.

Itapiranga - SC, 29 de abril de 2016.

MILTON SIMON
Prefeito Municipal

Nelson Arenhardt
Fiscalizador

PORTARIA Nº 073/2016

PORTARIA Nº 073/2016 – CONTRATOS
DESIGNA FISCAL DE CONTRATOS E ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS

O Prefeito em Exercício do Município de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de acordo com a Lei Orgânica Municipal e artigo 67 da Lei nº 8.666/93 consolidada.

RESOLVE:

Art. 1º - Designar os servidores Maciel Welter, matrícula nº 13160/03 e Alberto Lengert, matrícula nº 14460/04 para exercer a função de fiscal do Contrato nº 052/2016, firmado pelo Município de Itapiranga, em virtude da Tomada de Preços para Compras e Serviços nº 032/2016, para execução do estudo ambiental para a regularização fundiária da área urbana de Itapiranga (SC), atingida pela área de preservação permanente do Rio Uruguai.

Art. 2º - Aos Servidores supracitado compete a fiscalização e acompanhamento, devendo registrar todas as ocorrências relacionadas a execução da respectiva ata/contrato, informando toda e qualquer falta ou defeito observado, conforme consta nos termos do artigo 67 da Lei nº 8.666/93.

Art. 3º - A designação constante no artigo primeiro não conta ônus aos cofres públicos municipais.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial dos Municípios.

Itapiranga - SC, 29 de abril de 2016.

MILTON SIMON
Prefeito Municipal

Maciel Welter Alberto Lengert
Fiscalizador Fiscalizador

PORTARIA Nº 074/2016

PORTARIA Nº 074/2016 – CONTRATOS
DESIGNA FISCAL DE CONTRATOS E ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS

O Prefeito em Exercício do Município de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de acordo com a Lei Orgânica Municipal e artigo 67 da Lei nº 8.666/93 consolidada.

RESOLVE:

Art. 1º - Designar o servidor Ênio J. Pauli, matrícula nº 6723/05, para exercer a função de fiscal do Contrato 053/2016, firmado pelo Município de Itapiranga, em virtude do Pregão Presencial para Registro de Preços nº 78/2015, para a contratação de empresa para realização de transporte de atletas e outros, conforme autoriza a Lei Municipal nº 2.497/2008.

Art. 2º - Ao Servidor supracitado compete a fiscalização e acompanhamento, devendo registrar todas as ocorrências relacionadas a execução da respectiva ata/contrato, informando toda e qualquer falta ou defeito observado, conforme consta nos termos do artigo 67 da Lei nº 8.666/93.

Art. 3º - A designação constante no artigo primeiro não conta ônus aos cofres públicos municipais.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial dos Municípios.

Itapiranga - SC, 29 de abril de 2016.

MILTON SIMON
Prefeito Municipal

Ênio J. Pauli
Fiscalizador

PORTARIA Nº 075/2016

PORTARIA Nº 075/2016 – CONTRATOS

DESIGNA FISCAL DE CONTRATOS E ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS

O Prefeito em Exercício do Município de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de acordo com a Lei Orgânica Municipal e artigo 67 da Lei nº 8.666/93 consolidada.

RESOLVE:

Art. 1º - Designar o servidor João Carlos Engel, matrícula nº 14831/02, para exercer a função de fiscal do Contrato 054/2016, firmada pelo Município de Itapiranga, para a cessão de uso do equipamento Nobreak, inscrito no patrimônio do MUNICIPIO sob o número 15.545, afim de auxiliar na manutenção das atividades da Polícia Militar no município de Itapiranga.

Art. 2º - Ao Servidor supracitado compete a fiscalização e acompanhamento, devendo registrar todas as ocorrências relacionadas a execução da respectiva ata/contrato, informando toda e qualquer falta ou defeito observado, conforme consta nos termos do artigo 67 da Lei nº 8.666/93.

Art. 3º - A designação constante no artigo primeiro não conta ônus aos cofres públicos municipais.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial dos Municípios.

Itapiranga – SC, 29 de abril de 2016.

MILTON SIMON

Prefeito Municipal

João Carlos Engel

Fiscalizador

PORTARIA Nº 076/2016

PORTARIA Nº 076/2016 – CONTRATOS

DESIGNA FISCAL DE CONTRATOS E ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS

O Prefeito em Exercício do Município de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de acordo com a Lei Orgânica Municipal e artigo 67 da Lei nº 8.666/93 consolidada.

RESOLVE:

Art. 1º - Designar a servidora Monia Datiane Katzer, matrícula nº 14658/01, para exercer a função de fiscal do Contrato 053/2016, firmado pelo Município de Itapiranga, em virtude da Dispensa de Licitação nº 75/2016, para o repasse de valores mensais para o abrigamento e acolhimento de idosos e pessoas em situação de vulnerabilidade decorrentes de violência, maus tratos, abandono e demais situações semelhantes. Em conformidade com o que estabelece a lei nº 10.741 de 1º de outubro de 2003 – Estatuto do Idoso.

Art. 2º - Ao Servidor supracitado compete a fiscalização e acompanhamento, devendo registrar todas as ocorrências relacionadas a execução da respectiva ata/contrato, informando toda e qualquer falta ou defeito observado, conforme consta nos termos do artigo 67 da Lei nº 8.666/93.

Art. 3º - A designação constante no artigo primeiro não conta ônus aos cofres públicos municipais.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial dos Municípios.

Itapiranga - SC, 29 de abril de 2016.

MILTON SIMON

Prefeito Municipal

Monia Datiane Katzer

Fiscalizadora

PORTARIA Nº 077/2016

PORTARIA Nº 077/2016 – CONTRATOS

DESIGNA FISCAL DE CONTRATOS E ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS

O Prefeito em Exercício do Município de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de acordo com a Lei Orgânica Municipal e artigo 67 da Lei nº 8.666/93 consolidada.

RESOLVE:

Art. 1º - Designar a servidora Nadir Teresinha Etges, matrícula nº 1455/05, para exercer a função de fiscal do Contrato 053/2016, firmado pelo Município de Itapiranga, em virtude do Pregão Presencial nº 69/2016, para a prestação de serviços de implantação, locação de software e suporte para implementação do Controle Interno com geração dos anexos do SICONFI e apresentação das Audiências Públicas de avaliação do cumprimento das metas fiscais.

Art. 2º - Ao Servidor supracitado compete a fiscalização e acompanhamento, devendo registrar todas as ocorrências relacionadas a execução da respectiva ata/contrato, informando toda e qualquer falta ou defeito observado, conforme consta nos termos do artigo 67 da Lei nº 8.666/93.

Art. 3º - A designação constante no artigo primeiro não conta ônus aos cofres públicos municipais.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial dos Municípios.

Itapiranga - SC, 29 de abril de 2016.

MILTON SIMON

Prefeito Municipal

Nadir Teresinha Etges

Fiscalizadora

PORTARIA Nº 078/2016

PORTARIA Nº 078/2016 – CONTRATOS

DESIGNA FISCAL DE CONTRATOS E ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS

O Prefeito em Exercício do Município de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de acordo com a Lei Orgânica Municipal e artigo 67 da Lei nº 8.666/93 consolidada.

RESOLVE:

Art. 1º - Designar o servidor Alberto Lengert, matrícula nº 14460/04, para exercer a função de fiscal do Contrato nº 058/2016, firmado pelo Município de Itapiranga, para permissão de uso de bilheteria para venda de passagem com área de 8,14 m² com 02 antessalas para depósito com área de 4,76 m² cada, perfazendo área total de 17,66 m², identificada como sala 01, localizada no Terminal Rodoviário Pedra Vermelha.

Art. 2º - Ao Servidor supracitado compete a fiscalização e acompanhamento, devendo registrar todas as ocorrências relacionadas a execução da respectiva ata/contrato, informando toda e qualquer falta ou defeito observado, conforme consta nos termos do artigo 67 da Lei nº 8.666/93.

Art. 3º - A designação constante no artigo primeiro não conta ônus aos cofres públicos municipais.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial dos Municípios.

Itapiranga - SC, 29 de abril de 2016.

MILTON SIMON
Prefeito Municipal

Alberto Lengert
Fiscalizador

PORTARIA Nº 079/2016

PORTARIA Nº 079/2016 – CONTRATOS
DESIGNA FISCAL DE CONTRATOS E ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS

O Prefeito em Exercício do Município de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de acordo com a Lei Orgânica Municipal e artigo 67 da Lei nº 8.666/93 consolidada.

RESOLVE:

Art. 1º - Designar o servidor Julian Wildner, matrícula nº 14873/02, para exercer a função de fiscal da Ata de Registro de Preços nº 096/2016, firmado pelo Município de Itapiranga, em virtude do Pregão Presencial para Registro de Preços 050/2016, para aquisição de impressos gráficos destinados para as diversas secretarias desta municipalidade.

Art. 2º - Ao Servidor supracitado compete a fiscalização e acompanhamento, devendo registrar todas as ocorrências relacionadas a execução da respectiva ata/contrato, informando toda e qualquer falta ou defeito observado, conforme consta nos termos do artigo 67 da Lei nº 8.666/93.

Art. 3º - A designação constante no artigo primeiro não conta ônus aos cofres públicos municipais.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial dos Municípios.

Itapiranga - SC, 29 de abril de 2016.

MILTON SIMON
Prefeito Municipal

Julian Wildner
Fiscalizador

PORTARIA Nº 080/2016

PORTARIA Nº 080/2016 – CONTRATOS
DESIGNA FISCAL DE CONTRATOS E ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS

O Prefeito em Exercício do Município de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de acordo com a Lei Orgânica Municipal e artigo 67 da Lei nº 8.666/93 consolidada.

RESOLVE:

Art. 1º - Designar a servidora Maria Salete Roden Kern, matrícula nº 14101/02, para exercer a função de fiscal das Atas de Registro de Preços nº 097, 098, 099, 100 e 101/2016, firmado pelo Município de Itapiranga, em virtude do Pregão Presencial para Registro de Preços 059/2016, para aquisição de materiais diversos destinados para manutenção da copa e cozinha e limpeza do prédio da prefeitura, banheiros públicos e diversas secretarias desta municipalidade.

Art. 2º - Ao Servidor supracitado compete a fiscalização e acompanhamento, devendo registrar todas as ocorrências relacionadas a execução da respectiva ata/contrato, informando toda e qualquer falta ou defeito observado, conforme consta nos termos do artigo 67 da Lei nº 8.666/93.

Art. 3º - A designação constante no artigo primeiro não conta ônus aos cofres públicos municipais.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial dos Municípios.

Itapiranga - SC, 29 de abril de 2016.

MILTON SIMON
Prefeito Municipal

Maria Salete Roden Kern
Fiscalizador

PORTARIA Nº 081/2016

PORTARIA Nº 081/2016 – CONTRATOS
DESIGNA FISCAL DE CONTRATOS E ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS

O Prefeito em Exercício do Município de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de acordo com a Lei Orgânica Municipal e artigo 67 da Lei nº 8.666/93 consolidada.

RESOLVE:

Art. 1º - Designar o servidor Jacinto Welter, matrícula nº 14924/01, para exercer a função de fiscal das Atas de Registro de Preços nº 102 e 103/2016, firmado pelo Município de Itapiranga, em virtude do Pregão Presencial para Registro de Preços nº 060/2016, para aquisição de gêneros alimentícios, para entrega parcelada, destinados para o programa de merenda escolar deste município.

Art. 2º - Ao Servidor supracitado compete a fiscalização e acompanhamento, devendo registrar todas as ocorrências relacionadas a execução da respectiva ata/contrato, informando toda e qualquer falta ou defeito observado, conforme consta nos termos do artigo 67 da Lei nº 8.666/93.

Art. 3º - A designação constante no artigo primeiro não conta ônus aos cofres públicos municipais.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial dos Municípios.

Itapiranga - SC, 29 de abril de 2015.

MILTON SIMON
Prefeito Municipal

Jacinto Welter
Fiscalizador

PORTARIA Nº 082/2016

PORTARIA Nº 082/2016 – CONTRATOS
DESIGNA FISCAL DE CONTRATOS E ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS

O Prefeito em Exercício do Município de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de acordo com a Lei Orgânica Municipal e artigo 67 da Lei nº 8.666/93 consolidada.

RESOLVE:

Art. 1º - Designar o servidor Nelson Arenhardt, matrícula nº 7557/01, para exercer a função de fiscal das Atas de Registro de

Preços nº 104 e 105/2016, firmado pelo Município de Itapiranga, em virtude Pregão Presencial para Registro de Preços nº 061/2016, para aquisição, de forma parcelada, de tintas e materiais diversos destinados para manutenção das atividades do setor de urbanismo desta municipalidade.

Art. 2º - Ao Servidor supracitado compete a fiscalização e acompanhamento, devendo registrar todas as ocorrências relacionadas a execução da respectiva ata/contrato, informando toda e qualquer falta ou defeito observado, conforme consta nos termos do artigo 67 da Lei nº 8.666/93.

Art. 3º - A designação constante no artigo primeiro não conta ônus aos cofres públicos municipais.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial dos Municípios.

Itapiranga - SC, 29 de abril de 2016.

MILTON SIMON

Prefeito Municipal

Nelson Arenhardt

Fiscalizador

PORTARIA Nº 083/2016

PORTARIA Nº 083/2016 – CONTRATOS

DESIGNA FISCAL DE CONTRATOS E ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS

O Prefeito em Exercício do Município de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de acordo com a Lei Orgânica Municipal e artigo 67 da Lei nº 8.666/93 consolidada.

RESOLVE:

Art. 1º - Designar o servidor Alberto Lengert, matrícula nº 14460/04, para exercer a função de fiscal das Atas de Registro de Preços nº 106 e 107/2016, firmado pelo Município de Itapiranga, em virtude Pregão Presencial para Registro de Preços nº 062/2016, para contratação de empresa para fazer roçadas e limpeza de terrenos no Município de Itapiranga.

Art. 2º - Ao Servidor supracitado compete a fiscalização e acompanhamento, devendo registrar todas as ocorrências relacionadas a execução da respectiva ata/contrato, informando toda e qualquer falta ou defeito observado, conforme consta nos termos do artigo 67 da Lei nº 8.666/93.

Art. 3º - A designação constante no artigo primeiro não conta ônus aos cofres públicos municipais.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial dos Municípios.

Itapiranga - SC, 29 de abril de 2016.

MILTON SIMON

Prefeito Municipal

Alberto Lengert

Fiscalizador

PORTARIA Nº 084/2016

PORTARIA Nº 084/2016 – CONTRATOS

DESIGNA FISCAL DE CONTRATOS E ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS

O Prefeito em Exercício do Município de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de acordo com a Lei Orgânica Municipal e artigo 67 da Lei nº 8.666/93 consolidada.

RESOLVE:

Art. 1º - Designar a servidora Janete S. Brixner, matrícula nº 14379/02, para exercer a função de fiscal das Atas de Registro de Preços 108, 109, 110, 111, 112, 113, 114 e 117/2016, firmado pelo Município de Itapiranga, em virtude do Pregão Presencial para Registro de Preços, para aquisição, de forma parcelada, de materiais diversos, destinados para manutenção das atividades das oficinas do centro de referência de assistência social - "CRAS", da secretaria de assistência social deste município.

Art. 2º - Ao Servidor supracitado compete a fiscalização e acompanhamento, devendo registrar todas as ocorrências relacionadas a execução da respectiva ata/contrato, informando toda e qualquer falta ou defeito observado, conforme consta nos termos do artigo 67 da Lei nº 8.666/93.

Art. 3º - A designação constante no artigo primeiro não conta ônus aos cofres públicos municipais.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial dos Municípios.

Itapiranga - SC, 03 de maio de 2016.

MILTON SIMON

Prefeito Municipal

Janete S. Brixner

Fiscalizadora

PORTARIA Nº 085/2016

PORTARIA Nº 085/2016 – CONTRATOS

DESIGNA FISCAL DE CONTRATOS E ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS

O Prefeito em Exercício do Município de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de acordo com a Lei Orgânica Municipal e artigo 67 da Lei nº 8.666/93 consolidada.

RESOLVE:

Art. 1º - Designar o servidor Wilson Schneiders, matrícula nº 14903/01, para exercer a função de fiscal da Ata de Registro de Preços nº 116/2016, firmado pelo Município de Itapiranga, em virtude Pregão Presencial para Registro de Preços nº 067/2016, para contratação de empresa para prestação de serviços de solda, preenchimento, recuperação de peças de máquinas pesadas e caminhões desta municipalidade.

Art. 2º - Ao Servidor supracitado compete a fiscalização e acompanhamento, devendo registrar todas as ocorrências relacionadas a execução da respectiva ata/contrato, informando toda e qualquer falta ou defeito observado, conforme consta nos termos do artigo 67 da Lei nº 8.666/93.

Art. 3º - A designação constante no artigo primeiro não conta ônus aos cofres públicos municipais.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial dos Municípios.

Itapiranga - SC, 03 de maio de 2016.
MILTON SIMON
Prefeito Municipal

Wilson Schneiders
Fiscalizador

PORTARIA Nº 086/2016

PORTARIA Nº 086/2016 – CONTRATOS
DESIGNA FISCAL DE CONTRATOS E ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS

O Prefeito em Exercício do Município de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de acordo com a Lei Orgânica Municipal e artigo 67 da Lei nº 8.666/93 consolidada.

RESOLVE:

Art. 1º - Designar o servidor Flavio Antonio Santos, matrícula nº 6493/01, para exercer a função de fiscal do Contrato nº 059/2016, firmado pelo Município de Itapiranga, em virtude do Pregão Presencial de nº 100/2013, para contratação de seguros de veículos, de propriedade do município de Itapiranga.

Art. 2º - Ao Servidor supracitado compete a fiscalização e acompanhamento, devendo registrar todas as ocorrências relacionadas a execução da respectiva ata/contrato, informando toda e qualquer falta ou defeito observado, conforme consta nos termos do artigo 67 da Lei nº 8.666/93.

Art. 3º - A designação constante no artigo primeiro não conta ônus aos cofres públicos municipais.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial dos Municípios.

Itapiranga - SC, 06 de maio de 2016.
MILTON SIMON
Prefeito Municipal

Flavio Antonio Santos
Fiscalizador

PORTARIA Nº 087/2016

PORTARIA Nº 087/2016 – CONTRATOS
DESIGNA FISCAL DE CONTRATOS E ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS

O Prefeito em Exercício do Município de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de acordo com a Lei Orgânica Municipal e artigo 67 da Lei nº 8.666/93 consolidada.

RESOLVE:

Art. 1º - Designar a servidora Janete S. Brixner, matrícula nº 14379/02, para exercer a função de fiscal do Contrato 060/2016, firmado pelo Município de Itapiranga, em virtude da Inexigibilidade de Licitação nº 79/2016, para contratação de empresa para apresentação artística "Memórias de Nina", no dia 18 de maio, para a campanha sobre violência e o abuso sexual.

Art. 2º - Ao Servidor supracitado compete a fiscalização e acompanhamento, devendo registrar todas as ocorrências relacionadas a execução da respectiva ata/contrato, informando toda e qualquer falta ou defeito observado, conforme consta nos termos do artigo 67 da Lei nº 8.666/93.

Art. 3º - A designação constante no artigo primeiro não conta ônus aos cofres públicos municipais.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial dos Municípios.

Itapiranga – SC, 06 de maio de 2016.
MILTON SIMON
Prefeito Municipal

Janete S. Brixner
Fiscalizadora

PORTARIA Nº 088/2016

PORTARIA Nº 088/2016 – CONTRATOS
DESIGNA FISCAL DE CONTRATOS E ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS

O Prefeito em Exercício do Município de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de acordo com a Lei Orgânica Municipal e artigo 67 da Lei nº 8.666/93 consolidada.

RESOLVE:

Art. 1º - Designar o servidor Jadir Wildner, matrícula 14628/01, para exercer a função de fiscal das Atas de Registro de Preços 118, 119 e 120/2016, firmada pelo Município de Itapiranga, em virtude do Pregão Presencial para Registro de Preços nº 070/2016, para aquisição, de forma parcelada, de materiais destinados para manutenção da iluminação pública do Município de Itapiranga.

Art. 2º - Ao Servidor supracitado compete a fiscalização e acompanhamento, devendo registrar todas as ocorrências relacionadas a execução da respectiva ata/contrato, informando toda e qualquer falta ou defeito observado, conforme consta nos termos do artigo 67 da Lei nº 8.666/93.

Art. 3º - A designação constante no artigo primeiro não conta ônus aos cofres públicos municipais.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial dos Municípios.

Itapiranga - SC, 06 de maio de 2016.
MILTON SIMON
Prefeito Municipal

Jadir Wildner
Fiscalizador

PORTARIA Nº 089/2016

PORTARIA Nº 089/2016 – CONTRATOS
DESIGNA FISCAL DE CONTRATOS E ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS

O Prefeito em Exercício do Município de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de acordo com a Lei Orgânica Municipal e artigo 67 da Lei nº 8.666/93 consolidada.

RESOLVE:

Art. 1º - Designar o servidor Osmar P. Muller, matrícula nº 3985/01, para exercer a função de fiscal da Ata de Registro de Preços nº 122/2016, firmado pelo Município de Itapiranga, em virtude do Pregão Presencial 063/2016, para contratação de empresa especializada, para execução parcelada, de serviços de limpeza e desinfecção de caixas de água, para atender as necessidades do setor de saneamento, desta municipalidade.

Art. 2º - Ao Servidor supracitado compete a fiscalização e acompanhamento, devendo registrar todas as ocorrências relacionadas a execução da respectiva ata/contrato, informando toda e qualquer

falta ou defeito observado, conforme consta nos termos do artigo 67 da Lei nº 8.666/93.

Art. 3º - A designação constante no artigo primeiro não conta ônus aos cofres públicos municipais.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial dos Municípios.

Itapiranga - SC, 06 de maio de 2016.

MILTON SIMON
Prefeito Municipal

Osmar P. Muller
Fiscalizador

Itapoá

PREFEITURA

DECRETO MUNICIPAL Nº 2762/2016 NOMEIA E COMPÕE O CONSELHO MUNICIPAL DE DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – CMDCA, DO MUNICÍPIO DE ITAPOÁ.

DECRETO MUNICIPAL Nº 2762/2016

Data: 09 de maio de 2016

NOMEIA E COMPÕE O CONSELHO MUNICIPAL DE DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – CMDCA, DO MUNICÍPIO DE ITAPOÁ.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal de Itapoá (SC), no uso de suas atribuições legais, em conformidade com a Lei Municipal nº 175/2008, de 21 de maio de 2008, alterada pelas Leis Municipais nº 235/2009, de 27 de agosto de 2009 e 573/2015, de 13 de maio de 2015, e, considerando o OF/SMAS/096/2016, de 05 de maio de 2016,

DECRETA

Art. 1º Fica nomeado para o Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA, do Município de Itapoá, para o biênio 2015/2017, com a seguinte composição:

Sociedade Civil:

1) Representante adolescente:

a) Lincoln Paul Pradal Titular

Stefany de Lucas Suplente

2) Representante da Ordem dos Advogados do Brasil – OAB

a) Elisa Corso Titular

Suelen de Lucca Suplente

3) Representantes de organizações da Sociedade Civil:

a) Yolanda G. da Silva (Pastoral da Criança) Titular

Leonilda da Luz Roberto (pastoral da Criança) Suplente

b) Elaine Cristina Alves (APAE) Titular

Marlene Amâncio (APAE) Suplente

c) José Luis Reis Souza (Ass. Itapoense de Futsal Amador de Base) Titular

Júlio César Abreu (Ass. Itapoense de Futsal Amador de Base) Suplente

Governamental:

1) Bruna Daniele Piacentini (SMAS) Titular

Alessandra Silveira Oliveira (SMAS) Suplente

2) Cenita S. Dani (SME) Titular

Marcela Deunisio Olkoski (SME) Suplente

3) Ilze Terezinha Kaminski Boddy (SMS) Titular

Zilma Gomes da Silva (SMS) Suplente

4) Alan José Rezende da Silva (SMEL) Titular

Walter Gomes de Almeida (SMEL) Suplente

5) Sonia Maria Mira Farias (SAF) Titular

Fabrcio Lima (SAF) Suplente

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação e

revoga o Decreto Municipal nº 2721/2016, de 29/03/2016.

Itapoá (SC), 09 de maio de 2016.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

JULGAMENTO DO PROCESSO DE SINDICÂNCIA INVESTIGATÓRIA - PSI Nº 44/2016

JULGAMENTO DO PROCESSO DE SINDICÂNCIA INVESTIGATÓRIA

– PSI Nº 44/2016.

SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito do Município de Itapoá

(SC), no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com o

Título VIII, Capítulo III, Seção II, da Lei Complementar Municipal

nº 044/2014,

ACATA na íntegra o RELATÓRIO FINAL (págs. 45 a 54 dos autos)

da Comissão Sindicante instituída e nomeada através do Decreto

Municipal nº 2622/2016, de 06 de janeiro de 2016, publicado em

edital na mesma data e no DOM – Diário Oficial dos Municípios

em 12/01/2016, edição 1908, pág. 193, referente ao Processo de

Sindicância Investigatória – PSI nº 44/2016 – Apurar os fatos rela-

tados nos documentos encaminhados pela Secretaria Municipal de

Saúde através do ofício SMS 03/2016, de 04 de janeiro de 2016 e

DETERMINA:

1. O arquivamento do processo;

2. O cumprimento, por parte de todas as secretarias, ao item 1. das

recomendações listadas no inciso IV – Conclusão;

3. O encaminhamento de cópia do referido relatório à Secretaria

Municipal de Saúde, para cumprimento aos itens 2. e 3. das reco-

municações listadas no inciso IV – Conclusão.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Itapoá (SC), 05 de maio de 2016.

SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 0939/2016 - RH

PORTARIA Nº 0939/2016.

De: 07 de abril de 2016.

RESCINDE O CONTRATO, POR TÉRMINO.

SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas

atribuições legais:

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Fica rescindido o contrato por término do mesmo, do

(a) servidor (a) THAINA ZANETTI DA SILVA, matrícula 724505, in-

vestido (a) na função de PROF. N. SUP. ACT 30HS, conforme Lei

Complementar Municipal 016/2007 e Lei Municipal 44/2014.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 07 de abril de 2016.
SERGIO FERREIRA DE AGUIAR
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

PORTARIA Nº 0940/2016 - RH

PORTARIA Nº 0940/2016

De: 07 de abril de 2016.

Dispõe sobre concessão de gratificação a servidores que trabalham no Pronto Atendimento conforme Lei Municipal nº 215/2003.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º- Fica concedida gratificação de 50% sobre o vencimento padrão do (a) servidor (a) DIEFFERSON DOUGLAS ROHLER, matrícula 11677090, investido (a) no cargo de TÉCNICO DE ENFERMAGEM I, integrante do plano de carreira dos servidores municipais.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá, 07 de abril de 2016.
SERGIO FERREIRA DE AGUIAR
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

PORTARIA Nº 0941/2016 - RH

PORTARIA Nº 0941/2016

De: 07 de abril de 2016.

Dispõe sobre concessão de gratificação a servidores que trabalham no Pronto Atendimento conforme Lei Municipal nº 215/2003.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º- Fica concedida gratificação de 50% sobre o vencimento padrão do (a) servidor (a) KARYN PIAZZETTA DOS SANTOS CHAVES, matrícula 624250, investido (a) no cargo de TÉCNICO DE ENFERMAGEM I, integrante do plano de carreira dos servidores municipais.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá, 07 de abril de 2016.
SERGIO FERREIRA DE AGUIAR
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

PORTARIA Nº 0942/2016 - RH

PORTARIA Nº 0942/2016

De: 07 de abril de 2016.

Dispõe sobre concessão de gratificação a servidores que trabalham no Pronto Atendimento conforme Lei Municipal nº 215/2003.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º- Fica concedida gratificação de 50% sobre o vencimento padrão do (a) servidor (a) MARIA ANGELA FERREIRA, matrícula 624381, investido (a) no cargo de TÉCNICO DE ENFERMAGEM I, integrante do plano de carreira dos servidores municipais.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá, 07 de abril de 2016.
SERGIO FERREIRA DE AGUIAR
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

PORTARIA Nº 0943/2016 - RH

PORTARIA Nº 0943/2016

De: 07 de abril de 2016.

Dispõe sobre concessão de gratificação a servidores que trabalham no Pronto Atendimento conforme Lei Municipal nº 215/2003.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º- Fica concedida gratificação de 50% sobre o vencimento padrão do (a) servidor (a) DENISE ROSA SALES, matrícula 1285530, investido (a) no cargo de TÉCNICO DE ENFERMAGEM I, integrante do plano de carreira dos servidores municipais.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá, 07 de abril de 2016.
SERGIO FERREIRA DE AGUIAR
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

PORTARIA Nº 0944/2016 - RH

PORTARIA Nº 0944/2016

De: 07 de abril de 2016.

Dispõe sobre concessão de gratificação a servidores que trabalham no Pronto Atendimento conforme Lei Municipal nº 215/2003.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º- Fica concedida gratificação de 50% sobre o vencimento padrão do (a) servidor (a) FRANCINE WOCHÉ, matrícula 11676930, investido (a) no cargo de TÉCNICO DE ENFERMAGEM I, integrante do plano de carreira dos servidores municipais.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá, 07 de abril de 2016.
SERGIO FERREIRA DE AGUIAR
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL
_____/_____/_____

PORTARIA Nº 0945/2016 - RH

PORTARIA Nº 0945/2016
De: 07 de abril de 2016.
Dispõe sobre concessão de gratificação a servidores que trabalham no Pronto Atendimento conforme Lei Municipal nº 215/2003.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:
ARTIGO 1º- Fica concedida gratificação de 50% sobre o vencimento padrão do (a) servidor (a) TANICIA MORAIS DO NASCIMENTO FERREIRA, matrícula 11677295, investido (a) no cargo de TÉCNICO DE ENFERMAGEM I, integrante do plano de carreira dos servidores municipais.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá, 07 de abril de 2016.
SERGIO FERREIRA DE AGUIAR
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL
_____/_____/_____

PORTARIA Nº 0946/2016 - RH

PORTARIA Nº 0946/2016
De: 07 de abril de 2016.
Dispõe sobre concessão de gratificação a servidores que trabalham no Pronto Atendimento conforme Lei Municipal nº 215/2003.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:
ARTIGO 1º- Fica concedida gratificação de 50% sobre o vencimento padrão do (a) servidor (a) IVO NATAIR GREIN RAMOS, matrícula 11642181, investido (a) no cargo de TÉCNICO DE ENFERMAGEM I, integrante do plano de carreira dos servidores municipais.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá, 07 de abril de 2016.
SERGIO FERREIRA DE AGUIAR
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL
_____/_____/_____

PORTARIA Nº 0947/2016 - RH

PORTARIA Nº 0947/2016
De: 07 de abril de 2016.
Dispõe sobre concessão de gratificação a servidores que trabalham no Pronto Atendimento conforme Lei Municipal nº 215/2003.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:
ARTIGO 1º- Fica concedida gratificação de 50% sobre o vencimento padrão do (a) servidor (a) LILIANE DA SILVA SANTOS, matrícula 11677201, investido (a) no cargo de TÉCNICO DE ENFERMAGEM I, integrante do plano de carreira dos servidores municipais.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá, 07 de abril de 2016.
SERGIO FERREIRA DE AGUIAR
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL
_____/_____/_____

PORTARIA Nº 0948/2016 - RH

PORTARIA Nº 0948/2016
De: 07 de abril de 2016.
Dispõe sobre concessão de gratificação a servidores que trabalham no Pronto Atendimento conforme Lei Municipal nº 215/2003.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:
ARTIGO 1º- Fica concedida gratificação de 50% sobre o vencimento padrão do (a) servidor (a) ISRAEL CARLOS BINGA, matrícula 1285734, investido (a) no cargo de TÉCNICO DE ENFERMAGEM I, integrante do plano de carreira dos servidores municipais.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá, 07 de abril de 2016.
SERGIO FERREIRA DE AGUIAR
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL
_____/_____/_____

PORTARIA Nº 0949/2016 - RH

PORTARIA Nº 0949/2016
De: 07 de abril de 2016.
Dispõe sobre concessão de gratificação a servidores que trabalham no Pronto Atendimento conforme Lei Municipal nº 215/2003.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:
ARTIGO 1º- Fica concedida gratificação de 60% sobre o vencimento padrão do (a) servidor (a) GILBERTO ANTONIO VALERIO, matrícula 11634685, investido (a) no cargo de MÉDICO 20HS, integrante do plano de carreira dos servidores municipais.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá, 07 de abril de 2016.
SERGIO FERREIRA DE AGUIAR
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

PORTARIA Nº 0950/2016 - RH

PORTARIA Nº 0950/2016

De: 07 de abril de 2016.

Dispõe sobre concessão de gratificação a servidores que trabalham no Pronto Atendimento conforme Lei Municipal nº 215/2003.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º- Fica concedida gratificação de 60% sobre o vencimento padrão do (a) servidor (a) RICARDO ARAUJO ALVES, matrícula 11622873, investido (a) no cargo de MÉDICO 20HS, integrante do plano de carreira dos servidores municipais.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá, 07 de abril de 2016.
SERGIO FERREIRA DE AGUIAR
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

PORTARIA Nº 0951/2016 - RH

PORTARIA Nº 0951/2016

De: 07 de abril de 2016.

Dispõe sobre concessão de gratificação a servidores que trabalham no Pronto Atendimento conforme Lei Municipal nº 215/2003.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º- Fica concedida gratificação de 30% sobre o vencimento padrão do (a) servidor (a) JOSIANE MARQUES DE SOUZA SANSON, matrícula 1211935, investido (a) no cargo de RECEPCIONISTA, integrante do plano de carreira dos servidores municipais.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá, 07 de abril de 2016.
SERGIO FERREIRA DE AGUIAR
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

PORTARIA Nº 0952/2016 - RH

PORTARIA Nº 0952/2016

De: 07 de abril de 2016.

Dispõe sobre concessão de gratificação a servidores que trabalham no Pronto Atendimento conforme Lei Municipal nº 215/2003.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º- Fica concedida gratificação de 30% sobre o vencimento padrão do (a) servidor (a) ODRACIR DE CAMARGO, matrícula 11677236, investido (a) no cargo de MOTORISTA, integrante do plano de carreira dos servidores municipais.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá, 07 de abril de 2016.
SERGIO FERREIRA DE AGUIAR
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

PORTARIA Nº 0953/2016 - RH

PORTARIA Nº 0953/2016

De: 07 de abril de 2016.

Dispõe sobre concessão de gratificação a servidores que trabalham no Pronto Atendimento conforme Lei Municipal nº 215/2003.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º- Fica concedida gratificação de 30% sobre o vencimento padrão do (a) servidor (a) JEFERSON PEREIRA, matrícula 11676396, investido (a) no cargo de MOTORISTA, integrante do plano de carreira dos servidores municipais.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá, 07 de abril de 2016.
SERGIO FERREIRA DE AGUIAR
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

PORTARIA Nº 0954/2016 - RH

PORTARIA Nº 0954/2016

De: 07 de abril de 2016.

Dispõe sobre concessão de gratificação a servidores que trabalham no Pronto Atendimento conforme Lei Municipal nº 215/2003.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º- Fica concedida gratificação de 60% sobre o vencimento padrão do (a) servidor (a) DANIELE MASSUQUETO DE MORAES YOSHITOMI, matrícula 11651970, investido (a) no cargo de MÉDICO 20HS, integrante do plano de carreira dos servidores

municipais.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá, 07 de abril de 2016.
SERGIO FERREIRA DE AGUIAR
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL
_____/_____/_____

PORTARIA Nº 0955/2016 - RH

PORTARIA Nº 0955/2016.
De: 08 de abril de 2016.
EXONERA O (A) SERVIDOR (A), A PEDIDO.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:
ARTIGO 1º- Fica exonerado (a) a pedido, o (a) servidor (a) VICTOR HUGO FELIPE KNOBLAUCH, matrícula 11676337, ocupante do cargo de MÉDICO PSF, lotado (a) na Secretaria de Saúde, conforme Lei Municipal 44/2014.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 08 de abril de 2016.
SERGIO FERREIRA DE AGUIAR
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL
_____/_____/_____

PORTARIA Nº 0956/2016 - RH

PORTARIA Nº 0956/2016.
De: 09 de abril de 2016.

RESCINDE O CONTRATO, POR TÉRMINO.

SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:
ARTIGO 1º- Fica rescindido o contrato por término do mesmo, do (a) servidor (a) ANDREI RAUEN, matrícula 11629649, investido (a) na função de PROF. N. SUP. ACT 20HS, conforme Lei Complementar Municipal 016/2007 e Lei Municipal 44/2014.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 09 de abril de 2016.
SERGIO FERREIRA DE AGUIAR
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL
_____/_____/_____

PORTARIA Nº 0957/2016 - RH

PORTARIA Nº 0957/2016.
De: 09 de abril de 2016.

RESCINDE O CONTRATO, POR TÉRMINO.

SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:
ARTIGO 1º- Fica rescindido o contrato por término do mesmo, do (a) servidor (a) ANGELA MERLIN ORZENN, matrícula 1269933, investido (a) na função de PROF. N. SUP. ACT 20HS, conforme Lei Complementar Municipal 016/2007 e Lei Municipal 44/2014.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 09 de abril de 2016.
SERGIO FERREIRA DE AGUIAR
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL
_____/_____/_____

PORTARIA Nº 0958/2016 - RH

PORTARIA Nº 0958/2016.
De: 09 de abril de 2016.

RESCINDE O CONTRATO, POR TÉRMINO.

SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:
ARTIGO 1º- Fica rescindido o contrato por término do mesmo, do (a) servidor (a) MARTA DO ROSARIO SILVEIRA GUTIERREZ, matrícula 586145, investido (a) na função de PROF. N. SUP. ACT 20HS, conforme Lei Complementar Municipal 016/2007 e Lei Municipal 44/2014.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 09 de abril de 2016.
SERGIO FERREIRA DE AGUIAR
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL
_____/_____/_____

PORTARIA Nº 0959/2016 - RH

PORTARIA Nº 0959/2016
De: 09 de abril de 2016.
Concede férias ao servidor (a), conforme Lei Municipal nº 76/2001 Art. 73.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:
ARTIGO 1º- Concede férias, no período de 09 de abril de 2016 a 08 de maio de 2016, ao (a) servidor (a) NOELI SOUZA DA SILVA, matrícula 1203312, investido (a) no cargo de AUXILIAR DE

ENFERMAGEM, na Secretaria de Saúde, integrante no plano de carreira dos servidores municipais.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 09 de abril de 2016.
SERGIO FERREIRA DE AGUIAR
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL
_____/_____/_____

PORTARIA Nº 0960/2016 - RH

PORTARIA Nº 0960/2016

De: 10 de abril de 2016.

Concede férias ao servidor (a), conforme Lei Municipal nº 76/2001 Art. 73.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º- Concede férias, no período de 10 de abril de 2016 a 29 de abril de 2016, ao (a) servidor (a) KARINA JUSSARA DOS SANTOS, matrícula 1239961, investido (a) no cargo de AGENTE ADMINISTRATIVO I, no Gabinete do Prefeito, integrante no plano de carreira dos servidores municipais.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 10 de abril de 2016.
SERGIO FERREIRA DE AGUIAR
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL
_____/_____/_____

PORTARIA Nº 0961/2016 - RH

PORTARIA Nº 0961/2016.

De: 10 de abril de 2016.

RESCINDE O CONTRATO, POR TÉRMINO.

SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Fica rescindido o contrato por término do mesmo, do (a) servidor (a) EDVALDO ALVES DE FREITAS, matrícula 624128, investido (a) na função de MOTORISTA, conforme Lei Complementar Municipal 016/2007 e Lei Municipal 44/2014.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 10 de abril de 2016.
SERGIO FERREIRA DE AGUIAR
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL
_____/_____/_____

PORTARIA Nº 0962/2016 - RH

PORTARIA Nº 0962/2016

De: 11 de abril de 2016.

Concede férias ao servidor (a), conforme Lei Municipal nº 76/2001 Art. 73.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º- Concede férias, no período de 11 de abril de 2016 a 30 de abril de 2016, ao (a) servidor (a) EUCLIDES GOULART SANCHES, matrícula 590886, investido (a) no cargo de AGENTE ADMINISTRATIVO II, na Secretaria de Obras e Serviços Públicos, integrante no plano de carreira dos servidores municipais.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 11 de abril de 2016.
SERGIO FERREIRA DE AGUIAR
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL
_____/_____/_____

PORTARIA Nº 0963/2016 - RH

PORTARIA Nº 0963/2016

De: 11 de abril de 2016.

Concede férias ao servidor (a), conforme Lei Municipal nº 76/2001 Art. 73.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º- Concede férias, no período de 11 de abril de 2016 a 10 de maio de 2016, ao (a) servidor (a) VALERIO PACHECO, matrícula 1511, investido (a) no cargo de AGENTE ADMINISTRATIVO II, na Secretaria de Administração e Finanças, integrante no plano de carreira dos servidores municipais.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 11 de abril de 2016.
SERGIO FERREIRA DE AGUIAR
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL
_____/_____/_____

PORTARIA Nº 0964/2016 - RH

PORTARIA Nº 964/2016.

De: 11 de abril de 2016.

RESCINDE O CONTRATO, A PEDIDO.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Fica rescindido o contrato a pedido, do (a) servidor (a) PATRICIA CAVALCANTI DA SILVA, matrícula 11622903, investido

(a) na função de EDUCADORA SOCIAL, conforme Lei Complementar Municipal 016/2007 e Lei Municipal 44/2014.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 11 de abril de 2016.
SERGIO FERREIRA DE AGUIAR
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

PORTARIA Nº 0965/2016 - RH

PORTARIA Nº 0965/2016.

De: 11 de abril de 2016.

RESCINDE O CONTRATO, POR TÉRMINO.

SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Fica rescindido o contrato por término do mesmo, do (a) servidor (a) VALMIRIA OLIVIA BORBA, matrícula 1240307, investido (a) na função de PROF. N. SUP. ACT 40HS, conforme Lei Complementar Municipal 016/2007 e Lei Municipal 44/2014.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 11 de abril de 2016.
SERGIO FERREIRA DE AGUIAR
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

PORTARIA Nº 0966/2016 - RH

PORTARIA Nº 0966/2016.

De: 11 de abril de 2016.

Dispõe sobre concessão de Licença Prêmio por Assiduidade ao servidor(a), conforme Lei Municipal nº 044/2014, Art. 106, § 1º ao 2º, Inciso I, II e III, Art. 107,108, § 1º ao 3º, e Art. 109 ao 112.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º - Fica concedida licença prêmio por assiduidade, a partir de 11 de abril de 2016 à 10 de maio de 2016 (30 dias), ao(a) servidor(a) MARCELA CRISTINA SOARES, matrícula 588164, investido(a) no cargo de PROFESSOR II, integrante do plano de carreira dos Servidores Municipais.

ARTIGO 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 11 de abril de 2016.
SERGIO FERREIRA DE AGUIAR
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

PORTARIA Nº 0967/2016 - RH

PORTARIA Nº 0967/2016.

De: 11 de abril de 2016.

Dispõe sobre concessão de Licença Prêmio por Assiduidade ao servidor(a), conforme Lei Municipal nº 044/2014, Art. 106, § 1º ao 2º, Inciso I, II e III, Art. 107,108, § 1º ao 3º, e Art. 109 ao 112.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º - Fica concedida licença prêmio por assiduidade, a partir de 11 de abril de 2016 à 10 de maio de 2016 (30 dias), ao(a) servidor(a) LEILA IVANY BARBOSA CABRAL, matrícula 604844, investido(a) no cargo de PROFESSOR II, integrante do plano de carreira dos Servidores Municipais.

ARTIGO 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 11 de abril de 2016.
SERGIO FERREIRA DE AGUIAR
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

PORTARIA Nº 0968/2016 - RH

PORTARIA Nº 0968/2016.

De: 11 de abril de 2016.

ALTERA CARGA HORÁRIA DO(A) SERVIDOR(A)

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais e conforme Lei Municipal 75/2001 Art. 38.

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Fica alterada a carga horária de 20 para 40 horas semanais da jornada de trabalho, com remuneração de R\$ 2.396,17, do (a) servidor(a) DAIANNE FERREIRA DE SOUZA, matrícula 11657340, investido (a) no cargo de PROFESSOR I, integrante no plano de carreira dos Servidores Municipais.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 11 de abril de 2016.
SERGIO FERREIRA DE AGUIAR
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

PORTARIA Nº 0969/2016 - RH

PORTARIA Nº 0969/2016.

De: 11 de abril de 2016.

ALTERA CARGA HORÁRIA DO(A) SERVIDOR(A)

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais e conforme Lei Municipal 75/2001 Art. 38.

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Fica alterada a carga horária de 20 para 40 horas semanais da jornada de trabalho, com remuneração de R\$ 2.396,17, do (a) servidor(a) GUILHERME MATHIAS NETTO GALVAN, matrícula

11676523, investido (a) no cargo de PROFESSOR I, integrante no plano de carreira dos Servidores Municipais.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá – SC, 11 de abril de 2016.
SERGIO FERREIRA DE AGUIAR
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL
_____/_____/_____

PORTARIA Nº 0970/2016 - RH

PORTARIA Nº 0970/2016.
De: 11 de abril de 2016.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais; de acordo com as disposições das Leis Municipais nº 44/2014, 152/03 e 155/03; e considerando o resultado final do Concurso Público Edital nº 050/2015;

NOMEIA para ocupar o cargo abaixo descrito:

ARTIGO 1ª: Fica nomeado (a) para o cargo MÉDICO 20HS, o (a) servidor (a) DANIELE MASSUQUETO DE MORAES YOSHITOMI, sendo seu vencimento inicial no valor de R\$ 4.139,75.

ARTIGO 2º: Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá – SC, 11 de abril de 2016.
SERGIO FERREIRA DE AGUIAR
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL
_____/_____/_____

PORTARIA Nº 0971/2016 - RH

PORTARIA Nº 0971/2016.
De: 13 de abril de 2016.
Dispõe sobre Progressão Automática, do Padrão de Vencimento de Servidor, conforme Lei Municipal nº 186/03, Art. 2º.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:
ARTIGO 1º- Fica concedida à progressão automática, do (a) servidor (a) WILMARA JAQUELINE MADEIRA PITTA, matrícula 605670, ocupante do cargo de CONTADOR II, para a referência Nível VIII - M, conforme Lei Municipal nº 186/03 Art. 2º.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 13 de abril de 2016.
SERGIO FERREIRA DE AGUIAR
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL
_____/_____/_____

PORTARIA Nº 0972/2016 - RH

PORTARIA Nº 0972/2016.
De: 13 de abril de 2016.
Dispõe sobre Progressão Automática, do Padrão de Vencimento de Servidor, conforme Lei Municipal nº 186/03, Art. 2º.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:
ARTIGO 1º- Fica concedida à progressão automática, do (a) servidor (a) ROLAND ITNER, matrícula 2356, ocupante do cargo de MOTO-RISTA, para a referência Nível III - G, conforme Lei Municipal nº 186/03 Art. 2º.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 13 de abril de 2016.
SERGIO FERREIRA DE AGUIAR
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL
_____/_____/_____

PORTARIA Nº 0973/2016 - RH

PORTARIA Nº 0973/2016.
De: 14 de abril de 2016.
Dispõe sobre Progressão Automática, do Padrão de Vencimento de Servidor, conforme Lei Municipal nº 186/03, Art. 2º.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:
ARTIGO 1º- Fica concedida à progressão automática, do (a) servidor (a) KARINA JUSSARA DOS SANTOS, matrícula 1239961, ocupante do cargo AGENTE ADMINISTRATIVO I, para a referência Nível IV – B, por término de estágio probatório, conforme Lei Municipal nº 186/03 Art. 2º.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 14 de abril de 2016.
SERGIO FERREIRA DE AGUIAR
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL
_____/_____/_____

PORTARIA Nº 0974/2016 - RH

PORTARIA Nº 0974/2016
De: 14 de abril de 2016.
Concede férias ao servidor (a), conforme Lei Municipal nº 76/2001 Art. 73.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:
ARTIGO 1º- Concede férias, no período de 14 de abril de 2016 a 03 de maio de 2016, ao (a) servidor (a) MARCELO HENRIQUE

GRANDINI JOSÉ, matrícula 591424, investido (a) no cargo de AUXILIAR DE ENFERMAGEM, na Secretaria de Saúde, integrante no plano de carreira dos servidores municipais.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 14 de abril de 2016.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

PORTARIA Nº 0975/2016 - RH

PORTARIA Nº 0975/2016.

De: 15 de abril de 2016.

RESCINDE O CONTRATO, POR TÉRMINO.

SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Fica rescindido o contrato por término do mesmo, do (a) servidor (a) ALYNE CRISTHINE DE AVELAR, matrícula 1179365, investido (a) na função de PROF. N. SUP. ACT 20HS, conforme Lei Complementar Municipal 016/2007 e Lei Municipal 44/2014.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 15 de abril de 2016.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

PORTARIA Nº 0976/2016 - RH

PORTARIA Nº 0976/2016.

De: 15 de abril de 2016.

RESCINDE O CONTRATO, POR TÉRMINO.

SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Fica rescindido o contrato por término do mesmo, do (a) servidor (a) JULIANA CARDOSO CORBETTA, matrícula 11633026, investido (a) na função de RECEPCIONISTA, conforme Lei Complementar Municipal 016/2007 e Lei Municipal 44/2014.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 15 de abril de 2016.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

PORTARIA Nº 0977/2016 - RH

PORTARIA Nº 0977/2016

De: 15 de abril de 2016.

Concede férias ao servidor (a), conforme Lei Municipal nº 76/2001 Art. 73.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º- Concede férias, no período de 15 de abril de 2016 a 14 de maio de 2016, ao (a) servidor (a) CAMILA KUBOSKI, matrícula 1277472, investido (a) na função de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, na Secretaria de Saúde, integrante no plano de carreira dos servidores municipais.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 15 de abril de 2016.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

PORTARIA Nº 0978/2016 - RH

PORTARIA Nº 0978/2016.

De: 16 de abril de 2016.

RESCINDE O CONTRATO, POR TÉRMINO.

SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Fica rescindido o contrato por término do mesmo, do (a) servidor (a) RUTE NAIR BARBOZA DE LIMA HOTZ, matrícula 1165642, investido (a) na função de PROF. SUP. INC. ACT 40HS, conforme Lei Complementar Municipal 016/2007 e Lei Municipal 44/2014.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 16 de abril de 2016.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

PORTARIA Nº 0979/2016 - RH

PORTARIA Nº 979/2016.

De: 17 de abril de 2016.

RESCINDE O CONTRATO, A PEDIDO.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Fica rescindido o contrato a pedido, do (a) servidor (a) ANDRE DA SILVA, matrícula 11657880, investido (a) na função de

PROF. N. SUP. ACT 40HS, conforme Lei Complementar Municipal 016/2007 e Lei Municipal 44/2014.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 17 de abril de 2016.
SERGIO FERREIRA DE AGUIAR
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL
_____/_____/_____

PORTARIA Nº 0980/2016 - RH

PORTARIA Nº 0980/2016.

De: 18 de abril de 2016.

EXONERA O (A) SERVIDOR (A), A PEDIDO.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Fica exonerado (a) a pedido, o (a) servidor (a) CLEITON LUZ BELICIO, matrícula 11656328, ocupante do cargo de PROFESSOR I, lotado (a) na Secretaria de Educação conforme Lei Municipal 44/2014.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 18 de abril de 2016.
SERGIO FERREIRA DE AGUIAR
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL
_____/_____/_____

PORTARIA Nº 0981/2016 - RH

PORTARIA Nº 0981/2016

De: 18 de abril de 2016.

Concede férias ao servidor (a), conforme Lei Municipal nº 76/2001 Art. 73.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º- Concede férias, no período de 18 de abril de 2016 a 17 de maio de 2016, ao (a) servidor (a) APARECIDA DONIZETE DA SILVA, matrícula 604585, investido (a) no cargo de AUXILIAR DE ENFERMAGEM, na Secretaria de Saúde, integrante no plano de carreira dos servidores municipais.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 18 de abril de 2016.
SERGIO FERREIRA DE AGUIAR
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL
_____/_____/_____

PORTARIA Nº 0982/2016 - RH

PORTARIA Nº 0982/2016.

De: 18 de abril de 2016.

Dispõe sobre concessão de Licença Prêmio por Assiduidade ao servidor(a), conforme Lei Municipal nº 044/2014, Art. 106, § 1º ao 2º, Inciso I, II e III, Art. 107,108, § 1º ao 3º, e Art. 109 ao 112.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º - Fica concedida licença prêmio por assiduidade, a partir de 18 de abril de 2016 à 17 de maio de 2016 (30 dias), ao(a) servidor(a) IVANIR TEREZINHA LOPES, matrícula 606464, investido(a) no cargo de SERVENTE ESCOLAR, integrante do plano de carreira dos Servidores Municipais.

ARTIGO 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 18 de abril de 2016.
SERGIO FERREIRA DE AGUIAR
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL
_____/_____/_____

PORTARIA Nº 0983/2016 - RH

PORTARIA Nº 0983/2016

De: 18 de abril de 2016.

CONTRATA SERVIDOR EM CARATER TEMPORARIO

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais; de acordo com as disposições da Lei Complementar Municipal nº 016/2007 e considerando o Edital de Convocação 047/2015 da Secretaria de Educação,

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Contrata temporariamente o (a) Sr. (a). ANDRE DA SILVA, matrícula 11657880, na função de PROF. N. SUP. ACT 40HS, na Secretaria de Educação.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 18 de abril de 2016.
SERGIO FERREIRA DE AGUIAR
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL
_____/_____/_____

PORTARIA Nº 0984/2016 - RH

PORTARIA Nº 0984/2016

De: 18 de abril de 2016.

CONTRATA SERVIDOR EM CARATER TEMPORARIO

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais; de acordo com as disposições da Lei Complementar Municipal nº 016/2007 e considerando o Edital de Convocação 047/2015 da Secretaria de Educação,

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Contrata temporariamente o (a) Sr. (a). ADRIANA

SANTANA, matrícula 623164, na função de PROF. N. SUP. ACT 40HS, na Secretaria de Educação.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 18 de abril de 2016.
SERGIO FERREIRA DE AGUIAR
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

PORTARIA Nº 0985/2016 - RH

PORTARIA Nº 0985/2016

De: 19 de abril de 2016.

CONTRATA SERVIDOR EM CARATER TEMPORARIO

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais; de acordo com as disposições da Lei Complementar Municipal nº 016/2007 e considerando o Edital de Convocação 046/2015 da Secretaria de Educação,

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Contrata temporariamente o (a) Sr. (a). GILVANI RÉGINES SCHIESSL, matrícula 1288695, na função de PROF. N. SUP. ACT 40HS, na Secretaria de Educação.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 19 de abril de 2016.
SERGIO FERREIRA DE AGUIAR
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

PORTARIA Nº 0986/2016 - RH

PORTARIA Nº 0986/2016

De: 20 de abril de 2016.

Concede férias ao servidor (a), conforme Lei Municipal nº 76/2001 Art. 73.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º- Concede férias, no período de 20 de abril de 2016 a 09 de maio de 2016, ao (a) servidor (a) JULIANE LAVORATTI KARAM, matrícula 1269666, investido (a) no cargo de ENFERMEIRO I, na Secretaria de Saúde, integrante no plano de carreira dos servidores municipais.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 20 de abril de 2016.
SERGIO FERREIRA DE AGUIAR
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

PORTARIA Nº 0987/2016 - RH

PORTARIA Nº 0987/2016.

De: 20 de abril de 2016.

RESCINDE O CONTRATO, POR TÉRMINO.

SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Fica rescindido o contrato por término do mesmo, do (a) servidor (a) GEANE SILVA, matrícula 11650877, investido (a) na função de FACILITADOR DE OFICINA, conforme Lei Complementar Municipal 016/2007 e Lei Municipal 44/2014.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 20 de abril de 2016.
SERGIO FERREIRA DE AGUIAR
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

PORTARIA Nº 0988/2016 - RH

PORTARIA Nº 0988/2016.

De: 20 de abril de 2016.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais; de acordo com as disposições das Leis Municipais nº 44/2014, 152/03 e 155/03; e considerando o resultado final do Concurso Público Edital nº 050/2015;

NOMEIA para ocupar o cargo abaixo descrito:

ARTIGO 1ª: Fica nomeado (a) para o cargo de FACILITADOR DE OFICINA, o (a) servidor (a) LICELIA MARIA PEDROSO VIDA, sendo seu vencimento inicial no valor de R\$ 1.290,13.

ARTIGO 2º: Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 20 de abril de 2016.
SERGIO FERREIRA DE AGUIAR
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

PORTARIA Nº 0989/2016 - RH

PORTARIA Nº 0989/2016.

De: 20 de abril de 2016.

Dispõe sobre Progressão Automática, do Padrão de Vencimento de Servidor, conforme Lei Municipal nº 186/03, Art. 2º.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º- Fica concedida à progressão automática, do (a) servidor (a) FRANCISCA ROSA COELHO, matrícula 616133, ocupante do cargo de SERVENTE ESCOLAR, para a referência Nível I - F, conforme Lei

Municipal nº 186/03 Art. 2º.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 20 de abril de 2016.
SERGIO FERREIRA DE AGUIAR
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

PORTARIA Nº 0990/2016 - RH

PORTARIA Nº 0990/2016.

De: 25 de abril de 2016.

Dispõe sobre Progressão Automática, do Padrão de Vencimento de Servidor, conforme Lei Municipal nº 186/03, Art. 2º.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º- Fica concedida à progressão automática, do (a) servidor (a) DAIANE SITADELA, matrícula 1245260, ocupante do cargo ENFERMEIRO I, para a referência Nível VII – B, por término de estágio probatório, conforme Lei Municipal nº 186/03 Art. 2º.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 25 de abril de 2016.
SERGIO FERREIRA DE AGUIAR
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

PORTARIA Nº 0991/2016 - RH

PORTARIA Nº 0991/2016

De: 25 de abril de 2016.

Concede férias ao servidor (a), conforme Lei Municipal nº 76/2001 Art. 73.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º- Concede férias, no período de 25 de abril de 2016 a 24 de maio de 2016, ao (a) servidor (a) JOSELENE GONÇALVES DO NASCIMENTO CUNHA, matrícula 604810, investido (a) no cargo de AGENTE ADMINISTRATIVO II, no Gabinete do Prefeito, integrante no plano de carreira dos servidores municipais.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 25 de abril de 2016.
SERGIO FERREIRA DE AGUIAR
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

PORTARIA Nº 0992/2016 - RH

PORTARIA Nº 0992/2016

De: 25 de abril de 2016.

Concede férias ao servidor (a), conforme Lei Municipal nº 76/2001 Art. 73.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º- Concede férias, no período de 25 de abril de 2016 a 24 de maio de 2016, ao (a) servidor (a) MONICA DE ARAGÃO BAETA KWIATKOWSKI, matrícula 618314, investido (a) na função de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, na Secretaria de Saúde, integrante no plano de carreira dos servidores municipais.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 25 de abril de 2016.
SERGIO FERREIRA DE AGUIAR
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

PORTARIA Nº 0993/2016 - RH

PORTARIA Nº 0993/2016

De: 25 de abril de 2016.

Concede férias ao servidor (a), conforme Lei Municipal nº 76/2001 Art. 73.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º- Concede férias, no período de 25 de abril de 2016 a 24 de maio de 2016, ao (a) servidor (a) BRUNA FERNANDES DE SOUZA, matrícula 1240960, investido (a) no cargo de AGENTE ADMINISTRATIVO I, na Secretaria de Administração e Finanças, integrante no plano de carreira dos servidores municipais.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 25 de abril de 2016.
SERGIO FERREIRA DE AGUIAR
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

PORTARIA Nº 0994/2016 - RH

PORTARIA Nº 0994/2016

De: 27 de abril de 2016.

Concede férias ao servidor (a), conforme Lei Municipal nº 76/2001 Art. 73.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º- Concede férias, no período de 27 de abril de 2016 a 26 de maio de 2016, ao (a) servidor (a) LIZ MARY HENK, matrícula

605476, investido (a) no cargo de PSICÓLOGO I, na Secretaria de Educação, integrante no plano de carreira dos servidores municipais.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 27 de abril de 2016.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

PORTARIA Nº 0995/2016 - RH

PORTARIA Nº 0995/2016

De: 27 de abril de 2016.

CONTRATA SERVIDOR EM CARATER TEMPORARIO

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais; de acordo com as disposições da Lei Complementar Municipal nº 016/2007 e considerando o Edital de Convocação 009/2016 da Secretaria de Saúde,

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Contrata temporariamente o (a) Sr. (a). IVANI SOUZA LEDOUX BAYER, matrícula 602566, na função de TÉCNICA DE ENFERMAGEM, na Secretaria de Saúde.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 27 de abril de 2016.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

PORTARIA Nº 0996/2016 - RH

PORTARIA Nº 0996/2016.

De: 27 de abril de 2016.

Dispõe sobre a Lotação do Servidor (a) Público Municipal, conforme Lei Municipal 44/2014,

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Fica lotado (a) o (a) Servidor (a) SILVIO ANTONIO FILLA, matrícula 4120, investido (a) no cargo de AJUDANTE DE SERVIÇOS PÚBLICOS, na Secretaria de Planejamento e Urbanismo – Departamento de Trânsito, com carga horária de 40hs, integrante do plano de carreira dos Servidores Municipal.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando a Portaria nº 0899 de 27 de março de 2015.

Itapoá, 27 de abril de 2016.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

PORTARIA Nº 0997/2016 - RH

PORTARIA Nº 0997/2016.

De: 27 de abril de 2016.

Dispõe sobre Progressão Automática, do Padrão de Vencimento de Servidor, conforme Lei Municipal nº 186/03, Art. 2º.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º- Fica concedida à progressão automática, do (a) servidor (a)

IRENE FRANCO DA SILVA BARBOSA DOS SANTOS, matrícula 602655, ocupante do cargo de AGENTE ADMINISTRATIVO II, para a referência Nível VI - H, conforme Lei Municipal nº 186/03 Art. 2º.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 27 de abril de 2016.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

PORTARIA Nº 0998/2016 - RH

PORTARIA Nº 0998/2016.

De: 29 de abril de 2016.

RESCINDE O CONTRATO, POR TÉRMINO.

SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Fica rescindido o contrato por término do mesmo, do (a) servidor (a) GIANCARLO FALCHETTI, matrícula 623997, investido (a) na função de ENFERMEIRO I, conforme Lei Complementar Municipal 016/2007 e Lei Municipal 44/2014.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 29 de abril de 2016.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

PORTARIA Nº 0999/2016 - RH

PORTARIA Nº 0999/2016.

De: 29 de abril de 2016.

RESCINDE O CONTRATO, POR TÉRMINO.

SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Fica rescindido o contrato por término do mesmo, do (a) servidor (a) JULIANO ASQUIDAMINI, matrícula 1236687, investido (a) na função de OPERADOR DE MÁQUINAS, conforme Lei

Complementar Municipal 016/2007 e Lei Municipal 44/2014.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 29 de abril de 2016.
SERGIO FERREIRA DE AGUIAR
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL
_____/_____/_____

PORTARIA Nº 1000/2016 - RH

PORTARIA Nº 1000/2016.
De: 30 de abril de 2016.

RESCINDE O CONTRATO, A PEDIDO.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Fica rescindido o contrato a pedido, do (a) servidor (a) LIDIA MATILDE PEREIRA, matrícula 1230921, investido (a) na função de AGENTE DE ENDEMIAS, conforme Lei Complementar Municipal 016/2007 e Lei Municipal 44/2014.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 30 de abril de 2016.
SERGIO FERREIRA DE AGUIAR
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL
_____/_____/_____

PORTARIA Nº 1001/2016 - RH

PORTARIA Nº 1001/2016
De: 30 de abril de 2016.
Concede férias ao servidor (a), conforme Lei Municipal nº 76/2001 Art. 73.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º- Concede férias, no período de 18 de abril de 2016 a 07 de maio de 2016, ao (a) servidor (a) FERNANDA LUZIA GHISLERI GRASEL, matrícula 774146, investido (a) no cargo de AGENTE ADMINISTRATIVO I, no Gabinete do Prefeito, integrante no plano de carreira dos servidores municipais.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo à 18.04.16.

Itapoá - SC, 30 de abril de 2016.
SERGIO FERREIRA DE AGUIAR
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL
_____/_____/_____

PORTARIA Nº 1002/2016 - RH

PORTARIA Nº 1002/2016

De: 30 de abril de 2016.

Concede férias ao servidor (a), conforme Lei Municipal nº 76/2001 Art. 73.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º- Concede férias, no período de 18 de abril de 2016 a 17 de maio de 2016, ao (a) servidor (a) JUZIANA CONCEIÇÃO DA SILVA, matrícula 605727, investido (a) no cargo de AUXILIAR DE ENFERMAGEM, na Secretaria de Saúde, integrante no plano de carreira dos servidores municipais.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo à 18.04.16.

Itapoá - SC, 30 de abril de 2016.
SERGIO FERREIRA DE AGUIAR
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL
_____/_____/_____

PREGÃO PRESENCIAL Nº 32/2016

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 32/2016
REGISTRO DE PREÇOS Nº 19/2016
PROCESSO Nº 40/2016

O Município de Itapoá/SC, no uso de suas atribuições legais TORNA PÚBLICO que, fará realizar licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, do tipo Menor Preço Global, que será redigida pela Lei Federal Nº 10.520, de 17 de julho de 2002, Decreto Municipal Nº 877/2009, aplicando-se subsidiariamente, no que couber, a Lei Federal Nº 8.666 de 21 de junho de 1993, Lei Complementar Nº 123/06 e Leis Municipais, consoante condições e especificações estabelecidas no presente Edital, e para conhecimento dos interessados, que até às 09h:00min receberá o protocolo dos envelopes no órgão tributário, e que às 09h30min do dia 23 de maio de 2016, na sala do Departamento de Licitações, a Pregoeira Oficial do Município Sra. Fernanda Cristina Rosa, realizará a abertura dos envelopes devidamente protocolados, juntamente com credenciamento, indispensável à participação no certame para a Aquisição de tinta e demais materiais para pintura de sinalização viária, conforme especificações constantes no Edital e seus Anexos, e poderá ser retirado através do site www.itapoa.sc.gov.br no link "pregão", ou extrato no site www.diariomunicipal.sc.gov.br, ou até mesmo na Secretaria de Administração e Finanças – Licitações e Contratos das 08h00min às 14h00min.

Itapoá, 09 de maio de 2016.
SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR
PREFEITO MUNICIPAL

MÁRCIO ROBERTO GONZATTO
SECRETÁRIO DE PLANEJAMENTO
E URBANISMO

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO: TERMO DE CONVOCAÇÃO Nº 95/2016 DO EDITAL Nº 46/2015
TERMO CONVOCAÇÃO Nº 95/2016

PROCESSO SELETIVO: Edital nº 46/2015 – Ana Claudia de Oliveira Jacinto, Secretária Municipal de Educação, no uso de suas atribuições legais, torna público pelo presente Termo a candidata convocada a comparecer na Secretária de Educação no dia 12/05/2016, às 10h, para distribuição de vagas aos professores que atuarão nas escolas de Ensino Fundamental, Educação Infantil da Rede Municipal de Itapoá.

Nº	CH	Área	Candidato	Período de Contrato	
03	40	Matemática	Nilma Regina de Oliveira	18/05/2016	17/06/2016

Itapoá, 10 de maio de 2016.

Ana Claudia de Oliveira Jacinto
Secretária de Educação

CÂMARA MUNICIPAL**CONTRATO Nº 03/2016 - CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PRESTADORA DE SERVIÇO DE LIMPEZA, CONFORME RESULTADO PREGÃO PRESENCIAL Nº 01/2016**

PREGÃO PRESENCIAL Nº 01/2016

PROCESSO Nº 01/2016

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 03/2016

Pelo presente instrumento particular que, entre si, celebram, de um lado a CÂMARA MUNICIPAL DE ITAPOÁ, inscrito no CNPJ/MF sob Nº 00.484.829/0001-07, com sede a Rua Mariana Michels Borges, nº 1115, neste Município, aqui denominada CONTRATANTE, neste ato representado pelo PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE ITAPOÁ, Sr. DANIEL SILVANO WEBER, residente e domiciliado na Av. do Príncipe, nº 1358, bairro Itapema do Norte, Itapoá-SC, portador da cédula de identidade nº 3.132.437, inscrito no CPF/MF nº 854.046.169-20, e de outro lado a Empresa CS CONSULTORIA E SERVIÇOS LTDA. ME., com sede na Rua Elizabete Moreira, nº 30 A, Bairro Centro, na cidade de Balsa Nova/PR, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 18.368.805/0001-58 e Inscrição Estadual nº 90711091-59, representada neste ato pelo Sr. CLAUDINEI DA SILVA, portador do CPF nº 034.180.039-23 e do RG nº 7.216.145-9, aqui denominada CONTRATADA, ajustam contratação de empresa para a execução de serviços de limpeza e higienização de forma contínua no prédio sede da Câmara Municipal de Itapoá, localizado à Rua 960 (Mariana Michels Borges), nº 1115, município de Itapoá-SC, conforme especificações constantes no Anexo V do Edital, e em conformidade com a autorização contida no processo licitatório na modalidade PREGÃO PRESENCIAL Nº 01/2016 – PROCESSO Nº 01/2016, de acordo com a Lei Federal no 10.520/2002, da Lei Federal no 8.666/93, alterada pela Lei Federal 8.883/94, e Lei Federal nº 8.078/90 e pelas especificações e condições contidas nas cláusulas que seguem:

DO OBJETO

Cláusula Primeira – Constitui o objeto deste contrato a contratação de empresa para a execução de serviços de limpeza e higienização de forma contínua no prédio sede da Câmara Municipal de Itapoá, localizado à Rua 960 (Mariana Michels Borges), nº 1115, município de Itapoá-SC, conforme especificações constantes no Anexo V do Edital, conforme especificações abaixo descritas:

Item	Posto de Trabalho	Carga Horária	Quantidade de Postos	Descrição	Valor Mensal Total (R\$)
1	Servente	06 h	01	Serviço de limpeza e higienização na quantidade de 1 (um) posto de trabalho, que deverá executar os serviços conforme os Anexos V (Proposta de Preço) e VI (Termo de Referência), sendo o material de limpeza disponibilizado pela Câmara Municipal de Itapoá	R\$ 2.872,37 (dois mil oitocentos e setenta e dois reais e trinta e sete centavos)

Cláusula Segunda – Os serviços de limpeza e higienização devem ser executados, conforme especificações abaixo:

- Diariamente – Limpeza completa dos acessos, pisos, calçadas, estacionamento, sala da presidência, gabinete dos vereadores, plenário, banheiros, mesas, cadeiras, incluindo o recolhimento do lixo em todas as dependências da Câmara. A limpeza dos banheiros deverá ser executada diariamente, nos turnos da manhã e da tarde, com aplicação de desinfetante para os mictórios, vasos e pisos e detergente para as pias.
- Semanalmente, passagem de aspirador de alta potência no carpete do plenário da Câmara.
- Mensalmente - limpeza completa dos vidros interno, janelas, portas e divisórias do prédio da Câmara.

- d) Trimestralmente, limpeza externa dos vidros do prédio da Câmara.
- e) É de responsabilidade da Contratada a reposição de papel higiênico e papel toalha nos banheiros, sempre que necessário. O papel higiênico, papel toalha e sabonete para banheiros serão fornecidos pela contratante.

DA EXECUÇÃO

Cláusula Terceira – A Contratada executará os serviços descritos na cláusula anterior, colocando à disposição da Contratante 01 (uma) pessoa para os serviços de limpeza, que deverá executar os serviços de segunda à sexta-feira, no horário compreendido entre às 7h45min e 13h45min.

Cláusula Quarta – A Contratada fornecerá uniformes e os equipamentos de segurança exigidos por Lei.

DA FORMA DE PAGAMENTO

Cláusula Quinta – A Contratante pagará à Contratada até 05 (dez) dias úteis do mês seguinte ao da execução dos serviços o valor mensal de R\$ 2.872,37 (dois mil oitocentos e setenta e dois reais e trinta e sete centavos).

Parágrafo Primeiro - A cada pagamento posterior à primeira parcela, deverá ser apresentada à Contratante, a Guia da Previdência Social (GPS), relativa à quitação dos encargos previdenciários incidentes sobre o faturamento imediatamente anterior, bem como, apresentação dos comprovantes de recolhimento do FGTS relativo aos funcionários da empresa, folha de pagamento e cópia dos contracheques.

Parágrafo Segundo - A última parcela do contrato somente será quitada, mediante apresentação da Guia da Previdência Social - GPS, Certidão Negativa de Débito referente ao objeto da contratação, folha de pagamento, cópia dos contracheques assinados e comprovante de recolhimento do FGTS (exceto Cooperativas).

Parágrafo Terceiro - A inadimplência da Contratada com relação aos encargos sociais, trabalhistas, fiscais e comerciais ou indenizações, não transfere à Contratante, a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto contratado, de acordo com o artigo 71, parágrafo 1º, da Lei Federal nº. 8.666/93.

Parágrafo Quarto – A Contratante ficará com cópias dos respectivos documentos, sob protocolo.

DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

Cláusula Sexta – A Contratada se compromete a:

- a) Designar pessoal qualificado e devidamente registrado no Ministério do Trabalho e/ou em outras entidades ou órgãos exigidos por lei, bem como disponibilizar todos os utensílios, uniformes, material de segurança obrigatório e equipamentos necessários para a execução dos serviços de que trata o presente contrato.
- b) Executar através de seus empregados os serviços de limpeza do prédio, calçadas externas e pátios de acordo com o estabelecido na Cláusula Segunda deste Contrato, de forma satisfatória, mantendo produtos, materiais, utensílios, uniformes e equipamentos organizados em local a ser definido pela Contratante.
- c) Realizar os serviços de limpeza na sede da Contratante, diariamente de segunda a sexta-feira, no horário a ser ajustado com a Direção da Casa, compreendido entre 07h45min e 13h45min.
- d) Substituir imediatamente o funcionário que não esteja correspondendo àqueles padrões exigidos à execução dos serviços contratados, cuja presença nas dependências da Contratada seja desaconselhável para o andamento dos serviços e a segurança de bens ou pessoas.
- e) Manter os empregados uniformizados com guarda-pó que identifique a empresa Contratada.
- f) Reparar ou indenizar os danos que forem causados ao Contratante ou a terceiros decorrentes do uso indevido de produtos, materiais ou equipamentos, de falha na execução dos serviços, de ato culposo ou doloso por parte da Contratada ou de seus empregados, sem ônus nenhum para a Câmara, conforme artigo 70 da Lei 8.666/93.
- g) A Contratada deverá informar a Contratante, formalmente, quando houver qualquer alteração no quadro funcional designado para a execução dos serviços, bem como informar qualquer mudança de endereço ou telefone.

DA RESPONSABILIDADE DA CONTRATADA

Cláusula Sétima – É de inteira responsabilidade da Contratada e correrão por sua conta:

- a) O pagamento de todas as despesas com pessoal, uniformes, utensílios e equipamentos necessários à prestação do serviço, se comprometendo ainda a pagar, no mínimo, o piso salarial e insalubridade estipulada para a categoria.
- b) Todos os encargos sociais pertinentes, tais como os encargos trabalhistas, previdenciários, tributários, fiscais, comerciais, taxas, tarifas, transporte de pessoal aos locais de prestação dos serviços, vale-refeição, inclusive as despesas decorrentes de política salarial, dissídio, acordo ou convenção coletiva de trabalho, seguros de acidente de trabalho e demais despesas incidentes ou que venham a incidir sobre os serviços contratados.
- c) O cumprimento das normas regulamentares da Segurança e Medicina do Trabalho.
- d) A manutenção de todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, durante toda a execução do contrato e em compatibilidade com as obrigações assumidas.

Cláusula Oitava – O presente contrato não criará qualquer vínculo empregatício entre as pessoas envolvidas nos trabalhos em relação à Contratante.

Parágrafo Único - Na hipótese de qualquer reclamatória trabalhista proposta contra a CONTRATANTE pelos empregados da CONTRATADA, esta deverá comparecer espontaneamente em juízo, reconhecendo sua verdadeira condição de empregadora e substituir a CONTRATANTE no processo até sentença final, respondendo pelos ônus diretos e/ou indiretos de eventual condenação. Esta responsabilidade não cessa após o término ou rescisão do presente Contrato.

DAS MULTAS

Cláusula Nona – Ressalvados os casos de força maior, devidamente comprovados, a Contratada, assegurada prévia defesa, sujeitar-se-á às seguintes penalidades:

- a) Multa de 5 % (cinco por cento) sobre o valor total da nota fiscal/fatura, pelo atraso na prestação dos serviços, pela má qualidade dos serviços prestados ou pelo fornecimento de produtos ou equipamentos inadequados e pela inobservância das especificações do Contrato.
- b) Multa de 10% (dez por cento) do valor da nota fiscal/fatura por reincidência, quando da reincidência em imperfeição já notificada pela CONTRATANTE, referente aos serviços, sendo que a CONTRATADA terá um prazo de até 24 (vinte e quatro) horas para a efetiva adequação dos serviços. Após 03 (três) reincidências e/ou após o prazo, poderá, também, ser rescindido o contrato e imputada à CONTRATADA, a pena prevista no art. 87, III, da Lei 8.666/93, pelo prazo de até 24 (vinte e quatro) meses.
- c) Multa de 15% (quinze por cento) sobre o valor total do contrato, pela desistência a qualquer tempo, da execução dos serviços, sem prejuízo das penalidades dos Artigos 86 a 88 da Lei 8.666 de 21 de junho de 1993.

DA APLICAÇÃO DAS PENALIDADES E MULTAS

Cláusula Décima - No caso de incidência de uma das situações previstas na Cláusula Nona, a Contratante, notificará a Contratada, para, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados do recebimento desta, justificar por escrito os motivos do inadimplemento.

Parágrafo Primeiro - Será considerado justificado o inadimplemento, nos seguintes casos:

- a - acidentes que impliquem retardamento na prestação dos serviços sem culpa da Contratada;
- b - falta ou culpa da Contratante;
- c - caso fortuito ou força maior, conforme parágrafo único do art. 1058, do Código Civil Brasileiro.

Parágrafo Segundo - A aplicação da multa poderá se dar com a retenção de parte ou de todo o valor devido à Contratada, a qual será antecipadamente notificada pela Contratante.

DOS MOTIVOS DE RESCISÃO

Cláusula Décima Primeira - São motivos de rescisão do contrato, independente de procedimento judicial, aqueles inscritos no artigo 78 da Lei 8.666/93.

Cláusula Décima Segunda – Presume-se a desistência da execução dos serviços o atraso da Contratada superior a 10 (dez) dias.

DA FISCALIZAÇÃO

Cláusula Décima Terceira – A Contratante, através de representante designado, efetuará a fiscalização dos serviços prestados pela Contratada, emitindo mensalmente o Termo de Recebimento dos Serviços.

Parágrafo Único – Qualquer reclamação sobre os serviços, os equipamentos, acessórios, uniformes e utensílios, deverá ser feita pelo Contratante à Contratada, por escrito, e a esta entregue sob protocolo. O não atendimento aos termos da reclamação, dentro de 05 (cinco) dias úteis a contar da data da entrega da reclamação, facultará a rescisão contratual, sem prejuízo do estabelecida na cláusula décima terceira deste contrato.

Cláusula Décima Quarta – A Contratada fica obrigada a regularizar imediatamente os serviços que não forem realizados a contento.

DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

Cláusula Décima Quinta – O custeio das despesas decorrentes deste contrato, no presente exercício correrá por conta da rubrica 3.3.90.39.78 – Limpeza e Serviço de Conservação.

DA VIGÊNCIA

Cláusula Décima Sexta - O prazo de vigência deste contrato é de até 12 (doze) meses, contados da data da sua assinatura, com eficácia após a publicação do seu extrato no Diário Oficial dos Municípios Catarinenses.

Parágrafo Único - O presente contrato será prorrogado, mediante apostilamento, a cada 12 (doze) meses, até o limite de 60 (sessenta) meses, caso sejam preenchidos os requisitos abaixo enumerados de forma simultânea, e autorizado formalmente pela autoridade competente:

- a) os serviços foram prestados regularmente;
- b) a contratada não tenha sofrido qualquer punição de natureza pecuniária;
- c) a Administração ainda tenha interesse na realização do serviço;
- d) o valor do contrato permaneça economicamente vantajoso para a Administração; e
- e) a contratada concorde com a prorrogação.

DA RESPONSABILIDADE

Cláusula Décima Sétima - A Contratada é responsável, direta e exclusivamente, pela execução do objeto deste Contrato e, consequentemente responde, civil e criminalmente, por todos os danos e prejuízos que, na execução dele venha, direta ou indiretamente, a provocar ou causar para a Contratada ou para com terceiros.

Cláusula Décima Oitava - A Contratada será a única responsável para com seus empregados e auxiliares, no que concerne ao cumprimento da legislação trabalhista, previdência social, seguro de acidentes do trabalho ou quaisquer outros encargos previstos em Lei, em especial no que diz respeito às normas de segurança do trabalho, previstas na Legislação Federal (Portaria nº 3.214, de 8-7-78, do Ministério do Trabalho), sendo que o seu descumprimento poderá motivar a aplicação de multas por parte da Contratante, ou a rescisão contratual com a aplicação das sanções cabíveis.

DO FORO

Cláusula Décima Nona – Para dirimir quaisquer dúvidas advindas deste contrato, fica eleito com exclusividade o Foro da cidade de Itapoá. E por terem assim acordado, declaram aceitar todas as disposições estabelecidas no presente instrumento, comprometendo-se em bem e fielmente cumpri-las, pelo que assinam o presente junto com duas testemunhas, a fim de que o mesmo passe a produzir os efeitos de

direito.
Itapoá, 29 de abril de 2016.

CÂMARA MUNICIPAL DE ITAPOÁ-SC
DANIEL SILVANO WEBER
Presidente

CS. CONSULTORIA E SERVIÇOS LTDA. ME.
CLAUDINEI DA SILVA
SÓCIO/ADMINISTRADOR

TESTEMUNHAS:

NOME: Francisco Xavier Soares Filho
CPF: 059.357.459-17

NOME: CLEITON CESAR DA SILVA
CPF: 039.793.119-02

Ituporanga

PREFEITURA

EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA N.º 002/2016 - SECRETARIA DE SAUDE

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITUPORANGA
Secretaria de Saúde e Assistência Social

Equipe de Controle e Avaliação – ECA

EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA n.º 0002/2016

Edital de Chamada Pública para entidades Privadas, Filantrópicas e/ou sem Fins Lucrativos, prestadoras de serviços de assistência à saúde, interessadas em participar, de forma complementar, do Sistema Único de Saúde em Ituporanga SC.

A Secretaria Municipal de Saúde de Ituporanga SC,

- Considerando, a necessidade de contratar, de forma complementar, serviços de assistência à saúde (artigo 24, da Lei nº 8.080/90), no município de Ituporanga SC;
- Considerando, o interesse em dispor de uma rede de serviços de saúde mais ampla;
- Considerando, a Lei nº 8.666, de 21/06/93, que estabelece normas gerais sobre licitações e contratos administrativos;
- Considerando a Portaria MS/GM nº. 3.277, de 22 de dezembro de 2006 que prevê a complementaridade na contratação de instituições privadas para a prestação de serviços de saúde, conforme seus Art. 3º e 6º;
- Considerando, a necessidade de conhecer a real oferta de serviços no Município de Ituporanga SC, que serão colocados à disposição do SUS, para eventual contratação;

Decide:

1. Tornar público o Edital de Chamada Pública n.º 002/2016, visando a seleção e possível contratação de Unidades Prestadoras de Serviços de assistência à saúde, na área ambulatorial, para o conjunto total de procedimentos de Diagnóstico em Laboratório Clínico Geral e Especializado, sendo Grupo 02, Subgrupos 02A e 02C da Tabela Unificada de Procedimentos SUS do Ministério da Saúde, conforme anexo III deste edital.
2. Os interessados, em participar da presente Chamada Pública, deverão estar devidamente instalados com unidade de laboratório de análises clínicas no município de Ituporanga, Estado de Santa Catarina.
3. O preço referente à prestação dos serviços ambulatoriais, nos termos do artigo 26 da Lei nº 8.080/90, será aquele constante na Tabela Unificada de Procedimentos SUS do Ministério da Saúde, bem como, seus reajustes.
4. Para tanto, os interessados terão prazo de 30 (trinta) dias corridos, a partir da data de publicação deste edital em Diário Oficial do Município, para participar da presente CHAMADA PÚBLICA. Este prazo poderá ser prorrogado por mais 60 (sessenta) dias, por opção exclusiva desta Secretaria Municipal de Saúde de Ituporanga.
5. A documentação relacionada abaixo deverá ser entregue para a Equipe de Controle e Avaliação e Auditoria da Secretaria de Saúde do Município de Ituporanga - ECAA, em envelope lacrado, no endereço constante do anexo I, observando o prazo estipulado no item anterior:
 - a) Ofício de solicitação formal da entidade interessada listando todos os documentos entregues;
 - b) Declaração emitida pela entidade que está de acordo com as normas e tabelas de valores definidas pelo SUS e que realizará todos os procedimentos a que se propõe;
 - c) Inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas - CNPJ;
 - d) Contrato Social ou Estatuto Social, devidamente registrado e alterações posteriores;
 - e) Dados pessoais do signatário (responsável legal) da instituição, o qual assinará o contrato (nome completo, cargo, logradouro, estado civil, profissão, RG e CPF);
 - f) Declaração individual ou coletiva com as respectivas assinaturas dos sócios e diretores que não são servidores públicos da Secretaria de Saúde e Assistência Social de Ituporanga SC (Lei n.º 8.666/90), e também, que não ocupam Cargo ou Função de Chefia ou Assessoramento, em qualquer nível da área pública de saúde nos âmbitos municipais, estaduais ou federal (Lei n.º 8080/90);
 - g) Curriculum Vitae resumido do Responsável Técnico (sendo obrigatoriamente funcionário da unidade-), com cópia dos seguintes documentos: diploma de graduação, certificado de especialidade (devidamente reconhecido pelo Conselho Regional de Classe) e Carteira de Identidade Profissional (emitida pelo Conselho Regional de Classe). Caso não conste na Carteira de Identidade Profissional, anexar também cópia do RG - Carteira de Identidade e do CPF;
 - h) Relação nominal dos profissionais que compõem a equipe técnica do prestador, informando nome, CPF, carga horária semanal, cargo, função e número de inscrição no respectivo Conselho Profissional competente;
 - i) Dados de identificação bancária da entidade (relacionar o número da Agência e Conta Corrente da Caixa Econômica Federal);
 - j) Certificado de Filantropia para entidades filantrópicas sem fins lucrativos (somente se for o caso);
 - k) Certidão negativa de débito para com o Sistema de Seguridade Social - INSS;
 - l) Certidão negativa de débito para com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS;
 - m) Certidão negativa de débito com a Fazenda Pública Federal, Estadual e Municipal ou Prova de regularidade fiscal perante a Procuradoria da Fazenda Nacional, referente à Dívida Ativa da União;
 - n) Alvará de licença de localização e funcionamento, expedido pela Prefeitura do Município de Ituporanga;
 - o) Alvará sanitário expedido pela Vigilância Sanitária da SES ou órgão municipal de vigilância sanitária;
 - p) Inscrição da entidade no respectivo conselho de classe e também o certificado de regularidade funcional do estabelecimento junto ao conselho regional de classe do qual o responsável técnico faz parte;
 - q) Declaração emitida pela entidade atestando que atende ao inciso XXXIII, art. 7º da Constituição Federal (proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre aos menores de dezoito anos e de qualquer trabalho a menores de quatorze anos, salvo na condição de aprendiz);
 - r) Relação com a quantidade e especificação dos equipamentos técnicos disponíveis instalados na unidade e relacionados diretamente aos

serviços contratados;

- s) Relação dos procedimentos que estão aptos a serem realizados na unidade laboratorial, bem como, àqueles que são terceirizados, baseando-se nos procedimentos disponíveis da Tabela Unificada de Procedimentos SUS do Ministério da Saúde conforme anexo IV;
- t) Declaração com indicação do percentual da capacidade instalada que está destinada aos atendimentos particulares e aos convênios privados (discriminar convênios) e percentual disponível para o SUS;
- u) Horário de atendimento da entidade aos usuários do SUS;
- v) Caso o interessado esteja isento de algum documento exigido neste edital deve apresentar declaração do órgão expedidor informando sua isenção.

6. Os documentos citados no item anterior poderão ser apresentados em fotocópias autenticadas em cartório ou em fotocópia, à vista dos originais, autenticada por funcionário da Equipe de Controle, Avaliação e Auditoria - ECAA, da SMS de Ituporanga.

7. Além da documentação constante do item 6, a entidade será vistoriada, em conjunto, pela equipe técnica da Vigilância Sanitária Municipal e a ECAA da SMS de Ituporanga, conforme fluxo de atendimento.

8. A Comissão de Avaliação (Portaria SMS 001/2016) analisará e avaliará a documentação, registrando em Livro Ata, próprio para esse fim, no prazo de 30 (trinta) dias contados a partir do encerramento deste edital.

9. Depois de realizada vistoria, a ECAA encaminhará para a SMS a documentação completa, somente das entidades que cumpriram todos os critérios pré- estabelecidos neste edital.

10. A SMS publicará em Jornal de circulação local a

relação das unidades habilitadas, para eventual celebração de contrato. As entidades que não atenderem os requisitos exigidos constantes na presente Chamada Pública serão consideradas inabilitadas, não podendo ser contratualizados com o SUS, cabendo recurso dentro do prazo legal.

11. A SMS poderá celebrar contrato de prestação de serviços visando a complementariedade dos serviços, conforme Constituição Federal e Lei 8.080/90, mediante inexigibilidade de licitação ("caput" do artigo 25 da Lei nº. 8.666/93) considerada a inviabilidade de competição de preço, conforme item 3 deste edital, dando preferência às entidades filantrópicas e às sem fins lucrativos.

12. A inexigibilidade de licitação será obrigatoriamente comunicada à autoridade superior, para ratificação, nos termos do artigo 26, da Lei nº. 8.666/93.

13. A SMS não se obriga a contratar todas

entidades habilitadas, mas sim, a quantidade que lhe interessar para atender a demanda SUS própria e referenciada.

14. Quaisquer elementos, informações ou esclarecimentos relacionados a esta Chamada Pública deverão ser obtidos junto à ECAA da SMS de Ituporanga (endereço anexo I).

15. Fica reservada à SMS, a faculdade de cancelar, no todo ou em parte, adiar, revogar, prorrogar ou anular a presente Chamada Pública, de acordo com seus interesses sem direito às entidades, a qualquer reclamação, indenização, reembolso ou compensação.

16. Fica eleito o foro da Comarca de Ituporanga, por mais privilegiado que outro seja, para dirimir as questões que não puderem ser, amigavelmente, resolvidas pelas partes.

Ituporanga/SC, 05 de Maio de 2016.

WALTER REICHMUTH DAY

Secretário de Saúde

ANEXO I

Endereço completo da ECAA - Equipe de Controle, Avaliação e Auditoria, responsável pela recepção dos documentos de habilitação, telefones, fax, e-mail e horário de atendimento.

Responsável p/recepção	Telefone da ECAA	FAX da ECAA	E-MAIL	Horário de Atendimento
Luís Carlos Suzzena	(47) 3533-1878	(47) 3533-1878	sa ude(3)i tu Doranaa.sc.oov.br	7:00/13:00

ANEXO II

MINUTA DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS

Contrato nº. 0002/2016

Contrato que entre si celebram o Município de Ituporanga, através da Secretaria Municipal de Saúde, para prestação de serviços de assistência à saúde para atendimento ambulatorial em DIAGNÓSTICO EM LABORATÓRIO CLÍNICO aos usuários do Sistema Único de Saúde - SUS. Pelo presente instrumento, de um lado o Município de Ituporanga, Estado de Santa Catarina, através do Fundo Municipal de Saúde, entidade de direito público, com sede em Ituporanga/SC, inscrita no CNPJ sob o nº 11.407.443/0001-18, doravante denominada FMS/Ituporanga, neste ato representado pelo Secretário Municipal de Saúde, WALTER REICHMUTH DAY, brasileiro, casado, cirurgião dentista, portador da cédula de identidade nº.3108859, expedida pela SESPDC/SC, e inscrita no CPF/MF sob nº 03907402928, residente na Rua Professor Ingo Altemburg, nº 43, Centro, Ituporanga SC, doravante denominado CONTRATANTE, e de outro lado o(a) inscrita no CNPJ sob o nº XX.XXX.XXX/XX-XX, com sede na, Nº, bairro: , (município/SC), com Contrato Social registrado, sob o nº, Protocolo XX.XXXX, Folhas XXXXXXX, Livro XX, e posteriores alterações, neste ato representado pelo seu representante legal (nome do signatário), brasileiro, (estado civil), (profissão), portador da cédula de identidade nº, expedida pela /, e inscrito(a) no CPF nº XXX.XXX.XXX-XX, doravante denominada CONTRATADA, tendo em vista o que dispõe a Constituição Federal, em especial em seus artigos nº 196 a 200, as Leis Federais nº 8080/90, nº 8142/90 e nº 8666/93, suas respectivas alterações posteriores, a Portaria GM/MS nº 3277, de 22/12/2006, assim como demais disposições legais e regulamentares aplicáveis à espécie, da mesma forma, com base nos termos do Edital de Chamada Pública de Licitação nº XX/2010, publicado no DOE nº XX.XXX, do dia XX/XX/2010, pág. XX, RESOLVEM celebrar o presente CONTRATO de prestação de serviços de assistência à saúde do Sistema Único de Saúde - SUS mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente Contrato tem por objeto a prestação de serviços de saúde para atendimento ambulatorial em DIAGNÓSTICO EM LABORATÓRIO

CLINICO aos usuários do SUS - Sistema Único de Saúde, de acordo com as normas do SUS, sendo parte integrantes deste Contrato.

Parágrafo Primeiro - Os serviços ora contratados estão referidos a uma base territorial e populacional com fulcro na Programação Pactuada e Integrada -

PPI da Assistência Ambulatorial e o Plano Diretor de Regionalização - PDR, sendo ofertados conforme parâmetros assistenciais, compatibilizando-se a demanda e disponibilidade de recursos financeiros do Ministério da Saúde, definidos em Ficha de Programação Orçamentária.

CLÁUSULA SEGUNDA - DOS DOCUMENTOS JURÍDICOS E SITUAÇÃO CADASTRAL

Os serviços referidos na Cláusula Primeira serão executados pela CONTRATADA, com alvará de licença para funcionamento nº., expedido pela Prefeitura Municipal e alvará sanitário sob nº., expedido pela Vigilância Sanitária competente, e sob a responsabilidade técnica do(a), registrado no Conselho Regional de FARMÁCIA E BIOQUÍMICA sob nº. .

§ 1º - No caso de mudança de endereço do estabelecimento da CONTRATADA, deverá ser prontamente comunicada à CONTRATANTE, a qual analisará a manutenção dos serviços ora contratados no novo endereço devidamente vistoriado, podendo rever as condições deste Contrato, e até mesmo rescindi-lo, se entender oportuno e/ou conveniente. Devendo ser providenciado pela CONTRATADA a solicitação de novos alvarás.

§ 2º - O responsável pelos serviços de diagnóstico e terapia

deverá ser indicado pela CONTRATADA, sendo que sua alteração deverá ser comunicada, imediatamente, por escrito, à CONTRATANTE, para alteração cadastral, que poderá ou não aceitá-lo. Da mesma forma para eventual mudança do Diretor Clínico.

§ 3º - A CONTRATADA obriga-se a informar ao Gestor toda e qualquer alteração do ato constitutivo através da Ficha Cadastral de Estabelecimentos de Saúde - FCES, mantendo-a atualizada para fins de atualização do Sistema do Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde - SCNES;

§ 4º - A CONTRATANTE obriga-se a repassar as alterações ao SCNES, em tempo hábil, ou seja, até o 5º dia do mês em que foi realizada a alteração;

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS CONDIÇÕES GERAIS

O presente Contrato será regido pelas seguintes condições gerais:

§ 1º - Os serviços ora contratados serão prestados diretamente por profissionais do estabelecimento da CONTRATADA e por profissionais admitidos em suas dependências, para prestar serviços.

§ 2º - É de responsabilidade exclusiva e integral da CONTRATADA a utilização de pessoal para execução do objeto deste contrato, sendo:

I - com profissionais que tenham vínculo de emprego com a CONTRATADA, e/ou;

II - com profissionais autônomos, que eventual ou constantemente, prestem serviços à CONTRATADA, se por esta autorizado.

§ 3º - Equipara-se ao profissional autônomo, definido no inciso II do § 2º desta cláusula, a empresa, a cooperativa, o grupo, a sociedade ou conglomerado de profissionais que exerça atividade na área da saúde, formalizados com contratos de prestação de serviços.

§ 4º - Somente a CONTRATADA responde pelos encargos trabalhistas, previdenciários, sociais, fiscais e comerciais resultantes de vínculo empregatício, cujos ônus e obrigações em nenhuma hipótese poderão ser transferidos para a CONTRATANTE, Secretaria de Estado da Saúde ou para o Ministério da Saúde, e ainda, a prestação dos serviços contratados não implica vínculo empregatício, nem exclusividade de colaboração entre a CONTRATADA e a CONTRATANTE;

§ 5º - Na execução dos serviços ambulatoriais do presente Contrato, os partícipes deverão observar as seguintes condições:

I - É vedada a cobrança por serviços ambulatoriais ao usuário do

SUS, assim como outros complementares referente à assistência, seguindo o princípio da gratuidade;

II - A CONTRATADA responsabilizar-se-á administrativamente por cobrança indevida, feita ao usuário do SUS ou seu representante, por profissional empregado ou preposto, em razão da execução deste Contrato, assegurado o devido processo legal para identificação do responsável pela cobrança indevida.

§ 6º - A CONTRATADA poderá manter Contrato ou outro instrumento jurídico congênere com o gestor municipal, para a prestação de outros serviços não previstos neste Contrato, ou para repasse de recursos complementares ora definidos, assim, a assinatura do presente Contrato não prejudicará a validade dos Contratos eventualmente firmados entre o município e a CONTRATADA.

CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

Para o cumprimento do objeto deste Contrato, a CONTRATADA se obriga:

§ 1º - Observar o encaminhamento e atendimento do usuário, de acordo com as regras estabelecidas para a referência e contra-referência, ressalvadas as situações de urgência.

§ 2º - Oferecer ao usuário os recursos necessários ao seu atendimento;

§ 3º - Colocar a disposição da CONTRATANTE, para prestação de atendimentos aos usuários do SUS, todos os serviços contidos no anexo III, obedecendo o Princípio da Integridade. disponibilizando-os para regulação do Gestor Municipal;

§ 4º - Atender usuários com dignidade e respeito de modo universal e igualitário, mantendo-se sempre a qualidade dos serviços prestados, de acordo com o que preconiza as normas do SUS e, em especial, seguir as diretrizes da PNH - Política Nacional de Humanização/Humaniza-SUS;

§ 5º - Afixar em local visível e de grande circulação de usuários aviso de sua condição de entidade integrante do SUS e da gratuidade dos serviços prestados nessa condição;

§ 6º - Manter as dependências em perfeito estado de conservação, higiene e funcionamento;

§ 7º - Fornecer ao usuário ou ao seu responsável, relatório do atendimento prestado, onde conste, também, a inscrição: "Esta conta será paga com recursos públicos provenientes de seus impostos e contribuições sociais, sendo expressamente vedada à cobrança, diretamente do usuário, de qualquer valor, a qualquer título".

§ 8º - Manter cadastro dos usuários sempre atualizado, que permitam acompanhamento, controle e supervisão dos serviços;

§ 9º - Justificar ao usuário ou a seu representante, por escrito, as razões técnicas alegadas quando da decisão de não realização Do qualquer ato profissional previsto neste contrato;

§ 10º - Não utilizar nem permitir que terceiros utilizem usuários para fins de experimentação;

§ 11º - Respeitar a decisão do paciente ao consentir ou recusar os

serviços de saúde ofertados, salvo nos casos de iminente perigo de vida ou obrigação legal;

§ 12º - A CONTRATADA estará submetida às novas legislações pertinentes editadas pelo Sistema Único de Saúde e/ou pelo gestor local de saúde;

§ 13º - Garantir o acesso do Conselho Municipal de Saúde ao serviço contratado no exercício de seu poder de fiscalização.

§ 14º - Para regulação e acompanhamento dos serviços prestados, a CONTRATADA deverá permitir a instalação e utilização do sistema de informação em uso na Rede Pública Municipal, desde que o mesmo seja compatível com o sistema próprio da mesma.

CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

Para cumprir o objeto deste Contrato, a CONTRATANTE se obriga:

§ 1º - Pagar mensalmente à CONTRATADA a importância referente aos serviços contratados, autorizados e realizados dentro do limite definido na Clausula Sétima, em conformidade com a PPI da Assistência e Ficha de Programação Orçamentária - FPO, ou extra-teto com recursos da CONTRATANTE.

§ 2º - Exercer atividades de Controle, Avaliação e Auditoria

na CONTRATADA, mediante procedimentos de supervisão direta ou indireta de acordo com as normas que regem o SUS.

§ 3º - Revisar semestralmente os serviços contratados, tendo como base os serviços realizados que excederem os limites previstos na Cláusula Sétima.

§ 4º - Elaborar Termos Aditivos em conformidade com as atualizações da PPI da Assistência, para tanto, serão considerados os resultados da revisão que trata o parágrafo anterior.

CLÁUSULA SEXTA - DA RESPONSABILIDADE CIVIL DA CONTRATADA

É de responsabilidade exclusiva da CONTRATADA, civil e criminalmente, as eventuais indenizações por danos causados aos usuários, órgãos do SUS ou terceiros, decorrentes de ação ou omissão voluntária, de negligência, imperícia ou imprudência, para o cumprimento do objeto deste Contrato.

Parágrafo Único - A fiscalização e o acompanhamento da execução deste Contrato por órgãos do Ministério da Saúde, Secretaria de Estado da Saúde e Secretaria Municipal de Saúde, não excluem nem reduzem a responsabilidade civil da CONTRATADA.

CLÁUSULA SÉTIMA - DOS RECURSOS FINANCEIROS

A CONTRATADA receberá, mensalmente, da CONTRATANTE os recursos para a cobertura dos serviços contratados, autorizados e efetivamente prestados, de acordo com o pactuado neste Contrato e em conformidade com a tabela do SUS vigente.

§ 1º - As despesas decorrentes do atendimento de "Ações de Média e Alta Complexidade Ambulatorial", consignados nos Sistema de Informação Ambulatorial - SIA/SUS têm o valor limite definido na FPO - Ficha de Programação Orçamentária conforme abaixo especificado:

Tabela I

Resumo da Programação Orçamentária Mensal Anual

Teto MAC - PPI SES/MS 25.913,36 310.960,32

Contrapartida Municipal - MAC - Gestantes 6.000,00 72.000,00

Contrapartida Municipal MAC 12.500,00 150.000,00

TOTAL 44.413,36 532.960,32

§ 2º - Os valores supracitados correspondem ao total dos repasses do Ministério da Saúde, acrescidos da contrapartida municipal, para procedimentos com finalidade diagnóstica realizadas em Laboratório Clínico, porém, será repassado à CONTRATADA somente o valor mensal definido pela Ficha de Programação Orçamentária - FPO, os quais serão divididos igualmente entre os prestadores contratados, de acordo com a produção apresentada e aprovada.

§ 3º - Os valores referenciados correspondentes aos Municípios de Chapadão do Lageado, Imbuia e Petrolândia ou outros que vierem a referenciar Ituporanga, serão negociados diretamente com o PRESTADOR CONTRATADO, conforme definidos na Programação Pactuada e Integrada - PPI da Assistência Ambulatorial, e constante na Ficha de Programação Orçamentária - FPO correspondente.

§ 4º - Nenhum valor será repassado à CONTRATADA acima do teto financeiro estabelecido na PPI, exceto em casos de mutirões, campanhas ou programas executados pela Secretaria Municipal de Saúde de Ituporanga, com a fixação de extra teto, previamente negociados com a Unidade Prestadora do Serviço - UPS.

§ 5º - O pagamento será feito até o 10º dia útil do mês subsequente à prestação dos serviços, ou seja, após produção, apresentação, aprovação, emissão da Autorização de Fornecimento - AF e processamento do empenho da respectiva despesa.

CLÁUSULA OITAVA - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

Os recursos orçamentários têm como origem à transferência fundo a fundo pelo Ministério da Saúde, classificados em receitas correntes/transferências e contrapartida municipal, todos do Fundo Municipal de Saúde de Ituporanga.

§ 1º - A base para a construção dos valores aqui contratados é a Programação Pactuada Integrada - PPI da Assistência vigente, a série histórica, a tabela de valores e procedimentos do SUS, além da contrapartida municipal, conforme Tabela I.

§ 2º - As despesas decorrentes do presente Contrato serão atendidas por dotação orçamentária constante no orçamento de cada exercício.

CLÁUSULA NONA - DA APRESENTAÇÃO DAS CONTAS E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

O valor estipulado neste Contrato será pago da seguinte forma:

§ 1º - A CONTRATADA apresentará a produção dos serviços realizados, mensalmente à CONTRATANTE, por meio da Planilha denominada Boletim de Produção Ambulatorial - BPA Consolidado ou Individualizado, de acordo com o Sistema SIA-SIH/SUS, ou outros sistemas adotados pela Secretaria Municipal de Saúde, Secretaria de Estado da Saúde e Ministério da Saúde, obedecendo, para tanto, o procedimento, os prazos e o cronograma, estabelecido por esses Órgãos e pela CONTRATANTE.

§ 2º - A CONTRATANTE, revisará e processará os dados recebidos da CONTRATADA e seus documentos, procederá ao pagamento das ações, observando as diretrizes e normas emanadas pelo Ministério da Saúde, pela Secretaria de Estado da Saúde e da Secretaria Municipal de Saúde, nos termos das respectivas competências e atribuições legais;

§ 3º - A produção rejeitada pelo serviço de processamento de dados, ou pela conferência técnica e administrativa, será devolvida à CONTRATADA para as correções cabíveis, devendo ser reapresentada na próxima competência, dentro do prazo estabelecido pelo Ministério da Saúde. O documento reapresentado será acompanhado do correspondente documento original devidamente inutilizado por meio de carimbo, quando cabível;

§ 4º - Ocorrendo erro, falha ou falta de processamento da produção, por culpa da CONTRATANTE, esta garantirá à CONTRATADA o pagamento, no prazo avençado neste Contrato, pelos valores do mês imediatamente anterior e que tenha sido validado pelas partes, acertando as diferenças que houver no pagamento seguinte, mas ficando a Secretaria Municipal de Saúde, a Secretaria de Estado da Saúde e o Ministério da Saúde, exonerados do pagamento de multas e sanções financeiras, assim como correção monetária dos créditos e outros acréscimos porventura incidentes nas diferenças apuradas;

§ 5º - Para fins de comprovar a apresentação das contas e observância dos prazos de pagamento, deverá ser entregue Nota Fiscal de prestação de serviços da CONTRATADA para a CONTRATANTE;

§ 6o - A CONTRATANTE, após revisão dos recibos efetuará o pagamento do valor apurado nos termos da Cláusula Sétima, depositando-o à CONTRATADA em Conta Corrente do Banco .x.x.x.x.x.x.x.x.x.x.x.x.x.x.x, sob nº. .X.X.X.X.X.X.X.X.X.X.X.X., Agência .x.x.x.x.x.x.x.x.x.x.

§ 7o - O não cumprimento pelo Ministério da Saúde da obrigação de repassar os recursos correspondentes aos valores da Programação Pactuada e Integrada - PPI, constantes deste Contrato, não transfere para a CONTRATANTE a obrigação de pagar os serviços que são de responsabilidade do Ministério da Saúde, para todos os efeitos legais, exceto nos casos em que a produção exceder o teto financeiro pactuado, com autorização expressa do gestor, consideradas "extra teto".

§ 8o - A CONTRATADA responderá pelos encargos financeiros assumidos além do limite dos recursos que lhe são destinados, ficando a Secretaria de Municipal de Saúde, a Secretaria de Estado da Saúde e o Ministério da Saúde exonerados do pagamento de eventual excesso, exceto nos casos previstos no parágrafo anterior.

CLÁUSULA DÉCIMA - DO CONTROLE, AVALIAÇÃO E AUDITORIA

A execução do presente Contrato será avaliada pela CONTRATANTE, mediante procedimentos de supervisão local direta ou indireta, os quais observarão o cumprimento das cláusulas e condições ora estabelecidas e de quaisquer outros dados necessários ao controle e avaliação dos serviços prestados.

§ 1o - Poderá a qualquer tempo ser realizada auditoria pelos Gestores do SUS, de acordo com a Lei Municipal nº.1902, de 15 de Agosto de 2001, publicado no Mural Oficial em 16 de Agosto de 2001, que criou o Sistema Municipal de Auditoria (SMA/SUS), do Sistema Unico de Saúde.

§ 2o - A CONTRATANTE efetuará vistorias nas instalações da CONTRATADA para verificar se persistem as mesmas condições técnicas básicas comprovadas por ocasião da assinatura deste Contrato.

§ 3o - A fiscalização exercida pela CONTRATANTE sobre serviços ora contratados não eximirá a CONTRATADA da sua plena responsabilidade perante a CONTRATANTE, ou para com os usuários e terceiros, decorrentes de culpa ou dolo na execução do Contrato.

§ 4o - A CONTRATADA facilitará o acompanhamento e a fiscalização permanente, pela CONTRATANTE, dos serviços e prestará todos os esclarecimentos que lhe forem solicitados pelos auditores designados para tal fim.

§ 5o - Em qualquer hipótese é assegurado à CONTRATADA amplo direito de defesa, nos termos das normas gerais do Ministério da Saúde e da Lei Federal de licitações e contratos administrativos.

§ 6o - As contas serão objeto de análise pelos órgãos de Controle, Avaliação e Auditoria do SUS, que emitirão parecer conclusivo no prazo máximo de 30 (trinta) dias, sob pena de tornar-se nula a rejeição, validada a conta e, conseqüentemente, remunerado o serviço no pagamento imediatamente subsequente, de acordo com a regulamentação do Sistema Nacional de Auditoria.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS PENALIDADES

A inobservância, pela CONTRATADA, de cláusula ou obrigação constante deste Contrato, ou de dever originado de norma legal ou regulamentar pertinente, autorizará a CONTRATANTE, garantida a prévia defesa, a aplicar, em cada caso, as sanções administrativas previstas nos artigos 86 e 87, da Lei Federal nº. 8.666/93 e suas alterações posteriores. Da mesma forma, em conformidade com o art. 14 da Lei 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor), além das demais normas em vigor.

§ 1o - A imposição das penalidades previstas nesta cláusula dependerá da gravidade do fato que as motivar, considerada sua avaliação na situação e circunstância objetiva em que ele ocorreu e dela será notificado a CONTRATADA.

§ 2o - A multa que vier a ser aplicada, será comunicada à CONTRATADA, e o respectivo montante será descontado pela CONTRATANTE, dos pagamentos devidos, ficando garantido o pleno direito de defesa em processo regular.

§ 3o - A imposição de qualquer das sanções estipuladas nesta cláusula não ilidirá o direito da CONTRATANTE de exigir indenização integral do autor da infração pelos prejuízos que o fato gerador da penalidade acarretar para os órgãos gestores do SUS, seus usuários e terceiros, independentemente das responsabilidades criminal e/ou ética deste.

§ 4º - A violação ao disposto no inciso I do § 4o da Cláusula Terceira deste Contrato sujeitará a CONTRATADA às sanções previstas nesta cláusula, ficando a CONTRATANTE autorizada a reter o valor indevidamente cobrado do montante devido à CONTRATADA, para fins de ressarcimento do usuário do SUS, por via administrativa, sem prejuízo do disposto § 5o desta Cláusula, assegurado o devido processo legal para identificação do responsável pela cobrança indevida.

§ 5o - As distorções verificadas através do Equipe de Controle, Avaliação e Auditoria da Secretaria Municipal de Saúde de Ituporanga, ficando comprovada cobrança indevida de procedimentos SIA ou SIH, serão objeto de Ordem de Recolhimento - OR em favor do Fundo Municipal de Saúde/SMS, em conta específica e demais medidas administrativas que o fato requer.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA RESCISÃO

A rescisão obedecerá às disposições contidas nos artigos 77 à 80, da Lei Federal nº. 8.666/93 e alterações:

§ 1o - Todos os casos de rescisão contratual deverão ser oficialmente motivados, assegurado o contraditório e a ampla defesa;

§ 2o- A CONTRATADA reconhece desde já os direitos da CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa;

§ 3o - Qualquer uma das partes poderá solicitar rescisão contratual, devidamente formalizada a outra parte interessada, com 30 dias de antecedência contados a partir do recebimento da notificação;

§ 4o - Em caso de rescisão do presente Contrato por parte da CONTRATADA, se a interrupção das atividades em andamento puder causar prejuízo à população, a CONTRATANTE poderá exigir o prazo suplementar de até 120 dias para efetiva paralisação de prestação de serviços, além dos 30 dias previstos no parágrafo anterior. Se nestes prazos a CONTRATADA negligenciar a prestação dos serviços ora contratados sofrerá as penalidades previstas em lei;

§ 5o - A CONTRATADA poderá solicitar rescisão do presente Contrato no caso de descumprimento, pela CONTRATANTE, das obrigações aqui previstas, em especial, no caso de atraso superior a 90 (noventa) dias dos pagamentos;

§ 6o - Em caso de rescisão do presente Contrato por parte da CONTRATANTE não caberá à CONTRATADA, direito a qualquer indenização, salvo o pagamento pelos serviços prestados até a data da rescisão.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DOS RECURSOS PROCESSUAIS

Dos atos de rescisão deste Contrato praticados pela CONTRATANTE cabem à CONTRATADA:

§ 1o - Recurso, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da intimação do ato ou da lavratura da ata;

§ 2o - Pedido de reconsideração de decisão da CONTRATANTE, no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar da intimação do ato.

§ 3o - A CONTRATANTE poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 5 (cinco) dias úteis, desde que o faça motivadamente diante de razões de interesse público.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA VIGÊNCIA E DA PRORROGAÇÃO

O prazo de vigência do presente Contrato é 31 de dezembro de 2016, tendo por termo inicial a data de sua publicação no Diário Oficial do Município, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos de 12 meses, limitado a 60 (sessenta) meses.

§ 1º - A parte que não se interessar pela prorrogação contratual deverá comunicar a sua intenção, por escrito, à outra parte, com antecedência mínima de 90 (noventa) dias.

§ 2º - A continuação da prestação de serviços nos exercícios financeiros subsequentes ao presente, fica condicionada à vigência dos respectivos créditos orçamentários.

§ 3º - O Termo Aditivo referente à prorrogação contratual de celebração obrigatória será acompanhada do Termo de Vistoria, onde constará se persistem as mesmas condições técnicas.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DAS ALTERAÇÕES

Qualquer alteração do presente Contrato será objeto de termo aditivo, na forma da legislação referente a licitações e contratos administrativos.

§ 1º - Os valores estipulados neste Contrato serão reajustados na mesma proporção dos reajustes concedidos pelo Ministério da Saúde, através de Termo Aditivo;

§ 2º - Qualquer alteração ou modificação que importe em diminuição da capacidade operativa da CONTRATADA poderá ensejar a não prorrogação deste Contrato ou a revisão das condições estipuladas;

§ 3º - Cabe Termo Aditivo em função do desenvolvimento tecnológico, elevando assim o grau de complexidade assistencial necessários ao SUS, desde que devidamente acordado entre as partes e pactuado com o Gestor de Saúde local.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA PUBLICAÇÃO

O presente Contrato será publicado, em extrato, em Jornal de Circulação no Município de Ituporanga SC, após sua assinatura.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DO FORO

As partes elegem o Foro da Comarca de Ituporanga, Estado de Santa Catarina com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir questões oriundas do presente Contrato que não puderem ser resolvidas pelas partes.

E por estarem as partes justas e acordes, firmam o presente Contrato em 3 (vias) vias de igual teor e forma para um único efeito, na presença de 2 (duas) testemunhas, abaixo assinadas.

Ituporanga, .x.x.x. de .x.x.x.x.x.x.x.x. de 20xx

Secretário de Saúde - CONTRATANTE Diretor entidade CONTRATADA
TESTEMUNHAS:

Nome: Nome:
CPF CPF

Anexo III

Relação de procedimentos (Sintético com Valor) da Tabela de Procedimentos, Medicamentos, Órteses, Próteses e Materiais Especiais do SUS da Secretaria de Atenção à Saúde do Ministério da Saúde.

Grupo: 02 - Procedimentos com finalidade diagnóstica

Subgrupo: 02 - Diagnóstico em laboratório clínico

Forma de Organização: 01 - Exames Bioquímicos;

Total: 76 exames

Código Nome Complexidade R\$

020210015 CLEARENSE OSMOLAR MC 3,51

0202010023 DETERMINAÇÃO DE CAPACIDADE DE FIXAÇÃO DO FERRO MC 2,01

0202010031 DETERMINAÇÃO DE CROMATOGRÁFIA DE AMINOÁCIDOS MC 15,65

0202010040 DETERMINAÇÃO DE CURVA GLICÊMICA (2 DOSAGENS) MC 3,63

0202010058 DETERMINAÇÃO DE CURVA GLICÊMICA CI INDUÇÃO POR CORTISONA (5 DOSAGENS) MC 6,55

0202010066 DETERMINAÇÃO DE CURVA GLICÊMICA C/INDUÇÃO POR CORTISONA (4 DOSAGENS) MC 3,68

0202010074 DETERMINAÇÃO DE CURVA GLICÊMICA CLÁSSICA (5 DOSAGENS) MC 10,00

0202010082 DETERMINAÇÃO DE OSMOLARIDADE MC 3,51

020201009-0 DOSAGEM DE 5-NÚCLEOTIDASE MC 3,51

0202010104 DOSAGEM DE ACETONA MC 1,85

0202010112 DOSAGEM DE ÁCIDO ASCORBICO MC 2,01

0202010120 DOSAGEM DE ÁCIDO ÚRICO MC 1,85

0202010139 DOSAGEM DE ÁCIDO VANILMANDELICO MC 9,00

0202010147 DOSAGEM DE ALDOLASE MC 3,68

020201015-5 DOSAGEM DE ALFA-1-ANTITRIPSINA MC 3,68

0202010163 DOSAGEM DE ALFA-1-GLICOPROTEÍNA ÁCIDA MC 3,68

0202010171 DOSAGEM DE ALFA-2-MACROGLOBULINA MC 3,68

0202010180 DOSAGEM DE AMILASE MC 2,25

0202010198 DOSAGEM DE AMÔNIA MC 3,51

0202010201 DOSAGEM DE BILIRRUBINA TOTAL E FRAÇÕES MC 2,01

0202010210 DOSAGEM DE CÁLCIO MC 1,85

0202010228 DOSAGEM DE CÁLCIO IONIZÁVEL MC 3,51

0202010236 DOSAGEM DE CAROTENO MC 2,01

0202010244 DOSAGEM DE CATECOLAMINAS MC 0,00

0202010252 DOSAGEM DE CERULOPLASMINA MC 3,68

0202010260 DOSAGEM DE CLORETO MC 1,85

0202010279 DOSAGEM DE COLESTEROL HDL MC 3,51

0202010287 DOSAGEM DE COLESTEROL LDL MC 3,51

0202010295 DOSAGEM DE COLESTEROL TOTAL MC 1,85
0202010309 DOSAGEM DE COLINESTERASE MC 3,68
0202010317 DOSAGEM DE CREATININA MC 1,85
0202010325 DOSAGEM DE CREATINOFOSFOQUINASE (CPK) MC 3,68
020201.0333 DOSAGEM DE CREATINOFOSFOQUINASE FRAÇÃO MB MC 4,12
0202010341 DOSAGEM DE DESIDROGENASE ALFA-HIDROXIBUTIRICA MC 3,51
0202010350 DOSAGEM DE DESIDROGENASE GLUTÂMICA MC 3,51
0202010368 DOSAGEM DE DESIDROGENASE LÁTICA MC 3,68
0202010376 DOSAGEM DE DESIDROGENASE LÁTICA (ISOENZIMAS FRACIONADAS)MC 3,68
0202010384 DOSAGEM DE FERRITINA MC 15,59
0202010392 DOSAGEM DE FERRO SÉRICO MC 3,51
0202010406 DOSAGEM DE FOLATO MC 15,65
0202010414 DOSAGEM DE FOSFATASE ÁCIDA TOTAL MC 2,01
0202010422 DOSAGEM DE FOSFATASE ALCALINA MC 2,01
0202010430 DOSAGEM DE FÓSFORO MC 1,85
0202010449 DOSAGEM DE FRAÇÃO PROSTÁTICA DA FOSFATASE ÁCIDA MC 2,01
0202010457 DOSAGEM DE GALACTOSE MC 3,51
0202010465 DOSAGEM DE GAMA-GLUTAMIL-TRANSFERASE (GAMA GT) MC 3,51
0202010473 DOSAGEM DE GLICOSE MC 1,85
0202010481 DOSAGEM DE GLICOSE-6-FOSFATO DESIDROGENASE MC 3,68
0202010490 DOSAGEM DE HAPTOGLOBINA MC 3,68
0202010503 DOSAGEM DE HEMOGLOBINA GLICOSILADA MC 7,86
0202010511 DOSAGEM DE HIDROXIPROLINA MC 3,68
0202010520 DOSAGEM DE ISOMERASE-FOSFOHEXOSE MC 3,51
0202010538 DOSAGEM DE LACTATO MC 3,68
0202010546 DOSAGEM DE LEUCINO-AMINOPEPTIDASE MC 3,51
0202010554 DOSAGEM DE LIPASE MC 2,25
0202010562 DOSAGEM DE MAGNÉSIO MC 2,01
0202010570 DOSAGEM DE MUCOPROTEÍNAS MC 2,01
0202010589 DOSAGEM DE PIRUVATO MC 3,68
0202010597 DOSAGEM DE PORFIRINAS MC 3,51
0202010600 DOSAGEM DE POTÁSSIO MC 1,85
0202010619 DOSAGEM DE PROTEÍNAS TOTAIS MC 1,40
0202010627 DOSAGEM DE PROTEÍNAS TOTAIS E FRAÇÕES MC 1,85
0202010635 DOSAGEM DE SÓDIO MC 1,85
0202010643 DOSAGEM DE TRANSAMINASE GLUTÂMICO-OXALACÉTICA (TGO)MC 2,01
0202010651 DOSAGEM DE TRANSAMINASE GLUTÂMICO-PIRÚVICA (TGP) MC 2,01
0202010660 DOSAGEM DE TRANSFERRINA MC 4,12
0202010678 DOSAGEM DE TRIGLICERÍDEOS MC 3,51
0202010686 DOSAGEM DE TRIPTOFANO MC 3,51
0202010694 DOSAGEM DE URÉIA MC 1,85
0202010708 DOSAGEM DE VITAMINA B12 MC 15,24
0202010716 ELETROFORESE DE LIPOPROTEÍNAS MC 3,68
0202010724 ELETROFORESE DE PROTEÍNAS MC 4,42
0202010732 GASOMETRIA (PH PCO2 BICARBONATO AS2 - EXCETO BASE) MC 15,65
0202010740 PROVA DA D-XILOSE MC 3,68
0202010759 TESTE DE TOLERÂNCIA A INSULINA/HIPOGLICEMIANTES ORAIS MC 6,55
0202010767 DOSAGEM DE 25 HIDROXIVITAMINA D MC 15,24

Grupo: 02 - Procedimentos com finalidade diagnóstica

SubGrupo: 02 - Diagnóstico em Laboratório Clínico

Forma de Organização: 02 - Exames hematológicos e hemostasia;

Total: 55 exames

Código Nome Complexidade R\$

0202020010 CITOQUÍMICA HEMATOLÓGICA MC 6,48
0202020029 CONTAGEM DE PLAQUETAS MC 2,73
0202020037 CONTAGEM DE RETICULÓCITOS MC 2,73
0202020045 DETERMINAÇÃO DE CURVA DE RESISTÊNCIA GLOBULAR MC 2,73
0202020053 DETERMINAÇÃO DE ENZIMAS ERITROCITÁRIAS (CADA) MC 2,73
0202020061 DETERMINAÇÃO DE SULFO-HEMOGLOBINA MC 2,73
0202020070 DETERMINAÇÃO DE TEMPO DE COAGULAÇÃO MC 2,73
0202020088 DETERMINAÇÃO DE TEMPO DE LISE DA EUGLOBULINA MC 2,73
0202020096 DETERMINAÇÃO DE TEMPO DE SANGRAMENTO-DUKE MC 2,73
0202020100 DETERMINAÇÃO DE TEMPO DE SANGRAMENTO IVY MC 9,00
0202020118 DETERMINAÇÃO DE TEMPO DE SOBREVIDA DE HEMÁCIAS MC 5,79
0202020126 DETERMINAÇÃO DE TEMPO DE TROMBINA MC 2,85
0202020134 DETERMINAÇÃO DE TEMPO DE TROMBOPLASTINA PARCIAL ATIVADA TTP ATIVADA) MC 5,77
0202020142 DETERMINAÇÃO DE TEMPO E ATIVIDADE DE PROTOMBINA (TAP) MC 2,73
0202020150 DETERMINAÇÃO DE VELOCIDADE DE HEMOSSSEDIMENTAÇÃO (VHS) MC 2,73
0202020169 DOSAGEM DE ANTICOAGULANTE CIRCULANTE MC 4,11

0202020177 DOSAGEM DE ANTITROMBINA III MC 6,48
0202020185 DOSAGEM DE FATOR II MC 5,31
0202020193 DOSAGEM DE FATOR IX MC 7,61
0202020207 DOSAGEM DE FATOR V MC 4,73
0202020215 DOSAGEM DE FATOR VII MC 8,09
0202020223 DOSAGEM DE FATOR VIII MC 6,63
0202020231 DOSAGEM DE FATOR VIII (INIBIDOR) MC 15,00
0202020240 DOSAGEM DE FATOR VON WILLEBRAND (ANTÍGENO) MC 18,91
0202020258 DOSAGEM DE FATOR X MC 6,66
0202020266 DOSAGEM DE FATOR XI MC 9,11
0202020274 DOSAGEM DE FATOR XII MC 10,51
0202020282 DOSAGEM DE FATOR XIII MC 6,66
0202020290 DOSAGEM DE FIBRINOGENIO MC 4,60
0202020304 DOSAGEM DE HEMOGLOBINA MC 1,53
0202020312 DOSAGEM DE HEMOGLOBINA - INSTABILIDADE A 370C MC 2,73
0202020320 DOSAGEM DE HEMOGLOBINA FETAL MC 2,73
0202020339 DOSAGEM DE HEMOSSIDERINA MC 2,73
0202020347 DOSAGEM DE PLASMINOGENIO MC 4,11
0202020355 ELETROFORESE DE HEMOGLOBINA MC 5,41
0202020363 ERITROGRAMA (ERITROCITOS, HEMOGLOBINA, HEMATÓCRITO)MC 2,73
0202020371 HEMATÓCRITO MC 1,53
0202020380 HEMOGRAMA COMPLETO MC 4,11
0202020398 LEUCOGRAMA MC 2,73
0202020401 PESQUISA DE ATIVIDADE DO COFATOR DE RISTOCETINA MC 25,00
0202020410 PESQUISA DE CÉLULAS LE MC 4,11
0202020428 PESQUISA DE CORPÚSCULOS DE HEINZ MC 2,73
0202020436 PESQUISA DE FILARIA MC 2,73
0202020444 PESQUISA DE HEMOGLOBINA S MC 2,73
0202020452 PESQUISA DE PLASMÓDIO AB 0,00
0202020460 PESQUISA DE TRIPANOSSOMA MC 2,73
0202020479 PROVA DE COMPATIBILIDADE PRÉTRANSFUSIONAL (MEIOS SALINOS, ALBUMINOSO E COOMBS MC 0,00
0202020487 PROVA DE CONSUMO DE PROTOMBINA MC 4,11
0202020495 PROVA DE RETRAÇÃO DO COÁGULO MC 2,73
0202020509 PROVA DO LAÇO MC 2,73
0202020517 RASTREIO P/DEFICIÊNCIA DE ENZIMAS ERITROCITÁRIAS MC 2,73
0202020525 TESTE DE AGREGAÇÃO DE PLAQUETAS MC 12,00
0202020533 TESTE DE HAM (HEMOLISE ÁCIDA) MC 2,73
0202020541 TESTE DIRETO DE ANTIGLOBULINA HUMANA (TAD) MC 2,73
Grupo: 02 - Procedimentos com finalidade diagnostica
SubGrupo: 02 - Diagnóstico em Laboratório Clínico
Forma de Organização: 03 - Exames sorológicos e imunológicos
Total: 117 exames
Código Nome Complexidade R\$
02.02.03.001-6 CONTAGEM DE LINFOCITOS B MC 15,00
02.02.03.002-4 CONTAGEM DE LINFOCITOS CD4/CD8 MC 15,00
02.02.03.003-2 CONTAGEM DE LINFOCITOS T TOTAIS MC 15,00
02.02.03.004-0 DETECCAO DE RNA DO HIV-1 (QUALITATIVO) MC 65,00
02.02.03.005-9 DETECCAO DE RNA DO VIRUS DA HEPATITE C (QUALITATIVO) MC 96,00
02.02.03.006-7 DETERMINACAO DE COMPLEMENTO (CH50) MC 9,25
02.02.03.007-5 DETERMINACAO DE FATOR REUMATOIDE MC 2,83
02.02.03.008-3 DETERMINACAO QUANTITATIVA DE PROTEÍNA C REATIVA MC 9,25
02.02.03.009-1 DOSAGEM DE ALFA-FETOPROTEINA MC 15,06
02.02.03.010-5 DOSAGEM DE ANTIGENO PROSTATICO ESPECIFICO (PSA) MC 16,42
02.02.03.011-3 DOSAGEM DE BETA-2-MICROGLOBULINA MC 13,55
02.02.03.012-1 DOSAGEM DE COMPLEMENTO C3 MC 17,16
02.02.03.013-0 DOSAGEM DE COMPLEMENTO C4 MC 17,16
02.02.03.014-8 DOSAGEM DE CRIOAGLUTININA MC 2,83
02.02.03.015-6 DOSAGEM DE IMUNOGLOBULINA A (IGA) MC 17,16
02.02.03.016-4 DOSAGEM DE IMUNOGLOBULINA E (IGE) MC 9,25
02.02.03.017-2 DOSAGEM DE IMUNOGLOBULINA G (IGG) MC 0,00
02.02.03.018-0 DOSAGEM DE IMUNOGLOBULINA M (IGM) MC 17,16
02.02.03.019-9 DOSAGEM DE INIBIDOR DE C1-ESTERASE MC 9,25
02.02.03.020-2 DOSAGEM DE PROTEÍNA C REATIVA MC 2,83
02.02.03.021-0 GENOTIPAGEM DE VIRUS DA HEPATITE C MC 298,48
02.02.03.022-9 IMUNOELETROFORESE DE PROTEÍNAS MC 17,16
02.02.03.023-7 IMUNOFENOTIPAGEM DE HEMOPATIAS MALIGNAS (POR MARCADOR)
MC 80,00
02.02.03.024-5 INTADERMORREACAO COM DERIVADO PROTEICO PURIFICADO (PPD) PAB 0.00
02.02.03.025-3 PESQUISA DE ANTICORPO IGG ANTICARDIOLIPINA MC 10,00

02.02.03.026-1 PESQUISA DE ANTICORPO IGM ANTICARDIOLIPINA MC 10,00
02.02.03.027-0 PESQUISA DE ANTICORPOS ANTI-DNA MC 8,67
02.02.03.028-8 PESQUISA DE ANTICORPOS ANTI-HELICOBACTER PYLORI MC 17,16
02.02.03.029-6 PESQUISA DE ANTICORPOS ANTI-HIV-1 (WESTERN BLOT) MC 85,00
02.02.03.030-0 PESQUISA DE ANTICORPOS ANTI-HIV-1 + HIV-2 (ELISA) MC 10,00
02.02.03.031-8 PESQUISA DE ANTICORPOS ANTI-HTLV-1 + HTLV-2 MC 18,55
02.02.03.032-6 PESQUISA DE ANTICORPOS ANTI-RIBONUCLEOPROTEINA (RNP) MC 17,16
02.02.03.033-4 PESQUISA DE ANTICORPOS ANTI-SCHISTOSOMAS MC 5,74
02.02.03.034-2 PESQUISA DE ANTICORPOS ANTI-SM MC 17,16
02.02.03.035-0 PESQUISA DE ANTICORPOS ANTI-SS-A (RO) MC 18,55
02.02.03.036-9 PESQUISA DE ANTICORPOS ANTI-SS-B (LA) MC 18,55
02.02.03.037-7 PESQUISA DE ANTICORPOS ANTIADENOVIRUS MC 9,25
02.02.03.038-5 PESQUISA DE ANTICORPOS ANTIAMEBAS MC 10,00
02.02.03.039-3 PESQUISA DE ANTICORPOS ANTIASPERGILLUS MC 9,25
02.02.03.040-7 PESQUISA DE ANTICORPOS ANTIBRUCELAS MC 3,70
02.02.03.041-5 PESQUISA DE ANTICORPOS ANTICISTICERCO MC 5,83
02.02.03.042-3 PESQUISA DE ANTICORPOS ANTICLAMIDIA (POR IMUNOFLOURESCENCIA) MC 10,00
02.02.03.043-1 PESQUISA DE ANTICORPOS ANTICORTEZ SUPRARENAL MC 17,16
02.02.03.044-0 PESQUISA DE ANTICORPOS ANTIEQUINOCOCOS MC 9,25
02.02.03.045-8 PESQUISA DE ANTICORPOS ANTIESCLERODERMA (SCL 70) MC 10,00
02.02.03.046-6 PESQUISA DE ANTICORPOS ANTIESPERMATOZOIDES MC 9,70
02.02.03.047-4 PESQUISA DE ANTICORPOS ANTIESTREPTOLISINA O (ASLO) MC 2,83
02.02.03.048-2 PESQUISA DE ANTICORPOS ANTIFIGADO MC 10,00
02.02.03.050-4 PESQUISA DE ANTICORPOS ANTIGLOMERULO MC 10,00
02.02.03.051-2 PESQUISA DE ANTICORPOS ANTIILHOTA DE LANGERHANS MC 10,00
02.02.03.052-0 PESQUISA DE ANTICORPOS ANTIINSULINA MC 17,16
02.02.03.053-9 PESQUISA DE ANTICORPOS ANTILEPTOSPIRAS MC 4,10
02.02.03.054-7 PESQUISA DE ANTICORPOS ANTILISTERIA MC 5,50
02.02.03.055-5 PESQUISA DE ANTICORPOS ANTIMICROSSOMAS MC 17,16
02.02.03.056-3 PESQUISA DE ANTICORPOS ANTIMITOCONDRIA MC 17,16
02.02.03.057-1 PESQUISA DE ANTICORPOS ANTIMUSCULO ESTRIADO MC 17,16
02.02.03.058-0 PESQUISA DE ANTICORPOS ANTIMUSCULO LISO MC 17,16
02.02.03.059-8 PESQUISA DE ANTICORPOS ANTINUCLEO MC 17,16
02.02.03.060-1 PESQUISA DE ANTICORPOS ANTIPARIETAIS MC 17,16
02.02.03.061-0 PESQUISA DE ANTICORPOS ANTIPLASMODIOS MC 10,00
02.02.03.062-8 PESQUISA DE ANTICORPOS ANTITIREOGLOBULINA MC 17,16
02.02.03.063-6 PESQUISA DE ANTICORPOS CONTRA ANTIGENO DE SUPERFÍCIE DO VIRUS DA HEPATITE B (ANTI-HBS) MC 18,55
02.02.03.064-4 PESQUISA DE ANTICORPOS CONTRA ANTIGENO E DO VIRUS DA HEPATITE B (ANTI-HBE) MC 18,55
02.02.03.065-2 PESQUISA DE ANTICORPOS CONTRA HISTOPLASMA MC 7,78
02.02.03.066-0 PESQUISA DE ANTICORPOS CONTRA O SPOROTRIX SCHENKII MC 9,71
02.02.03.067-9 PESQUISA DE ANTICORPOS CONTRA O VIRUS DA HEPATITE C (ANTI- HCV) MC 18,55
02.02.03.068-7 PESQUISA DE ANTICORPOS CONTRA O VIRUS DA HEPATITE D (ANTI- HDV) MC 18,55
02.02.03.069-5 PESQUISA DE ANTICORPOS CONTRA O VIRUS DO SARAMPO MC 9,25
02.02.03.070-9 PESQUISA DE ANTICORPOS CONTRA PARACOCIDIOIDES BRASILIENSIS MC 4,10
02.02.03.071-7 PESQUISA DE ANTICORPOS E/OU ANTIGENO DO VIRUS SINCICIAL RESPIRATÓRIO MC 18,55
02.02.03.072-5 PESQUISA DE ANTICORPOS EIE ANTICLAMIDIA MC 17,16
02.02.03.073-3 PESQUISA DE ANTICORPOS HETEROFILOS CONTRA O VIRUS EPSTEIN- BARR MC 2,83
02.02.03.074-1 PESQUISA DE ANTICORPOS IGG ANTICITOMEGALOVIRUS MC 11,00
02.02.03.075-0 PESQUISA DE ANTICORPOS IGG ANTILEISHMANIAS MC 9,25
02.02.03.076-8 PESQUISA DE ANTICORPOS IGG ANTITOXOPLASMA MC 16,97
02.02.03.077-6 PESQUISA DE ANTICORPOS IGG ANTITRYPANOSOMA CRUZI MC 9,25
02.02.03.078-4 PESQUISA DE ANTICORPOS IGG CONTRA ANTIGENO CENTRAL DO VIRUS DA HEPATITE B (ANTI-HBC-ICG) MC 18,55
02.02.03.079-2 PESQUISA DE ANTICORPOS IGG CONTRA ARBOVIRUS (DENGUE E FEBRE AMARELA) MC 30,00
02.02.03.080-6 PESQUISA DE ANTICORPOS IGG CONTRA O VIRUS DA HEPATITE A (HAV- IGG) MC 18,55
02.02.03.081-4 PESQUISA DE ANTICORPOS IGG CONTRA O VIRUS DA RUBEOLA MC 17,16
02.02.03.082-2 PESQUISA DE ANTICORPOS IGG CONTRA O VIRUS DA VARICELA- HERPESZOSTER MC 17,16
02.02.03.083-0 PESQUISA DE ANTICORPOS IGG CONTRA O VIRUS EPSTEIN-BARR MC 17,16
02.02.03.084-9 PESQUISA DE ANTICORPOS IGG CONTRA O VIRUS HERPES SIMPLEX MC 17,16
02.02.03.085-7 PESQUISA DE ANTICORPOS IGM ANTICITOMEGALOVIRUS MC 11,61
02.02.03.086-5 PESQUISA DE ANTICORPOS IGM ANTILEISHMANIAS MC 10,00
02.02.03.087-3 PESQUISA DE ANTICORPOS IGM ANTITOXOPLASMA MC 18,55
02.02.03.088-1 PESQUISA DE ANTICORPOS IGM ANTITRYPANOSOMA CRUZI MC 9,25
02.02.03.089-0 PESQUISA DE ANTICORPOS IGM CONTRA ANTIGENO CENTRAL DO VIRUS DA HEPATITE B (ANTI-HBC-IGM) MC 18,55
02.02.03.090-3 PESQUISA DE ANTICORPOS IGM CONTRA ARBOVIRUS (DENGUE E FEBRE AMARELA,) MC 20,00
02.02.03.091-1 PESQUISA DE ANTICORPOS IGM CONTRA O VIRUS DA HEPATITE A (HAV- IGG) MC 18,55
02.02.03.092-0 PESQUISA DE ANTICORPOS IGM CONTRA O VIRUS DA RUBEOLA MC 17,16
02.02.03.093-8 PESQUISA DE ANTICORPOS IGM CONTRA O VIRUS DA VARICELA- HERPES ZOSTER MC 17,16
02.02.03.094-6 PESQUISA DE ANTICORPOS IGM CONTRA O VIRUS EPSTEIN-BARR MC 17,16
02.02.03.095-4 PESQUISA DE ANTICORPOS IGM CONTRA O VIRUS HERPES SIMPLEX MC 17,16

02.02.03.096-2 PESQUISA DE ANTIGENO CARCINOEMBRIONARIO (CEA) MC 13,35
02.02.03.097-0 PESQUISA DE ANTIGENO DE SUPERFÍCIE DO VIRUS DA HEPATITE B (HBSAG) MC 18,55
02.02.03.098-9 PESQUISA DE ANTIGENO E DO VIRUS DA HEPATITE B (HBEAG) MC 18,55
02.02.03.099-7 PESQUISA DE CLAMIDIA (POR CAPTURA HÍBRIDA) MC 60,00
02.02.03.100-4 PESQUISA DE CRIOGLOBULINAS MC 2,83
02.02.03.101-2 PESQUISA DE FATOR REUMATOIDE (WAALER-ROSE) MC 4,10
02.02.03.102-0 PESQUISA DE HIV-1 POR IMUNOFLUORESCENCIA MC 10,00
02.02.03.103-9 PESQUISA DE IMUNOGLOBULINA E (IGE) ALERGENO-ESPECIFICAMC 9,25
02.02.03.104-7 PESQUISA DE TRYPANOSOMA CRUZI (POR IMUNOFLUORESCENCIA) MC 10,00
02.02.03.105-5 PROVAS DE PRAUSNITZ-KUSTNER (PK) MC 1,77
02.02.03.106-3 PROVAS IMUNO-ALERGICAS BACTERIANAS MC 1,77
02.02.03.107-1 QUANTIFICACAO DE RNA DO HIV-1 MC 18,00
02.02.03.108-0 QUANTIFICACAO DE RNA DO VIRUS DA HEPATITE C MC 168,48
02.02.03.109-8 REACAO DE HEMAGLUTINACAO (TPHA) PI DIAGNOSTICO DA SIFILISM 4,10
02.02.03.110-1 REACAO DE MONTENEGRO ID MC 2,83
02.02.03.111-0 TESTE DE VDRL PI DETECÇÃO DE SIFILIS MC 2,83
02.02.03.112-8 TESTE FTA-ABS IGG PI DIAGNOSTICO DA SIFILIS MC 10,00
02.02.03.113-6 TESTE FTA-ABS IGM PI DIAGNOSTICO DA SIFILIS MC 10,00
02.02.03.114-4 TESTES ALÉRGICOS DE CONTATO MC 1,77
02.02.03.115-2 TESTES CUTÂNEOS DE LEITURA IMEDIATA MC 1,77
02.02.03.116-0 TESTES RÁPIDOS PI DIAGNOSTICO DA SIFILIS MC 10,00
02.02.03.117-9 VDRL PI DETECÇÃO DE SIFILIS EM GESTANTE MC 2,83
02.02.03.118-7 DOSAGEM DE ANTICORPOS ANTITRANSGLUTAMINAISE RECOMBINANTE HUMANO IGA MC 18,55
02.02.03.119-5 DOSAGEM DA FRAÇÃO C1Q DO COMPLEMENTO MC 17,16

Grupo: 02 - Procedimentos com finalidade diagnostica

SubGrupo: 02 - Diagnóstico em Laboratório Clínico

Forma de Organização: 04 - Exames coprológicos

Total: 17 exames

Código Nome complexidade RS

02.02.04.001-1 DOSAGEM DE ESTERCOBILINOGENIO FECAL MC 1,65
02.02.04.002-0 DOSAGEM DE GORDURA FECAL MC 3,04
02.02.04.003-8 EXAME COPROLOGICO FUNCIONAL MC 3,04
02.02.04.004-6 IDENTIFICACAO DE FRAGMENTOS DE HELMINTOS MC 1,65
02.02.04.005-4 PESQUISA DE ENTEROBIUS VERMICULARES (OXIURUS OXIURA) MC 1,65
02.02.04.006-2 PESQUISA DE EOSINOFILOS MC 1,65
02.02.04.007-0 PESQUISA DE GORDURA FECAL MC 1,65
02.02.04.008-9 PESQUISA DE LARVAS NAS FEZES MC 1,65
02.02.04.009-7 PESQUISA DE LEUCOCITOS NAS FEZES MC 1,65
02.02.04.010-0 PESQUISA DE LEVEDURAS NAS FEZES MC 1,65
02.02.04.011-9 PESQUISA DE OVOS DE SCHISTOSOMAS (EM FRAGMENTO DE MUCOSA) MC 1,65
02.02.04.012-7 PESQUISA DE OVOS E CISTOS DE PARASITAS MC 1,65
02.02.04.013-5 PESQUISA DE ROTAVIRUS NAS FEZES MC 10,25
02.02.04.014-3 PESQUISA DE SANGUE OCULTO NAS FEZES MC 1,65
02.02.04.015-1 PESQUISA DE SUBSTANCIAS REDUTORAS NAS FEZES MC 1,65
02.02.04.016-0 PESQUISA DE TRIPSINA NAS FEZES MC 1,65
02.02.04.017-8 PESQUISA DE TROFOZOITAS NAS FEZES MC 1,65

Grupo: 02 - Procedimentos com finalidade diagnostica

SubGrupo: 02 - Diagnóstico em Laboratório Clínico

Forma de Organização: 05 - Exames de Uroanálise

Total: 32 exames

Código Nome Complexidade RS

02.02.05.001-7 ANALISE DE CARACTERES FÍSICOS, ELEMENTOS E SEDIMENTO DA URINAMC 3,70
02.02.05.002-5 CLEARANCE DE CREATININA MC 3,51
02.02.05.003-3 CLEARANCE DE FOSFATO MC 3,51
02.02.05.004-1 CLEARANCE DE UREIA MC 3,51
02.02.05.005-0 CONTAGEM DE ADDIS MC 2,04
02.02.05.006-8 DETERMINACAO DE OSMOLALIDADE MC 3,70
02.02.05.007-6 DOSAGEM DE ACUCARES (POR CROMATOGRAFIA) MC 3,70
02.02.05.008-4 DOSAGEM DE CITRATO MC 2,01
02.02.05.009-2 DOSAGEM DE MICROALBUMINA NA URINA MC 8,12
02.02.05.010-6 DOSAGEM DE OXALATO MC 3,68
02.02.05.011-4 DOSAGEM DE PROTEÍNAS (URINA DE 24 HORAS) MC 2,04
02.02.05.012-2 DOSAGEM E/OU FRACIONAMENTO DE ACIDOS ORGÂNICOS MC 3,04
02.02.05.013-0 EXAME QUALITATIVO DE CÁLCULOS URINÁRIOS MC 3,70
02.02.05.014-9 PESQUISA / DOSAGEM DE AMINOACIDOS (POR CROMATOGRAFIA) MC 3,70
02.02.05.015-7 PESQUISA DE ALCAPTONA NA URINA MC 2,04
02.02.05.016-5 PESQUISA DE AMINOACIDOS NA URINA MC 3,70
02.02.05.017-3 PESQUISA DE BETA-MERCAPTO-LACTATO-DISSULFIDURIA MC 2,04

02.02.05.018-1 PESQUISA DE CADEIAS LEVES KAPPA E LAMBDA MC 2,40
02.02.05.019-0 PESQUISA DE CISTINA NA URINA MC 2,04
02.02.05.020-3 PESQUISA DE COPROPORFIRINA NA URINA MC 2,04
02.02.05.021-1 PESQUISA DE ERROS INATOS DO METABOLISMO NA URINA MC 3,70
02.02.05.022-0 PESQUISA DE FENIL-CETONA NA URINA MC 2,04
02.02.05.023-8 PESQUISA DE FRUTOSE NA URINA MC 2,04
02.02.05.024-6 PESQUISA DE GALACTOSE NA URINA MC 3,36
02.02.05.025-4 PESQUISA DE GONADOTROFINA CORIONICA (TESTE DE GRAVIDEZ) PAB 0,00
02.02.05.026-2 PESQUISA DE HOMOCISTINA NA URINA MC 2,04
02.02.05.027-0 PESQUISA DE LACTOSE NA URINA MC 2,04
02.02.05.028-9 PESQUISA DE MUCOPOLISSACARIDEOS NA URINA MC 3,70
02.02.05.029-7 PESQUISA DE PORFEBILINOGENIO NA URINA MC 2,04
02.02.05.030-0 PESQUISA DE PROTEÍNAS URINARIAS (POR ELETROFORESE) MC 4,44
02.02.05.031-9 PESQUISA DE TIROSINA NA URINA MC 2,04
02.02.05.032-7 PROVA DE DILUICAO (URINA) MC 2,04
Grupo: 02 - Procedimentos com finalidade diagnostica
SubGrupo: 02 - Diagnóstico em Laboratório Clínico
Forma de Organização: 06 - Exames Hormonais
Total: 47 exames
Código Nome Complexidade RS
02.02.06.001-2 DETERMINACAO DE INDICE DE TIROXINA LIVRE MC 12,54
02.02.06.002-0 DETERMINACAO DE RETENCAO DE T3 MC 12,54
02.02.06.003-9 DETERMINACAO DE T3 REVERSO MC 14,69
02.02.06.004-7 DOSAGEM DE 17-ALFA-HIDROXIPROGESTERONA MC 10,20
02.02.06.005-5 DOSAGEM DE 17-CETOSTEROIDES TOTAIS MC 6,72
02.02.06.006-3 DOSAGEM DE 17-HIDROXICORTICOSTEROIDES MC 6,72
02.02.06.007-1 DOSAGEM DE ACIDO 5-HIDROXI-INDOL-ACETICO (SEROTONINA)MC 6,72
02.02.06.008-0 DOSAGEM DE ADRENOCORTICOTROFICO (ACTH) MC 14,12
02.02.06.009-8 DOSAGEM DE ALDOSTERONA MC 11,89
02.02.06.010-1 DOSAGEM DE AMP CÍCLICO MC 12,01
02.02.06.011-0 DOSAGEM DE ANDROSTENEDIONA MC 11,53
02.02.06.012-8 DOSAGEM DE CALCITONINA MC 14,38
02.02.06.013-6 DOSAGEM DE CORTISOL MC 9,86
02.02.06.014-4 DOSAGEM DE DEHIDROEPIANDROSTERONA (DHEA) MC 11,25
02.02.06.015-2 DOSAGEM DE DIHIDROTESTOTERONA (DHT) MC 11,71
02.02.06.016-0 DOSAGEM DE ESTRADIOL MC 10,15
02.02.06.017-9 DOSAGEM DE ESTRIOL MC 11,55
02.02.06.018-7 DOSAGEM DE ESTRONA MC 11,12
02.02.06.019-5 DOSAGEM DE GASTRINA MC 14,15
02.02.06.020-9 DOSAGEM DE GLOBULINA TRANSPORTADORA DE TIROXINA MC 15,35
02.02.06.021-7 DOSAGEM DE GONADOTROFINA CORIONICA HUMANA (HCG, BETA HCG)MC 7,85
02.02.06.022-5 DOSAGEM DE HORMONIO DE CRESCIMENTO (HGH) MC 10,21
02.02.06.023-3 DOSAGEM DE HORMONIO FOLICULO-ESTIMULANTE (FSH) MC 7,89
02.02.06.024-1 DOSAGEM DE HORMONIO LUTEINIZANTE (LH) MC 8,97
02.02.06.025-0 DOSAGEM DE HORMONIO TIREOESTIMULANTE (TSH) MC 8,96
02.02.06.026-8 DOSAGEM DE INSULINA MC 10,17
02.02.06.027-6 DOSAGEM DE PARATORMONIO MC 43,13
02.02.06.028-4 DOSAGEM DE PEPTIDEO C MC 15,35
02.02.06.029-2 DOSAGEM DE PROGESTERONA MC 10,22
02.02.06.030-6 DOSAGEM DE PROLACTINA MC 10,15
02.02.06.031-4 DOSAGEM DE RENINA MC 3,19
02.02.06.032-2 DOSAGEM DE SOMATOMEDINA C (IGF1) MC 15,35
02.02.06.033-0 DOSAGEM DE SULFATO DE HIDROEPIANDROSTERONA (DHEAS) MC 13,11
02.02.06.034-9 DOSAGEM DE TESTOSTERONA MC 10,43
02.02.06.035-7 DOSAGEM DE TESTOSTERONA LIVRE MC 13,11
02.02.06.036-5 DOSAGEM DE TIREOGLOBULINA MC 15,35
02.02.06.037-3 DOSAGEM DE TIROXINA (T4) MC 8,76
02.02.06.038-1 DOSAGEM DE TIROXINA LIVRE (T4 LIVRE) MC 11,60

02.02.06.039-0 DOSAGEM DE TRIIODOTIRONINA (T3) MC 8,71
02.02.06.040-3 TESTE DE ESTIMULO DA PROLACTINA / TSH APOS TRH MC 12,01
02.02.06.041-1 TESTE DE ESTIMULO DA PROLACTINA APOS CLORPROMAZINA MC 12,01
02.02.06.042-0 TESTE DE ESTIMULO DE LH E FSH APOS GONADORRELINA MC 12,01
02.02.06.043-8 TESTE DE ESTIMULO DO HGH APOS GLUCAGON MC 12,01
02.02.06.044-6 TESTE DE SUPRESSÃO DO CORTISOL APOS DEXAMETASONA MC 12,01
02.02.06.045-4 TESTE DE SUPRESSÃO DO HGH APOS GLICOSE MC 12,01
02.02.06.046-2 TESTE PI INVESTIGACAO DO DIABETES INSIPIDUS MC 8,43
02.02.06.047-0 PESQUISA DE MACROPROLACTINA MC 12,15
Grupo: 02 - Procedimentos com finalidade diagnostica

SubGrupo: 02 - Diagnóstico em Laboratório Clínico

Forma de Organização: 07 - Exames Toxicológicos ou de monitoração terapêutica

Total: 35 exames

Código Nome Complexidade RS

02.02.07.001-8 DOSAGEM DE ACIDO DELTA-AMINOLEVULINICO MC 2,06

02.02.07.002-6 DOSAGEM DE ACIDO HIPURICO MC 2,23

02.02.07.003-4 DOSAGEM DE ACIDO MANDELICO MC 3,68

02.02.07.004-2 DOSAGEM DE ACIDO METIL-HIPURICO MC 2,04

02.02.07.005-0 DOSAGEM DE ACIDO VALPROICO MC 15,65

02.02.07.006-9 DOSAGEM DE ALA-DESIDRATASE MC 3,51

02.02.07.007-7 DOSAGEM DE ALCOOL ETILICO MC 2,01

02.02.07.008-5 DOSAGEM DE ALUMÍNIO MC 27,50

02.02.07.009-3 DOSAGEM DE AMINOGLICOSIDEOS MC 10,00

02.02.07.010-7 DOSAGEM DE ANFETAMINAS MC 10,00

02.02.07.011-5 DOSAGEM DE ANTIDEPRESSIVOS TRICICLICOS MC 10,00

02.02.07.012-3 DOSAGEM DE BARBITURATOS MC 13,13

02.02.07.013-1 DOSAGEM DE BENZODIAZEPINICOS MC 13,48

02.02.07.014-0 DOSAGEM DE CADMIO MC 6,55

02.02.07.015-8 DOSAGEM DE CARBAMAZEPINA MC 17,53

02.02.07.016-6 DOSAGEM DE CARBOXI-HEMOGLOBINA MC 4,11

02.02.07.017-4 DOSAGEM DE CHUMBO MC 8,83

02.02.07.018-2 DOSAGEM DE CICLOSPORINA MC 58,61

02.02.07.019-0 DOSAGEM DE COBRE MC 3,51

02.02.07.020-4 DOSAGEM DE DIGITALICOS (DIGOXINA, DIGITOXINA) MC 8,97

02.02.07.021-2 DOSAGEM DE ETOSUXIMIDA MC 15,65

02.02.07.022-0 DOSAGEM DE FENITOINA MC 35,22

02.02.07.023-9 DOSAGEM DE FENOL MC 2,05

02.02.07.024-7 DOSAGEM DE FORMALDEIDO MC 3,51

02.02.07.025-5 DOSAGEM DE LITIO MC 2,25

02.02.07.026-3 DOSAGEM DE MERCÚRIO MC 2,04

02.02.07.027-1 DOSAGEM DE META-HEMOGLOBINA MC 4,11

02.02.07.028-0 DOSAGEM DE METABOLITOS DA COCAÍNA MC 10,00

02.02.07.029-8 DOSAGEM DE METOTREXATO MC 10,00

02.02.07.030-1 DOSAGEM DE QUINIDINA MC 10,00

02.02.07.031-0 DOSAGEM DE SALICILATOS MC 2,01

02.02.07.032-8 DOSAGEM DE SULFATOS MC 3,51

02.02.07.033-6 DOSAGEM DE TEOFILINA MC 15,65

02.02.07.034-4 DOSAGEM DE TIOCIANATO MC 3,68

02.02.07.035-2 DOSAGEM DE ZINCO MC 15,65

Grupo: 02 - Procedimentos com finalidade diagnostica

SubGrupo: 02 - Diagnóstico em Laboratório Clínico

Forma de Organização: 08 - Exames Microbiológicos

Total: 24 exames

Código Nome Complexidade RS

0202080013 ANTIBIOGRAMA MC 4,98

0202080021 ANTIBIOGRAMA CI CONCENTRAÇÃO INIBITORIA MINIMA MC 13,33

0202080030 ANTIBIOGRAMA PI MICOBACTERIAS MC 13,33

0202080048 BACIOSCOPIA DIRETA PI BAAR TUBERCULOSE(DIANOSTICA) MC 4,20

0202080056 BACIOSCOPIA DIRETA PI BAAR (HANSENIASE) MC 4,20

0202080064 BACIOSCOPIA DIRETA PI BAAR TUBÉRCULOS (CONTROLE) MC 4,20

0202080072 BACTERIOSCOPIA (GRAM) MC 2,80

0202080080 CULTURA DE BACTÉRIAS PI IDENTIFICAÇÃO MC 5,62

0202080099 CULTURA DO LEITE HUMANO (POS-PASTEURIZAÇÃO) MC 5,62

0202080102 CULTURA PI HERPESVIRUS MC 4,33

0202080110 CULTUF5A PARA BAAR MC 5,63

0202080129 CULTURA PARA BACTÉRIAS ANAEROBICAS MC 10,25

0202080137 CULTURA PARA IDENTIFICAÇÃO DE FUNGOS MC 4,19

0202080145 EXAME MICROBIOLOGICO A FRESCO (DIRETO) MC 2,80

0202080153 HEMOCULTURA MC 11,49

0202080161 IDENTIFICAÇÃO AUTOMATIZADA DE MICROORGANISMOS MC 5,63

0202080170 PESQUISA DE PNEUMOCYSTI CARINI MC 4,33

0202080188 PESQUISA DE BACILO DIFTERICO MC 2,80

0202080196 PESQUISA DE ESTREPTOCOCOS BETA-HEMOLITICOS DO GRUPO A MC 4,33

0202080200 PESQUISA DE HAEMOPHILUS DUCREY MC 2,80

0202080218 PESQUISA DE HELICOBACTER PYLORI MC 4,33

0202080226 PESQUISA DE LEPTOSPIRAS MC 2,80

0202080234 PESQUISA DE TREPONEMA PALLIDUM MC 5,04

0202080242 PROVA CONFIRMATORY DA PRESENÇA DE MICRO-ORGANISMOS COLIFORMES MC 5,62

Grupo: 02 - Procedimentos com finalidade diagnostica

SubGrupo: 02 - Diagnóstico em Laboratório Clínico

Forma de Organização: 09 - Exames em outros líquidos biológicos

Total: 34 exames

Código Nome Complexidade RS

0202090019 ACIDO URICO LIQUIDO SINOVIAL E DERRAMES MC 1,89

0202090027 ADENOGRAMA MC 5,79

0202090035 CITOLOGIA PI CLAMIDIA MC 4,33

0202090043 CITOLOGIA PI HERPESVIRUS MC 4,33

0202090051 CONTAGEM ESPECIFICA DE CÉLULAS NO LIQUOR MC 1,89

0202090060 CONTAGEM GLOBAL DE CÉLULAS NO LIQUOR MC 1,89

0202090078 DETERMINAÇÃO DE FOSFOLIPÍDIOS RELAÇÃO LECITINA- ESFINGOMIELINA NO LIQUIDO AMNIOTICO MC 6,56

0202090086 DOSAGEM DE CREATININA NO LIQUIDO AMNIOTICO MC 1,89

0202090094 DOSAGEM DE FOSFATAGEM ALCALINA NO ESPERMA MC 2,01

0202090108 DOSAGEM DE FRUTOSE MC 2,01

0202090116 DOSAGEM DE FRUTOSE NO ESPERMA MC 2,01

0202090124 DOSAGEM DE GLICOSE NO LIQUIDO SINOVAL E DERRAMES MC 1,89

0202090132 DOSAGEM DE PROTEÍNAS NO LIQUIDO SINOVIAL E DERRAMES MC 1,89

0202090140 DOSAGEM DE SODIO E CLORO NO SUOR (C/ COLETA) MC 0,00

0202090159 ELETROFORESE DE PROTEÍNAS C/CONCENTRAÇÃO NO LIQUOR MC 5,23

0202090167 ESPECTROFOTOMETRIA NO LIQUIDO AMNIOTICO MC 6,56

0202090175 ESPLENOGRAMA MC 5,79

0202090183 EXAME DE CACTACTERES FÍSICOS CONTAGEM GLOBAL E ESPECIFICA DE CÉLULA MC 1,89

0202090191 MIELOGRAMA MC 5,79

0202090213 PESQUISA DE ANTICORPOS ANTIESPERMATOZOIDES (ELISA) MC 9,70

0202090221 DOSAGEM DE FOSFATASE ÁCIDA NO ESPERMA MC 2,01

0202090230 PESQUISA DE CARACTERES FÍSICOS NO LIQUOR MC 1,89

0202090248 PESQUISA DE CÉLULAS ORANGIOFILAS MC 1,89

0202090256 PESQUISA DE CRISTAIS CI LUZ POLARIZADA MC 1,89

0202090264 PESQUISA DE ESPERMATOZÓIDES (APOS VASECTOMIA) MC 4,80

0202090272 PESQUISA DE TAGOCITOS NO LIQUIDO SINOVIAL E DERRAMES MC 1,89

0202090280 PROVA DE PROGRESSÃO ESPERMATICA (CADA) MC 9,70

0202090299 PROVA DO LATEX PI HAEMOPHILLUS INFLUENZAE, STREPTOCOCCUS PSNEUMONIAE, NEISSERIA MENINGITIDIS MC 1,89
&(SOROTIPOS A, B, C)

0202090302 PROVA DO LATEX PI PESQUISA DO FATOR REUMATOIDE MC 1,89

0202090310 REAÇÃO DE PANDY MC 1,89

0202090329 REAÇÃO DE RIVALTA NO LIQUIDO SINOVIAL E DERRAMES MC 1,89

0202090337 TESTE DE CLEMENTS MC 1,89

0202090345 TESTE DE GASTROACIDOGRAMA - SECREÇÃO BASAL POR 60 EM 4 AMOSTRAS MC 4,68

0202090353 TESTE DE HOLLANDER NO SUCO GÁSTRICO MC 4,68

Grupo: 02 - Procedimentos com finalidade diagnostica

SubGrupo: 02 - Diagnóstico em Laboratório Clínico

Forma de Organização: 10 - Exames de Genética

Total: 19 exames

Código Nome Complexidade RS

0202100014 DETERMINAÇÃO DE CARIOTIPO EM CULTURA DE LONGA DURAÇÃO (CI TÉCNICA DE BANDAS) MC 32,48

0202100022 DETERMINAÇÃO DE CARIOTIPO EM MEDULA OSSEA E VILOSIDADES CORIONICAS (C/TÉCNICA DE BANDAS) MC 32,48

0202100030 DETERMINAÇÃO DE CARIOTIPO EM SANGUE PERIFERICO (CI TÉCNICA DE BANDAS) MC 32,48

0202100049 QUANTIFICAÇÃO/AMPLIFICAÇÃO DO HER-2 MC 120,00

0202100057 FOCALIZAÇÃO ISOELETRICA DA TRANSFERRINA MC 0,00

0202100065 ANÁLISE DE DNA PELA TÉCNICA DE SOUTHERN BLOT MC 0,00

0202100073 ANÁLISE DE DNA POR MLPA MC 0,00

0202100081 IDENTIFICAÇÃO DE MUTAÇÃO/REARRANJOS POR PCR, PCR SESIVEL A METILAÇÃO. qPCR E qPCR SENSÍVEL A METILAÇÃO MC 0,00

0202100090 FSH EM METAFASE OU NUCLEO INTERFASICO, POR DOENÇA MC 0,00

0202100103 IDENTIFICAÇÃO DE ALTERAÇÃO CROMOSSOMICA SUBMICROSCÓPICA POR ARRAY-CGH MC 0,00

0202100111 IDENTIFICAÇÃO DE MUTAÇÃO POR SEQUENCIAMENTO POR AMPLICON ATÉ 500 PARES DE BASES MC 0,00

0202100120 IDENTIFICAÇÃO DE GLICOSAMINOGLICANOS URINÁRIOS POR CROMATOGRAFIA EM CAMADA DELGADA, ELETROFORESE E DOSAGEM QUANTITATIVA MC 0,00

0202100138 IDENTIFICAÇÃO DE OLIGOSSACARÍDEOS E SIALOSSACARÍDEOS POR CROMATOGRAFIA (CAMADA DELGADA) MC 0,00

0202100146 DOSAGEM QUANTITATIVA DE CARNITINA, PERFIL DE ACILCARNITINAS MC 0,00

0202100154 DOSAGEM QUANTITATIVA DE AMINOÁCIDOS MC 0,00

0202100162 DOSAGEM QUANTITATIVA DE ÁCIDOS ORGÂNICOS MC 0,00

0202100170 ENSAIOS ENZIMÁTICOS NO PLASMA E LEUCOCITOS PARA DIAGNÓSTICO DE ERROS INATOS DO METABOLISMO MC 0,00

0202100189 ENSAIOS ENZIMÁTICOS EM ERITROCITOS PARA DIAGNÓSTICO DE ERROS INATOS DO METABOLISMO MC 0,00

0202100197 ENSAIOS ENZIMÁTICOS EM TECIDO CULTIVADO PARA DIAGNÓSTICO DE ERROS INATOS DO METABOLISMO MC 0,00

Grupo: 02 - Procedimentos com finalidade diagnostica

SubGrupo: 02 - Diagnóstico em Laboratório Clínico

Forma de Organização: 11 - Exames para Triagem Neonatal

Total: 14 exames

Código Nome Complexidade RS

0202110010 DETECÇÃO DE VARIANTES DA HEMOGLOBINA (DIAGNOSTICO TARDIO) MC 8,80

0202110028 DETECÇÃO MOLECULAR DE MUTAÇÃO EM HEMOGLOBINOPATIAS (CONFIRMATORIO) MC 66,00

0202110036 DETECÇÃO MOLECULAR EM FIBROSE CISTICA (CONFIRMATORIO) MC 66,00

0202110044 DOSAGEM DE FENILALANINA (CONTROLE/DIAGNOSTICO TARDIO) MC 5,50

0202110052 DOSAGEM DE FENILALANINA E TSH OU T4 MC 12,10

0202110060 DOSAGEM DE FENILALANINA TSH OU T4 E DETECÇÃO DA VARIANTE DE HEMOGLOBINA MC 20,90

0202110079 DOSAGEM DE TRIPSINA IMUNORREATIVA MC 5,50

0202110087 DOSAGEM DE TSH E T4 LIVRE (CONTROLE/DIAGNOSTICO TARDIO) MC 13,20

0202110095 DOSAGEM DE 17 HIDROXI PROGESTERONA EM PAPEL DE FILTRO MC 8,00

0202110109 DOSAGEM DA ATIVIDADE DA BIOTINIDASE EM AMOSTRAS DE SANGUE EM PAPEL DE FILTRO MC 5,50

0202110117 DOSAGEM QUANTITATIVA DA ATIVIDADE DA BIOTINIDASE EM AMOSTRAS DE SORO MC 137,00

0202110125 DETECÇÃO MOLECULAR DE MUTAÇÃO EM HIPERPLASIA ADRENAL CONGÊNITA MC 66,00

0202110133 DETECÇÃO MOLECULAR DE MUTAÇÃO EM DEFICIÊNCIA DE BIOTINIDASE MC 66,00

0202110141 DOSAGEM DE CLORETO NO SUOR MC 150,00

Grupo: 02 - Procedimentos com finalidade diagnostica

SubGrupo: 02 - Diagnóstico em Laboratório Clínico

Forma de Organização: 12 - Exames Imuno Hematológicos

Total: 10 exames

Código Nome Complexidade RS

0202120015 DETERMINAÇÃO DE ANTICORPOS ANTIPLAQUETARIOS MC 10,65

0202120023 DETERMINAÇÃO DIRETA E REVERSA DE GRUPO ABO MC 1,37

0202120031 FENOTIPAGEM DE SISTEMA RH - HR MC 10,65

0202120040 IDENTIFICAÇÃO DE ANTICORPOS SERICOS IRREGULARES CI PAINEL DE HEMACIAS MC 10,65

0202120058 PESQUISA DE ANTICORPOS IRREGULARES PELO METODO DA ELUIÇÃO MC 5,79

0202120066 PESQUISA DE ANTICORPOS SERICOS IRREGULARES 370C MC 5,79

0202120074 PESQUISA DE ANTICORPOS SERICOS IRREGULARES A FRIO MC 5,79

0202120082 PESQUISA DE FATOR RH (INCLUI D FRACO) MC 1,37

0202120090 TESTE INDIRETO DE ANTIGLOBULINA HUMANA (TIA) MC 2,73

0202120104 TITULAÇÃO DE ANTICORPOS ANTI A E/OU ANTI B MC 5,79

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 19/2016 ABERTURA DE PROCESSO LICITATÓRIO PARA FORNECIMENTO DE COFFEE BREAK PARA DATAS COMEMORATIVAS E FORMATURAS DAS SEGUINTE SECRETARIAS: ASSISTÊNCIA SOCIAL, SAÚDE, EDUCAÇÃO, GABINETE DO PREFEITO E CORPO DE BOMBEIROS

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITUPORANGA/SC

AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL nº19/2016

Processo: 25/2016

Objeto: ABERTURA DE PROCESSO LICITATÓRIO PARA FORNECIMENTO DE COFFEE BREAK PARA DATAS COMEMORATIVAS E FORMATURAS DAS SEGUINTE SECRETARIAS: ASSISTÊNCIA SOCIAL, SAÚDE, EDUCAÇÃO, GABINETE DO PREFEITO E CORPO DE BOMBEIROS. FORMA DE JULGAMENTO: Menor Preço Por Lote. ENTREGA DOS ENVELOPES: Dia 23 de maio de 2016 até as 09:00 horas no setor de protocolos. ABERTURA DOS ENVELOPES DAS PROPOSTAS E CREDENCIAMENTO: Dia 23 de maio de 2016 às 09:30 horas no setor de licitações. INÍCIO PARA ETAPA DE LANCES: Às 10:00 horas do mesmo dia, na sala de Reuniões da Prefeitura. Informações: Esclarecimentos poderão ser obtidos no setor de Licitações da Prefeitura do Município de Ituporanga, situada à Rua Vereador Joaquim Boeing, 40, Centro das 07:00 às 13:00 horas e pelo fone (**47) 3533-1211. O Edital completo poderá ser obtido pelos interessados no endereço eletrônico: www.ituporanga.sc.gov.br, no link Prefeitura/Editais/Licitações.

Ituporanga, 11 de maio de 2016

ARNO ALEX ZIMERMANN FILHO

Prefeito do Município

LEI Nº 2.646, de 10 de maio de 2016

LEI Nº 2.646, de 10 de maio de 2016

"Altera ementa e dispositivos da Lei 2.302, de 21 de junho de 2010, que "Dispõe sobre o Conselho Municipal Antidrogas, e dá outras providências".

ARNO ALEX ZIMERMANN FILHO, Prefeito do Município de Ituporanga, Santa Catarina. Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica alterada ementa da Lei nº 2.302, de 21 de junho de 2010, que Dispõe sobre o Conselho Municipal Antidrogas, e dá outras providências, a qual passará a vigorar com a seguinte redação:

"Dispõe sobre o Conselho Municipal de Políticas Públicas sobre Drogas - COMAD de Ituporanga".

Art. 2º. Os artigos: art.1º, art. 2º, art. 5º, art. 7º, art. 10, art. 11, art. 14, art. 15, art. 17, art. 18, art. 20 e art. 21 da Lei nº 2.302, de 21 de junho de 2010, que Dispõe sobre o Conselho Municipal Antidrogas, e dá outras providências, passarão a vigorar com as seguintes redações:

Art.1º. Fica instituído o Conselho Municipal de Políticas Públicas sobre Drogas - COMAD de Ituporanga, que, integrando-se ao esforço nacional de combate às drogas, dedicar-se-á ao pleno desenvolvimento das ações referentes à redução da demanda de drogas.

Art.2º. Compete ao Conselho Municipal de Políticas Públicas sobre Drogas - COMAD de Ituporanga.

Art. 5º. "O mandato da direção do COMAD terá duração de quatro (4) anos, permitida uma única recondução total ou parcial de seus integrantes, por igual período".

Art. 7º. A nomeação e posse do Conselho Municipal de Políticas Públicas sobre Drogas - COMAD de Ituporanga, ar-se-á pelo Prefeito Municipal, através de Portaria, obedecida a origem das indicações, que deverá reunir-se num prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis para eleger uma Diretoria dentre seus membros, composta de um Presidente e um Vice-Presidente.

Art. 10. Fica instituído o Recurso Municipal de Políticas Públicas sobre Drogas - REMAD, fundo que, constituído com base nas verbas próprias do orçamento do Município e em recursos suplementares, será destinado ao atendimento das despesas geradas pelo PROMAD.

Art. 11. O REMAD ficará subordinado diretamente à Secretaria Municipal da Fazenda que se incumbirá da execução orçamentária e do cronograma físico-financeiro da proposta orçamentária anual, a ser aprovada pelo Plenário do COMAD.

Art. 14 . As despesas com inscrição, passagem, estadias e alimentação, decorrentes da participação de conselheiros do COMAD em cursos de formação, seminários e outros, deverão ser ressarcidos pelo Recurso Municipal sobre Drogas - Fundo REMAD.

Art. 15 - As despesas com inscrição, passagem, estadias e alimentação, decorrentes da participação de conselheiros do COMAD em cursos de formação, seminários e outros, deverão ser ressarcidos pelo Recurso Municipal de Políticas Públicas sobre Drogas - Fundo REMAD, mediante a apresentação de recibos, notas fiscais e comprovante (certificado) da efetiva participação, por conta da dotação consignada no respectivo Orçamento.

Art. 17. O COMAD prestará a cada seis meses aos Poderes Executivo e Legislativo, o resultado de suas ações, bem como remeter relatórios frequentes à Secretaria Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas - SENAD e ao Conselho Estadual de Entorpecentes de Santa Catarina - CONEN.

Art. 18. As decisões do Conselho Municipal de Políticas Públicas sobre Drogas - COMAD de Ituporanga serão adotadas como orientação para todos os órgãos do Município de Ituporanga".

Art. 20. O Conselho Municipal de Políticas Públicas sobre Drogas - COMAD de Ituporanga terá sua competência desdobrada e suas condições de funcionamento determinadas em Regimento Interno, a ser elaborado e aprovado no prazo máximo de 90 (noventa) dias a contar da publicação desta Lei e homologado pelo Prefeito Municipal, através de Decreto, após aprovação do Conselho".

Art. 21. Os recursos orçamentários e financeiros necessários à implantação e funcionamento do Conselho Municipal de Políticas Públicas sobre Drogas - COMAD de Ituporanga, oriundos de dotação próprias consignadas no Orçamento do Município, serão relocadas e liberadas pela Secretaria Municipal de Finanças, em conformidade com o Plano de Aplicação aprovado pelo Conselho e homologado pelo Prefeito Municipal".

Art. 3º Fica alterado o inciso III no § 3º do artigo 1º da Lei nº 2.302, de 21 de junho de 2010, o qual passará a ter a seguinte redação:
"III - drogas ilícitas aquelas assim especificadas em lei nacional e tratados internacionais firmados pelo Brasil, e outras, relacionadas periodicamente pelo órgão competente do Ministério da Saúde, informada a Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas - SENAD e o Ministério da Justiça - MJ".

Art. 4º Fica acrescido o parágrafo único ao artigo 3º da Lei nº 2.302, de 21 de junho de 2010, o qual passará a ter a seguinte redação:

Parágrafo Único - Membros titulares do COMAD que se desligarem das entidades na qual possuem representação junto ao Conselho, poderão continuar até o fim de seu mandato como conselheiro voluntário com direito a voz e voto.

Art. 5º. Nos incisos IV, VII e XVII do art. 2º da Lei nº 2.302 de 21 de junho de 2010, onde consta a expressão Sistema Nacional Antidrogas, passará a constar a expressão Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas.

Art. 6º. Nos incisos I, VII, XII, XVII, XVIII e XXII do art. 2º da Lei nº 2.302 de 21 de junho de 2010, os quais passarão a constar a seguinte redação:

"I - instituir e desenvolver o Programa Municipal de Políticas Públicas sobre Drogas - PROMAD, destinado ao desenvolvimento das ações de combate e prevenção ao uso de drogas, compatibilizando-o às diretrizes dos Conselhos Antidrogas a nível nacional e estadual".

"VII - estabelecer fluxos contínuos e permanentes de informações com outros órgãos do Sistema Estadual e Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas, objetivando facilitar os processos de planejamento e execução de uma política nacional e estadual de prevenção e fiscalização de entorpecentes e recuperação dos dependentes".

"XII - estimular o desenvolvimento e o fortalecimento dos grupos de mútua ajuda, tais como os Alcoólicos Anônimos e os Narcóticos Anônimos, procurando recolher propostas e sugestões sobre a matéria, para exame do Conselhos de Políticas Públicas sobre Drogas e/ou adoção

de políticas públicas".

"XVIII - definir estratégias e elaborar planos, programas e procedimentos para a modernização organizacional e técnico-operativa visando o aperfeiçoamento de ações nas atividades sobre drogas e de recuperação".

"XXII - integrar-se às instituições nacionais e organismos internacionais pertinentes à Política Nacional sobre Drogas"

Art. 7º. Nos artigos: Art. 7º, art. 18, art. 20 e Art. 21 da Lei nº 2.302 de 21 de junho de 2010, onde consta a expressão Conselho Municipal Antidrogas, passará a constar a expressão Conselho Municipal de Políticas Públicas sobre Drogas.

Art. 8º. Altera a redação do art. 3º da Lei nº 2.302 de 21 de junho de 2010, a qual passará a ter a seguinte redação:

"Art. 3º. O COMAD será composto de forma paritária, membros titulares e seus respectivos suplentes de cada entidade".

Art. 9º. Altera a redação nos incisos I, II e III do art. 3º da Lei nº 2.302 de 21 de junho de 2010, os quais passarão a ter a seguinte redação:
I - ...

- a) Secretaria de Educação - (Dois membros titulares e um suplente);
- b) Secretaria de Saúde - (Dois membros titulares e um suplente);
- c) Secretaria de Assistência Social. - (Dois membros titulares e um suplente)"
- d) Diretoria de Esportes - (Dois membros titulares e um suplente)"
- e) Diretoria de Cultura - (Um membro titular e um suplente)

II - ...

- a) "Câmara de Dirigentes Lojistas de Ituporanga - CDL (Um membro titular e um suplente)",
- b) "Associação Empresarial de Ituporanga - ACEI - (Um membro titular e um suplente)"
- c) Associação Irmã Paulina - (Um membro titular e um suplente)",
- d) Centro Universitário do Alto Vale do Itajaí - UNIDAVI (Um membro titular e um suplente);
- e) Hospital Bom Jesus - (Dois membros titulares e um suplente);
- f) Centro de Recuperação Nova Esperança - CERENE" (Um membro titular e um suplente);
- g) Conselho Tutelar" - (Dois membros titulares e um suplente);
- h) Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA - (Um membro titular e um suplente);
- i) Conselho da Comunidade" - (Dois membros titulares e um suplente);

III - ...

- a) Polícia Militar - (Um membro titular e um suplente);
- b) Polícia Civil - (Um membro titular e um suplente);
- c) Secretaria de Desenvolvimento Regional de Ituporanga - (Dois membros titulares e um suplente).

Art. 10. Fica alterada a redação do parágrafo único do art. 12 da Lei nº 2.302 de 21 de junho de 2010, a qual passará a ter a seguinte redação:

"Parágrafo único. Os recursos que compõem o Fundo serão depositados na instituição bancária, em conta especial sob a denominação - Recurso Municipal de Políticas Públicas sobre Drogas - REMAD".

Art. 11. Nos incisos I e IV do art. 13 da Lei nº 2.302 de 21 de junho de 2010, onde consta a expressão Política Municipal Antidrogas, passará a constar a expressão Política Municipal sobre Drogas.

Art. 12. Acrescenta-se a alínea "m" no inciso II do art. 3º da Lei nº 2.302 de 21 de junho de 2010, a qual passará a ter a seguinte redação:
m) Pastoral da Sobriedade (Dois membros titulares e um suplente).

Art. 13. Revogam-se as alíneas "c, e e h" no inciso II do art. 3º da Lei nº 2.302 de 21 de junho de 2010,

Art. 14º. Fica alterada a redação do § 3º do art. 4º da Lei nº 2.302 de 21 de junho de 2010, a qual passará a ter a seguinte redação:
Art. 4º...

"§ 3º. O mandato da direção do COMAD terá duração de quatro anos, permitida uma única recondução total ou parcial de seus integrantes, por igual período".

Art.15º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITUPORANGA, 10 de maio de 2016.

ARNO ALEX ZIMMERMANN FILHO

Prefeito de Ituporanga

LEI Nº 2.647, de 10 de maio de 2016

LEI Nº 2.647, de 10 de maio de 2016

Estabelece a Política Municipal de Saneamento Básico do Município de Ituporanga e dá outras providências.

ARNO ALEX ZIMMERMANN FILHO, Prefeito do Município de Ituporanga. Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

CAPÍTULO I**DA POLÍTICA MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO****Seção I****Das Disposições Preliminares**

Art. 1º. A Política Municipal de Saneamento Básico reger-se-á pelas disposições desta lei, de seus regulamentos e das normas administrativas deles decorrentes e tem por finalidade assegurar a proteção à saúde da população e à salubridade do meio ambiente urbano e rural, além de disciplinar o planejamento e a execução das ações, obras e serviços de saneamento básico do Município.

Art. 2º. Para os efeitos desta lei considera-se:

I - saneamento básico: conjunto de serviços, infraestruturas e instalações operacionais de:

a) abastecimento de água potável: constituído pelas atividades, infraestruturas e instalações necessárias ao abastecimento público de água potável, desde a captação até as ligações prediais e respectivos instrumentos de medição;

b) esgotamento sanitário: constituído pelas atividades, infraestruturas e instalações operacionais de coleta, transporte, tratamento e disposição final adequados dos esgotos sanitários, desde as ligações prediais até o seu lançamento final no meio ambiente;

c) limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos: conjunto de atividades, infraestruturas e instalações operacionais de: coleta, transporte, transbordo, tratamento e destino final do lixo doméstico e do lixo originário da varrição e limpeza de logradouros e vias públicas;

d) drenagem e manejo das águas pluviais urbanas: conjunto de atividades, infraestruturas e instalações operacionais de drenagem urbana de águas pluviais, de transporte, detenção ou retenção para o amortecimento de vazões de cheias, tratamento e disposição final das águas pluviais drenadas nas áreas urbanas;

II - universalização: ampliação progressiva do acesso de todos os domicílios ocupados ao saneamento básico;

III - controle social: conjunto de mecanismos e procedimentos que garantam à sociedade informações, representações técnicas e participações nos processos de formulação de políticas, de planejamento e de avaliação relacionados aos serviços públicos de saneamento básico;

IV - subsídios: instrumento econômico de política social para garantir a universalização do acesso ao saneamento básico, especialmente para populações e localidades de baixa renda;

V - localidade de pequeno porte: vilas, aglomerados rurais, povoados, núcleos, lugarejos e aldeias, assim definidos pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Art. 3º. Os recursos hídricos não integram os serviços públicos de saneamento básico.

Parágrafo único. A utilização de recursos hídricos na prestação de serviços públicos de saneamento básico, inclusive para disposição ou diluição de esgotos e outros resíduos líquidos, é sujeita a outorga de direito de uso, nos termos da Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997.

Art. 4º. Não constitui serviço público a ação de saneamento executado por meio de soluções individuais.

Art. 5º. Compete ao Município organizar e prestar direta ou indiretamente os serviços de saneamento básico de interesse local.

§ 1º. Os serviços de saneamento básico deverão integrar-se com as demais funções essenciais de competência municipal, de modo a assegurar prioridade para a segurança sanitária e o bem-estar de seus habitantes.

§ 2º. A prestação de serviços públicos de saneamento básico no

município poderá ser realizada por:

I – órgão ou pessoa jurídica pertencente à Administração Pública municipal, na forma da legislação;

II – pessoa jurídica de direito público ou privado, desde que atendidos os requisitos da Constituição Federal e da Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007.

Seção II**Dos Princípios**

Art. 6º. A Política Municipal de Saneamento Básico orientar-se-á pelos seguintes princípios:

I - universalização do acesso;

II - integralidade, compreendida como o conjunto de todas as atividades e componentes de cada um dos diversos serviços de saneamento básico, propiciando à população o acesso na conformidade de suas necessidades e maximizando a eficácia das ações e resultados;

III - abastecimento de água, esgotamento sanitário, limpeza urbana e manejo dos resíduos sólidos realizados de forma adequada à saúde pública e à proteção do meio ambiente;

IV - disponibilidade, em toda a área urbana, de serviços de drenagem e de manejo das águas pluviais adequados à saúde pública, à segurança da vida e ao patrimônio público e privado;

V - adoção de métodos, técnicas e processos que considerem as peculiaridades locais e regionais;

VI - articulação com as políticas de desenvolvimento urbano e regional, de habitação, de combate à pobreza e de sua erradicação, de proteção ambiental, de promoção da saúde e outras de relevante interesse social voltadas para a melhoria da qualidade de vida, para as quais o saneamento básico seja fator determinante;

VII - eficiência e sustentabilidade econômica;

VIII - utilização de tecnologias apropriadas, considerando a capacidade de pagamento dos usuários e a adoção de soluções graduais e progressivas;

IX - transparência das ações, baseada em sistemas de informações e processos decisórios institucionalizados;

X - controle social;

XI - segurança, qualidade e regularidade;

XII - integração das infraestruturas e serviços com a gestão eficiente dos recursos hídricos.

Seção III**Dos Objetivos**

Art. 7º. São objetivos da Política Municipal de Saneamento Básico:

I - contribuir para o desenvolvimento e a redução das desigualdades locais, a geração de emprego e de renda e a inclusão social;

II - priorizar planos, programas e projetos que visem à implantação e ampliação dos serviços e ações de saneamento básico nas áreas ocupadas por populações de baixa renda;

III - proporcionar condições adequadas de salubridade sanitária às populações rurais e de pequenos núcleos urbanos isolados;

IV - assegurar que a aplicação dos recursos financeiros administrados pelo poder público dê-se segundo critérios de promoção da salubridade sanitária, de maximização da relação benefício-custo e de maior retorno social;

V - incentivar a adoção de mecanismos de planejamento, regulação e fiscalização da prestação dos serviços de saneamento básico;

VI - promover alternativas de gestão que viabilizem a auto-sustentação econômica e financeira dos serviços de saneamento básico, com ênfase na cooperação com os governos estadual e federal, bem como com as entidades municipalistas;

VII - promover o desenvolvimento institucional do saneamento básico, estabelecendo meios para a unidade e articulação das ações dos diferentes agentes, bem como do desenvolvimento de sua organização, capacidade técnica, gerencial, financeira e de recursos humanos contemplando as especificidades locais;

VIII - fomentar o desenvolvimento científico e tecnológico, a adoção de tecnologias apropriadas e a difusão dos conhecimentos gerados de interesse para o saneamento básico;

IX - minimizar os impactos ambientais relacionados à implantação e desenvolvimento das ações, obras e serviços de saneamento

básico e assegurar que estas sejam executadas de acordo com as normas relativas à proteção do meio ambiente, ao uso e ocupação do solo e à saúde.

Seção IV

Das Diretrizes Gerais

Art. 8º. A execução da política municipal de saneamento básico será de competência da Secretaria Municipal da XX, que distribuirá de forma transdisciplinar em todas as Secretarias e órgão da Administração Municipal respeitada as suas competências.

Art. 9º. A formulação, implantação, funcionamento e aplicação dos instrumentos da Política Municipal de Saneamento Básico orientar-se-ão pelas seguintes diretrizes:

I - valorização do processo de planejamento e decisão sobre medidas preventivas ao crescimento caótico de qualquer tipo, objetivando resolver problemas de dificuldade de drenagem e disposição de esgotos, poluição e a ocupação territorial sem a devida observância das normas de saneamento básico previstas nesta lei, no Plano Municipal de Saneamento Básico e demais normas municipais;

II - adoção de critérios objetivos de elegibilidade e prioridade, levando em consideração fatores como nível de renda e cobertura, grau de urbanização, concentração populacional, disponibilidade hídrica, riscos sanitários, epidemiológicos e ambientais;

III - coordenação e integração das políticas, planos, programas e ações governamentais de saneamento, saúde, meio ambiente, recursos hídricos, desenvolvimento urbano e rural, habitação, uso e ocupação do solo;

IV - atuação integrada dos órgãos públicos municipais, estaduais e federais de saneamento básico;

V - consideração às exigências e características locais, à organização social e às demandas sócio-econômicas da população;

VI - prestação dos serviços públicos de saneamento básico orientada pela busca permanente da universalidade e qualidade;

VII - ações, obras e serviços de saneamento básico planejados e executados de acordo com as normas relativas à proteção ao meio ambiente e à saúde pública, cabendo aos órgãos e entidades por elas responsáveis o licenciamento, a fiscalização e o controle dessas ações, obras e serviços, nos termos de sua competência legal;

VIII - a bacia hidrográfica deverá ser considerada como unidade de planejamento para fins de elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico, compatibilizando-se com o Plano Municipal de Saúde e de Meio Ambiente, com o Plano Diretor Municipal e com o Plano Diretor de Recursos Hídricos da região, caso existam;

IX - incentivo ao desenvolvimento científico na área de saneamento básico, a capacitação tecnológica da área, a formação de recursos humanos e a busca de alternativas adaptadas às condições de cada local;

X - adoção de indicadores e parâmetros sanitários e epidemiológicos e do nível de vida da população como norteadores das ações de saneamento básico;

XI - promoção de programas de educação sanitária;

XII - estímulo ao estabelecimento de adequada regulação dos serviços;

XIII - garantia de meios adequados para o atendimento da população rural dispersa, inclusive mediante a utilização de soluções compatíveis com suas características econômicas e sociais peculiares;

XIV - adoção de critérios objetivos de elegibilidade e prioridade, levando em consideração fatores como nível de renda e cobertura, grau de urbanização, concentração populacional, disponibilidade hídrica, riscos sanitários, epidemiológicos e ambientais;

CAPÍTULO II

DO SISTEMA MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO

Seção I

Da Composição

Art. 10. A Política Municipal de Saneamento Básico contará, para execução das ações dela decorrentes com o Sistema Municipal de Saneamento Básico.

Art. 11. O Sistema Municipal de Saneamento Básico fica definido como o conjunto de agentes institucionais que no âmbito das respectivas competências, atribuições, prerrogativas e funções,

integram-se, de modo articulado e cooperativo, para a formulação das políticas, definição de estratégias e execução das ações de saneamento básico.

Art. 12. O Sistema Municipal de Saneamento Básico é composto dos seguintes instrumentos:

I - Plano Municipal de Saneamento Básico;

II - Conselho Municipal de Saneamento Básico;

III - Fundo Municipal de Saneamento Básico;

IV - Sistema Municipal de Informações em Saneamento Básico;

V - Conferência Municipal de Saneamento Básico.

Seção II

Do Plano Municipal de Saneamento Básico

Art. 13. Fica instituído o Plano Municipal de Saneamento Básico, anexo único, documento destinado a articular, integrar e coordenar recursos tecnológicos, humanos, econômicos e financeiros, com vistas ao alcance de níveis crescentes de salubridade ambiental para a execução dos serviços públicos de saneamento básico, em conformidade com o estabelecido na Lei Federal nº 11.445/2007.

Art. 14. O Plano Municipal de Saneamento Básico contemplará um período de 20 (vinte) anos e contém, como principais elementos:

I - diagnóstico da situação atual e seus impactos nas condições de vida, com base em sistema de indicadores sanitários, epidemiológicos, ambientais, socioeconômicos e apontando as principais causas das deficiências detectadas;

II - objetivos e metas de curto, médio e longo prazo para a universalização, admitindo soluções graduais e progressivas, observando a compatibilidade com os demais planos setoriais;

III - programas, projetos e ações necessárias para atingir os objetivos e as metas, de modo compatível com os respectivos planos plurianuais, identificando possíveis fontes de financiamento;

IV - ações para emergências e contingências;

V - mecanismos e procedimentos para a avaliação sistemática da eficiência e eficácia das ações programadas.

VI - adequação legislativa conforme legislação federal vigente.

Art. 15. O Plano Municipal de Saneamento Básico, instituído por esta lei, será avaliado anualmente e revisado a cada 4 (quatro) anos.

§ 1º. O Poder Executivo Municipal deverá encaminhar as alterações decorrentes da revisão prevista no caput à Câmara dos Vereadores, devendo constar as alterações, caso necessário, a atualização e a consolidação do plano anteriormente vigente.

§ 2º. A proposta de revisão do Plano Municipal de Saneamento Básico deverá seguir as diretrizes dos planos das bacias hidrográficas em que estiver inserido, bem como será elaborado em articulação com a prestadora dos serviços.

§ 3º. A delegação de serviço de saneamento básico não dispensa o cumprimento pelo prestador do respectivo Plano Municipal de Saneamento Básico em vigor à época da delegação.

§ 4º. O Plano Municipal de Saneamento Básico engloba integralmente o território do ente do município.

Art. 16. Na avaliação e revisão do Plano Municipal de Saneamento Básico tomar-se-á por base o relatório sobre a salubridade ambiental do município.

Art. 17. O processo de revisão do Plano Municipal de Saneamento Básico dar-se-á com a participação da população.

Seção III

Do Controle Social de Saneamento Básico

Art. 18. Fica criado o Conselho Municipal de Saneamento Básico, de caráter consultivo e deliberativo, sendo assegurado a representação de forma paritária das organizações nos termos da Lei Federal nº. 11.445, de 05 de janeiro de 2007, conforme segue:

I - três representantes do Poder Executivo Municipal;

II - um representante da CASAN;

III - um representante da Associação Desportiva Amigos da Gabriela - ADAGA;

IV - um representante da Associação de Proteção Ambiental Mãe D'Água;

V - um representante da Associação dos Engenheiros Agrônomos da Região de Ituporanga - AEARI;

VI – um representante do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Ituporanga.

§ 1º. Os representantes referidos no inciso I deste artigo serão indicados e designados pelo Prefeito Municipal, mediante decreto.

§ 2º. Os representantes referidos nos incisos II a VI serão indicados, respectivamente, pelos segmentos em questão, e designados por decreto do Prefeito.

§ 3º. O mandato dos membros do Conselho será de dois anos, podendo haver recondução por igual período.

Art. 19. O Conselho Municipal de Saneamento Básico terá como atribuição auxiliar o Poder Executivo na formulação da política municipal de saneamento básico.

Art. 20. O Conselho Municipal de Saneamento Básico será presidido pelo Secretário Planejamento do Município e secretariado por um servidor municipal efetivo designado para tal fim.

Art. 21. O Conselho deliberará em reunião própria suas regras de funcionamento que comporão seu regimento interno, a ser homologado pelo Chefe do Poder Executivo Municipal, onde constará entre outras, a periodicidade de suas reuniões.

Art. 22. As decisões do Conselho dar-se-ão, sempre, por maioria absoluta de seus membros.

Seção IV

Do Fundo Municipal de Saneamento Básico – FMSB

Art. 23. Fica criado o Fundo Municipal de Saneamento Básico (FMSB), como órgão da Administração Municipal vinculado à Secretaria de Planejamento.

§1º. Os recursos do FMSB serão aplicados exclusivamente em saneamento básico no espaço geopolítico do Município, após consulta ao Conselho Municipal de Saneamento.

§2º. A supervisão do FMSB será exercida na forma da legislação própria e, em especial, pelo recebimento sistemático de relatórios, balanços e informações que permitam o acompanhamento das atividades do FMS e da execução do orçamento anual e da programação financeira aprovados pelo Executivo Municipal.

Art. 24. Os recursos do FMSB serão provenientes de:

I - Repasses de valores do Orçamento Geral do Município;

II - Percentuais da arrecadação relativa a tarifas e taxas decorrentes da prestação dos serviços de captação, tratamento e distribuição de água, de coleta e tratamento de esgotos, resíduos sólidos e serviços de drenagem urbana;

III - Valores de financiamentos de instituições financeiras e organismos multilaterais públicos ou privados, nacionais ou estrangeiros;

IV - Valores a fundo perdido, recebidos de pessoas jurídicas de direito privado ou público, nacionais ou estrangeiras;

V - Doações e legados de qualquer ordem.

Art. 25. O resultado dos recolhimentos financeiros será depositado em conta bancária exclusiva e poderão ser aplicados no mercado financeiro ou de capitais de maior rentabilidade, sendo que tanto o capital como os rendimentos somente poderão ser usados para as finalidades específicas descritas nesta Lei.

Art. 26. O Orçamento e a Contabilidade do FMSB obedecerão às normas estabelecidas pela Lei nº 4.320/64 e Lei Complementar 101/2000, bem como as instruções normativas do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina e do Orçamento Geral do Município, estando de acordo com o princípio da unidade e universalidade.

Parágrafo único - Os procedimentos contábeis relativos ao FMS serão executados pela Contabilidade Geral do Município.

Art. 27. A administração executiva do FMS será de exclusiva responsabilidade do Município.

Art. 28. O Prefeito Municipal, por meio da Contadoria Geral do Município, enviará, mensalmente, o Balancete ao Tribunal de Contas do Estado, para fins legais.

Seção V

Sistema Municipal de Informações em Saneamento Básico

Art. 29. Fica instituído Sistema Municipal de Informações em Saneamento Básico, que possui como objetivos:

I - coletar e sistematizar dados relativos às condições da prestação

dos serviços públicos de saneamento básico;

II - disponibilizar estatísticas, indicadores e outras informações relevantes para a caracterização da demanda e da oferta de serviços públicos de saneamento básico;

III - permitir e facilitar o monitoramento e avaliação da eficiência e da eficácia da prestação dos serviços de saneamento básico.

§ 1º. As informações do Sistema Municipal de Informações em Saneamento Básico são públicas e acessíveis a todos, devendo ser publicadas por meio da internet.

§ 2º. O Sistema Municipal de Informações em Saneamento Básico deverá ser regulamentado em 180 dias, contados da publicação desta lei.

CAPÍTULO III

DIREITOS E DEVERES DOS USUÁRIOS

Art. 30. São direitos dos usuários dos serviços de saneamento básico prestados:

I - a gradativa universalização dos serviços de saneamento básico e sua prestação de acordo com os padrões estabelecidos pelo órgão de regulação e fiscalização;

II - o amplo acesso às informações constantes no Sistema Municipal de Informações em Saneamento Básico;

III - a cobrança de taxas, tarifas e preços públicos compatíveis com a qualidade e quantidade do serviço prestado;

IV - o acesso direto e facilitado ao órgão regulador e fiscalizador;

V - ao ambiente salubre;

VI - o prévio conhecimento dos seus direitos e deveres e das penalidades a que podem estar sujeitos;

VII - a participação no processo de elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico, nos termos do artigo 19 desta lei;

VIII - ao acesso gratuito ao manual de prestação do serviço e de atendimento ao usuário.

Art. 31. São deveres dos usuários dos serviços de saneamento básico prestados:

I - o pagamento das taxas, tarifas e preços públicos cobrados pela Administração Pública ou pelo prestador de serviços;

II - o uso racional da água e a manutenção adequada das instalações hidrossanitárias da edificação;

III - a ligação de toda edificação permanente urbana às redes públicas de abastecimento de água e esgotamento sanitário disponíveis;

IV - o correto manuseio, separação, armazenamento e disposição para coleta dos resíduos sólidos, de acordo com as normas estabelecidas pelo poder público municipal;

V - primar pela retenção das águas pluviais no imóvel, visando a sua infiltração no solo ou seu reuso;

VI - colaborar com a limpeza pública, zelando pela salubridade dos bens públicos e dos imóveis sob sua responsabilidade.

VII - participar de campanhas públicas de promoção do saneamento básico.

Parágrafo Único. Nos locais não atendidos por rede coletora de esgotos, é dever do usuário a construção, implantação e manutenção de sistema individual de tratamento e disposição final de esgotos, conforme regulamentação do poder público municipal, promovendo seu reuso sempre que possível.

CAPÍTULO IV

PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

Art. 32. A prestação dos serviços de saneamento básico atenderá a requisitos mínimos de qualidade, incluindo a regularidade, a continuidade e aqueles relativos aos produtos oferecidos, ao atendimento dos usuários e às condições operacionais e de manutenção dos sistemas, de acordo com as normas regulamentares e contratuais.

Art. 33. Toda edificação permanente urbana será conectada às redes públicas de abastecimento de água e de esgotamento sanitário disponível e sujeita ao pagamento das tarifas e de outros preços públicos decorrentes da conexão e do uso desses serviços.

§ 1º. Na ausência de redes públicas de água e esgotos, serão admitidas soluções individuais de abastecimento de água e de tratamento e disposição final dos esgotos sanitários, observadas as normas editadas pela entidade reguladora e pelos órgãos responsáveis

pelos políticas ambiental, sanitária e de recursos hídricos.

§ 2º. A instalação hidráulica predial ligada à rede pública de abastecimento de água não poderá ser também alimentada por outras fontes.

Art. 34. Em situação crítica de escassez ou contaminação de recursos hídricos que obrigue à adoção de racionamento, declarada pela autoridade gestora de recursos hídricos, o ente regulador poderá adotar mecanismos tarifários de contingência, com objetivo de cobrir custos adicionais decorrentes, garantindo o equilíbrio financeiro da prestação do serviço e a gestão da demanda.

Art. 35. Os prestadores de serviços de saneamento básico deverão elaborar manual de prestação de serviço e atendimento ao usuário e assegurar amplo e gratuito acesso ao mesmo.

CAPÍTULO V

ASPECTOS ECONÔMICOS E SOCIAIS

Art. 36. Os serviços públicos de saneamento básico terão a sustentabilidade econômico-financeira assegurada, mediante remuneração pela cobrança dos serviços:

I - de abastecimento de água e esgotamento sanitário: preferencialmente na forma de tarifas e outros preços públicos, que poderão ser estabelecidos para cada um dos serviços ou para ambos conjuntamente;

II - de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos urbanos: taxas ou tarifas e outros preços públicos, em conformidade com o regime de prestação do serviço ou de suas atividades;

III - de manejo de águas pluviais urbanas: na forma de tributos, inclusive taxas, em conformidade com o regime de prestação do serviço ou de suas atividades.

Parágrafo único. Observado o disposto nos incisos I a III do caput deste artigo, a instituição das tarifas, preços públicos e taxas para os serviços de saneamento básico observarão as seguintes diretrizes:

I - prioridade para atendimento das funções essenciais relacionadas à saúde pública;

II - ampliação do acesso dos cidadãos e localidades de baixa renda aos serviços;

III - geração dos recursos necessários para realização dos investimentos, objetivando o cumprimento das metas e objetivos do serviço;

IV - inibição do consumo supérfluo e do desperdício de recursos;

V - recuperação dos custos incorridos na prestação do serviço, em regime de eficiência;

VI - remuneração adequada do capital investido pelos prestadores dos serviços;

VII - estímulo ao uso de tecnologias modernas e eficientes, compatíveis com os níveis exigidos de qualidade, continuidade e segurança na prestação dos serviços;

VIII - incentivo à eficiência dos prestadores dos serviços.

Art. 37. Os serviços de saneamento básico poderão ser interrompidos pelo prestador nas seguintes hipóteses:

I - situações de emergência que atinjam a segurança de pessoas e bens;

II - necessidade de efetuar reparos, modificações ou melhorias de qualquer natureza nos sistemas;

III - negativa do usuário em permitir a instalação de dispositivo de leitura de água consumida, após ter sido previamente notificado a respeito;

IV - manipulação indevida de qualquer tubulação, medidor ou outra instalação do prestador, por parte do usuário; e

V - inadimplimento do usuário dos serviços de saneamento básico, do pagamento das tarifas, após ter sido formalmente notificado.

§ 1º. As interrupções programadas serão previamente comunicadas ao regulador e aos usuários.

§ 2º. A suspensão dos serviços prevista nos incisos III e V do caput deste artigo será precedida de prévio aviso ao usuário, não inferior a 30 (trinta) dias da data prevista para a suspensão.

§ 3º. A interrupção ou a restrição do fornecimento de água por inadimplência a estabelecimentos de saúde, a instituições educacionais e de internação coletiva de pessoas e a usuário residencial de

baixa renda beneficiário de tarifa social deverá obedecer a prazos e critérios que preservem condições mínimas de manutenção da saúde das pessoas atingidas, de acordo com as normas do órgão de regulação.

Art. 38. Os valores investidos em bens reversíveis pelos prestadores constituirão créditos perante o Município, a serem recuperados mediante a exploração dos serviços, nos termos das normas regulamentares e contratuais e, quando for o caso, observada a legislação pertinente às sociedades por ações.

§ 1º. Não gerarão crédito perante o Município os investimentos feitos sem ônus para o prestador, tais como os decorrentes de exigência legal aplicável à implantação de empreendimentos imobiliários e os provenientes de subvenções ou transferências fiscais voluntárias.

§ 2º. Os investimentos realizados, os valores amortizados, a depreciação e os respectivos saldos serão anualmente auditados e certificados pela entidade reguladora.

§ 3º. Os créditos decorrentes de investimentos devidamente certificados poderão constituir garantia de empréstimos aos delegatários, destinados exclusivamente a investimentos nos sistemas de saneamento objeto do respectivo contrato.

CAPÍTULO VI

REGULAÇÃO E FISCALIZAÇÃO

Art. 39. O município poderá prestar diretamente ou delegar a organização, a regulação, a fiscalização e a prestação dos serviços de saneamento básico, nos termos da Constituição Federal, da Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, da Lei nº 11.107, de 6 de abril de 2005, da Lei nº 11, de 30 de dezembro de 2004, e da Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007.

Parágrafo único. As atividades de regulação e fiscalização dos serviços de saneamento básico poderão ser exercidas:

I – por autarquia com esta finalidade, pertencente à própria Administração Pública;

II - por órgão ou entidade de ente da Federação que o município tenha delegado o exercício dessas competências, obedecido ao disposto no art. 241 da Constituição Federal;

II - por consórcio público integrado pelos titulares dos serviços.

Art. 40. São objetivos da regulação:

I - estabelecer padrões e normas para a adequada prestação dos serviços e para a satisfação dos usuários;

II - garantir o cumprimento das condições e metas estabelecidas;

III - definir tarifas que assegurem tanto o equilíbrio econômico e financeiro dos contratos como a modicidade tarifária, mediante mecanismos que induzam a eficiência e eficácia dos serviços e que permitam a apropriação social dos ganhos de produtividade.

Art. 41. A entidade reguladora editará normas relativas às dimensões técnica, econômica e social de prestação dos serviços, que abrangerão, pelo menos, os seguintes aspectos:

I - padrões e indicadores de qualidade da prestação dos serviços;

II - requisitos operacionais e de manutenção dos sistemas;

III - as metas progressivas de expansão e de qualidade dos serviços e os respectivos prazos;

IV - regime, estrutura e níveis tarifários, bem como os procedimentos e prazos de sua fixação, reajuste e revisão;

V - medição, faturamento e cobrança de serviços;

VI - monitoramento dos custos;

VII - avaliação da eficiência e eficácia dos serviços prestados;

VIII - plano de contas e mecanismos de informação, auditoria e certificação;

IX - subsídios tarifários e não tarifários;

X - padrões de atendimento ao público e mecanismos de participação e informação;

XI - medidas de contingências e de emergências, inclusive racionamento.

§ 1º. As normas a que se refere o caput deste artigo fixarão prazo para os prestadores de serviços comunicarem aos usuários as providências adotadas em face de queixas ou de reclamações relativas

aos serviços.

§ 2º. As entidades fiscalizadoras deverão receber e se manifestar conclusivamente sobre as reclamações que, a juízo do interessado, não tenham sido, suficientemente, atendidas pelos prestadores dos serviços.

Art. 42. Os prestadores dos serviços de saneamento básico deverão fornecer à entidade reguladora todos os dados e informações necessárias para o desempenho de suas atividades, na forma das normas legais, regulamentares e contratuais.

§ 1º. Incluem-se entre os dados e informações a que se refere o caput deste artigo aquelas produzidas por empresas ou profissionais contratados para executar serviços ou fornecer materiais e equipamentos específicos.

§ 2º. Compreendem-se nas atividades de regulação dos serviços de saneamento básico a interpretação e a fixação de critérios para a fiel execução dos contratos, dos serviços e para a correta administração de subsídios.

CAPÍTULO VII

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 43. Será instituído (por meio de Decreto) no prazo de 60 (sessenta) dias o Regimento Interno do Conselho Municipal de Saneamento Básico e do Fundo Municipal de Saneamento Básico.

Art. 44. Os órgãos e entidades municipais da área de saneamento básico serão reorganizadas para atender o disposto nesta lei, no prazo de 120 (cento e vinte) dias.

Art. 45. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 46. Revogam-se a Lei Municipal nº 2.218, de 12 de junho de 2008, que "Dispõe sobre a Política Municipal de Saneamento Básico, cria o Conselho Municipal de Saneamento e o Fundo Municipal de Saneamento e dá outras providências", a Lei Municipal nº 2.368, de 19 de setembro de 2011, que "Altera e acrescenta dispositivos na Lei nº 2.218, de 12 de junho de 2008", a Lei Municipal nº 2.630, de 5 de outubro de 2015, que "Altera a composição do Conselho Municipal de Saneamento, criado por intermédio da Lei nº 2.218, de 12 de junho de 2008" e o artigo 2º da Lei Municipal nº 2.617/2015.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITUPORANGA, 10 de maio de 2016.

ARNO ALEX ZIMMERMANN FILHO

Prefeito de Ituporanga

Jacinto Machado

PREFEITURA

EXTRATO DO CONTRATO Nº 011/2016/FMAS

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE JACINTO MACHADO

EXTRATO DO CONTRATO Nº 011/2016/FMAS

Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE JACINTO MACHADO
Contratada: LG COMÉRCIO ATACADISTA DE CAMA, MESA E BANHO LTDA
Valor: R\$ 38.098,00 (trinta e oito mil e noventa e oito reais).
Vigência: Início: 28/03/2016 Término: 30/12/2016
Licitação: Convite p/ Compras e Serviços Nº 002/2016 - CV
Dotação: 2.068.3390.00 - 80 - 19/2016 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DO DESENV
Objeto: AQUISIÇÃO DE KITS DE ARTESANATO PARA O DESENVOLVIMENTO DAS OFICINAS DOS CLUBES DE MÃES DO MUNICÍPIO DE JACINTO MACHADO, NO EXERCÍCIO DE 2016.

Jacinto Machado – SC, 28 de Março de 2016.

ANTONIO JOÃO DE FÁVERI
Gestor do Fundo

EXTRATO DO CONTRATO Nº 080/2016/PMJM

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO
EXTRATO DO CONTRATO Nº 080/2016/PMJM

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO
Contratada: ECCO SAUDE E SEGURANÇA OCUPACIONAL LTDA - EPP
Valor Global: R\$ 7.861,60 (sete mil oitocentos e sessenta e um reais e sessenta centavos).
Vigência: Início: 26/04/2016 Término: 30/12/2016
Licitação: Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº 09/2016/PMJM
Dotação: 2.005.3390.00 - 80 - 10/2016 - MANUT. DOS SERV. ADMINISTRATIVOS E DE PLANEJAMENTO
Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA SEGURANÇA DO TRABALHO. SERVIÇOS PRESTADOS: ELABORAÇÃO DO PPRA (Programa de Prevenção de Riscos Ambientais); ELABORAÇÃO DO LTCAT (Laudo Técnico das Condições Ambientais de Trabalho) e INSPEÇÕES TÉCNICAS DE SEGURANÇA DO TRABALHO COM EMISSÃO DE RELATÓRIO TÉCNICO ESPECIFICANDO EVENTUAIS NECESSIDADES DE MELHORIAS. DURANTE O EXERCÍCIO DE 2016.

Jacinto Machado – SC, 26 de Abril de 2016.
ANTONIO JOÃO DE FÁVERI
Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO Nº 020/2016/FMAS

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE JACINTO MACHADO

EXTRATO DO CONTRATO Nº 020/2016/FMAS

Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE JACINTO MACHADO
Contratada: ANTONINHO DE SOUZA MERCADINHO-ME
Valor: R\$ 21.646,83 (vinte e um mil seiscentos e quarenta e seis reais e oitenta e três centavos).
Vigência: Início: 12/04/2016 Término: 30/12/2016
Licitação: Convite p/ Compras e Serviços Nº 004/2016 - CV
Dotação: 2.030.3390.00 - 101 - 11/2016 - IMPLANTAÇÃO E MANUTENÇÃO DE PROGRAMAS SOCIAIS 2.030.3390.00 - 80 - 10/2016 - IMPLANTAÇÃO E MANUTENÇÃO DE PROGRAMAS SOCIAIS 2.068.3390.00 - 80 - 19/2016 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DO DESENV
Objeto: AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS, MATERIAL DE LIMPEZA, MATERIAL DE COPA E COZINHA E GAS ENGARRAFADO PARA SEREM UTILIZADOS NOS ENCONTROS DO GRUPO DA TERCEIRA IDADE DO MUNICÍPIO DE JACINTO MACHADO NO EXERCÍCIO DE 2016.

Jacinto Machado – SC, 12 de Abril de 2016.

ANTONIO JOÃO DE FÁVERI
Gestor do Fundo

DISPENSA DE LICITAÇÃO P/ COMPRAS E SERVIÇOS Nº 008/2016/PMJM PROCESSO LICITATÓRIO Nº 038/2016/PMJM

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO
Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº 008/2016/PMJM
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 038/2016/PMJM

Homologação: 06/04/2016
Contratado: ROMANO COMERCIO ATACADISTA DE DERIVADOS DE PETRÓLEO Ltda
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO
Objeto: AQUISIÇÃO DE ÓLEOS LUBRIFICANTES E FLUÍDO DE FREIO PARA MANUTENÇÃO DE VEÍCULOS DA SEC. MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE E SEC. MUNICIPAL DA AGRICULTURA, IRRIG. E MEIO AMBIENTE, NO EXERCÍCIO DE 2016.
Valor da Despesa: R\$ 7.262,76 (sete mil duzentos e sessenta e dois reais e setenta e seis centavos)
Fundamento: Art. 24, inciso II da Lei de Licitações.

Jacinto Machado – SC, 6 de Abril de 2016.
ANTONIO JOÃO DE FÁVERI
Prefeito Municipal

DISPENSA DE LICITAÇÃO P/ COMPRAS E SERVIÇOS Nº 009/2016/PMJM PROCESSO LICITATÓRIO Nº 046/2016/PMJM

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO

Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº 009/2016/PMJM

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 046/2016/PMJM

Homologação: 26/04/2016

Contratado: ECCO SAUDE E SEGURANÇA OCUPACIONAL LTDA - EPP

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA SEGURANÇA DO TRABALHO. SERVIÇOS PRESTADOS: ELABORAÇÃO DO PPRA (Programa de Prevenção de Riscos Ambientais); ELABORAÇÃO DO LTCAT (Laudo Técnico das Condições Ambientais de Trabalho) e INSPEÇÕES TÉCNICAS DE SEGURANÇA DO TRABALHO COM EMISSÃO DE RELATÓRIO TÉCNICO ESPECIFICANDO EVENTUAIS NECESSIDADES DE MELHORIAS. DURANTE O EXERCÍCIO DE 2016.

Valor da Despesa: R\$ 7.861,60 (sete mil oitocentos e sessenta e um reais e sessenta centavos)

Fundamento: Art. 24, inciso II da Lei de Licitações.

Jacinto Machado – SC, 26 de Abril de 2016.

ANTONIO JOÃO DE FÁVERI

Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO Nº 013/2016/FMAS

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE JACINTO MACHADO

EXTRATO DO CONTRATO Nº 013/2016/FMAS

Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE JACINTO MACHADO

Contratada: JULIANO POSSAMAI DELLA DE SOUZA-ME

Valor: R\$ 23.270,77 (vinte e três mil duzentos e setenta e sete centavos).

Vigência: Início: 12/04/2016 Término: 30/12/2016

Licitação: Convite p/ Compras e Serviços Nº 003/2016 - CV

Dotação: 2.026.3390.00 - 303 - 23/2016 - MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL 2.030.3390.00 - 101 - 11/2016 - IMPLANTAÇÃO E MANUTENÇÃO DE PROGRAMAS SOCIAIS 2.030.3390.00 - 80 - 10/2016 - IMPLANTAÇÃO E MANUTENÇÃO DE PROGRAMAS SOCIAIS 2.068.3390.00 - 80 - 19/2016 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DO DESENV

Objeto: AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS, MATERIAL DE LIMPEZA, MATERIAL DE COPA E COZINHA E GAS ENGARRAFADO PARA SEREM UTILIZADOS NO PETI DO MUNICÍPIO DE JACINTO MACHADO NO EXERCÍCIO DE 2016.

Jacinto Machado – SC, 12 de Abril de 2016.

ANTONIO JOÃO DE FÁVERI

Gestor do Fundo

EXTRATO DO CONTRATO Nº 012/2016/FMAS

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE JACINTO MACHADO

EXTRATO DO CONTRATO Nº 012/2016/FMAS

Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE JACINTO MACHADO

Contratada: ANTONINHO DE SOUZA MERCADINHO-ME

Valor: R\$ 7.875,00 (sete mil oitocentos e setenta e cinco reais).

Vigência: Início: 05/04/2016 Término: 30/12/2016

Licitação: Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº 003/2016 - DL

Dotação: 2.030.3390.00 - 80 - 10/2016 - IMPLANTAÇÃO E MANUTENÇÃO DE PROGRAMAS SOCIAIS 2.068.3390.00 - 80 - 19/2016 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DO DESENV

Objeto: AQUISIÇÃO DE CESTAS BÁSICAS PARA SEREM DISTRIBUÍDAS ÀS FAMÍLIAS CARENTES DO MUNICÍPIO DE JACINTO MACHADO DURANTE O EXERCÍCIO DE 2016.

Jacinto Machado – SC, 5 de Abril de 2016.

ANTONIO JOÃO DE FÁVERI

Gestor do Fundo

EXTRATO DO CONTRATO Nº 014/2016/FMAS

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE JACINTO MACHADO

EXTRATO DO CONTRATO Nº 014/2016/FMAS

Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE JACINTO MACHADO

Contratada: ANTONINHO DE SOUZA MERCADINHO-ME

Valor: R\$ 17.156,71 (dezessete mil cento e cinquenta e seis reais e setenta e um centavos).

Vigência: Início: 12/04/2016 Término: 30/12/2016

Licitação: Convite p/ Compras e Serviços Nº 003/2016 - CV

Dotação: 2.026.3390.00 - 303 - 23/2016 - MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL 2.030.3390.00 - 101 - 11/2016 - IMPLANTAÇÃO E MANUTENÇÃO DE PROGRAMAS SOCIAIS 2.030.3390.00 - 80 - 10/2016 - IMPLANTAÇÃO E MANUTENÇÃO DE PROGRAMAS SOCIAIS 2.068.3390.00 - 80 - 19/2016 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DO DESENV

Objeto: AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS, MATERIAL DE LIMPEZA, MATERIAL DE COPA E COZINHA E GAS ENGARRAFADO PARA SEREM UTILIZADOS NO PETI DO MUNICÍPIO DE JACINTO MACHADO NO EXERCÍCIO DE 2016.

Jacinto Machado – SC, 12 de Abril de 2016.

ANTONIO JOÃO DE FÁVERI

Gestor do Fundo

EXTRATO DO CONTRATO Nº 015/2016/FMAS

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE JACINTO MACHADO

EXTRATO DO CONTRATO Nº 015/2016/FMAS

Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE JACINTO MACHADO
Contratada: COMERCIAL SARETTO LTDA - EPP
Valor: R\$ 21.755,05 (vinte e um mil setecentos e cinquenta e cinco reais e cinco centavos).
Vigência: Início: 12/04/2016 Término: 30/12/2016
Licitação: Convite p/ Compras e Serviços Nº 003/2016 - CV
Dotação: 2.026.3390.00 - 303 - 23/2016 - MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIA 2.030.3390.00 - 101 - 11/2016 - IMPLANTAÇÃO E MANUTENÇÃO DE PROGRAMAS SOCIAIS 2.030.3390.00 - 80 - 10/2016 - IMPLANTAÇÃO E MANUTENÇÃO DE PROGRAMAS SOCIAIS 2.068.3390.00 - 80 - 19/2016 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DO DESENV
Objeto: AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS, MATERIAL DE LIMPEZA, MATERIAL DE COPA E COZINHA E GAS ENGARRAFADO PARA SEREM UTILIZADOS NO PETI DO MUNICÍPIO DE JACINTO MACHADO NO EXERCÍCIO DE 2016.

Jacinto Machado – SC, 12 de Abril de 2016.

ANTONIO JOÃO DE FÁVERI
Gestor do Fundo

EXTRATO DO CONTRATO Nº 017/2016/FMAS

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE JACINTO MACHADO

EXTRATO DO CONTRATO Nº 017/2016/FMAS

Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE JACINTO MACHADO
Contratada: CONSTRUDELLA COM. DE MAT. DE CONSTRUÇÃO LTDA - ME
Valor: R\$ 848,00 (oitocentos e quarenta e oito reais).
Vigência: Início: 12/04/2016 Término: 30/12/2016
Licitação: Convite p/ Compras e Serviços Nº 004/2016 - CV
Dotação: 2.030.3390.00 - 101 - 11/2016 - IMPLANTAÇÃO E MANUTENÇÃO DE PROGRAMAS SOCIAIS 2.030.3390.00 - 80 - 10/2016 - IMPLANTAÇÃO E MANUTENÇÃO DE PROGRAMAS SOCIAIS 2.068.3390.00 - 80 - 19/2016 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DO DESENV
Objeto: AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS, MATERIAL DE LIMPEZA, MATERIAL DE COPA E COZINHA E GAS ENGARRAFADO PARA SEREM UTILIZADOS NOS ENCONTROS DO GRUPO DA TERCEIRA IDADE DO MUNICÍPIO DE JACINTO MACHADO NO EXERCÍCIO DE 2016.

Jacinto Machado – SC, 12 de Abril de 2016.

ANTONIO JOÃO DE FÁVERI
Gestor do Fundo

EXTRATO DO CONTRATO Nº 016/2016/FMAS

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE JACINTO MACHADO

EXTRATO DO CONTRATO Nº 016/2016/FMAS

Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE JACINTO MACHADO
Contratada: CONSTRUDELLA COM. DE MAT. DE CONSTRUÇÃO LTDA - ME
Valor: R\$ 1.325,00 (um mil trezentos e vinte e cinco reais).
Vigência: Início: 12/04/2016 Término: 30/12/2016
Licitação: Convite p/ Compras e Serviços Nº 003/2016 - CV
Dotação: 2.026.3390.00 - 303 - 23/2016 - MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIA 2.030.3390.00 - 101 - 11/2016 - IMPLANTAÇÃO E MANUTENÇÃO DE PROGRAMAS SOCIAIS 2.030.3390.00 - 80 - 10/2016 - IMPLANTAÇÃO E MANUTENÇÃO DE PROGRAMAS SOCIAIS 2.068.3390.00 - 80 - 19/2016 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DO DESENV
Objeto: AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS, MATERIAL DE LIMPEZA, MATERIAL DE COPA E COZINHA E GAS ENGARRAFADO PARA SEREM UTILIZADOS NO PETI DO MUNICÍPIO DE JACINTO MACHADO NO EXERCÍCIO DE 2016.

Jacinto Machado – SC, 12 de Abril de 2016.

ANTONIO JOÃO DE FÁVERI
Gestor do Fundo

EXTRATO DO CONTRATO Nº 018/2016/FMAS

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE JACINTO MACHADO

EXTRATO DO CONTRATO Nº 018/2016/FMAS

Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE JACINTO MACHADO
Contratada: JULIANO POSSAMAI DELLA DE SOUZA-ME
Valor: R\$ 12.634,86 (doze mil seiscentos e trinta e quatro reais e oitenta e seis centavos).
Vigência: Início: 12/04/2016 Término: 30/12/2016
Licitação: Convite p/ Compras e Serviços Nº 004/2016 - CV
Dotação: 2.030.3390.00 - 101 - 11/2016 - IMPLANTAÇÃO E MANUTENÇÃO DE PROGRAMAS SOCIAIS 2.030.3390.00 - 80 - 10/2016 - IMPLANTAÇÃO E MANUTENÇÃO DE PROGRAMAS SOCIAIS 2.068.3390.00 - 80 - 19/2016 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DO DESENV
Objeto: AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS, MATERIAL DE LIMPEZA, MATERIAL DE COPA E COZINHA E GAS ENGARRAFADO PARA SEREM UTILIZADOS NOS ENCONTROS DO GRUPO DA TERCEIRA IDADE DO MUNICÍPIO DE JACINTO MACHADO NO EXERCÍCIO DE 2016.

Jacinto Machado – SC, 12 de Abril de 2016.

ANTONIO JOÃO DE FÁVERI
Gestor do Fundo

EXTRATO DO CONTRATO Nº 019/2016/FMAS

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE JACINTO MACHADO

EXTRATO DO CONTRATO Nº 019/2016/FMAS

Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE JACINTO MACHADO

Contratada: COMERCIAL SARETTO LTDA - EPP

Valor: R\$ 20.102,15 (vinte mil cento e dois reais e quinze centavos).

Vigência: Início: 12/04/2016 Término: 30/12/2016

Licitação: Convite p/ Compras e Serviços Nº 004/2016 - CV

Dotação: 2.030.3390.00 - 101 - 11/2016 - IMPLANTAÇÃO E MANUTENÇÃO DE PROGRAMAS SOCIAIS 2.030.3390.00 - 80 - 10/2016 - IMPLANTAÇÃO E MANUTENÇÃO DE PROGRAMAS SOCIAIS 2.068.3390.00 - 80 - 19/2016 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DO DESENV

Objeto: AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS, MATERIAL DE LIMPEZA, MATERIAL DE COPA E COZINHA E GAS ENGARRAFADO PARA SEREM UTILIZADOS NOS ENCONTROS DO GRUPO DA TERCEIRA IDADE DO MUNICÍPIO DE JACINTO MACHADO NO EXERCÍCIO DE 2016.

Jacinto Machado – SC, 12 de Abril de 2016.

ANTONIO JOÃO DE FÁVERI
Gestor do Fundo

EXTRATO DO CONTRATO Nº 033/2016/FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JACINTO MACHADO
EXTRATO DO CONTRATO Nº 033/2016/FMS

Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JACINTO MACHADO

Contratada: GOLD COMPUTADORES LTDA

Valor: R\$ 20.209,70 (vinte mil duzentos e nove reais e setenta centavos).

Vigência: Início: 19/04/2016 Término: 30/12/2016

Licitação: PREGÃO PRESENCIAL Nº 005/2016 - PR

Dotação: 1.022.4490.00 - 722 - 26/2016 - CONSTR., AMPL UNID, AQUIS. VEÍCULOS E EQUIPAMENTOS

Objeto: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE PARA MELHORIA NA INFRA ESTRUTURA E ATENDIMENTO AOS CIDADÃOS NAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE JACINTO MACHADO/SC.

Jacinto Machado – SC, 19 de Abril de 2016.

ANA MARIA BACK MACHADO
Gestora do Fundo

EXTRATO DO CONTRATO Nº 034/2016/FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JACINTO MACHADO
EXTRATO DO CONTRATO Nº 034/2016/FMS

Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JACINTO MACHADO

Contratada: ALTERMED MAT. MEDICO HOSPITALAR LTDA

Valor: R\$ 46.175,73 (quarenta e seis mil cento e setenta e cinco reais e setenta e três centavos).

Vigência: Início: 19/04/2016 Término: 30/12/2016

Licitação: PREGÃO PRESENCIAL Nº 005/2016 - PR

Dotação: 1.022.4490.00 - 722 - 26/2016 - CONSTR., AMPL UNID, AQUIS. VEÍCULOS E EQUIPAMENTOS

Objeto: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE PARA MELHORIA NA INFRA ESTRUTURA E ATENDIMENTO AOS CIDADÃOS NAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE JACINTO MACHADO/SC.

Jacinto Machado – SC, 19 de Abril de 2016.

ANA MARIA BACK MACHADO
Gestora do Fundo

EXTRATO DO CONTRATO Nº 035/2016/FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JACINTO MACHADO
EXTRATO DO CONTRATO Nº 035/2016/FMS

Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JACINTO MACHADO

Contratada: R.S.A COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA LTDA

Valor: R\$ 2.618,00 (dois mil seiscentos e dezoito reais).

Vigência: Início: 19/04/2016 Término: 30/12/2016

Licitação: PREGÃO PRESENCIAL Nº 005/2016 - PR

Dotação: 1.022.4490.00 - 722 - 26/2016 - CONSTR., AMPL UNID, AQUIS. VEÍCULOS E EQUIPAMENTOS

Objeto: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE PARA MELHORIA NA INFRA ESTRUTURA E ATENDIMENTO AOS CIDADÃOS NAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE JACINTO MACHADO/SC.

Jacinto Machado – SC, 19 de Abril de 2016.

ANA MARIA BACK MACHADO
Gestora do Fundo

EXTRATO DO CONTRATO Nº 036/2016/FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JACINTO MACHADO
EXTRATO DO CONTRATO Nº 036/2016/FMS

Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JACINTO MACHADO
Contratada: W & Z COMÉRCIO E SERVIÇOS HOSPITALARES LTDA
Valor: R\$ 2.898,00 (dois mil oitocentos e noventa e oito reais).
Vigência: Início: 19/04/2016 Término: 30/12/2016
Licitação: PREGÃO PRESENCIAL Nº 005/2016 - PR
Dotação: 1.022.4490.00 - 722 - 26/2016 - CONSTR., AMPL UNID, AQUIS. VEÍCULOS E EQUIPAMENTOS
Objeto: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE PARA MELHORIA NA INFRA ESTRUTURA E ATENDIMENTO AOS CIDADÃOS NAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE JACINTO MACHADO/SC.

Jacinto Machado – SC, 19 de Abril de 2016.

ANA MARIA BACK MACHADO
Gestora do Fundo

EXTRATO DO CONTRATO Nº 038/2016/FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JACINTO MACHADO
EXTRATO DO CONTRATO Nº 038/2016/FMS

Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JACINTO MACHADO
Contratada: BRANET GESTÃO DE LOGÍSTICA EM SAUDE LTDA ME
Valor: R\$ 9.649,00 (nove mil seiscentos e quarenta e nove reais).
Vigência: Início: 19/04/2016 Término: 30/12/2016
Licitação: PREGÃO PRESENCIAL Nº 005/2016 - PR
Dotação: 1.022.4490.00 - 722 - 26/2016 - CONSTR., AMPL UNID, AQUIS. VEÍCULOS E EQUIPAMENTOS
Objeto: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE PARA MELHORIA NA INFRA ESTRUTURA E ATENDIMENTO AOS CIDADÃOS NAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE JACINTO MACHADO/SC.

Jacinto Machado – SC, 19 de Abril de 2016.

ANA MARIA BACK MACHADO
Gestora do Fundo

EXTRATO DO CONTRATO Nº 037/2016/FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JACINTO MACHADO
EXTRATO DO CONTRATO Nº 037/2016/FMS

Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JACINTO MACHADO
Contratada: METROMED COMÉRCIO DE MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA
Valor: R\$ 20.676,00 (vinte mil seiscentos e setenta e seis reais).
Vigência: Início: 19/04/2016 Término: 30/12/2016
Licitação: PREGÃO PRESENCIAL Nº 005/2016 - PR
Dotação: 1.022.4490.00 - 722 - 26/2016 - CONSTR., AMPL UNID, AQUIS. VEÍCULOS E EQUIPAMENTOS
Objeto: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE PARA MELHORIA NA INFRA ESTRUTURA E ATENDIMENTO AOS CIDADÃOS NAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE JACINTO MACHADO/SC.

Jacinto Machado – SC, 19 de Abril de 2016.

ANA MARIA BACK MACHADO
Gestora do Fundo

EXTRATO DO CONTRATO Nº 039/2016/FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JACINTO MACHADO
EXTRATO DO CONTRATO Nº 039/2016/FMS

Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JACINTO MACHADO
Contratada: DIGIPLUS TECNOLOGIA LTDA - EPP
Valor: R\$ 19.610,00 (dezenove mil seiscentos e dez reais).
Vigência: Início: 19/04/2016 Término: 30/12/2016
Licitação: PREGÃO PRESENCIAL Nº 005/2016 - PR
Dotação: 1.022.4490.00 - 722 - 26/2016 - CONSTR., AMPL UNID, AQUIS. VEÍCULOS E EQUIPAMENTOS
Objeto: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE PARA MELHORIA NA INFRA ESTRUTURA E ATENDIMENTO AOS CIDADÃOS NAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE JACINTO MACHADO/SC.

Jacinto Machado – SC, 19 de Abril de 2016.

ANA MARIA BACK MACHADO
Gestora do Fundo

EXTRATO DO CONTRATO Nº 071/2016/PMJM

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO
EXTRATO DO CONTRATO Nº 071/2016/PMJM

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO
Contratada: ROMANO COMERCIO ATACADISTA DE DERIVADOS DE PETRÓLEO LTDA
Valor Global: R\$ 7.262,76 (sete mil duzentos e sessenta e dois reais e setenta e seis centavos).
Vigência: Início: 06/04/2016 Término: 30/12/2016
Licitação: Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº 008/2016/PMJM
Dotação: 2.008.3390.00 - 695 - 35/2016 - MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA 2.048.3390.00 - 80 - 84/2016 - MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE AGRICULTURA, IRRIGAÇÃO 2.008.3390.00 - 104 - 33/2016 - MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA
Objeto: AQUISIÇÃO DE ÓLEOS LUBRIFICANTES E FLUÍDO DE FREIO PARA MANUTENÇÃO DE VEÍCULOS DA SEC. MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE E SEC. MUNICIPAL DA AGRICULTURA, IRRIG. E MEIO AMBIENTE, NO EXERCÍCIO DE 2016.

Jacinto Machado – SC, 6 de Abril de 2016.
ANTONIO JOÃO DE FÁVERI
Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO Nº 073/2016/PMJM

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO
EXTRATO DO CONTRATO Nº 073/2016/PMJM

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO
Contratada: SCARABELOT TORNEARIA MECANICA LTDA ME
Valor Global: R\$ 19.760,00 (dezenove mil setecentos e sessenta reais).
Vigência: Início: 07/04/2016 Término: 30/12/2016
Licitação: Convite p/ Compras e Serviços Nº 017/2016/PMJM
Dotação: 2.033.3390.00 - 80 - 77/2016 - MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLI 2.008.3390.00 - 695 - 35/2016 - MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA 2.033.3390.00 - 116 - 79/2016 - MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLI 2.048.3390.00 - 80 - 84/2016 - MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE AGRICULTURA, IRRIGAÇÃO 2.008.3390.00 - 104 - 33/2016 - MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA
Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE SOLDAGEM ESPECIAL MIG (Metal Inert Gas) e MAG (Metal Active Gas) A SER EXECUTADO EM EQUIPAMENTOS/PEÇAS/MÁQUINAS/VEÍCULOS, DE USO DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS, EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES E AGRICULTURA, IRRIGAÇÃO E MEIO AMBIENTE DE JACINTO MACHADO DURANTE O EXERCÍCIO DE 2016.

Jacinto Machado – SC, 7 de Abril de 2016.
ANTONIO JOÃO DE FÁVERI
Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO Nº 072/2016/PMJM

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO
EXTRATO DO CONTRATO Nº 072/2016/PMJM

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO
Contratada: SCARABELOT TORNEARIA MECANICA LTDA ME
Valor Global: R\$ 9.500,00 (nove mil e quinhentos reais).
Vigência: Início: 07/04/2016 Término: 30/12/2016
Licitação: Convite p/ Compras e Serviços Nº 016/2016/PMJM
Dotação: 2.033.3390.00 - 80 - 77/2016 - MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLI 2.033.3390.00 - 116 - 79/2016 - MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLI 2.048.3390.00 - 80 - 84/2016 - MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE AGRICULTURA, IRRIGAÇÃO
Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TORNO PARA MANUTENÇÃO DE PEÇAS DE MÁQUINAS E DE VEÍCULOS DE USO DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS E AGRICULTURA, IRRIGAÇÃO E MEIO AMBIENTE DE JACINTO MACHADO, NO EXERCÍCIO DE 2016.

Jacinto Machado – SC, 7 de Abril de 2016.
ANTONIO JOÃO DE FÁVERI
Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO Nº 074/2016/PMJM

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO
EXTRATO DO CONTRATO Nº 074/2016/PMJM

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO
Contratada: VITORIO BORGES - ME
Valor Global: R\$ 42.000,00 (quarenta e dois mil reais).
Vigência: Início: 07/04/2016 Término: 30/12/2016
Licitação: Convite p/ Compras e Serviços Nº 018/2016/PMJM
Dotação: 2.033.3390.00 - 80 - 77/2016 - MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLI 2.003.3390.00 - 80 - 4/2016 - MANUTENÇÃO DO GABINETE DO PREFEITO, VICE E ASSESSO 2.008.3390.00 - 695 - 35/2016 - MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA 2.033.3390.00 - 116 - 79/2016 - MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLI 2.048.3390.00 - 80 - 84/2016 - MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE AGRICULTURA, IRRIGAÇÃO 2.008.3390.00 - 104 - 33/2016 - MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA
Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CHAPEAÇÃO E PINTURA PARA SEREM EXECUTADOS NOS VEÍCULOS DE USO DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS, AGRICULTURA, IRRIGAÇÃO E MEIO AMBIENTE, EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES E GABINETE DO PREFEITO, DO MUNICÍPIO DE JACINTO MACHADO NO EXERCÍCIO DE 2016.

Jacinto Machado – SC, 7 de Abril de 2016.
ANTONIO JOÃO DE FÁVERI
Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO Nº 075/2016/PMJM

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO
EXTRATO DO CONTRATO Nº 075/2016/PMJM

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO
Contratada: BETHA SISTEMAS LTDA
Valor Global: R\$ 11.066,00 (onze mil e sessenta e seis reais).
Vigência: Início: 15/04/2016 Término: 30/12/2016
Licitação: Inexigibilidade de Licitação Nº 01/2016/PMJM
Dotação: 2.005.3390.00 - 80 - 10/2016 - MANUT. DOS SERV. ADMINISTRATIVOS E DE PLANEJAMENTO
Objeto: FORNECIMENTO DE LICENÇAS DE USO, NÃO EXCLUSIVA, MEDIANTE CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA LICENCIAMENTO DO DIREITO DE USO DOS APLICATIVOS PROTOCOLO FLY E PROCURADORIA COM ACESSOS SIMULTÂNEOS, CONFORME FUNCIONALIDADES DESCRITAS NO ANEXO I DA MINUTA CONTRATUAL.

Jacinto Machado – SC, 15 de Abril de 2016.
ANTONIO JOÃO DE FÁVERI
Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO Nº 077/2016/PMJM

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO
EXTRATO DO CONTRATO Nº 077/2016/PMJM

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO
Contratada: PUBLICABR CONSULTORIA E ASSESSORIA LTDA - ME
Valor Global: R\$ 47.000,00 (quarenta e sete mil reais).
Vigência: Início: 26/04/2016 Término: 30/12/2016
Licitação: Tomada de Preço p/ Compras e Serviços Nº 001/2016/PMJM
Dotação: 2.005.3390.00 - 80 - 10/2016 - MANUT. DOS SERV. ADMINISTRATIVOS E DE PLANEJAMENTO
Objeto: CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS DE CONSULTORIA E ASSESSORIA ADMINISTRATIVA/JURÍDICA JUNTO AO MUNICÍPIO DE JACINTO MACHADO, nos moldes e exigências estabelecidas no Projeto Básico (Anexo II), conforme Edital.

Jacinto Machado – SC, 26 de Abril de 2016.
ANTONIO JOÃO DE FÁVERI
Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO Nº 078/2016/PMJM

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO
EXTRATO DO CONTRATO Nº 078/2016/PMJM

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO
Contratada: MECANICA MR SILVA DIESEL LTDA - ME
Valor Global: R\$ 24.714,20 (vinte e quatro mil setecentos e quatorze reais e vinte centavos).
Vigência: Início: 26/04/2016 Término: 30/12/2016
Licitação: Convite p/ Compras e Serviços Nº 019/2016/PMJM
Dotação: 2.033.3390.00 - 80 - 77/2016 - MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLI 2.033.3390.00 - 142 - 81/2016 - MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLI 2.005.3390.00 - 80 - 10/2016 - MANUT. DOS SERV. ADMINISTRATIVOS E DE PLANEJAMENTO 2.008.3390.00 - 103 - 32/2016 - MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA 2.008.3390.00 - 695 - 35/2016 - MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA 2.025.3390.00 - 80 - 15/2016 - MANUT. DOS SERVIÇOS DO CONSELHO TUTELAR 2.008.3390.00 - 107 - 34/2016 - MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA 2.033.3390.00 - 116 - 79/2016 - MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLI 2.048.3390.00 - 80 - 84/2016 - MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE AGRICULTURA, IRRIGAÇÃO 2.008.3390.00 - 95 - 30/2016 - MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA
Objeto: AQUISIÇÃO DE PEÇAS ELÉTRICAS E SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA ELÉTRICA PARA MANUTENÇÃO DOS VEÍCULOS LEVES (AUTOMÓVEIS, CAMINHONETES E MOTOCICLETAS), ÔNIBUS E MICROÔNIBUS, CAMINHÕES E MÁQUINAS PESADAS DA FROTA MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO/SC, DURANTE O EXERCÍCIO DE 2016.

Jacinto Machado – SC, 26 de Abril de 2016.
ANTONIO JOÃO DE FÁVERI
Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO Nº 079/2016/PMJM

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO
EXTRATO DO CONTRATO Nº 079/2016/PMJM

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO
Contratada: JOSÉ CARLOS BURIM - ME
Valor Global: R\$ 25.040,95 (vinte e cinco mil e quarenta reais e noventa e cinco centavos).
Vigência: Início: 26/04/2016 Término: 30/12/2016
Licitação: Convite p/ Compras e Serviços Nº 019/2016/PMJM
Dotação: 2.033.3390.00 - 80 - 77/2016 - MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLI 2.033.3390.00 - 142 - 81/2016 - MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLI 2.005.3390.00 - 80 - 10/2016 - MANUT. DOS SERV. ADMINISTRATIVOS E DE PLANEJAMENTO 2.008.3390.00 - 103 - 32/2016 - MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA 2.008.3390.00 - 695 - 35/2016 - MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA 2.025.3390.00 - 80 - 15/2016 - MANUT. DOS SERVIÇOS DO CONSELHO TUTELAR 2.008.3390.00 - 107 - 34/2016 - MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA 2.033.3390.00 - 116 - 79/2016 - MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLI 2.048.3390.00 - 80 - 84/2016 - MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE AGRICULTURA, IRRIGAÇÃO 2.008.3390.00 - 95 - 30/2016 - MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA
Objeto: AQUISIÇÃO DE PEÇAS ELÉTRICAS E SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA ELÉTRICA PARA MANUTENÇÃO DOS VEÍCULOS LEVES (AUTOMÓVEIS, CAMINHONETES E MOTOCICLETAS), ÔNIBUS E MICROÔNIBUS, CAMINHÕES E MÁQUINAS PESADAS DA FROTA MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO/SC, DURANTE O EXERCÍCIO DE 2016.

Jacinto Machado – SC, 26 de Abril de 2016.
ANTONIO JOÃO DE FÁVERI
Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO Nº 081/2016/PMJM

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO
EXTRATO DO CONTRATO Nº 081/2016/PMJM

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO
Contratada: ASSOCIAÇÃO DESPORTIVA BONSUCESSO
Valor Global: R\$ 11.500,00 (onze mil quinhentos reais).
Vigência: Início: 05/05/2016 Término: 30/12/2016
Licitação: Convite p/ Compras e Serviços Nº 021/2016/PMJM
Dotação: 2.019.3390.00 - 80 - 57/2016 - MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE ESPORTES
Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ARBITRAGEM NOS JOGOS DO CAMPEONATO MUNICIPAL DE FUTEBOL DE CAMPO DE JACINTO MACHADO/SC - TAÇA PROFESSOR PEDRO LUIZ MEZZARI - EDIÇÃO 2016.

Jacinto Machado – SC, 5 de Maio de 2016.
ANTONIO JOÃO DE FÁVERI
Prefeito Municipal

TERMO ADITIVO 01 AO CONTRATO 014/2016/FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JACINTO MACHADO
TERMO ADITIVO 01 AO CONTRATO 014/2016/FMS

Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JACINTO MACHADO
Contratada: METROMED-COM.DE MAT.MED.HOSP;LTDA
Valor Aditado: R\$ 14.980,96 (quatorze mil novecentos e oitenta reais e noventa e seis centavos).
Vigência: Início: 28/04/2016 Término: 30/12/2016
Licitação: PREGÃO PRESENCIAL Nº 009/2015 - PR
Objeto: FICA PACTUADO O ACRÉSCIMO DE R\$ 14.980,96 (QUATORZE MIL NOVECENTOS E OITENTA REAIS E NOVENTA E SEIS CENTAVOS) NO VALOR GLOBAL DO CONTRATO REFERENTE À INCLUSÃO DOS ITENS DISCRIMINADOS NO TERMO ADITIVO, RESULTADO DA 2ª COLOCAÇÃO DA EMPRESA METROMED COM. DE MAT. MÉD. HOSPIT. LTDA NO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 026/2015/FMS, PREGÃO PRESENCIAL Nº 009/2015/FMS.

Jacinto Machado – SC, 28 de Abril de 2016.

Ana Maria Back Machado
Gestora do Fundo

TERMO ADITIVO 01 AO CONTRATO 008/2016/FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JACINTO MACHADO
TERMO ADITIVO 01 AO CONTRATO 008/2016/FMS

Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JACINTO MACHADO
Contratada: L A DALLA PORTA JUNIOR
Valor Aditado: R\$ 3.590,86 (três mil quinhentos e noventa reais e oitenta e seis centavos).
Vigência: Início: 28/04/2016 Término: 30/12/2016
Licitação: PREGÃO PRESENCIAL Nº 007/2015 - PR
Objeto: FICA PACTUADO O ACRÉSCIMO DE R\$ 3.590,86 (três mil quinhentos e noventa reais e oitenta e seis centavos) NO VALOR GLOBAL DO CONTRATO REFERENTE À INCLUSÃO DOS ITENS DISCRIMINADOS NO TERMO ADITIVO, RESULTADO DA 2ª COLOCAÇÃO DA EMPRESA L A DALLA PORTA JUNIOR NO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 024/2015/FMS, PREGÃO PRESENCIAL Nº 007/2015/FMS

Jacinto Machado – SC, 28 de Abril de 2016.

Ana Maria Back Machado
Gestora do Fundo

TERMO ADITIVO 01 AO CONTRATO 015/2016/FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JACINTO MACHADO
TERMO ADITIVO 01 AO CONTRATO 015/2016/FMS

Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JACINTO MACHADO
Contratada: ALTERMED MAT. MEDICO HOSPITALAR LTDA
Valor Aditado: R\$ 2.701,80 (dois mil setecentos e um reais e oitenta centavos).
Vigência: Início: 28/04/2016 Término: 30/12/2016
Licitação: PREGÃO PRESENCIAL Nº 009/2015 - PR
Objeto: FICA PACTUADO O ACRÉSCIMO DE R\$ 2.701,80 (DOIS MIL SETECENTOS E UM REAIS E OITENTA CENTAVOS) NO VALOR GLOBAL DO CONTRATO REFERENTE À INCLUSÃO DOS ITENS DISCRIMINADOS NO TERMO ADITIVO, RESULTADO DA 2ª COLOCAÇÃO DA EMPRESA ALTERMED MAT. MÉDICO HOSPITALAR LTDA NO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 026/2015/FMS, PREGÃO PRESENCIAL Nº 009/2015/FMS.

Jacinto Machado – SC, 28 de Abril de 2016.

Ana Maria Back Machado
Gestora do Fundo

TERMO ADITIVO 01 AO CONTRATO 017/2016/FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JACINTO MACHADO
TERMO ADITIVO 01 AO CONTRATO 017/2016/FMS

Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JACINTO MACHADO
Contratada: L A DALLA PORTA JUNIOR
Valor Aditado: R\$ 87.482,40 (oitenta e sete mil quatrocentos e oitenta e dois reais e quarenta centavos).
Vigência: Início: 28/04/2016 Término: 30/12/2016
Licitação: PREGÃO PRESENCIAL Nº 009/2015 - PR
Objeto: FICA PACTUADO O ACRÉSCIMO DE R\$ 87.482,40 (OITENTA E SETE MIL QUATROCENTOS E OITENTA E DOIS REAIS E QUARENTA CENTAVOS) NO VALOR GLOBAL DO CONTRATO REFERENTE À INCLUSÃO DOS ITENS DISCRIMINADOS NO TERMO ADITIVO, RESULTADO DA 2ª COLOCAÇÃO DA EMPRESA L A DALLA PORTA JUNIOR NO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 026/2015/FMS, PREGÃO PRESENCIAL Nº 009/2015/FMS

Jacinto Machado – SC, 28 de Abril de 2016.

Ana Maria Back Machado
Gestora do Fundo

TERMO ADITIVO 05 AO CONTRATO 017/2012/PMJM

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO
TERMO ADITIVO 05 AO CONTRATO 017/2012/PMJM

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO
Contratada: EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELEGRAFOS
Valor Aditado: R\$ 9.000,00 (nove mil reais).
Vigência: Início: 05/02/2016 Término: 06/02/2017
Licitação: Inexigibilidade de Licitação Nº 001/2012 - IL
Objeto: FICA PACTUADA A PRORROGAÇÃO DO PRAZO DO PRESENTE CONTRATO, COM VENCIMENTO FINAL PREVISTO PARA O DIA 06/02/2017.

Jacinto Machado – SC, 5 de Fevereiro de 2016.
ANTONIO JOÃO DE FAVERI
Prefeito Municipal

Jaraguá do Sul

PREFEITURA

DECRETO Nº 10.859/2016

D E C R E T O Nº 10.859/2016

Abre Crédito Adicional Suplementar no Orçamento Vigente, Aprovado pela Lei Municipal Nº 7.161/2015, de 07/12/2015, e Alterações Posteriores, e dá outras providências.

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas e com base na Lei Municipal Nº 7.221/2016, de 09 de maio de 2016,

DECRETA :

Art.1º Fica aberto crédito suplementar, no valor de R\$ 246.000,00 (Duzentos e quarenta e seis mil reais), para reforço do programa e verba abaixo discriminados, constantes do Orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde (FMS), a saber:

15 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

15.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

15.01.10.301.07542.680 - Procedimentos de Ações judiciais - AS-SFAR Básica

3.3.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES

15.01.93 3.3.90 - Aplicações Diretas R\$ 246.000,00

Art.2º A despesa decorrente da execução do presente Decreto corre por conta da anulação total da dotação orçamentária do programa e verba abaixo discriminados, constantes do Orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde (FMS), a saber:

15 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

15.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

15.01.10.122.07502.650 - Manutenção dos Serviços do Consórcio Intermunicipal de Saúde

3.3.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES

15.01.2 3.3.71 - Transferências a Consórcios Públicos R\$ 246.000,00

Art.3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 09 de maio de 2016.

DIETER JANSSEN

Prefeito

ADEMAR POSSAMAI

Secretário Municipal da Fazenda

DECRETO Nº 10.860/2016

D E C R E T O Nº 10.860/2016

Dispõe sobre o Horário de Expediente da Administração Pública Municipal.

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo artigo 71, inciso XII, da Lei Orgânica do Município, e pelo artigo 12, da Lei Complementar Municipal Nº 138/2013, de 15/10/2013,

DECRETA :

Art.1º A partir de 1º de junho de 2016 o horário de expediente da Administração Pública Municipal será das 7h30min às 11h30min e das 13h às 17h, nos dias úteis.

Art.2º Aplica-se, no que couber, às Fundações Públicas e às Autarquias Municipais o disposto neste Decreto.

Art.3º Ficam mantidos os demais dispositivos do Decreto Municipal Nº 10.582/2015, de 1º/10/2015, no que se referem às medidas para contenção de despesas.

Art.4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 1º de junho de 2016, revogadas as disposições em contrário.

Jaraguá do Sul, 09 de maio de 2016.

DIETER JANSSEN

Prefeito

ADEMAR POSSAMAI

Secretário Municipal da Fazenda

Secretário Municipal da Administração

LEI Nº 7.221/2016

LEI Nº 7.221/2016

Autoriza a Abertura de Crédito Adicional Suplementar no Orçamento Vigente, Aprovado pela Lei Municipal Nº 7.161/2015, de 07/12/2015, e Alterações Posteriores, e dá outras providências.

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas,

FAZ SABER a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito suplementar, mediante Decreto, no valor de R\$ 246.000,00 (Duzentos e quarenta e seis mil reais), para reforço do programa e verba abaixo discriminados, constantes do Orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde (FMS), a saber:

15 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

15.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

15.01.10.301.07542.680 - Procedimentos de Ações Judiciais - AS-SFAR Básica

3.3.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES

15.01.93 3.3.90 - Aplicações Diretas R\$ 246.000,00

Art.2º A despesa decorrente da execução da presente Lei corre por conta da anulação total da dotação orçamentária do programa e verba abaixo discriminados, constantes do Orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde (FMS), a saber:

15 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

15.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

15.01.10.122.07502.650 - Manutenção dos Serviços do Consórcio Intermunicipal de Saúde

3.3.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES

15.01.2 3.3.71 - Transferências a Consórcios Públicos R\$ 246.000,00

Art.3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 09 de maio de 2016.

DIETER JANSSEN

Prefeito

ADEMAR POSSAMAI

Secretário Municipal da Fazenda

RELAÇÃO COMPLEMENTAR DAS FAMÍLIAS PRÉ-SELECIONADAS PARA O EMPREENDIMENTO HABITACIONAL DE INTERESSE SOCIAL "LOTEAMENTO HARMONIA"

RELAÇÃO COMPLEMENTAR DAS FAMÍLIAS PRÉ-SELECIONADAS PARA O EMPREENDIMENTO HABITACIONAL DE INTERESSE SOCIAL "LOTEAMENTO HARMONIA"

A Secretaria da Habitação e Regularização Fundiária, através do Fundo Rotativo Habitacional de Jaraguá do Sul – FROHAB, em conformidade com as Leis Municipais nº 1.824/1994 e 6.723/2013, e considerando o Distrato celebrado com uma das famílias selecionadas anteriormente, bem como os termos do Convênio Administrativo nº 655/2011, firmado com a COHAB, torna pública a relação complementar da família pré-selecionada para o empreendimento habitacional de interesse social "Loteamento Harmonia", situado na Rua 887 – Domingos Anacleto Garcia, bairro Três Rios do Norte, MI nº 48.660, com 71 (setenta e uma) unidades habitacionais – tipo casa, destinado especialmente às famílias afetadas pelas enchentes ocorridas nos anos de 2008 e 2011, no município. Dado o prazo de 10 (dez) dias para impugnações. As impugnações devem ser apresentadas no setor de Protocolo da Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul, endereçadas à Secretaria da Habitação e Regularização Fundiária. Jaraguá do Sul, 10 de maio de 2016.

JANICE MARIA ANACLETO
Assistente Social
CRESS 2242 – 12ª Região

FRANCIELI ROBERTA M. SAVALLISCH
Assistente Social
CRESS 4579 – 12ª Região

RONALDO DE LIMA
Secretário da Habitação e Regularização Fundiária e Coordenador do Fundo Rotativo Habitacional – FROHAB

RELAÇÃO COMPLEMENTAR PARA UNIDADE HABITACIONAL OCIOSA NO LOTEAMENTO HARMONIA						
Nº	Insc	Titular	CPF	Cônjuge	CPF	Grupo
1	18770	NOEMI ANTONOVICZ	039926449-36	LUIS CARLOS ALVES	988598039-34	PREFERENCIAL

JANICE MARIA ANACLETO FRANCIELI ROBERTA M. SAVALLISCH
Assistente Social Assistente Social
CRESS 2242 – 12ª Região CRESS 4579 – 12ª Região

SAMAE - LICITAÇÃO Nº: 086/2016 TIPO: MENOR PREÇO POR LOTE MODALIDADE: PREGÃO OBJETO: AQUISIÇÃO DE CONEXÕES, VÁLVULAS, MANGUEIRA COM TRAMA DE LONA, EXAUSTOR CENTRÍFUGO, BICO EJETOR PARA AERADOR SUBMERSÍVEL E TURFA GROSSA PARA SISTEMA DE FILTRAÇÃO.

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO – SAMAE

JARAGUÁ DO SUL – SC

AVISO DE LICITAÇÃO

LICITAÇÃO Nº: 086/2016

TIPO: MENOR PREÇO POR LOTE

MODALIDADE: PREGÃO

OBJETO: AQUISIÇÃO DE CONEXÕES, VÁLVULAS, MANGUEIRA COM TRAMA DE LONA, EXAUSTOR CENTRÍFUGO, BICO EJETOR PARA AERADOR SUBMERSÍVEL E TURFA GROSSA PARA SISTEMA DE FILTRAÇÃO.

RETIRADA DO EDITAL: A partir do dia 11/05/2016, das 8:00 h às 12:00 h e das 13:00 às 16:00 h

DATA DA ABERTURA: 23/05/2016 às 14 horas

O Edital encontra-se à disposição dos interessados no escritório do SAMAE, na Rua Erwino Menegotti, nº 478 – Jaraguá do Sul – SC- Site: www.samaejs.com.br

Esclarecimentos adicionais poderão ser obtidos através do telefone 047– 2106-9100

Ademir Izidoro

Diretor Presidente

SAMAE - LICITAÇÃO Nº: 088/2016 TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM MODALIDADE: PREGÃO OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAR SERVIÇO DE CARÁTER CONTINUADO DE MANUTENÇÃO EM BOMBAS

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO – SAMAE

JARAGUÁ DO SUL – SC

AVISO DE LICITAÇÃO

LICITAÇÃO Nº: 088/2016

TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

MODALIDADE: PREGÃO

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAR SERVIÇO DE CARÁTER CONTINUADO DE MANUTENÇÃO EM BOMBAS

RETIRADA DO EDITAL: A partir do dia 11/05/2016, das 8:00 h às 12:00 h e das 13:00 às 16:00 h

DATA DA ABERTURA: 24/05/2016 às 10 horas

O Edital encontra-se à disposição dos interessados no escritório do SAMAE, na Rua Erwino Menegotti, nº 478 – Jaraguá do Sul – SC- Site: www.samaejs.com.br

Esclarecimentos adicionais poderão ser obtidos através do telefone 047– 2106-9100

Ademir Izidoro

Diretor Presidente

TAXAS BANCÁRIAS - MAIO 2016



TAXAS DE JUROS DE SERVIÇOS BANCÁRIOS – MAIO DE 2016

INSTITUIÇÃO FINANCEIRA	BANCO DO BRASIL		BANRISUL		BRADESCO		C.E.F.		HSBC		ITAÚ		SANTANDER	
	TAXA MÍNIMA (% ao mês)	TAXA MÁXIMA (% ao mês)	TAXA MÍNIMA (% ao mês)	TAXA MÁXIMA (% ao mês)	TAXA MÍNIMA (% ao mês)	TAXA MÁXIMA (% ao mês)	TAXA MÍNIMA (% ao mês)	TAXA MÁXIMA (% ao mês)	TAXA MÍNIMA (% ao mês)	TAXA MÁXIMA (% ao mês)	TAXA MÍNIMA (% ao mês)	TAXA MÁXIMA (% ao mês)	TAXA MÍNIMA (% ao mês)	TAXA MÁXIMA (% ao mês)
Serviço														
Cartão de Crédito	1,98%	15,98%	4,90%	16,50%	4,70%	16,99%	9,48%	12,99%	3,94%	18,00%	1,99%	15,89%	6,99%	16,99%
Cheque Especial	4,50%	12,30%	8,35%	12,00%	9,45%	12,69%	4,78%	12,59%	2,39%	14,67%	7,38%	11,61%	4,99%	14,29%
CDC	-	-	2,50%	5,20%	4,07%	6,19%	4,43%	5,50%	1,54%	2,49%	1,93%	3,99%	1,20%	2,69%
Empréstimo Consignado	2,29%	5,22%	1,60%	3,20%	2,05%	5,80%	1,52%	3,14%	1,62%	1,93%	3,99%	2,10%	1,75%	3,75%
Empréstimo Pessoal	3,16%	7,30%	4,95%	14,98%	6,67%	7,78%	2,29%	2,63%	2,40%	7,30%	2,19%	8,78%	1,66%	9,99%
Financiamento de Veículos	1,44%	3,12%	2,11%	3,68%	1,90%	3,66%	1,24%	2,04%	1,54%	2,49%	1,40%	2,90%	0,99%	2,54%
LEASING	2,15%	4,22%	2,20%	4,00%	3,95%	5,67%	-	-	-	-	-	-	1,18%	2,54%

Serviço	Menor Taxa	Maior Taxa
Cartão de Crédito	1,98%	18,00%
Cheque Especial	2,39%	14,67%
CDC	1,20%	6,19%
Empréstimo Consignado	1,52%	5,80%
Empréstimo Pessoal	1,66%	14,98%
Financiamento de Veículos	0,99%	3,68%
LEASING	1,18%	5,67%

Pesquisa realizada nos dias 05 e 06 de MAIO de 2016.

CAMARA DE VEREADORES DE JARAGUÁ DO SUL**POTARIA 60/2016**

PORTARIA Nº 60/2016

Nomeia Chefe de Gabinete.

JOSÉ OZORIO DE ÁVILA, Presidente da Câmara Municipal de Jaraguá do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas atribuições, e em conformidade com o disposto no inciso XV do Artigo 22 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Artigo 1º - NOMEAR, de acordo com a Lei nº 7.071/2015 de 13 de julho de 2015, o SR. DINALBERTO DE LUCCA MOREIRA, para o cargo de provimento em comissão de CHEFE DE GABINETE.

Artigo 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA, 28 de abril de 2016.

JOSÉ OZORIO DE ÁVILA

Presidente

Joaçaba

PREFEITURA

DECRETO Nº 4.934 DE 09 DE MAIO DE 2016.

DECRETO Nº 4.934 DE 09 DE MAIO DE 2016.

"DISPÕE SOBRE A AUTORIZAÇÃO PARA A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O Prefeito do Município de Joaçaba, no uso de atribuições que lhe são conferidas pela LEI Nº 4.999 DE 09 DE MAIO DE 2016, DECRETA:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo do Município de Joaçaba, autorizado a abrir crédito adicional até a importância de R\$ 550.000,00 (quinhentos e cinquenta mil reais), destinados a suplementar a dotação abaixo descrita, pertencente ao orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Joaçaba:

Órgão 09: SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA
Unidade orçamentária: 01 – Secretaria Municipal de Infraestrutura
Proj./Atividade 1.063: Construção de Parque para Lazer e Esportes
Modalidade Aplicação: 4.4.90.00.00.00.00.00.01.0000 – 153
Valor: R\$ 550.000,00

Art. 2º - O crédito autorizado no artigo anterior será coberto com o recurso proveniente da anulação das dotações abaixo descritas:

ÓRGÃO 05: SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO FINANCEIRA
Unidade: 01 – Secretaria Municipal de Gestão Financeira
Proj./Atividade 0.000: Amortização, Juros e Encargos da Dívida Interna – Prefeitura
Modalidade Aplicação: 3.2.90.00.00.00.00.00.01.0000 – 72
Valor: R\$ 350.000,00
Modalidade Aplicação: 4.6.90.00.00.00.00.00.01.0000 – 74
Valor: R\$ 200.000,00

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JOAÇABA (SC), em 09 de maio de 2016.
RAFAEL LASKE
Prefeito

EXTRATO ALTERAÇÃO PP 1/2016/FUNREBOM

MUNICÍPIO DE JOAÇABA (SC)
FUNDO DE REEQUIPAMENTO DO CORPO DE BOMBEIROS
AVISO DE ALTERAÇÃO Nº 1
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 01/2016/FUNREBOM
PREGÃO PRESENCIAL Nº 01/2016/FUNREBOM

O Município de Joaçaba, através do Fundo de Reequipamento do Corpo de Bombeiros, torna pública a ALTERAÇÃO efetuada no Edital do Pregão Presencial Nº 01/2016/FUNREBOM, cujo extrato foi publicado no DOM em 05/05/2016 (Edição nº 1989, página 344), tendo por objeto a "contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de cozinheira para o preparo de alimentação para as guarnições de serviço."

1) No item 15. DA FORMA DE PAGAMENTO, DO DOCUMENTO FISCAL, DO REAJUSTE E DA REVISÃO, fica alterado o texto do subitem 15.3.;

2) No Anexo VII - MINUTA DO CONTRATO, na CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR, FORMA DE PAGAMENTO, DO REAJUSTE E REVISÃO, fica alterado o texto do subitem 3.5.;

3) A data e horário para o credenciamento e entrega dos envelopes, ficam alterados para até as 14h do dia 24/05/2016;

4) A data e horário do processamento do Pregão ficam alterados para o dia 24/05/2016, a partir das 14h.

As demais disposições do edital permanecem inalteradas.

O edital alterado, na íntegra, encontra-se disponível junto à Secretaria de Gestão Administrativa do Município, Setor de Licitações, à Avenida XV de Novembro, 378 – Telefones 0xx49 3527- 8828, em dias úteis de segunda à sexta-feira, no horário das 13 às 19 horas, pelo site www.joacaba.sc.gov.br ou pelo e-mail comprasjba@yahoo.com.br a partir da data de publicação deste aviso.

Joaçaba (SC), 10 de maio de 2016.

RAFAEL LASKE
Prefeito

EXTRATO PP 20/2016/PMJ

MUNICÍPIO DE JOAÇABA (SC)
AVISO DE LICITAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 29/2016/PMJ
PREGÃO PRESENCIAL Nº 20/2016/PMJ

Objeto: Registro de Preços para a aquisição eventual e futura de material didático, de expediente e suprimentos de informática destinados à manutenção das atividades das unidades escolares municipais e de diversas secretarias, setores e órgãos vinculados à administração pública municipal.. Forma de Julgamento: Menor Preço por Item. Credenciamento e entrega dos envelopes: até as 14h do dia 30/05/2016. Processamento do Pregão: às 14h do dia 30/05/2016, na sala do Setor de Compras e Licitações - Secretaria Municipal de Gestão Administrativa, no endereço abaixo citado. Local para aquisição do Edital: Setor de Compras e Licitações - Secretaria Municipal de Gestão Administrativa, situado na Avenida XV de Novembro, 378, centro, em dias úteis, de segunda à sexta-feira, no horário das 13 às 19 horas ou no site www.joacaba.sc.gov.br, a partir da publicação deste aviso. Quaisquer informações poderão ser solicitadas junto ao Setor de Compras e Licitações, no endereço citado acima, pelo telefone 049 3527-8828 ou pelo e-mail comprasjba@yahoo.com.br.

Joaçaba (SC), 06 de maio de 2016.

MUNICÍPIO DE JOAÇABA
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
Marilde Terezinha Bittencourt – Secretária

LEI COMPLEMENTAR Nº 332 DE 09 DE MAIO DE 2016.

LEI COMPLEMENTAR Nº 332 DE 09 DE MAIO DE 2016.

"ALTERA A LEI COMPLEMENTAR Nº 326/2016 - PISO DO MAGISTÉRIO NO ÂMBITO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O Prefeito do Município de Joaçaba (SC),

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de

Vereadores aprova e eu sanciono a seguinte,

Art. 1º. Fica alterada a redação do Art. 1º, da Lei Complementar nº 326/2016, passando a vigorar com a seguinte redação:

Art. 1º Fica fixado em R\$ 2.135,64 (dois mil cento e trinta e cinco reais e sessenta e quatro centavos), o piso dos servidores do Magistério Público Municipal para o vencimento inicial da carreira do cargo de Professor, Categoria 1, constante do Anexo I e Auxiliar de Creche, constante do Anexo II, ambos os cargos da Lei Complementar nº 210/2011; do cargo de Professor, Categoria 9, do Anexo I, da Lei Complementar nº 211/2011; do cargo de Professor Temporário, do Anexo I, da Lei Complementar nº 265/2014, professor com magistério inicial (em extinção), professor sem habilitação (em extinção); e do cargo de Profissional de Educação Física, do Anexo I, da Lei Complementar nº 211/2011.

Art. 2º Os demais dispositivos permanecem inalterados.

Art. 3º Esta Lei Complementar entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a contar de 1º de janeiro de 2016.

JOAÇABA(SC), em 09 de maio de 2016.
RAFAEL LASKE
Prefeito

LEI Nº 4.999 DE 09 DE MAIO DE 2016.

LEI Nº 4.999 DE 09 DE MAIO DE 2016.

"DISPÕE SOBRE A AUTORIZAÇÃO PARA A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O Prefeito Municipal de Joaçaba, Estado de Santa Catarina. Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei.

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo do Município de Joaçaba, autorizado a abrir crédito adicional até a importância de R\$ 550.000,00 (quinhentos e cinquenta mil reais), destinados a suplementar a dotação abaixo descrita, pertencente ao orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Joaçaba:

Órgão 09: SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA
Unidade orçamentária: 01 – Secretaria Municipal de Infraestrutura
Proj./Atividade 1.063: Construção de Parque para Lazer e Esportes
Modalidade Aplicação: 4.4.90.00.00.00.00.00.01.0000 – 153
Valor: R\$ 550.000,00

Art. 2º - O crédito autorizado no artigo anterior será coberto com o recurso proveniente da anulação das dotações abaixo descritas:

ÓRGÃO 05: SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO FINANCEIRA
Unidade: 01 – Secretaria Municipal de Gestão Financeira
Proj./Atividade 0.000: Amortização, Juros e Encargos da Dívida Interna – Prefeitura
Modalidade Aplicação: 3.2.90.00.00.00.00.00.01.0000 – 72
Valor: R\$ 350.000,00
Modalidade Aplicação: 4.6.90.00.00.00.00.00.01.0000 – 74
Valor: R\$ 200.000,00

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Joaçaba, SC, 09 de maio de 2016.
RAFAEL LASKE
Prefeito

PORTARIA N.º 5936

PORTARIA Nº 5.936 DE 09 DE MAIO DE 2016

"PRORROGA PRAZO DE COMISSÃO QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O Prefeito do Município de Joaçaba(SC), no uso de atribuições legais, e de acordo com o Art. 138 da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003, resolve:

Art. 1º PRORROGAR o prazo em 30 (trinta) dias, conforme prevê o § 7º do art. 128 da Lei Complementar n.º 76/2003, para conclusão dos trabalhos do "Processo Administrativo", a fim de que se apure indícios de descumprimento das obrigações contratuais por parte da empresa COMPACT PAV – TECNOLOGIA EM ASFALTO LTDA, diante dos registros encaminhados pela Secretaria Municipal de Infraestrutura, bem como, parecer jurídico, referente processo licitatório n.º 14/2015/PMJ, pregão presencial n.º 07/2015/PMJ.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 11 de maio de 2016, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 09 de maio de 2016.

RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 5937

PORTARIA Nº 5.937 DE 09 DE MAIO DE 2016

"CONCEDE LICENÇA-PRÊMIO A SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA".

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, RESOLVE;

Art. 1º CONCEDER a(o) Servidor(a) DANIELE PATRICIA PRATTO, Professor Nível II (Pós Graduação), LICENÇA-PRÊMIO a que tem direito, solicitada através do processo n.º 141.685 de 29 de fevereiro de 2016, referente aos períodos de 01 de março de 2012 a 28 de fevereiro de 2013 (12 dias), 01 de março de 2013 a 28 de fevereiro de 2014 (12 dias) e 01 de março de 2014 a 31 de dezembro de 2014 (10 dias) em especial pelo disposto no art. 59-A da Lei Complementar n.º 287/2014, por um período de 34 (trinta e quatro) dias, a partir de 11 de abril de 2016 de acordo com a Lei nº 76 de 11 de Dezembro de 2003.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 11 de abril de 2016, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 09 de maio de 2016.

RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 5938

PORTARIA Nº 5.938 DE 09 DE MAIO DE 2016

"CONCEDE LICENÇA-PRÊMIO A SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA".

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, RESOLVE;

Art. 1º CONCEDER a(o) Servidor(a) VANICE CRISTIANE TURECK, Professor Nível I (Licenciatura), LICENÇA-PRÊMIO a que tem direito, solicitada através do processo n.º 141.662 de 29 de fevereiro de 2016, referente ao período de 25 de fevereiro de 2014 a 31 de dezembro de 2014 (10 dias) em especial pelo disposto no art. 59-A da Lei Complementar n.º 287/2014, por um período de 10 (dez) dias, a partir de 11 de abril de 2016 de acordo com a Lei nº 76 de 11 de Dezembro de 2003.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 11 de abril de 2016, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 09 de maio de 2016.

RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 5939

PORTARIA Nº 5.939 DE 09 DE MAIO DE 2016

"CONCEDE LICENÇA-PRÊMIO A SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA".

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, RESOLVE;

Art. 1º CONCEDER a(o) Servidor(a) ELCIRA MARGARETH RODRIGUES PINTO, Professor Pós Graduado Nível I (Pós Graduação - cargo em extinção), LICENÇA-PRÊMIO a que tem direito, solicitada através do processo n.º 141.456 de 16 de fevereiro de 2016, referente ao período de 01 de janeiro de 2014 a 31 de dezembro de 2014 (12 dias), por um período de 12 (doze) dias, a partir de 18 de abril de 2016 de acordo com a Lei nº 76 de 11 de Dezembro de 2003.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 18 de abril de 2016, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 09 de maio de 2016.

RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 5940

PORTARIA Nº 5.940 DE 09 DE MAIO DE 2016

"CONCEDE LICENÇA-PRÊMIO A SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA".

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, RESOLVE;

Art. 1º CONCEDER a(o) Servidor(a) MARINARA APARECIDA

PEREIRA, Professor Nível II (Pós Graduação), LICENÇA-PRÊMIO a que tem direito, solicitada através do processo n.º 141.641 de 26 de fevereiro de 2016, referente ao período de 01 de janeiro de 2013 a 31 de dezembro de 2013 (12 dias), por um período de 12 (doze) dias, a partir de 02 de maio de 2016 de acordo com a Lei nº 76 de 11 de Dezembro de 2003.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 02 de maio de 2016, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 09 de maio de 2016.

RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 5941

PORTARIA Nº 5.941 DE 09 DE MAIO DE 2016

"CONCEDE LICENÇA-PRÊMIO A SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA".

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, RESOLVE;

Art. 1º CONCEDER a(o) Servidor(a) ANDREA MARONI BARBIERI, Professor Nível II (Pós Graduação), LICENÇA-PRÊMIO a que tem direito, solicitada através do processo n.º 141.597 de 25 de fevereiro de 2016, referente ao período de 25 de fevereiro de 2013 a 24 de fevereiro de 2014 (12 dias), por um período de 12 (doze) dias, a partir de 09 de maio de 2016 de acordo com a Lei nº 76 de 11 de Dezembro de 2003.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 09 de maio de 2016.

RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 5942

PORTARIA Nº 5.942 DE 09 DE MAIO DE 2016

"CONCEDE LICENÇA-PRÊMIO A SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA".

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, RESOLVE;

Art. 1º CONCEDER a(o) Servidor(a) JOCELAINE VIERO CANALE, Professor Nível II (Pós Graduação), LICENÇA-PRÊMIO a que tem direito, solicitada através do processo n.º 141.598 de 25 de fevereiro de 2016, referente ao período de 01 de janeiro de 2012 a 31 de dezembro de 2012 (12 dias), por um período de 12 (doze) dias, a partir de 16 de maio de 2016 de acordo com a Lei nº 76 de 11 de Dezembro de 2003.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 16 de maio de 2016, obedecido o

disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 09 de maio de 2016.

RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 5943

PORTARIA Nº 5.943 DE 09 DE MAIO DE 2016

“CONCEDE LICENÇA-PRÊMIO A SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA”.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, RESOLVE;

Art. 1º CONCEDER a(o) Servidor(a) BELENICE ASTOLFI KUHN, Auxiliar de Serviços Internos, LICENÇA-PRÊMIO a que tem direito, solicitada através do processo n.º 141.643 de 26 de fevereiro de 2016, referente ao período de 02 de abril de 2012 a 01 de abril de 2013 (12 dias), por um período de 12 (doze) dias, a partir de 16 de maio de 2016 de acordo com a Lei nº 76 de 11 de Dezembro de 2003.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 16 de maio de 2016, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 09 de maio de 2016.

RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 5944

PORTARIA Nº 5.944 DE 09 DE MAIO DE 2016

“CONCEDE LICENÇA-PRÊMIO A SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA”.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, RESOLVE;

Art. 1º CONCEDER a(o) Servidor(a) LURDES CARICIMI BONFANTI, Professor Nível II (Pós Graduação), LICENÇA-PRÊMIO a que tem direito, solicitada através do processo n.º 141.645 de 17 de fevereiro de 2016, referente ao período de 25 de fevereiro de 2013 a 24 de fevereiro de 2014 (12 dias), por um período de 12 (doze) dias, a partir de 23 de maio de 2016 de acordo com a Lei nº 76 de 11 de Dezembro de 2003.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 23 de maio de 2016, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 09 de maio de 2016.

RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 5945

PORTARIA Nº 5.945 DE 09 DE MAIO DE 2016

“CONCEDE LICENÇA-PRÊMIO A SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA”.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, RESOLVE;

Art. 1º CONCEDER a(o) Servidor(a) MARCILENE TRENTINI UBIALLE, Professor Nível II (Pós Graduação), LICENÇA-PRÊMIO a que tem direito, solicitada através do processo n.º 141.612 de 25 de fevereiro de 2016, referente aos períodos de 25 de fevereiro de 2013 a 24 de fevereiro de 2014 (12 dias) e 25 de fevereiro de 2014 a 31 de dezembro de 2014 (10 dias) em especial pelo disposto no art. 59-A da Lei Complementar n.º 287/2014, por um período de 22 (vinte e dois) dias, a partir de 23 de maio de 2016 de acordo com a Lei nº 76 de 11 de Dezembro de 2003.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 23 de maio de 2016, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 09 de maio de 2016.

RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 5946

PORTARIA Nº 5.946 DE 09 DE MAIO DE 2016

“CONCEDE LICENÇA-PRÊMIO A SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA”.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, RESOLVE;

Art. 1º CONCEDER a(o) Servidor(a) ELISABETH BARETTA, Professor Pós Graduado Nível I (Pós Graduação – cargo em extinção), LICENÇA-PRÊMIO a que tem direito, solicitada através do processo n.º 142.606 de 05 de abril de 2016, referente ao período de 01 de janeiro de 2013 a 31 de dezembro de 2013 (12 dias), por um período de 12 (doze) dias, a partir de 23 de maio de 2016 de acordo com a Lei nº 76 de 11 de Dezembro de 2003.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 23 de maio de 2016, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 09 de maio de 2016.

RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 5947

PORTARIA Nº 5.947 DE 09 DE MAIO DE 2016

"CONCEDE LICENÇA-PRÊMIO A SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA".

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, RESOLVE;

Art. 1º CONCEDER a(o) Servidor(a) PRISCILA DE ARAUJO LAMB, Auxiliar de Serviços Internos, LICENÇA-PRÊMIO a que tem direito, solicitada através do processo n.º 141.650 de 26 de fevereiro de 2016, referente ao período de 15 de setembro de 2014 a 14 de setembro de 2015 (12 dias), por um período de 12 (doze) dias, a partir de 30 de maio de 2016 de acordo com a Lei nº 76 de 11 de Dezembro de 2003.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 30 de maio de 2016, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 09 de maio de 2016.

RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 5948

PORTARIA Nº 5.948 DE 09 DE MAIO DE 2016

"CONCEDE LICENÇA-PRÊMIO A SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA".

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, RESOLVE;

Art. 1º CONCEDER a(o) Servidor(a) FRANCIELI CARICIMO LAGO, Auxiliar de Creche (Nível III - Pós Graduado), LICENÇA-PRÊMIO a que tem direito, solicitada através do processo n.º 141.590 de 24 de fevereiro de 2016, referente ao período de 02 de fevereiro de 2012 a 02 de fevereiro de 2013 (12 dias), por um período de 12 (doze) dias, a partir de 30 de maio de 2016 de acordo com a Lei nº 76 de 11 de Dezembro de 2003.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 30 de maio de 2016, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 09 de maio de 2016.

RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 5949

PORTARIA Nº 5.949 DE 09 DE MAIO DE 2016

"CONCEDE LICENÇA-PRÊMIO A SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA".

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, RESOLVE;

Art. 1º CONCEDER a(o) Servidor(a) JANETE ZANATTA, Professor Pós Graduado Nível I (Pós Graduação – cargo em extinção), LICENÇA-PRÊMIO a que tem direito, solicitada através do processo n.º 141.700 de 29 de fevereiro de 2016, referente ao período de 01 de janeiro de 2011 a 31 de dezembro de 2011 (12 dias), por um período de 12 (doze) dias, a partir de 30 de maio de 2016 de acordo com a Lei nº 76 de 11 de Dezembro de 2003.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 30 de maio de 2016, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 09 de maio de 2016.

RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 5950

PORTARIA Nº 5.950 DE 09 DE MAIO DE 2016

"CONCEDE LICENÇA-PRÊMIO A SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA".

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, RESOLVE;

Art. 1º CONCEDER a(o) Servidor(a) IVANA DE FATIMA SILVA MACHADO, Professor Pós Graduado Nível II (Mestrado – cargo em extinção), LICENÇA-PRÊMIO a que tem direito, solicitada através do processo n.º 141.577 de 23 de fevereiro de 2016, referente aos períodos de 01 de janeiro de 2014 a 31 de dezembro de 2014 (12 dias) e 20 de fevereiro de 2000 a 31 de dezembro de 2003 (69 dias – 12 usufruídos), por um período de 24 (vinte e quatro) dias, a partir de 30 de maio de 2016 de acordo com a Lei nº 76 de 11 de Dezembro de 2003.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 30 de maio de 2016, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 09 de maio de 2016.

RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 5951

PORTARIA Nº 5.951 DE 09 DE MAIO DE 2016

“CONCEDE LICENÇA-PRÊMIO A SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA”

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, RESOLVE;

Art. 1º CONCEDER a(o) Servidor(a) JANETE INES QUIOCA, Professor Nível II (Pós Graduação), LICENÇA-PRÊMIO a que tem direito, solicitada através do processo n.º 141.647 de 26 de fevereiro de 2016, referente ao período de 01 de janeiro de 2013 a 31 de dezembro de 2013 (12 dias), por um período de 12 (doze) dias, a partir de 30 de maio de 2016 de acordo com a Lei nº 76 de 11 de Dezembro de 2003.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 30 de maio de 2016, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 09 de maio de 2016.

RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 5952

PORTARIA Nº 5.952 DE 09 DE MAIO DE 2016

“NOMEIA SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA”

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA(SC), em exercício, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 60, incisos I, IX e XI da Lei Orgânica do Município de Joaçaba, resolve:

Art. 1º. – NOMEAR, o(a) Sr.(a) GUSTAVO HENRIQUE DURAN, para exercer o cargo de Médico Otorrinolaringologista, com carga horária de 10 (dez) horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, sendo seu Contrato de Trabalho regido pelas Leis Complementares nº 76 de 11 de dezembro de 2003 e nº 211 de 05 de dezembro de 2011.

Art. 2º. – Diante da necessidade dos serviços e tendo em vista a aprovação no Concurso Público de que trata o Edital n.º 001/2015, fica convocado a comparecer ao Setor de Recursos Humanos do Município de Joaçaba, no prazo de 30 dias a contar desta convocação, para tomar posse no cargo para o qual prestou concurso, conforme disposição do art. 13, § 1º da Lei Complementar n.º 76 de 11 de dezembro de 2003.

Art. 3º. – Esta portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 15 de abril de 2016, data onde assinou a convocação, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 09 de maio de 2016.

RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 5953

PORTARIA Nº 5.953 DE 09 DE MAIO DE 2016

“NOMEIA SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA”

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA(SC), em exercício, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 60, incisos I, IX e XI da Lei Orgânica do Município de Joaçaba, resolve:

Art. 1º. – NOMEAR, o(a) Sr.(a) REMY GROSS, para exercer o cargo de OPERADOR DE MÁQUINAS, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Agrícola, Indústria, Comércio, Turismo e Inovação, sendo seu Contrato de Trabalho regido pelas Leis Complementares nº 76 de 11 de dezembro de 2003 e nº 211 de 05 de dezembro de 2011.

Art. 2º. – Diante da necessidade dos serviços e tendo em vista a aprovação no Concurso Público de que trata o Edital n.º 002/2014, fica convocado a comparecer ao Setor de Recursos Humanos do Município de Joaçaba, no prazo de 30 dias a contar da data da publicação desta convocação, para tomar posse no cargo para o qual prestou concurso, conforme disposição do art. 13, § 1º da Lei Complementar n.º 76 de 11 de dezembro de 2003.

Art. 3º. – Esta portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 09 de maio de 2016.

RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 5954

PORTARIA Nº 5.954 DE 09 DE MAIO DE 2016

“CONTRATA POR PRAZO DETERMINADO FUNCIONARIO(A) QUE ESPECIFICA”

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA – SC, no uso das atribuições legais e em especial o Art. 37, inciso IX da Constituição Federal,

RESOLVE:

Art. 1º. CONTRATAR POR PRAZO DETERMINADO, o(a) Sr(a) JESSICA APARECIDA BOFF durante o período de 02 de maio de 2016 a 01 de novembro de 2016, para exercer as funções de Enfermeiro, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Saúde, sendo seu Contrato de Trabalho regido pelo art. 2º, § 1º I da Lei Complementar n.º 97 de 18 de março de 2005 e em virtude de sua aprovação no edital de Teste Seletivo nº 005/2015/SMS da Secretaria Municipal de Saúde, para realizar a utilização de sistemas novos que estão sendo implantados, suprimindo vaga em aberto que ocorreu devido a alterações de locais de trabalho, conforme memorando n.º 213/2016 da Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 02 de maio de 2016, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba - SC, em 09 de maio de 2016.

RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 5955

PORTARIA Nº 5.955 DE 09 DE MAIO DE 2016

“CONTRATA POR PRAZO DETERMINADO FUNCIONARIO(A) QUE ESPECIFICA”

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA – SC, no uso das atribuições legais e em especial o Art. 37, inciso IX da Constituição Federal,

RESOLVE:

Art. 1º. CONTRATAR POR PRAZO DETERMINADO, o(a) Sr(a) MICHELE CRISTINA DIESEL durante o período de 02 de maio de 2016 a 01 de novembro de 2016, para exercer as funções de Enfermeiro, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Saúde, sendo seu Contrato de Trabalho regido pelo art. 2º, § 1º I da Lei Complementar n.º 97 de 18 de março de 2005 e em virtude de sua aprovação no edital de Teste Seletivo nº 005/2015/SMS da Secretaria Municipal de Saúde, para realizar a utilização de sistemas novos que estão sendo implantados, suprimindo vaga em aberto que ocorreu devido a alterações de locais de trabalho, em especial pela classificada anterior já fazer parte do quadro e apenas realizar troca para o presente seletivo, conforme memorando n.º 213/2016 e234/2016 da Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 02 de maio de 2016, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba - SC, em 09 de maio de 2016.

RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 07/2016 HOMOLOGAÇÃO DO RESULTADO

HOMOLOGAÇÃO DO RESULTADO

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA, no uso de suas atribuições e com base nas LC nº 97/2005 TORNA PÚBLICO a Homologação das Classificações, referente ao Processo Seletivo Simplificado Nº 07/2016 destinado a contratação de pessoal por prazo determinado do cargo de Médico Generalista.

1. DAS INSCRIÇÕES DEFERIDAS

CARGO: MÉDICO GENERALISTA		CLASSIFICAÇÃO	PONTUAÇÃO
0001	RAFAEL BRUNO HILDEBRANDO	1º	5,74
0002	MIRIAN PISSAIA	2º	5,66

Joaçaba/SC, em 11 de maio de 2016.

RAFAEL LASKE

Prefeito Municipal de Joaçaba

PUBLIQUE-SE E REGISTRE-SE.

CÂMARA MUNICIPAL**ATO CONVOCAÇÃO CONCURSO 01/2014 - DANIELE GALVÃO RODRIGUES****ATO CONVOCATÓRIO**

JUCELINO JORGE FERRAZ, Presidente da Câmara de Vereadores de Joaçaba-SC, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no disposto no art. 37 da Constituição Federal, na Legislações Estadual e Municipal em vigor, bem como considerando a homologação do Resultado Final do Concurso Público realizado através do Edital nº 001/2014, CONVOCA a Sra. DANIELE GALVÃO RODRIGUES para apresentar-se na Câmara Municipal de Vereadores de Joaçaba, no prazo de 30 (trinta) dias do recebimento deste, munido dos documentos abaixo relacionados para assumir vaga de Auxiliar Legislativo:

1. Cópia C.P.F. (fotocopia autenticada)
2. Cópia Carteira de Identidade (fotocopia autenticada)
3. Carteira de Trabalho
3. Fotocópia do PIS/PASEP
4. Cópia Certidão de Nascimento ou Casamento (fotocopia autenticada)
5. Cópia Título de Eleitor (fotocopia autenticada) c/comprovante última eleição
6. Cópia Certificado de Reservista (para o sexo masculino)
7. Cópia Comprovante de Escolaridade exigido para o cargo
8. Comprovante de Residência
9. Declaração de Imposto de Renda Pessoa Física (cópia completa) ou declaração com relação dos bens móveis e imóveis
10. Declaração de não ter sofrido, no exercício de função pública, penalidades disciplinares, conforme legislação aplicável;
11. Declaração de não acumulação de cargos, função, emprego ou percepção de proventos, vedados em Lei;
12. Certidões referentes a ficha limpa (www.trf4.gov.br ; www.tre.sc.gov.br ; www.tjsc.jus.br)
13. 1 (uma) foto colorida 3/4 (atual)
14. Cópia da Certidão de filhos menores de 14 anos (fotocopia autenticada)

Caso não haja interesse em tomar posse do cargo para o qual foi classificado em concurso público, deve o aprovado subscrever correspondência, dizendo de sua desistência, enviando a mesma aos cuidados do Setor de Pessoal da Câmara De Vereadores de Joaçaba.

Joaçaba, 10 de maio de 2016.

Jucelino Jorge Ferraz
Presidente

EDITAL PP 003/2016 - MATERIAL DE INFORMÁTICA

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE JOAÇABA

EXTRATO DE EDITAL DE LICITAÇÃO

PROCESSO DE LICITAÇÃO NR. 007/2016

PREGÃO PRESENCIAL NR. 003/2016

A CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE JOAÇABA (SC), neste ato representada por seu Presidente, Senhor JUCELINO JORGE FERRAZ, torna público que fará realizar PREGÃO PRESENCIAL tipo MENOR PREÇO POR ITEM nos termos Lei Federal nº 10.520/2002, Lei Complementar nº 123/2006, Decreto Municipal n. 2.879/2006 e Decreto Municipal n. 4.388/2013, aplicando-se subsidiariamente no que couberem as disposições contidas na Lei Federal nº 8.666/1993 com alterações posteriores e demais normas regulamentares aplicáveis à espécie, de acordo com as condições fixadas no respectivo Edital, cujas informações resumidas são as seguintes:

OBJETO: Registro de Preços para a aquisição eventual e futura de material de expediente, informática e afins destinados à manutenção das atividades da Câmara de Vereadores de Joaçaba, em conformidade com as especificações do Edital e seus anexos.

FORMA DE JULGAMENTO: Menor Preço por Item.

CREDENCIAMENTO: Até às 14 horas do dia 23 de maio de 2016, no Setor de Protocolo da Câmara Municipal de Vereadores de Joaçaba – SC, localizada na Rua Tiradentes, n. 872, Bairro Vila Pedrini, Joaçaba – SC.

ABERTURA DA SESSÃO: Dia 23 de maio de 2016, às 14h30min na Câmara Municipal de Vereadores (endereço acima descrito).

O Edital na íntegra se encontra disponível no site www.cmj.sc.gov.br e também na sede da Câmara de Vereadores, telefone (049) 3527-2900, em dias úteis de segunda a sexta-feira, no horário de expediente (das 13 às 19 horas), a partir da data de publicação deste aviso.

Joaçaba (SC), 10 de maio de 2016.

JUCELINO JORGE FERRAZ

Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Joaçaba

SIMAE - SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE JOAÇABA**ATA DE REGISTRO DE PREÇO JHL 0001/2016 - SIMAE**

EXTRATO DA SEGUNDA PUBLICAÇÃO TRIMESTRAL –ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº0001/2016

Extrato Da Segunda Publicação Trimestral –Ata De Registro De Preços Nº 0001/2016 originado do Processo Licitatório 0001/2016, Pregão Presencial 0001/2016.

OBJETO: registro de preços de produtos químicos a serem utilizados no tratamento da água distribuída pelo SIMAE para o exercício de 2016.

Item	Quantidade	Unid.	Preço Unitário	EMPRESA	Especificação
1	10.000	KG	R\$ 7,18	HIDROMAR INDÚSTRIA QUÍMICA LTDA	Cloro Gás acondicionado em cilindros de aço de 50 e/ou 68kg a ser utilizado no tratamento de água para abastecimento público, com as seguintes características: Fórmula Química: Cl2 Concentração de Cl2: mínimo de 99,5% Ferro Total: < 15 ppm Sólidos Totais Fixos: < 100 ppm Umidade: < 50 ppm de H2O

VIGÊNCIA:10/02/2016 a 10/02/2017

Para fins de atendimento ao parágrafo 2º, do art 15, da Lei 8666/93, o SIMAE, torna público, que não houve alteração de valores e ficam mantidos os preços registrado na presente Ata.

Joaçaba, 10 de maio de 2016.

PORTARIA JHL 152/2016

PORTARIA SIMAE. JHL – Nº 152/2016 de 11.05.2016

Aluir Flemming, Diretor Presidente do SIMAE – Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto de Joaçaba, Herval D'Oeste e Luzerna- SC, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear de acordo com a Lei Complementar 76/2003, tendo em vista a aprovação no Concurso Público realizado conforme Edital nº 001/2015 e a classificação em quarto lugar, na forma do Art. 4º da Lei Complementar nº 193/10 de 06 de setembro de 2010 e nos termos do § 1º, do art. 13, da LC n. 76/2003, do Município de Joaçaba-SC, o Sr: Roberto da Camara, para o Cargo de Auxiliar de Operações, Padrão-2, Nível-1, Referência-A, lotado na Diretoria Técnica, do Quadro de Pessoal desta Autarquia, regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Joaçaba, com vencimentos a partir da data da tomada de Posse.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei nº 4.003 de 08 de Julho de 2010.

Aluir Flemming
Diretor Presidente

Joaçaba-SC, 11 de maio de 2016.

Diante da necessidade dos serviços, tendo em vista a aprovação em 4º Lugar de Roberto da Camara no Concurso Público de que trata o Edital SIMAE n.º 001/2015, para o Cargo de Auxiliar de Operações de acordo com a Portaria JHL-064/2015 de 26/03/2015, que homologa resultado final do Concurso, comunicamos que V.Sª deverá comparecer ao escritório do SIMAE, sito à Rua Tiradentes, 123, em Joaçaba-SC, no prazo de 30 (trinta) dias a contar da data da publicação desta convocação, para tomar posse no cargo para o qual prestou concurso.

PORTARIA JHL 153/2016

PORTARIA SIMAE. JHL – Nº 153/2016 11.05.2016

Aluir Flemming, Diretor Presidente do SIMAE – Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto de Joaçaba, Herval D'Oeste e Luzerna- SC, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear de acordo com a Lei Complementar 76/2003, tendo em vista a aprovação no Concurso Público realizado conforme Edital nº 001/2015 e a reclassificação em sexto lugar, na forma do Art. 4º da Lei Complementar nº 193/10 de 06 de setembro de 2010 e nos termos do § 1º, do art. 13, da LC n. 76/2003, do Município de Joaçaba-SC, a Sra.: Sandra Aparecida Baggio, para o Cargo de Auxiliar Administrativo, Padrão-3, Nível-1, Referência-A, lotado na Diretoria Administrativa, do Quadro de Pessoal desta Autarquia, regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Joaçaba, com vencimentos a partir da data da tomada de Posse.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei nº 4.003 de 08 de Julho de 2010.

Joaçaba-SC, 11 de maio de 2016.

Aluir Flemming
Diretor Presidente

Diante da necessidade dos serviços, tendo em vista a reclassificação em 6º Lugar de Sandra Aparecida Baggio no Concurso Público de que trata o Edital SIMAE n.º 001/2015, para o Cargo de Auxiliar Administrativo de acordo com a Portaria JHL-064/2015 de 26/03/2015, que homologa resultado final do Concurso, comunicamos que V.Sª deverá comparecer ao escritório do SIMAE, sito à Rua Tiradentes, 123, em Joaçaba-SC, no prazo de 30 (trinta) dias a contar da data da publicação desta convocação, para tomar posse no cargo para o qual prestou concurso.

Lacerdópolis

PREFEITURA

CONTRATO Nº 27/2016

Contrato Nº: 27/2016 Contratante...: MUNICIPIO DE LACERDOPOLIS Contratada...: COR E ARTE COMÉRCIO E DISTRIBUIDORA LTDA, Valor: 19.661,46 (Dezenove mil seiscentos e sessenta e um reais e quarenta e seis centavos) Vigência: Início: 09/05/2016 Término: 30/12/2016 Licitação: PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 06/2016 Objeto: Contratação para fornecimento parcelado de material de limpeza e higiene.

Lacerdópolis, 09 de Maio de 2016

CONTRATO Nº 28/2016

Contrato Nº: 28/2016 Contratante...: MUNICIPIO DE LACERDOPOLIS Contratada...: CAPINZAL CENER LTDA ME, Valor: 14.555,73 (Quatorze mil quinhentos e cinquenta e cinco reais e setenta e três centavos) Vigência: Início: 09/05/2016 Término: 30/12/2016 Licitação: PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 06/2016 Objeto: Contratação para fornecimento parcelado de material de limpeza e higiene.

Lacerdópolis, 09 de Maio de 2016

CONTRATO Nº 29/2016

Contrato Nº: 29/2016 Contratante...: MUNICIPIO DE LACERDOPOLIS Contratada...: MERCADO MUNARI LTDA ME, Valor: 5.965,10 (Cinco mil novecentos e sessenta e cinco reais e dez centavos) Vigência: Início: 09/05/2016 Término: 30/12/2016 Licitação: PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 06/2016 Objeto: Contratação para fornecimento parcelado de material de limpeza e higiene.

Lacerdópolis, 09 de Maio de 2016

Lages

PREFEITURA

EXTRATO ARP 03-A/2016 SMS

O MUNICÍPIO DE LAGES TORNA PÚBLICO:

ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 03-A/2016

PREGÃO PRESENCIAL Nº 12/2016

PROCESSO Nº 18/2016

VALIDADE: 12 (DOZE) MESES

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Registro de Preços para Aquisição de Medicamentos Injetáveis e outros para uso no Pronto Atendimento, em conformidade com as especificações prescritas no Anexo II – Termo de Referência, parte integrante do Edital Correlato.

CLÁUSULA II – DA VALIDADE DOS PREÇOS

A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de 12 (doze) meses, a partir da sua assinatura. Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preço, a PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LAGES/ FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE – FMS, não será obrigada afirmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do Registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

CLÁUSULA IV – DOS PREÇOS

O VALOR REGISTRADO É DE R\$ 33.150,00 (trinta e três mil cento e cinquenta reais), sendo:

A.G. KIENE 7 CIA LTDA. CNPJ 32.225.947/0001-65 – AV. BRASIL, 98 – CENTRO PATO BRANCO/PR CEP 85.501-071.

Lages/SC 08 de Abril de 2016.

Elizeu Mattos

Prefeito Municipal

EXTRATO ARP 03-B/2016 SMS

O MUNICÍPIO DE LAGES TORNA PÚBLICO:

ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 03-B/2016

PREGÃO PRESENCIAL Nº 12/2016

PROCESSO Nº 18/2016

VALIDADE: 12 (DOZE) MESES

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Registro de Preços para Aquisição de Medicamentos Injetáveis e outros para uso no Pronto Atendimento, em conformidade com as especificações prescritas no Anexo II – Termo de Referência, parte integrante do Edital Correlato.

CLÁUSULA II – DA VALIDADE DOS PREÇOS

A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de 12 (doze) meses, a partir da sua assinatura. Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preço, a PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LAGES/ FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE – FMS, não será obrigada afirmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do Registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

CLÁUSULA IV – DOS PREÇOS

O VALOR REGISTRADO É DE R\$ 135.154,76 (cento e trinta e cinco mil cento e cinquenta e quatro reais e setenta e seis centavos), sendo:

ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA, INSCRITA NO CNPJ: 00.802002/0001-02 COM SEDE A ESTRADA BOA ESPERANÇA, 2320 – FUNDO CANOAS CEP 89.163-554 – RIO DO SUL/SC.

Lages/SC 08 de Abril de 2016.

Elizeu Mattos

Prefeito Municipal

EXTRATO CONTRATO 35/2016 PML

O MUNICÍPIO DE LAGES, SC, TORNA PÚBLICO: CONTRATO, N.º 35/2016 PML

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES, inscrito no CNPJ sob nº 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages, SC.

CONTRATADO: ELTON BENICIO ESCOBAR SALDANHA, inscrito no CNPJ sob nº 04.025.418/0001-04, estabelecida na Av. Cavalhada, 5516 apt. 207 Bairro Vila Nova Porto Alegre/RS CEP 91.751-831.

Contrato, em decorrência do Processo Licitatório nº 79/2016, correlato inexigibilidade de Licitação nº 02/2016.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Contratação de Artista para realização de Show Musical na abertura do Recanto do Pinhão no Dia 14, de maio de 2016, na Praça João Costa Durante a 28ª Festa Nacional do Pinhão.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO(S) PRAZO(S)

2.1 De Início, da data da assinatura do presente contrato;

2.2 De Execução, em até 210 (duzentos e dez) dias, da assinatura do Presente Contrato;

2.3 Do Contrato, Fica adstrito aos respectivos créditos orçamentários ano base 2016. A sua validade será da data da assinatura do presente contrato até 31/12/2016;

2.4 Da Entrega, (imediata) mediante a Autorização de Fornecimento.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO(S) PREÇO(S)

O preço certo e ajustado pelas partes conforme proposta da CONTRATADA é de R\$ 9.000,00 (nove mil reais), para uma apresentação do Artista.

Lages, 09 Maio de 2016

Elizeu Mattos

Prefeito Municipal

EXTRATO TERMO DE COOPERAÇÃO 01/2016 PML

O MUNICÍPIO DE LAGES, SC, TORNA PÚBLICO: TERMO DE COOPERAÇÃO, N.º 01/2016

MUNICÍPIO DE LAGES, inscrito no CNPJ nº 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages/SC – CEP: 88.505-900.

TRANSPORTE RODOVIÁRIO DE CARGAS ZAPPELLINI LTDA CNPJ 75.553.115/0007-06 Situado a ROD. BR 116 KM 246 Nº 4200, Área Industrial Lages/SC CEP 88514688

Termo de Cooperação de Uso conforme parecer jurídico nº 154/2016 e Art. 1º da Lei Municipal nº 4.135/2015.

CLAUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO:

O presente Termo de Cooperação tem por objetivo a conjugação de esforços entre o Poder Público Municipal e a Empresa TRANSPORTE RODOVIÁRIO DE CARGAS ZAPPELLINI LTDA, visando a manutenção das estradas utilizadas pela empresa no transporte de madeira.

O Presente Termo visa exclusivamente compromisso perante o poder público Municipal, de realizar e garantir o fornecimento de cascalho para que a referida empresa realize a manutenção de estradas rurais que por virtude do transporte de madeira, fiquem prejudicadas, impossibilitando o deslocamento dos cidadãos deste município.

CLAUSULA SEGUNDA – DO PRAZO DE VIGÊNCIA:

A validade do Presente Termo será da data de sua Assinatura até 31/12/2016

CLAUSULA TERCEIRA – DO VALOR:

O município de Lages fica responsável em fornecer o cascalho sem nenhum valor para a referida empresa, desde que a mesma

transporte o material, e utilize exclusivamente para a satisfação do objeto proposto no presente termo.

Lages, 01 de março de 2016.

Elizeu Mattos.

Prefeito Municipal

EXTRATO TERMO DE PERMISSÃO DE USO 04/2016 PML

O MUNICÍPIO DE LAGES, SC, TORNA PÚBLICO: TERMO DE PERMISSÃO DE USO, N.º 04/2016 PML

PERMITENTE: MUNICÍPIO DE LAGES, inscrito no CNPJ n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constante nº 13, Centro, Lages/SC – CEP: 88.505-900.

PERMISSIONÁRIO: COOPERATIVA DE TRABALHO DOS CATADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS DE LAGES CNPJ 24.273.350/0001-90 Rua Bernardo Gonçalves Kuster, 1030 São Miguel CEP 88.525-060.

Termo de Permissão de Uso conforme Decreto Municipal nº 15.395
CLAUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO:

Fica outorgada à Cooperativa de Trabalho dos Catadores de Materiais Recicláveis de Lages, a Permissão de Uso, a título precário e gratuito, pelo prazo de 15 (quinze) anos, de um barracão com a área de 622,20m² situado à Rua Bernardo Gonçalves Kuster, nº 1030, Bairro São Miguel, em Lages/SC e todos os equipamentos nele contidos, conforme abaixo:

1 Esteira (patrimônio 29365);

2 Prensa (patrimônio 29366);

3 Prensa (patrimônio 29367);

3.1 Balança Mitchelet

CLAUSULA SEGUNDA – DO PRAZO DE VIGÊNCIA:

A permissão de uso de bem público municipal a título precário e gratuito, pelo prazo de 15 (quinze) anos.

CLAUSULA TERCEIRA – DO VALOR:

A Permissão de Uso será de Forma Precária e Gratuita, em função da urgência para a execução do serviço, objeto deste termo, e até que se conclua processo licitatório
Lages, 31 de março de 2016.

Elizeu Mattos.

Prefeito Municipal

EXTRATO TERMO DE PERMISSÃO DE USO 05/2016 PML

O MUNICÍPIO DE LAGES, SC, TORNA PÚBLICO: TERMO DE PERMISSÃO DE USO, N.º 05/2016 PML

PERMITENTE: MUNICÍPIO DE LAGES, inscrito no CNPJ n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constante nº 13, Centro, Lages/SC – CEP: 88.505-900.

PERMISSIONÁRIO: AZUL LINHAS AÉREAS BRASILEIRAS SA CNPJ 09.296.295/0001-60 AV. Marcos Penteado de Ulhoa Rodrigues, 939 andar 9 Edf. Jatobá Cond. Castelo Branco office Park. Tamboré – Barueri/SP CEP 06.460-040.

Termo de Permissão de Uso conforme Decreto Municipal nº 15.395

CLAUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO:

1.1 Fica outorgada à Azul Linhas Aéreas Brasileira SA. a Permissão de Uso, por prazo indeterminado, de espaço físico junto ao Aeroporto Antônio Correia Pinto de Macedo, no Município de Lages, com o objetivo de possibilitar as operações de voos no Município de Lages.

área para atendimento check in – 6,57m²;

1 Área para BackOffice – 10,64m²;

2 Área ANE para manutenção – 8,85m²;

3 Sala própria para instalação do Rack – 3,22²;

Espaço Instalação de um balcão móvel na sala de embarque 1m²

CLAUSULA SEGUNDA – DO PRAZO DE VIGÊNCIA:

A permissão de uso de bem público municipal, por prazo indeterminado, iniciando em 01/06/2016.

CLAUSULA TERCEIRA – DO VALOR:

O PERMISSIONÁRIO pagará ao PERMITENTE a quantia de R\$

140,88 (cento e quarenta e reais e oitenta e oito centavos) mensais.

Lages, 15 de abril de 2016.

Elizeu Mattos.

Prefeito Municipal

EXTRATO TERMO DE PERMISSÃO DE USO 06/2016 PML

O MUNICÍPIO DE LAGES, SC, TORNA PÚBLICO: TERMO DE PERMISSÃO DE USO, N.º 06/2016 PML

PERMITENTE: MUNICÍPIO DE LAGES, inscrito no CNPJ n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constante nº 13, Centro, Lages/SC – CEP: 88.505-900.

PERMISSIONÁRIO: BITCOM PROVEDOR DE SERVIÇOS DE INTERNET LTDA. , pessoa jurídica de direito privado, situada na Rua Venancio Aires, 306 – Centro – CEP: 95.020-430, inscrita no CNPJ nº 00.413.707/0001-20.

Termo de Permissão de Uso conforme Decreto Municipal nº 15.395

CLAUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO:

Outorga de Permissão de Uso de áreas públicas para implantação do projeto Piloto A Praça é nossa – Comunidade Participativa”, incluindo nesta acepção autorização à PERMISSONÁRIA para o exploração de publicidade nas seguintes praças:

• Praça João Ribeiro (Catedral)

• Praça João Costa (Calçadão)

• Parque Jonas Ramos (Tanque)

• Praça/Espaço Público no Bairro Guarujá

CLÁUSULA NONA - PRAZO E VIGÊNCIA

9.1 O presente Termo de Cessão de Uso vigorará por prazo de 120 (cento e vinte) dias, podendo ser prorrogado por igual período ou denunciado a qualquer tempo se assim for do interesse de qualquer dos acordantes, mediante comunicação prévia de no mínimo 10 (dez) dias, sem que haja qualquer tipo de indenização a PERMISSIONÁRIO e a PERMITENTE, ou a conclusão do devido Processo Legal destinado a verificação de demais empresas interessadas.
Lages, 06 de Maio de 2016..

Elizeu Mattos.

Prefeito Municipal

Laguna

PREFEITURA

AVISO DE REVOGAÇÃO PREGÃO 018/2016

AVISO DE REVOGAÇÃO PREGÃO 018/2016

AVISO DE REVOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

Processo Administrativo nº 2746/2016.

Pregão n. 018/2016.

O município de Laguna SC, através de seu Pregoeiro Oficial, torna público a REVOGAÇÃO da licitação supra, que tem por objeto " Registro de Preço pelo período de 12 meses para o fornecimento de mão de obra para recuperação de 10.000 M² de vias pavimentadas com, lajotas, pavers e paralelepípedos do município de Laguna", Justifica-se a presente revogação, considerando o Art. 49 da Lei geral de Licitações. Assim a revogação é à medida que se impõe para correção do vício e novo certame será lançado oportunamente. Considerando-se o parecer do Sr. Procurador de Contratos e Licitações do município, QUE DEVE SER REVOGADO, visto que a Administração Pública detém a prerrogativa de anular seus próprios atos.

Laguna (SC), 09 de Maio de 2016.

Waldir J. de Souza

Pregoeiro Oficial do Município

RESOLUÇÃO CMAS Nº. 08/2016

Dispõe sobre a prorrogação do mandato da gestão dos conselheiros do Conselho Municipal de Assistência Social de Laguna.

O Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS), em Reunião Plenária ordinária, realizada dia 18 de fevereiro de 2016, no uso das competências e das atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº 8.742. de 7 de dezembro de 1993 – Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS e pela Lei Municipal nº 478, de 26 de agosto de 1996, que institui o Conselho Municipal de Assistência Social de Laguna – CMAS, e

Considerando a Lei Municipal nº 478, de 26 de agosto de 1996, que institui o Conselho Municipal de Assistência Social de Laguna – CMAS;

Considerando a Resolução CNAS nº237, de 14 de dezembro de 2006, que dispõe diretrizes para a estruturação, reformulação e funcionamento dos Conselhos de Assistência Social;

Considerando a Resolução CMAS Nº 14/2015, a Resolução 01/2016 e o Edital CMAS 001/2016, que tratam sobre o processo de eleição dos representantes da Sociedade Civil no CMAS;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, excepcionalmente, o mandato dos membros do Conselho Municipal de Assistência Social 2013-2015, a contar de agosto de 2015 até maio de 2016.

Parágrafo único - Após o fim do processo de eleição dos representantes da Sociedade Civil no CMAS será empossado o novo colegiado através de Decreto Municipal, gestão 2016-2018.

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Laguna, 04 de maio de 2016.

Luiz Augusto Borges

Presidente do CMAS

Lauro Muller**PREFEITURA****DECRETO Nº 043/2016**

DECRETO Nº 043/2016.

DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO SUPLEMENTAR.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER – SC, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 63 inciso VI da Lei Orgânica Municipal e conforme autorização Legislativa dada pela Lei Municipal nº 1.904/2015, de 16 de Dezembro de 2015 (Lei Orçamentária Anual LOA),
DECRETA:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a abrir crédito suplementar no valor de R\$ 24.000,00 (Vinte e Quatro Mil Reais), para reforço do seguinte item orçamentário:

07. - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

07.01 - Fundo Municipal de Saúde

2.015 - Gerenciamento e Manut. Dos Serviços de Saúde

DOTAÇÃO 51

3.3.71.00.00.1196 - Aplicação Direta R\$ 24.000,00

Total R\$ 24.000,00

Art. 2º - Os recursos necessários à execução do disposto no artigo anterior decorrerão de anulação nas seguintes dotações orçamentárias:

07. - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

07.01 - Fundo Municipal de Saúde

2.015 - Gerenciamento e Manut. Dos Serviços de Saúde

DOTAÇÃO 21

3.3.90.00.00.1196 - Aplicação Direta R\$ 24.000,00

Total: R\$ 24.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 10 DE MAIO DE 2016.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicadas no órgão oficial do município.

SORAYA CURCIO LIBRELATO

Sec. Administração, Finanças e Planej.

RREO 1º BIM/2016

Município de Lauro Muller - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2016/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO - ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	
						R\$ 1,00
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)						
RECEITAS CORRENTES	43.409.909,00	43.409.909,00	5.136.630,60	11,83	5.136.630,60	38.273.278,40
RECEITA TRIBUTÁRIA	32.931.509,00	32.931.509,00	5.095.937,22	15,47	5.095.937,22	27.835.571,78
IMPOSTOS	2.811.630,00	2.811.630,00	283.730,34	10,09	283.730,34	2.527.899,66
TAXAS	1.939.929,00	1.939.929,00	238.534,78	12,30	238.534,78	1.701.394,22
CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA	869.454,00	869.454,00	45.195,56	5,20	45.195,56	824.258,44
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	2.247,00	2.247,00	0,00	0,00	0,00	2.247,00
CONTRIB P/CUSTEIO DO SERVIÇO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA	118.003,00	118.003,00	3.630,48	3,08	3.630,48	114.372,52
RECEITA PATRIMONIAL	118.003,00	118.003,00	3.630,48	3,08	3.630,48	114.372,52
RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	137.350,00	137.350,00	26.839,29	19,54	26.839,29	110.510,71
RECEITA DE SERVIÇOS	137.350,00	137.350,00	26.839,29	19,54	26.839,29	110.510,71
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	60.000,00	60.000,00	0,00	0,00	0,00	60.000,00
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	29.415.706,00	29.415.706,00	4.729.063,05	16,08	4.729.063,05	24.686.642,95
TRANSFERÊNCIAS DE INSTITUIÇÕES PRIVADAS	28.878.300,00	28.878.300,00	4.719.063,05	16,34	4.719.063,05	24.159.236,95
TRANSF. DE PESSOAS	90.000,00	90.000,00	0,00	0,00	0,00	90.000,00
TRANSF. DE CONV.	10.000,00	10.000,00	10.000,00	100,00	10.000,00	0,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	437.406,00	437.406,00	0,00	0,00	0,00	437.406,00
MULTAS E JUROS DE MORA	388.820,00	388.820,00	52.674,06	13,55	52.674,06	336.145,94
RECEITA DA DÍVIDA ATIVA	142.872,00	142.872,00	14.253,00	9,98	14.253,00	128.619,00
RECEITAS DIVERSAS	87.453,00	87.453,00	27.614,71	31,58	27.614,71	59.838,29
RECEITAS DE CAPITAL	158.495,00	158.495,00	10.806,35	6,82	10.806,35	147.688,65
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	10.478.400,00	10.478.400,00	40.693,38	0,39	40.693,38	10.437.706,62
OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS	1.000.000,00	1.000.000,00	0,00	0,00	0,00	1.000.000,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	1.000.000,00	1.000.000,00	0,00	0,00	0,00	1.000.000,00
TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	9.478.400,00	9.478.400,00	40.693,38	0,43	40.693,38	9.437.706,62
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	9.478.400,00	9.478.400,00	40.693,38	0,43	40.693,38	9.437.706,62
	—	—	—	—	—	—
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	43.409.909,00	43.409.909,00	5.136.630,60	11,83	5.136.630,60	38.273.278,40
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)						
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 1/3

Continuação 2/3

Município de Lauro Muller - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2016/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	43.409.909,00	43.409.909,00	5.136.630,60	11,83	5.136.630,60	38.273.278,40
DÉFICIT (VI)		—	—	—	—	—
TOTAL (VII) = (V + VI)	43.409.909,00	43.409.909,00	5.136.630,60	11,83	6.090.213,05	37.319.695,95
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)		—	—	—	1.031.283,55	—
Superávit Financeiro		—	—	—	1.031.283,55	—
Reabertura de Créditos Adicionais		—	—	—	0,00	—

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE
			No Bimestre	Até o Bimestre (f)		No Bimestre	Até o Bimestre (h)		
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	41.709.909,00	43.104.245,20	6.706.766,14	6.706.766,14	36.397.479,06	6.090.213,05	6.090.213,05	37.014.032,15	5.578.834,50
DESPESAS CORRENTES	30.021.682,00	31.275.802,29	6.350.508,86	6.350.508,86	24.925.293,43	5.784.410,65	5.784.410,65	25.491.391,64	5.385.075,57
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	16.739.365,00	17.819.432,64	4.281.756,82	4.281.756,82	13.537.675,82	4.281.392,71	4.281.392,71	13.538.039,93	4.205.193,01
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	13.282.317,00	13.456.369,65	2.068.752,04	2.068.752,04	11.387.617,61	1.503.017,94	1.503.017,94	11.953.351,71	1.179.882,56
DESPESAS DE CAPITAL	11.588.227,00	11.728.442,91	356.257,28	356.257,28	11.372.185,63	305.802,40	305.802,40	11.422.640,51	193.758,93
INVESTIMENTOS	11.382.227,00	11.522.442,91	353.392,75	353.392,75	11.169.050,16	302.937,87	302.937,87	11.219.505,04	190.894,40
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	206.000,00	206.000,00	2.864,53	2.864,53	203.135,47	2.864,53	2.864,53	203.135,47	2.864,53
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	100.000,00	100.000,00	0,00	0,00	100.000,00	0,00	0,00	100.000,00	0,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	100.000,00	100.000,00	0,00	0,00	100.000,00	0,00	0,00	100.000,00	0,00
RESERVA DO RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	—	—	—	—	—	—	—	—	—
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	41.709.909,00	43.104.245,20	6.706.766,14	6.706.766,14	36.397.479,06	6.090.213,05	6.090.213,05	37.014.032,15	5.578.834,50
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 2/3

Continuação 3/3

Município de Lauro Muller - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2016/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)
			No Bimestre	Até o Bimestre (f)		No Bimestre	Até o Bimestre (h)		
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)	41.709.909,00	43.104.245,20	6.706.766,14	6.706.766,14	36.397.479,06	6.090.213,05	6.090.213,05	37.014.032,15	5.578.834,50
SUPERÁVIT (XIII)	—	—	—	—	—	—	—	—	—
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	41.709.909,00	43.104.245,20	6.706.766,14	6.706.766,14	—	6.090.213,05	6.090.213,05	—	5.578.834,50

FONTE:

Lauro Muller, 10/05/2016

FABRICIO KUSMIN ALVES
Prefeito Municipal

SORAYA CURCIO LIBRELATO
Secret. de Adm. Finanças e Planejamento

ROSANA BENEDET
Contadora CRC/SC 023922/O5

Município de Lauro Muller - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2016/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO - ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35)

R\$ 1,00

RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE				RECEITAS REALIZADAS		
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	Até o Bimestre (b)			
				% (b/a)*100		
RECETA DE IMPOSTOS LÍQUIDA (I)	0,00	0,00	0,00	0,00		
RECETA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)	0,00	0,00	0,00	0,00		
TOTAL DAS RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (III) = I + II	0,00	0,00	0,00	0,00		
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE						
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (c)	RECEITAS REALIZADAS			
			Até o Bimestre (d)	% (d/c)*100		
TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE-SUS	0,00	0,00	0,00	0,00		
RECETAS DE OPERAÇÕES DE CREDITO VINCULADAS A SAÚDE	0,00	0,00	0,00	0,00		
TOTAL RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	0,00	0,00	0,00	0,00		
DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)						
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (f)	% (f/e)*100	Até o Bimestre (g)	% (g/e)*100
DESPESAS CORRENTES Pessoal e Encargos Sociais Outras Despesas Correntes	8.637.122,00	9.087.778,04	2.063.374,85	22,70	1.951.531,51	21,47
	4.576.688,00	4.993.779,20	1.264.135,69	25,31	1.264.135,69	25,31
	4.060.434,00	4.093.998,84	799.239,16	19,52	687.395,82	16,79
DESPESAS DE CAPITAL Investimentos	724.528,00	854.648,58	48.223,64	5,64	48.223,64	5,64
	724.528,00	854.648,58	48.223,64	5,64	48.223,64	5,64

Continua 1/4

Continuação 2/4

Município de Lauro Muller - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2016/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (f)	% (f/e)*100	Até o Bimestre (g)	% (g/e)*100
DESPESAS DE CAPITAL						
Investimentos	724.528,00	854.648,58	48.223,64	5,64	48.223,64	5,64
	724.528,00	854.648,58	48.223,64	5,64	48.223,64	5,64
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (IV)	9.361.650,00	9.942.426,62	2.111.598,49	21,24	1.999.755,15	20,11
DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS PARA FINS DE APURAÇÃO DO PERCENTUAL MÍNIMO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (h)	% (h/v)*100	Até o Bimestre (i)	% (i/v)*100
DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA COM ASSISTÊNCIA À SAÚDE QUE NÃO ATENDE AO PRINCÍPIO DE ACESSO UNIVERSAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM OUTROS RECURSOS	4.206.650,00	4.583.335,42	935.226,32	44,29	889.453,53	44,48
Recursos de Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS	2.508.780,00	2.885.465,42	755.993,00	36,80	739.519,10	36,98
Recursos de Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Recursos	1.697.870,00	1.697.870,00	179.233,32	8,49	149.934,43	7,50
OUTRAS AÇÕES E SERVIÇOS NÃO COMPUTADOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS INDEVIDAMENTE NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA¹	-	-	0,00	0,00	-	-
DESPESAS CUSTEADAS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA VINCULADA AOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS²	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS VINCULADOS À PARCELA DO PERCENTUAL MÍNIMO QUE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS (V)	4.206.650,00	4.583.335,42	935.226,32	44,29	889.453,53	44,48
TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (VI) = (IV + V)	5.155.000,00	5.359.091,20	1.176.372,17	55,71	1.110.301,62	55,52
PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE SOBRE A RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS						
(VII%) = (VI / IIIb x 100) - LIMITE CONSTITUCIONAL 15% 4 e 5						
VALOR REFERENTE À DIFERENÇA ENTRE O VALOR EXECUTADO E O LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL [VI(i) - (15 x IIIb)/100]⁶						
						1.110.301,62

Continua 2/4

Continuação 3/4

Município de Lauro Muller - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2016/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA	INSCRITOS	CANCELADOS/ PRESCRITOS	PAGOS	A PAGAR	PARCELA CONSIDERADA NO LIMITE
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CONTROLE DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24, §1º E 2º	RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS				
	SALDO INICIAL	DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA (j)	SALDO FINAL (NÃO APLICADO)		
	0,00		0,00		0,00
TOTAL (VIII)	0,00		0,00		0,00
CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFORME ARTIGOS 25 E 26	LIMITE NÃO CUMPRIDO				
	SALDO INICIAL	DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA (k)	SALDO FINAL (NÃO APLICADO)		
	-	-			-
DESPESAS COM SAÚDE (Por Subfunção)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS
			Até Bimestre (l)	% (l/Total l)*100	Até Bimestre (m) (m/Total m)*100
Atenção Básica	9.703.380,00	10.382.644,43	2.244.872,13	99,23	2.133.028,79
Vigilância Sanitária	98.270,00	110.270,00	17.464,68	0,77	17.464,68
TOTAL	9.801.650,00	10.492.914,43	2.262.336,81	100,00	2.150.493,47

FONTE:

1 Essa linha apresentará valor somente no Relatório Resumido da Execução Orçamentária do último bimestre do exercício.

2 O valor apresentado na interressão com a coluna "i" ou com a coluna "h+i" (último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total j".

3 O valor apresentado na interressão com a coluna "i" ou com a coluna "h+i" (último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total k".

4 Limite anual mínimo a ser cumprido no encerramento do exercício. Deverá ser informado o limite estabelecido na Lei Orgânica do Município quando o percentual nela estabelecido for superior ao fixado na LC nº 141/2012.

5 Durante o exercício esse valor servirá para o monitoramento previsto no art. 23 da LC 141/2012.

6 No último bimestre, será utilizada a fórmula $[V/(i+i)] - (15 \times IIIb)/100$

Continua 3/4

Continuação 4/4

Município de Lauro Muller - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2016/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

Lauro Muller, 10/05/2016

FABRICIO KUSMIN ALVES
Prefeito MunicipalSORAYA CURCIO LIBRELATO
Secret. de Adm. Finanças e PlanejamentoROSANA BENEDET
Contadora CRC/SC 023922

Município de Lauro Muller - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2016/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO – Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS		SAL (e) =
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	
							% (d/Total d)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)								
Administração	41.709.909,00	43.104.245,20	6.706.766,14	6.706.766,14	36.397.479,06	6.090.213,05	100,00	37,0
Administração Geral	5.147.780,00	5.225.876,76	923.679,33	923.679,33	4.302.197,43	797.178,54	13,09	4,4
Alimentação e Nutrição	4.075.000,00	4.153.096,76	838.346,53	838.346,53	3.314.750,23	764.296,15	12,55	3,3
Educação Superior	462.780,00	462.780,00	85.332,80	85.332,80	377.447,20	32.882,39	0,54	4
Segurança Pública	610.000,00	610.000,00	0,00	0,00	610.000,00	0,00	0,00	6
Policiamento	146.472,00	186.567,33	31.503,70	31.503,70	155.063,63	22.722,70	0,37	1
Assistência Social	146.472,00	186.567,33	31.503,70	31.503,70	155.063,63	22.722,70	0,37	1
Assistência Comunitária	2.513.527,00	2.534.477,53	184.440,91	184.440,91	2.350.036,62	119.783,63	1,97	2,4
Saúde	2.513.527,00	2.534.477,53	184.440,91	184.440,91	2.350.036,62	119.783,63	1,97	2,4
Atenção Básica	9.801.650,00	10.492.914,43	2.262.336,81	2.262.336,81	8.230.577,62	2.150.493,47	35,31	8,3
Vigilância Sanitária	9.703.380,00	10.382.644,43	2.244.872,13	2.244.872,13	8.137.772,30	2.133.028,79	35,02	8,2
Educação	98.270,00	110.270,00	17.464,68	17.464,68	92.805,32	17.464,68	0,29	
Ensino Fundamental	11.571.908,00	11.947.068,05	2.078.884,93	2.078.884,93	9.868.183,12	1.881.729,95	30,90	10,0
Educação Infantil	7.401.908,00	7.468.222,41	1.069.016,73	1.069.016,73	6.399.205,68	893.630,92	14,67	6,5
Cultura	4.170.000,00	4.478.845,64	1.009.868,20	1.009.868,20	3.468.977,44	988.099,03	16,22	3,4
Urbanismo	340.000,00	340.000,00	16.061,86	16.061,86	323.938,14	6.616,48	0,11	3
Infra-Estrutura Urbana	340.000,00	340.000,00	16.061,86	16.061,86	323.938,14	6.616,48	0,11	3
Serviços Urbanos	3.968.575,00	4.119.780,99	499.612,25	499.612,25	3.620.168,74	430.375,81	7,07	3,6
Habituação	2.340.000,00	2.340.000,00	0,00	0,00	2.340.000,00	0,00	0,00	2,3
Habituação Urbana	1.628.575,00	1.779.760,99	499.612,25	499.612,25	1.280.148,74	430.375,81	7,07	1,3
Saneamento	920.000,00	920.000,00	0,00	0,00	920.000,00	0,00	0,00	9
Saneamento Básico Urbano	920.000,00	920.000,00	0,00	0,00	920.000,00	0,00	0,00	9
Agricultura	1.184.320,00	1.184.320,00	58.030,19	58.030,19	1.126.289,81	39.666,31	0,65	1,1
Extensão Rural	1.184.320,00	1.184.320,00	58.030,19	58.030,19	1.126.289,81	39.666,31	0,65	1,1
Indústria	1.411.677,00	1.449.260,11	138.183,04	138.183,04	1.311.077,07	138.183,04	2,27	1,3
Promoção Industrial	1.411.677,00	1.449.260,11	138.183,04	138.183,04	1.311.077,07	138.183,04	2,27	1,3
Comércio e Serviços	601.000,00	601.000,00	6.000,00	6.000,00	595.000,00	6.000,00	0,10	5
Turismo	601.000,00	601.000,00	6.000,00	6.000,00	595.000,00	6.000,00	0,10	5
	410.000,00	410.000,00	0,00	0,00	410.000,00	0,00	0,00	4
	410.000,00	410.000,00	0,00	0,00	410.000,00	0,00	0,00	4

C

R\$ 1,00

DO

(a-d)

14.032,15
28.698,22
88.800,61
29.897,61
10.000,00
63.844,63
63.844,63
14.693,90
14.693,90
42.420,96
49.615,64
92.805,32
65.338,10
74.591,49
90.746,61
33.383,52
33.383,52
89.385,18
40.000,00
49.385,18
20.000,00
20.000,00
44.653,69
44.653,69
11.077,07
11.077,07
95.000,00
95.000,00
10.000,00
10.000,00

continua 1/2

Conti

Município de Lauro Muller - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2016/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS		SAL (e) =
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	
							% (d/Total d)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	41.709.909,00	43.104.245,20	6.706.766,14	6.706.766,14	36.397.479,06	6.090.213,05	100,00	37,0
Transporte	2.260.000,00	2.260.000,00	393.842,12	393.842,12	1.866.157,88	391.862,12	6,43	1,8
Transporte Rodoviário	2.260.000,00	2.260.000,00	393.842,12	393.842,12	1.866.157,88	391.862,12	6,43	1,8
Desporto e Lazer	983.000,00	983.000,00	81.831,92	81.831,92	901.168,08	73.681,92	1,21	9
Desporto Comunitário	983.000,00	983.000,00	81.831,92	81.831,92	901.168,08	73.681,92	1,21	9
Encargos Especiais	350.000,00	350.000,00	32.359,08	32.359,08	317.640,92	31.919,08	0,52	3
Outros Encargos Especiais	350.000,00	350.000,00	32.359,08	32.359,08	317.640,92	31.919,08	0,52	3
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	100.000,00	100.000,00	0,00	0,00	100.000,00	0,00	0,00	1
TOTAL (III) = (I + II)	41.709.909,00	43.104.245,20	6.706.766,14	6.706.766,14	36.397.479,06	6.090.213,05	100,00	37,0

FONTE:

Lauro Muller, 10/05/2016

FABRICIO KUSMIN ALVES
Prefeito MunicipalSORAYA CURCIO LIBRELATO
Secret. de Adm. Finanças e PlanejamentoROSANA BENEDET
Contadora CRC/SC 023922/O5

1 Representa uma dotação global sem destinação específica a determinado órgão, unidade orçamentária, programa ou categoria econômica, cujos recursos serão utilizados para abertura de créditos adicionais, não sendo portanto uma função. É apresentada neste demonstrativo por constar no orçamento.

inuação 2/2

DO
(a-d)

14.032,15

68.137,88

68.137,88

09.318,08

09.318,08

18.080,92

18.080,92

00.000,00

14.032,15

Município de Lauro Müller - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MARÇO/2015 A FEVEREIRO/2016

RREO - ANEXO 3 (LRF, Art. 53, inciso I)		EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES												PREVISÃO ATUALIZADA 2016	
ESPECIFICAÇÃO		Mar/2015	Abr/2015	Mai/2015	Jun/2015	Jul/2015	Ago/2015	Sep/2015	Out/2015	Nov/2015	Dez/2015	Jan/2016	Fev/2016	TOTAL (ULT. 12 MESES)	RS 1,00
RECEITAS CORRENTES (I)		2.763.294,41	3.208.470,35	3.054.770,98	2.906.904,87	2.849.303,04	3.110.273,32	3.081.399,79	2.932.477,39	2.992.054,18	3.813.281,07	2.668.679,32	2.935.578,13	36.307.482,85	35.736.837,50
RECEITA TRIBUTÁRIA		320.544,30	660.231,22	340.259,62	211.838,31	187.819,33	219.962,62	214.393,07	186.261,48	265.591,57	223.126,35	35.103,31	55.720,16	2.922.804,34	1.933.950,00
IPT.U.		7.528,55	472.889,46	276.375,64	33.590,02	15.944,17	4.287,24	4.603,32	6.270,60	3.298,74	2.699,86	983,57	16.006,28	844.228,45	890.249,00
I.R.P.F.		0,00	42.927,29	6.005,78	6.276,87	40.046,80	77.490,93	4.990,98	13.377,82	81.032,60	53.922,99	0,00	0,00	336.011,96	74.200,00
I.S.S.		66.501,64	80.300,42	29.270,83	130.332,03	84.411,85	98.020,39	165.467,32	138.746,81	107.325,94	124.437,97	0,00	0,00	1.028.815,00	137.800,00
I.T.E.I.		22.604,83	12.180,63	4.596,47	16.592,03	21.357,98	4.818,08	7.024,92	14.626,46	24.304,81	21.146,54	11.806,47	16.851,59	177.903,81	177.903,81
Outras Receitas Tributárias		220.909,28	52.133,42	24.010,90	25.087,36	26.058,53	35.344,98	32.298,93	14.239,99	49.818,48	20.946,99	22.333,27	22.862,29	545.845,42	871.701,00
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES		7.620,62	13.186,52	7.359,40	5.496,84	3.900,47	316,20	946,00	698,56	394,50	905,60	3.099,48	961,00	43.774,39	118.003,00
RECEITA PATRIMONIAL		33.614,24	41.536,97	10.707,51	20.402,29	26.890,60	7.672,63	30.329,33	15.810,16	11.288,33	12.119,90	8.895,28	9.238,94	228.478,18	102.300,00
RECEITA AGROPECUÁRIA		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA INDUSTRIAL		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS		115.209,14	1.100,45	108.662,52	1.472,45	122.153,87	317.060,28	84.785,94	73.330,67	47.929,31	121.667,46	0,00	0,00	993.373,11	60.000,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES		2.275.477,83	2.490.904,93	2.556.424,90	2.646.308,92	2.456.329,02	2.539.614,80	2.652.682,28	2.526.617,44	2.614.597,05	3.380.140,37	2.590.473,33	2.846.550,89	31.547.172,08	33.133.594,50
Cota-Parte do FPM.		742.694,20	801.553,04	955.736,00	887.597,97	635.060,94	742.748,18	795.763,99	704.790,67	795.763,99	1.345.894,44	869.535,16	1.098.532,28	10.988.620,64	13.505.465,50
Cota-Parte do ICMS.		630.820,66	678.091,35	634.261,12	622.268,36	630.759,94	656.931,92	622.398,83	643.543,42	647.405,82	632.014,22	875.425,35	716.738,70	7.990.669,69	7.757.334,00
Cota-Parte do IPVA.		104.990,56	125.782,59	121.693,90	144.563,60	153.420,32	127.938,19	164.493,97	213.056,12	299.824,19	97.891,73	68.788,44	89.246,18	1.968.693,19	1.387.741,00
Cota-Parte do ITR.		98,53	275,11	68,15	89,75	64,7	37,47	91,93	9.991,67	318,53	309,06	82,80	33,06	12.223,53	5.618,00
Outras Transferências Correntes		342.099,61	342.099,61	353.720,64	516.400,73	592.190,23	544.123,84	798.934,15	480.483,67	445.414,12	822.838,51	206.255,42	434.899,95	5.879.939,08	4.428.221,00
Transferências de LC 61/1990		8.699,01	9.087,54	10.242,54	9.759,03	8.987,27	9.562,86	9.535,71	11.050,66	8.893,33	9.950,64	13.869,84	10.759,83	120.372,26	93.259,00
Transferências de LC 87/1996		0,00	10.736,38	2.694,09	2.694,09	2.694,09	2.694,09	2.694,09	2.694,09	2.694,09	2.694,09	3.099,62	3.099,62	38.325,34	34.397,00
Transferências do FUNDEB		446.155,26	482.773,92	487.018,26	462.928,39	443.219,76	455.594,25	434.495,15	461.007,14	455.242,98	463.867,68	555.466,70	505.282,26	5.658.131,75	5.921.860,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES		10.818,08	41.510,26	22.359,03	21.456,06	52.209,75	25.662,79	98.899,85	118.771,08	52.242,42	75.316,37	31.166,92	21.307,14	571.880,75	388.820,00
DEDUÇÕES (II)		297.490,52	325.104,97	342.292,78	336.039,90	284.183,80	307.980,54	283.859,46	317.025,11	342.777,79	331.577,79	365.792,01	391.873,55	3.915.708,64	4.485.686,00
Dedução de Receita Para Formação do FUNDEB		297.490,52	325.104,97	342.292,78	336.039,90	284.183,80	307.980,54	283.859,46	317.025,11	342.777,79	331.577,79	365.792,01	391.873,55	3.915.708,64	4.485.686,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I - II)		2.465.803,89	2.883.365,38	2.712.478,20	2.570.864,97	2.565.119,24	2.802.292,78	2.797.540,33	2.606.452,28	2.649.276,39	3.481.703,86	2.302.887,31	2.553.904,58	32.391.774,21	31.250.851,50
FONTE:															
Lauro Müller, 10/05/2016															
FABRÍCIO KUSMIN/ALVES Prefeito Municipal															
ROSANA BENEDET Contadora CRCSC 028922/05															

Município de Lauro Muller - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO NOMINAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2016/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO – Anexo 5 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2015 (A)	Em 31 Dez 2015 (B)	Em 29 Fev 2016 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	2.689.868,60	2.689.868,60	2.687.004,07
DEDUÇÕES (II)	2.199.621,34	2.199.621,34	1.598.643,22
Disponibilidade de Caixa Bruta	2.572.445,84	2.572.445,84	2.482.846,27
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	372.824,50	372.824,50	884.203,05
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I - II)	490.247,26	490.247,26	1.088.360,85
RECEITAS DE PRIVATIZAÇÕES (IV)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (VI) = (III + IV - V)	490.247,26	490.247,26	1.088.360,85

<u>RESULTADO NOMINAL</u>	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
	No Bimestre (C - B)	Jan a Fev 2016 (C - A)
VALOR	598.113,59	598.113,59

<u>DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL</u>	VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO NOMINAL FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA	0,00

<u>REGIME PREVIDENCIÁRIO</u>			
<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2015 (A)	Em 31 Dez 2015 (B)	Em 29 Fev 2016 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (VII)	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (VIII)	0,00	0,00	0,00
Disponibilidade de Caixa Bruta	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (IX) = (VII - VIII)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (X)	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (XI) = (IX - X)	0,00	0,00	0,00

FONTE:

Lauro Muller, 10/05/2016

FABRICIO KUSMIN ALVES
Prefeito Municipal

SORAYA CURCIO LIBRELATO
Secret. de Adm. Finanças e Planejamento

ROSANA BENEDET
Contadora CRC/SC 023922/O5

Município de Lauro Muller - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2016/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO - ANEXO 6 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
		Até o Bimestre/ 2016	Até o Bimestre/ 2015
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (I)	32.794.159,00	5.069.097,93	4.645.580,49
Receita Tributária	2.811.630,00	283.730,34	170.236,02
I.P.T.U.	850.249,00	16.969,85	2.039,37
I.S.S.	877.680,00	192.906,87	106.706,67
I.T.B.I.	137.800,00	28.658,06	20.191,03
I.R.R.F.	74.200,00	0,00	4.907,62
Outras Receitas Tributárias	871.701,00	45.195,56	36.391,33
Receita de Contribuição	118.003,00	3.630,48	18.219,35
Receitas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00
Outras Contribuições	118.003,00	3.630,48	18.219,35
Receita Patrimonial Líquida	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	137.350,00	26.839,29	75.657,03
(-) Aplicações Financeiras	137.350,00	26.839,29	75.657,03
Transferências Correntes	29.415.706,00	4.729.063,05	4.366.654,16
F.P.M.	10.994.935,00	1.566.454,00	1.614.855,08
I.P.V.A	1.109.928,00	124.829,44	99.488,60
I.C.M.S.	6.205.867,00	1.273.731,40	1.066.011,14
Convênios	437.406,00	0,00	0,00
Outras Transferências Correntes	10.667.570,00	1.764.048,21	1.586.299,34
Demais Receitas Correntes	448.820,00	52.674,06	90.470,96
Dívida Ativa	87.453,00	27.614,71	33.321,48
Diversas Receitas Correntes	361.367,00	25.059,35	57.149,48
RECEITAS DE CAPITAL (II)	10.478.400,00	40.693,38	98.687,08
Operações de Crédito (III)	1.000.000,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos (IV)	0,00	0,00	0,00
Alienação de Ativos (V)	0,00	0,00	0,00
Transferências de Capital	9.478.400,00	40.693,38	98.687,08
Convênios	9.478.400,00	40.693,38	98.687,08
Outras Transferências de Capital	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (VI) = (II - III - IV - V)	9.478.400,00	40.693,38	98.687,08
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (VII) = (I + VI)	42.272.559,00	5.109.791,31	4.744.267,57

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
		Até o Bimestre/ 2016	Até o Bimestre/ 2015	Até o Bimestre/ 2016	Até o Bimestre/ 2015
DESPESAS CORRENTES (VIII)	31.275.802,29	6.350.508,86	5.476.690,45	5.784.410,65	4.477.509,00
Pessoal e Encargos Sociais	17.819.432,64	4.281.756,82	3.153.908,07	4.281.392,71	3.153.671,73
Juros e Encargos da Dívida (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	13.456.369,65	2.068.752,04	2.322.782,38	1.503.017,94	1.323.837,27
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (X) = (VIII - IX)	31.275.802,29	6.350.508,86	5.476.690,45	5.784.410,65	4.477.509,00
DESPESAS DE CAPITAL (XI)	11.728.442,91	356.257,28	93.126,29	305.802,40	84.734,08
Investimentos	11.522.442,91	353.392,75	73.794,77	302.937,87	65.402,56
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de título de Capital já Integralizado (XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XIV)	206.000,00	2.864,53	19.331,52	2.864,53	19.331,52
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XV) = (XI - XII - XIII - XIV)	11.522.442,91	353.392,75	73.794,77	302.937,87	65.402,56
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVI)	100.000,00	-	-	-	-
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XVIII) = (X + XV + XVI + XVII)	42.898.245,20	6.703.901,61	5.550.485,22	6.087.348,52	4.542.911,56

Município de Lauro Muller - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2016/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RESULTADO PRIMÁRIO (XIX) = (VII - XVIII)	-625.686,20	-1.594.110,30	-806.217,65	-977.557,21	201.356,01
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	-	0,00	0,00
Superávit Financeiro	-	-	-	0,00	0,00
Reabertura de Créditos Adicionais	-	-	-	0,00	0,00
DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL					VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO PRIMÁRIO FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA					0,00

Lauro Muller, 10/05/2016

FABRICIO KUSMIN ALVES
 Prefeito Municipal

SORAYA CURCIO LIBRELATO
 Secret. de Adm. Finanças e Planejamento

ROSANA BENEDET
 Contadora CRC/SC 023922/O5

Município de Lauro Müller - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2016(BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

PODER/ÓRGÃO	RP PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES					RP NÃO PROCESSADOS					Saldo Total (a+b)
	Inscritos		Pagos	Cancelados	Saldo (a)	Inscritos		Liquidados	Pagos	Cancelados	Saldo (b)
	Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2015				Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2015				
RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (I)											
EXECUTIVO											
ADMINISTRAÇÃO DIRETA	247.383,89	125.440,61	-	-	372.824,50	135.522,56	102.041,57	-	-	-	237.594,13
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	247.383,89	125.440,61	0,00	0,00	372.824,50	135.522,56	102.041,57	0,00	0,00	0,00	237.594,13
GABINETE DO PREFEITO	238.031,37	125.440,61	0,00	0,00	363.471,98	135.522,56	102.041,57	0,00	0,00	0,00	237.594,13
Fundo municipal do Meio Ambiente	9.442,73	0,00	0,00	0,00	9.442,73	7.282,13	0,00	0,00	0,00	0,00	7.282,13
SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS E PLANEJAME	2.595,50	0,00	0,00	0,00	2.595,50	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.595,50
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E DOS ESPORTES	8,23	0,00	0,00	0,00	8,23	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	8,23
SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E DO MEIO	665,03	75.769,02	0,00	0,00	76.434,05	417,43	0,00	0,00	0,00	0,00	417,43
HOSPITAL MUNICIPAL HENRIQUE LAGE	37.680,04	48.671,59	0,00	0,00	87.351,63	55.303,00	0,00	0,00	0,00	0,00	55.303,00
HOSPITAL MUNICIPAL HENRIQUE LAGE	44.994,60	0,00	0,00	0,00	44.994,60	0,00	45.891,57	0,00	0,00	0,00	45.891,57
HOSPITAL MUNICIPAL HENRIQUE LAGE	142.655,04	0,00	0,00	0,00	142.655,04	72.540,00	56.150,00	0,00	0,00	0,00	128.690,00
HOSPITAL MUNICIPAL HENRIQUE LAGE	9.352,52	0,00	0,00	0,00	9.352,52	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	9.352,52
HOSPITAL MUNICIPAL HENRIQUE LAGE	9.352,52	0,00	0,00	0,00	9.352,52	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	9.352,52
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)											
	0,00	0,00	-	-	0,00	0,00	-	-	-	-	-
TOTAL (III) = (I + II):	247.383,89	125.440,61	0,00	0,00	372.824,50	135.522,56	102.041,57	0,00	0,00	0,00	237.594,13
FONTE:											
Lauro Müller, 10/05/2016											
FABRICIO KUSMIN ALVES Prefeito Municipal	SORAYA CURCIO LIBRELATO Secret. de Adm. Finanças e Planejamento	ROSANA BENEDET Contadora CRC/SC 023922/05									

MUNICÍPIO DE LAURO MULLER - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2016/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO - ANEXO 8 (LDB, art. 72)

R\$ 1,00

RECEITAS DO ENSINO				
RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
1- RECEITAS DE IMPOSTOS	1.149.702,00	1.149.702,00	73.242,62	6,37
1.1- Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	937.702,00	937.702,00	44.584,56	4,75
1.1.1- IPTU	850.249,00	850.249,00	16.969,85	2,00
1.1.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IPTU	-	0,00	0,00	0,00
1.1.3- Dívida Ativa do IPTU	87.453,00	87.453,00	27.614,71	31,58
1.1.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IPTU	-	0,00	0,00	0,00
1.1.5- (-) Deduções da Receita do IPTU	-	0,00	0,00	0,00
1.2- Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	137.800,00	137.800,00	28.658,06	20,80
1.2.1- ITBI	137.800,00	137.800,00	28.658,06	20,80
1.2.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITBI	-	0,00	0,00	0,00
1.2.3- Dívida Ativa do ITBI	-	0,00	0,00	0,00
1.2.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITBI	-	0,00	0,00	0,00
1.2.5- (-) Deduções da Receita do ITBI	-	0,00	0,00	0,00
1.3- Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	-	0,00	0,00	0,00
1.3.1- ISS	-	0,00	0,00	0,00
1.3.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ISS	-	0,00	0,00	0,00
1.3.3- Dívida Ativa do ISS	-	0,00	0,00	0,00
1.3.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ISS	-	0,00	0,00	0,00
1.3.5- (-) Deduções da Receita do ISS	-	0,00	0,00	0,00
1.4- Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	74.200,00	74.200,00	0,00	0,00
1.4.1- IRRF	74.200,00	74.200,00	0,00	0,00
1.4.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IRRF	-	0,00	0,00	0,00
1.4.3- Dívida Ativa do IRRF	-	0,00	0,00	0,00
1.4.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IRRF	-	0,00	0,00	0,00
1.4.5- (-) Deduções da Receita do IRRF	-	0,00	0,00	0,00
1.5- Receita Resultante do Imposto Territorial Rural - ITR (CF, art. 153, §4º, inciso III)	-	0,00	0,00	0,00
1.5.1- ITR	-	0,00	0,00	0,00
1.5.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITR	-	0,00	0,00	0,00
1.5.3- Dívida Ativa do ITR	-	0,00	0,00	0,00
1.5.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITR	-	0,00	0,00	0,00
1.5.5- (-) Deduções da Receita do ITR	-	0,00	0,00	0,00
2- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	22.783.483,50	22.783.483,50	3.737.129,88	16,40
2.1- Cota-Parte FPM	13.505.465,50	13.505.465,50	1.958.067,44	14,50
2.1.1- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	13.505.465,50	13.505.465,50	1.958.067,44	14,50
2.1.2- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea d	-	0,00	0,00	0,00
2.1.3- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea e	-	0,00	0,00	0,00
2.2- Cota-Parte ICMS	7.757.334,00	7.757.334,00	1.592.164,05	20,52
2.3- ICMS-Desoneração – L.C. nº87/1996	34.397,00	34.397,00	6.119,24	17,79
2.4- Cota-Parte IPH-Exportação	93.259,00	93.259,00	24.626,67	26,41
2.5- Cota-Parte ITR	5.618,00	5.618,00	115,86	2,06
2.6- Cota-Parte IPVA	1.387.410,00	1.387.410,00	156.036,62	11,25
2.7- Cota-Parte IOF-Ouro	-	0,00	0,00	0,00
3- TOTAL DA RECEITA DE IMPOSTOS (1 + 2)	23.933.185,50	23.933.185,50	3.810.372,50	15,92
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
4- RECEITA DA APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINC. AO ENSINO	-	0,00	0,00	0,00
5- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE	942.622,00	942.622,00	93.678,71	9,94
5.1- Transferências do Salário-Educação	700.000,00	700.000,00	92.638,71	13,23
5.2- Transferências Diretas - PDDE	-	0,00	1.040,00	0,00
5.3- Transferências Diretas - PNAE	161.980,00	161.980,00	0,00	0,00
5.4- Transferências Diretas - PNATE	80.642,00	80.642,00	0,00	0,00
5.5- Outras Transferências do FNDE	-	0,00	0,00	0,00
5.6- Aplicação Financeira dos Recursos do FNDE	-	0,00	0,00	0,00
6- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	2.000.000,00	2.000.000,00	1.171,25	0,06
6.1- Transferências de Convênios	2.000.000,00	2.000.000,00	0,00	0,00
6.2- Aplicação Financeira dos Recursos de Convênios	-	0,00	1.171,25	0,00
7- RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO	-	0,00	0,00	0,00
8- OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	547.234,00	547.234,00	70.367,92	12,86
9- TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (4 + 5 + 6 + 7 + 8)	3.489.856,00	3.489.856,00	165.217,88	4,73
FUNDEB				
RECEITAS DO FUNDEB	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
10- RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB	4.485.686,00	4.485.686,00	747.425,56	16,66
10.1- Cota-Parte FPM Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.1.1)	2.629.632,00	2.629.632,00	391.613,44	14,89
10.2- Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.2)	1.551.467,00	1.551.467,00	318.432,65	20,52
10.3- ICMS-Desoneração Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.3)	6.880,00	6.880,00	1.223,84	17,79
10.4- Cota-Parte IPI-Exportação Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.4)	19.101,00	19.101,00	4.925,29	25,79
10.5- Cota-Parte ITR ou ITR Arrecadados Destinados ao FUNDEB – (20% de (1.5 + 2.5))	1.124,00	1.124,00	23,16	2,06
10.6- Cota-Parte IPVA Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.6)	277.482,00	277.482,00	31.207,18	11,25
11- RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB	5.921.860,00	5.921.860,00	1.060.738,96	17,91
11.1- Transferências de Recursos do FUNDEB	5.921.860,00	5.921.860,00	1.060.738,96	17,91
11.2- Complementação da União ao FUNDEB	-	0,00	0,00	0,00
11.3- Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB	-	0,00	0,00	0,00
12- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (11.1 – 10)	1.436.174,00	1.436.174,00	313.313,40	21,82
ACRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB				

MUNICÍPIO DE LAURO MULLER - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2016/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

Continuação 2/3

DESPESAS DO FUNDEB	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100	Até o Bimestre (g)	% (h)=(g/d)x100
13- PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	5.621.860,00	5.667.860,00	978.654,16	17,27	976.022,01	17,22
13.1- Com Educação Infantil	1.500.000,00	1.500.000,00	376.575,08	25,11	376.575,08	25,11
13.2- Com Ensino Fundamental	4.121.860,00	4.167.860,00	602.079,08	14,45	599.446,93	14,38
14- OUTRAS DESPESAS	310.000,00	310.000,00	90.908,14	29,33	79.614,14	25,68
14.1- Com Educação Infantil	200.000,00	200.000,00	9.657,10	4,83	5.653,10	2,83
14.2- Com Ensino Fundamental	110.000,00	110.000,00	81.251,04	73,86	73.961,04	67,24
15- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (13 + 14)	5.931.860,00	5.977.860,00	1.069.562,30	17,89	1.055.636,15	17,66
DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB					VALOR	
16- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB						-
16.1 - FUNDEB 60%						-
16.2 - FUNDEB 40%						-
17- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB						0,00
17.1 - FUNDEB 60%						0,00
17.2 - FUNDEB 40%						0,00
18- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16 + 17)						0,00
INDICADORES DO FUNDEB						
19 - TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB PARA FINS DE LIMITE (15 - 18)						1.055.636,15
19.1 - Mínimo de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério ¹ (13 - (16.1 + 17.1)) / ((11) x 100) %						92,01
19.2 - Máximo de 40% em Despesa com MDE, que não Remuneração do Magistério (14 - (16.2 + 17.2)) / ((11) x 100) %						7,51
19.3 - Máximo de 5% não Aplicado no Exercício (100 - (19.1 + 19.2)) %						0,48
CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQUENTE					VALOR	
20 - RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM 2015 QUE NÃO FORAM UTILIZADOS						0,00
21 - DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE 2016 ²						0,00
MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – DESPESAS CUSTEADAS COM A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB						
RECEITAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	PREVISÃO INICIAL		PREVISÃO ATUALIZADA (a)		RECEITAS REALIZADAS	
					Até o Bimestre (b)	% (c)=(b/a)x100
22- IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DESTINADAS À MDE (25% de 3) ³	5.983.296,38		5.983.296,38		952.593,13	15,92
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100	Até o Bimestre (g)	% (h)=(g/d)x100
23- EDUCAÇÃO INFANTIL	3.170.000,00	3.170.000,00	624.353,02	19,70	602.583,85	19,01
23.1- Creche	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.1.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.1.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2- Pré-escola	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
24- ENSINO FUNDAMENTAL	4.988.860,00	5.032.860,00	861.797,09	17,12	792.211,89	15,74
24.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	4.231.860,00	4.277.860,00	683.330,12	15,97	673.407,97	15,74
24.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	755.000,00	755.000,00	178.466,97	23,64	118.803,92	15,74
25- ENSINO MÉDIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
26- ENSINO SUPERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
27- ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
28- OUTRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
29- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (23 + 24 + 25 + 26 + 27 + 28)	8.158.860,00	8.202.860,00	1.486.150,11	18,12	1.394.795,74	17,00
DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL					VALOR	
30- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB = (12)						313.313,40
31- DESPESAS CUSTEADAS COM A COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO						0,00
32- RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS DO FUNDEB ATÉ O BIMESTRE = (50 h)						-
33- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB						-
34- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS						0,00
35- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO						-
36- CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (46 j)						-
37- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (30 + 31 + 32 + 33 + 34 + 35 + 36)						313.313,40
38- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE ((23 + 24) - (37))						1.081.482,34
39- MÍNIMO DE 25% DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS EM MDE ⁵ ((38) / (3) x 100) %						28,38
OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE						
OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100	Até o Bimestre (g)	% (h)=(g/d)x100
40- DESPESAS CUSTEADAS COM A APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
41- DESPESAS CUSTEADAS COM A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	705.000,00	705.000,00	169.818,21	24,09	81.041,82	11,50
42- DESPESAS CUSTEADAS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
43- DESPESAS CUSTEADAS COM OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	2.520.048,00	2.849.208,05	422.916,61	14,84	405.892,39	14,25
44- TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (40 + 41 + 42 + 43)	3.225.048,00	3.554.208,05	592.734,82	16,68	486.934,21	13,70
45- TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM MDE (29 + 44)	11.381.908,00	11.757.068,05	2.078.884,93	17,68	1.881.729,95	16,01

MUNICÍPIO DE LAURO MULLER - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2016/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

Continuação 3/3

RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	SALDO ATÉ O BIMESTRE	CANCELADO EM 2016 (i)	
46- RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	37.957,79	0,00	
46.1 - Executadas com Recursos de Impostos Vinculados ao Ensino	0,00	0,00	
46.2 - Executadas com Recursos do FUNDEB	37.957,79	0,00	
FLUXO FINANCEIRO DOS RECURSOS		VALOR	
		FUNDEB (h)	FUNDEF
47- SALDO FINANCEIRO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015		51.186,96	0,00
48- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE		1.060.738,96	0,00
49- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE		964.101,09	0,00
49.1 Orçamento do Exercício		964.101,09	0,00
49.2 Restos a Pagar		0,00	0,00
50- (+) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE		0,00	0,00
51- (=) SALDO FINANCEIRO NO EXERCÍCIO ATUAL		147.824,83	0,00

Lauro Muller, 10/05/2016

FABRICIO KUSMIN ALVES
Prefeito Municipal

SORAYA CURCIO LIBRELATO
Secret. de Adm. Finanças e Planejamento

ROSANA BENEDET
Contadora CRC/SC 023922/05

FONTE:

¹ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.² Art. 21, § 2º, Lei 11.494/2007: "Até 5% dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União recebidos nos termos do §1º do art. 6º desta Lei, poderão ser utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional."³ Caput do art. 212 da CF/1988⁴ Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício⁵ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício, no âmbito de atuação prioritária, conforme LDB, art. 11, V.⁶ Nos cinco primeiros bimestres do exercício o acompanhamento poderá ser feito com base na despesa empenhada ou na despesa liquidada. No último bimestre do exercício, o valor deverá corresponder ao total da despesa empenhada.⁷ Essa coluna poderá ser apresentada somente no último bimestre.

Lebon Régis

PREFEITURA

EDITAL DE CONVOCAÇÃO N. 21/2016

Edital de Convocação n. 21/2016

O Prefeito Municipal de Lebon Régis no uso de suas atribuições legais CONVOCA o(s) candidato(s) aprovado(s) no Concurso Público 001/2012, abaixo relacionados, para apresentar-se perante o Departamento de Pessoal da Prefeitura Municipal, localizado na Rua Arthur Barth, n. 300, centro, Lebon Régis/SC, no horário compreendido entre 13h00min e 17h00min, até o dia 20/05/2016, munido(s) da documentação exigida para nomeação no cargo público ao qual foi aprovado.

Nome	Cargo	Classificação
Cristiane Schineide	Psicólogo	6º

A não apresentação do candidato no prazo mencionado implica renúncia ao direito de nomeação.

Lebon Régis (SC), 10 de maio de 2016.

Ludovino Labas

Prefeito Municipal

EXTRATO 3º TERMO ADITIVO

EXTRATO 3º TERMO ADITIVO

Contrato Nº: 45/2014 licitação: PR7/2014.

Objeto: O presente termo aditivo visa a alteração das cláusulas segunda e terceira qual trata da vigência do contrato em epígrafe. Contratante: MUNICÍPIO DE LEBON RÉGIS. Contratado: PÚBLICA INFORMÁTICA LTDA - 95.836.771/0001-20. Valor: 78.699,09 (setenta e oito mil seiscentos e noventa e nove reais com nove centavos). Vigência: 23/04/2016. Término: 23/04/2017. Lebon Régis, 20/04/2016.

Ludovino Labas-Prefeito Municipal

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/2016 – PROCESSO LICITATÓRIO Nº 25/2016

FUNDO DE SAÚDE LEBON RÉGIS/SC

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/2016 – PROCESSO LICITATÓRIO Nº 25/2016

O Fundo de Saúde de Lebon Régis através do Pregoeiro Oficial, leva ao conhecimento dos interessados que se realizará licitação na Modalidade de Pregão Eletrônico, do tipo Menor Preço. Objeto: aquisição de um veículo zero quilômetro do tipo Van/minibus, para atendimento da Secretaria Municipal de Saúde, conforme especificações contidas no Edital e seus anexos. Recebimento da documentação e das propostas a partir das 08:00 do dia 10/05/2016 até 08:00 do dia 20 de maio de 2016. Início da sessão de disputa a partir das 10:00 horas do dia 20/05/2016. Obtenção do Edital: pelo site www.lebonregis.sc.gov.br ou e-mail licitacoes@lebonregis.sc.gov.br. Lebon Régis 09 de maio de 2016. José Vanderlei de Campos – Pregoeiro.

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/2016 – PROCESSO LICITATÓRIO Nº 25/2016

FUNDO DE SAÚDE LEBON RÉGIS/SC

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/2016 – PROCESSO LICITATÓRIO Nº 25/2016

O Fundo de Saúde de Lebon Régis através do Pregoeiro Oficial, leva ao conhecimento dos interessados que se realizará licitação na Modalidade de Pregão Eletrônico, do tipo Menor Preço. Objeto: aquisição de um veículo zero quilômetro do tipo Van/minibus, para atendimento da Secretaria Municipal de Saúde, conforme especificações contidas no Edital e seus anexos. Recebimento da documentação e das propostas a partir das 08:00 do dia 10/05/2016 até 08:00 do dia 20 de maio de 2016. Início da sessão de disputa a partir das 10:00 horas do dia 20/05/2016. Obtenção do Edital: pelo site www.lebonregis.sc.gov.br ou e-mail licitacoes@lebonregis.sc.gov.br. Lebon Régis 09 de maio de 2016. José Vanderlei de Campos – Pregoeiro.

Leoberto Leal

PREFEITURA

CONTROLE DA ORIGEM E DOS GASTOS COM EDUCAÇÃO - ABRIL 2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE LEOBERTO LEAL

CONTROLE DA ORIGEM E DOS GASTOS COM ENSINO

MÊS DE ABRIL DE 2016

1 - BASE DE CÁLCULO DA ORIGEM DOS RECURSOS	
Receitas Oriundas de Impostos	Arrecadação Até o Mês
1.1 - IPTU	65.035,88
1.2 - ITBI	10.723,31
1.3 - ISS	37.567,35
1.4 - FPM	2.043.168,44
1.5 - IRRF	77.392,81
1.6 - ICMS	1.077.269,22
1.7 - IPI	15.994,35
1.8 - IPVA	92.980,80
1.9 - ITR	560,60
1.10 - Cota-Parte do Fundo de Compensação do ICMS Exportação	4.301,76
1.11 - Dívida Ativa de Impostos	2.752,30
1.12 - Multas e Juros de Mora	1.872,47
TOTAL	3.429.619,29

2 - ORIGEM DOS RECURSOS VINCULADOS AO ENSINO	
Especificação	Acumulado até o Mês
2.1 - 25% das Receitas Oriundas de Impostos	857.404,82
2.2 - Cota-Parte do FUNDEB	467.154,40
2.3 - Rendimento de Aplicação - FUNDEB	2.162,01
2.3 - Convênios	154.806,68
TOTAL	1.481.527,91

3 - APLICAÇÃO			
Especificação	Exigência Legal (1)	Realizada (2)	Diferença (3)
3.1 - Contribuição ao FUNDEB	646.855,03	646.854,28	-0,75
3.2 - Professor em Efetivo Exercício - Fundeb 60%	281.589,85	411.241,09	129.651,24
3.3 - Manutenção do Ensino - Fundeb 40%	187.726,56	4.900,00	-182.826,56
3.4 - Manutenção do Ensino - 25% Constitucional	210.549,79	413.700,41	203.150,62
3.5 - Convênios e Transferências	154.806,68	96.678,86	-58.127,82
TOTAL	1.481.527,91	1.573.374,64	91.846,73

OBS.: 1 - Este formulário deverá ser publicado bimestralmente. Art. 72 da Lei de Diretrizes e Bases.

2 - O atendimento aos percentuais mínimos exigidos, deverão ser apurados trimestralmente;

Art. 69, § 4º da Lei de Diretrizes e Bases.

Leoberto Leal, 09 de maio de 2016.

% APLICADO : 30,92%

Aplicado a maior : 203.149,87

PREFEITA MUNICIPAL

CONTADOR

SECR. MUNIC. DA EDUCAÇÃO



CONTROLE DA ORIGEM E DOS GASTOS COM SAÚDE - ABRIL 2016**PREFEITURA MUNICIPAL DE LEOBERTO LEAL****CONTROLE DA ORIGEM E DOS GASTOS COM SAÚDE****MÊS DE ABRIL DE 2016**

1 - BASE DE CÁLCULO DA ORIGEM DOS RECURSOS	
Receitas Oriundas de Impostos	Arrecadação Até o Mês
1.1 - IPTU	65.035,88
1.2 - ITBI	10.723,31
1.3 - ISS	37.567,35
1.4 - FPM	2.043.168,44
1.5 - IRRF	77.392,81
1.6 - ICMS	1.077.269,22
1.7 - IPI	15.994,35
1.8 - IPVA	92.980,80
1.9 - ITR	560,60
1.10 - Cota-Parte do Fundo de Compensação do ICMS Exportação	4.301,76
1.11 - Dívida Ativa de Impostos	2.752,30
1.12 - Multas e Juros de Mora	1.872,47
TOTAL	3.429.619,29

2 - ORIGEM DOS RECURSOS VINCULADOS A SAÚDE	
Especificação	Acumulado até o Mês
2.1 - 15% das Receitas Oriundas de Impostos	514.442,89
2.2 - Rendimento de Aplicação	6.035,10
2.3 - Convênios PAB / PSF / PACS / etc.	557.149,48
TOTAL	1.077.627,47

3 - APLICAÇÃO			
Especificação	Exigência Legal (1)	Realizada (2)	Diferença (3)
3.1 - Gastos com Saúde - 15% Constitucional	514.442,89	790.113,00	275.670,11
3.2 - Convênios e Transferências	563.184,58	253.644,20	-309.540,38
			0,00
			0,00
			0,00
TOTAL	1.077.627,47	1.043.757,20	-33.870,27

% aplicado = 23,04%
 Aplicado a maior = 275.670,11

Leoberto Leal, 09 de maio de 2016.

PREFEITA MUNICIPAL**CONTADOR****SECR. MUNIC. DA SAÚDE**

CONTROLE DE GASTOS COM PESSOAL - ABRIL 2016

MUNICÍPIO DE LEOBERTO LEAL - SC - PODER EXECUTIVO
MUNICIPIO DE LEOBERTO LEAL - PREFEITURA
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MAIO/2015 A ABRIL/2016

RGF – ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ 1,00

DESPESAS COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)	
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	7.387.299,55	0,00
Pessoal Ativo	6.699.007,30	0,00
Pessoal Inativo e Pensionista	675.792,25	0,00
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	12.500,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	561.869,76	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	76.991,43	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores	7.649,19	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	477.229,14	0,00
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I-II)	6.825.429,79	0,00
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	12.700.208,73	-
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (V) = (III a + III b)	6.825.429,79	53,74
LIMITE MÁXIMO (VI) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	6.858.112,71	54,00
LIMITE PRUDENCIAL (VII) = (0,95 x VI) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	6.515.207,08	51,30
LIMITE DE ALERTA (VIII) = (0,90 x VI) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	6.172.301,44	48,60

FONTE:

LEOBERTO LEAL, 09/05/2016

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA
Prefeita Municipal

DÉBORA VENTURIN
Secretária da Administração

GIAN CARLOS KNAUL
Auditor de Controle Interno

WORLI JOSÉ KREUSCH
Contador CRC-SC nº 14.520

R.G.F - 1º QUADRIMESTRE 2016

MUNICÍPIO DE LEOBERTO LEAL - SC - PODER EXECUTIVO
MUNICIPIO DE LEOBERTO LEAL - PREFEITURA
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MAIO/2015 A ABRIL/2016

RGF – ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ 1,00

DESPESAS COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)	
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	7.387.299,55	0,00
Pessoal Ativo	6.699.007,30	0,00
Pessoal Inativo e Pensionista	675.792,25	0,00
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	12.500,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	561.869,76	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	76.991,43	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores	7.649,19	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	477.229,14	0,00
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I-II)	6.825.429,79	0,00
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	12.700.208,73	-
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (V) = (III a + III b)	6.825.429,79	53,74
LIMITE MÁXIMO (VI) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	6.858.112,71	54,00
LIMITE PRUDENCIAL (VII) = (0,95 x VI) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	6.515.207,08	51,30
LIMITE DE ALERTA (VIII) = (0,90 x VI) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	6.172.301,44	48,60

FONTE:

LEOBERTO LEAL, 09/05/2016

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA
Prefeita Municipal

DÉBORA VENTURIN
Secretária da Administração

GIAN CARLOS KNAUL
Auditor de Controle Interno

WORLI JOSÉ KREUSCH
Contador CRC-SC nº 14.520

MUNICÍPIO DE LEOBERTO LEAL - SC
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2016

RGF – ANEXO 2 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "b")

R\$ 1,00

<u>DÍVIDA CONSOLIDADA</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2016		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I)	289.300,00	236.700,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Contratual	289.300,00	236.700,00	0,00	0,00
Interna	289.300,00	236.700,00	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00	0,00	0,00
Precatórios Posteriores a 05/05/2000 (Inclusive) - Vencidos e não P:	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (II)	1.864.036,27	1.219.836,27	—	—
Disponibilidade de Caixa Bruta	1.925.930,67	1.544.898,45	0,00	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	61.894,40	325.062,18	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (DCL) (III) = (I - II)	-1.574.736,27	-983.136,27	0,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	12.023.725,68	12.700.208,73	0,00	0,00
% da DC sobre a RCL [(I) / RCL]	2,41%	1,86%		
% da DCL sobre a RCL [(III) / RCL]	-13,10%	-7,74%		0,00%
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 120%	14.428.470,82	15.240.250,48	0,00	0,00
LIMITE DE ALERTA (inciso III do § 1º do art. 59 da LRF) - 108%	12.985.623,73	13.716.225,43	0,00	0,00

<u>DETALHAMENTO DA DÍVIDA CONTRATUAL</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2016		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
DÍVIDA CONTRATUAL (IV = V + VI + VII + VIII)	289.300,00	236.700,00	0,00	0,00
DÍVIDA DE PPP (V)	0,00	0,00	0,00	0,00
PARCELAMENTO DE DÍVIDAS (VI)	0,00	0,00	0,00	0,00
De Tributos	0,00	0,00	0,00	0,00
De Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00
Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00
Do FGTS	0,00	0,00	0,00	0,00
Com Instituição Não Financeira	0,00	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA COM INSTITUIÇÃO FINANCEIRA (VII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00	0,00	0,00
DEMAIS DÍVIDAS CONTRATUAIS (VIII)	289.300,00	236.700,00	0,00	0,00

<u>OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2016		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
PRECATÓRIOS ANTERIORES A 05/05/2000	0,00	0,00	0,00	0,00
PRECATÓRIOS POSTERIORES A 05/05/2000	0,00	0,00	0,00	0,00
INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA	0,00	0,00	0,00	0,00
DEPÓSITOS	647,83	57.609,69	0,00	0,00
RP NÃO-PROCESSADOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	1.208.657,90	1.861.630,52	0,00	0,00

FONTE:

Continua 1/2

MUNICÍPIO DE LEOBERTO LEAL - SC
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2016

Continuação 2/2

<u>OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2016		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
ANTECIPAÇÕES DE RECEITA ORÇAMENTÁRIA - ARO	0,00	0,00	0,00	0,00
REGIME PREVIDENCIÁRIO				
<u>DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2016		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
Passivo Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas - Inclusive precatórios vencidos e não pagos	0,00	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (V)	9.582.716,96	10.490.938,46	0,00	0,00
Disponibilidade de Caixa Bruta	4.835,10	5.526,83	0,00	0,00
Investimentos	9.581.916,08	10.486.044,87	0,00	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a pagar processados (exceto precatórios)	4.034,22	633,24	0,00	0,00
OBRIGAÇÕES NÃO INTEGRANTES DA DC	140,00	31.064,94	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (VI) = (IV - V)	-9.582.716,96	-10.490.938,46	0,00	0,00

1. Se o saldo apurado for negativo, ou seja, se o total do Ativo Disponível mais os Haveres Financeiros for menor que Restos a Pagar Processados, não deverá ser informado nessa linha, mas sim na linha da "Insuficiência Financeira", das Obrigações não integrantes da Dívida Consolidada - DC. Assim quando o cálculo de DEDUÇÕES (II) for negativo, colocar um "-" (traço) nessa linha.

LEOBERTO LEAL, 09/05/2016

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA
Prefeita Municipal

DÉBORA VENTURIN
Secretária da Administração

GIAN CARLOS KNAUL
Auditor de Controle Interno

WORLI JOSÉ KREUSCH
Contador CRC-SC nº 14.520

FONTE:

MUNICÍPIO DE LEOBERTO LEAL - SC
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DAS GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS DE VALORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL DE 2016

RGF – Anexo 3 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "c" e art. 40, § 1º)

R\$ 1,00

GARANTIAS CONCEDIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2016		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
EXTERNAS (I)				
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00	0,00
INTERNAS (II)				
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL GARANTIAS CONCEDIDAS (III) = (I + II)	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	12.023.725,68	12.700.208,73	0,00	0,00
% do TOTAL DAS GARANTIAS sobre a RCL	0,00	0,00		
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 22%	2.645.219,65	2.794.045,92	0,00	0,00
LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art. 59 da LRF) - 19,8%	2.380.697,68	2.514.641,33	0,00	0,00

CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2016		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
EXTERNAS (V)				
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00	0,00
INTERNAS (VI)				
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS VII = (V + VI)	0,00	0,00	0,00	0,00

MEDIDAS CORRETIVAS:

FONTE:

LEOBERTO LEAL , 09/05/2016

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA
Prefeita Municipal

DÉBORA VENTURIN
Secretária da Administração

GIAN CARLOS KNAUL
Auditor de Controle Interno

WORLD JOSÉ KREUSCH
Contador CRC-SC nº 14.520

MUNICÍPIO DE LEOBERTO LEAL - SC
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2016/QUADRIMESTRE JANEIRO - ABRIL

RGF – ANEXO 4 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "d" e inciso III alínea "c")

R\$ 1,00

OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR REALIZADO	
	No Quadrimestre de referência	Até o Quadrimestre de referência (a)
SUJEITAS AO LIMITE PARA FINS DE CONTRATAÇÃO (I)	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00
Abertura de Crédito	0,00	0,00
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
Derivadas de PPP	0,00	0,00
Demais Aquisições Financiadas	0,00	0,00
Antecipação de Receita	0,00	0,00
Pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
Demais Antecipações de Receita	0,00	0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00
Outras Operações de Crédito	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00
Abertura de Crédito	0,00	0,00
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
Antecipação de Receita	0,00	0,00
Pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
Demais Antecipações de Receita	0,00	0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00
Outras Operações de Crédito	0,00	0,00
NÃO SUJEITAS AO LIMITE PARA FINS DE CONTRATAÇÃO (II)	0,00	0,00
Parcelamentos de Dívidas	0,00	0,00
De Tributos	0,00	0,00
De Contribuições Sociais	0,00	0,00
Previdenciárias	0,00	0,00
Demais Contribuições Sociais	0,00	0,00
Do FGTS	0,00	0,00
Melhoria da Administração de Receitas e da Gestão Fiscal, Financeira e Patrimonial	0,00	0,00
Programa de Iluminação Pública - RELUZ	0,00	0,00
Outras Operações de Crédito Não Sujeitas ao Limite	0,00	0,00
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DOS LIMITES	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	12.700.208,73	—
OPERAÇÕES VEDADAS	0,00	0,00
DO PERÍODO DE REFERÊNCIA (III)	0,00	0,00
DE PERÍODOS ANTERIORES AO DE REFERÊNCIA	0,00	0,00
TOTAL CONSIDERADO PARA FINS DA APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE (IV) = (Ia + III)	0,00	0,00
LIMITE GERAL DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS E INTERNAS	2.032.033,40	16,00
LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art. 59 da LRF) - 14,4%	1.828.830,06	14,40
OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	0,00	0,00
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	889.014,61	7,00
TOTAL CONSIDERADO PARA CONTRATAÇÃO DE NOVAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO (V) = (IV + IIa)	0,00	0,00

FONTE:

LEOBERTO LEAL, 09/05/2016

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA
Prefeita Municipal

DÉBORA VENTURIN
Secretária da Administração

GIAN CARLOS KNAUL
Auditor de Controle Interno

WORLD JOSÉ KREUSCH
Contador CRC-SC nº 14.520

MUNICÍPIO DE LEOBERTO LEAL - SC - PODER EXECUTIVO
MUNICÍPIO DE LEOBERTO LEAL - PREFEITURA
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
Até o 1º Quadrimestre de 2016

L.R.F., Artigo 48 - Anexo 6

R\$ 1,00

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	VALOR ATÉ O BIMESTRE	
Receita Corrente Líquida	12.700.208,73	
DESPESAS COM PESSOAL	VALOR	% SOBRE A RCL
Despesa Total com Pessoal - DTP	6.825.429,79	53,74
Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - <%>	6.858.112,71	54,00
Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF) - <%>	6.515.207,08	51,30
DÍVIDA CONSOLIDADA	VALOR	% SOBRE A RCL
Dívida Consolidada Líquida	-983.136,27	-7,74
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	15.240.250,48	120,00
GARANTIA DE VALORES	VALOR	% SOBRE A RCL
Total das Garantias Concedidas	0,00	0,00
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	2.794.045,92	22,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR	% SOBRE A RCL
Operações de Crédito Externas e Internas	0,00	0,00
Operações de Crédito por Antecipação da Receita	0,00	0,00
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito Externas e Internas	2.032.033,40	16,00
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito por Antecipação da Receita	889.014,61	7,00
RESTOS A PAGAR	INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)
Valor Total	1.345.684,03	601.876,40

FONTE:

LEOBERTO LEAL, 09/05/2016

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA
Prefeita Municipal

DÉBORA VENTURIN
Secretária da Administração

GIAN CARLOS KNAUL
Auditor de Controle Interno

WORLD JOSÉ KREUSCH
Contador CRC-SC nº 14.520

R.R.E.O - 2º BIMESTRE DE 2016

Município de LEOBERTO LEAL - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2016/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

RREO - ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)						
RECEITAS CORRENTES	14.355.197,00	14.355.197,00	2.349.112,73	16,36	4.840.840,95	9.514.356,05
RECEITA TRIBUTÁRIA	13.408.197,00	13.408.197,00	2.328.612,73	17,37	4.809.421,88	8.598.775,12
IMPOSTOS	380.300,00	380.300,00	174.392,64	45,86	248.480,38	131.819,62
TAXAS	309.000,00	309.000,00	128.771,77	41,67	190.719,35	118.280,65
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	71.300,00	71.300,00	45.620,87	63,98	57.761,03	13.538,97
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	522.000,00	522.000,00	79.854,98	15,30	128.169,27	393.830,73
CONTRIB P/CUSTEIO DO SERVIÇO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA	452.000,00	452.000,00	66.214,20	14,65	100.763,68	351.236,32
RECEITA PATRIMONIAL	70.000,00	70.000,00	13.640,78	19,49	27.405,59	42.594,41
RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	1.200.000,00	1.200.000,00	474.347,86	39,53	840.286,93	359.713,07
RECEITA DE SERVIÇOS	1.200.000,00	1.200.000,00	474.347,86	39,53	840.286,93	359.713,07
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	2.000,00	2.000,00	152,00	7,60	312,00	1.688,00
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	11.242.397,00	11.242.397,00	1.571.961,30	13,98	3.561.597,97	7.680.799,03
TRANSF. DE CONV.	11.236.397,00	11.236.397,00	1.568.605,31	13,96	3.557.535,83	7.678.861,17
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	6.000,00	6.000,00	3.355,99	55,93	4.062,14	1.937,86
MULTAS E JUROS DE MORA	61.500,00	61.500,00	27.903,95	45,37	30.575,33	30.924,67
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	16.900,00	16.900,00	2.589,55	15,32	2.948,01	13.951,99
RECEITA DA DIVIDAATIVA	28.200,00	28.200,00	56,20	0,20	532,92	27.667,08
RECEITAS DIVERSAS	11.700,00	11.700,00	2.087,36	17,84	3.283,58	8.416,42
RECEITAS DE CAPITAL	947.000,00	947.000,00	23.170,84	493,00	23.810,82	-19.110,82
ALIENAÇÃO DE BENS	0,00	0,00	20.500,00	0,00	20.500,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	0,00	0,00	20.500,00	0,00	20.500,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	947.000,00	947.000,00	0,00	0,00	10.919,07	936.080,93
TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	947.000,00	947.000,00	0,00	0,00	10.919,07	936.080,93
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	900.000,00	900.000,00	132.852,90	14,76	201.951,09	698.048,91
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	15.255.197,00	15.255.197,00	2.481.965,63	16,27	5.042.792,04	10.212.404,96
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 1/4

Continuação 2/4

Município de LEOBERTO LEAL - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2016/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)						
Contratual						
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	15.255.197,00	15.255.197,00	2.481.965,63	16,27	5.042.792,04	10.212.404,96
DÉFICIT (VI)	—	—	—	—	—	—
TOTAL (VII) = (V + VI)	15.255.197,00	15.255.197,00	2.481.965,63	16,27	5.042.792,04	10.212.404,96
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)	—	376.699,17	—	—	196.654,20	—
Superávit Financeiro	—	376.699,17	—	—	196.654,20	—
Reabertura de Créditos Adicionais	—	0,00	—	—	0,00	—

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE
			No Bimestre	Até o Bimestre		No Bimestre	Até o Bimestre		
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	14.329.997,00	14.773.911,67	1.913.303,66	5.254.144,34	9.519.767,33	1.968.502,60	3.897.203,54	10.876.708,13	3.640.668,32
DESPESAS CORRENTES	11.114.858,00	11.420.817,26	1.774.008,10	4.914.556,85	6.506.260,41	1.842.219,16	3.720.016,40	7.700.800,86	3.463.481,18
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	7.545.060,00	7.512.513,33	1.232.988,50	2.343.345,10	5.169.168,23	1.232.988,50	2.343.345,10	5.169.168,23	2.318.740,45
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	3.569.798,00	3.908.303,93	541.039,60	2.571.211,75	1.337.092,18	609.250,66	1.376.671,30	2.531.632,63	1.144.740,73
DESPESAS DE CAPITAL	1.519.139,00	1.657.094,41	139.295,56	339.587,49	1.317.506,92	126.283,44	177.187,14	1.479.907,27	177.187,14
INVESTIMENTOS	1.361.139,00	1.499.094,41	139.295,56	181.787,49	1.317.306,92	99.983,44	124.587,14	1.374.507,27	124.587,14
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	158.000,00	158.000,00	0,00	157.800,00	200,00	26.300,00	52.600,00	105.400,00	52.600,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	6.000,00	6.000,00	0,00	0,00	6.000,00	0,00	0,00	6.000,00	0,00
RESERVA DE CONTINGENCIA	6.000,00	6.000,00	0,00	0,00	6.000,00	0,00	0,00	6.000,00	0,00
RESERVA DO RPPS	1.690.000,00	1.690.000,00	0,00	0,00	1.690.000,00	0,00	0,00	1.690.000,00	0,00
RESERVA DO RPPS	1.690.000,00	1.690.000,00	0,00	0,00	1.690.000,00	0,00	0,00	1.690.000,00	0,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	925.200,00	923.200,00	132.168,39	268.886,60	654.313,40	132.168,39	268.886,60	654.313,40	201.951,09
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	15.255.197,00	15.697.111,67	2.045.472,05	5.523.030,94	10.174.080,73	2.100.670,99	4.166.090,14	11.531.021,53	3.842.619,41
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 2/4

Continuação 3/4

Município de LEOBERTO LEAL - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2016/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE
			No Bimestre	Até o Bimestre		No Bimestre	Até o Bimestre		
	(d)	(e)	(f)		(g) = (e-f)		(h)	(i) = (e-h)	(j)
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Divida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Divida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)	15.255.197,00	15.697.111,67	2.045.472,05	5.523.030,94	10.174.080,73	2.100.670,99	4.166.090,14	11.531.021,53	3.842.619,41
SUPERÁVIT (XIII)	—	—	—	—	—	—	876.701,90	—	—
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	15.255.197,00	15.697.111,67	2.045.472,05	5.523.030,94	—	2.100.670,99	5.042.792,04	—	3.842.619,41
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)		PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			SALDO (a - c)		
				No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)			
Receitas (Intra-Orçamentárias) RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS - INTRA-ORÇAMENTÁRIAS		900.000,00	900.000,00	132.852,90	14,76	201.951,09	22,44	698.048,91	
		900.000,00	900.000,00	132.852,90	14,76	201.951,09	22,44	698.048,91	
		900.000,00	900.000,00	132.852,90	14,76	201.951,09	22,44	698.048,91	
		900.000,00	900.000,00	132.852,90	14,76	201.951,09	22,44	698.048,91	
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE
			No Bimestre	Até o Bimestre		No Bimestre	Até o Bimestre		
	(d)	(e)		(f)	(g) = (e-f)		(h)	(i) = (e-h)	(j)
Despesas Intra-Orçamentárias	925.200,00	923.200,00	132.168,39	268.886,60	654.313,40	132.168,39	268.886,60	654.313,40	201.951,09
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	925.200,00	923.200,00	132.168,39	268.886,60	654.313,40	132.168,39	268.886,60	654.313,40	201.951,09

DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)
			No Bimestre	Até o Bimestre (f)		No Bimestre	Até o Bimestre (h)		
Despesas Intra-Orçamentárias	925.200,00	923.200,00	132.168,39	268.886,60	654.313,40	132.168,39	268.886,60	654.313,40	201.951,09
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	925.200,00	923.200,00	132.168,39	268.886,60	654.313,40	132.168,39	268.886,60	654.313,40	201.951,09

FONTE:

Nota: O Superávit proveniente do Regime Próprio da Previdência Social - RPPS foi de R\$ 143.050,53

Continua 3/4

Continuação 4/4

Município de LEOBERTO LEAL - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2016/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

LEOBERTO LEAL , 09/05/2016

WORLD JOSÉ KREUSCH
Contador CRC-SC nº 14.520GIAN CARLOS KNAUL
Auditor de Controle InternoTATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA
Prefeita Municipal

Município de LEOBERTO LEAL - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2016/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

PRREO – Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")										RS 1,0
FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (e) = (a-d)		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)		% (b/Total b)	No Bimestre		Até o Bimestre (d)	% (d/Total d)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	Legislativa	14.329.997,00	14.773.911,67	5.254.144,34	95,13	9.519.767,33	1.968.502,60	3.897.203,54	10.876.708,13	
	Ação Legislativa	655.000,00	655.000,00	107.440,70	205.678,82	3,72	449.321,18	109.043,41	194.422,05	
	Administração	655.000,00	655.000,00	107.440,70	205.678,82	3,72	449.321,18	109.043,41	194.422,05	
	Administração Geral	1.608.388,00	1.610.641,48	198.296,34	713.068,52	12,91	897.572,96	223.804,64	450.643,26	
	Administração Geral	1.608.388,00	1.610.641,48	198.296,34	713.068,52	12,91	897.572,96	223.804,64	450.643,26	
	Segurança Pública	38.000,00	38.000,00	0,00	3.000,00	0,05	35.000,00	0,00	3.000,00	
	Defesa Civil	38.000,00	38.000,00	0,00	3.000,00	0,05	35.000,00	0,00	3.000,00	
	Assistência Social	559.409,00	622.751,60	49.722,38	228.158,40	4,13	394.593,20	66.353,90	180.953,17	
	Assistência ao Idoso	46.520,00	61.690,00	3.801,80	5.645,02	0,10	56.044,98	2.386,31	3.842,98	
	Assistência ao Portador de Deficiência	36.000,00	36.000,00	0,00	32.276,16	0,58	3.723,84	5.379,36	25.241,28	
	Assistência à Criança e ao Adolescente	92.000,00	92.000,00	11.940,00	32.379,63	0,59	59.620,37	12.092,21	30.070,74	
	Assistência Comunitária	384.889,00	433.081,60	33.980,58	157.857,59	2,86	275.204,01	46.486,02	136.280,73	
	Previdência Social	1.090.000,00	1.090.000,00	112.764,65	271.349,25	4,91	818.650,75	122.222,99	241.137,57	
	Administração Geral	140.000,00	140.000,00	8.188,19	64.926,13	1,18	75.073,87	17.830,13	34.898,05	
	Previdência do Regime Estatutário	950.000,00	950.000,00	104.576,46	206.423,12	3,74	743.576,88	104.392,86	206.239,52	
	Saúde	2.645.239,00	2.794.326,08	481.585,16	1.272.238,60	23,04	1.522.087,48	517.509,76	973.424,95	
	Atenção Básica	2.608.239,00	2.713.209,65	480.388,26	1.263.163,70	22,87	1.450.045,95	516.994,76	971.546,95	
	Vigilância Sanitária	19.000,00	49.694,90	0,00	7.000,00	0,13	42.694,90	515,00	1.030,00	
	Vigilância Epidemiológica	18.000,00	31.421,53	1.226,90	2.074,90	0,04	29.346,63	0,00	848,00	
	Educação	2.498.877,00	2.505.611,87	415.641,10	1.054.456,10	19,09	1.451.155,77	423.745,38	832.667,97	
	Alimentação e Nutrição	48.280,00	48.280,00	3.720,92	10.609,97	0,19	37.670,03	5.903,21	10.609,97	
	Ensino Fundamental	1.806.330,00	1.817.876,36	331.138,07	887.214,02	16,06	930.662,34	356.203,96	704.819,03	
	Ensino Médio	105.167,00	105.167,00	23.670,00	23.670,00	0,43	81.497,00	0,00	0,00	
	Ensino Superior	25.000,00	25.000,00	3.756,84	15.038,05	0,27	9.361,95	3.660,29	12.235,95	
	Educação Infantil	514.100,00	509.288,51	53.355,27	117.924,06	2,14	391.364,45	57.977,92	104.474,92	
	Cultura	70.000,00	70.000,00	702,00	702,00	0,01	69.298,00	0,00	0,00	
Diffusão Cultural	70.000,00	70.000,00	702,00	702,00	0,01	69.298,00	0,00	0,00		
Urbanismo	434.000,00	503.596,98	53.745,70	154.373,13	2,80	349.223,85	48.341,16	80.794,44		
Infra-Estrutura Urbana	320.000,00	320.000,00	0,00	0,00	0,00	320.000,00	0,00	0,00		
Serviços Urbanos	114.000,00	183.596,98	53.745,70	154.373,13	2,80	29.223,85	48.341,16	80.794,44		
Saneamento	14.000,00	14.000,00	0,00	0,00	0,00	14.000,00	0,00	0,00		
Saneamento Básico Urbano	14.000,00	14.000,00	0,00	0,00	0,00	14.000,00	0,00	0,00		
Agricultura	736.000,00	736.000,00	150.476,00	394.338,11	7,14	341.861,89	140.931,37	270.839,11		
Extensão Rural	736.000,00	736.000,00	150.476,00	394.338,11	7,14	341.861,89	140.931,37	270.839,11		
Transporte	1.251.734,00	1.391.153,07	335.804,59	733.356,52	13,28	657.796,55	278.733,45	578.966,76		
Infra-Estrutura Urbana	6.000,00	6.000,00	0,00	0,00	0,00	6.000,00	0,00	0,00		

Continua 1/3

Continuação 2/3

Município de LEOBERTO LEAL - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2016/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (e) = (a-d)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	
								% (d/Total d)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)								
Transporte	14.329.997,00	14.773.911,67	1.913.303,66	5.254.144,34	95,13	1.968.502,60	3.897.203,54	93,55
Transporte Rodoviário	1.251.734,00	1.391.153,07	335.804,59	733.356,52	13,28	278.733,45	578.966,76	13,90
Desporto e Lazer	1.245.734,00	1.385.153,07	335.804,59	733.356,52	13,28	278.733,45	578.966,76	13,90
Desporto Comunitário	882.520,00	895.900,59	7.125,04	78.994,89	1,43	12.949,63	31.220,05	0,75
Lazer	825.000,00	825.000,00	5.531,80	41.647,00	0,75	7.769,40	25.288,32	0,61
Encargos Especiais	57.520,00	70.900,59	1.593,24	37.347,89	0,68	5.180,23	5.931,73	0,14
Outras Transferências	150.830,00	150.930,00	0,00	144.430,00	2,62	24.866,91	59.134,21	1,42
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	6.000,00	6.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESERVA DO RPPS	1.690.000,00	1.690.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)								
Legislativa	925.200,00	923.200,00	132.168,39	268.886,60	4,87	132.168,39	268.886,60	6,45
Ação Legislativa	45.000,00	45.000,00	7.346,53	13.462,49	0,24	7.346,53	13.462,49	0,32
Administração	45.000,00	45.000,00	7.346,53	13.462,49	0,24	7.346,53	13.462,49	0,32
Administração Geral	122.000,00	122.000,00	13.612,15	27.804,39	0,50	13.612,15	27.804,39	0,67
Assistência Social	122.000,00	122.000,00	13.612,15	27.804,39	0,50	13.612,15	27.804,39	0,67
Assistência Comunitária	25.000,00	25.000,00	2.334,38	5.775,86	0,10	2.334,38	5.775,86	0,14
Saúde	25.000,00	25.000,00	2.334,38	5.775,86	0,10	2.334,38	5.775,86	0,14
Atenção Básica	269.200,00	269.200,00	35.904,28	70.332,25	1,27	35.904,28	70.332,25	1,69
Educação	269.200,00	269.200,00	35.904,28	70.332,25	1,27	35.904,28	70.332,25	1,69
Educação Fundamental	325.000,00	325.000,00	50.858,33	106.616,44	1,93	50.858,33	106.616,44	2,56
Educação Infantil	250.000,00	250.000,00	43.873,65	93.051,08	1,68	43.873,65	93.051,08	2,23
Urbanismo	75.000,00	75.000,00	6.984,68	13.565,36	0,25	6.984,68	13.565,36	0,33
Serviços Urbanos	2.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Agricultura	2.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Extensão Rural	35.000,00	35.000,00	7.806,89	15.521,61	0,28	7.806,89	15.521,61	0,37
	35.000,00	35.000,00	7.806,89	15.521,61	0,28	7.806,89	15.521,61	0,37

Continuação 2/3

Continuação 3/3

Município de LEOBERTO LEAL - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2016/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (e) = (e-d)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	
								% (d/Total d)
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	925.200,00	923.200,00	132.168,39	268.886,60	654.313,40	132.168,39	268.886,60	6,45
Transporte	102.000,00	102.000,00	14.305,83	29.373,56	72.626,44	14.305,83	29.373,56	0,71
Transporte Rodoviário	102.000,00	102.000,00	14.305,83	29.373,56	72.626,44	14.305,83	29.373,56	0,71
TOTAL (III) = (I + II)	15.255.197,00	15.697.111,67	2.045.472,05	5.523.030,94	10.174.080,73	2.100.670,99	4.166.090,14	100,00

FONTE:

LEOBERTO LEAL , 09/05/2016

WORLD JOSÉ KREUSCH
Contador CRC-SC nº 14.520

GIAN CARLOS KNAUL
Auditor de Controle Interno

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA
Prefeita Municipal

1 Representa uma dotação global sem destinação específica a determinado órgão, unidade orçamentária, programa ou categoria econômica, cujos recursos serão utilizados para abertura de créditos adicionais, não sendo portanto uma função. É apresentada neste demonstrativo por constar no orçamento.



Município de LEOBERTO LEAL - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MAIO/2015 A ABRIL/2016

PREO - ANEXO 3 (LRF, Art. 53, inciso I)	ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES												PREVISÃO ATUALIZADA 2016
		Mar/2015	Jun/2015	Jul/2015	Ago/2015	Sep/2015	Out/2015	Nov/2015	Dez/2015	Jan/2016	Fev/2016	Mar/2016	Abr/2016	TOTAL (ULT. 12 MES.)
RECEITAS CORRENTES (I)	RECEITA TRIBUTÁRIA	1.310.724,52	1.187.230,65	1.080.427,85	1.025.239,52	1.015.974,42	1.125.232,44	1.143.886,21	1.624.738,89	1.364.417,13	1.472.315,30	1.325.594,32	1.233.949,41	14.948.547,86
	IRPJ	35.051,74	23.270,06	19.551,61	23.413,04	23.231,24	17.735,76	14.459,18	46.920,28	24.990,62	46.095,62	123.939,05	50.483,59	452.123,29
	IRPJ/L	4.559,08	0,00	74,25	0,00	294,03	0,00	0,00	0,00	5.005,68	16.545,45	38.085,86	4.394,89	68.993,24
	IRPJ/F	14.594,01	14.533,84	14.447,38	13.648,38	12.576,49	11.455,10	7.888,65	35.016,34	8.277,20	12.365,10	38.771,65	17.977,86	201.884,00
	ISS	6.297,76	3.932,95	4.455,57	5.177,78	4.954,41	5.838,99	5.238,10	7.155,71	6.184,37	9.109,98	5.624,03	16.648,97	65.000,00
	ITBI	1.965,27	1.781,03	0,00	4.501,80	3.057,74	0,00	1.006,00	2.960,00	2.890,40	1.764,40	1.417,84	4.860,67	25.985,15
	Outras Receitas Tributárias	7.314,62	3.002,24	574,41	85,08	2.348,57	443,67	346,43	1.787,23	2.833,17	9.305,99	38.009,67	6.811,20	73.663,28
	RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	38.447,23	36.993,18	37.024,32	37.781,85	37.693,45	38.338,40	37.969,01	101.009,38	82.501,64	40.063,65	40.587,76	39.267,22	493.396,09
	RECEITA PATRIMONIAL	112.621,36	61.366,20	73.170,13	-18.753,12	41.184,99	146.631,21	97.219,78	137.833,96	197.463,90	168.772,17	246.446,16	225.901,70	1.491.761,44
	RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	RECEITA DE SERVIÇOS	40,00	622,00	80,00	408,00	0,00	0,00	0,00	340,00	160,00	0,00	152,00	0,00	1.880,00
	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	1.123.253,92	1.041.004,45	950.374,19	946.891,08	869.154,35	920.311,17	993.356,51	1.333.915,12	1.132.529,65	1.213.030,30	886.533,03	976.059,27	12.418.715,04
DEDUÇÕES (II)	Cota-Parte do FPM	591.411,98	514.588,39	381.035,57	445.648,92	371.540,26	422.874,40	477.453,38	546.022,36	521.721,09	653.113,36	383.716,85	471.811,14	5.793.749,70
	Cota-Parte do ICMS	255.407,64	241.177,40	243.475,33	233.883,62	244.113,85	252.411,11	253.926,02	247.890,18	308.576,23	251.930,18	254.793,47	281.989,34	3.048.554,29
	Cota-Parte do IPVA	27.304,25	32.146,67	22.936,04	16.328,00	21.955,28	23.996,01	10.616,24	5.903,14	15.631,35	17.779,17	30.874,58	28.856,69	253.127,43
	Cota-Parte do ITR	83,21	105,69	21,21	154,49	2.425,83	3.277,90	550,95	89,72	42,33	77,46	177,33	263,48	7.269,20
	Outras Transferências Correntes	129.342,56	139.187,81	194.663,84	140.891,22	152.067,49	104.296,01	138.667,48	415.737,92	154.053,94	170.180,17	88.464,08	93.324,49	1.733.437,00
	Transferências de LC 61/1999	3.977,17	3.788,26	3.489,74	3.713,26	3.702,69	4.294,85	3.912,99	3.853,84	4.946,78	3.743,19	3.654,52	3.749,86	46.737,15
	Transferências de LC 87/1996	1.052,76	1.052,76	1.052,76	1.052,76	1.052,76	1.052,76	1.052,76	1.052,76	1.075,44	1.075,44	1.075,44	1.075,44	16.200,00
	Transferências do FUNDEB	114.674,35	108.557,47	104.315,70	107.229,81	102.265,19	108.505,13	107.172,09	110.355,28	126.592,48	115.125,33	110.076,76	115.369,83	1.330.631,42
	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	1.307,27	3.574,76	227,60	33.498,67	14.662,39	2.012,90	691,73	4.720,15	1.319,12	1.352,26	25.686,52	2.237,63	91.670,80
	DEDUÇÕES (II)	207.878,84	189.542,10	161.377,11	171.918,20	160.888,04	173.415,35	181.250,71	255.507,62	171.507,50	218.565,26	171.055,67	186.086,63	2.249.338,93
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I) - (II)	Contrib. para o Plano de Previdência do Servidor	32.031,62	30.570,45	31.042,95	31.762,20	31.929,90	31.917,14	31.747,50	93.942,57	1.259,00	33.020,48	33.597,37	32.616,83	416.103,01
	Dedução da Receita Para Formação do FUNDEB	175.847,22	158.571,65	130.274,16	140.156,00	128.968,14	141.501,21	149.503,21	161.555,05	170.378,50	185.544,78	137.458,20	153.472,80	1.833.230,92
	RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I) - (II)	1.102.852,68	977.688,55	918.110,74	853.321,32	855.086,38	951.814,09	962.445,50	1.369.231,27	1.192.909,63	1.253.750,04	1.154.538,75	1.107.859,78	12.706.263,73
FONTE														
LEOBERTO LEAL		09/05/2016												

WOLFF JOSÉ KREUSCH
Controlador ORC-SC nº 14.520

GIAN CARLOS KNAUL
Auditor de Controle Interno

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA
Prefeita Municipal

Município de LEOBERTO LEAL - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2016/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		R\$ 1,00
			Até o Bimestre/2016	Até o Bimestre/2015	
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)					
RECEITAS CORRENTES					
Receita de Contribuições dos Segurados	480.000,00	480.000,00	89.555,20	425.049,34	
Pessoal Civil	480.000,00	480.000,00	89.555,20	425.049,34	
Ativo	452.000,00	452.000,00	100.763,68	91.932,06	
Inativo	452.000,00	452.000,00	100.763,68	91.932,06	
Pessoal Militar	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	
Ativo	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00	
Para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00	
Em Regime de Débitos e Parcelamentos	0,00	0,00	0,00	0,00	
Outras Receitas de Contribuições	0,00	0,00	0,00	0,00	
Receita Patrimonial	0,00	0,00	0,00	0,00	
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	333.117,28	
Receitas de Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00	0,00	
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	333.117,28	
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS	28.000,00	28.000,00	-11.208,48	0,00	
Demais Receitas Correntes	27.000,00	27.000,00	0,00	0,00	
RECEITAS DE CAPITAL	1.000,00	1.000,00	-11.208,48	0,00	
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00	
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	900.000,00	900.000,00	201.951,09	184.298,54	
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (III) = (I + II)	1.380.000,00	1.380.000,00	291.506,29	609.347,88	
DESPESAS					
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)					
ADMINISTRAÇÃO					
Despesas Correntes	750.000,00	750.000,00	255.368,49	227.873,22	
Despesas de Capital	0,00	0,00	56.056,69	28.561,42	
PREVIDÊNCIA SOCIAL					
Pessoal Civil	0,00	0,00	56.056,69	28.561,42	
	750.000,00	750.000,00	199.311,80	199.311,80	
	0,00	0,00	148.455,76	148.455,76	
			148.455,76	148.455,76	

Continua 1/4

Município de LEOBERTO LEAL - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2016/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

Continuação 2/4

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre/2016	Até o Bimestre/2015	Até o Bimestre/2016	Até o Bimestre/2015
Aposentadorias	0,00	0,00	128.719,56	166.211,74	128.719,56	166.211,74
Pensões	0,00	0,00	19.736,20	33.100,06	19.736,20	33.100,06
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reformas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	750.000,00	750.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RPPS e o RGPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Previdenciárias	750.000,00	750.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIA) (V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (VI) = (IV + V)	750.000,00	750.000,00	148.455,76	255.368,49	148.455,76	227.873,22
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VII) = (III - VI)	630.000,00	630.000,00	-	-	143.050,53	381.474,56
APORTES REALIZADOS						
APORTES DE RECURSOS PARA O REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DO SERVIDOR						
TOTAL DOS APORTES PARA O RPPS						
Plano Financeiro						0,00
Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras						0,00
Recursos para Formação de Reserva						0,00
Outros Aportes para o RPPS						0,00
Plano Previdenciário						0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro						0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Atual						0,00
Outros Aportes para o RPPS						0,00
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS						
Valor						0,00
PERÍODO DE REFERÊNCIA						
BENS E DIREITOS DO RPPS		2016		2015		
Caixa			0,00		0,00	
Bancos Conta Movimento			5.526,83		4.797,69	
Investimentos			10.486.044,87		8.515.524,17	
Outros Bens e Direitos			0,00		0,00	

Continua 2/4

Continuação 3/4

Município de LEOBERTO LEAL - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2016/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre/2016	Até o Bimestre/2015
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)				
RECEITAS CORRENTES (VIII)	900.000,00	900.000,00	201.951,09	184.298,54
Receita de Contribuições Patronais	900.000,00	900.000,00	201.951,09	184.298,54
Pessoal Civil	900.000,00	900.000,00	201.951,09	184.298,54
Ativo	900.000,00	900.000,00	201.951,09	184.298,54
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Regime de Débitos e Parcelamentos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Contribuições	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (XI) = (VIII + IX - X)	900.000,00	900.000,00	201.951,09	184.298,54
DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS				
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS	-	-	-	-
ADMINISTRAÇÃO (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (XIII) = (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00

FONTE:

Continua 3/4

Município de LEOBERTO LEAL - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2016/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

Continuação 4/4

LEOBERTO LEAL , 09/05/2016

WORLD JOSÉ KREUSCH Contador CRC-SC nº 14.520	GIAN CARLOS KNAUL Auditor de Controle Interno	TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA Prefeita Municipal
---	--	--

Município de LEOBERTO LEAL - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO NOMINAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2016/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

RREO – Anexo 5 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2015 (A)	Em 29 Feb 2016 (B)	Em 30 Abr 2016 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	289.300,00	263.000,00	236.700,00
DEDUÇÕES (II)	1.864.036,27	1.944.861,06	1.219.836,27
Disponibilidade de Caixa Bruta	1.925.930,67	2.397.661,51	1.544.898,45
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados (Exceeto Precatórios)	61.894,40	452.800,45	325.062,18
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I - II)	-1.574.736,27	-1.681.861,06	-983.136,27
RECEITAS DE PRIVATIZAÇÕES (IV)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (VI) = (III + IV - V)	-1.574.736,27	-1.681.861,06	-983.136,27

<u>RESULTADO NOMINAL</u>	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
	No Bimestre (C - B)	Jan a Abr 2016 (C - A)
VALOR	698.724,79	591.600,00

<u>DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL</u>	VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO NOMINAL FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA	-157.800,00

<u>REGIME PREVIDENCIÁRIO</u>			
<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2015 (A)	Em 29 Feb 2016 (B)	Em 30 Abr 2016 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (VII)	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (VIII)	9.582.716,96	9.936.239,62	10.490.938,46
Disponibilidade de Caixa Bruta	4.835,10	5.007,43	5.526,83
Investimentos	9.581.916,08	9.935.266,41	10.486.044,87
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados	4.034,22	4.034,22	633,24
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (IX) = (VII - VIII)	-9.582.716,96	-9.936.239,62	-10.490.938,46
PASSIVOS RECONHECIDOS (X)	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (XI) = (IX - X)	-9.582.716,96	-9.936.239,62	-10.490.938,46

FONTE:

LEOBERTO LEAL , 09/05/2016

WORLD JOSÉ KREUSCH
Contador CRC-SC nº 14.520

GIAN CARLOS KNAUL
Auditor de Controle Interno

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA
Prefeita Municipal

Município de LEOBERTO LEAL - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2016/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

RREO - ANEXO 6 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
		Até o Bimestre/ 2016	Até o Bimestre/ 2015
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (I)	13.108.197,00	4.171.086,04	3.948.598,96
Receita Tributária	380.300,00	248.480,38	183.097,67
I.P.T.U.	64.000,00	65.035,88	57.860,37
I.S.S.	65.000,00	37.567,35	22.074,46
I.T.B.I.	10.000,00	10.723,31	3.502,52
I.R.R.F.	170.000,00	77.392,81	54.056,57
Outras Receitas Tributárias	71.300,00	57.761,03	45.603,75
Receita de Contribuição	1.422.000,00	330.120,36	297.259,68
Receitas Previdenciárias	1.352.000,00	302.714,77	276.230,60
Outras Contribuições	70.000,00	27.405,59	21.029,08
Receita Patrimonial Líquida	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	1.200.000,00	840.286,93	359.806,79
(-) Aplicações Financeiras	1.200.000,00	840.286,93	359.806,79
Transferências Correntes	11.242.397,00	3.561.597,97	3.465.616,77
F.P.M.	5.320.000,00	1.634.534,88	1.710.147,02
I.P.V.A	234.400,00	74.384,90	73.975,43
I.C.M.S.	2.496.000,00	861.815,73	840.008,83
Convênios	6.000,00	4.062,14	411,17
Outras Transferências Correntes	3.185.997,00	986.800,32	841.074,32
Demais Receitas Correntes	63.500,00	30.887,33	2.624,84
Dívida Ativa	11.700,00	3.283,58	1.066,09
Diversas Receitas Correntes	51.800,00	27.603,75	1.558,75
RECEITAS DE CAPITAL (II)	947.000,00	31.419,07	134.533,33
Operações de Crédito (III)	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos (IV)	0,00	0,00	0,00
Alienação de Ativos (V)	0,00	20.500,00	0,00
Transferências de Capital	947.000,00	10.919,07	134.533,33
Convênios	947.000,00	10.919,07	123.333,33
Outras Transferências de Capital	0,00	0,00	11.200,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (VI) = (II - III - IV - V)	947.000,00	10.919,07	134.533,33
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (VII) = (I + VI)	14.055.197,00	4.182.005,11	4.083.132,29

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
		Até o Bimestre/ 2016	Até o Bimestre/ 2015	Até o Bimestre/ 2016	Até o Bimestre/ 2015
DESPESAS CORRENTES (VIII)	12.344.017,26	5.183.443,45	4.837.310,36	3.988.903,00	3.824.440,12
Pessoal e Encargos Sociais	8.435.713,33	2.612.231,70	2.399.005,65	2.612.231,70	2.399.005,65
Juros e Encargos da Dívida (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	3.908.303,93	2.571.211,75	2.438.304,71	1.376.671,30	1.425.434,47
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (X) = (VIII - IX)	12.344.017,26	5.183.443,45	4.837.310,36	3.988.903,00	3.824.440,12
DESPESAS DE CAPITAL (XI)	1.657.094,41	339.587,49	597.143,46	177.187,14	366.693,28
Investimentos	1.499.094,41	181.787,49	439.343,46	124.587,14	314.093,28
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de título de Capital já Integralizado (XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XIV)	158.000,00	157.800,00	157.800,00	52.600,00	52.600,00
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XV) = (XI - XII - XIII - XIV)	1.499.094,41	181.787,49	439.343,46	124.587,14	314.093,28
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVI)	6.000,00	-	-	-	-
RESERVA DO RPPS (XVII)	1.690.000,00	-	-	-	-
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XVIII) = (X + XV + XVI + XVII)	15.539.111,67	5.365.230,94	5.276.653,82	4.113.490,14	4.138.533,40

Município de LEOBERTO LEAL - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2016/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

RESULTADO PRIMÁRIO (XIX) = (VII - XVIII)	-1.483.914,67	-1.183.225,83	-1.193.521,53	68.514,97	-55.401,11
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	-	196.654,20	0,00
Superávit Financeiro	-	-	-	196.654,20	0,00
Reabertura de Créditos Adicionais	-	-	-	0,00	0,00
DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL					VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO PRIMÁRIO FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA					-1.042.000,00

LEOBERTO LEAL , 09/05/2016

WORLI JOSÉ KREUSCH
Contador CRC-SC nº 14.520

GIAN CARLOS KNAUL
Auditor de Controle Interno

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA
Prefeita Municipal

Município de LEOBERTO LEAL - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2016/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

RREO - Anexo 7 (LRF, art. 53, inciso V)		RP NÃO PROCESSADOS										R\$ 1,00	
PODER/ÓRGÃO		RP PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES					RP NÃO PROCESSADOS						
		Inscritos		Saldo (a)	Cancelados	Pagos	Inscritos		Liquidados	Pagos	Cancelados	Saldo (b)	Saldo Total (a+b)
		Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2015				Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2015					
RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (I)													
EXECUTIVO													
ADMINISTRAÇÃO DIRETA													
SEC. DA ADMINIST. CONT. E FINANÇAS		4.392,43	61.536,19	2.224,69	3.400,98	60.302,95	183,18	1.208.614,72	673.756,50	673.756,50	-	535.041,40	537.286,09
SEC. DA AGROPECUÁRIA E MEIO AMBIENTE		4.392,43	61.536,19	2.224,69	3.400,98	60.302,95	183,18	1.208.614,72	673.756,50	673.756,50	0,00	535.041,40	537.286,09
SEC. DA EDUC. CULTURA E DESPORTO		991,45	60.902,95	1.591,45	0,00	60.302,95	97,50	11.960,24	11.864,72	673.756,50	0,00	534.901,40	536.492,85
SEC. DA SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.741,45	689,40	11.864,72	0,00	193,02	193,02
SEC. DOS TRANSP. OBRAS E SERV. URBANOS		0,00	58.858,79	0,00	0,00	58.858,79	0,00	917.169,65	592.510,95	592.510,95	0,00	2.052,05	2.052,05
INST. DE PREVIDÊNCIA - IPRELL - LEOBERTO LEAL		991,45	2.044,16	1.591,45	0,00	1.444,16	85,68	28.660,80	10.689,02	10.689,02	0,00	324.658,70	324.658,70
IPRELL		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	247.942,58	58.002,41	58.002,41	0,00	18.057,46	19.648,91
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)													
		3.400,98	633,24	633,24	3.400,98	0,00	0,00	140,00	0,00	0,00	0,00	140,00	189.940,17
		3.400,98	633,24	633,24	3.400,98	0,00	0,00	140,00	0,00	0,00	0,00	140,00	773,24
		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (III) = (I + II):		4.392,43	61.536,19	2.224,69	3.400,98	60.302,95	183,18	1.208.614,72	673.756,50	673.756,50	0,00	535.041,40	537.286,09

FONTE

LEOBERTO LEAL , 09/05/2016

WORLD JOSÉ KREUSCH
Contador CRC-SC nº 14.520

GIAN CARLOS KNAUL
Auditor de Controle Interno

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA
Prefeita Municipal

MUNICÍPIO DE LEOBERTO LEAL - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2016/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

RREO - ANEXO 8 (LDB, art. 72)

R\$ 1,00

RECEITAS DO ENSINO				
RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
1- RECEITAS DE IMPOSTOS	328.820,00	328.820,00	199.725,24	60,74
1.1- Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	76.020,00	76.020,00	72.459,65	95,32
1.1.1- IPTU	70.000,00	70.000,00	72.054,48	102,93
1.1.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IPTU	3.240,00	3.240,00	756,63	23,35
1.1.3- Dívida Ativa do IPTU	4.700,00	4.700,00	1.923,50	40,93
1.1.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IPTU	1.200,00	1.200,00	1.374,67	114,56
1.1.5- (-) Deduções da Receita do IPTU	(3.120,00)	(3.120,00)	(3.649,63)	116,98
1.2- Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	10.000,00	10.000,00	10.723,31	107,23
1.2.1- ITBI	10.000,00	10.000,00	10.723,31	107,23
1.2.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITBI	-	0,00	0,00	0,00
1.2.3- Dívida Ativa do ITBI	-	0,00	0,00	0,00
1.2.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITBI	-	0,00	0,00	0,00
1.2.5- (-) Deduções da Receita do ITBI	-	0,00	0,00	0,00
1.3- Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	72.800,00	72.800,00	39.149,47	53,78
1.3.1- ISS	65.000,00	65.000,00	37.567,46	57,80
1.3.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ISS	2.000,00	2.000,00	20,48	1,02
1.3.3- Dívida Ativa do ISS	2.300,00	2.300,00	908,68	39,51
1.3.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ISS	3.500,00	3.500,00	652,85	18,65
1.3.5- (-) Deduções da Receita do ISS	-	0,00	0,00	0,00
1.4- Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	170.000,00	170.000,00	77.392,81	45,53
1.4.1- IRRF	170.000,00	170.000,00	77.392,81	45,53
1.4.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IRRF	-	0,00	0,00	0,00
1.4.3- Dívida Ativa do IRRF	-	0,00	0,00	0,00
1.4.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IRRF	-	0,00	0,00	0,00
1.4.5- (-) Deduções da Receita do IRRF	-	0,00	0,00	0,00
1.5- Receita Resultante do Imposto Territorial Rural - ITR (CF, art. 153, §4º, inciso III)	-	0,00	0,00	0,00
1.5.1- ITR	-	0,00	0,00	0,00
1.5.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITR	-	0,00	0,00	0,00
1.5.3- Dívida Ativa do ITR	-	0,00	0,00	0,00
1.5.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITR	-	0,00	0,00	0,00
1.5.5- (-) Deduções da Receita do ITR	-	0,00	0,00	0,00
2- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	10.131.200,00	10.131.200,00	3.234.275,17	31,92
2.1- Cota-Parte FPM	6.650.000,00	6.650.000,00	2.043.168,44	30,72
2.1.1- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	6.650.000,00	6.650.000,00	2.043.168,44	30,72
2.1.2- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea d	-	0,00	0,00	0,00
2.1.3- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea e	-	0,00	0,00	0,00
2.2- Cota-Parte ICMS	3.120.000,00	3.120.000,00	1.077.289,22	34,53
2.3- ICMS-Desoneração – L.C. nº87/1996	16.200,00	16.200,00	4.301,76	26,55
2.4- Cota-Parte IPH-Exportação	50.000,00	50.000,00	15.994,35	31,99
2.5- Cota-Parte ITR	2.000,00	2.000,00	560,60	28,03
2.6- Cota-Parte IPVA	293.000,00	293.000,00	92.980,80	31,73
2.7- Cota-Parte IOF-Ouro	-	0,00	0,00	0,00
3- TOTAL DA RECEITA DE IMPOSTOS (1 + 2)	10.460.020,00	10.460.020,00	3.434.000,41	32,83
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
4- RECEITA DA APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINC. AO ENSINO	-	0,00	0,00	0,00
5- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE	160.000,00	160.000,00	64.673,71	40,42
5.1- Transferências do Salário-Educação	160.000,00	160.000,00	57.934,32	36,21
5.2- Transferências Diretas - PDDE	-	0,00	0,00	0,00
5.3- Transferências Diretas - PNAE	-	0,00	0,00	0,00
5.4- Transferências Diretas - PNATE	-	0,00	0,00	0,00
5.5- Outras Transferências do FNDE	-	0,00	6.473,35	0,00
5.6- Aplicação Financeira dos Recursos do FNDE	-	0,00	266,04	0,00
6- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	3.000,00	3.000,00	0,00	0,00
6.1- Transferências de Convênios	3.000,00	3.000,00	0,00	0,00
6.2- Aplicação Financeira dos Recursos de Convênios	-	0,00	0,00	0,00
7- RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO	-	0,00	0,00	0,00
8- OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	323.665,00	323.665,00	88.327,39	27,29
9- TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (4 + 5 + 6 + 7 + 8)	486.665,00	486.665,00	153.001,10	31,44
FUNDEB				
RECEITAS DO FUNDEB	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
10- RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB	2.026.240,00	2.026.240,00	646.854,28	31,92
10.1- Cota-Parte FPM Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.1.1)	1.330.000,00	1.330.000,00	408.633,56	30,72
10.2- Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.2)	624.000,00	624.000,00	215.453,49	34,53
10.3- ICMS-Desoneração Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.3)	3.240,00	3.240,00	860,32	26,55
10.4- Cota-Parte IPI-Exportação Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.4)	10.000,00	10.000,00	3.198,91	31,99
10.5- Cota-Parte ITR ou ITR Arrecadados Destinados ao FUNDEB – (20% de (1.5 + 2.5))	400,00	400,00	112,10	28,03
10.6- Cota-Parte IPVA Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.6)	58.600,00	58.600,00	18.595,90	31,73
11- RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB	1.404.000,00	1.404.000,00	469.316,41	33,43
11.1- Transferências de Recursos do FUNDEB	1.404.000,00	1.404.000,00	467.154,40	33,27
11.2- Complementação da União ao FUNDEB	-	0,00	0,00	0,00
11.3- Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB	-	0,00	2.162,01	0,00
12- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (11.1 – 10)	-622.240,00	-622.240,00	-179.699,88	28,88
DECRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB				

MUNICÍPIO DE LEOBERTO LEAL - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Continuação 2/3

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2016/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

DESPESAS DO FUNDEB	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100	Até o Bimestre (g)	% (h)=(g/d)x100
13- PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	1.399.788,00	1.398.192,26	414.645,35	29,66	414.645,35	29,66
13.1- Com Educação Infantil	284.788,00	284.788,00	94.834,93	33,30	94.834,93	33,30
13.2- Com Ensino Fundamental	1.115.000,00	1.113.404,26	319.810,42	28,72	319.810,42	28,72
14- OUTRAS DESPESAS	4.212,00	9.212,00	4.900,00	53,19	4.900,00	53,19
14.1- Com Educação Infantil	2.000,00	2.000,00	1.960,00	98,00	1.960,00	98,00
14.2- Com Ensino Fundamental	2.212,00	7.212,00	2.940,00	40,77	2.940,00	40,77
15- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (13 + 14)	1.404.000,00	1.407.404,26	419.545,35	29,81	419.545,35	29,81
DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB					VALOR	
16- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB						
16.1 - FUNDEB 60%						
16.2 - FUNDEB 40%						
17- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB					0,00	
17.1 - FUNDEB 60%					0,00	
17.2 - FUNDEB 40%					0,00	
18- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16 + 17)					0,00	
INDICADORES DO FUNDEB						
19- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB PARA FINS DE LIMITE (15 - 18)					419.545,35	
19.1 - Mínimo de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério¹ (13 - (16.1 + 17.1)) / ((11) x 100) %					88,35	
19.2 - Máximo de 40% em Despesa com MDE, que não Remuneração do Magistério (14 - (16.2 + 17.2)) / ((11) x 100) %					1,04	
19.3 - Máximo de 5% não Aplicado no Exercício (100 - (19.1 +19.2)) %					10,61	
CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQUENTE					VALOR	
20 – RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM 2015 QUE NÃO FORAM UTILIZADOS					0,00	
21 – DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE 2016 ²					0,00	
MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – DESPESAS CUSTEADAS COM A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB						
RECEITAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	PREVISÃO INICIAL		PREVISÃO ATUALIZADA (a)		RECEITAS REALIZADAS	
					Até o Bimestre (b)	% (c)=(b/a)x100
22- IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DESTINADAS À MDE (25% de 3)³	2.615.005,00		2.615.005,00		858.500,10	32,83
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100	Até o Bimestre (g)	% (h)=(g/d)x100
23- EDUCAÇÃO INFANTIL	286.788,00	286.788,00	96.794,93	33,75	96.794,93	33,75
23.1- Creche	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.1.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.1.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2- Pré-escola	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
24- ENSINO FUNDAMENTAL	2.019.324,00	2.024.728,26	724.886,27	35,80	683.850,83	33,77
24.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	1.117.212,00	1.120.616,26	322.750,42	28,80	322.750,42	28,80
24.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	902.112,00	904.112,00	402.135,85	44,48	361.100,41	39,94
25- ENSINO MÉDIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
26- ENSINO SUPERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
27- ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
28- OUTRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
29- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (23 + 24 + 25 + 26 + 27 + 28)	2.306.112,00	2.311.516,26	821.681,20	35,55	780.645,76	33,77
DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL					VALOR	
30- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB = (12)					-179.699,88	
31- DESPESAS CUSTEADAS COM A COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO					0,00	
32- RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS DO FUNDEB ATÉ O BIMESTRE = (50 h)					2.162,01	
33- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB					=	
34- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS					0,00	
35- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO					=	
36- CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (46 j)					-	
37- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (30 + 31 + 32 + 33 + 34 + 35 + 36)					-177.537,87	
38- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE ((23 + 24) – (37))					958.183,63	
39- MÍNIMO DE 25% DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS EM MDES ((38) / (3) x 100) %					27,90	
OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE						
OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100	Até o Bimestre (g)	% (h)=(g/d)x100
40- DESPESAS CUSTEADAS COM A APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
41- DESPESAS CUSTEADAS COM A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	230.000,00	230.000,00	132.791,07	57,74	85.171,35	37,03
42- DESPESAS CUSTEADAS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	3.740,61	0,00	415,61	0,00
43- DESPESAS CUSTEADAS COM OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	427.765,00	429.119,94	260.561,66	60,72	93.612,66	21,82
44- TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (40 + 41 + 42 + 43)	657.765,00	659.119,94	397.093,34	60,25	179.199,62	27,19
45- TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM MDE (29 + 44)	2.963.877,00	2.970.636,20	1.218.774,54	41,03	959.845,38	32,31

MUNICÍPIO DE LEOBERTO LEAL - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2016/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

Continuação 3/3

RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	SALDO ATÉ O BIMESTRE	CANCELADO EM 2016 (i)	
46- RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	0,00	0,00	
46.1 - Executadas com Recursos de Impostos Vinculados ao Ensino	0,00	0,00	
46.2 - Executadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	
FLUXO FINANCEIRO DOS RECURSOS		VALOR	
		FUNDEB (h)	FUNDEF
47- SALDO FINANCEIRO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015		0,00	0,00
48- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE		467.154,40	0,00
49- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE		0,00	0,00
49.1 Orçamento do Exercício		0,00	0,00
49.2 Restos a Pagar		0,00	0,00
50- (+) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE		2.162,01	0,00
51- (=) SALDO FINANCEIRO NO EXERCÍCIO ATUAL		469.316,41	0,00

LEOBERTO LEAL, 09/05/2016

WORLD JOSÉ KREUSCH
Contador CRC-SC nº 14.520

GIAN CARLOS KNAUL
Auditor de Controle Interno

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA
Prefeita Municipal

FONTE:

¹ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.² Art. 21, § 2º, Lei 11.494/2007: "Até 5% dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União recebidos nos termos do §1º do art. 6º desta Lei, poderão ser utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional."³ Caput do art. 212 da CF/1988⁴ Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício⁵ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício, no âmbito de atuação prioritária, conforme LDB, art. 11, V.⁶ Nos cinco primeiros bimestres do exercício o acompanhamento poderá ser feito com base na despesa empenhada ou na despesa liquidada. No último bimestre do exercício, o valor deverá corresponder ao total da despesa empenhada.⁷ Essa coluna poderá ser apresentada somente no último bimestre.

Município de LEOBERTO LEAL - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2016/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

RREO - ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35)

R\$ 1,00

RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE				RECEITAS REALIZADAS			
		PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	Até o Bimestre (b)	% (b/a)*100		
RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA (I)							
Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU		328.280,00	328.280,00	201.817,98	61,48		
Imposto sobre Transmissão de Bens Intervivos - ITBI		70.000,00	70.000,00	72.054,48	102,93		
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS		10.723,31	10.000,00	10.723,31	107,23		
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF		65.000,00	65.000,00	37.567,46	57,80		
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos dos Impostos		170.000,00	170.000,00	77.392,81	45,53		
Dívida Ativa dos Impostos		6.500,00	6.500,00	1.071,33	16,48		
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos de Dívida Ativa		2.780,00	2.780,00	1.111,64	39,99		
RECETA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)		4.000,00	4.000,00	1.896,95	47,42		
Cota-Parte FPM		10.131.200,00	10.131.200,00	3.234.275,17	31,92		
Cota-Parte ITR		6.650.000,00	6.650.000,00	2.043.168,44	30,72		
Cota-Parte IPVA		2.000,00	2.000,00	560,60	28,03		
Cota-Parte ICMS		293.000,00	293.000,00	92.980,80	31,73		
Cota-Parte IPLExportação		3.120.000,00	3.120.000,00	1.077.269,22	34,53		
Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais		50.000,00	50.000,00	15.994,35	31,99		
Desoneração ICMS (LC 87/96)		16.200,00	16.200,00	4.301,76	26,55		
TOTAL DAS RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (III) = I + II		16.200,00	16.200,00	4.301,76	26,55		
		10.459.480,00	10.459.480,00	3.436.093,15	32,85		
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE				RECEITAS REALIZADAS			
		PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (c)	Até o Bimestre (d)	% (d/c)*100		
TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE-SUS		105.737,00	105.737,00	40.674,40	38,47		
Provenientes da União		105.737,00	105.737,00	38.199,73	36,13		
Provenientes dos Estados		0,00	0,00	2.474,67			
RECETAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À SAÚDE		0,00	0,00	0,00	0,00		
OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE		0,00	0,00	8.016,46			
TOTAL RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE		105.737,00	105.737,00	48.690,86	46,05		
DESPESAS COM SAÚDE (P or Grupo de Natureza da Despesa)		DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
				Até o Bimestre (f)	% (f/e)*100	Até o Bimestre (g)	% (g/e)*100
DESPESAS CORRENTES		2.836.189,00	2.971.813,95	1.326.187,95	44,63	1.029.699,20	34,65
Pessoal e Encargos Sociais		2.055.680,00	2.102.979,07	722.984,59	34,38	722.984,59	34,38
Outras Despesas Correntes		780.509,00	868.834,88	603.203,36	69,43	306.714,61	35,30
DESPESAS DE CAPITAL		78.250,00	91.712,13	16.382,90	17,86	14.058,00	15,33
Investimentos		78.250,00	91.712,13	16.382,90	17,86	14.058,00	15,33

Continua 1/4

Continuação 2/4

Município de LEOBERTO LEAL - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2016/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (f)	% (f/e)*100	Até o Bimestre (g)	% (g/e)*100
DESPESAS DE CAPITAL	78.250,00	91.712,13	16.382,90	17,86	14.058,00	15,33
Investimentos	78.250,00	91.712,13	16.382,90	17,86	14.058,00	15,33
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (IV)	2.914.439,00	3.063.526,08	1.342.570,85	43,82	1.043.757,20	34,07
DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS PARA FINS DE APURAÇÃO DO PERCENTUAL MÍNIMO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (h)	% (hV/h)*100	Até o Bimestre (i)	% (iV/g)*100
DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA COM ASSISTÊNCIA À SAÚDE QUE NÃO ATENDE AO PRINCÍPIO DE ACESSO UNIVERSAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM OUTROS RECURSOS	824.759,00	877.539,87	306.280,76	22,81	244.474,56	23,42
Recursos de Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS	824.759,00	877.539,87	306.280,76	22,81	244.474,56	23,42
Recursos de Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Recursos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS AÇÕES E SERVIÇOS NÃO COMPUTADOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS INDEVIDAMENTE NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA¹	-	-	0,00	0,00	-	-
DESPESAS CUSTEADAS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA VINCULADA AOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS²	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS VINCULADOS À PARCELA DO PERCENTUAL MÍNIMO QUE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS (V)	824.759,00	877.539,87	306.280,76	22,81	244.474,56	23,42
TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (VI) = (IV + V)	2.089.680,00	2.185.986,21	1.036.290,09	77,19	799.282,64	76,58
PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE SOBRE A RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (VII%) = (VII / IIIb x 100) - LIMITE CONSTITUCIONAL 15% 4 e 5						23,26
VALOR REFERENTE À DIFERENÇA ENTRE O VALOR EXECUTADO E O LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL [VI(i) - (15 x IIIb)/100] 6						283.868,67

Continua 2/4

Continuação 3/4

Município de LEOBERTO LEAL - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2016/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA	INSCRITOS	CANCELADOS/ PRESCRITOS	PAGOS	A PAGAR	PARCELA CONSIDERADA NO LIMITE
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CONTROLE DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24, §1º E 2º	RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS				
	SALDO INICIAL	DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA (j)	SALDO FINAL(NÃO APLICADO)		
	0,00		0,00		0,00
TOTAL (VIII)	0,00		0,00		0,00
CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFORME ARTIGOS 25 E 26	LIMITE NÃO CUMPRIDO				
	SALDO INICIAL	DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA (k)	SALDO FINAL(NÃO APLICADO)		
	-	-			-

DESPESAS COM SAÚDE (Por Subfunção)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até Bimestre (l)	% (l/Total l)*100	Até Bimestre (m)	% (m/Total m)*100
Atenção Básica	2.877.439,00	2.982.409,65	1.333.495,95	99,32	1.041.879,20	99,82
Vigilância Sanitária	19.000,00	49.694,90	7.000,00	0,52	1.030,00	0,10
Vigilância Epidemiológica	18.000,00	31.421,53	2.074,90	0,15	848,00	0,08
Outras Subfunções	2.000,00	2.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	2.916.439,00	3.065.526,08	1.342.570,85	100,00	1.043.757,20	100,00

FONTE:

¹ Essa linha apresentará valor somente no Relatório Resumido da Execução Orçamentária do último bimestre do exercício.

² O valor apresentado na interseção com a coluna "l" ou com a coluna "h+i" (último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total j".

³ O valor apresentado na interseção com a coluna "l" ou com a coluna "h+i" (último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total k".

⁴ Limite anual mínimo a ser cumprido no encerramento do exercício. Deverá ser informado o limite estabelecido na Lei Orgânica do Município quando o percentual nela estabelecido for superior ao fixado na LC nº 141/2012.

⁵ Durante o exercício esse valor servirá para o monitoramento previsto no art. 23 da LC 141/2012.

⁶ No último bimestre, será utilizada a fórmula $[V/(h+i) - (15 \times IIIb)/100]$

Continua 3/4

Continuação 4/4

Município de LEOBERTO LEAL - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2016/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

LEOBERTO LEAL , 09/05/2016

WORLD JOSÉ KREUSCH
Contador CRC-SC nº 14.520GIAN CARLOS KNAUL
Auditor de Controle InternoTATIANE DUTRA ALVES DA
Prefeita Municipal

Município de LEOBERTO LEAL - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2016/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

RREO - Anexo 13 (Lei nº 11.079, de 30.12.2004, arts. 22, 25 e 28)

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	SALDO TOTAL EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR (a)	REGISTROS EFETUADOS EM 2016		SALDO TOTAL (c) = (a + b)
		No Bimestre	Até o Bimestre(b)	

NADAA DECLARAR

DESPESAS DE PPP	EXERCÍCIO ANTERIOR	EXERCÍCIO CORRENTE	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025
-----------------	-----------------------	-----------------------	------	------	------	------	------	------	------	------	------

NADAA DECLARAR

FONTE:

LEOBERTO LEAL , 09/05/2016

Município de LEOBERTO LEAL - SC
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 JANEIRO A ABRIL 2016/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO		No Bimestre	Até o Bimestre	
RECEITAS				
Previsão Inicial		—	15.255.197,00	
Previsão Atualizada		—	15.255.197,00	
Receitas Realizadas		2.481.965,63	5.042.792,04	
Déficit Orçamentário		—	0,00	
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)		—	196.654,20	
DESPESAS				
Dotação Inicial		—	15.255.197,00	
Créditos Adicionais		—	441.914,67	
Dotação Atualizada		—	15.697.111,67	
Despesas Empenhadas		2.045.472,05	5.523.030,94	
Despesas Liquidadas		2.100.670,99	4.166.090,14	
Superavit Orçamentário		—	876.701,90	
DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO		No Bimestre	Até o Bimestre	
Despesas Empenhadas		2.045.472,05	5.523.030,94	
Despesas Liquidadas		2.100.670,99	4.166.090,14	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL			Até o Bimestre	
Receita Corrente Líquida			12.700.208,73	
RECEITAS / DESPESAS DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA		No Bimestre	Até o Bimestre	
Regime Próprio de Previdência dos Servidores				
Receitas Previdenciárias Realizadas(IV)		0,00	291.506,29	
Despesa Previdenciárias Executadas(V)		0,00	148.455,76	
Resultado Previdenciário (VI) = (IV - V)		0,00	143.050,53	
RESULTADOS NOMINAL E PRIMÁRIO	Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO (a)	Resultado Apurado até o Bimestre (b)	% em Relação à Meta (b/a)	
Resultado Nominal	-157.800,00	591.600,00	-374,90	
Resultado Primário	-1.042.000,00	68.514,97	-6,58	
RESTOS A PAGAR POR PODER E MINISTÉRIO PÚBLICO	Inscrição	Cancelamento até o Bimestre	Pagamento até o Bimestre	Saldo a Pagar
RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS	1.208.797,90	0,00	673.756,50	535.041,40
EXECUTIVO	1.208.797,90	0,00	673.756,50	535.041,40
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	65.928,62	3.400,98	60.302,95	2.224,69
EXECUTIVO	65.928,62	3.400,98	60.302,95	2.224,69
TOTAL:	1.274.726,52	3.400,98	734.059,45	537.266,09
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE		Valor apurado até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais	
			% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Mínimo Anual de 25% das Receitas de Impostos em MDE		958.183,63	25%	27,90
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Educação Infantil e Ensino Fundamental		414.645,35	60%	88,35
Liquidadas		0,00		
Inscritas em Restos a Pagar Não Processados		0,00		
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL		Valor apurado até o Bimestre	Saldo não Realizado	
Receitas de Operações de Crédito		0,00		
Despesa de Capital Líquida		177.187,14	1.479.907,27	
PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	2016	2024	2034	2049
Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores				
Receitas Previdenciárias (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias (V)	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário VI = (IV - V)	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 1/2

Município de LEOBERTO LEAL - SC

Continuação 2/2

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2016/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS		Valor apurado até o Bimestre	Saldo a Realizar
Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos		20.500,00	-20.500,00
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos		0,00	0,00
DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	Valor apurado até o Bimestre	Limite Constitucional Anual	
		% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Despesas Próprias com Ações e Serviços Públicos de Saúde	799.282,64	15,00	23,26
Liquidadas	0,00		
Inscritas em Restos a Pagar Não Processados	0,00		
DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP		Valor apurado no exercício corrente	
Total das despesas/RCL (%)			0,00

FONTE:

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- . a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
- . b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

Lindóia do Sul

PREFEITURA

DECRETO Nº 2.784/2016, DE 09 DE MAIO DE 2016

DECRETO Nº 2.784/2016, DE 09 DE MAIO DE 2016

REMANEJA RECURSOS DO EXERCÍCIO VIGENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PEDRO BRINGHENTI, Prefeito em Exercício do Município de Lindóia do Sul, SC, no uso das atribuições legais conferidas pelo art. 91, V, da Lei Orgânica deste Município, Lei Ordinária Nº 1.308/2015, de 10 de Dezembro de 2015:

DECRETA

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal, nos termos do art. 40 e seguintes da Lei Federal nº 4.320, de 17/03/64, autorizado a proceder a abertura, através de Crédito Adicional Suplementar da seguinte dotação orçamentária:

Órgão 06: SECRETARIA MUNICIPAL DE DE INFRA-ESTRUTURA E TRANSP

Unidade 02 – Diretoria de Infra-Estrutura e Transportes

Projeto/Atividade 2.007 – Diretoria de Infra-Estrutura

3.3.90.00.00.00.00.0716 – Aplicações Diretas

..... ..R\$ 500.281,97

Art. 2º Os recursos necessários para suplementação das dotações constantes no art. 1º, ocorrerão por conta do provável excesso de arrecadação por conta do convênio 20016 TR 000650 – Processo nº ER 33537160, recuperação de estradas através da ADR – Seara.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Centro Administrativo Municipal de Lindóia do Sul, SC.

PEDRO BRINGHENTI

Prefeito Municipal em Exercício

Registra-se e Publica-se

Em, 09 de Maio de 2016

Sandra Regina Zuanazzi

Analista Administrativo

Responsável pelo RH

base nas suas competências e nas atribuições conferidas pela Lei Municipal nº 252/95 e considerando:

- A Lei n.º 8.742/93, LOAS – Lei Orgânica da Assistência Social, que dispõe sobre as competências do Conselho de Assistência Social.

- A Portaria do MDS- Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome n.º 625, de 10 de agosto de 2010 que dispõe sobre a forma de repasse dos recursos do cofinanciamento federal aos Estados, Distrito Federal e Municípios e sua prestação de contas, por meio de sistema eletrônico no âmbito do Sistema Único de Assistência Social - SUAS, e dá outras providências.

- A Política Nacional de Assistência Social, aprovada pelo Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS, conforme Resolução nº 145/2004.

- A Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais, aprovada pelo CNAS através da Resolução 109/2009 e suas atualizações.

- A deliberação do Colegiado do Conselho Municipal de Assistência Social, em reunião ordinária no dia 10 de maio de 2016, conforme ata nº 98.

RESOLVE:

Art. 1º - Aprovar o Demonstrativo Sintético Anual 2015 de Serviços/Programas, IGD-PBF e IGD-SUAS da Diretoria de Ação Social do município de Lindóia do Sul, o qual demonstra a prestação de contas dos recursos recebidos do Fundo Nacional de Assistência Social no exercício de 2015.

Art. 3º - Emitir Parecer Final da prestação de contas dos recursos recebidos do Fundo Estadual de Assistência Social no exercício de 2015.

Art. 4º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Lindóia do Sul/SC, 10 de Maio de 2016.

Elaine Pescador

Presidente em exercício do Conselho Municipal de Assistência Social

RESOLUÇÃO 01/2016 CMAS

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE LINDOIA DO SUL/SC

RESOLUÇÃO DE Nº 01 DE 10 DE MAIO DE 2016

Aprova o Demonstrativo Sintético Anual 2015 de Serviços/Programas, IGD-PBF e IGD-SUAS da Diretoria de Ação Social do município de Lindóia do Sul, o qual demonstra a prestação de contas dos recursos recebidos do Fundo Nacional de Assistência Social no exercício de 2015 e; Emite Parecer Final da prestação de contas dos recursos recebidos do Fundo Estadual de Assistência Social no exercício de 2015.

O Conselho Municipal de Assistência Social de Lindóia do Sul, com

RESULTADO DO PREGÃO FMS 05/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - LINDOIA DO SUL	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 5/2016 - PR
CNPJ: 78.510.112/0001-80 RUA TAMANDARE, 98 C.E.P.: 89735-000 - Lindóia do Sul - SC	Processo Administrativo: 7/2016 Processo de Licitação: 7/2016 Data do Processo: 20/04/2016
	Folha: 1/2

OBJETO DA LICITAÇÃO:

REGISTRO DE PREÇOS para a possível aquisição de medicamentos, e leite especial

ATA DE REUNIÃO DE JULGAMENTO DE PROPOSTAS Nr. 5/2016 (Sequência: 1)

Ao(s) 10 de Maio de 2016, às 08:30 horas, na sede da(o) FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - LINDOIA DO SUL, reuniram-se os membros da Comissão de Licitação, designada pela(o) Decreto nº 2755, para julgamento das propostas de preço das proponentes habilitadas para fornecimento e/ou execução dos itens descritos no Processo Licitatório nº 7/2016, Licitação nº 5/2016 - PR, na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL.

Inicialmente procedeu-se a leitura do teor das propostas para estudo e análise de preço e outros fatores previstos no edital. Logo após julgadas as propostas, a comissão emitiu o parecer discriminando o(s) vencedor(es), conforme segue abaixo:

Parecer da Comissão: No dia dez do mês de maio do ano de dois mil e dezesseis, às oito e trinta horas, na Sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Lindóia do Sul, reuniu-se o Pregoeiro Senhor Edison Domingos Giron, e sua Equipe de Apoio, constituída pelos servidores Antonio Carlos Vicente e Orvane Gehrke Zanatta, todos designados pelo Decreto nº 2755/2016, com a finalidade de efetuar a abertura e o julgamento dos envelopes de Proposta Comercial e Documentação de Habilitação, referentes à Licitação em epígrafe. Constatou-se que três empresas protocolaram envelopes em tempo hábil, porém somente a representante da empresa Farnavip Farmácia e Drogaria Ltda, se fez presente no certame. Aberta a sessão pública pelo Pregoeiro, nos termos do Edital que regulamenta o presente certame, foi realizada a fase de credenciamento da única representante presente, já mencionada. Constatou-se também que somente a licitante Farnavip Farmácia e Drogaria Ltda, apresentou documento hábil que comprova seu enquadramento como Empresa de Pequeno Porte, e as demais licitantes não comprovaram seus enquadramentos fiscais. Aberta a sessão pública pelo Pregoeiro, nos termos do Edital que regulamenta o presente certame, foi observada a apresentação da declaração de cumprimento do disposto no inciso VII do art. 4º da Lei nº 10.520/2002, ou seja, apresentar declaração escrita ou verbal de que cumprem plenamente os requisitos de habilitação, sendo que a representante da empresa Farnavip Farmácia e Drogaria Ltda, fez declaração verbal, e as demais proponentes apresentaram documento escrito atestando que cumprem com os requisitos. Após todos os envelopes e documentos de credenciamento terem sido vistos e rubricados pelos presentes, foi realizada a abertura dos Envelopes nº 01 - Proposta Comercial, das licitantes. Após análise, o Pregoeiro declarou as propostas formais e compatíveis com os requisitos mínimos fixados no Edital. Na sequência foi aberta a fase de lances verbais. Assim sendo foi apurada a seguinte classificação abaixo discriminada, conforme quadro comparativo de preços que faz parte dos autos.

Participante: 6287 - CENTERMEDI COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
1	Nitrofurantoina 100mg	cpr	10.000,00	VITAMEDIC	0,0000	0,064	640,00
2	Prednisona 5 mg	cpr	3.000,00	VITAMEDIC	0,0000	0,084	252,00
5	Aciclovir creme 10g	bisn	200,00	PRATI D.	0,0000	2,43	486,00
8	Carvedilol 6,25mg	cpr	4.000,00	LEGRAND	0,0000	0,27	1.080,00
10	Sais para hidratação oral	SASH	400,00	IFAL	0,0000	0,445	178,00
12	Nimesulida 50 mg/ml co0m 15 ml	fr	200,00	VITAMEDIC	0,0000	0,95	190,00
13	Nistatina Creme Vaginal c/ aplicador	bisn	100,00	TEUTO	0,0000	2,47	247,00

Total do Participante ———→ 3.073,00

Participante: 6612 - FARMAVIP FARMACIA E DROGARIA LTDA ME

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
16	Leite Neocate LCP - é uma formula infantil para lactantes e/ou crianças de primeira infância destinada a necessidade dietoterápicas específicas com restrição de lactose e á base de aminoácidos livres. Não Contem Gluten.	lata	352,00	DANONE	0,0000	172,70	60.790,40

Total do Participante ———→ 60.790,40

Total Geral —————→ 63.863,40

ESTADO DE SANTA CATARINA FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - LINDOIA DO SUL		PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 5/2016 - PR
CNPJ: 78.510.112/0001-80 RUA TAMANDARE, 98 C.E.P.: 89735-000 - Lindóia do Sul - SC	Processo Administrativo: 7/2016 Processo de Licitação: 7/2016 Data do Processo: 20/04/2016	Folha: 2/2

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião de julgamento, da qual foi assinada a presente ata pela Comissão de Licitação e pelos representantes das proponentes.

Lindóia do Sul, 10 de Maio de 2016

COMISSÃO:

- | | |
|------------------------------|------------------------|
| EDISON DOMINGOS GIRON | - - Pregoeiro(a) |
| LOIRI RECH | - - MEMBRO |
| ORVANE GHERKE ZANATA | - - MEMBRO |
| JANAINA DALLA VECCHIA | - - MEMBRO |
| ANTONIO CARLOS VICENTE | - - MEMBRO |
| NEIVA PEREIRA CHVES VONDENTZ | - - MEMBRO |
| JOSEMAR TECCHIO | - - MEMBRO |
| SANDRA REGINA ZUANAZZI | - - MEMBRO |

Assinatura dos representantes das empresas que estiveram presentes na sessão de julgamento:

MARIA ELISA NICOLAU DALMORA	- - FARMAVIP FARMÁC. E DROG. LTDA
-----------------------------	---

RREO 2º BIMESTRE

Município de LINDOIA DO SUL - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2016/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

RREO - ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)						
RECEITAS CORRENTES	19.013.900,00	19.013.900,00	2.480.150,42	13,04	5.170.492,59	13.843.407,41
RECEITA TRIBUTÁRIA	18.902.300,00	18.902.300,00	2.475.669,56	13,10	5.160.909,37	13.741.390,63
IMPOSTOS	1.129.600,00	1.129.600,00	140.212,63	12,41	247.677,38	881.922,62
TAXAS	839.000,00	839.000,00	118.876,47	14,17	186.092,89	652.907,11
CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA	190.600,00	190.600,00	21.336,16	11,19	61.584,49	129.015,51
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	100.000,00	100.000,00	0,00	0,00	0,00	100.000,00
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	252.000,00	252.000,00	39.070,93	15,50	72.708,68	179.291,32
CONTRIB P/CUSTEIO DO SERVIÇO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA	102.000,00	102.000,00	15.247,83	14,95	22.710,56	79.289,44
RECEITA PATRIMONIAL	150.000,00	150.000,00	23.823,10	15,88	49.998,12	100.001,88
RECEITAS IMOBILIÁRIAS	180.900,00	180.900,00	54.615,21	30,19	99.809,97	81.090,03
RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	0,00	0,00	2.191,86	0,00	4.469,79	-4.469,79
RECEITA AGROPECUÁRIA	180.900,00	180.900,00	52.423,35	28,98	95.340,18	85.559,82
RECEITA DA PRODUÇÃO VEGETAL	3.000,00	3.000,00	0,00	0,00	0,00	3.000,00
RECEITA DE SERVIÇOS	122.100,00	122.100,00	17.957,10	14,71	26.940,68	95.159,32
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	17.003.300,00	17.003.300,00	2.127.331,40	12,51	4.582.811,01	12.420.488,99
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	16.779.800,00	16.779.800,00	2.127.331,40	12,68	4.545.365,13	12.234.434,87
TRANSF. DE PESSOAS	3.500,00	3.500,00	0,00	0,00	0,00	3.500,00
TRANSF. DE CONV.	220.000,00	220.000,00	0,00	0,00	37.445,88	182.554,12
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	211.400,00	211.400,00	96.482,29	45,64	130.961,65	80.438,35
MULTAS E JUROS DE MORA	132.450,00	132.450,00	15.842,03	11,96	36.319,52	96.130,48
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	9.800,00	9.800,00	77.354,61	789,33	85.823,32	-76.023,32
RECEITA DA DÍVIDA ATIVA	62.150,00	62.150,00	3.285,65	5,29	8.818,81	53.331,19
RECEITAS DIVERSAS	7.000,00	7.000,00	0,00	0,00	0,00	7.000,00
RECEITAS DE CAPITAL	111.600,00	111.600,00	4.480,86	4,02	9.583,22	102.016,78
ALIENAÇÃO DE BENS	51.000,00	51.000,00	0,00	0,00	0,00	51.000,00
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	51.000,00	51.000,00	0,00	0,00	0,00	51.000,00
AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS	55.000,00	55.000,00	4.480,86	8,15	9.583,22	45.416,78
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	5.600,00	5.600,00	0,00	0,00	0,00	5.600,00
TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	5.600,00	5.600,00	0,00	0,00	0,00	5.600,00
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	107.100,00	107.100,00	16.534,36	15,44	25.236,52	81.863,48
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	19.121.000,00	19.121.000,00	2.496.684,78	13,06	5.195.729,11	13.925.270,89

Continua 1/4

Continuação 2/4

Município de LINDOIA DO SUL - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2016/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Internas		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobilidade		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobilidade		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	19.121.000,00	19.121.000,00	2.496.684,78	13,06	5.195.729,11	27,17
DÉFICIT (VI)		—	—	—	0,00	—
TOTAL (VII) = (V + VI)	19.121.000,00	19.121.000,00	2.496.684,78	13,06	5.195.729,11	27,17
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)		—	—	—	103.475,77	—
Superávit Financeiro		492.740,59	—	—	103.475,77	—
Reabertura de Créditos Adicionais		492.740,59	—	—	0,00	—
		0,00	—	—	0,00	—

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE
			No Bimestre	Até o Bimestre (f)		No Bimestre	Até o Bimestre (h)		
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	19.385.000,00	19.791.240,59	2.050.098,75	8.344.796,95	11.446.443,64	2.505.008,41	4.341.137,91	15.450.102,68	4.109.244,92
DESPESAS CORRENTES	18.239.280,00	18.378.606,94	1.941.426,90	8.100.243,55	10.278.363,39	2.443.604,53	4.279.168,57	14.099.438,37	4.047.275,58
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	8.415.150,00	8.185.456,52	1.226.603,33	2.410.738,59	5.774.717,93	1.217.716,21	2.328.812,67	5.856.643,85	2.288.765,05
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	12.000,00	12.000,00	0,00	0,00	12.000,00	0,00	0,00	12.000,00	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	9.812.130,00	10.181.150,42	714.823,57	5.689.504,96	4.491.645,46	1.225.888,32	1.950.355,90	8.230.794,52	1.758.510,53
DESPESAS DE CAPITAL	1.143.220,00	1.410.133,65	108.671,85	244.553,40	1.165.580,25	61.403,88	61.969,34	1.348.164,31	61.969,34
INVESTIMENTOS	1.104.220,00	1.377.583,65	108.671,85	244.553,40	1.133.030,25	61.403,88	61.969,34	1.315.614,31	61.969,34
INVERSOES FINANCEIRAS	22.000,00	15.550,00	0,00	0,00	15.550,00	0,00	0,00	15.550,00	0,00
AMORTIZACAO DA DÍVIDA	17.000,00	17.000,00	0,00	0,00	17.000,00	0,00	0,00	17.000,00	0,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	2.500,00	2.500,00	0,00	0,00	2.500,00	0,00	0,00	2.500,00	0,00
RESERVA DE CONTINGENCIA	2.500,00	2.500,00	0,00	0,00	2.500,00	0,00	0,00	2.500,00	0,00
RESERVA DO RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 2/4

Continuação 3/4

Município de LINDOIA DO SUL - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2016/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)
			No Bimestre	Até o Bimestre (f)		No Bimestre	Até o Bimestre (h)		
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	—	—	—	—	—	—	—	—	—
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	19.385.000,00	19.791.240,59	2.050.098,75	8.344.796,95	11.446.443,64	2.505.008,41	4.341.137,91	15.450.102,68	4.109.244,92
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)	19.385.000,00	19.791.240,59	2.050.098,75	8.344.796,95	11.446.443,64	2.505.008,41	4.341.137,91	15.450.102,68	4.109.244,92
SUPERÁVIT (XIII)	—	—	—	—	—	—	854.591,20	—	—
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	19.385.000,00	19.791.240,59	2.050.098,75	8.344.796,95	—	2.505.008,41	5.195.729,11	—	4.109.244,92

RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			SALDO (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)
Recetas (Intra-Orçamentárias)	107.100,00	107.100,00	16.534,36	15,44	25.236,52	23,56
RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	107.100,00	107.100,00	16.534,36	15,44	25.236,52	23,56
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	107.100,00	107.100,00	16.534,36	15,44	25.236,52	23,56
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	107.100,00	107.100,00	16.534,36	15,44	25.236,52	23,56

FONTE:

Continua 3/4

Continuação 4/4

Município de LINDOIA DO SUL - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2016/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

LINDOIA DO SUL , 10/05/2016

Marlhes Ribeiro Perondi
Sec.Adm. Ordenador de DespesasPedro Ari Parizotto
Prefeito MunicipalGenezi Dellai
Contadora CRC 016795/O

Município de LINDOIA DO SUL - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVOS DA RECEITA DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DE RECURSOS
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2016/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

RREO - ANEXO 11 (LRF, art. 53, § 1º, inciso III)

RECEITAS		PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)				SALDO A REALIZAR (c) = (a-b)
RECEITA DE CAPITAL							
ALIENAÇÃO DE ATIVOS		51.000,00				0,00	51.000,00
ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS		0,00				0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS		51.000,00				0,00	51.000,00
TOTAL		51.000,00				0,00	51.000,00

DESPESAS (APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS)		DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS (e)	DESPESAS INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	PAGAMENTO DE RESTOS A PAGAR (f)	SALDO A PAGAR (g) = (d-e)
Despesas de Capital		62.490,20	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	62.490,20
Investimentos		62.490,20	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	62.490,20
TOTAL		62.490,20	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	62.490,20

SALDO FINANCEIRO A APLICAR		Em 2015 (h)	Em 2016 (i) = (b) - (e+f)	SALDO ATUAL (j) = (h+i)
		54.883,34		0,00
54.883,34				54.883,34

FONTE:

LINDOIA DO SUL , 10/05/2016

Marines Ribeiro Perondi
Sec. Adm. Ordenador de Despesas

Pedro Ari Parizotto
Prefeito Municipal

Gened Dallai
Contadora CRC 016795/O

Município de LINDOIA DO SUL - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2016/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

RREO - ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35)

R\$ 1,00

RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (b/a)*100
RECETA DE IMPOSTOS LÍQUIDA (I)	907.250,00	907.250,00	203.376,66	22,42
Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU	180.000,00	180.000,00	32.085,11	17,81
Imposto sobre Transmissão de Bens Intervivos - ITBI	190.000,00	190.000,00	48.139,11	25,34
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	318.000,00	318.000,00	72.060,96	22,66
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	151.000,00	151.000,00	40.137,95	26,58
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos dos Impostos	35.950,00	35.950,00	7.009,43	19,50
Dívida Ativa dos Impostos	19.350,00	19.350,00	2.614,62	13,51
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos da Dívida Ativa	12.950,00	12.950,00	1.349,48	10,42
RECETA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)	17.061.000,00	17.061.000,00	4.439.962,77	26,02
Cota-Parte FPM	8.000.000,00	8.000.000,00	2.043.168,44	25,54
Cota-Parte ITR	11.000,00	11.000,00	116,42	1,06
Cota-Parte IPVA	480.000,00	480.000,00	164.273,55	34,22
Cota-Parte ICMS	8.400.000,00	8.400.000,00	2.190.412,43	26,08
Cota-Parte IPI-Exportação	130.000,00	130.000,00	33.091,69	25,46
Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	40.000,00	40.000,00	8.900,24	22,25
Desoneração ICMS (LC 87/96)	40.000,00	40.000,00	8.900,24	22,25
TOTAL DAS RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (III) = I + II	17.968.250,00	17.968.250,00	4.643.339,43	25,84

RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (c)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (d)	% (d/c)*100
TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE-SUS	694.880,00	694.880,00	318.272,01	45,80
Provenientes da União	506.760,00	506.760,00	160.391,40	31,65
Provenientes dos Estados	57.120,00	57.120,00	102.354,52	179,19
Outras Receitas do SUS	131.000,00	131.000,00	55.526,09	42,39
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À SAÚDE	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	42.420,00	42.420,00	7.371,21	17,38
TOTAL RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	737.300,00	737.300,00	325.643,22	44,17

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (f)	% (f/e)*100	Até o Bimestre (g)	% (g/e)*100
DESPESAS CORRENTES	4.434.380,00	4.681.917,72	2.254.628,31	48,16	1.112.108,08	23,75
Pessoal e Encargos Sociais	1.691.850,00	1.706.971,51	481.692,65	28,22	481.692,65	28,22
Outras Despesas Correntes	2.742.530,00	2.974.946,21	1.772.935,66	59,60	630.415,43	21,19
DESPESAS DE CAPITAL	156.120,00	183.490,20	7.408,24	4,04	4.234,78	2,31
Investimentos	156.120,00	183.490,20	7.408,24	4,04	4.234,78	2,31

Continua 1/4

Continuação 2/4

Município de LINDOIA DO SUL - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2016/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (f)	% (f/e)*100	Até o Bimestre (g)	% (g/e)*100
DESPESAS DE CAPITAL	156.120,00	183.490,20	7.408,24	4,04	4.234,78	2,31
Investimentos	156.120,00	183.490,20	7.408,24	4,04	4.234,78	2,31
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (IV)	4.590.500,00	4.865.407,92	2.262.036,55	46,49	1.116.342,86	22,94
DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS PARA FINS DE APURAÇÃO DO PERCENTUAL MÍNIMO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (h)	% (h/v)*100	Até o Bimestre (i)	% (i/v)*100
DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA COM ASSISTÊNCIA À SAÚDE QUE NÃO ATENDE AO PRINCÍPIO DE ACESSO UNIVER:	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM OUTROS RECURSOS	694.880,00	958.417,72	267.050,39	11,81	177.874,86	15,93
Recursos de Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS	694.880,00	878.417,72	264.988,39	11,71	177.874,86	15,93
Recursos de Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Recursos	0,00	80.000,00	2.062,00	0,09	0,00	0,00
OUTRAS AÇÕES E SERVIÇOS NÃO COMPUTADOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS INDEVIDAMENTE NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA ¹	-	-	0,00	0,00	-	-
DESPESAS CUSTEADAS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA VINCULADA AOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS ²	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS VINCULADOS À PARCELA DO PERCENTUAL MÍNIMO QUE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS (V)	694.880,00	958.417,72	267.050,39	11,81	177.874,86	15,93
TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (VI) = (IV + V)	3.895.620,00	3.906.990,20	1.994.986,16	88,19	938.468,00	84,07
PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE SOBRE A RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (VII%) = (VI / IIIb x 100) - LIMITE CONSTITUCIONAL 15% 4 e 5						20,21
VALOR REFERENTE À DIFERENÇA ENTRE O VALOR EXECUTADO E O LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL [VI] - (15 x IIIb)/100⁶						241.967,09

Continua 2/4

Continuação 3/4

Município de LINDOIA DO SUL - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2016/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA		INSCRITOS	CANCELADOS/ PRESCRITOS	PAGOS	A PAGAR	PARCELA CONSIDERADA NO LIMITE
Inscritos em 2015		899,87	0,00	423,50	476,37	0,00
TOTAL		899,87	0,00	423,50	476,37	0,00
CONTROLE DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24, §1º E 2º		RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS				
		SALDO INICIAL	DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERENCIA (j)	SALDO FINAL(NÃO APLICADO)		
Restos a Pagar Não Processados Cancelados ou Prescritos em 2015		0,00		0,00		0,00
TOTAL (VIII)		0,00		0,00		0,00
CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFORME ARTIGOS 25 E 26		LIMITE NÃO CUMPRIDO				
		SALDO INICIAL	DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERENCIA (k)	SALDO FINAL(NÃO APLICADO)		
		-	-	-		
DESPESAS COM SAÚDE (Por Subfunção)		DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS
				Até Bimestre (l)	% (l/Total j)*100	Até Bimestre (m) % (m/Total r)*100
Atenção Básica		4.523.790,00	4.777.639,70	2.244.703,70	99,23	1.110.679,24
Vigilância Sanitária		31.710,00	44.340,00	11.318,67	0,50	3.231,88
Vigilância Epidemiológica		35.000,00	43.428,22	6.014,18	0,27	2.431,74
TOTAL		4.590.500,00	4.865.407,92	2.262.036,55	100,00	1.116.342,86
						100,00

FONTE:

1 Essa linha apresentará valor somente no Relatório Resumido da Execução Orçamentária do último bimestre do exercício.

2 O valor apresentado na interressão com a coluna "i" ou com a coluna "h+i"(último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total j".

3 O valor apresentado na interressão com a coluna "i" ou com a coluna "h+i"(último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total k".

4 Limite anual mínimo a ser cumprido no encerramento do exercício. Deverá ser informado o limite estabelecido na Lei Orgânica do Município quando o percentual nela estabelecido for superior ao fixado na LC nº 141/2012.

5 Durante o exercício esse valor servirá para o monitoramento previsto no art. 23 da LC 141/2012.

6 No último bimestre, será utilizada a fórmula $[V/(h+i) - (15 \times IIIb)/100]$

Continua 3/4

Continuação 4/4

Município de LINDOIA DO SUL - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2016/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

LINDOIA DO SUL , 10/05/2016

Marines Ribeiro Perondi Sec.Adm. Ordenador de Despesas	Pedro Ari Parizotto Prefeito Municipal	Genezi Dellai Contadora CRC 016795/O
---	---	---

Município de LINDOIA DO SUL - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2016/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

RREO - Anexo 13 (Lei nº 11.079, de 30.12.2004, arts. 22, 25 e 28)

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	SALDO TOTAL EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR (a)	REGISTROS EFETUADOS EM 2016		SALDO TOTAL (c) = (a + b)
		No Bimestre	Até o Bimestre(b)	

NADA A DECLARAR

DESPESAS DE PPP	EXERCÍCIO ANTERIOR	EXERCÍCIO CORRENTE	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025
-----------------	-----------------------	-----------------------	------	------	------	------	------	------	------	------	------

NADA A DECLARAR

FONTE:

LINDOIA DO SUL , 10/05/2016

Marines Ribeiro Perondi
Sec.Adm. Ordenador de Despesas

Pedro Ari Parizotto
Prefeito Municipal

Geneci Dellai
Contadora CRC 016795/O

Município de LINDOIA DO SUL - SC
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 JANEIRO A ABRIL 2016/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO		No Bimestre	Até o Bimestre	
RECEITAS				
Previsão Inicial		—	19.121.000,00	
Previsão Atualizada		—	19.121.000,00	
Receitas Realizadas		2.496.684,78	5.195.729,11	
Déficit Orçamentário		—	0,00	
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)		—	103.475,77	
DESPESAS				
Dotação Inicial		—	19.385.000,00	
Créditos Adicionais		—	406.240,59	
Dotação Atualizada		—	19.791.240,59	
Despesas Empenhadas		2.050.098,75	8.344.796,95	
Despesas Liquidadas		2.505.008,41	4.341.137,91	
Superavit Orçamentário		—	854.591,20	
DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO		No Bimestre	Até o Bimestre	
Despesas Empenhadas		2.050.098,75	8.344.796,95	
Despesas Liquidadas		2.505.008,41	4.341.137,91	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL			Até o Bimestre	
Receita Corrente Líquida			15.198.991,39	
RECEITAS / DESPESAS DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA		No Bimestre	Até o Bimestre	
Regime Próprio de Previdência dos Servidores				
Receitas Previdenciárias Realizadas(IV)		0,00	0,00	
Despesa Previdenciárias Executadas(V)		0,00	0,00	
Resultado Previdenciário (VI) = (IV - V)		0,00	0,00	
RESULTADOS NOMINAL E PRIMÁRIO		Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO (a)	Resultado Apurado até o Bimestre (b)	% em Relação à Meta (b/a)
Resultado Nominal		17.000,00	-644.122,10	-3.788,95
Resultado Primário		-245.900,00	749.667,80	-304,87
RESTOS A PAGAR POR PODER E MINISTÉRIO PÚBLICO	Inscrição	Cancelamento até o Bimestre	Pagamento até o Bimestre	Saldo a Pagar
RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS	435.813,01	449,73	271.495,98	163.867,30
EXECUTIVO	258.048,56	449,73	228.206,53	29.392,30
LEGISLATIVO	265,00	0,00	265,00	0,00
EXECUTIVO	177.499,45	0,00	43.024,45	134.475,00
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	7.565,41	0,00	7.565,41	0,00
EXECUTIVO	7.565,41	0,00	7.565,41	0,00
TOTAL:	443.378,42	449,73	279.061,39	163.867,30
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE		Valor apurado até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais	
			% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Mínimo Anual de 25% das Receitas de Impostos em MDE		1.314.852,03	25%	28,32
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Educação Infantil e Ensino Fundamental		533.163,41	60%	97,35
Liquidadas		0,00		
Inscritas em Restos a Pagar Não Processados		0,00		
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL		Valor apurado até o Bimestre	Saldo não Realizado	
Receitas de Operações de Crédito		0,00		
Despesa de Capital Líquida		61.969,34	1.348.164,31	

Continua 1/2

Município de LINDOIA DO SUL - SC

Continuação 2/2

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2016/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	2016	2024	2034	2049
Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores				
Receitas Previdenciárias (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias (V)	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário VI = (IV - V)	0,00	0,00	0,00	0,00

RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS	Valor apurado até o Bimestre	Saldo a Realizar
Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos	0,00	51.000,00
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos	0,00	62.490,20

DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	Valor apurado até o Bimestre	Limite Constitucional Anual	
		% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Despesas Próprias com Ações e Serviços Públicos de Saúde	938.468,00	15,00	20,21
Liquidadas	0,00		
Inscritas em Restos a Pagar Não Processados	0,00		

DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP	Valor apurado no exercício corrente
Total das despesas/RCL (%)	0,00

FONTE:

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

. a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

. b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

LINDOIA DO SUL , 10/05/2016

Marines Ribeiro Perondi
Sec.Adm. Ordenador de Despesas

Pedro Ari Parizotto
Prefeito Municipal

Geneci Dellai
Contadora CRC 016795/O

Município de LINDOIA DO SUL - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2016/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

PRREO – Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea “c”)										R\$ 1,1
FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (e) = (a-d)		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)		% (b/Total b)	No Bimestre		Até o Bimestre (d)	% (d/Total d)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	19.385.000,00	19.791.240,59	2.050.098,75	8.344.796,95	100,00	11.446.443,64	2.505.008,41	4.341.137,91	100,00	15.450.102,68
	615.600,00	351.600,00	45.450,97	110.114,93	1,32	241.485,07	49.020,51	89.141,39	2,05	262.458,61
	615.600,00	351.600,00	45.450,97	110.114,93	1,32	241.485,07	49.020,51	89.141,39	2,05	262.458,61
	2.741.935,00	2.713.935,00	225.640,65	1.245.775,38	14,93	1.468.159,62	325.175,01	620.531,17	14,29	2.093.403,83
	2.741.935,00	2.713.935,00	225.640,65	1.245.775,38	14,93	1.468.159,62	325.175,01	620.531,17	14,29	2.093.403,83
	62.000,00	77.765,14	16.844,14	30.798,33	0,37	46.966,81	4.173,33	8.312,83	0,19	69.452,31
	52.000,00	67.765,14	16.844,14	30.798,33	0,37	36.966,81	4.173,33	8.312,83	0,19	59.452,31
	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00
	1.041.600,00	1.224.482,52	188.190,18	446.474,63	5,35	778.007,89	127.320,75	217.989,87	5,02	1.006.492,68
	260.000,00	260.000,00	30.565,93	67.393,81	0,81	192.606,19	30.565,93	67.393,81	1,55	192.606,19
	38.500,00	38.500,00	853,50	7.153,50	0,09	31.346,50	1.609,78	2.694,31	0,06	35.805,69
	9.200,00	10.467,17	0,00	0,00	0,00	10.467,17	0,00	0,00	0,00	10.467,17
	282.600,00	311.854,66	43.634,70	171.233,03	2,05	140.621,63	25.537,34	64.041,41	1,48	247.813,25
	451.300,00	603.660,69	113.136,05	200.694,29	2,41	402.966,40	69.607,70	83.860,34	1,93	519.800,35
	4.829.600,00	5.104.507,92	396.812,52	2.473.739,23	29,64	2.630.768,69	633.933,41	1.150.961,38	26,51	3.953.546,54
	4.523.790,00	4.777.639,70	387.829,67	2.244.703,70	26,90	2.532.936,00	606.097,22	1.110.679,24	25,58	3.666.960,46
	239.100,00	239.100,00	230,00	211.702,68	2,54	27.397,32	23.067,16	34.618,52	0,80	204.481,48
	31.710,00	44.340,00	2.738,67	11.318,67	0,14	33.021,33	2.337,29	3.231,88	0,07	41.108,12
	35.000,00	43.428,22	6.014,18	6.014,18	0,07	37.414,04	2.431,74	2.431,74	0,06	40.996,48
	4.836.400,00	4.957.135,01	605.166,11	1.740.434,85	20,86	3.216.700,16	688.996,23	1.129.443,54	26,02	3.827.691,47
140.000,00	140.000,00	16.330,52	61.300,86	0,73	78.699,14	18.178,55	23.654,59	0,54	116.345,41	
3.489.400,00	3.491.585,01	463.427,70	1.097.927,29	13,16	2.393.667,72	488.080,38	800.840,87	18,45	2.690.744,14	
58.000,00	58.000,00	6.127,50	32.575,36	0,39	25.424,64	8.098,36	8.098,36	0,19	49.901,64	
176.000,00	169.550,00	575,28	135.649,78	1,63	33.900,22	14.480,14	20.104,53	0,46	149.445,47	
960.000,00	1.085.000,00	118.705,11	402.981,56	4,83	682.018,44	158.326,30	272.242,69	6,27	812.757,31	
13.000,00	13.000,00	0,00	10.000,00	0,12	3.000,00	1.832,50	4.502,50	0,10	8.497,50	
117.000,00	123.450,00	89.191,76	105.279,81	1,26	18.170,19	59.706,06	63.349,46	1,46	60.100,54	
117.000,00	123.450,00	89.191,76	105.279,81	1,26	18.170,19	59.706,06	63.349,46	1,46	60.100,54	
580.000,00	580.000,00	71.838,11	316.211,51	3,79	263.788,49	91.916,03	180.040,51	4,15	399.959,49	
580.000,00	580.000,00	71.838,11	316.211,51	3,79	263.788,49	91.916,03	180.040,51	4,15	399.959,49	
44.000,00	44.000,00	0,00	0,00	0,00	44.000,00	0,00	0,00	0,00	44.000,00	
44.000,00	44.000,00	0,00	0,00	0,00	44.000,00	0,00	0,00	0,00	44.000,00	

Continua 1/

10



}

|

|

}

}

|

|

)

}

)

}

,

}

}

|

}

}

}

}

,

|

|

|

,

|

)

|

|

)

)

)

)

)

2

Continuação 2/

Município de LINDOIA DO SUL - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2016/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (e) = (a-d)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	
								% (d/Total d)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)		19.791.240,59	2.050.098,75	8.344.796,95	11.446.443,64	2.505.008,41	4.341.137,91	100,00
Saneamento	19.385.000,00	233.000,00	0,00	222.000,00	11.000,00	39.120,00	57.620,00	1,33
Saneamento Básico Urbano	233.000,00	233.000,00	0,00	222.000,00	11.000,00	39.120,00	57.620,00	1,33
Gestão Ambiental	210.000,00	210.000,00	184,16	184,16	209.815,84	184,16	184,16	0,00
Administração Geral	200.000,00	200.000,00	184,16	184,16	199.815,84	184,16	184,16	0,00
Preservação e Conservação Ambiental	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00
Agricultura	1.741.500,00	1.839.000,00	208.760,36	995.547,01	843.452,99	262.109,32	427.275,66	9,84
Saneamento Básico Rural	46.000,00	46.000,00	5.610,00	5.610,00	40.390,00	5.610,00	5.610,00	0,13
Abastecimento	262.000,00	262.000,00	0,00	0,00	12.000,00	68.000,00	118.500,00	2,73
Extensão Rural	1.253.500,00	1.351.000,00	193.492,36	606.846,01	744.153,99	149.418,32	261.070,02	6,01
Promoção da Produção Agropecuária	180.000,00	180.000,00	9.658,00	133.091,00	46.909,00	39.081,00	42.095,64	0,97
Indústria	236.500,00	236.500,00	0,00	30.859,00	205.641,00	0,00	50,00	0,00
Promoção Industrial	236.500,00	236.500,00	0,00	30.859,00	205.641,00	0,00	50,00	0,00
Transporte	1.958.365,00	1.958.365,00	201.857,83	577.016,15	1.381.348,85	213.992,37	382.510,98	8,81
Transporte Rodoviário	1.958.365,00	1.958.365,00	201.857,83	577.016,15	1.381.348,85	213.992,37	382.510,98	8,81
Desporto e Lazer	110.000,00	110.000,00	161,96	50.361,96	59.638,04	9.361,23	13.726,96	0,32
Desporto Comunitário	110.000,00	110.000,00	161,96	50.361,96	59.638,04	9.361,23	13.726,96	0,32
Encargos Especiais	25.000,00	25.000,00	0,00	0,00	25.000,00	0,00	0,00	0,00
Serviço da Dívida Interna	25.000,00	25.000,00	0,00	0,00	25.000,00	0,00	0,00	0,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	2.500,00	2.500,00	0,00	0,00	2.500,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (III) = (I + II)	19.385.000,00	19.791.240,59	2.050.098,75	8.344.796,95	11.446.443,64	2.505.008,41	4.341.137,91	100,00

FONTE:

LINDOIA DO SUL , 10/05/2016

Mairnes Ribeiro Perondi
Sec. Adm. Ordenador de Despesas

Pedro Ari Parizotto
Prefeito Municipal

Geneci Dellai
Contadora CRC 016795/O

1 Representa uma dotação global sem destinação específica a determinado órgão, unidade orçamentária, programa ou categoria econômica, cujos recursos serão utilizados para abertura de créditos adicionais, não sendo portanto uma função. É apresentada neste demonstrativo por constar no orçamento.

2

]

}

)

)

†

†

)

†

)

)

)

}

;

)

)

?

?

†

†

)

)

)

—

}

—

Município de LINDOIA DO SUL - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MAIO/2015 A ABRIL/2016

RREO - ANEXO 3 (LRF, Art. 53, inciso I)	ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES												PREVISÃO ATUALIZADA 2016	
		Mar/2015	Jun/2015	Jul/2015	Ago/2015	Sep/2015	Out/2015	Nov/2015	Dez/2015	Jan/2016	Fev/2016	Mar/2016	Abr/2016		TOTAL (ULT. 12 MES.)
RECEITAS CORRENTES (I)	RECEITA TRIBUTÁRIA	1.638.447,53	1.437.572,47	1.388.790,82	1.450.146,45	1.291.475,66	1.446.679,30	1.397.941,98	1.716.791,71	1.548.549,67	1.617.226,89	1.333.593,27	1.548.045,92	17.828.261,67	22.314.500,00
	RECEITA TRIBUTÁRIA	157.195,96	56.591,42	74.593,91	76.265,19	51.528,45	88.611,44	54.090,12	68.343,77	23.861,66	77.603,09	54.763,98	85.448,65	875.287,64	1.129.600,00
	IP.T.U.	7.750,10	3.838,47	2.790,01	4.616,34	2.307,98	4.217,05	1.705,83	2.384,70	0,00	103,34	54,67	25.590,86	125.203,70	180.000,00
	IR.R.F.	9.750,10	9.077,18	9.793,67	10.657,38	8.831,91	9.840,77	9.473,59	27.411,66	0,00	12.371,99	12.247,40	15.618,56	134.854,21	151.000,00
	I.S.S.	27.388,51	31.541,61	37.913,55	30.039,25	23.614,26	28.119,07	24.078,54	31.793,43	19.510,87	15.302,55	16.888,92	13.888,62	306.546,98	318.000,00
	I.T.B.I.	12.190,42	7.170,23	20.882,73	27.338,88	13.450,43	44.976,59	15.159,53	2.912,91	8.593,76	11.357,91	16.843,96	11.373,48	192.221,33	190.000,00
	Outras Receitas Tributárias	30.259,69	5.363,63	3.223,95	3.613,24	3.323,87	1.457,55	3.672,63	3.861,07	1.787,03	38.461,30	6.759,03	14.577,13	116.359,42	290.000,00
	RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	19.467,77	20.080,06	19.454,10	19.914,30	20.212,27	19.819,21	19.853,91	27.674,17	13.636,01	19.801,74	20.734,67	18.336,26	239.382,47	252.000,00
	RECEITA PATRIMONIAL	25.529,95	34.157,54	29.655,36	26.374,21	26.747,31	23.662,49	22.146,19	22.727,05	20.950,48	24.244,28	28.271,42	26.343,79	312.831,97	180.900,00
	RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.000,00
	RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	RECEITA DE SERVIÇOS	7.637,35	7.250,85	10.744,96	30.282,52	8.385,18	7.578,78	4.989,09	8.763,00	5.125,54	3.883,04	9.681,30	8.275,80	115.772,41	122.100,00
	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	1.419.117,32	1.305.960,88	1.253.740,82	1.277.129,63	1.156.357,94	1.281.095,51	1.294.703,07	1.575.397,76	1.488.920,74	1.477.066,62	1.173.390,21	1.360.910,62	16.023.810,32	20.415.500,00
	Cota-Parte do F.P.M.	591.411,98	514.588,39	381.035,57	445.646,92	371.540,26	422.874,40	477.458,38	548.022,36	521.721,09	663.119,35	398.716,85	471.611,14	5.793.749,70	8.000.000,00
	Cota-Parte do I.C.M.S.	532.708,62	510.504,24	515.983,30	485.055,57	516.719,79	534.282,80	537.489,42	524.711,04	633.634,08	521.235,79	488.336,05	542.006,51	6.357.262,01	8.400.000,00
	Cota-Parte do I.P.V.A.	46.147,12	36.928,33	44.848,73	38.526,10	32.397,01	31.769,67	22.930,76	7.480,13	21.194,11	24.358,75	77.648,65	41.072,04	426.302,40	480.000,00
	Cota-Parte do ITR.	0,00	7,28	0,00	35,62	3.300,15	5.721,44	42,28	18,74	0,00	0,00	94,69	21,73	9.246,23	11.000,00
	Outras Transferências Correntes	97.195,54	99.679,70	174.572,27	154.885,05	96.560,51	141.675,15	104.462,05	348.024,38	117.112,34	134.028,85	72.333,27	161.547,36	1.702.046,48	1.594.500,00
DEDUÇÕES (II)	Transferências de LC 61/1989	8.416,51	8.018,64	7.386,79	7.859,91	7.837,56	9.090,93	8.262,65	8.178,62	10.027,77	7.744,50	7.591,10	7.793,32	96.165,30	130.000,00
	Transferências de LC 87/1996	2.228,39	2.228,39	2.228,39	2.228,39	2.228,39	2.228,39	2.228,39	2.228,39	2.225,06	2.225,06	2.225,06	2.225,06	26.727,36	40.000,00
	Transferências do FUNDEB	141.036,16	134.004,91	128.259,77	131.876,97	125.774,27	133.446,73	131.806,14	135.724,10	147.806,29	134.363,50	123.474,54	134.688,66	1.607.306,94	1.850.000,00
	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	9.509,18	13.122,72	10.611,77	18.180,60	26.244,51	24.882,87	12.157,60	15.695,96	19.655,24	14.624,12	46.751,69	48.730,60	263.376,36	211.400,00
	DEDUÇÕES (II)	243.432,74	221.392,64	197.126,65	205.354,15	193.664,30	208.130,49	216.930,66	233.019,71	238.900,22	248.199,35	201.723,15	220.494,31	2.629.270,28	3.514.200,00
	Contribuição para o FAM - Ativo	6.894,95	6.892,51	6.600,02	6.924,17	6.504,79	6.894,41	6.894,41	13.861,90	0,00	7.107,65	6.861,60	7.665,87	82.604,00	90.000,00
Contribuição para o FAM - Passivo	355,08	355,08	355,08	357,08	355,08	355,08	355,08	710,16	0,00	355,08	355,08	355,08	4.262,96	12.000,00	
Dedução da Receita Para Formação do FUNDEB	236.182,71	214.455,05	190.173,55	198.072,90	186.304,43	201.194,48	203.686,17	216.327,65	238.900,22	241.735,53	194.516,27	212.453,36	2.542.403,32	3.412.200,00	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I - II)	1.395.014,79	1.216.719,83	1.201.663,17	1.244.792,30	1.097.811,36	1.237.546,91	1.181.011,32	1.486.772,00	1.399.749,45	1.368.027,63	1.131.870,12	1.328.551,61	15.198.991,39	18.800.300,00	
FONTE:															
LINDOIA DO SUL, 10/05/2016															
Marcelo Ribeiro Perondi	Pedro Af. Pinheiro	Geneci Dellei													
Sec. Adj. Ordenador de Despesas	Prefeito Municipal	Contadora CRC 016795/0													

Município de LINDOIA DO SUL - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO NOMINAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2016/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

RREO – Anexo 5 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA	SALDO		
	Em 31 Dez 2015 (A)	Em 29 Feb 2016 (B)	Em 30 Abr 2016 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	116.913,93	116.913,93	116.913,93
DEDUÇÕES (II)	2.107.789,25	2.819.372,55	2.751.911,35
Disponibilidade de Caixa Bruta	2.115.354,66	3.145.560,94	2.985.204,34
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	7.565,41	326.188,39	233.292,99
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I - II)	-1.990.875,32	-2.702.458,62	-2.634.997,42
RECEITAS DE PRIVATIZAÇÕES (IV)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (VI) = (III + IV - V)	-1.990.875,32	-2.702.458,62	-2.634.997,42

RESULTADO NOMINAL	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
	No Bimestre (C - B)	Jan a Abr 2016 (C - A)
VALOR	67.461,20	-644.122,10

DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL	VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO NOMINAL FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA	17.000,00

REGIME PREVIDENCIÁRIO			
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA	SALDO		
	Em 31 Dez 2015 (A)	Em 29 Feb 2016 (B)	Em 30 Abr 2016 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (VII)	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (VIII)	0,00	0,00	0,00
Disponibilidade de Caixa Bruta	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (IX) = (VII - VIII)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (X)	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (XI) = (IX - X)	0,00	0,00	0,00

FONTE:

LINDOIA DO SUL , 10/05/2016

Marines Ribeiro Perondi
Sec.Adm. Ordenador de Despesas

Pedro Ari Parizotto
Prefeito Municipal

Geneci Dellai
Contadora CRC 016795/O

Município de LINDOIA DO SUL - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2016/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

RREO - ANEXO 6 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
		Até o Bimestre/ 2016	Até o Bimestre/ 2015
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (I)	18.828.500,00	5.090.805,71	4.889.856,63
Receita Tributária	1.129.600,00	247.677,38	277.420,50
I.P.T.U.	180.000,00	25.754,87	29.094,59
I.S.S.	318.000,00	72.060,96	122.671,62
I.T.B.I.	190.000,00	48.139,11	39.851,57
I.R.R.F.	151.000,00	40.137,95	26.526,82
Outras Receitas Tributárias	290.600,00	61.584,49	59.275,90
Receita de Contribuição	359.100,00	97.945,20	86.560,08
Receitas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00
Outras Contribuições	359.100,00	97.945,20	86.560,08
Receita Patrimonial Líquida	0,00	4.469,79	7.514,17
Receita Patrimonial	180.900,00	99.809,97	93.242,24
(-) Aplicações Financeiras	180.900,00	95.340,18	85.728,07
Transferências Correntes	17.003.300,00	4.582.811,01	4.465.219,29
F.P.M.	6.397.800,00	1.634.511,61	1.710.147,02
I.P.V.A	384.000,00	131.904,56	91.198,02
I.C.M.S.	6.720.000,00	1.752.330,25	1.754.841,04
Convênios	220.000,00	37.445,88	18.722,94
Outras Transferências Correntes	3.281.500,00	1.026.618,71	890.310,27
Demais Receitas Correntes	336.500,00	157.902,33	53.142,59
Dívida Ativa	62.150,00	8.818,81	6.239,87
Diversas Receitas Correntes	274.350,00	149.083,52	46.902,72
RECEITAS DE CAPITAL (II)	111.600,00	9.583,22	381.997,54
Operações de Crédito (III)	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos (IV)	55.000,00	9.583,22	11.997,54
Alienação de Ativos (V)	51.000,00	0,00	0,00
Transferências de Capital	5.600,00	0,00	370.000,00
Convênios	5.600,00	0,00	100.000,00
Outras Transferências de Capital	0,00	0,00	270.000,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (VI) = (II - III - IV - V)	5.600,00	0,00	370.000,00
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (VII) = (I + VI)	18.834.100,00	5.090.805,71	5.259.856,63

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
		Até o Bimestre/ 2016	Até o Bimestre/ 2015	Até o Bimestre/ 2016	Até o Bimestre/ 2015
DESPESAS CORRENTES (VIII)	18.378.606,94	8.100.243,55	7.825.017,92	4.279.168,57	4.064.004,82
Pessoal e Encargos Sociais	8.185.456,52	2.410.738,59	2.060.094,52	2.328.812,67	1.986.732,84
Juros e Encargos da Dívida (IX)	12.000,00	0,00	43.000,00	0,00	9.363,13
Outras Despesas Correntes	10.181.150,42	5.689.504,96	5.721.923,40	1.950.355,90	2.067.908,85
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (X) = (VIII - IX)	18.366.606,94	8.100.243,55	7.782.017,92	4.279.168,57	4.054.641,69
DESPESAS DE CAPITAL (XI)	1.410.133,65	244.553,40	974.048,64	61.969,34	170.182,38
Investimentos	1.377.583,65	244.553,40	699.848,64	61.969,34	51.149,29
Inversões Financeiras	15.550,00	0,00	4.200,00	0,00	1.050,00
Concessão de Empréstimos (XII)	0,00	0,00	4.200,00	0,00	1.050,00
Concessão de Empréstimos (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de título de Capital já Integralizado (XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	15.550,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XIV)	17.000,00	0,00	270.000,00	0,00	117.983,09
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XV) = (XI - XII - XIII - XIV)	1.393.133,65	244.553,40	699.848,64	61.969,34	51.149,29
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVI)	2.500,00	-	-	-	-
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XVIII) = (X + XV + XVI + XVII)	19.762.240,59	8.344.796,95	8.481.866,56	4.341.137,91	4.105.790,98

Município de LINDOIA DO SUL - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2016/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

RESULTADO PRIMÁRIO (XIX) = (VII - XV/III)	-928.140,59	-3.253.991,24	-3.222.009,93	749.667,80	1.154.065,65
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	-	0,00	0,00
Superávit Financeiro	-	-	-	0,00	0,00
Reabertura de Créditos Adicionais	-	-	-	0,00	0,00
DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL					VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO PRIMÁRIO FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA					-245.900,00

LINDOIA DO SUL , 10/05/2016

Marines Ribeiro Perondi
Sec.Adm. Ordenador de Despesas

Pedro Ari Parizotto
Prefeito Municipal

Geneci Dellai
Contadora CRC 016795/O

Município de LINDOIA DO SUL - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2016 BIMESTRE MARÇO - ABRIL

RP REO - Anexo 7 (LRF, art. 53, inciso V)		RP NÃO PROCESSADOS										RS 1,00
PODER/ÓRGÃO	RP PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	Inscritos		Saldo (a)	Cancelados	Pagos	Liquidados	Pagos	Cancelados	Saldo (b)	Saldo Total (a+b)	
		Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2015									
RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (I)												
EXECUTIVO												
ADMINISTRAÇÃO DIRETA												
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE LINDOIA DO SUL		0,00	7.595,41	0,00	0,00	7.595,41	272.895,98	271.495,98	449,73	163.867,30	163.867,30	
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS		0,00	7.595,41	0,00	0,00	7.595,41	272.630,98	271.230,98	449,73	163.867,30	163.867,30	
SECRETARIA MUN. DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE		0,00	889,66	0,00	0,00	889,66	899,87	899,87	0,00	0,00	0,00	
SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E ANIMALS		0,00	6.675,75	0,00	0,00	6.675,75	12.530,33	11.130,33	0,00	1.400,00	1.400,00	
SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRA-ESTRUTURA E OBRAS		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.202,00	3.202,00	394,83	0,00	0,00	
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E AÇÃO SOCIAL		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.300,00	3.300,00	0,00	0,00	0,00	
LEGISLATIVO												
CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)												
		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	252.590,58	252.590,58	0,00	149.867,30	149.867,30	
		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	108,20	108,20	64,90	0,00	0,00	
		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	265,00	265,00	0,00	0,00	0,00	
		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	265,00	265,00	0,00	0,00	0,00	
		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-	-	-	-	-	
		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
TOTAL (III) = (I + II):		0,00	7.595,41	0,00	0,00	7.595,41	272.895,98	271.495,98	449,73	163.867,30	163.867,30	

FONTE:

LINDOIA DO SUL , 10/05/2016

Marinês Ricardo Perondi
SecAdm. Ordenador de Despesas

Pedro Ari Parizotto
Prefeito Municipal

Geneci Dellai
Contadora CRC 016795/0

MUNICÍPIO DE LINDOIA DO SUL - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2016/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

RREO - ANEXO 8 (LDB, art. 72)

R\$ 1,00

RECEITAS DO ENSINO				
RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
1- RECEITAS DE IMPOSTOS	906.400,00	906.400,00	203.366,07	22,44
1.1- Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	204.700,00	204.700,00	34.200,35	16,71
1.1.1- IPTU	180.000,00	180.000,00	32.065,11	17,81
1.1.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IPTU	5.700,00	5.700,00	0,00	0,00
1.1.3- Dívida Ativa do IPTU	12.000,00	12.000,00	1.362,38	11,60
1.1.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IPTU	7.000,00	7.000,00	742,86	10,61
1.1.5- (-) Deduções da Receita do IPTU	-	0,00	0,00	0,00
1.2- Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	190.000,00	190.000,00	48.139,11	25,34
1.2.1- ITBI	190.000,00	190.000,00	48.139,11	25,34
1.2.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITBI	-	0,00	0,00	0,00
1.2.3- Dívida Ativa do ITBI	-	0,00	0,00	0,00
1.2.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITBI	-	0,00	0,00	0,00
1.2.5- (-) Deduções da Receita do ITBI	-	0,00	0,00	0,00
1.3- Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	360.700,00	360.700,00	80.888,66	22,43
1.3.1- ISS	318.000,00	318.000,00	72.060,96	22,66
1.3.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ISS	30.000,00	30.000,00	6.968,84	23,33
1.3.3- Dívida Ativa do ISS	7.000,00	7.000,00	1.222,24	17,46
1.3.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ISS	5.700,00	5.700,00	606,62	10,64
1.3.5- (-) Deduções da Receita do ISS	-	0,00	0,00	0,00
1.4- Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	151.000,00	151.000,00	40.137,95	26,58
1.4.1- IRRF	151.000,00	151.000,00	40.137,95	26,58
1.4.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IRRF	-	0,00	0,00	0,00
1.4.3- Dívida Ativa do IRRF	-	0,00	0,00	0,00
1.4.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IRRF	-	0,00	0,00	0,00
1.4.5- (-) Deduções da Receita do IRRF	-	0,00	0,00	0,00
1.5- Receita Resultante do Imposto Territorial Rural - ITR (CF, art. 153, §4º, inciso III)	-	0,00	0,00	0,00
1.5.1- ITR	-	0,00	0,00	0,00
1.5.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITR	-	0,00	0,00	0,00
1.5.3- Dívida Ativa do ITR	-	0,00	0,00	0,00
1.5.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITR	-	0,00	0,00	0,00
1.5.5- (-) Deduções da Receita do ITR	-	0,00	0,00	0,00
2- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	17.061.000,00	17.061.000,00	4.439.962,77	26,02
2.1- Cota-Parte FPM	8.000.000,00	8.000.000,00	2.043.168,44	25,54
2.1.1- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	8.000.000,00	8.000.000,00	2.043.168,44	25,54
2.1.2- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea d	-	0,00	0,00	0,00
2.1.3- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea e	-	0,00	0,00	0,00
2.2- Cota-Parte ICMS	8.400.000,00	8.400.000,00	2.190.412,43	26,08
2.3- ICMS-Desoneração - L.C. nº87/1996	40.000,00	40.000,00	8.900,24	22,25
2.4- Cota-Parte IPH-Exportação	130.000,00	130.000,00	33.091,69	25,46
2.5- Cota-Parte ITR	11.000,00	11.000,00	116,42	1,06
2.6- Cota-Parte IPVA	480.000,00	480.000,00	164.273,55	34,22
2.7- Cota-Parte IOF-Ouro	-	0,00	0,00	0,00
3- TOTAL DA RECEITA DE IMPOSTOS (1 + 2)	17.967.400,00	17.967.400,00	4.643.328,84	25,84
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
4- RECEITA DA APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINC. AO ENSINO	-	0,00	895,94	0,00
5- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE	316.400,00	316.400,00	106.595,76	33,69
5.1- Transferências do Salário-Educação	190.000,00	190.000,00	69.765,15	36,72
5.2- Transferências Diretas - PDDE	3.400,00	3.400,00	2.520,00	74,12
5.3- Transferências Diretas - PNAE	50.000,00	50.000,00	13.220,00	26,44
5.4- Transferências Diretas - PNATE	73.000,00	73.000,00	15.713,70	21,53
5.5- Outras Transferências do FNDE	-	0,00	0,00	0,00
5.6- Aplicação Financeira dos Recursos do FNDE	-	0,00	5.376,91	0,00
6- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	208.000,00	208.000,00	37.445,88	18,00
6.1- Transferências de Convênios	208.000,00	208.000,00	37.445,88	18,00
6.2- Aplicação Financeira dos Recursos de Convênios	-	0,00	0,00	0,00
7- RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO	-	0,00	0,00	0,00
8- OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	-	0,00	0,00	0,00
9- TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (4 + 5 + 6 + 7 + 8)	524.400,00	524.400,00	144.937,58	27,64
FUNDEB				
RECEITAS DO FUNDEB	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
10- RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB	3.412.200,00	3.412.200,00	887.506,38	26,01
10.1- Cota-Parte FPM Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.1.1)	1.600.000,00	1.600.000,00	408.633,56	25,54
10.2- Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.2)	1.680.000,00	1.680.000,00	438.082,18	26,08
10.3- ICMS-Desoneração Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.3)	8.000,00	8.000,00	1.780,04	22,25
10.4- Cota-Parte IPH-Exportação Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.4)	26.000,00	26.000,00	6.618,34	25,46
10.5- Cota-Parte ITR ou ITR Arrecados Destinados ao FUNDEB - (20% de (1.5 + 2.5))	2.200,00	2.200,00	23,27	1,06
10.6- Cota-Parte IPVA Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.6)	96.000,00	96.000,00	32.368,99	33,72
11- RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB	1.860.000,00	1.860.000,00	547.678,74	29,45
11.1- Transferências de Recursos do FUNDEB	1.850.000,00	1.850.000,00	545.332,79	29,48
11.2- Complementação da União ao FUNDEB	-	0,00	0,00	0,00
11.3- Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB	10.000,00	10.000,00	2.345,95	23,46
12- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (11.1 - 10)	-1.562.200,00	-1.562.200,00	-342.173,59	21,90
DECRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB				

MUNICÍPIO DE LINDOIA DO SUL - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2016/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

Continuação 2/3

DESPESAS DO FUNDEB	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100	Até o Bimestre (g)	% (h)=(g/d)x100
13- PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	1.110.000,00	1.112.185,01	533.163,41	47,94	533.163,41	47,94
13.1- Com Educação Infantil	300.000,00	300.000,00	159.621,24	53,21	159.621,24	53,21
13.2- Com Ensino Fundamental	810.000,00	812.185,01	373.542,17	45,99	373.542,17	45,99
14- OUTRAS DESPESAS	750.000,00	750.000,00	43.200,00	5,76	17.700,00	2,36
14.1- Com Educação Infantil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
14.2- Com Ensino Fundamental	750.000,00	750.000,00	43.200,00	5,76	17.700,00	2,36
15- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (13 + 14)	1.860.000,00	1.862.185,01	576.363,41	30,95	550.863,41	29,58
DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB					VALOR	
16- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB						
16.1 - FUNDEB 60%						
16.2 - FUNDEB 40%						
17- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB					0,00	
17.1 - FUNDEB 60%					0,00	
17.2 - FUNDEB 40%					0,00	
18- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16 + 17)					0,00	
INDICADORES DO FUNDEB						
19 - TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB PARA FINS DE LIMITE (15 - 18)					550.863,41	
19.1 - Mínimo de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério¹ (13 - (16.1 + 17.1)) / (11) x 100) %					97,35	
19.2 - Máximo de 40% em Despesa com MDE, que não Remuneração do Magistério (14 - (16.2 + 17.2)) / (11) x 100) %					3,23	
19.3 - Máximo de 5% não Aplicado no Exercício (100 - (19.1 + 19.2)) %					-0,58	
CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQUENTE					VALOR	
20 – RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM 2015 QUE NÃO FORAM UTILIZADOS					2.185,01	
21 – DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE 2016 ²					2.185,01	
MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – DESPESAS CUSTEADAS COM A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB						
RECEITAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	PREVISÃO INICIAL		PREVISÃO ATUALIZADA (a)		RECEITAS REALIZADAS	
					Até o Bimestre (b)	% (c)=(b/a)x100
22- IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DESTINADAS À MDE (25% de 3)³	4.491.850,00		4.491.850,00		1.160.832,21	25,84
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100	Até o Bimestre (g)	% (h)=(g/d)x100
23- EDUCAÇÃO INFANTIL	960.000,00	960.000,00	303.441,77	31,61	243.513,93	25,37
23.1- Creche	390.000,00	390.000,00	85.799,53	22,00	62.802,49	16,10
23.1.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.1.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	390.000,00	390.000,00	85.799,53	22,00	62.802,49	16,10
23.2- Pré-escola	570.000,00	570.000,00	217.642,24	38,18	180.711,44	31,70
23.2.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	300.000,00	300.000,00	159.621,24	53,21	159.621,24	53,21
23.2.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	270.000,00	270.000,00	58.021,00	21,49	21.090,20	7,81
24- ENSINO FUNDAMENTAL	3.105.000,00	3.107.185,01	1.030.487,83	33,16	731.510,46	23,54
24.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	1.560.000,00	1.562.185,01	416.742,17	26,68	391.242,17	25,04
24.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	1.545.000,00	1.545.000,00	613.745,66	39,72	340.268,29	22,02
25- ENSINO MÉDIO	58.000,00	58.000,00	32.575,36	56,16	8.098,36	13,96
26- ENSINO SUPERIOR	178.000,00	169.550,00	135.649,78	80,01	20.104,53	11,86
27- ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
28- OUTRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
29- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (23 + 24 + 25 + 26 + 27 + 28)	4.299.000,00	4.294.735,01	1.502.154,74	34,98	1.003.227,28	23,36
DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL					VALOR	
30- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB = (12)					-342.173,59	
31- DESPESAS CUSTEADAS COM A COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO					0,00	
32- RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS DO FUNDEB ATÉ O BIMESTRE = (50 h)					2.345,95	
33- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB					=	
34- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS					0,00	
35- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO					=	
36- CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (46 j)					-	
37- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (30 + 31 + 32 + 33 + 34 + 35 + 36)					-339.827,64	
38- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE ((23 + 24) – (37))					1.314.852,03	
39- MÍNIMO DE 25% DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS EM MDES ((38) / (3) x 100) %					28,32	
OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE						
OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100	Até o Bimestre (g)	% (h)=(g/d)x100
40- DESPESAS CUSTEADAS COM A APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
41- DESPESAS CUSTEADAS COM A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	190.000,00	315.000,00	127.637,04	40,52	56.642,91	17,98
42- DESPESAS CUSTEADAS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
43- DESPESAS CUSTEADAS COM OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	334.400,00	334.400,00	100.643,07	30,10	65.070,85	19,46
44- TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (40 + 41 + 42 + 43)	524.400,00	649.400,00	228.280,11	35,15	121.713,76	18,74
45- TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM MDE (29 + 44)	4.823.400,00	4.944.135,01	1.730.434,85	35,00	1.124.941,04	22,75

MUNICÍPIO DE LINDOIA DO SUL - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2016/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

Continuação 3/3

RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	SALDO ATÉ O BIMESTRE	CANCELADO EM 2016 (i)	
46- RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	0,00	0,00	
46.1 - Executadas com Recursos de Impostos Vinculados ao Ensino	0,00	0,00	
46.2 - Executadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	
FLUXO FINANCEIRO DOS RECURSOS		VALOR	
		FUNDEB (h)	FUNDEF
47- SALDO FINANCEIRO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015		2.185,01	0,00
48- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE		545.332,79	0,00
49- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE		538.481,00	0,00
49.1 Orçamento do Exercício		538.481,00	0,00
49.2 Restos a Pagar		0,00	0,00
50- (+) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE		2.345,95	0,00
51- (=) SALDO FINANCEIRO NO EXERCÍCIO ATUAL		11.382,75	0,00

LINDOIA DO SUL , 10/05/2016

Marines Ribeiro Perondi
Sec.Adm. Ordenador de Despesas

Pedro Ari Parizotto
Prefeito Municipal

Geneci Dellai
Contadora CRC 016795/O

FONTE:

¹ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.

² Art. 21, § 2º, Lei 11.494/2007: "Até 5% dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União recebidos nos termos do §1º do art. 6º desta Lei, poderão ser utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional."

³ Caput do art. 212 da CF/1988

⁴ Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício

⁵ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício, no âmbito de atuação prioritária, conforme LDB, art. 11, V.

⁶ Nos cinco primeiros bimestres do exercício o acompanhamento poderá ser feito com base na despesa empenhada ou na despesa liquidada. No último bimestre do exercício, o valor deverá corresponder ao total da despesa empenhada.

⁷ Essa coluna poderá ser apresentada somente no último bimestre.

Município de LINDOIA DO SUL - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2016/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

RREO - ANEXO 9 (LRF, art.53, § 1º, inciso I)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS (b)			SALDO NÃO REALIZADO (c) = (a - b)
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO' (I)	0,00	0,00			0,00
DESPESAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS (e)	DESPESAS LIQUIDADAS	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	SALDO NÃO EXECUTADO (f)=(d-e)
DESPESAS DE CAPITAL	1.410.133,65	244.553,40	61.969,34	0,00	1.165.580,25
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes por Instituições Financeira:	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA DE CAPITAL LÍQUIDA (II):	1.410.133,65	244.553,40	61.969,34	0,00	1.165.580,25
RESULTADO PARA APURAÇÃO DA REGRA DE OURO (III) = (I - II)	-1.410.133,65	-244.553,40	-	-	-1.165.580,25

FONTE:

LINDOIA DO SUL , 10/05/2016

Marines Ribeiro Perondi
Sec.Adm. Ordenador de Despesas

Pedro Ari Parizotto
Prefeito Municipal

Geneci Dellai
Contadora CRC 016795/O



Luzerna

PREFEITURA

DECRETO 2214

DECRETO Nº 2214 de 10 de maio de 2016.

"SUBSTITUI MEMBRO DA COMISSÃO PREPARATÓRIA PARA A 6ª CONFERÊNCIA MUNICIPAL DAS CIDADES DO MUNICÍPIO DE LUZERNA(SC) E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

MOISÉS DIERSMANN, Prefeito de Luzerna(SC), no uso de suas atribuições legais,

DECRETA:

Art.1º- Fica nomeada a Engenheira Civil LAURA TOSCAN MITTERER em substituição à MURIEL KIRSCH como membro representante da AENCIMOC para a COMISSÃO PREPARATÓRIA PARA A 6ª CONFERÊNCIA MUNICIPAL DAS CIDADES DO MUNICÍPIO DE LUZERNA(SC).

Art.2º - Os demais artigos do Decreto nº 2212 de 06 de maio de 2016 permanecem inalterados.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Luzerna(SC), 10 de maio de 2016.

MOISES DIERSMANN

Prefeito de Luzerna

EXTRATO DE CONVÊNIO 0052016

EXTRATO DE CONVÊNIO

PML 2016

EXTRATO DO TERMO DE CONVÊNIO Nº 005/2016

CONVENIENTE: MUNICÍPIO DE LUZERNA

CONVENIADO : CORAL UNIDOS EM CRISTO

VALOR: R\$ 6.000,00 (seis mil reais)

OBJETO: O MUNICÍPIO DE LUZERNA repassará ao CORAL UNIDOS EM CRISTO a importância de até R\$ 6.000,00 (seis mil reais), a ser aplicada na manutenção da entidade.

DOTAÇÃO: Fundo Municipal de Cultura - 19.001.13.392.0027.2089

- Administração e Execução do Fundo da Cultura - 3.3.50 - Transferências à Instituições Privadas sem Fins Lucrativos (custeio) - 4.4.50 - Transferências à Instituições Privadas sem Fins Lucrativos (capital).

VIGÊNCIA: Até 30/11/2016.

Luzerna(SC), 06 de maio de 2016.

MOISES DIERSMANN Prefeito de Luzerna CONVENIENTE	BENO JOSÉ ETGES CORAL UNIDOS EM CRISTO CONVENIADO
--	---

LEI 1446

LEI Nº 1446 de 10 de maio de 2016.

"AUTORIZA O PODER EXECUTIVO DE LUZERNA A FIRMAR CONVÊNIO COM O ESTADO DE SANTA CATARINA, ATRAVÉS DO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR, PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE BOMBEIROS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

MOISÉS DIERSMANN, Prefeito de Luzerna(SC),

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte,

LEI:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a firmar Convênio com o Estado de Santa Catarina, através do Corpo de Bombeiros Militar para a execução dos serviços de bombeiros e regular as atividades de segurança contra sinistros, busca e salvamento de pessoas e bens, atendimento pré-hospitalar, exames de projetos e vistorias de segurança contra sinistros em edificações, ações de defesa civil, desenvolvidas pela Corporação, através de sua Organização de Bombeiro Militar.

Art. 2º - Os recursos gerados no cumprimento do convênio serão depositados em conta bancária deste município denominada MUNICÍPIO DE LUZERNA/CONVÊNIO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR, e aplicados exclusivamente no investimento em segurança contra incêndio e outros sinistros, como aquisição de viaturas, equipamentos, instalações físicas e despesas de custeio da atividade de bombeiro militar.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, em especial a Lei nº 920 de 14 de setembro de 2010.

Luzerna(SC), 10 de maio de 2016.

MOISÉS DIERSMANN

Prefeito de Luzerna

LEI 1447

LEI Nº 1447 de 10 de maio de 2016.

"AUTORIZA A ANULAÇÃO E SUPLEMENTAÇÃO DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS, SUPLEMENTAÇÃO PELO SUPERÁVIT E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

MOISES DIERSMANN, Prefeito de Luzerna(SC),

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte,

LEI:

Art.1º- Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a anular parcialmente, nas dotações atribuídas à atividade e projetos discriminados até o limite dos valores também abaixo discriminados:

Unidade Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA
Atividade - 02.001.04.122.0004.2002 - Manutenção do Gabinete do Prefeito
Categoria Econômica - 3.1.90 - Aplicações Diretas - Despesas de pessoal
Fonte 00 - Recursos Ordinários
..... R\$ 26.000,00
Detalhamento de Recursos - 000 - Recursos Ordinários

Unidade Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA

Atividade - 02.001.04.124.0007.2007 - Manutenção da Coordenação de Controle Interno
 Categoria Econômica - 3.1.90 - Aplicações Diretas - Despesas de pessoal
 Fonte 00 - Recursos Ordinários
 R\$ 18.000,00
 Detalhamento de Recursos - 000 - Recursos Ordinários

Unidade Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA
 Atividade: 06.001.04.122.0007.2006 - Manutenção do Departamento da Administração
 Categoria Econômica - 3.1.90 - Aplicações Diretas - Despesas de pessoal
 Fonte 00 - Recursos Ordinários
 R\$ 64.005,14
 Detalhamento de Recursos - 000 - Recursos Ordinários

Unidade Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA
 Atividade: 06.001.28.845.0000.0017 - Pagamento de Precatórios
 Categoria Econômica - 3.3.90 - Aplicações Diretas - Outras despesas correntes
 Fonte: 00 - Recursos ordinários
 R\$ 1,00
 Detalhamento de Recursos: 000 - Recursos ordinários

Unidade Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA
 Atividade: 06.002.04.123.0013.2015 - Manutenção do Departamento da Fazenda
 Categoria Econômica - 3.1.90 - Aplicações Diretas - Despesas de pessoal
 Fonte 00 - Recursos Ordinários
 R\$ 17.000,00
 Detalhamento de Recursos - 000 - Recursos Ordinários

Unidade Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA
 Projeto: 11.001.15.451.0061.1054 - Urbanização de Praças e Passeios Públicos
 Categoria Econômica - 3.3.90 - Aplicações Diretas - Outras despesas correntes
 Fonte: 00 - Recursos ordinários
 R\$ 5.000,00
 Detalhamento de Recursos: 000 - Recursos ordinários

Unidade Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA
 Atividade: 15.001.22.661.0100.2051 - Man. da Incubadora Tecnológica de Luzerna
 Categoria Econômica - 3.1.90 - Aplicações Diretas - Despesas de pessoal
 Fonte 00 - Recursos Ordinários
 R\$ 44.293,86
 Detalhamento de Recursos - 000 - Recursos Ordinários

Unidade Gestora: FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
 Atividade: 12.001.08.244.0025.2084 - Manutenção do CRAS
 Categoria Econômica - 3.3.90 - Aplicações Diretas - Outras despesas correntes
 Fonte: 00 - Recursos ordinários
 R\$ 20.000,00
 Detalhamento de Recursos: 000 - Recursos ordinários

Unidade Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA
 Atividade: 08.001.12.361.0031.2031- Manutenção do Transporte Escolar
 Categoria Econômica - 3.1.90 - Aplicações Diretas - Despesas de pessoal
 Fonte: 01- Receita de Impostos e Transf. de Impostos - Educação
 R\$ 20.000,00
 Detalhamento de Recursos: 001- Receita de Impostos e Transf. de Impostos - Educação

Unidade Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA
 Atividade: 11.001.26.782.0067.2060- Manutenção e conservações das Estradas Vicinais
 Categoria Econômica - 3.3.90 - Aplicações Diretas - Outras despesas correntes
 Fonte: 07 - Contribuição de Intervenção de Domínio Econômico - CIDE R\$ 100,00
 Detalhamento de Recursos: 007 - CIDE

Resumo de Anulações
 Fonte: 00 - Recursos ordinários
 Detalhamento de Recursos: 000 - Recursos ordinários
 R\$ 194.300,00

Fonte: 01 - Receita de Impostos e Transf. de Impostos - Impostos
 Detalhamento de Recursos: 001 - Receita de Impostos e Transf. de Impostos - Impostos
 R\$ 20.000,00

Fonte: 07 - Contribuição de Intervenção de Domínio Econômico - CIDE
 Detalhamento de Recursos: 007 - CIDE
 R\$ 100,00

Limite de anulação
 R\$ 214.400,00

Art. 2º - Por conta dos recursos a que se refere o artigo anterior, fica autorizada a suplementação nos limites anulados pelo artigo primeiro nas dotações atribuídas às atividades abaixo discriminadas:

Unidade Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA
 Atividade: 02.001.04.122.0004.2004 - Manutenção da Assessoria Jurídica
 Categoria Econômica - 3.1.90 - Aplicações Diretas - Despesas de pessoal
 Fonte 00 - Recursos Ordinários
 R\$ 17.000,00
 Detalhamento de Recursos - 000 - Recursos Ordinários

Unidade Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA
 Atividade: 02.001.04.122.0004.2005 - Manutenção da Assessoria de Planejamento
 Categoria Econômica - 3.1.90 - Aplicações Diretas - Despesas de pessoal
 Fonte: 00 - Recursos ordinários
 R\$ 19.000,00
 Detalhamento de Recursos: 000 - Recursos ordinários

Unidade Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA
 Atividade: 06.001.04.122.0007.2008 - Transferências Financeiras a Entidades de Assessoramento Administrativo
 Categoria Econômica - 3.3.90 - Aplicações Diretas - Outras despesas correntes
 Fonte: 00 - Recursos ordinários
 R\$ 4.800,00
 Detalhamento de Recursos: 000 - Recursos ordinários

Unidade Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA
 Operação Especial: 06.001.28.845.0000.0017 - Pagamento de Precatórios
 Categoria Econômica - 3.1.90 - Aplicações Diretas - Despesas de pessoal
 Fonte: 00 - Recursos ordinários
 R\$ 2.000,00
 Detalhamento de Recursos: 000 - Recursos ordinários

Unidade Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA
 Atividade: 07.003.08.243.0022.2081 - Manutenção do Conselho Tutelar
 Categoria Econômica: 3.3.90 - Aplicações Diretas - Outras despesas Correntes
 Fonte: 00 - Recursos Ordinários R\$ 4.500,00
 Detalhamento de Recursos: 000 - Recursos Ordinários

Unidade Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA
 Atividade: 07.003.08.243.0022.2081 - Manutenção do Conselho Tutelar
 Categoria Econômica: 4.4.90 - Aplicações Diretas - Investimentos
 Fonte: 00 - Recursos Ordinários R\$ 500,00
 Detalhamento de Recursos: 000 - Recursos Ordinários

Unidade Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA
 Atividade: 08.003.27.812.0049.2040 - Funcionamento e Manutenção do Setor de Esporte
 Categoria Econômica - 3.1.90 - Aplicações Diretas - Despesas de pessoal
 Fonte: 00 - Recursos ordinários R\$ 45.000,00
 Detalhamento de Recursos - 000 - Recursos ordinários

Unidade Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA
 Projeto: 11.001.15.451.0061.1054 - Urbanização de Praças e Passeios Públicos
 Categoria Econômica - 4.4.90 - Aplicações Diretas - Investimentos
 Fonte: 00 - Recursos ordinários R\$ 50.000,00
 Detalhamento de Recursos: 000 - Recursos ordinários
 Unidade Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA
 Atividade: 11.001.15.452.0061.2052 - Manutenção dos Serviços Urbanos
 Categoria Econômica - 3.1.90 - Aplicações Diretas - Despesas de pessoal
 Fonte: 00 - Recursos ordinários R\$ 24.000,00
 Detalhamento de Recursos: 000 - Recursos ordinários

Unidade Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA
 Atividade: 15.001.22.661.0100.2051 - Man. da Incubadora Tecnológica de Luzerna
 Categoria Econômica - 3.3.90 - Aplicações Diretas - Outras despesas correntes
 Fonte 00 - Recursos Ordinários R\$ 5.000,00
 Detalhamento de Recursos - 000 - Recursos Ordinários

Unidade Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA
 Atividade: 15.001.22.661.0100.2051 - Manutenção da Incubadora Tecnológica de Luzerna
 Categoria Econômica - 4.4.90 - Aplicações Diretas - Investimentos
 Fonte 00 - Recursos Ordinários R\$ 500,00
 Detalhamento de Recursos - 000 - Recursos Ordinários

Unidade Gestora: FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
 Atividade: 12.001.08.244.0025.2026 - Manutenção da Assistência Social
 Categoria Econômica - 3.3.90 - Aplicações Diretas - Outras Despesas Correntes
 Fonte: 00 - Recursos Ordinários R\$ 5.000,00
 Detalhamento de Recursos: 000 - Recursos Ordinários

Unidade Gestora: FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Atividade: 12.001.08.244.0025.2084 - Manutenção do CRAS - Centro de Referência em Assistência Social Geral
 Categoria Econômica - 3.3.90 - Aplicações Diretas - Outras Despesas Correntes
 Fonte: 00 - Recursos Ordinários R\$ 5.000,00
 Detalhamento de Recursos: 000 - Recursos Ordinários

Unidade Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA
 Atividade: 08.001.12.361.0031.2031- Manutenção do Transporte Escolar
 Categoria Econômica - 3.3.90 - Aplicações Diretas - Outras Despesas Correntes
 Fonte: 01- Receita de Impostos e Transf. de Impostos - Educação R\$ 5.000,00
 Detalhamento de Recursos: 001- Receita de Impostos e Transf. de Impostos - Educação

Unidade Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA
 Atividade: 08.001.12.365.0028.2028 - Manutenção da Educação Básica - Infantil
 Categoria Econômica - 3.3.90 - Aplicações Diretas - Outras Despesas Correntes
 Fonte: 01- Receita de Impostos e Transf. de Impostos - Educação R\$ 10.000,00
 Detalhamento de Recursos: 001- Receita de Impostos e Transf. de Impostos - Educação

Unidade Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA
 Atividade: 08.001.12.365.0028.2028 - Manutenção da Educação Básica - Infantil
 Categoria Econômica - 4.4.90 - Aplicações Diretas - Investimentos
 Fonte: 01- Receita de Impostos e Transf. de Impostos - Educação R\$ 1.000,00
 Detalhamento de Recursos: 001- Receita de Impostos e Transf. de Impostos - Educação

Unidade Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA
 Atividade: 08.001.12.361.0031.2030 - Manutenção do Ensino Fundamental
 Categoria Econômica - 4.4.90 - Aplicações Diretas - Investimentos
 Fonte: 01- Receita de Impostos e Transf. de Impostos - Educação R\$ 1.000,00
 Detalhamento de Recursos: 001- Receita de Impostos e Transf. de Impostos - Educação

Unidade Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA
 Atividade: 08.001.12.306.0043.2036 - Manutenção do Programa da Merenda Escolar do Ensino Fundamental
 Categoria Econômica - 3.1.90 - Aplicações Diretas - Despesas de pessoal
 Fonte: 01- Receita de Impostos e Transf. de Impostos - Educação R\$ 15.000,00
 Detalhamento de Recursos: 001- Receita de Impostos e Transf. de Impostos - Educação

Unidade Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA
 Operação Especial: 06.001.28.845.0000.0014 - Pagamento de contribuição ao PASEP
 Categoria Econômica: 3.3.90 - Aplicações Diretas - Outras Despesas Correntes
 Fonte: 07 - Contribuição de Intervenção de Domínio Econômico - CIDE R\$ 100,00
 Detalhamento de Recursos: 007 - CIDE

Resumo de Suplementações

Fonte: 00 - Recursos ordinários
 Detalhamento de Recursos: 000 - Recursos ordinários

..... R\$ 182.300,00

Fonte: 01 - Receita de Impostos e Transf. de Impostos - Impostos
Detalhamento de Recursos: 001 - Receita de Impostos e Transf. de
Impostos - Impostos
..... R\$ 32.000,00

Fonte: 07 - Contribuição de Intervenção de Domínio Econômico -
CIDE
Detalhamento de Recursos: 007 - CIDE
..... R\$ 100,00

Limite de suplementação
.. R\$ 214.400,00

Art. 3º - O Chefe do Poder Executivo Municipal, poderá reduzir os valores autorizados nos artigos primeiro e segundo, quando da edição dos decretos autorizados por esta Lei desde que seja respeitado o equilíbrio entre o total anulado no artigo primeiro e o total suplementado pelo artigo segundo.

Art. 4º - O Chefe do Poder Executivo Municipal poderá efetuar a transposição, o remanejamento ou a transferência de recursos de um Grupo de Natureza de Despesa/Modalidade de Aplicação para outro, dentro de cada Projeto, Atividade ou Operação Especial, por Decretos do Poder Executivo, nos termos do art. 167, VI da Constituição Federal, e do art. 4º da Lei 1406 de 10 de novembro de 2015 (LOA 2016), até o limite total de despesas fixadas individualmente acrescida das suplementações autorizadas por esta Lei para cada Projeto, Atividade ou Operação Especial.

Art. 5º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir um CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, no valor de R\$ 8.166,17 (oito mil cento e sessenta e seis reais e dezessete centavos), à conta do superávit financeiro do exercício de 2015, apurado na Fonte e Detalhamento abaixo relacionados, criando Fonte, Valor e Detalhamento no Orçamento do Município para 2016, atribuído à Atividade:

Unidade Gestora - PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA
Projeto: 08.001.12.361.0031.1032 - Aquisição de imóveis, construção e reforma de prédios escolares.
Categoria Econômica - 4.4.90 - Aplicações Diretas - Investimentos
Fonte: 3.22 - S.F. Transferências de Convênios - Educação
..... R\$ 8.166,17
Detalhamento: 114 - Convênio PAR - Construção Escola

Art. 6º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir um CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, no valor de R\$ 14.715,76 (quatorze mil reais e setecentos e quinze reais e setenta e seis centavos), à conta do superávit financeiro do exercício de 2015, apurado na Fonte e Detalhamento abaixo relacionados, criando Fonte, Valor e Detalhamento no Orçamento do Município para 2016, atribuído à Atividade:

Unidade Gestora: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LUZERNA
Atividade: 13.001.10.304.0016.2018 - Manutenção dos Serviços de Vigilância Sanitária
Categoria Econômica - 3.1.90 - Aplicações Diretas - Despesas de pessoal
Fonte 3.64 - S.F. Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS/ União
..... R\$ 14.715,76
Detalhamento de Recurso: 212 - Vigilância em Saúde

Art. 7º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir um CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, no valor de R\$ 2.767,84 (dois mil e setecentos e sessenta e sete reais e oitenta e quatro centavos), à conta do superávit financeiro do exercício

de 2015, apurado na Fonte e Detalhamento abaixo relacionados, criando Fonte, Valor e Detalhamento no Orçamento do Município para 2016, atribuído à Atividade:

Unidade Gestora: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LUZERNA
Atividade: 13.001.10.304.0016.2019 - Manutenção dos Serviços de Vigilância Epidemiológica
Categoria Econômica: 3.3.90 - Aplicações Diretas - Outras Despesas Correntes
Fonte 3.64 - S.F. Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS/ União
..... R\$ 2.767,84
Detalhamento de Recurso: 213 - Vigilância Epidemiológica

Art. 8º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir um CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, no valor de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais), à conta do superávit financeiro do exercício de 2015, apurado na Fonte e Detalhamento abaixo relacionados, criando Fonte, Valor e Detalhamento no Orçamento do Município para 2016, atribuído à Atividade:

Unidade Gestora: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LUZERNA
Atividade: 13.001.10.301.0016.2017 - Funcionamento e Manutenção do Fundo Municipal de Saúde
Categoria Econômica - 4.4.90 - Aplicações Diretas - Investimentos
Fonte 3.38 - S.F. Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS/ União
..... R\$ 30.000,00
Detalhamento de Recursos 218 - Plantas Medicinais - Investimento

Art. 9º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir um CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, no valor de R\$ 27.399,34 (vinte e sete mil e trezentos e noventa e nove reais e trinta e quatro centavos), à conta do superávit financeiro do exercício de 2015, apurado na Fonte e Detalhamento abaixo relacionados, criando Fonte, Valor e Detalhamento no Orçamento do Município para 2016, atribuído à Atividade:

Unidade Gestora: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LUZERNA
Atividade: 13.001.10.301.0016.2017 - Funcionamento e Manutenção do Fundo Municipal de Saúde
Categoria Econômica - 3.1.90 - Aplicações Diretas - Despesas de pessoal
Fonte 3.38 - S.F. Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS/ União
..... R\$ 27.399,34
Detalhamento de Recursos 208 - PMAQ

Art.10 - É parte integrante deste Decreto, o Anexo 14 da Lei 4.320/64 - Balanço Patrimonial de 2015.

Art. 11 - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir um CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, no montante de R\$ 7.461,87 (sete mil e quatrocentos e sessenta e um reais e oitenta e sete centavos), à conta dos recursos do EXCESSO DE ARRECAÇÃO apurado até esta data, na fonte, detalhamento e rubrica abaixo especificados, conforme tabela abaixo, na fonte e detalhamento abaixo especificados, na forma do disposto no inciso II, do art. 43 da Lei nº 4.320/64, atribuída à seguinte classificação orçamentária: Rubrica de arrecadação:
1.3.2.5.01.09.00.00 - Rendimentos de Depósitos Bancários da CIDE
1.7.2.2.01.13.00.00 - Cota-Parte da Contrib. Intervenção no Domínio Econômico
Detalhamento de Recursos: 007 - CIDE
Excesso de arrecadação até essa data: R\$ 7.461,87.

Unidade Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA
Atividade: 11.001.26.782.0067.2060- Manutenção e conservações das Estradas Vicinais
Categoria Econômica - 3.3.90 - Aplicações Diretas - Outras

despesas correntes

Fonte: 07 - Contribuição de Intervenção de Domínio Econômico - CIDE R\$ 7.461,87

Detalhamento de Recursos: 007 - CIDE

Art.12 - É parte integrante deste Decreto, o Quadro Demonstrativo do Excesso de Arrecadação, deste detalhamento (CIDE).

Art. 13 - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Luzerna(SC), 10 de maio de 2016.

MOISES DIERSMANN

Prefeito de Luzerna

LEI COMPLEMENTAR 150

LEI COMPLEMENTAR Nº 150 de 10 de maio de 2016.

“REVOGA O CAPÍTULO VII, ARTS. 172 A 189 E A TABELA IX DO CÓDIGO TRIBUTÁRIO MUNICIPAL - LEI COMPLEMENTAR Nº 053 de 19 de dezembro de 2006 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

MOISÉS DIERSMANN, Prefeito de Luzerna(SC),

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte,

LEI COMPLEMENTAR:

Art.1º- Ficam revogados o CAPÍTULO VII, arts. 172 a 189 e a TABELA IX - TAXAS DE VISTORIAS DE SEGURANÇA E PREVENÇÃO CONTRA SINISTROS da Lei Complementar nº 053 de 19 de dezembro de 2006 e alterações posteriores.

Art.2º - Os demais dispositivos vigentes da Lei Complementar nº 053 de 19 de dezembro de 2006 permanecem inalterados.

Art.3º - Esta Lei Complementar entrará em vigor na data de sua publicação.

Luzerna(SC), 10 de maio de 2016.

MOISÉS DIERSMANN

Prefeito de Luzerna

Betha Sistemas
Exercício de 2016
Período: Maio
Página 1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA
Comparativo da Receita Orçada Com a Arrecadação
Administração Direta

Títulos	Recurso	Orçado	Anexada		Diferenças	
			No Período	Até o Período	Para (+)	Para (-)
4.0.0.0.00.00.00.00.00 RECEITAS		1.199,00	0,00	8.660,87	7.461,87	0,00
4.1.0.0.00.00.00.00.00 RECEITAS CORRENTES		1.199,00	0,00	8.660,87	7.461,87	0,00
4.1.3.0.00.00.00.00.00 RECEITA PATRIMONIAL		119,00	0,00	121,69	2,69	0,00
4.1.3.2.0.00.00.00.00 RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS		119,00	0,00	121,69	2,69	0,00
4.1.3.2.5.00.00.00.00 Remuneração de Depósitos Bancários		119,00	0,00	121,69	2,69	0,00
4.1.3.2.5.01.00.00.00 Remuneração de Dep Banc de Rec Vinculados		119,00	0,00	121,69	2,69	0,00
4.1.3.2.5.01.09.00.00 Receita de Remuneração Depósitos Bancários da CIDE	00.01.0016	119,00	0,00	121,69	2,69	0,00
4.1.7.0.00.00.00.00.00 TRANSFERÊNCIAS CORRENTES		1.080,00	0,00	8.539,18	7.459,18	0,00
4.1.7.2.0.00.00.00.00 TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS		1.080,00	0,00	8.539,18	7.459,18	0,00
4.1.7.2.2.00.00.00.00 Transferências dos Estados		1.080,00	0,00	8.539,18	7.459,18	0,00
4.1.7.2.2.01.00.00.00 Participação na Receita dos Estados		1.080,00	0,00	8.539,18	7.459,18	0,00
4.1.7.2.2.01.13.00.00 Cota-Parte da Contrib.Dominio Econômico	00.01.0016	1.080,00	0,00	8.539,18	7.459,18	0,00
Totais Gerais :		1.199,00	0,00	8.660,87	7.461,87	0,00

Luzema, 04/05/2016

Totais Gerais :

DREONE MENDES	MOISES DIERSMANN
CONTADOR - CRC/SC 36.461	PREFEITO MUNICIPAL

ANEXO LEI 1447

Betha Sistemas
Exercício 2015
Período: Janeiro a Dezembro
Página: 1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA
Anexo 14 - Balanço Patrimonial
Administração Direta, Indireta e Fundacional

ATIVO	Exercício Atual	PASSIVO	Exercício Atual
ATIVO CIRCULANTE	1.354.852,40	PASSIVO CIRCULANTE	1.114.111,01
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	1.205.626,27	OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A	849.364,58
CRÉDITOS A CURTO PRAZO	141.027,54	EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS A CURTO PRAZO	34.200,89
DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO	7.985,12	FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A CURTO PRAZO	217.396,69
INVESTIMENTOS E APLICAÇÕES TEMPORÁRIAS A CURTO PRAZO	213,47	OBRIGAÇÕES FISCAIS A CURTO PRAZO	8.460,89
ATIVO NÃO CIRCULANTE	33.817.274,04	DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	4.687,96
ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	603.556,22	PASSIVO NÃO-CIRCULANTE	500.537,80
INVESTIMENTOS	4.222,85	OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A	340.682,14
IMOBILIZADO	33.209.494,97	EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS A LONGO PRAZO	148.235,15
		FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A LONGO PRAZO	11.620,51
		TOTAL DO PASSIVO	1.614.648,81
		PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Exercício Atual
		PATRIMÔNIO SOCIAL E CAPITAL SOCIAL	22.987.189,92
		RESULTADOS ACUMULADOS	10.570.287,71
		RESULTADO DO EXERCÍCIO	-1.648.359,04
		RESULTADO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	12.218.646,75
		TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	33.557.477,63
TOTAL	35.172.126,44	TOTAL	35.172.126,44

ESTADO DE SANTA CATARINA
 PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA
 Anexo 14 - Balanço Patrimonial
 Administração Direta, Indireta e Fundacional

Betha Sistemas
 Exercício 2015
 Período: Janeiro a Dezembro
 Página: 2

ATIVO FINANCEIRO	Exercício Atual	PASSIVO FINANCEIRO	Exercício Atual
ATIVO	1.205.626,27	PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	230.545,54
ATIVO CIRCULANTE	1.205.626,27	PASSIVO CIRCULANTE	230.545,54
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	1.205.626,27	FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A CURTO PRAZO	217.386,69
TOTAL DO ATIVO FINANCEIRO	1.205.626,27	OBRIGAÇÕES FISCAIS A CURTO PRAZO	8.460,89
		DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	4.687,96
		CRÉDITO EMPENHADO A LIQUIDAR	320.809,52
		RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS A LIQUIDAR	1.347,06
		TOTAL DO PASSIVO FINANCEIRO	552.702,12
ATIVO PERMANENTE	Exercício Atual	PASSIVO PERMANENTE	Exercício Atual
ATIVO	33.966.500,17	PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	1.384.103,27
ATIVO CIRCULANTE	149.226,13	PASSIVO CIRCULANTE	883.585,47
CRÉDITOS A CURTO PRAZO	141.027,54	OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A CURTO PRAZO	849.364,58
DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO	7.985,12	EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS A CURTO PRAZO	34.200,89
INVESTIMENTOS E APLICAÇÕES TEMPORÁRIAS A CURTO PRAZO	213,47	PASSIVO NÃO-CIRCULANTE	500.537,80
ATIVO NÃO CIRCULANTE	33.817.274,04	OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A LONGO PRAZO	340.682,14
ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	603.556,22	EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS A LONGO PRAZO	148.235,15
INVESTIMENTOS	4.222,85	FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A LONGO PRAZO	11.620,51
IMOBILIZADO	33.209.494,97	TOTAL DO PASSIVO PERMANENTE	1.384.103,27
TOTAL DO ATIVO PERMANENTE	33.966.500,17		
SALDO PATRIMONIAL			33.235.321,05

COMPENSAÇÕES	Exercício Atual	Saldo dos Atos Potenciais Passivos	Exercício Atual
EXECUÇÃO DE DIREITOS CONTRATUAIS	3.300,00	EXECUÇÃO DE OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS	7.146.780,88
TOTAL	3.300,00	TOTAL	7.146.780,88
DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL		EXERCÍCIO ATUAL	
DESTINAÇÃO DE RECURSOS			
ORDINÁRIA		-211.771,57	
VINCULADA		884.695,72	
Alienções de Bens destinados a Outros Programas		30.529,84	
Assistência Farmacêutica Básica		13.749,72	
Atenção Básica		135.512,37	
Bolsa Família		9.042,38	
Contribuição de Intervenção do Domínio Econômico - CIDE		36,85	
Contribuição para o Custeio dos Serviços de Iluminação Pública - COSIP		137.302,79	
Convênio Transfêro - Civil		13.281,68	
Convênio Transfêro - Militar		14.888,91	
Convênio Transfêro - Prefeitura		6.061,70	
Fundo Especial do Petróleo		5,18	

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA
Anexo 14 - Balanço Patrimonial
Administração Direta, Indireta e Fundacional

Betha Sistemas
Exercício 2015
Período: Janeiro a Dezembro
Página: 3

DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT/DEFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL	
DESTINAÇÃO DE RECURSOS	EXERCÍCIO ATUAL
Gestão do SUS	44,04
Outras Transferências de Recursos para o Fundo de Assistência Social	37.276,36
Outros Recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE	5.307,92
Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE	5.546,60
Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar - PNATE	19,69
Recursos Diretamente Arrecadados pela Administração Indireta e Fundos	20,15
S.F. Transferências de Convênios - Estado/Outros	851,84
S.F. Alienações de Bens destinados a Outros Program	11.847,60
S.F. Assistência Farmacêutica Básica	133.071,03
S.F. Atenção Básica	10.027,03
S.F. Bolsa Família	5.217,95
S.F. Contr. p/ o Custeio dos Serv. de Ilum. Públ. - C	108.135,54
S.F. Convênio Trânsito - Civil	10.352,47
S.F. Convênio Trânsito - Militar	13.510,79
S.F. Convênio Trânsito - Prefeitura	2.349,36
S.F. Outras Transf. de Rec. p/ o Fundo de Assist. Soc	9.490,88
S.F. Outros Rec. do Fundo Nac. de Desenv. Educ.-FND	4.163,44
S.F. Programa Nacional de Alimentação Escolar-PNAE	611,06
S.F. Salário Educação	0,48
S.F. Transferências de Convênios - Outros	12.477,60
S.F. Transferências de Convênios - Saúde	8.332,12
S.F. Vigilância em Saúde	17.667,78
Salário Educação	3.183,29
Transferência SUAS/ Estado	26.420,24
Transferências de Convênios - Estado/Outros	6.198,42
Transferências de Convênios - Educação	45,27
Transferências de Convênios - Outros	37.110,28
Transferências de Convênios - Saúde	22.631,30
Transferência do SUS/Estado	7.597,95
Vigilância em Saúde	4.825,82
TOTAL	652.924,15

Luzerna, 12/04/2016

DREONE MENDES
CONTADOR - CRC/SC 36.461

MOISES DIERSMANN
PREFEITO MUNICIPAL

Macieira

PREFEITURA

PUBLICAÇÃO RESUMIDA_ CONTRATOS Nº 0022/2016 E 0023/2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE MACIEIRA
PUBLICAÇÃO RESUMIDA

Processo Licitatório nº 0021/2016

Chamada Pública nº 0001/2016

Objeto: Aquisição de GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR E DO EMPREENDEDOR FAMILIAR RURAL PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR, conforme a LEI Nº. 11.947 DE 16/06/2009, RESOLUÇÃO Nº. 26 DO FNDE DE 17/06/2013 E RESOLUÇÃO Nº. 04 DO FNDE DE 02/04/2015.

Vigência do Contrato: 31/12/2016.

Pagamento: Até o 10º (décimo) dia útil após a entrega e emissão de Nota Fiscal ou fatura.

Contrato Administrativo nº 0022/2016

Contratada: COOPERATIVA DE ARTESÃOS DE ARROIO TRINTA - COOPERTRINTA.

Valor total: R\$ 8.676,73 (oito mil seiscentos e setenta e seis reais com setenta e três centavos), conforme itens da Ata de julgamento.

Contrato Administrativo nº 0023/2016

Contratada: EVANI LANHI BERTOTTO.

Valor total: R\$ 2.986,97 (dois mil novecentos e oitenta e seis reais com noventa e sete centavos), conforme itens da Ata de julgamento.

Macieira, 04 de maio de 2016.

REJANE SPANHOLO ABRAÃO

Presidente da Comissão Permanente de Licitações

REVOGAÇÃO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0023/2016

REVOGAÇÃO DE LICITAÇÃO

EDITAL DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 0014/2016

TIPO MENOR PREÇO POR ITEM

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0026/2016

O MUNICÍPIO DE MACIEIRA - SC, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa à Rua José Augusto Royer, 133, Centro, na cidade de Macieira - SC, através do Sr. EMERSON ZANELLA, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, torna público e leva ao conhecimento das empresas interessadas, que se encontra REVOGADO o Processo Licitatório nº 0026/2016, na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL nº 0014/2016, do tipo MENOR PREÇO POR ITEM, para a contratação de empresa especializada para prestação dos serviços de acesso à internet através de link dedicado em atendimento ao Município de Macieira, de acordo com as especificações do Anexo I deste Edital.

Considerando razões de interesse público e melhoria na descrição do objeto e qualidade dos serviços necessários.

Maiores esclarecimentos relativos poderão ser obtidas diretamente no Departamento de Licitações da Prefeitura Municipal de Macieira no endereço citado no preâmbulo deste Pregão Presencial nº 0014/2016, através do e-mail compras2@macieira.sc.gov.br ou através do telefone (49) 3574-2000, ramal 2017, de segunda à sexta-feira, das 07h30m às 12h00m e das 13h30m às 17h00m.

Macieira - SC, 09 de maio de 2016.

REJANE SPANHOLO ABRAÃO

Pregoeira

Mafra

PREFEITURA

CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 003/2016

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MAFRA
ESTADO DE SANTA CATARINA
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES

CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 003/2016.

O MUNICÍPIO DE MAFRA, torna público que fará realizar no dia 10/06/2016 às 09:05 horas, na sede da Prefeitura do Município de Mafra sito á Praça Desembargador Flávio Tavares nº 12, licitação modalidade de Concorrência Pública para contratação de empresa especializada para execução de serviços de drenagem e terraplanagem, conforme convênio firmado com a estado de Santa Catarina, visando a concessão de incentivos à empresa no Município de Mafra, através da Secretaria de Municipal de Desenvolvimento Econômico e os termos da Lei Federal nº 8.666/93 e demais condições contidas neste Edital e seus Anexos. O processo será regido pela Lei nº 8.666/93 e suas alterações, e em especial pelo contido no Edital. Poderão participar da licitação, quaisquer interessados que, na fase inicial de habilitação preliminar comprovem possuir os requisitos mínimos de qualificação exigidos no edital para execução do seu objeto. As propostas deverão ser protocoladas no horário de expediente, no Departamento de Licitações, encerrando-se o prazo de entrega às 09:00hs do dia 10/06/2016. O inteiro teor deste Ato Convocatório encontra-se a disposição no Departamento de Licitações, conforme endereço acima descrito. O horário de funcionamento da Prefeitura é das 08:00 às 12:00 e das 13:30 às 17:00 horas pelo Fone (47) 3641-4021 ou 4060.

Mafra (SC), 10 de maio de 2016.

Wellington Roberto Bielecki

Prefeito Municipal

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL - REGISTRO DE PREÇOS Nº 061/2016 (NOVA DATA DE ABERTURA)

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MAFRA
ESTADO DE SANTA CATARINA
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL - REGISTRO DE PREÇOS Nº 061/2016
(NOVA DATA DE ABERTURA)

O MUNICÍPIO DE MAFRA torna público que estará realizando REGISTRO DE PREÇOS para aquisição de Material de Expediente destinado as Unidades de Saúde da Secretaria Municipal de Saúde, através do Fundo Municipal de Saúde, conforme especificações contidas neste edital e seus anexos. Os protocolos dos envelopes poderão ser feitos até as 08h30min do dia 01/06/2016, hora e data da abertura da sessão. Base legal: Lei nº 10.520 de 17 de Julho de 2002, com aplicação subordinada a lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, Decreto Municipal nº 3.089 de 28 de Janeiro de 2008. O inteiro teor deste Ato Convocatório encontra-se a disposição dos interessados no Departamento de Licitações, na Praça Desembargador Flávio Tavares, nº 12, Centro. O horário de funcionamento da Prefeitura é das 08:00 às 12:00 horas e das 13:30 às 17:00 horas pelos Fones (47) 3641-4021 ou 4060.

Mafra (SC), 10 de maio de 2016.

Wellington Roberto Bielecki

Prefeito Municipal

CÂMARA MUNICIPAL

RESOLUÇÃO Nº 08/2016

RESOLUÇÃO Nº 08/16, de 10 de maio de 2016.

PRORROGA PRAZO PARA A CONCLUSÃO DOS TRABALHOS DA COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO, CONSTITUÍDA PELA RESOLUÇÃO Nº 20/2015.

O Presidente da Câmara Municipal de Mafra, Vereador Edenilson Schelbauer, no uso de suas atribuições regimentais,

RESOLVE:

ART. 1º Fica prorrogado por mais 45 (quarenta e cinco) dias, o prazo para a conclusão dos trabalhos da Comissão Parlamentar de Inquérito, constituída pela Resolução nº 20 de 14 de outubro de 2015, tendo em vista decisão aprovada em plenário na sessão ordinária do dia 09.05.2016.

ART. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Mafra, 10 de maio de 2016.

VER. EDENILSON SCHELBAUER

Presidente

Maravilha

PREFEITURA

Decreto nº 468/2016

DECRETO Nº 468, DE 9 DE MAIO DE 2016

Exonera servidor público municipal e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal, e conforme art. 35, inciso V, da Lei Complementar Municipal nº 003, de 19 de novembro de 2002,

DECRETA:

Art. 1º Fica exonerado a pedido o servidor público municipal DARCI VALDI BAUER, ocupante do cargo de Operador de Máquinas, 40 horas semanais.

Parágrafo único. A rescisão dá-se em razão de aposentadoria por tempo de contribuição, benefício nº 172.242.037-2.

Art. 2º As despesas decorrentes da realização do presente Decreto correrão por conta do orçamento municipal vigente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Maravilha – SC, 9 de maio de 2016.

ROSIMAR MALDANER

Registrado e publicado na data supra. Prefeita Municipal

CLEITON BORGARO

Secr. Planej. Adm. e Fazenda

Decreto nº 469/2016

DECRETO Nº 469, DE 9 DE MAIO DE 2016

Demite servidor público e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º Fica pelo presente Decreto demitida a pedido a servidora pública JULEIDE ZANINI, matrícula nº 490302, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, 40 horas semanais, a partir da presente data.

Art. 2º As despesas decorrentes da realização do presente Decreto correrão por conta do orçamento municipal vigente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Maravilha – SC, 9 de maio de 2016.

ROSIMAR MALDANER

Registrado e publicado na data supra. Prefeita Municipal

CLEITON BORGARO

Secr. Planej. Adm. e Fazenda

Decreto nº 470/2016

DECRETO Nº 470, DE 10 DE MAIO DE 2016

Dispõe sobre contratação temporária por excepcional interesse público e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal e conforme Edital de Processo Seletivo nº 001/2016,

CONSIDERANDO,

A possibilidade de contratação por excepcional interesse público, em razão da imediata contratação, seguindo a ordem de classificação no Processo Seletivo/Edital nº 001/2016, para o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais – Alta Complexidade, tendo em vista os princípios da economicidade e razoabilidade,

DECRETA:

Art. 1º Fica pelo presente Decreto contratada por tempo determinado, pelo período de 10 de maio a 21 de outubro de 2016, ANGELICA APARECIDA GARMATZ, brasileira, inscrita no CPF sob nº 086.271.849-09, para ocupar o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais – Alta Complexidade, com carga horária de 40 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Assistência Social, percebendo a remuneração do quadro de pessoal próprio.

Art. 2º As despesas decorrentes da realização do presente Decreto correrão por conta do orçamento municipal vigente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Maravilha – SC, 10 de maio de 2016.

ROSIMAR MALDANER

Registrado e publicado na data supra. Prefeita Municipal

CLEITON BORGARO

Secr. Planej. Adm. e Fazenda

PROCESSO LICITATÓRIO N. 064 - TP 008

ESTADO DE SANTA CATARINA – MUNICÍPIO DE MARAVILHA.

Processo Licitatório n. 064/2016 – Modalidade de Tomada de Preços n. 008/2016

A Senhora Prefeita do Município de Maravilha – SC, ROSIMAR MALDANER, juntamente com a Comissão de Licitações, torna público para conhecimento dos interessados, que se encontra em processo de Licitação na modalidade de Tomada de Preços, a contratação de empresa especializada para execução de pavimentação asfáltica em concreto betuminoso usinado a quente (C.B.U.Q.), na Rua Felicidade e Rua das Hortênsias, com área total de 4.538,12 m², tipo menor preço global, em regime de empreitada global, cujo processo licitatório é regido pela Lei n. 8.666/93, e em especial o contido no Edital, e que estará recebendo os envelopes contendo a habilitação e propostas até às 09 horas do dia 30 de maio de 2016, procedendo em seguida com a abertura dos envelopes de habilitação e propostas. Qualquer informação bem como a retirada do Edital poderão ser obtidas no departamento de compras e licitações no horário de expediente, das 08 h às 11h e 30 min e das 13h 30 min às 18 horas. Maravilha - SC, 10 de maio de 2016. ROSIMAR MALDANER – Prefeita de Maravilha.

PROCESSO N. 065 CP 002

ESTADO DE SANTA CATARINA – MUNICÍPIO DE MARAVILHA

Processo Licitatório n. 065/2016 – Modalidade de Concorrência Pública n. 002/2016.

Valor orçado da obra: R\$ 1.645.393,23

A Senhora Prefeita de Maravilha - SC, ROSIMAR MALDANER, juntamente com a Comissão de Licitações do Município de Maravilha, torna público para conhecimento dos interessados, que se encontra em processo de Licitação na modalidade de Concorrência Pública, a contratação de empresa especializada para execução de 22.024,78 m², de pavimentação asfáltica em C.B.U.Q., com sinalização viária, tipo menor preço global, em regime de empreitada global, cujo processo licitatório é regido pela Lei 8.666/93, e em especial o contido no Edital, e que estará recebendo os envelopes contendo a habilitação e propostas até às 09 horas do dia 28/06/2016, procedendo em seguida com a abertura dos envelopes de habilitação e propostas. Qualquer informação bem como a retirada do Edital poderão ser obtidas no departamento de compras e licitações no horário de expediente, das 08 h às 11h e 30 min e das 13h 30 min às 18 horas. Maravilha - SC, 10 de maio de 2016. ROSIMAR MALDANER – Prefeita de Maravilha.

Marema

PREFEITURA

CONTRATO FMS N 014/2016

MINUTA

Contrato nº: FMS/014/2016

Contratante: Município de Marema/Fundo Municipal de Saúde

Contratado: HELPMED SAUDE LTDA-ME

Objeto: Prestação de serviços médicos, no atendimento médico clínico ambulatorial, para atendimento clínico a população do Município de Marema, para o programa do ACS carga horária é de 40 (quarenta) horas semanais

Vinculação: Processo de Licitação/FMS n. 007/2016 – Dispensa de Licitação/FMS n. 002/2016.

Valor Total: R\$ 19.000,00(reais)

Prazo: 08 de abril de 2016

Foro: Comarca de Xaxim - SC

Marema/ SC, 08 de março de 2016

Marcos Pedro Batistel

Contratante /Prefeito

CONTRATO FMS N. 015/2016

MINUTA

Contrato/FMS n. 015/2016

Contratante: Município de Marema/FMS-Fundo Municipal de Saúde

Contratado: LAIRTON BOIN – ME - CNPJ/MF n. 02.142.724/0001-03

Vinculação: Processo Licitatório/FMS nº. 06/2016, Pregão Presencial Compras e Serviços/FMS nº. 05/2016

Objeto: Aquisição de Pneus Novos

Valor Total: R\$ 39.990,00 (reais)

Prazo: 31 de dezembro de 2016

Foro: Comarca de Xaxim – SC

Marema/ SC, 28 de março de 2016

Marcos Pedro Batistel

Contratante /Prefeito

CONTRATO FMS N. 016/2016

MINUTA

Contrato nº: FMS/016/2016

Contratante: Município de Marema/Fundo Municipal de Saúde

Contratado: CLINICA MEDICA EMILIANO LTDA-ME

Objeto: Prestação de serviços médicos, no atendimento médico clínico ambulatorial, para atendimento clínico a população do Município de Marema, para o programa do ACS - Agentes Comunitários de Saúde e atendimento em unidade de saúde, sem qualquer vínculo de trabalho ou emprego com a Administração Pública Municipal, carga horária é de 20 (vinte) horas semanais

Vinculação: Processo de Licitação/FMS n. 009/2016 – Dispensa de Licitação/FMS n. 003/2016.

Valor total: R\$ 12.000,00 (reais)

Prazo: 30 dias

Foro: Comarca de Xaxim, Estado de Santa Catarina

Marema/ SC, 06 de abril de 2016

Marcos Pedro Batistel

Contratante /Prefeito

CONTRATO N. 027/2016

MINUTA

Contrato n. 027/2016

Contratante: Município de Marema

Contratado: Campestre Vet Comercio de Produtos Veterinarios Ltda ME

Vinculação: Processo Licitatório nº. 07/2016, Pregão Presencial Compras e Serviços nº. 05/2016

Objeto: Aquisição de Sêmen Bovino

Valor Total: R\$ 42.500,00 (reais)

Prazo: 31 de dezembro de 2016

Foro: Comarca de Xaxim

Marema/ SC, 29 de março de 2016

Marcos Pedro Batistel

Contratante /Prefeito

CONTRATO N. 028/2016

MINUTA

Contrato n. 028/2016

Contratante: Município de Marema

Contratado: Lucinéia de França Eireli ME

Vinculação: Processo Licitatório nº. 07/2016, Pregão Presencial Compras e Serviços nº. 05/2016.

Objeto: Aquisição de Sêmen Bovino

Valor Total: R\$ 3.375,00 (reais),

Prazo: 31 de dezembro de 2016

Foro: Comarca de Xaxim – SC

Marema/ SC, 29 de março de 2016

Marcos Pedro Batistel

Contratante /Prefeito

CONTRATO N. 030/2016

MINUTA

Contrato n. 030/2016

Contratante: Município de Marema

Contratado: KNAPP E CIA LTDA - CNPJ/MF n. 76.376.375/0001-12

Vinculação: Processo Licitatório nº. 12/2016, Pregão Presencial nº. 09/2016

Objeto: Serviços de Perfuração e Detonação de Rochas, com fornecimento de materiais necessários e mão de obra

Valor total: R\$ 66.000,00 (reais)

Prazo: 31 de dezembro de 2016

Foro: Comarca de Xaxim, Estado de Santa Catarina.

Marema/ SC, 05 de abril de 2016

Marcos Pedro Batistel

Contratante /Prefeito

CONTRATO N. 031/2016

MINUTA

Contrato n. 031/2016

Contratante: Município de Marema

Contratado: MARIA NERVIS

Vinculação: Chamada Pública nº 001/2016

Objeto: Aquisição De Gêneros Alimentícios Da Agricultura Familiar Para A Alimentação Escolar/Pnae

Valor total: R\$ 636,85 (reais)

Prazo: 31 de dezembro de 2016

Foro: Comarca de Xaxim, Estado de Santa Catarina.

Marema/ SC, 05 de abril de 2016

Marcos Pedro Batistel

Prefeito Municipal

Contratante

CONTRATO N. 032/2016

MINUTA

Contrato n. 032/2016

Contratante: Município de Marema

Contratado: MARIA H.B. CERATTO

Vinculação: Chamada Pública nº 001/2016

Objeto: Aquisição De Gêneros Alimentícios Da Agricultura Familiar Para A Alimentação Escolar/Pnae

Valor total: R\$ 2.621,38 (reais)

Prazo: 31 de dezembro de 2016

Foro: Comarca de Xaxim, Estado de Santa Catarina.

Marema/ SC, 05 de abril de 2016

Marcos Pedro Batistel

Prefeito Municipal

Contratante

CONTRATO N. 033/2016

MINUTA

Contrato n. 033/2016

Contratante: Município de Marema

Contratado: IVANIA BUSSOLARO

Vinculação: Chamada Pública nº 001/2016

Objeto: Aquisição De Gêneros Alimentícios Da Agricultura Familiar Para A Alimentação Escolar/Pnae

Valor total: R\$ 375,00 (reais)

Prazo: 31 de dezembro de 2016

Foro: Comarca de Xaxim, Estado de Santa Catarina.

Marema/ SC, 05 de abril de 2016

Marcos Pedro Batistel

Prefeito Municipal

Contratante

CONTRATO N. 034/2016

MINUTA

Contrato n. 034/2016

Contratante: Município de Marema

Contratado: DIRCEU ZARDO

Vinculação: Chamada Pública nº 001/2016

Objeto: Aquisição De Gêneros Alimentícios Da Agricultura Familiar Para A Alimentação Escolar/Pnae

Valor total: R\$ 2.714,46 (reais)

Prazo: 31 de dezembro de 2016

Foro: Comarca de Xaxim, Estado de Santa Catarina.

Marema/ SC, 05 de abril de 2016

Marcos Pedro Batistel

Prefeito Municipal

Contratante

CONTRATO N. 035/2016

MINUTA

Contrato n. 035/2016

Contratante: Município de Marema

Contratado: LUBRICAP LUBRIFICANTES CHAPECÓ LTDA

Vinculação: Processo Licitatório nº. 14/2016, Pregão Presencial Compras e Serviços nº. 11/2016

Objeto: Aquisição de Óleo Lubrificante, transmissão, hidráulica e graxa

Valor total: R\$ 63.707,50 (reais)

Prazo: 31 de dezembro de 2016

Foro: Comarca de Xaxim, Estado de Santa Catarina.

Marema/ SC, 11 de abril de 2016

Marcos Pedro Batistel

Prefeito Municipal

Contratante

CONTRATO N. 036/2016

MINUTA

Contrato n. 036/2016

Contratante: Município de Marema

Contratado: MECANICA DENDENA LTDA

Vinculação: Processo Licitatório nº. 14/2016, Pregão Presencial Compras e Serviços nº. 11/2016

Objeto: Aquisição de Óleo Lubrificante, transmissão, hidráulica e graxa.

Valor total: R\$ 8.040,00 (reais)

Prazo: 31 de dezembro de 2016

Foro: Comarca de Xaxim, Estado de Santa Catarina.

Marema/ SC, 11 de abril de 2016

Marcos Pedro Batistel

Prefeito Municipal

Contratante

CONTRATO N. 037/2016

MINUTA

Contrato n. 037/2016

Contratante: Município de Marema

Contratado: SAFRA DIESEL LTDA

Vinculação: Processo Licitatório nº. 14/2016, Pregão Presencial Compras e Serviços nº. 11/2016

Objeto: Aquisição de Óleo Lubrificante, transmissão, hidráulica e graxa.

Valor total: R\$ 11.217,50 (reais)

Prazo: 31 de dezembro de 2016

Foro: Comarca de Xaxim, Estado de Santa Catarina.

Marema/ SC, 11 de abril de 2016

Marcos Pedro Batistel

Prefeito Municipal

Contratante

CONTRATO Nº: 029/2016

MINUTA

Contrato nº: 029/2016

Contratante: Município de Marema

Contratado: MITRA DIOCESANA DE CHAPECO-PARÓQUIA SÃO LUIZ GONZAGA

Objeto: LOCAÇÃO DO ESPAÇO PARA EVENTOS

Valor Total: R\$ 250,00 + luz e água

Prazo: 31 de março de 2016

Foro: Comarca de Xaxim – SC

Marema, 29 de março de 2016

CONTRATANTE

Marcos Pedro Batistel

CONTRATO Nº: 038/2016

MINUTA

Contrato nº: 038/2016

Contratante: Prefeitura Municipal de Marema

Contratado: RECICLEFAS SERVIÇOS DE COLETA LTDA ME

Finalidade: Contratação de empresa para prestação de serviço na coleta seletiva, transporte e disposição final de resíduos sólidos urbanos e rurais no Município de Marema.

Vínculo: Processo n. 011/2016 – Tomada de Preço para Compras e Serviços n. 001/2016

Valor Total: R\$ 20.000,00 (reais)

Prazo: 30 de dezembro de 2016

Foro: Foro da Comarca de Xaxim

Marema, 13 de abril de 2016

CONTRATANTE

Pref. Mun. de Marema

Marcos Pedro Batistel

Prefeito Municipal

DECRETO N. 061/2016

DECRETO n. 061/2016

de 10/05/2016

DISPÕE SOBRE A RATIFICAÇÃO DE PROCESSO DE LICITAÇÃO/ FMS n. 012/2016 NA MODALIDADE DE DISPENSA DE LICITAÇÃO/ FMS n. 004/2016, ADJUDICA O OBJETO AO PROPONENTE VENCEDOR E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MARCOS PEDRO BATISTELL, Prefeito Municipal de Marema, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a legislação em vigor em especial ao disposto nas Leis Federal n. 8.666/93 e 8.884/94 bem como as alterações posteriores e

CONSIDERANDO o julgamento feito pela comissão permanente de licitação

DECRETA

Art. 1º - A ratificação do ato do Senhor Presidente da Comissão de licitação, que declarou dispensável a licitação, com fundamento no art. 24, inc. IV da Lei Federal n. 8.666/93, nestes termos:

- Processo/FMS n. 012/2016

- Licitação/FMS n. 004/2016 – Dispensa de Licitação

- Modalidade – Dispensa de Licitação

- Objeto – Contratação de Serviços Médicos.

Art. 2º - Fica adjudicado o objeto único ao fornecedor CLINICA MEDICA EMILIANO LTDA ME – CNPJ/MF n. 24.505.696/0001-76, no valor total de R\$ 16.000,00,00 (reais).

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, Marema, 10 de maio de 2016.

MARCOS PEDRO BATISTELL

Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra e local de costume.

SILVANO CIRO PIAESKI

Funcionário Designado

PORTARIA N. 046/2016

Portaria n. 046/2016

de 02 de maio de 2016.

“Constitui Comissão Preparatória da 6ª Conferência Municipal da Cidade e dá outras providências”

MARCOS PEDRO BATISTELL, Prefeito Municipal de Marema no uso das atribuições de seu cargo e em conformidade com o Art. 65, Inciso V, da Lei Orgânica Municipal, considerando o Decreto Federal nº 5.790 de 25 de maio de 2006, a Portaria nº 24 de 29 de outubro de 2015, da Secretaria de Estado do Planejamento, nos termos da Resolução Normativa nº 19 de 18 de setembro de 2015, do Ministério das Cidades, em consonância com o Decreto Municipal nº 056/2016 de 25 de abril de 2016.

RESOLVE:

Art. 1º Constituir a Comissão Preparatória para Etapa Preparatória Municipal da 6ª Conferência Estadual das Cidades, nos termos do art. 21 do Regimento Interno da 6ª Conferência Estadual das Cidades, para realização das atribuições do exposto no art. 26 do supra Regimento.

Art. 2º A Comissão Preparatória Municipal será composta por representantes dos diversos segmentos da sociedade civil e Poder Público Municipal, como segue:

I - gestores, administradores públicos e legislativos

- Fabiano V. Dallabeta

- Eduardo P. Vargas

- Valdair Chitolina

- Dionizio Falabretti

II – movimentos populares

- Sirlei Zoleide Dal Bianco

- Gladir Pagani

III – trabalhadores, por suas entidades sindicais

- Vitalino Batistel

IV - empresários relacionados à produção e ao financiamento do desenvolvimento urbano

- Rafael Benini

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Marema, SC 02 de maio de 2016.

Marcos Pedro Batistel

Prefeito Municipal de Marema

Certifico que a Portaria foi registrada e publicada em data supra

EDUARDO PEREIRA VARGAS

Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº042/2016

Portaria nº042/2016

De 01/04/2016

CONCEDE GRATIFICAÇÃO POR GRAU DE INSTRUÇÃO AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL ROVANIR PERUZZO E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MARCOS PEDRO BATISTEL, Prefeito Municipal de Marema, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o art. 91 do Estatuto dos Funcionários Públicos Municipais de Marema e CONSIDERANDO a apresentação de certificado de Conclusão de Pós Graduação devidamente registrado no órgão competente.

RESOLVE

Art. 1º - Conceder ao Servidor Publico Municipal, ROVANIR PERUZZO gratificação por grau de instrução de conclusão de Pós Graduação, num percentual de 5% (cinco por cento) aplicado sobre o vencimento do servidor.

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário.

Art. 3º- A presente portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito em 01 de abril de 2016.

MARCOS PEDRO BATISTEL

Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra e local de costume.

SILVANO CIRO PIASESKI

Servidor Designado

PORTARIA Nº043/2016

Portaria nº043/2016

De 01/04/2016

CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAUDE AO SERVIDOR PUBLICO MUNICIPAL LUIZ PEROTTO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MARCOS PEDRO BATISTEL, Prefeito Municipal de Marema, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Art. 107 da Lei Municipal nº307/95 e CONSIDERANDO o atestado medico do Dr. GUSTAVO A. C. GUERREIRO CRM/SC 11.453 dando conta na necessidade do afastamento do referido servidor.

D E C I D E

Art. 1º - Concede licença para tratamento de saúde por um período de 10 dias ao Servidor Público Municipal LUIZ PEROTTO, a contar a partir de 20 de março de 2016 a 30 de março de 2016..

Parágrafo Único – O prazo de licença poderá sofrer alteração, de acordo com avaliação do INSS.

Art. 2º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação. A contar a partir de 20 de março de 2016.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito em 01 de abril de 2016.

MARCOS PEDRO BATISTEL

Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra e local de costume.

SILVANO CIRO PIASESKI

Servidor Designado

PORTARIA Nº044/2016

Portaria nº044/2016

De 07/04/2016

CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAUDE A SERVIDORA PUBLICA MUNICIPAL ELIANE BEZ E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MARCOS PEDRO BATISTEL, Prefeito Municipal de Marema, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Art. 107 da Lei Municipal nº307/95 e CONSIDERANDO o atestado medico do Dr. LEANDRO A SCHULHAN CRM/SC 17173 dando conta na necessidade do afastamento da referida servidora.

D E C I D E

Art. 1º - Concede licença para tratamento de saúde por um período de 15 dias a Servidora Pública Municipal ELIANE BEZ, a contar a partir de 07 de abril de 2016 a 22 de abril de 2016..

Parágrafo Único – O prazo de licença poderá sofrer alteração, de acordo com avaliação do INSS.

Art. 2º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito em 07 de abril de 2016.

MARCOS PEDRO BATISTEL

Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra e local de costume.

SILVANO CIRO PIASESKI

Servidor Designado

PORTARIA Nº045/2016

Portaria nº045/2016

De 25/04/2016

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL NEUZA PELEGRINI SINISKI E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MARCOS PEDRO BATISTELL, Prefeito Municipal de Marema, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o art. 102 do Estatuto dos Funcionários Públicos Municipais de Marema. CONSIDERANDO o requerimento efetuado pela servidora.

RESOLVE

Art. 1º - Conceder férias a Servidora Pública Municipal NEUZA PELEGRINI SINISKI, por um período de 30 dias. Sendo o gozo de:

- Gozo de férias por um período de 20 dias a contar de 02/05/2016 A 21/05/2016.

- Gozo de férias por um período de 10 dias convertido em abono pecuniário no período de 22/05/2016 A 01/06/2016.

§ ÚNICO – Paragrafo Único - As férias de que trata o art. 1º será acrescido de 1/3 a mais da remuneração. Na forma do art. 102 § 4º do Estatuto dos Servidores Públicos. Considerando o interesse e bem do serviço publico, mediante requerimento da servidora.

Art. 3º - O período de aquisição de férias compreende de 26/12/2014 A 25/12/2015.

Art. 4º - Revogadas as disposições em contrário.

Art. 5º- A presente portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito em 25 de abril de 2016.

MARCOS PEDRO BATISTEL

Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra e local de costume.

SILVANO CIRO PIASESKI
Servidor Designado

PORTARIA Nº047/2016

Portaria nº047/2016

De 03/05/2016

CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL IDIANE BETTU E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MARCOS PEDRO BATISTEL, Prefeito Municipal de Marema, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Art. 107 da Lei Municipal nº307/95 e CONSIDERANDO o atestado médico do Dr. ALEX MAGADIEL KLAUS CRM/SC 11945 dando conta na necessidade do afastamento da referida servidora.

D E C I D E

Art. 1º - Concede licença para tratamento de saúde por um período de 90 dias a Servidora Pública Municipal IDIANE BETTU, a contar a partir de 03 de maio de 2016 a 30 de julho de 2016..

Parágrafo Único – O prazo de licença poderá sofrer alteração, de acordo com avaliação do INSS.

Art. 2º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito em 02 de maio de 2016.

MARCOS PEDRO BATISTEL

Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra e local de costume.

SILVANO CIRO PIASESKI
Servidor Designado

Meleiro

PREFEITURA

ERRATA 02 - EDITAL 001-2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO
PROCESSO SELETIVO N.º 001/2016

ERRATA 02

O MUNICIPIO DE MELEIRO torna pública a retificação 02 do Edital de Processo Seletivo nº 001/2016, para admissão em caráter temporário de vagas existentes e cadastro de reserva do quadro de pessoal da Secretaria Municipal de Saúde, nos seguintes Itens:

ONDE SE LÊ:

2. DAS VAGAS, CARGOS, CARGA HORÁRIA, REQUISITOS MÍNIMOS E REMUNERAÇÃO.

Poderão participar da Seleção, os profissionais interessados em prestar serviço em caráter temporário e que atendam os requisitos deste Edital e da legislação municipal vigente e alterações supervenientes, para os cargos/áreas abaixo relacionados:

Nº	Cargo	Nº de Vagas	Carga Horária Semanal	Remuneração (R\$)	Requisitos para o cargo
07	Assistente Social	02	30h	1.980,36	Certificado ou diploma de conclusão de curso superior, com registro no órgão fiscalizador do exercício profissional.

LEIA-SE:

2. DAS VAGAS, CARGOS, CARGA HORÁRIA, REQUISITOS MÍNIMOS E REMUNERAÇÃO.

Poderão participar da Seleção, os profissionais interessados em prestar serviço em caráter temporário e que atendam os requisitos deste Edital e da legislação municipal vigente e alterações supervenientes, para os cargos/áreas abaixo relacionados:

Nº	Cargo	Nº de Vagas	Carga Horária Semanal	Remuneração (R\$)	Requisitos para o cargo
07	Assistente Social	01	30h	1.980,36	Certificado ou diploma de conclusão de curso superior, com registro no órgão fiscalizador do exercício profissional.

MELEIRO/SC, em 10 de Maio de 2016.

Fica homologada a ERRATA 02 do EDITAL DE PROCESSO SELETIVO N.º 001/2016.

ANA DA COSTA OSTETTO
Secretária Municipal de Saúde

ERRATA 03 - EDITAL 001-2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO
PROCESSO SELETIVO N.º 001/2016

ERRATA 03

O MUNICIPIO DE MELEIRO torna pública a retificação 03 do Edital de Processo Seletivo nº 001/2016, para admissão em caráter temporário de vagas existentes e cadastro de reserva do quadro de pessoal da Secretaria Municipal de Saúde, nos seguintes Itens:

NA ERRATA 01 - ONDE SE LÊ:

MELEIRO/SC, em 09 de Novembro de 2014.

LEIA-SE:

MELEIRO/SC, em 09 de Maio de 2016.

Fica homologada a ERRATA 03 do EDITAL DE PROCESSO SELETIVO N.º 001/2016.

MELEIRO/SC, em 10 de Maio de 2016.

ANA DA COSTA OSTETTO
Secretária Municipal de Saúde

PORTARIA Nº 220/2016

PORTARIA n.º 220/2016

TRATA DA CONTRATAÇÃO DE AUXILIAR DE SALA POR TEMPO DETERMINADO.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com Lei nº 1409/2009, de 28 de dezembro de 2009 e suas alterações, Lei nº 1567/2012, de 19 de dezembro de 2012, e Edital do Processo Seletivo, resolve:

CONTRATAR

Art. 1.º A Senhorita ANGELISE DA SILVA, para ocupar o cargo de Auxiliar de Sala, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, no Centro Municipal de Educação Infantil Escadinha do tempo, em substituição a servidora Cleimar Xavier Gomes Ferreira, em licença saúde. Parágrafo Único: O contrato poderá ser rescindido a qualquer momento em decorrência do interesse público.

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro 10 de Maio de 2016.
JONNEI ZANETTE
Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA
Secret. Adm. e Finanças

PORTARIA Nº 221/2016

PORTARIA n.º 221/2016

TRATA DA CONCESSÃO DE LICENÇA SAÚDE AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com a Lei nº 809/2000 e suas alterações, e Lei nº 1409/2009, de 28 de dezembro de 2009 e suas alterações, resolve:

CONCEDER

Art. 1.º Licença saúde, à servidora KATIÚCIA CARRADORE SQUIZATTO, ocupante do cargo de auxiliar de ensino de educação infantil, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, conforme atestado médico, por um período de até 15 (quinze) dias.

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 10 de Maio de 2016.
JONNEI ZANETTE
Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA
Secret. Adm. e Finanças

PORTARIA Nº 222/2016

PORTARIA n.º 222/2016

TRATA DA CONTRATAÇÃO DE AUXILIAR DE SALA POR TEMPO DETERMINADO.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com Lei nº 1409/2009, de 28 de dezembro de 2009 e suas alterações, Lei nº 1567/2012, de 19 de dezembro de 2012, e Edital do Processo Seletivo, resolve:

CONTRATAR

Art. 1.º A Senhorita PATRICIA BORGES, para ocupar o cargo de Auxiliar de Sala, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, no Centro Municipal de Educação Infantil Escadinha do tempo, em substituição a servidora Katiucia Carradore Squizatto, em licença saúde.
Parágrafo Único: O contrato poderá ser rescindido a qualquer momento em decorrência do interesse público.

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro 10 de Maio de 2016.

JONNEI ZANETTE

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA

Secret. Adm. e Finanças

Modelo

PREFEITURA

DECRETO Nº 0149/2016

DECRETO Nº 0149/2016 DE 10 DE MAIO DE 2016.

DISPÕE SOBRE A READAPTAÇÃO TEMPORÁRIA DE SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL KATIA REGINA SCHLOSSER, CONFORME ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RICARDO LUIS MALDANER, Prefeito Municipal de Modelo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, de conformidade com a Lei Orgânica Municipal, Lei 971/90 e Reforma Administrativa, e em especial com o disposto na Seção VII da Lei Municipal 1.513/2002, e demais normas legais que dispõem sobre a matéria, Considerando os requerimentos/atestados efetuados pelos médicos especialistas à Servidora solicitando readaptação por tempo indeterminado,

DECRETA:

Art.1º - Fica readaptada temporariamente, por motivo de saúde, a Sra. KATIA REGINA SCHLOSSER ocupante do cargo de Professora Ensino Superior, 30 horas semanais, lotada no Departamento Municipal de Educação, a partir de 10.05.2016 até 31.12.2016 para auxiliar nas tarefas administrativas, trabalhos manuais e de decoração e demais atividades necessárias no atendimento do interesse público que não exijam o uso constante da voz, no Departamento Municipal de Educação.

Parágrafo Único: Fica assegurado à servidora o vencimento correspondente ao cargo de Professora que ocupava.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir desta data.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Modelo (SC),
aos 10 de maio de 2016.

RICARDO LUIS MALDANER
PREFEITO MUNICIPAL

Registrado e Publicado na Data Supra:

FRANCIELI PAVALICINI
Assessora de Departamento

DECRETO Nº 0150/2016

DECRETO Nº 0150/2016 DE 10 DE MAIO DE 2016.

DISPÕE SOBRE A CONTRATAÇÃO DE PROFESSORA ENSINO SUPERIOR ACT - ADMITIDA EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, CONFORME ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RICARDO LUIS MALDANER, Prefeito Municipal de Modelo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial as contidas na Lei Orgânica Municipal, Reforma Administrativa e conforme Leis Municipais nºs: 971/1990, 1.347/1998, 1.386/1999, 1.513/2002, 1.592/2005, 1.883/2009, 2.253/2016, Considerando o Edital de Processo Seletivo nº 002/2014, prorrogado pelo Decreto Municipal nº 022/2016 de 21.01.2016, Considerando a readaptação funcional da servidora titular do cargo, Katia Regina Schlosser, de conformidade com o Decreto nº

0149/2016,

DECRETA:

Art. 1º - Fica contratada, em caráter temporário de excepcional interesse público, para atendimento do Departamento Municipal de Educação, a Sra. MARIANE DALLA CORTI BAUERMANN, portadora do CPF nº 050.620.259-31, RG nº 7.196.752, para exercer as funções do cargo de PROFESSORA ENSINO SUPERIOR, Habilitação: Educação Física, com atribuição de exercício na Escola Reunida Municipal Professora Griseldi Maria Muller, com carga horária de 20 horas semanais, turno Matutino e Vespertino, visando atender serviços essenciais de acordo com o constante na justificativa elaborada pelo Departamento Municipal de Educação e disposições do Contrato Administrativo para Admissão Temporária de Pessoal Por Excepcional Interesse Público nº 024/2016, anexo integrante deste Decreto.

Art. 2º - A vigência do contrato é de 10.05.2016 a 07.12.2016, percebendo a remuneração da Tabela de Isonomia Salarial do Grupo Magistério, nível 4 referência "A".

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação com efeitos a partir desta data.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Modelo/SC,
aos 10 de maio de 2016.

RICARDO LUIS MALDANER
Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra:

FRANCIELI PAVALICINI
Assessora de Departamento

CONTRATO ADMINISTRATIVO PARA ADMISSÃO TEMPORÁRIA DE PESSOAL POR EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO Nº 024/2016
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE MODELO, Estado de Santa Catarina, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, Inscrito no CNPJ sob nº 83.021.832/0001-11, com sede à Rua do Comércio, nº 1304, Centro, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal, RICARDO LUIS MALDANER.

CONTRATADA: MARIANE DALLA CORTI BAUERMANN, brasileira, casada, portadora do CPF nº 050.620.259-31, RG nº 7.196.752, residente e domiciliada na Rua Benjamin Constant, 561, Centro – município de Modelo/SC CEP 89.872-000.

OBJETO: Contratação para desempenho das funções previstas em Lei do cargo de PROFESSOR ENSINO SUPERIOR.

LOCAL DE TRABALHO: Turmas: 1º, 2º e 3º ano, atribuição de exercício na Escola Reunida Municipal Professora Griseldi Maria Muller e lotação no Departamento Municipal de Educação do município de Modelo/SC.

FUNDAMENTAÇÃO: Para atender a necessidade de excepcional interesse público, em virtude da readaptação funcional da Servidora Katia Regina Schlosser, de acordo com o Decreto nº 0149/2016 e conforme fundamentado em justificativa pelo Departamento Municipal de Educação. A contratação possui embasamento na

Lei Orgânica Municipal, Reforma Administrativa, e conforme Leis Municipais nºs: 971/1990, 1.347/1998, 1.386/1999, 1.513/2002, 2.253/2016 e em especial Processo Seletivo nº 002/2014.

PRAZO/VIGÊNCIA: Início: 10 de maio de 2016. Término: 07 de dezembro de 2016. Poderá ser prorrogado no interesse público e de conformidade com as disposições legais, em especial em atendimento ao objeto e fundamentação.

REMUNERAÇÃO: R\$ 1.514,16 (Um mil, quinhentos e quatorze reais e dezesseis centavos) e a respectiva regência de classe conforme disposições legais. Vencimento previsto em Lei Municipal – Tabela de Isonomia Salarial do Grupo Magistério, nível 4 referência "A".

TURNO, JORNADA E HORÁRIO DE TRABALHO: A jornada de trabalho da contratada é intercalada nos turnos Matutino e Vespertino, totalizando 20 (vinte) horas semanais, e será estabelecida e controlada pelo Departamento Municipal de Educação,

REGIME JURÍDICO: Especial Administrativo, previsto no Inciso IX, do Artigo 37 da Constituição Federal, devendo sua interpretação e aplicação atender aos princípios e regras próprias ao direito de Admissão Temporária de Excepcional Interesse Público. **SEGURIDADE SOCIAL:** Na vigência deste Contrato, aplica-se o Regime Geral de Previdência Social, nos termos do § 13 do Artigo 40 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 e conforme Lei Municipal 1.347/1999.

DEVERES DO CONTRATADO: A Contratada vincula-se aos deveres funcionais, na forma deste Contrato, aplicáveis aos servidores municipais, submetendo-se, inclusive, no que couberem, às sanções disciplinares.

EXTINÇÃO/RESCISÃO: Este Contrato extingue-se, automaticamente pelo decurso de prazo da contratação ou a qualquer tempo por iniciativa do Município, observado o excepcional interesse público, ou por iniciativa do empregado, não havendo qualquer indenização ou outra vantagem, nem obrigações sociais e ou trabalhistas adicionais e não expressas na legislação acima mencionada, ficando ressalvadas as verbas rescisórias e remuneração/saldo de salário; férias a que faz jus relativo ao período e 13º proporcional. A extinção do contrato por iniciativa do contratado deverá ser comunicada com antecedência mínima de 05 (cinco) dias, salvo os casos devidamente justificados.

FORO: Fica eleito o foro da Comarca de Modelo/SC, para dirimir quaisquer questões ou controvérsias oriundas deste contrato.

Assim, por estarem as partes de inteiro acordo com os termos desta contratação, firmam o Contrato em duas vias de igual teor e forma, diante das testemunhas abaixo assinadas, para que surtam seus efeitos legais e jurídicos.

Modelo/SC, aos 10 de maio de 2016.
RICARDO LUIS MALDANER
Prefeito Municipal

MARIANE DALLA CORTI BAUERMANN
Contratada

Testemunhas:

1. _____
2. _____

DECRETO Nº 0151/2016

DECRETO Nº 0151/2016 DE 10 DE MAIO DE 2016.

DISPÕE SOBRE A CONTRATAÇÃO DE PROFESSORA ENSINO SUPERIOR ACT - ADMITIDA EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, CONFORME ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RICARDO LUIS MALDANER, Prefeito Municipal de Modelo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial as contidas na Lei Orgânica Municipal, Reforma Administrativa e conforme Leis Municipais nºs: 971/1990, 1.347/1998, 1.386/1999, 1.513/2002, 1.592/2005, 1.883/2009, 2.253/2016, Considerando o Edital de Processo Seletivo nº 002/2014, prorrogado pelo Decreto Municipal nº 022/2016 de 21.01.2016, Considerando a readaptação funcional da servidora titular do cargo, Katia Regina Schlosser, de conformidade com o Decreto nº 0149/2016,

DECRETA:

Art. 1º - Fica contratada, em caráter temporário de excepcional interesse público, para atendimento do Departamento Municipal de Educação, a Sra. VANESSA ARTIGAS DO AMARAL, portadora do CPF nº 084.526.119-35, RG nº 4.704.889, para exercer as funções do cargo de PROFESSORA ENSINO SUPERIOR, Habilitação: Educação Física, com atribuição de exercício na Escola Reunida Municipal Professora Griseldi Maria Muller, com carga horária de 10 horas semanais, turno Matutino, visando atender serviços essenciais de acordo com o constante na justificativa elaborada pelo Departamento Municipal de Educação e disposições do Contrato Administrativo para Admissão Temporária de Pessoal Por Excepcional Interesse Público nº 025/2016, anexo integrante deste Decreto.

Art. 2º - A vigência do contrato é de 10.05.2016 a 07.12.2016, percebendo a remuneração da Tabela de Isonomia Salarial do Grupo Magistério, nível 4 referência "A".

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação com efeitos a partir desta data.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Modelo/SC,
aos 10 de maio de 2016.
RICARDO LUIS MALDANER
Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra:

FRANCIELI PAVALICINI
Assessora de Departamento

CONTRATO ADMINISTRATIVO PARA ADMISSÃO TEMPORÁRIA DE PESSOAL POR EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO Nº 025/2016
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE MODELO, Estado de Santa Catarina, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, Inscrito no CNPJ sob nº 83.021.832/0001-11, com sede à Rua do Comércio, nº 1304, Centro, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal, RICARDO LUIS MALDANER.

CONTRATADA: VANESSA ARTIGAS DO AMARAL, brasileira, solteira, portadora do CPF nº 084.526.119-35, RG nº 4.704.889, residente e domiciliada na Rua 15 de Novembro, 526, Centro – município de Modelo/SC CEP 89.872-000.

OBJETO: Contratação para desempenho das funções previstas em Lei do cargo de PROFESSOR ENSINO SUPERIOR.

LOCAL DE TRABALHO: Turmas: 1º, 2º e 3º ano, atribuição de exercício na Escola Reunida Municipal Professora Griseldi Maria Muller

e lotação no Departamento Municipal de Educação do município de Modelo/SC.

FUNDAMENTAÇÃO: Para atender a necessidade de excepcional interesse público, em virtude da readaptação funcional da Servidora Katia Regina Schlosser, de acordo com o Decreto nº 0149/2016 e conforme fundamentado em justificativa pelo Departamento Municipal de Educação. A contratação possui embasamento na Lei Orgânica Municipal, Reforma Administrativa, e conforme Leis Municipais nºs: 971/1990, 1.347/1998, 1.386/1999, 1.513/2002, 2.253/2016 e em especial Processo Seletivo nº 002/2014.

PRAZO/VIGÊNCIA: Início: 10 de maio de 2016. Término: 07 de dezembro de 2016. Poderá ser prorrogado no interesse público e de conformidade com as disposições legais, em especial em atendimento ao objeto e fundamentação.

REMUNERAÇÃO: R\$ 757,08 (Setecentos e cinquenta e sete reais e oito centavos) e a respectiva regência de classe conforme disposições legais. Vencimento previsto em Lei Municipal – Tabela de Isonomia Salarial do Grupo Magistério, nível 4 referência “A”.

TURNO, JORNADA E HORÁRIO DE TRABALHO: A jornada de trabalho da contratada é no turno Matutino, carga horária de 10 (dez) horas semanais, sendo estabelecida e controlada pelo Departamento Municipal de Educação,

REGIME JURÍDICO: Especial Administrativo, previsto no Inciso IX, do Artigo 37 da Constituição Federal, devendo sua interpretação e aplicação atender aos princípios e regras próprias ao direito de Admissão Temporária de Excepcional Interesse Público. **SEGURIDADE SOCIAL:** Na vigência deste Contrato, aplica-se o Regime Geral de Previdência Social, nos termos do § 13 do Artigo 40 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 e conforme Lei Municipal 1.347/1999.

DEVERES DO CONTRATADO: A Contratada vincula-se aos deveres funcionais, na forma deste Contrato, aplicáveis aos servidores municipais, submetendo-se, inclusive, no que couberem, às sanções disciplinares.

EXTINÇÃO/RESCISÃO: Este Contrato extingue-se, automaticamente pelo decurso de prazo da contratação ou a qualquer tempo por iniciativa do Município, observado o excepcional interesse público, ou por iniciativa do empregado, não havendo qualquer indenização ou outra vantagem, nem obrigações sociais e ou trabalhistas adicionais e não expressas na legislação acima mencionada, ficando ressalvadas as verbas rescisórias e remuneração/saldo de salário; férias a que faz jus relativo ao período e 13º proporcional. A extinção do contrato por iniciativa do contratado deverá ser comunicada com antecedência mínima de 05 (cinco) dias, salvo os casos devidamente justificados.

FORO: Fica eleito o foro da Comarca de Modelo/SC, para dirimir quaisquer questões ou controvérsias oriundas deste contrato.

Assim, por estarem as partes de inteiro acordo com os termos desta contratação, firmam o Contrato em duas vias de igual teor e forma, diante das testemunhas abaixo assinadas, para que surtam seus efeitos legais e jurídicos.

Modelo/SC, aos 10 de maio de 2016.
RICARDO LUIS MALDANER
Prefeito Municipal

VANESSA ARTIGAS DO AMARAL
Contratada

Testemunhas:

1. _____
2. _____

Mondaí

PREFEITURA

AVISO LICITAÇÃO FRACASSADA - TP Nº. 3/2016/ FMS

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE MONDAÍ
AVISO DE LICITAÇÃO FRACASSADA
PROCESSO LICITATÓRIO nº. 024/2016
Tomada de Preços nº. 003/2016

O Fundo Municipal de Saúde de Mondaí - SC, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob o nº. 11.386.903/0001-79, com sede administrativa à Rua Cristiano Wandscheer, 27, Centro, torna público para conhecimento dos interessados que a TOMADA DE PREÇOS Nº. 003/2016/FMS, que objetivava a contratação, para o exercício de 2016 e/ou subsequentes, de serviços profissionais de psicologia, para atendimento do Núcleo de Apoio à Saúde da Família - NASF, foi considerada FRACASSADA, tendo em vista que a inabilitação de todas licitantes, conforme motivos constantes nos autos. Maiores informações poderão ser obtidas junto à Comissão Permanente de Licitação – CPL, pelo telefone (049)-3674-3125, ou pessoalmente na sede da Prefeitura Municipal.

Mondaí, 10 de maio de 2016.
Lenoir da Rocha
Prefeito Municipal

AVISO PROCESSO Nº 061/2016

AVISO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 061/2016
O MUNICÍPIO DE MONDAÍ, Estado de Santa Catarina, torna público, para conhecimento dos interessados, que fica desobrigado de apresentação a exigência do item 3.1.3.1. do Edital de Pregão nº 044/2016 "Apresentar FICHA TÉCNICA do produto, contendo suas especificações".
Ficam mantidos a data e horário para apresentação dos envelopes Documentação e Proposta anteriormente divulgada.
Mondaí SC, 10 de maio de 2016.

Pedro Guilherme Rieth
Pregoeiro

EXTRATO P. PRESENCIAL Nº 021/2016 FMS

AVISO DE LICITAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 028/2016
O MUNICÍPIO DE MONDAÍ através do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE MONDAÍ, Estado de Santa Catarina, torna público, para conhecimento dos interessados, que fará realizar licitação, conforme descrito abaixo:
MODALIDADE: Pregão Presencial nº 021/2016
TIPO: Menor Preço (por item)
OBJETO: Aquisição de TABLET destinados para implantação Sistema de Mobilidade para Agentes Comunitários de Saúde no Município de Mondaí – SC.
ENTREGA DA DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTAS: até às 08h55min horas do dia 23 de maio de 2016.
SESSÃO PÚBLICA PARA ABERTURA DAS PROPOSTAS COMERCIAIS E LANCES VERBAIS: às 09h00min horas do dia 23 de maio de 2016.
INFORMAÇÕES: Maiores informações e esclarecimentos poderão ser obtidos no endereço acima ou pelo fone/fax (49) 3674-3100 ou pelo e-mail: compras@mondai.sc.gov.br
MONDAÍ (SC), 10 de maio de 2016.
Lenoir da Rocha
Prefeito Municipal

EXTRATO TOMADA DE PREÇOS Nº. 004/2016 - FMS FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE MONDAÍ AVISO DE LICITAÇÕES

PROCESSO LICITATÓRIO nº. 029/2016
Tomada de Preços nº. 004/2016

O Fundo Municipal de Saúde de Mondaí, SC, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa à Rua Cristiano Wandscheer, 27, Centro, através da Autoridade Competente, torna público que fará realizar em 31 de maio de 2016, às 08:30 horas, licitação na Modalidade de TOMADA DE PREÇOS, tipo MENOR PREÇO, tendo como forma de julgamento o valor do item, tendo como Objeto: Contratação, para o exercício de 2016 e/ou subsequentes, de Pessoas Jurídicas ou Físicas para prestação de serviços profissionais na área de psicologia, para atendimento do Núcleo de Apoio à Saúde da Família – NASF e na Secretaria Municipal de Saúde, conforme especificações constantes na relação de itens da licitação (Anexo I), que fica fazendo parte do presente Edital.
Entrega dos envelopes: Até as 08h25min do dia 31 de maio de 2016.

A licitação será processada e julgada em conformidade com a Lei Federal nº 8.666/93, de 21 de junho de 1993. O Edital encontra-se disponível, na íntegra, no endereço www.mondai.sc.gov.br. Demais informações poderão ser obtidas junto à Comissão Permanente de Licitação – CPL, pelo telefone (049)-3674-3125, ou pessoalmente na sede da Prefeitura Municipal.

Mondaí/SC, 10 de maio de 2016.
Lenoir da Rocha
Prefeito Municipal

Morro da Fumaça

PREFEITURA

EDITAL DE CONVOCAÇÃO REFERENTE AO PROCESSO SELETIVO Nº 009/2015

Edital de Convocação Referente ao Processo Seletivo nº 009/2015

O senhor AGNALDO DAVID MACCARI, Prefeito Municipal de Morro da Fumaça, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o que estabelece a Lei Orgânica do Município:

Convoca os aprovados no processo seletivo, referente ao edital 009/2015, conforme lista abaixo, para no prazo de 30 dias a contar da data desta publicação a comparecerem a sede desta Prefeitura, situada a Rua 20 de Maio, nº 100 – Centro, no horário das 08:00h às 13:00h para início dos procedimentos relativos à contratação.

Zelador

COLOCAÇÃO	NOME CANDIDATO
7º	Tanara Serafim Américo

Morro da Fumaça, de 10 de Maio de 2016.

AGNALDO DAVID MACCARI
Prefeito Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE:

FERNANDO DILTON TEIXEIRA
Secretário do Sistema Econômico

Registrado e publicado no mural de atos da Prefeitura Municipal na data supra.

CONTRATOS ABR/2016 FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE MORRO DA FUMACA

Folha: 1/3

CNPJ: 10.598.648/0001-65
RUA 20 DE MAIO, 100
C.E.P.: 88830-000 - Morro da Fumaça - SC

Mês/Ano da Assinatura:
Abril/2016.

Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos

Contratado: SUÉLI GUGLIELMI
C.P.F.: 043.000.219-02
Modalidade: Outras Modalidades
Número da Licitação: 11/2016 **Número do Processo:** 11/2016 **Outra Entidade:** Não
Número do Contrato ou Aditivo: 12/2016
Fundamento Legal:
Objeto: CREDENCIAMENTO DE SERVIÇOS E PROCEDIMENTOS ESPECIALIZADOS CONFORME ANEXO:

Data da Assinatura: 07/04/2016
Data da Publicação no Diário Oficial: 10/05/2016
Vigência: 07/04/2016 a 31/12/2016
Programa de Trabalho:
Unidade Gestora / Número:
Gestão / Número:
Número do Empenho:
Valor: 30.000,00

Forma de Pagamento: PARCELADO

Contratado: CLINIMADERS CONSULTORIA MEDICA EIRELI
CNPJ: 17.759.454/0001-43
Modalidade: Outras Modalidades
Número da Licitação: 2/2016 **Número do Processo:** 2/2016 **Outra Entidade:** Não
Número do Contrato ou Aditivo: 13/2016
Fundamento Legal:
Objeto: CREDENCIAMENTO DE MÉDICOS ESPECIALISTAS conforme anexo.

Data da Assinatura: 25/04/2016
Data da Publicação no Diário Oficial: 10/05/2016
Vigência: 25/04/2016 a 31/12/2016
Programa de Trabalho:
Unidade Gestora / Número:
Gestão / Número:
Número do Empenho:
Valor: 44.550,00

Forma de Pagamento: PARCELADO

**ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE MORRO DA FUMACA**

Folha: 2/3

CNPJ: 10.598.648/0001-65
RUA 20 DE MAIO, 100
C.E.P.: 88830-000 - Morro da Fumaça - SC

Mês/Ano da Assinatura:
Abril/2016.

Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos

Contratado: CLINICA E CONSULTORIA DE DOENCAS INFECCIOSAS LTDA
CNPJ: 05.455.372/0001-26
Modalidade: Outras Modalidades
Número da Licitação: 2/2016 **Número do Processo:** 2/2016 **Outra Entidade:** Não
Número do Contrato ou Aditivo: 14/2016
Fundamento Legal:
Objeto: CREDENCIAMENTO DE MÉDICOS ESPECIALISTAS conforme anexo.

Data da Assinatura: 26/04/2016
Data da Publicação no Diário Oficial: 10/05/2016
Vigência: 26/04/2016 a 31/12/2016
Programa de Trabalho:
Unidade Gestora / Número:
Gestão / Número:
Número do Empenho:
Valor: 45.000,00 **Forma de Pagamento:** À Vista

Contratado: NILTON CANCELLI HECK JUNIOR
C.P.F.: 051.805.009-23
Modalidade: Outras Modalidades
Número da Licitação: 11/2016 **Número do Processo:** 11/2016 **Outra Entidade:** Não
Número do Contrato ou Aditivo: 15/2016
Fundamento Legal:
Objeto: CREDENCIAMENTO DE SERVIÇOS E PROCEDIMENTOS ESPECIALIZADOS CONFORME ANEXO:

Data da Assinatura: 26/04/2016
Data da Publicação no Diário Oficial:
Vigência: 26/04/2016 a 31/12/2016
Programa de Trabalho:
Unidade Gestora / Número:
Gestão / Número:
Número do Empenho:
Valor: 24.500,00 **Forma de Pagamento:** À Vista

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE MORRO DA FUMACA

Folha: 3/3

CNPJ: 10.598.648/0001-65
RUA 20 DE MAIO, 100
C.E.P.: 88830-000 - Morro da Fumaça - SC

Mês/Ano da Assinatura:
Abril/2016.

Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos

Contratado: MED SERVICE CONSULTAS AMBULATORIAIS
CNPJ: 16.735.354/0001-14
Modalidade: Outras Modalidades
Número da Licitação: 2/2016 **Número do Processo:** 2/2016 **Outra Entidade:** Não
Número do Contrato ou Aditivo: 16/2016
Fundamento Legal:
Objeto: CREDENCIAMENTO DE MÉDICOS ESPECIALISTAS conforme anexo.

Data da Assinatura: 27/04/2016
Data da Publicação no Diário Oficial: 10/05/2016
Vigência: 27/04/2016 a 31/12/2016
Programa de Trabalho:
Unidade Gestora / Número:
Gestão / Número:
Número do Empenho:
Valor: 49.500,00 **Forma de Pagamento:** À Vista

Contratado: LABORATÓRIO SANTA INÊS
CNPJ: 01.270.095/0001-26
Modalidade: Outras Modalidades
Número da Licitação: 17/2016 **Número do Processo:** 17/2016 **Outra Entidade:** Não
Número do Contrato ou Aditivo: 17/2016
Fundamento Legal:
Objeto: Seleção e possível contratação de entidades privadas prestadoras de serviços de saúde para o Grupo 02 - Procedimentos com Finalidade Diagnóstica; Sub Grupo 02 - Diagnóstico em Laboratório Clínico e Grupo 02 - Procedimentos com Finalidade Diagnóstica; discriminados na "Tabela de Procedimentos, Medicamentos, Órteses e Próteses e Materiais Especiais (OPM), disponível através do SIGTAP - Sistema de Gerenciamento da Tabela de Procedimentos do Sistema Único de Saúde - SUS", que se encontra disponível

Data da Assinatura: 27/04/2016
Data da Publicação no Diário Oficial: 10/05/2016
Vigência: 27/04/2016 a 31/12/2016
Programa de Trabalho:
Unidade Gestora / Número:
Gestão / Número:
Número do Empenho:
Valor: 65.000,00 **Forma de Pagamento:** À Vista

CONTRATOS ABR/2016 PMMF**ESTADO DE SANTA CATARINA**
PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRO DA FUMACA

Folha: 1/6

CNPJ: 83.000.323/0001-02
RUA 20 DE MAIO, 100
C.E.P.: 88830-000 - Morro da Fumaça - SC**Mês/Ano da Assinatura:**
Abril/2016.**Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos****Contratado:** BETHA SISTEMAS LTDA.**CNPJ:** 00.456.865/0001-67**Modalidade:** PREGÃO PRESENCIAL**Número da Licitação:** 79/2013**Número do Processo:** 79/2013**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 5-10/2014**Fundamento Legal:****Objeto:** AQUISIÇÃO DE SOFTWARES PARA FUNCIONAMENTO DE TODA A PREFEITURA conforme anexo.**Data da Assinatura:** 01/04/2016**Data da Publicação no Diário Oficial:** 10/05/2016**Vigência:** 01/04/2016 a 31/12/2016**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:** PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRO DA FUMACA / Nr.:**Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 7.273,60**Forma de Pagamento:****Contratado:** GP SINALIZACAO - INDUSTRIA E COMERCIO LTDA - EPP**CNPJ:** 09.314.355/0001-20**Modalidade:** Convite p/ Compras e Serviços**Número da Licitação:** 45/2016**Número do Processo:** 45/2016**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 34/2016**Fundamento Legal:****Objeto:** CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA SINALIZAÇÃO HORIZONTAL DE EIXO E BORDA FAIXAS DE PEDESTRE, LOMBADAS E DIZERES NA PISTA COM TINTA ACRILICA A BASE DE SOLVENTE CONFORME NBR 11862 COM MICRO ESFERAS DE VIDRO DROP-ON conforme anexo.**Data da Assinatura:** 01/04/2016**Data da Publicação no Diário Oficial:** 10/05/2016**Vigência:** 01/04/2016 a 31/12/2016**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 78.255,00**Forma de Pagamento:** PARCELADO

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRO DA FUMACA**

Folha: 2/6

CNPJ: 83.000.323/0001-02
RUA 20 DE MAIO, 100
C.E.P.: 88830-000 - Morro da Fumaça - SC

Mês/Ano da Assinatura:
Abril/2016.

Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos**Contratado:** RUBENS BIAZOTO DE SOUZA 02557114928**CNPJ:** 22.039.095/0001-90**Modalidade:****Número da Licitação:****Número do Processo:****Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 35/2016**Fundamento Legal:**

Objeto: a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA SERVIÇOS DE AUDITORIA DE VEÍCULOS APREENDIDOS COM DOSIE E REMOÇÃO, GUARDA E DEPOSITO DE VEÍCULOS AUTOMÓTORES APREENDIDOS OU RECOLHIDOS EM DECORRÊNCIA DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO, APLICAÇÃO DE MEDIDAS ADMINISTRATIVAS OU OUTRAS PENALIDADES, NOS TERMOS DA LEI MUNICIPAL Nº006/2016, no Município de Morro da Fumaça/SC.

Data da Assinatura: 04/04/2016**Data da Publicação no Diário Oficial:** 10/05/2016**Vigência:** 04/04/2016 a 31/12/2016**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 7.920,00**Forma de Pagamento:** PARCELADO**Contratado:** FAEPESUL**CNPJ:** 03.354.241/0001-27**Modalidade:** Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços**Número da Licitação:** 48/2016**Número do Processo:** 48/2016**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 36/2016**Fundamento Legal:**

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE CONCURSO PUBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS NO MUNICIPIO

Data da Assinatura: 07/04/2016**Data da Publicação no Diário Oficial:** 10/05/2016**Vigência:** 07/04/2016 a 31/12/2016**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 88.529,78**Forma de Pagamento:** À Vista

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRO DA FUMACA**

Folha: 3/6

CNPJ: 83.000.323/0001-02
RUA 20 DE MAIO, 100
C.E.P.: 88830-000 - Morro da Fumaça - SC

Mês/Ano da Assinatura:
Abril/2016.

Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos

Contratado: HELIO RECCO ME
CNPJ: 07.964.343/0001-15
Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
Número da Licitação: 44/2016 **Número do Processo:** 44/2016 **Outra Entidade:** Não
Número do Contrato ou Aditivo: 37/2016
Fundamento Legal:
Objeto: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE HORAS-MÁQUINAS, MATERIAL SAIBRO PARA AS ESTRADAS VICINAIS E TUBOS DE DRENOS, conforme anexo

Data da Assinatura: 08/04/2016
Data da Publicação no Diário Oficial: 10/05/2016
Vigência: 08/04/2016 a 31/12/2016
Programa de Trabalho:
Unidade Gestora / Número:
Gestão / Número:
Número do Empenho:
Valor: 288.000,00 **Forma de Pagamento:** PARCELADO

Contratado: JAZIDA AGUAS CLARAS LTDA ME
CNPJ: 15.238.155/0001-38
Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
Número da Licitação: 44/2016 **Número do Processo:** 44/2016 **Outra Entidade:** Não
Número do Contrato ou Aditivo: 38/2016
Fundamento Legal:
Objeto: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE HORAS-MÁQUINAS, MATERIAL SAIBRO PARA AS ESTRADAS VICINAIS E TUBOS DE DRENOS, conforme anexo

Data da Assinatura: 08/04/2016
Data da Publicação no Diário Oficial: 08/04/2016
Vigência: 08/04/2016 a 31/12/2016
Programa de Trabalho:
Unidade Gestora / Número:
Gestão / Número:
Número do Empenho:
Valor: 70.800,00 **Forma de Pagamento:** À Vista

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRO DA FUMACA**

Folha: 4/6

CNPJ: 83.000.323/0001-02
RUA 20 DE MAIO, 100
C.E.P.: 88830-000 - Morro da Fumaça - SC

Mês/Ano da Assinatura:
Abril/2016.

Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos**Contratado:** ADENIR A. MENEGON ME**CNPJ:** 00.196.198/0001-20**Modalidade:** PREGÃO PRESENCIAL**Número da Licitação:** 44/2016**Número do Processo:** 44/2016**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 39/2016**Fundamento Legal:****Objeto:** CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE HORAS-MÁQUINAS, MATERIAL SAIBRO PARA AS ESTRADAS VICINAIS E TUBOS DE DRENOS, conforme anexo**Data da Assinatura:** 08/04/2016**Data da Publicação no Diário Oficial:** 10/05/2016**Vigência:** 08/04/2016 a 31/12/2016**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 72.075,00**Forma de Pagamento:** À Vista**Contratado:** SIDEK SERVIÇOS DE ATERRO E ESCAVAÇÃO LTDA**CNPJ:** 95.865.788/0001-05**Modalidade:** Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia**Número da Licitação:** 46/2016**Número do Processo:** 46/2016**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 40/2016**Fundamento Legal:****Objeto:** CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA DRENAGEM PLUVIAL NO BAIRRO GRAZIELA NAS RUAS BEPE BERTAN, PLASCIDO PIVA, JOSÉ GOULART E RUA PROJETADA conforme anexo.**Data da Assinatura:** 20/04/2016**Data da Publicação no Diário Oficial:** 10/05/2016**Vigência:** 20/04/2016 a 31/12/2016**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 124.036,54**Forma de Pagamento:** À Vista

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRO DA FUMACA**

Folha: 5/6

CNPJ: 83.000.323/0001-02
RUA 20 DE MAIO, 100
C.E.P.: 88830-000 - Morro da Fumaça - SC

Mês/Ano da Assinatura:
Abril/2016.

Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos

Contratado: BCL EMPREENDIMENTOS LTDA
CNPJ: 12.218.083/0001-79
Modalidade: Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia
Número da Licitação: 41/2016 **Número do Processo:** 41/2016 **Outra Entidade:** Não
Número do Contrato ou Aditivo: 41/2016
Fundamento Legal:
Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PAVIMENTAÇÃO ASFALTICA DA ESTRADA MUNICIPAL TRANQUILO SARTOR conforme anexo

Data da Assinatura: 20/04/2016
Data da Publicação no Diário Oficial: 10/05/2016
Vigência: 20/04/2016 a 31/12/2016
Programa de Trabalho:
Unidade Gestora / Número:
Gestão / Número:
Número do Empenho:
Valor: 337.532,76 **Forma de Pagamento:** PARCELADO

Contratado: FORMULA TOPOGRAFIA LTDA - ME
CNPJ: 23.155.389/0001-40
Modalidade: Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia
Número da Licitação: 40/2016 **Número do Processo:** 40/2016 **Outra Entidade:** Não
Número do Contrato ou Aditivo: 42/2016
Fundamento Legal:
Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PAVIMENTAÇÃO DA RUA VALENTIM MARAGNO E DA RUA DONA EMILIA DA SILVA COM LAJOTAS SEXTAVADA DE CONCRETO conforme anexo.

Data da Assinatura: 20/04/2016
Data da Publicação no Diário Oficial: 20/04/2016
Vigência: 20/04/2016 a 31/12/2016
Programa de Trabalho:
Unidade Gestora / Número:
Gestão / Número:
Número do Empenho:
Valor: 184.635,51 **Forma de Pagamento:** PARCELADO

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRO DA FUMACA

Folha: 6/6

CNPJ: 83.000.323/0001-02
RUA 20 DE MAIO, 100
C.E.P.: 88830-000 - Morro da Fumaça - SC

Mês/Ano da Assinatura:
Abril/2016.

Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos

Contratado: GR CONSTRUÇÕES LTDA
CNPJ: 10.765.526/0001-16
Modalidade: Convite p/ Obras e Serv. Engenharia
Número da Licitação: 15/2016
Número do Contrato ou Aditivo: 1-07/2016
Fundamento Legal:
Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA A EXECUÇÃO DE MURO NA E.E.B. ZULEIMA BRUIGO GUGLIELMI conforme anexos.

Número do Processo: 15/2016
Outra Entidade: Não

Data da Assinatura: 29/04/2016
Data da Publicação no Diário Oficial: 10/05/2016
Vigência: 29/04/2016 a 31/12/2016
Programa de Trabalho:
Unidade Gestora / Número: PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRO DA FUMACA / Nr.:
Gestão / Número:
Número do Empenho:
Valor: 3.976,46
Forma de Pagamento: À Vista

Navegantes

PREFEITURA

ATA DE JULGAMENTO DE RECURSO REFERENTE CONCORRÊNCIA Nº 15/2016 PMN

ATA DE JULGAMENTO DE RECURSO REFERENTE CONCORRÊNCIA Nº 15/2016 PMN

Aos 07 dias de maio de 2016, às 15h50min, reuniu-se a comissão de licitação, designados pela Portaria número 1024 de 13/04/2016, com intuito de analisar e julgar o recurso ao Edital da Concorrência nº 15/2016, cujo OBJETO: CONCORRENCIA VISANDO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ENGENHARIA (COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS E MÃO DE OBRA) PARA EXECUÇÃO DA OBRA DE CONSTRUÇÃO DA CRECHE "PEDACINHO DO CÉU" LOCALIZADA NO BAIRRO MACHADOS MUNICIPIO DE NAVEGANTES/SC . Protocolado pela empresa HOEFT & HOEFT CONSTRUÇÕES CIVIS LTDA – CNPJ: 09.535.709/0001-45.

PRELIMINARMENTE

O presidente e os membros da comissão, ao receberem o recurso, verificaram que o mesmo foi protocolado tempestivamente no dia 05 de maio de 2016.

Em síntese, manifesta-se a empresa HOEFT & HOEFT, através de recurso datado de 05/05/2016, arguindo que na ATA de concorrência PMN 15/201 – II, lavrada em 05 de abril de 2016, deveriam ser apontadas eventuais inconsistências de documentos, o que não foi feito, já que não foi informada a falta de apresentação de declaração de Microempresa (ME) ou Empresa de Pequeno Porte (EPP) pela empresa Hoeft & Hoeft. Alega, também, excesso de formalismo, já que a empresa apresentou Certidão Simplificada oriunda da Junta Comercial e a documentação contábil, não necessitando a Declaração de Microempresa e Empresa de Pequeno Porte solicitada no Edital. Sendo assim, requer a empresa que a ATA Concorrência PMN nº15/2016 – IV, lavrada em 03 de maio de 2016 seja invalidada, e que sejam estabelecidos os benefícios da Lei Complementar 123/2006 a empresa Hoeft & Hoeft.

DA DECISÃO

Diante do que foi exposto, a comissão de licitação, decide pela improcedência o presente recurso, pelos fundamentos que segue: O item 3.2 do edital do presente recurso dispõe que:

3.2 Para comprovação de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, o licitante deverá apresentar CERTIDÃO SIMPLIFICADA expedida pela Junta Comercial e DECLARAÇÃO DEVIDAMENTE ASSINADA POR PESSOA RESPONSÁVEL DE QUE A EMPRESA É MICRO OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE NA QUAL MENCIONA QUE FAZ JUS AO BENEFÍCIO CONTIDO NA LEI COMPLEMENTAR 123/2006. Documento este que é legalmente previsto, conforme artigo 13, §2º, do Decreto Federal nº8.538 de outubro de 2015, que regulamenta o tratamento favorecido, diferenciado e simplificado para microempresa, empresas de pequeno porte, dentre outros, nas contratações públicas de bens, serviços e obras, conforme segue:

Art. 13. Para fins do disposto neste Decreto, o enquadramento como:

I - microempresa ou empresa de pequeno porte se dará nos termos do art. 3º, caput, incisos I e II, e § 4º da Lei Complementar nº 123, de 2006;

[...]

§ 2º Deverá ser exigida do licitante a ser beneficiado a declaração,

sob as penas da lei, de que cumpre os requisitos legais para a qualificação como microempresa ou empresa de pequeno porte, microempreendedor individual, produtor rural pessoa física, agricultor familiar ou sociedade cooperativa de consumo, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos art. 42 ao art. 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006.

Como se pode observar, esta declaração é legalmente exigida, não configurando excesso de formalismo. É importante lembrar que esta declaração é uma garantia à Administração Pública, visto que eventuais mudanças na empresa podem ocorrer, não mais se enquadrando como ME ou EPP, e a apresentação da Certidão Simplificada não mostrará a mudança que seria posterior à Certidão. Sendo assim, a declaração responsabiliza o licitante numa eventual mudança que poderia ter acontecido, visto que, a declaração assinada é de data próxima à licitação e a Certidão Simplificada não.

Outra questão a ser verificada, diz à respeito do não apontamento em Ata da falta de apresentação da declaração de habilitação. Diante do questionamento é importante citar o item 3.7 previsto no edital, que diz:

3.7 A incorreção de quaisquer dos documentos de credenciamento não impedirá a participação do licitante no presente certame, porém impedirá o seu representante de se manifestar e praticar qualquer dos atos inerentes ao procurador da empresa durante a sessão.

Verifica-se, aqui, que o documento não desabilita a empresa na participação do certame, apenas, impossibilita a mesma de usufruir do benefício. Importante frisar que o referido documento não poderia ser apresentado após a abertura dos envelopes, o que não poderia ser alegado no recurso de habilitação, ou seja, na ata foram apresentados os motivos da inabilitação.

No mesmo diapasão, explica Marçal Justen Filho:

“se o ato convocatório impuser qualificação específica para a fruição do benefício, a empresa que deixar de atender à exigência previamente não poderá fazê-lo posteriormente. Nesse caso, presumir-se-á a renúncia pelo interessado do direito à preferência consagrada na LC nº 123/2006”.

É de suma importância salientar que de acordo com a modalidade da licitação em questão, Concorrência pelo tipo Menor Preço, foi dado o prazo de 30 dias para impugnação do instrumento convocatório, segundo dispõe o artigo 21, §2º, inciso II, alínea a, que diz:

Art. 21. Os avisos contendo os resumos dos editais das concorrências, das tomadas de preços, dos concursos e dos leilões, embora realizados no local da repartição interessada, deverão ser publicados com antecedência, no mínimo, por uma vez:

[...]

§ 2º O prazo mínimo até o recebimento das propostas ou da realização do evento será:

[...]

II - trinta dias para:

a) concorrência, nos casos não especificados na alínea "b" do inciso anterior;

Aos licitantes inconformados com alguma irregularidade do edital, deveria impugnar o mesmo no prazo de até 2 dias úteis antes da data fixada para recebimento das propostas, previsto no item 8.1.1

do edital.

Se observado pela empresa possível excesso de formalismo no edital, o mesmo deveria ser impugnado pelo licitante no prazo previsto, além do que, a participação da proponente na licitação implica a aceitação de todos os termos do edital, segundo dispõe o item 15.25.

Após o prazo legal, não poderá ser reconhecida qualquer impugnação ao edital prevê o item 8.4

É de suma importância salientar que foram respeitados todos os princípios administrativos, dentre eles vale citar o da Publicidade, onde todos os atos foram publicados para ciência dos participantes, e o da legalidade, estando todos os atos praticados em conformidade com as leis e princípios administrativos.

Diante do que foi exposto, esta comissão decide pela improcedência do pedido, e em atenção ao Art. 109, § 4º, da Lei 8.666/93, encaminham-se à autoridade superior, para sua análise e superior decisão.

Publique-se

É a decisão.

Navegantes, 07 de maio de 2016.

ELLINTON PEDRO DE SOUZA

Presidente

Membros:

FERNANDA HASSMANN CONSTÂNCIO

LEILA MENGARDA

PEDRO PAULO DA COSTA

BARBARA ANDRESSA GARCIA

Ratificando:

NADIA BRAZ BINS

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO

ATA JULGAMENTO RECURSO PREGÃO 03/2016 FMC CARLA PATRICIA

ATA DE JULGAMENTO DE RECURSO REFERENTE AO CONCURSO Nº 3/2016 FMC

Aos 06 dias de maio de 2016, às 8h30min, reuniram-se o Presidente da Comissão e a Comissão, designados pela Portaria número 1024 de 13/04/2016, com intuito de analisar e julgar o recurso ao Edital do CONCURSO nº 3/2016, cujo OBJETO: CONCURSO VISANDO A SELEÇÃO DE ARTES VISUAIS PARA COMPOR A PROGRAMAÇÃO DA GALERIA DE ARTES ELSON RENATO DOS SANTOS, VULGO "JACARÉ", REALIZADO PELA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA DE NAVEGANTES/SC

Protocolado pela senhora CARLA PATRÍCIA MOREIRA

PRELIMINARMENTE

O Presidente e a Comissão, ao receber o recurso, verificou que o mesmo foi protocolado tempestivamente em 05/05/2016.

Em síntese, manifesta-se a senhora Carla Patrícia Moreira através de recurso, arguindo um erro de interpretação do edital, do qual, gerou a inabilitação da mesma, por este motivo, requer que seja reabilitada no certame.

DECISÃO

Em suma, o recurso apresentado NÃO merece provimento, pois a Licitante não atendeu as exigências do edital item 5.3:

5. DA HABILITAÇÃO

5.6.1 Certidão Negativa de Falência, Concordata ou Recuperação Judicial expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, com data de emissão não superior a 60 (sessenta) dias, quando não constar expressamente no corpo da Certidão o prazo de validade da mesma.

É importante lembrar que todos os princípios foram respeitados pela administração, citando em especial o Princípio da Publicidade, onde todos os atos foram publicados, estando à disposição de todos os licitantes.

Por esse motivo, também é dever desta administração, obediência ao Princípio da Vinculação ao Ato Convocatório, estando esta, estritamente vinculada ao edital, devendo ser cumpridos todos os requisitos por ele exigidos.

Diante do exposto decide-se que o presente recurso está INDEFERIDO.

Mantem-se a inabilitação da licitante Carla Patrícia Moreira.

Mantem-se a abertura dos envelopes de propostas para o dia 06/05/2016.

Publique-se;

É a decisão. Navegantes, 06 de maio de 2016.

ELLINTON PEDRO DE SOUZA

Presidente

Membros:

FERNANDA HASSMANN CONSTÂNCIO

LEILA MENGARDA

PEDRO PAULO DA COSTA

BARBARA ANDRESSA GARCIA

Ratificando:

NADIA BRAZ BINS

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO

ATA JULGAMENTO RECURSO PREGÃO 03/2016 FMC LUCIA REIS

ATA DE JULGAMENTO DE RECURSO REFERENTE AO CONCURSO Nº 3/2016 FMC

Aos 10 dias de maio de 2016, às 9h10min, reuniram-se o Presidente e os membros da Comissão, designados pela Portaria número 1024 de 13/04/2016, com intuito de analisar e julgar o recurso ao Edital do CONCURSO nº 3/2016, cujo OBJETO: CONCURSO VISANDO A SELEÇÃO DE ARTES VISUAIS PARA COMPOR A PROGRAMAÇÃO DA GALERIA DE ARTES ELSON RENATO DOS SANTOS, VULGO "JACARÉ", REALIZADO PELA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA DE NAVEGANTES/SC

Protocolado pela senhora Lúcia Reis

PRELIMINARMENTE

O Presidente e a Comissão, ao receber o recurso, verificou que o mesmo foi protocolado tempestivamente em 06/05/2016.

Em síntese, manifesta-se a senhora Lúcia Reis através de recurso, arguindo falha de diagramação da ficha da inscrição, tornando ilegível a solicitação do breve currículo do artista, o que gerou a inabilitação da mesma, por este motivo, requer que seja reabilitada no certame.

DECISÃO

Em suma, o recurso apresentado NÃO merece provimento, pois a Licitante não atendeu as exigências do edital item 5.3:

5. DA HABILITAÇÃO

5.1 A proponente deverá apresentar o envelope nº 01 "HABILITAÇÃO", em 01 (uma) via contendo os seguintes documentos:

a) Ficha de inscrição preenchida e assinada e firma reconhecida em cartório (Anexo I);

5.3 A falta de qualquer dos documentos relacionados na alínea anterior, ou a irregularidade em algum deles, acarretará a inabilitação do candidato e sua consequente exclusão do processo seletivo.

É importante lembrar que todos os princípios foram respeitados pela administração, citando em especial o Princípio da Publicidade, onde todos os atos foram publicados, estando à disposição de todos os licitantes.

Por esse motivo, também é dever desta administração, obediência ao Princípio da Vinculação ao Ato Convocatório, estando esta, estritamente vinculada ao edital, devendo ser cumpridos todos os requisitos por ele exigidos.

Importante salientar que a falta de legibilidade não se configura, visto ser um documento digital, utilizado com as mesmas fontes e o mesmo tamanho dos outros requisitos da ficha de inscrição, estando visível a todos. A falta de linhas também não pode ser arguida, pois, as informações poderiam ser preenchidas abaixo ou até mesmo numa folha à parte, sendo anexada na ficha de inscrição.

Diante do exposto decide-se que o presente recurso está INDEFERIDO.

Mantem-se a inabilitação da licitante Lúcia Reis.

Publique-se;

É a decisão. Navegantes, 10 de maio de 2016.

ELLINTON PEDRO DE SOUZA - Presidente

Membros:

FERNANDA HASSMANN CONSTÂNCIO

LEILA MENGARDA

PEDRO PAULO DA COSTA

BARBARA ANDRESSA GARCIA

Ratificando: NADIA BRAZ BINS - SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL 01/2016 FMAS

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES

PREGÃO PRESENCIAL Nº 01/2016 FMAS

Comunica na forma da Lei 8.666/93 e suas alterações, que se encontra aberto o processo licitatório para: OBJETO: REGISTRO DE PREÇO VISANDO AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PERECÍVEIS (HORTIFRUTIGRANJEIROS) PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA INSTITUIÇÃO DE ACOLHIMENTO MUNICIPAL, ATRAVÉS DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES/SC. Data da entrega dos envelopes: 30/05/2016 até às 8h50. Abertura envelopes: 30/05/2016 às 9h. O Edital na íntegra se encontra à disposição na Rua João Emílio nº.100 em Navegantes/SC ou no site: www.navegantes.sc.gov.br link fornecedor. Navegantes, 11 de MAIO de 2016. ROBERTO CARLOS DE SOUZA - Prefeito.

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL 07/2016 FUNREBOM

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES

PREGÃO PRESENCIAL Nº 07/2016 FUNREBOM

Comunica na forma da Lei 8.666/93 e suas alterações, que se encontra aberto o processo licitatório para o OBJETO: PREGÃO PRESENCIAL VISANDO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TELEFONIA MÓVEL, COM FORNECIMENTO DE EQUIPAMENTOS (APARELHOS TELEFÔNICOS

CELULARES) EM REGIME DE COMODATO, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA 2ª CIA DO 7º BATALHÃO DO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES/SC. Data da entrega dos envelopes: 24/05/2016 até às 08h50. Abertura envelopes: 24/05/2016 às 09h00. O Edital na íntegra se encontra à disposição na Rua João Emílio nº.100 em Navegantes/SC ou no site: www.navegantes.sc.gov.br link fornecedor. Navegantes, 09 de MAIO de 2016. ROBERTO CARLOS DE SOUZA - Prefeito.

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL 12/2016 FMS

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES

PREGÃO PRESENCIAL Nº 012/2016 FMS

Comunica na forma da Lei 8.666/93 e suas alterações, que se encontra aberto o processo licitatório para o OBJETO: REGISTRO DE PREÇO VISANDO A AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS (MICROCHIPS PARA IDENTIFICAÇÃO ELETRÔNICA DE ANIMAL) VISANDO ATENDER AS NECESSIDADES DO DEPARTAMENTO DE BEM ESTAR ANIMAL, ATRAVÉS DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE NAVEGANTES S/C. Data da entrega dos envelopes: 25/05/2016 até às 08h50. Abertura envelopes: 25/05/2016 às 09h00. O Edital na íntegra se encontra à disposição na Rua João Emílio nº.100 em Navegantes/SC ou no site: www.navegantes.sc.gov.br link fornecedor. Navegantes, 11 de MAIO de 2016. ROBERTO CARLOS DE SOUZA - Prefeito.

DECISÃO EM RECURSO CONCORRÊNCIA Nº 15/2016

DECISÃO EM RECURSO

CONCORRÊNCIA Nº 15/2016

REF.: Recurso interposto pela empresa HOEFT & HOEFT CONSTRUÇÕES CIVIS LTDA – CNPJ: 09.535.709/0001-45.

Relativamente à decisão exarada pela Comissão Permanente de Licitação, datado de 07/05/2016, recebo o Recurso interposto pela empresa HOEFT & HOEFT CONSTRUÇÕES CIVIS LTDA. considerando ter sido apresentado de forma tempestiva, para negar-lhe provimento, mantendo a decisão da comissão permanente.

Comunique-se a Recorrente da decisão tomada, bem como às demais interessadas do certame.

Navegantes, 07 de maio de 2016.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

Prefeito Municipal

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 13/2016.

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 13/2016 PMN

O MUNICÍPIO DE NAVEGANTES torna pública a Ata de Registro de Preços nº 13/2016, relativa ao Pregão Presencial nº 13/2016 - contendo os preços registrados pela empresa abaixo:

Objeto: REGISTRO DE PREÇO VISANDO AQUISIÇÃO DE PRODUTOS (GENÉRIOS ALIMENTÍCIOS PERECÍVEIS E NÃO PERECÍVEIS) DESTINADOS AO PROGRAMA DE ATENÇÃO AO IDOSO (PAI) ATRAVÉS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES/SC, conforme Pregão Presencial nº13/2016.

Fornecedor: Fafes Comercio de Alimentos Ltda

Valor: R\$ 21.112,00

Fornecedor: Tecnoal Comercial Distribuidora Ltda

Valor: R\$ 101.693,20

Vigência: 31/12/2016.

A ata está disponível no Departamento de Licitações.

Informações: tel.: (47) 3342-9500.

Navegantes, 25 de abril de 2016.

Nova Trento

PREFEITURA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 020/2016

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 020/2016

PROCESSO Nº 043/2016 – PREGÃO PRESENCIAL Nº 032/2016

Aos 09 dias do mês de maio de 2016, na sede da Prefeitura Municipal de Nova Trento, situada na Praça del Comune, nº 126, Centro, em Nova Trento/SC, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial – Registro de Preços, na Ata de julgamento de preços, homologada em 09/05/2016, RESOLVE registrar os preços das empresas vencedoras do certame citado, nas quantidades estimadas, de acordo com a classificação por elas alcançadas, atendendo as condições previstas no Edital de Licitação e seus Anexos, e em conformidade com as seguintes disposições a seguir: OBJETO: A presente Ata tem por objeto o Registro de Preços para a aquisição parcelada de grades para bocas de lobo de ferro fundido, para atender as necessidades da Secretaria de Transportes, Obras, Serviços Urbanos e Planejamento, conforme características, especificações e quantidades constantes do Edital, tipo menor preço por item.

As Licitantes registradas para os materiais cotados são:

INDÚSTRIA E COMÉRCIO METALÚRGICA FERMAR LTDA ME (CNPJ Nº 83.822.155/0001-30)

Item	Unid.	Especificação	Quant.	Valor Unitário	Valor Total
1	Unid.	Grade de ferro fundido nas medidas 40x70x-05cm e 5,5x15cm de vão entre barras. Peso aproximado de 21 kg cada grade.	600	117,00	70.200,00
2	Unid.	Grade de ferro fundido nas medidas 0,50x1,10MT- com 5cm de altura.	200	335,00	67.000,00
3	Unid.	Grade de ferro fundido nas medidas 55x75CM - com 5 cm de altura.	200	210,00	42.000,00
4	Unid.	Grade de ferro fundido nas medidas 51x23CM - com 5cm de altura.	200	100,00	20.000,00

Valor Total homologado ao Licitante: R\$ 199.200,00 (Cento e noventa e nove mil e duzentos reais).

Este instrumento não obriga o Município a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para o fornecimento, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurado ao detentor do registro preferência de fornecimento, em igualdade de condições, nos termos do art. 15, parágrafo 4º da lei 8.666/93; VIGÊNCIA: A presente ATA vigorará por 12 (doze) meses. ENTREGA: Os produtos deverão ser entregues conforme a necessidade da municipalidade. Após efetuada a solicitação, os produtos deverão ser entregues no prazo máximo de 10 (dez) dias, em horário de expediente, nas condições estipuladas no presente Edital e seus anexos.

Nova Trento, 09 de maio de 2016.

APRIGIO JOSÉ BOTAMELI

Pregoeiro

PORTARIA Nº 398/2016

PORTARIA Nº 398/ 2016

Nomeação/ Posse/ Exercício

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe confere o art. 94, XII, da Lei Orgânica Municipal, de 04 de abril de 1990,

RESOLVE:

Art. 1º - NOMEAR pelo Decreto nº 130/2016, de 28/04/2016 – através de Concurso Público – Edital nº 003/2015, de 10/08/2015, ELIESER LENO DE QUADROS, matrícula nº 7184, no Cargo de Provimento Efetivo de Médico, com 40 (quarenta) horas semanais, do Quadro de Pessoal Efetivo da Administração Direta desta Prefeitura, e EMPOSSAR em 02 de maio de 2016.

Art. 2º - ATRIBUIR exercício na Unidade Sanitária Claraíba, a partir de 02 de maio de 2016.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 02 de maio de 2016.

Gian Francesco Voltolini

Prefeito Municipal

Registrado a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios

DOM/SC

Adérico Edílio Dalri
Secretário Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 399/2016

PORTARIA Nº 399/ 2016

Nomeação/ Posse/ Exercício

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe confere o art. 94, XII, da Lei Orgânica Municipal, de 04 de abril de 1990,

RESOLVE:

Art. 1º - NOMEAR pelo Decreto nº 126/2016, de 27/04/2016 – através de Concurso Público – Edital nº 002/2015, de 24/05/2015, LAISY ALBANAS DAVID, matrícula nº 7185, no Cargo de Provimento Efetivo de Cirurgião Dentista, com 40 (quarenta) horas semanais, do Quadro de Pessoal Efetivo da Administração Direta desta Prefeitura, e EMPOSSAR em 02 de maio de 2016.

Art. 2º - ATRIBUIR exercício na Unidade Sanitária Agutí, a partir de 02 de maio de 2016.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 02 de maio de 2016.

Gian Francesco Voltolini
Prefeito Municipal

Registrado a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios
DOM/SC

Adérico Edílio Dalri
Secretário Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 400/2016

Portaria Nº 400/ 2016

Nomeação/ Posse/ Exercício

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe confere o artigo 94, inciso XII, da Lei Orgânica Municipal, de 04 de abril de 1990, combinado com os artigos 12 e 20, da Lei Municipal nº 1.207/1992,

RESOLVE:

Art. 1º - NOMEAR pelo Decreto nº 130/2016, de 28/04/2016 – através de Concurso Público – Edital nº 002/2015, realizado em 24/05/2015, PAMELA JANAINA FREESE, matrícula nº 7186, no Cargo de Provimento Efetivo de ATENDENTE DE CRECHE, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura, com 40 (quarenta) horas semanais, e POSSE em 02 de maio de 2016.

Art. 2º - ATRIBUIR exercício no Centro Municipal de Educação Infantil Padre Rossi - Centro, a partir de 02/05/2016.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 02 de maio de 2016.

Gian Francesco Voltolini
Prefeito Municipal

Registrado a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios
DOM/SC

Adérico Edílio Dalri
Secretário Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 405/2016

PORTARIA Nº 405/ 2016

Nomeação/ Posse/ Exercício

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe confere o art. 94, XII, da Lei Orgânica Municipal, de 04 de abril de 1990,

RESOLVE:

Art. 1º - NOMEAR pelo Decreto nº 134/2016, de 02/05/2016 – através de Concurso Público – Edital nº 003/2015, de 10/08/2015, ANTONI MARCHIORI, matrícula nº 7191, no Cargo de Provimento Efetivo de Motorista I, com 40 (quarenta) horas semanais, do Quadro de Pessoal Efetivo da Administração Direta desta Prefeitura, e EMPOSSAR em 03 de maio de 2016.

Art. 2º - ATRIBUIR exercício na Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário, a partir de 03 de maio de 2016.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 03 de maio de 2016.

Gian Francesco Voltolini

Prefeito Municipal

Registrado a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios
DOM/SC

Adérico Edílio Dalri

Secretário Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 406/2016

PORTARIA Nº 406/ 2016

Nomeação/ Posse/ Exercício

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe confere o art. 94, XII, da Lei Orgânica Municipal, de 04 de abril de 1990,

RESOLVE:

Art. 1º - NOMEAR pelo Decreto nº 134/2016, de 02/05/2016 – através de Concurso Público – Edital nº 002/2015, de 24/05/2015, VILI FRANCISCO GIACOMINI, matrícula nº 7192, no Cargo de Provimento Efetivo de Motorista de Transporte Escolar, com 40 (quarenta) horas semanais, do Quadro de Pessoal Efetivo da Administração Direta desta Prefeitura, e EMPOSSAR em 03 de maio de 2016.

Art. 2º - ATRIBUIR exercício na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 03 de maio de 2016.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 03 de maio de 2016.

Gian Francesco Voltolini

Prefeito Municipal

Registrado a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios
DOM/SC

Adérico Edílio Dalri

Secretário Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 407/2016

PORTARIA Nº 407/ 2016

Conversão em Dinheiro de 1/3 de Férias

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe confere os incisos I, VII e XII, do artigo 94, da Lei Orgânica Municipal de 04/04/1990 e de acordo com o que determina o artigo 75, da Lei nº 1.207, de 30 de agosto de 1992 (Estatuto do Servidor Público Municipal),

RESOLVE:

CONCEDER 1/3 de férias convertidas em dinheiro, no mês de Maio/2016, ao Servidor Público Municipal SAULO ROBERTO VOLTOLINI, matrícula nº 4465, ocupante do cargo de Provimento em Comissão de Secretário, com 40 (quarenta) horas semanais, atuante na Secretaria

Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário, do Quadro de Servidores Comissionados deste Órgão Público Municipal, Município de Nova Trento, relativo ao período aquisitivo de 05/03/2013 a 04/03/2014.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, em 03 de maio de 2016.
Gian Francesco Voltolini
Prefeito Municipal

Registrado a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios DOM/SC

Adérico Edílio Dalri
Secretário Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 409/2016

PORTARIA Nº 409/ 2016

Admissão em Caráter Temporário

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe confere o art. 94, XII, da Lei Orgânica Municipal de 04/04/90, e de acordo com o que determina o art. 37, IX, da CRFB/88 e amparado na Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro de 2014,

RESOLVE:

ADMITIR em Caráter Temporário, através do Processo Seletivo Simplificado, Edital nº 001/2016, de 20/01/2016, convocado conforme Decreto nº 127/2016, LEONARDO JOÃO BONECHER, matrícula nº 7193, para exercer o cargo de Motorista II, com 40 (quarenta) horas semanais, na Secretaria Municipal de Transportes, Obras, Serviços Urbanos e Planejamento, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento, a contar de 02 de maio de 2016 a 28 de outubro de 2016, por motivo de vaga excedente, bem como por motivo de excepcional interesse público, consoante o art. 2º, da Lei Municipal nº 2.553/2014.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, em 03 de maio de 2016.
Gian Francesco Voltolini
Prefeito Municipal

Registrado a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios DOM/SC

Adérico Edílio Dalri
Secretário Municipal de Administração e Finanças

CONTRATO SP//2016

CONTRATO DE TRABALHO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

O Município de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF nº 82.925.025/0001-60, cuja Prefeitura se localiza na Rua Santo Inácio, 126, na cidade de Nova Trento, doravante denominado MUNICÍPIO, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, GIAN FRANCESCO VOLTOLINI, brasileiro, casado, portador do CPF nº 032.953.809-88, RG nº 3573471, residente e domiciliado na Rua Santo Inácio, nº 202, Bairro Centro, na cidade de Nova Trento/SC, autorizado pela Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro 2014, e o Senhor LEONARDO JOÃO BONECHER, brasileiro, solteiro, residente e domiciliado na Rua Pedro Piffer, Bairro Frederico, Município de Nova Trento, portador do CPF nº 072.242.159-10, firmam o presente CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, observado o disposto na Lei acima mencionada e o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO REGIME DO CONTRATO

Este contrato vincula o Município e o Contratado ao Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a execução pelo contratado das atribuições no cargo de Motorista II, com 40 (quarenta) horas semanais, na Secretaria Municipal de Transportes, Obras, Serviços Urbanos e Planejamento, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA REMUNERAÇÃO MENSAL

O contratado, durante a vigência deste contrato, fará jus a remuneração mensal no valor de R\$ 1.544,48 (hum mil quinhentos e quarenta e quatro reais e quarenta e oito centavos), pagos na mesma data a que tem direito os Servidores Públicos Municipais efetivos e sujeita aos mesmos reajustes ou aumentos, equivalentes ao vencimento do cargo referido na cláusula Segunda deste contrato.

CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO CONTRATUAL

Este contrato é firmado para o período de 06 (seis) meses, iniciando em 02 de maio de 2016 a 28 de outubro de 2016, data da assinatura deste instrumento.

CLÁUSULA QUINTA - DA RESCISÃO

Este contrato poderá ser rescindido:

I – pelo término do prazo ou conclusão do serviço;

II – pela resolução motivada por descumprimento das obrigações do contratado, sempre que do processo disciplinar resultar pena de demissão;

III – pela rescisão unilateral imotivada, por iniciativa do contratado, mediante prévio aviso de 30

(trinta) dias, sob pena de multa equivalente a um terço da remuneração mensal;

IV – pela rescisão unilateral motivada por conveniência da Administração, independente de aviso;

V – por distrato, independentemente de condições ou prazos;

VI – pelo falecimento do contratado.

CLÁUSULA SEXTA – DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

As responsabilidades e obrigações do contratado são as determinadas pela Secretaria Municipal de Transportes, Obras, Serviços Urbanos e Planejamento.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA JORNADA DIÁRIA DE TRABALHO

O contratado cumprirá jornada de trabalho de 08 (oito) horas diárias, totalizando 40 (quarenta) horas semanais, obedecidos o início, intervalos e término fixados pela Secretaria Municipal de Transportes, Obras, Serviços Urbanos e Planejamento.

CLÁUSULA OITAVA – DA CONTRATAÇÃO

O presente contrato fica regulado pelo regime estatutário, Lei Municipal nº 1.207/92.

CLÁUSULA NONA – DO FORO

Para solução das questões provenientes deste contrato, as partes elegem o foro da Comarca de São João Batista, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Contratados na forma que ficou expressa, Município e Contratado assinam este instrumento em duas vias de igual teor e forma, com as testemunhas abaixo identificadas e qualificadas.

Nova Trento, em 02 de maio de 2016.

Gian Francesco Voltolini

Leonardo João Bonecher

Prefeito Municipal

Contratado

Registrado e publicado o presente contrato, em 02 de maio de 2016.

Adérico Edílio Dalri

Secretário Municipal de Administração e Finanças

TESTEMUNHA:

Miliani Piffer Mazzola

Diretora do Departamento de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 410/2016

PORTARIA Nº 410/ 2016

Admissão em Caráter Temporário

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe confere o art. 94, XII, da Lei Orgânica Municipal de 04/04/90, e de acordo com o que determina o art. 37, IX, da CRFB/88 e amparado na Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro de 2014,

RESOLVE:

ADMITIR em Caráter Temporário, através do Processo Seletivo Simplificado, Edital nº 001/2016, de 20/01/2016, convocado conforme Decreto nº 127/2016, AFONSO DELL'AGNOLO, matrícula nº 7194, para exercer o cargo de Motorista II, com 40 (quarenta) horas semanais, na Secretaria Municipal de Transportes, Obras, Serviços Urbanos e Planejamento, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento, a contar de 02 de maio de 2016 a 28 de outubro de 2016, por motivo de vaga excedente, bem como por motivo de excepcional interesse público, consoante o art. 2º, da Lei Municipal nº 2.553/2014.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, em 03 de maio de 2016.

Gian Francesco Voltolini

Prefeito Municipal

Registrado a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios DOM/SC

Adérico Edílio Dalri

Secretário Municipal de Administração e Finanças

CONTRATO SP//2016

CONTRATO DE TRABALHO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

O Município de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF nº 82.925.025/0001-60, cuja Prefeitura se localiza na Rua Santo Inácio, 126, na cidade de Nova Trento, doravante denominado MUNICÍPIO, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, GIAN FRANCESCO VOLTOLINI, brasileiro, casado, portador do CPF nº 032.953.809-88, RG nº 3573471, residente e domiciliado na Rua Santo Inácio, nº 202, Bairro Centro, na cidade de Nova Trento/SC, autorizado pela Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro 2014, e o Senhor AFONSO DELL'AGNOLO, brasileiro, casado, residente e domiciliado na Est. Geral de São Valentin, s/n, Bairro São Valentin, Município de Nova Trento, portador do CPF nº 646.837.299-20, firmam o presente CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, observado o disposto na Lei acima mencionada e o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO REGIME DO CONTRATO

Este contrato vincula o Município e o Contratado ao Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a execução pelo contratado das atribuições no cargo de Motorista II, com 40 (quarenta) horas semanais, na Secretaria Municipal de Transportes, Obras, Serviços Urbanos e Planejamento, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA REMUNERAÇÃO MENSAL

O contratado, durante a vigência deste contrato, fará jus a remuneração mensal no valor de R\$ 1.544,48 (hum mil quinhentos e quarenta e quatro reais e quarenta e oito centavos), pagos na mesma data a que tem direito os Servidores Públicos Municipais efetivos e sujeita aos mesmos reajustes ou aumentos, equivalentes ao vencimento do cargo referido na cláusula Segunda deste contrato.

CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO CONTRATUAL

Este contrato é firmado para o período de 06 (seis) meses, iniciando em 02 de maio de 2016 a 28 de outubro de 2016, data da assinatura deste instrumento.

CLÁUSULA QUINTA - DA RESCISÃO

Este contrato poderá ser rescindido:

I – pelo término do prazo ou conclusão do serviço;

II – pela resolução motivada por descumprimento das obrigações do contratado, sempre que do processo disciplinar resultar pena de demissão;

III – pela rescisão unilateral imotivada, por iniciativa do contratado, mediante prévio aviso de 30

(trinta) dias, sob pena de multa equivalente a um terço da remuneração mensal;

IV – pela rescisão unilateral motivada por conveniência da Administração, independente de aviso;

V – por distrato, independentemente de condições ou prazos;

VI – pelo falecimento do contratado.

CLÁUSULA SEXTA – DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

As responsabilidades e obrigações do contratado são as determinadas pela Secretaria Municipal de Transportes, Obras, Serviços Urbanos e Planejamento.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA JORNADA DIÁRIA DE TRABALHO

O contratado cumprirá jornada de trabalho de 08 (oito) horas diárias, totalizando 40 (quarenta) horas semanais, obedecidos o início, intervalos e término fixados pela Secretaria Municipal de Transportes, Obras, Serviços Urbanos e Planejamento.

CLÁUSULA OITAVA – DA CONTRATAÇÃO

O presente contrato fica regulado pelo regime estatutário, Lei Municipal nº 1.207/92.

CLÁUSULA NONA – DO FORO

Para solução das questões provenientes deste contrato, as partes elegem o foro da Comarca de São João Batista, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Contratados na forma que ficou expressa, Município e Contratado assinam este instrumento em duas vias de igual teor e forma, com as testemunhas abaixo identificadas e qualificadas.

Nova Trento, em 02 de maio de 2016.

Gian Francesco Voltolini

Afonso Dell'Agnolo

Prefeito Municipal

Contratado

Registrado e publicado o presente contrato, em 02 de maio de 2016.

Adérico Edílio Dalri

Secretário Municipal de Administração e Finanças

TESTEMUNHA:

Miliani Piffer Mazzola

Diretora do Departamento de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 411/2016

PORTARIA Nº 411/ 2016

Admissão em Caráter Temporário

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe confere o art. 94, XII, da Lei Orgânica Municipal de 04/04/90, e de acordo com o que determina o art. 37, IX, da CRFB/88 e amparado na Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro de 2014,

RESOLVE:

ADMITIR em Caráter Temporário, através do Processo Seletivo Simplificado, Edital nº 001/2016, de 20/01/2016, convocado conforme Decreto nº 127/2016, REGINALDO EDESIO SILVA, matrícula nº 7195, para exercer o cargo de Motorista II, com 40 (quarenta) horas semanais, na Secretaria Municipal de Transportes, Obras, Serviços Urbanos e Planejamento, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento, a contar de 02 de maio de 2016 a 28 de outubro de 2016, por motivo de vaga excedente, bem como por motivo de excepcional interesse público, consoante o art. 2º, da Lei Municipal nº 2.553/2014.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, em 03 de maio de 2016.

Gian Francesco Voltolini

Prefeito Municipal

Registrado a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios DOM/SC

Adérico Edílio Dalri

Secretário Municipal de Administração e Finanças

CONTRATO SP//2016

CONTRATO DE TRABALHO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

O Município de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF nº 82.925.025/0001-60, cuja Prefeitura se localiza na Rua Santo Inácio, 126, na cidade de Nova Trento, doravante denominado MUNICÍPIO, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, GIAN FRANCESCO VOLTOLINI, brasileiro, casado, portador do CPF nº 032.953.809-88, RG nº 3573471, residente e domiciliado na Rua Santo Inácio, nº 202, Bairro Centro, na cidade de Nova Trento/SC, autorizado pela Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro 2014, e o Senhor REGINALDO EDESIO SILVA, brasileiro, solteiro, residente e domiciliado na Rua Marema, nº 97, Bairro Ponta Fina Norte, Município de Nova Trento, portador do CPF nº 037.004.089-94, firmam o presente CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, observado o disposto na Lei acima mencionada e o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO REGIME DO CONTRATO

Este contrato vincula o Município e o Contratado ao Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a execução pelo contratado das atribuições no cargo de Motorista II, com 40 (quarenta) horas semanais, na Secretaria Municipal de Transportes, Obras, Serviços Urbanos e Planejamento, do Quadro de Pessoal da Administração

Direta desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA REMUNERAÇÃO MENSAL

O contratado, durante a vigência deste contrato, fará jus a remuneração mensal no valor de R\$ 1.544,48 (hum mil quinhentos e quarenta e quatro reais e quarenta e oito centavos), pagos na mesma data a que tem direito os Servidores Públicos Municipais efetivos e sujeita aos mesmos reajustes ou aumentos, equivalentes ao vencimento do cargo referido na cláusula Segunda deste contrato.

CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO CONTRATUAL

Este contrato é firmado para o período de 06 (seis) meses, iniciando em 02 de maio de 2016 a 28 de outubro de 2016, data da assinatura deste instrumento.

CLÁUSULA QUINTA - DA RESCISÃO

Este contrato poderá ser rescindido:

I – pelo término do prazo ou conclusão do serviço;

II – pela resolução motivada por descumprimento das obrigações do contratado, sempre que do processo disciplinar resultar pena de demissão;

III – pela rescisão unilateral imotivada, por iniciativa do contratado, mediante prévio aviso de 30

(trinta) dias, sob pena de multa equivalente a um terço da remuneração mensal;

IV – pela rescisão unilateral motivada por conveniência da Administração, independente de aviso;

V – por distrato, independentemente de condições ou prazos;

VI – pelo falecimento do contratado.

CLÁUSULA SEXTA – DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

As responsabilidades e obrigações do contratado são as determinadas pela Secretaria Municipal de Transportes, Obras, Serviços Urbanos e Planejamento.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA JORNADA DIÁRIA DE TRABALHO

O contratado cumprirá jornada de trabalho de 08 (oito) horas diárias, totalizando 40 (quarenta) horas semanais, obedecidos o início, intervalos e término fixados pela Secretaria Municipal de Transportes, Obras, Serviços Urbanos e Planejamento.

CLÁUSULA OITAVA – DA CONTRATAÇÃO

O presente contrato fica regulado pelo regime estatutário, Lei Municipal nº 1.207/92.

CLÁUSULA NONA – DO FORO

Para solução das questões provenientes deste contrato, as partes elegem o foro da Comarca de São João Batista, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Contratados na forma que ficou expressa, Município e Contratado assinam este instrumento em duas vias de igual teor e forma, com as testemunhas abaixo identificadas e qualificadas.

Nova Trento, em 02 de maio de 2016.

Gian Francesco Voltolini

Prefeito Municipal

Reginaldo Edesio Silva

Contratado

Registrado e publicado o presente contrato, em 02 de maio de 2016.

Adérico Edílio Dalri

Secretário Municipal de Administração e Finanças

TESTEMUNHA:

Miliani Piffer Mazzola

Diretora do Departamento de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 412/2016

PORTARIA Nº 412/ 2016

Admissão em Caráter Temporário

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe confere o art. 94, XII, da Lei Orgânica Municipal de 04/04/90, e de acordo com o que determina o art. 37, IX, da CRFB/88 e amparado na Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro de 2014,

RESOLVE:

ADMITIR em Caráter Temporário, através do Processo Seletivo Simplificado, Edital nº 001/2016, de 20/01/2016, convocado conforme Decreto nº 127/2016, ARNALDO MAYER, matrícula nº 7196, para exercer o cargo de Motorista II, com 40 (quarenta) horas semanais, na Secretaria Municipal de Transportes, Obras, Serviços Urbanos e Planejamento, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento, a contar de 02 de maio de 2016 a 28 de outubro de 2016, por motivo de vaga excedente, bem como por motivo de excepcional interesse público, consoante o art. 2º, da Lei Municipal nº 2.553/2014.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, em 03 de maio de 2016.
Gian Francesco Voltolini
Prefeito Municipal

Registrado a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios DOM/SC

Adérico Edílio Dalri
Secretário Municipal de Administração e Finanças

CONTRATO SP//2016**CONTRATO DE TRABALHO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO**

O Município de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF nº 82.925.025/0001-60, cuja Prefeitura se localiza na Rua Santo Inácio, 126, na cidade de Nova Trento, doravante denominado MUNICÍPIO, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, GIAN FRANCESCO VOLTOLINI, brasileiro, casado, portador do CPF nº 032.953.809-88, RG nº 3573471, residente e domiciliado na Rua Santo Inácio, nº 202, Bairro Centro, na cidade de Nova Trento/SC, autorizado pela Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro 2014, e o Senhor ARNALDO MAYER, brasileiro, casado, residente e domiciliado na Rua Agutí, s/n, Bairro Agutí, Município de Nova Trento, portador do CPF nº 789.717.219-87, firmam o presente CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, observado o disposto na Lei acima mencionada e o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO REGIME DO CONTRATO

Este contrato vincula o Município e o Contratado ao Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a execução pelo contratado das atribuições no cargo de Motorista II, com 40 (quarenta) horas semanais, na Secretaria Municipal de Transportes, Obras, Serviços Urbanos e Planejamento, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA REMUNERAÇÃO MENSAL

O contratado, durante a vigência deste contrato, fará jus a remuneração mensal no valor de R\$ 1.544,48 (hum mil quinhentos

e quarenta e quatro reais e quarenta e oito centavos), pagos na mesma data a que tem direito os Servidores Públicos Municipais efetivos e sujeita aos mesmos reajustes ou aumentos, equivalentes ao vencimento do cargo referido na cláusula Segunda deste contrato.

CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO CONTRATUAL

Este contrato é firmado para o período de 06 (seis) meses, iniciando em 02 de maio de 2016 a 28 de outubro de 2016, data da assinatura deste instrumento.

CLÁUSULA QUINTA - DA RESCISÃO

Este contrato poderá ser rescindido:

- I – pelo término do prazo ou conclusão do serviço;
- II – pela resolução motivada por descumprimento das obrigações do contratado, sempre que do processo disciplinar resultar pena de demissão;
- III – pela rescisão unilateral imotivada, por iniciativa do contratado, mediante prévio aviso de 30

(trinta) dias, sob pena de multa equivalente a um terço da remuneração mensal;

IV – pela rescisão unilateral motivada por conveniência da Administração, independente de aviso;

V – por distrato, independentemente de condições ou prazos;

VI – pelo falecimento do contratado.

CLÁUSULA SEXTA – DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

As responsabilidades e obrigações do contratado são as determinadas pela Secretaria Municipal de Transportes, Obras, Serviços Urbanos e Planejamento.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA JORNADA DIÁRIA DE TRABALHO

O contratado cumprirá jornada de trabalho de 08 (oito) horas diárias, totalizando 40 (quarenta) horas semanais, obedecidos o início, intervalos e término fixados pela Secretaria Municipal de Transportes, Obras, Serviços Urbanos e Planejamento.

CLÁUSULA OITAVA – DA CONTRATAÇÃO

O presente contrato fica regulado pelo regime estatutário, Lei Municipal nº 1.207/92.

CLÁUSULA NONA – DO FORO

Para solução das questões provenientes deste contrato, as partes elegem o foro da Comarca de São João Batista, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Contratados na forma que ficou expressa, Município e Contratado assinam este instrumento em duas vias de igual teor e forma, com as testemunhas abaixo identificadas e qualificadas.

Nova Trento, em 02 de maio de 2016.

Gian Francesco Voltolini Arnaldo Mayer
Prefeito Municipal Contratado

Registrado e publicado o presente contrato, em 02 de maio de 2016.

Adérico Edílio Dalri

Secretário Municipal de Administração e Finanças

TESTEMUNHA:

Miliani Piffer Mazzola

Diretora do Departamento de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 413/2016

PORTARIA Nº 413/ 2016

Admissão em Caráter Temporário

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe confere o art. 94, XII, da Lei Orgânica Municipal de 04/04/90, e de acordo com o que determina o art. 37, IX, da CRFB/88 e amparado na Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro de 2014,

RESOLVE:

ADMITIR em Caráter Temporário, através do Processo Seletivo Simplificado, Edital nº 001/2016, de 20/01/2016, convocado conforme Decreto nº 127/2016, OSMAR ORSI, matrícula nº 7197, para exercer o cargo de Motorista II, com 40 (quarenta) horas semanais, na Secretaria Municipal de Transportes, Obras, Serviços Urbanos e Planejamento, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento, a contar de 02 de maio de 2016 a 28 de outubro de 2016, por motivo de vaga excedente, bem como por motivo de excepcional interesse público, consoante o art. 2º, da Lei Municipal nº 2.553/2014.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, em 03 de maio de 2016.
Gian Francesco Voltolini
Prefeito Municipal

Registrado a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios DOM/SC

Adérico Edílio Dalri
Secretário Municipal de Administração e Finanças

CONTRATO SP//2016

CONTRATO DE TRABALHO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

O Município de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF nº 82.925.025/0001-60, cuja Prefeitura se localiza na Rua Santo Inácio, 126, na cidade de Nova Trento, doravante denominado MUNICÍPIO, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, GIAN FRANCESCO VOLTOLINI, brasileiro, casado, portador do CPF nº 032.953.809-88, RG nº 3573471, residente e domiciliado na Rua Santo Inácio, nº 202, Bairro Centro, na cidade de Nova Trento/SC, autorizado pela Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro 2014, e o Senhor OSMAR ORSI, brasileiro, casado, residente e domiciliado na rua Domenico Orsi, s/n, Bairro Besenello, Município de Nova Trento, portador do CPF nº 378.042.359-68, firmam o presente CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, observado o disposto na Lei acima mencionada e o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO REGIME DO CONTRATO

Este contrato vincula o Município e o Contratado ao Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a execução pelo contratado das atribuições no cargo de Motorista II, com 40 (quarenta) horas semanais, na Secretaria Municipal de Transportes, Obras, Serviços Urbanos e Planejamento, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA REMUNERAÇÃO MENSAL

O contratado, durante a vigência deste contrato, fará jus a remuneração mensal no valor de R\$ 1.544,48 (hum mil quinhentos

e quarenta e quatro reais e quarenta e oito centavos), pagos na mesma data a que tem direito os Servidores Públicos Municipais efetivos e sujeita aos mesmos reajustes ou aumentos, equivalentes ao vencimento do cargo referido na cláusula Segunda deste contrato.

CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO CONTRATUAL

Este contrato é firmado para o período de 06 (seis) meses, iniciando em 02 de maio de 2016 a 28 de outubro de 2016, data da assinatura deste instrumento.

CLÁUSULA QUINTA - DA RESCISÃO

Este contrato poderá ser rescindido:

- I – pelo término do prazo ou conclusão do serviço;
- II – pela resolução motivada por descumprimento das obrigações do contratado, sempre que do processo disciplinar resultar pena de demissão;
- III – pela rescisão unilateral imotivada, por iniciativa do contratado, mediante prévio aviso de 30

(trinta) dias, sob pena de multa equivalente a um terço da remuneração mensal;

IV – pela rescisão unilateral motivada por conveniência da Administração, independente de aviso;

V – por distrato, independentemente de condições ou prazos;

VI – pelo falecimento do contratado.

CLÁUSULA SEXTA – DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

As responsabilidades e obrigações do contratado são as determinadas pela Secretaria Municipal de Transportes, Obras, Serviços Urbanos e Planejamento.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA JORNADA DIÁRIA DE TRABALHO

O contratado cumprirá jornada de trabalho de 08 (oito) horas diárias, totalizando 40 (quarenta) horas semanais, obedecidos o início, intervalos e término fixados pela Secretaria Municipal de Transportes, Obras, Serviços Urbanos e Planejamento.

CLÁUSULA OITAVA – DA CONTRATAÇÃO

O presente contrato fica regulado pelo regime estatutário, Lei Municipal nº 1.207/92.

CLÁUSULA NONA – DO FORO

Para solução das questões provenientes deste contrato, as partes elegem o foro da Comarca de São João Batista, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Contratados na forma que ficou expressa, Município e Contratado assinam este instrumento em duas vias de igual teor e forma, com as testemunhas abaixo identificadas e qualificadas.

Nova Trento, em 02 de maio de 2016.

Gian Francesco Voltolini
Prefeito Municipal

Osmar Orsi
Contratado

Registrado e publicado o presente contrato, em 02 de maio de 2016.

Adérico Edílio Dalri

Secretário Municipal de Administração e Finanças

TESTEMUNHA:

Miliani Piffer Mazzola

Diretora do Departamento de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 414/2016

PORTARIA Nº 414/ 2016

Admissão em Caráter Temporário

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe confere o art. 94, XII, da Lei Orgânica Municipal de 04/04/90, e de acordo com o que determina o art. 37, IX, da CRFB/88 e amparado na Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro de 2014,

RESOLVE:

ADMITIR em Caráter Temporário, através do Processo Seletivo Simplificado, Edital nº 001/2016, de 20/01/2016, convocado conforme Decreto nº 127/2016, CARLOS ALBERTO MULLER, matrícula nº 7198, para exercer o cargo de Motorista II, com 40 (quarenta) horas semanais, na Secretaria Municipal de Transportes, Obras, Serviços Urbanos e Planejamento, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento, a contar de 02 de maio de 2016 a 28 de outubro de 2016, por motivo de vaga excedente, bem como por motivo de excepcional interesse público, consoante o art. 2º, da Lei Municipal nº 2.553/2014.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, em 03 de maio de 2016.
Gian Francesco Voltolini
Prefeito Municipal

Registrado a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios DOM/SC

Adérico Edílio Dalri
Secretário Municipal de Administração e Finanças

CONTRATO SP//2016**CONTRATO DE TRABALHO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO**

O Município de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF nº 82.925.025/0001-60, cuja Prefeitura se localiza na Rua Santo Inácio, 126, na cidade de Nova Trento, doravante denominado MUNICÍPIO, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, GIAN FRANCESCO VOLTOLINI, brasileiro, casado, portador do CPF nº 032.953.809-88, RG nº 3573471, residente e domiciliado na Rua Santo Inácio, nº 202, Bairro Centro, na cidade de Nova Trento/SC, autorizado pela Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro 2014, e o Senhor CARLOS ALBERTO MULLER, brasileiro, casado, residente e domiciliado na EST Geral Poço Bonito, Bairro Aguti, Município de Nova Trento, portador do CPF nº 770.877.049-15, firmam o presente CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, observado o disposto na Lei acima mencionada e o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO REGIME DO CONTRATO

Este contrato vincula o Município e o Contratado ao Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a execução pelo contratado das atribuições no cargo de Motorista II, com 40 (quarenta) horas semanais, na Secretaria Municipal de Transportes, Obras, Serviços Urbanos e Planejamento, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA REMUNERAÇÃO MENSAL

O contratado, durante a vigência deste contrato, fará jus a

remuneração mensal no valor de R\$ 1.544,48 (hum mil quinhentos e quarenta e quatro reais e quarenta e oito centavos), pagos na mesma data a que tem direito os Servidores Públicos Municipais efetivos e sujeita aos mesmos reajustes ou aumentos, equivalentes ao vencimento do cargo referido na cláusula Segunda deste contrato.

CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO CONTRATUAL

Este contrato é firmado para o período de 06 (seis) meses, iniciando em 02 de maio de 2016 a 28 de outubro de 2016, data da assinatura deste instrumento.

CLÁUSULA QUINTA - DA RESCISÃO

Este contrato poderá ser rescindido:

- I – pelo término do prazo ou conclusão do serviço;
- II – pela resolução motivada por descumprimento das obrigações do contratado, sempre que do processo disciplinar resultar pena de demissão;
- III – pela rescisão unilateral imotivada, por iniciativa do contratado, mediante prévio aviso de 30

(trinta) dias, sob pena de multa equivalente a um terço da remuneração mensal;

IV – pela rescisão unilateral motivada por conveniência da Administração, independente de aviso;

V – por distrato, independentemente de condições ou prazos;

VI – pelo falecimento do contratado.

CLÁUSULA SEXTA – DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

As responsabilidades e obrigações do contratado são as determinadas pela Secretaria Municipal de Transportes, Obras, Serviços Urbanos e Planejamento.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA JORNADA DIÁRIA DE TRABALHO

O contratado cumprirá jornada de trabalho de 08 (oito) horas diárias, totalizando 40 (quarenta) horas semanais, obedecidos o início, intervalos e término fixados pela Secretaria Municipal de Transportes, Obras, Serviços Urbanos e Planejamento.

CLÁUSULA OITAVA – DA CONTRATAÇÃO

O presente contrato fica regulado pelo regime estatutário, Lei Municipal nº 1.207/92.

CLÁUSULA NONA – DO FORO

Para solução das questões provenientes deste contrato, as partes elegem o foro da Comarca de São João Batista, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Contratados na forma que ficou expressa, Município e Contratado assinam este instrumento em duas vias de igual teor e forma, com as testemunhas abaixo identificadas e qualificadas.

Nova Trento, em 02 de maio de 2016.

Gian Francesco Voltolini
Prefeito Municipal

Carlos Alberto Muller
Contratado

Registrado e publicado o presente contrato, em 02 de maio de 2016.

Adérico Edílio Dalri
Secretário Municipal de Administração e Finanças

TESTEMUNHA:

Miliani Piffer Mazzola
Diretora do Departamento de Recursos Humanos

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 021/2016**ESTADO DE SANTA CATARINA****PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA TRENTO**

Página: 1/8

Processo Nº.: 44/2016**PREGÃO PRESENCIAL Nº. 33/2016****ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 21/2016**

No dia 10 do mês de Maio do ano de 2016, compareceram, de um lado a(o) PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA TRENTO, Estado de SANTA CATARINA, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 82.925.025/0001-60, com sede administrativa localizada na RUA SANTO INACIO 126, bairro CENTRO, CEP nº. 88270-000, nesta cidade de Nova Trento/SC, representado pelo(a) PREFEITO, o Sr(a). GIAN FRANCESCO VOLTOLINI, inscrito no CPF sob o nº. 032.953.809-88, doravante denominada ADMINISTRAÇÃO, e as empresas abaixo qualificadas, doravante denominadas DETENTORAS DA ATA, que firmam a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado do julgamento da licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL nº. 33/2016, Processo Licitatório nº. 44/2016, que selecionou a proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando o(a) O objeto deste pregão é o Registro de Preços para aquisição parcelada de PNEUS, CÂMARAS DE AR E PROTETORES, para a frota motorizada da Prefeitura de Nova Trento, para fornecimento conforme a necessidade, de acordo com as especificações constantes deste Pregão. Em conformidade com as especificações constantes no Edital.

Abaixo segue os licitantes que participaram da licitação e que tiveram itens vencedores:

Código	Nome da Empresa	Itens
10590	BELLENZIER PNEUS LTDA	2, 4, 14, 20, 32, 39
10589	CPA - COMERCIAL E IMPORTADORA DE PNEUS LTDA.	
6846	DPASCHOAL - COMERCIAL AUTOMOTIVA S.A.	10, 17, 25, 37
9853	JOACABA PNEUS LTDA	1, 3, 5, 6, 7, 9, 11, 12, 13, 15, 16, 18, 19, 21, 22, 23, 24, 26, 27, 33, 34, 35, 36, 38, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51
8080	MODELO PNEUS LTDA.	

As empresas DETENTORAS DA ATA dos itens, resolvem firmar a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado da licitação decorrente do processo e licitação acima especificados, regido pela Lei Federal nº. 10.520/02, subsidiariamente pela Lei de Licitações nº. 8.666/93, bem como pelo Decreto Municipal nº.: (Registro de Preços) e, pelas condições do edital, termos da proposta, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

Empresas	CNPJ / CPF	Nome do Representante	CPF
BELLENZIER PNEUS LTDA	73.730.129/0016-05	CARLOS AUGUSTO DERMAM	295.013.690-72
CPA - COMERCIAL E IMPORTADORA DE PNEUS LTDA.	21.538.565/0001-05		-
DPASCHOAL - COMERCIAL AUTOMOTIVA S.A.	45.987.005/0068-03	CARLA CECILIA ERN	053.992.689-22
JOACABA PNEUS LTDA	84.587.245/0010-48	GILMAR JOSE DAROS	378.587.429-49
MODELO PNEUS LTDA.	94.510.682/0001-26	EDEN LEONARDO FIM	898.870.420-72

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O presente termo tem por objetivo e finalidade de constituir o sistema Registro de Preços para seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando:

O objeto deste pregão é o Registro de Preços para aquisição parcelada de PNEUS, CÂMARAS DE AR E PROTETORES, para a frota motorizada da Prefeitura de Nova Trento, para fornecimento conforme a necessidade, de acordo com as especificações constantes deste Pregão. Tudo em conformidade com as especificações constantes no Edital, nas condições definidas na ato convocatório, seus anexos, propostas de preços e demais documentos e Atas do Processo e Licitação acima descritos, os quais integram este instrumento independente de transcrição, pelo prazo de validade do presente Registro de Preços.

1.2. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar contratações com os respectivos fornecedores ou a contratar a totalidade dos bens registrados, sendo-lhe facultada a utilização de outros meios permitidos pela legislação relativa às licitações, sem cabimento de recurso, sendo assegurado ao beneficiário do registro de preços preferência em igualdade de condições.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO

2.1. O preço unitário para fornecimento do objeto de registro será o de MENOR PREÇO POR ITEM, inscrito na Ata do Processo e Licitação descritos acima e de acordo com a ordem de classificação das respectivas propostas que integram este instrumento, independente de transcrição, pelo prazo de validade do registro, conforme segue:

Fornecedor: 6846 - DPASCHOAL - COMERCIAL AUTOMOTIVA S.A.						
Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
10	PNEU 12.5/80-18, 10 LONAS-DIANTEIRO-RETRO NEW R,LB110,416E	UND	TITAN	6,000	899,9000	5.399,40
17	PNEU 215/75 R17.5 - RADIAL/MICRO ONIBUS	UND	STEELMARK	12,000	644,0000	7.728,00
25	PNEU 185/65 R14 - SIENA	UND	GOODYEAR	16,000	210,0000	3.360,00
37	CAMARA DE AR 900 X 16	UND	TORTUGA	4,000	69,0000	276,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA TRENTO

Página: 2/8

Processo Nº.: 44/2016
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 33/2016

Fornecedor: 9853 - JOACABA PNEUS LTDA

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
1	PNEU 1400x24 DIAGONAL- 16 LONAS - P/ PATROLA 120-B, PATROLA 120-K, PATROLA CASE 845, CARREGADEIRA MICHIGAN 75III.	UND	G2/L2 PN14 F	20,000	1.745,0000	34.900,00
3	PNEU TRASEIRO 18.4-30 - COM 10 LONAS - TRATOR MODELO 5030	UND	TM95 PIRELL	4,000	2.017,0000	8.068,00
5	PNEU DIANTEIRO 14.9-24 - 8 LONAS -TRATOR MODELO TL 80	UND	TM95 PIRELL	2,000	1.280,0000	2.560,00
6	PNEU 19.5L-24 -12 LONAS-TRASEIRO-RETRO CASE 580L,416E, LB110	UND	PN12 PIRELL	10,000	2.100,0000	21.000,00
7	PNEU 10.5/65-16,10 LONAS-DIANTEIRO-RETRO CASE 580L	UND	RA28 PIRELL	4,000	480,0000	1.920,00
9	PNEU 10-5/80-18 R4 - 10 LONAS, DIANTEIRO-RETRO MAXION 750	UND	RA45 PIRELL	4,000	461,0000	1.844,00
11	PNEU 1000X20 - 16 LONAS - LISO -ONIBUS/CAÇAMBAS	UND	CT65 PIRELLI	16,000	809,0000	12.944,00
12	PNEU 1000x20-16 LONAS-BORRACHUDO-ONIBUS/CAÇAMBA	UND	RT59 PIRELLI	30,000	920,0000	27.600,00
13	PNEU 11R 22.5 - BORRACHUDO -ONIBUS E CAÇAMBA	UND	TG85 PIRELL	36,000	1.455,0000	52.380,00
15	PNEU 1000x20 DIANTEIRO-CAÇAMBA-PROF.MIM. 16,5MM	UND	FG85 PIRELL	8,000	1.225,0000	9.800,00
16	PNEU 1000x20 BORRACHUDO-TRASEIRO-PROF.MIM.20MM	UND	TR85 PIRELLI	32,000	1.270,0000	40.640,00
18	PNEU 215/76 R16 - 8 LONAS - LISO	UND	CHRONO PIR	12,000	497,0000	5.964,00
19	PNEU 225/75 R16 - 8 LONAS - MICRO ONIBUS	UND	CHRONO PIR	12,000	572,0000	6.864,00
21	PNEU 235/85 R16 - L200	UND	ATR WL PIRE	8,000	460,0000	3.680,00
22	PNEU 185 - R14 - 102R	UND	CHRONO PIR	12,000	263,0000	3.156,00
23	PNEU 175/70 - R 13 PARA GOL	UND	P4 CINT PIRE	30,000	158,0000	4.740,00
24	PNEU 165x70 R13 - UNO MILLE	UND	P4 CINT PIRE	30,000	144,0000	4.320,00
26	PNEU 175/65 R14- FIESTA- CLIO	UND	P4 CINT PIRE	14,000	195,0000	2.730,00
27	PNEU 185/60 R14 - PARATI	UND	P6 PIRELLI	4,000	239,0000	956,00
33	CÂMARA DE AR 18.4.34	UND	PIRELLI	4,000	245,0000	980,00
34	CÂMARA DE AR 14-9-24	UND	PIRELLI	2,000	185,0000	370,00
35	CÂMARA DE AR 1000 x 20	UND	PIRELLI	30,000	78,0000	2.340,00
36	CÂMARA DE AR 16.9 X 28	UND	PIRELLI	4,000	169,0000	676,00
38	CÂMARA DE AR 16-9-24	UND	PIRELLI	4,000	190,0000	760,00
41	CÂMARA DE AR 750 X 16	UND	16HE415 PIRI	4,000	48,0000	192,00
42	PROTETORES P/ PNEU 1400 X 24	UND	24L SBN	20,000	48,0000	960,00
43	PROTETORES P/ PNEU 1000 X 20	UND	20L SBN	30,000	22,0000	660,00
44	PNEU P/ MONTANA 175X70 R14	UND	CHRONO PIR	8,000	247,0000	1.976,00
45	PNEU P/ DOBLO - 185X60 R15	UND	P7 PIRELLI	8,000	261,0000	2.088,00
46	PNEU 205/70 R15 - DUCATO	UND	CHRONO PIR	8,000	357,0000	2.856,00
47	PNEU 175x70 R14 - AMBULANCIA DOBLO	UND	CHRONO PIR	16,000	247,0000	3.952,00
48	PNEU 205/75 R16 - DUCATO	UND	CHRONO PIR	16,000	437,0000	6.992,00
49	PNEU 215/75 R16 - FORD TRANSIT/RENAULT	UND	CHRONO PIR	18,000	497,0000	8.946,00
50	PNEU 225/70 R15 - MERCEDES	UND	CHRONO PIR	12,000	411,0000	4.932,00
51	PNEU 225/75 R16 - L200 MITSUBISHI	UND	ATR PIRELLI	8,000	574,0000	4.592,00

Fornecedor: 10590 - BELLENZIER PNEUS LTDA

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
2	PNEU 750x16, 8 LONAS, FRISO - TRATOR 5030 DIANTEIRO/BORRACHUDO	UND	Goodyear Rib	4,000	343,0000	1.372,00
4	PNEU TRASEIRO 18.4-34 - 12 LONAS - TRATOR TL80	UND	Goodyear DTc	2,000	2.423,0000	4.846,00
14	PNEU 11R 22.5 -LISO-ONIBUS E CAÇAMBA	UND	Kelly KS461	20,000	1.337,0000	26.740,00
20	PNEU 275/80 R22.5	UND	Kelly KS481	40,000	1.284,0000	51.360,00
32	CÂMARA DE AR P/ PNEU 1400 X 24	UND	Qbom FEQ14	20,000	158,0000	3.160,00
39	CÂMARA DE AR 10-5 / 65-16	UND	Tortuga AG16	4,000	80,0000	320,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA TRENTO

Página: 3/8
Processo Nº.: 44/2016
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 33/2016

2.2. Os preços registrados serão fixos e irrevogáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preço.

2.2.1. Na hipótese de alteração de preços de mercado, para mais ou para menos devidamente comprovadas, estes poderão ser revistos, visando ao restabelecimento da relação inicialmente pactuada, em decorrência de situações previstas na alínea "d" do inciso II do caput e do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

2.2.2. Para efeitos de revisão de preços ou do pedido de cancelamento do registro de que trata a cláusula sexta, a comprovação deverá ser feita por meio de documentação comprobatória da elevação dos preços inicialmente pactuados, mediante juntada da planilha de custos, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição, de transporte, encargos e outros, alusivos à data da apresentação da proposta e do momento do pleito, sob pena de indeferimento do pedido.

2.2.3. A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos materiais para fins de fixação de preço máximo a ser pago pela administração.

2.2.4. O órgão gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços no prazo máximo de 07 (sete) dias úteis, salvo por motivo de força maior, devidamente justificado no processo.

2.2.5. No reconhecimento do desequilíbrio econômico financeiro do preço inicialmente estabelecido, o órgão gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação.

2.2.6. No ato da negociação de preservação do equilíbrio econômico financeiro do contrato será dada preferência ao fornecedor de primeiro menor preço e, sucessivamente, aos demais classificados, respeitada a ordem de classificação.

2.3. Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, caberá ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores, mediante as providências seguintes:

a) convocar o fornecedor primeiro classificado, visando estabelecer a negociação para redução de preços originalmente registrados e sua adequação ao praticado no mercado;

b) frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e

c) convocar os demais fornecedores registrados, na ordem de classificação, visando igual oportunidade de negociação.

2.4. Quando o preço registrado torna-se inferior aos preços praticados no mercado e o fornecedor não puder cumprir o compromisso inicialmente assumido poderá mediante requerimento devidamente instruído, pedir revisão dos preços ou o cancelamento do preço registrado, comprovadas as situações elencadas na alínea "d" do inciso II do caput ou do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993, caso em que o órgão gerenciador poderá:

a) estabelecer negociação com os classificados visando à manutenção dos preços inicialmente registrados:

b) permitir a apresentação de novos preços, observado o limite máximo estabelecido pela administração, quando da impossibilidade de manutenção do preço na forma referida na alínea anterior, observada as seguintes condições:

b1) as propostas com os novos valores deverão constar de envelope lacrado, a ser entregue em data, local e horário, previamente, designados pelo órgão gerenciador;

b2) o novo preço ofertado deverá manter equivalência entre o preço originalmente constante da proposta e o preço de mercado vigente à época da licitação, sendo registrado o de menor valor.

2.4.1. A fixação do novo preço pactuado deverá ser consignada em apostila à Ata de Registro de Preços, com as justificativas cabíveis, observada a anuência das partes.

2.4.2. Não havendo êxito nas negociações, de que trata este subitem e o anterior estes serão formalmente desonerados do compromisso de fornecimento em relação ao item ou lote pelo órgão gerenciador, com consequente cancelamento dos seus preços registrados, sem aplicação das penalidades.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO DE VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

3.1. O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses a contar da data da assinatura da ata, computadas neste prazo, as eventuais prorrogações.

3.2. Os preços decorrentes do Sistema de Registro de Preços terão sua vigência conforme as disposições contidas nos instrumentos convocatórios e respectivos contratos, obedecida o disposto no art. 57 da Lei nº 8.666/1993.

3.3. É admitida a prorrogação da vigência da Ata, nos termos do art. 57, §4º, da Lei nº 8.666/1993, quando a proposta continuar se mostrando mais vantajosa, satisfeitos os demais requisitos deste Decreto.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA TRENTO

Página: 4/8
Processo Nº.: 44/2016
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 33/2016

CLÁUSULA QUARTA - DOS USUÁRIOS DO REGISTRO DE PREÇOS

- 4.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada pelos órgãos ou entidades da Administração Municipal relacionadas no objeto deste Edital;
- 4.2. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços deverão apresentar suas solicitações de aquisição ou contratação ao órgão gerenciador, que formalizará por intermédio de instrumental contratual ou emissão de nota de empenho de despesa ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666/1993, e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.
- 4.3. Os quantitativos dos contratos de fornecimento serão sempre fixos e os preços a serem pagos serão aqueles registrados em ata.
- 4.4. Aplicam-se aos contratos de fornecimento as disposições pertinentes da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, suas alterações posteriores e demais normas cabíveis.
- 4.5. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços manterão o órgão gerenciador informado a respeito dos processos de aquisições por meio de registro de preços, devendo encaminhar cópia dos comprovantes das aquisições, para a anexação ao respectivo processo de registro.
- 4.6. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, sendo que serão denominadas "Órgão não-participante ou carona".

CLÁUSULA QUINTA - DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DAS PARTES

5.1. Compete ao Órgão Gestor:

- 5.1.1. A Administração e os atos de controle da Ata de Registro de Preços decorrente da presente licitação será do Núcleo de Compras e Licitação, denominado como órgão gerenciador do Sistema de Registro de Preços, nos termos do inciso III do art. 3º do Decreto Municipal nº 095/2009;
- 5.1.2. O órgão gerenciador acompanhará, periodicamente, os preços praticados no mercado para os materiais registrados, para fins de controle e fixado do valor máximo a ser pago pela Administração.
- 5.1.2.1. O órgão gerenciador sempre que os órgãos e entidades usuários da ata de registro de preços necessitarem da entrega dos materiais, indicará os fornecedores e seus respectivos saldos, visando subsidiar os pedidos de materiais, respeitada a ordem de registro e os quantitativos a serem fornecidos.
- 5.1.3.. Optar pela contratação ou não dos bens ou serviços decorrentes do Sistema Registro de Preços ou das quantidades estimadas, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios para aquisição de item, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do Registro de Preços preferência em igualdade de condições, sem que caiba recurso ou indenização;
- 5.1.4. Dilatar o prazo de vigência do registro de preços "de ofício" através de apostilamento, com a publicação na imprensa oficial do município, observado o prazo legalmente permitido, quando os preços apresentarem mais vantajosos para a Administração e/ou existirem demandas para atendimento dos órgãos usuários.
- 5.1.5. Decidir sobre a revisão ou cancelamento dos preços registrados no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo;
- 5.1.6. Emitir a autorização de compra;
- 5.1.7. Dar preferência de contratação com o detentor do registro de preços ou conceder igualdade de condições, no caso de contratações por outros meios permitidos pela legislação;

5.2. Compete aos órgãos ou entidades usuárias:

- 5.2.1. Proporcionar ao detentor da ata todas as condições para o cumprimento de suas obrigações e entrega dos materiais dentro das normas estabelecidas no edital;
- 5.2.2. Proceder à fiscalização da contratação, mediante controle do cumprimento de todas as obrigações relativas ao fornecimento, inclusive encaminhando ao órgão gerenciador qualquer irregularidade verificada;
- 5.2.3. Rejeitar, no todo ou em parte, os produtos entregues em desacordo com as obrigações assumidas pelo detentor da ata.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA TRENTO

Página: 5/8
Processo Nº.: 44/2016
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 33/2016

5.3. Compete ao Compromitente Detentor da Ata:

5.3.1. Entregar os produtos nas condições estabelecidas no edital e seus anexos e atender todos os pedidos de contratação durante o período de duração do registro de Preços, independente da quantidade do pedido ou de valor mínimo, de acordo com a sua capacidade de fornecimento fixada na proposta de preço de sua titularidade, observando as quantidades, prazos e locais estabelecidos pelo Órgão Usuário da Ata de Registro de Preços;

5.3.2. Aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários até 25% (vinte e cinco por cento), em função do direito de acréscimo tratado no § 1º do art. 65, da Lei n. 8.666/93 e alterações, sob pena das sanções cabíveis e facultativas nas demais situações;

5.3.3. Manter, durante a vigência do registro de preços, a compatibilidade de todas as obrigações assumidas e as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

5.3.4. Substituir os produtos recusados pelo órgão ou entidade usuária, sem qualquer ônus para a Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis;

5.3.5. Ter revisado ou cancelado o registro de seus preços, quando presentes os pressupostos previstos na cláusula segunda desta Ata;

5.3.6. Atender a demanda dos órgãos ou entidade usuários, durante a fase da negociação de revisão de preços de que trata a cláusula segunda desta Ata, com os preços inicialmente registrados, garantida a compensação dos valores dos produtos já entregues, caso do reconhecimento pela Administração do rompimento do equilíbrio originalmente estipulado;

5.3.7. Vincular-se ao preço máximo (novo preço) definido pela Administração, resultante do ato de revisão;

5.3.8. Ter direito de preferência ou, igualdade de condições caso a Administração optar pela contratação dos bens ou serviços objeto de registro por outros meios facultados na legislação relativa às licitações.

5.3.9. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo até a entrega do objeto de registro de preços.

5.3.10. Receber os pagamentos respectivos nas condições pactuadas no edital e na cláusula oitava desta Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA SEXTA - DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. A Ata de Registro de Preços será cancelada, automaticamente, por decurso de prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e, por iniciativa do órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços quando:

6.1.1. Pela ADMINISTRAÇÃO, quando:

a) o detentor da ata descumprir as condições da Ata de Registro de Preços a que estiver vinculado;

b) o detentor não retirar nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido, sem justificativa aceitável;

c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial do contrato de fornecimento;

d) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese desta apresentar superior ao praticado no mercado;

e) estiver impedido para licitar ou contratar temporariamente com a administração ou for declarado inidôneo para licitar ou contratar com a administração pública, no termos da Lei Federal nº 10.520, de 17 de fevereiro de 2002;

f) por razões de interesse público devidamente fundamentadas.

6.1.2. Pela DETENTORA da ata quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de executar o contrato de acordo com a ata de registro de preços, decorrente de caso fortuito ou de força maior.

6.2. Nas hipóteses previstas no subitem 6.1., a comunicação do cancelamento de preço registrado será publicada na imprensa oficial juntando-se o comprovante ao expediente que deu origem ao registro.

6.3. O cancelamento do registro, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente.

6.4. A solicitação da detentora da ata para cancelamento do registro do preço deverá ser protocolada no protocolo geral da ADMINISTRAÇÃO, facultada a esta a aplicação das sanções administrativas previstas no edital, se não aceitar as razões do pedido, sendo assegurado ao fornecedor o contraditório e a ampla defesa.

6.5. Cancelada a ata em relação a uma detentora, o Órgão Gerenciador poderá emitir ordem de fornecimento àquela com classificação imediatamente subsequente.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA TRENTO

Página: 6/8
Processo N°.: 44/2016
PREGÃO PRESENCIAL N° 33/2016

CLÁUSULA SETIMA - DO FORNECIMENTO, LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

- 7.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada para aquisição do respectivo objeto, pelos órgãos e entidades da Administração Municipal.
- 7.2. Cada fornecimento deverá ser efetuado mediante solicitação por escrito, formalizado pelo órgão ou entidade participante ao órgão gerenciador, dela devendo constar: a data, o valor unitário do fornecimento, a quantidade pretendida, o local para a entrega, o prazo, o carimbo e a assinatura do responsável.
- 7.3. O órgão gerenciador formalizará por intermédio de instrumental contratual ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666, de 1993, acompanhada a respectiva nota de empenho, contendo o número de referência da Ata de Registro de Preços e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.
- 7.4. Caso a fornecedora classificada não puder fornecer os produtos solicitados, ou o quantitativo total requisitado ou parte dele, deverá comunicar o fato ao Departamento de Compras – órgão gerenciador, por escrito, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da Ordem de Fornecimento.
- 7.5. A(s) fornecedora(s) classificada(s) ficará(ão) obrigada(s) a atender as ordens de fornecimento efetuadas dentro do prazo de validade do registro, mesmo se a entrega dos materiais ocorrer em data posterior ao seu vencimento.
- 7.5.1. O local de entrega dos materiais será estabelecido em cada Ordem de Fornecimento, podendo ser na sede da unidade requisitante, ou em local em que esta indicar.
- 7.5.2. O prazo de entrega será conforme solicitação do órgão ou entidade requisitante, não podendo ultrapassar 05 (cinco) dias úteis da data de recebimento da nota de empenho ou instrumento equivalente.
- 7.5.3. Se a Detentora da ata não puder fornecer o quantitativo total requisitado, ou parte dele, deverá comunicar o fato à administração, por escrito, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da ordem de fornecimento.
- 7.5.4. Serão aplicadas as sanções previstas na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, além das determinações deste edital, se a detentora da ata não atender as ordens de fornecimento.
- 7.6. A segunda fornecedora classificada só poderá fornecer à Administração, quando estiver esgotada a capacidade de fornecimento da primeira, e assim sucessivamente, de acordo com o consumo anual previsto para cada item da licitação, ou quando da primeira classificada tiver seu registro junto a Ata cancelado.
- 7.7. As despesas relativas à entrega dos materiais correrão por conta exclusiva da fornecedora detentora da Ata.
- 7.8. A Detentora da Ata obriga-se a fornecer os materiais, descritos na presente Ata, novos e de primeiro uso, em conformidade com as especificações descritas na proposta de Preços, sendo de sua inteira responsabilidade a substituição, caso não esteja em conformidade com as referidas especificações.
- 7.8.1. Serão recusados os materiais imprestáveis ou defeituosos, que não atendam as especificações constantes no edital e/ou que não estejam adequados para o uso.
- 7.8.2. Os materiais deverão ser entregues embalados de forma a não serem danificados durante as operações de transporte e descarga no local da entrega.
- 7.9. Independente de aceitação, a contratada garantirá a qualidade e segurança dos materiais licitados contra defeitos de fabricação, pelo prazo mínimo de 06 (seis) meses a partir da data da entrega, conforme manual da fabricante, salvo o uso indevido, acidente e desgaste natural.
- 7.10. Todas as despesas relativas à entrega e transporte dos materiais, bem como todos os impostos, taxas e demais despesas decorrente da presente Ata, correrão por conta exclusiva da contratada.

CLÁUSULA OITAVA - DO PAGAMENTO

- 8.1. O pagamento, decorrente do fornecimento do objeto desta licitação, será efetuado mediante crédito em conta bancária, em até 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento definitivo dos materiais, após a apresentação da respectiva Nota Fiscal, devidamente atestada pelo setor competente, conforme dispõe o art. 40, inciso XIV, alínea "a", da Lei nº 8.666/93 e alterações.
- 8.2. Os pagamentos somente serão efetuados após a comprovação, pela(s) fornecedora(s), de que se encontra regular com suas obrigações para com o sistema de seguridade social, mediante a apresentação das Certidões Negativas de Débito com o INSS e com o FGTS.
- 8.3. Ocorrendo erro no documento da cobrança, este será devolvido e o pagamento será susado para que o fornecedor tome as medidas necessárias, passando o prazo para o pagamento a ser contado a partir da data da reapresentação do mesmo.
- 8.4. Caso se constate erro ou irregularidade na Nota Fiscal, o órgão, a seu critério, poderá devolvê-la, para as devidas correções.
- 8.5. Na hipótese de devolução, a Nota Fiscal será considerada como não apresentada, para fins de atendimento das condições contratuais.
- 8.6. Na pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual o valor será descontado da fatura ou créditos existentes em favor da fornecedora.
- 8.7. A Administração efetuará retenção, na fonte dos tributos e contribuições sobre todos os pagamentos devidos à fornecedora classificada.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA TRENTO

Página: 7/8
Processo Nº.: 44/2016
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 33/2016

CLÁUSULA NONA - DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES

9.1. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

9.2. A supressão dos produtos registrados na Ata de Registro de Preços poderá ser total ou parcial, a critério do órgão gerenciador, considerando-se o disposto no § 4.º do artigo 15 da Lei n. 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da contratação dos objetos da presente Ata de Registro de Preços correrão a cargo dos Órgãos ou Entidades Usuários da Ata, cujos Programas de Trabalho e Elementos de Despesas constarão nas respectivas notas de empenho, contrato ou documento equivalente, observada as condições estabelecidas no edital e ao que dispõe o artigo 62, da Lei n. 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS PENALIDADES E DAS MULTAS

11.1. Caberá ao Órgão Gerenciador, a seu juízo, após a notificação por escrito de irregularidade pela unidade requisitante, aplicar ao detentor da ata, garantidos o contraditório e a ampla defesa, as seguintes sanções administrativas:

11.1.1. pelo descumprimento total da obrigação assumida, caracterizado pela recusa do fornecedor em assinar o contrato, aceitar ou retirar a nota de empenho ou documento equivalente no prazo estabelecido, ressalvados os casos previstos em lei, devidamente informados e aceitos:

- a) multa de dez por cento sobre o valor constante da nota de empenho ou contrato;
- b) cancelamento do preço registrado;
- c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração no prazo de até cinco anos.

11.1.1.1 As sanções previstas neste subitem poderão ser aplicadas cumulativamente.

11.1.2. por atraso injustificado no cumprimento de contrato de fornecimento:

- a) multa de 0,5% (meio por cento), por dia útil de atraso, sobre o valor da prestação em atraso até o décimo dia;
- b) rescisão unilateral do contrato após o décimo dia de atraso.

11.1.3. por inexecução total ou execução irregular do contrato de fornecimento ou de prestação de serviço:

- a) advertência, por escrito, nas falta leves;
- b) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor correspondente à parte não cumprida ou da totalidade do fornecimento ou serviço não executado pelo fornecedor;
- c) suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a administração pública estadual por prazo não superior a 2 (dois) anos.
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública municipal, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

11.1.3.1. A penalidade prevista na alínea "b" do subitem 11.1.3. poderá ser aplicada de forma isolada ou cumulativamente com as sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d", sem prejuízo da rescisão unilateral do instrumento de ajuste por qualquer das hipóteses prescritas nos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.1.3.2. Ensejará ainda motivo de aplicação de penalidade de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração de até cinco anos e descredenciamento do Registro Cadastral da ADMINISTRAÇÃO, o licitante que apresentar documentação falsa, não mantiver a proposta e cometer fraude fiscal, sem prejuízo das demais cominações legais, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002.

11.1.3.3. O fornecedor que não recolher as multas previstas neste artigo, no prazo estabelecido, ensejará também a aplicação da pena de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração, enquanto não adimplida a obrigação.

11.1.3.4. A aplicação das penalidades previstas nas alíneas "c" e "d" do subitem 11.1.3, será de competência exclusiva do prefeito municipal, facultada a ampla defesa, na forma e no prazo estipulado no parágrafo seguinte, podendo a reabilitação ser concedida mediante ressarcimento dos prejuízos causados e após decorrido o prazo de sanção mínima de dois anos.

11.2. Fica garantido ao fornecedor o direito prévio da citação e de ampla defesa, no respectivo processo, no prazo de cinco dias úteis, contado da notificação.

11.3. As penalidades aplicadas serão obrigatoriamente anotadas no registro cadastral dos fornecedores mantido pela Administração.

11.4. As importâncias relativas às multas deverão ser recolhidas à conta do Tesouro do Município.

ESTADO DE SANTA CATARINA**PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA TRENTO**

Página: 8/8

Processo Nº.: 44/2016

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 33/2016**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA EFICÁCIA**

12.1. O presente Termo de Registro de Preços somente terá eficácia após a publicação do respectivo extrato na imprensa oficial do município.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO

13.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Nova Trento para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas do presente instrumento.

E, por estarem as partes justas e compromissadas, assinam o presente Termo em duas vias, de igual teor, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Nova Trento, 10 de Maio de 2016.

GIAN FRANCESCO VOLTOLINI
PREFEITO

Empresas Participantes:

BELLENZIER PNEUS LTDA

CNPJ: 73.730.129/0016-05

CPA - COMERCIAL E IMPORTADORA DE PNEUS LTDA.

CNPJ: 21.538.565/0001-05

DPASCHOAL - COMERCIAL AUTOMOTIVA S.A.

CNPJ: 45.987.005/0068-03

JOACABA PNEUS LTDA

CNPJ: 84.587.245/0010-48

MODELO PNEUS LTDA.

CNPJ: 94.510.682/0001-26

Novo Horizonte

PREFEITURA

AVISO DO RESULTADO DO PL Nº 019/16-PREGÃO PRESENCIAL Nº 011/16

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO HORIZONTE

AVISO DE RESULTADO DO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 019/2016

PREGÃO PRESENCIAL Nº 011/2016

O Município de Novo Horizonte/SC, por meio de seu Pregoeiro, torna público aos interessados o resultado do Pregão Presencial nº 011/2016 – Que tem por objeto à seleção de propostas para futura e eventual AQUISIÇÃO DE UNIFORME ESCOLAR PARA DISTRIBUIÇÃO AOS ALUNOS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO, OBEDECENDO AO MODELO UTILIZADO PELA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA DO MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE – SC, conforme quantitativos e especificações constantes do Edital e seus anexos. Que na data de sua realização: Dia 10/05/2016 às 09:00 hs, que teve como empresas participantes: MODA IVANA LTDA ME (1580), CLEBER TADEU BRIDI ME (2573), CONFECÇÕES GURI LTDA - EPP (2966), HARMONIZE INDUSTRIA E COMERCIO TEXTIL LTDA - EPP (2967). Sendo que a empresa MODA IVANA LTDA ME (1580), foi vencedora dos itens 01,02,03,04,05,06,07,08,09,10,11,12,13,14,15,16, com valor global de R\$ 27.800,00 (Vinte e sete mil e oitocentos reais). Concluídos os procedimentos legais, considerando que: a proposta da empresa vencedora satisfaz as exigências do edital; a empresa vencedora encontra-se devidamente habilitada quanto à documentação exigida; os preços cotados estão dentro dos limites estabelecidos no edital. Declaro a empresa acima mencionada como Vencedora do Pregão Presencial Nº 011/2016.

Novo Horizonte/SC, em 10 de Maio de 2.016.

ARNO GOLDSCHMIDT

Pregoeiro

EXTRATO TA 004 AO CA Nº 059/2014 - ALCIDES

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE

EXTRATO TERMO ADITIVO

Termo Aditivo Nº : 004 ao Contrato Administrativo Nº: 059/2014

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE

Contratada...: ALCIDES DE OLIVEIRA PEDREIRAS ME

Vigência : Início: 10/05/2016 Término: 20/08/2016

Licitação : Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 3/2014

Objeto : Contratação de empresa Especializada à EXECUÇÃO DE OBRA DE ENGENHARIA DE PAVIMENTAÇÃO COM PEDRAS IRREGULARES, PAVER E DRENAGEM PLUVIAL DE PARTE DA RUA EULIVIO PASTRE, NO MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE/SC, ÁREA 3.549,75 m², PAVIMENTAÇÃO COM PAVER, ÁREA DE 1.413,04M2, COM RECURSOS DO CONVÊNIO FUNDAM Nº 2014TR000158, em regime de execução indireta de empreitada por preço unitário, conforme Projetos, Memorial Descritivo, Planilha Orçamentária e Cronograma físico-financeiro, descritos nos Anexos.

Fundamento Legal: com amparo no art. 57 I, § 1º, Inciso II, da Lei 8.666/93 e alterações, celebrar o presente Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 059/2014

Novo Horizonte/SC, em 10 de Maio de 2016 – Eli Mariott – Prefeito Municipal

EXTRATA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 007/2016

Página: 1/6

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 7/2016

Número do Registro de Preços: 7/2016			Data do Registro: 10/05/2016		Válido até: 10/05/2017		
Objeto da Compra: O presente Edital tem por objeto a seleção de propostas para futura e eventual AQUISIÇÃO DE UNIFORME ESCOLAR PARA DISTRIBUIÇÃO AOS ALUNOS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO, OBEDECENDO AO MODELO UTILIZADO PELA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA DO MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE - SC, conforme quantitativos e es							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Prego Unitário	Classif.
1	Camiseta Colegial, em malha Poliviscose, manga curta, tamanho nº 04, 06 e 08, conforme especificações do edital. (01-01-18865)	UN	MODA IVANA LTDA ME (1580)	ALTO IMPACT	0	8,8749	1
			HARMONIZE INDUSTRIA E COMERCIO TEXTIL LTDA - EPP (2967)	HARMONIZE	0	6,7962	2
			CONFECOES GURI LTDA - EPP (2966)	GURI	0	8,9041	3
2	Camiseta Colegial, em malha Poliviscose, manga curta, tamanho nº 10 e 12, conforme especificações do edital. (01-01-18866)	UN	MODA IVANA LTDA ME (1580)	ALTO IMPACT	0	9,0364	1
			HARMONIZE INDUSTRIA E COMERCIO TEXTIL LTDA - EPP (2967)	HARMONIZE	0	7,1959	2
			CONFECOES GURI LTDA - EPP (2966)	GURI	0	9,0645	3
3	Camiseta Colegial, em malha Poliviscose, manga curta, tamanho nº 14 e 16, conforme especificações do edital. (01-01-18867)	UN	MODA IVANA LTDA ME (1580)	ALTO IMPACT	0	9,5205	1
			HARMONIZE INDUSTRIA E COMERCIO TEXTIL LTDA - EPP (2967)	HARMONIZE	0	7,5956	2
			CONFECOES GURI LTDA - EPP (2966)	GURI	0	10,4281	3
4	Camiseta Colegial, em malha Poliviscose, manga curta, tamanho nº P, M, G, GG e EG, conforme especificações do edital. (01-01-18868)	UN	MODA IVANA LTDA ME (1580)	ALTO IMPACT	0	10,2466	1
			HARMONIZE INDUSTRIA E COMERCIO TEXTIL LTDA - EPP (2967)	HARMONIZE	0	7,9954	2
			CONFECOES GURI LTDA - EPP (2966)	GURI	0	11,2303	3

Página: 2/6

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 7/2016

Número do Registro de Preços: 7/2016			Data do Registro: 10/05/2016		Válido até: 10/05/2017		
Objeto da Compra: O presente Edital tem por objeto a seleção de propostas para futura e eventual AQUISIÇÃO DE UNIFORME ESCOLAR PARA DISTRIBUIÇÃO AOS ALUNOS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO, OBEDECENDO AO MODELO UTILIZADO PELA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA DO MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE - SC, conforme quantitativos e es							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
5	Jaqueta em Seletel com forro, modelo colegial, tamanho nº 04, 06 e 08, conforme especificações do edital. (01-01-18869)	UN	MODA IVANA LTDA ME (1580)	ALTO IMPACT	0	23,3978	1
			HARMONIZE INDUSTRIA E COMERCIO TEXTIL LTDA - EPP (2967)	HARMONIZE	0	23,9862	2
			CONFECOES GURI LTDA - EPP (2966)	GURI	0	26,4714	3
6	Jaqueta em Seletel com forro, modelo colegial, tamanho nº 10 e 12, conforme especificações do edital. (01-01-18870)	UN	MODA IVANA LTDA ME (1580)	ALTO IMPACT	0	24,2046	1
			HARMONIZE INDUSTRIA E COMERCIO TEXTIL LTDA - EPP (2967)	HARMONIZE	0	27,1844	2
			CONFECOES GURI LTDA - EPP (2966)	GURI	0	31,2844	3
7	Jaqueta em Seletel com forro, modelo colegial, tamanho nº 14 e 16, conforme especificações do edital. (01-01-18871)	UN	MODA IVANA LTDA ME (1580)	ALTO IMPACT	0	25,5762	1
			HARMONIZE INDUSTRIA E COMERCIO TEXTIL LTDA - EPP (2967)	HARMONIZE	0	31,1821	2
			CONFECOES GURI LTDA - EPP (2966)	GURI	0	32,0866	3
8	Jaqueta em Seletel com forro, modelo colegial, tamanho nº P, M, G, GG e EG, conforme especificações do edital. (01-01-18872)	UN	MODA IVANA LTDA ME (1580)	ALTO IMPACT	0	29,8524	1
			CONFECOES GURI LTDA - EPP (2966)	GURI	0	34,4931	2
			HARMONIZE INDUSTRIA E COMERCIO TEXTIL LTDA - EPP (2967)	HARMONIZE	0	35,9794	3

Página: 3/6

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 7/2016

Número do Registro de Preços: 7/2016			Data do Registro: 10/05/2016		Válido até: 10/05/2017		
Objeto da Compra: O presente Edital tem por objeto a seleção de propostas para futura e eventual AQUISIÇÃO DE UNIFORME ESCOLAR PARA DISTRIBUIÇÃO AOS ALUNOS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO, OBEDECENDO AO MODELO UTILIZADO PELA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA DO MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE - SC, conforme quantitativos e es							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
9	Calça em Seletel com forro, modelo colegial, tamanho nº 04, 06 e 08, conforme especificações do edital. (01-01-18873)	UN	MODA IVANA LTDA ME (1580)	ALTO IMPACT	0	18,3955	1
			CONFECOES GURI LTDA - EPP (2966)	GURI	0	16,8455	2
			HARMONIZE INDUSTRIA E COMERCIO TEXTIL LTDA - EPP (2967)	HARMONIZE	0	17,5899	3
10	Calça em Seletel com forro, modelo colegial, tamanho nº 10 e 12, conforme especificações do edital. (01-01-18874)	UN	MODA IVANA LTDA ME (1580)	ALTO IMPACT	0	19,6058	1
			CONFECOES GURI LTDA - EPP (2966)	GURI	0	19,2519	2
			HARMONIZE INDUSTRIA E COMERCIO TEXTIL LTDA - EPP (2967)	HARMONIZE	0	19,9885	3
11	Calça em Seletel com forro, modelo colegial, tamanho nº 14 e 16, conforme especificações do edital. (01-01-18875)	UN	MODA IVANA LTDA ME (1580)	ALTO IMPACT	0	20,8967	1
			CONFECOES GURI LTDA - EPP (2966)	GURI	0	21,2574	2
			HARMONIZE INDUSTRIA E COMERCIO TEXTIL LTDA - EPP (2967)	HARMONIZE	0	23,9862	3
12	Calça em Seletel com forro, modelo colegial, tamanho nº P, M, G e GG, conforme especificações do edital. (01-01-18876)	UN	MODA IVANA LTDA ME (1580)	ALTO IMPACT	0	22,4296	1
			CONFECOES GURI LTDA - EPP (2966)	GURI	0	23,2628	2
			HARMONIZE INDUSTRIA E COMERCIO TEXTIL LTDA - EPP (2967)	HARMONIZE	0	27,9840	3

Página: 4/6

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 7/2016

Número do Registro de Preços: 7/2016			Data do Registro: 10/05/2016		Válido até: 10/05/2017		
Objeto da Compra: O presente Edital tem por objeto a seleção de propostas para futura e eventual AQUISIÇÃO DE UNIFORME ESCOLAR PARA DISTRIBUIÇÃO AOS ALUNOS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO, OBEDECENDO AO MODELO UTILIZADO PELA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA DO MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE - SC, conforme quantitativos e es							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
13	Bermuda em Seletei, sem forro, modelo colegial, tamanho nº 04, 06 e 08, conforme especificações do edital. (01-01-18877)	UN	MODA IVANA LTDA ME (1580)	ALTO IMPACT	0	12,8285	1
			HARMONIZE INDUSTRIA E COMERCIO TEXTIL LTDA - EPP (2967)	HARMONIZE	0	10,3940	2
			CONFECOES GURI LTDA - EPP (2966)	GURI	0	10,4281	3
14	Bermuda em Seletei, sem forro, modelo colegial, tamanho nº 10 e 12, conforme especificações do edital. (01-01-18878)	UN	MODA IVANA LTDA ME (1580)	ALTO IMPACT	0	13,9580	1
			HARMONIZE INDUSTRIA E COMERCIO TEXTIL LTDA - EPP (2967)	HARMONIZE	0	11,9931	2
			CONFECOES GURI LTDA - EPP (2966)	GURI	0	12,8346	3
15	Bermuda em Seletei, sem forro, modelo colegial, tamanho nº 14 e 16, conforme especificações do edital. (01-01-18879)	UN	MODA IVANA LTDA ME (1580)	ALTO IMPACT	0	14,5228	1
			HARMONIZE INDUSTRIA E COMERCIO TEXTIL LTDA - EPP (2967)	HARMONIZE	0	14,3917	2
			CONFECOES GURI LTDA - EPP (2966)	GURI	0	16,0433	3
16	Bermuda em Seletei, sem forro, modelo colegial, tamanho nº P, M, G, GG e EG, conforme especificações do edital. (01-01-18880)	UN	MODA IVANA LTDA ME (1580)	ALTO IMPACT	0	15,1682	1
			HARMONIZE INDUSTRIA E COMERCIO TEXTIL LTDA - EPP (2967)	HARMONIZE	0	16,7904	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 7/2016

Página: 5/6

Número do Registro de Preços: 7/2016 Data do Registro: 10/05/2016 Válido até: 10/05/2017

Objeto da Compra: O presente Edital tem por objeto a seleção de propostas para futura e eventual AQUISIÇÃO DE UNIFORME ESCOLAR PARA DISTRIBUIÇÃO AOS ALUNOS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO, OBEDECENDO AO MODELO UTILIZADO PELA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA DO MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE - SC, conforme quantitativos e es

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
------	---------------	-------	------------	-------------	-------------	----------------	----------

CONFECOES GURI LTDA - EPP (2966) GURI 0 19,2519 3

Página: 6/6

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 7/2016

Número do Registro de Preços: 7/2016		Data do Registro: 10/05/2016		Válido até: 10/05/2017			
Objeto da Compra: O presente Edital tem por objeto a seleção de propostas para futura e eventual AQUISIÇÃO DE UNIFORME ESCOLAR PARA DISTRIBUIÇÃO AOS ALUNOS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO, OBEDECENDO AO MODELO UTILIZADO PELA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA DO MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE - SC, conforme quantitativos e es							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descdo. (%)	Preço Unitário	Classif.

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)

REGISTRO DE PREÇOS Nº 7/2016
PROCESSO Nº 19/2016
(1580) - MODA IVANA LTDA ME
(2966) - CONFECOES GURI LTDA - EPP
(2967) - HARMONIZE INDUSTRIA E COMERCIO TEXTIL LTDA - EPP

Novo Horizonte, 10 de Maio de 2016.

Palhoça

PREFEITURA

PREGÃO PRESENCIAL RP - 51/2016 - MOVEIS PARA ADMINISTRAÇÃO

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL RP Nº 51/2016

O Município de Palhoça torna público que fará realizar no dia 24 de maio de 2016, às 09:00 h, na Sala da Comissão Permanente de Licitações, no Centro Administrativo da Prefeitura Municipal, situado a Av. Hilza Terezinha Pagani, 280 - Parque Residencial Pagani - Palhoça/SC, a abertura do PREGÃO PRESENCIAL- REGISTRO DE PREÇO Nº. 51/2015, que tem por objeto a contratação de empresa para fornecimento de cadeiras longarinas de 3 e 4 lugares, executiva e poltrona presidente para a Secretaria de Administração do Município de Palhoça. O edital que está embasado na lei de licitações, encontra-se à disposição dos interessados no endereço acima citado, das 07:00 às 13:00 horas, ou pelo site: www.palhoca.atende.net. Palhoça, 11 de maio de 2016. CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS – Prefeito Municipal.

RESULTADO DE PROCESSO LICITATÓRIO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 039/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA
RESULTADO
PROCESSO LICITATÓRIO
PREGÃO PRESENCIAL nº 039/2016

A COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO torna público para fins de intimação e conhecimento dos interessados, o resultado do PROCESSO LICITATÓRIO Nº 039/2016, na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, que tem como objeto a aquisição Relógio de Ponto Biométrico para registro de ponto dos funcionários públicos (efetivos e comissionados) a serem instalados nas instituições de ensino e demais segmentos administrativos vinculados a Secretaria Municipal de Educação do Município de Palhoça/SC, através de Registro de Preços, conforme discriminado no anexo I do edital.

CLASSIFICAÇÃO DAS EMPRESAS:

A empresa M. SCHMITT COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS ELETRÔNICOS LTDA ME ficou classificada em 1º lugar, totalizando R\$168.000,00 (cento e sessenta e oito mil reais).

Palhoça, 10 de maio de 2016.

TOMADA DE PREÇOS 038/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA
RESUMO DE JULGAMENTO
PROCESSO LICITATÓRIO TOMADA DE PREÇOS Nº038/2016

A Prefeitura Municipal de Palhoça torna público para fins de intimação e conhecimento dos interessados, o resultado do julgamento dos Documentos de Habilitação apresentados para o PROCESSO LICITATÓRIO Nº038/2016, na modalidade TOMADA DE PREÇOS, que consiste na implantação de medida moderadora de tráfego (RÓTULA) na Avenida Vidal Procópio Lohn com a Rua Jacob Weingartner, Centro (LOTE 01); implantação de medida moderadora de tráfego (RÓTULA) na Avenida Vidal Procópio Lohn com a Avenida Rio Grande, Centro (LOTE 02) e Implantação de medida moderadora de tráfego (RÓTULA) na Avenida dos Lagos com Avenida Pedra Branca – Pedra Branca (LOTE 03), neste Município.

RESULTADO:

Não houve nenhum proponente para o certame. Diante disto, esta Comissão decide ARQUIVAR o presente processo por ter sido considerado DESERTO.

Palhoça, 10 de Maio de 2016.
CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA**EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 015/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA.

TERMO ADITIVO Nº 015/2016, PRIMEIRO TERMO ADITIVO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 027/2016 – PARTES: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e pessoa jurídica PONTAMED FARMACÊUTICA LTDA. OBJETO: – Fica alterada a empresa fornecedora do item 37 (Cloridrato de propafenona 300mg caixa com 30 comp.) da Ata de Registro de Preços nº 027/2016 para a empresa Pontamed Farmacêutica LTDA. O valor unitário do item 37 passa a ser R\$ 39,66 (trinta e nove reais e sessenta e seis centavos).

DATA: 27/04/2016.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 28/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 28/2016.

O Município de Palhoça, por intermédio da Secretaria Municipal de Saúde de Palhoça, torna público, que se acha aberto edital de licitação, na modalidade Pregão Presencial nº 28/2016, objeto: Contratação de empresa para a manutenção preventiva e corretiva, e fornecimento de peças para equipamentos médico-hospitalar, odontológico, fisioterapia e laboratório. Manutenção corretiva de relógio ponto com fornecimento de peças, no dia 25 de maio de 2016, às 13:30h, recebimento dos envelopes contendo as propostas e documentações, abertura das propostas, lances e abertura dos documentos de habilitação, Sala de Licitações da Secretaria Municipal de Saúde, Centro Comercial Pagani (Prédio do Banco do Brasil), 3º andar, sito na Av. Atílio Pagani, 855 – Bairro Pagani - Palhoça/SC. O edital convocatório, encontram-se à disposição dos interessados no endereço acima citado, bem como no site: palhoca.atende.net. Maiores informações fones: (48) 3047-5585 ou 3047-5557, das 13:00 às 19:00 horas. Palhoça, 10 de maio de 2016. Rosiméri Hilda Coelho Pregoeira Oficial Sec. de Saúde

Palmitos

PREFEITURA

PROCESSO 57/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMITOS

Processo Licitatório nº 57/2016. Modalidade: Tomada de Preço 14/2016. Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA CONSTRUÇÃO DE PASSEIOS PÚBLICOS NA RUA ANITA GARIBALDI (TRECHO I, II E III) E RUA JOÃO XXIII (TRECHO IV, V E VI), NO MUNICÍPIO DE PALMITOS-SC. Data de entrega dos envelopes: 30/05/2016 até às 08:30 horas. Data da abertura: 30/05/2016 até às 09:00 horas. Edital disponível no Setor de Licitações da Prefeitura. Palmitos, 10 de Maio de 2016. Norberto Paulo Gonzatti – Prefeito Municipal.

Papanduva

CÂMARA MUNICIPAL

EXTRATO DE CONTRATO Nº 13/2016

EXTRATO DE CONTRATO Nº 13/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PAPANDUVA
CÂMARA MUNICIPAL DE PAPANDUVA

CONTRATO Nº: 008/2016

Nº DO TERMO ADITIVO: 005/2016 - 1º ADITIVO AO CONTRATO DE FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE POLTRONAS Nº 008/2016.
CONTRATADO: PAULINEIA LOTTERMANN REIS - ME
CNPJ: 10.936.352/0001-07

PROCESSO LICITATÓRIO VINCULADO: PROCESSO LICITATÓRIO Nº 004/2016 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 002/2016

OBJETO: CONSTITUIÇÃO DO PRESENTE CONTRATO A AQUISIÇÃO E INSTALAÇÃO DE NOVO MOBILIÁRIO NO QUE DIZ RESPEITO ÀS POLTRONAS PARA SALA DOS SERVIDORES, PARA RECEPÇÃO NAS SALAS, PARA SALA DE REUNIÕES, RECEPÇÃO, PLENARINHO, BEM COMO POLTRONAS FIXAS PARA O PLENÁRIO PRINCIPAL.

DATA DE ASSINATURA DO CONTRATO: 08/04/2016

VIGÊNCIA DO CONTRATO: 08/04/2016 a 07/04/2017

DATA DE ASSINATURA DO ADITIVO DO CONTRATO: 10/05/2016

VALOR ORIGINAL: R\$ 73.496,00

VALOR DO ADITIVO: R\$ 13.729,60

CÂMARA MUNICIPAL DE PAPANDUVA, 10 DE MAIO DE 2016.

GIRSELIANO MOREIRA DA SILVA

PRESIDENTE

VISTO E APROVADO PELA PROCURADORIA JURÍDICA

LUIZ EDUARDO SALIBA

PROCURADOR JURÍDICO

OAB/SC 33.396

Paulo Lopes

PREFEITURA

LEI Nº 1669/2016

LEI Nº 1669/2016

Altera a Lei n. 1.656/2015, e dá outras providências.

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, na forma do art. 66, inciso III, faz saber a todos que a câmara aprovou e ele sanciona a seguinte lei:

Art. 1º. Fica criado o Parágrafo Único do art. 1º da Lei n. 1.656/2015, o qual terá o seguinte teor:

Art. 1º. [...]

“Parágrafo Único: Para o pagamento do principal, juros, tarifas bancárias e outros encargos da operação de crédito, fica o Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul – BRDE autorizado a vincular em garantia da operação de crédito, em caráter irrevogável e irretratável, as quotas partes de receitas advindas do FPM e/ou ICMS”.

Art. 2º. Esta lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS

Prefeito Municipal

Publicado a presente Lei no Diário Oficial dos Municípios, em 11 de maio de 2016.

ALMERY ALCIDES VIEIRA

Sec. Mun. de Administração

Penha

PREFEITURA

2637

DECRETO Nº 2637/2016
ABRECRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE PENHA/SC.

Evandro Eredes dos Navegantes, Prefeito Municipal de Penha, no uso de suas atribuições legais, e autorizado conforme Lei 2795, de 18 de dezembro de 2015.

Art. 1º Fica aberto no orçamento do Município de Penha, crédito adicional suplementar no valor de R\$ 87.653,32 (Oitenta e sete mil, seiscentos e cinquenta e três reais e trinta e dois centavos), conforme inciso I, art. 11 da Lei Municipal nº 2795 de 18 de dezembro de 2015, para a suplementação do seguinte programa:

Órgão: 10 – Secretaria de Educação e Cultura
Unidade Orçamentária: 03 – Departamento de Ensino
Funcional: 12.361.0009
Atividade: 2.023 – Funcionamento e Manutenção do Ensino Fundamental
Fonte de Recursos: 0633 – Transferências de Convênio - Educação
Elemento: 3.3.90.00.00.00.00.00 (076) - Aplicações diretas

Art. 2º - De acordo com a Lei 4.320/1964, art. 43, parágrafo 1º, inciso II, serviram como recursos para abertura do crédito suplementar de que trata o presente Decreto as receitas provenientes de excesso de arrecadação, apuradas até a presente data.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Penha/SC, 10 de maio de 2016.
Evandro Eredes dos Navegantes
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto na Secretaria da Administração, aos dez dias do mês de maio do ano de dois mil e dezesseis.

Daniele Schweger de Souza Lunge
Secretária da Administração

2638

DECRETO Nº 2638/2016
ABRECRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, NOS TERMOS DO ARTIGO 40, 41, 42 E 43, DA LEI Nº 4.320, DE 17 DE MARÇO DE 1964 E ARTIGO 12 DA LEI MUNICIPAL 2795 DE 18 DE DEZEMBRO DE 2015.

Art. 1º - Fica aberto crédito adicional suplementar no valor de R\$ 247.941,86 (Duzentos e quarenta e sete mil novecentos e quarenta e um reais e oitenta e seis centavos), conforme art. 12 da Lei Municipal nº 2795/15 de 18 de dezembro de 2015, como segue:

Órgão: 08 – Secretaria Municipal do Desenvolvimento Econômico Sustentável
Unidade Orçamentária: 02 – Departamento do Meio Ambiente
Programa de Trabalho: 04.122.0007
Atividade: 2.016 – Funcionamento e Manutenção do Departamento de Meio Ambiente
Fonte de Recursos: 0630 – Transferência de Convênios - Outros
3.3.90.00.00.00.00.00/053 – Aplicações Diretas

Art. 2º - Os recursos necessários para atendimento ao crédito

suplementar aberto na forma do Art. 1º, correrão à conta do Superávit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior, conforme Lei Federal nº 4.320 de 17/03/1964.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Penha/SC, 10 de maio de 2016.
EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto na Secretaria da Administração, aos dez dias do mês de maio do ano de dois mil e dezesseis.

DANIELE SHWEGER DE SOUZA LUNGE
Secretária da Administração

2816/2016

LEI Nº 2816/2016

DÁ DENOMINAÇÃO OFICIAL A RUA DO MUNICÍPIO – “RUA JUVENAL PEREIRA DE OLIVEIRA”

EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES, Prefeito Municipal, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições conferidas por Lei, FAÇO SABER a todos os habitantes deste Município que a Câmara dos Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica autorizado o Chefe do Poder Executivo municipal a denominar de RUA JUVENAL PEREIRA DE OLIVEIRA, a Rua D, do loteamento Parque Residencial Fernanda, entre as Ruas Nereu Assis e Umbelino Alberto Lessa, medindo 350,14 (trezentos e cinquenta metros e quatorze centímetros) de comprimento e 11,37 (onze metros e trinta e sete centímetros) de largura, na localidade do Mariscal.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando disposições em contrário.

Penha/SC, 09 de maio de 2016.
EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada a presente Lei na Secretaria de Administração, aos nove dias do mês de maio do ano de dois mil e dezesseis.

DANIELE SCHWEGER DE SOUZA LUNGE
Secretária da Administração

CONVOCAÇÃO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 04/2015- TÉCNICO EM ENFERMAGEM EDITAL DE CONVOCAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Penha, vem por meio desta convocar o(a) candidato(a) para se apresentar na Prefeitura Municipal de Penha, ao departamento de Recursos Humanos, endereço Avenida Nereu Ramos, nº 08 - Centro, até o dia 19/05/2016, das 08:00hrs às 11:30hrs ou das 13:30hrs às 17:00hrs, conforme Processo Seletivo Edital nº 04/2015.

Cargo: TÉCNICO EM ENFERMAGEM

COLOCAÇÃO NOME

02º. SIMONE SOUZA GAYA

O(a) candidato(a) deverá apresentar os seguintes documentos:

- Fotocópia Cédula de Identidade;
- Fotocópia Certidão de Nascimento ou de Casamento, conforme o caso;
- Fotocópia Cadastro de Pessoa Física na Receita Federal (CPF);
- Fotocópia Cartão do PIS/PASEP, se possuir;
- Fotocópia Certidão de Nascimento dos filhos menores de 21 anos;
- Original Certidão de quitação eleitoral atualizada emitida pela justiça eleitoral que poderá ser retirada pelo site www.tse.gov.br;
- Fotocópia Documento que comprove a escolaridade exigida para assumir o emprego;
- Certificado de Reservista ou de Dispensa de Incorporação, se for masculino;
- Fotocópia Título de Eleitor e comprovante de votação na última eleição;
- Original Declaração de que não se encontra em situação de acúmulo ilegal de proventos, funções, empregos e cargos públicos, nos termos do inciso XVI do Art. 37 da Constituição Federal, devidamente preenchida e assinada, Conforme anexo IV;
- Original Declaração de bens e valores que integram o patrimônio privado, conforme resolução Tc 10/94 e Lei Complementar 202/00, devidamente preenchida e assinada, Conforme anexo V;
- Original Uma fotografia 3x4, recente, de frente;
- Original Declaração de não demissão do serviço público municipal, estadual ou federal, devidamente preenchida e assinada, Conforme anexo VI;
- Original Atestado de antecedentes criminal Estadual pelo site www.tjsc.jus.br/Federal pelo site www.trf4.jus.br passado pelo Distribuidor Público, do local de residência ou domicílio do candidato;
- Original Carteira de trabalho, junto com uma cópia onde consta o número, a série e a qualificação da mesma;
- Fotocópia do comprovante de endereço atualizado;
- Original Aptidão física e mental para exercício da função mediante apresentação de atestado laboral, emitido pelo médico do trabalho;
- Fotocópia Cartão da Conta no Banco Bradesco, agência 2835-5.

OBS:

Os documentos previstos nos itens acima deverão ser apresentados na forma de fotocópia autenticada ou mera fotocópia, desde que o candidato apresente o original para conferência no local da entrega.

O não cumprimento dos prazos, a não apresentação da documentação prevista ou a não comprovação do requisito para a nomeação no emprego especificado neste Edital, mesmo para os que vierem a ser criados em legislação superveniente ou forem considerados necessários, impedirá a nomeação do candidato e implicará na eliminação do Processo Seletivo, e na nulidade da classificação e na perda dos efeitos, sem prejuízo das sanções penais aplicáveis, sendo convocado o candidato seguinte para preencher a vaga, atendendo-se ao estabelecido neste edital.

Penha/SC, 10 de maio de 2016.

DANIELE SCHWEGER DE SOUZA LUNGE
Secretária da Administração

ANEXO IV
DECLARAÇÃO

Eu, _____, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. _____, com RG nº. _____, residente e domiciliado na Rua _____, nº. _____, Cidade de _____/SC, declaro a quem possa interessar que:

- Acumulo cargo ou função pública, conforme legislação aplicável;
- ☐ SIM ☐ NÃO

2. Sofri qualquer penalidade disciplinar no exercício de função pública exercida anteriormente.

☐ SIM ☐ NÃO

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), _____, de _____, de 2016.

ANEXO V

DECLARAÇÃO DE BENS E PARENTESCO

(Preencher de próprio punho, em letra cursiva, com caneta esferográfica de tinta preta ou azul e sem rasuras)

1 – IDENTIFICAÇÃO DO DECLARANTE:

NOME: _____

_____, brasileiro (a),

☐ SOLTEIRO (A) ☐ CASADO (A) (A) OUTROS _____

CPF nº. _____, RG nº. _____

Rua= _____

_____, nº. _____, Bairro: _____

_____, Cidade de _____/SC.

Declaro a quem possa interessar que:

2 - Acumulo cargo ou função pública, conforme legislação aplicável;

☐ SIM ☐ NÃO

3 - Sofri qualquer penalidade disciplinar no exercício de função pública exercida anteriormente.

☐ SIM ☐ NÃO

4 – VÍNCULO FUNCIONAL DO SERVIDOR:

Entrada

☐ Efetivo Cargo: _____/_____/_____

☐ Contratado (ACT) Cargo: _____/_____/_____

☐ Efetivo ocupante de cargo comissionado Cargo: _____/_____/_____

☐ Efetivo em função gratificada Cargo: _____/_____/_____

☐ Comissionado Cargo: _____/_____/_____

5 – FONTES DE RENDA:

DENOMINAÇÃO/CNPJ: _____

ENDEREÇO: _____

RENDA ANUAL: _____

6 – RELAÇÃO DOS BENS NA POSSE

ESPECIFICAÇÃO	DATA AQUISIÇÃO	VALOR

7 – RELAÇÃO DAS OCUPAÇÕES DE DIREÇÃO NOS ÚLTIMOS DOIS ANOS

8 – DECLARAÇÃO DE PARENTESCO

Possui grau de parentesco, até 3º grau, com prefeito ou Vice-Prefeito?

☐ SIM ☐ NÃO QUAL? _____

Possui grau de parentesco, até 3º grau, com dirigentes dos órgãos da administração pública direta ou indiretamente (secretário, diretor, coordenador e chefe de setor)?

☐ SIM ☐ NÃO QUAL? _____

Possui relação familiar ou parentesco até 3º grau, com servidores ocupantes de cargos efetivos ou funções gratificadas nesta Prefeitura Municipal de Penha - SC

☐ SIM ☐ NÃO QUAL? _____

Sob pena de responsabilidade Penal, Cível e Administrativa, nos termos do art. 299 do código Penal Brasileiro, e para dar cumprimento ao que dispõe a Constituição Federal, DECLARO O GRAU DE PARENTESCO, consanguíneo ou civil, em linha reta, colateral ou de afinidades (art. 1591 e seg. CC/2002) com as autoridades, acima mencionadas. Base legal: código penal, falsidade ideológica e súmula vinculante nº13.

Posse: _____ *Penha(SC), _____, de _____, de _____.

Assinatura

ANEXO VI
DECLARAÇÃO

Eu, _____, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. _____, com RG nº. _____, residente e domiciliado na Rua _____, nº. _____, Cidade de _____/SC, declaro a quem possa interessar que não sofri demissão do serviço público municipal, estadual ou federal.

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), _____, de _____, de 2016.

DECRETO Nº 2636/2016

DECRETO Nº 2636/16

EXONERA COORDENADOR DE TECNOLOGIA E INFORMÁTICA

O Prefeito Municipal de Penha, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 92, inciso I, L, da Lei Orgânica Municipal, e Lei 02/1998. DECRETA:

Art. 1º-	Fica exonerado a pedido, o Sr. FABIANO GOMES DE SOUZA, do cargo em comissão de COORDENADOR DE TECNOLOGIA E INFORMÁTICA, da Secretaria Municipal de Educação e Cultura.
Art. 2º-	Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando o Decreto nº 2246/2015.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE

Penha, 10 de maio de 2015.
EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado o presente Decreto na Secretaria da Administração, aos dez dias do mês de maio do ano de dois mil e dezesses.

DANIELE SCHWEGER DE SOUZA LUNGE
Secretária da Administração

PORTARIA Nº 187/2016

PORTARIA Nº 187/2016

EMPREGO PÚBLICO ESF Nº 01/2013

O Prefeito Municipal de Penha, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 92, II, a, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

NOMEAR: ANDRÉ BASTOS CAMARGO, aprovado no Concurso de Emprego Público ESF nº 01/2013, para ocupar o cargo de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, Bairro Gravatá, com uma carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, a contar desta data.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE

Penha, 10 de maio de 2016.
EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado a presente Portaria nesta Secretaria, aos dez dias do mês de maio do ano de dois mil e dezesses.

DANIELE SCHWEGER DE SOUZA LUNGE
Secretária da Administração

PORTARIA Nº 188/2016

PORTARIA Nº 188/16

O Prefeito Municipal de Penha, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 92, II, a, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

EXONERA: a pedido, a Sra. ANGELA LIMALANZIANI, do cargo de FONO-AUDIÓLOGO, com uma carga horária de 20 (vinte) horas semanais, a contar desta data. Revogando o Decreto nº 166/2015.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE

Penha, 10 de maio de 2016.
EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado a presente Portaria nesta Secretaria, aos dez dias do mês de maio do ano de dois mil e dezesses.

DANIELE SCHWEGER DE SOUZA LUNGE
Secretária da Administração

TERMO DE RESCISAO 37/2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA
ESTADO DE SANTA CATARINA

TERMO DE RESCISÃO DE CONTRATO Nº 37/2016.

Fica rescindido o Contrato nº 27/2016-FMS, firmado entre a Sra. SHEILA GODINHO DA ROCHA TROMBINI e esta PREFEITURA, em 21 de março de 2016, por interesse próprio, a contar desta data:

Penha, 09 de maio de 2016.

EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES
Prefeito Municipal

SHEILA GODINHO DA ROCHA TROMBINI
Contratado (a)

TESTEMUNHAS:

DANIELE S. DE SOUZA LUNGE
Secretária de Administração

Z:\DOCUMENTOS 2016\RESCISÃO\37-SHEILA GODINHO DA ROCHA TROMBINI.docx

Peritiba

PREFEITURA

ADENDO PROCESSO SELETIVO 02 2016

PRIMEIRO ADENDO AO EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 02/2016, DE 20 DE ABRIL DE 2016

OMUNICÍPIO DE PERITIBA, SC, inscrito no CNPJ sob nº 82.815.085/0001-20, com sede administrativa na Rua Frei Bonifácio, 63, Centro, CEP 89750-000, neste ato representado por sua Prefeita Municipal, senhora NEUSA KLEIN MARASCHINI, torna público o Primeiro Adendo ao Edital de Processo Seletivo nº 02/2016.

1. O item 6 do Edital de Processo Seletivo nº 02/2016 passa a vigorar com a seguinte redação:

6. DAS PROVAS

6.1. As provas serão escritas objetivas de caráter classificatório aplicada para todos os cargos.

6.2. A interpretação das questões faz parte da prova, qualquer dúvida ou insurgência só será averiguada posteriormente em eventual recurso.

6.3. O candidato que não comparecer para a realização da prova no horário indicado por este Edital será automaticamente eliminado.

6.4. A relação dos cargos com o tipo de prova a que os candidatos estarão submetidos constam no Item 1 deste Edital.

6.5. Para o cargo de operador de máquinas a prova escrita e a prova prática terão escala de 0 a 10 (zero a dez) pontos cada, sendo a nota final calculada de acordo com a fórmula abaixo descrita:

$NF = \text{Nota Prova Objetiva} + \text{Nota prova prática} / 22$

2. Ficam ratificadas as demais cláusulas do Edital.

Peritiba, SC, 09 de Maio de 2016.

NEUSA KLEIN MARASCHINI

Prefeita Municipal

NOTIFICAÇÃO 05/2016

Edital de Notificação nº 05/2016

NEUSA KLEIN MARASCHINI, prefeita de Peritiba, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere o artigo 2º da Lei Federal nº 9.452 de 20 de março de 1997, NOTIFICA pelo presente EDITAL, todos os Partidos Políticos, Sindicatos de Trabalhadores, Entidades Empresariais do Município e demais interessados, que a Prefeitura Municipal de Peritiba, recebeu recursos financeiros do Governo Federal, de acordo com as especificações a seguir:

Recursos recebidos no período de 01/04/2016 a 30/04/2016.

Rúbrica	Descrição	Valor
417213300000001	Transferências SUS - PAB Fixo-Piso de Atenção Básica	R\$ 12.996,00
417213300000003	Transferências SUS – PSF-Programa Saúde da Família	R\$ 7.130,00
417213300000004	Transferências SUS – PACS- Agentes Com. de Saúde	R\$ 7.098,00
417213300000005	Transferências SUS – FAR - Farmácia Básica	R\$ 0,00
417213300000006	Transferências SUS – E.C.D. Vig. Epidemiológica	R\$ 1.172,11
417213300000007	Transferências SUS – VS- Vig. Sanitária	R\$ 752,82
417213300000008	Transferências SUS – PSB - Saúde Bucal	R\$ 2.230,00
417213300000009	Transferências SUS – MAC- Média e Alta Complexidade	R\$ 3.213,34
417213300000010	Transferências SUS – PMAQ- Prog. Melhoria no Acesso e Qualidade	R\$ 0,00
417213300000011	Transferências SUS – NASF- Núcleo de Apoio a Saúde da Família	R\$ 8.000,00
417213300000014	Transferências SUS – CEO – Centro de Especialidade Odontológicas	R\$ 0,00
417213300000015	Transferências SUS – BSOR-SM	R\$ 7.500,00
417213400000002	Transferências FNAS – IGD/BF	R\$ 0,00
417213400000003	Transferências FNAS – PSB-Proteção Social Básica	R\$ 0,00
417213414000000	Transferências FNAS – IGD – Suas	R\$ 0,00
417213415000000	Transf. FNAS – SCFV Serviço de Fortalecimento de Vínculos	R\$ 0,00
417213501000000	Transferências do Salário Educação	R\$ 10.604,21
417213503000000	Transf. Diretas do FNDE – PNAE-Ensino Fundamental	R\$ 972,00
417213503000000	Transf. Diretas do FNDE – PNAE- Pré - Escola	R\$ 750,00
417213503000000	Transf. Diretas do FNDE – PNAE-Creche	R\$ 1.980,00
417213503000000	Transf. Diretas do FNDE – PNAE-AEE	R\$ 30,00
417213504000000	Transf. Diretas do FNDE – PNATE – Ensino Médio	R\$ 583,32
417213504000000	Transf. Diretas do FNDE – PNATE – Ensino Fundamental	R\$ 1.464,50

417213504000000	Transf. Diretas do FNDE – PNATE – Ensino Infantil	R\$ 148,93
		R\$ 66.625,23

Total dos Recursos Recebidos no Período R\$ 66.625,23 (Sessenta e seis mil seiscentos e vinte e cinco reais e vinte e três centavos).

Maiores informações a respeito do valor liberado e a íntegra dos Termos supramencionado, podem ser obtidas na Secretaria Municipal de Administração e Finanças, na Prefeitura Municipal de Peritiba, situada na Rua Frei Bonifácio, 63, Centro, ou pelo telefone (49) 3453-1122/3453-1132/3453-1142

PERITIBA(SC), em 04 de Maio 2016.

NEUSA KLEIN MARASCHINI

Prefeita de Peritiba

CÂMARA MUNICIPAL

EDITAL Nº 2-2016

“Dispõe sobre a Publicidade da Audiência Pública para dar cumprimento ao quanto determina o § 4º do Art. 9º, da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) e dá outras providências”

O presidente da Comissão de Finanças e Orçamento da CÂMARA MUNICIPAL DE PERITIBA – Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber a todos os munícipes que:

CONSIDERANDO, que esta municipalidade deverá cumprir o quanto determina o § 4º do Art. 9º, da Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Nº 101/2000);

CONSIDERANDO, que a cada quadrimestre, o Poder Executivo demonstrará e avaliará o cumprimento das metas fiscais.

RESOLVE:

Art. 1º Fica marcada para o dia 30 de maio do corrente ano, audiência pública do 1º quadrimestre do ano de 2016.

§ 1º A audiência que trata o caput deste artigo será realizada na Sala de Sessões da Câmara Municipal, sito à Rua Frei Bonifácio, nesta cidade, às 19h45min.

§ 2º Ficam convidadas todas as autoridades deste município, bem como todos os munícipes, para dar ciências do quanto determinado do § 4º, do Art. 9º da (LRF).

Art. 2º Este edital entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Peritiba, 09 de maio de 2016.

Marino Maltauro

Presidente

Pinheiro Preto

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO Nº 039/2016 MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL

AVISO DE LICITAÇÃO - MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO
EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 039/2016
MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL

OMUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO, através de seu Prefeito, faz saber a todos, que realizará na data de 25/05/2016, licitação modalidade Pregão Presencial nº 039/2016, visando a AQUISIÇÃO DE UM VEÍCULO TIPO AMBULÂNCIA NOVO PARA A SECRETARIA DE SAÚDE. DATA DO RECEBIMENTO DOS ENVELOPES CONTENDO DOCUMENTOS E PROPOSTA DE PREÇOS: 25/05/2016, até às 10:00hs, com abertura dos envelopes contendo as propostas de preço nesta mesma data, às 10:15 hs. Maiores informações poderão ser obtidas na Sede Administrativa de Pinheiro Preto, sito na Av. Mal. Costa e Silva, n. 111, fone (49) 3562 2000, ou pelo site www.pinheiropreto.sc.gov.br

CENTRO ADMINISTRATIVO DE PINHEIRO PRETO, 06 DE MAIO DE 2016.
EUZÉBIO CALISTO VIECELI
Prefeito Municipal

AVISO DE LICITAÇÃO Nº 005/2016 MODALIDADE TOMADA DE PREÇOS EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL

AVISO DE LICITAÇÃO
MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO
EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 005/2016
MODALIDADE TOMADA DE PREÇOS
EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL

OMUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO, através de seu Prefeito, faz saber a todos, que realizará na data de 30/05/2016, Licitação Modalidade TOMADA DE PREÇOS nº 005/2016, que visa a contratação de empresa para execução de obras e serviços de engenharia relacionados à construção e instalação de torres, fornecimento de equipamentos para transmissão do sinal de internet.

DATA DO RECEBIMENTO DOS ENVELOPES CONTENDO DOCUMENTOS E PROPOSTAS DE PREÇOS: 30/05/2016, até às 10:00hs, com abertura dos envelopes contendo as propostas de preços nesta mesma data, às 10:15 hs.

Maiores informações poderão ser obtidas na Sede Administrativa de Pinheiro Preto, sito na Av. Mal. Costa e Silva, n. 111, fone (49) 3562-2000, ou pelo site www.pinheiropreto.sc.gov.br.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE PINHEIRO PRETO-SC, 06 DE MAIO DE 2016.
EUZÉBIO CALISTO VIECELI
Prefeito Municipal

CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º: 159/2016.

CONTRATO ADMINISTRATIVO
CONTRATO DE FORNECIMENTO DE SERVIÇOS TÉCNICOS GENERALIZADOS N.º: 159/2016.

Termo de Contrato de FORNECIMENTO DE SERVIÇOS TÉCNICOS GENERALIZADOS, celebrado entre o MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO, ESTADO DE SANTA CATARINA, e SERGIO CARLESSO, autorizado através da Licitação nº 031/2016, Processo Administrativo nº 097/2016 modalidade PREGÃO PRESENCIAL.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO
CNPJ-MF nº. 82.827.148/0001-69
Endereço (sede): Avenida Mal. Costa e Silva, 111
Centro, Pinheiro Preto - SC.
Representada por: EUZÉBIO CALISTO VIECELI

CONTRATADA: Empresa: SERGIO CARLESSO
CPF n.º. 049.806.078-02
Endereço: Rua Bruno Terebinto, nº 11 - Tangará - SC
Representada por: SERGIO CARLESSO

Em conformidade com o processo de licitação na modalidade Pregão nº 031/2016, homologado em 03/05/2016, na forma e condições estabelecidas nas cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Prestação de serviços técnicos especializados de Professor de Violão e Canto, carga horária de 5 horas semanais.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO E DO PAGAMENTO

2.1 – A(o) CONTRATADA(A) obriga-se a fornecer o objeto deste instrumento, especificado(s) e quantificado(s) na cláusula primeira, pelo preço MENSAL de R\$ 1.100,00 (um mil e cem reais), devendo a despesa correr à Conta das seguintes dotações orçamentárias:

Unidade Gestora: 4 - Fundo Municipal de Assistência Social de Pinheiro Preto
Órgão Orçamentário: 4000 - FUNDO DE ASISTENCIA SOCIAL
Unidade Orçamentária: 4001 - FUNDO DE ASISTENCIA SOCIAL
Função: 8 - Assistência Social
Subfunção: 244 - Assistência Comunitária
Programa: 5 - Assistência Social Geral
Ação: 2.63 - Manutenção CRAS Recurso PAIF - Serv. de Prot. Social Básica a Fam. (Piso Fixo)

Unidade Gestora: 4 - Fundo Municipal de Assistência Social de Pinheiro Preto
Órgão Orçamentário: 4000 - FUNDO DE ASISTENCIA SOCIAL
Unidade Orçamentária: 4001 - FUNDO DE ASISTENCIA SOCIAL
Função: 8 - Assistência Social
Subfunção: 244 - Assistência Comunitária
Programa: 5 - Assistência Social Geral
Ação: 2.63 - Manutenção CRAS Recurso PAIF - Serv. de Prot. Social Básica a Fam. (Piso Fixo)

2.2 - O pagamento será efetuado até o 5º após a apresentação da Nota Fiscal ou documento equivalente, observado o cumprimento integral das disposições contidas no edital convocatório e neste contrato.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA E HORÁRIO

3.1 Para fins de execução, o CONTRATO VIGORARÁ:

- a) Início: 01/05/16
- b) Término: 15/12/2016.

3.2. Os serviços a serem prestados consistirão:

3.2.1. Oficinas para beneficiários dos programas de transferência de renda do Ministério de Desenvolvimento Social – MDS.

3.2.2. As aulas serão ministradas nos seguintes dias e respectivos horários:

- a) Oficina de Violão e Canto: terças e quintas a tarde.

Parágrafo único. Havendo interesse e necessidade pública, referidos horários poderão ser alterados.

CLÁUSULA QUARTA - PENALIDADES E DA RESCISÃO.

4.1. DAS PENALIDADES

DESCUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES

4.1 - Se a (o) CONTRATADA(o) descumprir as condições deste Pregão ficará sujeito às penalidades estabelecidas nas Leis nº 10.520/2002 e 8.666/93.

4.2 - Nos termos do artigo 87 da Lei 8.666/93, pela inexecução total ou parcial deste contrato, o Município de Pinheiro Preto, poderá aplicar à empresa vencedora, as seguintes penalidades:

- a) Advertência;
- b) Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor da proposta.

4.3 - Nos termos do artigo 7º da Lei n. 10.520/2002, se o licitante, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, não celebrar contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução do seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, garantido o direito prévio de citação e da ampla defesa, ficará impedido de licitar e contratar com o Município, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas no Edital e no contrato e das demais cominações legais.

4.4 - Nenhum pagamento será processado à proponente penalizada, sem que antes este tenha pago ou lhe seja relevada a multa imposta.

4.1 - DA RESCISÃO

4.1 - O contrato poderá ser rescindido nos termos da Lei n. 8666/93.

4.2 - Nos casos de rescisão, previstos nos incisos I a XI e XVIII do artigo 78 da Lei nº 8.666/93, sujeita-se a empresa contratada ao pagamento de multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato.

V - VINCULAÇÃO DO CONTRATO

5.1 - O presente contrato está vinculado à licitação oriunda do edital de Pregão nº 013/2014, obrigando-se à CONTRATADA em manter a vigência do presente contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

§1º - O CONTRATADO obriga-se a cumprir o disposto no artigo 7º, inciso XXXIII da Constituição Federal.

VI - LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

O presente contrato rege-se pelas disposições contidas na Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, Lei nº 10.520 de 17 de julho de 2002 e Decreto Municipal nº 2.785/07 de 24 de janeiro de 2007, Edital de licitação 031/2016, e demais normas e princípios de direito administrativo aplicáveis.

VII - DISPOSIÇÕES FINAIS

7.1 - O CONTRATADO fica obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessário na prestação de serviço, até o limite de 25 % (vinte e cinco por cento).

7.2. Fica eleito o Foro da Comarca de Tangará, Estado de Santa Catarina, para dirimir questões oriundas do presente Contrato.

E, por assim acordarem, firmam este instrumento em quatro vias, de igual teor e forma, perante duas testemunhas abaixo assinadas.

Pinheiro Preto – SC, 04 de maio de 2016.

MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO
EUZÉBIO CALISTO VIECELI
PREFEITO MUNICIPAL

SERGIO CARLESSO
CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

1)	2).....
Nome:	Nome:
CPF:	CPF:

CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º: 161/2016.

CONTRATO ADMINISTRATIVO
CONTRATO DE FORNECIMENTO DE SERVIÇOS TÉCNICOS GENERALIZADOS N.º: 161/2016.

Termo de Contrato de FORNECIMENTO DE SERVIÇOS TÉCNICOS GENERALIZADOS, celebrado entre o MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO, ESTADO DE SANTA CATARINA, e MARINÊS BERTHA MAZURECK, autorizado através da Licitação nº 029/2016, Processo Administrativo nº. 094/2016 modalidade PREGÃO PRESENCIAL.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO
CNPJ-MF nº. 82.827.148/0001-69
Endereço (sede): Avenida Mal. Costa e Silva, 111
Centro, Pinheiro Preto - SC.
Representada por: EUZÉBIO CALISTO VIECELI

CONTRATADA: Empresa: MARINÊS BERTHA MAZURECK
CNPJ-MF n.º 019.131.519-21
Endereço: Pedro José Rabuske, nº 333, centro – Pinheiro Preto.
Representada por: MARINÊS BERTHA MAZURECK

Em conformidade com o processo de licitação na modalidade Pregão nº 029/2016, homologado em 29 de abril de 2016, na forma e condições estabelecidas nas cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Prestação de serviços técnicos especializados Oficina de Patchwork, carga horária de 05 (cinco) horas semanais.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO E DO PAGAMENTO

2.1 – A(o) CONTRATADA(A) obriga-se a fornecer o objeto deste instrumento, especificado(s) e quantificado(s) na cláusula primeira, pelo preço MENSAL de R\$ 350,00 (trezentos e cinquenta reais), devendo a despesa correr à Conta das seguintes dotações orçamentárias:

Unidade Gestora: 04 – Fundo Municipal de Assistência Social de Pinheiro Preto

Órgão Orçamentária: 4000 – Fundo de Assistência Social

Unidade Orçamentária: 4001 – Fundo de Assistência Social

Função: 8 – Assistência Social

Subfunção: 244 – Assistência Comunitária

Programa: 5 – Assistência Social Geral

Ação: 2.63 – Manutenção CRAS Recurso PAIF – Serv. De Prot. Social Básica a Fam.

3390-0000

2.2 - O pagamento será efetuado até o 5º após a apresentação da Nota Fiscal ou documento equivalente, observado o cumprimento integral das disposições contidas no edital convocatório e neste contrato.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA E HORÁRIO

3.1 Para fins de execução, o CONTRATO VIGORARÁ:

a) início: 09/05/2016

b) término: 10/12/2016.

3.2. Os serviços a serem prestados consistirão:

3.2.1. Oficinas para beneficiários dos programas de transferência de renda do Ministério de Desenvolvimento Social – MDS.

3.2.2 Os serviços serão prestados no órgão do CRAS e no Bairro São José, nas Terças e Quintas-Feiras no período Matutino, na seguinte forma:

a) A Oficina de Artesanato – Patchwork terá duração de 2,5 horas/aula por dia (terças e quintas-feiras).

§ 1º. Havendo interesse e necessidade pública, referidos horários poderão ser alterados.

§ 2º O deslocamento até o local do curso será por conta do licitante.

Parágrafo único. Havendo interesse e necessidade pública, referidos horários poderão ser alterados.

CLÁUSULA QUARTA - PENALIDADES E DA RESCISÃO.

4.1. DAS PENALIDADES

DESCUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES

4.1 - Se a(o) CONTRATADA(o) descumprir as condições deste Pregão ficará sujeito às penalidades estabelecidas nas Leis nº 10.520/2002 e 8.666/93.

4.2 – Nos termos do artigo 87 da Lei 8.666/93, pela inexecução total ou parcial deste contrato, o Município de Pinheiro Preto, poderá aplicar à empresa vencedora, as seguintes penalidades:

a) Advertência;

b) Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor da proposta.

4.3 – Nos termos do artigo 7º da Lei n. 10.520/2002, se o licitante, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, não celebrar contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução do seu objeto,

não manter a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, garantido o direito prévio de citação e da ampla defesa, ficará impedido de licitar e contratar com o Município, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas no Edital e no contrato e das demais cominações legais.

4.4 - Nenhum pagamento será processado à proponente penalizada, sem que antes este tenha pago ou lhe seja relevada a multa imposta.

4.1 – DA RESCISÃO

4.1 – O contrato poderá ser rescindido nos termos da Lei n. 8666/93.

4.2 – Nos casos de rescisão, previstos nos incisos I a XI e XVIII do artigo 78 da Lei nº 8.666/93, sujeita-se a empresa contratada ao pagamento de multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato.

V - VINCULAÇÃO DO CONTRATO

5.1 - O presente contrato está vinculado à licitação oriunda do edital de Pregão nº 029/2016, obrigando-se à CONTRATADA a manter a vigência do presente contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

Parágrafo único. O CONTRATADO obriga-se a cumprir o disposto no artigo 7º, inciso XXXIII da Constituição Federal.

VI - LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

O presente contrato rege-se pelas disposições contidas na Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, Lei nº 10.520 de 17 de julho de 2002 e Decreto Municipal nº 2.785/07 de 24 de janeiro de 2007, Edital de Licitação 029/2016, e demais normas e princípios de direito administrativo aplicáveis.

VII – DISPOSIÇÕES FINAIS

7.1 - O CONTRATADO fica obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessário na prestação de serviço, até o limite de 25 % (vinte e cinco por cento).

7.2. Fica eleito o Foro da Comarca de Tangará, Estado de Santa Catarina, para dirimir questões oriundas do presente Contrato.

E, por assim acordarem, firmam este instrumento em quatro vias, de igual teor e forma, perante duas testemunhas abaixo assinadas.

Pinheiro Preto - SC, 06 de maio de 2016.

MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO
EUZÉBIO CALISTO VIECELI
PREFEITO MUNICIPAL

MARINÊS BERTHA MAZURECK
CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

1) 2)
Nome: Nome:
CPF: CPF:

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 162/2016

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 162/2016

Termo de Contrato de "FORNECIMENTO DE SERVIÇOS PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS" entre o Município de Pinheiro Preto e a empresa DEON TERRAPLANAGENS E CONSTRUÇÕES EIRELI ME, autorizado através do Processo n. 104/2016, Licitação n 033/2016, modalidade PREGÃO PRESENCIAL.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO

CNPJ-MF nº. 82.827.148/0001-69

Endereço: (sede) Avenida Mal. Costa e Silva, 111

Centro, Pinheiro Preto - SC.

Representada por: EUZÉBIO CALISTO VIECELI

CONTRATADA: Empresa: DEON TERRAPLANAGENS E CONSTRUÇÕES EIRELI ME

CNPJ-MF n.º. 05.979.350/0001-65

Endereço: Rua Alberto Grando, 1884, São Cristóvão – CEP: 89560-000 – Videira - SC

Representada por: MARIA ROSELI TESK DEON

INTRODUÇÃO

O presente contrato rege-se pela Lei nº 10.520 de 17 de julho de 2002, Decreto Municipal nº 2.785, de 24 de janeiro de 2007, bem como pela Lei nº 8.666/93, e ainda as condições da Licitação nº 033/2016, modalidade Pregão Presencial.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO E DO FUNDAMENTO LEGAL

O presente contrato tem por objeto a contratação de 80 (oitenta) horas de serviço/máquina de escavadeira hidráulica com peso operacional de 17.800 KG, com rompedor hidráulico com peso de 2.200 KG e força de impacto no material de 4.000 KG, para serviço de quebra/rompedor de pedras.

1.1. Os serviços a serem prestados referem-se a romper pedras existentes nos terrenos do perímetro urbano e rural.

1.2. Os serviços nas propriedades agrícolas são variados, bem como variável o nº de horas, não podendo a contratada se negar a realizá-los, sob qualquer hipótese.

1.3. É de inteira responsabilidade da contratada os custos com deslocamento do equipamento.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO E DO PAGAMENTO

2.1 - A CONTRATADA obriga-se a fornecer o objeto deste instrumento, especificado(s) e quantificado(s) na cláusula primeira, pelo preço de R\$ 350,00 (trezentos e cinquenta reais) a hr devendo a despesa correr à conta da seguinte dotação orçamentária:

Unidade Gestora: 2 - Município de Pinheiro Preto

Órgão Orçamentário: 2000 - PODER EXECUTIVO

Unidade Orçamentária: 2006 - SECRET. DE TRANSPORTES E OBRAS

Função: 26 - Transporte

Subfunção: 782 - Transporte Rodoviário

Programa: 23 - Estradas Vicinais

Ação: 2.42 - MANUTENÇÃO SECRETÁRIA DE TRANSPORTE E OBRAS

2.2 - O pagamento será efetuado até o quinto dia do mês subsequente ao da prestação do serviço mediante a apresentação de documento fiscal próprio.

2.3. Fica vedado reajuste de preços.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA

Para fins de execução, o CONTRATO VIGORARÁ:

a) Início: Data da assinatura do contrato, com emissão da ordem de serviço.

b) Término: 31/12/2016.

CLÁUSULA QUARTA – PENALIDADES.

4.1.1 - Decorridos 05 (cinco) dias de atraso na entrega do objeto especificado na cláusula primeira deste instrumento, poderá o Município rescindi-lo, sujeitando-se a CONTRATADA ao pagamento da multa de 10 % sobre o valor do contrato, sem ônus da ação cabível para ressarcimento de prejuízo decorrente da inadimplência.

4.1.2 - Ressalvados os casos de força maior ou caso fortuito, devidamente comprovados, serão aplicadas as seguintes penalidades à CONTRATADA, no caso de inadimplência contratual:

4.1.2.1 - Multa na ordem de 0,3% (três décimos por cento), por dia de atraso calculado sobre o valor total do contrato, até o limite de 10 % (dez por

cento);

4.1.3 - Em caso de tolerância, após os primeiros 10 (dez) dias de atraso, não rescindindo o Contrato, se este atraso for repetido, o MUNICÍPIO aplicará multa em dobro.

4.1.3.1 - Advertência;

4.1.3.2 - Suspensão do direito de licitar, junto à Administração Pública.

4.1.3.3 - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública Municipal, enquanto perdurarem os motivos da punição;

4.1.4 - As multas pecuniárias aqui estabelecidas serão recolhidas na Tesouraria Município, sito na Av. Mal. Costa e Silva, 111, Pinheiro Preto - SC.

4.2. DA RESCISÃO DO CONTRATO

4.2.1 O Contrato poderá ser rescindido a critério da Contratante, sem que à Contratada caiba qualquer indenização ou reclamação, nos seguintes casos:

4.2.2 Inobservância das especificações acordadas;

4.2.3 Inadimplência de qualquer cláusula contratual e/ou da proposta ofertada;

4.2.4 Falência, liquidação judicial ou extrajudicial, concordata preventiva da fornecedora, requeridas, homologadas ou decretadas.

Parágrafo único. A Contratada reconhece os direitos de a Administração, em caso de rescisão administrativa, dispostos no art. 77 da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA QUINTA - DAS CONDIÇÕES GERAIS

5.1. A tolerância de qualquer das partes, relativa às infrações cometidas contra disposições deste Contrato, não exime de ver exigida, a qualquer tempo, o cumprimento integral do mesmo.

5.2. A Contratada se obriga a manter as condições de habilitação e qualificação durante a vigência deste contrato, sob pena da aplicação do disposto na Cláusula Quarta.

5.3. O presente contrato fica vinculado ao processo de licitação nº 104/2016, licitação nº 033/2016, bem como à Lei nº 10.250/2002; Decreto Municipal nº 2.785/07; e pela Lei nº 8.666/93. Nos casos omissos será aplicado o disposto na Lei 8.666/93.

5.4. Fica eleito o Foro da Comarca de Tangará, Estado de Santa Catarina, para dirimir eventuais litígios oriundos do presente Contrato.

E, por assim acordarem, firmam este instrumento em quatro vias, de igual teor e forma, perante duas testemunhas abaixo assinadas.

Pinheiro Preto – SC, 05 de maio de 2016

CONTRATANTE
EUZEBIO CALISTO VIECELI
PREFEITO MUNICIPAL

DEON TERRAPLANAGENS E CONSTRUÇÕES EIRELI ME
CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

1)

Nome:

CPF:

2)

Nome:

CPF:

EDITAL DE CLASSIFICAÇÃO PRELIMINAR PROCESSO SELETIVO 001/2016

EDITAL DE CLASSIFICAÇÃO PRELIMINAR PROCESSO SELETIVO 001/2016

O Município de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, por intermédio de seu Prefeito Municipal, usando de suas atribuições legais, sob a organização da empresa Instituto Excelência Ltda. - ME, resolve PUBLICAR o edital para todos os interessados a lista de Classificação Preliminar da prova objetiva do Processo Seletivo 001/2016, conforme segue:

Art. 1º Consta no Anexo Único deste edital a lista dos candidatos com sua respectiva classificação preliminar, conforme anexo único.

Art. 2º Para o candidato impetrar seu recurso, deve acessar o menu do candidato no período de 07/05/2016 a 08/05/2016. Não serão aceitos recursos fora do prazo e ou, argumentações desconexas.

Parágrafo Único: Os candidatos, que se encontra com dados diversos dos constantes no documento de Identificação, devem retificarem os mesmos no menu do candidato efetuando o login com o CPF, e editar cadastro;

Pinheiro Preto –SC 06 de maio de 2.016
EUZEBIO CALISTO VIECELI
PREFEITO MUNICIPAL DE PINHEIRO PRETO – SC

ANEXO ÚNICO ATENDENTE DE CRECHE

Clas.	Cargo	Documento	Data de Nascimento	Inscrição	Candidato	Total	Atua- lida- des	Co- nhe- ci- men- tos Espe- cifi- cos	Infor- máti- ca	Lín- gua Por- tu- gue- sa
1	ATENDENTE DE CRECHE	6247560	19/09/1994	43766	ALINE CRISTINA MÜLLER	84,50	17,50	36,00	7,00	24,00
2	ATENDENTE DE CRECHE	6247294	10/04/1996	43021	DANIELLI STREY FREDDO	77,50	14,00	30,00	3,50	30,00
3	ATENDENTE DE CRECHE	5927327	14/05/1996	40189	TATIANE BARRETO DA SILVA	69,00	14,00	30,00	7,00	18,00
4	ATENDENTE DE CRECHE	5327844	21/09/1989	41057	FATIMA RABUSKE	69,00	17,50	24,00	3,50	24,00
5	ATENDENTE DE CRECHE	5927469	19/07/1997	44721	MAITE CHAINE ZUCONELLI	65,50	14,00	30,00	3,50	18,00
6	ATENDENTE DE CRECHE	3427289	29/09/1972	38657	NEILA REGINA BONADIMAN NORA	38,00	10,50	18,00	3,50	6,00

FISIOTERAPEUTA

Clas.	Cargo	Documento	Data de Nascimento	Inscrição	Candidato	Total	Atua- lida- des	Co- nhe- ci- men- tos Espe- cifi- cos	Infor- máti- ca	Lín- gua Por- tu- gue- sa
1	FISIOTERAPEUTA-NASF	5467306	18/05/1990	41234	ALINE DEGENHARDT FERRAZ	84,50	17,50	42,00	7,00	18,00
2	FISIOTERAPEUTA-NASF	4139231	19/03/1991	40526	OSMARINA DE FATIMA ALMEIDA	80,00	10,50	36,00	3,50	30,00
3	FISIOTERAPEUTA-NASF	4948507	03/02/1992	45599	CRISTINA BALEN	78,50	14,00	36,00	10,50	18,00
4	FISIOTERAPEUTA-NASF	5520379	14/08/1993	41006	WAN CLEY RABUSKE	78,50	17,50	36,00	7,00	18,00
5	FISIOTERAPEUTA-NASF	5699670	12/09/1990	43162	MIRIA GONÇALVES DE LIMA	57,00	14,00	24,00	7,00	12,00
6	FISIOTERAPEUTA-NASF	5007962	17/10/1988	43517	MARLUCY BRESSIANI RINALDI	53,50	17,50	30,00	0,00	6,00
7	FISIOTERAPEUTA-NASF	36417931	13/10/1984	45787	TALITA CRISTINE FREITAS OLIVEIRA	50,00	10,50	24,00	3,50	12,00

NUTRICIONISTA

Clas.	Cargo	Documento	Data de Nascimento	Inscrição	Candidato	Total	Atua- lida- des	Co- nhe- ci- men- tos Espe- cifi- cos	Infor- máti- ca	Lín- gua Por- tu- gue- sa
1	NUTRICIONISTA-NASF	4182785	18/04/1988	43762	RAQUEL APARECIDA CAREGNATO	81,00	17,50	36,00	3,50	24,00
2	NUTRICIONISTA-NASF	6066615	08/11/1994	41190	AMANDA CAROLINE SCHULER	70,00	17,50	30,00	10,50	12,00
3	NUTRICIONISTA-NASF	6902858	20/05/1980	45727	LISANE DE OLIVEIRA BACKER	69,00	14,00	30,00	7,00	18,00
4	NUTRICIONISTA-NASF	41182992	10/09/1983	45563	FRANCISLAINE BARONCELLO	69,00	14,00	30,00	7,00	18,00
5	NUTRICIONISTA-NASF	5411664	04/05/1989	40298	KARINE SILVESTIRIN	65,50	14,00	30,00	3,50	18,00
6	NUTRICIONISTA-NASF	85365215	26/04/1983	38630	LENISE REGINA ZANCHET CAMILOTTI	63,00	17,50	30,00	3,50	12,00
7	NUTRICIONISTA-NASF	5270275	31/03/1989	43249	LAIZE SOUTHER CENDRON	63,00	14,00	30,00	7,00	12,00
8	NUTRICIONISTA-NASF	5304440	22/04/1994	38674	MARINA WERNER	63,00	10,50	30,00	10,50	12,00
9	NUTRICIONISTA-NASF	6115861	14/01/1995	45729	LAUREANE FONTANA	60,50	14,00	24,00	10,50	12,00
10	NUTRICIONISTA-NASF	5826178	13/12/1993	39302	FERNANDA GUARDA	59,50	10,50	30,00	7,00	12,00

11	NUTRICIONISTA-NASF	5026488	02/07/1994	41746	MARIANA FERNANDES DOS SANTOS	59,50	10,50	30,00	7,00	12,00
----	--------------------	---------	------------	-------	------------------------------	-------	-------	-------	------	-------

PSICÓLOGO

Clas.	Cargo	Documento	Data de Nascimento	Inscrição	Candidato	Total	Atualizações	Conhecimentos Específicos	Informática	Língua Portuguesa
1	PSICOLOGO-NASF	5327608	03/06/1989	43459	JANE MARIA ANDRETTA	82,00	17,50	30,00	10,50	24,00
2	PSICOLOGO-NASF	5443472	31/01/1992	41511	REGIANEPATRICIARODRIGUES MUELER	72,50	17,50	36,00	7,00	12,00
3	PSICOLOGO-NASF	2111135	25/07/1971	43752	CLAUDETE SCOPEL BONETTI	71,50	14,00	30,00	3,50	24,00
4	PSICOLOGO-NASF	5927092	21/06/1993	37754	ANDRÉIA PICCININ	69,00	14,00	36,00	7,00	12,00
5	PSICOLOGO-NASF	7098861961	25/10/1988	38640	TATIANA FOGOLARI	69,00	10,50	30,00	10,50	18,00
6	PSICOLOGO-NASF	12620047	07/07/1956	45162	CESAR CINI	66,50	17,50	30,00	7,00	12,00
7	PSICOLOGO-NASF	1069953097	25/02/1989	44368	CAMILA LEMOS	63,00	17,50	24,00	3,50	18,00
8	PSICOLOGO-NASF	3887904	06/08/1979	42679	JULIANE WURLITZER SELZLEIN	60,50	17,50	24,00	7,00	12,00
9	PSICOLOGO-NASF	4488149	13/12/1986	44454	JULIANA DENISE STECKLING	57,00	14,00	30,00	7,00	6,00
10	PSICOLOGO-NASF	5615866	16/03/1998	43004	FRANCIELI RIBEIRO CARDOSO	53,50	14,00	36,00	3,50	0,00
11	PSICOLOGO-NASF	3620169	04/10/1979	45709	ADRIANA DA SILVA	53,50	14,00	18,00	3,50	18,00
12	PSICOLOGO-NASF	53935497	21/12/1988	40386	MONALISA GIAZZONI	51,00	10,50	24,00	10,50	6,00
13	PSICOLOGO-NASF	7639383	07/06/1991	40250	MONICA OLIVIO	51,00	17,50	18,00	3,50	12,00
14	PSICOLOGO-NASF	4508175	27/01/1988	40428	TATIANE PEREIRA DOS SANTOS	50,00	7,00	30,00	7,00	6,00

SERVENTE

Clas.	Cargo	Documento	Data de Nascimento	Inscrição	Candidato	Total	Atualizações	Língua Portuguesa	Matemática
1	SERVENTE	4928917	30/08/1985	40835	JULIANA APARECIDA AZEVEDO MARCONDES	80,00	12,00	48,00	20,00
2	SERVENTE	5520327	08/12/1984	37651	ELISANGELA APARECIDA DA ROSA	78,00	16,00	42,00	20,00
3	SERVENTE	5615954	09/12/1990	44295	LIDIANE MARIA MACHADO POZZER	74,00	16,00	42,00	16,00
4	SERVENTE	5127061	21/04/1987	40598	ANA PAULA BERNARDI	72,00	16,00	36,00	20,00
5	SERVENTE	6876369	12/05/1989	45610	MARCIA APARECIDA DA SILVA	66,00	16,00	30,00	20,00
6	SERVENTE	126089317	16/05/1993	37606	JAQUELINE SPEGIORIN RODRIGUES	62,00	16,00	30,00	16,00
7	SERVENTE	5443468	26/09/1992	37615	ANA LUCIA RODRIGUES	60,00	12,00	36,00	12,00
8	SERVENTE	5173023	03/02/1985	45891	ELEDIANE FATIMA GAIO	54,00	16,00	18,00	20,00
9	SERVENTE	2970853	05/11/1970	46144	TEREZINHA MORAIS DE MORAES	42,00	12,00	18,00	12,00

OPERÁRIO BRAÇAL

Clas.	Cargo	Documento	Data de Nascimento	Inscrição	Candidato	Total	Atualizações	Língua Portuguesa	Matemática
1	OPERÁRIO BRAÇAL	4508937	13/08/1979	43918	SUZANA DOS SANTOS	62,00	16,00	30,00	16,00
2	OPERÁRIO BRAÇAL	1688851	05/11/1968	45865	IVAN BONDICZ	50,00	12,00	18,00	20,00

EDITAL DE GABARITO FINAL PROCESSO SELETIVO 001/2016**EDITAL DE GABARITO FINAL PROCESSO SELETIVO 001/2016**

O Município de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, por intermédio de seu Prefeito Municipal, usando de suas atribuições legais, sob a organização da empresa Instituto Excelência Ltda - ME, resolve PUBLICAR o edital para todos os interessados o Edital de Gabarito Final, conforme segue:

Art. 1º O gabarito final consta no anexo único;

Pinheiro Preto –SC, 06 de maio de 2.016
 EUZEBIO CALISTO VIECELI
 PREFEITO MUNICIPAL DE PINHEIRO PRETO – SC

ANEXO ÚNICO

GABARITO FINAL OPERARIO BRAÇAL

Nº QUESTÃO	ALTERNATIVA CORRETA		Nº QUESTÃO	ALTERNATIVA CORRETA		
01	B		11	B		
02	A		12	B		
03	C		13	C		
04	B		14	A		
05	A		15	C		
06	A		16	D		
07	B		17	A		
08	C		18	A		
09	A		19	B		
10	B		20	C		

SERVENTE

Nº QUESTÃO	ALTERNATIVA CORRETA		Nº QUESTÃO	ALTERNATIVA CORRETA		
01	B		11	B		
02	A		12	B		
03	C		13	C		
04	B		14	A		
05	A		15	C		
06	A		16	D		
07	B		17	A		
08	C		18	A		
09	A		19	B		
10	B		20	C		

ATENDENTE DE CRECHE

Nº QUESTÃO	ALTERNATIVA CORRETA		Nº QUESTÃO	ALTERNATIVA CORRETA		
01	A		11	A		
02	B		12	B		
03	C		13	C		
04	D		14	A		
05	A		15	B		
06	A		16	A		
07	B		17	C		
08	C		18	C		
09	D		19	B		
10	A		20	A		

PSICÓLOGO

Nº QUESTÃO	ALTERNATIVA CORRETA		Nº QUESTÃO	ALTERNATIVA CORRETA		
01	A		11	A		
02	B		12	B		
03	C		13	C		
04	A		14	B		
05	B		15	C		
06	A		16	A		
07	B		17	B		
08	C		18	A		
09	D		19	B		
10	A		20	C		

NUTRICIONISTA

Nº QUESTÃO	ALTERNATIVA CORRETA		Nº QUESTÃO	ALTERNATIVA CORRETA		
01	A		11	A		
02	B		12	B		
03	C		13	C		
04	A		14	A		
05	B		15	B		
06	A		16	C		
07	B		17	A		
08	C		18	B		
09	D		19	C		
10	A		20	B		

FISIOTERAPEUTA

Nº QUESTÃO	ALTERNATIVA CORRETA		Nº QUESTÃO	ALTERNATIVA CORRETA		
01	A		11	A		
02	B		12	B		
03	C		13	C		
04	A		14	C		
05	B		15	C		
06	A		16	A		
07	B		17	C		
08	C		18	A		
09	D		19	B		
10	A		20	A		

PORTARIA Nº 207, DE 29 DE ABRIL DE 2016

PORTARIA Nº 207, DE 29 DE ABRIL DE 2016

HOMOLOGA PARCIALMENTE LICITAÇÃO Nº 029/2016, MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL, E ADJUDICA O OBJETO À EMPRESA VENCEDORA.

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito do Município de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Homologa parcialmente a licitação nº 029/2016, modalidade PREGÃO PRESENCIAL, e adjudica o objeto licitado: Oficina de Artesanato, Patchwork: à MARINÊS BERTHA MAZURECK, inscrita no CPF sob o n.º 019.131.519-21, pelo preço mensal de R\$ 350,00 (trezentos e cinquenta reais),

Art. 2º Determina a abertura de novo processo licitatório, modalidade pregão presencial, para professor de pintura em tecido.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE PINHEIRO PRETO, 29 DE ABRIL DE 2016.

EUZEBIO CALISTO VIECELI

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 208, DE 02 DE MAIO DE 2016

PORTARIA Nº 208, DE 02 DE MAIO DE 2016

HOMOLOGA LICITAÇÃO Nº 033/2016, MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL, E ADJUDICA O OBJETO À EMPRESA VENCEDORA.

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito do Município de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, bem como parecer da Assessoria Jurídica,

RESOLVE:

Art. 1º Homologa a licitação nº 033/2016, modalidade PREGÃO PRESENCIAL, e adjudica o objeto licitado, 80 horas de escavadeira hidráulica com rompedor, à empresa DE ONTERRA PLANAGENSE CONSTRUÇÕES EIRELI ME, inscrita no CNPJ sob o n.º 05.979.350/0001-65, pelo seguinte preço: R\$ 350,00 (trezentos e cinquenta reais) a hora totalizando R\$ 28.000,00 (vinte e oito mil reais).

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE PINHEIRO PRETO, 02 DE MAIO DE 2016.

EUZEBIO CALISTO VIECELI

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 214, DE 03 DE MAIO DE 2016

PORTARIA Nº 214, DE 03 DE MAIO DE 2016

HOMOLOGA PARCIALMENTE LICITAÇÃO Nº 031/2016, MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL, E ADJUDICA O OBJETO À EMPRESA VENCEDORA.

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito do Município de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Homologa parcialmente a licitação nº 031/2016, modalidade PREGÃO PRESENCIAL, e adjudica o objeto licitado:

I - Oficina de Violão à SERGIO CARLESSO, inscrito no CPF sob o n.º 049.806.078-02, pelo preço mensal de R\$ 1.100,00 (um mil e cem reais),

II - Oficina de Capoeira não houve interessados.

Art. 2º Determina a abertura de novo processo licitatório, modalidade pregão presencial, para professor de capoeira.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE PINHEIRO PRETO, 03 DE MAIO DE 2016.

EUZEBIO CALISTO VIECELI

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 215, DE 03 DE MAIO DE 2016

PORTARIA Nº 215, DE 03 DE MAIO DE 2016

HOMOLOGA LICITAÇÃO Nº 0002/2016, MODALIDADE TOMADA DE PREÇOS, E ADJUDICA O OBJETO À EMPRESA VENCEDORA.

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito do Município de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, bem como parecer da Assessoria Jurídica,

RESOLVE:

Art. 1º Homologa a licitação nº 0002/2016, modalidade TOMADA DE PREÇOS, e adjudica o objeto licitado, execução de projeto de preventivo contra incêndio, à empresa LUZERNA INSTALAÇÕES ELÉTRICAS LTDA ME, inscrita no CNPJ sob o n.º 07.336.749/0001-53, pelo seguinte preço global: R\$ 27.982,65 (vinte e sete mil, novecentos e oitenta e dois reais e sessenta e cinco centavos);

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE PINHEIRO PRETO, 03 DE MAIO DE 2016

EUZEBIO CALISTO VIECELI

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 217, DE 04 DE MAIO DE 2016.

PORTARIA Nº 217, DE 04 DE maio DE 2016.

EXONERA IVETE MARTINS Do exercício do emprego Público de Técnica em enfermagem - esf.

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito Municipal de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

Art. 1.º Exonerar a pedido, a servidora IVETE MARTINS, brasileira, inscrita no CPF nº 050.567.609-51, do exercício do emprego público de "Técnica em enfermagem - esf", lotada na Secretaria de Saúde e Bem Estar Social, nomeada através da Portaria 150, de 22 de março de 2016.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo de Pinheiro Preto – SC, 04 de maio de 2016.

EUZEBIO CALISTO VIECELI

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 221 DE 06 DE MAIO DE 2016

PORTARIA Nº 221 DE 06 DE MAIO DE 2016

HOMOLOGA GABARITO FINAL DO PROCESSO SELETIVO 001/2016

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito Municipal de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE

Art. 1º Fica homologado Gabarito Final do Processo Seletivo nº 001/2016, conforme anexo.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo de Pinheiro Preto – SC, 06 de maio de 2016.

EUZÉBIO CALISTO VIECELI

Prefeito Municipal

ANEXO

GABARITO FINAL DO PROCESSO SELETIVO 001/2016

OPERARIO BRAÇAL

Nº QUESTÃO	ALTERNATIVA CORRETA		Nº QUESTÃO	ALTERNATIVA CORRETA		
01	B		11	B		
02	A		12	B		
03	C		13	C		
04	B		14	A		
05	A		15	C		
06	A		16	D		
07	B		17	A		
08	C		18	A		
09	A		19	B		
10	B		20	C		

SERVENTE

Nº QUESTÃO	ALTERNATIVA CORRETA		Nº QUESTÃO	ALTERNATIVA CORRETA		
01	B		11	B		
02	A		12	B		
03	C		13	C		
04	B		14	A		
05	A		15	C		
06	A		16	D		
07	B		17	A		
08	C		18	A		
09	A		19	B		
10	B		20	C		

ATENDENTE DE CRECHE

Nº QUESTÃO	ALTERNATIVA CORRETA		Nº QUESTÃO	ALTERNATIVA CORRETA		
01	A		11	A		
02	B		12	B		
03	C		13	C		
04	D		14	A		
05	A		15	B		
06	A		16	A		
07	B		17	C		
08	C		18	C		
09	D		19	B		
10	A		20	A		

PSICÓLOGO

Nº QUESTÃO	ALTERNATIVA CORRETA		Nº QUESTÃO	ALTERNATIVA CORRETA		
01	A		11	A		
02	B		12	B		
03	C		13	C		
04	A		14	B		
05	B		15	C		
06	A		16	A		
07	B		17	B		
08	C		18	A		
09	D		19	B		

10	A		20	C		
----	---	--	----	---	--	--

NUTRICIONISTA

Nº QUESTÃO	ALTERNATIVA CORRETA		Nº QUESTÃO	ALTERNATIVA CORRETA		
01	A		11	A		
02	B		12	B		
03	C		13	C		
04	A		14	A		
05	B		15	B		
06	A		16	C		
07	B		17	A		
08	C		18	B		
09	D		19	C		
10	A		20	B		

FISIOTERAPEUTA

Nº QUESTÃO	ALTERNATIVA CORRETA		Nº QUESTÃO	ALTERNATIVA CORRETA		
01	A		11	A		
02	B		12	B		
03	C		13	C		
04	A		14	C		
05	B		15	C		
06	A		16	A		
07	B		17	C		
08	C		18	A		
09	D		19	B		
10	A		20	A		

Planalto Alegre

PREFEITURA

DECRETO 4548/2016

DECRETO Nº 4548/2016, DE 02 DE MAIO DE 2016

DISPOE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, REDUÇÃO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Planalto Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e em conformidade com a Lei Municipal nº 760/2015, etc;

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um crédito adicional suplementar, no orçamento do MUNICÍPIO DE PLANALTO ALEGRE, no valor de R\$ 226.220,78 (duzentos e vinte e seis mil duzentos e vinte reais com setenta e oito centavos), para as dotações orçamentárias constantes do Anexo I deste Decreto:

Art. 2º. Os recursos para cobertura do Crédito Adicional Suplementar de que trata o Art. 1º, serão anulados dentro das categorias de programação de despesa do orçamento vigente, no valor correspondente, nas dotações constantes do Anexo I deste decreto.

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Planalto Alegre/SC, em 02 de maio de 2016.

PLINIO DALLACORTE

Prefeito

ANEXO I							
DECRETO Nº 4548/2016							
SUPLEMENTAÇÕES							
Entidade:	PREFEITURA MUNICIPAL DE PLANALTO ALEGRE						
Data da Suplemen- tação	Mov.	Tipo Movi- mento	Valor R\$	Despesa	Proj/Ativ.	Elemento	Recurso
02/05/2016	1	Adicionar	15.220,78	83	2	33900000000000	1052 - Outras Transferências de Recursos do Fundo de Assist.
02/05/2016	2	Subtrair	221,52	84	2	33900000000000	1152 - PAIF - RECURSOS DO FNAS
02/05/2016	2	Subtrair	1.142,38	85	2	33900000000000	1252 - IGDBF - RECURSOS DO FNAS
02/05/2016	2	Subtrair	3.216,68	86	2	33900000000000	1352 - IGDE SUAS - RECURSOS DO FNAS
02/05/2016	2	Subtrair	2.000,00	87	2	33900000000000	1552 - PBVIII TRANSF. RECURSOS SUAS
02/05/2016	2	Subtrair	640,20	88	2	33900000000000	1752 - ALTA CUSTEIO - TRANSF. RECURSOS SUAS
02/05/2016	2	Subtrair	8.000,00	89	2	44900000000000	1652 - ALTA INVESTIMENTO - TRANSF. RECURSOS SUAS
02/05/2016	1	Adicionar	11.000,00	134	1	33900000000000	1000 - Recursos Ordinários
02/05/2016	2	Subtrair	11.000,00	136	1	44900000000000	1000 - Recursos Ordinários
02/05/2016	1	Adicionar	200.000,00	7	2	33900000000000	1000 - Recursos Ordinários
02/05/2016	2	Subtrair	200.000,00	5	2	31900000000000	1000 - Recursos Ordinários
TOTAL DA ENTIDADE			226.220,78				

Planalto Alegre/SC, em 02 de maio de 2016.

PLINIO DALLACORTE

Prefeito

Registre-se e Publique-se.

DECRETO 4549/2016

DECRETO Nº 4549/2016, DE 02 DE MAIO DE 2016.

DISPÕESOBREAABERTURADECRÉDITOADICIONALSUPLEMENTARPROVENIENTEDEPROVÁVELEXCESSODEARRECADAÇÃOEDÁOUTRASPROVIDÊNCIAS.

PLINIO DALLACORTE, Prefeito Municipal de Planalto Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei Municipal nº 760/2015, etc;

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um crédito adicional suplementar, no orçamento do MUNICÍPIO DE PLANALTO ALEGRE, no valor de R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais), para as dotações orçamentárias constantes do Anexo I deste Decreto:

Art. 2º. Os recursos para cobertura do crédito Adicional Suplementar provenientes do Excesso de arrecadação de que trata o presente Decreto, são oriundos das fontes constantes do Anexo I, oriundos do convênio firmado com a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional de Chapecó número 16626/2016:

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Planalto Alegre/SC, em 02 de maio de 2016.

PLINIO DALLACORTE

Prefeito

ANEXO I							
DECRETO Nº 4549/2016							
SUPLEMENTAÇÕES							
Entidade:	PREFEITURA MUNICIPAL DE PLANALTO ALEGRE						
Data da Suplementação	Mov.	Tipo Movimento	Valor R\$	Despesa	Proj/Ativ.	Elemento	Recurso
02/05/2016	1	Adicionar	500.000,00	102	1	44900000000000	1024 - Transferências de Convênios - Outros
TOTAL DA ENTIDADE			500.000,00				

Planalto Alegre/SC, em 02 de maio de 2016.

PLINIO DALLACORTE

Prefeito

Registre-se e Publique-se.

TC024_2016

Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE PLANALTO ALEGRE

Estado de Santa Catarina	
MUNICÍPIO DE PLANALTO ALEGRE	
EXTRATO TERMO DE COMPROMISSO	
T Compo Nº.:	024/2016
Contratante.:	MUNICÍPIO DE PLANALTO ALEGRE
Contratada.:	F.M. PNEUS LTDA
Objeto :	REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE RECAPAGENS DE PNEUS
Valor :	51.420,00 (cinquenta e um mil quatrocentos e vinte reais)
PROCESSO	PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS N. 017/2016
Vigência :	12 meses
PLANALTO ALEGRE, 10 de Maio de 2016	
PLINIO DALLACORTE	
PREFEITO MUNICIPAL	

TC025_2016

Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE PLANALTO ALEGRE

Estado de Santa Catarina	
MUNICÍPIO DE PLANALTO ALEGRE	
EXTRATO TERMO DE COMPROMISSO	
T Compo Nº.:	025/2016
Contratante.:	MUNICÍPIO DE PLANALTO ALEGRE
Contratada.:	F. VACHILESKI & CIAL LTDA
Objeto :	REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE RECAPAGENS DE PNEUS.
Valor :	42.616,00 (quarenta e dois mil seiscentos e dezesseis reais).
PROCESSO	PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS N. 017/2016
Vigência :	12 meses
PLANALTO ALEGRE, 10 de maio de 2016	
PLINIO DALLACORTE	
PREFEITO MUNICIPAL	

TC026_2016

Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE PLANALTO ALEGRE

Estado de Santa Catarina	
MUNICÍPIO DE PLANALTO ALEGRE	
EXTRATO TERMO DE COMPROMISSO	
T Compo Nº.:	026/2016
Contratante.:	MUNICÍPIO DE PLANALTO ALEGRE
Contratada.:	MAICON JUNIOR PEREIRA - ME
Objeto :	REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE RECAPAGENS DE PNEUS
Valor :	7.376,00 (sete mil trezentos e setenta e seis reais).
PROCESSO	PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS N. 017/2016
Vigência :	12 meses
PLANALTO ALEGRE, 10 de Maio de 2016	
PLINIO DALLACORTE	
PREFEITO MUNICIPAL	

Ponte Serrada

PREFEITURA

DECRETO 386/2016

DECRETO Nº 386/2016, DE 26 DE ABRIL DE 2016.

“NOMEIA OS MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DE ACOMPANHAMENTO E CONTROLE SOCIAL DO FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E DE VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO – CONSELHO FUNDEB”.

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de PONTESERRADA-SC, no uso de suas atribuições e de acordo com o disposto no art. 24, § 1º da Lei nº 11.494/2007 e a Portaria nº. 430 de 10 de dezembro de 2008 do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, sanciona o seguinte Decreto:

Art. 1º Fica alterado e nomeado pelo Poder Executivo Municipal, através do presente DECRETO o Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – Conselho do FUNDEB, composta em conformidade com o Decreto nº. 281 de 12 de março de 2012.

Art. 2º O Conselho a que se refere o art. 1º é constituído por (11) onze membros titulares sendo:

a) 1 (um) representante do Poder Executivo Municipal:

Titular: SIDIANE DE FÁTIMA FOGAÇA GUIDINI

Suplente: JANICE DE FATIMA FARIAS

b) 1 (um) representante da Secretaria Municipal de Educação ou órgão equivalente:

Titular: GRAZIELI MELÂNIA ACUNHA

Suplente: DILVANE BALBINOT

c) 1 (um) representante dos Professores da Educação Básica Pública:

Titular: MARIA MADALENA TRATES

Suplente: IVANDA BAZI

d) 1 (um) representante dos Diretores das Escolas Básicas Públicas:

Titular: SANDRA MARIA VICENSI GUERRA

Suplente: MARLI FRANCISCA FORNARI DE MELO

e) 1 (um) representante dos servidores técnico-administrativos das Escolas Básicas Públicas;

Titular: MARLI LUCIA BAZZI BONATTO

Suplente: FLÁVIA RIBEIRO

f) 1 (um) representante de pais de alunos da Educação Básica Pública;

Titular: ROSEMARA APARECIDA DOS SANTOS

Suplente: DENISE BARBOSA

g) 02 (dois) representante dos estudantes secundaristas da Educação Básica Pública;

Titular: GILVANIA XAVIER

Suplente: EULA PAULA DA SILVA RODRIGUES DA CRUZ

Titular: DAYANE SILVA ANDRADE DE OLIVEIRA

Suplente: LUCINÉIA DE OLIVEIRA BOENO VICENSI

h) 1 (um) representante do Conselho municipal de Educação;

Titular: MARLI ANA FRANZEN

Suplente: DILCE DA SILVA CADORI

I) 1 (um) representante do Conselho Tutelar.

Titular: ROBERTO LUIZ ZANLUCHI

Suplente: MARLI CORREIA RIBAS

Art. 3º – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, especialmente o Decreto 080/2014 de 31 de janeiro de 2014.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTESERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 26 DE ABRIL DE 2016.

EDUARDO COPPINI

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra.

DECRETO 397/2016

DECRETO Nº 397/2016, DE 09 DE MAIO DE 2016.

FICA REESTABELECIDO O PAGAMENTO DOS VENCIMENTOS DO SERVIDOR CONFORME ESPECIFICA.

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da Lei Orgânica do município de Ponte Serrada, combinada com a Lei Municipal Complementar n. 082/2007 e, CONSIDERANDO que o servidor efetivo VANDERLEI PEREIRA se apresentou para retornar ao exercício de suas funções na presente data:

DECRETA:

Art. 1º - Fica restabelecido o pagamento dos vencimentos do servidor VANDERLEI PEREIRA, ocupante do cargo efetivo de Vigia 40 horas, lotado na Secretaria de Serviços Urbanos, em virtude de ter retornado ao exercício de suas atividades.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTESERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 09 DE MAIO DE 2016.

EDUARDO COPPINI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

EXTRATO 40/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE PONTE SERRADA
PROCESSO LICITATÓRIO N.º 040/2016
PREGÃO PRESENCIAL N.º 026/2016

O Município de

Ponte Serrada, torna público que fará realizar licitação na modalidade PREGÃO, sob a forma PRESENCIAL, através do SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS pelo período de 12 meses PARA POSSÍVEL AQUISIÇÃO PARCELADA DE MATERIAL DE LIMPEZA E GÊNEROS ALIMENTÍCIOS, DESTINADOS À MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.

Recebimento de Envelopes: até as 08:50 MIN do dia 25/05/2016. Abertura: às 09h00min horas do dia 25/05/2016.

Informações Complementares: Edital em inteiro teor e demais informações poderão ser obtidos de segunda a sexta-feira no Setor de Licitações, na Prefeitura Municipal de Ponte Serrada, Rua Madre Maria Theodora, n.º 264, Bairro Centro, no horário das 07h30min às 11:30min e 13:00 às 17:30 e pelo site www.ponteserrada.sc.gov.br, ou pelo telefone (0XX49) 34350122 e pelo e-mail: comprasps01@gmail.com.

Ponte Serrada, 10 de Maio de 2016.

EDUARDO COPPINI
PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO 41/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE PONTE SERRADA
PROCESSO LICITATÓRIO N.º 041/2016
PREGÃO PRESENCIAL N.º 027/2016

O Município de

Ponte Serrada, torna público que fará realizar licitação na modalidade PREGÃO, sob a forma PRESENCIAL, através do SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS PELO PERÍODO DE 12 MESES PARA POSSÍVEL AQUISIÇÃO PARCELADA DE MATERIAL DE EXPEDIENTE PARA MANUTENÇÃO DAS SECRETARIAS, ADMINISTRAÇÃO E AGRICULTURA.

Recebimento de Envelopes: até as 08:50 MIN do dia 31/05/2016. Abertura: às 09h00min horas do dia 31/05/2016.

Informações Complementares: Edital em inteiro teor e demais informações poderão ser obtidos de segunda a sexta-feira no Setor de Licitações, na Prefeitura Municipal de Ponte Serrada, Rua Madre Maria Theodora, n.º 264, Bairro Centro, no horário das 07h30min às 11:30min e 13:00 às 17:30 e pelo site www.ponteserrada.sc.gov.br, ou pelo telefone (0XX49) 34350122 e pelo e-mail: comprasps01@gmail.com.

Ponte Serrada, 10 de Maio de 2016.

EDUARDO COPPINI
PREFEITO MUNICIPAL

Porto União

PREFEITURA

RETIFICAÇÃO DE EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS 006/2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO

ESTADO DE SANTA CATARINA

Processo Licitatório 054/2016

Retificação do Edital de Tomada de Preços 006/2016

O Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições, torna público que houve alterações no edital referente ao processo licitatório supracitado. Permanecem as datas anteriormente publicadas inalteradas. Maiores informações podem ser retiradas na Rua Padre Anchieta, 126, e-mail licitacao@portouniao.sc.gov.br e, fone (42) 3523-1155.

Porto União - SC, 10 de maio de 2016.

Anízio de Souza.

Prefeito Municipal.

CÂMARA DE VEREADORES DE PORTO UNIÃO

RETIFICAÇÃO DE EXTRATO DE EDITAL Nº 001/2016

CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO

AVISO DE RETIFICAÇÃO DO EXTRATO DE EDITAL DE LICITAÇÃO

MODALIDADE PREGAO PRESENCIAL Nº 001/2016

A Câmara Municipal de Porto União, Estado de Santa Catarina, através da Comissão Especial de Licitações de Pregão Eletrônico e Presencial, torna público a RETIFICAÇÃO da publicação do Extrato de Edital de Licitação na Modalidade Pregão Presencial nº 001/2016, para aquisição de um veículo 0Km publicado no DOM/SC Edição 1984, no dia 28 de abril de 2016 e no jornal O Comércio no dia 29 de abril de 2016; ONDE SE LÊ: "A Câmara Municipal de Porto União, Estado de Santa Catarina, através da Comissão Especial de Licitações de Pregão Eletrônico e Presencial, torna público que será realizada no dia 11 de maio de 2016 às 13:30h, na sala de Licitação da Prefeitura Municipal de Porto União, na Rua Padre Anchieta, 126, Centro, Porto União (SC) Licitação na modalidade Pregão Presencial, para aquisição de 01 (um) veículo zero quilometro, capacidade para 05 lugares, 04 portas, Motor Flex (gasolina e álcool), direção hidráulica ou elétrica, ar condicionado, travas elétricas nas quatro portas, vidros elétricos nas quatro portas, desembaçador traseiro, Ano modelo de fabricação 2015/2016 ou superior, Categoria Sedan, Cor Branco ou Cinza, Potência mínima de 140 cv, Injeção eletrônica, câmbio automático, Apoio de cabeça para os bancos dianteiros e traseiros, coluna de direção com regulagem de altura e profundidade, no mínimo 04 (quatro) air bag, sistema de alarme antifurto, sistema de freios ABSE EBD, Radio AM/FM, CD player e entrada para USB, cinto de segurança dianteiro retráteis, Iluminação no porta luva e porta malas, Para sois biarticulados com espelho, Jogo de tapete, Bancos dianteiros reclináveis, volume mínimo de porta malas 530 litros, Para choque pintado na cor do veículo. Acessórios obrigatórios e com Assistência Técnica num raio de 100km do Município de Porto União." LEIA-SE: "A Câmara Municipal de Porto União, Estado de Santa Catarina, através da Comissão Especial de Licitações de Pregão Eletrônico e Presencial, torna público que será realizada no dia 07 de junho de 2016, às 13:30h, na sala de Licitação da Prefeitura Municipal de Porto União na Rua Padre Anchieta, 126, Centro, Porto União (SC) Licitação na modalidade Pregão Presencial, para aquisição de 01 (um) veículo zero quilometro, 2.0, capacidade para 05 lugares, 04 portas, Motor Flex (gasolina e álcool), direção hidráulica ou elétrica, ar condicionado, travas elétricas nas quatro portas, vidros elétricos nas quatro portas, desembaçador traseiro, Ano modelo de fabricação 2015/2016 ou superior, Categoria Sedan, Cor Branco ou Cinza, Potência mínima de 140 cv, Injeção eletrônica, câmbio automático, Apoio de cabeça para os bancos dianteiros e traseiros, coluna de direção com regulagem de altura e profundidade, no mínimo 04 (quatro) air bag, sistema de alarme antifurto, sistema de freios ABSE EBD, Radio AM/FM, CD player e entrada para USB, cinto de segurança dianteiro retráteis, Iluminação no porta luva e porta malas, Para sois biarticulados com espelho, Jogo de tapete, Bancos dianteiros reclináveis, volume mínimo de porta malas 530 litros, Para choque pintado na cor do veículo, Acessórios obrigatórios e com Assistência Técnica num raio de 100km do Município de Porto União"

Porto União (SC), 09 de maio de 2016.

ALCEU JUNG

Presidente

Presidente Nereu

PREFEITURA

DIVULGAÇÃO DE RESULTADO DE PREGÃO 13/2016 - MAQUINAS PESADAS

DIVULGAÇÃO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL 13/2016

Tendo em vista a decisão proferida pela Comissão Permanente de Licitação, designada através da portaria 56/2016,

Homologo:

nesta data, a referida decisão e constante da ata anexa, considerando vencedores da licitação, objeto do Pregão nº. 13/2016, os participantes: Oobjetoalicitação: CONTRATAÇÃODESERVIÇOSDEMAQUINASPESADASPARAEVENTUALNECESSIDADEDOMUNICIPIODEPRESIDENTENEREU. Fornecedores e Itens Vencedores

Fornecedor	Item	Quantidade	Unidade	Preço Unitário	Preço Total
DJK TERRAPLANAGEM EIRELI ME	00002	500,00000	HR	139,0000	69.500,00
JEAN MENIN ME	00001	500,00000	HR	140,0000	70.000,00
JEAN MENIN ME	00003	500,00000	HR	150,0000	75.000,00
JEAN MENIN ME	00004	500,00000	HR	145,0000	72.500,00

Autorizar a emissão da(s) nota(s) de empenho correspondente(s).

MUNICÍPIO DE PRESIDENTE NEREU, 10 de maio de 2016.

ANTONIO FRANCISCO COMANDOLI

Prefeito Municipal

EDITAL DE CREDENCIAMENTO DE LEILOEIRO Nº18/2016

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO N.º 0018/2016

OBJETO: CREDENCIAMENTO DE LEILOEIROS OFICIAIS, REGULARMENTE REGISTRADOS NA JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SANTA CATARINA – JUCESC, PARA A EVENTUAL REALIZAÇÃO DE LEILÕES DE BENS MÓVEIS INSERVÍVEIS, BENS AUTOMOTIVOS E BENS IMÓVEIS DO MUNICÍPIO DE PRAIA GRANDE/SP. PRAZO PARA ENTREGA DOS ENVELOPES- DOCUMENTAÇÃO: até às 15:00 horas do dia 10/06/2016.

1 – Preâmbulo

1.1 - A Secretaria Administração, por meio da Comissão Permanente de Licitação e Julgamento, torna público que receberá documentação para o credenciamento de Leiloeiros Oficiais, regularmente registrados na Junta Comercial do Estado de Santa Catarina – JUCESC, para a eventual realização de leilões de bens móveis inservíveis, bens automotivos e bens imóveis do Município de Presidente Nereu/SC.

2 – DO OBJETO

2.1 - Constitui objeto do presente edital o credenciamento de Leiloeiros Oficiais, regularmente registrados na Junta Comercial do Estado de Santa Catarina – JUCESC, para a eventual realização de leilões de bens móveis inservíveis, bens automotivos e bens imóveis do Município de Presidente Nereu, observadas as condições estipuladas na legislação que rege a matéria e segundo os critérios deste edital.

2.2 - O prazo de validade do credenciamento será de 08(oito) meses.

2.3 - No caso de não renovação da documentação na conformidade do item 2.2, o Leiloeiro Oficial será excluído da lista de credenciamento.

3 – DA FORMALIZAÇÃO DE CONSULTAS E/OU ESCLARECIMENTOS

3.1 – Os pedidos de informações e/ou esclarecimentos relativos ao presente Pregão, deverão ser encaminhados ao Departamento de Licitações, das 09:00 às 16:00, por escrito, através do e-mail: compras@presidentenereu.sc.gov.br aos cuidados da Presidente, sendo que as respostas estarão disponíveis aos interessados no site da Prefeitura <http://www.presidentenereu.sc.gov.br> e encaminhado para os e-mails de todas as empresas que adquiriram o edital.

4 – DAS CONDIÇÕES CREDENCIAMENTO

4.1. - Poderão participar deste processo os interessados que atenderem a todas as exigências contidas neste edital e seus anexos.

4.1.1 – Que estejam devidamente matriculados na Junta Comercial do Estado de Santa Catarina – JUCESC, no pleno gozo de suas funções, e que preencham as condições previstas neste edital;

4.1.2 – Disponham de sítio eletrônico para inserção da relação dos lotes e das fotos dos bens a serem leiloados;

4.1.3 – Disponham de recursos tecnológicos necessários para realização do leilão eletrônico, por meio de plataforma de transação, via WEB, incluindo locais apropriados, concomitante ao leilão presencial.

5 – DOS IMPEDIMENTOS AO CREDENCIAMENTO

5.1. Estarão impedidos de participar de qualquer fase do certame os leiloeiros oficiais que se enquadrem em quaisquer das situações a seguir: a) que

não atendam a todos os requisitos neste edital; b) Impedidos de licitar ou contratar com a Prefeitura de Presidente Nereu ou que tenham sido declarados inidôneos, nos termos do Artigo 87 da Lei Federal nº 8.666/93; c) destituídos ou suspensos do exercício da função.

6 – DA IMPUGNAÇÃO DO EDITAL E DOS RECURSOS

6.1 - Em decorrência das decisões relacionadas com o presente credenciamento. Nos termos dos arts. 41 e 109 da Lei nº 8.666/93 é facultada a interposição de:

6.1.1. IMPUGNAÇÃO ao edital, pelo licitante, até o segundo dia útil que anteceder o recebimento do envelope de documentação, em face de vícios ou irregularidades porventura nele existentes.

6.1.2. IMPUGNAÇÃO ao edital, por qualquer cidadão, até 05 (cinco) dias úteis antes da data fixada para recebimento do envelope de documentação, por irregularidades na aplicação da Lei nº 8.666/93.

6.1.3. RECURSO, no prazo de até 05 (cinco) dias úteis contados da intimação do ato ou da lavratura da ata pela Comissão Permanente de Licitação e Julgamento, dos seguintes atos: a) Julgamento do certame licitatório, dirigido ao Secretário Administração por intermédio da Comissão Permanente de Licitação, que poderá reconsiderar a decisão ou mantendo-a, fazê-lo subir ao Secretário devidamente informado, para decisão. Prefeitura de Presidente Nereu estado de Santa Catarina b) Da anulação ou revogação do credenciamento, dirigido ao Secretário Administração que poderá reconsiderar a decisão ou mantendo-a, fazê-lo subir ao Prefeito Municipal.

6.2. Não caberá mais de um recurso sobre a mesma matéria por parte de um mesmo licitante, bem como não caberá recurso em mesmo grau sobre matéria já decidida.

6.3. As contrarrazões poderão ser propostas pelos interessados no prazo de 05 (cinco) dias úteis contados da publicação das vistas do recurso administrativo proposto.

6.4. Não serão acolhidas as impugnações e/ou recursos apresentados fora do prazo legal e/ou subscritos por representante não habilitado legalmente ou identificado no processo para responder pelo interessado.

6.5. O acolhimento de recurso importará na invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

6.6. As razões de impugnação ao edital, as razões do recurso e as contrarrazões, quando propostas, deverão ser formalizadas por escrito e devem ser protocoladas junto ao Departamento de Licitações da Secretaria de Administração, cujo endereço encontra-se disposto no cabeçalho, impreterivelmente no horário de atendimento, de 08:30 às 16:00 hs.

7 – DA DOCUMENTAÇÃO

7.1 - Os interessados deverão apresentar os documentos abaixo:

7.1.1 - Solicitação de credenciamento nos termos do Anexo I;

7.1.2 - Certidão emitida pela Junta Comercial do Estado de Santa Catarina - JUCESC no máximo 30 (trinta) dias anteriores à sua apresentação a Comissão Permanente de Licitação, dando conta de que o interessado se acha devidamente matriculado como Leiloeiro naquele órgão, indicando o número e data da respectiva matrícula e eventuais penalidades sofridas;

7.1.3 - Original ou cópia autenticada da cédula de identidade, nos termos do subitem 7.3;

7.1.4 - Original ou cópia autenticada do Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda (CPF/MF), nos termos do subitem 7.3;

7.1.5 - Original cópia autenticada do Cadastro de Contribuintes Municipal, relativo à sede ou ao domicílio do Leiloeiro Oficial, pertinente ao seu ramo de atividade.

7.1.6 - Prova de regularidade para com as Fazendas Estadual e Municipal do domicílio ou sede do interessado, ou outra equivalente, na forma da lei; Prefeitura de Presidente Nereu, estado de Santa Catarina.

7.1.7 - Certidão Negativa de Insolvência Civil, expedida em seu domicílio, emitida, no máximo, nos 60 (sessenta) dias anteriores a data prevista para a realização deste credenciamento;

7.1.8 - Atestado(s) de Capacidade Técnica, emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando que o interessado realizou eventos análogos (leilões empresariais, judiciais e/ou extrajudiciais de bens móveis inservíveis, bens automotivos e bens imóveis).

7.1.9 - O(s) atestado(s) deverá(ão) estar emitido(s) em papel(eis) timbrado(s) do(s) Órgão(s) ou da(s) Empresa(s) que o expediu(ram), ou deverá(ão) conter carimbo do CNPJ do(s) mesmo(s), com a devida identificação do responsável pela assinatura do atestado.

7.1.10 - Prova de inexistência de débitos perante a Justiça do Trabalho, mediante apresentação de Certificado Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT);

7.1.11 - Declaração de que atende plenamente aos requisitos de habilitação indicados neste edital (ANEXO IV).

7.1.12 - Declaração nos termos do Anexo II.

7.2 - Não serão aceitos protocolos de certidões e/ou de documentos, nem documentação incompleta, sendo a documentação de inteira responsabilidade do interessado.

7.3 - Os documentos exigidos nos subitens acima deverão ser encaminhados em original ou cópia autenticada por cartório competente ou por servidor do órgão realizador do credenciamento.

7.3.1 - Serão aceitas somente cópias legíveis;

7.3.2 - Não serão aceitos documentos cujas datas estejam rasuradas;

7.4 - Para fins de análise da documentação apresentada, os documentos que não possuírem prazo de validade deverão possuir data de emissão de no máximo 180 (cento e oitenta) dias, tendo como referência a data final para recebimento do envelope de documentação, com exceção para a certidão constante no subitem

7.1.2 que deverá possuir data de emissão não superior a 30 (trinta) dias do termo final para apresentação do envelope de documentação conforme exposto.

7.4.1 - Não se enquadram no subitem

7.4 os documentos que, pela própria natureza, não apresentam prazo de validade, inclusive quanto ao(s) atestado(s) de capacidade técnica.

7.4.2 - Serão aceitas como prova de regularidade para com as Fazendas, certidões positivas com efeito de negativas e certidões positivas que noticiem em seu corpo que os débitos estão judicialmente garantidos ou com sua exigibilidade suspensa.

8 – DA ENTREGA DA DOCUMENTAÇÃO

8.1. O envelope contendo a "DOCUMENTAÇÃO" serão recebidos na Sala de Reuniões do Palácio São Francisco de Assis – Prefeitura de Presidente Nereu, praça Leão Dehon nº 50, Centro, até o dia 10/06/2016, às 15:00 hs., quando terá início a sessão pública para abertura dos mesmos.

8.1.1. O envelope deverá ainda indicar em sua parte externa e frontal os seguintes dizeres: ENVELOPE Nº 1 – HABILITAÇÃO CHAMADA PÚBLICA Nº 000/2015- CREDENCIAMENTO

8.2. O Município de Presidente Nereu não se responsabiliza por envelopes bem como outras documentações não entregues no local, data, horário e condições definidas neste edital. 8.3. O envelope de documentação poderá ser remetido via postal dentro do prazo fixado definido no item 08 deste edital. O Município não se responsabiliza por possíveis atrasos, extravios ou perdas do referido envelope. Não serão aceitos protocolos postais ou justificativas pela não entrega do mesmo pelos entregadores. Para a participação do interessado no certame é condição sine qua nom a entrega do envelope no local e dentro do prazo fixado no presente edital, não sendo aceitas quaisquer justificativas.

9 – DO CREDENCIAMENTO E DA FORMALIZAÇÃO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

9.1 - A Comissão Permanente de Licitação elaborará lista dos leiloeiros Oficiais que atenderam aos requisitos neste edital, obedecendo ao critério de antiguidade, assim considerando o tempo de inscrição na Junta Comercial do Estado de Santa Catarina - JUCESC.

9.2 - Serão credenciados leiloeiros oficiais, que tenham preenchido os requisitos exigidos neste Edital, tendo apresentado, de forma regular, a documentação determinada no item 7, utilizando como critério de classificação crescente do profissional, o leiloeiro com nota de nomeação mais antiga conforme informação da Junta Comercial competente.

9.3 - Os Leiloeiros Oficiais credenciados serão indicados em sistema de rodízio para prestação dos serviços objeto deste credenciamento, obedecida a Prefeitura de Presidente Nereu Estado de Santa Catarina ordem de classificação por antiguidade constante da lista a que alude o item 9.1.

9.3.1 - Os Leiloeiros já contratados, inclusive em credenciamento anteriores, serão deslocados para o final lista a que alude o item 9.1.

9.4 - É facultada à Comissão Permanente de Licitação, em qualquer fase do credenciamento, promover diligências com vistas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo.

9.5 - O interessado intimado para prestar qualquer esclarecimento adicional deverá fazê-lo no prazo determinado pela Comissão Permanente de Licitação, sob pena de indeferimento do credenciamento.

9.6 - Serão credenciados os interessados que se encontrem em situação regular, constatada com a apresentação da documentação exigida no item 7 e que atendam a todas exigências e condições previstas neste edital.

9.7 - O não atendimento de exigências formais não essenciais não importará no afastamento do interessado em se credenciar, desde que seja possível a aferição de sua qualificação e a exata compreensão de seu pedido de credenciamento.

9.8 - O resultado do julgamento será divulgado no Diário Oficial do Estado.

9.9 - O credenciamento dos leiloeiros será efetivado por meio da assinatura do contrato de prestação de serviço, que conterá, dentre suas cláusulas, as de Obrigações do leiloeiro e Obrigações do Contratante, com fundamento no art. 25, caput e após regular realização de processo administrativo na hipótese de inexigibilidade de licitação, conforme minuta - Anexo III - parte integrante deste edital.

9.10 - O Credenciado deverá assinar o contrato de prestação de serviço no prazo de 5 (cinco) dias, contados da sua convocação, podendo tal prazo ser prorrogado por uma única vez, a critério do Contratante.

9.11 - A recusa injustificada em assinar o contrato dentro do prazo previsto no subitem anterior, sujeita o credenciado à penalidade de descredenciamento, sem prejuízo das demais sanções legalmente estabelecidas, em observância ao disposto no art. 81 da Lei nº 8.666/93.

9.11. O credenciado, quando convocado para a assinatura do contrato, deverá comprovar a regularidade dos documentos exigidos nos subitens 7.1.5, 7.1.6 e 7.1.7 do presente edital.

9.12 - A vigência do contrato de prestação de serviço será de até 31 de dezembro de 2016.

9.13 - As despesas com a publicação do extrato do contrato no Diário Oficial do Estado correrão por conta da Administração Municipal.

9.15 - A celebração do contrato de prestação de serviço visa apenas regulamentar os eventuais leilões de bens móveis inservíveis, bens automotivos e bens imóveis a serem realizados durante a sua vigência. A definição da venda dos bens móveis inservíveis, bem automotivos e bens imóveis é ato exclusivo do Município de Presidente Nereu, que inclusive, se assim o convier, pode optar por não realizar nenhum procedimento de venda dos seus bens, ficando a seu exclusivo critério, caso opte pela venda, a definição do momento e da forma que será processada a venda. A ausência de realização de venda de bem público, durante a vigência do contrato, não gera responsabilização por parte do Município em indenizar ou ressarcir o contratado/leiloeiro por eventuais dispêndios financeiros. Conforme exposto anteriormente, a celebração do contrato visa apenas regulamentar uma eventual realização de leilão público para venda de bem móvel, com a definição da forma e das normas a serem observadas para a execução do serviço considerando a ordem cronológica de classificação obtida por cada presidente na definição do responsável pelo leilão.

9.16 - A contratação assegura ao leiloeiro/contratado, classificado segundo o maior tempo de registro perante JUCESC, nos termos do artigo 42, do Decreto nº 21.981, de 19 de outubro de 1932 o direito à realização do leilão, caso este ocorra, por definição do Município, no decorrer da vigência do contrato.

10 – DOS PROCEDIMENTOS PARA O LEILÃO E DA AUTORIZAÇÃO DE VENDA

10.1 - Os bens serão vendidos no estado de conservação em que se encontram, não sendo de responsabilidade do leiloeiro ou do Município de Presidente Nereu, quaisquer consertos, reparos, desmonte ou mesmo providências com a retirada ou transporte do material arrematado.

10.2 - Os bens serão vendidos somente à vista nas condições fixadas no regulamento do leilão, devendo ser observadas as condições para garantia e pagamento previstas no item 11 deste edital.

10.3. Antes de cada leilão, será publicado Edital de Licitação, com descrição dos bens inservíveis, bens automotivos e bens imóveis a serem leiloados, constando ainda sua avaliação. Em hipótese de credenciamento de mais de um leiloeiro oficial, a definição do responsável pela realização do Leilão, será atribuída àquele que tiver em primeiro lugar na ordem cronológica de classificados. Após a realização de cada leilão, o leiloeiro oficial que o realizou, irá para o último lugar na ordem dos classificados, renovando-se essa ordem a cada Leilão realizado.

10.4 - O contratado/leiloeiro poderá solicitar a sua dispensa de participação, desde que comprove caso fortuito ou de força maior que o impeça da realização do Leilão designado, hipótese em que será chamado o próximo na ordem de classificação. A dispensa será deferida somente uma única vez Prefeitura de Presidente Nereu Estado de Santa Catarina considerando a vigência de 07 (sete) meses do contrato de prestação de serviço. Uma vez deferida à dispensa, o leiloeiro/contratado, voltará ao último lugar da ordem de classificados.

10.5 - A convocação para a realização do Leilão será feita por meio telefônico e através envio de carta ao endereço do Leiloeiro oficial.

10.6 - Nodia, hora e local designados, o contratado deverá se apresentar a Comissão Permanente de Licitação, onde extraíra as informações pertinentes à realização do Leilão e conhecerá os objetos a serem leiloados.

10.7 - Para a realização do leilão oficial, será necessária a autorização de venda, conforme minuta constante no Anexo III da Minuta de Contrato.

10.8 - Em todos os eventos, o Contratado/leiloeiro deverá dispensar igual tratamento a todos os bens disponibilizados para a venda, tanto na divulgação (propaganda), como, principalmente, na tarefa de identificar possíveis interessados, independente do valor e da liquidez dos mesmos.

10.9 - Havendo descumprimento de qualquer das obrigações previstas neste edital e no contrato de prestação de serviços, o Contratante registrará em relatório as irregularidades porventura encontradas, encaminhando cópia ao Contratado/leiloeiro para imediata correção das falhas detectadas, sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas neste edital e no próprio contrato.

- 10.10 - O(s) leilão (ões) será (ão) acompanhado(s) e fiscalizado(s) por comissão/representante do Município de Presidente Nereu.
- 10.11 - Quando da definição da alienação dos bens móveis pelo Município, deverá ser expedido, pela Comissão Técnica, laudo técnico que comprove a obsolescência ou exaustão, em razão do uso, do bem. Os respectivos lotes que comporão o leilão serão definidos pelo contratado/leiloeiro sob a coordenação do Contratante que poderá utilizar de suas experiências para sugerir a melhor estratégia de venda.
- 10.12 - No caso do leilão não obter êxito a Administração poderá exigir que o contratado/leiloeiro repita no mínimo três vezes o mesmo leilão a fim de efetivar a venda dos bens móveis inservíveis, bens automotivos e bens imóveis definidos no referido procedimento. Deverá dispor de todos os esforços a fim de alcançar a venda dos bens móveis. A seu critério, poderá rediscutir com o Contratante, melhor solução e estratégia para o alcance dos objetivos, podendo inclusive, sugerir nova avaliação dos bens em face da experiência e expertise de mercado. Após a terceira tentativa, a forma de venda dos móveis poderá ser reavaliada pelo Contratante que poderá, inclusive, definir novo Leiloeiro para a venda dos mesmos, obedecida a ordem de classificação. Também neste caso, a participação do leiloeiro designado, não poderá ser dispensada, excetuada a hipótese prevista no subitem 10.4 deste edital.
- 10.13 - Para a realização dos leilões deverão ser observadas as condições e exigências previstas na legislação aplicável e na minuta do contrato de prestação de serviço, especialmente as obrigações do leiloeiro.
- 10.14 - A critério do Contratante, as avaliações dos bens móveis realizadas pelo leiloeiro deverão ser revistas a qualquer tempo.

11 – REPASSE DO VALOR ARREMATADO AO MUNICÍPIO E DA REMUNERAÇÃO DO LEILOEIRO

- 11.1 - Os bens serão vendidos somente à vista, nas condições fixadas no regulamento do leilão. O leiloeiro deverá orientar o arrematante quanto aos procedimentos referentes ao pagamento do bem arrematado.
- 11.2 - Pela prestação de serviços o Leiloeiro Oficial credenciado receberá 5% (cinco por cento) sobre o valor das vendas realizadas, a ser pago pelo comprador no ato da arrematação, não cabendo a Prefeitura a responsabilidade pela cobrança da comissão de vida pelo comprador, nem pelo valores despendidos pelo Leiloeiro Oficial para recebê-la.

12 – DO LOCAL DAS CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS 12.1 – A prestação dos serviços referentes ao presente credenciamento deverão ser realizados no local e hora designado pela Prefeitura.

12.2 – Correrão por conta do Contratado todas as despesas e custos diretos e indiretos, tais como: seguros, vigilância, transporte, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários decorrentes da execução do objeto do contrato.

13 – DISPOSIÇÕES FINAIS

- 13.1. As normas disciplinadoras deste credenciamento serão interpretadas em favor da ampliação do número de Leiloeiros Oficiais interessados, respeitada a igualdade de oportunidade entre os candidatos, desde que não comprometam o interesse público, a finalidade e a segurança do credenciamento.
- 13.2. Das sessões públicas de processamento do credenciamento serão lavradas atas circunstanciadas, a serem assinaladas pela Comissão e pelos candidatos presentes.
- 13.3. Recusas ou impossibilidades de assinaturas devem ser registradas expressamente na própria ata.
- 13.4. O resultado deste credenciamento e os demais atos pertinentes a ele, sujeitos à publicação, serão divulgadas no Diário Oficial do Estado e no endereço eletrônico www.presidentenereu.sc.gov.br. Prefeitura de Presidente Nereu.
- 13.5. Os possíveis futuros leiloeiros credenciados e aptos a serem contratados serão classificados em último lugar na listagem dos contratados;
- 13.6. Os casos omissos do presente edital serão solucionados pela Comissão.

14 – DOS ANEXOS

Anexo I - Solicitação de credenciamento

Anexo II - Declaração

Anexo III - Minuta de Contrato da prestação de serviços de leiloeiro. Presidente Nereu, 30 de Setembro de 2015. Presidente da Comissão Permanente de Licitação MARCELO YOSHINORI KAMEIYA Secretário Administração Prefeitura da Estância Balneária de Praia Grande Estado de São Paulo

ANEXO I SOLICITAÇÃO DE CREDENCIAMENTO

À Secretaria de Administração Comissão Permanente de Licitação Objeto: Credenciamento de Leiloeiros Oficiais, regularmente registrados na Junta Comercial do Estado de Santa Catarina – JUCESC, para a eventual realização de leilões de bens móveis inservíveis, bens imóveis do Município de Praia Grande do Município de Presidente Nereu. Edital de Chamamento Público nº 000/2015 (nome e qualificação) inscrito na Junta Comercial do Estado de Santa Catarina sob nº _____, portador(a) da Carteira de Identidade nº _____, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda sob nº _____, residente e domiciliado (endereço completo) à R: _____, n. ____, B. _____. Cidade. _____, vem requerer à Secretaria Administração/Comissão Permanente de Licitação seu credenciamento no rol de leiloeiros desta, declarando total concordância com as condições estabelecidas no edital de chamamento público nº 018/2016. Declaro, ainda, sob as penas da lei, que cumpro plenamente os requisitos, para o credenciamento, previsto no referido edital e que não me enquadrando em nenhuma das vedações impostas. Local, data Nome e assinatura Prefeitura de Presidente Nereu Estado de Santa Catarina

ANEXO II DECLARAÇÃO

Objeto: Credenciamento de Leiloeiros Oficiais, regularmente registrados na Junta Comercial do Estado de Santa Catarina – JUCESC, para a eventual realização de leilões de bens móveis inservíveis do Município de de Presidente Nereu. Edital de Chamamento Público nº 018/2016 Pelo presente instrumento _____ (nome e qualificação do leiloeiro oficial), _____ (endereço completo, telefone, fax), DECLARO que possuo ciência das obrigações previstas na minuta de contrato e das formas da realização dos leilões, encontrando-me ciente das obrigações e condições previstas na legislação aplicável. DECLARO que possuo ciência de que o exercício das funções de leiloeiro é pessoal, não podendo ser exercido por intermédio de pessoa jurídica, e que somente poderei delegá-las senão por moléstia ou impedimento ocasional a preposto, devendo, entretanto, comunicar tal fato à Junta Comercial do Estado de Santa Catarina - JUCESC. DECLARO que não utilizarei para fins de prestação do serviço, objeto do presente certame, menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, nem menores de 16 (dezesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, conforme inciso V do art. 27 da Lei nº 8.666/93 c/c inciso XXXIII do art. 7º da CR/88. DECLARO estar ciente de que terei que devolver a comissão paga pelo(s) arrematante(s), no prazo de 02 (dois) dias úteis contados a partir da comunicação do fato, nas hipóteses em que, por decisão judicial ou do Contratante, seja anulado ou revogado o leilão. DECLARO, ainda,

que o Contratante não é responsável pela cobrança da comissão devida pelos arrematantes, nem pelos gastos despendidos para recebê-la. Por fim, informo que o Contratante não responderá pela ocorrência de suspensão ou anulação do leilão, pelo que nada lhe poderá ser cobrado. Assim, ASSUMO, exclusivamente, todo e qualquer risco decorrente de tais ocorrências. Local, data Nome e assinatura Prefeitura de Presidente Nereu estado de Santa Catarina.

ANEXO III - MINUTA "CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LEILOEIRO PARA EVENTUAL REALIZAÇÃO DE LEILÕES DE BENS MÓVEIS INSERVÍVEIS, BENS AUTOMOTIVOS E BENS IMÓVEIS, QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE E A EMPRESA _____, "Aos dias do mês de do ano de dois mil e quinze, na Divisão de Expediente Administrativo da Secretaria de Administração da Prefeitura da Estância Balneária de Praia Grande, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob nº 83.102.699/0001-28, localizada a Praça Leão Dehon, nº 50, centro – Presidente Nereu, onde se achava o Senhor _____, prefeito municipal, neste ato representando a esta Municipalidade, doravante simplesmente denominada PREFEITURA, e do outro lado compareceu o Senhor _____, portador da Cédula de Identidade RG nº. ____ e CPF/MF nº. _____, neste ato representando a EMPRESA _____, inscrita no CGC/MF sob nº. _____, localizada à _____, doravante denominada EMPRESA, e por ele foi dito que assina o presente Contrato para CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE LEILOEIRO PARA EVENTUAL REALIZAÇÃO DE LEILÕES DE BENS MÓVEIS INSERVÍVEIS, BENS AUTOMOTIVOS E BENS IMÓVEIS, oriundo de procedimento licitatório, na modalidade Inexigibilidade de Licitação nº XXX/2015, no processo nº. 18/2016 pelo presente instrumento avençam um contrato de Prestação de Serviços de Leiloeiro Oficial, sujeitam-se às legislação pertinente à matéria e a Lei federal 8.666/93 e demais normas regulamentares aplicáveis à espécie e às cláusulas e condições que reciprocamente outorgam e aceitam.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - OBJETO:

Constitui objeto do presente contrato, a serviços de leiloeiro, para eventual realização de leilões de bens móveis inservíveis, bens automotivos e bens imóveis do Município de Presidente Nereu, observadas as condições estipuladas na legislação que rege a matéria e segundo os critérios do edital e deste contrato.

PARÁGRAFO SEGUNDO - A celebração do presente contrato de prestação de serviço visa apenas regulamentar os eventuais leilões de bens móveis a serem realizados durante a sua vigência. A definição da venda do bem móvel é ato exclusivo do Município de Presidente Nereu, que inclusive, se assim o convir, pode optar por não realizar nenhum procedimento de venda dos seus bens, ficando a seu exclusivo critério, caso opte pela venda, a definição do momento e da forma que será processada a venda. A ausência de realização de venda de bem público, durante a vigência deste contrato, não gera responsabilização por parte do Município em indenizar ou ressarcir o contratado/leiloeiro por eventuais dispêndios financeiros. Conforme exposto anteriormente, a Prefeitura de Presidente Nereu, celebração deste contrato visa apenas regulamentar uma eventual realização de leilão público para venda de bem móvel, com a definição da forma e das normas a serem observadas para a execução do serviço considerando o sorteio a ser realizado para a definição do responsável pelo leilão. A contratação assegura ao leiloeiro/contratado, sorteado, o direito à realização do leilão, caso este ocorra, por definição do Município, no decorrer da vigência do presente instrumento.

CLÁUSULA SEGUNDA: DO LOCAL E DAS CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS:

O objeto deste contrato deverá ser executado no Município de Presidente Nereu, correndo por conta do CONTRATADO, todas as despesas relativas a encargo trabalhistas, previdenciários, transportes de pessoal e equipe e quaisquer outras decorrentes da execução do objeto do presente ajuste.

CLÁUSULA TERCEIRA: O contratado obriga-se a executar os serviços, objeto deste contrato, recebendo, a título de comissão, a taxa de 5% (cinco por cento), calculada sobre o valor de venda dos lotes arrematados, taxa que deverá ser cobrada diretamente de cada arrematante, na ocasião do leilão. PARÁGRAFO ÚNICO: Não será devido ao CONTRATADO nenhum outro pagamento além da comissão referida nesta cláusula terceira.

CLÁUSULA QUARTA: DA VIGÊNCIA – O contrato a ser firmado terá vigência de 12 (doze) meses, a contar da data de sua assinatura, podendo vir a sofrer prorrogações, desde que justificadas, conforme acordo entre as partes, através de respectivo termo, antes do seu vencimento, com adequação aos termos do artigo 57 da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores.

CLÁUSULA QUINTA: DOS PROCEDIMENTOS PARA O LEILÃO E DA AUTORIZAÇÃO DE VENDA:

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Os bens serão vendidos no estado de conservação em que se encontram, não sendo de responsabilidade o leiloeiro ou do Município de Presidente Nereu, quaisquer consertos, reparos, desmonte ou mesmo providências com a retirada ou transporte do material arrematado.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Os bens serão vendidos somente à vista nas condições fixadas no regulamento do leilão, devendo ser observadas as condições para garantia e pagamento previstas na cláusula sétima deste contrato.

PARÁGRAFO TERCEIRO: A definição dos contratados para realização do Leilão será em conformidade com a ordem de classificação obtida no credenciamento, que será aferida de acordo ao maior tempo de registro na JUCESC. Tal critério somente será aplicado, na hipótese de seleção/contratação de mais de um leiloeiro oficial conforme previsto no presente contrato.

PARÁGRAFO QUARTO: O contratado/leiloeiro poderá solicitar a sua dispensa de participação, desde que comprove caso fortuito ou de força maior que o impeça da realização do Leilão designado, hipótese em que será chamado o próximo na ordem de classificação. A dispensa será deferida somente uma única vez considerando a vigência de 12 (doze) meses do contrato de prestação de serviço. Uma vez deferida a dispensa, o leiloeiro/contratado, voltará ao último lugar da ordem de classificados.

PARÁGRAFO QUINTO: Para a realização do leilão oficial, será necessária a autorização de venda, conforme minuta constante no Anexo I deste Contrato.

PARÁGRAFO SEXTO: Em todos os eventos, o Contratado/leiloeiro deverá dispensar igual tratamento a todos os bens disponibilizados para a venda, tanto na divulgação (propaganda), como, principalmente, na tarefa de identificar possíveis interessados, independente do valor e da liquidez dos mesmos.

PARÁGRAFO SÉTIMO: Havendo descumprimento de qualquer das obrigações previstas no edital e neste contrato de prestação de serviços, o Contratante registrará em relatório as irregularidades porventura encontradas, encaminhando cópia ao Contratado/leiloeiro para imediata correção das falhas detectadas, sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas no presente contrato.

PARÁGRAFO OITAVO: Quando da definição da alienação dos bens móveis pelo Município, deverá ser expedido, pela Comissão Técnica, laudo técnico que comprove a obsolescência ou exaustão, em razão do uso, do bem. Os respectivos lotes que comporão o leilão serão definidos pelo contratado/leiloeiro sob a coordenação do Contratante que poderá utilizar de suas experiências para sugerir a melhor estratégia de venda.

PARÁGRAFO NONO: No caso do leilão não obter êxito a Administração poderá exigir que o contratado/leiloeiro repita no mínimo três vezes o mesmo leilão a fim de efetivar a venda dos bens móveis definidos no referido procedimento. Deverá dispor de todos os esforços a fim de se alcançar a venda dos bens móveis. A seu critério, poderá rediscutir com o Contratante, melhor solução e estratégia para o alcance dos objetivos, podendo inclusive, sugerir nova avaliação dos bens em face da experiência e expertise de mercado. Após a terceira tentativa, a forma de venda dos móveis poderá ser reavaliada pelo Contratante que poderá, inclusive, definir novo Leiloeiro para a venda dos mesmos, obedecida a ordem de classificação. Também neste caso, a participação do leiloeiro designado, não poderá ser dispensada, excetuada a hipótese prevista no subitem 9.4 do edital.

PARÁGRAFO DÉCIMO: Para a realização dos leilões deverão ser observadas as condições e exigências previstas na legislação aplicável e no presente contrato.

PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO - A critério do Contratante, as avaliações dos bens móveis realizadas pelo leiloeiro deverão ser revistas a qualquer tempo. **CLÁUSULA SEXTA: DA FISCALIZAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DOS SERVIÇOS :**

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Durante a vigência deste contrato, a realização do(s) leilão(ões) será(ão) acompanhada(s) e fiscalizada(s) por um representante do Contratante.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Havendo o descumprimento de qualquer das obrigações previstas neste contrato, o Contratante registrará em relatório as irregularidades porventura encontradas, encaminhando cópia ao leiloeiro para a imediata correção das falhas detectadas, sem prejuízo da aplicação das penalidades neste contrato.

PARÁGRAFO TERCEIRO - A ação da fiscalização não exonera o leiloeiro de cumprir as obrigações contratuais assumidas.

PARÁGRAFO QUARTO - Previamente ao leilão oficial, o Contratante poderá efetuar vistoria ao local e aos equipamentos indicados, a fim de verificar se atendem aos padrões exigidos neste Edital para realização do evento.

CLÁUSULA SÉTIMA: DAS OBRIGAÇÕES DO LEILOEIRO - As obrigações do leiloeiro são as constantes do Edital de Credenciamento Público nº 0.000/2016, com as seguintes listadas abaixo:

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Responsabilizar-se pela remoção e guarda dos bens a serem leiloados, caso haja interesse em transferi-los para as dependências próprias ou de terceiros, hipótese em que todas as despesas de remoção (transferência/retorno) correrão por conta e responsabilidade do Leiloeiro.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Realizar vistoria, previamente ao deslocamento/transporte do bem, quando este se tratar de veículo automotor.

PARÁGRAFO TERCEIRO - Realizar o deslocamento/transporte por meios que atendam aos requisitos legais, ambientais e de segurança necessários à preservação do bem e de terceiros envolvidos.

PARÁGRAFO QUARTO - Informar ao Contratante qualquer situação que impossibilite a remoção do bem;

PARÁGRAFO QUINTO - Elaborar laudo de avaliação contendo o valor estimado do bem para a venda em até 05 (cinco) dias úteis contados do recebimento da autorização de venda;

PARÁGRAFO SEXTO - Manter os bens em local seguro e providenciar a manutenção indispensável para a conservação dos mesmos.

PARÁGRAFO SÉTIMO - Limpar e higienizar os bens.

PARÁGRAFO OITAVO - Responder pela integridade quantitativa e qualitativa dos bens como fiel depositário, por todos e quaisquer danos causados, consoante às disposições dos artigos 627 e seguintes do Código Civil;

PARÁGRAFO NONO - Tomar as providências legais cabíveis, em caso de extravio, furto, roubo, fraude ou danos aos bens durante o deslocamento/transporte ou no interior dos pátios. Comunicar o fato imediatamente ao Contratante;

PARÁGRAFO DÉCIMO - Ressarcir ao Contratante, de todos e quaisquer danos causados, em decorrência de ato omissivo ou comissivo seu ou de seus prepostos, especialmente quanto a integridade dos bens;

PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO - Responsabilizar-se por todos e quaisquer danos e/ou prejuízos que vier a causar ao Contratante ou a terceiros, tendo como agente o leiloeiro, na pessoa de prepostos ou terceiros a seu serviço, ainda que culposos, devendo adotar as providências saneadoras de forma imediata. **PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO -** Fornecer o relatório final de cada leilão que deverá conter, no mínimo, descrição do bem, valor de avaliação, valor de arremate, CPF/CNPJ do arrematante, nome do arrematante, quantidade de lotes arrematados, quantidade de não arrematados, quantidade e valor de lotes em condicional, se houver;

PARÁGRAFO DÉCIMO TERCEIRO - Manter o Contratante informado dos recursos apresentados da decisão do Leilão.

PARÁGRAFO DÉCIMO QUARTO - Atender às solicitações feitas pelo Contratante, e mantê-lo informado sobre qualquer ocorrência incomum relacionada ao leilão.

PARÁGRAFO DÉCIMO QUINTO - Recolher ao Contratante, até o décimo dia subsequente à realização do leilão, o produto da arrematação dos leilões realizados, em conta indicada pelo Contratante, acompanhado de relatório analítico de prestação de contas, cópias das notas de venda/arrematação, dos termos de renúncia à comissão de responsabilidade do comitente e demais documentos previstos em lei;

PARÁGRAFO DÉCIMO SEXTO - Possibilitar o livre acesso ao local de guarda/armazenagem dos bens, para verificação visual das condições de sua guarda e conservação;

PARÁGRAFO DÉCIMO SÉTIMO - Acompanhar a visita dos interessados ao local onde se encontrarem os bens a serem leiloados.

PARÁGRAFO DÉCIMO OITAVO - Proceder à devolução do bem ao local a ser indicado pelo Contratante, em até 30 (trinta) dias;

PARÁGRAFO DÉCIMO NOVO - Retirar a identificação dos bens arrematados (plaquetas de patrimônio e outros) e devolvê-las ao Contratante.

PARÁGRAFO VIGÉSIMO - Tomar todas as providências necessárias à entrega dos bens ao arrematante sem qualquer ônus adicional ao Contratante. **PARÁGRAFO VIGÉSIMO PRIMEIRO -** Orientar o arrematante, quando se tratar de veículo automotor, que o mesmo deverá transferir a titularidade da documentação para o seu nome no prazo de até 30 (trinta) dias da data informada no documento de transferência, cumprindo se necessário, as exigências legais do Detran/Ciretran;

PARÁGRAFO VIGÉSIMO SEGUNDO - Entregar aos arrematantes dos Autos de Arrematação e dos recibos das comissões pagas e outros documentos necessários à transferência do bem.

PARÁGRAFO VIGÉSIMO TERCEIRO - Entregar ao Arrematante a documentação, providenciando o respectivo desembaraço junto a Delegacia de Trânsito – DETRAN, caso o bem leiloado seja veículo automotor.

PARÁGRAFO VIGÉSIMO QUARTO - Responsabilizar-se pelas despesas relativas aos procedimentos necessários à realização do(s) Leilão(ões), dentre eles: divulgação em site próprio, na internet, por no mínimo 15 (quinze) dias antes da realização do leilão; contratação de mão-de-obra; outras formas de divulgação do leilão.

PARÁGRAFO VIGÉSIMO QUINTO - Realizar os leilões de acordo com expressa determinação do Contratante, em datas e prazos em conjunto. **PARÁGRAFO VIGÉSIMO SEXTO** - No caso do leilão não obter êxito a Administração poderá exigir que o contratado/leiloeiro repita no mínimo três vezes o mesmo leilão a fim de efetivar a venda dos bens móveis definidos no referido procedimento. Deverá dispor de todos os esforços a fim de se alcançar a venda dos bens móveis. A seu critério, poderá rediscutir com o Contratante, melhor solução e estratégia para o alcance dos objetivos, podendo inclusive, sugerir nova avaliação dos bens em face da experiência e expertise de mercado. Após a terceira tentativa, a forma de venda dos móveis poderá ser reavaliada pelo Contratante que poderá, inclusive, definir novo Leiloeiro para a venda dos mesmos, obedecida a ordem de classificação. Também neste caso, a participação do leiloeiro designado, não poderá ser dispensada, excetuando a hipótese prevista no subitem 8.4 do edital. **PARÁGRAFO VIGÉSIMO SÉTIMO** - Não utilizar o nome do Contratante em quaisquer atividades de divulgação profissional, como por exemplo, em Prefeitura de Presidente Nereu cartões de visita, anúncios diversos, impressos, com exceção da divulgação de eventos específicos, salvo por autorização prévia do Contratante.

PARÁGRAFO VIGÉSIMO OITAVO - Exercer pessoalmente suas funções, não podendo delegá-las, senão por moléstia ou impedimento ocasional ao seu preposto, devendo ainda dispensar igual tratamento a todos os bens disponibilizados, tanto na publicidade como principalmente na tarefa de identificar os possíveis interessados, independentemente do seu valor e da sua liquidez.

PARÁGRAFO VIGÉSIMO NOVO - Identificar e selecionar os bens, organizando os lotes, contribuindo para facilitar o leilão, bem como para a sua avaliação, tudo sob a coordenação do Contratante.

PARÁGRAFO TRIGÉSSIMO - Conduzir o leilão e responsabilizar-se por todos os atos administrativos de sua competência até o encerramento, com a devida prestação de contas.

PARÁGRAFO TRIGÉSSIMO PRIMEIRO - Disponibilizar recursos humanos para fins da execução dos serviços contratados, devidamente identificado através de crachá;

PARÁGRAFO TRIGÉSSIMO SEGUNDO - Responder perante o Contratante por qualquer tipo de atuação ou ação que esta venha a sofrer em decorrência da prestação de serviço objeto deste contrato.

PARÁGRAFO TRIGÉSSIMO TERCEIRO - Prestar contas ao Contratante, inclusive com demonstrativos, em até 10 (dez) dias úteis após a realização do leilão. **PARÁGRAFO TRIGÉSSIMO QUARTO** - Devolver a comissão paga pelo(s) arrematante(s) no prazo de 02 (dois) dias úteis após a ocorrência dos seguintes fatos: a) Anulação ou revogação do leilão pelo Contratante; b) Cancelamento do leilão por decisão judicial.

PARÁGRAFO TRIGÉSSIMO QUINTO - Pagar os tributos federais, estaduais, municipais, inclusive multas, seguros, contribuições e outros encargos decorrentes do contrato específico do leilão a ser realizado, exceto aqueles tributos que, por força de legislação específica, forem de responsabilidade do Município de Presidente Nereu.

PARÁGRAFO TRIGÉSSIMO SEXTO - Responsabilizar-se pelos encargos, taxas, impostos e quaisquer outros que incidam ou venham a incidir sobre seu pessoal necessário à execução do leilão.

PARÁGRAFO TRIGÉSSIMO SÉTIMO - Apresentar, sempre que solicitado pelo Contratante, comprovação de cumprimento das obrigações tributárias e sociais, legalmente exigíveis. Prefeitura de Presidente Nereu;

PARÁGRAFO TRIGÉSSIMO OITAVO - Manter, durante toda a execução deste contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação (art. 55, XIII, da Lei nº 8.666/93). **PARÁGRAFO TRIGÉSSIMO NONO** - Guardar sigilo das informações que lhe serão repassadas para cumprimento deste contrato e responsabilizar-se, perante o Contratante, pela indenização de eventuais danos decorrentes da quebra do sigilo dessas informações, ou pelo seu uso indevido.

PARÁGRAFO QUADRAGÉSIMO - Dispensar igual tratamento a todos os bens disponibilizados para a venda, tanto na divulgação (propaganda), como, principalmente, na tarefa de identificar possíveis interessados, independente do valor e da liquidez dos mesmos.

PARÁGRAFO QUADRAGÉSIMO PRIMEIRO - Repassar o bem móvel ao arrematante somente após a entrega da documentação definitiva pelo Contratante. **PARÁGRAFO QUADRAGÉSIMO SEGUNDO** - Respeitar e fazer cumprir as normas de segurança e medicina do trabalho previstas na legislação pertinente. **PARÁGRAFO QUADRAGÉSIMO TERCEIRO** - Cumprir rigorosamente toda a legislação aplicável à execução dos serviços contratados.

CLÁUSULA OITAVA: DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE - Para a execução dos serviços aplicável à execução do presente contrato, CONTRATANTE obriga-se a: a) Indicar formalmente o gestor e/ou o fiscal para o acompanhamento da execução contratual; b) Publicar os avisos contendo o resumo do Edital de Leilão no Diário Oficial do Estado e em jornal diário de grande circulação no Estado, nos termos do artigo 21 da Lei nº 8.666/93; c) Elaborar planilhas contendo o número e a data de realização do leilão, a indicação dos lotes vendidos, com valores individualizados e a somatória total do montante arrecadado; d) conferir e assinar, juntamente com o CONTRATADO, as planilhas de que trata o inciso C desta cláusula; e) facilitar, por todos os meios, o exercício das funções do CONTRATADO, dando-lhe acesso às suas instalações, quando necessário, e cumprindo suas obrigações estabelecidas neste contrato. **PARÁGRAFO ÚNICO** - A fiscalização dos serviços pelo CONTRATANTE não exclui nem reduz a completa responsabilidade do CONTRATADO pela inobservância de quaisquer obrigação assumida. Prefeitura de Presidente Nereu;

CLÁUSULA NONA - DAS PENALIDADES DO DESCUMPRIMENTO TOTAL OU PARCIAL DAS OBRIGAÇÕES ASSUMIDAS, caracterizará a inadimplência do leiloeiro, sujeitando-o às seguintes penalidades: a) advertência. b) multas, nos seguintes percentuais: c) multa diária de 0,1% (um décimo por cento), até o 20º (vigésimo) dia, aplicada sobre o valor da avaliação dos bens móveis objeto do leilão, pela inexecução parcial do objeto, configurada pelo descumprimento de quaisquer dos termos, prazos e condições previstas neste instrumento; d) multa de 5% (cinco por cento), aplicada sobre o valor da avaliação dos bens móveis objeto do leilão, pela inexecução total do objeto com a consequente rescisão do contratual, a critério do Contratante.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Suspensão temporária do direito de licitar e contratar com a Administração Municipal, conforme disposto no inciso III do art. 87 da Lei nº 8.666/93;

PARÁGRAFO SEGUNDO - declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, nos termos do inciso IV do art. 87 da Lei nº 8.666/93; **PARÁGRAFO TERCEIRO** - As penalidades e multas serão aplicadas pelo Secretário Administração.

PARÁGRAFO QUARTO - Na aplicação das penalidades de advertência, multa e suspensão temporária será facultada a defesa prévia no respectivo processo, no prazo de 05 (cinco) dias úteis.

PARÁGRAFO QUINTO - No caso de aplicação das penalidades previstas no subitem anterior será concedido prazo de 05 (cinco) dias úteis para apresentação de recurso.

PARÁGRAFO SEXTO - Na aplicação das penalidades de declaração de inidoneidade será facultada a defesa prévia no respectivo processo, no prazo de 10 (dez) dias.

PARÁGRAFO SÉTIMO - No caso de aplicação da penalidade de inidoneidade prevista no subitem anterior será concedido prazo de 10 (dez) dias para apresentação de recurso.

PARÁGRAFO OITAVO - As penalidades são independentes entre si, podendo ser aplicadas em conjunto ou separadamente, após a análise do caso Prefeitura de Presidente Nereu concreto e não exime o leiloeiro da plena execução dos serviços, objeto deste contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA: DA RESCISÃO RECONHECIMENTO DOS DIREITOS DO CONTRATANTE - O contrato poderá ser rescindido. Na forma, com as

consequências e pelos motivos nos artigos 77 a 80 e 86 a 88, da Lei Federal nº 8.666/93.

PARÁGRAFO ÚNICO – O CONTRATADO reconhece, desde já, os direitos do CONTRATANTE nos casos de rescisão administrativa, prevista no artigo 79 da Lei Federal nº 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DA RESCISÃO POR INTERESSE PÚBLICO - Este contrato poderá ser rescindido por ato unilateral do Contratante, devidamente justificado, quando o interesse público assim o exigir, sem indenização ou reembolso de valores ao leiloeiro, a não ser em caso de dano efetivo disso resultante.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DAS DISPOSIÇÕES GERAIS - Os casos omissos serão decididos pelo Contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores e demais regulamentos.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Este Contrato somente poderá ser alterado nas hipóteses previstas no Art. 65 da Lei nº 8.666/93 e suas modificações posteriores. PARÁGRAFO SEGUNDO - A tolerância do Município de Presidente Nereu com qualquer atraso ou inadimplência por parte do leiloeiro não importará de forma alguma em alteração ou novação do contrato.

PARÁGRAFO TERCEIRO - A não utilização, pelas partes, de qualquer dos direitos assegurados neste contrato, ou na lei em geral, não implica em novação, não devendo ser interpretada como desistência de ações futuras.

PARÁGRAFO QUARTO - A descrição dos serviços a serem prestados não é exaustiva, devendo ser executadas todas e quaisquer outras atividades relacionadas ao objeto do contrato, que se mostrem necessárias ao alcance do que é por ele objetivado.

PARÁGRAFO QUINTO - Na hipótese de suspensão, revogação, anulação do leilão ou desistência de compra do bem pelo arrematante, a Contratada não fará jus a nenhum tipo de ressarcimento pelo Contratante.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: DA PUBLICAÇÃO - A publicação do presente contrato no "Diário Oficial do Estado" correrá por conta e ônus da Administração Municipal. Prefeitura de Presidente Nereu.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: DISPOSIÇÕES FINAIS :

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Aplicam-se às omissões deste contrato as disposições da Lei Federal nº 8.666/93, e das demais normas legais e regulamentares incidentes da espécie. PARÁGRAFO SEGUNDO – Para dirimir quaisquer questões decorrentes deste contrato, não resolvidas na esfera administrativa, será competente o foro da Comarca de Rio do Sul/SC.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - Fica eleito o foro da Comarca de Rio do Sul - SC, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para solucionar questões oriundas do presente CONTRATO. Para firmeza e como prova de assim haverem, entre si, ajustado, é lavrado o presente em 03 (três) vias de igual forma e teor, o qual, depois de lido e achado conforme, é assinado pelas partes e pelas testemunhas abaixo. Pelo que eu digitei, assino e dato. Palácio São Francisco de Assis, Prefeitura da Estância Balneária de Praia Grande, aos ----- de ----- de 2015, ano quadragésimo oitavo da emancipação. MARCELO YOSHINORI KAMEI YASECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO _____ Leiloeiro(s) Oficial(is).

Testemunhas: 1) _____ 2) _____ Prefeitura da Estância Balneária de Praia Grande Estado de São Paulo ANEXO IV MODELO DE DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO A TODOS OS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO INDICADOS NO EDITAL (nome, completo), Leiloeiro Oficial matriculado na Junta Comercial do Estado de São Paulo (JUCESP) sob nº, interessado em participar do credenciamento em referência, declara, sob as penas da lei, que atende a todos os requisitos de habilitação indicados no edital em epígrafe., de de 2015 _____ Assinatura

Rio do Sul

PREFEITURA

DECRETO Nº 5283, DE 05 DE MAIO DE 2016.

DECRETO Nº 5283, de 05 de maio de 2016.

“REVOGA O PROCESSO LICITATÓRIO REPRESENTADO PELO PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 028/2016.”

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o inciso VI, do artigo 37, da Lei Orgânica do Município de Rio do Sul, e com o artigo 49, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e suas alterações posteriores,

DECRETA:

Art. 1º- Fica revogado o processo licitatório representado pelo Pregão Presencial para Registro de Preços nº 028/2016, de 28.03.16.

Parágrafo único - A revogação decidida no caput, se dá em virtude de não haver interessados em participar do certame licitatório.

Art. 2º- Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO.

05 de maio de 2016.

GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO

Prefeito do Município de Rio do Sul

JEAN DOUGLAS SENEM

Secretário Municipal de Obras e Serviços Urbanos

DECRETO Nº 5284, DE 05 DE MAIO DE 2016.

DECRETO Nº 5284, de 05 de maio de 2016.

“REVOGA O PROCESSO LICITATÓRIO REPRESENTADO PELO PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 029/2016.”

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o inciso VI, do artigo 37, da Lei Orgânica do Município de Rio do Sul, e com o artigo 49, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e suas alterações posteriores,

DECRETA:

Art. 1º- Fica revogado o processo licitatório representado pelo Pregão Presencial para Registro de Preços nº 029/2016, de 01.04.16.

Parágrafo único - A revogação decidida no caput, se dá em virtude de não haver interessados em participar do certame licitatório.

Art. 2º- Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO.

05 de maio de 2016.

GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO

Prefeito do Município de Rio do Sul

JEAN DOUGLAS SENEM

Secretário Municipal de Obras e Serviços Urbanos

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE DECISÃO PROFERIDA EM PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 015/16.

RIO DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE DECISÃO PROFERIDA EM PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 015/16.

PELO PRESENTE EDITAL, FICAMOS CONTRIBUÍNTES ABAIXO RELACIONADOS DEVIDAMENTE INTIMADOS DAS DECISÕES PROFERIDAS NOS PROCESSOS ADMINISTRATIVOS, EM FACE DA IMPOSSIBILIDADE DE INTIMAÇÃO VIA AVISO DE RECEBIMENTO (AR):

CONTRIBUINTE	CPF/CNPJ	PROTOCOLO Nº
André Luis de Oliveira Lima	xxx.967.329-xx	156444
Diógenes Della Giustina Formiga de Moura	xxx.085.569-xx	158029

Rio do Sul, 10 de Maio de 2016

LEONICE WITTE
Protocolo Geral

JAMES OCÁCIO PRUST
Secretário Municipal da Fazenda

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO 05/2016

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE LANÇAMENTO 05/2016

PELO PRESENTE EDITAL, FICAMOS CONTRIBUÍNTES ABAIXO RELACIONADOS DEVIDAMENTE CIENTIFICADOS, NOS TERMOS DO ARTIGO 119, § 6º, DO CÓDIGO TRIBUTÁRIO MUNICIPAL, LEI COMPLEMENTAR 110/2003 DE 17/12/2003, DO LANÇAMENTO EM SEU DESFAVOR DE TRIBUTOS, PENALIDADES E NOTIFICAÇÕES DE IRREGULARIDADES, CONFORME RESPECTIVA NOTIFICAÇÃO.

FICAM TAMBÉM CONTRIBUÍNTES, CIENTIFICADOS DE QUE DISPÕEM DO PRAZO PREVISTO NO ARTIGO 147, § 1º (TRINTA DIAS), A CONTAR DA DATA MENCIONADA NO INCISO III DO § 2º DO ARTIGO 187 PARA IMPETRAR RECLAMAÇÃO CONTRA O LANÇAMENTO, NOS MOLDES DO ARTIGO 175, § 1º, TODOS DO CÓDIGO TRIBUTÁRIO MUNICIPAL, LEI COMPLEMENTAR 110/2003 DE 17/12/2003.

NOTIFICAÇÃO DE LANÇAMENTO FISCAL Nº	DATA	CONTRIBUINTE	CPF/CNPJ
006-B/2015	23/03/16	RAUL DAS NEVES	677.700.379-72
007-A/2015	23/03/16	IVONIR GONÇALVES MORALES	243.470.510-34
026-A/2015	23/03/16	ANDRE AGUIAR LISBOA	081.572.527-25
034-A/2015	23/03/16	EDILSON JOSÉ FONSECA	783.738.409-15
AUTO DE INFRAÇÃO Nº	DATA	CONTRIBUINTE	CPF/CNPJ
49/2016	29/02/16	JS ESCOLA DE MASSOTERAPIA LTDA ME	08.331.492/0001-00
50/2016	29/02/16	JS ESCOLA DE MASSOTERAPIA LTDA ME	08.331.492/0001-00
61/2016	08/03/16	BAR E LANCHONETE PETERMAJO LTDA ME	86.782.943/0001-39
113/2016	20/04/16	SEBASTIAO B DE SOUZA & CIA LTDA ME	81.534.943/0001-04
NOTIFICAÇÃO DE IRREGULARIDADE CADASTRAL	DATA	CONTRIBUINTE	CPF/CNPJ
	11/03/16	CESAR DA SILVA 07078125932	20.433.037/0001-10
	13/04/16	DENILSON TRIDAPALLI ME	22.212.065/0001-33
	27/04/16	MICHELLE DA SILVA COMERCIAL EIRELI EPP	21.347.712/0001-51
		Rio do Sul, 10 de maio de 2016.	

James Ocio Prust
Secretário Municipal da Fazenda
Pref. Mun. de Rio do Sul

José Luiz do Nascimento
Diretora do Departamento de Fiscalização
Pref. Mun. de Rio do Sul

RESUMO DO ADITIVO 043/2016

1º TERMO ADITIVO Nº 043/2016 – DO CONTRATO DE SERVIÇO E FORNECIMENTO DE MATERIAL Nº 018/2016, REFERENTE À EXECUÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO EM ASFALTO, DRENAGEM, SINALIZAÇÃO VIÁRIA E PAVIMENTO NOS PASSEIOS DA ESTRADA QUINTINO, BAIRRO BREMER, ENTRESICILÉBRAMA PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL E A EMPRESA MÚLTIPLOS SERVIÇOS E OBRAS LTDA.

Aos quatro (04) dias do mês de maio (05) do ano de dois mil e dezesseis (2016), nesta cidade de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, presentes de um lado o MUNICÍPIO DE RIO DO SUL, inscrito no CNPJ sob nº 83.102.574/0001-06, com sede na Praça 25 de Julho, 01, neste ato representado pelo Prefeito de Rio do Sul, Sr. Garibaldi Antônio Ayroso, ora denominado CONTRATANTE, e a empresa MÚLTIPLOS SERVIÇOS E OBRAS LTDA., estabelecida na Rua General Osório, 322, Bairro Guarani, no município de Brusque/SC, CEP 88.350-480 inscrita no CNPJ sob nº 10.788.391/0001-04, ora denominada CONTRATADA, representado pelo seu Diretor Geral, Sr. Everson Clemente, resolvem os termos facultados por lei, obedecida as condições firmadas pela Concorrência nº 002/2016, o contrato original de serviços e fornecimento de material nº 018, datado de 10 de março de 2016, de acordo com parecer exarado pela Procuradoria Geral do Município, o qual faz parte como anexo ao presente, celebrar o presente TERMO ADITIVO, mediante as cláusulas e condições abaixo enumeradas, as quais, mutuamente, aceitam e outorgam:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO FUNDAMENTO

As retificações efetuadas no presente instrumento fundamentam-se do § 1º do Artigo 65 da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA SUPRESSÃO

Fica suprimido o valor contratual assumido constante da Cláusula Segunda do contrato original celebrado entre o CONTRATANTE e a CONTRATADA, no valor de R\$ 1,38 (um real e trinta e oito centavos), passando para o valor de R\$ 1.136.593,82 (um milhão e cento e trinta e seis mil e quinhentos e noventa e três reais e oitenta e dois centavos), conforme justificativa através do memorando nº 085/2016 anexa.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA REGULARIDADE FISCAL

A Contratada no ato da assinatura do presente termo, deverá apresentar prova de regularidade fiscal da Fazenda Municipal, Estadual, Federal, INSS e FGTS

CLÁUSULA QUARTA – DAS RATIFICAÇÕES

Ratificam-se as demais cláusulas e condições de Contrato original e seus termos aditivos, não colidentes com o presente Termo. E, por se acharem justos e contratados, assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, para surtir um só efeito, na presença das testemunhas abaixo nomeadas e assinadas.

GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO
Prefeito de Rio do Sul
Contratante

MÚLTIPLOS SERVIÇOS E OBRAS LTDA
. Sr. Everson Clemente
Contratada

Testemunhas:

Nome:
CPF:

Nome:
CPF:

CÂMARA MUNICIPAL**RESOLUÇÃO Nº 855, DE 9 DE MAIO DE 2016**

RESOLUÇÃO Nº 855 DE 9 DE MAIO DE 2016

Autoriza pagamento de 2 e ½ (duas e meia) diárias e indenização de transporte a Vereador.

MESA DIRETORA DA CÂMARA MUNICIPAL DE RIO DO SUL. Faço saber que no uso de suas atribuições regimentais, a Câmara Municipal decreta e promulga a seguinte Resolução:

Art. 1º Fica autorizado o pagamento de 2 e 1/2 (duas e meia) diárias ao Vereador Jeferson Alexandre Vieira, no valor de R\$ 854,00 (oitocentos e cinquenta e quatro reais), para participar do Seminário Internacional de Defesa Civil: O papel da ciência e tecnologia na Redução de Risco de Desastres, a ser realizado nos dias 19 e 20 de maio do corrente ano, tendo como local o Auditório da FAED – UDESC - Centro de Ciências Humanas e da Educação – FAED, localizado à Av. Madre Benvenuta, 2007 - Itacorubi - Florianópolis - SC

Art. 2º A indenização de transporte, em veículo próprio, no trecho compreendido entre o cidade de Rio do Sul e a cidade de Florianópolis, será ressarcida de acordo com o que regulamenta a Resolução nº 588, de 5 de outubro de 2010.

Art. 3º As despesas decorrentes desta Resolução correrão por conta de dotação própria do orçamento vigente.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data da sua publicação.

Rio do Sul, 9 de maio de 2016.

MÁRIO MIGUEL

Presidente da Mesa

CARISO SÁVIO GIACOMINI

Vice-Presidente

JANARA APARECIDA MAFRA

1ª Secretária

DIONÍSIO MAÇANEIRO

2º Secretário

RESUMO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS (ARP) Nº 2/2016

RESUMO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 2/2016

REF. AO PREGÃO PRESENCIAL Nº 2/2016.

Aos vinte e sete dias do mês de abril do ano de dois mil e dezesseis, a Câmara Municipal de Rio do Sul, neste ato representada pelo seu Presidente, Sr. Mario Miguel, resolve Registrar os preços da Empresa Cleiton de Souza Comercial ME, neste ato representada pelo Sr. Cleiton de Souza. A presente Ata de Registro de Preços (ARP) tem por objeto o registro de preços para eventual aquisição de gêneros alimentícios, materiais de limpeza e higienização e materiais de copa e cozinha, para atender ao Poder Legislativo de Rio do Sul, referente aos Lotes 1 a 6 do Pregão Presencial CMRS/SC nº 2/2016. Conforme abaixo discriminado:

LOTES 1, 2, 3 E 4 - GÊNEROS ALIMENTÍCIOS

LOTE	ITEM	QUANT.TOTAL	UND.	PRODUTO	PREÇO UNITÁRIO	PREÇO TOTAL
1	1	120	Pacotes de 500 g	Café, em pó homogêneo, torrado e moído, com as seguintes características: Acondicionamento: embalagem a vácuo com 500g, com validade mínima de 10 meses a partir da entrega pelo fornecedor na Câmara Municipal de Rio do Sul, com registro da data de fabricação e validade estampadas no rótulo e número de Registro no Ministério da Saúde. Aspecto: em pó homogêneo, torrado e moído. Classificação: Tipo 100 % de café arábica. Ponto de torra: média. Aroma e sabor: característico do produto, podendo ser Suave ou Intenso. Qualidade: 4,5 pontos ou mais, na escala de 0 a 10 no Programa de Qualidade do Café da Associação Brasileira de Indústria do Café – PQC/ABIC. O produto deve apresentar o certificado de qualidade emitido pela Associação Brasileira de Indústria do Café – ABIC, bem como o Selo de Pureza ABIC, com apresentação do certificado de autorização ao uso do Selo de pureza ABIC com validade de 6 meses. O café deve ser identificado com o Símbolo de Qualidade ABIC e o Símbolo do Perfil do Sabor do Café ABIC, com apresentação do certificado de autorização do símbolo de qualidade ABIC indicando a qualidade global através de uma faixa de notas, a data da última avaliação do produto e a categoria certificada.	R\$ 9,68	R\$ 1.161,60
1	2	10	Embalagem de 200 g	Café solúvel granulado, instantâneo, em frasco com 200 g (duzentos gramas), 100% (cem por cento) puro, selo da ABIC e Certificado de Autorização para uso do selo. Constando de forma legível, a data de fabricação e de validade do produto mínima de 12 (doze) meses a contar da data de sua entrega na Câmara Municipal de Rio do Sul.	R\$ 9,84	R\$ 98,40
PREÇO TOTAL LOTE 1						R\$ 1.260,00
2	1	30	Caixas com no min. 10 g contendo no min. 10 saquinhos	Chá, de diversos sabores, preparado com folhas e brotos são e limpos, procedentes de espécimes vegetais genuínos, não devendo conter substâncias estranhas à sua constituição normal, nem elementos vegetais estranhos à espécie, não pode ser colorido artificialmente, isento de sujidade, parasitos e larvas, acondicionado em saquinhos, embalados em caixas contendo no mínimo 10 (dez) gramas, com no mínimo 10 (dez) saquinhos, constando de forma legível, a data de fabricação e de validade do produto, mínima de 12 (doze) meses a contar da data de sua entrega na Câmara Municipal de Rio do Sul. Sabores: Chá Preto, Verde, boldo, hortelã, morango, camomila, erva-doce, cidreira.	R\$ 3,50	R\$ 105,00
2	2	9	Frascos com no min. 80 ml	Adoçante dietético líquido, em frascos com no mínimo 80 ml (oitenta mililitros), constando de forma legível, a data de fabricação e de validade do produto, mínima de 12 (doze) meses a contar da data de sua entrega na Câmara Municipal de Rio do Sul.	R\$ 5,00	R\$ 45,00
PREÇO TOTAL LOTE 2						R\$ 150,00

LOTE	ITEM	QUANT.TOTAL	UND.	PRODUTO	PREÇO UNITÁRIO	PREÇO TOTAL
3	1	14	Caixa com 1.000 und de 5 g	Açúcar Refinado Granulado, obtido da cana de açúcar, isento de sujidades, parasitas, materiais terrosos e detrito animal ou vegetal, embalado em saches individuais de 5 g (cinco gramas), acondicionados em fardos ou caixas com capacidade para 1.000 (um mil mililitros) unidades cada, constando nos saches individuais, de forma legível, a data de fabricação e de validade do produto, mínima de 12 (doze) meses a contar da data de sua entrega na Câmara Municipal de Rio do Sul.	R\$ 42,85	R\$ 599,90
PREÇO TOTAL LOTE 3						R\$ 599,90
4	1	800	Caixas com 1.000 ml	Leite UHT semidesnatado, esterilizado, longa vida, em embalagens Tetra Pak de 1.000 ml (um mil mililitros), Composição: leite de vaca e estabilizantes e citrato de sódio. A embalagem deve conter o Registro no Ministério da Agricultura. Constando na embalagem, de forma legível, a data de fabricação e de validade do produto, mínima de 2 (dois) meses a contar da data de sua entrega na Câmara Municipal de Rio do Sul.	R\$ 2,39	R\$ 1.912,00
PREÇO TOTAL LOTE 4						R\$ 1.912,00

LOTE 5 - MATERIAL DE LIMPEZA E HIGIENIZAÇÃO

LOTE	ITEM	QUANT.TOTAL	UND.	PRODUTO	PREÇO UNITÁRIO	PREÇO TOTAL
5	1	30	Embalagem de 2.000 ml	Água sanitária – Solução aquosa a base de hipoclorito de sódio ou cálcio, com teor de cloro ativo entre 2%P/P a 2,5%P/P, em embalagem de 2 (dois) litros, opaca, com tampa de rosca ou pressão. Devendo constar o percentual de hipoclorito, número de lote, data de fabricação, e validade do produto, além das determinações exigidas na Portaria nº 89/94, da Secretaria de Vigilância Sanitária do Ministério da Saúde. Validade do produto mínima de 6 (seis) meses a contar da data de sua entrega na Câmara Municipal de Rio do Sul.	R\$ 2,48	R\$ 74,40
5	2	7	Embalagem de 500ml	Álcool gel: álcool etílico hidratado 80 INPM, Tipo: gel sanitizante, Aplicação: produto limpeza doméstica, Características Adicionais: neutralizante, espessante e grão cosmético, registro no Ministério da Saúde. Embalagem: frasco de 500 ml.	R\$ 4,99	R\$ 34,93
5	3	10	Embalagem de no min. 360ml	Desodorizador de ambientes, aerossol, dupla ação, com spray e pressão. Diversas fragrâncias, sem CFC, com dados de identificação do produto, marca do fabricante, data de fabricação e prazo de validade. Em embalagem com no mínimo 360 ml (trezentos e sessenta mililitros)	R\$ 9,79	R\$ 97,90
5	4	50	Embalagem com 750 ml	Cera líquida para pisos, auto brilho, incolor, resistente a riscos, com efeito anti-pó e fragrâncias diversas. Embalagem de 750 ml (setecentos e cinquenta mililitros)	R\$ 5,79	R\$ 289,50
5	5	67	Embalagem com 2.000 ml	Desinfetante de uso geral, germicida e bactericida, líquido, com componente ativo a base de Cloreto de Benzalcônio e Glutaraldeído, em embalagem de 2.000 ml (dois mil mililitros)	R\$ 3,49	R\$ 233,83

LOTE	ITEM	QUANT.TOTAL	UND.	PRODUTO	PREÇO UNITÁRIO	PREÇO TOTAL
5	6	27	Embalagem com 500ml	Detergente líquido, para cozinha, neutro, biodegradável, apresentado em embalagem de 500 ml (quinhentos mililitros) cada.	R\$ 1,24	R\$ 33,48
5	7	35	Unidade	Esponja para limpeza, dupla face, um lado em fibra sintética abrasiva e o outro em esponja sintética macia de poliuretano antibactericida, medindo, aproximadamente, 110 mm x 75 mm x 20 mm (vinte milímetros)	R\$ 0,66	R\$ 23,10
5	8	04	Pacotes com 8 und	Esponja lã de aço, para uso doméstico, pacote com 08 (oito) unidades	R\$ 1,49	R\$ 5,96
5	9	60	Caixa com 1 aplicador e 6 discos de gel.	Gel Adesivo para limpeza e perfume de vaso sanitário. Em embalagem contendo 1 (um) aplicador e 6 (seis) discos de gel. Cada disco deve durar em média 7 (sete) dias.	R\$ 10,99	R\$ 659,40
5	10	10	Caixa com 1.000g	Sabão em pó biodegradável. Composição: tensoativo, coadjuvante, sinergista, branqueadores ópticos, enzimas, tamponantes, corantes, atenuador de espuma, carga, perfume e água. Embalagem de 1.000 g (um mil gramas)	R\$ 3,91	R\$ 39,10
5	11	30	Pacotes com 25 und	Saco plástico para acondicionamento de lixo, Reforçado, cor preta, capacidade nominal para 100 (cem) litros/20kg, resíduo normal, Classe I – Tipo E (conforme ABNT NBR 9191:2008), medindo 75 cm x 105 cm (centímetros), em embalagens com 25 (vinte e cinco) sacos.	R\$ 6,00	R\$ 180,00
5	12	20	Pacotes com 5 und	Saco plástico para acondicionamento de lixo, Reforçado, capacidade para 50 (cinquenta) litros/10kg, resíduo normal, Classe I – Tipo C (conforme ABNT NBR 9191:2008) medindo 63 cm x 80 cm (centímetros), em embalagens com 5 (cinco) sacos.	R\$ 3,49	R\$ 69,80
5	13	20	Pacotes com 10 und	Saco plástico para acondicionamento de lixo, Reforçado, capacidade para 30 (trinta) litros/6kg, resíduo normal, Classe I – Tipo B (conforme ABNT NBR 9191:2008), medindo 59 cm x 62 cm (centímetros), em embalagens com 10 (dez) sacos.	R\$ 2,93	R\$ 58,60
PREÇO TOTAL LOTE 5						R\$ 1.800,00

LOTE 6 - MATERIAL DE COPA E COZINHA

LOTE	ITEM	QUANT.TOTAL	UND.	PRODUTO	PREÇO UNITÁRIO	PREÇO TOTAL
6	1	140	Pctes com 100 und	Copo descartável em poliestireno, não tóxico, resistente à temperatura máxima de 100°C, com capacidade para 180 ml (cento e oitenta mililitros), transparente, em conformidade com a norma ABNT 14.865/2002, acondicionados em pacotes de 100 (cem) unidades.	R\$ 3,80	R\$ 532,00
6	2	25	Pctes com 50 und	Guardanapo em papel, extra luxo, folha dupla, em fibra celulósica, na cor branca, medindo aproximadamente, 20 cm x 20 cm (centímetros), em pacote com 50 (cinquenta) unidades.	R\$ 1,79	R\$ 44,75
6	3	30	Pctes com 10 und	Prato descartável, atóxico, de poliestireno, de 21 cm (vinte e um centímetros), em embalagem com 10 (dez) unidades.	R\$ 2,91	R\$ 87,30
6	4	45	Pctes com 250 und	Mexedor para café, em poliestireno e pigmentos de alta pureza, cristal, em embalagem com 250 (duzentos e cinquenta) unidades. Tipo mexedor de drink.	R\$ 6,07	R\$ 273,15

LOTE	ITEM	QUANT.TOTAL	UND.	PRODUTO	PREÇO UNITÁRIO	PREÇO TOTAL
6	5	22	Caixa com 30 und	Coador de papel para café, tamanho grande, nº 103 (cento e três), em caixa com 30 (trinta) unidades.	R\$ 2,40	R\$ 52,80
6	6	120	Pacotes com 2 und	Papel toalha, cor branca, ultra-resistente, de alta absorção, cada folha medindo, aproximadamente, 22 cm x 20 cm (centímetros), em embalagem com 2 (dois) rolos com 60 (sessenta) toalhas cada rolo.	R\$ 3,00	R\$ 360,00
PREÇO TOTAL LOTE 6						R\$ 1.350,00

O prazo de validade desta ARP será de 12 meses, contados a partir da sua assinatura, já incluindo possíveis prorrogações.

MARIO MIGUEL
Presidente da Câmara

CLEITON DE SOUZA Cleiton de Souza Comercial ME

Rio Fortuna

PREFEITURA

RESULTADO LIC 14 EXTRATOS 37 A 41

MUNICÍPIO DE RIO FORTUNA/SC
RESULTADO DO PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 014/2016
EDITAL DE CONVITE Nº 003/2016
OBJETO: Aquisição de material de consumo, material de expediente e produtos alimentícios para a Secretaria de Assistência Social do Município de Rio Fortuna para o exercício 2016.
VENCEDORES: RICKEN LTDA EPP; IVALCI ROECKER 01857259963; LEONIDES WIEMES DIRCKSEN & CIA LTDA ME; D. BUSS & CIA LTDA; PANIFICADORA HEIDEMANN LTDA ME.
VALOR LICITADO: R\$ 44.809,70.
DATA DA SESSÃO: 22/03/2016
Rio Fortuna/SC, 22 de março de 2016.
LOURIVALDO SCHUELTER
Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE RIO FORTUNA/SC
EXTRATO DO CONTRATO Nº 037/2016
OBJETO: Aquisição de material de consumo, material de expediente e produtos alimentícios para a Secretaria de Assistência Social do Município de Rio Fortuna para o exercício 2016.
EMPRESA CONTRATADA: D. BUSS & CIA LTDA.
VALOR DO CONTRATO: R\$ 8.523,10
VIGÊNCIA DO CONTRATO: até 31/12/2016.
PROCESSO DE LICITAÇÃO ORIGEM DESTE CONTRATO: 014/2016-CVnº 03/2016.
Rio Fortuna/SC, 31 de março de 2016.
LOURIVALDO SCHUELTER
Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE RIO FORTUNA/SC
EXTRATO DO CONTRATO Nº 038/2016
OBJETO: Aquisição de material de consumo, material de expediente e produtos alimentícios para a Secretaria de Assistência Social do Município de Rio Fortuna para o exercício 2016.
EMPRESA CONTRATADA: IVALCI ROECKER 01857259963.
VALOR DO CONTRATO: R\$ 13.841,00
VIGÊNCIA DO CONTRATO: até 31/12/2016.
PROCESSO DE LICITAÇÃO ORIGEM DESTE CONTRATO: 014/2016-CVnº 03/2016.
Rio Fortuna/SC, 31 de março de 2016.
LOURIVALDO SCHUELTER
Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE RIO FORTUNA/SC
EXTRATO DO CONTRATO Nº 039/2016
OBJETO: Aquisição de material de consumo, material de expediente e produtos alimentícios para a Secretaria de Assistência Social do Município de Rio Fortuna para o exercício 2016.
EMPRESA CONTRATADA: LEONIDES WIEMES DIRCKSEN & CIA LTDA ME.
VALOR DO CONTRATO: R\$ 5.044,70
VIGÊNCIA DO CONTRATO: até 31/12/2016.
PROCESSO DE LICITAÇÃO ORIGEM DESTE CONTRATO: 014/2016-CVnº 03/2016.
Rio Fortuna/SC, 31 de março de 2016.
LOURIVALDO SCHUELTER
Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE RIO FORTUNA/SC
EXTRATO DO CONTRATO Nº 040/2016
OBJETO: Aquisição de material de consumo, material de expediente e produtos alimentícios para a Secretaria de Assistência Social do

Município de Rio Fortuna para o exercício 2016.
EMPRESA CONTRATADA: PANIFICADORA HEIDEMANN LTDA ME.
VALOR DO CONTRATO: R\$ 13.725,00
VIGÊNCIA DO CONTRATO: até 31/12/2016.
PROCESSO DE LICITAÇÃO ORIGEM DESTE CONTRATO: 014/2016-CVnº 03/2016.
Rio Fortuna/SC, 31 de março de 2016.
LOURIVALDO SCHUELTER
Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE RIO FORTUNA/SC
EXTRATO DO CONTRATO Nº 041/2016
OBJETO: Aquisição de material de consumo, material de expediente e produtos alimentícios para a Secretaria de Assistência Social do Município de Rio Fortuna para o exercício 2016.
EMPRESA CONTRATADA: RICKEN LTDA EPP.
VALOR DO CONTRATO: R\$ 3.675,90
VIGÊNCIA DO CONTRATO: até 31/12/2016.
PROCESSO DE LICITAÇÃO ORIGEM DESTE CONTRATO: 014/2016-CVnº 03/2016.
Rio Fortuna/SC, 31 de março de 2016.
LOURIVALDO SCHUELTER
Prefeito Municipal

RESULTADO LIC 18 EXTRATO 36 ANIMAÇÃO IDOSOS

MUNICÍPIO DE RIO FORTUNA/SC
RESULTADO DO PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 018/2016
EDITAL DE PREGÃO Nº 008/2016
OBJETO: Animação musical dos grupos de idosos do Município de Rio Fortuna, duas vezes por semana, perfazendo 08 (oito) horas semanais, até 31 de dezembro de 2016.
VENCEDORES: RAMOM SCHUELTER 00528311913.
VALOR LICITADO: R\$ 27.900,00.
DATA DA SESSÃO: 29/03/2016
Rio Fortuna/SC, 29 de março de 2016.
LOURIVALDO SCHUELTER
Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE RIO FORTUNA/SC
EXTRATO DO CONTRATO Nº 036/2016
OBJETO: Animação musical dos grupos de idosos do Município de Rio Fortuna, duas vezes por semana, perfazendo 08 (oito) horas semanais, até 31 de dezembro de 2016.
EMPRESA CONTRATADA: RAMOM SCHUELTER 00528311913.
VALOR DO CONTRATO: R\$ 27.900,00
VIGÊNCIA DO CONTRATO: até 31 de dezembro de 2016.
PROCESSO DE LICITAÇÃO ORIGEM DESTE CONTRATO: 018/2016-PRnº 08/2016.
Rio Fortuna/SC, 31 de março de 2016.
LOURIVALDO SCHUELTER
Prefeito Municipal

Romelândia

PREFEITURA

PORTARIA 8083

PORTARIA N 8083/2016

DESIGNA SERVIDOR PUBLICO MUNICIPAL QUE ESPECIFICA, E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS.

VALDOCISAUL, PREFEITO MUNICIPAL DE ROMELÂNDIA, ESTADO DE SANTA CATARINA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, DE ACORDO COM A LEI,

RESOLVE:

Designar o Servidor Público Municipal Sr. VALDINEI GREGOL, para desempenhar as funções de Pregoeiro nos Certames Licitatórios do Município de Romelândia/SC, e responsável pelo Portal da Transparência, percebendo FG – Função Gratificada num percentual de 50% (cinquenta por cento) sobre o vencimento base, a partir desta data.

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registrada e publicada a presente portaria em data supra.

Prefeitura Municipal de Romelândia, 10 de maio de 2016.

Valdocí Saul

Prefeito Municipal de Romelândia

Vera Lúcia Dassoler Pereira

Agente de Recursos Humanos

Santa Terezinha do Progresso

PREFEITURA

LEI COMPLEMENTAR Nº 1288/2016

LEI Nº 1288 DE 04 DE MAIO DE 2016

INSTITUI O PROGRAMA DE RECUPERAÇÃO FISCAL DE SANTA TEREZINHA DO PROGRESSO - REFIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JACOB GILMAR JUNGES, Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo, especialmente aquelas contidas no inciso III, do artigo 41, da Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara de Vereadores apreciou, votou e aprovou e eu SANCIONO E PROMULGO a presente Lei:

Art. 1º Fica instituído o Programa de Recuperação Fiscal de SANTA TEREZINHADO PROGRESSO - REFIS, destinado a promover a regularização de créditos tributários e não-tributários do Município de Santa Terezinha do Progresso, vencidos até 31 de dezembro de 2015.

Parágrafo Único – O REFIS abrangere créditos tributários e não-tributários de qualquer natureza, inclusive taxas de consumo de água, constituídos ou não, inscritos ou não em Dívida Ativa, mesmo que discutidos judicialmente em ação proposta pelo sujeito passivo ou em fase de execução fiscal já ajuizada, e ainda os créditos decorrentes do descumprimento de obrigações acessórias.

Art. 2º A adesão ao REFIS dar-se-á por opção do sujeito passivo, pessoa física ou jurídica, através de requerimento, devidamente protocolado no Setor de Tributos da Prefeitura Municipal de Santa Terezinha do Progresso até o dia 31 de dezembro de 2016.

§1º Caberá ao Poder Executivo promover ampla divulgação e publicidade desta Lei Complementar.

Art. 3º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a conceder a anistia e/ou remissão dos encargos previstos na legislação tributária, incidentes sobre os créditos tributários e não-tributários constituídos em decorrência do descumprimento de obrigações tributárias acessórias, exigidos por notificações fiscais científicas aos sujeitos passivos até a data da entrada do requerimento, no Setor de Tributos da Prefeitura Municipal, observados os seguintes percentuais:

Parágrafo Único. No caso de opção pelo pagamento de processos executivos já ajuizados, o devedor responderá por todas as despesas processuais, sob pena de não ser concedido o pleito.

Art. 4º O sujeito passivo poderá ingressar no Programa de Recuperação Fiscal – REFIS, através do parcelamento de seus débitos em até 24 (vinte e quatro) parcelas iguais e sucessivas, tendo direito ao benefício fiscal da seguinte forma:

- I. 100% (cem por cento) de redução de juros e multas no caso de pagamento em única parcela;
- II. 80% (oitenta por cento) de redução de juros e multa no caso de pagamento em até 3 (três) parcelas;
- III. 70% (setenta por cento) de redução de juros e multa no caso de pagamento em até 6 (seis) parcelas;
- IV. 60% (sessenta por cento) de redução de juros e multa no caso de pagamento em até 9 (nove) parcelas;
- V. 50% (cinquenta por cento) de redução de juros e multa no caso de pagamento em até 12 (doze) parcelas;
- VI. 40% (oitenta por cento) de redução de juros e multa no caso de pagamento em 15 (quinze) ou mais parcelas, observado o limite máximo de parcelamento em 24 (meses).

§1º. A adesão ao parcelamento deverá ser formalizada pelo contribuinte até o dia 31 de dezembro de 2016.

§2º Em caso de opção pelo parcelamento, os créditos nele incluídos serão objeto de consolidação no mês do requerimento, para fins de definição do valor inicial das parcelas.

§3º O valor mínimo de cada parcela será de R\$ 30,00 (trinta reais) para o sujeito passivo pessoa jurídica, ou pessoa física.

§4º O vencimento da parcela única, ou da primeira parcela, conforme o caso, dar-se-á em até 30 (trinta) dias após o requerimento de adesão, e as demais parcelas a cada 30 (trinta) dias.

§5º Não produzirá efeitos o requerimento de adesão formulado sem o correspondente pagamento tempestivo da parcela única ou do vencimento de 2 (duas) parcelas, conforme o caso.

Art. 5º O não pagamento de 3 (três) das parcelas, sequenciadas ou não, implica no cancelamento automático dos benefícios do REFIS, e vencimento imediato da totalidade da dívida, sendo vedada nova concessão de parcelamento.

Parágrafo Único. É vedado ao sujeito passivo que aderir ao REFIS e tiver os benefícios cancelados por haver inadimplência referente ao respectivo pagamento do parcelamento concedido, o ingresso em um novo programa de parcelamento de débitos.

Art. 6º As parcelas do REFIS não recolhidas até o vencimento perderão os benefícios concedidos, restabelecendo-se, em relação a cada parcela vencida e não paga, os acréscimos legais calculados na forma da legislação aplicável.

Art. 7º A requerimento do sujeito passivo, poderá ser deferido parcelamento incluindo os diversos créditos, ficando sujeito ao recolhimento da taxa do Documento de Arrecadação de Receitas Municipais - DARM única sobre cada parcela arrecadada.

§1º A pessoa jurídica que suceder a outra será responsável pelos tributos devidos pela sucedida nas hipóteses do artigo 132 e 133 do Código Tributário Nacional, o parcelamento será transferido automaticamente a sucedida.

§2º Quando se tratar de impostos cujo fato gerador seja a propriedade, o domínio útil ou a posse de bens imóveis, e bem assim os relativos a taxas pela prestação de serviços e financiamentos referentes a tais bens, ou a contribuições de melhorias, será transferido automaticamente ao respectivo adquirente.

Art. 8º Para os créditos que estejam em fase de execução fiscal, são condições indispensáveis ao deferimento da adesão ao REFIS:

- I - a renúncia a eventuais embargos opostos à execução fiscal;
- II - prévio recolhimento de todas as despesas cartorárias nos casos de cobranças bancárias da dívida ativa;
- III - recolhimento de custas processuais e diligências com oficial de justiça eventualmente adiantadas pelo Município, bem como as custas finais do processo.

§1º Os processos de execução fiscal permanecerão suspensos enquanto estiverem em dia os pagamentos do parcelamento, e retomarão seu curso normal tão logo se verifique qualquer hipótese de rescisão do parcelamento.

§2º Será de responsabilidade exclusiva do beneficiário do parcelamento o recolhimento das custas processuais, na forma estabelecida pelo Poder Judiciário.

§3º Os honorários advocatícios constantes da sucumbência ficam dispensados na forma desta Lei.

Art. 9º A opção pelo REFIS obriga o sujeito passivo a:

I - confissão irrevogável e irretratável dos créditos referidos no art. 1º desta Lei Complementar;

II - aceitação plena e irretratável de todas as condições estabelecidas nesta Lei Complementar;

III - manutenção automática dos gravames decorrentes de medida cautelar fiscal e das garantias prestadas nas ações de execução fiscal;

IV - Expressa renúncia a qualquer defesa ou recurso administrativo ou judicial, bem como, desistência dos já interpostos, relativamente a estes débitos.

Art. 10 No caso dos tributos sujeitos a lançamento por homologação, em que não houver lançamento de crédito tributário formalizado, o contribuinte poderá realizar denúncia espontânea, e aderir ao REFIS segundo os valores por ele apurados.

Parágrafo Único - A denúncia espontânea referida no caput não inibe posterior fiscalização por parte da Administração Municipal, hipótese em que eventuais diferenças apuradas serão lançadas de ofício, acrescidas dos encargos legais.

Art. 11 O parcelamento de que trata esta Lei Complementar será rescindido quando:

I - verificada a inadimplência de três (3) ou mais parcelas;

II - constatada a manutenção de discussão administrativa ou judicial, provocada pelo sujeito passivo, relativa aos créditos tributários incluídos no REFIS;

III - decretada a falência ou insolvência civil do sujeito passivo.

§ 1º A rescisão referida no caput implicará a remessa do débito para a inscrição em dívida ativa ou o prosseguimento da execução, conforme o caso.

§ 2º A rescisão do parcelamento independerá de notificação prévia e implicará exigibilidade imediata da totalidade do crédito confessado e ainda não pago, com o restabelecimento proporcional dos juros, multas moratórias.

Art. 12 Os prazos para recolhimento das parcelas, objeto do REFIS, somente se vencem em dia de expediente normal da repartição competente e da rede bancária, prorrogando-se, se necessário, até o primeiro dia útil subsequente.

Art. 13 O Poder Executivo fica autorizado a firmar acordos judiciais concedendo os benefícios fiscais estabelecidos na presente Lei Complementar.

Art. 14 As remissões e anistias previstas nesta Lei Complementar não autorizam, em qualquer hipótese, a restituição ou compensação de importâncias já pagas.

Art. 15 Esta Lei poderá ser renovada para os exercícios subsequentes através de decreto expedido pelo Chefe do Poder Executivo Municipal, respeitado o interesse público.

Art. 16 As despesas decorrentes da aplicação desta Lei Complementar serão consignadas no orçamento em vigor.

Art. 17 Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 18 Revogam-se as disposições em contrário.

JACOB GILMAR JUNGES
Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA:

ERONI ALLEBRANDT

Secret. de Gestão e Des. Econômico

Matricula nº 126/1

PORTARIA Nº 119/2016 FERIAS

PORTARIA Nº 119/2016

CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 41, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE

Art. 1º. Fica concedido 15 dias de férias regulamentares, ao servidor público municipal, senhor LARIJ. WESCHENFELDER, matr. 3212/01, lotado na secretaria municipal de ADM. Período aquisitivo de 03/09/2013 a 02/09/2014, período de gozo de férias de 09/05/2016 a 23/05/2016.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Santa Terezinha do Progresso - SC, 09 de Maio 2016.

JACOB GILMAR JUNGES

Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA:

ELISANGELA SASSI

DIRETORA DE RECURSOS HUMANOS

MATRICULA Nº 1300/5

São Bento do Sul

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO Nº 35/2016 FMS

MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 35/2016 - FMS

O MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL, ESTADO DE SANTA CATARINA, através do Presidente do Fundo Municipal de Saúde, para quem interessar possa, conforme preceituamos Leis nº 8.666/93 de 21/06/1993 e Lei 10.520 de 17/07/2002, que receberá até às 09:00 horas do dia 23 de maio de 2016, em sua sede na Rua Jorge Lacerda, nº 75, propostas para: DO OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE ÁGUA MINERAL E RECARGA DE GÁS GLP 13, PARA O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, CONFORME ANEXO.

Os interessados poderão obter maiores informações através do telefone (47) 36316163 ou retirar o Edital completo através do site www.saoentodosul.sc.gov.br/licitacao.

São Bento do Sul, 29 de abril de 2016.

DEODATO RAUL HRUSCHKA

Presidente do Fundo Municipal de Saúde

DEBORAH CINTIA DE QUADROS

Pregoeira

AVISO DE LICITAÇÃO - TOMADA DE PREÇOS Nº 105/2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL

EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº 105/2016

MENOR PREÇO GLOBAL

O MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL, ESTADO DE SANTA CATARINA, através do Secretário de Obras e Serviços Urbanos, por intermédio da Secretaria de Administração, torna público, para quem interessar possa, conforme preceitua a Lei nº 8.666/93 de 21/06/93, alterada pela Lei 8.883 de 08/06/94 e Lei 9.648 de 27/05/98, que receberá até às 09:00 horas do dia 30 de maio de 2016, em sua sede na Rua Jorge Lacerda, nº 75, propostas para:

DO OBJETO: FORNECIMENTO DE MATERIAL, MÃO DE OBRA E DE MAIS OBRIGAÇÕES NECESSÁRIAS PARA CONSTRUÇÃO DE UMA PONTE, SITUADA EM RIO NATAL NO KM 26, COMPRIMENTO TOTAL DE 12,10 M E LARGURA DE 6,00 M, CONFORME MEMORIAL DESCRITIVO, PROJETOS E CONVÊNIO Nº 2016 TR 000704, PROCESSO Nº SPP ER 251089161 - SDR 25 00001121/2016.

Os interessados poderão obter maiores informações e retirar o Edital completo, no Departamento de Suprimentos (Divisão de Compras) da Secretaria de Administração, sede da Prefeitura Municipal, no endereço acima especificado, no horário das 08h00min às 17:00 horas.

São Bento do Sul, 28 de abril de 2016.

OSMAR TELMA

Secretário de Obras e Serviços Urbanos

DECRETO Nº 1330/2016

DECRETO Nº 1330, DE 05 DE MAIO DE 2016.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DO MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL.

FERNANDO TURECK, PREFEITO MUNICIPAL, nos usos de suas atribuições legais,

Considerando, o art. 7º, I da Lei nº 4320/64, que dispõe que a Lei do Orçamento poderá conter autorização ao Poder Executivo;

Considerando, o art. 4º, da Lei Municipal 3.628/2015 que autoriza a abertura de crédito adicional suplementar:

DECRETA

Art. 1º Fica aberto o Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 129.600,00 (cento e vinte e nove mil e seiscentos reais) no orçamento vigente do Município de São Bento do Sul e suplementará as seguintes dotações orçamentárias:

Órgão: 05 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

Unidade: 01 – Administração Geral

Atividade: 2.008 – Gestão da Secretaria Municipal de Administração - SECAD

(85) 3.3.90.39.00.00.00 100 - Outros Serv. Terc. PJ R\$ 3.000,00

Órgão: 07 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Unidade: 01 – Secretaria de Educação

Atividade: 2022 – Coordenação, manutenção e ampliação da Educação Infantil

(197) 4.4.90.51.00.00.00 158 - Obras e Instalações R\$ 25.000,00

Atividade: 4027 – Recursos do FNDE

(210) 4.4.90.52.00.00.00 162 - Equip. Material Permanente R\$ 100.000,00

Órgão: 10 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Unidade: 01 – Assistência Social

Atividade: 2.039 – Ações Voltadas à Criança e ao Adolescente

(345) 3.3.90.39.00.00.00 100 - Outros Serv. Terc. PJ R\$ 1.600,00

Art. 2º Para dar cobertura aos Créditos Adicionais abertos, serão utilizados recursos das anulações parciais das seguintes dotações orçamentárias:

Órgão: 05 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

Unidade: 01 – Administração Geral

Atividade: 2.008 – Gestão da Secretaria Municipal de Administração - SECAD

(81) 3.3.90.30.00.00.00 100 - Material de Consumo R\$ 3.000,00

Órgão: 07 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Unidade: 01 – Secretaria de Educação

Atividade: 2022 – Coordenação, manutenção e ampliação da Educação Infantil

(557) 3.3.91.39.00.00.00 158 - Outros Serv. Terc. PJ R\$ 25.000,00

Atividade: 4027 – Recursos do FNDE

(209) 4.4.90.51.00.00.00 162 - Obras e Instalações R\$ 100.000,00

Órgão: 10 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Unidade: 01 – Assistência Social

Atividade: 2.039 – Ações Voltadas à Criança e ao Adolescente

(341) 3.3.90.14.00.00.00 100 - Diárias - Civil R\$ 500,00

(342) 3.3.90.30.00.00.00 100 - Material de Consumo R\$ 1.100,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 05 de maio de 2016.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 1331/2016

DECRETO Nº 1331, DE 05 DE MAIO DE 2016

ABRECRÉDITOADICIONALSUPLEMENTARNOORÇAMENTOVIGENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE SÃO BENTO DO SUL. FERNANDOTURECK, PREFEITOMUNICIPAL, nousodesuasatribuições legais,

Considerando, o art. 7º, I da Lei nº 4320/64, que dispõe que a Lei do Orçamento poderá conter autorização ao Poder Executivo;

Considerando, o art. 4º, da Lei Municipal 3628/2015 que autoriza a abertura de crédito adicional suplementar:

DECRETA

Art. 1º Fica aberto o Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 2.000,00 (doismil reais) no orçamento vigente da Câmara Municipal de Vereadores e suplementará a seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 01 – CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES

Unidade: 01 – Câmara Municipal de Vereadores

Atividade: 2.001 – Manutenção da Câmara Municipal de Vereadores (14) 3.3.91.39.00.00.00 100 - Outros Serv. Terc. PJ R\$ 2.000,00

Art. 2º Para dar cobertura ao Crédito Adicional aberto, será utilizado recurso da anulação parcial da seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 01 – CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES

Unidade: 01 – Câmara Municipal de Vereadores

Atividade: 2.001 – Manutenção da Câmara Municipal de Vereadores (16) 4.4.90.52.00.00.00 100 - Equip. Material Permanente R\$ 2.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação. São Bento do Sul, 05 de maio de 2016.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 1333/2016

DECRETO Nº 1333, DE 06 DE MAIO DE 2016

DESIGNA COMISSÃO

OPREFEITOMUNICIPALDESÃO BENTO DOSUL, nousodesuasatribuições legais,
DECRETA:

Art. 1º Ficam designados os servidores Cassio Luiz Zschoerper, Jocemari Telma Teixeira, Chiara Mariele Gurgacz Destro, Alan Ferraz Lemke e Bernardo Becker, para, sob a presidência do primeiro, constituírem a Comissão de abertura, análise e julgamento das propostas referentes ao Edital de Chamamento Público nº 80/2016, a realizar-se às 09:30 horas, do dia 16 de maio de 2016, na sala de reunião da sede do Município de São Bento do Sul.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 06 de maio de 2016.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA

DE _____ A _____

PUBLICADO NO DOM Nº _____

PÁGINA _____ DE _____

ASSINATURA:

DECRETO Nº 1334/2016

DECRETO Nº 1334, DE 09 DE MAIO DE 2016.

ABRECRÉDITOADICIONALSUPLEMENTARNOORÇAMENTOVIGENTE DO MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL.

FERNANDOTURECK, PREFEITOMUNICIPAL, nousodesuasatribuições legais,

Considerando, o art. 7º, I da Lei nº 4320/64, que dispõe que a Lei do Orçamento poderá conter autorização ao Poder Executivo;

Considerando, o art. 4º, da Lei Municipal 3628/2015 que autoriza a abertura de crédito adicional suplementar:

DECRETA

Art. 1º Fica aberto o Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais) no orçamento vigente do Município de São Bento do Sul e suplementará a seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 05 – SECRETARIA MUNIICPAL DE ADMINISTRAÇÃO

Unidade: 01 – Administração Geral

Atividade: 2.008 – Gestão da Secretaria Municipal de Administração - SECAD

(85) 3.3.90.39.00.00.00 100 - Outros Serv. Terc. PJ R\$ 15.000,00

Art. 2º Para dar cobertura ao Crédito Adicional aberto, será utilizado recurso da anulação parcial da seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 05 – SECRETARIA MUNIICPAL DE ADMINISTRAÇÃO

Unidade: 01 – Administração Geral

Atividade: 2.008 - Gestão da Secretaria Municipal de Administração - SECAD

(76) 3.1.90.16.00.00.00 100 - Outras Desp. Variáveis - PCR \$ 15.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 09 de maio de 2016.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 100/2016

EXTRATO DE PROCESSO LICITATÓRIO

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 100/2016

OBJETO: Locação de imóvel (edificado com uma casa em alvenaria com área de 59,00m²), localizada na Rua João Pscheidt nº 143, Bairro Centenário, para pagamento de aluguel social para abrigar a Sra. Maria Aparecida Oliveira, em virtude de vulnerabilidade social da referida família, conforme Parecer Social nº 11/2016, pelo período de abril a setembro de 2016.

CONTRATADO: Karin Mara Pscheidt

Valor Total: R\$ 2.700,00

São Bento do Sul, 27 de abril de 2016.

MARISADO AMARAL – SECRETÁRIA INTERINA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 36/2016 FMS

EXTRATO DE PROCESSO LICITATÓRIO

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 36/2016 - FMS

Objeto: Aquisição de medicamento "Tarceva Cloridrato de Erlotinibe 150 mg" de ordem judicial para paciente, conforme Mandado de Citação-Antecipação de Tutela Autos nº 0302050-78.2015.8.24.0058 para o Fundo Municipal de Saúde.

Contratado: Serviço Social da Indústria

Valor Total: R\$ 12.366,40

São Bento do Sul, 29 de abril de 2016.

Deodato Raul Hruschka – Presidente do Fundo Municipal de Saúde

EXTRATO DE CONTRATO Nº 071/2016

EXTRATO DO CONTRATO Nº 071/2016

DA ESPÉCIE: Termo de Contrato de Fornecimento de Passagens que entre si celebram o MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL e a Empresa NIVALDO STOEBERL – TRANSPORTES COLETIVOS.

DO OBJETO: Fornecimento de 81.000 passes para profissionais da Rede Municipal de Educação Infantil Ensino Fundamental para o período de abril a julho de 2016, conforme Inexigibilidade de Licitação nº 54/2016 de 31 de março de 2016.

DO VALOR: R\$ 299.700,00 – valor total.

DA VIGÊNCIA: abril de 2016 até 31 de julho de 2016.

São Bento do Sul, 31 de março de 2016.

Ass: ALCIONE TERESINHA HINKE, pela Secretaria de Educação do Município.

NIVALDO STOEBERL – TRANSPORTES COLETIVOS, como Contratada.

EXTRATO DE RESCISÃO DO CONTRATO Nº 041/2014 FMS

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

EXTRATO DA RESCISÃO DO CONTRATO Nº 041/2014

DA ESPÉCIE: Termo de Rescisão ao Contrato de Prestação de Serviços de nº 041/2014, firmado entre o FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE e a Empresa MAGALY CELISA DEORACKI MACHADO 73965391968, de 24 de junho de 2014, conforme Edital de Convite nº 46/2014.

Considerando que o Contrato nº 041/2014, foi prorrogado por 12 (doze) meses através do Termo Aditivo nº 040/2015, com base no Art. 57, inciso II da Lei nº 8.666/93, com vigência até 23 de junho de 2016, porém a quantidade de lavagens estimada tornou-se insuficiente até o término do período prorrogado, é necessária a rescisão do mesmo a partir desta data, para instauração de novo processo licitatório.

Cláusula Primeira – Fica rescindido a partir da data de 02 de maio de 2016 o Contrato de prestação de serviços de nº 041/2014 e seus Termos Aditivos, que consiste na contratação de serviço de lavagem para os veículos da frota da SEMUS, conforme projeto básico em anexo ao Edital de Convite nº 46/2014 de 24 de junho de 2014, que fica fazendo parte integrante deste contrato como se aqui estivesse integral e expressamente transcrito. Parágrafo Único: A rescisão de que trata o presente termo dá-se de forma amigável, na forma do art. 79, inciso II da Lei Federal nº 8.666/93, conferindo quitação dos termos contratuais, com efeitos a partir de 02 de maio de 2016.

São Bento do Sul, 02 de maio de 2016.

Ass: DEODATO RAUL HRUSCHKA, como Presidente do Fundo Municipal de Saúde.

MAGALY CELISA DEORACKI MACHADO 73965391968, como Contratada.

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 072/2016

EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 072/2016

DA ESPÉCIE: Sexto Termo Aditivo ao Contrato de Aquisição de Instrumentos Musicais de nº 181/2015, firmado entre o MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL e a Empresa STAGE MUSIC COMÉRCIO, IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA, em 12 de junho de 2015, conforme Edital de Pregão Presencial nº 110/2015.

Considerando o objeto do Contrato de nº 181/2015 que consiste na aquisição de instrumentos musicais para a Banda Marcial da EBM Dalmir Pedro Cubas, conforme Processo nº SPPER252560143 - Convênio nº 2014TR0002398 da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Regional de Mafra/SC, constante dos seguintes itens: 1, 2, 3 e 4;

Considerando o vencimento do referido contrato na data de 05 de abril de 2016, e que até o momento não ocorreram os repasses referentes ao Convênio nº 2014TR0002398 da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Regional de Mafra/SC, sendo que os instrumentos musicais serão entregues quando da liberação dos recursos, faz-se necessário prorrogar o referido Contrato com base no Art. 57, parágrafo 1º, inciso II, nos seguintes termos: Fica prorrogada a vigência do Contrato por 60 (sessenta) dias, a contar de 06 de abril de 2016 e com término em 04 de junho de 2016.

As demais cláusulas e condições previstas no Contrato primitivo, firmado em 12 de junho de 2015, Termo Aditivo nº 189/2015 de 22 de junho de 2015, Termo Aditivo nº 221/2015 de 06 de agosto de 2015, Termo Aditivo nº 282/2015 de 08 de outubro de 2015, Termo Aditivo nº 325/2015 de 07 de dezembro de 2015 e Termo Aditivo nº 020/2016 de 01 de fevereiro de 2016, permanecem inalteradas.

São Bento do Sul, 04 de abril de 2016.

Ass: ALCIONE TERESINHA HINKE, pela Secretaria de Educação do Município.

STAGE MUSIC COMÉRCIO, IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA, como Contratada.

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 073/2016

EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 073/2016

DA ESPÉCIE: Quinto Termo Aditivo ao Contrato de Aquisição de Uniformes de nº 182/2015, firmado entre o MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL e a Empresa JOTAGÊ CREATIVE INDÚSTRIA DE CONFECÇÕES LTDA - ME, em 12 de junho de 2015, conforme Edital de Pregão Presencial nº 110/2015. Considerando o objeto do Contrato nº 182/2015, que consiste na aquisição de uniformes para a Banda Marcial da EBM Dalmir Pedro Cubas, conforme Processo nº SPPER252560143 - Convênio nº 2014TR0002398 da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Regional de Mafra/SC, constante dos seguintes itens: 5, 6 e 7.

Considerando o vencimento do referido contrato na data de 05 de abril de 2016, e que até o momento não ocorreram os repasses referentes ao Convênio nº 2014TR0002398 da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Regional de Mafra/SC, sendo que os uniformes serão entregues quando

da liberação dos recursos, faz-se necessário prorrogar o referido Contrato com base no Art. 57, parágrafo 1º, inciso II, nos seguintes termos: Fica prorrogada a vigência do Contrato por 60 (sessenta) dias, a contar de 06 de abril de 2016 e com término em 04 de junho de 2016. As demais cláusulas e condições previstas no Contrato Primitivo firmado em 12 de junho de 2015, Termo Aditivo nº 220/2015 de 06 de agosto de 2015, Termo Aditivo nº 283/2015 de 08 de outubro de 2015, Termo Aditivo nº 326/2015 de 07 de dezembro de 2015 e Termo Aditivo nº 021/2016 de 01 de fevereiro de 2016, permanecem inalteradas.

São Bento do Sul, 04 de abril de 2016.

Ass: ALCIONE TERESINHA HINKE, pela Secretaria de Educação do Município.
JOTAGÊ CREATIVE INDÚSTRIA DE CONFECÇÕES LTDA - ME, como Contratada.

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 074/2016

EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 074/2016

DA ESPÉCIE: Quinto Termo Aditivo ao Contrato de Aquisição de Uniformes de nº 183/2015, firmado entre o MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL e a Empresa BROCCATO COMÉRCIO DE UNIFORMES LTDA - EPP, em 12 de junho de 2015, conforme Edital de Pregão Presencial nº 110/2015. Considerando o objeto do Contrato nº 183/2015, que consiste na aquisição de uniformes para a Banda Marcial da EBM Dalmir Pedro Cubas, conforme Processo nº SPPER252560143 - Convênio nº 2014TR0002398 da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Regional de Mafra/SC, constantes dos seguintes itens: 8 e 9.

Considerando o vencimento do referido contrato na data de 05 de abril de 2016, e que até o momento não ocorreram os repasses referentes ao Convênio nº 2014TR0002398 da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Regional de Mafra/SC, sendo que os uniformes serão entregues quando da liberação dos recursos, faz-se necessário prorrogar o referido Contrato com base no Art. 57, parágrafo 1º, inciso II, nos seguintes termos: Fica prorrogada a vigência do Contrato por 60 (sessenta) dias, a contar de 06 de abril de 2016 e com término em 04 de junho de 2016.

As demais cláusulas e condições previstas no Contrato Primitivo, firmado em 12 de junho de 2015, Termo Aditivo nº 222/2015 de 06 de agosto de 2015, Termo Aditivo nº 284/2015 de 08 de outubro de 2015, Termo Aditivo nº 327/2015 de 07 de dezembro de 2015 e Termo Aditivo nº 022/2016 de 01 de fevereiro de 2016, permanecem inalteradas.

São Bento do Sul, 04 de abril de 2016.

Ass: ALCIONE TERESINHA HINKE, pela Secretaria de Educação do Município.
BROCCATO COMÉRCIO DE UNIFORMES LTDA - EPP, como Contratada.

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 085/2016

EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 085/2016

DA ESPÉCIE: Segundo Termo Aditivo ao Contrato de Empreitada de nº 168/2015, firmado entre o MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL e a Empresa BRUVETEC ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA, em 03 de junho de 2015, conforme Edital de Concorrência Pública nº 90/2015.

Considerando o objeto do Contrato nº 168/2015, que consiste na construção de novo prédio para o CEIM Amor Perfeito, localizado à Rua Tijucas, nº 483 no Bairro Progresso, conforme memorial descritivo, projetos, orçamentos, cronograma físico-financeiro e demais especificações em anexo a Concorrência Pública nº 90/2015;

Considerando a necessidade de serviços não previstos no projeto inicial, visando a adequação da obra junto à Celesc e Corpo de Bombeiros Militar, descritos conforme planilha anexa a este Termo Aditivo, faz-se necessário aditar e suprimir o referido Contrato, conforme Cláusula Terceira – das obrigações da Contratada e Art. 65, parágrafo primeiro da Lei nº 8.666/93, nos seguintes termos:

Fica incluso no Contrato o valor total de R\$ 26.831,09 (vinte e seis mil, oitocentos e trinta e um reais e nove centavos) referentes aos itens abaixo, para pagamentos conforme Contrato Original:

ITEM	DISCRIMINAÇÃO DOS SERVIÇOS	UNID	QUANT	CUSTO UNIT (MAT.+M.O.) (R\$)	MAT. UNIT (R\$)	MATERIAL TOTAL (R\$)	M.O UNIT (R\$)	M.O TOTAL (R\$)	PREÇO TOTAL (R\$)
ADITIVO									
1. ESQUADRIAS									
1.1 JANELAS									
1	JANELA DE VIDRO TEMPERADO ESP.: 10mm - DE CORRER 100X100 cm (J12) - INSTALADA COM FERRAGENS	CJ	1,00	R\$ 350,00	R\$ 245,00	R\$ 245,00	R\$105,00	R\$ 105,00	R\$ 350,00
2	GUICHE DE VIDRO TEMPERADO: 10mm fixo com abertura 30 cm - 180x100 cm INSTALADA COM FERRAGENS	CJ	1,00	R\$ 630,00	R\$ 441,00	R\$ 441,00	R\$189,00	R\$ 189,00	R\$ 630,00
3	MOLAS DE PISO PARA PORTAS DE VIDRO TEMPERADO DE ABRIR - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	UN	4,00	R\$ 968,98	R\$ 678,29	R\$ 2.713,14	R\$290,69	R\$.162,78	R\$ 3.875,92
4	GRADE DE FERRO PARA JANELAS DE CORRER 250x160cm (J2)	M2	8,00	R\$ 234,80	R\$ 164,36	R\$ 1.314,88	R\$ 70,44	R\$ 563,52	R\$ 1.878,40
5	PORTÃO DE FERRO DE ABRIR 1 ASA 2,00x2,10m - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	UN	1,00	R\$ 1.050,00	R\$ 735,00	R\$ 735,00	\$315,00	R\$ 315,00	R\$ 1.050,00
	Total do Grupo					R\$ 5.449,02		R\$ 2.335,30	R\$ 7.784,32
2. SERVIÇOS DIVERSOS									

1	GRANITOPARAGUICHÊNASECRETARIA	M2	0,72	R\$ 350,00	R\$ 245,00	R\$ 176,40	R\$105,00	R\$ 75,60	R\$ 252,00
2	PRATELEIRAS EM GRANITO PARA DESPENSA DA COZINHA	M2	5,25	R\$ 350,00	R\$ 245,00	R\$ 1.286,25	R\$105,00	R\$ 551,25	R\$ 1.837,50
3	MÃOFRANCASAPARASUPORTEPRATELEIRAS NA DESPENSA DA COZINHA	UN	20,00	R\$ 17,00	R\$ 11,90	R\$ 238,00	R\$ 5,10	R\$ 102,00	R\$ 340,00
	Total do Grupo					R\$ 1.700,65		R\$ 728,85	R\$ 2.429,50
3. NOVOPADRÃO DE ENTRADA DE ENERGIA ELÉTRICA EXIGIDO PELO CELESC COBRADO PELO CELESC A EXECUÇÃO A PARTIR DO ANO DE 2016									
1	HASTE TERRA COPERWEL 5/8X2,0MTS	PC	1,00	R\$ 163,79	R\$ 114,65	R\$ 114,65	R\$ 49,14	R\$ 49,14	R\$ 163,79
1	TUBO GALVANIZADO A FOGO PESADO 1.1/2" NBR 5598 9M	M	9,00	R\$ 48,00	R\$ 33,60	R\$ 302,40	R\$ 14,40	R\$ 129,60	R\$ 432,00
	TAMPA DE FERRO CELESC 70 x 46 CM 125KN	PC	1,00	R\$ 620,00	R\$ 434,00	R\$ 434,00	\$186,00	R\$ 186,00	R\$ 620,00
2	TERMINAL PRESSAO PARACABO COBRE 10,0MM	PC	3,00	R\$ 4,50	R\$ 3,15	R\$ 9,45	R\$ 1,35	R\$ 4,05	R\$ 13,50
3	CABO MULTIPLEXADO 4X10	M	14,00	R\$ 14,50	R\$ 10,15	R\$ 142,10	R\$ 4,35	R\$ 60,90	R\$ 203,00
4	CABOSEMIRIGIDO 1KV HEPR 10,0MM2 - PRETO - vermelho - verde e azul	M	160,00	R\$ 18,10	R\$ 12,67	R\$ 2.027,20	R\$ 5,43	R\$ 868,80	R\$ 2.896,00
5	MANGUEIRA KANALEX 2"	M	22,00	R\$ 9,09	R\$ 6,36	R\$ 139,99	R\$ 2,73	R\$ 59,99	R\$ 199,98
6	MANGUEIRA KANALEX 1.1/4"	M	22,00	R\$ 6,56	R\$ 4,59	R\$ 101,02	R\$ 1,97	R\$ 43,30	R\$ 144,32
7	CAIXA DE ATERRAMENTO CONCRETO 30X30X30 PEQUENA	PC	3,00	R\$ 46,31	R\$ 32,42	R\$ 97,25	R\$ 13,89	R\$ 41,68	R\$ 138,93
8	POSTE DE TRIFÁSICO 9 M- Padrão novo	UN	1,00	R\$ 2.900,00	\$2.030,00	R\$ 2.030,00	\$870,00	R\$ 870,00	R\$ 2.900,00
						R\$ 5.398,06		R\$ 2.313,46	R\$ 7.711,52
4. PINTURA INTERNA/EXTERNA									
4.1. PINTURA SOBRE MUROS EXISTENTES									
1	SELADOR PARA PAREDES INTERNAS/ EXTERNAS 1 DEMÃO	M2	374,50	R\$ 3,50	R\$ 2,45	R\$ 917,53	R\$ 1,05	R\$ 393,23	R\$ 1.310,75
2	PINTURA ACRÍLICA SOBRE REBOCO-2 DEMÃOS(ATÉ COBRIMENTO PERFEITO)	M2	374,50	R\$ 10,00	R\$ 7,00	R\$ 2.621,50	R\$ 3,00	R\$1.123,50	R\$ 3.745,00
	Total do Grupo					R\$ 3.539,03		R\$ 1.516,73	R\$ 5.055,75
5. SERVIÇOS DIVERSOS									
1	EXAUSTOR COM MOTOR PARA FOGÃO A GÁS DA COZINHA	UN	1,00	R\$ 2.900,00	\$2.030,00	R\$ 2.030,00	\$870,00	R\$ 870,00	R\$ 2.900,00
2	COLARINHO NA COBERTURA DA SAÍDA DO EXAUSTOR - COM ABERTURA NA LAJE E COBERTURA	UN	1,00	R\$ 950,00	R\$ 65,00	R\$ 665,00	R\$285,00	R\$ 285,00	R\$ 950,00
	Total do Grupo					R\$ 2.695,00		R\$ 1.155,00	R\$ 3.850,00
	TOTAL GERAL DE ADITIVOS					R\$ 18.781,76		R\$ 8.049,33	R\$ 26.831,09

Fica suprimido do Contrato o valor total de R\$ 2.200,00 (dois mil e duzentos reais) referentes aos itens abaixo:

SUPRESSÃO									
ITEM	DISCRIMINAÇÃO DOS SERVIÇOS	UNID	QUANT	CUSTO UNIT (MAT.+M.O.) (R\$)	MAT. UNIT (R\$)	MATERIAL TOTAL (R\$)	M.O UNIT (R\$)	M.O TOTAL (R\$)	PREÇO TOTAL (R\$)
1. SERVIÇOS DIVERSOS									
1	QUADRO NEGRO 2,70 x 1,20m - Instalado	UN	4,00	R\$ 550,00	R\$385,00	R\$ 1.540,00	R\$165,00	R\$ 660,00	R\$ 2.200,00
	Total do Grupo					R\$ 1.540,00		R\$ 660,00	R\$ 2.200,00
	TOTAL GERAL DE SUPRESSÕES					R\$ 1.540,00		R\$ 660,00	R\$ 2.200,00

As demais cláusulas e condições previstas no Contrato Primitivo, firmado em 03 de junho de 2015 e Termo Aditivo nº 314/2015 de 27 de novembro de 2015, permanecem inalteradas.

São Bento do Sul, 20 de abril de 2016.

Ass: ALCIONE TERESINHA HINKE, pela Secretaria de Educação do Município.

ANDERSON HINKE, como Engenheiro Civil.

BRUVETEC ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA, como Contratada.

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 086/2016**EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 086/2016**

DA ESPÉCIE: Primeiro Termo Aditivo ao Contrato de Prestação de Serviços nº 133/2015, firmado entre o MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL e ANDREI PADILHA 05153327981 (GRUPO ARTÍSTICO GUERREIRO SCAMARÁ), em 05 de maio de 2015, conforme Edital de Convite nº 80/2015. Considerando o objeto de Contrato nº 133/2015, que consiste na contratação de empresa com profissional capacitado, para ministrar Oficina de Capoeira nos CRAS (Centenário, Serra Alta e Cruzeiro), pelo período de 12 (doze) meses, conforme anexo ao Convite nº 80/2015; Considerando o vencimento do referido Contrato em 30 de abril de 2016, e novo processo licitatório na modalidade Convite nº 97/2016 em andamento;

Considerando a necessidade de não se interromper as atividades prestadas à comunidade até a homologação do novo processo licitatório, visto que a Secretaria de Assistência Social acredita que se as atividades forem interrompidas pode ocorrer dispersão dos usuários, faz-se necessário prorrogar e aditar o referido Contrato conforme Art. 65, Parágrafo Primeiro da Lei nº 8.666/93 nos seguintes termos:

Fica prorrogada a vigência do Contrato por 02 (dois) meses, a contar de 01 de maio de 2016 e com término em 30 de junho de 2016, porém fica a ressalva que o presente Termo Aditivo fica vinculado ao período relacionado ao término e homologação do novo processo licitatório, ocorrendo à extinção deste no ato da formalização do Contrato referente ao Convite nº 97/2016;

Fica incluso o valor total de R\$ 2.415,00 (dois mil quatrocentos e quinze reais) referente ao aditivo de 70 horas, sendo R\$ 34,50 (trinta e quatro reais e cinquenta centavos) a hora, para pagamentos conforme Contrato Original.

As demais cláusulas e condições previstas no Contrato primitivo, firmado em 05 de maio de 2015, permanecem inalteradas.

São Bento do Sul, 25 de abril de 2016.

Ass: MARISA DO AMARAL, pela Secretaria de Assistência Social do Município.

ANDREI PADILHA 05153327981 (GRUPO ARTÍSTICO GUERREIRO SCAMARÁ), como Contratado.

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 087/2016**EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 087/2016**

DA ESPÉCIE: Primeiro Termo Aditivo ao Contrato de Locação de Imóvel para Abrigar o CEIM Amor Perfeito durante o período de construção da nova sede nº 118/2015, firmado entre o MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL e MITRA DIOCESANA DE JOINVILLE, em 10 de abril de 2015, conforme Dispensa de Licitação nº 100/2015.

Considerando o objeto do Contrato nº 118/2015, que consiste na locação de um terreno conforme matrícula nº. 01.337 no livro 2 do Cartório do Registro de Imóveis da Comarca de São Bento do Sul, edificado com um prédio em alvenaria, em bom estado de conservação, situado na Zona Residencial 3 (ZR-3), em terreno localizado na Rua Alberto Malschitzky esq. Rua Guaramirim. O imóvel é coberto com telhas onduladas de cimento amianto, piso cerâmico, esquadrias metálicas e parte com forro PVC. É dotado de uma área para cozinha, com estrutura montada e área de banheiros em anexo. A área construída é de aproximadamente 420,00 m²;

Considerando que a construção da nova sede do CEIM Amor Perfeito ainda não está concluída, impossibilitando a mudança de local até o término do Contrato nº 118/2015 no dia 30 de abril de 2016, faz-se necessário prorrogar a vigência do referido conforme Cláusula Primeira – do Prazo, nos seguintes termos:

Fica prorrogada a vigência do Contrato por 08 (oito) meses, a contar de 01 de maio de 2016 e com término em 31 de dezembro de 2016. Permanece o valor mensal em R\$ 2.900,00 (dois mil novecentos reais), totalizando o valor em R\$ 23.200,00 (vinte e três mil e duzentos reais), referente ao período prorrogado para pagamentos de acordo com o Contrato original.

As demais cláusulas e condições previstas no Contrato Primitivo, firmado em 10 de abril de 2015, permanecem inalteradas.

São Bento do Sul, 25 de abril de 2016.

Ass: ALCIONE TERESINHA HINKE, pela Secretaria de Educação do Município.

MITRA DIOCESANA DE JOINVILLE, como Contratada.

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 7/2016 EMHAB**INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 007/2016 - EMHAB**

OBJETO: AQUISIÇÃO DE 560 (QUINHENTES E SESENTA) PASSES PARA OS SERVIDORES DA EMPRESA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO - EMHAB, PARA O PERÍODO DE JUNHO A DEZEMBRO DE 2016.

CONTRATADO: Nivaldo Stoeberl & Cia Ltda

VALOR: R\$ 3,70 (três reais e setenta centavos) o valor unitário, totalizando R\$ 2.072,00 (dois mil e setenta e dois reais).

SÃO BENTO DO SUL, 05 de maio de 2016.

LUIZ CARLOS PEDROZO

Diretor Presidente da EMHAB

JUSTIFICATIVA DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 100/2016**JUSTIFICATIVA**

O presente instrumento de justificativa se presta a cumprir o contido no art. 26 da Lei 8.666/93 como antecedente necessário à contratação com dispensa de licitação.

I – Objeto: Locação de imóvel (edificado com uma casa em alvenaria com área de 59,00 m²), localizada na Rua João Pscheidt nº 143, no Bairro Centenário, para pagamento de aluguel social para abrigar a Sra. Maria Aparecida Oliveira, em virtude de vulnerabilidade social da referida família, conforme parecer social nº 11/2016, pelo período de abril a setembro de 2016.

II – Contratado: Karin Mara Pscheidt

III – Caracterização da Situação que justifica a Dispensa de Licitação: A dispensa de licitação para a referida locação se funda no inciso X do Art. 24 da Lei 8.666/93, e se justifica pelos seguintes motivos:

a) O aluguel social é um benefício garantido por Lei para famílias que se enquadrem nos critérios apresentados na Lei nº 8.742/93 (Lei Orgânica da Assistência Social), para que possam garantir moradia digna a seus familiares; onde, a família da Sra. Maria Aparecida Oliveira, conforme parecer social nº 11/2016 após passar por avaliação da Secretaria de Assistência Social através da Assistente Social, foi julgada em situação de vulnerabilidade social e devido o sinistro ocorrido em sua residência conforme certidão de ocorrência do emitida pela 2ª Companhia de Bombeiros Militar, a família esta apta a receber o referido benefício por 06 (seis) meses.

IV - Razão da Escolha do Fornecedor: As proprietárias Karin Mara Pscheidt e Wivian Mariane Pscheidt da Silva foram quem ofereceram um dos melhores imóveis naquele bairro e que melhor se adequou às necessidades da família, pelos motivos acima elencados.

V - Justificativa do Preço: O preço contratado para a locação é o praticado no mercado, conforme avaliação prévia do imóvel.

Assim, ratifico a presente justificativa e determino a publicação na imprensa oficial para os fins do art. 26 da Lei 8.666/93.

MARISA DO AMARAL

Secretária Interina de Assistência Social

JUSTIFICATIVA DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 36/2016 FMS**JUSTIFICATIVA**

O presente instrumento de justificativa se presta a cumprir o contido no art. 26 da Lei 8.666/93 como antecedente necessário à contratação com dispensa de licitação.

I – Objeto: Aquisição de medicamento "Tarceva Cloridrato de Erlotinibe 150mg" de ordem judicial para paciente, conforme Mandado de Citação-Antecipação de Tutela Autos nº 0302050-78.2015.8.24.0058 para o Fundo Municipal de Saúde.

II – Contratado: Serviço Social da Indústria.

III – Caracterização da Situação que Justifica a Dispensa: A dispensa de licitação para o fornecimento do medicamento se funda no art. 24, IV, da Lei 8.666/93, e se justifica no caráter de urgência para aquisição do medicamento, por se tratar de medicamento essencial para a manutenção da saúde do paciente, sob pena de agravamento de doença ou morte. Cabe ao ente público assegurar a todos, conforme está expressamente descrito no art. 196 da Constituição Federal: "A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação." (...) O paciente demonstrou nos autos nº 0302050-78.2015.8.24.0058 a necessidade e urgência na aquisição do medicamento. Não restando alternativa, a não ser procurar a via judicial para ter garantido a aquisição dos medicamentos. Em virtude da urgência e a manutenção da saúde dos pacientes, justificados pelos motivos supraditos, se faz necessário a dispensa fundada no art. 24, IV, da Lei 8.666/93: "nos casos de emergência ou de calamidade pública, quando caracterizada urgência de atendimento de situação que possa ocasionar prejuízo ou comprometer a segurança de pessoas, obras, serviços, equipamentos e outros bens, públicos ou particulares, esmente para os bens necessários ao atendimento da situação emergencial ou calamitosa e para as parcelas de obras e serviços que possam ser concluídas no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias consecutivos e ininterruptos, contados da ocorrência da emergência ou calamidade, vedada a prorrogação dos respectivos contratos". Necessário também evidenciar que a quantidade adquirida é somente a determinada pelas ordens judiciais.

IV – Razão da Escolha do Fornecedor: A empresa contratada é a que apresentou menor proposta de preços (R\$ 12.366,40) do medicamento a ser adquirido dentre as empresas solicitadas para realização de cotação de preços.

V – Justificativa do Preço: Os preços contratados são os praticados no mercado, para os referidos medicamentos.

Assim, ratifico a presente justificativa e determino a publicação na imprensa oficial para os fins do art. 26 da Lei 8.666/93.

DEODATO RAUL HRUSCHKA

Presidente do Fundo Municipal de Saúde

LISTAGEM PORTARIAS Nº 05/2016

OPREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais, resolve baixar as seguintes Portarias:

Portaria nº 11738, de 09 de maio de 2016. Concede Licença Maternidade, período de 26/04/16 a 23/08/16. Gisele Linzmeyer, Auxiliar Administrativo. SEMUS.

Portaria nº 11739, de 09 de maio de 2016. Prorroga Licença Maternidade, período de 24/08/16 a 22/10/16. Gisele Linzmeyer, Auxiliar Administrativo. SEMUS.

Portaria nº 11740, de 09 de maio de 2016. Concede Licença Maternidade, período de 11/04/16 a 08/08/16. Rosane Aparecida Ropke, Agente Comunitário de Saúde. SEMUS.

Portaria nº 11741, de 09 de maio de 2016. Prorroga Licença Por Motivo

de Doença em Pessoa da Família, período de 15/04/16 a 14/05/16, conforme Processo nº 3316/2016. Adolar Pedro Baum, Motorista II. SEMAN.

Portaria nº 11742, de 09 de maio de 2016. Concede Licença Prêmio, triênio 2012/2015, período de 25/04/16 a 24/05/16. Liria Rodrigues Skonieczny, Auxiliar de Serviços. SEMAS.

Portaria nº 11744, de 09 de maio de 2016. Admite Servidor Temporário, a partir de 02 de maio de 2016. Claudicena Francisca Gastaldi, Professor Educação Especial no Centro Municipal de Atendimento Educacional Especializado ao Autismo, com 20 horas semanais. SEMED.

Portaria nº 11745, de 09 de maio de 2016. Admite Servidor Temporário, a partir de 02 de maio de 2016. Cristiane Cabral, Professor Anos Finais-Oficina de Dança na EBM Basélisse Virmond e na EBM Garibaldina Fugina totalizando 20 horas semanais. SEMED.

Portaria nº 11746, de 09 de maio de 2016. Admite Servidor Temporário, a partir de 02 de maio de 2016. Carlos Eliel Biaobok, Auxiliar de Serviços na EBM Annelize B. Mallon, com 40 horas semanais. SEMED.

Portaria nº 11747, de 09 de maio de 2016. Admite Servidor Temporário, a partir de 02 de maio de 2016. Tatiane Gomes dos Santos Schroeder, Atendente Educativo Especial na EBM Basélisse Virmond com 30 horas semanais. SEMED.

Portaria nº 11748, de 09 de maio de 2016. Admite Servidor Temporário, a partir de 03 de maio de 2016. Giovane Stepanski Fuckner, Professor Anos Iniciais na EBM Dalmir Pedro Cubas com 20 horas semanais. SEMED.

Portaria nº 11749, de 09 de maio de 2016. Admite Servidor Temporário, a partir de 05 de maio de 2016. Luciana dos Santos Ramos, Atendente Educativo Especial na EBM Adélia Lutz com 30 horas semanais. SEMED.

Portaria nº 11750, de 09 de maio de 2016. Admite Servidor Temporário, a partir de 05 de maio de 2016. Imaíara Ribeiro Schafhauser, Auxiliar de Serviços no CEIM Amor Perfeito com 40 horas semanais. SEMED.

Portaria nº 11751, de 09 de maio de 2016. Admite Servidor Temporário, a partir de 09 de maio de 2016. Ana Paula Hille, Auxiliar de Serviços na EBM Antonio Tremel com 40 horas semanais. SEMED.

Portaria nº 11752, de 09 de maio de 2016. Admite Servidor Temporário, a partir de 09 de maio de 2016. Soeli Aparecida Pochai Gertler, Atendente Educativo no CEIM Nosso Mundo com 30 horas semanais. SEMED.

São Bento do Sul, 11 de maio de 2016.
FERNANDO TURECK, Prefeito Municipal.

PORTARIA Nº 11716/2016

PORTARIA Nº 11716, DE 05 DE MAIO DE 2016

Constitui Comissão Especial para Acompanhar Processo Seletivo de Contratação Temporária nº 009/2016

FERNANDO TURECK, PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Constituir Comissão Especial para acompanhar o Processo Seletivo de Contratação Temporária nº 009/2016.

Art. 2º A Comissão Especial que acompanhará o processo de seleção dos candidatos fica assim constituída:

IVAN CLASSENSCHLINDWEIN - Representante da Procuradoria Jurídica;
MIRIAM TEREZIN HAROIKLOTT - Representante da Secretaria Municipal

de Saúde;
SANDRADOSSANTOSSCHREINER-RepresentantedaSecretariaMunicipal de Saúde;
SANDRAPETERS-RepresentantedaSecretariaMunicipaldeEducação;
ZILAADATERRES-RepresentantedaSecretariaMunicipaldeAdministração;

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 05 de maio de 2016.
FERNANDO TURECK
Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA
DE _____ A _____
PUBLICADO NO DOM Nº _____
PÁGINA _____ DE _____
ASSINATURA:

PORTARIA Nº 11717/2016

PORTARIA Nº 11717, DE 06 DE MAIO DE 2016
Concede averbação de tempo de Serviço/contribuição

OPREFEITOMUNICIPALDESÃO BENTODOSUL, noudesuasatribuições legais,
RESOLVE:

Art. 1º Conceder à servidora pública municipal ELISETE FILIPPIM, ocupante do cargo de Professor Anos Iniciais, na Secretaria Municipal de Educação, Averbação de Tempo de Serviço/Contribuição do INSS, Protocolo nº 20024050.1.00152/14-3, de 11 anos, 04 meses e 17 dias, para fins de aposentadoria, conforme documentação anexa ao Processo nº 3451, de 02 de maio de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 06 de maio de 2016.
FERNANDO TURECK
Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA
DE _____ A _____
PUBLICADO NO DOM Nº _____
PÁGINA _____ DE _____
ASSINATURA:

PORTARIA Nº 11718/2016

PORTARIA Nº 11718, DE 06 DE MAIO DE 2016
Concede averbação de tempo de Serviço/contribuição

OPREFEITOMUNICIPALDESÃO BENTODOSUL, noudesuasatribuições legais,
RESOLVE:

Art. 1º Conceder à servidora pública municipal IVONE PINTO CAETANO, ocupante do cargo de Professor Educação Infantil, na Secretaria Municipal de Educação, Averbação de Tempo de Serviço/Contribuição do INSS, Protocolo nº 20024050.1.00122/15-5, de 13 anos, 03 meses e 15 dias, para fins de aposentadoria, conforme documentação anexa ao Processo nº 3452, de 02 de maio de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 06 de maio de 2016.
FERNANDO TURECK
Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA

DE _____ A _____
PUBLICADO NO DOM Nº _____
PÁGINA _____ DE _____
ASSINATURA:

PORTARIA Nº 11719/2016

PORTARIA Nº 11719, DE 06 DE MAIO DE 2016
Concede averbação de tempo de Serviço/contribuição

OPREFEITOMUNICIPALDESÃO BENTODOSUL, noudesuasatribuições legais,
RESOLVE:

Art. 1º Conceder ao servidor público municipal FRANCISCO TAMBOSI, ocupante do cargo de Fiscal da Fazenda, na Secretaria Municipal de Finanças, Averbação de Tempo de Serviço/Contribuição do INSS, Protocolo nº 20024050.1.00034/16-7, de 15 anos e 23 dias, para fins de aposentadoria, conforme documentação anexa ao Processo nº 3453, de 02 de maio de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 06 de maio de 2016.
FERNANDO TURECK
Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA
DE _____ A _____
PUBLICADO NO DOM Nº _____
PÁGINA _____ DE _____
ASSINATURA:

PORTARIA Nº 11720/2016

PORTARIA Nº 11720, DE 06 DE MAIO DE 2016
AUTORIZA DIRIGIR VEÍCULO OFICIAL

OPREFEITOMUNICIPALDESÃO BENTODOSUL, noudesuasatribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Autorizar o servidor DIVALDO PAVLOSKI, ocupante do cargo de Chefe de Divisão Administrativa e Processos, na Secretaria Municipal de Planejamento e Urbanismo, a dirigir, eventualmente e quando necessário, o veículo oficial Kia/Bongo, placas MIN 0873.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 06 de maio de 2016.
FERNANDO TURECK
Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA
DE _____ A _____
PUBLICADO NO DOM Nº _____
PÁGINA _____ DE _____
ASSINATURA:

PORTARIA Nº 11721/2016

PORTARIA Nº 11721, DE 06 DE MAIO DE 2016
AUTORIZA DIRIGIR VEÍCULO OFICIAL

OPREFEITOMUNICIPALDESÃO BENTODOSUL, noudesuasatribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Autorizar a servidora JANINELUCILIA FARIAS, ocupante do cargo de Agente de Autoridade de Trânsito, na Secretaria Municipal de Planejamento e Urbanismo, a dirigir, eventualmente e quando necessário, o veículo oficial GM/Celta, placas MBT 6615.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 06 de maio de 2016.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA

DE _____ A _____

PUBLICADO NO DOM Nº _____

PÁGINA _____ DE _____

ASSINATURA:

PORTARIA Nº 11721/2016

PORTARIA Nº 11721, DE 06 DE MAIO DE 2016

AUTORIZA DIRIGIR VEÍCULO OFICIAL

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Autorizar a servidora JANINELUCILIA FARIAS, ocupante do cargo de Agente de Autoridade de Trânsito, na Secretaria Municipal de Planejamento e Urbanismo, a dirigir, eventualmente e quando necessário, o veículo oficial GM/Celta, placas MBT 6615.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 06 de maio de 2016.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA

DE _____ A _____

PUBLICADO NO DOM Nº _____

PÁGINA _____ DE _____

ASSINATURA:

PORTARIA Nº 11722/2016

PORTARIA Nº 11722, DE 06 DE MAIO DE 2016

CONSOLIDA PORTARIA Nº 5731/2014

FERNANDO TURECK, PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Consolidar a Portaria nº 5731, de 02 de junho de 2014, que concedeu aposentadoria à IRENE LEONILDA SILVABROSOWSKI, em virtude da homologação pelo Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina – TCE/SC, nº APE 14/00439180, através da Decisão COE/CMG-323/2016, de 25 de abril de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 06 de maio de 2016.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA

DE _____ A _____

PUBLICADO NO DOM Nº _____

PÁGINA _____ DE _____

ASSINATURA:

PORTARIA Nº 11723/2016

PORTARIA Nº 11723, DE 06 DE MAIO DE 2016

CONSOLIDA PORTARIA Nº 4815/2014

FERNANDO TURECK, PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Consolidar a Portaria nº 4815, de 20 de março de 2014, que concedeu aposentadoria à RENILDA FURST DREVEK, em virtude da homologação pelo Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina – TCE/SC, nº APE 14/00300697, através da Decisão GAC/CFF-274/2016, de 27 de abril de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 06 de maio de 2016.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA

DE _____ A _____

PUBLICADO NO DOM Nº _____

PÁGINA _____ DE _____

ASSINATURA:

PORTARIA Nº 11724/2016

PORTARIA Nº 11724, DE 06 DE MAIO DE 2016

CONSOLIDA PORTARIA Nº 5295/2014

FERNANDO TURECK, PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Consolidar a Portaria nº 5295, de 22 de abril de 2014, que concedeu aposentadoria a ORIVAL DE RAMOS, em virtude da homologação pelo Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina – TCE/SC, nº APE 14/00350449, através da Decisão GAC/AMF-339/2016, de 28 de abril de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 06 de maio de 2016.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA

DE _____ A _____

PUBLICADO NO DOM Nº _____

PÁGINA _____ DE _____

ASSINATURA:

PORTARIA Nº 11725/2016

PORTARIA Nº 11725, DE 06 DE MAIO DE 2016

CONSOLIDA PORTARIA Nº 5732/2014

FERNANDO TURECK, PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Consolidar a Portaria nº 5732, de 02 de junho de 2014, que concedeu aposentadoria a HILARIO HARRI HUTTL, em virtude da homologação pelo Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina – TCE/SC, nº APE 14/00457162, através da Decisão GAC/AMF-311/2016, de 26 de abril de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 06 de maio de 2016.

FERNANDO TURECK
Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA
DE _____ A _____
PUBLICADO NO DOM Nº _____
PÁGINA _____ DE _____
ASSINATURA:

PORTARIA Nº 11726/2016

PORTARIA Nº 11726, DE 06 DE MAIO DE 2016

CONSOLIDA PORTARIA Nº 4814/2014

FERNANDO TURECK, PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Consolidar a Portaria nº 4814, de 20 de março de 2014, que concedeu aposentadoria a EDILAGESSER DELIMA, em virtude da homologação pelo Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina – TCE/SC, nº APE 14/00300506, através da Decisão GAC/WWO-266/2016, de 28 de abril de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 06 de maio de 2016.

FERNANDO TURECK
Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA
DE _____ A _____
PUBLICADO NO DOM Nº _____
PÁGINA _____ DE _____
ASSINATURA:

PORTARIA Nº 11727/2016

PORTARIA Nº 11727, DE 06 DE MAIO DE 2016

CONSOLIDA PORTARIA Nº 3800/2013

FERNANDO TURECK, PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Consolidar a Portaria nº 3800, de 11 de novembro de 2013, que concedeu aposentadoria a SELIANA CHAPIEWSKI PONTES, em virtude da homologação pelo Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina – TCE/SC, nº APE 14/00044089, através da Decisão GAC/CFF-272/2016, de 27 de abril de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 06 de maio de 2016.

FERNANDO TURECK
Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA
DE _____ A _____
PUBLICADO NO DOM Nº _____
PÁGINA _____ DE _____
ASSINATURA:

PORTARIA Nº 11728/2016

PORTARIA Nº 11728, DE 06 DE MAIO DE 2016

CONSOLIDA PORTARIA Nº 6747/2014

FERNANDO TURECK, PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Consolidar a Portaria nº 6747, de 29 de outubro de 2014, que concedeu aposentadoria a LIZIONETE PEDROSO DO AMARAL BEPPLER, em virtude da homologação pelo Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina – TCE/SC, nº APE 14/00715048, através da Decisão GAC/CFF-280/2016, de 27 de abril de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 06 de maio de 2016.

FERNANDO TURECK
Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA
DE _____ A _____
PUBLICADO NO DOM Nº _____
PÁGINA _____ DE _____
ASSINATURA:

PORTARIA Nº 11729/2016

PORTARIA Nº 11729, DE 06 DE MAIO DE 2016

Opera Remoção de Servidor

FERNANDO TURECK, PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e

Considerando o memorando interno nº 171/2016 – RH, no qual consta que a servidora CARINA CRISTINE DA LUZ requereu remoção;

Considerando que no memorando interno nº 171/2016 – RH, consta que a cedência se faz necessária devido a carência de servidores na Procuradoria Jurídica,

RESOLVE:

REMOVER, por acordo, a partir de 11 de janeiro de 2016, a servidora CARINA CRISTINE DA LUZ, ocupante do cargo de Oficial Administrativo, da Secretaria Municipal de Saúde para o quadro da Procuradoria Jurídica.

São Bento do Sul, 06 de maio de 2016.

FERNANDO TURECK
Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA
DE _____ A _____
PUBLICADO NO DOM Nº _____
PÁGINA _____ DE _____
ASSINATURA:

PORTARIA Nº 11733/2016

PORTARIA Nº 11733, DE 09 DE MAIO DE 2016

Concede Função Gratificada

FERNANDO TURECK, PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso das atribuições legais e de conformidade com a Lei nº 701/2003,

RESOLVE:

Conceder, a partir de 09 de maio de 2016, ao servidor ALESSANDRO ROBERTO SCHARF, ocupante do cargo efetivo de Assistente Administrativo, na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Turismo, a Função Gratificada de Assessoramento em Responsabilização Disciplinar, no valor de R\$ 600,00 (seiscentos reais).

São Bento do Sul, 09 de maio de 2016.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA

DE _____ A _____

PUBLICADO NO DOM Nº _____

PÁGINA _____ DE _____

ASSINATURA:

PORTARIA Nº 11734/2016

PORTARIA Nº 11734, DE 09 DE MAIO DE 2016

Prorroga Licença Maternidade

OPREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar a Licença Maternidade concedida à servidora pública ADRIANA BATISTA MOREIRA, ocupante do cargo de Agente Comunitário de Saúde, na Secretaria Municipal de Saúde, conforme decisão judicial proferida nos autos de nº 0301347-16.2016.8.24.0058.

Art. 2º A prorrogação da licença a que se refere o artigo 1º contar-se-á de 19/05/2016 a 17/07/2016, conforme Processo nº 696/2016.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 09 de maio de 2016.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA

DE _____ A _____

PUBLICADO NO DOM Nº _____

PÁGINA _____ DE _____

ASSINATURA:

PORTARIA Nº 11735/2016

PORTARIA Nº 11735, DE 09 DE MAIO DE 2016

Concede Licença Maternidade

FERNANDO TURECK, PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder à servidora ALINE LUIZE BAIL GRABOSKI, ocupante do cargo de Bióloga, na Secretaria Municipal de Agricultura e Meio

Ambiente, licença maternidade.

Art. 2º A licença a que se refere o artigo 1º dar-se-á no período de 04/04/2016 a 01/08/2016.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 09 de maio de 2016.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA

DE _____ A _____

PUBLICADO NO DOM Nº _____

PÁGINA _____ DE _____

ASSINATURA:

PORTARIA Nº 11736/2016

PORTARIA Nº 11736, DE 09 DE MAIO DE 2016

Prorroga Licença Maternidade

OPREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar a Licença Maternidade concedida à servidora pública ALINE LUIZE BAIL GRABOSKI, ocupante do cargo de Bióloga, na Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente, conforme Processo nº 3186/2016.

Art. 2º A prorrogação da licença a que se refere o artigo 1º contar-se-á de 02/08/2016 a 30/09/2016.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 09 de maio de 2016.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA

DE _____ A _____

PUBLICADO NO DOM Nº _____

PÁGINA _____ DE _____

ASSINATURA:

PORTARIA Nº 11737/2016

PORTARIA Nº 11737, DE 09 DE MAIO DE 2016

Prorroga Licença Maternidade

OPREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar a Licença Maternidade concedida à servidora pública DANIELA BENJAMIN DOS SANTOS, ocupante do cargo de Agente Comunitário de Saúde, na Secretaria Municipal de Saúde, conforme decisão judicial proferida nos autos de nº 0301348-98.2016.8.24.0058.

Art. 2º A prorrogação da licença a que se refere o artigo 1º contar-se-á de 10/05/2016 a 08/07/2016, conforme Processo nº 370/2016.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 09 de maio de 2016.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA
DE _____ A _____
PUBLICADO NO DOM Nº _____
PÁGINA _____ DE _____
ASSINATURA:

PORTARIA Nº 11743/2016

PORTARIA Nº 11743, DE 09 DE MAIO DE 2016

REVOGA PORTARIA Nº 11730/2016

FERNANDO TURECK, PREFEITO MUNICIPAL, no uso de suas atribuições legais, e,
Considerando erro material na emissão da Portaria nº 11730/2016, quanto à omissão do outro local das supostas infrações disciplinares,

RESOLVE:

REVOGAR, a partir de 06 de maio de 2016, a Portaria nº 11730/2016 que determinou a instauração do processo administrativo disciplinar a fim de apurar supostas infrações disciplinares atribuídas, em princípio, a servidora pública J. S. V., segundo consta no Processo Administrativo nº 2875/2016.

São Bento do Sul, 09 de maio de 2016.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA
DE _____ A _____
PUBLICADO NO DOM Nº _____
PÁGINA _____ DE _____
ASSINATURA:

PORTARIA Nº 11753/2016

PORTARIA Nº 11753, DE 09 DE MAIO DE 2016

DETERMINA A INSTAURAÇÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR E DESIGNA COMISSÃO

FERNANDO TURECK, PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições que lhe confere os artigos 154, 159 e 160, da Lei nº 228/2001 e tendo em vista o que consta no Processo Administrativo nº 2875/2016,

RESOLVE:

Art. 1º Determinar a instauração de Processo Administrativo Disciplinar a fim de apurar supostas infrações disciplinares atribuídas, em princípio, a servidora pública J. S. V., matrícula funcional nº 36278, ocupante do cargo de Atendente Educativo, a qual, segundo consta no Processo Administrativo nº 2875/2016, teria, supostamente, agredido verbalmente e fisicamente alunos do CEIM Tico e Teco e do CEIM Nosso Mundo, atos que, em tese, podem configurar as infrações disciplinares descritas no artigo 131, inciso XIII e artigo 143, inciso VII, todos da Lei Municipal nº 228/2001, passíveis das penalidades de advertência, suspensão ou demissão, conforme prevê os artigos 141, 142 e 143 da mesma Lei, bem como as demais infrações conexas que emergirem no decorrer do apuratório.

Art. 2º Ficam designados os seguintes servidores para, sob a presidência do primeiro, compor a Comissão Processante Especial, para dar cumprimento ao disposto no item precedente:

I – Neiva Maria Rosa, professora anos finais, matrícula nº 34320

II – Cleide Regina Pereira, assistente social, matrícula nº 38500

III – Alexandre Vinícius Weiss, advogado, matrícula nº 21321
Suplente – Ingrid Aparecida Stiegler, fiscal da fazenda, matrícula nº 4310

Art. 3º Determinar que a Comissão Processante Especial inicie o trabalho logo seja procedida a publicação desta portaria, notificando de tudo, desde o início, a servidora acusada.

Art. 4º Consoante o artigo 163 da Lei nº 228/2001, os trabalhos desta Comissão serão concluídos em 60 (sessenta) dias, admitindo-se sua prorrogação por mais 60 (sessenta) dias, nos termos legais.

São Bento do Sul, 09 de maio de 2016.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA
DE _____ A _____
PUBLICADO NO DOM Nº _____
PÁGINA _____ DE _____
ASSINATURA:

SAMAE - SÃO BENTO DO SUL**AVISO DE LICITAÇÃO Nº 27/2016**

Pregão Presencial nº 27/2016

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE SÃO BENTO DO SUL

Processo Administrativo Nº 27/2016

MENOR PREÇO GLOBAL

OSERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE SÃO BENTO DO SUL, ESTADO DE SANTA CATARINA, através do Diretor Presidente, torna público, para quem interessar possa, conforme preceituam as Leis nº 8.666/93 de 21/06/1993 e Lei 10.520 de 17/07/2002, que receberá até as 09:30 horas do dia 19 de maio de 2016, em sua sede na Rua Marechal Floriano, nº 214, propostas para:

DO OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA ELABORAÇÃO DE TROCA DE HIDRÔMETROS, COM SUBSTITUIÇÃO DE TAMPAS DE ACRÍLICO E MISTURA COM PADRÃO SAMAE.

DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

(36) 3.3.90.39.00.00.00 – Setor de Abastecimento de Água – Exercício Vigente

Os interessados poderão obter maiores informações e retirar o Edital Completo, no Departamento de Compras (Divisão de Suprimentos e Transporte), sede do SAMAE-SBS, no endereço acima especificado, no horário das 08h00 às 12h00 e das 13h30min às 17h00 ou através da internet no site: www.samaesbs.sc.gov.br/licitacao

São Bento do Sul, 10 de maio de 2016.

OSVALCIR PETERS

Diretor Presidente

EXTRATO DE CONTRATO Nº 19/2016

EXTRATO DE CONTRATO

ESTADO DE SANTA CATARINA

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE SÃO BENTO DO SUL

Processo Administrativo nº 09/2016

Contrato Nº: 19/2016

Contratante: SERVIÇO AUT. MUN. DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE

Contratada: Editora Gazeta do Norte Ltda

Vigência: Início: 07/04/2016 - Término: 07/04/2017

Objeto: Credenciamento de empresas jornalísticas interessadas no serviço de faturamento e arrecadação de valores referentes à "mensalidade de jornal", através das faturas emitidas pelo SAMAE.

São Bento do Sul, 10 de maio de 2016.

OSVALCIR PETERS

Diretor Presidente

PORTARIA/SAMAE/SBS/Nº 087/2016, 09 DE MAIO DE 2016.

PORTARIA/SAMAE/SBS/Nº 087/2016, 09 de maio de 2016.

"CONCEDE AVERBAÇÃO POR TEMPO
DE SERVIÇO"

O Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto-SAMAE de São Bento do Sul-SC, nomeado pela Portaria nº 7085, de 05 de janeiro de 2015, do Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 7.º, § 2.º da Lei Municipal nº 41 de 17/08/1966, alterada pela Lei Municipal nº 702 de 03/12/1996;

RESOLVE

Art. 1º - Conceder ao Servidor Público Municipal JOANITO GONDARSKI, ocupante do cargo de Motorista, lotado nesta Autarquia, Averbação por Tempo de Serviço/Contribuição, correspondente a 5373 dias (14 anos, 8 meses e 23 dias), dos seguintes períodos: 04/11/1974 à 15/01/1976; 24/02/1976 à 18/02/1977; 01/03/1977 à 28/03/1977; 23/05/1977 à 06/12/1977; 18/01/1978 à 11/02/1978; 01/03/1978 à 30/08/1978; 02/10/1978 à 13/12/1978; 01/09/1979 à 31/10/1979; 01/02/1980 à 08/08/1980; 01/03/1983 à 29/04/1983; 03/05/1983 à 20/09/1983; 01/11/1983 à 16/01/1984; 01/02/1984 à 17/10/1993. Conforme Certidão de Tempo de Contribuição-INSS, Protocolo nº 2004050.1.00088/16-0.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

OSVALCIR PETERS

Diretor Presidente

PORTARIA/SAMAE/SBS/Nº 088, DE 10 DE MAIO DE 2016.

PORTARIA/SAMAE/SBS/Nº 088, de 10 de maio de 2016.

O Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto-SAMAE de São Bento do Sul-SC, nomeado pela Portaria nº 7085, de 05 de janeiro de 2015, do Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 7.º, § 2.º da Lei Municipal n.º 41 de 17/08/1966, alterada pela Lei Municipal n.º 702 de 03/12/1996;

RESOLVE

Art. 1º - O valor da Vistoria na Instalação Predial, do Anexo III, da PORTARIA/SAMAE/SBS Nº 83, de 02 de maio de 2016, passa a ser:

VISTORIA NA INSTALAÇÃO PREDIAL:

Por solicitação do usuário até 02(dois) pavimentos: R\$ 208,34.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos legais a partir de 01 de junho de 2016.

OSVALCIR PETERS
Diretor Presidente

São Domingos

PREFEITURA

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

O Governo Municipal de São Domingos, Estado de Santa Catarina, nos termos do § 4º do art. 9º da Lei Complementar nº 101/2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal, como § 1º do art. 166 da Constituição Federal, CONVOCA os integrantes da Comissão Permanente de Finanças, Orçamento e Fiscalização do Poder Legislativo do Município e convida a população em geral para participar da AUDIÊNCIA PÚBLICA, onde será demonstrado e avaliado o cumprimento das metas fiscais relativas ao PRIMEIRO QUADRIMESTRE do exercício de 2016, a ser realizada no dia 25 de maio de 2016, às 09h30min, tendo como local a Sala de Reuniões da Prefeitura Municipal, localizada na Rua Getúlio Vargas, nº 750, centro, na cidade de São Domingos – SC.

São Domingos, 10 de maio de 2016.
Sandro Figueiró
Vice-Prefeito Municipal

NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO DE RECURSOS FEDERAIS LEI 9452**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS - PREFEITURA**Notificação de Recebimento de Recursos
Administração Direta, Indireta e FundacionalPágina: 1/4
Data: 10/05/2016
Hora: 10:15:39
Período: 01/04/2016 - 30/04/2016**COMUNICAÇÃO REFERENTE À LEI 9.452 DE 20/03/1997**

Notificação referente ao recebimento de recursos federais:

Para os fins do disposto no artigo 2º da Lei nº 9.452/97, comunicamos que a prefeitura recebeu do Governo Federal os recursos a seguir especificados:

Recursos recebidos em: 01/04/2016

Órgão concedor	Descrição do Recurso	Código da Receita	Valor Recebido (R\$)
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Transf. de Recursos do FUNDEB - 60%	4.1.7.2.4.01.01.00.00.00	1.537,27
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Transf. de Recursos do FUNDEB - 40%	4.1.7.2.4.01.02.00.00.00	1.024,84
Total de recursos recebidos em 01/04/2016:			2.562,11

Recursos recebidos em: 04/04/2016

Órgão concedor	Descrição do Recurso	Código da Receita	Valor Recebido (R\$)
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Transf. de Recursos do FUNDEB - 40%	4.1.7.2.4.01.02.00.00.00	517,95
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Transf. de Recursos do FUNDEB - 60%	4.1.7.2.4.01.01.00.00.00	776,92
Total de recursos recebidos em 04/04/2016:			1.294,87

Recursos recebidos em: 05/04/2016

Órgão concedor	Descrição do Recurso	Código da Receita	Valor Recebido (R\$)
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Transf. de Recursos do FUNDEB - 40%	4.1.7.2.4.01.02.00.00.00	1.408,12
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Transf. de Recursos do FUNDEB - 60%	4.1.7.2.4.01.01.00.00.00	2.112,17
Total de recursos recebidos em 05/04/2016:			3.520,29

Recursos recebidos em: 06/04/2016

Órgão concedor	Descrição do Recurso	Código da Receita	Valor Recebido (R\$)
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Saúde Da Família - SF	4.1.7.2.1.33.03.00.00.00	19.130,00
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Outras Transf. Decorrentes de Compens. Finan.	4.1.7.2.1.22.90.00.00.00	7.693,27
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Transf. de Recursos do FUNDEB - 40%	4.1.7.2.4.01.02.00.00.00	598,63
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Transf. de Recursos do FUNDEB - 60%	4.1.7.2.4.01.01.00.00.00	897,94
Total de recursos recebidos em 06/04/2016:			28.319,84

Recursos recebidos em: 07/04/2016

Órgão concedor	Descrição do Recurso	Código da Receita	Valor Recebido (R\$)
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Transf. de Recursos do FUNDEB - 60%	4.1.7.2.4.01.01.00.00.00	1.123,93
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Transf. de Recursos do FUNDEB - 40%	4.1.7.2.4.01.02.00.00.00	749,28
Total de recursos recebidos em 07/04/2016:			1.873,21

Recursos recebidos em: 08/04/2016

Órgão concedor	Descrição do Recurso	Código da Receita	Valor Recebido (R\$)
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	FPM - 15% Saúde	4.1.7.2.1.01.02.03.00.00	34.558,09
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	FPM - Ordinário	4.1.7.2.1.01.02.01.00.00	138.232,35
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Transf. de Recursos do FUNDEB - 60%	4.1.7.2.4.01.01.00.00.00	12.214,89
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	FPM - 25% Educação	4.1.7.2.1.01.02.02.00.00	57.596,81
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Transf. de Recursos do FUNDEB - 40%	4.1.7.2.4.01.02.00.00.00	8.143,26
Total de recursos recebidos em 08/04/2016:			250.745,40

Recursos recebidos em: 11/04/2016

Órgão concedor	Descrição do Recurso	Código da Receita	Valor Recebido (R\$)
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Programa de Melhoria Acesso e de Qualidade - PMAQ	4.1.7.2.1.33.16.00.00.00	34.500,00
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Transf. de Recursos do FUNDEB - 60%	4.1.7.2.4.01.01.00.00.00	1.073,61

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS - PREFEITURA

 Notificação de Recebimento de Recursos
 Administração Direta, Indireta e Fundacional

 Página: 2/4
 Data: 10/05/2016
 Hora: 10:15:39
 Período: 01/04/2016 - 30/04/2016

COMUNICAÇÃO REFERENTE À LEI 9.452 DE 20/03/1997

Notificação referente ao recebimento de recursos federais:

Para os fins do disposto no artigo 2º da Lei nº 9.452/97, comunicamos que a prefeitura recebeu do Governo Federal os recursos a seguir especificados:

Recursos recebidos em: 11/04/2016

Órgão concedor	Descrição do Recurso	Código da Receita	Valor Recebido (R\$)
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Transf. de Recursos do FUNDEB - 40%	4.1.7.2.4.01.02.00.00.00	715,75
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Piso de Atenção Básica - PAB	4.1.7.2.1.33.01.00.00.00	20.342,83
Total de recursos recebidos em 11/04/2016:			56.632,19

Recursos recebidos em: 12/04/2016

Órgão concedor	Descrição do Recurso	Código da Receita	Valor Recebido (R\$)
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Transf. de Recursos do FUNDEB - 60%	4.1.7.2.4.01.01.00.00.00	1.354,35
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Transf. de Recursos do FUNDEB - 40%	4.1.7.2.4.01.02.00.00.00	1.091,22
Total de recursos recebidos em 12/04/2016:			2.445,57

Recursos recebidos em: 13/04/2016

Órgão concedor	Descrição do Recurso	Código da Receita	Valor Recebido (R\$)
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Núcleo de Atendimento da Saúde da Família - NASF	4.1.7.2.1.33.15.01.00.00	12.000,00
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Transf. de Recursos do FUNDEB - 60%	4.1.7.2.4.01.01.00.00.00	16.343,73
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Transf. de Recursos do FUNDEB - 40%	4.1.7.2.4.01.02.00.00.00	10.895,83
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Agentes Comunitários De Saúde - ACS	4.1.7.2.1.33.05.00.00.00	23.220,60
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Saúde Bucal - SB	4.1.7.2.1.33.04.00.00.00	6.690,00
Total de recursos recebidos em 13/04/2016:			69.150,16

Recursos recebidos em: 14/04/2016

Órgão concedor	Descrição do Recurso	Código da Receita	Valor Recebido (R\$)
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Transf. de Recursos do FUNDEB - 40%	4.1.7.2.4.01.02.00.00.00	27.678,56
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Transf. de Recursos do FUNDEB - 60%	4.1.7.2.4.01.01.00.00.00	41.517,86
Total de recursos recebidos em 14/04/2016:			69.196,42

Recursos recebidos em: 15/04/2016

Órgão concedor	Descrição do Recurso	Código da Receita	Valor Recebido (R\$)
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Transferências Diretas do FNDE referentes ao PNAE	4.1.7.2.1.35.03.00.00.00	8.588,00
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Transferências do Salário-Educação	4.1.7.2.1.35.01.00.00.00	22.565,50
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Transf. de Recursos do FUNDEB - 60%	4.1.7.2.4.01.01.00.00.00	1.154,77
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	SUAS - Proteção Social Básica - AB	4.1.7.2.1.34.01.00.00.00	34.216,20
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Transferências Diretas do FNDE referentes ao PNATE	4.1.7.2.1.35.04.00.00.00	7.493,89
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Transf. de Recursos do FUNDEB - 40%	4.1.7.2.4.01.02.00.00.00	769,86
Total de recursos recebidos em 15/04/2016:			74.788,22

Recursos recebidos em: 18/04/2016

Órgão concedor	Descrição do Recurso	Código da Receita	Valor Recebido (R\$)
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Transf. de Recursos do FUNDEB - 40%	4.1.7.2.4.01.02.00.00.00	502,15
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Transf. de Recursos do FUNDEB - 60%	4.1.7.2.4.01.01.00.00.00	753,23
Total de recursos recebidos em 18/04/2016:			1.255,38

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS - PREFEITURA

 Notificação de Recebimento de Recursos
 Administração Direta, Indireta e Fundacional

 Página: 3/4
 Data: 10/05/2016
 Hora: 10:15:39
 Período: 01/04/2016 - 30/04/2016

COMUNICAÇÃO REFERENTE À LEI 9.452 DE 20/03/1997

Notificação referente ao recebimento de recursos federais:

Para os fins do disposto no artigo 2º da Lei nº 9.452/97, comunicamos que a prefeitura recebeu do Governo Federal os recursos a seguir especificados:

Recursos recebidos em: 19/04/2016

Órgão conessor	Descrição do Recurso	Código da Receita	Valor Recebido (R\$)
SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL	Transf. de Recursos do FUNDEB - 60%	4.1.7.2.4.01.01.00.00.00	833,33
SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL	Teto Financeiro De Vigilância Em Saúde - TfvS (Ex-	4.1.7.2.1.33.09.00.00.00	3.494,85
SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL	Ações Estruturantes De Vigilância Sanitária	4.1.7.2.1.33.08.00.00.00	1.000,00
SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL	Média e Alta Complexidade - MAC FEDERAL	4.1.7.2.1.33.10.00.00.00	44.841,70
SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL	Transf. de Recursos do FUNDEB - 40%	4.1.7.2.4.01.02.00.00.00	555,56
SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL	Outras Transferências de Convênios da União	4.2.4.7.1.99.00.00.00.00	73.554,00
Total de recursos recebidos em 19/04/2016:			124.279,44

Recursos recebidos em: 20/04/2016

Órgão conessor	Descrição do Recurso	Código da Receita	Valor Recebido (R\$)
SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL	Transf. de Recursos do FUNDEB - 40%	4.1.7.2.4.01.02.00.00.00	2.496,53
SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL	FPM - Ordinário	4.1.7.2.1.01.02.01.00.00	32.200,76
SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL	FPM - 25% Educação	4.1.7.2.1.01.02.02.00.00	13.416,98
SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL	FPM - 15% Saúde	4.1.7.2.1.01.02.03.00.00	8.050,19
SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL	Transf. de Recursos do FUNDEB - 60%	4.1.7.2.4.01.01.00.00.00	3.744,78
Total de recursos recebidos em 20/04/2016:			59.909,24

Recursos recebidos em: 25/04/2016

Órgão conessor	Descrição do Recurso	Código da Receita	Valor Recebido (R\$)
SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL	Transf. de Recursos do FUNDEB - 60%	4.1.7.2.4.01.01.00.00.00	11.485,60
SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL	Transf. de Recursos do FUNDEB - 40%	4.1.7.2.4.01.02.00.00.00	7.657,08
Total de recursos recebidos em 25/04/2016:			19.142,68

Recursos recebidos em: 26/04/2016

Órgão conessor	Descrição do Recurso	Código da Receita	Valor Recebido (R\$)
SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL	Transf. de Recursos do FUNDEB - 40%	4.1.7.2.4.01.02.00.00.00	6.443,70
SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL	Cota-Parte do Fundo Especial do Petróleo - FEP	4.1.7.2.1.22.70.00.00.00	3.503,68
SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL	Transf. de Recursos do FUNDEB - 60%	4.1.7.2.4.01.01.00.00.00	9.665,56
Total de recursos recebidos em 26/04/2016:			19.612,94

Recursos recebidos em: 28/04/2016

Órgão conessor	Descrição do Recurso	Código da Receita	Valor Recebido (R\$)
SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL	Transf. de Recursos do FUNDEB - 40%	4.1.7.2.4.01.02.00.00.00	2.152,11
SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL	Transf. de Recursos do FUNDEB - 60%	4.1.7.2.4.01.01.00.00.00	3.228,18
Total de recursos recebidos em 28/04/2016:			5.380,29

Recursos recebidos em: 29/04/2016

Órgão conessor	Descrição do Recurso	Código da Receita	Valor Recebido (R\$)
SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL	FPM - Ordinário	4.1.7.2.1.01.02.01.00.00	112.533,58
SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL	ICMS Lei 87/96 - Ordinários	4.1.7.2.1.36.01.00.00.00	1.518,59
SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL	ITR - 25% Educação	4.1.7.2.1.01.05.02.00.00	10,42
SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL	FPM - 15% Saúde	4.1.7.2.1.01.02.03.00.00	28.133,39
SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL	ICMS Lei 87/96 - 15% Saúde	4.1.7.2.1.36.03.00.00.00	379,65
SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL	Cota-Parte da Compén. Finan. de Recursos Hídricos	4.1.7.2.1.22.11.00.00.00	87.906,86

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE SAO DOMINGOS - PREFEITURA

Notificação de Recebimento de Recursos

Administração Direta, Indireta e Fundacional

Página: 4/4

Data: 10/05/2016

Hora: 10:15:39

Período: 01/04/2016 - 30/04/2016

COMUNICAÇÃO REFERENTE À LEI 9.452 DE 20/03/1997

Notificação referente ao recebimento de recursos federais:

Para os fins do disposto no artigo 2º da Lei nº 9.452/97, comunicamos que a prefeitura recebeu do Governo Federal os recursos a seguir especificados:

Recursos recebidos em: 29/04/2016

Órgão concedor	Descrição do Recurso	Código da Receita	Valor Recebido (R\$)
SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL	FPM - 25% Educação	4.1.7.2.1.01.02.02.00.00	46.888,99
SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL	ITR - Ordinário	4.1.7.2.1.01.05.01.00.00	25,01
SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL	Transf. de Recursos do FUNDEB - 60%	4.1.7.2.4.01.01.00.00.00	10.634,11
SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL	ITR - 15% Saúde	4.1.7.2.1.01.05.03.00.00	6,25
SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL	ICMS Lei 87/96 - 25% Educação	4.1.7.2.1.36.02.00.00.00	632,75
SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL	Transf. de Recursos do FUNDEB - 40%	4.1.7.2.4.01.02.00.00.00	7.089,41
Total de recursos recebidos em 29/04/2016:			295.759,01

TOTAL GERAL: 1.085.867,26

SAO DOMINGOS, SC, 10 de maio de 2016.

Recebido em ____/____/____.

São João do Oeste

PREFEITURA

TP 03/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 61/2016

EDITAL DE TOMADA DE PREÇO Nº 03/2016

OBJETO: O Município de São João do Oeste, torna público para o conhecimento dos interessados, que está aberta a licitação na modalidade de Tomada de Preços: para contratação em regime de empreitada global, para pavimentação asfáltica de parte da Rua Fortaleza, trecho entre a Rua da matriz até a estaca 21 da Rua Fortaleza, extensão de 420m e área a ser pavimentada de 3.360m², situado na Rua Fortaleza, Linha Cristo Rei, São João do Oeste, com recursos do programa de transferência Fundo Social nº 2016005307 e proposta nº 0000017053, firmado com o Governo do Estado de Santa Catarina.

Tipo de Licitação: Menor Preço Global.

Regendo-se os procedimentos licitatórios pelo que dispõe a lei nº 8.666/93 consolidada. Recebimento dos envelopes da documentação e da proposta até as 14 horas do dia 31 de maio de 2016, e abertura e julgamento no dia 31 de maio de 2016 as 14:00 horas, na sala do Setor de Compras e Licitações da Prefeitura Municipal de São João do Oeste. Maiores informações e cópia do edital junto ao setor de licitações e compras da Prefeitura Municipal sito à rua Encantado, 66, centro – São João do Oeste e ou pelo fone (49) 3636.1122 no horário de expediente. São João do Oeste, SC, 09 de maio de 2016. SÉRGIO LUIS THEISEN – PREFEITO MUNICIPAL.

São João do Sul

PREFEITURA

LICITAÇÃO Nº 14/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

LICITAÇÃO Nº 14/2016

Modalidade – Pregão Presencial nº 02/2016

Objeto: AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS PARA O PROGRAMA DE SAÚDE MENTAL E DE MAIS MEDICAMENTOS PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA AOS MUNICÍPIOS DE SÃO JOÃO DO SUL. Os envelopes de Habilitação e Propostas: Poderão ser entregues até às 08h e 15 min do dia 23/05/2016, com abertura dos envelopes prevista para as 08h e 30 min do dia 23/05/2016. A entrega do Edital e demais informações poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal de São João do Sul, Avenida Nereu Ramos, nº 50 de segundas às sextas-feiras das 08h às 12h e das 13:30h às 17:30h, ou pelo e-mail licitacoes@saojoaodosul.sc.gov.br

São João do Sul - SC, em 10 de maio de 2016.

REJANE ELIBIO BORBA

Secretária Municipal de Saúde

São Joaquim

PREFEITURA

DECRETO Nº 131/2016

DECRET O Nº 131/2016

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeado o senhor MYCCHEL HUDSON LINHAGUE, para ocupar o Cargo Comissionado de Diretor de Organização e Modernização Administrativa.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 03 de Maio de 2016.

HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI

Prefeito Municipal.

DECRETO Nº 132/2016

DECRET O Nº 132/2016

"QUE ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR CONTADO SUPERÁVIT FINANCEIRO DA FONTE DE RECURSOS PRÓPRIOS NO ORÇAMENTO PROGRAMA DE 2016, CONFORME LEI MUNICIPAL Nº 4.383/2015, 23/12/2015"

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito para a seguinte dotação orçamentária:

03 – PODER EXECUTIVO

03.06 – SECRETARIA DE OBRAS, VIAÇÃO E SERVIÇOS GERAIS

(80)3.3.90.00.00.00.00.2.048-0210 – Aplicações Diretas 200.753,45
TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO.....
200.753,45

Art. 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos provenientes do superávit financeiro da Fonte de Recursos Próprios verificado em 31/12/2015 na conta bancária 105-7, Agência São Joaquim, Caixa Econômica Federal - conta cemitério.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 03 de Maio de 2016.

HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI

Prefeito Municipal.

DECRETO Nº 133/2016

DECRET O Nº 133/2016

"QUE ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR CONTADO SUPERÁVIT FINANCEIRO DE RECURSOS LIVRES VERIFICADO EM 31/12/2015, NO ORÇAMENTO PROGRAMA DO EXERCÍCIO DE 2016"

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito para a seguinte dotação orçamentária:

03 – PODER EXECUTIVO

03.08 – SECRETARIA DA SAÚDE

(76)3.3.90.00.00.00.00.2.012-0242 – Aplicações Diretas 100.000,00
TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO.....
100.000,00

Art. 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos provenientes do superávit financeiro da Fonte de Recursos Livres verificado em 31/12/2015.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 04 de Maio de 2016.

HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI

Prefeito Municipal.

DECRETO Nº 134/2016

DECRET O Nº 134/2016

"QUE ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR CONTADO SUPERÁVIT FINANCEIRO DA FONTE DE RECURSOS CONVÊNIO UNIÃO-EDUCAÇÃO, NO ORÇAMENTO PROGRAMA DO EXERCÍCIO DE 2016"

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito para a seguinte dotação orçamentária:

03 – PODER EXECUTIVO

03.04 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO

(58)4.4.90.00.00.00.00.2.005-0240 – Aplicações Diretas 1.196,50
TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO.....
1.196,50

Art. 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos provenientes do superávit financeiro da Fonte Convênio União – Educação verificado em 31/12/2015. Depositado na conta Banco do Brasil conta convênio FNDE-PAR, Agência 656, conta nº 20214-2.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, ficando

revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 04 de Maio de 2016.
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI
Prefeito Municipal.

DECRETO Nº 135/2016

DECRET O Nº 135/2016

“QUE NOMEIA FUNCIONÁRIA, POR FORÇA DE
CONCURSO PÚBLICO MUNICIPAL”

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe
são conferidas por Lei;

DECRETA:

Art. 1º - Fica NOMEADA a senhora –RAFAELA FERREIRA MATTOS, para
ocupar o Cargo Efetivo de Técnico Administrativo, na Secretaria Muni-
cipal de Administração, com 40 horas semanais classificada em 1º lugar
no Concurso Público Nº 002/2015, realizado em data de 17/01/16, sob
o regime estatutário.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, ficando
revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 04 de Maio de 2016.
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI
Prefeito Municipal.

DECRETO Nº 136/2016

DECRET O Nº 136/2016

“QUE EXONERA A FUNCIONÁRIA
LEONILDA APARECIDA TORTELLI PEREIRA”

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe
são conferidas por Lei;

DECRETA:

Art. 1º - Fica EXONERADA a senhora LEONILDA APARECIDA TORTELLI
PEREIRA, ocupante do Cargo Efetivo de Professora Municipal, para a
qual havia sido Nomeada através do Decreto Nº 017/1996, a referida
exoneração dá-se por aposentadoria da mesma.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, ficando
revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 06 de Maio de 2016.
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI
Prefeito Municipal.

DECRETO Nº 137/2016

DECRET O Nº 137/2016

“QUE EXONERA A FUNCIONÁRIA
LEONILDA APARECIDA TORTELLI PEREIRA”

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe
são conferidas por Lei;

DECRETA:

Art. 1º - Fica EXONERADA a senhora LEONILDA APARECIDA TORTELLI
PEREIRA, ocupante do Cargo Efetivo de Professora Municipal, para a
qual havia sido Nomeada através do Decreto Nº 043/2014, a referida
exoneração dá-se por aposentadoria da mesma.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, ficando
revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 06 de Maio de 2016.
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI
Prefeito Municipal.

PORTARIA Nº 190/2016

PORTARIANº 190/2016

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe
são conferidas por Lei;

RESOLVE:

Art. 1º - Ficam concedidas Licenças para tratamentos de Saúde, con-
forme apresentações de Atestados Médicos aos seguintes funcionários:
– JOÃO ALEXANDRE C. DOS SANTOS, ocupante do Cargo de Vigia, por
01 (um) dia, no dia 26/04/2016. – ALINE MULLER, ocupante da Fun-
ção de Agente de Serviços Gerais, por 03 (três) dias, a contar do dia
26/04/2016. – JOSEANE GUANABARA DE LIZ, ocupante da Função de
Técnica em Enfermagem (SAMU), a contar do dia 26/04/2016, e o re-
tornode acordo como o INSS. – PATRICIA DA SILVA, ocupante da Função
de Professora, por 15 (quinze) dias, a contar do dia 27/04/2016. – IRE-
NE ALBERTINA HUGEN NUNES, ocupante do Cargo de Professora, por
03 (três) dias, a contar do dia 27/04/2016. – IVONETE PEREIRA BORGES,
ocupante do Cargo de Agente Administrativo, por 01 (um) dia, no dia
27/04/2016. – RAFAELA SAMARASILVA, ocupante da Função de Técnica
em Enfermagem (PSF), por 03 (três) dias, a contar do dia 27/04/2016.
– TATIANE APª. DE ANDRADE, ocupante da Função de Agente de Saú-
de, por 01 (um) dia, no dia 27/04/2016. – SUZANA DA SILVA CARDO-
SO, ocupante da Função de Agente de Saúde, por 01 (um) dia, no dia
28/04/2016. – DANIELA MATOS PEREIRA, ocupante do Cargo de Agente
Administrativo, por 02 (dois) dias, a contar do dia 28/04/2016. – IRENE
PADILHA ALVES, ocupante do Cargo de Agente de Serviços Gerais, por
03 (três) dias, a contar do dia 28/04/2016. – RAFAEL LUCIANO COSTA
DE SOUZA, ocupante do Cargo de Agente de Serviços Gerais, por 01
(um) dia, no dia 28/04/2016.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, e pro-
duziu seus efeitos legais nas datas mencionadas no artigo 1º desta Por-
taria, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 28 de Abril de 2016.
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI
Prefeito Municipal.

PORTARIA Nº 191/2016

PORTARIANº 191/2016

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

RESOLVE:

Art. 1º - Fica concedida FÉRIAS ao seguinte funcionário: - DANILO OLIVEIRA FLORES, ocupante do Cargo de Vigia, referente ao exercício de 2014/2015, a contar do dia 01/05/2016 à 30/05/2016.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 01 de Maio de 2016.
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI
Prefeito Municipal.

PORTARIA Nº 192/2016

PORTARIANº 192/2016

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

RESOLVE:

Art. 1º - Ficam concedidas FÉRIAS aos seguintes funcionários: - DAURA IVONE NUNES, ocupante do Cargo de Agente de Serviços Gerais, referente ao exercício de 2015/2016, a contar do dia 02/05/2016 à 31/05/2016. - JADER PROCHNOW NUNES, ocupante do Cargo de Técnico Administrativo, referente ao exercício de 2010/2011, a contar do dia 02/05/2016 à 31/05/2016.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 02 de Maio de 2016.
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI
Prefeito Municipal.

PORTARIA Nº 193/2016

PORTARIANº 193/2016

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

RESOLVE:

Art. 1º - Ficam concedidas FÉRIAS aos seguintes funcionários: - JAQUELINE NUNES, ocupante da Função de Agente de Saúde (PSF), referente ao exercício de 2015/2016, a contar do dia 03/05/2016 à 01/06/2016. - RAFAELA SAMARA FARIAS SILVA, ocupante da Função de Técnica em Enfermagem (PSF), referente ao exercício de 2014/2015, a contar do dia 03/05/2016 à 01/06/2016.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de

São Joaquim, 03 de Maio de 2016.

HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI
Prefeito Municipal.

PORTARIA Nº 194/2016

PORTARIANº 194/2016

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

RESOLVE:

Art. 1º - De acordo com o Processo Seletivo Nº 003/2015, realizado em data de 17/01/16; Fica concedida DESIGNAÇÃO TEMPORÁRIA a senhora: - JOZE CARLA DE SOUZA, para exercer a função de Agente de Serviços Gerais (faxineira), na Secretaria Municipal de Assistência Social, Casa Lar, Bairro Centro, com 40 horas semanais, a contar do dia 04/05/2016, em substituição a agente Ariadny Davoglio de Araujo que foi exonerada.

Parágrafo Único – A Designação referida no art. 1º será regida pelo Regime Estatutário, podendo a mesma ser exonerada em qualquer tempo por motivos administrativos e/ou de ordem técnica.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 04 de Maio de 2016.
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI
Prefeito Municipal.

PORTARIA Nº 195/2016

PORTARIANº 195/2016

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

RESOLVE:

Art. 1º - Ficam concedidas Licenças para tratamentos de Saúde, conforme apresentações de Atestados Médicos aos seguintes funcionários: - JANAINA BORGES HABTZREUTER, ocupante do Cargo de Professora, por 01 (um) dia, no dia 29/04/2016. - IDEVALDO DOS SANTOS, ocupante do Cargo de Vigia, a contar do dia 29/04/2016, e o retorno de acordo com o INSS. - MARCELE MIKA SATO, ocupante do Cargo de Fiscal de Tributos, por 01 (um) dia, no dia 29/04/2016. - CLAITON MARTINS ALVES, ocupante do Cargo de Veterinário, por 01 (um) dia, no dia 29/04/2016. - MARIA DE FATIMA NUNES, ocupante do Cargo de Arquiteta, no período vespertino do dia 02/05/2016. - ROSANE VALIM GUIMARÃES, ocupante do Cargo de Agente de Serviços Gerais, por 30 (trinta) dias, a contar do dia 02/05/2016, para tratamento de saúde de sua mãe. - ELIANA OLIVEIRA DA SILVA, ocupante da Função de Professora, por 15 (quinze) dias, a contar do dia 02/05/2016. - ADRIANA PEREIRA DESOUSA, ocupante do Cargo de Professora, por 03 (três) dias, a contar do dia 02/05/2016. - LUIZA FONSECA PEREIRA VELHO, ocupante do Cargo de Agente Administrativo, por 01 (um) dia, no dia 03/05/2016. - GISELE PAUL, ocupante do Cargo de Técnico Administrativo, por 01 (um) dia, no dia 03/05/2016. - LENITA APARECIDA SEIFERT, ocupante do Cargo de Agente Administrativo, por 02 (dois) dias, a contar do dia 03/05/2016. - VICENCIARODRIGUES DA SILVA, ocupante do Cargo de Professora, por 15 (quinze) dias, a contar do dia 04/05/2016, para tratamento de saúde de seu esposo. - NELCI H. AMARAL TOMAZ, ocupante do Cargo de

Agente Administrativo, por 03 (três) dias, a contar do dia 04/05/2016. – MARISA ANTUNES OLIVEIRA, ocupante do Cargo de Agente de Serviços Gerais, por 02 (dois) dias, a contar do dia 05/05/2016.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, e produziu seus efeitos legais nas datas mencionadas no artigo 1º desta Portaria, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 05 de Maio de 2016.
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI
Prefeito Municipal.

PORTARIA Nº 196/2016

PORTARIA Nº 196/2016

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

RESOLVE:

Art. 1º - De acordo com Requerimento Protocolado sob o nº 142/2016, datado de 05/05/2016 e em conformidade com a Lei Complementar Nº 4.183/2013, de 20/12/2013, artigo 19; Fica REMOVIDA a senhora: - MARIA APARECIDA BORGES NUNES LUCIANO, ocupante do Cargo de Professora, no C.E.I. Joaquim Pereira, Localidade de Boava, para desempenhar suas funções no C.E.I. José Diomar Padilha Rodrigues, Bairro Nossa Senhora Aparecida.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 05 de Maio de 2016.
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI
Prefeito Municipal.

PROCESSO 01/2016 FME

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOAQUIM
AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Nº 01/2016

Chamada Pública Nº 01/2016

Objeto: Chamada Pública para aquisição de gêneros alimentícios e Produtos Orgânicos da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural, destinados ao atendimento do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).

Abertura: 10/06/2016 – 09h30min

Valor estimado: R\$ 193.764,64

Interessados poderão obter a cópia do edital, no Dep. de Compras no prédio da Prefeitura, horário de expediente ou ainda pelo site <http://www.saojoaquim.sc.gov.br> inf. (49)3233-0411.

São Joaquim, 10 de maio de 2016

HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI
Prefeito Municipal

São José

PREFEITURA

DECRETO Nº 6187/2016

DECRETO Nº 6187/2016

NOMEIA CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.62, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art.1º - Fica nomeado LUCIANO SANTANA para exercer o cargo de ASSESSOR II – ADMINISTRATIVO – CCM 2, com lotação na Secretaria de Serviços Públicos, nos termos da Lei Complementar nº 032/2009.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 08 de abril de 2016.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

DECRETO Nº 6286/2016

DECRETO Nº 6286/2016

ABRECRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR JUNTO AO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ, PARA O EXERCÍCIO DE 2016.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições, conferidas pela Lei Orgânica do Município e, em conformidade com o artigo 32 da Lei Municipal nº 5.531 de 11 de janeiro de 2016,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto o Crédito Adicional Suplementar, na importância de R\$ 132.753,38 (cento e trinta e dois mil, setecentos e cinquenta e três reais e trinta e oito centavos), referente a dotação consignada no Orçamento do Município de São José, a seguir especificada:

25.00 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

25.01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

25.01.10.301.0102.2.148 – Funcionamento da Rede Municipal de Saúde – FMS

1230–3.3.90.39.00.00.0082–Outros Serviços de Terceiros–Pessoa Jurídica,
Recursos Ordinários–Saúde.....R\$ 132.753,38
Total desta Atividade.....R\$132.753,38
Total do Órgão.....R\$132.753,38
Total do Crédito Adicional Suplementar R\$ 132.753,38

Art. 2º Os recursos necessários para atendimento ao Crédito Adicional Suplementar, aberto na forma disposta no artigo 1º deste Decreto, correrão à conta da anulação da importância de R\$ 132.753,38 (cento e trinta e dois mil, setecentos e cinquenta e três reais e trinta e oito centavos), nas dotações consignadas no Orçamento do Município de São José, a seguir especificadas:

25.00 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

25.01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

25.01.10.301.0102.2.148 – Funcionamento da Rede Municipal de Saúde – FMS

1224–3.3.90.34.00.00.0082–Outras Despesas de Pessoal Decorrentes de

Contratos de Terceirização

Recursos Ordinários–Saúde.....R\$ 100.000,00

1228–3.3.90.36.00.00.0082–Outros Serviços de Terceiros–Pessoa Física,

Recursos Ordinários–Saúde.....R\$32.753,38

Total do Órgão.....R\$132.753,38

Total da Anulação.....R\$132.753,38

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 19 de abril de 2016.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

ANTÔNIO CARLOS VIEIRA

Secretário de Finanças

DECRETO Nº 6317/2016

DECRETO Nº 6317/2016

EXONERA SERVIDOR.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 62, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal, e

DECRETA:

Art. 1º - Fica exonerada a servidora MERCEDES CAROLINE SALES FERBER do cargo de Diretor de Saúde do Trabalhador – CCM7, com lotação na Secretaria da Saúde.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 27 de abril de 2016.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

DECRETO Nº 6318/2016

DECRETO Nº 6318/2016

NOMEIA CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.62, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeado ISRAEL DE SOUZA para o cargo em comissão de Diretor de Saúde do Trabalhador – CCM7, com lotação na Secretaria da Saúde, nos termos da Lei Complementar nº 014, de 06 de Dezembro de 2004.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 27 de abril de 2016.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

DECRETO Nº 6341/2016

DECRETO Nº 6341/2016

ABRECRÉDITOADICIONALSUPLEMENTARJUNTOAOORÇAMENTODO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ, PARA O EXERCÍCIO DE 2016.

APREFEITAMUNICIPALDESÃOJOSÉ,nousodesuasatribuições,confe-
ridas pela Lei Orgânica do Município e, em conformidade com o artigo
32 da Lei Municipal nº 5.531 de 11 de janeiro de 2016,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto o Crédito Adicional Suplementar, na importância de
R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais), referente às dotações consigna-
das no Orçamento do Município de São José, a seguir especificadas:

28.00 – FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

28.01 – FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

28.01.08.243.0111.2.184 – PSB – Serviço de Convivência e Fortalecimen-
to de

Vínculos

1523 – 3.3.90.30.00.00.0023 – Material de Consumo,

Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social.....R\$
400.000,00

Total desta Atividade.....R\$ 400.000,00

28.01.08.243.0111.2.085 – PSEAC – Serv. Acolh. Institucional para
Crianças / Adolescente, Casa Lar / Abrigo

1496 – 3.3.90.30.00.00.0023 – Material de Consumo,

Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social.....R\$
100.000,00

Total desta Atividade.....R\$ 100.000,00

Total do Órgão.....R\$ 500.000,00

Total do Crédito Adicional Suplementar R\$
500.000,00

Art. 2º Os recursos necessários para atendimento ao Crédito Adicional
Suplementar, aberto na forma disposta no artigo 1º deste Decreto, cor-
rerão à conta da anulação da importância de R\$ 500.000,00 (quinhen-
tos mil reais), nas dotações consignadas no Orçamento do Município
de São José, a seguir especificadas:

28.00 – FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

28.01 – FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

28.01.08.244.0111.2.179 – PSB – Programa de Inclusão Produtiva

1637 – 3.1.90.04.00.00.0023 – Contratação por Tempo Determinado,
Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social.....R\$

400.000,00

Total desta Atividade.....R\$ 400.000,00

28.01.08.244.0111.2.171 – PSB – Serviço de Proteção / Atendimento
Integral à Família (PAIF)1609 – 3.1.90.04.00.00.0023 – Contratação por Tempo Determinado,
Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social.....R\$

100.000,00

Total desta Atividade.....R\$ 100.000,00

Total do Órgão.....R\$ 500.000,00

Total da Anulação.....R\$ 500.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 29 de abril de 2016.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

ANTÔNIO CARLOS VIEIRA

Secretário de Finanças

DECRETO Nº 6342/2016

DECRETO Nº 6342/2016

ABRECRÉDITOADICIONALSUPLEMENTARJUNTOAOORÇAMENTODO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ, PARA O EXERCÍCIO DE 2016.

APREFEITAMUNICIPALDESÃOJOSÉ,nousodesuasatribuições,confe-
ridas pela Lei Orgânica do Município e, em conformidade com o artigo
32 da Lei Municipal nº 5.531 de 11 de janeiro de 2016,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto o Crédito Adicional Suplementar, na importância de
R\$ 55.990,47 (cinquenta e cinco mil, novecentos e noventa reais e qua-
renta e sete centavos), referente a dotação consignada no Orçamento
do Município de São José, a seguir especificada:

28.00 – FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

28.01 – FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

28.01.08.241.0111.2.278 – PSB – Serviço de Convivência e Fortaleci-
mento

de Vínculos para Idosos – CATI

1462 – 3.3.90.39.00.00.0080 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Ju-
rídica,

Recursos Próprios.....R\$ 55.990,47

Total desta Atividade.....R\$ 55.990,47

Total do Órgão.....R\$ 55.990,47

Total do Crédito Adicional Suplementar R\$
55.990,47

28.00 – FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

28.01 – FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

28.01.08.244.0111.2.136 – Benefícios Sócioassistenciais

1604 – 3.3.90.39.00.00.0080 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Ju-
rídica,

Recursos Próprios.....R\$ 55.990,47

Total desta Atividade.....R\$ 55.990,47

Total do Órgão.....R\$ 55.990,47

Total da Anulação.....R\$ 55.990,47

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 29 de abril de 2016.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

ANTÔNIO CARLOS VIEIRA

Secretário de Finanças

DECRETO Nº 6343/2016

DECRETO Nº 6343/2015

ABRECRÉDITOADICIONALSUPLEMENTARJUNTOAOORÇAMENTODO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ, PARA O EXERCÍCIO DE 2016.

APREFEITAMUNICIPALDESÃOJOSÉ,nousodesuasatribuições,confe-
ridas pela Lei Orgânica do Município e, em conformidade com o artigo
29 da Lei Municipal nº 5.531 de 11 de janeiro de 2016,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto o Crédito Adicional Suplementar, na importância de
R\$ 42.000,00 (quarenta e dois mil reais), referente à dotação consignada
no Orçamento do Município de São José, a seguir especificada:

09.00 – SECRETARIA DE SEGURANÇA, DEFESA SOCIAL E TRÂNSITO
09.01 – SECRETARIA DE SEGURANÇA, DEFESA SOCIAL E TRÂNSITO

09.01.06.181.0110.2.017 – Encargos do Convênio de Trânsito - Polícia Militar

398 – 3.3.90.30.00.00.0026 – Material de Consumo,
Recursos do Convênio com Multas de Trânsito.....R\$
30.000,00
400 – 3.3.90.39.00.00.0026 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica,
Recursos do Convênio com Multas de Trânsito.....R\$
12.000,00
Total desta Atividade.....R\$42.000,00
Total do Órgão.....R\$42.000,00
Total do Crédito Adicional SuplementarR\$
42.000,00

Art. 2º Os recursos necessários para atendimento ao Crédito Adicional Suplementar, aberto na forma disposta no artigo 1º deste Decreto, correrão à conta da anulação da importância de R\$ 42.000,00 (quarenta e dois mil reais), na dotação consignada no Orçamento do Município de São José, a seguir especificada:

09.00 – SECRETARIA DE SEGURANÇA, DEFESA SOCIAL E TRÂNSITO
09.01 – SECRETARIA DE SEGURANÇA, DEFESA SOCIAL E TRÂNSITO

09.01.06.181.0110.2.017 – Encargos do Convênio de Trânsito - Polícia Militar

402 – 4.4.90.52.00.00.0026 – Equipamentos e Material Permanente,
Recursos do Convênio com Multas de Trânsito.....R\$
42.000,00
Total do Órgão.....R\$42.000,00
Total da Anulação.....R\$42.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 29 de abril de 2016.
ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

ANTÔNIO CARLOS VIEIRA
Secretário de Finanças

DECRETO Nº 6347/2016

DECRETO Nº 6347/2016
NOMEIA CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.62, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeada BEATRIZ SOARES GERALDI para exercer o cargo em comissão de Diretor I de Centro de Saúde – CCM 4, com lotação na Secretaria da Saúde, nos termos da Lei Complementar nº 014/2004.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 02 de maio de 2016.

ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal - REPUBLICADO POR INCORREÇÃO

DECRETO Nº 6395/2016

DECRETO Nº 6395/2016

ABRECRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR JUNTO AO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ, PARA O EXERCÍCIO DE 2016.

APREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso de suas atribuições, conferidas pela Lei Orgânica do Município e, em conformidade com o artigo 29 da Lei Municipal nº 5.531 de 11 de janeiro de 2016,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto o Crédito Adicional Suplementar, na importância de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais), referente a dotação consignada no Orçamento do Município de São José, a seguir especificada:

18.00 – FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER

18.01 – FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER

18.01.27.812.0104.2.054 – Funcionamento e Manutenção da Fundação Municipal de Esportes e Lazer – FUNESJ

919 – 3.3.90.39.00.00.0080 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica,
Recursos Próprios.....R\$200.000,00
Total desta Atividade.....R\$200.000,00
Total do Órgão.....R\$200.000,00
Total do Crédito Adicional SuplementarR\$
200.000,00

Art. 2º Os recursos necessários para atendimento ao Crédito Adicional Suplementar, aberto na forma disposta no artigo 1º deste Decreto, correrão à conta da anulação da importância de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais), na dotação consignada no Orçamento do Município de São José, a seguir especificada:

18.00 – FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER

18.01 – FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER

18.01.27.812.0104.1.051 – Construção e Reforma de Ginásios de Esportes, Quadras e Equipamentos Esportivos

902 – 4.4.90.51.00.00.0080 – Obras e Instalações,
Recursos Próprios.....R\$200.000,00
Total desta Atividade.....R\$200.000,00
Total do Órgão.....R\$200.000,00
Total da Anulação.....R\$200.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 04 de maio de 2016.

ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

ANTÔNIO CARLOS VIEIRA
Secretário de Finanças

DECRETO Nº 6413/2016

DECRETO Nº 6413/2016

EXONERA SERVIDOR.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 62, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal, e

DECRETA:

Art. 1º - Fica exonerada a servidora GREYCE KELLY PIVOTTO do cargo de Diretor II de Centro de Saúde – CCM 5, com lotação na Secretaria da Saúde.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 06 de maio de 2016.

ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

DECRETO Nº 6414/2016

DECRETO Nº 6414/2016

NOMEIA CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.62, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art.1º - Fica nomeado LUIZ HENRIQUE VIDAL para exercer o cargo de Diretor II de Centro de Saúde – CCM 5, com lotação na Secretaria de Saúde, nos termos da Lei Complementar nº 014, de 06 de Dezembro de 2004.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 06 de maio de 2016.

ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

DECRETO Nº 6423/2016

DECRETO Nº 6423/2016

NOMEIA CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.62, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeada ANDRELIZEMENDES DIAS RIBEIRO para o cargo em comissão de Assessor Técnico de Comunicação e Marketing – CCM 8, com lotação na Fundação Municipal Educacional, nos termos da Lei Complementar nº 014, de 06 de Dezembro de 2004.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 06 de maio de 2016.

ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

DECRETO Nº 6424/2016

DECRETO Nº 6424/2016

EXONERA SERVIDOR.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 62, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal, e

DECRETA:

Art.1º - Fica nomeada AMANDA DE BRITO GAMBA para exercer o cargo de Diretor Administrativo Financeiro – CCM7, com lotação na Fundação do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, nos termos da Lei Complementar nº 032/2009.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 06 de maio de 2016.

ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA AUDIÊNCIA PÚBLICA EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA AUDIÊNCIA PÚBLICA

A Prefeita Municipal de São José, no uso de suas atribuições, e com fulcro na Lei Municipal nº 3.674/01 e, em atendimento ao que dispõe a Lei Complementar nº 101/00 - LRF, faz saber a quem interessar possa, especialmente aos cidadãos Josefenses maiores de 16 (dezesesseis) anos de idade, que fará realizar Audiência Pública para Demonstrar e Avaliar o Cumprimento das Metas Fiscais referentes ao 1º quadrimestre de 2016, no seguinte local, data e horário:

Local: Plenário da Câmara de Vereadores
Praça Arnaldo Souza, 38 - Centro - São José - SC
Data: 31 de maio de 2016
Horário: 10:00 horas da manhã

Ficam todos devidamente convocados a participarem desta audiência.

São José (SC), 09 de maio de 2016.

ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

PORTARIA Nº 009/2016/PGM

PORTARIA Nº 009/2016/PGM

Prorrogação da Portaria 006/2016

O Procurador Geral do Município, no uso de suas atribuições previstas no Decreto nº 30.431/2009, PRORROGA o prazo para conclusão dos trabalhos da Comissão de Processo Administrativo Disciplinar, instaurada pela Portaria n.º 006/2016/PGM, de 03/03/2016 (PAD 26.338-A), com sua Publicação em 09/03/2016, pelo prazo de 60 (sessenta dias) a contar do seu vencimento, em conformidade com o art. 182 da Lei n.º 2.248/1991.

São José, 05 de maio de 2016.
Rodrigo João Machado
Procurador Geral do Município

PORTARIA Nº 010/2016/PGM

PORTARIA Nº 010/2016/PGM

Prorrogação da Portaria 007/2016

O Procurador Geral do Município, no uso de suas atribuições previstas no Decreto nº 30.431/2009, PRORROGA o prazo para conclusão dos trabalhos da Comissão de Processo Administrativo Disciplinar, instaurada pela Portaria n.º 006/2016/PGM, de 03/03/2016 (PAD 26.338-B), com sua Publicação em 09/03/2016, pelo prazo de 60 (sessenta dias) a contar do seu vencimento, em conformidade com o art. 182 da Lei n.º 2.248/1991.

São José, 05 de maio de 2016.

Rodrigo João Machado
Procurador Geral do Município

PORTARIA Nº 014/2016-SSDST

PORTARIA Nº. 014 /2016, DE 10 DE MAIO DE 2016

A SECRETARIA DE SEGURANÇA, DEFESA SOCIAL E TRÂNSITO, por sua Titular, no uso das atribuições conferidas pela Lei Complementar nº 032, de 13 de abril de 2009, Lei 2.248/91 (Estatuto dos Servidores Públicos) e Lei nº 4.144/2004 de 22/04/2004;

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear Comissão de Sindicante para apurar possível conduta

típica praticada pelo Guarda Municipal B.B.A., matrícula 21.496, por em tese, ter deixado de cumprir com seu dever de servidor, conforme Art. 146, incisos IX, bem como as proibições constantes no Art. 147, inciso XV, ambos da Lei nº 2.248/91 (Estatuto dos Servidores Municipais de São José/SC) e, ainda, o Regimento Disciplinar da Guarda Municipal de São José, em seu Art. 9º, inciso I e XLI (extravio de material/carga permanente da instituição), conforme Dec. nº 14.863/04.

Art. 2º. Designar, como membros da Comissão respeitando o que descreve o Art. 3º, Lei nº 5.215/2013;

I – Corregedor Geral, WAGNER NIEHUES DESOUZA, matrícula. 15.714, como Presidente;

II – Guarda Municipal, MORGANA PIRES DOS SANTOS, matrícula 15.744, como Secretária;

III – Guarda Municipal, EDERSON DOS SANTOS BORGES, matrícula 15.698, como Vogal.

Art. 3º. A sindicância terá o prazo de 30 (trinta) dias a contar da data de publicação, podendo ser prorrogado por igual período, justificadamente.

Art. 4º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

Andréa Irany Pacheco Rodrigues
Secretária de Segurança, Defesa Social e Trânsito

RESOLUÇÃO Nº. 011/2016

RESOLUÇÃO Nº. 011/2016.

ALTERA O INCISO "I" DO ART. 9º DO REGIMENTO INTERNO DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE (CMDCA), APROVADO PELA RESOLUÇÃO N. 033, DE 09 DE DEZEMBRO DE 2015.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de São José, órgão formulador, deliberativo e controlador das políticas e das ações de atendimento aos direitos da criança e do adolescente Município de São José, criado por força da Lei Federal 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), regido pela Lei Municipal nº 5.482 de 12 de maio 2015 (Política Municipal de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente), conforme previamente deliberado na Reunião Plenária do dia 29 de abril de 2016;

RESOLVE:

Art. 1º - O inciso "I" do Art. 9º do Regimento Interno do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA), aprovado pela Resolução N. 033, de 09 de dezembro de 2015, passa vigorar com a seguinte redação:

"Art. 9º As reuniões Plenárias serão:

I – ordinárias: convocadas pelo Presidente para a segunda quarta-feira de cada mês, com duração de três horas, em horário previsto em Resolução específica. Em caso de feriado, a reunião será na quarta-feira subsequente;" (NR)

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua Publicação, revogando as disposições em contrário.

Art. 3º - Publique-se na forma da Lei.

São José, 29 de abril de 2016.

CESAR MAXIMILIANO SIMÕES
Conselheiro Presidente

RESOLUÇÃO Nº. 012/2016

RESOLUÇÃO Nº. 012/2016.

APROVA O HORÁRIO DE REALIZAÇÃO DAS REUNIÕES PLENÁRIAS ORDINÁRIAS DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE (cmdca).

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de São José, órgão formulador, deliberativo e controlador das políticas e das ações de atendimento aos direitos da criança e do adolescente Município de São José, criado por força da Lei Federal 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), regido pela Lei Municipal nº 5.482 de 12 de maio 2015 (Política Municipal de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente), conforme previamente deliberado na Reunião Plenária do dia 29 de abril de 2016;

RESOLVE:

Art. 1º - As Reuniões Plenárias Ordinárias ocorrerão em primeira convocação às 08h45min e segunda convocação às 09h.

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua Publicação, revogando as disposições em contrário.

Art. 3º - Publique-se na forma da Lei.

São José, 29 de abril de 2016.

CESAR MAXIMILIANO SIMÕES
Conselheiro Presidente

TERMO ADITIVO/TA Nº 051/2013-03 – DL 016/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Termo Aditivo/TANº 051/2013-03 – DL 016/2013 – Processo 050/2013 – Locador: AM CONSTRUÇÃO E INCORPORAÇÃO LTDA. Objeto: LOCAÇÃO DE IMÓVEL LOCALIZADO NA RUA ADHEMAR DA SILVA, Nº 1049, ESQUINA COM A RUA SALVADOR DE BERNARDI – BAIRRO KOBRASOL, SÃO JOSÉ/SC, DESTINADO A ABRIGAR O CEI ANA SPERANDIO BATTISTI. PRORROGAÇÃO DE PRAZO: Com fundamento no art. 57 da Lei nº 8.666/1993 c/c Lei de Locação nº 8.245/1991 e conforme solicitação, justificativa e parecer, firmados no presente Processo, fica prorrogado o prazo do Contrato por mais 12 (doze) meses, retroagindo seus efeitos a partir de 01/04/2016. REAJUSTE: Conforme solicitação, justificativa e parecer exarado pela Procuradoria Geral do Município, firmados no Processo Administrativo nº 9356/2016, fica reajustado o valor do Contrato nº 051/2013 cujo valor mensal era de R\$ 7.747,84 (sete mil, setecentos e quarenta e sete reais e oitenta e quatro centavos) e a partir deste termo passará a vigorar com o valor mensal de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), totalizando o valor de R\$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais), para o período de 12 meses. Data da assinatura: 19 de abril de 2016.

TERMO DE DISTRATO AO CONTRATO Nº 029/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

TERMO DE DISTRATO AO CONTRATO Nº 029/2015 – TP 036/2014 – Processo 367/2014 – Contratado: TNH PRESTADORA DE SERVIÇOS NA CONSTRUÇÃO CIVIL LTDA – EPP. Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS PARA PÁTIO COBERTO, ÁREA DE RECREAÇÃO E PLAYGROUND – RECREAÇÃO DO CEI VILA FORMOSA, BAIRRO FORQUILHINHAS, SÃO JOSÉ/SC. Ressalta-se que a Prefeitura Municipal de São José, através da Secretaria Municipal de Educação, registra que o presente Distrato se faz em acordo, e sem ônus para administração. Data da assinatura: 18 de abril de 2016.

São José do Cedro

PREFEITURA

DECRETO Nº 079/2016/SF

DECRETO Nº. 079/2016 - SF

O Prefeito Municipal de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso III, do Art. 8º, da Lei Municipal nº 4.440/2015/LOA;

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um Crédito Suplementar no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de São José do Cedro, no valor de R\$ 6.865,60 (seis mil oitocentos e sessenta e cinco reais e sessenta centavos), destinados ao programa e verba a seguir discriminados:

110 SECRETARIA DOS TRANSPORTES E OBRAS
03 DEPTO. DE TRANSPORTES E DO INTERIOR
2.041 DEPARTAMENTO DOS TRANSPORTES E DO INTERIOR
"451"3.3.90.39.00.00.3.0043 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica... R\$ 6.865,60

Art. 2º. Para a cobertura das despesas mencionadas no artigo anterior, serão utilizados os recursos do Superávit Financeiro do exercício anterior, Recursos do Fundo de Desoneração das Exportações - FEX, Fonte nº 3.0043, no valor de R\$ 6.865,60 (seis mil oitocentos e sessenta e cinco reais e sessenta centavos).

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO, ESTADO DE SANTA CATARINA, 04 de maio de 2016.
ANTONIO PLÍNIO DE CASTRO SILVA,
Prefeito Municipal.

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.
www.diariomunicipal.sc.gov.br

Charlise Barato dos Santos,
Agente Administrativo.

DECRETO Nº 080/2016/SF

DECRETO Nº. 080/2016 - SF

O Prefeito Municipal de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, do Art. 8º, da Lei Municipal nº 4.440/2015/LOA;

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um Crédito Suplementar no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de São José do Cedro, no valor de R\$ 3.500,00 (três mil e quinhentos reais), destinados ao programa e verba a seguir discriminados:

18 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – F.M.A.S
01 COORDENADORIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
2.106 PROGRAMA ÍNDICE DE GESTÃO DESCENTRALIZADA
"360"3.3.90.30.00.00.1.0063 Material de Consumo.....
..... R\$ 3.500,00

Art. 2º. Para a cobertura das despesas mencionadas no artigo anterior, ficará reduzido o valor de R\$ 3.500,00 (três mil e quinhentos reais), Recursos Programa Índice de Gestão Descentralizada – Bolsa Família, Fonte 1.0063, das verbas a seguir discriminadas:

18 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – F.M.A.S
01 COORDENADORIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
2.106 PROGRAMA ÍNDICE DE GESTÃO DESCENTRALIZADA
"361"3.3.90.36.00.00.1.0063 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física
..... R\$ 3.500,00

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO, ESTADO DE SANTA CATARINA, 06 de maio de 2016.
ANTONIO PLÍNIO DE CASTRO SILVA,
Prefeito Municipal.

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.
www.diariomunicipal.sc.gov.br

Charlise Barato dos Santos,
Agente Administrativo.

DECRETO Nº 5.799/2016

DECRETO Nº. 5.799, DE 05 DE MAIO DE 2016.

"CRIA COMISSÃO ESPECIAL E NOMEIA SEUS MEMBROS".

ANTONIO PLÍNIO DE CASTRO SILVA, Prefeito Municipal de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo e de acordo com os incisos XI do Artigo 69 da Lei Orgânica do Município, promulgada em 21 de julho de 1990;

DECRETA:

Art. 1º - Fica criada e nomeada Comissão Especial para realizar a avaliação dos imóveis situados nas Ruas Eugênio Viapiana (trecho entre a Rua Antonio Jacoski e área de preservação), Rua Catarina Della Flora (trecho entre a Rua Antonio Jacoski e área de preservação), Rua Pedro Trecco (trecho entre as Ruas Catarina Della Flora e Rua José Jacoski) e Rua José Jacoski (trecho entre as Ruas Pedro Trecco e Antonio Jacoski), do Município de São José do Cedro, que receberá Contribuição de Melhoria (calçamento com pedras irregulares e passeio público). A Comissão será composta pelos seguintes membros, sob a presidência do primeiro:

ELANDIR JOÃO ZANARDI – Secretário da Fazenda (Presidente)
LUIZ CARLOS BATAGLIN – Fiscal de Obras;
ALDO ANTONIO RIGO – Corretor de Imóveis;
CARINE KAISER WOLFART – Assessora Jurídica;
DIOGO LOCATELLI – Corretor de Imóveis;
ELISANDRA SANTIN CANTON – Fiscal de Tributos;
CAMILA DAIANE CANCELIER – Engenheira Civil;
JOÃO ALOISIO LINCK – Diretor de Secretaria;
JOSÉ TARCI SCHOLL – Corretor de Imóveis;
MARIEL PERIN – Engenheiro Civil.

Art. 2º - A Comissão Especial terá 30 (trinta) dias para apresentar o parecer com a avaliação da efetiva valorização dos imóveis, para fins de cobrança da contribuição de melhoria.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Findos os trabalhos, a comissão fica automaticamente extinta.

Art. 5º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina,
05 de maio de 2016.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,
Prefeito Municipal.

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.
www.diariomunicipal.sc.gov.br

Charlise Barato dos Santos,
Agente Administrativo.

DECRETO Nº 5.801/2016

DECRETO Nº 5.801, DE 09 DE MAIO DE 2016.

“NOMEIA SERVIDOR PÚBLICO”

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA, Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o disposto na seção II, artigo 69 da Lei Orgânica do Município, promulgada em 21 de junho de 1990,

DECRETA:

Art. 1. Fica NOMEADA a funcionária pública municipal, ELISETE FERRAZ, para exercer o cargo de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE – ESF 05 (MICROÁREA 01), carga horária de 160 horas mensais, regido pelo Regime Jurídico Estatutário, conforme Lei Municipal nº 2020/93, tendo em vista sua aprovação no Concurso Público, Edital nº. 001/2016, homologado através do Decreto nº. 5.794, de 27 de abril de 2016, classificada em 1º lugar, média final 6,05, a partir de 09 de maio de 2016, com os vencimentos previstos em Lei.

Art. 2º. As despesas com a execução do presente decreto correrão por conta dos recursos orçamentários vigentes.

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as demais disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO DE SÃO JOSÉ DO CEDRO, ESTADO DE SANTA CATARINA, 09 de maio de 2016.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,
Prefeito Municipal.

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.
www.diariomunicipal.sc.gov.br

Charlise Barato dos Santos,
Agente Administrativo.

DECRETO Nº 5.802/2016

DECRETO Nº 5.802, DE 10 DE MAIO DE 2016.

“NOMEIA SERVIDOR PÚBLICO”

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA, Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o disposto na seção II, artigo 69 da Lei Orgânica do Município, promulgada em 21 de junho de 1990,

DECRETA:

Art. 1º Fica NOMEADA a funcionária pública municipal, BEATRIZ DOS SANTOS KROHN, para exercer o cargo de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE – ESF 02 (MICROÁREA 17), carga horária de 160 horas mensais, regido pelo Regime Jurídico Estatutário, conforme Lei Municipal nº 2020/93, tendo em vista sua aprovação no Concurso Público, Edital nº.

001/2016, homologado através do Decreto nº. 5.794, de 27 de abril de 2016, classificada em 1º lugar, média final 5,60, a partir de 10 de maio de 2016, com os vencimentos previstos em Lei.

Art. 2º. As despesas com a execução do presente decreto correrão por conta dos recursos orçamentários vigentes.

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as demais disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO DE SÃO JOSÉ DO CEDRO, ESTADO DE SANTA CATARINA, 10 de maio de 2016.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,
Prefeito Municipal.

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.
www.diariomunicipal.sc.gov.br

Charlise Barato dos Santos,
Agente Administrativo.

DECRETO Nº 5.803/2016

DECRETO Nº 5.803, DE 10 DE MAIO DE 2016.

“NOMEIA SERVIDOR PÚBLICO”

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA, Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o disposto na seção II, artigo 69 da Lei Orgânica do Município, promulgada em 21 de junho de 1990,

DECRETA:

Art. 1º Fica NOMEADO o funcionário público municipal, ANDERSON LUIS MULLER, para exercer o cargo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, lotado na Secretaria Municipal de Transportes e Obras, carga horária de 176 horas mensais, regido pelo Regime Jurídico Estatutário, conforme Lei Municipal nº 2020/93, tendo em vista sua aprovação no Concurso Público, Edital nº. 001/2016, homologado através do Decreto nº. 5.794, de 27 de abril de 2016, classificado em 1º lugar, média final 7,25, a partir de 10 de maio de 2016, com os vencimentos previstos em Lei.

Art. 2º. As despesas com a execução do presente decreto correrão por conta dos recursos orçamentários vigentes.

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as demais disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO DE SÃO JOSÉ DO CEDRO, ESTADO DE SANTA CATARINA, 10 de maio de 2016.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,
Prefeito Municipal.

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.
www.diariomunicipal.sc.gov.br

Charlise Barato dos Santos,
Agente Administrativo.

DECRETO Nº 5.804/2016

DECRETO Nº 5.804, DE 10 DE MAIO DE 2016

"DECLARANOPERÍMETROURBANOAÁREADETERRAPERTENCENTEÀ MATRÍCULA Nº 7.712 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA, Prefeito Municipal de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o inciso IX, Artigo 69, da Lei Orgânica do Município, promulgada em 21 de junho de 1990,

DECRETA:

Art. 1º. Declara como pertencente ao PERÍMETRO URBANO a área de terra denominada de CHÁCARA NÚMERO 13, com 46.700,00 m² (quarenta e seis mil e setecentos metros quadrados), de propriedade de ALVORI ROQUE PAGNUSSATTI e ANALDIR TEREZINHA MOEHLECKE PAGNUSSATTI, Matrícula nº 7.712, do Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de São José do Cedro, conforme determina a Lei Municipal nº 3.991, de 10 de julho de 2012.

Art. 2º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO DE SÃO JOSÉ DO CEDRO, ESTADO DE SANTA CATARINA, 10 de maio de 2016.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,
Prefeito Municipal.

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.
www.diariomunicipal.sc.gov.br

Charlise Barato dos Santos,
Agente Administrativo.

DECRETO Nº 081/2016/SF

DECRETO Nº. 081/2016 - SF

O Prefeito Municipal de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, do Art. 8º, da Lei Municipal nº 4.440/2015/LOA;

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um Crédito Suplementar no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de São José do Cedro, no valor de R\$ 2.343,84 (dois mil trezentos e quarenta e três reais e oitenta e quatro centavos), destinados ao programa e verba a seguir discriminados:

18 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - FMAS

01 COORDENADORIA DE ASSISTENCIA SOCIAL

2.118 PROGRAMA DE FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS

"391" 3.3.90.39.00.00.1.0052 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica R\$ 2.343,84

Art. 2º. Para a cobertura das despesas mencionadas no artigo anterior, fica reduzido o valor de R\$ 2.343,84 (dois mil trezentos e quarenta e três reais e oitenta e quatro centavos), Recursos do Programa de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, Fonte 1.0052, das verbas a seguir discriminadas:

18 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – F.M.A.S

01 COORDENADORIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

2.106 PROGRAMA ÍNDICE DE GESTÃO DESCENTRALIZADA

"392" 3.3.90.47.00.00.1.0052 Obrigações Tributárias e Contributivas R\$ 2.343,84

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO, ESTADO DE SANTA CATARINA, 06 de maio de 2016.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,
Prefeito Municipal.

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.
www.diariomunicipal.sc.gov.br

Charlise Barato dos Santos,
Agente Administrativo.

DECRETO Nº 5.800/2016

DECRETO Nº. 5.800, DE 09 DE MAIO DE 2016.

"ISENTA CONTRIBUINTES DO PAGAMENTO DO IPTU DURANTE O EXERCÍCIO DE 2016 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA, Prefeito Municipal de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o disposto na Seção II, Artigo 69 da Lei Orgânica do Município, promulgada em 21 de junho de 1990, artigo 139 da Lei Complementar nº 009/2005, de 27 de setembro de 2005, e Lei Complementar 052/2015, de 17 de dezembro de 2015,

DECRETA:

Art. 1º. Ficam isentos do pagamento do Imposto Predial e Territorial Urbano – IPTU, durante o exercício de 2016, por se enquadrarem no Artigo 139 da Lei Complementar nº. 009/05, os seguintes contribuintes:

1-

1- ADEMAR KUNZLER

2- ALBERTO SERAFIM VON DENTZ

3- ANGELINA BONIATTI BASEI

4- ANTONIO DELCY DEVICARI

5- ADROALDO CALHEIRO

6- ALVISE BONFANTE

7- ARMANDO ZIMMER

8- ANA CLECI RODRIGUES DA SILVA VALCARENCHI

9- BIAGIO GIRELLI

10- CARMEM RIZZOTTO CARON

11- CATHARINA TESSARO FANTON

12- CELIA MARIA KONRAD RABUSCKE

13- CIRIO GUARNIERI

14- CIRO ANTONIO MORAES

15- CONCEIÇÃO MOHR

16- CLADIR BOSSA

17- DANILO BONATTO

18- DANTE MARAGNO

19- DILETA MEAZZA GONÇALVES

20- DOLI FARIAS

21- DOVILIO SIMONETTI

22- EDITH DE BORTOLI

23- ELMA WOLFFART

24- ELSON SCHULTZ

25- ERICA KUNZLER KLEIN

26- ERNESTA NIEDERAUER

27- ERNESTO PILONI

28- EVONE MARIA ODY LUDWIG

29- FERNANDO MARÉK

30- FLORENTINO ISIDORO STOCCO

31- GLACI IRACEMA KLEIN

32- HAIDI WELTER DE SOUZA

33- HELENA BARD

34- HEROMIN KOSLOWSKI

35- JACINTHA TERESINHA KAIBERS
 36- JOÃO ANTONIO BERTÉ
 37- JOSÉ FRANCISCO OLEGARIO
 38- LAURA KLAUCH LEBENS
 39- LAURO OTTO LUNKES
 40- LUCIA MARKUS
 41- LUIZ BORGHETTI
 42- MARGARIDA CARAMORI DEMSKI
 43- MARINEUSA MOTA LEAL
 44- MARIA LOURDES ANZOLIN
 45- NELSI THEREZINHA JUNGES
 46- NORMA WESTENHOFEN
 47- OLIMPIO PUTRICK
 48- ORALINO RIBEIRO BARBOSA
 49- RAMILDO VALENTIN BONATTO
 50- ROCO CHRISTANI
 51- SEVERINA SABEDOT ZINI
 52- SEBASTIANA SCHMITZ
 53- TEREZINHA SEVALD
 54- VALDECI DALLA VECCHIA
 55- VALDIR BELLAN
 56- VALDIR STUANI
 57- VALMA SALETE BUENO
 58- VALMIR JOSÉ FREO

Art. 2º. Art. 2º. Ficam Indeferidos, por não se enquadrarem na Lei Complementar nº. 009/05, em seu artigo 139, os processos a seguir relacionados:

1-
 1- ALMA KERKHOFF MAYER
 2- ANTONIO ALENIRO ENDERLE
 3- ANTONIO BATISTA ZANOTELLI
 4- CARMELINA BOSSA TONETTI
 5- DORVALINO ARMINIO BIAZOLI
 6- EDVINO JUSTEN
 7- ILDO AUGUSTO MARQUES
 8- INES LEMOS
 9- JAIR GERELLI
 10- JOSÉ CARLOS LOPES
 11- MARIA CATARINA WEBLER
 12- MARIA ACELIA SEHN
 13- NELSON CHELEPA
 14- NELLY TERESINHA TONEZER
 15- ROSA BENDER BORGES
 16- SEVERIO TREVISOL
 17- VALDEMAR JOSÉ SCHULTZ
 18- VILMA BEMME KINZEL
 19- ZILDO DOS SANTOS ELESBÃO

Art. 3º. É parte integrante deste Decreto a Ata nº. 001/2016 de 06 de maio de 2016, com o Parecer da Comissão Especial criada através do Decreto nº. 5.717/2016 de 03 de fevereiro de 2.016, que analisou a documentação dos processos que deram entrada na Prefeitura Municipal requerendo a isenção do IPTU.

Art. 4º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, 09 de maio de 2016.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,
 Prefeito Municipal.

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.
www.diariomunicipal.sc.gov.br

Charlise Barato dos Santos,
 Agente Administrativo.

EDITAL Nº 019/2016

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 019/2016

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA, Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e conforme determina o Estatuto do Magistério Municipal, Lei nº 2020, de 28 de abril de 1983, em seu § 1º do Artigo 13, convoca para que, no prazo de 30 (trinta) dias, a contar desta data, o candidato aprovado no Concurso Público de São José do Cedro, Edital nº 001/2016, de 27 de janeiro de 2016, homologados os resultados dos aprovados através do Decreto nº 5.794, de 27 de abril de 2016, compareça à sede do Município de São José do Cedro, sito a Rua Jorge Lacerda, nº 1049, no horário das 7h45min às 11h45min e das 13h30min às 17h30min, de segunda a sexta-feira a fim de assumirem os cargos a seguir discriminados:

AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS**

ANDERSON LUIS MÜLLER

**O cargo de Auxiliar de Serviços Gerais destina-se para lotação na Secretaria Municipal de Transportes e Obras.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO, ESTADO DE SANTA CATARINA, 06 de maio de 2016.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,
 Prefeito Municipal.

EDITAL Nº 020/2016

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 020/2015

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA, Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, convoca para que, no prazo de 30 (trinta) dias, a contar desta data, os candidatos aprovados no Concurso Público de São José do Cedro, Edital nº 001/2014, de 19 de setembro de 2014, homologados os resultados dos aprovados através do Decreto nº 5.504/2014, de 18 de dezembro de 2014, compareça à sede do Município de São José do Cedro, sito a Rua Jorge Lacerda, nº 1049, no horário das 7h45min às 11h45min e das 13h30min às 17h30min, de segunda a sexta-feira a fim de assumirem o cargo a seguir discriminado:

AUXILIAR DE DENTISTA

ELIANE COLLETT SASSO

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO, ESTADO DE SANTA CATARINA, 06 de maio de 2016.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,
 Prefeito Municipal.

EXTRATO EDITAL CONCURSO 02/2016

EXTRATO DO EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº 002/2016

ABREINSCRIÇÃO E ESTABELECE AS NORMAS DO CONCURSO PÚBLICO DESTINADO A ADMISSÃO DE SERVIDORES PARA O QUADRO DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSE DO CEDRO.

OPREFEITO DE SÃO JOSE DO CEDRO, ESTADO DE SANTA CATARINA, Sr. ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA, nos usos de suas atribuições e nos termos dos dispositivos da Constituição da República Federativa do Brasil, da Lei Orgânica Municipal, Lei 2020/93, Lei nº 1490/89, Lei nº 3265/2006, Lei Complementar 022/2009, Lei nº 4.171/2013, Lei nº 4.174/2013, Lei nº 4.186/2013, Lei 4.271/2014, Lei nº 4.489/2016, Lei Complementar 039/2014 e demais dispositivos legais vigentes, TORNA PÚBLICO aos interessados, que se acham abertas as inscrições para o Concurso Público destinado para admissão, de servidores sob o Regime Estatutário, de acordo com o disposto no art. 37, inciso II, da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 c/c o qual reger-se-á pelas instruções deste Edital e demais normas atinentes.

1. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES, CARGOS, VAGAS E DADOS RELATIVOS

1.1. O Concurso Público será regido por este edital, supervisionado pela Comissão de Acompanhamento do Concurso Público do Município de São José do Cedro - SC, e executado pela Associação dos Municípios do Extremo Oeste de Santa Catarina - AMEOSC, com sede na Rua Padre Aurélio Canzi, nº 1628, São José do Cedro - SC, fone-fax (49)3621-0795, endereço eletrônico: www.ameosc.org.br

1.2. O prazo de validade do Concurso Público será de 02 (dois) anos, contado da publicação de sua homologação, podendo ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da Administração Municipal.

1.3. As provas serão realizadas na modalidade OBJETIVA.

1.4. As vagas destinam-se aos cargos abaixo delineados e deverão ser preenchidas por candidatos que disponham dos requisitos e escolaridade mínima informada no presente Edital, de acordo com o cargo a que pretendem concorrer, com as seguintes especificações:

Cargo	Vagas	Carga Horária Semanal	Vencimento Inicial	Habilitação	Tipo de Prova
Professor de Geografia	01	20h/sem	R\$ 1.116,36	Curso de licenciatura de graduação plena com habilitação para atuação em área de conhecimento específico do currículo, com formação pedagógica na área de atuação.	Objetiva
Professor de Educação Infantil	*CR	40h/sem	R\$ 2.232,71	Curso de licenciatura de graduação plena com habilitação específica para atuação na Educação Infantil.	Objetiva
Professor de Ensino Fundamental	*CR	40h/sem	R\$ 2.232,71	Curso de licenciatura de graduação plena com habilitação específica para atuação nas quatro séries Iniciais do ensino fundamental.	Objetiva
Farmacêutico	*CR	40h/sem	R\$ 3.394,16	Ensino Superior Completo com registro no Conselho Regional de Farmácia – CRF.	Objetiva
Agente da Dengue	01	40h/sem	R\$ 1.335,32	Alfabetizado com conhecimento na área de atuação.	Objetiva

Agente Comunitário de Saúde – (ESF 01 - Micro área 35) Abrangência: Loteamento Acesmo IV, Loteamento Dona Glaci, Loteamento Machry e parte do centro.	01	40h/sem	R\$ 1.014,00	Ensino Fundamental Completo.	Objetiva
Agente Comunitário de Saúde – (ESF 05 - Micro área 09) Abrangência: Bairro São Cristóvão.	*CR	40h/sem	R\$ 1.014,00	Ensino Fundamental Completo.	Objetiva

CR* - Cadastro de Reserva

2. DAS INSCRIÇÕES

2.1. As inscrições para o CONCURSO PÚBLICO poderão ser efetuadas pela INTERNET ou VIA POSTAL, no período das 08 horas do dia 11/05/2016 às 23h59min do dia 10/06/2016.

3. DAS PROVAS

3.1. A PROVA OBJETIVA será aplicada no dia 02/07/2016, às 09h, nas dependências do Centro Municipal De Educação Girassol - CEMEG, sito na Rua Nereu Ramos nº105, no Município de São José do Cedro - SC. Em caso de alteração de local da prova este será publicado e divulgado no Mural Público Prefeitura Municipal de São José Do Cedro - SC, e nos endereços eletrônicos: www.ameosc.org.br e www.prefcedro.sc.gov.br

3.2. A abertura dos portões para o ingresso dos candidatos será a partir das 08h.

3.3. O fechamento dos portões será às 08h40min sendo que a partir deste horário não será mais permitida a entrada de candidatos, sob qualquer alegação.

3.4. Após o fechamento dos portões, o candidato deverá dirigir-se imediatamente à sala de realização das provas, não sendo permitida a permanência do mesmo nos corredores, sendo que a Instituição executora do certame e o Município de São José do Cedro – SC não se responsabilizarão por atrasos na entrada para as salas de aplicação de provas, a qual deverá ocorrer 10 minutos antes do início das provas para instruções necessárias que serão repassadas pelos fiscais.

3.5. Não será permitido o ingresso, na sala de aplicação de provas, após às 08h50min.

3.6. A prova objetiva terá início às 09h e término às 12h.

4. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

4.1. A íntegra do edital estará disponível no mural público da Prefeitura Municipal de São José do Cedro – SC e nos sites: www.ameosc.org.br e www.prefcedro.sc.gov.br

São José do Cedro – SC, 10 de maio de 2016.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA

Prefeito

EXTRATO PREGÃO PRESENCIAL Nº 59/2016

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO CEDRO - SC

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº59/2016

O Município de São José do Cedro, usando de suas atribuições legais, em conformidade com a Lei Federal 8.666/93, demais alterações vigentes, e Lei Federal 10.520/02 promove Processo Licitatório nº59/2016, Edital de Pregão Nº59/2016, Objeto: AQUISIÇÃO DE COMPUTADORES E LAVADOR DE ALTA PRESSÃO PARA SER USADO NO CENTRO DE EDUCAÇÃO GIRASSOL – CEMEG, UMA BALANÇA DIGITAL PARA SER USADA PELA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, UM KIT DE MICROFONES PARA USO NO CENTRO DOS IDOSOS, UMA BALANÇA DIGITAL PARA SER USADA NA SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E UM PURIFICADOR DE ÁGUA PARA USO DA POLÍCIA MILITAR. Recebimento, abertura e julgamento às 14:00 horas do dia 24/05/2016, no Setor de Compras, Contratos e Licitações da Prefeitura Municipal, sita na Rua Jorge Lacerda 1049, São José do Cedro – SC, maiores informações, pelo e-mail compras@prefcedro.sc.gov.br, ou telefone: 0xx49-36430247, no Depto de Compras, das 07:45h às 11:45h e das 13:30h às 17:30, site da Prefeitura de São José do Cedro – SC www.prefcedro.sc.gov.br. Antonio Plinio de Castro Silva – Prefeito Municipal.

PORTARIA 289/2016

PORTARIA Nº 289, de 10 de maio de 2016.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA, Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições legais que lhe confere o Inciso IX do artigo 69 da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º Designar, Jussara Reginatto e Udinara Vanusa Zanchettin, brasileiras, representantes da AMEOSC – Associação dos Municípios do Extremo Oeste de Santa Catarina, funcionários da associação, para compor a Comissão Municipal do Concurso Público, que terá por objetivo a elaboração das provas, instaurado através do Edital nº 002/2016.

Art. 2º Compete a Comissão: elaborar o edital, elaboração do programa de provas, assessorar quando da realização das inscrições, elaboração das provas, bem como aplicá-las, corrigi-las, efetuar as médias, considerar pontos e dar classificação final, coordenar, fiscalizar e acompanhar as provas realizadas pelos candidatos, emitir lista dos aprovados, encaminhando-a ao prefeito municipal para homologação, sempre de acordo com o contido no regulamento geral do edital. A comissão poderá ainda, requisitar recursos humanos, financeiros, materiais, equipamentos e instalações necessárias para concretização do objetivo, mediante autorização do chefe do executivo municipal.

Art. 3º São impedidos de atuar como membros de quaisquer das comissões deste certame ou de ser responsáveis pela elaboração das provas objetivas, cônjuges, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o segundo grau, de candidato cuja inscrição haja sido deferida.

Art. 4º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

São José do Cedro/SC, 10 de maio de 2016.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,
Prefeito.

PORTARIA 290/2015

PORTARIA Nº 290, de 10 de maio de 2016.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA, Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições legais que lhe confere o Inciso IX do artigo 69 da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º - Designar Comissão Especial, para, sob a presidência do primeiro, organizar, coordenar e fiscalizar os atos realizados no Edital de Concurso Público nº 002/2016, compostos pelos seguintes servidores: Fernando Júlio Will, Marisete Balbinot e Lorinda Silvestre de Vargas.

Art. 2º - A presente Comissão possui finalidade especial para avaliar as inscrições dos candidatos, verificar quanto à publicidade dos atos, acompanhar e fiscalizar a realização das provas executadas pelos candidatos, seguindo sempre as regras contidas no Edital nº 002/2016, podendo ainda, requisitar recursos humanos, financeiros, materiais, equipamentos e instalações necessárias para a concretização do objetivo, mediante a autorização do Chefe do Executivo Municipal.

Art. 3º - São impedidos de atuar como membros de quaisquer das comissões deste certame, cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o segundo grau, de candidato cuja inscrição haja sido deferida.

Art. 4º - As despesas decorrentes da execução do presente Ato correrão à conta do orçamento municipal vigente.

Art. 5º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

São José do Cedro/SC, 10 de maio de 2016.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,
Prefeito.

RESOLUÇÃO 02/2016/CMAS

ESTADO DE SANTA CATARINA

SÃO JOSÉ DO CEDRO

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

RESOLUÇÃO Nº 002/2016

Súmula: Aprovar a retificação do Demonstrativo Sintético Anual da Execução Físico- Financeira do ano de 2012.

O Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS de São José do Cedro/SC, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Municipal nº 4.375, de 19 de maio de 2015 e considerando a deliberação da plenária realizada em 04/05/2016 – Ata 04/2016.

Resolve:

Art. 1º - Aprovar em teor e forma a retificação do Demonstrativo Sintético Anual da Execução Físico- Financeira do ano de 2012, referente aos serviços prestados.

Art. 2º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

São José do Cedro, 09 de maio de 2016.

SILVIA NARDI

Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social

RESOLUÇÃO 03/2016/CMAS

ESTADO DE SANTA CATARINA

SÃO JOSÉ DO CEDRO

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

RESOLUÇÃO Nº 003/2016

Súmula: Aprovar a retificação do Demonstrativo Sintético Anual da Execução Físico- Financeira do ano de 2013.

O Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS de São José do Cedro/SC, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Municipal nº 4.375, de 19 de maio de 2015 e considerando a deliberação da plenária realizada em 04/05/2016 – Ata 04/2016.

Resolve:

Art. 1º - Aprovar em teor e forma a retificação do Demonstrativo Sintético Anual da Execução Físico- Financeira do ano de 2013, referente aos gastos dos pisos/programas recebidos.

Art. 2º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

São José do Cedro, 09 de maio de 2016.

SILVIA NARDI

Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social

São Lourenço do Oeste

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 008/2016, INEXIGIBILIDADE Nº 005/2016 - ICSL

EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

ESTADO DE SANTA CATARINA

INSTITUTO CULTURAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE – SC

PROCESSO LICITATÓRIO: Nº 008/2016

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO: Nº 005/2016

OBJETO: CONTRATAÇÃO DA BANDA "ROSA TATTOOADA" PARA APRESENTAÇÃO DE SHOW ARTÍSTICO EM COMEMORAÇÃO AO DIA MUNDIAL DO ROCK, NO 4º SÃO LOURENÇO ROCK FESTIVAL, A SER REALIZADO DIA 10 DE JULHO DE 2016, NA PRAÇA DA BANDEIRA EM SÃO LOURENÇO DO OESTE – SC.

CONTRATANTE: INSTITUTO CULTURAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE – SC, CNPJ: 08.806.043/0001-70

CONTRATADA: V & N PRODUÇÕES ARTÍSTICAS LTDA – ME, CNPJ: 14.134.021/0001-04

VALOR TOTAL: R\$ 9.000,00 (nove mil reais)

DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA: D-02/2016-17.01.13.392.4516.2.031.3.3.90.00.00.00.00.00.1000 – Manutenção das Atividades do Instituto Cultural de São Lourenço do Oeste – SC.

PERÍODO DE VIGÊNCIA: Da assinatura do contrato até 31/07/2016, admitindo-se prorrogação, conforme o art. 57, inc. II, da Lei 8.666/1993.

FUNDAMENTO LEGAL: art. 25, inciso III, da Lei nº 8.666/93.

São Lourenço do Oeste - SC, 10 de maio de 2016.

EVERTON LUIZ LOVERA

Presidente da Autarquia do ICSL

AVISO DE LICITAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 072/2016 - PR Nº 056/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE – SC

AVISO DE LICITAÇÃO

OMUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE – SC, ATRAVÉS DO SR. PREFEITO, torna público para conhecimento dos interessados, que realizará Sessão de Licitação no dia 23/05/2016, às 08:30 horas, no Centro Administrativo no endereço, Rua Duque de Caxias, 789, conforme especificado no PROCESSO LICITATÓRIO Nº 072/2016. MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 056/2016. OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE COLETA E DESTINAÇÃO FINAL DE LIXO REICLÁVEL NO ANO DE 2016, NO MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE – SC. Informações e/ou cópia da íntegra deste Edital: fone (49) 3344-8500 – ramal 8502. Site www.saolourenco.sc.gov.br.

São Lourenço do Oeste – SC, 09 de maio de 2016.

GERALDINO CARDOSO

PREFEITO MUNICIPAL

DECRETO Nº 5.390, DE 06 DE MAIO DE 2016.

DECRETO Nº 5.390, DE 06 DE MAIO DE 2016.

Abre crédito adicional suplementar - por excesso de arrecadação, no orçamento programa de 2016, e dá outras providências.

OPREFEITOMUNICIPALDESÃOLOURENÇODOOESTE, EstadodeSantaCatarina, nousodasatribuiçõesquelheconfereaLeiOrgânicadoMunicípio, autorização contida na Lei Municipal nº 2.263, de 23 de dezembro de 2015, e de acordo com o inciso I, § 1º, do art. 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício, crédito adicional suplementar - proveniente do excesso de arrecadação, no orçamento vigente, no valor de R\$ 65.300,00 (sessenta e cinco mil e trezentos reais) na seguinte dotação orçamentária:

08.00	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO - SME		
08.01	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO - SME		
08.01.12.361.4505.1.055 4.4.90.00.00.00.00.0.1.0032	160	Aplicação Direta	R\$ 65.300,00

Art. 2º Para atendimento da suplementação, de que trata o art. 1º, decorrerá a utilização do superávit financeiro, em conformidade com o que estabelece a Lei Municipal nº 2.263 de 23 de dezembro de 2015 e o art. 43, § 1º, inciso I, da Lei Federal nº 4.320/1964.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 06 de maio de 2016.

GERALDINO CARDOSO

Prefeito Municipal

São Miguel do Oeste

PREFEITURA

DECRETO Nº 8.628/2016 -REGULAMENTA A LEI MUNICIPAL Nº 7.159, DE 25 DE JUNHO DE 2015, QUE DISPÕE SOBRE A UTILIZAÇÃO DE BENS PÚBLICOS DE USO COMUM DO POVO PARA A IMPLANTAÇÃO E O GERENCIAMENTO DO ESTACIONAMENTO ROTATIVO NO PERÍMETRO URBANO DE SÃO MIGUEL DO OESTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DECRETO Nº 8.628/2016

REGULAMENTA A LEI MUNICIPAL Nº 7.159, DE 25 DE JUNHO DE 2015, QUE DISPÕE SOBRE A UTILIZAÇÃO DE BENS PÚBLICOS DE USO COMUM DO POVO PARA A IMPLANTAÇÃO E O GERENCIAMENTO DO ESTACIONAMENTO ROTATIVO NO PERÍMETRO URBANO DE SÃO MIGUEL DO OESTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

OPREFEITOMUNICIPALDESÃO MIGUELDOOESTE, ESTADODESANTA CATARINA, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo art. 77, VI, da Lei Orgânica Municipal e, de conformidade com a Lei Municipal nº 7.159, de 25 de junho de 2015 e alterações promovidas nesta pela Lei nº 7.165, de 13 de julho de 2015,

DECRETA:

Art. 1º A execução do disposto na Lei Municipal nº 7.159, de 25 de junho de 2015 e alterações promovidas nesta pela Lei nº 13 de julho de 2015 será feita em conformidade com o presente Regulamento.

Art. 2º O estacionamento de veículos nas vias e logradouros públicos municipais, nas zonas identificadas através de sinalizações próprias, denominadas de Áreas do Sistema de Estacionamento Rotativo Controlado, fica sujeito ao pagamento de preço público ou tarifa.

Art. 3º O controle de veículos nas áreas do sistema de estacionamento rotativo será realizado nos seguintes dias e horários:

- I- De segundas às sextas-feiras, no período compreendido entre 8h00min e 12h00min e das 13h30min às 17h30min;
- II- Aos sábados, das 08h00min às 12h00min, sem interrupções.

Art. 4º As áreas de estacionamento existentes nas vias públicas abrangidas pelo estacionamento rotativo deverão estar identificadas mediante sinalização própria.

Art. 5º Para fins de definição dos períodos contínuos máximos de estacionamento nas áreas abrangidas pelo Sistema, às vias públicas que o integram serão classificadas em:

- I- Vias públicas de alta rotatividade (VPAR), nas quais o período contínuo de estacionamento na quadra será de no máximo 02 (duas) horas;
- II- Vias públicas de média rotatividade (VPMR), nas quais o período contínuo de estacionamento na quadra será de no máximo 03 (três) horas.

Art. 6º O preço público ou tarifa pela utilização de vaga no estacionamento rotativo, bem como, respectivas isenções seguirão as disposições estabelecidas na legislação regente (Lei nº 7.159/2015), sem prejuízo da reposição inflacionária, já autorizada pelo § 5º, do art. 12, da mesma norma.

Art. 7º Nas áreas de abrangência do estacionamento rotativo serão demarcadas, de acordo com a legislação em vigor, vagas para veículos automotores conduzidos por:

- I- Portadores de deficiência;
- II- Pessoas idosas (com idade de 60 anos ou mais).

§ 1º Para a utilização do benefício previsto neste artigo, o usuário será

obrigado a portar credencial, que será, mediante cadastro prévio, expedida pelo DEMUTRAN e deverá ficar visível, com as informações disponíveis à fiscalização.

§ 2º A credencial conterá as seguintes referências:

- I- Nome do usuário;
- II- Dados do veículo (marca, modelo, ano, placa etc.);
- III- Validade da credencial, que não poderá ser superior a 05 (cinco) anos.

Art. 8º A Municipalidade reformulará os espaços correspondentes às áreas destinadas à fixação de pontos de táxi, que estarão isentas do pagamento de preço público ou tarifa, desde que utilizadas por taxistas devidamente credenciados.

Art. 9º A permanência do condutor ou de outra pessoa no interior do veículo não desobriga o pagamento pelo uso do estacionamento rotativo.

Art. 10 As motocicletas, motonetas e ciclomotores serão locais próprios demarcados para estacionamento exclusivo, devendo respeitar a sinalização de regulamentação.

Art. 11 Os contêineres de coleta de entulhos poderão ser alocados nas áreas destinadas ao "Estacionamento Rotativo", incidindo, pelo uso, o pagamento do respectivo preço público ou tarifa.

Art. 12 Os proprietários e/ou condutores de veículos irregularmente estacionados estarão sujeitos à notificação, aplicação de multa, remoção do veículo e demais penalidades previstas na legislação em vigor.

Art. 13 Estará em desacordo com a regulamentação estabelecida pela autoridade competente, ficando o infrator, seja condutor ou proprietário do veículo, sujeito às sanções previstas no art. 181, XVII, da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 (Código de Trânsito Brasileiro), a situação enquadrada em uma das seguintes hipóteses:

- I- Exceder o período máximo de estacionamento, na forma exigida pelas instruções que o acompanhar;
- II- Não pagar o preço público ou tarifa pelo uso do estacionamento;
- III- Deixar de colocar o cartão de estacionamento, na forma exigida pelas instruções que o acompanhar;
- IV- Deixar expirar o prazo de validade do cartão de estacionamento.

§ 1º Se for implantado sistema automatizado de controle, a hipótese prevista no inciso III deste artigo perderá seu efeito, podendo as instruções de uso ser alocadas em outros mecanismos hábeis de informação.

§ 2º Nas hipóteses dos incisos deste artigo, será adotado o seguinte procedimento:

- I- Constatada a irregularidade, o agente responsável pela fiscalização emitirá o aviso de irregularidade;
- II- Emitido o aviso de irregularidade de que trata o inciso I e permanecendo o veículo estacionado por mais de uma hora, sem que o usuário regularize a situação, será emitido o segundo Aviso de Irregularidade;
- III- Após o transcurso de 01 (uma) hora a partir da emissão do segundo Aviso, sem que o usuário regularize a situação, o agente responsável pela fiscalização acionará a autoridade de trânsito para que seja emitido o correspondente Auto de Infração de Trânsito, bem como para que o veículo seja removido para depósito, sendo que sua liberação dependerá de quitação de todos os débitos decorrentes.

Art. 14 Os proprietários e/ou condutores de veículos estacionados em

desacordo com este Regulamento e que tenham sido notificados de tal situação, através de aviso de irregularidade, terão o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da sua emissão, para proceder à regularização da situação.

§ 1º Os proprietários e/ou condutores de veículos notificados através de aviso de irregularidade poderão proceder a sua regularização, no prazo previsto no caput, mediante o pagamento do valor correspondente a 10 (dez) horas de estacionamento, fazendo jus ao recebimento de 09 (nove) horas de créditos de estacionamento.

§ 2º O auto de infração por descumprimento a Lei Municipal será lavrado na forma do art. 181, XVII, da Lei Federal nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 (CTB), estando o proprietário ou condutor sujeito, ainda, a outras penalidades e medidas administrativas nela previstas.

§ 3º Em caso de delegação da operação do sistema a terceiro, as receitas decorrentes dos direitos de concessão recolhidas pela empresa concessionária à Administração Municipal somente poderão ser utilizadas em ações referentes ao sistema viário, ou seja, estudos e consultorias técnicas de trânsito, sinalização, serviços objetivando a melhoria da segurança e fluidez do trânsito.

Art. 15 Cartões de estacionamento ou outros mecanismos para aquisição de créditos de estacionamento serão comercializados pelos agentes responsáveis pela fiscalização ou por meio de estabelecimentos comerciais e de serviços credenciados como postos de venda.

§ 1º Se houver delegação, mediante concessão, a empresa concessionária deverá disponibilizar, no prazo de 06 (seis) meses, no mínimo 15 (quinze) pontos de comercialização de créditos de estacionamento.

§ 2º A comercialização por estabelecimentos comerciais ou de serviços autoriza o deságio, a título de incentivo, do montante de 10% (dez por cento) sobre o valor da venda.

Art. 16 As atividades de carga e descarga de mercadorias ou similares, dentro do Sistema de Estacionamento Rotativo Controlado, deverão ser realizadas, observando-se as capacidades de carga útil dos veículos:
I- Nas vagas normais, permitindo-se veículos com até 01 (uma) tonelada de carga útil;
II- Nas zonas delimitadas para cargas e descargas, permitindo-se veículos de carga de até 07 (sete) toneladas de carga útil ou de comprimento máximo de até 07 (sete) metros.

§ 1º A atividade de carga ou descarga, com a utilização de veículos de capacidade acima de 07 (sete) toneladas ou de comprimento acima de 07 (sete) metros, somente será permitida em horários diversos daquele do funcionamento do Sistema de Estacionamento Rotativo Controlado.

§ 2º Para a atividade de carga e descarga de materiais de construção, concreto, mudanças e outros casos excepcionais, ainda que ultrapasse a capacidade citada, poderão ser realizadas em qualquer uma das áreas de estacionamento existentes, mediante autorização especial, a critério do DEMUTRAN e da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano da Prefeitura Municipal de São Miguel do Oeste.

§ 3º A autorização citada no parágrafo anterior deve ser solicitada por escrito pelo interessado, formulada antecipadamente, especificando o local e horário a ser utilizado, bem como a especificação do veículo.

§ 4º A autorização especial não libera o veículo do pagamento do preço público ou tarifa e deverá ser obrigatoriamente afixada no para-brisa dianteiro do veículo.

Art. 17 Não caberá ao Município, nem mesmo a concessionária, se for o caso de delegação, qualquer responsabilidade por acidentes, danos, furtos, ou quaisquer outros prejuízos que venham a causar ou sofrer os veículos, seus proprietários, as mercadorias, os usuários ou

acompanhantes, enquanto permanecerem nas áreas do Sistema de Estacionamento Rotativo Controlado ou quando os veículos delas forem removidos.

Art. 18 Caberá ao DEMUTRAN, criar normas necessárias à operação, fiscalização e controle do Sistema de Estacionamento Rotativo Controlado, organizando e fiscalizando o cumprimento do estabelecido no presente Regulamento.

Art. 19 Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 20 Revogam-se as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE-SC

Em 10 de maio de 2016.

JOÃO CARLOS VALAR

Prefeito Municipal

AIRTON LUIZ FAVERO

Secretário de Administração

Designado pela Portaria nº 1078/2015

Este Decreto foi publicado no

Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina.

ELIANE TEIXEIRA DA ROSA

Técnica Administrativa

PROCESSO LICITATÓRIO N. 11/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE

SECRETARIA MUNICIPAL AGRICULTURA, PECUARIA E MEIO AMBIENTE

FUNDO MUNICIPAL DESENVOLVIMENTO AGRÍCOLA

PROCESSO DE LICITAÇÃO N. 11/2016

DISPENSA DE LICITAÇÃO N. 01/2016

O Fundo Municipal Desenvolvimento Agrícola do Município de São Miguel do Oeste - SC, a partir do Gerente, Leva ao conhecimento dos interessados que realizou licitação na Modalidade de Dispensa de Licitação tendo como objeto a Prestação de Serviços de assistência técnica e extensão rural pela Epagri S.A., para o período de junho a dezembro de 2016. Contratado: EPAGRI – EMPRESA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA E EXTENSÃO RURAL DE SANTA CATARINA S.A. VALOR TOTAL DE R\$ 20.300,00. Licitação regida pela Lei Federal nº 8.666/93 e alterações vigentes. Maiores informações poderão ser obtidas junto ao Departamento de Compras desta Municipalidade ou sito a Rua Marcílio Dias, 1199, fone (0xx49)36312005.

São Miguel do Oeste – SC, 10 de maio de 2016.

ALCEO LAZAROTTO

Gerente de Estimulo as Atividades Econômicas Rurais

Schroeder

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE CONCORRÊNCIA DE OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA Nº. 03/2016 – PMS

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA
AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE CONCORRÊNCIA DE OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA Nº. 03/2016 – PMS – PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 88/2016 - PMS

OBJETO: contratação de empresa especializada para execução (com fornecimento de mão de obra, materiais e equipamentos necessários) para pavimentação asfáltica da Rua Rio de Janeiro Trecho Final (Est. 45 -153+16,87), bairro Schroeder I, neste Município de Schroeder/SC, compreendendo uma extensão de 2.176,87 m e área total de 21.768,70 m², de acordo com a captação de recursos junto ao BRDE, projetos, memoriais descritivos, planilhas de quantitativos e demais anexos, em regime de PARCERIA, com fulcro nas Leis Municipais nº. 2.000/2014 e suas alterações e Lei nº 2.194/2016 e que fazem parte integrante deste Instrumento convocatório.

Recebimento dos Envelopes e Credenciamento até: 13 de junho de 2016 às 08h45min.

Abertura do Processo: 13 de junho de 2016 às 09h.

Local: Setor de Licitações da Prefeitura de Schroeder/SC.

A íntegra do Edital, bem como mais informações poderão ser obtidas no site do Município de Schroeder (www.schroeder.sc.gov.br) ou junto ao setor de licitações de segunda a sexta - feira das 07h30min às 12h e das 13h30min às 17h. Fone/fax (0xx47) 3374-6500 ou pelo e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br.

Schroeder, 11 de maio de 2016.

Osvaldo Jurck - Prefeito Municipal

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº. 48/2016-PMS

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA
Rua Marechal Castelo Branco, nº 3201, Centro
Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500 – CEP: 89275-000 - SCHROEDER – SC
e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br - site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº. 48/2016-PMS
PROCESSO Nº. 91/2016-PMS
TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

OBJETO: aquisição de kit de livros para premiação no concurso de poesias pura poesia 2016, para atender as necessidades da Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer do Município de Schroeder/SC, conforme ANEXO IX - Termo de Referência deste instrumento.

Recebimento dos Envelopes e Credenciamento até: 02 de junho de 2016 às 08h45min.

Abertura do Processo: 02 de junho de 2016 às 09h.

Local: Setor de Licitações da Prefeitura de Schroeder/SC.

A íntegra do Edital, bem como mais informações poderão ser obtidas no site do Município de Schroeder (www.schroeder.sc.gov.br) ou junto ao setor de licitações de segunda a sexta - feira das 07h30min às 12h e das 13h30min às 17h.

Fone/fax (0xx47) 3374-6500 ou pelo e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br

Schroeder, 11 de maio de 2016.

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº. 49/2016-PMS

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA
Rua Marechal Castelo Branco, nº 3201, Centro
Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500 – CEP: 89275-000 - SCHROEDER – SC
e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br - site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº. 49/2016-PMS
PROCESSO Nº. 92/2016-PMS
TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

OBJETO: contratação de empresa especializada em decoração de eventos, para atender as necessidades da Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer nos eventos pura poesia 2016 e formatura do proerd 2016 do Município de Schroeder/SC, conforme ANEXO IX - Termo de Referência deste instrumento.

Recebimento dos Envelopes e Credenciamento até: 1º. de junho de 2016 às 08h45min.

Abertura do Processo: 1º. de junho de 2016 às 09h.

Local: Setor de Licitações da Prefeitura de Schroeder/SC.

A íntegra do Edital, bem como mais informações poderão ser obtidas no site do Município de Schroeder (www.schroeder.sc.gov.br) ou junto ao setor de licitações de segunda a sexta - feira das 07h30min às 12h e das 13h30min às 17h.

Fone/fax (0xx47) 3374-6500 ou pelo e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br

Schroeder, 11 de maio de 2016.

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

CONVOCAÇÃO PROCESSO SELETIVO Nº. 001/2015-SECEL/PMS - 2º CHAMADA

Convocação Processo Seletivo nº. 001/2015-SECEL/PMS
2º Chamada

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, no uso de suas atribuições legais, vem por meio deste CONVOCAR a Sra. ADRIANA PRESDESOUZA, inscrita no CPF sob nº. 045.959.769-84, aprovada em 6º lugar no Processo Seletivo nº. 001/2015-SECEL/PMS, para o cargo de AUXILIAR DE SALA, para assumir o respectivo cargo.

A convocada deve comparecer à Diretoria de Recursos Humanos (47 3374-6514), até as 17:00h do dia 20 de maio de 2016, na Rua Marechal Castelo Branco, 3201, Centro, Schroeder, a fim de comunicar o interesse ou a desistência da vaga ofertada, sob pena de perder a referida vaga, conforme prevê o item 15.1.

Schroeder (SC), 10 de maio de 2016.

OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

Maykel Roberto Laube
Secretário de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

DECRETO Nº 3.744/2016 DE 9 DE MAIO DE 2016

DECRETO Nº 3.744/2016 de 9 de maio de 2016
ABRECRÉDITO ADICIONAL - SUPLEMENTAR - ORIGINÁRIO DO ORÇAMENTO GERAL NO ORÇAMENTO PROGRAMA DE 2016.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, nos usos de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal e considerando a autorização contida na Lei Municipal nº 2.148/2015 de 2 de dezembro de 2015,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício crédito no valor de R\$ 180,00 (cento e oitenta reais) para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

04 - SECRETARIA DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL

04.02 - DIRETORIA ADMINISTRATIVA
04.02.08.244.3016.2.357 - Gestão SUAS
3.3.90.30.00.00.00.00 - 00.03.0063 - Material de Consumo R\$ 180,00

Art. 2º Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

04 - SECRETARIA DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL
04.02 - DIRETORIA ADMINISTRATIVA
04.02.08.244.3016.2.357 - Gestão SUAS
3.3.90.39.00.00.00.00 - 00.03.0063 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R\$ 180,00

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei 1.669/2008, de 17/06/2008.

Schroeder, 09 de maio de 2016.
OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

ELMER SANDRO QUADROS
Secretário de Planejamento, Gestão e Finanças

Publicado por

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY
Assessor Jurídico

DECRETO Nº 3.745/2016 DE 9 DE MAIO DE 2016

DECRETO Nº 3.745/2016 de 9 de maio de 2016
ABRECRÉDITO ADICIONAL - SUPLEMENTAR - ORIGINÁRIO DO ORÇAMENTO GERAL NO ORÇAMENTO PROGRAMA DE 2016.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, nos usos de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal e considerando a autorização contida na Lei Municipal nº 2.148/2015 de 2 de dezembro de 2015,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício crédito no valor de R\$ 36.000,00 (trinta e seis mil reais) para a(s) seguinte(s) dotação(ões)

orçamentária(s):

04 - SECRETARIA DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL
04.01 - UNID. DE SAÚDE
04.01.10.303.3013.2.438 - Assistência Farmacêutica
3.3.90.30.00.00.00.00 - 00.03.0064 - Material de Consumo R\$ 36.000,00

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei 1.669/2008, de 17/06/2008.

Schroeder, 09 de maio de 2016.
OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

ELMER SANDRO QUADROS
Secretário de Planejamento, Gestão e Finanças

Publicado por

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY
Assessor Jurídico

I ERRATA DE PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS Nº. 44/2016-PMS

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA
Rua Marechal Castelo Branco, nº 3201, CEP: 89275-000 - SCHROEDER/SC
Caixa Postal 01 - Fone/fax: (47) 3374-6500
e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br - site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

IERRATA DE PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS Nº. 44/2016-PMS

PROCESSO Nº. 80/2016-PMS
TIPO: MENOR PREÇO POR LOTE

O Prefeito Municipal no uso de suas atribuições torna público, para conhecimento dos interessados a errata de inclusão de item, referente ao Edital de Pregão Presencial Registro de Preços nº. 44/2016-PMS, visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de óleo, filtros, tacógrafos, extintores, graxa e fluidos de freio para a Secretaria de Obras e Serviços Urbanos, Secretaria de Agricultura, Indústria, Comércio e Turismo, Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental, Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, Secretaria de Planejamento, Gestão e Finanças, Secretaria de Saúde e Secretaria de Assistência Social e Gabinete do Prefeito do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses, ficando assim determinado:

Leia-se:

XX - DAS OBRIGAÇÕES DA EMPRESA VENCEDORA:
(...)

20.1.12 - A Empresa fornecedora assumirá o compromisso de troca de filtros, troca de óleo dos motores, caixas, diferenciais, eixos, reservatórios hidráulicos e transmissão e engraxar os caminhões e máquinas quando o Setor responsável solicitar. Local para realização das trocas ou substituições do objeto no pátio do Setor de Obras ou perímetro urbano do Município de Schroeder.

Schroeder, 10 de maio de 2016.
OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

LEI Nº 2.195/2016

LEI Nº.2.195/2016

AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL AO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE SCHROEDER NO VALOR DE ATÉ R\$ 7.040,00 (SETE MIL E QUARENTA REAIS).

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal, faz saber aos habitantes deste Município, que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Autoriza abertura de Crédito Adicional Especial ao orçamento do Município de Schroeder, para exercício 2016, no valor de até R\$ 7.040,00 (sete mil e quarenta reais), como segue:

05- SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER			
03 - UNIDADE DE CULTURA			
13.392.3011.2.332 - MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DE CULTURA			
3.3.90.37.00.00	00.01.0000	Locação de Mão de Obra	7.040,00

Art. 2º Para cobertura dos créditos abertos nos artigos anteriores serão utilizados como fontes de recursos os cancelamentos parciais e ou totais das dotações do orçamento vigente, como segue:

05- SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER			
03 - UNIDADE DE CULTURA			
13.392.3011.2.332 - MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DE CULTURA			
3.3.90.30.00.00	00.01.0000	Material de Consumo	7.040,00

Art. 3º O Executivo está autorizado, nos termos do art. 8º da Lei Municipal nº 2.148/2015 – LOA, a abrir créditos adicionais suplementares, aos elementos criados por esta Lei.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data da publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº. 1.669/2008, de 17/6/2008.

Schroeder (SC), 10 de maio de 2016.

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

Publicada por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY

Assessor Jurídico

PORTARIA Nº 6.535/2016, DE 10 DE MAIO DE 2016.

PORTARIA Nº 6.535/2016, DE 10 DE MAIO DE 2016.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE

Art. 1º ACEITAR o pedido de afastamento por Auxílio Doença do servidor, Sr. Amilton Aldo dos Santos, a partir desta data.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº. 1.669/2008, de 17/06/2008.

Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder (SC), 10 de maio de 2016.

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

RUDIBERT TANK

Secretário de Obras e Serviços Urbanos

Publicada por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY

Assessor Jurídico

TERMO ADITIVO Nº. A24/2016 – PMS

TERMO ADITIVO Nº. A24/2016 – PMS

3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 318/2015– PMS

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob nº. 83.102.491/0001-09, com sede municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3.201, bairro centro, cidade de Schroeder (SC), neste ato representado pelo Ilmo. Prefeito Municipal, o Senhor Osvaldo Jurck.

CONTRATADA: PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA, inscrita no CNPJ sob nº. 03.620.927/0001-12, estabelecida na Rua Anélio Nicocelli, nº. 1720, Bairro Figueirinha, na cidade de Guaramirim, Estado de Santa Catarina, CEP: 89270-000, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, neste ato representado pelo Senhor Mauricio Vogelsanger, inscrito no CPF sob nº. 638.924.309-00, portador da carteira de identidade nº 2/R-2191.067-SSP/SC.

Considerando o Contrato Administrativo nº. 318/2015-PMS, celebrado em 26 de outubro de 2015, proveniente do Processo de licitação nº. 205/2015–PMS, Modalidade Tomada de Preços nº. 10/2015–PMS, para contratação de empresa especializada para execução (com fornecimento de mão de obra, materiais e equipamentos), serviços preliminares, drenagem, terraplanagem, serviços complementares e sinalização viária da pavimentação asfáltica da Rua Cristina Bauer, trecho I, Centro Norte, neste Município de Schroeder/SC, compreendendo uma extensão de 342 m e área total de 3.420 m², de acordo com o programa de transferência 2013000640, proposta transparência 12934, FUNDAM–Fundo Estadual de Apoio aos Municípios, projeto, memorial descritivo, planilha de quantitativos e demais anexos em regime de PARCERIA, com fulcro nas Leis Municipais nº. 2.000/2014 e Lei nº 2126/2015 fazem parte integrante deste Instrumento convocatório, conforme consta na proposta vencedora que faz parte integrante deste Contrato, como se transcrito fosse, regido pela Lei Federal nº. 8.666/93 e suas alterações posteriores, e mediante cláusulas e condições a seguir enunciadas e conforme proposta apresentada.

Considerando que se enquadra no artigo 57, II da Lei Federal nº 8.666/93, conforme parecer da Procuradoria Municipal.

Considerando a solicitação feita pela Secretaria de Obras e Serviços Urbanos, frente à prorrogação do prazo de execução da obra 90 (noventa) dias, sendo até dia 02 de agosto de 2016, considerando que houve atrasos nos repasse financeiros oriundos do Governo do Estado, ocasionou atrasos no cronograma de execução da obra.

Considerando que a referida solicitação passou pela fiscalização do senhor Otoniel da Silva, CAU/SCA60922-6/SC, da Administração Pública e aprovação do mesmo, conforme parecer em anexo.

Considerando a aprovação do aditivo pela autoridade competente, qual seja, o Prefeito Municipal de Schroeder, em comum acordo entra as parte, CONTRATADA e CONTRATANTE, resolve-se:

Cláusula 1ª – Fica alterada a Cláusula Segunda “do prazo de entrega e do local” no item 2.2 e Clausula Décima “das obrigações da empresa vencedora” no item 10.1.4, do contrato nº 318/2015-PMS, prorrogando-se o prazo de execução da obra em 90 (noventa) dias, sendo até dia 02 de agosto de 2016.

Cláusula 2ª – Ficam ratificadas as demais cláusulas do contrato nº 318/2015-PMS, desde que não contrariem o que ficou convencionado no presente Termo Aditivo.

E por estarem de acordo com o presente instrumento de Termo Aditivo, firmam o presente em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para único efeito, com as testemunhas abaixo para que produza os jurídicos e legais efeitos, comprometendo-se as partes a cumprir o presente contrato por si e seus sucessores, em juízo ou fora dele.

Schroeder/SC, 10 de maio de 2016.

CONTRATADA:

PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA

Mauricio Vogelsanger

CPF sob o nº 638.924.309-00

CONTRATANTE:

MUNICÍPIO DE SCHROEDER

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

T E S T E M U N H A S:

1ª

Nome: Andreia Nass Friedemann

CPF nº. 003.769.879-00

2ª

Nome: Ivandra de Souza

CPF nº. 047.563.299-00

TERMO ADITIVO Nº. A25/2016 – PMS

TERMO ADITIVO Nº. A25/2016 – PMS

3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 396/2015– PMS

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob nº. 83.102.491/0001-09, com sede municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3.201, bairro centro, cidade de Schroeder (SC), neste ato representado pelo Ilmo. Prefeito Municipal, o Senhor Osvaldo Jurck.

CONTRATADA: PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA, inscrita no CNPJ sob nº. 03.620.927/0001-12, estabelecida na Rua Anélio Nicocelli, nº. 1720, Bairro

Figueirinha, na cidade de Guaramirim, Estado de Santa Catarina, CEP: 89270-000, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, neste ato representado pelo Senhor Mauricio Vogelsanger, inscrito no CPF sob o nº 638.924.309-00, e portador da carteira de Identidade nº. 2/R-2.191.067 SSP-SC.

Considerando o Contrato Administrativo nº. 396/2015-PMS, celebrado em 24 de novembro de 2015, Modalidade Tomada de Preço nº. 14/2015-PMS, Processo nº. 209/2015 - PMS, tendo como objeto a contratação de empresa especializada para execução (com fornecimento de mão de obra, materiais e equipamentos), serviços preliminares, drenagem, terraplanagem, serviços complementares e sinalização viária da pavimentação asfáltica da Rua Guilherme Bauer, Trecho II (estaca 15 à estaca 40+16m), Centro Norte, neste Município de Schroeder/SC, compreendendo uma extensão de 516m e área total de 5.403m², de acordo com o programa de transferência 2013000640, proposta transparência 12934, FUNDAM – Fundo Estadual de Apoio aos Municípios, projeto, memorial descritivo, planilha de quantitativos e demais anexos em regime de PARCERIA, com fulcro nas Leis Municipais nº. 2.000/2014 e Lei nº 2122/2015 que fazem parte integrante deste Instrumento convocatório, conforme consta na proposta vencedora que faz parte integrante deste Contrato, como se transcritos fossem, regido pela Lei Federal nº. 8.666, de 21 de junho de 1.993, e mediante cláusula e condições a enunciadas.

Considerando que se enquadra no artigo 57, II da Lei Federal nº 8.666/93, conforme parecer da Procuradoria Municipal.

Considerando a solicitação feita pela Secretaria de Obras e Serviços Urbanos, frente à prorrogação do prazo de execução da obra 90 (noventa) dias, sendo até dia 02 de agosto de 2016, considerando que houve atrasos nos repasse financeiros oriundos do Governo do Estado, ocasionou atrasos no cronograma de execução da obra.

Considerando que a referida solicitação passou pela fiscalização do senhor Otoniel da Silva, CAU/SCA60922-6/SC, da Administração Pública e aprovação do mesmo, conforme parecer em anexo.

Considerando a aprovação do aditivo pela autoridade competente, qual seja, o Prefeito Municipal de Schroeder, em comum acordo entra as parte, CONTRATADA e CONTRATANTE, resolve-se:

Cláusula 1ª – Fica alterada a Cláusula Segunda “do prazo de entrega e do local” no item 2.2 e Clausula Décima “das obrigações da empresa vencedora” no item 10.1.4, do contrato nº 396/2015-PMS, prorrogando-se o prazo de execução da obra em 90 (noventa) dias, sendo até dia 02 de agosto de 2016.

Cláusula 2ª – Ficam ratificadas as demais cláusulas do contrato nº 396/2015-PMS, desde que não contrariem o que ficou convencionado no presente Termo Aditivo.

E por estarem de acordo com o presente instrumento de Termo Aditivo, firmam o presente em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para único efeito, com as testemunhas abaixo para que produza os jurídicos e legais efeitos, comprometendo-se as partes a cumprir o presente contrato por si e seus sucessores, em juízo ou fora dele.

Schroeder/SC, 10 de maio de 2016.

CONTRATADA:

PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA

Mauricio Vogelsanger

CPF sob o nº 638.924.309-00

CONTRATANTE:

MUNICÍPIO DE SCHROEDER

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

T E S T E M U N H A S:

1ª

Nome: Andreia Nass Friedemann

CPF nº. 003.769.879-60

2ª

Nome: Ivandra de Souza

CPF nº. 047.563.299-00

TERMO ADITIVO Nº. A26/2016 – PMS

TERMO ADITIVO Nº. A26/2016 – PMS

3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 407/2015– PMS

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com sede municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3.201, bairro centro, cidade de Schroeder (SC), neste ato representado pelo Ilmo. Prefeito Municipal, o Senhor Osvaldo Jurck.

CONTRATADA: PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 03.620.927/0001-12, estabelecida a rua Anélio Nicocelli, nº. 1720, Bairro Figueirinha, na cidade de Guaramirim, Estado de Santa Catarina, CEP: 89270-000, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, neste ato representado pelo Senhor Mauricio Vogelsanger, inscrito no CPF sob o nº 638.924.309-00, e portador da carteira de Identidade nº. 2/R-2.191.067 SSP-SC.

Considerando o Contrato Administrativo nº. 407/2015-PMS, celebrado em 01 de dezembro de 2015, Modalidade Tomada de Preço nº. 11/2015-PMS, Processo nº. 206/2015 - PMS, tendo como objeto a contratação de empresa especializada para execução (com fornecimento de mão de obra, materiais e equipamentos), serviços preliminares, drenagem, terraplanagem, serviços complementares e sinalização viária da pavimentação asfáltica

da Rua 23 de março, trecho I, Bairro Itoupava-Açú, neste Município de Schroeder/SC, compreendendo uma extensão de 530 m e área total de 4398 m², de acordo com o programa de transferência 2013000640, proposta transparência 12934, FUNDAM – Fundo Estadual de Apoio aos Municípios, projeto, memorial descritivo, planilha de quantitativos e demais anexos em regime de PARCERIA, com fulcro nas Leis Municipais nº. 2.000/2014 e Lei nº 2125/2015 e que fazem parte integrante deste Instrumento convocatório, conforme consta na proposta vencedora que faz parte integrante deste Contrato, como se transcrito fosse, regido pela Lei Federal nº. 8.666, de 21 de junho de 1.993, e mediante cláusulas e condições a enunciadas.

Considerando que se enquadra no artigo 57, II da Lei Federal nº 8.666/93, conforme parecer da Procuradoria Municipal.

Considerando a solicitação feita pela Secretaria de Obras e Serviços Urbanos, frente à prorrogação do prazo de execução da obra 90 (noventa) dias, sendo até dia 02 de agosto de 2016, considerando que houve atrasos nos repasse financeiros oriundos do Governo do Estado, ocasionou atrasos no cronograma de execução da obra.

Considerando que a referida solicitação passou pela fiscalização do senhor Otoniel da Silva, CAU/SCA60922-6/SC, da Administração Pública e aprovação do mesmo, conforme parecer em anexo.

Considerando a aprovação do aditivo pela autoridade competente, qual seja, o Prefeito Municipal de Schroeder, em comum acordo entra as parte, CONTRATADA e CONTRATANTE, resolve-se:

Cláusula 1ª – Fica alterada a Cláusula Segunda “do prazo de entrega do local” no item 2.2 e Clausula Décima “das obrigações da empresa vencedora” no item 10.1.4, do contrato nº 407/2015-PMS, prorrogando-se o prazo de execução da obra em 90 (noventa) dias, sendo até dia 02 de agosto de 2016.

Cláusula 2ª – Ficam ratificadas as demais cláusulas do contrato nº 407/2015-PMS, desde que não contrariem o que ficou convencionado no presente Termo Aditivo.

E por estarem de acordo com o presente instrumento de Termo Aditivo, firmam o presente em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para único efeito, com as testemunhas abaixo para que produza os jurídicos e legais efeitos, comprometendo-se as partes a cumprir o presente contrato por si e seus sucessores, em juízo ou fora dele.

Schroeder/SC, 10 de maio de 2016.

CONTRATADA:

PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA

Mauricio Vogelsanger

CPF sob o nº 638.924.309-00

CONTRATANTE:

MUNICÍPIO DE SCHROEDER

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

T E S T E M U N H A S:

1ª _____

Nome: Andreia Nass Friedemann

CPF nº. 003.769.879-60

2ª _____

Nome: Ivandra de Souza

CPF nº. 047.563.299-00

TERMO ADITIVO Nº. A27/2016 – PMS

TERMO ADITIVO Nº. A27/2016 – PMS

3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 395/2015– PMS

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3.201, bairro centro, cidade de Schroeder (SC), neste ato representado pelo Ilmo. Prefeito Municipal, o Senhor Osvaldo Jurck.

CONTRATADA: PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 03.620.927/0001-12, estabelecida a rua Anélio Nicocelli, nº. 1720, Bairro Figueirinha, na cidade de Guaramirim, Estado de Santa Catarina, CEP: 89270-000, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, neste ato representado pelo Senhor Mauricio Vogelsanger, inscrito no CPF sob o nº 638.924.309-00, e portador da carteira de Identidade nº. 2/R-2.191.067 SSP-SC.

Considerando o Contrato Administrativo nº. 395/2015-PMS, celebrado em 24 de novembro de 2015, Modalidade Tomada de Preço nº. 13/2015-PMS, Processo nº. 208/2015 - PMS, tendo como objeto a contratação de empresa especializada para execução (com fornecimento de mão de obra, materiais e equipamentos), serviços preliminares, drenagem, terraplanagem, serviços complementares e sinalização viária da pavimentação asfáltica da Rua Guilherme Zastrow, estaca 0 até estaca 11, Bairro Sossego, neste Município de Schroeder/SC, compreendendo uma extensão de 220 m e área total de 2.260,75 m², de acordo com o programa de transferência 2013000640, proposta transparência 12934, FUNDAM – Fundo Estadual de Apoio aos Municípios, projeto, memorial descritivo, planilha de quantitativos e demais anexos em regime de PARCERIA, com fulcro nas Leis Municipais nº. 2.000/2014 e Lei nº 2123/2015 que fazem parte integrante deste Instrumento convocatório, conforme consta na proposta vencedora que faz parte integrante deste Contrato, como se transcrito fosse, regido pela Lei Federal nº. 8.666, de 21 de junho de 1.993, e mediante cláusulas e condições a enunciadas.

Considerando que se enquadra no artigo 57, II da Lei Federal nº 8.666/93, conforme parecer da Procuradoria Municipal.

Considerando a solicitação feita pela Secretaria de Obras e Serviços Urbanos, frente à prorrogação do prazo de execução da obra 90 (noventa) dias, sendo até dia 02 de agosto de 2016, considerando que houve atrasos nos repasse financeiros oriundos do Governo do Estado, ocasionou atrasos no cronograma de execução da obra.

Considerando que a referida solicitação passou pela fiscalização do senhor Otoniel da Silva, CAU/SCA60922-6/SC, da Administração Pública e aprovação do mesmo, conforme parecer em anexo.

Considerando a aprovação do aditivo pela autoridade competente, qual seja, o Prefeito Municipal de Schroeder, em comum acordo entra as parte, CONTRATADA e CONTRATANTE, resolve-se:

Cláusula 1ª – Fica alterada a Cláusula Segunda “do prazo de entrega e do local” no item 2.2 e Clausula Décima “das obrigações da empresa vencedora” no item 10.1.4, do contrato nº 395/2015-PMS, prorrogando-se o prazo de execução da obra em 90 (noventa) dias, sendo até dia 02 de agosto de 2016.

Cláusula 2ª – Ficam ratificadas as demais cláusulas do contrato nº 395/2015-PMS, desde que não contrariem o que ficou convencionado no presente Termo Aditivo.

E por estarem de acordo com o presente instrumento de Termo Aditivo, firmam o presente em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para único efeito, com as testemunhas abaixo para que produza os jurídicos e legais efeitos, comprometendo-se as partes a cumprir o presente contrato por si e seus sucessores, em juízo ou fora dele.

Schroeder/SC, 10 de maio de 2016.

CONTRATADA:

PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA

Mauricio Vogelsanger

CPF sob o nº 638.924.309-00

CONTRATANTE:

MUNICÍPIO DE SCHROEDER

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

T E S T E M U N H A S:

1ª _____

Nome: Andreia Nass Friedemann

CPF nº. 003.769.879-60

2ª _____

Nome: Ivandra de Souza

CPF nº. 047.563.299-00

TERMO ADITIVO Nº. A28/2016 – PMS

TERMO ADITIVO Nº. A28/2016 – PMS

3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 394/2015– PMS

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com sede municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3.201, bairro centro, cidade de Schroeder (SC), neste ato representado pelo Ilmo. Prefeito Municipal, o Senhor Osvaldo Jurck.

CONTRATADA: PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 03.620.927/0001-12, estabelecida a rua Anélio Nicocelli, nº. 1720, Bairro Figueirinha, na cidade de Guaramirim, Estado de Santa Catarina, CEP: 89270-000, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, neste ato representado pelo Senhor Mauricio Vogelsanger, inscrito no CPF sob o nº 638.924.309-00, e portador da carteira de Identidade nº. 2/R-2.191.067 SSP-SC.

Considerando o Contrato Administrativo nº. 394/2015-PMS, celebrado em 24 de novembro de 2015, Modalidade Tomada de Preço nº. 12/2015-PMS, Processo nº. 207/2015 - PMS, tendo como objeto a contratação de empresa especializada para execução (com fornecimento de mão de obra, materiais e equipamentos), serviços preliminares, drenagem, terraplanagem, serviços complementares e sinalização viária da pavimentação asfáltica da Rua Dom Pedro, trecho II, Bairro Rio Hern, neste Município de Schroeder/SC, compreendendo uma extensão de 716 m e área total de 7.318 m², de acordo com o programa de transferência 2013000640, proposta transparência 12934, FUNDAM – Fundo Estadual de Apoio aos Municípios, projeto, memorial descritivo, planilha de quantitativos e demais anexos em regime de PARCERIA, com fulcro nas Leis Municipais nº. 2.000/2014 e Lei nº 2124/2015 e que fazem parte integrante deste Instrumento convocatório, conforme consta na proposta vencedora que faz parte integrante deste Contrato, como se transcrito fosse, regido pela Lei Federal nº. 8.666, de 21 de junho de 1.993, e mediante cláusulas e condições a enunciadas.

Considerando que se enquadra no artigo 57, II da Lei Federal nº 8.666/93, conforme parecer da Procuradoria Municipal.

Considerando a solicitação feita pela Secretaria de Obras e Serviços Urbanos, frente à prorrogação do prazo de execução da obra 90 (noventa) dias, sendo até dia 02 de agosto de 2016, considerando que houve atrasos nos repasse financeiros oriundos do Governo do Estado, ocasionou atrasos no cronograma de execução da obra.

Considerando que a referida solicitação passou pela fiscalização do senhor Otoniel da Silva, CAU/SCA60922-6/SC, da Administração Pública e aprovação do mesmo, conforme parecer em anexo.

Considerando a aprovação do aditivo pela autoridade competente, qual seja, o Prefeito Municipal de Schroeder, em comum acordo entra as parte,

CONTRATADA e CONTRATANTE, resolve-se:

Cláusula 1ª – Fica alterada a Cláusula Segunda “do prazo de entrega do local” no item 2.2 e Cláusula Décima “das obrigações da empresa vencedora” no item 10.1.4, do contrato nº 394/2015-PMS, prorrogando-se o prazo de execução da obra em 90 (noventa) dias, sendo até dia 02 de agosto de 2016.

Cláusula 2ª – Ficam ratificadas as demais cláusulas do contrato nº 394/2015-PMS, desde que não contrariem o que ficou convencionado no presente Termo Aditivo.

E por estarem de acordo com o presente instrumento de Termo Aditivo, firmam o presente em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para único efeito, com as testemunhas abaixo para que produza os jurídicos e legais efeitos, comprometendo-se as partes a cumprir o presente contrato por si e seus sucessores, em juízo ou fora dele.

Schroeder/SC, 10 de maio de 2016.

CONTRATADA:

PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA

Mauricio Vogelsanger

CPF sob o nº 638.924.309-00

CONTRATANTE:

MUNICÍPIO DE SCHROEDER

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

T E S T E M U N H A S:

1ª

Nome: Andreia Nass Friedemann

CPF nº. 003.769.879-60

2ª

Nome: Ivandra de Souza

CPF nº. 047.563.299-00

TERMO ADITIVO Nº. A29/2016 – PMS

TERMO ADITIVO Nº. A29/2016 – PMS

2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 294/2015 - PMS

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com sede municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3.201, bairro centro, cidade de Schroeder (SC), neste ato representado pelo Ilmo. Prefeito Municipal, o Senhor Osvaldo Jurck.

CONTRATADA: HABITARK ENGENHARIA LTDA., inscrita no CNPJ sob o nº. 05.269.823/0001-30, estabelecida na Rua Clara Persuhn nº 107 sala 01, Bairro Itoupava Seca, na cidade de Blumenau, Estado de Santa Catarina, CEP: 89.030-140, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, neste ato representado pelo Senhor Fernando Ricardo dos Reis, inscrito no CPF sob o nº 420.688.789-68.

Considerando o Contrato Administrativo nº. 294/2015-PMS, celebrado em 30 de setembro de 2015, Processo Processo de licitação nº. 149/2015 – PMS, Modalidade Concorrência nº. 05/2015 - PMS, para contratação de empresa especializada para execução (com fornecimento de mão de obra, materiais e equipamentos necessários) de dois Reservatórios de Água Potável em Concreto Armado com volume de 750m³ cada, Casa de Química, Rampa de Acesso e Muro de Contenção no Município de Schroeder/SC, de com projetos, memoriais descritivos, planilhas de quantitativos e demais anexos que fazem parte integrante deste instrumento convocatório, conforme consta na proposta vencedora que faz parte integrante deste Contrato, como se transcrito fosse, regido pela Lei Federal nº. 8.666, de 21 de junho de 1.993, e mediante cláusulas e condições a enunciadas.

Considerando que se enquadra nos termos do artigo 65, I, a, b da Lei Federal nº 8.666/93, conforme parecer da Procuradoria Municipal.

Considerando a solicitação feita pela Secretaria Saneamento e Gestão Ambiental, frente ao pedido de aditivo no valor de R\$ 294.319,23 (duzentos e noventa e quatro mil, trezentos e dezenove reais e vinte e três centavos), conforme parecer em anexo.

Considerando que a referida solicitação passou pela fiscalização do Engenheiro Civil, Ilmar José Pereira Borges Filho, CREA 051.856-6, da Administração Pública e aprovação do mesmo.

Considerando a aprovação do aditivo pela autoridade competente, qual seja, o Prefeito Municipal de Schroeder, em comum acordo entra as parte, CONTRATADA e CONTRATANTE, resolve-se:

Cláusula 1ª – Fica a partir deste, alterado a Cláusula Quarta “do valor total do contrato” no item 4.1 aditivado ao contrato o valor de 294.319,23 (duzentos e noventa e quatro mil, trezentos e dezenove reais e vinte e três centavos), passando a ser o valor do contrato inicial de R\$ 1.573.968,05 (um milhão, quinhentos e setenta e três mil, novecentos e sessenta e oito reais e cinco centavos).

Cláusula 2ª – Ficam ratificadas as demais cláusulas do contrato nº 294/2015-PMS, desde que não contrariem o que ficou convencionado no presente Termo Aditivo.

E por estarem de acordo com o presente instrumento de Termo Aditivo, firmam o presente em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para único efeito, com as testemunhas abaixo para que produza os jurídicos e legais efeitos, comprometendo-se as partes a cumprir o presente contrato por si e seus sucessores, em juízo ou fora dele.

Schroeder/SC, 10 de maio de 2016.
CONTRATADA:

HABITARK ENGENHARIA LTDA.
Fernando Ricardo dos Reis
CPF nº 420.688.789-68
CONTRATANTE:

MUNICÍPIO DE SCHROEDER
OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal
T E S T E M U N H A S:

1ª _____
Nome: Andreia Nass Friedemann
CPF nº. 003.769.879-60

2ª _____
Nome: Ivandra de Souza
CPF nº. 047.563.299-00

TERMO ADITIVO Nº. A30/2016 – PMS

TERMO ADITIVO Nº. A30/2016 – PMS

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 315/2015 – PMS

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob nº. 83.102.491/0001-09, com sede municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3.201, bairro centro, cidade de Schroeder (SC), neste ato representado pelo Ilmo. Prefeito Municipal, o Senhor Osvaldo Jurck.

CONTRATADA: TRANSPANTANAL TRANSPORTE DE PASSAGEIROS LTDA, inscrita no CNPJ sob nº. 80.072.325/0001-19, estabelecida na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 4.184, Centro, neste Município de Schroeder, Estado de Santa Catarina, CEP: 89275-000, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, neste ato representada pelo Senhor Valdir Hilário Marcarini, inscrito no CPF sob o nº. 310.430.629-04.

Considerando o Contrato Administrativo nº. 315/2015-PMS, celebrado em 22 de outubro de 2015, proveniente da Inexigibilidade de Licitação nº. 06/2015-PMS, Processo nº. 256/2015-PMS, para contratação de Empresa especializada em transporte coletivo dentro do Município de Schroeder, para fornecimento de Vale Transporte aos servidores do Município de Schroeder de Assistência Social, Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses, regido pela Lei Federal nº. 8.666/93 e suas alterações posteriores, e mediante cláusulas e condições a seguir enunciadas e conforme proposta apresentada.

Enquadra-se nos termos do artigo 69, II, alínea "d" da Lei Federal nº. 8.666/83, conforme parecer da Procuradoria Municipal nº. 061/2016-PROJUR, considerando a solicitação feita pela empresa TRANSPANTANAL TRANSPORTE DE PASSAGEIROS LTDA, e que a mesma atendeu as condições contratuais para revisão do preço, juntando notas fiscais que comprovam o aumento do preço.

Considerando que a Administração Municipal até o momento resta de saldo a Administração 2.900 unidades para o item 01, até o término desse contrato.

Considerando que a solicitação realizada pela empresa passando o valor para o item 01 que é de R\$ 3,10 (três reais e dez centavos) para o valor de R\$ 3,30 (três reais e trinta centavos), na quantidade existente de 2.900 unidades, totalizando o valor de reajuste de R\$ 580,00 (quinhentos e oitenta reais).

Considerando a aprovação do aditivo pela autoridade competente, qual seja, o Prefeito Municipal de Schroeder, em comum acordo entre as partes, CONTRATADA e CONTRATANTE, resolve-se:

Cláusula 1ª – A partir deste fica alterada a Cláusula Primeira "do objeto do contrato, e descrição" para o item 01 para o valor de R\$ 3,10 (três reais e dez centavos) para o valor de R\$ 3,30 (três reais e trinta centavos), na quantidade existente de 2.900 unidades, totalizando o valor de reajuste de R\$ 580,00 (quinhentos e oitenta reais), conforme segue:

ITEM	DESCRIÇÕES	QTDE. LICITADA	VALOR ATUAL	SALDO DA LICITAÇÃO	VALOR REAJUSTADO
1	Contratação de Empresa especializada em transporte coletivo para fornecimento de Vale Transporte para os servidores do Município de Schroeder. (circular dentro do Município Schroeder)	4000	3,10	2.900	3,30

Cláusula 2ª – Fica a partir deste, alterado a Cláusula Quarta "do valor total do contrato" aditivado ao contrato o valor de R\$ 580,00 (quinhentos e oitenta reais), passando a ser o valor do contrato inicial de R\$ 12.980,00 (doze mil, novecentos e oitenta reais).

Cláusula 3ª – Ficam ratificadas as demais cláusulas do contrato nº. 315/2015-PMS, desde que não contrariem o que ficou convencionado no presente Termo Aditivo.

E por estarem de acordo com o presente instrumento de Termo Aditivo, firmam o presente em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para único efeito,

com as testemunhas abaixo para que produza os jurídicos e legais efeitos, comprometendo-se as partes a cumprir o presente contrato por si e seus sucessores, em juízo ou fora dele.

Schroeder/SC, 10 de maio de 2016.
CONTRATADA:

TRANSPANTANAL TRANSPORTE DE PASSAGEIROS LTDA
Valdir Hilário Marcarini
CPF nº 310.430.629-04
CONTRATANTE:

MUNICÍPIO DE SCHROEDER
OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

T E S T E M U N H A S:

1ª _____
Nome: Andreia Nass Friedemann
CPF nº. 003.769.879-60

2ª _____
Nome: Ivandra de Souza
CPF nº. 047.563.299-00

ATA DA TOMADA DE PREÇOS Nº 01/2016-FMS SEQUENCIA 04

ESTADO DE SANTA CATARINA FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SCHROEDER	TOMADA DE PREÇO Nr.: 1/2016 - TP
CNPJ: 83.102.491/0001-09 RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201 C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC	Processo Administrativo: Processo de Licitação: 14/2016 Data do Processo: 10/03/2016
Folha: 1/1	

ATA DE REUNIÃO DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO**Número da ATA: 21/2016 (Sequência: 4)****OBJETO DA LICITAÇÃO:**

contratação de empresa especializada para execução de edificação de Unidade Básica de Saúde (com fornecimento de mão de obra, materiais e equipamentos), sendo 253,06m² de área, na Rua Marechal Castelo Branco s/n, Bairro Bracinho, neste Município de Schroeder/SC, de acordo com Programa de Transferência 20160004947 do Fundo Social do Governo do Estado de Santa Catarina, conforme projeto, memorial descritivo, planilha de quantitativos e demais anexos que fazem parte integrante deste Instrumento o

A comissão reuniu-se conforme estabelecido em ata nº 20/2016, sequencia 03 de 09 de maio de 2016, para continuação do certame com a abertura das propostas comerciais das empresas habilitadas. Apenas o representante da empresa OMVS CONSTRUTORA LTDA. - ME está presente na sessão. Sendo abertos os envelopes das empresas CUBICA CONSTRUÇÕES LTDA. - EPP, VATTARO CONSTRUÇÕES EIRELI - ME, OMVS CONSTRUTORA LTDA. - ME e EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA VB LTDA. Será paralisada a sessão, para serem encaminhadas as propostas comerciais ao Setor de Engenharia e Setor Jurídico para análise detalhada das mesmas. Posteriormente será encaminhada ata com os resultados aferidos pelos setores. Encerra-se a sessão e pede-se para ser enviada cópia da ata e quadro comparativo às empresas participantes

Schroeder, 10 de Maio de 2016

COMISSÃO:

Ivandra de Souza	- - Presidente da Comissão de Licitação
Andreia Nass Friedemann	- - Membro
Walter Egidio Mukai	- - Membro
Ilmar José Pereira Borges Filho	- - Membro
Daniela Samulescki	- - Secretária
Cezar Santos de Jesus	- - Membro Suplente
Valderi Rocha de Camargo	- - Membro Suplente

Assinatura dos representantes das empresas que estiveram presentes na sessão de julgamento:

Osmais Rogério Marquez - - Representante Legal

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 37/2016-PMS

Página: 1/2

**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SCHROEDER****ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 29/2016**

Número do Registro de Preços: 29/2016		Data do Registro: 10/05/2016		Válido até: 10/05/2017			
Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para a contratação de empresa especializada em serviço de eletromecânica e manutenção em painéis eletroeletrônicos e boosters, bombas dosadoras, equipamentos de laboratório, incluindo assessoria técnica no di-me							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Desclo. (%)	Preço Unitário	Classif.
1	Serviço de eletromecânica e manutenção em painéis eletrônicos e boosters. Serviço de manutenção em bombas dosadoras. Serviço de manutenção em Equipamentos de Laboratório. Assessoria técnica no dimensionamento de boosters	H	AFER SERVIÇOS DE INSTRUMENTAÇÃO LTDA (10360)		0	64.5000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE SCHROEDER

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 29/2016

Número do Registro de Preços: 29/2016		Data do Registro: 10/05/2016		Válido até: 10/05/2017			
Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para a contratação de empresa especializada em serviço de eletromecânica e manutenção em painéis eletroeletrônicos e boosters, bombas dosadoras, equipamentos de laboratório, incluindo assessoria técnica no di me							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)

REGISTRO DE PREÇOS Nº 29/2016

PROCESSO Nº 69/2016

(10360) - AFER SERVIÇOS DE INSTRUMENTAÇÃO LTDA

Schroeder, 10 de Maio de 2016.

QUADRO COMPATIVO TOMADA DE PREÇOS Nº 01/2016-FMS

Página: 1/1

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SCHROEDER

Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Processo / Ano: 14/2016

Licitação.....: 1/2016 - TP

Modalidade.....: Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia

Objeto.....: contratação de empresa especializada para execução de edificação de Unidade Básica de Saúde (com fornecimento de mão de obra, materiais e equipamentos), sendo 253,06m² de área, na Rua Marechal Castelo Branco s/n, Bairro Bracinho, neste Município de Schroeder/SC, de acordo com Programa de Transferência 20160004947 do Fundo Social do Governo do Estado de Santa Catarina, conforme projeto, memorial descritivo, planilha de quantitativos e demais anexos que fazem parte integrante deste Instrumento o

Total dos Itens Vencedores: 0,00

Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
Item.....: 1	-	8964	- EDIFICAÇÃO UBS BRACINHO - Unidade: UN					
12632	OMVS CONTRUTORA LTDA.		1,000	0,0000	298.096,5900	298.096,59	Indefinido	1 *****
12256	CUBICA CONSTRUÇÕES LTDA		1,000	0,0000	299.724,1900	299.724,19	Indefinido	2
13117	VATTARO CONSTRUÇOES EIRELI - ME		1,000	0,0000	313.135,3100	313.135,31	Indefinido	3
13323	EMPREITEIRA DE MAO DE OBRA VB LTDA - EPP		1,000	0,0000	339.000,0000	339.000,00	Indefinido	4
13224	ADRIANA L. K. WILPERT - ME		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Inabilitado	0
13324	AZ CONSTRUÇOES LTDA - EPP		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Inabilitado	0

Schroeder,	Em/...../.....
Ivandra de Souza -	Presidente da Comissão	
Andreia Nass Friedemann -	Membro	
Walter Egidio Mukai -	Membro	
Iimar José Pereira Borges Filho -	Membro	
Daniela Samulescki -	Secretária	
Cezar Santos de Jesus -	Membro Suplente	
Valderi Rocha de Camargo -	Membro Suplente	
Elair José Wendt -	Membro Suplente	

Serra Alta

PREFEITURA

DECRETO Nº 069/2016

DECRETO Nº. 069/2016 DE 10 DE MAIO DE 2016.

“INSTITUI, E DESIGNA OS MEMBROS DA COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 001/2016 DO MUNICÍPIO DE SERRA ALTA/SC, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

FRANCISCO ARTUR BOTH, Prefeito Municipal de Serra Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são atribuídas pela Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º. Fica Constituída a Comissão de Acompanhamento e fiscalização do Processo Seletivo Simplificado nº001/2016, designando os seguintes membros para sua composição:

NOELI NILVA SANTORO - Presidente

CRISTIANE FRANCO - Secretária

IVANOR ROQUE DALLA VECCHIA - Membro

Art. 2º. Os membros designados, nos termos do artigo anterior, não receberão remuneração extra para o exercício do presente mandato, podendo ausentar-se das atribuições normais dos respectivos cargos, para dedicar-se ao acompanhamento do Processo Seletivo Simplificado nº 001/2016.

Art. 3º. Este decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 3º da Lei Municipal nº958/2013 de 22 de Maio de 2013. Revogando as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 10 de Maio de 2016.

FRANCISCO ARTUR BOTH

Prefeito Municipal de Serra Alta

Registrado e Publicado em data supra:

VANDERLI RUI DE GASPARI

Secretário de Administração

EDITAL PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001/2016

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO

EDITAL Nº 001/2016 DE 11 DE MAIO DE 2016.

ABRE INSCRIÇÕES PARA O PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO APROVER VAGAS AOS CARGOS DO QUADRO TEMPORÁRIO DE PESSOAL DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL DE SERRA ALTA, PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO.

O Prefeito Municipal de Serra Alta, Estado de Santa Catarina, Sr. FRANCISCO ARTUR BOTH, no uso de suas atribuições legais, conforme legislação vigente, e especiais Leis Municipais nº(s) 684/2005, 692/2006, e Alterações posteriores, TORNAR PÚBLICO, para o conhecimento dos interessados que se encontram abertas no período compreendido entre 12 a 13 de Maio de 2016, às inscrições para o Processo Seletivo Simplificado, para o cargo descrito neste edital, mediante condições que seguem:

1 - DO CARGO E DA QUANTIDADE DE VAGA

0.1. O Processo Seletivo se destina ao preenchimento de vagas e contratação de pessoal em caráter temporário de excepcional interesse público, de acordo com a necessidade e interesse da administração pública municipal, dentro do prazo de validade descrito no presente edital.

0.2. Os candidatos classificados estarão sujeitos às normas do Regime Jurídico dos servidores, e consideradas as alterações posteriores, serão admitidos sob o Regime Estatutário e serão filiados ao Regime Geral da Previdência Federal.

0.3. A admissão de candidato classificado será efetivada atendendo ao interesse e à conveniência do Poder Executivo Municipal de Serra Alta.

0.4. A vaga destinam-se ao cargo abaixo delineado e deverão ser preenchidas por candidatos que disponham da escolaridade mínima informada no presente edital, de acordo com cargo a que pretendem concorrer, conforme segue:

1.4.1 Os interessados concorrerão a apenas uma da seguinte vaga:

CARGO	Nº DE VAGA	CARGA HORÁRIA SEMANAL		VENCIMENTO R\$	ESCOLARIDADE MÍNIMA EXIGIDA	TIPO DE PROVA
Professor de Educação Física	1	20hs	1.330,74 + Incorporação 86,41	Licenciatura de Graduação Plena com habilitação na área específica de atuação.		Escrita objetiva

2. DAS INSCRIÇÕES

2.1. A inscrição no Processo Seletivo implicará no conhecimento e aceitação das disposições e condições estabelecidas neste edital.

2.2 As inscrições serão realizadas nos dias 12 e 13 de Maio de 2016, no horário das 7h30 às 11h30 e das 13h30 às 17h00, junto ao Setor de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal, sito a Avenida Dom Pedro II, 830, Centro, Serra Alta (SC).

2.3. O candidato não poderá inscrever-se via postal, e-mail, fax ou com falta de documentações exigidas neste Edital.

2.4. A inscrição deverá ser efetuada pelo próprio candidato, ou por procurador devidamente habilitado, com procuração simples, com poderes para representá-lo no ato da inscrição.

2.5. As inscrições serão efetuadas em formulário próprio, devidamente preenchido, anexando-se a documentação exigida.

2.6. Para inscrever-se, o candidato deverá atender ao que segue:

2.6.1. Comparecer no local, período e horário indicado no subitem 2.2, e retirar gratuitamente a ficha de inscrição.

2.6.2 A fidedignidade das informações contidas na Ficha de Inscrição é de inteira responsabilidade do candidato.

2.6.3 A adulteração de cópia(s) em relação ao(s) original(s) ou a não-veracidade de qualquer declaração ou documento apresentado, verificadas a qualquer tempo, eliminará o candidato deste Processo Seletivo.

2.6.4 Não será permitida sob qualquer pretexto, a inscrição condicional, bem como não será permitida a juntada posterior de documentos.

2.6.5 O candidato cuja documentação não for considerada em ordem terá a inscrição indeferida.

3. DOS REQUISITOS E DOCUMENTOS:

3.1. O candidato deverá preencher os seguintes requisitos:

- Ser brasileiro nato ou naturalizado;
- Ter idade mínima de 18 (dezoito) anos até a data do encerramento das inscrições;
- Estar em gozo dos direitos políticos;
- Estar em dia com as obrigações militares e eleitorais;
- Ter aptidão física e mental para o desempenho do cargo;
- Não ter sofrido incompatibilidade que inviabilize investidura em cargo público.

3.1.1. O processo de inscrição será coordenado por um Servidor Público Municipal especialmente designado, que receberá as Fichas de Inscrição, fará a conferência da documentação e auxiliará, prestando informações que contribuam para que o maior número de pessoas possam participar desta seleção pública.

3.1.2. A ficha de inscrição será preenchida pelo candidato, sendo que o servidor responsável pelo recebimento das inscrições apenas o porá o número da inscrição;

3.2. Documentos para inscrição:

3.2.1 No ato da inscrição o candidato deverá apresentar cópia legível dos seguintes documentos:

3.2.2. Cópia legível do Documento de Identidade. Será obrigatória a apresentação de documento de identidade original no dia e nos locais de realização das provas;

3.2.3. Cópia do Título de Eleitor com comprovante de quitação eleitoral no último pleito ou justificativa da Justiça Eleitoral;

3.2.4. Cópia do CPF - Cadastro de Pessoa Física;

3.2.5. Cópia da Prova de quitação com o Serviço Militar (quando do sexo masculino);

3.2.6. Cópia de certificado do curso exigido.

4. DA HOMOLOGAÇÃO E PUBLICAÇÃO DAS INSCRIÇÕES:

4.1. As inscrições serão homologadas pelo Prefeito Municipal, e publicadas no Diário Oficial dos Municípios, Site da Prefeitura Municipal de Serra Alta/SC e no mural próprio, da Prefeitura Municipal de Serra Alta/SC.

4.2. Os recursos movidos pelos candidatos deverão obrigatoriamente dar entrada com protocolo na Prefeitura Municipal de Serra Alta/SC.

5. DA APROVAÇÃO E CLASSIFICAÇÃO:

5.1. A classificação para os cargos dar-se-á por prova escrita;

6. DA PROVA

A prova do Teste Seletivo Simplificado será na modalidade: escrita.

6.1 - DA PROVA ESCRITA/OBJETIVA - Obrigatória para o cargo/função:

6.1.1 - A prova escrita será aplicada a todos os candidatos, no dia 21 de Maio de 2016, das 8:00 às 11:30 horas, nas dependências do Centro Municipal de Educação, Rua Duque de Caxias, nº 530, Centro da Cidade de Serra Alta/SC e contará de:

6.2 - DA PROVA ESCRITA:

6.2.1 - Esta prova será aplicada aos candidatos ao cargo/função descrita no presente edital;

6.2.2 - O candidato faltoso estará automaticamente desclassificado.

6.2.3 - Os candidatos deverão comparecer no local designado para a realização das provas no horário e data estabelecidos pelo Edital, com a antecedência mínima de 30 (trinta) minutos do horário fixado para o início das provas, munidos de documento de identificação original (com fotografia).

6.2.4 - Obrigatoriamente os candidatos deverão trazer consigo no dia da realização da prova o Comprovante de Inscrição, o qual servirá para solucionar qualquer dúvida.

6.2.5 - As questões da prova escrita objetiva serão divididas em questões de conhecimentos gerais e conhecimentos específicos, conforme abaixo:

a) Conhecimentos gerais: 15 questões

Português: 05 questões

Matemática: 05 questões

Conhecimentos Gerais: 05 questões

b) Conhecimentos específicos para a área a qual se inscreveu: 05 questões

6.2.5 - À prova escrita/objetiva para o cargo será atribuída nota de 0 (zero) a 10 (dez), de acordo com a tabela abaixo:

DISCIPLINA	NÚMERO DE QUESTÕES	VALOR POR QUESTÃO	TOTAL DE PONTOS (Nota)
Conhecimentos Gerais (Português, matemática)	15	0,5	7,5
Conhecimentos Específicos	05	0,5	2,5
T O T A L			10,00

* Os conteúdos programáticos sobre os quais versarão as questões da prova escrita estão publicados no anexo III do presente edital.

7- DA NOTA FINAL

7.1 - Para o cargo/função a nota final será verificada conforme abaixo:

7.2 - Nota da Prova escrita será atribuída de 0 (zero) a 10 (dez) pontos.

8 - DA APROVAÇÃO E CLASSIFICAÇÃO

8.1 - A lista final de classificação do Teste Seletivo apresentará todos os candidatos classificados, para o cargo/função.

8.2 - Para o cargo/função os candidatos aprovados serão classificados na ordem decrescente da(s) nota(s) obtida(s).

8.3 - Será eliminado do Processo Seletivo o candidato que não comparecer ou zerar a prova.

8.4. Havendo empate serão aplicados os seguintes critérios;

a) maior número de acertos nas questões específicas;

b) Mais idoso.

8.5. A lista final de classificação do Processo Seletivo apresentará apenas os candidatos classificados, para o cargo.

9. DOS RECURSOS:

9.1. É admitido recurso quanto a divergências:

a) A não homologação da inscrição;

b) Ao resultado da divulgação da classificação.

9.2. Os recursos deverão ser interpostos na Prefeitura Municipal de Serra Alta/SC.

9.3. Somente será apreciado o recurso expresso em termos convenientes e que aponte a(s) circunstância(s) que o justifique, bem como tiver indicado o nome do candidato, número de sua inscrição, cargo, endereço para correspondência e sua assinatura.

9.4. O recurso interposto fora do respectivo prazo não será reconhecido, considerando-se para tal a data e hora do respectivo protocolo.

10. CRONOGRAMA:

	DATA	HORÁRIO
Recebimento das inscrições	12 e 13 de Maio de 2016	7:30 às 11:30 horas 13:30 às 17:00 horas
Homologação das inscrições	16 de Maio de 2016	17h00
Recurso	17 de Maio de 2016	7:30 às 11:30 horas 13:30 às 17:00 horas
Homologação do recurso	19 de Maio de 2016	17h00
Prova escrita/Objetiva	21 de Maio de 2016	8:00 às 11:30 horas
Divulgação do Gabarito e Resultado preliminar de classificação para o cargo	24 de Maio de 2016	17h00
Recurso da prova	25 de Maio de 2016	7:30 às 11:30 horas 13:30 às 17:00 horas
Homologação do Recurso	27 de Maio de 2016	17h00
Homologação do resultado final de classificação	31 de Maio de 2016	17h00
Escolha de Vaga	01 de Junho de 2016	13h30 – No Centro Municipal de Educação (Secretaria de Educação)

11. DO FORO JUDICIAL

11.1. O Foro para dirimir qualquer questão relacionada ao Processo Seletivo de que trata este Edital é o da Comarca de Modelo, Estado de Santa Catarina.

12. DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIA

12.1. Fica delegada competência à Comissão Municipal específica para:

- prestar informações sobre o Processo Seletivo dentro de sua competência;
- fazer a conferência das inscrições;
- elaborar, aplicar, julgar e corrigir as provas;
- apreciar os recursos interpostos;
- emitir os documentos do gabarito preliminar;
- emitir a Ata de abertura dos envelopes;
- emitir a Ata de Classificação Final;
- emitir os documentos da Homologação do Resultado Final;
- atuar em conformidade com as disposições deste edital.

12.2. Fica sob a responsabilidade do Poder Executivo Municipal de Serra Alta:

- elaboração do edital;
- receber as inscrições;
- emitir os documentos de homologação das inscrições;
- disponibilizar as leis;
- nomear Comissão Especial para acompanhamento do Processo Seletivo;

- f. fazer as publicações necessárias em Jornais, Mural Público e no sítio do Município de Serra Alta;
- g. assinar a documentação necessária para a sua publicação (edital, homologação das inscrições, gabarito, Ata de Classificação Final, Homologação do Resultado Final).

13. DA CONTRATAÇÃO

13.1. O candidato aprovado será submetido, quando da contratação, a exames de saúde para verificação de aptidão ao exercício das atividades inerentes à função.

13.2. A contratação dos candidatos aprovados obedecerá à ordem de classificação no cargo;

13.3. A classificação e a aprovação do candidato não geram direito automático à contratação, ficando a convocação dos candidatos habilitados a critério da Administração Pública Municipal, observada a necessidade e o interesse público.

13.4. No ato da contratação o candidato deverá apresentar os seguintes documentos xerocados:

- * Carteira de Identidade
- * CPF
- * Título de Eleitor
- * Comprovante de quitação eleitorais 1º e 2º turno (última)
- * Comprovante de quitação Militar (masculino)
- * Certidão de Casamento/ Nascimento
- * Registro de nascimento filhos menores de 14 anos
- * Histórico Escolar e Diploma
- * Comprovante de Residência
- * Carteira de Motorista
- * 1 foto 3x4 recente
- * Declaração de bens
- * Conta do Banco do Brasil
- * Cópia da carteira de Trabalho PIS/PASEP
- * Laudo de Inspeção de saúde, procedida por órgão médico oficial (atestado médico)

14. DA DURAÇÃO DO CONTRATO DE TRABALHO

13.1 O Processo Seletivo terá validade até 31 de dezembro de 2016, a contar da data da publicação da homologação do resultado final com a respectiva classificação.

15. DO REGIME JURÍDICO

15.1. O candidato habilitado e classificado, caso contratado, terá seu contrato de trabalho regido pelo Estatuto e pela Consolidação das Leis do Trabalho - CLT.

16. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:

16.1. A aprovação no Processo Seletivo não assegura ao candidato sua contratação, mas apenas a expectativa de ser admitido segundo as vagas existentes, para suprir atestados médicos ou desistências de titulares, conforme a ordem de classificação, ficando a nomeação condicionada às disposições pertinentes e à necessidade e conveniência da Prefeitura Municipal de Serra Alta/SC.

16.2. A Administração Municipal se reserva o direito de anular o presente Processo Seletivo, bem como, de adotar providências que se fizerem necessárias para garantir a correção dos procedimentos a eles relativos ou dele decorrentes.

16.3. O candidato será inteiramente responsável pelas informações contidas na sua ficha de inscrição, após a respectiva assinatura.

16.4. A efetivar sua inscrição, o candidato receberá o comprovante de inscrição, o qual deverá ser apresentado juntamente com o documento de identidade, para acesso à prova escrita.

16.5. A inscrição do candidato importará no conhecimento das presentes instruções e na aceitação das condições do Processo Seletivo, tais como se encontram expressas no presente Edital.

16.6. A contratação obedecerá à ordem rigorosa de classificação e, com base nesta, far-se-á a competente convocação.

16.7. O candidato aprovado e classificado que, sob qualquer circunstância, não comparecer ao chamamento para a posse exercício, terá seu nome excluído da relação classificatória.

16.8. No ato da contratação o candidato aprovado deverá preencher as condições previstas na legislação vigente, bem como a apresentação dos documentos exigidos.

16.9. A inexistência das informações e/ou irregularidades nos documentos, ainda que verificados posteriormente ao provimento, ocasionarão sua exoneração.

16.10. Os casos previstos no presente Edital, tangente ao Processo Seletivo em questão, no que couber, serão resolvidos, conjuntamente pela Comissão de acompanhamento instituída e pela Prefeitura Municipal de Serra Alta/SC, conforme a legislação vigente.

Gabinete do Prefeito de Serra Alta/SC, em 11 de Maio de 2016.
FRANCISCO ARTUR BOTH
Prefeito Municipal Serra Alta

ANEXO I – FICHA DE INSCRIÇÃO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 001/2016

INSCRIÇÃO Nº _____ NOME DA FUNÇÃO PRETENDIDA, PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA.

NOME DO CANDIDATO(A) _____

RG _____

Visto do responsável Obs: Este comprovante de inscrição deverá ser apresentado juntamente com os demais documentos.

ANEXO II – FICHA DE INSCRIÇÃO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 001/2016

INSCRIÇÃO Nº _____ NOME DA FUNÇÃO PRETENDIDA, PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA.

Nome do candidato:
Endereço:
Cidade:
Telefone:
RG: CPF:
E – mail:

Documentos anexos:

() RG () CPF () Certificado Militar () Título de Eleitor () Comprovante de Escolaridade () Procuração () Outros – especificar abaixo _____

Eu, abaixo assinado, declaro conhecer e aceitar todas as normas do Processo Seletivo 001/2016 do Município de Serra Alta, bem como a legislação pertinente sobre a contratação.

Serra Alta / SC, _____ de _____ de 2016.

Assinatura do candidato(a)

ANEXO III ATRIBUIÇÕES DOS CARGOS/FUNÇÕES

PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA

- Participar da elaboração da proposta pedagógica do estabelecimento de ensino;
- Elaborar e cumprir o plano de trabalho, segundo a proposta pedagógica do estabelecimento de ensino;
- Zelar pela aprendizagem dos alunos, dando condições para a manutenção da saúde física e psíquica dos alunos;
- Estabelecer estratégias de recuperação para os alunos de menor rendimento;
- Ministrar os dias letivos e horas aula estabelecidos, além de participar integralmente dos períodos dedicados ao planejamento, avaliação e ao desenvolvimento profissional;
- Colaborar com as atividades de articulação da escola com as famílias e a comunidade;
- Executar o trabalho diário de forma a se vivenciar um clima de respeito mútuo e de relações que conduzam à aprendizagem;
- Manter com os colegas o espírito de colaboração e solidariedade indispensável à eficiência da obra educativa;
- Realizar com clareza, precisão e presteza, toda escrituração referente à execução da programação, frequência e aproveitamento dos alunos;
- Zelar pela conservação dos bens materiais, limpeza e o bom nome da escola;
- Executar as demais normas estabelecidas no regimento escolar, nas diretrizes emanadas dos órgãos superiores e legislação federal, estadual e municipal.

ANEXO IIII

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO MÍNIMO SUGERIDO PARA A REALIZAÇÃO DAS PROVAS OBJETIVAS

CONHECIMENTOS BÁSICOS DO ENSINO SUPERIOR

LÍNGUA PORTUGUESA:

Compreensão e interpretação de palavra, frase ou texto, reconhecimento e compreensão de diferentes tipos e gêneros textuais, coesão e coerência, recursos coesivos, ponto de vista do autor, ideia central e ideias convergentes, informações literais e inferências, intertextualidade e extratextualidade. Ortografia: divisão silábica, pontuação, uso do hífen, acentuação gráfica, crase, uso dos Porquês, mas e mais, bem e bom, mal e mau, Uso de x, ch, ss, s, sc, ç, g, j, adequação vocabular. Morfologia: processos de formação de palavras, artigo, adjetivo,

Advérbio, pronome, preposição, substantivo, verbo, conjunção, numeral, interjeição, flexões, conjugação verbal, sentido próprio e figurado. Sintaxe: sintaxe da oração e do período composto, voz passiva e ativa, concordância nominal e verbal, regência nominal e verbal, colocação pronominal. Semântica: relações de significados entre palavras e orações, polissemia, sinônimo, antônimo, homônimos e parônimos, figuras de linguagem, conotação, Denotação, ambiguidades. Fonologia: fonemas e letras, sílabas, encontros consonantais e vocálicos (ditongo, tritongo, hiato). Literatura: períodos e estilos da literatura brasileira, estilos dos escritores, gêneros literários. Novo acordo ortográfico.

MATEMÁTICA:

Operações fundamentais: adição, subtração, multiplicação e divisão. Operações com números naturais, números racionais e números complexos. Teoria dos conjuntos. Operações com frações, mínimo múltiplo comum e máximo divisor comum. Funções exponenciais. Análise Combinatória e binômio de Newton. Matrizes.

Determinantes. Sistemas lineares. Números complexos. Raciocínio lógico. Polinômios. Produtos notáveis. Equações e inequações de 1º e 2º Grau. Problemas. Probabilidades. Fatoração. Potenciação. Regra de três simples e composta. Juros simples e composto. Razão e proporção. Porcentagem. Grandezas proporcionais. Sistema de medidas decimais: metro, metro quadrado e cúbico, litro, grama. Média aritmética simples e ponderada. Geometria: Forma, perímetro, área, volume, ângulo e Teorema de Pitágoras. Geometria analítica. Logaritmos. Progressão aritmética. Progressão geométrica. Análise combinatória. Sistema Monetário Brasileiro. Equações Logarítmicas, exponenciais e trigonométricas. Derivada. Trigonometria.

CONHECIMENTOS GERAIS

Aspectos geográficos, históricos, físicos, econômicos, sociais, políticos e estatísticos do Brasil, do Estado e do Município. Símbolos nacionais, estaduais e municipais. Lei Orgânica do Município. Atualidades nos assuntos relacionados com economia, história, política, meio ambiente, justiça, segurança pública, saúde, cultura, religião, esportes, inovações tecnológicas e científicas, do município, do Estado, do Brasil e do mundo.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS DOS CARGOS/FUNÇÕES

Professor de Educação Física:

Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) – Lei nº 9.394/1996. Estatuto da Criança e do Adolescente – Lei nº 8.069/1990. A Educação física no Brasil sua história. A importância social da Educação física: na escola, no lazer, na formação do indivíduo e na transformação social. A educação física no desenvolvimento infantil, no ensino fundamental. Avaliação em educação física. A relação ensino aprendizagem numa visão construtivista sócio interacionista. As diferentes tendências pedagógicas da Educação Física na escola. Educação Física escolar e cidadania. Parâmetros Curriculares nacionais de Educação física. A educação inclusiva na educação física. Competição, cooperação e transformação didático pedagógica. Anatomia e Fisiologia Humanas. Dimensões biológicas aplicadas à Educação Física e ao Esporte: as mudanças fisiológicas resultantes da atividade física; nutrição e atividade física. Socorros de urgência aplicados à Educação Física. Fisiologia do exercício. Substâncias proibidas/permitidas. Esportes: atletismo, futebol de campo, futsal, basquete, vôlei, handebol, esportes com bastões, técnicas e táticas, regras e penalidades. Organização de eventos esportivos. Jogos pré-desportivos. Brincadeiras da cultura popular. Lutas: judô, capoeira. Atividades Rítmicas e Expressivas. Percepção corporal e espaço-temporal. Ginásticas de preparação e aperfeiçoamento para a dança; de preparação e aperfeiçoamento para os esportes, jogos e lutas; ginástica olímpica e rítmica desportiva. Organização e legislação do ensino da educação física. Código de Ética dos Profissionais de Educação Física – Resolução nº 056/2003. Atualidades Profissionais. Conhecimentos Básicos de Informática.

EXTRATO DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001/2016

MUNICÍPIO DE SERRA ALTA/SC

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA

EXTRATO DE EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO

A PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRA ALTA/SC TORNARÁ PÚBLICO que realizará PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001/2016 para contratação por tempo determinado para o cargo de: PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA 20 hrs semanais, inscrições dias 12 e 13 de Maio de 2016. Maiores informações e Edital na íntegra encontra-se disponível no Mural da Prefeitura e site www.serraalta.sc.gov.br

Serra alta-SC 11 de maio de 2016

FRANCISCO ARTUR BOTH

Prefeito Municipal de Serra Alta

EXTRATO PREGÃO PRESENCIAL Nº 024/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE SERRA ALTA

AVISO DE LICITAÇÃO:

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 024/2016

PREGÃO PRESENCIAL Nº 024/2016

Tipo: Menor Preço/Por item.

OBJETO: Aquisição de um VEÍCULO NOVO, TIPO AMBULÂNCIA, para compor a Frota da Secretaria de Saúde, visando melhorar o atendimento da

crescente demanda de serviços, proporcionando maior eficiência e agilidade, além de maior segurança e comodidade no transporte de pacientes que necessitam de atendimentos e tratamentos especializados fora do domicílio. Oportuno destacar que parte dos recursos para a aquisição do referido bem será oriundo do convênio nº 702/2016 celebrado entre o Estado de Santa Catarina por meio da Agência de Desenvolvimento Regional de Maravilha Processo nº 139/2016 e o Município de Serra Alta/SC.

Entrega dos Envelopes: 08:30 horas do dia 30 de Maio de 2016.

Abertura dos Envelopes: 09:00 horas do dia 30 de Maio de 2016.

O Edital se encontra disponível na Prefeitura e no site <http://www.serraalta.sc.gov.br/> ou maiores informações no seguinte endereço e horário: Av.Dom Pedro II, nº 830, nos dias úteis, de Segunda à Sexta, das 07:30 às 11:30 e das 13:30 às 17:30 horas.

SERRA ALTA, 11 de Maio de 2016.

FRANCISCO ARTUR BOTH

PREFEITO MUNICIPAL

Sombrio

PREFEITURA

DEC 166/2016

DECRETO Nº 166, DE 10 DE MAIO DE 2016.

ABRECRÉDITOESPECIALAOORÇAMENTOFISCALDAPREFEITURAMUNICIPAL DE SOMBRIO.

OPREFEITOMUNICIPALDESOMBRIO-SC, Senhor Zênio Cardoso, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Sombrio, de 06 de abril de 1990 e Lei nº. 2272, de 10 de maio de 2016.

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto Crédito especial ao orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Sombrio, no valor de R\$ 15.548,00 (quinze mil. Quinhentos e quarenta e oito reais), assim classificado:

11 – SECRET. MUNIC. DE CULTURA, ESPORTE E MEIO AMBIENTE
02 – DIRETORIA DE ESPORTES
27.812.0121.2.054 - Manutenção do Complexo Esportivo0
, São Luiz
3.3.90.(F80)–Aplicações Diretas.....R\$
15.548,00

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no artigo anterior decorrerão do provável excesso de arrecadação de receitas orçamentárias apurado no decorrer do vigente exercício.

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Sombrio (SC), 10 de maio de 2016.

Zênio Cardoso
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado nesta Secretaria em data supracitada.

José Sidnei Januário
Secretário Municipal de Finanças, Administração e Planejamento

DEC. 164

DECRETO Nº 164, DE 05 DE MAIO DE 2016.

ABRECRÉDITOSUPLEMENTARAOORÇAMENTOFISCALDAPREFEITURAMUNICIPAL DE SOMBRIO – SC.

OPREFEITOMUNICIPALDESOMBRIO, Senhor Zênio Cardoso, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Sombrio - SC, de 06 de abril de 1990 e o artigo 6º, da Lei nº 2250 de 22 de Dezembro de 2015, (Lei Orçamentária)

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto ao orçamento fiscal da Prefeitura Municipal de Sombrio, crédito suplementar, no valor de R\$ 38.823,53 (trinta e oito mil, oitocentos e vinte e três reais e cinquenta e três centavos), na seguinte dotação orçamentária:

05.04 - DIRET. DE ASSIST. TEC. E ADMINISTRATIVA
1.008 - Reforma e ampliação da rede física do ensino fundamental
4.4.90.00.00.00.00.00.0091-Aplicações Diretas.....R\$
38.823,53

Art. 2º A abertura de Crédito de que trata o art. 1º, correrá a conta dos recursos de Alienação de Bens, F-91.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação

Município de Sombrio – SC, 02 de maio de 2016.

Zênio Cardoso
Prefeito Municipal

Registrado e publicado nesta secretaria em data supracitada

José Sidnei Januário
Secretário Municipal de Finanças, Administração e Planejamento

EDITAL CONVOCAÇÃO 017/2016

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº. 017/2016
CONCURSO PÚBLICO – EDITAL 001/2015 (ADMINISTRAÇÃO)

Pelopresente Edital, OPREFEITOMUNICIPALDESOMBRIO, Senhor Zênio Cardoso, vem a público convocar o candidato aprovado no Concurso Público – Edital nº 001/2015 (Administração) para os cargo de: Enfermeiro PSF, abaixo relacionado, sendo que o referido candidato deverá comparecer no prazo de 30 (trinta) dias, no Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Sombrio, munido dos documentos exigidos pelo Edital do Concurso Público nº. 001/2015, (Administração) para tomar posse:

ENFERMEIRO PSF

POSIÇÃO	INSCRIÇÃO	CANDIDATO
2	95721	Marcela Caetano Alves Pacheco

Município de Sombrio - SC 10 de maio de 2016

Zênio Cardoso
Prefeito Municipal

LEI 2271/2016

LEI Nº 2271, DE 26 DE ABRIL DE 2016.

“DECLARADEUTILIDADEPÚBLICAOGRUPOEDUCACIONALDEAPOIO E PROTEÇÃO AOS ANIMAIS - GEAPA”.

OPREFEITOMUNICIPALDESOMBRIO-SC, Senhor Zênio Cardoso, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei.

Art. 1º. Fica declarada de Utilidade Pública, o “GRUPO EDUCACIONAL DE APOIO E PROTEÇÃO AOS ANIMAIS – GEAPA”, fundada em 12 de março de 2008, com sede Rua Alberto Santos, nº 1449, sala F, Bairro Centro, na cidade de Sombrio, Santa Catarina, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, com duração por tempo indeterminado, CNPJ nº. 19.300.883/0001-83, devidamente registrada no Cartório de Registro Civil, títulos e documentos e pessoas jurídicas da Comarca de Sombrio – SC, sob o número de ordem 531, folha 08, Livro A-18, com suas finalidades e competência definidas no artigo 2º, Capítulo II, do seu Estatuto Social vigente.

Art. 2º. À associação de que trata o artigo anterior, ficam assegurados todos os direitos e vantagens constantes na Legislação vigente.

Art. 3º. É obrigação da Entidade Declarada de Utilidade pública, na

forma desta Lei:

I - cumprir fielmente e leal os objetivos propostos no Estatuto Social;

II - comunicar a ocorrência de qualquer alteração nos seus estatutos sociais.

III - comunicar o fim das atividades e a conseqüente extinção da entidade.

Art. 4º. Será revogada a Declaração de Utilidade Pública, nos seguintes casos:

I - infringir o disposto no Art. 3º, da presente Lei;

II - Desviar-se de seus fins;

III - Exercer, na prática, comprovadamente, atividades diversas das declaradas nos estatutos.

Art., 5º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Sombrio - SC, 26 de abril de 2016.

Zênio Cardoso

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado nesta Secretaria em data supracitada.

José Sidnei Januário

Secretária Municipal de Finanças, Administração e Planejamento

LEI 2273/2016

LEI Nº 2273, DE 10 DE MAIO DE 2016.

“Altera o Plano Plurianual 2014/2017, Lei nº 2082, de 28/08/2013 e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SOMBRIO – SC, Senhor Zênio Cardoso, no exercício de suas atribuições legais, faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica alterado o Plano Plurianual para o quadriênio 2014/2017, Lei nº 2082, de 28/08/2013, para incluir ao Programa 121 - SOMBRIO MAIS ESPORTE, a Ação 2.054 - Manutenção do Complexo Esportivo São Luiz, no valor de R\$ 31.096,00 (trinta e um mil e noventa e seis reais).

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no art. 1º decorrerão a conta do excesso de arrecadação da receita orçamentária.

Art. 3º – Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Sombrio - SC, 10 de maio de 2016.

Zênio Cardoso

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado nesta Secretaria em data supracitada.

José Sidnei Januário

Secretária Municipal de Finanças, Administração e Planejamento

LEI 2274/2016

LEI Nº 2274, DE 10 DE MAIO DE 2016.

Altera a Lei de Diretrizes Orçamentárias, Lei nº 2231, De 29/09/2015 e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SOMBRIO – SC, Senhor Zênio Cardoso, no exercício de suas atribuições legais, faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica alterada a Lei de Diretrizes Orçamentárias, lei nº 2231, de 29

de setembro de 2015, para incluir no Órgão 11, Unidade 02, Programa 121, a Ação 2.054 - Manutenção do Complexo Esportivo São Luiz, no valor R\$ 15.548,00 (quinze mil, quinhentos e quarenta e oito reais).

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no Art. 1º decorrerão do excesso da receita orçamentária.

Art. 3º – Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Sombrio - SC, 10 de maio de 2016.

Zênio Cardoso

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado nesta Secretaria em data supracitada.

José Sidnei Januário

Secretária Municipal de Finanças, Administração e Planejamento

LEIS 2272/2016

LEI Nº 2272, DE 10 DE MAIO DE 2016.

Abre Crédito Especial ao Orçamento vigente e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SOMBRIO – SC, Senhor Zênio Cardoso, no exercício de suas atribuições legais, faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir Crédito especial ao orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Sombrio, no valor de R\$ 15.548,00 (quinze mil. Quinhentos e quarenta e oito reais), assim classificado:

11 – SECRET. MUNIC. DE CULTURA, ESPORTE E MEIO AMBIENTE
02 – DIRETORIA DE ESPORTES
27.812.0121.2.054 - Manutenção do Complexo Esportivo São Luiz
3.3.90.(F80) – Aplicações Diretas.....R\$15.548,00

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no artigo anterior decorrerão do provável excesso de arrecadação de receitas orçamentárias apurado no decorrer do vigente exercício.

Art. 3º – Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Sombrio - SC, 10 de maio de 2016.

Zênio Cardoso

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado nesta Secretaria em data supracitada.

José Sidnei Januário

Secretária Municipal de Finanças, Administração e Planejamento

PORT 095

PORTARIA Nº. 090 DE 03 DE MAIO DE 2016

NOMEIA SERVIDORES APROVADOS PELO CONCURSO PÚBLICO
EDITAL Nº 001/2015 (ADMINISTRAÇÃO)

O PREFEITO MUNICIPAL DE SOMBRIO – SC, Senhor Zênio Cardoso, no uso da competência privativa que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Sombrio, de 06 de abril de 1990 combinado com a Lei nº. 1.414 de 20 de Maio de 2003.

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear o servidor abaixo relacionado, aprovado no Concurso Público Edital nº. 001/2015 (Administração), para o cargo de Farmacêutico, com Carga Horária de 40 (quarenta) horas semanais, como segue:

NOME

Claudinei Coelho de Bitencourt

Esta Portaria Entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Sombrio – SC, 03 de maio de 2016.

Zênio Cardoso

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta secretaria em data supracitada

José Sidnei Januário

Secretário Municipal de Finanças, Administração e Planejamento

PORT 096

PORTARIA Nº. 096 DE 09 DE MAIO DE 2016

NOMEIA SERVIDORES APROVADOS PELO CONCURSO PÚBLICO
EDITAL Nº 001/2015 (ADMINISTRAÇÃO)

OPREFEITOMUNICIPALDESOMBRIOS-SC, Senhor Zênio Cardoso, nouse da competência privativa que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Sombrio, de 06 de abril de 1990 combinado com a Lei nº. 1.414 de 20 de Maio de 2003.

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear o servidor abaixo relacionado, aprovado no Concurso Público Edital nº. 001/2015 (Administração), para o cargo de Enfermeiro, com Carga Horária de 40 (quarenta) horas semanais, como segue:

NOME

Bruna Vieira Rabello Alcara

Esta Portaria Entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Sombrio – SC, 09 de maio de 2016.

Zênio Cardoso

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta secretaria em data supracitada

José Sidnei Januário

Secretário Municipal de Finanças, Administração e Planejamento

PORT 097

PORTARIA Nº. 097 DE 09 DE MAIO DE 2016

NOMEIA SERVIDORES APROVADOS PELO CONCURSO PÚBLICO
EDITAL Nº 001/2015 (ADMINISTRAÇÃO)

OPREFEITOMUNICIPALDESOMBRIOS-SC, Senhor Zênio Cardoso, nouse da competência privativa que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Sombrio, de 06 de abril de 1990 combinado com a Lei nº. 1.414 de 20 de Maio de 2003.

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear o servidor abaixo relacionado, aprovado no Concurso Público Edital nº. 001/2015 (Administração), para o cargo Auxiliar de Ensino Infantil, com Carga Horária de 30 (trinta) horas semanais, como segue:

NOME

Cristiane Silva da Silva

Esta Portaria Entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Sombrio – SC, 09 de maio de 2016.

Zênio Cardoso

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta secretaria em data supracitada

José Sidnei Januário

Secretário Municipal de Finanças, Administração e Planejamento

PORT 098/2016

PORTARIA Nº. 098 DE 09 DE MAIO DE 2016

NOMEIA SERVIDORES APROVADOS PELO CONCURSO PÚBLICO
EDITAL Nº 001/2015 (ADMINISTRAÇÃO)

OPREFEITOMUNICIPALDESOMBRIOS-SC, Senhor Zênio Cardoso, nouse da competência privativa que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Sombrio, de 06 de abril de 1990 combinado com a Lei nº. 1.414 de 20 de Maio de 2003.

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear o servidor abaixo relacionado, aprovado no Concurso Público Edital nº. 001/2015 (Administração), para o cargo Auxiliar Administrativo, com Carga Horária de 40 (quarenta) horas semanais, como segue:

NOME

Lucas Miguel Franco

Esta Portaria Entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Sombrio – SC, 09 de maio de 2016.

Zênio Cardoso

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta secretaria em data supracitada

José Sidnei Januário

Secretário Municipal de Finanças, Administração e Planejamento

PORT 099

PORTARIA Nº. 099 DE 09 DE MAIO DE 2016

NOMEIA SERVIDORES APROVADOS PELO CONCURSO PÚBLICO
EDITAL Nº 001/2015 (ADMINISTRAÇÃO)

OPREFEITOMUNICIPALDESOMBRIOS-SC, Senhor Zênio Cardoso, nouse da competência privativa que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Sombrio, de 06 de abril de 1990 combinado com a Lei nº. 1.414 de 20 de Maio de 2003.

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear o servidor abaixo relacionado, aprovado no Concurso Público Edital nº. 001/2015 (Administração), para o cargo Auxiliar de Serviços Gerais, com Carga Horária de 40 (quarenta) horas semanais, como segue:

NOME

Sílvia Aparecida Pereira Duarte da Silveira

Esta Portaria Entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Sombrio – SC, 09 de maio de 2016.

Zênio Cardoso

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta secretaria em data supracitada

José Sidnei Januário
Secretário Municipal de Finanças, Administração e Planejamento

PORT 101

PORTARIA Nº. 101 DE 10 DE MAIO DE 2016
NOMEIA SERVIDORES APROVADOS PELO CONCURSO PÚBLICO
EDITAL Nº 001/2015 (ADMINISTRAÇÃO)

OPREFEITOMUNICIPALDESOMBRIOS-SC, Senhor Zênio Cardoso, no uso da competência privativa que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Sombrio, de 06 de abril de 1990 combinado com a Lei nº. 1.414 de 20 de Maio de 2003.

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear o servidor abaixo relacionado, aprovado no Concurso Público Edital nº. 001/2015 (Administração), para o cargo Odontólogo, com Carga Horária de 40 (quarenta) horas semanais, como segue:

NOME
Carlos Alberto Garcia Junior

Esta Portaria Entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Sombrio – SC, 10 de maio de 2016.

Zênio Cardoso
Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta secretaria em data supracitada

José Sidnei Januário
Secretário Municipal de Finanças, Administração e Planejamento

PORT 102

PORTARIA Nº 102 DE 10 DE MAIO DE 2016.
EXONERAR SERVIDOR PÚBLICO POR APOSENTADORIA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

OPREFEITOMUNICIPALDESOMBRIOS-SC, Senhor Zênio Cardoso, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Sombrio, de 06 de abril de 1990, e em conformidade com a Lei nº 1.414 de 20 de Maio de 2003.

RESOLVE:

Exonerar, por aposentadoria junto ao INSS, a contar de 10/05/2016, a Senhora ANGELA MARIA ISOPPO, matrícula nº 1862, admitida através da Portaria nº 054, de 23 de fevereiro de 1999, para o Cargo de Auxiliar Administrativo, com carga horária de 40 horas semanais.

Fica revogada a Portaria nº 054, de 23 de fevereiro de 1999 e demais disposições em contrário.

Esta Portaria Entra em vigor na data de sua publicação

Município de Sombrio - SC, 10 de maio de 2016.

Zênio Cardoso
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada nesta Secretaria em data supracitada.

José Sidnei Januário
Secretário Municipal de Finanças, Administração e Planejamento

PORT 103

PORTARIA Nº 103 DE 10 DE MAIO DE 2016.

OPREFEITOMUNICIPALDESOMBRIOS-SC, Senhor Zênio Cardoso, usando da competência privativa que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Sombrio, de 06 de abril de 1990, e em conformidade com a Lei nº 1414, de 20 de maio de 2003.

RESOLVE:

Reduzir a pedido de 40 (quarenta) para 20 (vinte) horas semanais a carga horária com redução proporcional da remuneração da funcionária efetiva abaixo relacionado, conforme prevê o parágrafo 2º, do artigo 27 da Lei Municipal nº 1.414, de 20 de maio de 2003.

NOME MATRÍCULA FUNÇÃO

Vera Lucia dos Santos 3615 T. de Enfermagem

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Sombrio - SC, 10 de maio de 2016.

Zênio Cardoso
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada nesta Secretaria em data supracitada.

José Sidnei Januário
Secretário Municipal de Finanças, Administração e Planejamento

PORT 100

PORTARIA Nº. 100 DE 09 DE MAIO DE 2016
NOMEIA SERVIDORES APROVADOS PELO CONCURSO PÚBLICO
EDITAL Nº 001/2015 (ADMINISTRAÇÃO)

OPREFEITOMUNICIPALDESOMBRIOS-SC, Senhor Zênio Cardoso, no uso da competência privativa que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Sombrio, de 06 de abril de 1990 combinado com a Lei nº. 1.414 de 20 de Maio de 2003.

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear o servidor abaixo relacionado, aprovado no Concurso Público Edital nº. 001/2015 (Administração), para o cargo Gestor Pedagógico, com Carga Horária de 40 (quarenta) horas semanais, como segue:

NOME
Lorin Marilva Roque Soares

Esta Portaria Entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Sombrio – SC, 09 de maio de 2016.

Zênio Cardoso
Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta secretaria em data supracitada

José Sidnei Januário
Secretário Municipal de Finanças, Administração e Planejamento

PROCESSO SELETIVO N.º 001/2016 - SAÚDE

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SOMBRIO/SC

PROCESSO SELETIVO N.º 001/2016

APREFEITURAMUNICIPALDESOMBRIO/SC, através da Comissão de Processo Seletivo Simplificado, nomeada através do Decreto nº 160/2016, no uso de suas atribuições legais, TORNA PÚBLICO o Processo Seletivo Simplificado para atuação na Secretaria Municipal de Saúde, a serem admitidos em caráter temporário nos termos do Art. 37, IX da Constituição Federal de 1988 c/c 1853/2009, na forma deste Edital:

1. DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1 APREFEITURAMUNICIPALDESOMBRIO se reserva o direito de admitir os candidatos classificados, de acordo com a necessidade e disponibilidade de vagas que surgirem durante a vigência do Processo Seletivo.

1.2 Para se inscrever, o candidato deverá acessar o site www.processosseletivos.com.br/sombrio, efetuar seu cadastro e sua inscrição, e antes de validar a inscrição, conferir todos os dados inclusive à denominação do cargo e seu respectivo código.

1.3 O cronograma com as datas de cada fase do Processo Seletivo e os conteúdos programáticos de cada cargo estarão disponibilizadas nos Anexos I e II, partes integrantes do presente Edital.

2. DAS VAGAS, CARGOS, CARGA HORÁRIA, REQUISITOS MÍNIMOS.

Poderão participar do Processo Seletivo, os profissionais interessados em prestar serviço que atendam os requisitos deste Edital da legislação vigente e alterações supervenientes, para os cargos abaixo relacionados:

Nº	Cargo	Vagas	C.H.	Remuneração	Requisitos
01	Agente Comunitário de Saúde (ESF) para as seguintes localidades a) Centro; b) São Luiz c) Guarita d) Januária e) Nova Brasília f) São José g) Boa Esperança	CR	40h semanais	R\$ 1.215,92	Nível Médio e residir no bairro de atuação
02	Agente de Combate a Doenças Epidemiológicas	CR	40h semanais	R\$ 1.215,93	Nível Médio
03	Vigilante Sanitário	CR	40h semanais	R\$ 1.278,39	Nível Médio
04	Técnico em Higiene Dental (THD)	CR	40h semanais	R\$ 1.248,84	Curso Técnico em Higiene Dental em nível médio e registro no Órgão fiscalizador
05	Técnico em Enfermagem	CR	40h semanais	R\$ 1.278,39	Curso Técnico em enfermagem em nível médio e registro no Órgão fiscalizador
06	Enfermeiro	CR	40h semanais	R\$ 3.317,28	Nível Superior e registro no Órgão fiscalizador
07	Enfermeiro (PSF)	CR	40h semanais	R\$ 3.317,28	Nível Superior e registro no Órgão fiscalizador
08	Médico	CR	20h semanais	R\$ 7.399,80	Nível Superior e registro no Órgão fiscalizador
09	Médico (ESF)	CR	40h semanais	R\$ 14.799,61	Nível Superior e registro no Órgão fiscalizador
10	Médico Ginecologista	CR	40h semanais	R\$ 14.799,61	Nível Superior e registro no Órgão fiscalizador
11	Médico Pediatra	CR	20h semanais	R\$ 7.399,80	Nível Superior e registro no Órgão fiscalizador
12	Médico Psiquiatra	CR	20h semanais	R\$ 7.399,80	Nível Superior e registro no Órgão fiscalizador
13	Médico Infectologista	CR	20h semanais	R\$ 7.399,80	Nível Superior e registro no Órgão fiscalizador
14	Fonoaudiólogo	CR	40h semanais	R\$ 2.736,92	Nível Superior e registro no Órgão fiscalizador
15	Fisioterapeuta	CR	30h semanais	R\$ 4.046,42	Nível Superior e registro no Órgão fiscalizador
16	Nutricionista	CR	40h semanais	R\$ 2.736,92	Nível Superior e registro no Órgão fiscalizador
17	Farmacêutico	CR	40h semanais	R\$ 3.317,28	Nível Superior e registro no Órgão fiscalizador

18	Odontólogo	CR	40h semanais	R\$ 5.612,02	Nível Superior e registro no Órgão fiscalizador
19	Psicólogo	CR	40h semanais	R\$ 2.736,92	Nível Superior e registro no Órgão fiscalizador
20	Técnico em Enfermagem (SAMU)	05	40h semanais	R\$ 1.278,39	Curso Técnico de enfermagem em nível médio e registro no Órgão fiscalizador
21	Condutor Socorrista (SAMU)	05	40h Semanais	R\$ 1.354,48	Nível médio e curso para condutores de veículos de emergência.

* CR = Cadastro de Reserva

Nota 01: Para o cargo de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, os candidatos que possuírem 2 anos ou mais de experiência receberão uma pontuação extra de 2 pontos somados a pontuação final conforme ÍTEM 7.2.

3. DAS INSCRIÇÕES

O candidato poderá se inscrever somente para 01 (um) cargo.

3.1 PRÉ-INSCRIÇÃO ONLINE

3.1.1 A pré-inscrição on-line do candidato somente será efetuada via internet, no período de 12/05/2016 a 19/05/2016.

3.1.2 Para realizar a sua pré-inscrição o candidato deverá seguir os seguintes passos:

a) Acessar o endereço eletrônico: www.processosseletivos.com.br/sombrio;

b) Ler atentamente o edital, preencher o Formulário de Pré-inscrição on-line, imprimir o comprovante gerado eletronicamente, e seguir os passos constantes no ÍTEM 3.2 deste edital.

3.1.3 O candidato inscrito que possuir deficiência deverá mencionar a sua condição no Formulário de Pré-inscrição on-line.

3.1.4 O candidato poderá obter informações técnicas referentes à utilização do portal das inscrições e preenchimento do formulário de pré-inscrição, através do e-mail: suporte@processosseletivos.com.br.

3.1.5 As informações prestadas no Formulário de Pré-inscrição serão de inteira responsabilidade do candidato. Reserva-se à comissão técnica do processo seletivo, o direito de não homologar a inscrição do candidato que não preencher o respectivo documento de forma completa e correta, bem como fornecer dados inverídicos ou falsos.

3.2 VALIDAÇÃO DA INSCRIÇÃO:

3.2.1 O candidato, para validar a sua inscrição no presente Processo Seletivo, após preenchimento do formulário de pré-inscrição on-line, deverá comparecer de 19 a 20/05/2016, em horário de expediente (das 08h:00min às 11h:30min) e (das 13h:30min às 17h:30min), no auditório da Prefeitura Municipal de SOMBRIÓ, munido dos seguintes documentos:

a) Formulário de Pré-inscrição impresso;

b) CPF e Carteira de Identidade ou CNH (original e cópia);

c) Comprovante de habilitação profissional ou de escolaridade exigida para o cargo pleiteado (original e cópia);

d) Comprovante de Registro no Órgão Fiscalizador para os cargos exigidos (Original e Cópia).

e) O Candidato que apresentar certidão de colação de grau deverá, obrigatoriamente, no dia da admissão, apresentar o diploma de conclusão do curso (original e cópia).

f) Comprovante de residência para o cargo de Agente Comunitário de Saúde (Original e Cópia).

g) Para o cargo de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, o candidato que possuir experiência igual ou superior a dois anos, deverá apresentar atestado de tempo de serviço emitido pela instituição empregadora em que exerceu a profissão, para comprovar sua experiência no cargo desejado. (original e cópia)

h) Laudo médico, para os candidatos que possuírem deficiência. (Original)

i) Não haverá validação de inscrição condicional ou extemporânea nem validação da inscrição por correspondência.

3.2.2 O candidato inscrito que possuir deficiência deverá entregar no ato da validação da inscrição o laudo médico atestando a espécie e o grau ou nível de deficiência, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doença – CID, bem como a provável causa da deficiência, atestando a aptidão para o cargo que está sendo pretendido.

3.2.3 O candidato portador de deficiência deverá solicitar a prova especial, se for o caso, preenchendo o requerimento do Anexo III, parte integrante deste Edital.

3.2.4 No momento da validação, será emitido o comprovante de inscrição onde o candidato deverá assinar concordando incondicionalmente com todos os termos descritos na sua inscrição.

3.3 CONSIDERAÇÕES SOBRE AS INSCRIÇÕES

3.3.1 É de inteira responsabilidade do candidato a conferência e confirmação dos dados de inscrição, bem como a responsabilidade por qualquer erro ou omissão no preenchimento do formulário de inscrição on-line, razão pela qual deve ser atenciosamente conferida antes da confirmação, pois não será permitido pedido de retificação após o encerramento do prazo das validações das inscrições.

3.3.2 As inscrições pela Internet devem ser feitas com antecedência, evitando o possível congestionamento de comunicação do site www.processosseletivos.com.br/sombrio nos últimos dias de pré-inscrição on-line.

3.3.3 A empresa organizadora do certame e a Prefeitura Municipal de SOMBRIÓ/SC não se responsabilizam por qualquer problema na inscrição via motivada por falhas de comunicação, falta de energia elétrica, congestionamento das linhas de comunicação, bem como outros fatores de ordem técnica que impossibilitem a conexão ou a transferência de dados.

3.4 PUBLICAÇÃO DAS INSCRIÇÕES

3.4.1 As inscrições que preencherem todas as condições deste edital serão publicados e deferidas parcialmente (preliminar) no dia 21/05/2016 e definitiva (após prazo de recursos) no dia 25/05/2016 pela autoridade competente, ambas até as 23h:59min. O ato de publicação será divulgado no site www.processosseletivos.com.br/sombrio, onde estarão indicados o nome, o do candidato, o cargo pretendido e o número de sua inscrição.

3.4.2 No mesmo local será publicada a relação das inscrições indeferidas.

4 REQUISITOS BÁSICOS PARA ADMISSÃO NO CARGO

- 4.1 Ter nacionalidade brasileira ou equivalente
- 4.2 Estar no gozo de direitos políticos e cívicos;
- 4.3 Estar em dia com as obrigações eleitorais.
- 4.4 Possuir quitação das obrigações militares, para os candidatos do sexo masculino.
- 4.5 Possuir o nível de escolaridade exigido para o exercício do cargo de acordo com o estabelecido no ITEM II do presente Edital, na data da contratação.
- 4.6 Contar com, no mínimo, 18 (dezoito) anos completos até a data da admissão de caráter temporário por contrato.
- 4.7 Ter aptidão física e mental para o exercício das atribuições do cargo.
- 4.8 Não possuir antecedentes criminais
- 4.9 Não ter sofrido, quando no exercício de cargo, função ou emprego público, demissão a bem do serviço público ou por justa causa, fato a ser comprovado, no ato de admissão, por meio da assinatura de regular termo de declaração.
- 4.10 Firmar declaração de não possuir acúmulo de cargo público, exceto aqueles previstas em Lei.

5 DAS ETAPAS DO PROCESSO SELETIVO

O Processo Seletivo constará de 01 (uma) etapa consistente de:

- a. Prova Escrita, de conhecimentos gerais e de conhecimentos específicos de caráter classificatório (ressalvada a ausência do candidato à prova ou zerá-la, casos em que será eliminado do processo seletivo);

5.1 PROVA ESCRITA

5.1.1 A prova escrita será de caráter classificatório e eliminatório, que avaliará a aptidão funcional dos candidatos para o desempenho das funções a serem executadas no exercício do cargo pretendido.

5.1.2 As provas escritas serão organizadas conforme exigências do cargo pretendido:

5.1.2.1 Para todos os cargos

a) A Prova Escrita será composta com 20 (vinte) questões objetivas, sendo 05 (cinco) questões de português, 05 (cinco) questões de atualidades e dados históricos, 05 (cinco) questões de conhecimentos de leis da área da saúde e 05 (cinco) questões de conhecimentos específicos para o cargo pretendido. Cada uma delas com 05 (cinco) alternativas, das quais, somente 01 (uma) deverá ser assinalada como correta.

b) Os candidatos receberão um cartão resposta com 20 (vinte) questões. Sendo 05 (cinco) questões específicas para cada cargo pretendido;

c) O caderno de avaliações será único e composto pelas questões gerais e específicas de todos os cargos;

d) As questões que o candidato deverá responder estarão explicitamente indicadas no cartão resposta através da identificação de sua disciplina/cargo e numeração de questões conforme caderno de avaliações.

5.1.2.2 As questões das provas versarão sobre os conteúdos programáticos constantes no Anexo II deste Edital.

5.1.2.3 O peso de cada questão é de 0,5 pontos.

5.1.2.4 A nota da prova escrita (NPE) será calculada com o emprego da seguinte fórmula: $NPE = (NA \times 0,5)$ onde (NPE = Nota da Prova Escrita, e NA = Número de Acertos).

5.1.2.5 Cada Candidato inscrito no certame terá direito a apenas 01 (um) cartão de respostas, não sendo permitida, em hipótese alguma, a troca de seu cartão assinado por outro.

5.1.2.6 O candidato deverá transpor os resultados das questões para grade de respostas, cujo preenchimento é de sua inteira responsabilidade.

5.1.2.7 Questões rasuradas ou com mais de uma alternativa marcada, na grade de respostas, serão consideradas como marcadas incorretamente pelo candidato.

5.1.2.8 Para fins de correção da prova, somente será considerada a grade de respostas, sendo que os cadernos de prova não serão considerados, sob quaisquer hipóteses.

6 DA REALIZAÇÃO DA PROVA

6.1 A prova será realizada no dia 05/06/2016, na E.E.B.M. PROF. ALDA SANTOS DE VARGAS, sito a rua Francisco Caetano Lummertz, 873, Bairro Januária em Sombrio/SC. (Acesso de Entrada da escola no portão ao lado do Ginásio)

6.2 Os horários das provas serão divulgados até as 23h:59min do dia 26/05/2016, no portal www.processosseletivos.com.br/sombrio, no site www.sombrio.sc.gov.br e no mural da Prefeitura Municipal de Sombrio/SC.

6.3 A prova terá duração máxima de 01 hora e 30 minutos.

6.4 Para fins de acesso à sala de realização da prova, será exigido o Documento de Identidade Original com Foto (Obrigatoriamente) e o Comprovante de inscrição (Facultativamente).

6.5 Para realização da prova, somente será permitido ao candidato o uso de caneta esferográfica, de tinta azul ou preta.

6.6 As provas terão um prazo mínimo de realização de 30 (trinta) minutos.

6.7 O candidato que, durante a realização da prova escrita, for encontrado e confirmado de posse, de qualquer tipo de relógio, telefone celular, pager, beep, calculadora ou quaisquer outros componentes ou equipamentos eletrônicos, em funcionamento ou não, terá sua prova anulada e, com isso, será automaticamente eliminado do Processo Seletivo.

6.8 Durante a realização das provas será vedado, também, o uso de carteiras, bolsas, bonés, chapéus e similares, livros, revistas, apostilas, resumos, dicionários, cadernos, etc.

6.9 Caso o candidato esteja impossibilitado de apresentar, no dia de realização da prova escrita, documento de identidade original, por motivo de perda, roubo ou furto, deverá apresentar boletim de ocorrência expedido por órgão policial, em no máximo 15 (quinze) anteriores em relação ao dia da realização da Prova.

6.10 A apresentação do comprovante de inscrição no dia da realização da prova escrita servirá também ao candidato como único documento que possibilitará a garantia de poder realizar a prova em caso sua inscrição deferida e não constatação de seu nome nas listas de distribuições de locais de prova.

6.11 Será de inteira responsabilidade do candidato o preenchimento correto do cartão de respostas, que será o único documento válido para efeito de correção da prova.

6.12 Não serão computadas as questões não assinaladas, assinaladas a lápis ou caneta de cor diferente da preta ou azul, assim como as questões que contenham mais de uma resposta, emenda ou rasura, ainda que legíveis.

6.13 Em hipótese nenhuma haverá substituição do cartão de respostas em caso de erro, rasura ou preenchimento incorreto do candidato conforme instruções contidas no mesmo.

- 6.14 Em caso de existirem tipos de cadernos de provas diferentes (para cargos diversos), estes serão identificados na lista de presença de cada candidato e o cartão de respostas será devidamente identificado com o número do caderno de prova ou outra forma que auxilie o candidato na identificação das questões correspondentes a sua área/cargo pretendido.
- 6.15 Em hipótese nenhuma haverá segunda chamada para realização da prova, seja qual for o motivo alegado pelo candidato, implicando a ausência na sua eliminação do Processo Seletivo.
- 6.16 Os 03 (três) últimos candidatos permanecerão no local até a conclusão do último, para, após, assinarem o termo de recolhimento dos cartões resposta juntamente com os fiscais (de sala e coordenador).
- 6.17 Por razões de ordem técnica e de segurança, a entidade responsável pela elaboração das provas, se reserva ao direito de não fornecer exemplares dos Cadernos de Provas a candidatos ou a outras instituições, mesmo após o encerramento do certame, estando à disposição dos candidatos uma cópia para download no mesmo endereço das inscrições em até 24 horas úteis após aplicação da prova.
- 6.18 A lactante que necessitar amamentar durante a realização da prova, poderá fazê-lo em sala reservada, desde que o requeira no momento da inscrição, para adoção das providências necessárias.
- 6.19 Não haverá compensação do tempo de amamentação em favor da candidata.
- 6.20 A criança deverá ser acompanhada de adulto responsável por sua guarda (familiar ou terceiro indicado pela candidata) e permanecer em ambiente reservado.
- 6.21 A lactante deverá apresentar-se, no respectivo horário para o qual foi convocada, com o acompanhante e a criança.
- 6.22 Não será disponibilizado pela equipe técnica do Processo Seletivo, responsável para a guarda da criança, acarretando à candidata a impossibilidade de realização da prova.
- 6.23 Nos horários previstos para amamentação, a candidata lactante poderá ausentar-se temporariamente da sala de prova, acompanhada de uma fiscal.
- 6.24 Na sala reservada para amamentação ficará somente a candidata lactante, a criança e uma fiscal, sendo vedada a permanência de babás ou quaisquer outras pessoas que tenham guarda parentesco ou de amizade com a candidata.
- 6.25 Constatando-se, durante a realização da prova, qualquer erro ou equívoco relacionado à edição ou impressão das provas, os organizadores tomarão a providência cabível, podendo inclusive determinar a anulação da questão ou questões afetadas.
- 6.26 Caberá à entidade organizadora do certame, juntamente com a Comissão, decidir sobre ocorrências verificadas durante a realização das provas.
- 6.27 A Comissão do Processo Seletivo e a empresa organizadora do certame poderão, justificadamente, alterar as normas previstas no ITEM 6 e seus desdobramentos, desde que com a finalidade de preservar a realização e o bom andamento do Certame.

7 DA CLASSIFICAÇÃO

- 7.1 Os candidatos considerados aprovados serão ordenados e classificados pela área/cargo e pela habilitação mínima exigida em listagem, de acordo com a sua inscrição no Processo Seletivo, seguindo a ordem decrescente de pontuação final, expressa em 03 (três) algarismos, de acordo com a seguinte fórmula: $PONTUAÇÃO\ FINAL = (NOTA\ OBTIDA\ NA\ PROVA)$
- 7.2 Para os cargos direcionados ao preenchimento de vagas de AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE, serão considerados mais 2 pontos extras, somados a pontuação final para aqueles candidatos que possuírem 2 anos completos ou mais de experiência no cargo pretendido, mediante comprovação.
- 7.3 No caso de empate na classificação terá preferência para a nomeação, sucessivamente, o candidato que:
- a) Obter a maior idade;
 - b) Persistindo o empate prevalecerá o maior número de dependentes.
- 7.4 As provas obedecerão aos critérios especificados pelo Anexo I e conteúdos programáticos constantes do Anexo II deste Edital.
- 7.5 A chamada dos candidatos selecionados será efetuada obedecendo à ordem de classificação, mediante a existência de vagas.
- 7.6 A publicação da classificação parcial será divulgada exclusivamente no portal www.processosseletivos.com.br/sombrio, no dia 15/06/2016.
- 7.7 A publicação da classificação final e definitiva, após apuração de recursos, será divulgada nos sites: www.processosseletivos.com.br/sombrio e www.sombrio.sc.gov.br, no dia 21/06/2016.

8 DOS RECURSOS

- 8.1 O candidato poderá interpor recurso nos seguintes casos e prazos:
- a) Com relação à homologação das inscrições, no prazo de 02 (dois) dias, a contar do primeiro dia útil subsequente ao da publicação do edital de homologação das inscrições;
 - b) Com relação à prova escrita (questões objetivas) no prazo de 02 (dois) dias úteis a contar do primeiro dia útil subsequente à realização da prova.
 - c) Com relação à classificação parcial no prazo de 02 (dois) dias úteis a contar do primeiro dia útil subsequente à publicação dos resultados.
- 8.2 O recurso deverá ser individual, por questão, com a indicação daquilo que o candidato se julga prejudicado, devidamente fundamentado, comprovando as alegações com citação das fontes de pesquisa, páginas de livros, nome dos autores, bibliografia específica, etc., juntando cópia dos comprovantes, devendo o mesmo ser dirigido e protocolado na Prefeitura Municipal de Sombrio/SC, nos prazos e horários estabelecidos no cronograma do Anexo I.
- 8.3 Após o julgamento dos recursos interpostos, os pontos correspondentes às questões porventura anuladas, serão atribuídos a todos os candidatos, indistintamente, quando os obtiveram na correção inicial. Se resultar em alteração do gabarito, as provas de todos os candidatos serão corrigidas novamente, conforme essa alteração e seu resultado final divulgado de acordo com esse novo gabarito.
- 8.4 Os pedidos de revisão de provas e notas somente serão aceitos se feitos pelos próprios candidatos, em até 02 (dois) dias úteis a contar a partir do primeiro dia útil seguinte ao da publicação dos classificados no Processo Seletivo, com respeito somente às suas próprias provas, ficando vedados, a qualquer tempo e condição, pedidos de revisão de provas e notas de terceiros.
- 8.5 No pedido de Revisão de correção de provas, será apresentado apenas uma vez ao candidato o Caderno de Provas com respectivo Gabarito, ficando impedido de fazer qualquer alteração ou cópia.

9 DOS CANDIDATOS COM DEFICIÊNCIA

- 9.1 Às pessoas com deficiência são asseguradas o direito de inscrição no Processo Seletivo, Modalidade - Emprego Público de que trata este Edital, nos termos do Decreto Federal nº. 3.298/99.
- 9.2 São reservados 5% das vagas abertas por este edital, para cada cargo, às pessoas com deficiência de conformidade com o inciso VIII do art. 37 da Constituição Federal e Decreto Federal nº. 3.298/99, e suas alterações, Decreto Federal nº. 5.296/2004 e suas alterações e Lei Federal nº. 7.853/1989, caso não houver candidato inscrito ou aprovado as vagas reservadas serão disponibilizadas para os demais candidatos aprovados.

9.3 Os candidatos com deficiência poderão disputar cargos cujas atividades sejam compatíveis com a sua deficiência, em igualdade de condições com os demais candidatos no que se refere ao conteúdo das provas, à avaliação, aos critérios de aprovação, ao horário e local de aplicação das provas e à pontuação mínima exigida.

9.4 Caso o candidato inscrito como pessoa com deficiência não se enquadre nas categorias definidas no Art. 4, incisos I a V, do Decreto Federal nº. 3.298/99, a homologação de sua inscrição se dará na listagem geral de candidatos e não na listagem específica para pessoas com deficiência.

9.5 Na avaliação médica, posterior a nomeação, caso o candidato com deficiência seja considerado inapto para o cargo, será nomeado o candidato imediatamente posterior.

9.6 O candidato com deficiência ou aquele que necessitar de tratamento diferenciado no dia da prova objetiva deverá especificá-lo no formulário de inscrição, e complementado pelo preenchimento do ANEXO III desde edital, indicando as condições diferenciadas de que necessita para a realização da prova, como, por exemplo, prova em andar térreo ou sala para amamentação.

9.7 A não solicitação de recursos especiais, tempestivamente, implica a sua não concessão no dia da realização das provas.

9.8 O candidato com deficiência que, no ato da inscrição não declarar esta condição ou não atender as condições de deficiência, determinadas neste Processo Seletivo passará a concorrer unicamente como candidato sem deficiência e não poderá impetrar recurso em favor de sua situação.

9.9 A realização das provas por estes candidatos, em condições especiais, ficará condicionada à possibilidade de fazê-las de forma que não importe quebra de sigilo ou não enseje seu favorecimento.

9.10 As pessoas com deficiência participarão da seleção em igualdade de condições com os demais candidatos no que se refere ao conteúdo das provas, à avaliação, aos critérios de aprovação, ao horário e local de aplicação das provas e à pontuação mínima exigida.

10 DA DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS

10.1 Fica delegada competência à PS CONCURSOS para:

- a) Organizar programas e inscrições no portal da internet;
- b) Deferir e indeferir as inscrições e apreciar recursos previstos neste Edital;
- c) Disponibilizar a Emissão Eletrônica dos documentos de pré-inscrições e inscrição através de sistemas automatizados e on-line;
- d) Elaborar, aplicar, julgar, corrigir e avaliar a prova escrita;
- e) Apurar e responder os recursos das inscrições, da prova escrita e resultados publicados, com auxílio e suporte da Comissão do Processo Seletivo.

10.2 Fica atribuído à Comissão do Processo Seletivo, nomeada através de Decreto, exclusivamente para acompanhar o certame, as seguintes responsabilidades:

- a) Elaborar e responder pelo edital;
- b) Conferir, aprovar e publicar o edital;
- c) Prestar informações sobre o Processo Seletivo;
- d) Acompanhar e fiscalizar a realização das provas;
- e) Validar as informações prestadas pelo candidato, relativamente às pré-inscrições;
- f) Entregar toda a documentação referente as validações de inscrições e recursos a empresa organizadora do certame após o término de cada fase.

11 CONVOCAÇÃO PARA EXAMES MÉDICOS E ENTREGA DE DOCUMENTOS

11.1 Os candidatos aprovados e convocados deverão apresentar exames médicos admissionais e a critério do médico avaliador responsável poderão requisitar exames complementares e emitir parecer de APTO ou NÃO APTO para o exercício do cargo, sendo este de caráter eliminatório.

11.2 O candidato convocado deverá apresentar ao setor de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de SOMBRIÓ/SC, situada na rua Telegrafista Adolfo Coelho, Bairro São Luis com a documentação necessária à sua admissão, composta por:

- a) Comprovação da idade mínima de 18 anos;
- b) Prova de quitação das obrigações eleitorais;
- c) Prova de quitação das obrigações militares, para os candidatos do sexo masculino;
- d) Comprovação da escolaridade exigida neste edital;
- e) Declaração de não ter sofrido, no exercício de função pública, as penalidades previstas no art. 137 e seu parágrafo único da Lei nº 8.112/1990;
- f) Atestado de médico declarando aptidão para exercer o respectivo cargo público;
- g) Nacionalidade brasileira ou gozo das prerrogativas insertas nos decretos Nº. 70.391/1972 e Nº. 70.436/1972.
- h) Não ser aposentado por invalidez e nem estar com idade de aposentadoria compulsória, ou seja, 70 anos.
- i) Carteira de Identidade;
- j) CPF;
- k) PIS/PASEP;
- l) Certidão de Casamento;
- m) Certidão de Nascimento dos filhos menores de 14 anos;
- n) 1 (uma) foto 3x4 recente;
- o) Carteira Profissional Original;
- p) Original e fotocópia do comprovante de residência atualizado, assim sendo considerado: Conta de luz, IPTU, água ou telefone fixo, em nome do candidato, cônjuge ou de ascendente ou descendente direto;

12 DA ESCOLHA DE VAGAS

12.1 A escolha de vagas obedecerá rigorosamente à classificação, de acordo com o horário, data e local a serem divulgados.

12.2 A escolha de vaga deve ser feita pelo titular da inscrição, não podendo ser por procuração.

12.3 O candidato deverá escolher a vaga existente na sua totalidade de carga horária.

12.4 O candidato que assumir o cargo e vier a desistir será eliminado do processo seletivo, salvo por necessidade da Prefeitura Municipal de Sombrio/SC.

12.5 O candidato após assumir a vaga não poderá trocá-la, sob pena de exclusão do processo seletivo, exceto em casos de necessidade da Prefeitura Municipal de Sombrio/SC.

12.6 O candidato que escolher a vaga e não assumir no tempo previsto, será considerado desistência, sendo eliminado do processo seletivo.

12.7 O prazo de se apresentar na unidade de trabalho será o seguinte.

- a) Para a 1ª chamada – o primeiro dia de atividades na unidade de trabalho;
- b) Para a 2ª chamada e demais – 24 (vinte e quatro) horas a partir do documento de encaminhamento.

12.8 O profissional contratado ficará vinculado a Secretaria Municipal da Saúde, onde poderá ocorrer mudança de local de trabalho e alteração da jornada de trabalho, sempre que necessário.

12.9 O candidato contratado ficará em permanente avaliação, caso seu aproveitamento não seja satisfatório, será rescindido seu contrato;

12.10 Após a primeira escolha de vagas, o candidato será chamado conforme as necessidades surgidas no decorrer do tempo vigente de validade do processo seletivo, obedecidas a ordem classificatória, por telefone (até 03 tentativas), e deverá dar a resposta no momento em que for oferecida a vaga. Será de responsabilidade do candidato a sua não localização (mudança do número do telefone, não receber recados, etc.) passando, então, para o fim da listagem..

12.11 O candidato terá dois dias úteis para se apresentar no Setor Pessoal munidos das documentações exigidas para o contrato e assim assumir as aulas/ou vaga escolhida. Passando o prazo, fica a Prefeitura Municipal autorizada a dar continuidade à chamada dos demais candidatos, respeitando a sequência da ordem de classificação. Caso o candidato não se apresentar no prazo determinado, será excluído do processo seletivo.

12.12 Após contratação temporária, a desistência da vaga não dará direito a nova escolha.

13 DISPOSIÇÕES GERAIS

13.1 A inscrição do candidato implicará o conhecimento e a tácita aceitação das condições estabelecidas neste Edital, bem como em eventuais aditamentos e instruções específicas para a realização do Certame, acerca das quais não poderá alegar desconhecimento.

13.2 Os candidatos que não atenderem aos requisitos exigidos neste Edital serão automaticamente eliminados do Processo Seletivo em qualquer de suas fases.

13.3 Será excluído do certame o candidato que:

- Faltar a qualquer uma das fases do certame;
- Não pontuar na prova objetiva;
- Portar-se de maneira inadequada nos locais de realização das provas, de modo a prejudicar o andamento normal do Processo Seletivo;
- For surpreendido, durante a realização das provas, em comunicação com outro candidato;
- For apanhado em flagrante tentativa de burla, fraude ou falsificação na realização da prova, sem prejuízo do indiciamento cabível;
- Deixar de apresentar qualquer documento comprobatório dos requisitos exigidos neste Edital.

13.4 O presente edital objetiva o preenchimento de cargos, sob a égide do regime estatutário dos servidores públicos municipais do município de Sombrio/SC.

13.5 O processo seletivo de que trata este Edital, terá validade de um ano, prorrogável por mais um ano, a partir da data de publicação da classificação final do certame.

13.6 Se aprovado e convocado o candidato, por ocasião da contratação, deverá apresentar todos os documentos exigidos pelo presente Edital bem como outros que lhe forem solicitados, acarretando, o descumprimento deste requisito, na perda do direito à vaga e consequentemente não contratação.

13.7 A aprovação no Processo Seletivo não gera direito à contratação, a qual se dará, a exclusivo critério da Prefeitura Municipal de Sombrio, dentro do prazo de validade do certame em conformidade com a necessidade atual e futura da mesma.

13.8 O ato de inscrição implica na aceitação destas e demais condições do presente Edital e do Regulamento do Processo Seletivo e, em caso de classificação e contratação, a observância do regime jurídico nele indicado.

13.9 É de inteira e exclusiva responsabilidade do candidato o acompanhamento das publicações, editais, avisos e comunicados referentes ao Processo Seletivo. Não serão prestadas por telefone informações relativas ao resultado do Processo Seletivo.

13.10 O candidato deverá manter atualizado seu endereço e contato telefônico, no portal das inscrições, até a publicação da classificação final do Processo Seletivo, e junto ao Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de SOMBRIO/SC, após a homologação do resultado do Processo Seletivo.

13.11 Os casos omissos serão resolvidos pela organizadora do certame e pela Comissão do Processo Seletivo.

13.12 O presente edital estará disponibilizado no site www.processosseletivos.com.br/sombrio, no site www.sombrio.sc.gov.br e no mural da Prefeitura Municipal de SOMBRIO.

13.13 Faz parte deste edital o Anexo I – Do Cronograma e Do Regulamento para as provas escritas.

13.14 Faz parte deste edital o Anexo II – Dos Conteúdos Programáticos.

13.15 Faz parte deste edital o Anexo III – Do Requerimento do candidato com deficiência.

13.16 Faz parte deste edital o Anexo IV – Do formulário para recurso.

13.17 Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.

13.18 Revogam-se as disposições em contrário.

SOMBRIO/SC, em 10 de MAIO de 2016.

JOSÉ SIDNEI JANUÁRIO

Secretário Mun. de Adm. Planej. Finanças

Fica homologado o presente EDITAL DE PROCESSO SELETIVO N.º 001/2016, a data, o local e o horário da prova.

ZÊNIO CARDOSO

Prefeito Municipal

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SOMBRIO/SC

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO N. 001/2016

ANEXO I

CRONOGRAMA DO PROCESSO

Cronograma	Data
Publicação do Edital de Abertura	10/05/2016
Período de pré-Inscrições Online	12/05/2016 a 19/05/2016
Período de validação das inscrições (junto ao paço municipal)	19 a 20/05/2016 Das(08:00has11:30h)edas(13:30h as 17:30h)
Divulgação preliminar das inscrições deferidas e indeferidas	21/05/2016 (Até as 23h:59min)
Prazo para apresentação dos Recursos contra o indeferimento das inscrições	23a24/05/2016(Atéas12:00h-Meio Dia)
Divulgação Definitiva das Inscrições deferidas e indeferidas	25/05/2016 (Até as 23h:59min)
Divulgação dos Horários de aplicação da Prova Escrita	até 26/05/2016 (até as 23h:59min)
Realização das Provas Escritas e Divulgação do Gabarito Oficial	05/06/2016
Prazo para Recursos referentes à Prova Escrita	06a07/06/2016(Atéas12:00h-Meio Dia)
Divulgação do resultado preliminar e notas das provas (Classificação Parcial)	15/06/2016 (Até as 23h:59min)
Prazo para Recursos referentes ao resultado e/ou notas das provas	16a17/06/2016(Atéas12:00h-Meio Dia)
Divulgação da Classificação Final do Processo Seletivo	21/06/2016 (Até as 23h:59min)

REGULAMENTO PARA AS PROVAS DO PROCESSO SELETIVO

Os horários das provas serão divulgados até o dia 26/06/2016, no portal www.processosseletivos.com.br/sombrio, no site www.sombrio.sc.gov.br e no mural da Prefeitura Municipal de Sombrio/SC.

A prova terá duração máxima de 01 hora e 30 minutos.

Não será admitida a entrada de candidatos após o fechamento dos portões do prédio, e/ou que não estiver munido do Documento Original com Foto.

O candidato apenas estará segurado da realização da prova mediante a apresentação do comprovante de validação de inscrição em caso de não constatação de seu nome nas listas de distribuição de locais de prova fixados na entrada do prédio onde serão realizadas as provas.

Os envelopes das provas serão abertos por 02 (dois) candidatos, que comprovarão os respectivos lacres e assinarão, juntamente com 01 (um) fiscal de sala e 01 (um) fiscal coordenador, um termo de abertura dos envelopes.

Durante a prova não poderá ser feita qualquer espécie de consulta, nem o uso de máquinas calculadoras, celulares ou quaisquer tipos de aparelhos ou anotações.

Não será permitido qualquer tipo de comunicação do candidato com outros candidatos ou com o exterior do recinto, sob pena da eliminação do Processo Seletivo do(s) Candidato(s) envolvido(s). Aparelhos de telefonia celular, bip e/ou similares deverão ser desligados.

As provas terão um prazo mínimo de realização de 30 (trinta) minutos.

O candidato poderá sair da sala somente em caso especial e acompanhado de um fiscal.

É expressamente proibido fumar nos locais das provas.

Todas as respostas da prova escrita deverão ser transpostas para a grade de respostas, não podendo ficar nenhuma questão sem resposta.

Após a conclusão e entrega da prova, os candidatos não poderão permanecer nos corredores e dependências do local da aplicação das provas. Os 03 (três) últimos candidatos permanecerão na sala até a conclusão do último, para, após, assinarem o termo de recolhimento dos cartões resposta juntamente com os fiscais (de sala e coordenador).

Os cartões de respostas, juntamente com a lista de presença e termos referentes aos pacotes lacrados e entrega de cartões resposta deverão ser entregues pelos Fiscais ao Coordenador da equipe de aplicação do Processo Seletivo, acompanhados dos três últimos candidatos.

SOMBRIOS/SC, em 10 de MAIO de 2016.

JOSÉ SIDNEI JANUÁRIO

Secretário Mun. de Adm. Planej. Finanças

Fica homologado o ANEXO I do presente EDITAL DE PROCESSO SELETIVO N.º 001/2016, Do Cronograma e Do Regulamento para as provas do Processo Seletivo.

ZÊNIO CARDOSO

Prefeito Municipal

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SOMBRIOS/SC

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO N. 001/2016

ANEXO II

CONTEÚDOS PROGRAMÁTICOS PARA OS CARGOS DA PROVA ESCRITA

1. CONHECIMENTOS DE LINGUA PORTUGUESA

Para os cargos de nível Superior e/ou Médio

1. Compreensão e interpretação de textos. 2. Características dos diversos gêneros textuais. 3. Tipologia textual. (sequência narrativa, descritiva, argumentativa, expositiva, injuntiva e dialógica). 4. Elementos de coesão e coerência textual. 5. Funções da linguagem, Ortografia oficial. 6. Acentuação gráfica. 7. Emprego do sinal indicativo de crase. 8. Pontuação. 9. Emprego e descrição das classes de palavras. 10. Sintaxe da oração e do período. (ênfase em concordância e regência). 11. Significação das palavras e inferência lexical através do contexto. 12. Fonética e Fonologia Fonema e Letra Ortografia 13. Recursos sonoros Vícios de linguagem Lexicologia Polissemia Sinônimos e antônimos Homônimos e parônimos; 14. Morfologia Estrutura as palavras Formação das palavras Neologismos e Estrangeirismos.

2. CONHECIMENTOS GERAIS DE ATUALIDADES E DADOS MUNICIPAIS

Para todos os cargos:

Aspectos atuais e históricos a nível mundial, nacional, estadual, regional e municipal, noticiados através de meios de comunicação e publicações oficiais.

3. CONHECIMENTOS DE LEIS DA ÁREA DA SAÚDE

Para todos os cargos:

1. Lei Federal nº 8.080, de 19 de setembro de 1990 – Lei do SUS (e suas alterações): Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. 2. Lei Federal nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990 (e suas alterações): Dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências.

4. CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS (a cada Cargo).

Médico / Médico (ESF)

1. Lei Federal nº 8.080, de 19 de setembro de 1990 – Lei do SUS; 2. Código de ética médica; 3. Conhecimentos gerais sobre: prontuário do paciente, transferência de paciente, atestado médico (legislação), sigilo médico e segredo profissional, remoção do paciente, responsabilidade do médico, indicadores de saúde pública; 04. Programa de Saúde da Família; 05. Internação domiciliar 6. Noções de medicina comunitária; 7. PSE – programa saúde na escola 8. Noções de trabalho em equipe; 9. Visitas médicas domiciliares; 10. Clínica Médica Geral; 11. Portaria Nº 104, de 25 de janeiro de 2011 regulamenta notificações compulsórias na saúde; 12. Legislações pertinentes ao Conselho de Classe (CFM), DOENÇAS DE INTERESSE EPIDEMIOLÓGICO; 13. Portaria GM/MS n.º 3916, de 30 de outubro de 1998 - Define a Política Nacional de Medicamentos.

Médico Ginecologista

1. Lei Federal nº 8.080, de 19 de setembro de 1990 – Lei do SUS; 2. Código de ética médica; 3. Conhecimentos gerais sobre: prontuário do paciente, transferência de paciente, atestado médico (legislação), sigilo médico e segredo profissional, remoção do paciente, responsabilidade do médico, indicadores de saúde pública; 4. Programa de Saúde da Família; 5. Internação domiciliar; 6. Noções de medicina comunitária; 7. PSE – programa saúde na escola; 8. Noções de trabalho em equipe; 9. Visitas médicas domiciliares; 10. Clínica Médica Geral. 11. Portaria Nº 104, de 25 de janeiro de 2011 regulamenta notificações compulsórias na saúde; 12. Legislações pertinentes ao Conselho de Classe (CFM); 13. Legislações pertinentes a saúde da mulher, sexualidade e planejamento familiar; 14. LEINº 9.029, DE 13 DE ABRIL DE 1995; 15. LEINº 10.048, DE 8 DE NOVEMBRO DE 2000; 16. DECRETO Nº 5.296 DE 2 DE DEZEMBRO DE 2004; 17. LEINº 10.516, DE 11 DE JULHO DE 2002; 18. PORTARIANº 2.418, DE 02 DE DEZEMBRO DE 2005; 19. LEINº 9.263, DE 12 DE JANEIRO DE 1996; 20. Lei Complementar Nº 009/11, de 24 de agosto de 2011. 21. RESOLUÇÃO CFM Nº 1.666/2003 Dispõe sobre a nova redação do Anexo II da Resolução CFM nº 1.634/2002, que celebra o convênio de reconhecimento de especialidades médicas firmado entre o Conselho Federal de Medicina - CFM, a Associação Médica Brasileira - AMB e a Comissão Nacional de Residência Médica - CNRM.

Médico Pediatra

1. Lei Federal nº 8.080, de 19 de setembro de 1990 – Lei do SUS; 2. Código de ética médica; 3. Conhecimentos gerais sobre: prontuário do paciente, transferência de paciente, atestado médico (legislação), sigilo médico e segredo profissional, remoção do paciente, responsabilidade do médico, indicadores de saúde pública; 4. Programa de Saúde da Família; 5. Internação domiciliar; 6. Noções de medicina comunitária; 7. PSE – programa saúde na escola; 8. Noções de trabalho em equipe 9. Visitas médicas domiciliares; 10. Clínica Médica Geral; 11. Portaria Nº 104, de 25 de janeiro de 2011 regulamenta notificações compulsórias na saúde; 12. Legislações pertinentes ao Conselho de Classe (CFM); 13. DOENÇAS DE INTERESSE EPIDEMIOLÓGICO. 14. LEINº 8.069, DE 13 DE JULHO DE 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente; 15. RESOLUÇÃO CFM Nº 1.666/2003 Dispõe sobre a nova redação do Anexo II da Resolução CFM nº 1.634/2002, que celebra o convênio de reconhecimento de especialidades médicas firmado entre o Conselho Federal de Medicina - CFM, a Associação Médica Brasileira - AMB e a Comissão Nacional de Residência Médica - CNRM.

Médico Psiquiatra

1. Lei Federal nº 8.080, de 19 de setembro de 1990 – Lei do SUS; 2. Saúde Mental Comunitária: Definição, Diferenciação em Relação à Psiquiatria Convencional; 3. Saúde Mental no Brasil; 4. Legislação e Portaria 224/MS; 5. Recursos Extra Hospitalares e seus Objetivos; 6. Conhecimentos Gerais em Transtornos Psiquiátricos a Saber: Transtornos Mentais e de Comportamento decorrentes do Uso de Substâncias Psicoativas, Esquizofrenia e Transtornos Delirantes, Transtornos do Humor, Transtornos Alimentares, Transtornos Neuróticos Relacionados ao Stresse Somatoformes, Transtornos Mentais de Comportamento em Adultos, Transtornos Hipercinéticos (Infância e Adolescentes), Transtornos de Conduta (Infância e Adolescência), Transtornos Mistos de Conduta e Emoção (Infância e Adolescência); 7. Ética Profissional. 8. Legislações pertinentes ao Conselho de Classe (CFM); 9. RES/CFM nº 1.407, de 8 de junho de 1994 - DO de 15/6/94; 10. RES/CSS nº 11, de 3 de novembro de 1998 - DO de 4/11/98; 11. LEINº 10.216, de 6 de abril de 2001 - DO 8/4/01; 12. RESOLUÇÃO CFM Nº 1.666/2003 - Dispõe sobre a nova redação do Anexo II da Resolução CFM nº 1.634/2002, que celebra o convênio de reconhecimento de especialidades médicas firmado entre o Conselho Federal de Medicina - CFM, a Associação Médica Brasileira - AMB e a Comissão Nacional de Residência Médica - CNRM.

Médico Infectologista

1. Lei Federal nº 8.080, de 19 de setembro de 1990 – Lei do SUS; 2. Código de ética médica; 3. Conhecimentos gerais sobre: prontuário do paciente; transferência de paciente; atestado médico (legislação); sigilo médico e segredo profissional; remoção do paciente; responsabilidade do médico; indicadores de saúde pública; 4. Programa de Saúde da Família; 5. Internação domiciliar 6. Noções de medicina comunitária, 7. PSE – programa saúde na escola; 8. Noções de trabalho em equipe; 9. Visitas médicas domiciliares; 10. Clínica Médica Geral. 11. Portaria Nº 104, de 25 de janeiro de 2011: regulamenta notificações compulsórias na saúde; 12. Legislações pertinentes ao Conselho de Classe (CFM); 13. Doenças de Interesse Epidemiológico; 14. Portaria GM/MS n.º 3916, de 30 de outubro de 1998: Define a Política Nacional de Medicamentos; 15. Resolução CFM 1634/2002; 16. Reconhecimento da Infectologia e das demais especialidades médicas; 17. A conduta e a responsabilidade ética do médico no exercício de suas atividades profissionais; 18. Resolução CFM 1665/2003; 19. Tratamentos e diretrizes de programas de controle de doenças infectocontagiosas do Ministério da Saúde; 20. RESOLUÇÃO CFM Nº 1.666/2003: dispõe sobre a nova redação do Anexo II da Resolução CFM nº 1.634/2002, que celebra o convênio de

reconhecimento de especialidades médicas firmado entre o Conselho Federal de Medicina - CFM, a Associação Médica Brasileira - AMB e a Comissão Nacional de Residência Médica - CNRM.

Fonoaudiólogo

1. Audiologia adulto e infantil; 2. Conhecimento teórico sobre Deficiência e reabilitação auditivas: próteses auditivas e implante coclear; 3. Desenvolvimento auditivo em crianças normais e de risco; 4. Prática de audiologia clínica; 5. Portaria Nº 2.281, de 1º de outubro de 2009 cria os NASFs

Odontólogo

1. Lei Federal nº 8.080, de 19 de setembro de 1990 – Lei do SUS; 2. Código de ética profissional; 3. Políticas de Saúde Bucal; 4. Organização da Saúde Bucal na Atenção Básica; 5. Principais Agravos em Saúde Bucal; 6. Organização da Atenção à Saúde Bucal por Meio do Ciclo de Vida do Indivíduo; 7. Recomendações para Referência e Contra-Referência aos Centros de Especialidades Odontológicas - CEO; 8. Noções de Trabalho em Equipe; 9. PSE – programa saúde na escola; 10. Portaria Nº 2.281, de 1º de outubro de 2009 - cria os NASFs; 11. Legislações pertinentes ao conselho de Classe (CFO)

Enfermeiro / Enfermeiro (PSF)

1. Lei Federal nº 8.080, de 19 de setembro de 1990 – Lei do SUS; 2. Ações em saúde. 3. Sistemas de informações, atribuições no PSF; 4. Abordagem social; 5. Noções de trabalho em equipe, humanização e ética profissional; 6. Lei Nº 8.142, de 28 de Dezembro de 1990 - Lei dos conselhos de saúde; 7. PSE – programa saúde na escola; 8. Portaria Nº 104, de 25 de janeiro de 2011 regulamenta notificações compulsórias na saúde; 9. Legislações pertinentes ao conselho de Classe (COFEN); 10. DOENÇAS DE INTERESSE EPIDEMIOLÓGICO.

Nutricionista

1. Necessidades nutricionais nas diferentes etapas da vida; 2. Administração de Unidades de Alimentação e Nutrição; 3. Anatomia; 4. Anatomia dos Sistemas; 5. Antropologia da Alimentação; 6. Políticas de Nutrição e Alimentação na Saúde; 7. Práticas Educativas em Saúde; 8. Legislações pertinentes ao conselho de Classe (CFN); 9. Doenças Relacionadas ao Sistema Digestório.

Farmacêutico

1. Lei Federal nº 8.080, de 19 de setembro de 1990 – Lei do SUS; 2. Atividades que envolvem manipulação controle e registro, requisição e análise de medicamentos; 3. Programa saúde mental; 4. Noções de trabalho em equipe e ética profissional; 5. Portaria Nº 2.281, de 1º de outubro de 2009 cria os NASFs.

Fisioterapeuta

1. Lei Federal nº 8.080, de 19 de setembro de 1990 – Lei do SUS; 2. Fisiologia e Anatomia do Corpo Humano; 3. Reabilitação de lesões, alterações ortopédicas traumáticas, neurológicas e respiratórias; 4. Cuidados profiláticos com a terceira idade e população em geral; 5. Noções de trabalho em equipe e ética profissional; 6. Portaria Nº 2.281, de 1º de outubro de 2009 cria os NASFs. 7. PSE – programa saúde na escola

Psicólogo

1. Lei Federal nº 8.742, de 07 de dezembro de 1993, e alterações; 2. Código de ética profissional; 3. Família, Rede, Laços e Políticas Públicas; 4. Violência Doméstica; 5. Proteção Social Básica; 6. Proteção social específica; 7. Programas Governamentais de Transferência de Renda; 8. Educação Especial; 9. Inclusão; 10. Infância, adolescência; 11. As inter-relações familiares: casamento, conflito conjugal, separação, guardados filhos. 12. A criança e a separação dos pais. 13. A criança e o adolescente vitimizados. 14. Natureza e origens da tendência antissocial; 15. Os direitos fundamentais da criança e o do adolescente. 16. O trabalho do psicólogo em equipe multiprofissional. 17. Psicodiagnóstico – técnicas utilizadas. 18. A entrevista psicológica. 19. Apoio ao Programa de Saúde da Família. 20. Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA; 21. Testes psicométricos e projetivos, Psicologia organizacional e do trabalho, 22. Legislações pertinentes ao conselho de Classe (CFP).

Fiscal Sanitário

1. Lei Federal nº 8.080, de 19 de setembro de 1990 – Lei do SUS; 2. LEI Nº 9.782, DE 26 DE JANEIRO DE 1999: define o Sistema Nacional de Vigilância Sanitária, cria a Agência Nacional de Vigilância Sanitária, e dá outras providências; 3. Portaria nº 1660, de 22 de julho de 2009 – Institui o Sistema de Notificação e Investigação em Vigilância Sanitária □ VIGIPOS; 4. RDC Nº 306, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2004; 5. Legislações em geral pertinentes a Vigilância Sanitária.

Técnico de Enfermagem

1. Lei Federal nº 8.080, de 19 de setembro de 1990 – Lei do SUS; 2. Código de ética profissional; 3. _Atribuições no PSF; 4. Noções de trabalho em equipe, humanização; 5. Esquema de vacinação; 6. _Controle de doenças sexualmente transmissíveis; 7. Orientação às gestantes no pré-natal; 8. _Precauções Universais, desinfecção e uso de aparelhos e utensílios; 9. Saúde Pública e saneamento básico; 10. Procedimentos em enfermagem; 11. Lei Nº 8.142, de 28 de Dezembro de 1990 - Lei dos conselhos de saúde; 12. PSE – programa saúde na escola; 13. Portaria Nº 104, de 25 de janeiro de 2011 regulamenta notificações compulsórias na saúde; 14. Legislações pertinentes ao conselho de Classe (COREN); 15. DOENÇAS DE INTERESSE EPIDEMIOLÓGICO.

Técnico de Higiene Dental

1. Lei Federal nº 8.080, de 19 de setembro de 1990 – Lei do SUS, 2. Estrutura dentária e suas funções, esterilização e desinfecção, instrumentais, atribuições da função; 3. Noções de trabalho em equipe e ética profissional. 4. LEI Nº 8.142, DE 28 DE DEZEMBRO DE 1990. 5. Lei dos conselhos de saúde.

Agente Comunitário de Saúde

1. Noções básicas do Programa de Agentes Comunitários de Saúde – PACS, e da Estratégia Saúde da Família – ESF; 2. Lei Federal nº 8.080, de 19 de setembro de 1990 – Lei do SUS; 3. Lei Federal nº 11.350, de 05 de outubro de 2006, e alterações – Regula as atividades do Agente Comunitário de Saúde; 4. Formas da abordagem nas visitas domiciliares e no relacionamento com as pessoas, as famílias e as comunidades da micro área de atuação; 5. LEI Nº 8.142, DE 28 DE DEZEMBRO DE 1990 lei dos conselhos de saúde; 6. LEI Nº 12.994, DE 17 JUNHO DE 2014 piso nacional do ACS

Agente de Combate a Doenças Epidemiológicas

1. Planejamento e organização de ações de proteção à saúde; 2. Desenvolvimento de atividades de promoção e de proteção à saúde, de vigilância em saúde ambiental e de controle de endemias e zoonoses; 3. Desenvolvimento de habilidades para o trabalho em equipe, uma vez que, o seu trabalho possui uma natureza coletiva que envolve a família e outros profissionais e setores da saúde; 4. Ética no trabalho; 5. Doenças e Agravos de interesse epidemiológico

Técnico de Enfermagem do SAMU

1. Lei Federal nº 8.080, de 19 de setembro de 1990 – Lei do SUS. 2. Portaria nº 2048/GM, do Ministério da Saúde, de 05/11/2002; 3. Código de ética profissional; 4. Atribuições no SAMU, noções de trabalho em equipe, humanização; 5. Precauções Universais, desinfecção e uso de aparelhos e utensílios; 6. Saúde Pública e saneamento básico. 7. Fundamentos de Enfermagem: procedimentos e ações do técnico de enfermagem no atendimento ao cliente/paciente; conhecimentos teóricos que fundamentam as ações do técnico de enfermagem; relacionamento interpessoal com o paciente; processo de educação em saúde; prevenção de acidentes; medidas de controle da infecção hospitalar. 8. Supervisão em Enfermagem: ações do técnico de enfermagem na supervisão do pessoal auxiliar. 9. Legislação do SAMU PORTARIANº 1.863/GM em 29 de setembro de 2003, 10. PORTARIANº 1.864/GM em 29 de setembro de 2003, 11. PORTARIANº 2.970/GM em 8 de Dezembro de 2008, 12. PORTARIANº 2.971/GM em 8 de Dezembro de 2008.

Condutor/Socorrista do SAMU

1. Legislação de trânsito: Código de Trânsito Brasileiro (Lei Federal nº 9.503 de 23/09/1997) e legislação complementar atualizada. 2. Conceitos, definições e diretrizes; 3. Sistema Nacional de Trânsito: Normas gerais de circulação e conduta; 4. Sinalização de Trânsito; 5. Direção defensiva; 6. Primeiros Socorros; 7. Proteção ao Meio Ambiente; 8. Cidadania; 9. Noções de mecânica básica de autos; 10. Atendimento pré-hospitalar de urgência em suporte básico de vida em parada cardíaca, emergências respiratórias, obstétricas (parto de emergência), psiquiátricas (pacientes suicida, paciente violento) e no trauma (traumatismo múltiplo, traumatismo craniano, lesão na coluna espinhal, traumatismo torácico, traumatismo intra-abdominal, queimaduras, ferimentos e afogamentos, segurança da cena); 11. Portaria nº 2048/GM, do Ministério da Saúde, de 05/11/2002; 12. Código de ética profissional; 13. Atribuições no SAMU, noções de trabalho em equipe, humanização. 14. Precauções Universais, desinfecção e uso de aparelhos e utensílios; 15. Saúde Pública e saneamento básico. 16. Legislação do SAMU PORTARIANº 1.863/GM Em 29 de setembro de 2003, 17. PORTARIANº 1.864/GM Em 29 de setembro de 2003, 18. PORTARIANº 2.970/GM Em 8 de Dezembro 2008, 19. PORTARIANº 2.971/GM Em 8 de Dezembro de 2008.

SOMBRIO/SC, em 10 de MAIO de 2016.

JOSÉ SIDNEI JANUÁRIO
Secretário Mun. de Adm. Planej. Finanças

Fica homologado o ANEXO II do presente EDITAL DE PROCESSO SELETIVO N.º 001/2016, conteúdos programáticos.

ZÊNIO CARDOSO
Prefeito Municipal

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SOMBRIO/SC
EDITAL DE PROCESSO SELETIVO N. 001/2016

ANEXO III

PARA USO DE CANDIDATOS COM DEFICIÊNCIA E SOLICITAÇÃO DE PROVA ESPECIAL OU CUIDADOS ESPECIAIS NA APLICAÇÃO DA PROVA ESCRITA.

REQUERIMENTO

Nome: _____,
Nº. Inscrição: _____ RG: _____, CPF: _____,
Candidato (a): _____,
Inscrito (a) para a Cargo de: _____,
Residente na: _____, Nº. _____,
Bairro: _____, Cidade/UF: _____ / _____,

Requer a Vossa Senhoria:

1 – () Vaga para portadores de Deficiência Física.

Deficiência: _____
CID Nº. _____

2 – Condição Especial para realização da prova.

a) () Prova com ampliação do tamanho da fonte (letra)

Tamanho da Fonte: _____

b) () Sala Especial

Especificar: _____

c) () Leitura de Prova

d) () Amamentação

Nome do Acompanhante: _____

Horários de amamentação: _____

e) () Outra Necessidade

Especificar: _____

Nos Termos

Pede Deferimento. _____, _____ de _____ de 2016.

Assinatura do Requerente

(*) Anexar documento apresentando as condições diferenciadas de que necessita para realização da prova e/ou justificativa acompanhada de parecer emitido por especialista da sua área de deficiência

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SOMBRIO/SC
EDITAL DE PROCESSO SELETIVO N. 001/2016

ANEXO IV

FORMULÁRIO PARA RECURSO

Nome: _____
 Endereço: _____
 Cargo: _____
 Nº. Inscrição: _____ CPF: _____ . _____ . _____ - _____
 Questionamento: _____
 Embasamento: _____
 Data: ____ / ____ / ____

Assinatura do Requerente

PROCESSO SELETIVO N.º 002/2016 - ADM

ESTADO DE SANTA CATARINA
 PREFEITURA MUNICIPAL DE SOMBRIO/SC
 PROCESSO SELETIVO N.º 002/2016

APREFEITURAMUNICIPALDESOMBRIO/SC,atravésdaComissãodeProcessoSeletivoSimplificado,nomeadaatravésdoDecretonº160/2016,nousodesuasatribuiçõeslegais,TORNAPÚBLICOoProcessoSeletivoSimplificadoparaatuação na Prefeitura Municipal de Sombrio, a serem admitidos em caráter temporário nos termos do Art. 37, IX da Constituição Federal de 1988 c/c 1853/2009, na forma deste Edital:

1. DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

- 1.1 APREFEITURAMUNICIPALDESOMBRIOsereservaodireitodeadmitiросcandidatosclassificados,deacordocomanecessidadeedisponibilidade de vagas que surgirem durante a vigência do Processo Seletivo.
 1.2 Paraseinscrever,ocandidatodeveráacessarositewww.processosseletivos.com.br/sombrio,efetuarseucadastroe sua inscrição, e antes de validar a inscrição, conferir todos os dados inclusive à denominação do cargo e seu respectivo código.
 1.3 O cronograma com as datas de cada fase do Processo Seletivo e os conteúdos programáticos de cada cargo estarão disponibilizadas nos Anexos I e II, partes integrantes do presente Edital.

2. DAS VAGAS, CARGOS, CARGA HORÁRIA, REQUISITOS MÍNIMOS.

Poderão participar do Processo Seletivo, os profissionais interessados em prestar serviço que atendam os requisitos deste Edital da legislação vigente e alterações supervenientes, para os cargos abaixo relacionados:

Nº	Cargo	Vagas	C.H.	Remuneração	Requisitos
1	Auxiliar de serviços Gerais	CR	40h semanais	R\$ 914,83	Nível Fundamental
2	Motorista	CR	40h semanais	R\$ 1.308,85	Nível Fundamental
3	Operador de Equipamentos	CR	40h semanais	R\$ 1.380,65	Nível Fundamental
4	Pedreiro	CR	40h semanais	R\$ 914,83	Nível Fundamental
5	Auxiliar Administrativo	CR	40h semanais	R\$ 1.193,17	Nível Médio
6	Recepcionista	CR	40h semanais	R\$ 914,83	Nível Médio
7	Técnico de Informática	CR	40h semanais	R\$ 1.278,39	Nível Médio Técnico
8	Secretário de Escola	CR	40h semanais	R\$ 2.135,84	Nível Médio
9	Gestor Pedagógico	CR	40h semanais	R\$ 3.179,95	Nível Superior e registro no Órgão fiscalizador
10	Assistente Social	CR	30h semanais	R\$ 2.052,70	Nível Superior e registro no Órgão fiscalizador

* CR = Cadastro de Reserva

Nota 01: As atribuições dos cargos são as constantes da Lei Complementar Municipal n.º 039/2015.

3. DAS INSCRIÇÕES

O candidato poderá se inscrever somente para 01 (um) cargo.

3.1 PRÉ-INSCRIÇÃO ONLINE

3.1.1 A pré-inscrição on-line do candidato somente será efetuada via internet, no período de 12/05/2016 a 19/05/2016.

3.1.2 Para realizar a sua pré-inscrição o candidato deverá seguir os seguintes passos:

a) Acessar o endereço eletrônico: www.processosseletivos.com.br/sombrio;

b) Ler atentamente o edital, preencher o Formulário de Pré-inscrição on-line, imprimir o comprovante gerado eletronicamente, e seguir os passos constantes no ÍTEM 3.2 deste edital.

3.1.3 O candidato inscrito que possuir deficiência deverá mencionar a sua condição no Formulário de Pré-inscrição on-line.

3.1.4 O candidato poderá obter informações técnicas referentes à utilização do portal das inscrições e preenchimento do formulário de pré-inscrição, através do e-mail: suporte@processosseletivos.com.br.

3.1.5 As informações prestadas no Formulário de Pré-inscrição serão de inteira responsabilidade do candidato. Reserva-se à comissão técnica do

processo seletivo, o direito de não homologar a inscrição do candidato que não preencher o respectivo documento de forma completa e correta, bem como fornecer dados inverídicos ou falsos.

3.2 VALIDAÇÃO DA INSCRIÇÃO:

3.2.1 O candidato, para validar a sua inscrição no presente Processo Seletivo, após preenchimento do formulário de pré-inscrição on-line, deverá comparecer de 19h a 20h/05/2016, em horário de expediente (das 08h:00min às 11h:30min) e (das 13h:30min às 17h:30min), no auditório da Prefeitura Municipal de SOMBRIÓ, munido dos seguintes documentos:

- a) Formulário de Pré-inscrição impresso;
- b) CPF e Carteira de Identidade ou CNH (original e cópia);
- c) Comprovante de habilitação profissional ou de escolaridade exigida para o cargo pleiteado (original e cópia);
- d) Comprovante de Registro no Órgão Fiscalizador para os cargos exigidos (Original e Cópia).
- e) O Candidato que apresentar certidão de colação de grau deverá, obrigatoriamente, no dia da admissão, apresentar o diploma de conclusão do curso (original e cópia).
- f) Laudo médico, para os candidatos que possuem deficiência. (Original)
- g) Não haverá validação de inscrição condicional ou extemporânea nem validação da inscrição por correspondência.

3.2.2 O candidato inscrito que possuir deficiência deverá entregar no ato da validação da inscrição o laudo médico atestando a espécie e o grau ou nível de deficiência, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doença – CID, bem como a provável causa da deficiência, atestando a aptidão para o cargo que está sendo pretendido.

3.2.3 O candidato portador de deficiência deverá solicitar a prova especial, se for o caso, preenchendo o requerimento do Anexo III, parte integrante deste Edital.

3.2.4 No momento da validação, será emitido o comprovante de inscrição onde o candidato deverá assinar concordando incondicionalmente com todos os termos descritos na sua inscrição.

3.3 CONSIDERAÇÕES SOBRE AS INSCRIÇÕES

3.3.1 É de inteira responsabilidade do candidato a conferência e confirmação dos dados de inscrição, bem como a responsabilidade por qualquer erro ou omissão no preenchimento do formulário de inscrição on-line, razão pela qual deve ser atenciosamente conferida antes da confirmação, pois não será permitido pedido de retificação após o encerramento do prazo das validações das inscrições.

3.3.2 As inscrições pela Internet devem ser feitas com antecedência, evitando o possível congestionamento de comunicação do site www.processos-seletivos.com.br/sombrio nos últimos dias de pré-inscrição on-line.

3.3.3 A empresa organizadora do certame e a Prefeitura Municipal de SOMBRIÓ/SC não se responsabilizam por qualquer problema na inscrição via motivada por falhas de comunicação, falta de energia elétrica, congestionamento das linhas de comunicação, bem como outros fatores de ordem técnica que impossibilitem a conexão ou a transferência de dados.

3.4 PUBLICAÇÃO DAS INSCRIÇÕES

3.4.1 As inscrições que preencherem todas as condições deste edital serão publicados e deferidas parcialmente (preliminar) no dia 21/05/2016 e definitiva (após prazo de recursos) no dia 25/05/2016 pela autoridade competente, ambas até as 23h:59min. O ato de publicação será divulgado no site www.processos-seletivos.com.br/sombrio, onde estarão indicados o nome, o do candidato, o cargo pretendido e o número de sua inscrição.

3.4.2 No mesmo local será publicada a relação das inscrições indeferidas.

4 REQUISITOS BÁSICOS PARA ADMISSÃO NO CARGO

4.1 Ter nacionalidade brasileira ou equivalente

4.2 Estar no gozo de direitos políticos e cíveis;

4.3 Estar em dia com as obrigações eleitorais.

4.4 Possuir quitação das obrigações militares, para os candidatos do sexo masculino.

4.5 Possuir o nível de escolaridade exigido para o exercício do cargo de acordo com o estabelecido no ITEM II do presente Edital, na data da contratação.

4.6 Contar com, no mínimo, 18 (dezoito) anos completos até a data da admissão de caráter temporário por contrato.

4.7 Ter aptidão física e mental para o exercício das atribuições do cargo.

4.8 Não possuir antecedentes criminais

4.9 Não ter sofrido, quando no exercício de cargo, função ou emprego público, demissão a bem do serviço público ou por justa causa, fato a ser comprovado, no ato de admissão, por meio da assinatura de regular termo de declaração.

4.10 Firmar declaração de não possuir acúmulo de cargo público, exceto aqueles previstas em Lei.

5 DAS ETAPAS DO PROCESSO SELETIVO

O Processo Seletivo constará de 01 (uma) etapa consistente de:

a. Prova Escrita, de conhecimentos gerais e de conhecimentos específicos de caráter classificatório (ressalvada a ausência do candidato à prova ou zerá-la, casos em que será eliminado do processo seletivo);

5.1 PROVA ESCRITA

5.1.1 A prova escrita será de caráter classificatório e eliminatório, que avaliará a aptidão funcional dos candidatos para o desempenho das funções a serem executadas no exercício do cargo pretendido.

5.1.2 As provas escritas serão organizadas conforme exigências do cargo pretendido:

5.1.2.1 Para todos os cargos

a) A Prova Escrita será composta com 20 (vinte) questões objetivas, sendo 05 (cinco) questões de português, 05 (cinco) questões de matemática, 05 (cinco) questões de atualidades e dados históricos e 05 (cinco) questões de conhecimentos específicos para o cargo pretendido. Cada uma delas com 05 (cinco) alternativas, das quais, somente 01 (uma) deverá ser assinalada como correta.

b) Os candidatos receberão um cartão resposta com 20 (vinte) questões. Sendo 05 (cinco) questões específicas para cada cargo pretendido;

c) O caderno de avaliações será único e composto pelas questões gerais e específicas de todos os cargos;

d) As questões que o candidato deverá responder estarão explicitamente indicadas no cartão resposta através da identificação de sua disciplina/

cargo e numeração de questões conforme caderno de avaliações.

5.1.2.2 As questões das provas versarão sobre os conteúdos programáticos constantes no Anexo II deste Edital.

5.1.2.3 O peso de cada questão é de 0,5 pontos.

5.1.2.4 A nota da prova escrita (NPE) será calculada com o emprego da seguinte fórmula: $NPE = (NA \times 0,5)$ onde (NPE= Nota da Prova Escrita, e NA= Número de Acertos).

5.1.2.5 Cada Candidato inscrito no certame terá direito a apenas 01 (um) cartão de respostas, não sendo permitida, em hipótese alguma, a troca de seu cartão assinado por outro.

5.1.2.6 O candidato deverá transpor os resultados das questões para grade de respostas, cujo preenchimento é de sua inteira responsabilidade.

5.1.2.7 Questões rasuradas ou com mais de uma alternativa marcada, na grade de respostas, serão consideradas como marcadas incorretamente pelo candidato.

5.1.2.8 Para fins de correção da prova, somente será considerada a grade de respostas, sendo que os cadernos de prova não serão considerados, sob quaisquer hipóteses.

6 DA REALIZAÇÃO DA PROVA

6.1 A prova será realizada no dia 05/06/2016, na E.E.B.M. PROF. ALDASANTOS DE VARGAS, sito a rua Francisco Caetano Lummertz, 873, Bairro Januária em Sombrio/SC. (Acesso de Entrada da escola no portão ao lado do Ginásio)

6.2 Os horários das provas serão divulgados até as 23h:59min do dia 26/05/2016, no portal www.processosseletivos.com.br/sombrio, no site www.sombrio.sc.gov.br e no mural da Prefeitura Municipal de Sombrio/SC.

6.3 A prova terá duração máxima de 01 hora e 30 minutos.

6.4 Para fins de acesso à sala de realização da prova, será exigido o Documento de Identidade Original com Foto (Obrigatoriamente) e o Comprovante de inscrição (Facultativamente).

6.5 Para realização da prova, somente será permitido ao candidato o uso de caneta esferográfica, de tinta azul ou preta.

6.6 As provas terão um prazo mínimo de realização de 30 (trinta) minutos.

6.7 O candidato que, durante a realização da prova escrita, for encontrado e confirmado de posse, de qualquer tipo de relógio, telefone celular, pager, beep, calculadora ou quaisquer outros componentes ou equipamentos eletrônicos, em funcionamento ou não, terá sua prova anulada e, com isso, será automaticamente eliminado do Processo Seletivo.

6.8 Durante a realização das provas será vedado, também, o uso de carteiras, bolsas, bonés, chapéus e similares, livros, revistas, apostilas, resumos, dicionários, cadernos, etc.

6.9 Caso o candidato esteja impossibilitado de apresentar, no dia de realização da prova escrita, documento de identidade original, por motivo de perda, roubo ou furto, deverá apresentar boletim de ocorrência expedido por órgão policial, em no máximo 15 (quinze) anteriores em relação ao dia da realização da Prova.

6.10 A apresentação do comprovante de inscrição no dia da realização da prova escrita servirá também ao candidato como único documento que possibilitará a garantia de poder realizar a prova em caso sua inscrição deferida e não constatação de seu nome nas listas de distribuições de locais de prova.

6.11 Será de inteira responsabilidade do candidato o preenchimento correto do cartão de respostas, que será o único documento válido para efeito de correção da prova.

6.12 Não serão computadas as questões não assinaladas, assinaladas a lápis ou caneta de cor diferente da preta ou azul, assim como as questões que contenham mais de uma resposta, emenda ou rasura, ainda que legíveis.

6.13 Em hipótese nenhuma haverá substituição do cartão de respostas em caso de erro, rasura ou preenchimento incorreto do candidato conforme instruções contidas no mesmo.

6.14 Em caso de existirem tipos de cadernos de provas diferentes (para cargos diversos), estes serão identificados na lista de presença de cada candidato e o cartão de respostas será devidamente identificado com o número do caderno de prova ou outra forma que auxilie o candidato na identificação das questões correspondentes a sua área/cargo pretendido.

6.15 Em hipótese nenhuma haverá segunda chamada para realização da prova, seja qual for o motivo alegado pelo candidato, implicando a ausência na sua eliminação do Processo Seletivo.

6.16 Os 03 (três) últimos candidatos permanecerão no local até a conclusão do último, para, após, assinarem o termo de recolhimento dos cartões resposta juntamente com os fiscais (de sala e coordenador).

6.17 Por razões de ordem técnica e de segurança, a entidade responsável pela elaboração das provas, se reserva ao direito de não fornecer exemplares dos Cadernos de Provas a candidatos ou a outras instituições, mesmo após o encerramento do certame, estando à disposição dos candidatos uma cópia para download no mesmo endereço das inscrições em até 24 horas úteis após aplicação da prova.

6.18 A lactante que necessitar amamentar durante a realização da prova, poderá fazê-lo em sala reservada, desde que o requeira no momento da inscrição, para adoção das providências necessárias.

6.19 Não haverá compensação do tempo de amamentação em favor da candidata.

6.20 A criança deverá ser acompanhada de adulto responsável por sua guarda (familiar ou terceiro indicado pela candidata) e permanecer em ambiente reservado.

6.21 A lactante deverá apresentar-se, no respectivo horário para o qual foi convocada, com o acompanhante e a criança.

6.22 Não será disponibilizado pela equipe técnica do Processo Seletivo, responsável para a guarda da criança, acarretando à candidata a impossibilidade de realização da prova.

6.23 Nos horários previstos para amamentação, a candidata lactante poderá ausentar-se temporariamente da sala de prova, acompanhada de uma fiscal.

6.24 Na sala reservada para amamentação ficará somente a candidata lactante, a criança e uma fiscal, sendo vedada a permanência de babás ou quaisquer outras pessoas que tenham guarda parentesco ou de amizade com a candidata.

6.25 Constatando-se, durante a realização da prova, qualquer erro ou equívoco relacionado à edição ou impressão das provas, os organizadores tomarão a providência cabível, podendo inclusive determinar a anulação da questão ou questões afetadas.

6.26 Caberá à entidade organizadora do certame, juntamente com a Comissão, decidir sobre ocorrências verificadas durante a realização das provas.

6.27 A Comissão do Processo Seletivo e a empresa organizadora do certame poderão, justificadamente, alterar as normas previstas no ITEM 6 e seus desdobramentos, desde que com a finalidade de preservar a realização e o bom andamento do Certame.

7 DA CLASSIFICAÇÃO

7.1 Os candidatos considerados aprovados serão ordenados e classificados pela área/cargo e pela habilitação mínima exigida em listagem, de acordo com a sua inscrição no Processo Seletivo, seguindo a ordem decrescente de pontuação final, expressa em 03 (três) algarismos, de acordo com a seguinte fórmula: $PONTUAÇÃO\ FINAL = (NOTA\ OBTIDA\ NA\ PROVA)$

7.2 No caso de empate na classificação terá preferência para a nomeação, sucessivamente, o candidato que:

- a) Obtiver a maior idade;
- b) Persistindo o empate prevalecerá o maior número de dependentes.

7.3 As provas obedecerão aos critérios especificados pelo Anexo I e conteúdos programáticos constantes do Anexo II deste Edital.

7.4 A chamada dos candidatos selecionados será efetuada obedecendo à ordem de classificação, mediante a existência de vagas.

7.5 A publicação da classificação parcial será divulgada exclusivamente no portal www.processosseletivos.com.br/sombrio, no dia 15/06/2016.

7.6 A publicação da classificação final e definitiva, após apuração de recursos, será divulgada nos sites: www.processosseletivos.com.br/sombrio e www.sombrio.sc.gov.br, no dia 21/06/2016.

8 DOS RECURSOS

8.1 O candidato poderá interpor recurso nos seguintes casos e prazos:

a) Com relação à homologação das inscrições, no prazo de 02 (dois) dias, a contar do primeiro dia útil subsequente ao da publicação do edital de homologação das inscrições;

b) Com relação à prova escrita (questões objetivas) no prazo de 02 (dois) dias úteis a contar do primeiro dia útil subsequente à realização da prova.

c) Com relação à classificação parcial no prazo de 02 (dois) dias úteis a contar do primeiro dia útil subsequente à publicação dos resultados.

8.2 O recurso deverá ser individual, por questão, com a indicação daquilo que o candidato se julga prejudicado, devidamente fundamentado, comprovando as alegações com citação das fontes de pesquisa, páginas de livros, nome dos autores, bibliografia específica, etc., juntando cópia dos comprovantes, devendo o mesmo ser dirigido e protocolado na Prefeitura Municipal de Sombrio/SC, nos prazos e horários estabelecidos no cronograma do Anexo I.

8.3 Após o julgamento dos recursos interpostos, os pontos correspondentes às questões porventura anuladas, serão atribuídos a todos os candidatos, indistintamente, que não os obtiveram na correção inicial. Se resultar em alteração do gabarito, as provas de todos os candidatos serão corrigidas novamente, conforme essa alteração e seu resultado final divulgado de acordo com esse novo gabarito.

8.4 Os pedidos de revisão de provas e notas somente serão aceitos se feitos pelos próprios candidatos, em até 02 (dois) dias úteis a contar a partir do primeiro dia útil seguinte ao da publicação dos classificados no Processo Seletivo, com respeito somente às suas próprias provas, ficando vedados, a qualquer tempo e condição, pedidos de revisão de provas e notas de terceiros.

8.5 No pedido de Revisão de correção de provas, será apresentado apenas uma vez ao candidato o Caderno de Provas com respectivo Gabarito, ficando impedido de fazer qualquer alteração ou cópia.

9 DOS CANDIDATOS COM DEFICIÊNCIA

9.1 Às pessoas com deficiência são asseguradas o direito de inscrição no Processo Seletivo, Modalidade - Emprego Público de que trata este Edital, nos termos do Decreto Federal nº. 3.298/99.

9.2 São reservados 5% das vagas abertas por este edital, para cada cargo, às pessoas com deficiência de conformidade com o inciso VIII do art. 37 da Constituição Federal e Decreto Federal nº. 3.298/99, e suas alterações, Decreto Federal nº. 5.296/2004 e suas alterações e Lei Federal nº. 7.853/1989, caso não houver candidato inscrito ou aprovado as vagas reservadas serão disponibilizadas para os demais candidatos aprovados.

9.3 Os candidatos com deficiência poderão disputar cargos cujas atividades sejam compatíveis com a sua deficiência, em igualdade de condições com os demais candidatos no que se refere ao conteúdo das provas, à avaliação, aos critérios de aprovação, ao horário e local de aplicação das provas e à pontuação mínima exigida.

9.4 Caso o candidato inscrito como pessoa com deficiência não se enquadre nas categorias definidas no Art. 4, incisos I a V, do Decreto Federal nº. 3.298/99, a homologação de sua inscrição se dará na listagem geral de candidatos e não na listagem específica para pessoas com deficiência.

9.5 Na avaliação médica, posterior a nomeação, caso o candidato com deficiência seja considerado inapto para o cargo, será nomeado o candidato imediatamente posterior.

9.6 O candidato com deficiência ou aquele que necessitar de tratamento diferenciado no dia da prova objetiva deverá especificá-lo no formulário de inscrição, e complementado pelo preenchimento do ANEXO III desde edital, indicando as condições diferenciadas de que necessita para a realização da prova, como, por exemplo, prova em andar térreo ou sala para amamentação.

9.7 A não solicitação de recursos especiais, tempestivamente, implica a sua não concessão no dia da realização das provas.

9.8 O candidato com deficiência que, no ato da inscrição não declarar esta condição ou não atender as condições de deficiência, determinadas neste Processo Seletivo passará a concorrer unicamente como candidato sem deficiência e não poderá impetrar recurso em favor de sua situação.

9.9 A realização das provas por estes candidatos, em condições especiais, ficará condicionada à possibilidade de fazê-las de forma que não importe quebra de sigilo ou não enseje seu favorecimento.

9.10 As pessoas com deficiência participarão da seleção em igualdade de condições com os demais candidatos no que se refere ao conteúdo das provas, à avaliação, aos critérios de aprovação, ao horário e local de aplicação das provas e à pontuação mínima exigida.

10 DA DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS

10.1 Fica delegada competência à PS CONCURSOS para:

- a) Organizar programas e inscrições no portal da internet;
- b) Deferir e indeferir as inscrições e apreciar recursos previstos neste Edital;
- c) Disponibilizar a Emissão Eletrônica dos documentos de pré-inscrições e inscrição através de sistemas automatizados e on-line;
- d) Elaborar, aplicar, julgar, corrigir e avaliar a prova escrita;
- e) Apurar e responder os recursos das inscrições, da prova escrita e resultados publicados, com auxílio e suporte da Comissão do Processo Seletivo.

10.2 Fica atribuído à Comissão do Processo Seletivo, nomeada através de Decreto, exclusivamente para acompanhar o certame, as seguintes responsabilidades:

- a) Elaborar e responder pelo edital;
- b) Conferir, aprovar e publicar o edital;
- c) Prestar informações sobre o Processo Seletivo;
- d) Acompanhar e fiscalizar a realização das provas;
- e) Validar as informações prestadas pelo candidato, relativamente às pré-inscrições;

f) Entregar toda a documentação referente as validações de inscrições e recursos a empresa organizadora do certame após o término de cada fase.

11 CONVOCAÇÃO PARA EXAMES MÉDICOS E ENTREGA DE DOCUMENTOS

11.1 O candidato aprovado e convocado deverá apresentar exames médicos admissionais e a critério do médico avaliador responsável poderão requisitar exames complementares e emitir parecer de APTO ou NÃO APTO para o exercício do cargo, sendo este de caráter eliminatório.

11.2 O candidato convocado deverá apresentar ao setor de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de SOMBRIO/SC, situada na rua Telegrafista Adolfo Coelho, Bairro São Luis com a documentação necessária à sua admissão, composta por:

- a) Comprovação da idade mínima de 18 anos;
- b) Prova de quitação das obrigações eleitorais;
- c) Prova de quitação das obrigações militares, para os candidatos do sexo masculino;
- d) Comprovação da escolaridade exigida neste edital;
- e) Declaração de não ter sofrido, no exercício de função pública, as penalidades previstas no art. 137 e seu parágrafo único da Lei nº 8.112/1990;
- f) Atestado de médico declarando aptidão para exercer o respectivo cargo público;
- g) Nacionalidade brasileira ou gozo das prerrogativas insertas nos decretos Nº. 70.391/1972 e Nº. 70.436/1972.
- h) Não ser aposentado por invalidez e nem estar com idade de aposentadoria compulsória, ou seja, 70 anos.
- i) Carteira de Identidade;
- j) CPF;
- k) PIS/PASEP;
- l) Certidão de Casamento;
- m) Certidão de Nascimento dos filhos menores de 14 anos;
- n) 1 (uma) foto 3x4 recente;
- o) Carteira Profissional Original;
- p) Original e fotocópia do comprovante de residência atualizado, assim sendo considerado: Conta de luz, IPTU, água ou telefone fixo, em nome do candidato, cônjuge ou de ascendente ou descendente direto;

12 DA ESCOLHA DE VAGAS

12.1 A escolha de vagas obedecerá rigorosamente à classificação, de acordo com o horário, data e local a serem divulgados.

12.2 A escolha de vaga deve ser feita pelo titular da inscrição, não podendo ser por procuração.

12.3 O candidato deverá escolher a vaga existente na sua totalidade de carga horária.

12.4 O candidato que assumir o cargo e vier a desistir será eliminado do processo seletivo, salvo por necessidade da Prefeitura Municipal de Sombrio/SC.

12.5 O candidato após assumir a vaga não poderá trocá-la, sob pena de exclusão do processo seletivo, exceto em casos de necessidade da Prefeitura Municipal de Sombrio/SC.

12.6 O candidato que escolher a vaga e não assumir no tempo previsto, será considerado desistência, sendo eliminado do processo seletivo.

12.7 O prazo de se apresentar na unidade de trabalho será o seguinte.

- a) Para a 1ª chamada – o primeiro dia de atividades na unidade de trabalho;
- b) Para a 2ª chamada e demais – 24 horas a partir do documento de encaminhamento.

12.8 O profissional contratado ficará vinculado a Prefeitura Municipal, onde poderá ocorrer mudança de local de trabalho e alteração da jornada de trabalho, sempre que necessário.

12.9 O candidato contratado ficará em permanente avaliação, caso seu aproveitamento não seja satisfatório, será rescindido seu contrato;

12.10 Após a primeira escolha de vagas, o candidato será chamado conforme as necessidades surgidas no decorrer do tempo vigente de validade do processo seletivo, obedecidas a ordem classificatória, por telefone (até 03 tentativas), e deverá dar a resposta no momento em que for oferecida a vaga. Será de responsabilidade do candidato a sua não localização (mudança do número do telefone, não receber recados, etc.) passando, então, para o fim da listagem..

12.11 O candidato terá dois dias úteis para se apresentar no Setor Pessoal munidos das documentações exigidas para o contrato e assim assumir as aulas/ou vaga escolhida. Passando o prazo, fica a Prefeitura Municipal autorizada a dar continuidade à chamada dos demais candidatos, respeitando a sequência da ordem de classificação. Caso o candidato não se apresentar no prazo determinado, será excluído do processo seletivo.

12.12 Após contratação temporária, a desistência da vaga não dará direito a nova escolha.

13 DISPOSIÇÕES GERAIS

13.1 A inscrição do candidato implicará o conhecimento e a tácita aceitação das condições estabelecidas neste Edital, bem como em eventuais aditamentos e instruções específicas para a realização do Certame, acerca das quais não poderá alegar desconhecimento.

13.2 O candidato que não atender aos requisitos exigidos neste Edital serão automaticamente eliminados do Processo Seletivo em qualquer de suas fases.

13.3 Será excluído do certame o candidato que:

- Faltar a qualquer uma das fases do certame;
- Não pontuar na prova objetiva;
- Portar-se de maneira inadequada nos locais de realização das provas, de modo a prejudicar o andamento normal do Processo Seletivo;
- For surpreendido, durante a realização das provas, em comunicação com outro candidato;
- For apanhado em flagrante tentativa de burla, fraude ou falsificação na realização da prova, sem prejuízo do indiciamento cabível;
- Deixar de apresentar qualquer documento comprobatório dos requisitos exigidos neste Edital.

13.4 O presente edital objetiva o preenchimento de cargos, sob a égide do regime estatutário dos servidores públicos municipais do município de Sombrio/SC.

13.5 O processo seletivo de que trata este Edital, terá validade de um ano, prorrogável por mais um ano, a partir da data de publicação da classificação final do certame.

13.6 Se aprovado e convocado o candidato, por ocasião da contratação, deverá apresentar todos os documentos exigidos pelo presente Edital bem como outros que lhe forem solicitados, acarretando, o descumprimento deste requisito, na perda do direito à vaga e consequentemente não contratação.

13.7 A aprovação no Processo Seletivo não gera direito à contratação, a qual se dará, a exclusivo critério da Prefeitura Municipal de Sombrio, dentro

do prazo de validade do certame em conformidade com a necessidade atual e futura da mesma.

13.8 O ato de inscrição implica na aceitação destas e demais condições do presente Edital e do Regulamento do Processo Seletivo e, em caso de classificação e contratação, a observância do regime jurídico nele indicado.

13.9 É de inteira e exclusiva responsabilidade do candidato o acompanhamento das publicações, editais, avisos e comunicados referentes ao Processo Seletivo. Não serão prestadas por telefone informações relativas ao resultado do Processo Seletivo.

13.10 O candidato deverá manter atualizado seu endereço e contato telefônico, no portal das inscrições, até a publicação da classificação final do Processo Seletivo, e junto ao Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de SOMBRIO/SC, após a homologação do resultado do Processo Seletivo.

13.11 Os casos omissos serão resolvidos pela organizadora do certame e pela Comissão do Processo Seletivo.

13.12 O presente edital estará disponibilizado no site www.processosseletivos.com.br/sombrio, no site www.sombrio.sc.gov.br e no mural da Prefeitura Municipal de SOMBRIO.

13.13 Faz parte deste edital o Anexo I – Do Cronograma e Do Regulamento para as provas do Processo Seletivo.

13.14 Faz parte deste edital o Anexo II – Dos Conteúdos Programáticos.

13.15 Faz parte deste edital o Anexo III – Do Requerimento do candidato com deficiência.

13.16 Faz parte deste edital o Anexo IV – Do formulário para recurso.

13.17 Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.

13.18 Revogam-se as disposições em contrário.

SOMBRIO/SC, em 10 de MAIO de 2016.

JOSÉ SIDNEI JANUÁRIO

Secretário Mun. de Adm. Planej. Finanças

Fica homologado o presente EDITAL DE PROCESSO SELETIVO N.º 002/2016, a data, o local e o horário da prova.

ZÊNIO CARDOSO

Prefeito Municipal

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SOMBRIO/SC

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO N. 002/2016

ANEXO I

CRONOGRAMA DO PROCESSO

Cronograma	Data
Publicação do Edital de Abertura	10/05/2016
Período de pré-Inscrições Online	12/05/2016 a 19/05/2016
Período de validação das inscrições (junto ao paço municipal)	19 a 20/05/2016 Das (08:00h as 11:30h) e das (13:30h as 17:30h)
Divulgação preliminar das inscrições deferidas e indeferidas	21/05/2016 (Até as 23h:59min)
Prazo para apresentação dos Recursos contra o indeferimento das inscrições	23 a 24/05/2016 (Até as 12:00h - Meio Dia)
Divulgação Definitiva das Inscrições deferidas e indeferidas	25/05/2016 (Até as 23h:59min)
Divulgação dos Horários de aplicação da Prova Escrita	até 26/05/2016 (até as 23h:59min)
Realização das Provas Escritas e Divulgação do Gabarito Oficial	05/06/2016
Prazo para Recursos referentes à Prova Escrita	06 a 07/06/2016 (Até as 12:00h - Meio Dia)
Divulgação do resultado preliminar e notas das provas (Classificação Parcial)	15/06/2016 (Até as 23h:59min)
Prazo para Recursos referentes ao resultado e/ou notas das provas	16 a 17/06/2016 (Até as 12:00h - Meio Dia)
Divulgação da Classificação Final do Processo Seletivo	21/06/2016 (Até as 23h:59min)

REGULAMENTO PARA AS PROVAS DO PROCESSO SELETIVO

Os horários das provas serão divulgados até o dia 26/06/2016, no portal www.processosseletivos.com.br/sombrio, no site www.sombrio.sc.gov.br e no mural da Prefeitura Municipal de Sombrio/SC.

A prova terá duração máxima de 01 hora e 30 minutos.

Não será admitida a entrada de candidatos após o fechamento dos portões do prédio, e/ou que não estiver munido do Documento Original com Foto.

O candidato apenas estará segurado da realização da prova mediante a apresentação do comprovante de validação de inscrição em caso de não constatação de seu nome nas listas de distribuição de locais de prova fixados na entrada do prédio onde serão realizadas as provas.

Os envelopes das provas serão abertos por 02 (dois) candidatos, que comprovarão os respectivos lacres e assinarão, juntamente com 01 (um) fiscal de sala e 01 (um) fiscal coordenador, um termo de abertura dos envelopes.

Durante a prova não poderá ser feita qualquer espécie de consulta, nem o uso de máquinas calculadoras, celulares ou quaisquer tipos de aparelhos ou anotações.

Não será permitido qualquer tipo de comunicação do candidato com outros candidatos ou com o exterior do recinto, sob pena da eliminação do Processo Seletivo do(s) Candidato(s) envolvido(s). Aparelhos de telefonia celular, bip e/ou similares deverão ser desligados.

As provas terão um prazo mínimo de realização de 30 (trinta) minutos.

O candidato poderá sair da sala somente em caso especial e acompanhado de um fiscal.

É expressamente proibido fumar nos locais das provas.

Todas as respostas da prova escrita deverão ser transpostas para a grade de respostas, não podendo ficar nenhuma questão sem resposta.

Após a conclusão e entrega da prova, os candidatos não poderão permanecer nos corredores e dependências do local da aplicação das provas.

Os 03 (três) últimos candidatos permanecerão na sala até a conclusão do último, para, após, assinarem o termo de recolhimento dos cartões resposta juntamente com os fiscais (de sala e coordenador).

Os cartões de respostas, juntamente com a lista de presença e termos referentes aos pacotes lacrados e entrega de cartões resposta deverão ser entregues pelos Fiscais ao Coordenador da equipe de aplicação do Processo Seletivo, acompanhados dos três últimos candidatos.

SOMBRIOS/SC, em 10 de MAIO de 2016.

JOSÉ SIDNEI JANUÁRIO

Secretário Mun. de Adm. Planej. Finanças

Fica homologado o ANEXO I do presente EDITAL DE PROCESSO SELETIVO N.º 002/2016, Do Cronograma e Do Regulamento para as provas do Processo Seletivo.

ZÊNIO CARDOSO

Prefeito Municipal

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SOMBRIOS/SC

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO N. 002/2016

ANEXO II

CONTEÚDOS PROGRAMÁTICOS PARA OS CARGOS DA PROVA ESCRITA

1. CONHECIMENTOS DE LINGUA PORTUGUESA

Para os cargos de Nível Superior e/ou Médio

1. Compreensão e interpretação de textos. 2. Características dos diversos gêneros textuais. 3. Tipologia textual. (sequência narrativa, descritiva, argumentativa, expositiva, injuntiva e dialógica). 4. Elementos de coesão e coerência textual. 5. Funções da linguagem, Ortografia oficial. 6. Acentuação gráfica. 7. Emprego do sinal indicativo de crase. 8. Pontuação. 9. Emprego e descrição das classes de palavras. 10. Sintaxe da oração e do período. (ênfase em concordância e regência). 11. Significação das palavras e inferência lexical através do contexto. 12. Fonética e Fonologia Fonema e Letra Ortografia 13. Recursos sonoros Vícios de linguagem Lexicologia Polissemia Sinônimos e antônimos Homônimos e parônimos; 14. Morfologia Estrutura das palavras Formação das palavras Neologismos e Estrangeirismos.

Para os cargos de Nível Fundamental

1. Leitura e entendimento de texto, 2. Ortografia, 3. Acentuação Gráfica; 4. Linguagem Formal, 5. Concordância Nominal e Verbal, 6. Separação Silábica 7. Classes Gramaticais. 8. Leitura e interpretação de textos simples.

2. CONHECIMENTOS DE MATEMÁTICA

Para os cargos de Nível Superior e/ou Médio

1. Operações com números reais: Resolução de problemas envolvendo as operações de adição, subtração, multiplicação, divisão e potenciação. 2. Múltiplos e Divisores. 3. Número, álgebra, geometria, medidas e estatística. 4. Números e suas operações. 5. Sistemas de Medidas: comprimento, área, perímetro, volume, capacidade, massa, ângulo, tempo. 6. Regra de Três simples e composta. 7. Divisão proporcional. 8. Proporcionalidade: Razão e proporção; 9. Cálculos algébricos: produtos notáveis, fatoração de expressões algébricas; equações, inequações e sistemas polinomiais de 1º e 2º graus. 10. Estudo de Funções: 1º e 2º Grau, logarítmica, exponencial, trigonométricas. 11. Geometria Plana e espacial. 12. Sequências e progressões. 13. Matrizes e Determinantes. 14. Sistemas Lineares. 15. Análise Combinatória. 16. Matemática Financeira: Juros simples e compostos, juros e funções. 17. Trigonometria: notação de ângulo, retângulo e triângulos quaisquer. 18. Geometria Analítica: ponto e reta, circunferência, seções cônicas. 19. Estatística: termos de uma pesquisa estatística, Representação Gráfica, medidas de tendência central, medidas de dispersão, testes de significância. 20. Polinômios e Equações Algébricas. 21. Porcentagem. 22. Volumes dos principais sólidos geométricos Princípio Multiplicativo. 23. Conservação, redução e ampliação de perímetros e áreas das principais figuras planas usando malhas quadriculadas. 24. Arestas, vértices e faces de um sólido geométrico.

Para os cargos de Nível Fundamental

1. Os números naturais: ordens e classes; 2. Escrita dos números naturais; números pares e ímpares; 3. Comparação de números naturais; 4. Operações com números naturais; 5. Os números inteiros: Expressões numéricas; Múltiplos; divisores; fatoração; números primos; máximo divisor comum; mínimo múltiplo comum; razões e proporções; porcentagem; 6. Frações: comparação de frações; operação com frações; 7. Números decimais: operações com números decimais; relação entre frações e números decimais; 8. Geometria plana: características das figuras geométricas planas (triângulos, quadriláteros, circunferência) e espaciais (esfera, cone, pirâmide, paralelepípedo e cubo); áreas das figuras planas; 9. Equações do primeiro e do segundo grau; 10. Expressões algébricas: frações algébricas; operações com frações algébricas; 11. Medidas de tempo, massa e capacidade; 12. Noções básicas de Estatística: tabelas; gráficos; média; moda; mediana.

3. CONHECIMENTOS GERAIS DE ATUALIDADES E DADOS MUNICIPAIS

Para todos os cargos:

Aspectos atuais e históricos a nível mundial, nacional, estadual, regional e municipal, noticiados através de meios de comunicação e publicações oficiais.

4. CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS (a cada Cargo).**Assistente Social**

1. Lei Federal nº 8.742, de 07 de dezembro de 1993, e alterações; Lei Federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990, e alterações; 2. Código de Ética do Assistente Social, aprovado pelo CFESS; 3. Lei Federal nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, e alterações; 4. Família, Rede, Laço e Políticas Públicas; 5. Violência Doméstica; 6. Proteção Social básica; 7. Proteção social específica; 8. Programas Governamentais de Transferência de Renda.

Gestor Pedagógico

1. Práticas históricas da Orientação Educacional no Brasil. 2. Fundamentos e princípios da Orientação Educacional. 3. Trabalho como princípio educativo e suas expressões na Orientação Educacional. 4. Orientação Educacional e educação popular. 5. O trabalho coletivo nas organizações educativas formais e não formais. 6. O Projeto Político-pedagógico da Escola: concepção, princípios e eixos norteadores. 7. O Papel do Pedagogo no âmbito escolar; 8. Currículo integrado: concepção, planejamento, organização dos conteúdos, avaliação e a integração curricular; 9. Os elementos do trabalho pedagógico: objetivos, conteúdos, metodologias de ensino e avaliação escolar; 10. Bases Psicológicas da aprendizagem e do desenvolvimento: conceito, correntes teóricas e repercussões no Ensino; 11. A Pedagogia de projetos; 12. A multidimensionalidade do processo ensino-aprendizagem; 13. A interdisciplinaridade no processo de ensinar e aprender; 14. A gestão escolar democrática e participativa no Ensino; 15. A educação inclusiva. 16. Concepção de alfabetização, leitura e escrita. 17. Educação Étnico racial; 18. Educação inclusiva - democratização do acesso e garantia da permanência escolar. 19. Direitos da Criança e do Adolescente – Estatuto da Criança e do Adolescente; 20. Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional; 21. Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica. 22. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica: diversidade e inclusão

Secretário de Escola

1. Higiene corporal: uniforme e hábitos pessoais. 2. Limpeza e organização do ambiente de trabalho. 3. Relações Humanas; 4. Relacionamento Interpessoal; 5. Elementos da comunicação: Emissor e Receptor; Fraseologia adequada para telefonista; 6. Classificação dos serviços de telecomunicações; 7. Comunicação escrita: recados, anotações e bilhetes; 8. Procedimentos profissionais e padrões de atendimento; 9. Relacionamento com colegas superiores; 10. Termos técnicos, códigos de serviços, siglas e abreviaturas; 11. Telefonia móvel celular; Listas telefônicas; 12. Centrais de telefone; 13. A numeração telefônica; 15. Fax, secretária eletrônica; 16. O processo de comunicação. 17. A comunicação nas organizações. 18. Administração de conflitos: desenvolvimento de trabalho em equipe. 18. Métodos de atendimento ao público; 19. Conceitos e métodos de Documentação e Arquivo 20. Ética, postura e cidadania: o indivíduo e as características pessoais. 21. O papel do servidor. Interação com o público interno e externo. 22. Conhecimentos básicos de administração: Planejamento, direção, organização, execução e controle. 23. Direitos da Criança e do Adolescente – Estatuto da Criança e do Adolescente; 24. Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996 – Lei Diretrizes e Bases da Educação Nacional; 25. Cidadania: direitos e deveres do cidadão. 26. Conceitos de Informática;

Auxiliar Administrativo

1. Higiene corporal: uniforme e hábitos pessoais. 2. Limpeza e organização do ambiente de trabalho. 3. Relações Humanas; 4. Relacionamento Interpessoal; 5. Elementos da comunicação: Emissor e Receptor; Fraseologia adequada para telefonista; 6. Classificação dos serviços de telecomunicações; 7. Comunicação escrita: recados, anotações e bilhetes; 8. Procedimentos profissionais e padrões de atendimento; 9. Relacionamento com colegas superiores; 10. Termos técnicos, códigos de serviços, siglas e abreviaturas; 11. Telefonia móvel celular; Listas telefônicas; 12. Centrais de telefone; 13. A numeração telefônica; 15. Fax, secretária eletrônica; 16. O processo de comunicação. 17. A comunicação nas organizações. 18. Administração de conflitos: desenvolvimento de trabalho em equipe. 18. Métodos de atendimento ao público. 19. O perfil do profissional de atendimento. 20. Ética, postura e cidadania: o indivíduo e as características pessoais. 21. O papel do servidor. Interação com o público interno e externo. 22. Conhecimento da estrutura e do funcionamento da administração pública do município: Órgãos, competências. 23. Redação oficial: aspectos gerais, características fundamentais, padrões, emprego e concordância dos pronomes de tratamento, ofícios, requerimentos, pareceres e outras correspondências. 24. Cidadania: direitos e deveres do cidadão. 25. Conceitos de Informática;

Recepcionista

1. Higiene corporal: uniforme e hábitos pessoais. 2. Limpeza e organização do ambiente de trabalho. 3. Relações Humanas; 4. Relacionamento Interpessoal; 5. Elementos da comunicação: Emissor e Receptor; Fraseologia adequada para telefonista; 6. Classificação dos serviços de telecomunicações; 7. Comunicação escrita: recados, anotações e bilhetes; 8. Procedimentos profissionais e padrões de atendimento; 9. Relacionamento com colegas superiores; 10. Termos técnicos, códigos de serviços, siglas e abreviaturas; 11. Telefonia móvel celular; Listas telefônicas; 12. Centrais de telefone; 13. A numeração telefônica; 15. Fax, secretária eletrônica; 16. O processo de comunicação. 17. A comunicação nas organizações. 18. Administração de conflitos: desenvolvimento de trabalho em equipe. 18. Métodos de atendimento ao público. 19. O perfil do profissional de atendimento. 20. Ética, postura e cidadania: o indivíduo e as características pessoais. 21. O papel do servidor. Interação com o público interno e externo. 22. Conhecimento da estrutura e do funcionamento da administração pública do município: Órgãos, competências. 23. Redação oficial: aspectos gerais, características fundamentais, padrões, emprego e concordância dos pronomes de tratamento, ofícios, requerimentos, pareceres e outras correspondências. 24. Cidadania: direitos e deveres do cidadão.

Técnico de Informática

1. Conceitos básicos de informática; 2. Arquitetura de computadores; 3. Infraestrutura de informática; 4. _Redes de computadores; 5. Linguagens de programação; 6. Sistemas operacionais; 7. Hardware; 8. _Software; 9. Bancos de dados; 10. Tecnologias Mobile; 11. Inclusão Digital, 12. Relacionamento Interpessoal; 13. Higiene Pessoal.

Auxiliar de Serviços Gerais

1. Higiene corporal: uniforme e hábitos pessoais. 2. Limpeza e organização do ambiente de trabalho. 3. Utilização de materiais e utensílios, armazenamento e manuseio de produtos de higiene. 4. Utilização de EPI (Equipamento de Proteção Individual) 5. Higiene pessoal e dos alimentos em diversas etapas: recebimento, armazenamento, pré-preparo e preparo de alimentos, distribuição. 6. Regras de etiqueta para os serviços de copa. 7. Contaminação de alimentos. 8. Noções básicas de armazenamento de alimentos e produtos de limpeza. 9. Cuidados no uso de produtos de limpeza. 10. Relação interpessoal e ética profissional. 11. Atualidades científicas, econômicas, políticas, sociais, culturais, religiosas, esportivas do Brasil e do mundo.

Motorista

1. Novo Código Nacional de Trânsito, abrangendo os seguintes tópicos: administração de trânsito, regras gerais para circulação de veículos, sinalização de trânsito, registro e licenciamento de veículos, condutores de veículos, deveres e proibições, infrações à legislação de trânsito, penalidades e recursos. 2. Noções de manutenção básica preventiva e corretiva. 3. Controle das condições de funcionamento do veículo: troca de pneus, cinto de segurança, óleo, bomba d'água, circuito elétrico. 4. Direção defensiva. 5. Primeiros socorros. 6. Proteção ao meio ambiente. 7. Utilização correta no transporte de materiais e pessoas. 8. Conservação e limpeza de veículo. 9. Relacionamento interpessoal; 10. Atualidades científicas, econômicas, políticas, sociais, culturais, religiosas, esportivas do Brasil e do mundo.

Operador de Equipamentos

1. Higiene corporal: uniforme e hábitos pessoais. 2. Limpeza e organização do ambiente de trabalho. 3. Técnicas de operação, transporte, estabilização e manuseio dos equipamentos. 4. Inspeção e manutenção diária do equipamento. 5. Conceitos básicos e funcionamento de componentes dos equipamentos. 6. Conservação e preservação do meio ambiente. 7. Noções de prevenção de acidentes no trabalho. 8. Uso de Equipamentos de Proteção Individual (EPIs). 9. Regras básicas de comportamento profissional para o relacionamento diário com o público interno e externo e colegas de trabalho. 10. Conhecimentos teóricos e práticos relativos à área de atuação, conforme descrição do cargo. 11. Atualidades científicas, econômicas, políticas, sociais, culturais, religiosas, esportivas do Brasil e do mundo.

Pedreiro

1. Higiene corporal: uniforme e hábitos pessoais. 2. Limpeza e organização do ambiente de trabalho. 3. Conceitos de segurança na construção civil. Inspeção e manutenção diária imobiliária. 4. Conceitos básicos e funcionamento de componentes. Conservação e preservação do meio ambiente. 5. Noções de prevenção de acidentes no trabalho. 6. Uso de Equipamentos de Proteção Individual (EPIs). Regras básicas de comportamento profissional para o relacionamento diário com o público interno e externo e colegas de trabalho. 7. Conhecimentos teóricos e práticos relativos à área de atuação, conforme descrição do cargo. 8. Atualidades científicas, econômicas, políticas, sociais, culturais, religiosas, esportivas do Brasil e do mundo.

SOMBRIÓ/SC, em 10 de MAIO de 2016.

JOSÉ SIDNEI JANUÁRIO
Secretário Mun. de Adm. Planej. Finanças

Fica homologado o ANEXO II do presente EDITAL DE PROCESSO SELETIVO N.º 002/2016, conteúdos programáticos.

ZÊNIO CARDOSO
Prefeito Municipal

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SOMBRIÓ/SC
EDITAL DE PROCESSO SELETIVO N. 002/2016

ANEXO III

PARA USO DE CANDIDATOS COM DEFICIÊNCIA E SOLICITAÇÃO DE PROVA ESPECIAL OU CUIDADOS ESPECIAIS NA APLICAÇÃO DA PROVA ESCRITA.

REQUERIMENTO

Nome: _____,
Nº. Inscrição: _____ RG: _____, CPF: _____,
Candidato (a): _____,
Inscrito (a) para a Cargo de: _____,
Residente na: _____, Nº. _____,
Bairro: _____, Cidade/UF: _____ / _____,

Requer a Vossa Senhoria:

1 – () Vaga para portadores de Deficiência Física.

Deficiência: _____
CID Nº. _____

2 – Condição Especial para realização da prova.

a) () Prova com ampliação do tamanho da fonte (letra)

Tamanho da Fonte: _____

b) () Sala Especial

Especificar: _____

c) () Leitura de Prova

d) () Amamentação

Nome do Acompanhante: _____

Horários de amamentação: _____

e) () Outra Necessidade

Especificar: _____

Nos Termos

Pede Deferimento. _____, _____ de _____ de 2016.

Assinatura do Requerente

(*) Anexar documento apresentando as condições diferenciadas de que necessita para realização da prova e/ou justificativa acompanhada de parecer emitido por especialista da sua área de deficiência

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SOMBRIÓ/SC

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO N. 002/2016

ANEXO IV

FORMULÁRIO PARA RECURSO

Nome: _____

Endereço: _____

Cargo: _____

Nº. Inscrição: _____ CPF: _____ . _____ . _____ - _____

Questionamento: _____

Embasamento: _____

Data: ____ / ____ / ____

Assinatura do Requerente

Sul Brasil

PREFEITURA

DECRETO 023/2016

DECRETO Nº 023, DE 02 DE FEVEREIRO DE 2016
CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL TATIANA TONEL E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

EDER IVAN MARMITT, Prefeito Municipal de Sul Brasil, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial ao disposto na Lei Municipal nº 384 de 01.06.2001 – Estatuto dos Servidores Públicos.

DECRETA:

Art. 1º. Fica concedido a Licença para Tratamento de Saúde a Servidora Pública Municipal TATIANA TONEL, ocupante do cargo de FISIOTERAPEUTA, com lotação Secretaria Municipal de Saúde, pelo período de 15 (quinze) dias a contar de 31.01.2016 até 14.02.2016, conforme atestado médico anexo.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo à 05.12.2014.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Sul Brasil,
aos 02 de fevereiro de 2016.
EDER IVAN MARMITT
Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO NA DATA SUPRA:

VALDECIR TOSETTO
Diretor do Departamento de Administração

DECRETO 085/2016

DECRETO Nº. 085, DE 16 DE MARÇO DE 2016
DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DA SERVIDORA MUNICIPAL CRISTIANE ORSO PARA OCUPAR O CARGO DE AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

EDER IVAN MARMITT, Prefeito Municipal de Sul Brasil, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial ao disposto no artigo 9º, inciso II, da Lei Municipal nº 384/2001 de 01.06.2001 e artigo 3º da Lei Municipal nº 385 de 01/06/2001, e Processo Seletivo Simplificado 001/2016 de 15.01.2016 em Caráter de Urgência.

Considerando o afastamento da servidora CIRLEI ALBANI, por motivo de licença tratamento saúde, bem como o pedido de exoneração da servidora Sirlei Kempf.

Considerando, que foram chamados todos os candidatos aprovados no último concurso público.

Considerando ainda a aprovação no Processo Seletivo Simplificado. Considerando a necessidade de outro servidor para desempenhar as atividades por ele antes desempenhada.

DECRETA:

Art. 1º. Fica nomeada CRISTIANE ORSO, portadora do CPF nº 083.885.179-70, servidora pública municipal de Sul Brasil-SC, para ocupar o cargo

de Auxiliar de Serviços Gerais, com lotação na Secretaria de Educação, Cultura e Esportes.

Art. 2º. As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta de dotação própria prevista no orçamento.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, Vinculada ao DOM, conforme Lei Municipal nº 1.027 de 06 de abril de 2015, Diário Oficial dos Municípios.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Sul Brasil,
aos 16 de março de 2016.
EDER IVAN MARMITT
Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO NA DATA SUPRA:

VALDECIR TOSETTO
Diretor de Administração

EDITAL DE CONVOCAÇÃO 005/2016

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº.005/2016

EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA AUDIÊNCIA PÚBLICA PREVISTO NO ARTIGO 9º, § 4º DA LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL, C/CARTIGOS 48 E 54 DA LEI COMPLEMENTAR Nº. 101/2000 DE 04/05/2000 – REFERENTE GESTÃO FISCAL DO 1º QUADRIMESTRE DE 2016, BEM COMO DISCUTIR A ELABORAÇÃO DA LDO.

EDER IVAN MARMITT, Prefeito Municipal de Sul Brasil, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, em especial ao disposto no artigo 48, parágrafo único, da Lei Federal nº. 101/2000 de 04/05/2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal - e Lei Municipal nº 380/2001 de 23/05/2001, TORNAR PÚBLICO, para conhecimento de todos os Municípios que, no dia 30 de maio de 2016, às 18:00 horas, nas dependências da Câmara de Vereadores junto a Prefeitura Municipal, será realizada AUDIÊNCIA PÚBLICA, como instrumento de transparência da gestão fiscal do Município, em atendimento as disposições legais, para dar ampla divulgação, demonstração da gestão fiscal, objetivando demonstrar e avaliar o cumprimento das metas fiscais referente ao 1º trimestre de 2016. Assim como para discutir a elaboração da Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO.

Maiores informações sobre a Audiência Pública, objeto desta convocação, poderão ser obtidas junto a Secretaria Municipal de Administração do Município de Sul Brasil-SC, em horário normal de expediente.

Gabinete do Prefeito Municipal de Sul Brasil(SC),
aos 09 de maio de 2016.
EDER IVAN MARMITT
Prefeito Municipal

LEI 1081/2016

LEI MUNICIPAL N.º 1.081 DE 30 DE MARÇO DE 2016.

“AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO A REALIZAR GASTOS DO DIA 02/04/2016 NOS JOGOS DA AMOSC NA CIDADE DE JARDINÓPOLIS, COM A PARTICIPAÇÃO DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS E DAS OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

ÉDER IVAN MARMITT, Prefeito Municipal de Sul Brasil, Estado de Santa Catarina, em exercício, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei.

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal de Sul Brasil, Estado de Santa Catarina, autorizado a realizar gastos no montante de até R\$ 1.800,00 (um mil e oitocentos reais), para as despesas junto aos Jogos da AMOSC, na cidade de Jardinópolis/SC;

Art. 2º. As despesas decorrentes da aplicação desta Lei correrão por conta de dotação própria prevista no orçamento municipal vigente;

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação;

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Sul Brasil,
aos 30 de março de 2016.

ÉDER IVAN MARMITT

Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA NA DATA SUPRA:

VALDECIR TOSETTO

Diretor de Administração

LEI 1083/2016

LEI MUNICIPAL Nº. 1.083, DE 20 DE ABRIL DE 2016.

“AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A FIRMAR TERMO DE CESSÃO DE USO COM A SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA DE SANTA CATARINA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

ÉDER IVAN MARMITT, Prefeito Municipal de Sul Brasil, Estado de Santa Catarina, em exercício, faz saber a todos, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte lei:

Art 1º – Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal de Sul Brasil, Estado de Santa Catarina, autorizado a firmar Termo de Cessão de Uso, conforme os termos do ANEXO ÚNICO, parte integrante desta Lei, com a Secretaria de Estado da Segurança Pública, para utilização dos órgãos vinculados (PM, PC, CBMe IGP) sediados na cidade de Sul Brasil/SC, do imóvel a seguir especificado:

“Uma área de terra situada dentro da área maior, denominada Parte da Chácara Rural nº. 117, da Sede Sul Brasil, com a área de 705,00m², situada na Linha Jesuíta Alta, município de Sul Brasil, Comarca de Modelo/SC. Sendo que a cessão de uso é somente sobre a área de 40,00m², localizada dentro da área maior.”

§1º – O imóvel descrito no caput faz parte de um todo que está matriculado no Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Modelo/SC, sob o nº. 3.743, livro 02-Registro Geral.

§2º – A cessão de uso da área de terras com as suas benfeitorias destina-se a abrigar uma torre e um cubículo utilizados para comunicação dos órgãos da Secretaria de Segurança Pública de Santa Catarina.

Art. 2º – A cessão de uso de que trata esta Lei será pelo prazo de 20

(vinte) anos, podendo ser prorrogado por tantos períodos quanto forem necessários para o atendimento do respectivo convênio e desde que haja interesse das partes.

Art. 3º – As ações decorrentes da execução do objeto da presente Lei não resultarão em ônus para o Município.

Art. 4º – Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação e esta vinculada a Lei 1.027 de 06 de abril de 2015 que institui o DOM – Diário Oficial dos Municípios.

Art. 5º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Sul Brasil/SC, 20 de abril de 2016.

ÉDER IVAN MARMITT

Prefeito de Sul Brasil

Publicada e registrada nesta data

João Paulo Gubert

Chefe de Gabinete

LEI 1084/2016

LEI MUNICIPAL nº 1.084 de 20 de abril de 2016.

“DISPÕE SOBRE O PROGRAMA DE HABITAÇÃO PARA POPULAÇÃO DE BAIXA RENDA DO MUNICÍPIO DE SUL BRASIL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ÉDER IVAN MARMITT, Prefeito Municipal de Sul Brasil, Estado de Santa Catarina, em exercício, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei;

Art. 1º. Fica instituído o Programa de Habitação do município de Sul Brasil, destinado a articular, integrar e coordenar recursos e esforços tecnológicos, humanos, econômicos e financeiros para execução de projetos de habitação de interesse social, destinados a proporcionar condições viáveis de acesso à habitação, de maneira gradativa, especialmente às pessoas de baixa renda existentes no município de Sul Brasil/SC.

Parágrafo único. Fica autorizado o Chefe do Poder Executivo a desenvolver todas as ações necessárias para a construção de unidade habitacional para atendimento aos munícipes necessitados, implementadas por intermédio de programas do Governo Federal, Estadual e Municipal, inclusive firmando convênios.

Art. 2º. O Programa de Habitação será executado com a participação do Município de Sul Brasil, Fundo Municipal de Habitação e Interesse Social (FMHIS) e beneficiários, estes selecionados através da Comissão para este fim.

Art. 3º. O Programa Habitacional será desenvolvido no perímetro urbano ou rural de expansão urbana ou rural em áreas especificamente destinadas.

Art. 4º. Podem habilitar-se para participar do programa, pessoas que atendem os seguintes requisitos:

- I - residência no Território Municipal há pelo menos 03 (três) anos;
- II - renda familiar inferior a 03 (três) salários mínimos vigentes no país;
- III - não possuir imóveis ou casa própria;
- IV - não ser beneficiado por outro programa habitacional;
- V - não ser comerciante de fato ou de direito;

Parágrafo único: A renda familiar, a que se refere o inciso II deste artigo, poderá variar conforme o programa a ser executado.

Art. 5º. As famílias habilitadas, que preencherem as condições do artigo anterior serão classificadas pelo Conselho Municipal de Habitação, e agrupadas considerando os seguintes critérios:

- I - famílias com presença de idosos ou pessoas com deficiência;
- II - mulher chefe de família;
- III - menor renda "per capita";
- IV - tempo de residência no município.

Parágrafo único: As unidades serão distribuídas proporcionalmente, ao grupo em que a família está inserida, por meio de sorteio público, respeitando o Edital de Divulgação dos Critérios para Habilitação e Seleção de municípios para programas habitacionais.

Art. 6º. Fica instituído a Comissão do Conselho Municipal de Habitação e Interesse Social, junto ao Município de Sul Brasil/SC, composta de um Presidente, um Secretário e membros, que serão designados por Decreto Executivo.

Parágrafo único. Fica fazendo parte desta Lei a nomeação feita no Decreto 121 de 2015, que ainda encontra-se em vigor.

Art. 7º. Os imóveis somente poderão ter fins residenciais, as construções somente em alvenaria, respeitando o tamanho máximo de 70 (setenta) metros quadrados.

Art. 8º. É vedada a venda ou cessão dos direitos sobre o imóvel ora adquirido por meio dos programas habitacionais do Município, devendo o beneficiário que desistir da aquisição devolver o bem ao Município de Sul Brasil, que fará a reavaliação, ressarcindo eventuais melhorias, e repassando a outra família habilitada que estiver cadastrada.

Parágrafo único: Qualquer ato de cessão de direitos será considerado nulo, retornando o imóvel para o Município.

Art. 9º. O município concederá aos beneficiários deste programa o direito de uso real de uso do lote até o prazo de 60 (sessenta) meses, mediante pagamento das prestações do terreno, quando após a quitação do débito, será autorizada ao beneficiário a escritura definitiva.

§ 1º. O valor a ser pago pelo beneficiário de que trata o presente dispositivo, será encontrado com base no valor do terreno, avaliado por comissão específica mediante laudo.

§ 2º. As prestações serão mensais e sucessivas, conforme valor do contrato firmado entre as partes.

Art. 10º. Constitui obrigação do beneficiário o pagamento de impostos e taxas que incidirem sobre o imóvel a partir de 01 (um) ano da celebração do contrato.

Art. 11º. O beneficiário não poderá vender, alugar, emprestar ou de qualquer forma ceder o imóvel a terceiros, sem consentimento do Município, devendo usá-lo exclusivamente com a finalidade de habitá-lo, juntamente com sua família.

Art. 12º. O beneficiário poderá vender o imóvel sem autorização do município desde que liquide integralmente o seu valor.

Art. 13º. Fica o Chefe do Executivo Municipal autorizado a baixar Decreto visando normatizar a presente Lei.

Art. 14º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação e esta vinculada a Lei 1.027 de 06 de abril de 2015, que institui o DOM – Diário Oficial dos Municípios.

Art. 15º. Fica revogada a Lei 247/98 de 01-07-98, e demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 20 de abril de 2016.

ÉDER IVAN MARMITT

Prefeito de Sul Brasil

Publicada e registrada na data supra

João Paulo Gubert
Chefe de Gabinete

Tigrinhos

PREFEITURA

DECRETO 042/2016

DECRETO Nº. 042/2016, DE 10 DE MAIO DE 2016.

CONSTITUI O CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO - CMDE DO MUNICÍPIO DE TIGRINHOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RUDIMAR FRANCISCO GUTH, Prefeito Municipal de Tigrinhos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o inciso VI do artigo 68 da lei Orgânica e conforme a Lei Municipal 834/2016 de 06 de Maio de 2016.

DECRETA:

Art. 1º. Fica Constituído o Conselho Municipal de Desenvolvimento Econômico de Tigrinhos/SC, o qual está vinculado ao Gabinete do Prefeito, de caráter deliberativo, com atribuição específica de analisar as solicitações de empresas interessadas nos incentivos previstos na Lei Municipal nº 834/2016.

Parágrafo Único. O Conselho Municipal de Desenvolvimento Econômico é composto pelos seguintes membros:

I - REPRESENTANTES COMERCIAL OU INDUSTRIAL DE TIGRINHOS:
- LUIZ WILLIMAR BERNHARD
- MARCOS DANIEL WOLFF

II - REPRESENTANTES DO MUNICÍPIO DA ÁREA FINANCEIRA:
- LUCIANE PISSATTO
- ALDERI PAULO SCHAFFER

III - REPRESENTANTE DO MUNICÍPIO DA ÁREA DE PLANEJAMENTO:
- SERGIO ORTOLAN

IV - REPRESENTANTES DO PODER LEGISLATIVO DO MUNICÍPIO:
- FERNANDO MARTIM
- PAULO GABRIEL KUTSZEPA

V - REPRESENTANTE DO MUNICÍPIO DO DEPARTAMENTO DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS:
- DILMAR JOSÉ SIMONETTI

Art. 2º. O Presidente do Conselho será eleito pelos seus membros na primeira reunião e o mandato será pelo prazo de 02 (dois) anos, permitida a reeleição.

Art. 3º. Os serviços prestados pelos membros do Conselho são de caráter relevante, não onerando os cofres públicos.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TIGRINHOS, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 10 DE MAIO DE 2016.

RUDIMAR FRANCISCO GUTH
Prefeito Municipal

PORTARIA 117/2016

PORTARIA Nº. 117/2016.

CONCEDE ADIANTAMENTO DE DIÁRIAS PARA A ASSISTENTE SOCIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RUDIMAR FRANCISCO GUTH, Prefeito Municipal de Tigrinhos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a lei Municipal nº. 011/97 e decreto Municipal nº. 043/00.

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder a Assistente Social, SALETE TERESINHA SAUSEN, adiantamento do equivalente a 03 (três) diárias, no valor R\$ 398,18, cada, totalizando o valor de R\$ 1.194,54, (hum mil cento e noventa quatro reais e cinquenta quatro centavos), para sua viagem à Piratuba/SC, no período de 11 a 13 de Maio de 2016, com objetivos de participar do III Encontro Estadual de Gestores Municipais de Assistência Social de Santa Catarina.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TIGRINHOS,
ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 10 DE MAIO DE 2016.
RUDIMAR FRANCISCO GUTH
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada nesta Secretaria em dez de maio de dois mil e dezesseis.

Maicon Bruxel
Agente de Recursos Humanos.

CÂMARA MUNICIPAL

CAMARA TG RREO 2º BIM E RGF 1º QUADRIMESTRE 2016

MUNICÍPIO DE TIGRINHOS - - PODER LEGISLATIVO
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MAIO/2015 A ABRIL/2016

RGF – ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ 1,00

DESPESAS COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)	
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOSA PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	466.186,15	0,00
Pessoal Ativo	464.206,15	0,00
Pessoal Inativo e Pensionista	0,00	0,00
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	1.980,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	0,00	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores	0,00	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	0,00	0,00
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I-II)	466.186,15	0,00
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL		
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	VALOR	% SOBRE A RCL
	9.944.082,19	-
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (V) = (III a + III b)	466.186,15	4,69
LIMITE MÁXIMO (VI) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	596.644,93	6,00
LIMITE PRUDENCIAL (VII) = (0,95 x VI) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	566.812,68	5,70
LIMITE DE ALERTA (VIII) = (0,90 x VI) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	536.980,44	5,40
FONTE:		

MUNICÍPIO DE TIGRINHOS -
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2016

RGF – ANEXO 2 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "b")

R\$ 1,00

<u>DÍVIDA CONSOLIDADA</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2016		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I)	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00	0,00	0,00
Precatórios Posteriores a 05/05/2000 (Inclusive) - Vencidos e não P.	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (II)	—	44.164,02	—	—
Disponibilidade de Caixa Bruta	0,00	45.525,39	0,00	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	0,00	1.361,37	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (DCL) (III) = (I - II)	0,00	-44.164,02	0,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	0,00	0,00	0,00	0,00
% da DC sobre a RCL [(I) / RCL]				
% da DCL sobre a RCL [(III) / RCL]				0,00%
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 120%	0,00	0,00	0,00	0,00
LIMITE DE ALERTA (inciso III do § 1º do art. 59 da LRF) - 108%	0,00	0,00	0,00	0,00

<u>DETALHAMENTO DA DÍVIDA CONTRATUAL</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2016		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
DÍVIDA CONTRATUAL (IV = V + VI + VII + VIII)	0,00	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA DE PPP (V)	0,00	0,00	0,00	0,00
PARCELAMENTO DE DÍVIDAS (VI)	0,00	0,00	0,00	0,00
De Tributos	0,00	0,00	0,00	0,00
De Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00
Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00
Do FGTS	0,00	0,00	0,00	0,00
Com Instituição Não Financeira	0,00	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA COM INSTITUIÇÃO FINANCEIRA (VII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00	0,00	0,00
DEMAIS DÍVIDAS CONTRATUAIS (VIII)	0,00	0,00	0,00	0,00

<u>OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2016		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
PRECATÓRIOS ANTERIORES A 05/05/2000	0,00	0,00	0,00	0,00
PRECATÓRIOS POSTERIORES A 05/05/2000	0,00	0,00	0,00	0,00
INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA	0,00	0,00	0,00	0,00
DEPÓSITOS	0,00	0,00	0,00	0,00
RP NÃO-PROCESSADOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00	19.872,32	0,00	0,00

FONTE:

Continua 1/2

MUNICÍPIO DE TIGRINHOS -
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2016

Continuação 2/2

OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2016		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
ANTECIPAÇÕES DE RECEITA ORÇAMENTÁRIA - ARO	0,00	0,00	0,00	0,00
REGIME PREVIDENCIÁRIO				
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2016		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
Passivo Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas - Inclusive precatórios vencidos e não pagos	0,00	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (V)	0,00	0,00	0,00	0,00
Disponibilidade de Caixa Bruta	0,00	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a pagar processados (exceto precatórios)	0,00	0,00	0,00	0,00
OBRIGAÇÕES NÃO INTEGRANTES DA DC	0,00	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (VI) = (IV - V)	0,00	0,00	0,00	0,00

1. Se o saldo apurado for negativo, ou seja, se o total do Ativo Disponível mais os Haveres Financeiros for menor que Restos a Pagar Processados, não deverá ser informado nessa linha, mas sim na linha da "Insuficiência Financeira", das Obrigações não integrantes da Dívida Consolidada - DC. Assim quando o cálculo de DEDUÇÕES (II) for negativo, colocar um "-" (traço) nessa linha.

FONTE:

MUNICÍPIO DE TIGRINHOS -
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DAS GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS DE VALORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL DE 2016

RGF – Anexo 3 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "c" e art. 40, § 1º)

R\$ 1,00

GARANTIAS CONCEDIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2016		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
EXTERNAS (I)				
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00	0,00
INTERNAS (II)				
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL GARANTIAS CONCEDIDAS (III) = (I + II)	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
% do TOTAL DAS GARANTIAS sobre a RCL				
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 22%	0,00	0,00	0,00	0,00
LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art. 59 da LRF) - 19,8%	0,00	0,00	0,00	0,00

CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2016		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
EXTERNAS (V)				
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00	0,00
INTERNAS (VI)				
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS VII = (V + VI)	0,00	0,00	0,00	0,00

MEDIDAS CORRETIVAS:

FONTE:

MUNICÍPIO DE TIGRINHOS -
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2016/QUADRIMESTRE JANEIRO - ABRIL

RGF – ANEXO 4 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "d" e inciso III alínea "c")

R\$ 1,00

OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR REALIZADO	
	No Quadrimestre de referência	Até o Quadrimestre de referência (a)
SUJEITAS AO LIMITE PARA FINS DE CONTRATAÇÃO (I)	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00
Abertura de Crédito	0,00	0,00
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
Derivadas de PPP	0,00	0,00
Demais Aquisições Financiadas	0,00	0,00
Antecipação de Receita	0,00	0,00
Pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
Demais Antecipações de Receita	0,00	0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00
Outras Operações de Crédito	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00
Abertura de Crédito	0,00	0,00
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
Antecipação de Receita	0,00	0,00
Pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
Demais Antecipações de Receita	0,00	0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00
Outras Operações de Crédito	0,00	0,00
NÃO SUJEITAS AO LIMITE PARA FINS DE CONTRATAÇÃO (II)	0,00	0,00
Parcelamentos de Dívidas	0,00	0,00
De Tributos	0,00	0,00
De Contribuições Sociais	0,00	0,00
Previdenciárias	0,00	0,00
Demais Contribuições Sociais	0,00	0,00
Do FGTS	0,00	0,00
Melhoria da Administração de Receitas e da Gestão Fiscal, Financeira e Patrimonial	0,00	0,00
Programa de Iluminação Pública - RELUZ	0,00	0,00
Outras Operações de Crédito Não Sujeitas ao Limite	0,00	0,00
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DOS LIMITES	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	0,00	—
OPERAÇÕES VEDADAS	0,00	0,00
DO PERÍODO DE REFERÊNCIA (III)	0,00	
DE PERÍODOS ANTERIORES AO DE REFERÊNCIA	0,00	
TOTAL CONSIDERADO PARA FINS DA APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE (IV) = (Ia + III)	0,00	0,00
LIMITE GERAL DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS E INTERNAS	0,00	16,00
LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art. 59 da LRF) - 14,4%	0,00	14,40
OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	0,00	
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	0,00	7,00
TOTAL CONSIDERADO PARA CONTRATAÇÃO DE NOVAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO (V) = (IV + IIa)	0,00	0,00

FONTE:

MUNICÍPIO DE TIGRINHOS - - PODER LEGISLATIVO
CAMARA MUNICIPAL DE TIGRINHOS
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2016/QUADRIMESTRE JANEIRO - ABRIL

RGF - Anexo 5 (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a")

R\$ 1,00

IDENTIFICAÇÃO DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS					DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS)	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)
		Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos		Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores	Demais Obrigações Financeiras				
		De Exercícios Anteriores	Do Exercício						
	(a)	(b)	(c)	(d)	(e)	(f) = (a - (b + c + d + e))			
Recursos Ordinários Livres	45.525,39	0,00	1.361,37	0,00	0,00	44.164,02	19.872,32	0,00	
TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (II)	45.525,39	0,00	1.361,37	0,00	0,00	44.164,02	19.872,32	0,00	
TOTAL (III) = (I + II)	45.525,39	0,00	1.361,37	0,00	0,00	44.164,02	19.872,32	0,00	
REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES¹	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

FONTE:

Nota: ¹ A disponibilidade de caixa do RPPS está comprometida com o Passivo Atuarial.

MUNICÍPIO DE TIGRINHOS - - PODER LEGISLATIVO
CAMARA MUNICIPAL DE TIGRINHOS
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Até o 1º Quadrimestre de 2016

L.R.F., Artigo 48 - Anexo 6		R\$ 1,00	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA		VALOR ATÉ O BIMESTRE	
Receita Corrente líquida		9.944.082,19	
DESPESAS COM PESSOAL		VALOR	% SOBRE A RCL
Despesa Total com Pessoal - DTP		466.186,15	4,69
Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - <%>		596.644,93	6,00
Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF) - <%>		566.812,68	5,70
DÍVIDA CONSOLIDADA		VALOR	% SOBRE A RCL
Dívida Consolidada Líquida		-44.164,02	0,00
Limite Definido por Resolução do Senado Federal		0,00	120,00
GARANTIA DE VALORES		VALOR	% SOBRE A RCL
Total das Garantias Concedidas		0,00	0,00
Limite Definido por Resolução do Senado Federal		2.187.698,08	22,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO		VALOR	% SOBRE A RCL
Operações de Crédito Externas e Internas		0,00	0,00
Operações de Crédito por Antecipação da Receita		0,00	0,00
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito Externas e Internas		1.591.053,15	16,00
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito por Antecipação da Receita		696.085,75	7,00
RESTOS A PAGAR		INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)
Valor Total		19.872,32	44.164,02

FONTE:

Município de TIGRINHOS -
CAMARA MUNICIPAL DE TIGRINHOS
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2016/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

RREO - ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)						
RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	—	—	—	—	—	—
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)						
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DÉFICIT (VI)	—	—	—	—	175.565,58	—
TOTAL (VII) = (V + VI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)						
Superávit Financeiro	—	0,00	—	—	0,00	—
Reabertura de Créditos Adicionais	—	0,00	—	—	0,00	—

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE
			No Bimestre	Até o Bimestre (f)		No Bimestre	Até o Bimestre (h)		
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	659.188,22	659.188,22	83.065,96	195.437,90	463.750,32	88.655,91	175.565,58	483.622,64	174.204,21
DESPESAS CORRENTES	650.029,02	650.029,02	83.065,96	195.437,90	454.591,12	88.655,91	175.565,58	474.463,44	174.204,21
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	461.431,76	461.431,76	74.845,05	154.011,38	307.420,38	74.845,05	154.011,38	307.420,38	154.011,38
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	188.597,26	188.597,26	8.220,91	41.426,52	147.170,74	13.810,86	21.554,20	167.043,06	20.192,83
DESPESAS DE CAPITAL	9.159,20	9.159,20	0,00	0,00	9.159,20	0,00	0,00	9.159,20	0,00
INVESTIMENTOS	9.159,20	9.159,20	0,00	0,00	9.159,20	0,00	0,00	9.159,20	0,00

Continua 1/2

Continuação 2/2

Município de TIGRINHOS -
CAMARA MUNICIPAL DE TIGRINHOS
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2016/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (i)
			No Bimestre	Até o Bimestre (f)		No Bimestre	Até o Bimestre (h)		
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	659.188,22	659.188,22	83.065,96	195.437,90	463.750,32	88.655,91	175.565,58	483.622,64	174.204,21
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESERVA DO RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	—	—	—	—	—	—	—	—	—
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	659.188,22	659.188,22	83.065,96	195.437,90	463.750,32	88.655,91	175.565,58	483.622,64	174.204,21
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)									
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)	659.188,22	659.188,22	83.065,96	195.437,90	463.750,32	88.655,91	175.565,58	483.622,64	174.204,21
SUPERÁVIT (XIII)	—	—	—	—	—	—	—	—	—
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	659.188,22	659.188,22	83.065,96	195.437,90	—	88.655,91	175.565,58	—	174.204,21

FONTE:

Município de TIGRINHOS -
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2016/BIMESTRE MARÇO - ABRIL
Entidade: CAMARA MUNICIPAL DE TIGRINHOS

RREO – Anexo 2 (LRF- Art. 52, inciso II, alínea "c")

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (c) = (a+b)	DESPESAS LIQUIDADAS		SAL (e) =
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	
							% (d/Total d)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	659.188,22	659.188,22	83.065,96	195.437,90	463.750,32	88.655,91	175.565,58	100,00
Legislativa	659.188,22	659.188,22	83.065,96	195.437,90	463.750,32	88.655,91	175.565,58	100,00
Ação Legislativa	659.188,22	659.188,22	83.065,96	195.437,90	463.750,32	88.655,91	175.565,58	100,00
TOTAL (III) = (I + II)	659.188,22	659.188,22	83.065,96	195.437,90	463.750,32	88.655,91	175.565,58	100,00
								4

FONTE:

1 Representa uma dotação global sem destinação específica a determinado órgão, unidade orçamentária, programa ou categoria econômica, cujos recursos serão utilizados para abertura de créditos adicionais, não sendo portanto uma função. É apresentada neste demonstrativo por constar no orçamento.

R\$ 1,00

DO
(a-d)

83.622,64

83.622,64

83.622,64

83.622,64

Município de TIGRINHOS -
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MAIO/2015 A ABRIL/2016
Entidade: CAMARA MUNICIPAL DE TIGRINHOS

Entidade: CAMARA MUNICIPAL DE TORRINHOS															RS 1,00
RREO – ANEXO 3 (LRF, Art. 53, inciso I)	ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES												PREVISÃO ATUALIZADA 2016	
		Mar/2015	Jun/2015	Jul/2015	Ago/2015	Sep/2015	Out/2015	Nov/2015	Dez/2015	Jan/2016	Fev/2016	Mar/2016	Abr/2016	TOTAL (ULT. 12 MESES)	
	RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I – II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
	FONTE:													0,00	

Município de TIGRINHOS -
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2016/BIMESTRE MARÇO - ABRIL
Entidade: CAMARA MUNICIPAL DE TIGRINHOS

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		R\$ 1,00
			Até o Bimestre/2016	Até o Bimestre/2015	
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Contribuições dos Segurados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Civil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Regime de Débitos e Parcelamentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Contribuições	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (III) = (I + II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS					
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)					
ADMINISTRAÇÃO					
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PREVIDÊNCIA SOCIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 1/4

Município de TIGRINHOS -
 RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 JANEIRO A ABRIL 2016/BIMESTRE MARÇO - ABRIL
 Entidade: CAMARA MUNICIPAL DE TIGRINHOS

Continuação 2/4

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre/2016	Até o Bimestre/2015	Até o Bimestre/2016	Até o Bimestre/2015
Pessoal Civil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aposentadorias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reformas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RPPS e o RGPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIA) (V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (VI) = (IV + V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VII) = (III - VI)	0,00	0,00	-	-	0,00	0,00
APORTES DE RECURSOS PARA O REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DO SERVIDOR						
TOTAL DOS APORTES PARA O RPPS						
Plano Financeiro						0,00
Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras						0,00
Recursos para Formação de Reserva						0,00
Outros Aportes para o RPPS						0,00
Plano Previdenciário						0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro						0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Atuarial						0,00
Outros Aportes para o RPPS						0,00
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS						
Valor						0,00
BENS E DIREITOS DO RPPS						
			PERÍODO DE REFERÊNCIA			
			2016	2015		
Caixa			0,00		0,00	

Continua 2/4

Continuação 3/4

Município de TIGRINHOS -
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2016/BIMESTRE MARÇO - ABRIL
Entidade: CAMARA MUNICIPAL DE TIGRINHOS

BENS E DIREITOS DO RPPS	PERÍODO DE REFERÊNCIA			
	2016		2015	
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	Até o Bimestre/2016	Até o Bimestre/2015
RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS				
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)				
RECEITAS CORRENTES (VIII)				
Receita de Contribuições Patronais	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Civil	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Regime de Débitos e Parcelamentos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Contribuições	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	0,00	0,00	0,00	0,00
(XI) = (VIII + IX - X)				

Continua 3/4

Município de TIGRINHOS -
 Continuação 4/4
 RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 JANEIRO A ABRIL 2016/BIMESTRE MARÇO - ABRIL
 Entidade: CAMARA MUNICIPAL DE TIGRINHOS

DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre/2016	Até o Bimestre/2015	Até o Bimestre/2016	Até o Bimestre/2015
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS	-	-	-	-	-	-
ADMINISTRAÇÃO (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (XIII) = (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

FONTE:

Município de TIGRINHOS -
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2016/BIMESTRE MARÇO - ABRIL
Entidade: CAMARA MUNICIPAL DE TIGRINHOS

RREO - ANEXO 9 (LRF, art.53, § 1º, inciso I)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS (b)	SALDO NÃO REALIZADO (c) = (a - b)
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO' (I)	0,00	0,00	0,00
DESPESAS			
DESPESAS DE CAPITAL	9.159,20	0,00	9.159,20
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes por Instituições Financeira	0,00	0,00	0,00
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes	0,00	0,00	0,00
DESPESA DE CAPITAL LÍQUIDA (II):	9.159,20	0,00	9.159,20
RESULTADO PARA APURAÇÃO DA REGRA DE OURO (III) = (I - II)	-9.159,20	-	-9.159,20

FONTE:

Município de TIGRINHOS -
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO NOMINAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2016/BIMESTRE MARÇO - ABRIL
Entidade: CAMARA MUNICIPAL DE TIGRINHOS

RREO – Anexo 5 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2015 (A)	Em 29 Feb 2016 (B)	Em 30 Abr 2016 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (II)	0,00	22.955,13	44.164,02
Disponibilidade de Caixa Bruta	0,00	24.185,27	45.525,39
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	0,00	1.230,14	1.361,37
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I - II)	0,00	-22.955,13	-44.164,02
RECEITAS DE PRIVATIZAÇÕES (IV)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (VI) = (III + IV - V)	0,00	-22.955,13	-44.164,02

<u>RESULTADO NOMINAL</u>	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
	No Bimestre (C - B)	Jan a Abr 2016 (C - A)
VALOR	-21.208,89	-44.164,02

<u>DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL</u>	VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO NOMINAL FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA	0,00

<u>REGIME PREVIDENCIÁRIO</u>			
<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2015 (A)	Em 29 Feb 2016 (B)	Em 30 Abr 2016 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (VII)	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (VIII)	0,00	0,00	0,00
Disponibilidade de Caixa Bruta	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (IX) = (VII - VIII)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (X)	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (XI) = (IX - X)	0,00	0,00	0,00

FONTE:

Município de TIGRINHOS -
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2016/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

RREO - ANEXO 6 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
		Até o Bimestre/ 2016	Até o Bimestre/ 2015
	0,00	0,00	0,00
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (VII) = (I + VI)	0,00	0,00	0,00

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
		Até o Bimestre/ 2016	Até o Bimestre/ 2015	Até o Bimestre/ 2016	Até o Bimestre/ 2015
DESPESAS CORRENTES (VIII)	650.029,02	195.437,90	196.230,34	175.565,58	175.247,42
Pessoal e Encargos Sociais	461.431,76	154.011,38	154.021,14	154.011,38	154.021,14
Juros e Encargos da Dívida (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	188.597,26	41.426,52	42.209,20	21.554,20	21.226,28
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (X) = (VIII - IX)	650.029,02	195.437,90	196.230,34	175.565,58	175.247,42
DESPESAS DE CAPITAL (XI)	9.159,20	0,00	0,00	0,00	0,00
Investimentos	9.159,20	0,00	0,00	0,00	0,00
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de título de Capital já Integralizado (XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XIV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XV) = (XI - XII - XIII - XIV)	9.159,20	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XVIII) = (X + XV + XVI + XVII)	659.188,22	195.437,90	196.230,34	175.565,58	175.247,42
RESULTADO PRIMÁRIO (XIX) = (VII - XVIII)	-659.188,22	-195.437,90	-196.230,34	-175.565,58	-175.247,42
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	-	0,00	0,00
Superávit Financeiro	-	-	-	0,00	0,00
Reabertura de Créditos Adicionais	-	-	-	0,00	0,00

DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL				VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO PRIMÁRIO FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA				0,00

Município de TIGRINHOS -
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2016 BIMESTRE MARÇO - ABRIL
Entidade: CAMARA MUNICIPAL DE TIGRINHOS

RREO - Anexo 7 (LRF, art. 53, inciso V)

R\$ 1,00

PODER/ÓRGÃO	RP PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES					RP NÃO PROCESSADOS					Saldo Total (etb)	
	Inscritos		Pagos	Cancelados	Saldo (a)	Inscritos		Liquidados	Pagos	Cancelados		Saldo (b)
	Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2015				Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2015					
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)	- 0,00	- 0,00	- 0,00	- 0,00	- 0,00	- 0,00	- 0,00	- 0,00	- 0,00	- 0,00	- 0,00	- 0,00
TOTAL (III) = (I + II):	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte:

FONTE:

MUNICÍPIO DE TIGRINHOS -
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2016/BIMESTRE MARÇO - ABRIL
Entidade: CAMARA MUNICIPAL DE TIGRINHOS

RREO - ANEXO 8 (LDB, art. 72)

R\$ 1,00

RECEITAS DO ENSINO				
RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
1- RECEITAS DE IMPOSTOS		0,00	0,00	0,00
1.1- Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	-	0,00	0,00	0,00
1.1.1- IPTU	-	0,00	0,00	0,00
1.1.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IPTU	-	0,00	0,00	0,00
1.1.3- Dívida Ativa do IPTU	-	0,00	0,00	0,00
1.1.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IPTU	-	0,00	0,00	0,00
1.1.5- (-) Deduções da Receita do IPTU	-	0,00	0,00	0,00
1.2- Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	-	0,00	0,00	0,00
1.2.1- ITBI	-	0,00	0,00	0,00
1.2.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITBI	-	0,00	0,00	0,00
1.2.3- Dívida Ativa do ITBI	-	0,00	0,00	0,00
1.2.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITBI	-	0,00	0,00	0,00
1.2.5- (-) Deduções da Receita do ITBI	-	0,00	0,00	0,00
1.3- Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	-	0,00	0,00	0,00
1.3.1- ISS	-	0,00	0,00	0,00
1.3.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ISS	-	0,00	0,00	0,00
1.3.3- Dívida Ativa do ISS	-	0,00	0,00	0,00
1.3.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ISS	-	0,00	0,00	0,00
1.3.5- (-) Deduções da Receita do ISS	-	0,00	0,00	0,00
1.4- Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	-	0,00	0,00	0,00
1.4.1- IRRF	-	0,00	0,00	0,00
1.4.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IRRF	-	0,00	0,00	0,00
1.4.3- Dívida Ativa do IRRF	-	0,00	0,00	0,00
1.4.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IRRF	-	0,00	0,00	0,00
1.4.5- (-) Deduções da Receita do IRRF	-	0,00	0,00	0,00
1.5- Receita Resultante do Imposto Territorial Rural - ITR (CF, art. 153, §4º, inciso III)	-	0,00	0,00	0,00
1.5.1- ITR	-	0,00	0,00	0,00
1.5.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITR	-	0,00	0,00	0,00
1.5.3- Dívida Ativa do ITR	-	0,00	0,00	0,00
1.5.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITR	-	0,00	0,00	0,00
1.5.5- (-) Deduções da Receita do ITR	-	0,00	0,00	0,00
2- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS		0,00	0,00	0,00
2.1- Cota-Parte FPM	-	0,00	0,00	0,00
2.1.1- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	-	0,00	0,00	0,00
2.1.2- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea d	-	0,00	0,00	0,00
2.1.3- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea e	-	0,00	0,00	0,00
2.2- Cota-Parte ICMS	-	0,00	0,00	0,00
2.3- ICMS-Desoneração – L.C. nº87/1996	-	0,00	0,00	0,00
2.4- Cota-Parte IPH-Exportação	-	0,00	0,00	0,00
2.5- Cota-Parte ITR	-	0,00	0,00	0,00
2.6- Cota-Parte IPVA	-	0,00	0,00	0,00
2.7- Cota-Parte IOF-Ouro	-	0,00	0,00	0,00
3- TOTAL DA RECEITA DE IMPOSTOS (1 + 2)	-	0,00	0,00	0,00
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
4- RECEITA DA APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINC. AO ENSINO	-	0,00	0,00	0,00
5- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE	-	0,00	0,00	0,00
5.1- Transferências do Salário-Educação	-	0,00	0,00	0,00
5.2- Transferências Diretas - PDDE	-	0,00	0,00	0,00
5.3- Transferências Diretas - PNAE	-	0,00	0,00	0,00
5.4- Transferências Diretas - PNATE	-	0,00	0,00	0,00
5.5- Outras Transferências do FNDE	-	0,00	0,00	0,00
5.6- Aplicação Financeira dos Recursos do FNDE	-	0,00	0,00	0,00
6- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	-	0,00	0,00	0,00
6.1- Transferências de Convênios	-	0,00	0,00	0,00
6.2- Aplicação Financeira dos Recursos de Convênios	-	0,00	0,00	0,00
7- RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO	-	0,00	0,00	0,00
8- OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	-	0,00	0,00	0,00
9- TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (4 + 5 + 6 + 7 + 8)	-	0,00	0,00	0,00
FUNDEB				
RECEITAS DO FUNDEB	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
10- RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB	-	0,00	0,00	0,00
10.1- Cota-Parte FPM Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.1.1)	-	0,00	0,00	0,00
10.2- Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.2)	-	0,00	0,00	0,00
10.3- ICMS-Desoneração Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.3)	-	0,00	0,00	0,00
10.4- Cota-Parte IPH-Exportação Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.4)	-	0,00	0,00	0,00
10.5- Cota-Parte ITR ou ITR Arrecadados Destinados ao FUNDEB – (20% de (1.5 + 2.5))	-	0,00	0,00	0,00
10.6- Cota-Parte IPVA Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.6)	-	0,00	0,00	0,00
11- RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB	-	0,00	0,00	0,00
11.1- Transferências de Recursos do FUNDEB	-	0,00	0,00	0,00
11.2- Complementação da União ao FUNDEB	-	0,00	0,00	0,00
11.3- Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB	-	0,00	0,00	0,00
12- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (11.1 – 10)	-	0,00	0,00	0,00

MUNICÍPIO DE TIGRINHOS -
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2016/BIMESTRE MARÇO - ABRIL
Entidade: CAMARA MUNICIPAL DE TIGRINHOS

Continuação 2/3

DESPESAS DO FUNDEB	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100	Até o Bimestre (g)	% (h)=(g/d)x100
13- PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
13.1- Com Educação Infantil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
13.2- Com Ensino Fundamental	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
14- OUTRAS DESPESAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
14.1- Com Educação Infantil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
14.2- Com Ensino Fundamental	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
15- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (13 + 14)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB					VALOR	
16- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB						-
16.1 - FUNDEB 60%						-
16.2 - FUNDEB 40%						-
17- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB						0,00
17.1 - FUNDEB 60%						0,00
17.2 - FUNDEB 40%						0,00
18- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16 + 17)						0,00
INDICADORES DO FUNDEB						
19- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB PARA FINS DE LIMITE (15 - 18)						0,00
19.1 - Mínimo de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério ¹ (13 - (16.1 + 17.1)) / ((11) x 100) %						0,00
19.2 - Máximo de 40% em Despesa com MDE, que não Remuneração do Magistério (14 - (16.2 + 17.2)) / ((11) x 100) %						0,00
19.3 - Máximo de 5% não Aplicado no Exercício (100 - (19.1 + 19.2)) %						100,00
CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQUENTE					VALOR	
20 - RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM 2015 QUE NÃO FORAM UTILIZADOS						0,00
21 - DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE 2016 ²						0,00
MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – DESPESAS CUSTEADAS COM A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB						
RECEITAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	PREVISÃO INICIAL		PREVISÃO ATUALIZADA (a)		RECEITAS REALIZADAS	
					Até o Bimestre (b)	% (c)=(b/a)x100
22- IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DESTINADAS À MDE (25% de 3) ³	0,00		0,00		0,00	0,00
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100	Até o Bimestre (g)	% (h)=(g/d)x100
23- EDUCAÇÃO INFANTIL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.1- Creche	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.1.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.1.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2- Pré-escola	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
24- ENSINO FUNDAMENTAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
24.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
24.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
25- ENSINO MÉDIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
26- ENSINO SUPERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
27- ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
28- OUTRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
29- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (23 + 24 + 25 + 26 + 27 + 28)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL					VALOR	
30- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB = (12)						0,00
31- DESPESAS CUSTEADAS COM A COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO						0,00
32- RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS DO FUNDEB ATÉ O BIMESTRE = (50 h)						-
33- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB						-
34- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS						0,00
35- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO						-
36- CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (46 j)						-
37- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (30 + 31 + 32 + 33 + 34 + 35 + 36)						0,00
38- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE ((23 + 24) - (37))						0,00
39- MÍNIMO DE 25% DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS EM MDES ((38) / (3) x 100) %						-
OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE						
OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100	Até o Bimestre (g)	% (h)=(g/d)x100
40- DESPESAS CUSTEADAS COM A APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
41- DESPESAS CUSTEADAS COM A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
42- DESPESAS CUSTEADAS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
43- DESPESAS CUSTEADAS COM OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
44- TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (40 + 41 + 42 + 43)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
45- TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM MDE (29 + 44)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

MUNICÍPIO DE TIGRINHOS -
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2016/BIMESTRE MARÇO - ABRIL
Entidade: CAMARA MUNICIPAL DE TIGRINHOS

Continuação 3/3

RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	SALDO ATÉ O BIMESTRE	CANCELADO EM 2016 (j)	
46- RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	0,00	0,00	
46.1 - Executadas com Recursos de Impostos Vinculados ao Ensino	0,00	0,00	
46.2 - Executadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	
FLUXO FINANCEIRO DOS RECURSOS		VALOR	
		FUNDEB (h)	FUNDEF
47- SALDO FINANCEIRO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015		0,00	0,00
48- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE		0,00	0,00
49- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE		0,00	0,00
49.1 Orçamento do Exercício		0,00	0,00
49.2 Restos a Pagar		0,00	0,00
50- (+) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE		0,00	0,00
51- (-) SALDO FINANCEIRO NO EXERCÍCIO ATUAL		0,00	0,00

FONTE:

¹ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.² Art. 21, § 2º, Lei 11.494/2007: "Até 5% dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União recebidos nos termos do §1º do art. 6º desta Lei, poderão ser utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional."³ Caput do art. 212 da CF/1988⁴ Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício⁵ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício, no âmbito de atuação prioritária, conforme LDB, art. 11, V.⁶ Nos cinco primeiros bimestres do exercício o acompanhamento poderá ser feito com base na despesa empenhada ou na despesa liquidada. No último bimestre do exercício, o valor deverá corresponder ao total da despesa empenhada.⁷ Essa coluna poderá ser apresentada somente no último bimestre.

Município de TIGRINHOS -
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME DE PREVIDÊNCIA

ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL
2015 a 2089

RREO – ANEXO 10 (LRF, art. 53, § 1º, inciso II)

R\$ 1,00

EXERCÍCIO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (a)	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (b)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO c = (a - b)	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d) = ("d" exercício anterior) + (c)
2015	0,00	0,00	0,00	0,00
2016	0,00	0,00	0,00	0,00
2017	0,00	0,00	0,00	0,00
2018	0,00	0,00	0,00	0,00
2019	0,00	0,00	0,00	0,00
2020	0,00	0,00	0,00	0,00
2021	0,00	0,00	0,00	0,00
2022	0,00	0,00	0,00	0,00
2023	0,00	0,00	0,00	0,00
2024	0,00	0,00	0,00	0,00
2025	0,00	0,00	0,00	0,00
2026	0,00	0,00	0,00	0,00
2027	0,00	0,00	0,00	0,00
2028	0,00	0,00	0,00	0,00
2029	0,00	0,00	0,00	0,00
2030	0,00	0,00	0,00	0,00
2031	0,00	0,00	0,00	0,00
2032	0,00	0,00	0,00	0,00
2033	0,00	0,00	0,00	0,00
2034	0,00	0,00	0,00	0,00
2035	0,00	0,00	0,00	0,00
2036	0,00	0,00	0,00	0,00
2037	0,00	0,00	0,00	0,00
2038	0,00	0,00	0,00	0,00
2039	0,00	0,00	0,00	0,00
2040	0,00	0,00	0,00	0,00
2041	0,00	0,00	0,00	0,00
2042	0,00	0,00	0,00	0,00
2043	0,00	0,00	0,00	0,00
2044	0,00	0,00	0,00	0,00
2045	0,00	0,00	0,00	0,00
2046	0,00	0,00	0,00	0,00
2047	0,00	0,00	0,00	0,00
2048	0,00	0,00	0,00	0,00
2049	0,00	0,00	0,00	0,00
2050	0,00	0,00	0,00	0,00
2051	0,00	0,00	0,00	0,00
2052	0,00	0,00	0,00	0,00
2053	0,00	0,00	0,00	0,00
2054	0,00	0,00	0,00	0,00
2055	0,00	0,00	0,00	0,00
2056	0,00	0,00	0,00	0,00
2057	0,00	0,00	0,00	0,00
2058	0,00	0,00	0,00	0,00
2059	0,00	0,00	0,00	0,00
2060	0,00	0,00	0,00	0,00
2061	0,00	0,00	0,00	0,00
2062	0,00	0,00	0,00	0,00
2063	0,00	0,00	0,00	0,00
2064	0,00	0,00	0,00	0,00
2065	0,00	0,00	0,00	0,00
2066	0,00	0,00	0,00	0,00
2067	0,00	0,00	0,00	0,00
2068	0,00	0,00	0,00	0,00
2069	0,00	0,00	0,00	0,00
2070	0,00	0,00	0,00	0,00
2071	0,00	0,00	0,00	0,00
2072	0,00	0,00	0,00	0,00
2073	0,00	0,00	0,00	0,00
2074	0,00	0,00	0,00	0,00

Município de TIGRINHOS -
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME DE PREVIDÊNCIA

ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL
2015 a 2089

RREO – ANEXO 10 (LRF, art. 53, § 1º, inciso II)

R\$ 1,00

EXERCÍCIO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (a)	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (b)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO c = (a - b)	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d) = ("d" exercício anterior) + (c)
2075	0,00	0,00	0,00	0,00
2076	0,00	0,00	0,00	0,00
2077	0,00	0,00	0,00	0,00
2078	0,00	0,00	0,00	0,00
2079	0,00	0,00	0,00	0,00
2080	0,00	0,00	0,00	0,00
2081	0,00	0,00	0,00	0,00
2082	0,00	0,00	0,00	0,00
2083	0,00	0,00	0,00	0,00
2084	0,00	0,00	0,00	0,00
2085	0,00	0,00	0,00	0,00
2086	0,00	0,00	0,00	0,00
2087	0,00	0,00	0,00	0,00
2088	0,00	0,00	0,00	0,00
2089	0,00	0,00	0,00	0,00

Projeção atuarial elaborada em 29/04/2016 e oficialmente enviada para o Ministério da Previdência Social - MPS.

FONTE:

Município de TIGRINHOS -
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVOS DA RECEITA DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DE RECURSOS
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2016/MÊS ABRIL
Entidade: CAMARA MUNICIPAL DE TIGRINHOS

DESPESAS (APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS (e)	DESPESAS INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	PAGAMENTO DE RESTOS A PAGAR (f)	SALDO A PAGAR (g)=(d-e)
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SALDO FINANCEIRO A APLICAR	Em 2015 (h)	Em 2016 (i) = (b) - (e+f)					SALDO ATUAL (j) = (h+i)
	0,00	0,00					0,00

FONTE:

Município de TIGRINHOS -
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2016/BIMESTRE MARÇO - ABRIL
Entidade: CAMARA MUNICIPAL DE TIGRINHOS

RREO - ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35)

R\$ 1,00

RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (b/a)*100
RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA (I)	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (III) = I + II	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE				
TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE-SUS RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (c)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (d)	% (d/c)*100
TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE-SUS	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À SAÚDE	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 1/4



Continuação 2/4

Município de TIGRINHOS -
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2016/BIMESTRE MARÇO - ABRIL
Entidade: CAMARA MUNICIPAL DE TIGRINHOS

DESPESAS COM SAÚDE (por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (f)	% (f/e)*100	Até o Bimestre (g)	% (g/e)*100
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS PARA FINS DE APURAÇÃO DO PERCENTUAL MÍNIMO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	Até o Bimestre (h)	% (h/IV)*100	Até o Bimestre (i)	% (i/IV)*100
DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA COM ASSISTÊNCIA À SAÚDE QUE NÃO ATENDE AO PRINCÍPIO DE ACESSO UNIVERS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM OUTROS RECURSOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos de Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Recursos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS AÇÕES E SERVIÇOS NÃO COMPUTADOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS INDEVIDAMENTE NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA¹	-	-	0,00	0,00	-	-
DESPESAS CUSTEADAS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA VINCULADA AOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS²	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS VINCULADOS À PARCELA DO PERCENTUAL MÍNIMO QUE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS (V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (VI) = (IV - V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE SOBRE A RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (VI%) = (VI / IIIb x 100) - LIMITE CONSTITUCIONAL 15% 4 e 5						
VALOR REFERENTE À DIFERENÇA ENTRE O VALOR EXECUTADO E O LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL [VI(i) - (15 x IIIb)/100]²						0,00

Continua 2/4

Continuação 3/4

Município de TIGRINHOS -
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2016/BIMESTRE MARÇO - ABRIL
Entidade: CAMARA MUNICIPAL DE TIGRINHOS

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA	INSCRITOS	CANCELADOS/ PRESCRITOS	PAGOS	A PAGAR	PARCELA CONSIDERADA NO LIMITE
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CONTROLE DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24, §1º E 2º	RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS				
	SALDO INICIAL	DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA (j)	SALDO FINAL (NÃO APLICADO)		
	0,00		0,00		0,00
TOTAL (VIII)	0,00		0,00		0,00
CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFORME ARTIGOS 25 E 26	LIMITE NÃO CUMPRIDO				
	SALDO INICIAL	DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA (k)	SALDO FINAL (NÃO APLICADO)		
	-	-			-
DESPESAS COM SAÚDE (Por Subfunção)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS
			Até Bimestre (l)	% (Total l)*100	Até Bimestre (m) (m/Total m)*100
TOTAL	0,00	0,00	0,00	100,00	0,00
					100,00

FONTE:

¹ Essa linha apresentará valor somente no Relatório Resumido da Execução Orçamentária do último bimestre do exercício.² O valor apresentado na intercessão com a coluna "j" ou com a coluna "h+h"(último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total j".³ O valor apresentado na intercessão com a coluna "i" ou com a coluna "h+i"(último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total k".⁴ Limite anual mínimo a ser cumprido no encerramento do exercício. Deverá ser informado o limite estabelecido na Lei Orgânica do Município quando o percentual nela estabelecido for superior ao fixado na LC nº 141/2012.⁵ Durante o exercício esse valor servirá para o monitoramento previsto no art. 23 da LC 141/2012.⁶ No último bimestre, será utilizada a fórmula $[(h+i) - (15 \times (l/b)/100)]$

Continua 3/4

Continuação 4/4

Município de TIGRINHOS -
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2016/BIMESTRE MARÇO - ABRIL
Entidade: CAMARA MUNICIPAL DE TIGRINHOS

Município de TIGRINHOS -
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2016/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

RREO - Anexo 13 (Lei nº 11.079, de 30.12.2004, arts. 22, 25 e 28)

ESPECIFICAÇÃO	SALDO TOTAL EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR (a)	REGISTROS EFETUADOS EM 2016		SALDO TOTAL (c) = (a + b)
		No Bimestre	Até o Bimestre(b)	

R\$ 1,00

NADA A DECLARAR

DESPESAS DE PPP	EXERCÍCIO ANTERIOR	EXERCÍCIO CORRENTE	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025

NADA A DECLARAR

FONTE:

, 10/05/2016

Município de TIGRINHOS -
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 JANEIRO A ABRIL 2016/BIMESTRE MARÇO - ABRIL
 Entidade: CAMARA MUNICIPAL DE TIGRINHOS

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO		No Bimestre	Até o Bimestre	
RECEITAS				
Previsão Inicial		—	0,00	
Previsão Atualizada		—	0,00	
Receitas Realizadas		0,00	0,00	
Déficit Orçamentário		—	175.565,58	
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)		—	0,00	
DESPESAS				
Dotação Inicial		—	659.188,22	
Créditos Adicionais		—	0,00	
Dotação Atualizada		—	659.188,22	
Despesas Empenhadas		83.065,96	195.437,90	
Despesas Liquidadas		88.655,91	175.565,58	
Superavit Orçamentário		—	0,00	
DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO		No Bimestre	Até o Bimestre	
Despesas Empenhadas		83.065,96	195.437,90	
Despesas Liquidadas		88.655,91	175.565,58	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL			Até o Bimestre	
Receita Corrente Líquida			0,00	
RECEITAS / DESPESAS DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA		No Bimestre	Até o Bimestre	
Regime Próprio de Previdência dos Servidores				
Receitas Previdenciárias Realizadas(IV)		0,00	0,00	
Despesa Previdenciárias Executadas(V)		0,00	0,00	
Resultado Previdenciário (VI) = (IV - V)		0,00	0,00	
RESULTADOS NOMINAL E PRIMÁRIO	Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO (a)	Resultado Apurado até o Bimestre (b)	% em Relação à Meta (b/a)	
Resultado Nominal	0,00	-44.164,02	0,00	
Resultado Primário	0,00	-175.565,58	0,00	
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	Valor apurado até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais		
		% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre	
Mínimo Anual de 25% das Receitas de Impostos em MDE	0,00	25%	0,00	
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Educação Infantil e Ensino Fundamental	0,00	60%	0,00	
Liquidadas	0,00			
Inscritas em Restos a Pagar Não Processados	0,00			
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL		Valor apurado até o Bimestre	Saldo não Realizado	
Receitas de Operações de Crédito		0,00		
Despesa de Capital Líquida		0,00	9.159,20	
PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	2016	2024	2034	2049
Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores				
Receitas Previdenciárias (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias (V)	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário VI = (IV - V)	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS		Valor apurado até o Bimestre	Saldo a Realizar	
Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos		0,00	0,00	
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos		0,00	0,00	

Continua 1/2

Município de TIGRINHOS -

Continuação 2/2

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A ABRIL 2016/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

Entidade: CAMARA MUNICIPAL DE TIGRINHOS

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	Valor apurado até o Bimestre	Limite Constitucional Anual	
		% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Despesas Próprias com Ações e Serviços Públicos de Saúde	0,00	15,00	0,00
Liquidadas	0,00		
Inscritas em Restos a Pagar Não Processados	0,00		
DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP			
Valor apurado no exercício corrente			
Total das despesas/RCL (%)			

FONTE:

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- . a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
- . b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

Timbé do Sul

SAMAE - TIMBÉ DO SUL

CONTRATO 3/2016

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS n.º 3/2016

Processo Adm. 7/2016

O Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto TIMBÉ DO SUL, pessoa jurídica de direito público, com sede à rua carlossavi, 365 – centro da Cidade de Timbé do Sul-SC, inscrita no CNPJ sob n.º 83.820.076/0001-90, Inscrição Estadual Isenta, na cidade de Timbé do Sul-SC, neste ato, representada pelo Presidente, Sr. Amarildo Scursel Alexandre, CONTRATANTE e a empresa BETHASISTEMAS LTDA., doravante denominada CONTRATADA, pessoa jurídica de direito privado com sede à Rua João Pessoa, n.º 134, inscrita no CNPJ sob n.º 00.456.865/0001-67, Inscrição Estadual 253.086.027, na cidade de Criciúma/SC, neste ato representada pelo Sr. Ernesto Muniz de Souza Jr., Advogado, portador da cédula de identidade profissional n.º 24.757 OAB/SC e inscrito no CPF sob n.º 004.770.259-19 e Sr.ª Daniela Ramos Silva, Advogada, portadora da cédula de identidade profissional 38.394 OAB/SC, inscrita no CPF sob n.º 007.395.609-05, em decorrência do processo em decorrência do processo de Compra Direta n.º 3/2016, homologado em 10/05/2016, com fundamento na Lei Federal n.º 8.666/93 e suas alterações posteriores pactuam o presente contrato de prestação de serviços, mediante as cláusulas e condições abaixo estabelecidas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

0.1. Constitui objeto do presente contrato o fornecimento de licenças de uso, não exclusiva, mediante contratação de empresa para licenciamento do direito de uso dos aplicativos de Compras, Contabilidade, Estoque, Folha, Patrimônio e Ponto com acessos simultâneos, em ambiente Windows, utilizando banco de dados relacional e a manutenção legal e corretiva durante o período contratual.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA

O presente instrumento terá vigência de 01 (um) mês, contado a partir de 10/05/2016, com término em 31/05/2016.

CLÁUSULA TERCEIRA - DOS VALORES E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

a) Pelo licenciamento do(s) aplicativos(s), objeto deste contrato, a CONTRATANTE pagará à CONTRATADA os seguintes valores:

ITEM	QTDE	UN	APLICATIVOS	USUÁRIOS	VALOR MENSAL R\$	VALOR TOTAL R\$
1.	01	Mês	Contabilidade	4	480,00	336,00
2.	01	Mês	Folha	4	300,00	210,00
3.	01	Mês	Compras	4	260,00	182,00
4.	01	Mês	Estoque	2	180,00	126,00
5.	01	Mês	Patrimônio	2	180,00	126,00
6.	01	Mês	Ponto	1	150,00	105,00
VALOR TOTAL R\$			1.085,00			

b) O faturamento do licenciamento terá início a partir da cessão do direito de uso, através da liberação de chaves e senhas de acesso.

c) O pagamento da licença de uso será efetuado até o dia cinco do mês subsequente ao licenciamento do(s) aplicativo(s), mediante apresentação da nota fiscal e boleto bancário.

d) Em caso de atraso nos pagamentos será cabível correção monetária, durante o período de inadimplência, de acordo com o IGP-M acumulado no período, e juros moratórios, à razão de 0,5% (meio por cento) ao mês, calculados "pro rata tempore" em relação ao atraso verificado.

CLÁUSULA QUARTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes do licenciamento do Aplicativo objeto do presente contrato correrão por conta da

Órgão: 17 (SAMAE)

Unidade: 01 (Sistema de Água e Esgoto)

Função: 17 (Saneamento)

Programa: 111 (Água e Saneamento para Todos)

Subfunção: 512 (Saneamento Básico Urbano)

Recurso: 01 (Recursos Ordinários)

Projeto/Atividade: 2.030

Elemento: 3.3.90.39.11.00.00.00 – Aluguel de programas de processamento de dados

CLÁUSULA QUINTA - DA LICENÇA DE USO DO APLICATIVO

a) O aplicativo é de propriedade da CONTRATADA, que concede a CONTRATANTE o direito de uso de licenças do(s) aplicativo(s), objeto deste contrato, instalada no servidor e em computadores conectados em rede, de acordo com a quantidade de acessos simultâneos indicada no Anexo I.

b) É vedada a cópia dos aplicativos e do gerenciador do Banco de Dados, exceto para fazer backup. Os aplicativos estão protegidos pela lei n.º 9.609/98, que prevê a pena de 06 (seis) meses a 02 (dois) anos de detenção e pela lei n.º 9.610/98, cuja indenização pode chegar ao valor de 3.000

(três mil) cópias, para cada cópia instalada ilegalmente.

- c) É vedada a sublocação, empréstimo, arrendamento ou transferência do(s) aplicativo(s) contratado a outro usuário, assim como também é a engenharia reversa, a decompilação ou a decomposição do(s) referido(s) aplicativo(s).
- d) Responsabilidade por danos indiretos: em nenhuma hipótese a CONTRATADA será responsável por qualquer dano decorrente do uso indevido ou da impossibilidade de usar o(s) referido(s) aplicativo(s), ainda que a CONTRATADA tenha sido alertada quanto à possibilidade destes danos.
- e) Quando em ambiente web, por exigência ou conveniência administrativa, os aplicativos deverão permanecer on-line por até 96% do tempo de cada mês civil.

CLÁUSULA SEXTA - DA OBRIGAÇÃO DA CONTRATANTE

Caberá à CONTRATANTE:

- a) Efetuar o pagamento pelo licenciamento do(s) aplicativo(s) objeto do presente Contrato, na forma e no prazo convencionado.
- b) Facilitar o acesso dos técnicos da CONTRATADA às áreas de trabalho, registros, documentação e demais informações necessárias ao bom desempenho das funções.
- c) Manter pessoal habilitado para operacionalização do(s) aplicativo(s).
- d) Responsabilizar-se pela supervisão, gerência e controle de utilização do(s) aplicativo(s) licenciado(s), incluindo:
 - i. Assegurar a configuração adequada da máquina e instalação do(s) aplicativo(s).
 - ii. Manter backup adequado para satisfazer as necessidades de segurança e recuperação no caso de falha da máquina,
- e) Digitação das informações necessárias para atingir os resultados esperados do(s) aplicativo(s).
- f) Conferir os resultados obtidos na utilização do(s) aplicativo(s) licenciado(s). Em caso de erro nos resultados obtidos deverá informar a CONTRATADA em tempo hábil para que esta possa corrigir o problema que for gerado por erro do(s) aplicativo(s).
- g) Comunicar a CONTRATADA, por escrito e com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, sobre o cancelamento de qualquer aplicativo contratado, efetuado no 1º dia útil de qualquer mês; caso seja cancelado em outro dia, será considerado como início, o 1º dia útil do mês subsequente.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA OBRIGAÇÃO DA CONTRATADA

Caberá a CONTRATADA:

- a) Fornecer as licenças de uso do(s) aplicativo(s), objeto deste contrato.
- b) Manter o(s) aplicativo(s) de acordo com as características do Anexo I.
- c) Prestar, às suas expensas, as manutenções que se fizerem necessárias nos(s) aplicativo(s), causadas por problemas originados dos códigos-fontes de seus aplicativos.
- d) Tratar como confidenciais as informações e dados contidos no(s) aplicativo(s) da CONTRATANTE, guardando total sigilo perante terceiros.
- e) Manter, durante a execução do contrato, todas as condições de habilitação previstas na Legislação e em compatibilidade com as obrigações assumidas.
- f) Orientar e prestar suporte à CONTRATANTE para executar alterações na base de dados que se fizerem necessárias.

CLÁUSULA OITAVA - DA MANUTENÇÃO NOS APLICATIVOS

- a) As modificações de cunho legal impostas pelos órgãos federais e estaduais, serão introduzidas no(s) aplicativo(s), durante a vigência do contrato, sem ônus para a CONTRATANTE e em prazos compatíveis com a legislação.
- b) Caso não haja tempo hábil para implementar as modificações legais entre a divulgação e o início da vigência das mesmas, a CONTRATADA procurará indicar soluções alternativas para atender as determinações legais, até a atualização do(s) aplicativo(s).
- c) As implementações específicas e de cunho legal impostas pelo Município serão objeto de negociação.
- d) As melhorias e novas funções introduzidas no(s) aplicativo(s) originalmente licenciado(s) são distribuídas toda vez que a CONTRATADA concluir. Cabe a CONTRATANTE adotar a última versão no prazo de 60 (sessenta) dias de seu recebimento. Após este prazo a CONTRATADA não mais estará obrigada a fornecer suporte à versão antiga.

- 1.
- 2.
- 3.
- 4.
- 5.
- 6.
- 7.
- 8.

CLÁUSULA NONA - DO SUPORTE TÉCNICO

9.

9.1. O suporte técnico do(s) aplicativo(s) deverá ser realizado por meio digital, internet através de serviços de suporte remoto da CONTRATADA por técnico habilitado com o objetivo de:

- a) Esclarecer dúvidas que possam surgir durante a operação e utilização do(s) aplicativo(s);
- b) Auxiliar o usuário, em caso de dúvidas, na elaboração de quaisquer atividades técnicas relacionadas à utilização do(s) aplicativo(s), como:
 - i. Analisar bases de dados via acesso remoto ou na BETHA;
 - ii. Migrar para versões de aplicativos que trazem benefícios ao cliente;

9.2. O suporte técnico deverá ser atendido quando feito por funcionários que possuam habilitação para a operação do(s) aplicativo(s), do equipamento, do aplicativo operacional e de utilitários.

9.3. A execução de alterações na base de dados é de responsabilidade da CONTRATANTE sob orientação e suporte da CONTRATADA

9.4. As solicitações de alterações do(s) aplicativo(s) serão cadastradas pelo usuário da CONTRATANTE, no site www.betha.com.br/atendimento, devendo estar acompanhada da descrição completa da solicitação e da documentação que caracterize o serviço a ser efetuado. Após a execução do serviço, a CONTRATADA disponibilizará no site <http://download.betha.com.br/> ou enviará o aplicativo alterado em sua forma executável, via internet, para a CONTRATANTE, que deverá fazer os testes de conformidade, instalar e repassar aos usuários do(s) aplicativo(s).

9.5. Não faz parte deste contrato a prestação de serviços de suporte técnico "in loco" na entidade.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL

12.1 A alteração de quaisquer das disposições estabelecidas neste contrato somente se reputará válida se tornadas conhecidas expressamente em Instrumento Aditivo, que ao presente se aderirá, passando a fazer parte dele.

12.2 A alteração proveniente do reajuste contratual previsto no item "j" da Cláusula 3ª poderá ser executado por simples apostilamento de acordo com o art. 65, §8º, da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA-PRIMEIRA - DA RESCISÃO

10.

11.

12.

13.

13.1. A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE, em caso de rescisão administrativa prevista no artigo 77, da Lei Federal nº 8.666/93, comprometendo-se a fornecer única e exclusivamente a base de dados em formato TXT, quando eventualmente requisitada.

13.2. A ocorrência de quaisquer das hipóteses previstas no art. 78 da Lei nº 8.666/93 ensejará a rescisão do contrato:

a) Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

b) Os casos de rescisão administrativa ou amigável, de todo ou parte deste contrato, serão precedidos de comunicação por escrito através de Termo Aditivo, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, efetuado no 1º dia útil de qualquer mês; caso seja cancelado em outro dia, será considerado como início, o 1º dia útil do mês subsequente.

c) Em caso de inadimplemento por parte da CONTRATANTE, o presente contrato poderá ser rescindido ou suspenso, nos termos da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA-SEGUNDA - DA TRANSMISSÃO DE DOCUMENTOS

14.

14.1. A troca eventual de documentos e cartas entre a CONTRATANTE e a CONTRATADA será feita através de protocolo, tanto para uma quanto para outra. Nenhuma outra forma será considerada como prova de entrega de documentos ou cartas

CLÁUSULA DÉCIMA-TERCEIRA - DO FORO

As partes de comum e recíproco acordo elegem o foro da comarca de Turvo-SC para dirimir qualquer dúvida, ação ou questão oriunda deste presente contrato.

E por estarem justos e contratados, assinam o presente, por si e seus sucessores, em 02 (duas) vias iguais e rubricadas para todos os fins de direito, na presença de 02 (duas) testemunhas.

Timbé do Sul, 10 de maio de 2016.

SAMAE TIMBÉ DO SUL

Amarildo Scursel Alexandre

CONTRATANTE

BETHA SISTEMAS LTDA. BETHA SISTEMAS LTDA.

Daniela Ramos Silva Ernesto Muniz de Souza Jr. CONTRATADA CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

Nome: Nome:

CPF n.º CPF n.º

ANEXO I – DAS CARACTERÍSTICAS

CONTRATO Nº. 3/2016

CONTRATANTE: SAMAE TIMBÉ DO SUL

CONTRATADA: BETHA SISTEMAS LTDA.

1. CONTABILIDADE PÚBLICA

0.1. Registrar todos os fatos contábeis ocorridos e possibilitar o atendimento à legislação vigente, à análise da situação da administração pública, e a obtenção de informações contábeis e gerenciais necessárias à tomada de decisões.

0.2. Efetuar a escrituração contábil nas naturezas de informação patrimonial, orçamentária e controle em conformidade com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público. (MCASP).

0.3. Gerar relatórios gerenciais de Receita, Despesa, Restos a Pagar, Depósitos de Diversas Origens, Bancos e outros, de acordo com o interesse do Tribunal de Contas, bem como Boletim Financeiro Diário.

0.4. Elaborar os anexos e demonstrativos do balancete mensal e do balanço anual, na forma da Lei 4.320/64, Lei Complementar 101/00 - LRF e Resolução do Tribunal de Contas.

0.5. Gerar os razões analíticos de todas as contas integrantes dos aplicativos Financeiro, Patrimonial e de Compensação.

0.6. Permitir informar documentos fiscais no momento da liquidação.

0.7. Possibilitar a consulta ao aplicativo, sem alterar o cadastro original.

0.8. Possibilitar o registro de empenhos por Estimativa, Global e Ordinário.

0.9. Possibilitar o registro de Sub-empenhos sobre o empenho Global.

0.10. Possibilitar a anulação dos empenhos por estimativa no final do exercício, visando a não inscrição em Restos a Pagar.

0.11. Possibilitar a anulação total e parcial do empenho.

- 0.12. Possibilitar o controle do pagamento de Empenho, Restos a Pagar e Despesas Extras, em contrapartida com várias Contas Pagadoras.
- 0.13. Possibilitar inscrever automaticamente no sistema de Compensação dos empenhos de Adiantamentos, quando da sua concessão e o lançamento de baixa respectivo, quando da prestação de contas.
- 0.14. Controlar o prazo de vencimento dos pagamentos de empenhos, emitindo relatórios de parcelas a vencer e vencidas, visando o controle do pagamento dos compromissos em ordem cronológica.
- 0.15. Possibilitar o registro do pagamento total ou parcial da despesa e a anulação do registro de pagamento, fazendo os lançamentos necessários.
- 0.16. Possibilitar a inclusão de vários descontos, tanto no fluxo extra orçamentário como no orçamentário, com registros automáticos nos aplicativos orçamentário e financeiro.
- 0.17. Fazer os lançamentos de receita e despesa automaticamente nos aplicativos Financeiro, Orçamentário, Patrimonial e de compensação, conforme o caso.
- 0.18. Efetuar automaticamente lançamentos de desincorporação patrimonial quando do cancelamento de restos a pagar processados.
- 0.19. Executar o encerramento do exercício, com todos os lançamentos automáticos e com a apuração do resultado.
- 0.20. Emitir Notas de Pagamento, de Despesa extra, de Empenhos e de Sub-empenhos.
- 0.21. Emitir ordens de Pagamento de Restos a Pagar, Despesa Extra e de Empenho.
- 0.22. Possibilitar a consolidação dos balancetes financeiro das autarquias juntamente com o balancete financeiro da prefeitura.
- 0.23. Possibilitar que cada unidade orçamentária processe o respectivo empenho.
- 0.24. Possibilitar o controle de despesa por tipo relacionado ao elemento de despesa.
- 0.25. Cadastrar e controlar as dotações constantes do Orçamento do Município e das decorrentes de créditos adicionais especiais e extraordinários.
- 0.26. Cadastrar e controlar os Créditos Suplementares e as anulações de dotações.
- 0.27. Registrar empenho global, por estimativa, ordinário e Sub-empenhos.
- 0.28. Registrar anulação parcial ou total de empenho.
- 0.29. Registrar bloqueio e desbloqueio de dotações.
- 0.30. Elaborar demonstrativo do excesso de arrecadação e do excesso de arrecadação pela tendência do exercício.
- 0.31. Controlar as dotações orçamentárias, impossibilitando a utilização de dotações com saldo insuficiente para comportar a despesa.
- 0.32. Emitir as planilhas que formam o Quadro de Detalhamento da Despesa.
- 0.33. Possibilitar consultar ao aplicativo sem alterar o cadastro original.
- 0.34. Gerar relatórios gerenciais de execução da despesa, por credores, por classificação, por período de tempo e outros de interesse do Município.
- 0.35. Possibilitar iniciar os movimentos contábeis no novo exercício mesmo que o anterior ainda não esteja encerrado, possibilitando a atualização automática dos saldos contábeis no exercício já iniciado.
- 0.36. Emitir Notas de Empenho, Sub-empenhos, Liquidação, Ordens de Pagamento, Restos a pagar, Despesa extra e suas respectivas notas de anulação.
- 0.37. Permitir a anulação total e parcial do empenho, ordens de pagamento, nota de despesa extra orçamentária, possibilitando auditoria destas operações.
- 0.38. Possibilitar que cada unidade orçamentária processe o respectivo empenho.
- 0.39. Possibilitar o controle de despesa por tipo relacionado ao elemento de despesa, permitindo a emissão de relatórios das despesas por tipo.
- 0.40. Permitir o cadastramento de fonte de recurso com identificador de uso, grupo, especificação e detalhamento, conforme Portaria da STN ou Tribunal de Contas do Estado.
- 0.41. Cadastrar e controlar as dotações constantes no Orçamento do Município e as decorrentes de Créditos Adicionais Especiais e Extraordinários.
- 0.42. Permitir que nas alterações orçamentárias se possa adicionar diversas dotações e subtrair de diversas fontes para um mesmo decreto.
- 0.43. Registrar bloqueio e desbloqueio de valores nas dotações, inclusive com indicação de tipo cotas mensais e limitação de empenhos.
- 0.44. Elaborar demonstrativo do excesso de arrecadação e do excesso de arrecadação pela tendência do exercício, e com possibilidade de emissão consolidada, e agrupando por recurso.
- 0.45. Controlar as dotações orçamentárias, impossibilitando a utilização de dotações com saldo insuficiente para comportar a despesa.
- 0.46. Gerar relatórios de saldos disponíveis de dotações, de saldos de empenhos globais e outros de interesse do Município.
- 0.47. Efetuar o controle automático dos saldos das contas, apontando eventuais estouros de saldos ou lançamentos indevidos.
- 0.48. Efetuar o acompanhamento do cronograma de desembolso das despesas para limitação de empenho, conforme o artigo 9º da Lei 101/00 – LRF, de 04 de maio de 2000.
- 0.49. Possuir relatório para acompanhamento das metas de arrecadação, conforme o art. 13 da Lei 101/00 – LRF de 04 de maio de 2000.
- 0.50. Possuir processo de encerramento mensal, que verifique eventuais divergências de saldos, e que após o encerramento não possibilite alterações em lançamentos contábeis já efetuados.
- 0.51. Possuir cadastros de Convênios e Prestação de Contas de Convênio, Contratos e Caução.
- 0.52. Emitir relatórios demonstrativos dos gastos com Educação, Saúde e Pessoal, com base nas configurações efetuadas nas despesas e nos empenhos.
- 0.53. Emitir os relatórios do Contas Públicas para publicação, conforme IN 28/99 do TCU e Portaria 275/00;
- 0.54. Emitir relatórios: Pagamentos Efetuados, Razão da Receita, Pagamentos em Ordem Cronológica, Livro Diário, Extrato do Credor, Demonstrativo Mensal dos Restos a Pagar, Relação de Restos a Pagar e de Cheques Compensados e Não Compensados.
- 0.55. Possibilitar que os precatórios sejam relacionados com a despesa destinada ao seu pagamento.
- 0.56. Gerar relatório para conferência de inconsistências a serem corrigidas no aplicativo antes de gerar os arquivos para os Tribunais de Contas.
- 0.57. Emitir relatórios com as informações para o SIOPS.
- 0.58. Emitir relatórios com as informações para o SIOPE.
- 0.59. Gerar os arquivos conforme o MANAD – Manual Normativo de Arquivos Digitais para a Secretaria da Receita da Previdência.
- 0.60. Permitir o cadastramento de devolução de receita utilizando rubricas redutoras conforme Manual de Procedimentos da Receita Pública da STN.
- 0.61. Permitir que seja feita a contabilização do regime próprio de previdência em conformidade com a Portaria 916 do ministério de previdência, com emissão dos respectivos demonstrativos.
- 0.62. Possibilitar a emissão de relatório com as deduções para o Imposto de Renda.
- 0.63. Possibilitar a emissão de gráficos comparativos entre a receita prevista e arrecadada e a despesa fixada e realizada.
- 0.64. Possuir rotina de emissão de cheques para pagamento das despesas, com a possibilidade de efetuar a baixa no momento do pagamento ao fornecedor.
- 0.65. Controlar a inscrição e baixa dos restos a pagar processados em contas do passivo financeiro.

- 0.66. Permitir a prestação de contas de empenhos ou ordens de pagamento de documentos pagos no exercício ou que passaram para o exercício seguinte.
- 0.67. Permitir a checagem por parâmetros, possibilitando determinadas configurações de informações nos cadastros.
- 0.68. Possuir rotina para geração de relatórios em lote.
- 0.69. Permitir a transmissão de dados para o sistema do Tribunal de Contas de Santa Catarina por intermédio da tecnologia web-service..
- 0.70. Possuir relatório de saldo das contas por fonte de recurso, Possibilitar sua emissão demonstrando inclusive as fontes em que existir diferença de saldo.
- 0.71. Possuir relatório da administração direta de consórcio Anexo 1 – Repasse de recursos dos municípios aos consórcios públicos
- 0.72. Possuir relatório da entidade consórcio Anexo 2 – Prestação de contas dos consórcios públicos

1. COMPRAS

- 1.1. Deverá possibilitar acompanhamento dos processos licitatórios desde a preparação até seu julgamento, registrando as etapas de:
- a) Publicação do processo;
 - b) Emissão do mapa comparativo de preços;
 - c) Emissão das Atas referente Documentação e Julgamento das propostas;
 - d) Interposição de recurso;
 - e) Anulação e revogação;
 - f) Impugnação; Parecer da comissão julgadora;
 - g) Parecer jurídico;
 - h) Homologação e adjudicação;
 - i) Autorizações de fornecimento;
 - j) Contratos e aditivos;
 - k) Liquidação das autorizações de fornecimento;
 - l) Gerar empenhos para a contabilidade e liquidação dos empenhos
- 1.2. Possibilitar separação dos itens do processo e suas respectivas quantidades por centro de custo e por despesa.
- 1.3. Permitir montar os itens do processo administrativo, processo licitatório e coleta de preços por lotes.
- 1.4. Permitir cadastro de fornecedores, informando: Ramos de atividade - Documentos e certidões negativas - Materiais fornecidos.
- 1.5. Emitir Certificado de Registro Cadastral com numeração sequencial.
- 1.6. Permitir uso do código de materiais por grupo e classe com definição da máscara ou de forma sequencial, ou sequencial com grupo e classe.
- 1.7. Possuir cadastro de materiais para informar: Material perecível; Material estocável; Material de consumo ou permanente; tipo do combustível; Descrição; Grupo e classe; Dados da última compra como: data, quantidade, preço e fornecedor.
- 1.8. Permitir agrupamento de várias solicitações de compras dos diversos setores para um novo processo licitatório de compra direta ou processo administrativo automaticamente.
- 1.9. Controlar solicitações de compra, não permitindo que usuários de outros centros de custo acessem ou cadastrem solicitações não pertencentes ao seu centro de custo e que a quantidade de cada item possa ser dividida por uma ou mais despesas.
- 1.10. Controlar despesas realizadas e a realizar de uma mesma natureza, para que não ultrapasse os limites legais estabelecidos para cada modalidade de licitação.
- 1.11. Permitir controlar gastos por unidade orçamentária através de limites mensais preestabelecidos pelo usuário.
- 1.12. Controlar data de validade das certidões negativas e outros documentos dos fornecedores, com emissão de relatório por fornecedor contendo a relação das negativas vencidas/por vencer.
- 1.13. Permitir desbloqueio do saldo remanescente da despesa na geração do último empenho do processo.
- 1.14. Permitir gravação, em meio magnético, dos itens do processo licitatório para fornecedores digitar o preço de cada item com leitura dos preços informados e preenchimento automático no cadastro de itens do processo, exibindo os itens em lista ou separados por lotes.
- 1.15. Possibilitar consultas de preços, por materiais ou por fornecedores, praticados em licitações ou despesas anteriores.
- 1.16. Permitir consulta dos fornecedores de determinado material ou ramo de atividade.
- 1.17. Permitir identificar em quais processos licitatórios determinado fornecedor participou, visualizando sua situação em cada item do processo.
- 1.18. Possibilitar emissão da autorização de compra ou fornecimento por centro de custo, por dotação ou global.
- 1.19. Emitir todos os relatórios exigidos por Lei, como por exemplo: Termo de abertura e autorização do processo licitatório; Parecer jurídico e contábil; Publicação do edital; Atas do pregão; Emissão de contratos; Notas de autorização de fornecimento;
- 1.20. Emitir Edital de Licitação.
- 1.21. Controlar quantidades entregues parcialmente pelo fornecedor, possibilitando a emissão de relatório de forma resumida e detalhada, contendo as quantidades entregues, os valores e o saldo pendente.
- 1.22. Possibilitar gravação, em meio magnético dos itens da coleta de preço para cotação pelos fornecedores com leitura dos preços informados e preenchimento automático dos preços dos itens.
- 1.23. Permitir cadastro de compras diretas, informando: Data da Compra; Fornecedor; Centro de Custo; Objeto da Compra; Local de Entrega e Forma de Pagamento.
- 1.24. Gerar Processos Administrativos ou compra direta pelo preço médio ou menor preço cotado do Registro de Preços.
- 1.25. Gerar entrada do material no almoxarifado a partir da liquidação visualizando a movimentação no estoque.
- 1.26. Permitir criação e edição de modelos de editais, contratos, autorização de compras, atas e outros relatórios desejados a partir dos modelos existentes no aplicativo.
- 1.27. Permitir geração de arquivos para Tribunal de Contas relativos às licitações.
- 1.28. Permitir que os centros de custos requisitantes de cada item do processo licitatório sejam levados para o contrato de aditivo.
- 1.29. Manter histórico das alterações do contrato, informando o tipo de alteração (acréscimo, diminuição, equilíbrio econômico financeiro, prorrogação, rescisão) e se foi unilateral ou bilateral.
- 1.30. Registrar rescisão do contrato ou aditivo, informando: motivo, data do termo e da publicação, valor da multa e indenização, fundamento legal e imprensa oficial.
- 1.31. Permitir registro da suspensão ou rescisão de contrato, controlando a data limite da situação de inabilitado.
- 1.32. Possibilitar cópia os itens de outro processo licitatório, já cadastrado.

- 1.33. Possibilitar cópia os itens de outra compra direta.
- 1.34. Permitir agrupamento de itens do processo licitatório por centro de custos.
- 1.35. Permitir alteração a data de emissão das autorizações de fornecimento.
- 1.36. Possuir cronograma de pagamentos dos contratos, possibilitando controlar a situação (pago, vencido ou a vencer).
- 1.37. Possuir cronograma de entrega dos itens dos contratos, controlando a situação (entregue, vencido a vencer).
- 1.38. Controlar solicitações de compra pendentes, liberadas e reprovadas.
- 1.39. Emitir relação das licitações informando: Data e hora de abertura, Número, Modalidade, Membros da comissão e Objeto a ser licitado.
- 1.40. Permitir cadastro de comissões Permanente; Especial; Servidores; Pregoeiros; Leiloeiros, informando o ato que a designou, datas de designação e expiração, com membros e funções designadas.
- 1.41. Possuir rotina para classificação das propostas do pregão presencial conforme critérios de classificação determinados pela legislação (Lei 10.520/2002).
- 1.42. Permitir realização de lances para a modalidade pregão presencial com opção de desistência e rotina de reabertura de itens e/ou lotes para nova etapa de lances.
- 1.43. Possibilitar emissão da ata do pregão presencial e histórico dos lances.
- 1.44. Possibilitar utilização de critérios de julgamento das propostas em relação à microempresa e empresa de pequeno porte, de acordo com lei complementar 123/2006.
- 1.45. Permitir parametrização para numerar a licitação de forma sequencial ou por modalidade, possibilitando alterar a numeração sugerida pelo aplicativo.
- 1.46. Relatórios para divulgação na internet, conforme lei 9.755/98 e Demonstrativo das compras efetuadas conforme art. 16 da Lei 8.666/93.
- 1.47. Possibilitar configuração das assinaturas que serão exibidas nos relatórios.
- 1.48. Dispor das Leis 8.666/93 e 10.520/2002 para eventuais consultas diretamente no aplicativo

2. PATRIMÔNIO

- 2.1. Deverá possuir cadastro para os bens móveis e imóveis do órgão, podendo ser informado o processo licitatório, o empenho e fornecedor da aquisição do bem, além do estado de conservação do bem: "péssimo", "ruim", "regular", "bom" e "ótimo"; Moeda de aquisição (permitindo migração dos valores para moeda atual);
- 2.2. Permitir vinculação da conta contábil e natureza do bem;
- 2.3. Permitir visualização de valor de aquisição, o valor total de depreciação, assim como cadastrar e visualizar as incorporações e desincorporações;
- 2.4. Permitir visualização do valor da última reavaliação do bem;
- 2.5. Permitir armazenamento e visualização da imagem atual do bem por meio dos arquivos: jpg, bmp e pdf;
- 2.6. Permitir visualização da situação do bem como: "ativo", "baixado", "comodato", "locado", "cedido";
- 2.7. Permitir informar características personalizadas para o cadastro de bens. Por ex.: "Cor", "Altura", "Peso".
- 2.8. Permitir alteração da placa do bem informando a data de alteração, visualizando todas as placas utilizadas pelo bem.
- 2.9. Permitir controle de transferência de bens entre os diversos órgãos, responsáveis e contas da entidade assim como cessões e locações, possibilitando a emissão do relatório de transferências de determinado tipo, incluindo também a emissão como Termo de Transferência de Bens.
- 2.10. Permitir cadastro das contas patrimoniais, classificá-las por bens móveis e Imóveis e identificar o tipo de bens tangíveis e intangíveis.
- 2.11. Permitir informar o valor (%) residual do bem e o % de depreciação anual dos bens.
- 2.12. Permitir cadastro de conversão de moedas indexadoras, para que ao cadastrar bens adquiridos em outras épocas converta automaticamente para o valor atual ao cadastrar o bem.
- 2.13. Permitir reavaliação de bens individual, ou por lote e identificar o tipo de reavaliação: Ajuste ou reavaliação e possibilitando adequar o novo valor de depreciação anual do bem.
- 2.14. Permitir efetuar baixas individuais ou múltiplas por contas, responsáveis, órgãos e bens, permitindo informar histórico e informações complementares como: lei, portaria e processo licitatório.
- 2.15. Controlar movimentação dos bens encaminhados à manutenção, armazenando os dados básicos desse movimento; tais como:
 - a) Data de envio e previsão de retorno;
 - b) Tipo de manutenção (se a manutenção é preventiva ou corretiva);
 - c) Valor do orçamento;
- 2.16. Possibilitar emissão de relatório contendo os bens que estão ou já sofreram manutenção, agrupados pelo fornecedor ou pelo motivo da manutenção;
- 2.17. Possibilitar geração de transferências para outra unidade administrativa após voltar da manutenção.
- 2.18. Emitir relatório identificando o bem, valor atualizado, conta ao qual ele pertence, o responsável pelo bem, número patrimonial e a data de aquisição.
- 2.19. Emitir termo de responsabilidade da guarda dos bens por responsável ou por órgão/centro de custo.
- 2.20. Emitir relatório de bens em inventário por centro de custo e/ou responsável, permitindo selecionar a situação (em processo de localização, localizados e pertencentes ao setor, localizados, mas pertencentes a outro setor, não localizados ou todas) e emitir também o termo de abertura e encerramento do Inventário.
- 2.21. Emitir etiquetas de controle patrimonial, inclusive com código de barras para leitura óptica, além de permitir que o usuário possa confeccionar sua própria Etiqueta.
- 2.22. Permitir cadastro de seguradoras e apólices de seguros (com valor de franquia e valor segurado) para os bens.
- 2.23. Permitir classificar o bem em desuso de modo que não seja possível realizar movimentações com este até que seja estornado.
- 2.24. Permitir registro da abertura e do fechamento do inventário, bloqueando a movimentação ou destinação de bens durante a sua realização.
- 2.25. Emitir relatório de baixas de bens com seleção por período de baixa, por conta, órgão ou por centro de custo.
- 2.26. Emitir relatório para conferir os lançamentos de inventário, possibilitando a seleção por responsável, por órgão ou por centro de custo.
- 2.27. Permitir transferência de bens localizados em inventários quando pertencentes a outro setor.
- 2.28. Manter registro/histórico de todas as movimentações dos itens patrimoniais realizadas no exercício, possibilitando a emissão de relatório por período e também visualizar as movimentações por centro de custo.
- 2.29. Permitir depreciação de bem tangível em relação ao percentual anual de depreciação deste, permitindo que o processo seja executado informando as seleções: por conta, por bem, por centro de custo, por natureza do bem.

- 2.30. Emitir relatório de reavaliações de bens com seleção por bem, por conta e período.
- 2.31. Emitir relatório por período dos movimentos das contas dos bens (mostrando de forma analítica e sintética), possibilitando visualizar o saldo anterior ao período, total de entradas, total de saídas e saldo atual da conta.
- 2.32. Emitir relatório com projeção de valorização/depreciação do bem baseado em percentual informado com seleção por conta, bem e/ou unidade administrativa.
- 2.33. Possuir rotina para importação de várias imagens dos bens, armazenando-os no banco de dados.
- 2.34. Permitir vinculação de um ou mais arquivos de imagens, documentos de texto ou documentos digitalizados, ao código do bem.
- 2.35. Permitir configuração das máscaras de centro de custos, contas e código do bem.
- 2.36. Permitir salvamento dos relatórios em formato PDF simples, possibilitando que sejam assinados digitalmente.
- 2.37. Emitir relatório com os movimentos contábeis (aquisições, baixas, depreciações, etc...) ocorridos no patrimônio no período de seleção.
- 2.38. Permitir transferência dos bens de um responsável, conta, e centro de custo para outro utilizando multiseleção (ex.: 1, 12, 50).
- 2.39. Permitir cadastro para bens imóveis, com endereço, registro do imóvel, e informações de arrendamento quando este for arrendado.
- 2.40. Permitir inserir no cadastro dos bens um valor mínimo residual para os bens, para controle das depreciações.
- 2.41. Permitir encerramento mensal de competência, não permitindo movimentos com data retroativa ao mês/ano encerrado, possibilitando o estorno deste encerramento.
- 2.42. Permitir inserir uma data para o início das depreciações dos bens.
- 2.43. Permitir inserir a localização física do bem, possibilitando emitir um relatório por localização física.
- 2.44. Permitir cadastro de comissões para inventário e reavaliação de bens com informação do número da portaria, data da portaria, finalidade e membros da comissão.
- 2.45. Registrar amortização de bens intangíveis.

3. FOLHA DE PAGAMENTO

- 3.1. Deverá permitir ao Administrador configuração das permissões de acesso aos menus e permissões referente à inserção, alteração e exclusão diferenciada para grupos de usuários ou usuário individual.
- 3.2. Permitir limitação do acesso de usuários às informações de funcionários de determinados grupos funcionais, organogramas e/ou vínculos empregatícios.
- 3.3. Permitir a flexibilização das configurações da folha de acordo com a necessidade e método utilizado pelo órgão público.
- 3.4. Permitir o cadastramento das contas bancárias da pessoa. No caso de pessoas físicas, essas contas poderão ser utilizadas no Cadastro de Funcionários para o depósito de salário.
- 3.5. Possuir validação do dígito verificador de inscrições do PIS/PASEP e CPF no cadastro de pessoas.
- 3.6. Possuir cadastro de bases vindas de outras entidades, possibilitando calcular o INSS e o IRRF do funcionário, já incluindo os valores que o funcionário percebe em outras empresas.
- 3.7. Permitir registro de casos de moléstias graves por meio do CID à pessoa, com data inicial e data final quando for o caso. Estas informações servem de base para isenção do I.R.R.F por moléstia grave.
- 3.8. Possuir controle dos dependentes com datas de vencimento do salário-família, da relação de dependência para o IRRF.
- 3.9. Permitir mais de um vínculo empregatício para a pessoa e configurar estes contratos possibilitando informar um vínculo principal com data de admissão anterior ou posterior ao vínculo secundário.
- 3.10. Controlar a lotação e localização física dos servidores.
- 3.11. Registrar automaticamente a movimentação de pessoal referente à admissão do funcionário, através da informação do ato.
- 3.12. Permitir indicação para cada funcionário substituto, quem este está substituindo.
- 3.13. Possuir cadastro de servidores com todos os campos exigidos pelo Ministério do Trabalho e Emprego e possibilitar, inclusive, a dispensa do livro de registro dos servidores, conforme Portaria nº 41, de 28 de março de 2007.
- 3.14. Permitir cadastro de Tipos de Documentos de Funcionários, informando o tipo dos documentos que irão ser gerados na admissão do funcionário. - Cadastro de Documentos de Funcionários, neste cadastro deve-se informar, os documentos solicitados para admissão do funcionário.
- 3.15. Permitir que o usuário controle até quatro tipos de previdência para um mesmo servidor automaticamente, sem a necessidade de manutenção todo mês;
- 3.16. Registrar automaticamente a movimentação de pessoal referente à prorrogação de contrato de servidores com contratos de prazo determinado, através da informação do ato.
- 3.17. Permitir inserção de dados adicionais, possibilitando ao cliente informar novos campos para o funcionário, conforme a sua necessidade.
- 3.18. Permitir controle dos planos previdenciários ou assistenciais a que cada servidor esteve ou está vinculado, por período, podendo registrar o número da matrícula do servidor no plano.
- 3.19. Controlar informações referentes aos estagiários vinculados com a entidade, bem como sua escolaridade e outros aspectos para acompanhamento do andamento do estágio.
- 3.20. Possuir cadastro de autônomos que prestam serviços à entidade, permitindo registrar a data e o valor de cada serviço prestado.
- 3.21. Possibilitar cálculo diferenciado para transportadores autônomos conforme legislação e sua informação para SEFIP, inclusive com percentual diferenciado.
- 3.22. Possuir controle dos períodos aquisitivos de férias, controle dos lançamentos e suspensões por funcionário.
- 3.23. Controlar os períodos aquisitivos de férias em relação à quantidade de dias disponíveis para o gozo de férias e informar a data prevista para o início do gozo de férias.
- 3.24. Permitir programação do gozo e pagamento das férias antecipadamente.
- 3.25. Permitir criação de períodos aquisitivos configuráveis em relação ao período aquisitivo, período de gozo e cancelamentos ou suspensões dos períodos.
- 3.26. Permitir registro dos vínculos previdenciários dos funcionários, planos, matrículas e período de permanência. Entende-se por vínculo previdenciário: o plano previdencial ou assistencial ao qual o funcionário está vinculado.
- 3.27. Possuir cadastro de processos judiciais que permita que sejam cadastrados os processos judiciais e as reclamações trabalhistas dos funcionários para posterior geração do arquivo SEFIP com código de recolhimento 650.
- 3.28. Permitir validações que não possibilitem inserir na mesma configuração de férias, dois tipos de suspensão de férias que utilizem o mesmo tipo de afastamento.
- 3.29. Permitir cálculo dos dias úteis e afastamentos dos funcionários com 30 dias

- 3.30. Garantir que as alterações realizadas irão acompanhar os cálculos de provisão.
- 3.31. Possuir cadastro de classificação institucional de órgão, unidade e centro de custos.
- 3.32. Permitir inserção de dados adicionais, possibilitando ao cliente informar novos campos para a classificação institucional, conforme a sua necessidade.
- 3.33. Registrar dados dos locais de trabalho, onde efetivamente os funcionários desempenham suas atividades laborais.
- 3.34. Registrar tipos de administração, ou seja, as várias formas de gerenciamento das entidades.
- 3.35. Permitir configuração do modo de cadastrar, consultar, alterar e excluir sindicatos que representam as diferentes classes de funcionários existentes na entidade.
- 3.36. Permitir registro dos possíveis tipos de cargos utilizados.
- 3.37. Possuir cadastro de Cargos
- 3.38. Permitir configuração de férias por cargo
- 3.39. Permitir configuração de funcionários alocados nos cargos terão direito a 13º salário
- 3.40. Permitir controle de vagas do cargo, por secretaria e relacionar com os níveis salariais e atribuições do cargo.
- 3.41. Permitir informar o nível de escolaridade mínimo exigido para o cargo, informando ao usuário se for cadastrar algum servidor que não tenha o nível mínimo exigido.
- 3.42. Permitir controle de níveis salariais do cargo, como as variações de classes e referências, formando um plano de carreira do servidor com a finalidade de nivelar os salários de certos grupos funcionais.
- 3.43. Permitir para os níveis salariais no campo "Máscara da Classe" e para o campo "Máscara referência" inserir várias configurações de máscaras.
- 3.44. Permitir o cadastro de níveis salariais, com definição de ordem de progressão das classes e referências, possibilitando informar uma classe ou referência com tamanho menor que a máscara definida no plano salarial.
- 3.45. Permitir controle de vagas do cargo por concurso via parâmetro.
- 3.46. Possuir processo de progressão salarial automatizado.
- 3.47. Manter informações de progressão salariais registradas no histórico salarial do servidor, com os atos publicados para cada servidor ao longo de sua carreira.
- 3.48. Permitir inserção de dados adicionais, possibilitando informar novos campos para o cargo.
- 3.49. Permitir configuração de movimentações de pessoal, conforme a solicitação do Tribunal de Contas.
- 3.50. Registrar todas as movimentações de pessoal do servidor, tais como: alterações salariais, alterações de cargo, admissão, rescisão, aposentadoria, afastamentos.
- 3.51. Registrar históricos dos processos de requerimentos de aposentadorias e pensões.
- 3.52. Registrar automaticamente a movimentação de pessoal referente ao requerimento de aposentadoria e pensões, através da informação do ato.
- 3.53. Registrar automaticamente a movimentação de pessoal referente concessão de benefícios de pensão, através da informação do ato.
- 3.54. Possuir controle de pensionistas permitindo indicar se a pensão é por morte ou judicial, e neste caso, possibilita o encerramento da pensão.
- 3.55. Calcular automaticamente os valores referentes às pensões, cancelando automaticamente este cálculo quando informada a data de encerramento da pensão.
- 3.56. Permitir inserção de dados adicionais, possibilitando ao cliente informar novos campos para o Pensionista, conforme a sua necessidade.
- 3.57. Calcular reajuste de valores dos eventos de pensão e aposentadoria informados no Cadastro de Processos de Pensões e Aposentadorias.
- 3.58. Permitir controle da concessão e desconto de vales-transportes e mercado.
- 3.59. Permitir configurar operadores e planos de assistência médica que a entidade possui para planos coletivos empresariais, controlar as despesas de mensalidades quanto despesas extraordinárias, estes recursos também serve de base para a DIRF.
- 3.60. Permitir cópia das despesas do ano do registro que estiver selecionado no Cadastro de despesas do para o ano que você deseja para que seja exportado para o aplicativo contábil.
- 3.61. Permitir inserir as classificações das origens dos recursos financeiros, sendo que cada instituição terá que implementar seus programas de trabalhos.
- 3.62. Permitir configuração das tabelas mensais de cálculo, podendo o usuário incluir novas tabelas, definir a quantidade de faixas e ainda nomear essas tabelas de acordo com sua necessidade (INSS, IRRF, salário família, piso salarial, entre outras).
- 3.63. Permitir configuração de quais proventos e descontos devem ser considerados como automáticos para cada tipo de cálculo (mensal, férias, complementar, etc.) e adicionar as restrições para o cálculo.
- 3.64. Permitir configuração de todas as fórmulas de cálculo em conformidade com o estatuto dos servidores municipais.
- 3.65. Permitir cadastro das informações "PNE" e "Consid invalidez parcial" no "Cadastro de Tipos de Salário-Família", onde deverão ser informadas as regras para portadores de necessidades especiais conforme o tipo de salário-família.
- 3.66. Permitir configuração dos tipos de bases de cálculo utilizados;
- 3.67. Possibilitar configuração das formas de alteração salarial de modo que seja possível efetuar-las em conformidade com o estatuto do órgão;
- 3.68. Permitir inclusão e configuração de motivos de rescisão e respectivas verbas rescisórias, assim como respectivos códigos a serem gerados para RAIS, CAGED, SEFIP e saque do FGTS.
- 3.69. Permitir configuração dos proventos para cálculos de férias, rescisão, 13º salário, abono pecuniário e aviso prévio referentes às médias e vantagens percebidas pelos servidores.
- 3.70. Possibilitar configuração de quais afastamentos, qual a quantidade de dias afastados e se esta quantidade de dias é contínua, para que o período de aquisição de funcionário seja cancelado.
- 3.71. Possibilitar configuração de quais afastamentos, qual a quantidade de dias afastados e se esta quantidade de dias é contínua, para que o período de aquisição de funcionário seja postergado.
- 3.72. Permitir configuração de Férias, informando para cada configuração quantidade de meses necessários para aquisição, quantidade de dias de direito a férias a cada vencimento de período aquisitivo, quantidade de dias que podem ser abonados, configuração de descontos de faltas, ou seja, informar para cada configuração de férias as faixas para descontos de faltas em relação aos dias de direito do período aquisitivo.
- 3.73. Permitir cadastro das informações configuradas para os proventos e descontos a serem utilizados na geração do "Arquivo Homolognet e TRCT – Portaria 1621/2010".
- 3.74. Permitir salvar a seleção/filtragem de relatórios rotineiros.
- 3.75. Permitir configuração da máscara a ser utilizada na classificação institucional de órgão, unidade e centro de custos.
- 3.76. Configurar vínculos empregatícios que representam a ligação dos funcionários com a entidade.
- 3.77. Configurar tipos de situações de afastamento do funcionário para base de cálculo, processos do aplicativo (férias, licenças, adicionais, etc.),

tempo de serviço para aposentadoria.

3.78. Possuir rotina para processamento de cálculo mensal e adiantamento.

3.79. Possuir rotina para processamento de cálculo complementar.

3.80. Possuir rotina para processamento de 13º salário adiantado e integral.

3.81. Possuir rotina de cálculo automático de rescisão para funcionários com vínculo de prazo determinado, na competência em que expira o contrato.

3.82. Emitir cálculo no mês de Fevereiro proporcional a 28/29 dias, caso o mês de admissão ou demissão seja Fevereiro.

3.83. Possuir rotina para processamento de cálculos de férias individuais e férias coletivas.

3.84. Permitir desconto de faltas no pagamento das férias.

3.85. Permitir pagamento do 13º salário simultaneamente com as férias.

3.86. Registrar automaticamente a movimentação de pessoal referente às férias dos servidores, através da informação do ato.

3.87. Permitir que o pagamento de 1/3 de férias seja integral em cálculo de férias fracionadas. Serve para os cadastros de férias individual, coletiva e programada, onde se deve informar quando o aplicativo deve se comportar conforme essa situação.

3.88. Permitir previsão mensal do valor referente a férias e 13º Salário, correspondente ao avo que o funcionário tem direito.

3.89. Determinar data inicial em que passou a utilizar a provisão.

3.90. Provisionar e baixar da provisão de férias e 13º salário, aos cálculos realizados na respectiva competência de cálculo.

3.91. Permitir visualização dos eventos que faltam ser provisionados e classificados.

3.92. Possuir rotina para processamento de cálculos de rescisões individuais, coletivas e complementares.

3.93. Registrar automaticamente a movimentação de pessoal referente à demissão ou exoneração do funcionário, através da informação do ato.

3.94. Permitir reintegração ou reversão de rescisões ou aposentadorias de funcionários, sob a mesma matrícula.

3.95. Permitir simulações parciais ou totais da folha de pagamento mensal, 13º salário integral, férias e rescisórias, para a competência atual ou para competência futura.

3.96. Não permitir emissão de guias e geração de arquivos para órgãos federais quando o cálculo é simulado.

3.97. Controlar afastamentos do funcionário.

3.98. Registrar automaticamente a movimentação de pessoal referente aos afastamentos do funcionário, através da informação do ato.

3.99. Registrar todo o histórico de alterações no cadastro de funcionários.

3.100. Registrar as alterações cadastrais no histórico de beneficiários de pensões.

3.101. Registrar todo o histórico de alterações de Autônomos.

3.102. Registrar todo o histórico salarial do servidor.

3.103. Registrar automaticamente a movimentação de pessoal referente às alterações salariais do servidor, através da informação do ato.

3.104. Calcular alterações salariais de modo coletivo ou para níveis salariais do plano de cargos.

3.105. Possibilitar adição de classes e referências através do histórico de cargos, salários, informações e níveis salariais.

3.106. Registrar todo o histórico de alterações de cargo do servidor.

3.107. Registrar automaticamente a movimentação de pessoal referente às alterações de cargo do servidor, através da informação do ato.

3.108. Registrar todo o histórico de alterações salariais do cargo.

3.109. Permitir inclusão de proventos ou descontos lançados de modo fixo, em um período determinado, em qualquer tipo de folha de pagamento para determinado funcionário.

3.110. Permitir inclusão de proventos ou descontos lançados de modo fixo, em um período determinado, em qualquer tipo de folha de pagamento, podendo selecionar vários funcionários em um único lançamento.

3.111. Permitir fechar processamentos (Mensal, Adiantamento, Complementar, 13º Adiantamento, 13º Salário, Férias) de cada competência com data, oferecendo segurança para que o usuário não altere cálculo de folha com processo fechado.

3.112. Bloquear qualquer tentativa de alteração no histórico de funcionário quando o processamento da folha estiver com data informada.

3.113. Permitir consultar e se necessário alterar a data de pagamento de funcionário ou grupo de funcionários que já tenham sido calculados na folha.

3.114. Permitir que o cálculo mensal dos funcionários sejam agrupados em lotes diferentes e possibilita fechar o processamento dos lotes em grupo.

3.115. Permitir lançamento manual dos eventos que compõe a folha de pagamento do funcionário para serem calculados, podem ser lançados em uma competência ou em várias parcelas do período.

3.116. Permitir lançamento manual dos eventos que compõe a folha de pagamento de vários funcionários em um único lançamento, selecionando os funcionários. Pode ser lançado o evento para uma ou mais competências.

3.117. Permitir selecionar os funcionários que utilizam vale transporte, selecionando pela empresa ou linha utilizada. Permite gerar por competência os números de dias que o funcionário utiliza o vale transporte.

3.118. Permitir importação do arquivo do SISOBI (Sistema de Controle de Óbitos). Serve para atender ao convênio firmado entre o Ministério da Previdência Social e os governos estaduais e municipais identificarem as pessoas falecidas para cessar o pagamento de aposentados e pensionistas.

3.119. Permitir configuração de cabeçalho e rodapé para quaisquer relatórios emitidos pelo aplicativo, permitindo inclusive a inserção de comentários.

3.120. Permite salvamento de qualquer relatório emitido no formato "xls" (excel), mantendo a mesma formatação visualizada no aplicativo.

3.121. Emitir relatórios da folha de pagamento, de acordo com a necessidade, extratos mensais, líquidos, movimento, férias, rescisões, média e vantagens, etc...

3.122. O relatório resumo mensal apresenta a geração dos dados das verbas gerais mensais e com o modelo normal-encargos apresenta o total dos valores dos encargos no final do relatório nas quebras.

3.123. Emitir relatórios de forma resumidos, de acordo com a necessidade.

3.124. Emitir relatório de Integração Contábil para cálculos simulados. Os modelos deste relatório irão mostrar uma mensagem no cabeçalho identificando quando o relatório possui informações oriundas de cálculos simulados.

3.125. Possuir relatório com todos os valores relativos ao servidor e à contribuição patronal referentes ao INSS e FGTS, discriminando as possíveis deduções

3.126. Possuir relatório com todos os valores relativos ao servidor e à contribuição patronal referentes à previdência municipal por competência ou acumulado anualmente

3.127. Possuir relatório com todos os valores relativos ao servidor, referente ao IRRF.

3.128. Gerar mensalmente a guia do INSS com o valor para o Instituto Nacional do Seguro Social. Permitir escolher o modelo e quebra para a geração da guia

- 3.129. Permitir emissão de guias para pagamento de IRRF, GRFC e previdência municipal.
- 3.130. Gerar em arquivo as informações referentes à GRRF.
- 3.131. Gerar GFIP em arquivo, permitindo inclusive a geração de arquivos retificadores (RDE, RDT, RRD).
- 3.132. Possuir vários modelos de Demonstrativo de Folha de Pagamento para impressão.
- 3.133. Emitir relatório de Aviso e Recibo de férias, também permitir escolher o modelo do recibo e a seleção.
- 3.134. Emitir relatório referente Termo de Rescisão do Contrato de Trabalho.
- 3.135. Emitir TRCT (Termo de Rescisão de Contrato de Trabalho) conforme portaria 1621/2010 atualizada pela portaria 1057/2012. A emissão deste termo passou a ser obrigatória a partir de 2011 para rescisões de funcionários regidos pela CLT.
- 3.136. Emitir relatórios cadastrais em geral.
- 3.137. Emitir relatórios cadastrais de:
- a) Grupos Funcionais;
 - b) Organogramas;
 - c) Locais de trabalho;
 - d) Tipos de Administração – Sindicatos;
 - e) Tipos de Cargos;
 - f) Cargos;
 - g) Planos Salariais;
 - h) Níveis Salariais;
 - i) Horários;
 - j) Feriados;
 - k) Aposentadorias e Pensões;
 - l) Beneficiários;
 - m) Pensionistas;
 - n) Dados Adicionais.
- 3.138. Emitir relatórios cadastrais de:
- a) Tipos de Movimentação de Pessoal;
 - b) Fontes de Divulgação;
 - c) Atos;
 - d) Movimentação de Pessoal;
 - e) Naturezas dos Textos Jurídicos.
- 3.139. Emitir relatórios referentes aos planos de assistência médica de:
- a) Operadoras de planos de saúde;
 - b) Despesas com planos de saúde;
 - c) Despesas com planos de saúde com reflexo no cálculo.
- 3.140. Emitir relatórios cadastrais referente Administração de Vales:
- a) Linhas de Ônibus;
 - b) Faixas;
 - c) Vales-transportes;
 - d) Vales-Mercado
- 3.141. Emitir relatórios cadastrais referente Integração Contábil:
- a) Condições para Eventos;
 - b) Elementos de Despesa;
 - c) Despesas;
 - d) Despesas por Organograma;
 - e) Complementos das Despesas.
- 3.142. Emitir relatórios cadastrais de:
- a) Cálculo – Tabelas;
 - b) Eventos;
 - c) Cálculo - Tipos de Bases;
 - d) Eventos a Calcular;
 - e) Eventos a Calcular de Rescisão;
 - f) Médias e Vantagens;
 - g) Cancelamentos de férias;
 - h) Suspensões de Férias;
 - i) Configurações de Férias;
 - j) Formas de Alteração Salarial;
 - k) Bancos;
 - l) Agências Bancárias;
 - m) Homolognet.
- 3.143. Emitir relatórios cadastrais referentes a parametrizações:
- a) Vínculos Empregatícios;
 - b) Tipos de Afastamentos;
 - c) Tipos de Salário-Família;

- d) Organograma;
- e) Naturezas dos tipos das Diárias;
- f) Tipos de Diárias;
- g) Previdência Federal;
- h) Outras Previdências/Assistência;
- i) Planos de Previdência;
- j) Motivos de Alterações de Cargos;
- k) Motivos de Alterações Salariais;
- l) Motivos de Rescisões;
- m) Motivos de Aposentadorias
- n) Responsáveis.

3.144. Emitir relatório com o nome "Efetivo em cargo comissionado", no qual serão emitidos todos os funcionários que estão atualmente em cargo comissionado, e possuem cargo efetivo em aberto, seja, sem data de saída em Cadastro de Histórico de Cargos.

3.145. Emitir relatório de programação de férias dos funcionários, exibindo todos os períodos de aquisição de férias, períodos de gozo, dias de abono e forma de pagamento.

3.146. Gerar em arquivo magnético a relação de todos os servidores admitidos e demitidos no mês (CAGED).

3.147. Emitir relatórios relacionados à parte salarial dos servidores do tipo alteração salarial, Média salarial, progressões salariais, inconsistências de cálculo.

3.148. Emitir relação dos salários de contribuição e discriminação destes. Possibilitar a emissão para previdência federal, estadual e/ ou municipal. Permitir a emissão de formulário para preenchimento, caso não haja informações de todas as competências necessárias.

3.149. Emitir relatório de atestado de tempo de serviço para o servidor público apresentando os cargos e o período que exerceu a função.

3.150. Emitir o relatório de datas de vencimentos. A data em que se extingue o prazo do exame médico periódico, do contrato de trabalho e da carteira de motorista do funcionário.

3.151. Emitir um relatório demonstrativo das variáveis lançadas manualmente para qual período foi feito o lançamento. Ainda são oferecidas opções de ordenação e seleção das informações.

3.152. Emitir relatórios com informações de processamentos já calculados.

3.153. Possuir relatórios de provisões de 13º salário, médias e vantagens, férias; que permitam ao usuário ter uma previsão do valor e também da proporcionalidade por direito obtida pelos servidores ativos até o presente momento.

3.154. Verificar na integração contábil o que está sendo provisionado. Relatório de visualização da provisão, quando 13º salário e Férias.

3.155. Emitir comparativo de situações dos servidores entre duas competências, inclusive com anos diferentes.

3.156. Emitir comparativo de valores referentes a proventos e descontos dos servidores entre duas competências, inclusive com anos diferentes.

3.157. Emitir comparativo de líquidos entre duas ou mais competências, inclusive com anos diferentes.

3.158. Permitir configuração dos proventos e descontos que devem compor os valores de cada um dos campos do comprovante de rendimentos.

3.159. Emitir informações dos relatórios anuais necessários, como comprovante de rendimentos e ficha financeira.

3.160. Gerar arquivos da RAIS e da DIRF, assim como o informe do comprovante de rendimentos.

3.161. Permitir visualização das bases de previdência federal, de previdência estadual e municipal, além de fundos de assistência.

3.162. Possuir gerador de relatórios e de arquivos que permita aos usuários criar novos relatórios ou layouts de arquivos ou ainda alterar os relatórios e layouts já existentes;

3.163. Gerar informações da folha de pagamento em arquivo para crédito em conta no banco de interesse da entidade.

3.164. Gerar para entidades que possuem contrato para emissão de holerite eletrônico pela Caixa Econômica Federal o arquivo para envio das informações pertinentes ao holerite do funcionário.

3.165. Permitir consulta prévia das médias e vantagens que cada servidor tem direito a receber em férias, 13º salário ou rescisão de contrato.

3.166. Consultar os cálculos efetuados no aplicativo de acordo com a competência informada e o processamento dela para cada funcionário.

3.167. Permitir consulta dos proventos e descontos percebidos pelo servidor, em um período determinado pelo usuário.

3.168. Permitir consulta apenas dos proventos que fazem parte do comprovante de rendimentos.

3.169. Permitir consulta do modo centralizado todo o histórico funcional de todos os contratos do servidor, detalhando as seguintes características:

a) Períodos aquisitivos, períodos de gozo de férias;

b) Situações do funcionário, tais como: afastamentos, atestados, faltas, férias e períodos trabalhados.

3.170. Permitir alteração de proventos ou descontos modo fixo, possibilitando as seguintes tarefas:

a) Alteração do período;

b) Adição de valor ao valor originalmente lançado;

c) Substituição do valor originalmente lançado por um novo valor;

d) Aplicação de um percentual sobre o valor originalmente lançado.

3.171. Permitir reestruturação da classificação institucional de um exercício para outro.

3.172. Permitir readmissão em massa através de "Copiar Funcionários Demitidos". Permitir copiar funcionários demitidos para realizar a readmissão individual ou em lote.

3.173. Possibilitar cadastro de movimentos anteriores à implantação do aplicativo para que o usuário possa gerar os relatórios anuais.

3.174. Possibilitar rateio de valores das parcelas pagas do parcelamento do FGTS para os servidores contratados à época, conforme instruções da CAIXA.

3.175. Permitir realização de cálculos de datas e de horas.

3.176. Possibilitar classificação "SISPREV WEB 1.0".

3.177. Permitir unificação de pessoas e de cadastros.

3.178. Permitir consulta rápida nos cadastros.

3.179. Possuir campo de ajuda, possibilitando pesquisas referentes ao aplicativo e suas funcionalidades.

3.180. Permitir consultas rápidas dos códigos ou nomes dos registros, dispensando memorização e procura.

3.181. Permitir consultas sobre as situações ocorridas com o funcionário desde sua admissão, considerando os dias de licenças, atestados e faltas.

- 3.182. Permitir consultas dos cálculos efetuados no aplicativo de acordo com a competência informada e o processamento para cada funcionário.
- 3.183. Permitir consulta dos contratos, períodos e situações que a pessoa se encontra nos registros informados.
- 3.184. Permitir cálculo e conversão de datas, dias, meses e anos.
- 3.185. Possibilitar cálculo digitando nos botões da calculadora ou usando o teclado. Com opção padrão ou científica.

4. ESTOQUE

- 4.1. Deverá possibilitar controle de toda movimentação de entrada, saída, devolução, prazo de validade e transferência de materiais no estoque.
- 4.2. Permitir registro de alterações quanto às informações no cadastro de fornecedores.
- 4.3. Permitir controle dos limites mínimos e de reposição de saldo físico em estoque.
- 4.4. Permitir gerenciamento de ajustes e os saldos físicos dos estoques, ocorridos do inventário.
- 4.5. Possibilitar controle de pendências de pedidos e fornecimento de materiais.
- 4.6. Possibilitar gerenciamento da necessidade de reposição de materiais.
- 4.7. Possibilitar controle de materiais conforme especificações definidas pelo município; (Consumo/Permanente/ Perecível/etc.).
- 4.8. Possibilitar emissão de relatório da ficha de controle de estoque, mostrando as movimentações por material e período com saldo anterior ao período (analítico/sintético).
- 4.9. Possibilitar emissão de relatórios de entradas e saídas de materiais por produto, nota fiscal e setor.
- 4.10. Possibilitar emissão de relatório de balancete do estoque mostrando os movimentos de entradas, saídas e saldo atual por período.
- 4.11. Possibilitar emissão de resumo anual das entradas e saídas, mostrando o saldo financeiro mês a mês por estoque e o resultado final no ano.
- 4.12. Possibilitar emissão de relatórios de controle de validade de lotes de materiais, possibilitando seleção por: - almoxarifado; - período; - materiais vencidos; - materiais a vencer.
- 4.13. Permitir emissão de etiquetas de prateleira para identificação da localização dos materiais no estoque.
- 4.14. Possibilitar restrição de acesso dos usuários aos almoxarifados.
- 4.15. Registrar abertura e o fechamento de inventários, permitindo: bloqueio das movimentações durante a sua realização.
- 4.16. Possuir relatório com média de gastos mensais por setor ou material considerando um determinado período.
- 4.17. Possuir relatório do consumo médio mensal por material.
- 4.18. Possibilitar leitura de arquivo da coletora no lançamento do inventário.
- 4.19. Consultar a localização física do material dentro do almoxarifado.
- 4.20. Permitir registro de processo licitatório, número do empenho, fornecedor, número da Ordem de Compra/Serviço e documento fiscal.
- 4.21. Possuir controle das requisições de materiais, permitindo atendimento parcial de requisições e mantendo o controle sobre o saldo não atendido das requisições.
- 4.22. Permitir cálculo automático do preço médio dos materiais.
- 4.23. Permitir gerenciamento integrado dos estoques de materiais existentes nos diversos almoxarifados.
- 4.24. Utilizar centros de custo (setores) na distribuição de matérias, para apropriação e controle do consumo.

5. PONTO ELETRÔNICO

- 5.1. Permitir configuração das ocorrências de horas extras, faltas, DSR Perdido, adicional noturno e demais ocorrências de folha, para gerar lançamento diretamente na folha de pagamento.
- 5.2. Permitir a importação de dados de qualquer relógio ponto do mercado.
- 5.3. Permitir configuração de vários tipos de horários permitindo compensação dentro do mês.
- 5.4. Possuir controle de saldo de horas extras. No controle de saldo de horas extras, possibilitar as seguintes configurações:
 - a) Somar para saldo,
 - b) Subtrair do saldo,
 - c) Limite mensal de quantidade de horas extras, que podem ser pagas em folha.
- 5.5. Possibilitar flexibilidade de horários, permitindo a jornada de trabalho em horários diferentes.
- 5.6. Permitir configuração de busca automática de horários alternativos, pré-configurados, dentre os horários disponíveis para o servidor.
- 5.7. Permitir controle de revezamento de período a cada dia, semana ou mês.
- 5.8. Possuir programação de afastamento.
- 5.9. Permitir consulta de horários por período.
- 5.10. Permitir controle dos servidores, através de um crachá provisório.
- 5.11. Controlar marcações de refeitório.
- 5.12. Gerenciar períodos semanais e turnos corridos (vigia).
- 5.13. Permitir a realização da manutenção do cartão ponto, sem possibilitar a exclusão da marcação original. Quando houver necessidade de excluir uma marcação original equivocada, no lugar de excluir a marcação original, o aplicativo deve dispor de recurso para desconsiderar esta marcação da apuração, sem excluí-la.
- 5.14. Possuir fórmula de cálculo individual para as ocorrências do ponto, possibilitando ajustar a jornada de trabalho da entidade;
- 5.15. Permitir emissão do cartão ponto;
- 5.16. Possuir relatórios gerenciais para controle das ocorrências verificadas na apuração das marcações;
- 5.17. Possuir relatórios dos servidores ausentes e presentes na Prefeitura em determinado período.
- 5.18. Possuir relatório de horas apuradas, por servidor e por ocorrência. Permitindo agrupar os valores por ocorrência e suprimir as faltas não descontadas em folha.
- 5.19. Permitir configuração de feriados fixos, móveis e de ponto facultativo.
- 5.20. Permitir parametrização de horas noturnas, intervalo mínimo entre batidas, intrajornada e controle de adição de variáveis;
- 5.21. Permitir ao usuário, incluir ou retirar ocorrências no cálculo do ponto (Ocorrências a calcular).
- 5.22. Permitir que as ocorrências configuradas no ponto possam ser refletidas no aplicativo da folha.
- 5.23. Permitir cadastro de períodos de apuração do ponto.
- 5.24. Permitir fechamento do período de apuração das ocorrências de forma geral e individual (individual para cálculo de rescisões).
- 5.25. Possuir filtros por data inicial e final do período de apuração, por funcionário, por data de admissão, por grupo funcional, por organograma, por vínculo empregatício, por regime de previdência, por cargo e por turma na rotina de apuração do ponto.

- 5.26. Permitir acessar o dia para inserir a marcação faltante ou desconsiderar uma marcação equivocada, possibilitando reapurar o dia e fechá-lo.
- 5.27. Possuir recurso para excluir uma ocorrência, marcar a falta para não descontar em folha ou abonar faltas.
- 5.28. Possuir recurso para fechar o dia, não gerando mais valores para este dia.
- 5.29. Demonstrar marcações originais do dia, acompanhada da informação se esta foi considerada ou não.
- 5.30. Demonstrar marcações apuradas no dia, acompanhada da informação se esta é original ou inserida.
- 5.31. Possuir recurso para impedir que a marcação original (importada do relógio), seja excluída durante as manutenções do ponto. Permitindo apenas, que a marcação original seja desconsiderada e deixe de exercer influência sobre a apuração.
- 5.32. Possuir relatório de absenteísmo configurável.
- 5.33. Possuir relatório de marcações importadas, ativas e anuladas.
- 5.34. Possuir relatório configurável de manutenção das ocorrências de ponto com os filtros "Maior que", "Menor que", "Maior igual", "Menor igual", "Igual", "Diferente".
- 5.35. Possuir relatório de extrato de compensação de horas.
- 5.36. Possuir gráfico de ocorrências para um período, por cargo, local de trabalho, vínculo, secretaria ou centro de custo.
- 5.37. Possuir gráfico comparativo de ocorrências em relação há outros meses.
- 5.38. Possuir gráfico comparativo do saldo de horas extras em relação há outros meses.
- 5.39. Atender dentro do prazo legal a portaria nº 1.510/2009 do Ministério de Estado do Trabalho e Emprego.

Timbé do Sul, 10 de maio de 2016.

SAMAE TIMBÉ DO SUL
Amarildo Scursel Alexandre
CONTRATANTE

BETHA SISTEMAS LTDA. BETHA SISTEMAS LTDA.
Daniela Ramos Silva Ernesto Muniz de Souza Jr.
CONTRATADA CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

Nome: Juciana Carlessi Burin Nome:
CPF n.º 669.450.709-72 CPF n.º

CONTRATO 3/2016 **ERRATA**

HOUVE CORREÇÃO NO PERÍODO DE VIGÊNCIA E TAMBÉM NOS VALORES DO CONTRATO 3/2016 EM ANEXO.

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS n.º 3/2016
Processo Adm. 7/2016

O Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto TIMBÉ DO SUL, pessoa jurídica de direito público, com sede à rua carlos savi, 365 – centro da Cidade de Timbé do Sul-SC, inscrita no CNPJ sob n.º 83.820.076/0001-90, Inscrição Estadual Isenta, na cidade de Timbé do Sul-SC, neste ato, representada pelo Presidente, Sr. Amarildo Scursel Alexandre, CONTRATANTE e a empresa BETHA SISTEMAS LTDA., doravante denominada CONTRATADA, pessoa jurídica de direito privado com sede à Rua João Pessoa, n.º 134, inscrita no CNPJ sob n.º 00.456.865/0001-67, Inscrição Estadual 253.086.027, nascida de Criciúma/SC, neste ato representada pelo Sr. Ernesto Muniz de Souza Jr., Advogado, portador da cédula de identidade profissional n.º 24.757 OAB/SC e inscrito no CPF sob n.º 004.770.259-19 e Sr.ª Daniela Ramos Silva, Advogada, portadora da cédula de identidade profissional 38.394 OAB/SC, inscrita no CPF sob n.º 007.395.609-05, em decorrência do processo em decorrência do processo de Compra Direta n.º 3/2016, homologado em 10/05/2016, com fundamento na Lei Federal n.º 8.666/93 e suas alterações posteriores pactuam o presente contrato de prestação de serviços, mediante as cláusulas e condições abaixo estabelecidas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

0.1. Constitui objeto do presente contrato o fornecimento de licenças de uso, não exclusiva, mediante contratação de empresa para licenciamento do direito de uso dos aplicativos de Compras, Contabilidade, Estoque, Folha, Patrimônio e Ponto com acessos simultâneos, em ambiente Windows, utilizando banco de dados relacional e a manutenção legal e corretiva durante o período contratual.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA

O presente instrumento terá vigência de 01 (um) mês, contado a partir de 10/05/2016, com término em 10/06/2016.

CLÁUSULA TERCEIRA - DOS VALORES E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

a) Pelo licenciamento do(s) aplicativos(s), objeto deste contrato, a CONTRATANTE pagará à CONTRATADA os seguintes valores:

ITEM	QTDE	UN	APLICATIVOS	USUÁRIOS	VALOR MENSAL R\$	VALOR TOTAL R\$	
1.	01	Mês	Contabilidade	4	480,00	480,00	
2.	01	Mês	Folha	4	300,00	300,00	

3.	01	Mês	Compras	4	260,00	260,00	
4.	01	Mês	Estoque	2	180,00	180,00	
5.	01	Mês	Patrimônio	2	180,00	180,00	
6.	01	Mês	Ponto	1	150,00	150,00	
VALOR TOTALR\$			1.550,00				

- b) O faturamento do licenciamento terá início a partir da cessão do direito de uso, através da liberação de chaves e senhas de acesso.
c) O pagamento da licença de uso será efetuado até o dia cinco do mês subsequente ao licenciamento do(s) aplicativo(s), mediante apresentação da nota fiscal e boleto bancário.
d) Em caso de atraso nos pagamentos será cabível correção monetária, durante o período de inadimplência, de acordo com o IGP-M acumulado no período, e juros moratórios, à razão de 0,5% (meio por cento) ao mês, calculados "pro rata tempore" em relação ao atraso verificado.

CLÁUSULA QUARTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes do licenciamento do Aplicativo objeto do presente contrato correrão por conta da

Órgão: 17 (SAMA E)

Unidade: 01 (Sistema de Água e Esgoto)

Função: 17 (Saneamento)

Programa: 111 (Água e Saneamento para Todos)

Subfunção: 512 (Saneamento Básico Urbano)

Recurso: 01 (Recursos Ordinários)

Projeto/Atividade: 2.030

Elemento: 3.3.90.39.11.00.00.00 – Aluguel de programas de processamento de dados

CLÁUSULA QUINTA - DA LICENÇA DE USO DO APLICATIVO

- a) O aplicativo é de propriedade da CONTRATADA, que concede a CONTRATANTE o direito de uso de licenças do(s) aplicativo(s), objeto deste contrato, instalada no servidor e em computadores conectados em rede, de acordo com a quantidade de acessos simultâneos indicada no Anexo I.
b) É vedada a cópia dos aplicativos e do gerenciador do Banco de Dados, exceto para fazer backup. Os aplicativos estão protegidos pela lei nº. 9.609/98, que prevê a pena de 06 (seis) meses a 02 (dois) anos de detenção e pela lei nº. 9.610/98, cuja indenização pode chegar ao valor de 3.000 (três mil) cópias, para cada cópia instalada ilegalmente.
c) É vedada a sublocação, empréstimo, arrendamento ou transferência do(s) aplicativo(s) contratado a outro usuário, assim como também é a engenharia reversa, a decompilação ou a decomposição do(s) referido(s) aplicativo(s).
d) Responsabilidade por danos indiretos: em nenhuma hipótese a CONTRATADA será responsável por qualquer dano decorrente do uso indevido ou da impossibilidade de usar o(s) referido(s) aplicativo(s), ainda que a CONTRATADA tenha sido alertada quanto à possibilidade destes danos.
e) Quando em ambiente web, por exigência ou conveniência administrativa, os aplicativos deverão permanecer on-line por até 96% do tempo de cada mês civil.

CLÁUSULA SEXTA - DA OBRIGAÇÃO DA CONTRATANTE

Caberá à CONTRATANTE:

- a) Efetuar o pagamento pelo licenciamento do(s) aplicativo(s) objeto do presente Contrato, na forma e no prazo convencionado.
b) Facilitar o acesso dos técnicos da CONTRATADA às áreas de trabalho, registros, documentação e demais informações necessárias ao bom desempenho das funções.
c) Manter pessoal habilitado para operacionalização do(s) aplicativo(s).
d) Responsabilizar-se pela supervisão, gerência e controle de utilização do(s) aplicativo(s) licenciado(s), incluindo:
i. Assegurar a configuração adequada da máquina e instalação do(s) aplicativo(s).
ii. Manter backup adequado para satisfazer as necessidades de segurança e recuperação no caso de falha da máquina,
e) Digitação das informações necessárias para atingir os resultados esperados do(s) aplicativo(s).
f) Conferir os resultados obtidos na utilização do(s) aplicativo(s) lícito(s). Em caso de erro nos resultados obtidos deverá informar a CONTRATADA em tempo hábil para que esta possa corrigir o problema que for gerado por erro do(s) aplicativo(s).
g) Comunicar a CONTRATADA, por escrito e com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, sobre o cancelamento de qualquer aplicativo contratado, efetuado no 1º dia útil de qualquer mês; caso seja cancelado em outro dia, será considerado como início, o 1º dia útil do mês subsequente.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA OBRIGAÇÃO DA CONTRATADA

Caberá a CONTRATADA:

- a) Fornecer as licenças de uso do(s) aplicativo(s), objeto deste contrato.
b) Manter o(s) aplicativo(s) de acordo com as características do Anexo I.
c) Prestar, às suas expensas, as manutenções que se fizerem necessárias nos(s) aplicativo(s), causadas por problemas originados dos códigos-fontes de seus aplicativos.
d) Tratar como confidenciais as informações e dados contidos no(s) aplicativo(s) da CONTRATANTE, guardando total sigilo perante terceiros.
e) Manter, durante a execução do contrato, todas as condições de habilitação previstas na Legislação e em compatibilidade com as obrigações assumidas.
f) Orientar e prestar suporte à CONTRANTE para executar alterações na base de dados que se fizerem necessárias.

CLÁUSULA OITAVA - DA MANUTENÇÃO NOS APLICATIVOS

- a) As modificações de cunho legal impostas pelos órgãos federais e estaduais, serão introduzidas no(s) aplicativo(s), durante a vigência do contrato,

sem ônus para a CONTRATANTE e em prazos compatíveis com a legislação.

b) Caso não haja tempo hábil para implementar as modificações legais entre a divulgação e o início da vigência das mesmas, a CONTRATADA procurará indicar soluções alternativas para atender as determinações legais, até a atualização do(s) aplicativo(s).

c) As implementações específicas e de cunho legal impostas pelo Município serão objeto de negociação.

d) As melhorias e novas funções introduzidas no(s) aplicativo(s) originalmente licenciado(s) são distribuídas toda vez que a CONTRATADA as concluir. Cabe a CONTRATANTE adotar a última versão no prazo de 60 (sessenta) dias de seu recebimento. Após este prazo a CONTRATADA não mais estará obrigada a fornecer suporte à versão antiga.

- 1.
- 2.
- 3.
- 4.
- 5.
- 6.
- 7.
- 8.

CLÁUSULA NONA - DO SUPORTE TÉCNICO

9.

9.1. O suporte técnico do(s) aplicativo(s) deverá ser realizado por meio digital, internet através de serviços de suporte remoto da CONTRATADA por técnico habilitado com o objetivo de:

a) Esclarecer dúvidas que possam surgir durante a operação e utilização do(s) aplicativo(s);

b) Auxiliar o usuário, em caso de dúvidas, na elaboração de quaisquer atividades técnicas relacionadas à utilização do(s) aplicativo(s), como:

i. Analisar bases de dados via acesso remoto ou na Betha;

ii. Migrar para versões de aplicativos que trazem benefícios ao cliente;

9.2. O suporte técnico deverá ser atendido quando feito por funcionários que possuam habilitação para a operação do(s) aplicativo(s), do equipamento, do aplicativo operacional e de utilitários.

9.3. A execução de alterações na base de dados é de responsabilidade da CONTRATANTE sob orientação e suporte da CONTRATADA

9.4. As solicitações de alterações do(s) aplicativo(s) serão cadastradas pelo usuário da CONTRATANTE, no site www.betha.com.br/atendimento, devendo estar acompanhada da descrição completa da solicitação e da documentação que caracterize o serviço a ser efetuado. Após a execução do serviço, a CONTRATADA disponibilizará no site <http://download.betha.com.br/> ou enviará o aplicativo alterado em sua forma executável, via internet, para a CONTRATANTE, que deverá fazer os testes de conformidade, instalar e repassar aos usuários do(s) aplicativo(s).

9.5. Não faz parte deste contrato a prestação de serviços de suporte técnico "in loco" na entidade.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL

12.1 A alteração de quaisquer das disposições estabelecidas neste contrato somente se reputará válida se tornadas conhecidas expressamente em Instrumento Aditivo, que ao presente se aderirá, passando a fazer parte dele.

12.2 A alteração proveniente do reajuste contratual previsto no item "j" da Cláusula 3ª poderá ser executado por simples apostilamento de acordo com o art. 65, §8º, da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA-PRIMEIRA - DA RESCISÃO

10.

11.

12.

13.

13.1. A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE, em caso de rescisão administrativa prevista no artigo 77, da Lei Federal nº 8.666/93, comprometendo-se a fornecer única e exclusivamente a base de dados em formato TXT, quando eventualmente requisitada.

13.2. A ocorrência de quaisquer das hipóteses previstas no art. 78 da Lei nº 8.666/93 ensejará a rescisão do contrato:

a) Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

b) Os casos de rescisão administrativa ou amigável, de todo ou parte deste contrato, serão precedidos de comunicação por escrito através de Termo Aditivo, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, efetuado no 1º dia útil de qualquer mês; caso seja cancelado em outro dia, será considerado como início, o 1º dia útil do mês subsequente.

c) Em caso de inadimplemento por parte da CONTRATANTE, o presente contrato poderá ser rescindido ou suspenso, nos termos da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA-SEGUNDA - DA TRANSMISSÃO DE DOCUMENTOS

14.

14.1. A troca eventual de documentos e cartas entre a CONTRATANTE e a CONTRATADA será feita através de protocolo, tanto para uma quanto para outra. Nenhuma outra forma será considerada como prova de entrega de documentos ou cartas

CLÁUSULA DÉCIMA-TERCEIRA - DO FORO

As partes de comum e recíproco acordo elegem o foro da comarca de Turvo-SC para dirimir qualquer dúvida, ação ou questão oriunda deste presente contrato.

E por estarem justos e contratados, assinam o presente, por si e seus sucessores, em 02 (duas) vias iguais e rubricadas para todos os fins de direito, na presença de 02 (duas) testemunhas.

Timbé do Sul, 10 de maio de 2016.

SAMAE TIMBÉ DO SUL

Amarildo Scursel Alexandre
CONTRATANTE

BETHA SISTEMAS LTDA.
Daniela Ramos Silva
CONTRATADA

BETHA SISTEMAS LTDA.
Ernesto Muniz de Souza Jr.
CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

Nome: Juciana Carlessi Burin
CPF n.º 669.450.709-72

Nome:
CPF n.º

ANEXO I – DAS CARACTERÍSTICAS

CONTRATO Nº. 3/2016

CONTRATANTE: SAMAE TIMBÉ DO SUL

CONTRATADA: BETHA SISTEMAS LTDA.

1. CONTABILIDADE PÚBLICA

- 0.1. Registrar todos os fatos contábeis ocorridos e possibilitar o atendimento à legislação vigente, à análise da situação da administração pública, e a obtenção de informações contábeis e gerenciais necessárias à tomada de decisões.
- 0.2. Efetuar a escrituração contábil nas naturezas de informação patrimonial, orçamentária e controle em conformidade com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público. (MCASP).
- 0.3. Gerar relatórios gerenciais de Receita, Despesa, Restos a Pagar, Depósitos de Diversas Origens, Bancos e outros, de acordo com o interesse do Tribunal de Contas, bem como Boletim Financeiro Diário.
- 0.4. Elaborar os anexos e demonstrativos do balancete mensal e do balanço anual, na forma da Lei 4.320/64, Lei Complementar 101/00 - LRF e Resolução do Tribunal de Contas.
- 0.5. Gerar os razões analíticos de todas as contas integrantes dos aplicativos Financeiro, Patrimonial e de Compensação.
- 0.6. Permitir informar documentos fiscais no momento da liquidação.
- 0.7. Possibilitar a consulta ao aplicativo, sem alterar o cadastro original.
- 0.8. Possibilitar o registro de empenhos por Estimativa, Global e Ordinário.
- 0.9. Possibilitar o registro de Sub-empenhos sobre o empenho Global.
- 0.10. Possibilitar a anulação dos empenhos por estimativa no final do exercício, visando a não inscrição em Restos a Pagar.
- 0.11. Possibilitar a anulação total e parcial do empenho.
- 0.12. Possibilitar o controle do pagamento de Empenho, Restos a Pagar e Despesas Extras, em contrapartida com várias Contas Pagadoras.
- 0.13. Possibilitar inscrever automaticamente no sistema de Compensação dos empenhos de Adiantamentos, quando da sua concessão e o lançamento de baixa respectivo, quando da prestação de contas.
- 0.14. Controlar o prazo de vencimento dos pagamentos de empenhos, emitindo relatórios de parcelas a vencer e vencidas, visando o controle do pagamento dos compromissos em ordem cronológica.
- 0.15. Possibilitar o registro do pagamento total ou parcial da despesa e a anulação do registro de pagamento, fazendo os lançamentos necessários.
- 0.16. Possibilitar a inclusão de vários descontos, tanto no fluxo extra orçamentário como no orçamentário, com registros automáticos nos aplicativos orçamentário e financeiro.
- 0.17. Fazer os lançamentos de receita e despesa automaticamente nos aplicativos Financeiro, Orçamentário, Patrimonial e de compensação, conforme o caso.
- 0.18. Efetuar automaticamente lançamentos de desincorporação patrimonial quando do cancelamento de restos a pagar processados.
- 0.19. Executar o encerramento do exercício, com todos os lançamentos automáticos e com a apuração do resultado.
- 0.20. Emitir Notas de Pagamento, de Despesa extra, de Empenhos e de Sub-empenhos.
- 0.21. Emitir ordens de Pagamento de Restos a Pagar, Despesa Extra e de Empenho.
- 0.22. Possibilitar a consolidação dos balancetes financeiro das autarquias juntamente com o balancete financeiro da prefeitura.
- 0.23. Possibilitar que cada unidade orçamentária processe o respectivo empenho.
- 0.24. Possibilitar o controle de despesa por tipo relacionado ao elemento de despesa.
- 0.25. Cadastrar e controlar as dotações constantes do Orçamento do Município e das decorrentes de créditos adicionais especiais e extraordinários.
- 0.26. Cadastrar e controlar os Créditos Suplementares e as anulações de dotações.
- 0.27. Registrar empenho global, por estimativa, ordinário e Sub-empenhos.
- 0.28. Registrar anulação parcial ou total de empenho.
- 0.29. Registrar bloqueio e desbloqueio de dotações.
- 0.30. Elaborar demonstrativo do excesso de arrecadação e do excesso de arrecadação pela tendência do exercício.
- 0.31. Controlar as dotações orçamentárias, impossibilitando a utilização de dotações com saldo insuficiente para comportar a despesa.
- 0.32. Emitir as planilhas que formam o Quadro de Detalhamento da Despesa.
- 0.33. Possibilitar consultar ao aplicativo sem alterar o cadastro original.
- 0.34. Gerar relatórios gerenciais de execução da despesa, por credores, por classificação, por período de tempo e outros de interesse do Município.
- 0.35. Possibilitar iniciar os movimentos contábeis no novo exercício mesmo que o anterior ainda não esteja encerrado, possibilitando a atualização automática dos saldos contábeis no exercício já iniciado.
- 0.36. Emitir Notas de Empenho, Sub-empenhos, Liquidação, Ordens de Pagamento, Restos a pagar, Despesa extra e suas respectivas notas de anulação.
- 0.37. Permitir a anulação total e parcial do empenho, ordens de pagamento, nota de despesa extra orçamentária, possibilitando auditoria destas operações.
- 0.38. Possibilitar que cada unidade orçamentária processe o respectivo empenho.
- 0.39. Possibilitar o controle de despesa por tipo relacionado ao elemento de despesa, permitindo a emissão de relatórios das despesas por tipo.

- 0.40. Permitir o cadastramento de fonte de recurso com identificador de uso, grupo, especificação e detalhamento, conforme Portaria da STN ou Tribunal de Contas do Estado.
- 0.41. Cadastrar e controlar as dotações constantes no Orçamento do Município e as decorrentes de Créditos Adicionais Especiais e Extraordinários.
- 0.42. Permitir que nas alterações orçamentárias se possa adicionar diversas dotações e subtrair de diversas fontes para um mesmo decreto.
- 0.43. Registrar bloqueio e desbloqueio de valores nas dotações, inclusive com indicação de tipo cotas mensais e limitação de empenhos.
- 0.44. Elaborar demonstrativo do excesso de arrecadação e do excesso de arrecadação pela tendência do exercício, e com possibilidade de emissão consolidada, e agrupando por recurso.
- 0.45. Controlar as dotações orçamentárias, impossibilitando a utilização de dotações com saldo insuficiente para comportar a despesa.
- 0.46. Gerar relatórios de saldos disponíveis de dotações, de saldos de empenhos globais e outros de interesse do Município.
- 0.47. Efetuar o controle automático dos saldos das contas, apontando eventuais estouros de saldos ou lançamentos indevidos.
- 0.48. Efetuar o acompanhamento do cronograma de desembolso das despesas para limitação de empenho, conforme o artigo 9º da Lei 101/00 – LRF, de 04 de maio de 2000.
- 0.49. Possuir relatório para acompanhamento das metas de arrecadação, conforme o art. 13 da Lei 101/00 – LRF de 04 de maio de 2000.
- 0.50. Possuir processo de encerramento mensal, que verifique eventuais divergências de saldos, e que após o encerramento não possibilite alterações em lançamentos contábeis já efetuados.
- 0.51. Possuir cadastros de Convênios e Prestação de Contas de Convênio, Contratos e Caução.
- 0.52. Emitir relatórios demonstrativos dos gastos com Educação, Saúde e Pessoal, com base nas configurações efetuadas nas despesas e nos empenhos.
- 0.53. Emitir os relatórios do Contas Públicas para publicação, conforme IN 28/99 do TCU e Portaria 275/00;
- 0.54. Emitir relatórios: Pagamentos Efetuados, Razão da Receita, Pagamentos em Ordem Cronológica, Livro Diário, Extrato do Credor, Demonstrativo Mensal dos Restos a Pagar, Relação de Restos a Pagar e de Cheques Compensados e Não Compensados.
- 0.55. Possibilitar que os precatórios sejam relacionados com a despesa destinada ao seu pagamento.
- 0.56. Gerar relatório para conferência de inconsistências a serem corrigidas no aplicativo antes de gerar os arquivos para os Tribunais de Contas.
- 0.57. Emitir relatórios com as informações para o SIOPS.
- 0.58. Emitir relatórios com as informações para o SIOPE.
- 0.59. Gerar os arquivos conforme o MANAD – Manual Normativo de Arquivos Digitais para a Secretaria da Receita da Previdência.
- 0.60. Permitir o cadastramento de devolução de receita utilizando rubricas redutoras conforme Manual de Procedimentos da Receita Pública da STN.
- 0.61. Permitir que seja feita a contabilização do regime próprio de previdência em conformidade com a Portaria 916 do ministério de previdência, com emissão dos respectivos demonstrativos.
- 0.62. Possibilitar a emissão de relatório com as deduções para o Imposto de Renda.
- 0.63. Possibilitar a emissão de gráficos comparativos entre a receita prevista e arrecadada e a despesa fixada e realizada.
- 0.64. Possuir rotina de emissão de cheques para pagamento das despesas, com a possibilidade de efetuar a baixa no momento do pagamento ao fornecedor.
- 0.65. Controlar a inscrição e baixa dos restos a pagar processados em contas do passivo financeiro.
- 0.66. Permitir a prestação de contas de empenhos ou ordens de pagamento de documentos pagos no exercício ou que passaram para o exercício seguinte.
- 0.67. Permitir a checagem por parâmetros, possibilitando determinadas configurações de informações nos cadastros.
- 0.68. Possuir rotina para geração de relatórios em lote.
- 0.69. Permitir a transmissão de dados para o sistema do Tribunal de Contas de Santa Catarina por intermédio da tecnologia web-service..
- 0.70. Possuir relatório de saldo das contas por fonte de recurso, Possibilitar sua emissão demonstrando inclusive as fontes em que existir diferença de saldo.
- 0.71. Possuir relatório da administração direta de consórcio Anexo 1 – Repasse de recursos dos municípios aos consórcios públicos
- 0.72. Possuir relatório da entidade consórcio Anexo 2 – Prestação de contas dos consórcios públicos

1. COMPRAS

1.1. Deverá possibilitar acompanhamento dos processos licitatórios desde a preparação até seu julgamento, registrando as etapas de:

- a) Publicação do processo;
- b) Emissão do mapa comparativo de preços;
- c) Emissão das Atas referente Documentação e Julgamento das propostas;
- d) Interposição de recurso;
- e) Anulação e revogação;
- f) Impugnação; Parecer da comissão julgadora;
- g) Parecer jurídico;
- h) Homologação e adjudicação;
- i) Autorizações de fornecimento;
- j) Contratos e aditivos;
- k) Liquidação das autorizações de fornecimento;
- l) Gerar empenhos para a contabilidade e liquidação dos empenhos

1.2. Possibilitar separação dos itens do processo e suas respectivas quantidades por centro de custo e por despesa.

1.3. Permitir montar os itens do processo administrativo, processo licitatório e coleta de preços por lotes.

1.4. Permitir cadastro de fornecedores, informando: Ramos de atividade - Documentos e certidões negativas - Materiais fornecidos.

1.5. Emitir Certificado de Registro Cadastral com numeração sequencial.

1.6. Permitir uso do código de materiais por grupo e classe com definição da máscara ou de forma sequencial, ou sequencial com grupo e classe.

1.7. Possuir cadastro de materiais para informar: Material perecível; Material estocável; Material de consumo ou permanente; tipo do combustível; Descrição; Grupo e classe; Dados da última compra como: data, quantidade, preço e fornecedor.

1.8. Permitir agrupamento de várias solicitações de compras dos diversos setores para um novo processo licitatório de compra direta ou processo administrativo automaticamente.

1.9. Controlar solicitações de compra, não permitindo que usuários de outros centros de custo acessem ou cadastrem solicitações não pertencentes

ao seu centro de custo e que a quantidade de cada item possa ser dividida por uma ou mais despesas.

- 1.10. Controlar despesas realizadas e a realizar de uma mesma natureza, para que não ultrapasse os limites legais estabelecidos para cada modalidade de licitação.
- 1.11. Permitir controlar gastos por unidade orçamentária através de limites mensais preestabelecidos pelo usuário.
- 1.12. Controlar data de validade das certidões negativas e outros documentos dos fornecedores, com emissão de relatório por fornecedor contendo a relação das negativas vencidas/por vencer.
- 1.13. Permitir desbloqueio do saldo remanescente da despesa na geração do último empenho do processo.
- 1.14. Permitir gravação, em meio magnético, dos itens do processo licitatório para fornecedores digitar o preço de cada item com leitura dos preços informados e preenchimento automático no cadastro de itens do processo, exibindo os itens em lista ou separados por lotes.
- 1.15. Possibilitar consultas de preços, por materiais ou por fornecedores, praticados em licitações ou despesas anteriores.
- 1.16. Permitir consulta dos fornecedores de determinado material ou ramo de atividade.
- 1.17. Permitir identificar em quais processos licitatórios determinado fornecedor participou, visualizando sua situação em cada item do processo.
- 1.18. Possibilitar emissão da autorização de compra ou fornecimento por centro de custo, por dotação ou global.
- 1.19. Emitir todos os relatórios exigidos por Lei, como por exemplo: Termo de abertura e autorização do processo licitatório; Parecer jurídico e contábil; Publicação do edital; Atas do pregão; Emissão de contratos; Notas de autorização de fornecimento;
- 1.20. Emitir Edital de Licitação.
- 1.21. Controlar quantidades entregues parcialmente pelo fornecedor, possibilitando a emissão de relatório de forma resumida e detalhada, contendo as quantidades entregues, os valores e o saldo pendente.
- 1.22. Possibilitar gravação, em meio magnético dos itens da coleta de preço para cotação pelos fornecedores com leitura dos preços informados e preenchimento automático dos preços dos itens.
- 1.23. Permitir cadastro de compras diretas, informando: Data da Compra; Fornecedor; Centro de Custo; Objeto da Compra; Local de Entrega e Forma de Pagamento.
- 1.24. Gerar Processos Administrativos ou compra direta pelo preço médio ou menor preço cotado do Registro de Preços.
- 1.25. Gerar entrada do material no almoxarifado a partir da liquidação visualizando a movimentação no estoque.
- 1.26. Permitir criação e edição de modelos de editais, contratos, autorização de compras, atas e outros relatórios desejados a partir dos modelos existentes no aplicativo.
- 1.27. Permitir geração de arquivos para Tribunal de Contas relativos às licitações.
- 1.28. Permitir que os centros de custos requisitantes de cada item do processo licitatório sejam levados para o contrato de aditivo.
- 1.29. Manter histórico das alterações do contrato, informando o tipo de alteração (acréscimo, diminuição, equilíbrio econômico financeiro, prorrogação, rescisão) e se foi unilateral ou bilateral.
- 1.30. Registrar rescisão do contrato ou aditivo, informando: motivo, data do termo e da publicação, valor da multa e indenização, fundamento legal e imprensa oficial.
- 1.31. Permitir registro da suspensão ou rescisão de contrato, controlando a data limite da situação de inabilitado.
- 1.32. Possibilitar cópia os itens de outro processo licitatório, já cadastrado.
- 1.33. Possibilitar cópia os itens de outra compra direta.
- 1.34. Permitir agrupamento de itens do processo licitatório por centro de custos.
- 1.35. Permitir alteração a data de emissão das autorizações de fornecimento.
- 1.36. Possuir cronograma de pagamentos dos contratos, possibilitando controlar a situação (pago, vencido ou a vencer).
- 1.37. Possuir cronograma de entrega dos itens dos contratos, controlando a situação (entregue, vencido a vencer).
- 1.38. Controlar solicitações de compra pendentes, liberadas e reprovadas.
- 1.39. Emitir relação das licitações informando: Data e hora de abertura, Número, Modalidade, Membros da comissão e Objeto a ser licitado.
- 1.40. Permitir cadastro de comissões Permanente; Especial; Servidores; Pregoeiros; Leiloeiros, informando o ato que a designou, datas de designação e expiração, com membros e funções designadas.
- 1.41. Possuir rotina para classificação das propostas do pregão presencial conforme critérios de classificação determinados pela legislação (Lei 10.520/2002).
- 1.42. Permitir realização de lances para a modalidade pregão presencial com opção de desistência e rotina de reabertura de itens e/ou lotes para nova etapa de lances.
- 1.43. Possibilitar emissão da ata do pregão presencial e histórico dos lances.
- 1.44. Possibilitar utilização de critérios de julgamento das propostas em relação à microempresa e empresa de pequeno porte, de acordo com lei complementar 123/2006.
- 1.45. Permitir parametrização para numerar a licitação de forma sequencial ou por modalidade, possibilitando alterar a numeração sugerida pelo aplicativo.
- 1.46. Relatórios para divulgação na internet, conforme lei 9.755/98 e Demonstrativo das compras efetuadas conforme art. 16 da Lei 8.666/93.
- 1.47. Possibilitar configuração das assinaturas que serão exibidas nos relatórios.
- 1.48. Dispor das Leis 8.666/93 e 10.520/2002 para eventuais consultas diretamente no aplicativo

2. PATRIMÔNIO

- 2.1. Deverá possuir cadastro para os bens móveis e imóveis do órgão, podendo ser informado o processo licitatório, o empenho e fornecedor da aquisição do bem, além do estado de conservação do bem: "péssimo", "ruim", "regular", "bom" e "ótimo"; Moeda de aquisição (permitindo migração dos valores para moeda atual);
- 2.2. Permitir vinculação da conta contábil e natureza do bem;
- 2.3. Permitir visualização de valor de aquisição, o valor total de depreciação, assim como cadastrar e visualizar as incorporações e desincorporações;
- 2.4. Permitir visualização do valor da última reavaliação do bem;
- 2.5. Permitir armazenamento e visualização da imagem atual do bem por meio dos arquivos: jpg, bmp e pdf;
- 2.6. Permitir visualização da situação do bem como: "ativo", "baixado", "comodato", "locado", "cedido";
- 2.7. Permitir informar características personalizadas para o cadastro de bens. Por ex.: "Cor", "Altura", "Peso".
- 2.8. Permitir alteração da placa do bem informando a data de alteração, visualizando todas as placas utilizadas pelo bem.
- 2.9. Permitir controle de transferência de bens entre os diversos órgãos, responsáveis e contas da entidade assim como cessões e locações, possibilitando a emissão do relatório de transferências de determinado tipo, incluindo também a emissão como Termo de Transferência de Bens.

- 2.10. Permitir cadastro das contas patrimoniais, classificá-las por bens móveis e Imóveis e identificar o tipo de bens tangíveis e intangíveis.
- 2.11. Permitir informar o valor (%) residual do bem e o % de depreciação anual dos bens.
- 2.12. Permitir cadastro de conversão de moedas indexadoras, para que ao cadastrar bens adquiridos em outras épocas converta automaticamente para o valor atual ao cadastrar o bem.
- 2.13. Permitir reavaliação de bens individual, ou por lote e identificar o tipo de reavaliação: Ajuste ou reavaliação e possibilitando adequar o novo valor de depreciação anual do bem.
- 2.14. Permitir efetuar baixas individuais ou múltiplas por contas, responsáveis, órgãos e bens, permitindo informar histórico e informações complementares como: lei, portaria e processo licitatório.
- 2.15. Controlar movimentação dos bens encaminhados à manutenção, armazenando os dados básicos desse movimento; tais como:
- a) Data de envio e previsão de retorno;
 - b) Tipo de manutenção (se a manutenção é preventiva ou corretiva);
 - c) Valor do orçamento;
- 2.16. Possibilitar emissão de relatório contendo os bens que estão ou já sofreram manutenção, agrupados pelo fornecedor ou pelo motivo da manutenção;
- 2.17. Possibilitar geração de transferências para outra unidade administrativa após voltar da manutenção.
- 2.18. Emitir relatório identificando o bem, valor atualizado, conta ao qual ele pertence, o responsável pelo bem, número patrimonial e a data de aquisição.
- 2.19. Emitir termo de responsabilidade da guarda dos bens por responsável ou por órgão/centro de custo.
- 2.20. Emitir relatório de bens em inventário por centro de custo e/ou responsável, permitindo selecionar a situação (em processo de localização, localizados e pertencentes ao setor, localizados, mas pertencentes a outro setor, não localizados ou todas) e emitir também o termo de abertura e encerramento do Inventário.
- 2.21. Emitir etiquetas de controle patrimonial, inclusive com código de barras para leitura óptica, além de permitir que o usuário possa confeccionar sua própria Etiqueta.
- 2.22. Permitir cadastro de seguradoras e apólices de seguros (com valor de franquia e valor segurado) para os bens.
- 2.23. Permitir classificar o bem em desuso de modo que não seja possível realizar movimentações com este até que seja estornado.
- 2.24. Permitir registro da abertura e do fechamento do inventário, bloqueando a movimentação ou destinação de bens durante a sua realização.
- 2.25. Emitir relatório de baixas de bens com seleção por período de baixa, por conta, órgão ou por centro de custo.
- 2.26. Emitir relatório para conferir os lançamentos de inventário, possibilitando a seleção por responsável, por órgão ou por centro de custo.
- 2.27. Permitir transferência de bens localizados em inventários quando pertencentes a outro setor.
- 2.28. Manter registro/histórico de todas as movimentações dos itens patrimoniais realizadas no exercício, possibilitando a emissão de relatório por período e também visualizar as movimentações por centro de custo.
- 2.29. Permitir depreciação de bem tangível em relação ao percentual anual de depreciação deste, permitindo que o processo seja executado informando as seleções: por conta, por bem, por centro de custo, por natureza do bem.
- 2.30. Emitir relatório de reavaliações de bens com seleção por bem, por conta e período.
- 2.31. Emitir relatório por período dos movimentos das contas dos bens (mostrando de forma analítica e sintética), possibilitando visualizar o saldo anterior ao período, total de entradas, total de saídas e saldo atual da conta.
- 2.32. Emitir relatório com projeção de valorização/depreciação do bem baseado em percentual informado com seleção por conta, bem e/ou unidade administrativa.
- 2.33. Possuir rotina para importação de várias imagens dos bens, armazenando-os no banco de dados.
- 2.34. Permitir vinculação de um ou mais arquivos de imagens, documentos de texto ou documentos digitalizados, ao código do bem.
- 2.35. Permitir configuração das máscaras de centro de custos, contas e código do bem.
- 2.36. Permitir salvamento dos relatórios em formato PDF simples, possibilitando que sejam assinados digitalmente.
- 2.37. Emitir relatório com os movimentos contábeis (aquisições, baixas, depreciações, etc...) ocorridos no patrimônio no período de seleção.
- 2.38. Permitir transferência dos bens de um responsável, conta, e centro de custo para outro utilizando multiseleção (ex.: 1, 12, 50).
- 2.39. Permitir cadastro para bens imóveis, com endereço, registro do imóvel, e informações de arrendamento quando este for arrendado.
- 2.40. Permitir inserir no cadastro dos bens um valor mínimo residual para os bens, para controle das depreciações.
- 2.41. Permitir encerramento mensal de competência, não permitindo movimentos com data retroativa ao mês/ano encerrado, possibilitando o estorno deste encerramento.
- 2.42. Permitir inserir uma data para o início das depreciações dos bens.
- 2.43. Permitir inserir a localização física do bem, possibilitando emitir um relatório por localização física.
- 2.44. Permitir cadastro de comissões para inventário e reavaliação de bens com informação do número da portaria, data da portaria, finalidade e membros da comissão.
- 2.45. Registrar amortização de bens intangíveis.

3. FOLHA DE PAGAMENTO

- 3.1. Deverá permitir ao Administrador configuração das permissões de acesso aos menus e permissões referente à inserção, alteração e exclusão diferenciada para grupos de usuários ou usuário individual.
- 3.2. Permitir limitação do acesso de usuários às informações de funcionários de determinados grupos funcionais, organogramas e/ou vínculos empregatícios.
- 3.3. Permitir a flexibilização das configurações da folha de acordo com a necessidade e método utilizado pelo órgão público.
- 3.4. Permitir o cadastramento das contas bancárias da pessoa. No caso de pessoas físicas, essas contas poderão ser utilizadas no Cadastro de Funcionários para o depósito de salário.
- 3.5. Possuir validação do dígito verificador de inscrições do PIS/PASEP e CPF no cadastro de pessoas.
- 3.6. Possuir cadastro de bases vindas de outras entidades, possibilitando calcular o INSS e o IRRF do funcionário, já incluindo os valores que o funcionário percebe em outras empresas.
- 3.7. Permitir registro de casos de moléstias graves por meio do CID à pessoa, com data inicial e data final quando for o caso. Estas informações servem de base para isenção do I.R.R.F por moléstia grave.
- 3.8. Possuir controle dos dependentes com datas de vencimento do salário-família, da relação de dependência para o IRRF.

- 3.9. Permitir mais de um vínculo empregatício para a pessoa e configurar estes contratos possibilitando informar um vínculo principal com data de admissão anterior ou posterior ao vínculo secundário.
- 3.10. Controlar a lotação e localização física dos servidores.
- 3.11. Registrar automaticamente a movimentação de pessoal referente à admissão do funcionário, através da informação do ato.
- 3.12. Permitir indicação para cada funcionário substituto, quem este está substituindo.
- 3.13. Possuir cadastro de servidores com todos os campos exigidos pelo Ministério do Trabalho e Emprego e possibilitar, inclusive, a dispensa do livro de registro dos servidores, conforme Portaria nº 41, de 28 de março de 2007.
- 3.14. Permitir cadastro de Tipos de Documentos de Funcionários, informando o tipo dos documentos que irão ser gerados na admissão do funcionário. - Cadastro de Documentos de Funcionários, neste cadastro deve-se informar, os documentos solicitados para admissão do funcionário.
- 3.15. Permitir que o usuário controle até quatro tipos de previdência para um mesmo servidor automaticamente, sem a necessidade de manutenção todo mês;
- 3.16. Registrar automaticamente a movimentação de pessoal referente à prorrogação de contrato de servidores com contratos de prazo determinado, através da informação do ato.
- 3.17. Permitir inserção de dados adicionais, possibilitando ao cliente informar novos campos para o funcionário, conforme a sua necessidade.
- 3.18. Permitir controle dos planos previdenciários ou assistenciais a que cada servidor esteve ou está vinculado, por período, podendo registrar o número da matrícula do servidor no plano.
- 3.19. Controlar informações referentes aos estagiários vinculados com a entidade, bem como sua escolaridade e outros aspectos para acompanhamento do andamento do estágio.
- 3.20. Possuir cadastro de autônomos que prestam serviços à entidade, permitindo registrar a data e o valor de cada serviço prestado.
- 3.21. Possibilitar cálculo diferenciado para transportadores autônomos conforme legislação e sua informação para SEFIP, inclusive com percentual diferenciado.
- 3.22. Possuir controle dos períodos aquisitivos de férias, controle dos lançamentos e suspensões por funcionário.
- 3.23. Controlar os períodos aquisitivos de férias em relação à quantidade de dias disponíveis para o gozo de férias e informar a data prevista para o início do gozo de férias.
- 3.24. Permitir programação do gozo e pagamento das férias antecipadamente.
- 3.25. Permitir criação de períodos aquisitivos configuráveis em relação ao período aquisitivo, período de gozo e cancelamentos ou suspensões dos períodos.
- 3.26. Permitir registro dos vínculos previdenciários dos funcionários, planos, matrículas e período de permanência. Entende-se por vínculo previdenciário: o plano previdencial ou assistencial ao qual o funcionário está vinculado.
- 3.27. Possuir cadastro de processos judiciais que permita que sejam cadastrados os processos judiciais e as reclamações trabalhistas dos funcionários para posterior geração do arquivo SEFIP com código de recolhimento 650.
- 3.28. Permitir validações que não possibilitem inserir na mesma configuração de férias, dois tipos de suspensão de férias que utilizem o mesmo tipo de afastamento.
- 3.29. Permitir cálculo dos dias úteis e afastamentos dos funcionários com 30 dias
- 3.30. Garantir que as alterações realizadas irão acompanhar os cálculos de provisão.
- 3.31. Possuir cadastro de classificação institucional de órgão, unidade e centro de custos.
- 3.32. Permitir inserção de dados adicionais, possibilitando ao cliente informar novos campos para a classificação institucional, conforme a sua necessidade.
- 3.33. Registrar dados dos locais de trabalho, onde efetivamente os funcionários desempenham suas atividades laborais.
- 3.34. Registrar tipos de administração, ou seja, as várias formas de gerenciamento das entidades.
- 3.35. Permitir configuração do modo a cadastrar, consultar, alterar e excluir sindicatos que representam as diferentes classes de funcionários existentes na entidade.
- 3.36. Permitir registro dos possíveis tipos de cargos utilizados.
- 3.37. Possuir cadastro de Cargos
- 3.38. Permitir configuração de férias por cargo
- 3.39. Permitir configuração de funcionários alocados nos cargos terão direito a 13º salário
- 3.40. Permitir controle de vagas do cargo, por secretaria e relacionar com os níveis salariais e atribuições do cargo.
- 3.41. Permitir informar o nível de escolaridade mínimo exigido para o cargo, informando ao usuário se for cadastrar algum servidor que não tenha o nível mínimo exigido.
- 3.42. Permitir controle de níveis salariais do cargo, como as variações de classes e referências, formando um plano de carreira do servidor com a finalidade de nivelar os salários de certos grupos funcionais.
- 3.43. Permitir para os níveis salariais no campo "Máscara da Classe" e para o campo "Máscara referência" inserir várias configurações de máscaras.
- 3.44. Permitir o cadastro de níveis salariais, com definição de ordem de progressão das classes e referências, possibilitando informar uma classe ou referência com tamanho menor que a máscara definida no plano salarial.
- 3.45. Permitir controle de vagas do cargo por concurso via parâmetro.
- 3.46. Possuir processo de progressão salarial automatizado.
- 3.47. Manter informações de progressão salariais registradas no histórico salarial do servidor, com os atos publicados para cada servidor ao longo de sua carreira.
- 3.48. Permitir inserção de dados adicionais, possibilitando informar novos campos para o cargo.
- 3.49. Permitir configuração de movimentações de pessoal, conforme a solicitação do Tribunal de Contas.
- 3.50. Registrar todas as movimentações de pessoal do servidor, tais como: alterações salariais, alterações de cargo, admissão, rescisão, aposentadoria, afastamentos.
- 3.51. Registrar históricos dos processos de requerimentos de aposentadorias e pensões.
- 3.52. Registrar automaticamente a movimentação de pessoal referente ao requerimento de aposentadorias e pensões, através da informação do ato.
- 3.53. Registrar automaticamente a movimentação de pessoal referente concessão de benefícios de pensão, através da informação do ato.
- 3.54. Possuir controle de pensionistas permitindo indicar se a pensão é por morte ou judicial, e neste caso, possibilita o encerramento da pensão.
- 3.55. Calcular automaticamente os valores referentes às pensões, cancelando automaticamente este cálculo quando informada a data de encerramento da pensão.
- 3.56. Permitir inserção de dados adicionais, possibilitando ao cliente informar novos campos para o Pensionista, conforme a sua necessidade.

- 3.57. Calcular reajuste de valores dos eventos de pensão e aposentadoria informados no Cadastro de Processos de Pensões e Aposentadorias.
- 3.58. Permitir controle da concessão e desconto de vales-transportes e mercado.
- 3.59. Permitir configurar operadoras e planos de assistência médica que a entidade possui para planos coletivos empresariais, controlar as despesas de mensalidades quanto despesas extraordinárias, estes recursos também serve de base para a DIRF.
- 3.60. Permitir cópia das despesas do ano do registro que estiver selecionado no Cadastro de despesas do para o ano que você deseja para que seja exportado para o aplicativo contábil.
- 3.61. Permitir inserir as classificações das origens dos recursos financeiros, sendo que cada instituição terá que implementar seus programas de trabalhos.
- 3.62. Permitir configuração das tabelas mensais de cálculo, podendo o usuário incluir novas tabelas, definir a quantidade de faixas e ainda nomear essas tabelas de acordo com sua necessidade (INSS, IRRF, salário família, piso salarial, entre outras).
- 3.63. Permitir configuração de quais proventos e descontos devem ser considerados como automáticos para cada tipo de cálculo (mensal, férias, complementar, etc.) e adicionar as restrições para o cálculo.
- 3.64. Permitir configuração de todas as fórmulas de cálculo em conformidade com o estatuto dos servidores municipais.
- 3.65. Permitir cadastro das informações "PNE" e "Consid invalidez parcial" no "Cadastro de Tipos de Salário-Família", onde deverão ser informadas as regras para portadores de necessidades especiais conforme o tipo de salário-família.
- 3.66. Permitir configuração dos tipos de bases de cálculo utilizados;
- 3.67. Possibilitar configuração das formas de alteração salarial de modo que seja possível efetuar-las em conformidade com o estatuto do órgão;
- 3.68. Permitir inclusão e configuração de motivos de rescisão e respectivas verbas rescisórias, assim como respectivos códigos a serem gerados para RAIS, CAGED, SEFIP e saque do FGTS.
- 3.69. Permitir configuração dos proventos para cálculos de férias, rescisão, 13º salário, abono pecuniário e aviso prévio referentes às médias e vantagens percebidas pelos servidores.
- 3.70. Possibilitar configuração de quais afastamentos, qual a quantidade de dias afastados e se esta quantidade de dias é contínua, para que o período de aquisição de funcionário seja cancelado.
- 3.71. Possibilitar configuração de quais afastamentos, qual a quantidade de dias afastados e se esta quantidade de dias é contínua, para que o período de aquisição de funcionário seja postergado.
- 3.72. Permitir configuração de Férias, informando para cada configuração quantidade de meses necessários para aquisição, quantidade de dias de direito a férias a cada vencimento de período aquisitivo, quantidade de dias que podem ser abonados, configuração de descontos de faltas, ou seja, informar para cada configuração de férias as faixas para descontos de faltas em relação aos dias de direito do período aquisitivo.
- 3.73. Permitir cadastro das informações configuradas para os proventos e descontos a serem utilizados na geração do "Arquivo Homolognet e TRCT – Portaria 1621/2010".
- 3.74. Permitir salvar a seleção/filtragem de relatórios rotineiros.
- 3.75. Permitir configuração da máscara a ser utilizada na classificação institucional de órgão, unidade e centro de custos.
- 3.76. Configurar vínculos empregatícios que representam a ligação dos funcionários com a entidade.
- 3.77. Configurar tipos de situações de afastamento do funcionário para base de cálculo, processos do aplicativo (férias, licenças, adicionais, etc.), tempo de serviço para aposentadoria.
- 3.78. Possuir rotina para processamento de cálculo mensal e adiantamento.
- 3.79. Possuir rotina para processamento de cálculo complementar.
- 3.80. Possuir rotina para processamento de 13º salário adiantado e integral.
- 3.81. Possuir rotina de cálculo automático de rescisão para funcionários com vínculo de prazo determinado, na competência em que expira o contrato.
- 3.82. Emitir cálculo no mês de Fevereiro proporcional a 28/29 dias, caso o mês de admissão ou demissão seja Fevereiro.
- 3.83. Possuir rotina para processamento de cálculos de férias individuais e férias coletivas.
- 3.84. Permitir desconto de faltas no pagamento das férias.
- 3.85. Permitir pagamento do 13º salário simultaneamente com as férias.
- 3.86. Registrar automaticamente a movimentação de pessoal referente às férias dos servidores, através da informação do ato.
- 3.87. Permitir que o pagamento de 1/3 de férias seja integral em cálculo de férias fracionadas. Serve para os cadastros de férias individual, coletiva e programada, onde se deve informar quando o aplicativo deve se comportar conforme essa situação.
- 3.88. Permitir previsão mensal do valor referente a férias e 13º Salário, correspondente ao avo que o funcionário tem direito.
- 3.89. Determinar data inicial em que passou a utilizar a provisão.
- 3.90. Provisionar e baixar da provisão de férias e 13º salário, aos cálculos realizados na respectiva competência de cálculo.
- 3.91. Permitir visualização dos eventos que faltam ser provisionados e classificados.
- 3.92. Possuir rotina para processamento de cálculos de rescisões individuais, coletivas e complementares.
- 3.93. Registrar automaticamente a movimentação de pessoal referente à demissão ou exoneração do funcionário, através da informação do ato.
- 3.94. Permitir reintegração ou reversão de rescisões ou aposentadorias de funcionários, sob a mesma matrícula.
- 3.95. Permitir simulações parciais ou totais da folha de pagamento mensal, 13º salário integral, férias e rescisórias, para a competência atual ou para competência futura.
- 3.96. Não permitir emissão de guias e geração de arquivos para órgãos federais quando o cálculo é simulado.
- 3.97. Controlar afastamentos do funcionário.
- 3.98. Registrar automaticamente a movimentação de pessoal referente aos afastamentos do funcionário, através da informação do ato.
- 3.99. Registrar todo o histórico de alterações no cadastro de funcionários.
- 3.100. Registrar as alterações cadastrais no histórico de beneficiários de pensões.
- 3.101. Registrar todo o histórico de alterações de Autônomos.
- 3.102. Registrar todo o histórico salarial do servidor.
- 3.103. Registrar automaticamente a movimentação de pessoal referente às alterações salariais do servidor, através da informação do ato.
- 3.104. Calcular alterações salariais de modo coletivo ou para níveis salariais do plano de cargos.
- 3.105. Possibilitar adição de classes e referências através do histórico de cargos, salários, informações e níveis salariais.
- 3.106. Registrar todo o histórico de alterações de cargo do servidor.
- 3.107. Registrar automaticamente a movimentação de pessoal referente às alterações de cargo do servidor, através da informação do ato.
- 3.108. Registrar todo o histórico de alterações salariais do cargo.

- 3.109. Permitir inclusão de proventos ou descontos lançados de modo fixo, em um período determinado, em qualquer tipo de folha de pagamento para determinado funcionário.
- 3.110. Permitir inclusão de proventos ou descontos lançados de modo fixo, em um período determinado, em qualquer tipo de folha de pagamento, podendo selecionar vários funcionários em um único lançamento.
- 3.111. Permitir fechar processamentos (Mensal, Adiantamento, Complementar, 13º Adiantamento, 13º Salário, Férias) de cada competência com data, oferecendo segurança para que o usuário não altere cálculo de folha com processo fechado.
- 3.112. Bloquear qualquer tentativa de alteração no histórico de funcionário quando o processamento da folha estiver com data informada.
- 3.113. Permitir consultar e se necessário alterar a data de pagamento de funcionário ou grupo de funcionários que já tenham sido calculados na folha.
- 3.114. Permitir que o cálculo mensal dos funcionários sejam agrupados em lotes diferentes e possibilita fechar o processamento dos lotes em grupo.
- 3.115. Permitir lançamento manual dos eventos que compõe a folha de pagamento do funcionário para serem calculados, podem ser lançados em uma competência ou em várias parcelas do período.
- 3.116. Permitir lançamento manual dos eventos que compõe a folha de pagamento de vários funcionários em um único lançamento, selecionando os funcionários. Pode ser lançado o evento para uma ou mais competências.
- 3.117. Permitir selecionar os funcionários que utilizam vale transporte, selecionando pela empresa ou linha utilizada. Permite gerar por competência os números de dias que o funcionário utiliza o vale transporte.
- 3.118. Permitir importação do arquivo do SISOBÍ (Sistema de Controle de Óbitos). Serve para atender ao convênio firmado entre o Ministério da Previdência Social e os governos estaduais e municipais identificarem as pessoas falecidas para cessar o pagamento de aposentados e pensionistas.
- 3.119. Permitir configuração de cabeçalho e rodapé para quaisquer relatórios emitidos pelo aplicativo, permitindo inclusive a inserção de comentários.
- 3.120. Permite salvamento de qualquer relatório emitido no formato "xls" (excel), mantendo a mesma formatação visualizada no aplicativo.
- 3.121. Emitir relatórios da folha de pagamento, de acordo com a necessidade, extratos mensais, líquidos, movimento, férias, rescisões, média e vantagens, etc...
- 3.122. O relatório resumo mensal apresenta a geração dos dados das verbas gerais mensais e com o modelo normal-encargos apresenta o total dos valores dos encargos no final do relatório nas quebras.
- 3.123. Emitir relatórios de forma resumidos, de acordo com a necessidade.
- 3.124. Emitir relatório de Integração Contábil para cálculos simulados. Os modelos deste relatório irão mostrar uma mensagem no cabeçalho identificando quando o relatório possui informações oriundas de cálculos simulados.
- 3.125. Possuir relatório com todos os valores relativos ao servidor e à contribuição patronal referentes ao INSS e FGTS, discriminando as possíveis deduções
- 3.126. Possuir relatório com todos os valores relativos ao servidor e à contribuição patronal referentes à previdência municipal por competência ou acumulado anualmente
- 3.127. Possuir relatório com todos os valores relativos ao servidor, referente ao IRRF.
- 3.128. Gerar mensalmente a guia do INSS com o valor para o Instituto Nacional do Seguro Social. Permitir escolher o modelo e quebra para a geração da guia
- 3.129. Permitir emissão de guias para pagamento de IRRF, GRFC e previdência municipal.
- 3.130. Gerar em arquivo as informações referentes à GRRF.
- 3.131. Gerar GFIP em arquivo, permitindo inclusive a geração de arquivos retificadores (RDE, RDT, RRD).
- 3.132. Possuir vários modelos de Demonstrativo de Folha de Pagamento para impressão.
- 3.133. Emitir relatório de Aviso e Recibo de férias, também permitir escolher o modelo do recibo e a seleção.
- 3.134. Emitir relatório referente Termo de Rescisão do Contrato de Trabalho.
- 3.135. Emitir TRCT (Termo de Rescisão de Contrato de Trabalho) conforme portaria 1621/2010 atualizada pela portaria 1057/2012. A emissão deste termo passou a ser obrigatória a partir de 2011 para rescisões de funcionários regidos pela CLT.
- 3.136. Emitir relatórios cadastrais em geral.
- 3.137. Emitir relatórios cadastrais de:
- a) Grupos Funcionais;
 - b) Organogramas;
 - c) Locais de trabalho;
 - d) Tipos de Administração – Sindicatos;
 - e) Tipos de Cargos;
 - f) Cargos;
 - g) Planos Salariais;
 - h) Níveis Salariais;
 - i) Horários;
 - j) Feriados;
 - k) Aposentadorias e Pensões;
 - l) Beneficiários;
 - m) Pensionistas;
 - n) Dados Adicionais.
- 3.138. Emitir relatórios cadastrais de:
- a) Tipos de Movimentação de Pessoal;
 - b) Fontes de Divulgação;
 - c) Atos;
 - d) Movimentação de Pessoal;
 - e) Naturezas dos Textos Jurídicos.
- 3.139. Emitir relatórios referentes aos planos de assistência médica de:
- a) Operadoras de planos de saúde;
 - b) Despesas com planos de saúde;

c) Despesas com planos de saúde com reflexo no cálculo.

3.140. Emitir relatórios cadastrais referente Administração de Vales:

- a) Linhas de Ônibus;
- b) Faixas;
- c) Vales-transportes;
- d) Vales-Mercado

3.141. Emitir relatórios cadastrais referente Integração Contábil:

- a) Condições para Eventos;
- b) Elementos de Despesa;
- c) Despesas;
- d) Despesas por Organograma;
- e) Complementos das Despesas.

3.142. Emitir relatórios cadastrais de:

- a) Cálculo – Tabelas;
- b) Eventos;
- c) Cálculo - Tipos de Bases;
- d) Eventos a Calcular;
- e) Eventos a Calcular de Rescisão;
- f) Médias e Vantagens;
- g) Cancelamentos de férias;
- h) Suspensões de Férias;
- i) Configurações de Férias;
- j) Formas de Alteração Salarial;
- k) Bancos;
- l) Agências Bancárias;
- m) Homolognet.

3.143. Emitir relatórios cadastrais referentes a parametrizações:

- a) Vínculos Empregatícios;
- b) Tipos de Afastamentos;
- c) Tipos de Salário-Família;
- d) Organograma;
- e) Naturezas dos tipos das Diárias;
- f) Tipos de Diárias;
- g) Previdência Federal;
- h) Outras Previdências/Assistência;
- i) Planos de Previdência;
- j) Motivos de Alterações de Cargos;
- k) Motivos de Alterações Salariais;
- l) Motivos de Rescisões;
- m) Motivos de Aposentadorias
- n) Responsáveis.

3.144. Emitir relatório com o nome "Efetivo em cargo comissionado", no qual serão emitidos todos os funcionários que estão atualmente em cargo comissionado, e possuem cargo efetivo em aberto, seja, sem data de saída em Cadastro de Histórico de Cargos.

3.145. Emitir relatório de programação de férias dos funcionários, exibindo todos os períodos de aquisição de férias, períodos de gozo, dias de abono e forma de pagamento.

3.146. Gerar em arquivo magnético a relação de todos os servidores admitidos e demitidos no mês (CAGED).

3.147. Emitir relatórios relacionados à parte salarial dos servidores do tipo alteração salarial, Média salarial, progressões salariais, inconsistências de cálculo.

3.148. Emitir relação dos salários de contribuição e discriminação destes. Possibilitar a emissão para previdência federal, estadual e/ ou municipal. Permitir a emissão de formulário para preenchimento, caso não haja informações de todas as competências necessárias.

3.149. Emitir relatório de atestado de tempo de serviço para o servidor público apresentando os cargos e o período que exerceu a função.

3.150. Emitir o relatório de datas de vencimentos. A data em que se extingue o prazo do exame médico periódico, do contrato de trabalho e da carteira de motorista do funcionário.

3.151. Emitir um relatório demonstrativo das variáveis lançadas manualmente para qual período foi feito o lançamento. Ainda são oferecidas opções de ordenação e seleção das informações.

3.152. Emitir relatórios com informações de processamentos já calculados.

3.153. Possuir relatórios de provisões de 13º salário, médias e vantagens, férias; que permitam ao usuário ter uma previsão do valor e também da proporcionalidade por direito obtida pelos servidores ativos até o presente momento.

3.154. Verificar na integração contábil o que está sendo provisionado. Relatório de visualização da provisão, quando 13º salário e Férias.

3.155. Emitir comparativo de situações dos servidores entre duas competências, inclusive com anos diferentes.

3.156. Emitir comparativo de valores referentes a proventos e descontos dos servidores entre duas competências, inclusive com anos diferentes.

3.157. Emitir comparativo de líquidos entre duas ou mais competências, inclusive com anos diferentes.

3.158. Permitir configuração dos proventos e descontos que devem compor os valores de cada um dos campos do comprovante de rendimentos.

3.159. Emitir informações dos relatórios anuais necessários, como comprovante de rendimentos e ficha financeira.

- 3.160. Gerar arquivos da RAIS e da DIRF, assim como o informe do comprovante de rendimentos.
- 3.161. Permitir visualização das bases de previdência federal, de previdência estadual e municipal, além de fundos de assistência.
- 3.162. Possuir gerador de relatórios e de arquivos que permita aos usuários criar novos relatórios ou layouts de arquivos ou ainda alterar os relatórios e layouts já existentes;
- 3.163. Gerar informações da folha de pagamento em arquivo para crédito em conta no banco de interesse da entidade.
- 3.164. Gerar para entidades que possuem contrato para emissão de holerite eletrônico pela Caixa Econômica Federal o arquivo para envio das informações pertinentes ao holerite do funcionário.
- 3.165. Permitir consulta prévia das médias e vantagens que cada servidor tem direito a receber em férias, 13º salário ou rescisão de contrato.
- 3.166. Consultar os cálculos efetuados no aplicativo de acordo com a competência informada e o processamento dela para cada funcionário.
- 3.167. Permitir consulta dos proventos e descontos percebidos pelo servidor, em um período determinado pelo usuário.
- 3.168. Permitir consulta apenas dos proventos que fazem parte do comprovante de rendimentos.
- 3.169. Permitir consulta do modo centralizado todo o histórico funcional de todos os contratos do servidor, detalhando as seguintes características:
- a) Períodos aquisitivos, períodos de gozo de férias;
 - b) Situações do funcionário, tais como: afastamentos, atestados, faltas, férias e períodos trabalhados.
- 3.170. Permitir alteração de proventos ou descontos modo fixo, possibilitando as seguintes tarefas:
- a) Alteração do período;
 - b) Adição de valor ao valor originalmente lançado;
 - c) Substituição do valor originalmente lançado por um novo valor;
 - d) Aplicação de um percentual sobre o valor originalmente lançado.
- 3.171. Permitir reestruturação da classificação institucional de um exercício para outro.
- 3.172. Permitir readmissão em massa através de "Copiar Funcionários Demitidos". Permitir copiar funcionários demitidos para realizar a readmissão individual ou em lote.
- 3.173. Possibilitar cadastro de movimentos anteriores à implantação do aplicativo para que o usuário possa gerar os relatórios anuais.
- 3.174. Possibilitar rateio de valores das parcelas pagas do parcelamento do FGTS para os servidores contratados à época, conforme instruções da CAIXA.
- 3.175. Permitir realização de cálculos de datas e de horas.
- 3.176. Possibilitar classificação "SISPREV WEB 1.0".
- 3.177. Permitir unificação de pessoas e de cadastros.
- 3.178. Permitir consulta rápida nos cadastros.
- 3.179. Possuir campo de ajuda, possibilitando pesquisas referentes ao aplicativo e suas funcionalidades.
- 3.180. Permitir consultas rápidas dos códigos ou nomes dos registros, dispensando memorização e procura.
- 3.181. Permitir consultas sobre as situações ocorridas com o funcionário desde sua admissão, considerando os dias de licenças, atestados e faltas.
- 3.182. Permitir consultas dos cálculos efetuados no aplicativo de acordo com a competência informada e o processamento para cada funcionário.
- 3.183. Permitir consulta dos contratos, períodos e situações que a pessoa se encontra nos registros informados.
- 3.184. Permitir cálculo e conversão de datas, dias, meses e anos.
- 3.185. Possibilitar cálculo digitando nos botões da calculadora ou usando o teclado. Com opção padrão ou científica.

4. ESTOQUE

- 4.1. Deverá possibilitar controle de toda movimentação de entrada, saída, devolução, prazo de validade e transferência de materiais no estoque.
- 4.2. Permitir registro de alterações quanto às informações no cadastro de fornecedores.
- 4.3. Permitir controle dos limites mínimos e de reposição de saldo físico em estoque.
- 4.4. Permitir gerenciamento de ajustes e os saldos físicos dos estoques, ocorridos do inventário.
- 4.5. Possibilitar controle de pendências de pedidos e fornecimento de materiais.
- 4.6. Possibilitar gerenciamento da necessidade de reposição de materiais.
- 4.7. Possibilitar controle de materiais conforme especificações definidas pelo município; (Consumo/Permanente/ Perecível/etc.).
- 4.8. Possibilitar emissão de relatório da ficha de controle de estoque, mostrando as movimentações por material e período com saldo anterior ao período (analítico/sintético).
- 4.9. Possibilitar emissão de relatórios de entradas e saídas de materiais por produto, nota fiscal e setor.
- 4.10. Possibilitar emissão de relatório de balancete do estoque mostrando os movimentos de entradas, saídas e saldo atual por período.
- 4.11. Possibilitar emissão de resumo anual das entradas e saídas, mostrando o saldo financeiro mês a mês por estoque e o resultado final no ano.
- 4.12. Possibilitar emissão de relatórios de controle de validade de lotes de materiais, possibilitando seleção por: - almoxarifado; - período; - materiais vencidos; - materiais a vencer.
- 4.13. Permitir emissão de etiquetas de prateleira para identificação da localização dos materiais no estoque.
- 4.14. Possibilitar restrição de acesso dos usuários aos almoxarifados.
- 4.15. Registrar abertura e o fechamento de inventários, permitindo: bloqueio das movimentações durante a sua realização.
- 4.16. Possuir relatório com média de gastos mensais por setor ou material considerando um determinado período.
- 4.17. Possuir relatório do consumo médio mensal por material.
- 4.18. Possibilitar leitura de arquivo da coletora no lançamento do inventário.
- 4.19. Consultar a localização física do material dentro do almoxarifado.
- 4.20. Permitir registro de processo licitatório, número do empenho, fornecedor, número da Ordem de Compra/Serviço e documento fiscal.
- 4.21. Possuir controle das requisições de materiais, permitindo atendimento parcial de requisições e mantendo o controle sobre o saldo não atendido das requisições.
- 4.22. Permitir cálculo automático do preço médio dos materiais.
- 4.23. Permitir gerenciamento integrado dos estoques de materiais existentes nos diversos almoxarifados.
- 4.24. Utilizar centros de custo (setores) na distribuição de matérias, para apropriação e controle do consumo.

5. PONTO ELETRÔNICO

- 5.1. Permitir configuração das ocorrências de horas extras, faltas, DSR Perdido, adicional noturno e demais ocorrências de folha, para gerar lançamento diretamente na folha de pagamento.
- 5.2. Permitir a importação de dados de qualquer relógio ponto do mercado.
- 5.3. Permitir configuração de vários tipos de horários permitindo compensação dentro do mês.
- 5.4. Possuir controle de saldo de horas extras. No controle de saldo de horas extras, possibilitar as seguintes configurações:
- a) Somar para saldo,
 - b) Subtrair do saldo,
 - c) Limite mensal de quantidade de horas extras, que podem ser pagas em folha.
- 5.5. Possibilitar flexibilidade de horários, permitindo a jornada de trabalho em horários diferentes.
- 5.6. Permitir configuração de busca automática de horários alternativos, pré-configurados, dentre os horários disponíveis para o servidor.
- 5.7. Permitir controle de revezamento de período a cada dia, semana ou mês.
- 5.8. Possuir programação de afastamento.
- 5.9. Permitir consulta de horários por período.
- 5.10. Permitir controle dos servidores, através de um crachá provisório.
- 5.11. Controlar marcações de refeitório.
- 5.12. Gerenciar períodos semanais e turnos corridos (vigia).
- 5.13. Permitir a realização da manutenção do cartão ponto, sem possibilitar a exclusão da marcação original. Quando houver necessidade de excluir uma marcação original equivocada, no lugar de excluir a marcação original, o aplicativo deve dispor de recurso para desconsiderar esta marcação da apuração, sem excluí-la.
- 5.14. Possuir fórmula de cálculo individual para as ocorrências do ponto, possibilitando ajustar a jornada de trabalho da entidade;
- 5.15. Permitir emissão do cartão ponto;
- 5.16. Possuir relatórios gerenciais para controle das ocorrências verificadas na apuração das marcações;
- 5.17. Possuir relatórios dos servidores ausentes e presentes na Prefeitura em determinado período.
- 5.18. Possuir relatório de horas apuradas, por servidor e por ocorrência. Permitindo agrupar os valores por ocorrência e suprimir as faltas não descontadas em folha.
- 5.19. Permitir configuração de feriados fixos, móveis e de ponto facultativo.
- 5.20. Permitir parametrização de horas noturnas, intervalo mínimo entre batidas, intrajornada e controle de adição de variáveis;
- 5.21. Permitir ao usuário, incluir ou retirar ocorrências no cálculo do ponto (Ocorrências a calcular).
- 5.22. Permitir que as ocorrências configuradas no ponto possam ser refletidas no aplicativo da folha.
- 5.23. Permitir cadastro de períodos de apuração do ponto.
- 5.24. Permitir fechamento do período de apuração das ocorrências de forma geral e individual (individual para cálculo de rescisões).
- 5.25. Possuir filtros por data inicial e final do período de apuração, por funcionário, por data de admissão, por grupo funcional, por organograma, por vínculo empregatício, por regime de previdência, por cargo e por turma na rotina de apuração do ponto.
- 5.26. Permitir acessar o dia para inserir a marcação faltante ou desconsiderar uma marcação equivocada, possibilitando reapurar o dia e fechá-lo.
- 5.27. Possuir recurso para excluir uma ocorrência, marcar a falta para não descontar em folha ou abonar faltas.
- 5.28. Possuir recurso para fechar o dia, não gerando mais valores para este dia.
- 5.29. Demonstrar marcações originais do dia, acompanhada da informação se esta foi considerada ou não.
- 5.30. Demonstrar marcações apuradas no dia, acompanhada da informação se esta é original ou inserida.
- 5.31. Possuir recurso para impedir que a marcação original (importada do relógio), seja excluída durante as manutenções do ponto. Permitindo apenas, que a marcação original seja desconsiderada e deixe de exercer influência sobre a apuração.
- 5.32. Possuir relatório de absenteísmo configurável.
- 5.33. Possuir relatório de marcações importadas, ativas e anuladas.
- 5.34. Possuir relatório configurável de manutenção das ocorrências de ponto com os filtros "Maior que", "Menor que", "Maior igual", "Menor igual", "Igual", "Diferente".
- 5.35. Possuir relatório de extrato de compensação de horas.
- 5.36. Possuir gráfico de ocorrências para um período, por cargo, local de trabalho, vínculo, secretaria ou centro de custo.
- 5.37. Possuir gráfico comparativo de ocorrências em relação há outros meses.
- 5.38. Possuir gráfico comparativo do saldo de horas extras em relação há outros meses.
- 5.39. Atender dentro do prazo legal a portaria nº 1.510/2009 do Ministério de Estado do Trabalho e Emprego.

Timbé do Sul, 10 de maio de 2016.

SAMAE TIMBÉ DO SUL
Amarildo Scursel Alexandre
CONTRATANTE

BETHA SISTEMAS LTDA. BETHA SISTEMAS LTDA.
Daniela Ramos Silva Ernesto Muniz de Souza Jr. CONTRATADA CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

Nome: Juciana Carlessi Burin Nome:
CPF n.º 669.450.709-72 CPF n.º

Timbó

PREFEITURA

ATA PREGÃO ELETRÔNICO N.º 06 2015 FMAS - DECLARAÇÃO DE INEXITOSA

ATA DE ENCERRAMENTO DO PREGÃO 0006/2015

Ata de ENCERRAMENTO da licitação pública, na modalidade de pregão eletrônico, a que se refere o Edital 0006-2015 da PREFEITURA DE TIMBÓ.

Aos 06 dias do mês de maio, diante da ausência de participantes para o item 04 do edital de pregão eletrônico nº 006/2015, que culminou em 08/01/2016 na declaração de licitação deserta para o referido item, bem como, com relação aos itens 01; 02 e 03 pela inabilitação de todos os concorrentes, DECLARO encerrado o processo licitatório na modalidade de pregão eletrônico nº 006/2015, em tramite no endereço eletrônico www.bll.org.br, por ter sido DESERTA E FRACASSADA a licitação, RATIFICANDO a decisão proferida em 08/01/2016, de LICITAÇÃO DESERTA com relação ao item 04 (VEÍCULO 07 LUGARES), bem como declarando FRACASSADA com relação aos itens 01; 02 e 03 (ARCONDICIONADOSPLIT 60.000 BTUS; ARCONDICIONADOSPLIT MÍNIMO 24.000 BTUS; GELADEIRA ISOLAMENTO TÉRMICO EMPOLIURETANO, CAPACIDADE MÍNIMA PARA 1.300 LITROS), devido a inabilitação de todos os participantes que, mesmo regularmente intimados, não apresentaram os documentos necessários a habilitação nos prazos conferidos, nem recorreram das decisões de inabilitação, conforme sequência de atos registrada no pregão eletrônico, sito no endereço eletrônico: www.bll.org.br.

Submeto o presente processo DESERTO/FRACASSADO à autoridade superior para conhecimento e adoção dos atos necessários à repetição do processo com relação aos itens 01; 02 e 03, sugerindo, face a reiterada falta de êxito na aquisição dos produtos na modalidade eletrônica adotada, a realização da licitação na modalidade presencial, sabidamente mais eficaz, conforme observado pelo resultado exitoso na aquisição do item 04, processo de pregão presencial nº 02/2016.

Registre-se, publique-se, intime-se.

Jean Messias Rodrigues Vargas

Pregoeiro

ATA RETIFICADORA PREGÃO 05 2016 FCT

FUNDAÇÃO CULTURAL DE TIMBÓ

Ata Retificadora do Pregão Presencial Nº. 5/2016

Às 14:00 horas do dia 10/05/2016, na sala de licitações da Prefeitura, situada na Avenida Getúlio Vargas, nº. 700, Centro, em Timbó/SC, tendo em vista que o item 7 (sete) do Pregão Presencial 05/2016 restou fracassado, em virtude da desclassificação das propostas de todas as empresas participantes para o referido item; considerando que aplica-se subsidiariamente ao pregão as regras da Lei 8.666/93; Considerando que é lícito, nos termos do art. 48, §3º da Lei 8.666/93, no caso de desclassificação de todas as propostas, a fixação de prazo para que os licitantes apresentem novas propostas escoimada dos vícios que culminaram em sua desclassificação; o pregoeiro do município RESOLVE: Convocar as empresas PARTICIPANTES NO ITEM 07, SENDO ESTAS: SOM TRÊS LTDA ME, CNPJ: 17.165.766/0001-29 e COMERCIAL MULTISOM LTDA, CNPJ: 00.842.605/0001-20, para que no dia 12 de maio de 2016, as 14 horas e 15 minutos, compareçam à sala de licitações do Município de Timbó munidos de novas Propostas Comerciais de acordo com o edital para realização de nova etapa de lances (apenas para o item 7).

Jean Messias Rodrigues Vargas

Pregoeiro

AVISO ERRATA EXTRATO DE CONTRATO PMT 2016 64-63

MUNICÍPIO DE TIMBÓ

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

AVISO DE ERRATA – EXTRATO DE CONTRATO

A Central de Licitações no uso de suas atribuições, informa que na publicação do Extrato de Contrato nº 2016/64 FMAS publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC em 09/05/2016, Edição nº. 1991, página 1429, constou informação incorreta quanto a numeração do contrato. Portanto, onde lê-se CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 2016/64 leia-se CONTRATO ADMINISTRATIVO 2016/63.

TIMBÓ, 10/05/2016

BRUNA DE ANDRADE

Central de Licitações

AVISO PREGÃO PRESENCIAL N.º 02 2016 FME - AQUISIÇÃO DE PREMIAÇÕES (TROFÉUS, MEDALHAS E TAÇAS)

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE TIMBÓ

AVISO DE Pregão PRESENCIAL Nº 02/2016 - FME

OBJETO: aquisição de premiações (troféus, medalhas e taças) para o atendimento das demandas de eventos da Fundação Municipal de Esportes de Timbó para o ano de 2016. ENTREGA DOS ENVELOPES: contendo os documentos de Habilitação e a Proposta de Preços até as 08h30min do dia 24 de maio de 2016. ABERTURA: dia 24 de maio de 2016 as 08h40min. Os interessados poderão obter a íntegra do edital diariamente no horário de expediente da Central de Licitações localizada na Avenida Getúlio Vargas, 700, Centro – Timbó/SC, ou no site: www.timbo.sc.gov.br.

Timbó (SC), 10/05/2016

MÁRCIO ELISIO

Diretor Presidente FME

AVISO TOMADA DE PREÇO N.º 31 2016 PMT - CONCLUSÃO COZINHA DO PAVILHÃO

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE TIMBÓ

AVISO DE TOMADA DE PREÇO Nº 31/2016 - PMT

OBJETO: contratação de empresa especializada para a total execução (compreendendo material e mão-de-obra), da obra de conclusão do anexo do Pavilhão Henry Paul (cozinha), localizada na Rua Julius Scheidemantel, Centro, neste município, relacionado ao saldo do Convênio nº 2014TR000777, Processo SEF nº 6174/2014, firmado com o Estado de Santa Catarina, por intermédio do Fundo de Apoio aos Municípios - FUNDAM, tendo como mandatário o Banco de Desenvolvimento do Extremo Sul - BRDE. ENTREGA DOS ENVELOPES: contendo os documentos de Habilitação e a Proposta de Preços até às 09h00min do dia 27 de maio de 2016. ABERTURA: dia 27 de maio de 2016 às 09h10min. Os interessados poderão obter a íntegra do edital diariamente no horário de expediente da Central de Licitações localizada na Avenida Getúlio Vargas, 700, Centro – Timbó/SC, ou no site: www.timbo.sc.gov.br.

Timbó (SC), 10/05/2016

ORLEI ADAZIR PEDRON

Secretário de Obras e Serviços Urbanos

CONVOCAÇÃO ASSINATURA ATA DE REGISTRO DE PREÇO - PREGÃO PRESENCIAL N.º 05 2016 FMAS

MUNICÍPIO DE TIMBÓ

CONVOCAÇÃO PARA ASSINATURA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 05/2016 – FMAS

A Central de Licitações convoca, através do presente, a licitante, FABIANA MARA MOHR STEIN ME, CNPJ nº 07.808.359/0001-39 a comparecer para assinatura da respectiva ata de registro de preço, conforme segue:

LOCAL: Prefeitura de Timbó, Av. Getúlio Vargas, nº 700, Centro, Timbó/SC – Central de Licitações;

DATA: até 18/05/2016

HORÁRIO: das 08hs às 12hs e das 14hs às 17h.

Timbó, 10 de maio de 2016.

DÉBORA BARTH

Central de Licitações

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇO N.º 05 2016 FMAS - COFFEE BREAK

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 05/2016 - FMAS

ÓRGÃO GESTOR: Município de Timbó através do Fundo Municipal de Assistência Social.

OBJETO: Registro de preço para aquisição de lanches prontos (coffee break), para fornecimento aos usuários da Assistência Social, de acordo com a Portaria 113 de 10 de dezembro de 2015 e orientações do Fundo Nacional de Assistência Social.

EMPRESA FORNECEDORA: FABIANA MARA MOHR STEIN ME

TOTAL ESTIMADO: R\$ 37.315,00 (trinta e sete mil e trezentos e quinze reais)

MODALIDADE: Pregão Presencial

VALIDADE DA ATA: 09/05/2017.

Timbó, 10/05/2016

ALFREDO JOÃO BERRI

Secretário Municipal de Assistência Social

RETIFICAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 05 2016 SAMAE - MÃO DE OBRA ESPECIALIZADA

MUNICÍPIO DE TIMBÓ - CENTRAL DE LICITAÇÕES

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 05/2016 - SAMAE

AVISO DE RETIFICAÇÃO

O Município de Timbó/SC, através do SAMAE, leva ao conhecimento dos interessados que o Edital de Pregão Presencial SRP nº 05/2016 SAMAE, que objetiva a Contratação de mão de obra especializada em eletro eletrônica, manutenção de bombas, serviços de torno, solda, serralheria, e manutenção técnica em geral, com fornecimento de peças, destinada aos setores da Manutenção e Estação de Tratamento de Água, sofreu alterações na descrição que se refere à qualificação técnica.

Retifica-se o subitem 7.3.4, conforme segue:

Onde se lê:

"7.3.4 - Quanto à Regularidade Técnica:

a) Para as propostas dos itens 01 e 02 as proponentes deverão apresentar certificado que comprove possuir autorização da marca WEG para prestar a assistência técnica nas bombas centrífugas, motores elétricos e bombas elevatórias bem como apresentar certificado de curso em Segurança em Instalações e Serviços com Eletricidade (NR-10), em instituição competente, de todos os profissionais que forem realizar os serviços."

Leia-se:

"7.3.4 - Qualificação Técnica:

a) Para as propostas dos itens 01 e 02 as proponentes deverão apresentar credencial de assistente técnico de pelo menos 04 (quatro) fabricantes de bombas, inversores e motores elétricos (SCHNEIDER, FAMAC, KSB, WEG) bem como apresentar certificado de curso em Segurança em Instalações e Serviços com Eletricidade (NR-10), em instituição competente, de todos os profissionais que forem realizar os serviços.

O SAMAE com o intuito de que os mecânicos da empresa vencedora do certame tenham a devida capacidade e conhecimento técnico solicita que as mesmas tenham credencial de assistente técnico ou até mesmo certificados de cursos profissionalizantes realizados na área de manutenção de bombas, inversores, motores e painéis elétricos, não necessariamente das 04 empresas citadas acima na letra "a", mas que tenham ao menos uma diversidade de cursos com 04 (quatro) ou mais fabricantes deste tipo de equipamentos. O SAMAE conta com uma grande diversidade de fabricantes e tem a necessidade de garantir que receberá um trabalho de qualidade. Portanto, serão aceitos também certificados de cursos e treinamento, não necessariamente certificado de assistente técnico."

Em atenção às alterações, prorroga-se para o dia 24/05/2016 as 14h30min a entrega dos envelopes de proposta e habilitação. A abertura da sessão fica marcada para as 14h40min da mesma data da entrega dos documentos.

Permanecem inalteradas as demais condições.

Timbó/SC, 10 de Maio de 2016.

WALDIR GIRARDI

Diretor Presidente SAMAE

Timbó Grande

PREFEITURA

PROCESSO 18/2016 PR 13/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE TIMBÓ GRANDE

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 18/2016

MODALIDADE Pregão Presencial Nº 13/2016

O município de Timbó Grande torna publico para conhecimento dos interessados que estará realizando processo licitatório na modalidade Pregão Presencial para Contratação de Empresa Especializada para fins de Execução de Serviços de Engenharia Sanitária de Limpeza Pública. Acesso público terá início às 09:00 horas, do dia 20 de maio de 2016, junto ao Departamento de Compras e Licitações. Maior informação será disponibilizada junto ao Departamento de Compras ou pelo telefone (049) 3252-1278. Nos dias úteis das 14:00 às 16:30 horas.

Timbó Grande, 09 maio de 2016.

ALMIR FERNANDES

Prefeito Municipal

Três Barras

PREFEITURA

EXTRATO DO CONTRATO 35/2016

EXTRATO DO CONTRATO Nº 35/2016

Vigência: 16/05/2016 à 17/05/2016

Contratante: Prefeitura Municipal de Três Barras – SC – CNPJ nº 83.102.400/0001-35 e o Fundo Municipal de Assistência Social – CNPJ nº 11.563.356/0001-50.

Contratado: DUE TO PRODUÇÃO ESCULTURAISE ARTÍSTICAS LTDA-ME – CNPJ nº 09.332.409/0001-80.

Objeto: O objeto do presente contrato é a contratação de 08 (oito) apresentações teatrais sob o Título “Memórias de Nina”, sendo 04 (quatro) apresentações no dia 16 de maio de 2016 e 04 (quatro) apresentações no dia 17 de maio de 2016, tendo em vista o Dia Nacional de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes, destinada aos alunos e professores da rede pública de ensino, do município de Três Barras – SC.

Valor Total: R\$ 7.900,00 (sete mil e novecentos reais).

ELOI JOSE QUEGE

PREFEITO MUNICIPAL

Três Barras - SC, 10 de maio de 2016.

ELOI JOSE QUEGE

PREFEITO MUNICIPAL

Três Barras - SC, 10 de maio de 2016.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 33/2016

EXTRATO DO CONTRATO Nº 33/2016

Processo Licitatório nº 37/2016

Modalidade: “Tomada de Preço nº 04/2016”

Vigência: 13/04/2016 até 12/09/2016

Contratante: Prefeitura Municipal de Três Barras – SC – CNPJ nº 83.102.400/0001-35.

Contratado: JRD-ACONSTRUTORAL LTDA-ME – CNPJ nº 05.978.834/0001-90.

Objeto: O Objeto do presente contrato é a Contratação de mão de obra e fornecimento de materiais para a execução de obra de reforma e ampliação da Escola Básica Cyriaco Felício De Souza, localizado na Rua Acácio Júlio Porfírio, S/N, Bairro Barra Grande, Km 6, no Município De Três Barras - SC, em conformidade com memorial descritivo, orçamento, cronograma físico-financeiro, projetos e demais documentos constantes no anexo VIII, parte integrante e inseparável do procedimento licitatório Nº 37/2016.

Valor Total: R\$ 449.265,11 (quatrocentosequarenta e nove mil e duzentos e sessenta e cinco reais e onze centavos).

ELOI JOSE QUEGE

PREFEITO MUNICIPAL

Três Barras - SC, 10 de maio de 2016.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 31/2016

EXTRATO DO CONTRATO Nº 31/2016

Processo Licitatório nº 35/2016

Modalidade: “Pregão Presencial nº 31/2016”

Vigência: 04/04/2016 até 31/12/2016

Contratante: Prefeitura Municipal de Três Barras – SC – CNPJ nº 83.102.400/0001-35.

Contratado: PLANASERVIÇOS TÉCNICOSE ADMINISTRATIVOS LTDA ME – CNPJ nº 07.756.659/0001-11.

Objeto: O objeto do presente contrato é a contratação de profissionais especializados para prestação de serviços de consultoria técnica especializada para assessorar a administração municipal para prestação de contas e para captação de recursos para obras e ações em todas as áreas de interesse do município, junto aos órgãos governamentais (federal, estadual e autarquias), junto a organizações não governamentais, e junto a agências de fomento com o setor público e a iniciativa privada.

Valor Total: R\$ 58.500,00 (cinquenta e oito mil e quinhentos reais)

ELOI JOSE QUEGE

PREFEITO MUNICIPAL

Três Barras - SC, 10 de maio de 2016.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 34/2016

EXTRATO DO CONTRATO Nº 34/2016

Processo Licitatório nº 37/2016

Modalidade: “Tomada de Preço nº 04/2016”

Vigência: 13/04/2016 até 12/07/2016

Contratante: Prefeitura Municipal de Três Barras – SC – CNPJ nº 83.102.400/0001-35.

Contratado: ENCOPLAC – ENGENHARIA, CONSTRUÇÃO E PLANEJAMENTO CANOINHAS LTDA – CNPJ nº 78.826.567/0001-09.

Objeto: O objeto do presente contrato é a Contratação de mão de obra e fornecimento de materiais, sendo: Item 03 – fornecimento de mão de obra e materiais necessários para a readequação e melhoramentos na Escola Básica Pedro Reitz, situada no Distrito de São Cristóvão, município de Três Barras – SC, em conformidade com memorial descritivo, orçamento, cronograma físico-financeiro, projetos e demais documentos constantes no anexo IX, parte integrante e inseparável do procedimento licitatório nº 37/2016. Item 04 – fornecimento de mão de obra e materiais necessários para reforma parcial da Tecplan, situado na Avenida Rigesa, nº 2949, Bairro João Paulo II, município de Três Barras, destinado ao almoxarifado da Secretaria de Educação, Cultura e Esporte, em conformidade com memorial descritivo, orçamento, cronograma físico-financeiro, projetos e demais documentos constantes no anexo X, parte integrante e inseparável do procedimento licitatório nº 37/2016.

Valor Total: R\$ 322.856,61 (trezentos e vinte e dois mil e oitocentos e cinquenta e seis reais e sessenta e um centavos).

ELOI JOSE QUEGE

PREFEITO MUNICIPAL

Três Barras - SC, 10 de maio de 2016.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 32/2016

EXTRATO DO CONTRATO Nº 32/2016

Processo Licitatório nº 37/2016

Modalidade: “Tomada de Preço nº 04/2016”

Vigência: 13/04/2016 até 12/08/2016

Contratante: Prefeitura Municipal de Três Barras – SC – CNPJ nº 83.102.400/0001-35.

Contratado: ROCHA EMPREENDIMENTOS LTDA – CNPJ nº 05.279.711/0001-60.

Objeto: O objeto do presente contrato é a contratação de mão de obra e fornecimento de materiais para reforma da escola básica João Pacheco de Miranda Lima (Extensão II), localizada na Rua Osvaldo Jarschel, s/n, Bairro São Cristóvão, na cidade de Três Barras – SC, em conformidade com memorial descritivo, orçamento, cronograma físico-financeiro, projetos e demais documentos constantes no anexo VII, parte integrante e inseparável do procedimento licitatório nº 37/2016.

Valor Total: R\$ 398.423,82 (trezentos e noventa e oito mil e quatrocentos e vinte e três reais e oitenta e dois centavos).

EXTRATO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº 10/2014

EXTRATO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 010/2014

Termo Aditivo nº 43/2016

Processo Licitatório nº 59/2014

Concorrência Pública

Contratante: Fundo Municipal de Saúde.

Contratado: Construtora Ic Ltda Me - CNPJ sob nº 85.248.920/0001-86.

Objeto: inclusão de serviços de mão de obra extras e acréscimo de materiais, para conclusão do Item nº 03 (Construção da Unidade de Saúde, localizado na Rua Boleslau Polanski, Bairro João Paulo II), na Cidade de Três Barras - SC, conforme planilha orçamentária elaborada pelo Setor de Engenharia.

Valor: R\$ 33.432,32 (trinta e três mil e quatrocentos e trinta e dois reais e trinta e dois centavos).

ELOI JOSE QUEGE

PREFEITO MUNICIPAL

Três Barras - SC, 25 de abril de 2016.

EXTRATO DO TERMO ADITIVO 35/2016

EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 010/2014

Termo Aditivo nº 43/2016

Processo Licitatório nº 59/2014

Concorrência Pública

Contratante: Fundo Municipal de Saúde.

Contratado: Construtora Ic Ltda Me - CNPJ sob nº 85.248.920/0001-86.

Objeto: Altera-se a Cláusula Quinta do Contrato Principal nº 010/2014, reajustando o valor inicial contratado buscando o equilíbrio econômico financeiro em R\$ 84.501,28 (oitenta e quatro mil quinhentos e um reais e vinte e oito centavos), passando o contrato original de R\$ 1.381.283,21 (um milhão e trezentos e oitenta e um mil e duzentos e oitenta e três reais e vinte e um centavos), para R\$ 1.465.784,49 (um milhão quatrocentos e sessenta e cinco mil setecentos e oitenta e quatro reais e quarenta e nove centavos). Para a obtenção do valor no reequilíbrio foi utilizado a seguinte Memória de Cálculo: variação do índice IGP-M entre os meses de Agosto de 2014 à Janeiro de 2016, qual resultou um percentual de 13,03% (treze vírgula e zero três por cento).

Valor: R\$ 84.501,28 (oitenta e quatro mil e quinhentos e hum reais e vinte e oito centavos).

ELOI JOSE QUEGE

PREFEITO MUNICIPAL

Três Barras - SC, 10 de maio de 2016.

EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 44/2016

EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 45/2015

Termo Aditivo nº 44/2016

Processo Licitatório nº 87/2015

Tomada de Preço nº 11/2015

Contratante: Prefeitura Municipal de Três Barras.

Contratado: Jofema Construções e Serviços Ltda - CNPJ sob o nº 78.606.332/0001-01.

Objeto: Altera-se a Cláusula Terceira do Contrato Principal nº 45/2015 alterando o local de realização da obra, passando a mesma a ser realizada atrás da Oficina Mecânica. Altera-se a Cláusula Terceira do Contrato Principal nº 45/2015 alterando o Cronograma físico-financeiro, conforme planilha elaborada pelo Setor de Engenharia da Prefeitura Municipal.

Valor:

ELOI JOSE QUEGE

PREFEITO MUNICIPAL

Três Barras - SC, 10 de maio de 2016.

Treze Tílias

PREFEITURA

LEI COMPLEMENTAR 93

LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL N. 93 DE 08 DE ABRIL DE 2016.

ALTERA REDAÇÃO DO ANEXO II DA LEI COMPLEMENTAR 038/2011, QUE DISPÕE SOBRE A ESTRUTURA ADMINISTRATIVA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE TREZE TÍLIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO DE TREZE TÍLIAS Faço saber a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica criada Função Gratificada Chefe de Contabilidade, na quantidade e valor previstos no Anexo II da Lei Complementar 038/2011 que estabelece Funções Gratificadas da Prefeitura Municipal de Treze Tílias e que passa a vigorar com a seguinte redação:

FUNÇÃO	Quantitativo de funções gratificadas	Base de referência para cálculo – Nível da tabela de vencimentos	Percentual do Nível da Tabela Salarial
Atendente da Junta de Serviço Militar	01	IV	30%
Coordenador da Vigilância Epidemiológica	01	IV	30%
Coordenador da Vigilância Sanitária	01	IV	30%
Diretor de Unidade Escolar	02	IV	70%
Motorista de Ambulância	05	IV	50%
Motorista de Ônibus Escolar	04	IV	40%
Operador de Máquinas Pesadas	08	IV	20%
Operador de Máquinas Hidráulicas	02	IV	70%
Chefe de Contabilidade	01	VIII	90%
Chefe do Controle Interno	01	VIII	100%

§ 1º. O valor da remuneração da função gratificada corresponde a um percentual sobre o vencimento base do servidor.

§ 2º. Fica a critério do chefe do Poder Executivo Municipal a designação de servidor para exercer função gratificada, sendo livre o ato de nomeação e exoneração.

§ 3º. O provimento da função gratificada é privativo de servidor público ocupante de cargo efetivo.

§ 4º. A função gratificada somente será devida enquanto perdurarem as atividades e não poderá ser percebida cumulativamente a outra função de confiança ou cargo em comissão.

Art. 2º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Treze Tílias/Sc,
em 08 de abril de 2016.

MAURO DRESCH
Prefeito

Registrada na Secretaria de Administração e publicada no Diário Oficial dos Municípios.

WERYDIANA FALCHETTI
Secretária de Administração e Fazenda.

Trombudo Central

PREFEITURA

PREGÃO PRESENCIAL 33/2016 PMTC

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE TROMBUDO CENTRAL

PREGÃO PRESENCIAL PMTC Nº 33/2016

O Município de Trombudo Central, por intermédio do Prefeito Municipal Sr. Silvio Venturi, com a autoridade que lhe é atribuída, torna público, para conhecimento dos interessados que, conforme dispõe a Lei 10.520 de 17 de julho de 2002 e do Decreto Regulamentar nº 3.555/2000, com aplicação subsidiária da Lei 8.666/1993, fará realizar licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL PMTC Nº 33/2016, tipo de licitação MENOR PREÇO, regime de execução POR LOTE, visando o REGISTRO DE PREÇOS PARA A AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ESPORTIVOS PARA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO. A documentação e propostas relativas à licitação serão recebidas, até as 09:00h. do dia 23 de maio de 2016, na Prefeitura Municipal de Trombudo Central, Secretaria de Administração – Setor de Licitações, Praça Arthur Siewerdt, 01, Bairro Centro, Trombudo Central - SC. A íntegra do presente edital poderá ser solicitada, no horário das 08:00 às 12:00 horas, pelo telefone (0XX47) 3544-0271 ou através do email: licita@trombudocentral.sc.gov.br.

Trombudo Central, 10 de maio de 2016

Silvio Venturi

Prefeito Municipal

Tunápolis

PREFEITURA

ERRATA EDITAL Nº 02/2016 CV

RETIFICAÇÃO

Edital de Licitação nº 02/2016

Câmara Municipal de Tunápolis/SC

A Câmara Municipal de Vereadores de Tunápolis RETIFICA o Item 4.2 do Edital nº 02/2016 de Licitação na modalidade Pregão Presencial, do tipo "menor preço por item" para aquisição de um Microcomputador completo, para suprir as necessidades da Câmara Municipal. No Item 4.2 leia-se: O horário do credenciamento será até as 14:h do dia 16/05/2016 impreterivelmente, e será efetuado conforme a ordem de chegada dos interessados.

Tunápolis, 10 de maio de 2016

Elói Wink

Presidente

Turvo

PREFEITURA

PORTARIA 150/2016

PORTARIA Nº 150/16, de 05 de Maio de 2016.

PRORROGA A CONTRATAÇÃO DE VIGIA, ADMITIDO EM CARÁTER TEMPORÁRIO.

OPREFEITO MUNICIPAL DE TURVO, nos seus atribuições e de conformidade com o estabelecido na Lei nº 1.001/1993, combinado com a Lei Complementar nº 09/11, de 24 de Agosto de 2011,

RESOLVE

Art. 1º - Prorrogar até 05 de Setembro de 2016, a contratação dos servidores abaixo relacionados, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, exercendo a função pública de Vigia, do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Turvo, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

SERVIDOR (A) CPF MATRÍCULA

Wanderlei Maciel 369.556.470-91 3244

Ana Sílvia T. Parol 020.483.179-28 3407

Tarcísio Figueredo 613.357.629-49 3408

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo (SC), 05 de maio de 2016.

RONALDO CARLESSI

Prefeito Municipal

Pub. e reg. a presente Portaria nesta Secretaria na data supra.

Roberto Carlos Patel – Secretário de Adm. e Finanças.

PORTARIA 151/2016

PORTARIA Nº 151/16, de 05 de Maio de 2016.

CONCEDE LICENÇA SEM REMUNERAÇÃO.

OPREFEITO MUNICIPAL DE TURVO, nos seus atribuições e de conformidade com o artigo 97, da Lei nº 1.154/95, de 11 de Dezembro de 1995 (Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Turvo),

RESOLVE

Art. 1º - Conceder Licença Sem Remuneração a servidora TAÍS OLÍVIA GONZAGA, matrícula nº 1505, CPF nº 033.738.559-93, ocupante do Cargo Efetivo de Auxiliar de Ensino da Educação Infantil, no período de 06 de Maio de 2016 a 31 de Dezembro de 2016, para tratar de interesses particulares.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo (SC), 05 de maio de 2016.

RONALDO CARLESSI

Prefeito Municipal

Pub. e reg. a presente Portaria nesta Secretaria na data supra.

Roberto Carlos Patel – Secretário de Adm. e Finanças.

PORTARIA 152/2016

PORTARIA Nº 152/16, de 05 de Maio de 2016.

PRORROGA A CONTRATAÇÃO E CONCEDE LICENÇA MATERNIDADE A AGENTE ADMINISTRATIVO ESCOLAR, NOMEADA EM CARÁTER TEMPORÁRIO.

OPREFEITO MUNICIPAL DE TURVO, nos seus atribuições e de conformidade com o artigo 90, da Lei nº 1.154/95, de 11 de Dezembro de 1995,

Considerado, que a servidora se encontra em Período Gestacional,

RESOLVE

Art. 1º - Prorrogar a contratação e conceder Licença Maternidade a servidora DAIANE DAROS CARRO PEREIRA CPF nº 063.434.649-05, matrícula nº 3577, nomeada temporariamente pelo Processo Seletivo nº 004/2015 – SME, exercendo a função pública de Agente Administrativo Escolar, até o dia 01 de Setembro de 2016.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo (SC), 05 de maio de 2016.

RONALDO CARLESSI

Prefeito Municipal

Pub. e reg. a presente Portaria nesta Secretaria na data supra.

Roberto Carlos Patel – Secretário de Adm. e Finanças.

União do Oeste

PREFEITURA

4 TERMO ADITIVO AO CONTRATO N. 18/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO DO OESTE

4º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 18/2014

Quarto Termo Aditivo ao Contrato Administrativo n.º 18/2014, que fazem de um lado o MUNICIPIO DE UNIÃO DO OESTE, com sede na Avenida São Luiz, n.º 531, inscrita no CNPJ sob n.º 78.505.591/0001-46, neste ato representado por seu Prefeito Municipal Senhor EVERALDO LUIS CASONATTO, doravante denominada CONTRATANTE e a Empresa WPSICOLOGIA E CONSULTORIA LTDA - ME, inscrita no CNPJ-MF sob n.º 19.625.971/0001-55, com sede na AV. CORONEL BERTASO N.823, CENTRO DE QUILOMBO - SC, representada neste ato, pelo seu Representante Legal, WILLIAN DE BARROS FRANÇA, portador da Cédula de Identidade nº 12.752.352 SSP e inscrito no CPF-MF sob nº 069.751.216-99, doravante denominada simplesmente CONTRATADA, acordam firmar o presente Termo Aditivo, fundamentado na Cláusula Terceira do contrato principal, conforme segue:

Cláusula Primeira. De acordo com o item 3.2 da cláusula terceira do contrato principal, fica concedida a CONTRATADA reajuste de 10,64% (índice acumulado do IGP_M dos últimos doze meses) no valor das parcelas, passando a receber a partir da data deste instrumento, o valor mensal de R\$ 1.997,08 (Um mil, novecentos e noventa e sete reais e oito centavos).

Cláusula Segunda. As despesas decorrentes da prestação dos serviços, objeto do presente termo aditivo, correrão à conta da Dotação do orçamento do Município para o exercício de 2016, com a seguinte classificação:

Órgão – 03 - SECRETARIA DE FINANÇAS E PLANEJAMENTO

Unidade – 01 - DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO

Projeto Atividade – 2.020 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS

Cod. Red. 8 - APLICAÇÕES DIRETAS: 3.3.90.00.00.00.00

Cláusula Terceira. As demais cláusulas do Contrato Administrativo n.º 18/2014 permanecem inalteradas e válidas.

UNIÃO DO OESTE, 09 de maio de 2016.

EVERALDO LUIS CASONATTO

PREFEITO MUNICIPAL

P/CONTRATANTE

W PSICOLOGIA E CONSULTORIA LTDA - ME

WILLIAN DE BARROS FRANÇA

P/ CONTRATADA

Testemunhas:

01. _____

Nome: Marília Miorelli

CPF: 057.672.509-95

02. _____

Nome: José Tessaro

CPF: 460.292.909-59

ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 12/2016 FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE UNIÃO DO OESTE

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 12/2016

PROCESSO Nº 06/2016

PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 06/2016

VALIDADE DA ATA REGISTRO DE PREÇOS: até 31/12/2016, podendo ser prorrogada até completar 12 meses.

Aos dez dias do mês de maio do ano de 2016, o Município de União do Oeste, através do Fundo Municipal de Saúde, inscrito no CNPJ sob n.º 11.692.396/0001-00, com sede na Rua Chapecó, Centro, União do Oeste, Estado de Santa Catarina, neste ato representado por seu Gestor Sr. DARCY JOÃO LUZI, no uso de suas atribuições e, nos termos do art. 15 da Lei Federal 8.666/93, Decreto municipal n.º 206/2007 e as demais normas legais aplicáveis, de acordo com o resultado da classificação no PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS n.º 06/2016, RESOLVE: Registrar o(s) preço(s) da empresa DENTAL OESTE EIRELI EPP, de acordo com a classificação no item por ela alcançado, observadas as condições do edital que integra este instrumento de registro e aquelas enunciadas nas cláusulas que se seguem:

1. DO OBJETO

0.1. Apresentar o tempo e o objeto do REGISTRO DE PREÇOS DE MATERIAIS ODONTOLÓGICOS VISANDO POSSÍVEIS AQUISIÇÕES FUTURAS, conforme itens descritos no quadro abaixo:

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Preço Unitário	Preço Total
10	BROCA CARBIDE DE ALTA ROTAÇÃO Nº 1090	UN	60,00	Fava	1,47	88,20
11	BROCA DE ALTA ROTAÇÃO N. 1091	UN	60,00	Fava	1,44	86,40
12	BROCA DE ALTA ROTAÇÃO N. 1045	UN	40,00	Fava	1,44	57,60
13	BROCA DE AR Nº 1011 ESFÉRICA	UN	10,00	Fava	1,44	14,40
14	BROCA DE AR Nº 1012 ESFÉRICA	UN	10,00	Fava	1,44	14,40
15	BROCA PONTA DIAMANTADA 3118 F E FF	UN	20,00	Fava	1,44	28,80
16	BROCA PONTA DIAMANTADA 3135 F E FF	UN	20,00	Fava	1,44	28,80
31	DESINCROSTANTE LÍQUIDO 500 ML	UN	4,00	Desoxid	20,41	81,64
32	ESPELHO Nº 5	UN	100,00	Iodontosul	1,70	170,00
48	ESPONJA HEMOSTÁTICA EMBALAGEM COM 08 UNIDADES	PCT.	6,00	Technew	19,83	118,98
50	ACIDO ORTO-FOSFÓRICO 37% COM CLOREXIDINA	UN	40,00	Caithec	1,06	42,40
51	RESINA NANOHIBRIDA FOTOPOLIMERIZAVEL COM A2	UN	6,00	Kerr	23,80	142,80
52	RESINA NANOHIBRIDA FOTOPOLIMERIZAVEL COM A3	UN	6,00	Kerr	23,80	142,80
53	RESINA NANOHIBRIDA FOTOPOLIMERIZAVEL COM A3,5	UN	6,00	Kerr	22,15	132,90
54	RESINA NANOHIBRIDA FOTOPOLIMERIZAVEL COM C4	UN	2,00	Kerr	23,80	47,60
55	ADESIVO 2.1 ADAPER SINGLE BONDE COM SOLVENTE A BASE DE AGUA DE ALCOOL	UN	8,00	3M	90,00	720,00
73	ALÍCATE ORTODONTICO ANGLE BENDING 139 -13 CM P FIOS	UN	2,00	Golgran	57,30	114,60
74	SERINGA CENTRIX ESTOJO COM 30 PONTAS DFL	UN	2,00	Centrix	86,00	172,00

2 . DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1. O registro de preços formalizado na presente Ata terá validade a contar da data de assinatura deste instrumento, até 31 de dezembro de 2016, podendo ser prorrogado até completar 12 meses.

3. DO GERENCIAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1. O gerenciamento da presente ata caberá ao Setor de Administração da Prefeitura Municipal de União do Oeste, Estado de Santa Catarina.

3.2. O gerenciador da presente ata acompanhará a evolução dos preços de mercado, com a finalidade de verificar sua compatibilidade com os preços ora registrados.

3.3. Nesse sentido, a Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas as disposições contidas no art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

3.4. Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado, a Administração deverá convocar o fornecedor, visando a negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado;

3.4.1. Frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido, sendo revogada a presente ata de registro de preços, sendo então convocados os demais fornecedores, visando igual oportunidade de negociação;

3.5. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento, com documentação que faz prova, não puder cumprir o compromisso, a Administração poderá ainda:

I – liberar o fornecedor do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados se a comunicação ocorrer antes do pedido de fornecimento; procedendo a revogação da ata de registro de preços e,

II - convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

4. DA ENTREGA

4.1. Durante o prazo de validade da presente ata, a empresa DENTAL OESTE EIRELI EPP, a critério do Município de União do Oeste/FMS, de acordo com necessidade, será intimada para entregar os MATERIAIS, sendo os mesmos requeridos através de Autorização de Fornecimento, estando as obrigações assumidas vinculadas à esta Ata.

4.1.1. Expedida a Autorização de fornecimento a entrega deverá ser efetivada em até 10 dias, na Unidade Sanitária de Saúde.

4.2. Se o fornecedor recusar-se a entregar os materiais requeridos, sem justificativa por escrito, caracterizando o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitar-se-á às penalidades legalmente estabelecidas.

4.3. Os materiais somente serão requisitados se houver necessidade dos mesmos.

5. DO PAGAMENTO

5.1. O pagamento será efetuado em Ordem Bancária, mediante depósito na conta corrente da contratada, em até 30 dias após cada entrega e recebimento da respectiva nota fiscal devidamente recebida e aceita pela municipalidade.

5.2. As despesas decorrentes do fornecimento do objeto da presente licitação correrão à conta da Dotação do orçamento municipal vigente, com as seguintes classificações:

Entidade: 02 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE UNIÃO DO OESTE

Órgão – 11 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Unidade – 01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Projeto Atividade - 2.025 MANUT. ATIVIDADES DA SAÚDE

Elemento de Despesa: 8 - 3.3.90.00.00.00.00.00

Projeto Atividade - 2.026 MANUT. DA ATENÇÃO BÁSICA

Elemento de Despesa: 16 - 3.3.90.00.00.00.00.00

Projeto Atividade - 2.027 MANUT. DO PAB VARIÁVEL

Elemento de Despesa: 23 - 3.3.90.00.00.00.00.00

6. DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO GERENCIADOR

6.1. gerenciar a presente Ata, indicando, sempre que solicitado, o nome do fornecedor, o preço, e as especificações dos materiais registrados, observada a ordem de classificação indicada na licitação.

6.2. observar para que, durante a vigência da presente ata, sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, bem assim, a compatibilidade com as obrigações assumidas.

6.3. conduzir eventuais procedimentos administrativos de renegociação de preços registrados, para fins de adequação às novas condições de mercado, e de aplicação de penalidades.

7. DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

7.1. fornecer os materiais quando solicitados.

7.3. providenciar a imediata correção de deficiências, falhas ou irregularidades constatadas pelo ÓRGÃO GERENCIADOR referentes às condições firmadas na presente Ata.

7.4. manter, durante o prazo de vigência do Registro de Preços, todas as condições de habilitação exigidas no Edital de Pregão n.º 06/2016.

8. DAS PENALIDADES

8.1. Ficará impedida de licitar e contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até 2 (dois) anos, sem prejuízo das multas previstas no referido edital e das demais cominações referidas no Capítulo IV da Lei n.º 8.666/93, a licitante que, convocada dentro do prazo de validade da presente ata:

- a) Apresentar documento falso ou fizer declaração falsa;
- b) Ensejar o retardamento da execução das obrigações assumidas nesta Ata;
- c) Não mantiver a proposta, injustificadamente;
- d) Falhar ou fraudar na entrega dos materiais;
- e) Comportar-se de modo inidôneo;
- f) Cometer fraude fiscal.

8.2. Pela inexecução total ou parcial das obrigações assumidas nesta Ata, a Administração Municipal, poderá, garantida a defesa prévia, aplicar à licitante vencedora as sanções previstas no edital Pregão Presencial nº 06/2016 e demais penalidades previstas na Lei de Licitações e Lei de Pregão.

9. DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1. o fornecedor terá seu registro cancelado, assegurado o contraditório e ampla defesa, quando:

- a) não cumprir as obrigações da presente Ata;
- b) não fornecer os materiais no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa aceitável;
- c) não aceitar reduzir seu preço registrado na hipótese de este se apresentar superior aos praticados no mercado;
- d) por razões de interesse público devidamente demonstrado e justificado pela Administração.

9.2. O fornecedor poderá solicitar o cancelamento de seu registro, na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrente de caso fortuito ou força maior, devidamente comprovado.

10. DA PUBLICIDADE

10. Os preços, o fornecedor e as especificações resumidas do objeto, como também as possíveis alterações da presente Ata, serão publicadas no Diário Oficial dos Municípios (DOM).

11.DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

11.1. Integram a presente ata o Edital do Pregão n.º 06/2016 e documentos atinentes ao processo licitatório.

12. DO FORO

As controvérsias decorrentes desta Ata serão dirimidas no foro da Comarca de Coronel Freitas – SC, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que venha a ser.

E por estar, assim, justo e avençado, depois de lido e achado conforme, foi o presente instrumento lavrado em três vias de igual teor e forma e assinado pelas partes.

DARCY JOÃO LUZI
Gestor do Fundo Municipal de Saúde

DENTAL OESTE EIRELI EPP
ELCI TRICHES BERTI
P/ CONTRATADA

Testemunhas:

01. _____
Nome: José Tessaro
CPF: 460.292.909-59

02. _____
Nome: Marília Miorelli
CPF: 057.672.509-95

ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 13/2016 FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE UNIÃO DO OESTE
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 13/2016

PROCESSO Nº 06/2016

PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 06/2016

VALIDADE DA ATA REGISTRO DE PREÇOS: até 31/12/2016, podendo ser prorrogada até completar 12 meses.

Aos dez dias do mês de maio do ano de 2016, o Município de União do Oeste, através do Fundo Municipal de Saúde, inscrito no CNPJ sob n.º 11.692.396/0001-00, com sede na Rua Chapecó, Centro, União do Oeste, Estado de Santa Catarina, neste ato representado por seu Gestor Sr. DARCY JOÃO LUZI, no uso de suas atribuições e, nos termos do art. 15 da Lei Federal 8.666/93, Decreto municipal n.º 206/2007 e as demais normas legais aplicáveis, de acordo com o resultado da classificação no PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS n.º 06/2016, RESOLVE: Registrar o(s) preço(s) da empresa ODONTOMEDIPRODUTOS ODONTOLÓGICOS E HOSPITALARES LTDA-ME, de acordo com a classificação no item por ela alcançado, observadas as condições do edital que integra este instrumento de registro e aquelas enunciadas nas cláusulas que se seguem:

1. DO OBJETO

0.1. A presente ata tem por objeto o REGISTRO DE PREÇOS DE MATERIAIS ODONTOLÓGICOS VISANDO POSSÍVEIS AQUISIÇÕES FUTURAS, conforme itens descritos no quadro abaixo:

Item	Especificação	Un. Med.	Qtde Cotada	Marca	Preço Unitário	Preço Total
3	IONOMERO VIDRO QUIMICO	UN	10,00	FGM	15,96	159,60
4	PINCEL MICROBRUSH FINO OU MÉDIO COM 100 UNIDADES	CX	24,00	KG	7,91	189,84
5	BROCA CARBIDE DE BAIXA ROTAÇÃO Nº 02	UN	40,00	KAVO KERR	5,92	236,80
6	BROCA CARBIDE DE BAIXA ROTAÇÃO Nº 04	UN	40,00	KAVO KERR	5,92	236,80
7	BROCA CARBIDE DE BAIXA ROTAÇÃO Nº 05	UN	40,00	KAVO KERR	5,92	236,80
8	BROCA CARBIDE DE BAIXA ROTAÇÃO Nº 06	UN	40,00	KAVO KERR	5,92	236,80
9	BROCA CARBIDE DE BAIXA ROTAÇÃO Nº 08	UN	40,00	KAVO KERR	5,92	236,80
17	BROCA CARBIDE FG 199Z	UN	8,00	KG	25,94	207,52
18	ÁGUA DESTILADA EMBALAGEM COM 5 LITROS	UN	50,00	SS PLUS	6,80	340,00
23	PAPEL TOALHA BRANCO, EMBALAGEM COM 1.000 FOLHAS	PT	40,00	BIOSUMMER	8,35	334,00

27	GORRO DESCARTÁVEL SANFONADA COM ELÁSTICO COM 100 UNID.	PCT.	5,00	DESCARPACK	6,92	34,60
30	LUVA DE NITRILO TAMANHO P, CX COM 100 UNIDADES	CX	60,00	NUGARD	17,00	1.020,00
40	DETERGENTEENZIMÁTICO 1L COMENZIMASMAISCOENZIMA	FR	10,00	KELLDRIIN	17,22	172,20
41	SOLUÇÃO DE FLUORETO DE SÓDIO A 0,2% PARA BOCHECHO, EMB. COM 1.000 ML	FR	20,00	IODONTOSUL	11,00	220,00
47	ALVEOLEX	FR	4,00	BIODINAMICA	17,65	70,60
49	ANESTESICOMEPIVACAINA2% COMEPINEFRINA, 50 UNIDADES	CX	10,00	DENTSPLY	61,31	613,10
57	ANESTÉSICO TÓPICO LIQUIDO LIDOCAINA A 10% - 50 ML	UN	4,00	CRISTALIA	61,18	244,72
58	ANESTÉSICO TÓPICO GEL, EMB. COM 12 GR	UN	4,00	DFL	5,12	20,48
59	ROLETES DE ALGODÃO, EMB. C/ 100 UND.	PT	40,00	SS PLUS	1,40	56,00
63	HIDRO C - KIT COMPOSTO POR: 1 TUBO DE PASTA BASE 13G. 1 TUBO DE PASTA CATALISADORA 11G. 1 BLOCO DE MISTURA	KIT	8,00	DENTSPLY	22,68	181,44
64	ENHANCE C/ 7 PONTAS SORTIDAS	UN	8,00	DENTSPLY	62,51	500,08
65	SABONETE LIQUIDO ANTI-SÉPTICO EMB. COM 05 LITROS	UN	4,00	RIOQUIMICA	33,79	135,16
67	ANTI-SÉPTICO BUCAL 1,5 LITROS, SEMALCOOL, COM BOMBA DOSADORA	UN	4,00	LISTERINE	34,80	139,20
75	KIT PONTASCENTRIXANTERIOR(LV) COM 20 UNIDADES CADA	UN	12,00	DFL	43,69	524,28
83	CERA 7	CX	12,00	LYSANDA	8,39	100,68
87	BROCA WIDIA Nº 1509 PM	UN	2,00	EDENTA	123,69	247,38
88	MADRIL PARA DISCO DE AÇO COM ROSCA	UN	4,00	MICRODONT	3,30	13,20
93	PONTEIRA METÁLICA PARA JATO DE BICARBONATO JET LAXIS	UN	4,00	SCHUSTER	69,16	276,64

2. DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1. O registro de preços formalizado na presente Ata terá validade a contar da data de assinatura deste instrumento, até 31 de dezembro de 2016, podendo ser prorrogado até completar 12 meses.

3. DO GERENCIAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1. O gerenciamento da presente ata caberá ao Setor de Administração da Prefeitura Municipal de União do Oeste, Estado de Santa Catarina.

3.2. O gerenciador da presente ata acompanhará a evolução dos preços de mercado, com a finalidade de verificar sua compatibilidade com os preços ora registrados.

3.3. Nesse sentido, a Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas as disposições contidas no art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

3.4. Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado, a Administração deverá convocar o fornecedor, visando a negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado;

3.4.1. Frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido, sendo revogada a presente ata de registro de preços, sendo então convocados os demais fornecedores, visando igual oportunidade de negociação;

3.5. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento, com documentação que faz prova, não puder cumprir o compromisso, a Administração poderá ainda:

I – liberar o fornecedor do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados se a comunicação ocorrer antes do pedido de fornecimento; procedendo a revogação da ata de registro de preços e,

II - convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

4. DA ENTREGA

4.1. Durante o prazo de validade da presente ata, a empresa ODONTOMEDI PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E HOSPITALARES LTDA-ME, a critério do Município de União do Oeste/FMS, de acordo com necessidade, será intimada para entregar os MATERIAIS, sendo os mesmos requeridos através de Autorização de Fornecimento, estando as obrigações assumidas vinculadas à esta Ata.

4.1.1. Expedida a Autorização de fornecimento a entrega deverá ser efetuada em até 10 dias, na Unidade Sanitária de Saúde.

4.2. Se o fornecedor recusar-se a entregar os materiais requeridos, sem justificativa por escrito, caracterizando o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitar-se-á às penalidades legalmente estabelecidas.

4.3. Os materiais somente serão requisitados se houver necessidade dos mesmos.

5. DO PAGAMENTO

5.1. O pagamento será efetuado em Ordem Bancária, mediante depósito na conta corrente da contratada, em até 30 dias após cada entrega e

recebimento da respectiva nota fiscal devidamente recebida e aceita pela municipalidade.

5.2. As despesas decorrentes do fornecimento do objeto da presente licitação correrão à conta da Dotação do orçamento municipal vigente, com as seguintes classificações:

Entidade: 02 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE UNIÃO DO OESTE
Órgão – 11 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Unidade – 01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Projeto Atividade - 2.025 MANUT. ATIVIDADES DA SAÚDE
Elemento de Despesa: 8 - 3.3.90.00.00.00.00.00
Projeto Atividade - 2.026 MANUT. DA ATENÇÃO BÁSICA
Elemento de Despesa: 16 - 3.3.90.00.00.00.00.00
Projeto Atividade - 2.027 MANUT. DO PAB VARIÁVEL
Elemento de Despesa: 23 - 3.3.90.00.00.00.00.00

6. DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO GERENCIADOR

6.1. gerenciar a presente Ata, indicando, sempre que solicitado, o nome do fornecedor, o preço, e as especificações dos materiais registrados, observada a ordem de classificação indicada na licitação.

6.2. observar para que, durante a vigência da presente ata, sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, bem assim, a compatibilidade com as obrigações assumidas.

6.3. conduzir eventuais procedimentos administrativos de renegociação de preços registrados, para fins de adequação às novas condições de mercado, e de aplicação de penalidades.

7. DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

7.1. fornecer os materiais quando solicitados.

7.3. providenciar a imediata correção de deficiências, falhas ou irregularidades constatadas pelo ÓRGÃO GERENCIADOR referentes às condições firmadas na presente Ata.

7.4. manter, durante o prazo de vigência do Registro de Preços, todas as condições de habilitação exigidas no Edital de Pregão n.º 06/2016.

8. DAS PENALIDADES

8.1. Ficará impedida de licitar e contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até 2 (dois) anos, sem prejuízo das multas previstas no referido edital e das demais cominações referidas no Capítulo IV da Lei n.º 8.666/93, a licitante que, convocada dentro do prazo de validade da presente ata:

- a) Apresentar documento falso ou fizer declaração falsa;
- b) Ensejar o retardamento da execução das obrigações assumidas nesta Ata;
- c) Não mantiver a proposta, injustificadamente;
- d) Falhar ou fraudar na entrega dos materiais;
- e) Comportar-se de modo inidôneo;
- f) Cometer fraude fiscal.

8.2. Pela inexecução total ou parcial das obrigações assumidas nesta Ata, a Administração Municipal, poderá, garantida a defesa prévia, aplicar à licitante vencedora as sanções previstas no edital Pregão Presencial nº 06/2016 e demais penalidades previstas na Lei de Licitações e Lei de Pregão.

9. DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1. o fornecedor terá seu registro cancelado, assegurado o contraditório e ampla defesa, quando:

- a) não cumprir as obrigações da presente Ata;
- b) não fornecer os materiais no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa aceitável;
- c) não aceitar reduzir seu preço registrado na hipótese de este se apresentar superior aos praticados no mercado;
- d) por razões de interesse público devidamente demonstrado e justificado pela Administração.

9.2. O fornecedor poderá solicitar o cancelamento de seu registro, na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrente de caso fortuito ou força maior, devidamente comprovado.

10. DA PUBLICIDADE

10. Os preços, o fornecedor e as especificações resumidas do objeto, como também as possíveis alterações da presente Ata, serão publicadas no Diário Oficial dos Municípios (DOM).

11.DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

11.1. Integram a presente ata o Edital do Pregão n.º 06/2016 e documentos atinentes ao processo licitatório.

12. DO FORO

As controvérsias decorrentes desta Ata serão dirimidas no foro da Comarca de Coronel Freitas-SC, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que venha a ser.

E por estar, assim, justo e avençado, depois de lido e achado conforme, foi o presente instrumento lavrado em três vias de igual teor e forma e assinado pelas partes.

DARCY JOÃO LUZI
Gestor do Fundo Municipal de Saúde

ODONTOMEDI PRODUTOS ODONTOLÓGICOS
E HOSPITALARES LTDA-ME
ROMANO ANTONIO POSSATTO
P/ CONTRATADA

Testemunhas:

01. _____
Nome: José Tessaro
CPF: 460.292.909-99

02. _____
Nome: Marília Miorelli
CPF: 057.672.509-95

ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 14/2016 FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE UNIÃO DO OESTE
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 14/2016

PROCESSO Nº 06/2016

PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 06/2016

VALIDADE DA ATA REGISTRO DE PREÇOS: até 31/12/2016, podendo ser prorrogada até completar 12 meses.

Aos dez dias do mês de maio do ano de 2016, o Município de União do Oeste, através do Fundo Municipal de Saúde, inscrito no CNPJ sob n.º 11.692.396/0001-00, com sede na Rua Chapecó, Centro, União do Oeste, Estado de Santa Catarina, neste ato representado por seu Gestor Sr. DARCY JOÃO LUZI, no uso de suas atribuições e, nos termos do art. 15 da Lei Federal 8.666/93, Decreto municipal n.º 206/2007 e as demais normas legais aplicáveis, de acordo com o resultado da classificação no PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS n.º 06/2016, RESOLVE: Registrar o(s) preço(s) da empresa VANUSA DIAS EIRELI EPP, de acordo com a classificação no item por ela alcançado, observadas as condições do edital que integra este instrumento de registro e aquelas enunciadas nas cláusulas que se seguem:

1. DO OBJETO

0.1. Apresenta a ata temporária do REGISTRO DE PREÇOS DE MATERIAIS ODONTOLÓGICOS VISANDO POSSÍVEIS AQUISIÇÕES FUTURAS, conforme itens descritos no quadro abaixo:

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Preço Unitário	Preço Total
1	TRICRESOL FORMALINA, EMB. DE 10 ML	UN	10,00	MAQUIRA	4,94	49,40
22	VERNIZ FLUORETADO	FR	10,00	SSWHITE	17,08	170,80
26	FIO DENTAL 500M	UN	10,00	HILLO	5,10	51,00
28	MASCARA TRIPLA COM ELÁSTICO 50 UNID.	CX	15,00	INNOVA	5,40	81,00
34	PINÇA ODONTOLÓGICA PARA ALGODÃO	UN	100,00	IDV	4,60	460,00
35	SONDA CLÍNICA ODONTOLÓGICA	UN	20,00	IDV	6,02	120,40
36	PASTA PROFILÁTICA C/ 90 GRAMAS	UN	8,00	MAQUIRA	3,37	26,96
37	SOLUÇÃO DE MILTON 1% - 1000 ML	FR	4,00	ASFER	3,92	15,68
38	CLORHEXEDINE 0,12% EMBALAGEM COM 02 LITROS	FR	8,00	COLGATE	45,35	362,80
39	FORCEPS 101 INFANTIL	UN	8,00	TRINKS	41,90	335,20
42	TIRAS DE LIXA DE AÇO ABRASIVA PARA AMALGAMA COM 12 UND	CX	10,00	PREVEN	4,65	46,50

44	PAPEL ARTICULAÇÃO	UN	30,00	PREVEN	1,41	42,30
45	ROLETE DE BANDA MATRIZ AÇO INOX 0,05X5MM	UN	40,00	MAQUIRA	0,88	35,20
46	BICARBONATO DE SÓDIO - SABOR MENTA FRASCO DE 200 ML	FR	8,00	MAQUIRA	7,46	59,68
56	BISNAGA PASTA DE POLIMENTO EMB. COM 4 GR	UN	4,00	MAQUIRA	11,09	44,36
60	SUGADOR DESCARTÁVEL, EMB C/ 40 UND	PT	40,00	MAXCLEAN	3,18	127,20
61	ESCOVA DENTAL INFANTIL EXTRA MACIA MACIA	UN	400,00	KOVACS	0,36	144,00
62	ESCOVADENTAL PEQUENA PARA CRIANÇAS DE ATÉ 03 ANOS	UN	300,00	KOVACS	0,38	114,00
66	LÂMINA DE BISTURI Nº 12 CAIXA COM 100 UNIDADES	CX	4,00	ADVANTIVE	20,02	80,08
70	BANDEJA ODONTOLÓGICA EM INOX 22X12 CM	UN	12,00	MAQUIRA	16,10	193,20
72	ALICATE ORTODONTICO DE CORTE DE AMARILHO 151 COM WIDIA	UN	2,00	GOLGRAN	269,96	539,92
76	ESPATULA DE RESINA COMPOSITO ANTERIOR GIKSTEIM FLEXI THIN MINI	UN	10,00	HU FRIEDY	162,40	1.624,00
78	CURETA MACALL MINI FIVE 5-6	UN	8,00	GOLGRAN	34,09	272,72
79	CURETA MACALL MINI FIVE 7-8	UN	8,00	GOLGRAN	34,09	272,72
81	ESPÁTULA PARA GESSO DE AÇO DE CABO DE MADEIRA	UN	2,00	MAC	6,83	13,66
84	ALGINATO DE ALTA ESTABILIDADE	KG	60,00	MAQUIRA	9,13	547,80
85	GESSO ESPECIAL TIPO V - EMBALAGEM COM 1 KG	UN	20,00	ASFER	16,08	321,60

2. DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1. O registro de preços formalizado na presente Ata terá validade a contar da data de assinatura deste instrumento, até 31 de dezembro de 2016, podendo ser prorrogado até completar 12 meses.

3. DO GERENCIAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1. O gerenciamento da presente ata caberá ao Setor de Administração da Prefeitura Municipal de União do Oeste, Estado de Santa Catarina.

3.2. O gerenciador da presente ata acompanhará a evolução dos preços de mercado, com a finalidade de verificar sua compatibilidade com os preços ora registrados.

3.3. Nesse sentido, a Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas as disposições contidas no art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

3.4. Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado, a Administração deverá convocar o fornecedor, visando a negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado;

3.4.1. Frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido, sendo revogada a presente ata de registro de preços, sendo então convocados os demais fornecedores, visando igual oportunidade de negociação;

3.5. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento, com documentação que faz prova, não puder cumprir o compromisso, a Administração poderá ainda:

I – liberar o fornecedor do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados se a comunicação ocorrer antes do pedido de fornecimento; procedendo a revogação da ata de registro de preços e,

II - convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

4. DA ENTREGA

4.1. Durante o prazo de validade da presente ata, a empresa VANUSA DIAS EIRELI EPP, a critério do Município de União do Oeste/FMS, de acordo com necessidade, será intimada para entregar os MATERIAIS, sendo os mesmos requeridos através de Autorização de Fornecimento, estando as obrigações assumidas vinculadas à esta Ata.

4.1.1. Expedida a Autorização de fornecimento a entrega deverá ser efetuada em até 10 dias, na Unidade Sanitária de Saúde.

4.2. Se o fornecedor recusar-se a entregar os materiais requeridos, sem justificativa por escrito, caracterizando o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitar-se-á às penalidades legalmente estabelecidas.

4.3. Os materiais somente serão requisitados se houver necessidade dos mesmos.

5. DO PAGAMENTO

5.1. O pagamento será efetuado em Ordem Bancária, mediante depósito na conta corrente da contratada, em até 30 dias após cada entrega e recebimento da respectiva nota fiscal devidamente recebida e aceita pela municipalidade.

5.2. As despesas decorrentes do fornecimento do objeto da presente licitação correrão à conta da Dotação do orçamento municipal vigente, com as seguintes classificações:

Entidade: 02 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE UNIÃO DO OESTE
Órgão – 11 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Unidade – 01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Projeto Atividade - 2.025 MANUT. ATIVIDADES DA SAÚDE
Elemento de Despesa: 8 - 3.3.90.00.00.00.00.00
Projeto Atividade - 2.026 MANUT. DA ATENÇÃO BÁSICA
Elemento de Despesa: 16 - 3.3.90.00.00.00.00.00
Projeto Atividade - 2.027 MANUT. DO PAB VARIÁVEL
Elemento de Despesa: 23 - 3.3.90.00.00.00.00.00

6. DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO GERENCIADOR

6.1. gerenciar a presente Ata, indicando, sempre que solicitado, o nome do fornecedor, o preço, e as especificações dos materiais registrados, observada a ordem de classificação indicada na licitação.

6.2. observar para que, durante a vigência da presente ata, sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, bem assim, a compatibilidade com as obrigações assumidas.

6.3. conduzir eventuais procedimentos administrativos de renegociação de preços registrados, para fins de adequação às novas condições de mercado, e de aplicação de penalidades.

7. DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

7.1. fornecer os materiais quando solicitados.

7.3. providenciar a imediata correção de deficiências, falhas ou irregularidades constatadas pelo ÓRGÃO GERENCIADOR referentes às condições firmadas na presente Ata.

7.4. manter, durante o prazo de vigência do Registro de Preços, todas as condições de habilitação exigidas no Edital de Pregão n.º 06/2016.

8. DAS PENALIDADES

8.1. Ficará impedida de licitar e contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até 2 (dois) anos, sem prejuízo das multas previstas no referido edital e das demais cominações referidas no Capítulo IV da Lei n.º 8.666/93, a licitante que, convocada dentro do prazo de validade da presente ata:

- a) Apresentar documento falso ou fizer declaração falsa;
- b) Ensejar o retardamento da execução das obrigações assumidas nesta Ata;
- c) Não mantiver a proposta, injustificadamente;
- d) Falhar ou fraudar na entrega dos materiais;
- e) Comportar-se de modo inidôneo;
- f) Cometer fraude fiscal.

8.2. Pela inexecução total ou parcial das obrigações assumidas nesta Ata, a Administração Municipal, poderá, garantida a defesa prévia, aplicar à licitante vencedora as sanções previstas no edital Pregão Presencial nº 06/2016 e demais penalidades previstas na Lei de Licitações e Lei de Pregão.

9. DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1. o fornecedor terá seu registro cancelado, assegurado o contraditório e ampla defesa, quando:

- a) não cumprir as obrigações da presente Ata;
- b) não fornecer os materiais no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa aceitável;
- c) não aceitar reduzir seu preço registrado na hipótese de este se apresentar superior aos praticados no mercado;
- d) por razões de interesse público devidamente demonstrado e justificado pela Administração.

9.2. O fornecedor poderá solicitar o cancelamento de seu registro, na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrente de caso fortuito ou força maior, devidamente comprovado.

10. DA PUBLICIDADE

10. Os preços, o fornecedor e as especificações resumidas do objeto, como também as possíveis alterações da presente Ata, serão publicadas no Diário Oficial dos Municípios (DOM).

11. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

11.1. Integram a presente ata o Edital do Pregão n.º 06/2016 e documentos atinentes ao processo licitatório.

12. DO FORO

As controvérsias decorrentes desta Ata serão dirimidas no foro da Comarca de Coronel Freitas – SC, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que venha a ser.

E por estar, assim, justo e avençado, depois de lido e achado conforme, foi o presente instrumento lavrado em três vias de igual teor e forma e assinado pelas partes.

DARCY JOÃO LUZI
Gestor do Fundo Municipal de Saúde

VANUSA DIAS EIRELI EPP
Vanusa Dias
P/ CONTRATADA

Testemunhas:

01. _____
Nome: José Tessaro
CPF: 460.292.909-59

02. _____
Nome: Marília Miorelli
CPF: 057.672.509-95

ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 15/2016 FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE UNIÃO DO OESTE
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 15/2016

PROCESSO Nº 06/2016

PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 06/2016

VALIDADE DA ATA REGISTRO DE PREÇOS: até 31/12/2016, podendo ser prorrogada até completar 12 meses.

Aos dez dias do mês de maio do ano de 2016, o Município de União do Oeste, através do Fundo Municipal de Saúde, inscrito no CNPJ sob n.º 11.692.396/0001-00, com sede na Rua Chapecó, Centro, União do Oeste, Estado de Santa Catarina, neste ato representado por seu Gestor Sr. DARCY JOÃO LUZI, nos seus atribuições, nos termos do art. 15 da Lei Federal 8.666/93, Decreto municipal n.º 206/2007 e das demais normas legais aplicáveis, de acordo com o resultado da classificação no PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS n.º 06/2016, RESOLVE: Registrar o(s) preço(s) da empresa MEGHA EQUIPAMENTOS E MATERIAIS MÉDICOS LTDA, de acordo com a classificação no item e o preço alcançado, observadas as condições do edital que integra este instrumento de registro e aquelas enunciadas nas cláusulas que se seguem:

1. DO OBJETO

0.1. Apresenta a presente ata o objeto do REGISTRO DE PREÇOS DE MATERIAIS ODONTOLÓGICOS VISANDO POSSÍVEIS AQUISIÇÕES FUTURAS, conforme itens descritos no quadro abaixo:

Item	Especificação	Un. Med.	Qtde Cotada	Marca	Preço Unitário	Preço Total
19	IRM PO E LIQUIDO	KIT	5,00	BIODINAMICA INTERIM	38,00	190,00
20	DEDEIRA PARA BEBES ATÉ 2 ANOS	UN	60,00	MEDFIO	8,00	480,00
21	DEDEIRA PARA BEBES ATÉ 06 MESES	UN	40,00	MEDFIO	7,84	313,60
24	PACOTE ESTERILIZADOR 105MM/250MM AUTOSELANTE EMB. COM 100 UNIDADES	PCT.	30,00	HOSPFLEX 150X250	27,77	833,10
25	PACOTE ESTERILIZAR 90MM/260MM AUTOSELANTE EMB. COM 100 UN	UN	30,00	CIPACK	17,63	528,90
33	ESPELHO Nº 03	UN	100,00	PHARMAINÓX	2,42	242,00
43	TIRAS DE ABRASIVAS DE POLYESTER P/ POLIMENTO, EMB. C/ 150 UND.	PT	20,00	KDENT	1,50	30,00
77	MADRIL PARA PORTA LIXA TIPO C1	UN	4,00	MICRODONT	8,00	32,00
92	ESTERILIZANTE GLUTACIN 5000 ML	UN	4,00	CINORD	49,20	196,80

2. DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1. O registro de preços formalizado na presente Ata terá validade a contar da data de assinatura deste instrumento, até 31 de dezembro de 2016,

podendo ser prorrogado até completar 12 meses.

3. DO GERENCIAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1. O gerenciamento da presente ata caberá ao Setor de Administração da Prefeitura Municipal de União do Oeste, Estado de Santa Catarina.

3.2. O gerenciador da presente ata acompanhará a evolução dos preços de mercado, com a finalidade de verificar sua compatibilidade com os preços ora registrados.

3.3. Nesse sentido, a Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas as disposições contidas no art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

3.4. Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado, a Administração deverá convocar o fornecedor, visando a negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado;

3.4.1. Frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido, sendo revogada a presente ata de registro de preços, sendo então convocados os demais fornecedores, visando igual oportunidade de negociação;

3.5. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento, com documentação que faz prova, não puder cumprir o compromisso, a Administração poderá ainda:

I – liberar o fornecedor do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados se a comunicação ocorrer antes do pedido de fornecimento; procedendo a revogação da ata de registro de preços e,

II - convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

4. DA ENTREGA

4.1. Durante o prazo de validade da presente ata, a empresa MEGHA EQUIPAMENTOS E MATERIAIS MÉDICOS LTDA, a critério do Município de União do Oeste/FMS, de acordo com necessidade, será intimada para entregar os MATERIAIS, sendo os mesmos requeridos através de Autorização de Fornecimento, estando as obrigações assumidas vinculadas à esta Ata.

4.1.1. Expedida a Autorização de fornecimento a entrega deverá ser efetivada em até 10 dias, na Unidade Sanitária de Saúde.

4.2. Se o fornecedor recusar-se a entregar os materiais requeridos, sem justificativa por escrito, caracterizando o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitar-se-á às penalidades legalmente estabelecidas.

4.3. Os materiais somente serão requisitados se houver necessidade dos mesmos.

5. DO PAGAMENTO

5.1. O pagamento será efetuado em Ordem Bancária, mediante depósito na conta corrente da contratada, em até 30 dias após cada entrega e recebimento da respectiva nota fiscal devidamente recebida e aceita pela municipalidade.

5.2. As despesas decorrentes do fornecimento do objeto da presente licitação correrão à conta da Dotação do orçamento municipal vigente, com as seguintes classificações:

Entidade: 02 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE UNIÃO DO OESTE

Órgão – 11 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Unidade – 01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Projeto Atividade - 2.025 MANUT. ATIVIDADES DA SAÚDE

Elemento de Despesa: 8 - 3.3.90.00.00.00.00.00

Projeto Atividade - 2.026 MANUT. DA ATENÇÃO BÁSICA

Elemento de Despesa: 16 - 3.3.90.00.00.00.00.00

Projeto Atividade - 2.027 MANUT. DO PAB VARIÁVEL

Elemento de Despesa: 23 - 3.3.90.00.00.00.00.00

6. DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO GERENCIADOR

6.1. gerenciar a presente Ata, indicando, sempre que solicitado, o nome do fornecedor, o preço, e as especificações dos materiais registrados, observada a ordem de classificação indicada na licitação.

6.2. observar para que, durante a vigência da presente ata, sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, bem assim, a compatibilidade com as obrigações assumidas.

6.3. conduzir eventuais procedimentos administrativos de renegociação de preços registrados, para fins de adequação às novas condições de mercado, e de aplicação de penalidades.

7. DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

7.1. fornecer os materiais quando solicitados.

7.3. providenciar a imediata correção de deficiências, falhas ou irregularidades constatadas pelo ÓRGÃO GERENCIADOR referentes às condições firmadas na presente Ata.

7.4. manter, durante o prazo de vigência do Registro de Preços, todas as condições de habilitação exigidas no Edital de Pregão n.º 06/2016.

8. DAS PENALIDADES

8.1. Ficará impedida de licitar e contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até 2 (dois) anos, sem prejuízo das multas previstas no referido edital e das demais cominações referidas no Capítulo IV da Lei n.º 8.666/93, a licitante que, convocada dentro do prazo de validade da presente ata:

- a) Apresentar documento falso ou fizer declaração falsa;
- b) Ensejar o retardamento da execução das obrigações assumidas nesta Ata;
- c) Não mantiver a proposta, injustificadamente;
- d) Falhar ou fraudar na entrega dos materiais;
- e) Comportar-se de modo inidôneo;
- f) Cometer fraude fiscal.

8.2. Pela inexecução total ou parcial das obrigações assumidas nesta Ata, a Administração Municipal, poderá, garantida a defesa prévia, aplicar à licitante vencedora as sanções previstas no edital Pregão Presencial nº 06/2016 e demais penalidades previstas na Lei de Licitações e Lei de Pregão.

9. DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1. o fornecedor terá seu registro cancelado, assegurado o contraditório e ampla defesa, quando:

- a) não cumprir as obrigações da presente Ata;
- b) não fornecer os materiais no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa aceitável;
- c) não aceitar reduzir seu preço registrado na hipótese de este se apresentar superior aos praticados no mercado;
- d) por razões de interesse público devidamente demonstrado e justificado pela Administração.

9.2. O fornecedor poderá solicitar o cancelamento de seu registro, na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrente de caso fortuito ou força maior, devidamente comprovado.

10. DA PUBLICIDADE

10. Os preços, o fornecedor e as especificações resumidas do objeto, como também as possíveis alterações da presente Ata, serão publicadas no Diário Oficial dos Municípios (DOM).

11. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

11.1. Integram a presente ata o Edital do Pregão n.º 06/2016 e documentos atinentes ao processo licitatório.

12. DO FORO

As controvérsias decorrentes desta Ata serão dirimidas no foro da Comarca de Coronel Freitas – SC, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que venha a ser.

E por estar, assim, justo e avençado, depois de lido e achado conforme, foi o presente instrumento lavrado em três vias de igual teor e forma e assinado pelas partes.

DARCY JOÃO LUZI
Gestor do Fundo Municipal de Saúde

MEGHA EQUIPAMENTOS E MATERIAIS MÉDICOS LTDA
Rosimari Borin Badin
P/ CONTRATADA

Testemunhas:

01. _____
Nome: José Tessaro
CPF: 460.292.909-59

02. _____
Nome: Marília Miorelli
CPF: 057.672.509-95

ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 16/2016 FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE UNIÃO DO OESTE
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 16/2016

PROCESSO Nº 06/2016

PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 06/2016

VALIDADE DA ATA REGISTRO DE PREÇOS: até 31/12/2016, podendo ser prorrogada até completar 12 meses.

Aos dez dias do mês de maio do ano de 2016, o Município de União do Oeste, através do Fundo Municipal de Saúde, inscrito no CNPJ sob n.º 11.692.396/0001-00, com sede na Rua Chapecó, Centro, União do Oeste, Estado de Santa Catarina, neste ato representado por seu Gestor Sr. DARCY JOÃO LUZI, no uso de suas atribuições e, nos termos do art. 15 da Lei Federal 8.666/93, Decreto municipal n.º 206/2007 e as demais normas legais aplicáveis, de acordo com o resultado da classificação no PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS n.º 06/2016, RESOLVE: Registrar o(s) preço(s) da empresa POSSATTO E POSSATTO LTDA – ME, de acordo com a classificação no item por ela alcançado, observadas as condições do edital que integra este instrumento de registro e aquelas enunciadas nas cláusulas que se seguem:

1. DO OBJETO

0.1. Apresenta a presente ata o objeto do REGISTRO DE PREÇOS DE MATERIAIS ODONTOLÓGICOS VISANDO POSSÍVEIS AQUISIÇÕES FUTURAS, conforme itens descritos no quadro abaixo:

Item	Especificação	Un. Med.	Qtde Cotada	Marca	Preço Unitário	Preço Total
2	IONOMERO DE VIDRO FOTOPOLIMERIZÁVEL	KIT	10,00	SDI	98,80	988,00
29	LUVA LATEX EP CAIXA COM 100 UNIDADES	CX	100,00	MEDIX	16,00	1.600,00
68	TESOURA CIRURGICA CURVA 9 CM	UN	8,00	GOLGRAN	13,34	106,72
71	BANDEJA ODONTOLÓGICA EM INOX 18X12 CM	UN	12,00	FAMI	21,30	255,60
82	BLOCO PARA ESPATULAÇÃO GRANDE	UN	4,00	PREVEN	4,99	19,96
86	BROCA WIDIA Nº 1508 PM	UN	2,00	AMERICAN	52,90	105,80
91	KIT MODELEIRA ADULTA PERFORADA INOX COM 8 UNIDADES	KIT	4,00	TECNODENT	147,90	591,60

2. DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1. O registro de preços formalizado na presente Ata terá validade a contar da data de assinatura deste instrumento, até 31 de dezembro de 2016, podendo ser prorrogado até completar 12 meses.

3. DO GERENCIAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1. O gerenciamento da presente ata caberá ao Setor de Administração da Prefeitura Municipal de União do Oeste, Estado de Santa Catarina.

3.2. O gerenciador da presente ata acompanhará a evolução dos preços de mercado, com a finalidade de verificar sua compatibilidade com os preços ora registrados.

3.3. Nesse sentido, a Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas as disposições contidas no art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

3.4. Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado, a Administração deverá convocar o fornecedor, visando a negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado;

3.4.1. Frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido, sendo revogada a presente ata de registro de preços, sendo então convocados os demais fornecedores, visando igual oportunidade de negociação;

3.5. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento, com documentação que faz prova, não puder cumprir o compromisso, a Administração poderá ainda:

I – liberar o fornecedor do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados se a comunicação ocorrer antes do pedido de fornecimento; procedendo a revogação da ata de registro de preços e,

II - convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

4. DA ENTREGA

4.1. Durante o prazo de validade da presente ata, a empresa POSSATTO E POSSATTO LTDA – ME, a critério do Município de União do Oeste/FMS, de acordo com necessidade, será intimada para entregar os MATERIAIS, sendo os mesmos requeridos através de Autorização de Fornecimento, estando as obrigações assumidas vinculadas à esta Ata.

4.1.1. Expedida a Autorização de fornecimento a entrega deverá ser efetivada em até 10 dias, na Unidade Sanitária de Saúde.

4.2. Se o fornecedor recusar-se a entregar os materiais requeridos, sem justificativa por escrito, caracterizando o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitar-se-á às penalidades legalmente estabelecidas.

4.3. Os materiais somente serão requisitados se houver necessidade dos mesmos.

5. DO PAGAMENTO

5.1. O pagamento será efetuado em Ordem Bancária, mediante depósito na conta corrente da contratada, em até 30 dias após cada entrega e recebimento da respectiva nota fiscal devidamente recebida e aceita pela municipalidade.

5.2. As despesas decorrentes do fornecimento do objeto da presente licitação correrão à conta da Dotação do orçamento municipal vigente, com as seguintes classificações:

Entidade: 02 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE UNIÃO DO OESTE

Órgão – 11 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Unidade – 01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Projeto Atividade - 2.025 MANUT. ATIVIDADES DA SAÚDE

Elemento de Despesa: 8 - 3.3.90.00.00.00.00.00

Projeto Atividade - 2.026 MANUT. DA ATENÇÃO BÁSICA

Elemento de Despesa: 16 - 3.3.90.00.00.00.00.00

Projeto Atividade - 2.027 MANUT. DO PAB VARIÁVEL

Elemento de Despesa: 23 - 3.3.90.00.00.00.00.00

6. DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO GERENCIADOR

6.1. gerenciar a presente Ata, indicando, sempre que solicitado, o nome do fornecedor, o preço, e as especificações dos materiais registrados, observada a ordem de classificação indicada na licitação.

6.2. observar para que, durante a vigência da presente ata, sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, bem assim, a compatibilidade com as obrigações assumidas.

6.3. conduzir eventuais procedimentos administrativos de renegociação de preços registrados, para fins de adequação às novas condições de mercado, e de aplicação de penalidades.

7. DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

7.1. fornecer os materiais quando solicitados.

7.3. providenciar a imediata correção de deficiências, falhas ou irregularidades constatadas pelo ÓRGÃO GERENCIADOR referentes às condições firmadas na presente Ata.

7.4. manter, durante o prazo de vigência do Registro de Preços, todas as condições de habilitação exigidas no Edital de Pregão n.º 06/2016.

8. DAS PENALIDADES

8.1. Ficará impedida de licitar e contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até 2 (dois) anos, sem prejuízo das multas previstas no referido edital e das demais cominações referidas no Capítulo IV da Lei n.º 8.666/93, a licitante que, convocada dentro do prazo de validade da presente ata:

- a) Apresentar documento falso ou fizer declaração falsa;
- b) Ensejar o retardamento da execução das obrigações assumidas nesta Ata;
- c) Não mantiver a proposta, injustificadamente;
- d) Falhar ou fraudar na entrega dos materiais;
- e) Comportar-se de modo inidôneo;
- f) Cometer fraude fiscal.

8.2. Pela inexecução total ou parcial das obrigações assumidas nesta Ata, a Administração Municipal, poderá, garantida a defesa prévia, aplicar à licitante vencedora as sanções previstas no edital Pregão Presencial n.º 06/2016 e demais penalidades previstas na Lei de Licitações e Lei de Pregão.

9. DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1. o fornecedor terá seu registro cancelado, assegurado o contraditório e ampla defesa, quando:

- a) não cumprir as obrigações da presente Ata;
- b) não fornecer os materiais no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa aceitável;
- c) não aceitar reduzir seu preço registrado na hipótese de este se apresentar superior aos praticados no mercado;

d) por razões de interesse público devidamente demonstrado e justificado pela Administração.

9.2. O fornecedor poderá solicitar o cancelamento de seu registro, na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrente de caso fortuito ou força maior, devidamente comprovado.

10. DA PUBLICIDADE

10. Os preços, o fornecedor e as especificações resumidas do objeto, como também as possíveis alterações da presente Ata, serão publicadas no Diário Oficial dos Municípios (DOM).

11. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

11.1. Integram a presente ata o Edital do Pregão n.º 06/2016 e documentos atinentes ao processo licitatório.

12. DO FORO

As controvérsias decorrentes desta Ata serão dirimidas no foro da Comarca de Coronel Freitas – SC, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que venha a ser.

E por estar, assim, justo e avençado, depois de lido e achado conforme, foi o presente instrumento lavrado em três vias de igual teor e forma e assinado pelas partes.

DARCY JOÃO LUZI
Gestor do Fundo Municipal de Saúde

POSSATTO E POSSATTO LTDA – ME
Rogério Possatto
P/ CONTRATADA

Testemunhas:

01. _____	02. _____
Nome: José Tessaro	Nome: Marília Miorelli
CPF: 460.292.909-59	CPF: 057.672.509-95

DECRETO N. 3145/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL UNIÃO DO OESTE

DECRETO MUNICIPAL N.º 3.145, De 09 de maio de 2016.
Decreta Ponto Facultativo Municipal e dá outras providências.

EVERALDO LUIS CASONATTO, Prefeito Municipal de União do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Artigo 73., Inciso IV da Lei Orgânica Municipal e,

Considerando que dia 26 de maio de 2016 é feriado nacional em comemoração a Corpus Christi;

DECRETA:

Art. 1º Fica decretado Ponto Facultativo Municipal no dia 27 de maio de 2016.

§ 1º. Para os efeitos de que trata o Artigo Anterior, não haverá expediente na Prefeitura Municipal de União do Oeste, Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente, Secretaria Municipal de Saúde, Secretaria Municipal de Assistência Social; Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes e Secretaria Municipal de Transportes, Obras e Serviços Públicos.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal de União do Oeste, em 09 de maio de 2016.
EVERALDO LUIS CASONATTO
Prefeito Municipal

Registrado em da data supra e Publicado conforme Lei Municipal N.º 1010/2014.

EXTRATO DE EDITAL DE PROCESSO SELETIVO N.º 001/2016

O Prefeito Municipal de União do Oeste, Estado de Santa Catarina, Sr. Everaldo Luis Casonatto, no uso de suas atribuições, TORNA PÚBLICO, que se encontra aberto Processo Seletivo, destinado ao preenchimento de vagas e Formação de Cadastro de Reserva em caráter temporário, no Quadro de Pessoal do Município, o qual reger-se-á pelas instruções do Edital n.º 001/2016. Dos cargos: Fisioterapeuta – 01 vaga – 20 horas; Professor de Artes – 01 vaga – 30 horas; Professor de Educação Infantil (Creche e Pré-Escola) – Cadastro de Reserva – 20 horas; Professor do Ensino Fundamental (Anos Iniciais 1º a 5º) – Cadastro de Reserva – 20 horas. Das Inscrições: As inscrições serão realizadas de 13 a 27 de maio de 2016 exclusivamente via internet, através do endereço eletrônico www.alternativeconcursos.com.br. Das provas: As provas serão aplicadas no dia 12 de junho de 2016. O Edital e maiores informações poderão ser obtidos no Município de União do Oeste (SC), no site www.uniaodoeste.sc.gov.br bem como no site da empresa contratada www.alternativeconcursos.com.br. União do Oeste (SC), 09 de maio de 2016. Everaldo Luis Casonatto. Prefeito Municipal.

Urussanga

CÂMARA MUNICIPAL

EXTRATO DE CONTRATO Nº 02/2016

EXTRATO DE CONTRATO

Contrato nº 02/2016

Data da Assinatura: 26/04/2016

Contratante: Câmara Municipal de Urussanga

Contratada: Paulo Donizete Matias (Blog Paulo Matias)

CNPJ da Contratada: 22.194.052/0001-89

Base Legal: Art. 24, inciso II, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993

Objeto: prestação de serviço de publicações legais e institucionais da CONTRATANTE, em blog da CONTRATADA, disponível na internet, cujos conteúdos serão gerados pela Assessoria de Imprensa da CONTRATANTE, nos meses de abril, maio e junho de 2016

Valor Total: R\$1.200,00 (um mil e duzentos reais)

Término do Contrato: 30/06/2016

Dotação Orçamentária: 2.001 (Despesa) / 3.3.90.39.90.00.00.00 (Elemento)

Vidal Ramos

PREFEITURA

PREGAO REGISTRO DE PREÇOS Nº. 41.2016

Prefeitura de Vidal Ramos
Prefeitura Municipal de Vidal Ramos
Setor de Compras
PREGÃO Nº. 41/2016

OBJETO: Constitui objeto do presente certame a AQUISIÇÃO MATERIAL EXPEDIENTE PARA O SETOR ADMINISTRATIVO E DEPARTAMENTOS DA PREFEITURA MUNICIPAL. A ser utilizado no transcurso do exercício de 2016. Quantidade apurada por estimativa com previsão de entrega fragmentada de acordo com o consumo, mediante requisição prévia.

REGIMENTO: A Prefeitura Municipal de Vidal Ramos, doravante denominada ENTIDADE DE LICITAÇÃO, designada pelo PORTARIANº. 031/2016 de 18/02/2016, torna público aos interessados, que estará reunida no dia, hora e local abaixo discriminado, a fim de receber, abrir e examinar documentação e propostas de empresas que pretendam participar do PREGÃO PRESENCIAL nº. 41/2016, do tipo MENOR LANCE POR ITEM, tudo de conformidade com as regras estipuladas na Lei nº. 10.520, de 17/07/2002, Decreto nº. 3.555, de 08/08/2000, Decreto nº. 3.693 de 20/12/2000, Decreto nº. 3.784 de 06/04/01, Lei nº. 6.474, de 06/08/2002, Decreto nº. 0199, de 09/06/2003 e legislação correlata aplicando-se, subsidiariamente, a Lei 8.666, de 21/06/93, com suas alterações e demais exigências deste Edital.

ENTREGA DOS ENVELOPES E ABERTURA DAS PROPOSTAS: Às 08:30 hrs do dia 23 de maio 2016

CREDENCIAMENTO DE REPRESENTANTES e a SESSÃO DE LANCES: Às 08:30 hrs do dia 23 de maio de 2016, na Av. Jorge Lacerda, nº. 1180 - Centro, no Gabinete do Prefeito.

INFORMAÇÕES: A íntegra do Edital, o Decreto que regulamenta a modalidade e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço: Prefeitura Municipal de Vidal Ramos, Avenida Jorge Lacerda nº. 1180, centro, Setor de Compras nos seguintes horários, das 08:00 às 11:30 e das 13:30 às 17:00 HRS, telefone (47) 3356-2300, email: compras@prefeituravidalramos.com.br.

Vidal Ramos (SC), 10 de maio de 2016.
LAERCIO DA CRUZ
Prefeito Municipal

Videira

PREFEITURA

DECRETO Nº 12.952/16

DECRETO Nº 12.952/16, DE 03 DE MAIO DE 2016.

Torna sem efeito o Decreto nº 12.784/16.

OPREFEITOMUNICIPALDEVIDEIRA, noutodosuasatribuiçõeslegais, com base no Processo Administrativo nº 7951/2016,

RESOLVE

Art. 1º Tornarsemefeitoodecretonº12.784/16, quenomeouFERNANDA WULFING, para exercer o cargo de Procurador Municipal, criado pela Lei Complementar nº 118/11 e alterações.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 03 de maio de 2016.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

PublicadoopresenteDecretonestaSecretariadeAdministraçãoaos03 dias do mês de maio de 2016.

LUCIANE MARIA DOS SANTOS

Secretária de Administração

DECRETO Nº 12.957/16

DECRETO Nº 12.957/16, DE 06 DE MAIO DE 2016.

Designa Pregoeiro e componentes da Equipe de Apoio.

OPREFEITOMUNICIPALDEVIDEIRA, noutodosuasatribuiçõeslegais, com fundamento no art. 72, XIII, da Lei Orgânica do Município, nos Decretos nº 8.208/05 e 11.237/14, bem como na Lei Federal 10.520/02;

DECRETA

Art. 1º Fica designada como Pregoeira para modalidade de Pregão, nas formas eletrônica e presencial, nos termos dos Decretos nº 8.208/2005 e 11.237/14, bem como na Lei Federal nº 10.520/2002, a servidora LUCILIA FEDRIGO e, como integrantes da Equipe de Apoio, os servidores CRISTIANEMIOZZO, ALVAIR LIRIO BARZOTTO, MÁRCIA REGINA VANZE JÉSSICA PRIGOL.

Art. 2º A pregoeira solicitará aos órgãos do Município avaliações ou pareceres técnicos, como subsídio no julgamento dos processos licitatórios na modalidade de Pregão Presencial, sempre que se fizerem necessários.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário, em especial o Decreto nº 12.613/2015, retroagindo seus efeitos a 1º de maio de 2016.

Videira, 06 de maio de 2016.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

PublicadoopresenteDecretonestaSecretariadeAdministraçãoaos06 dias do mês de maio de 2016.

LUCIANE MARIA DOS SANTOS

Secretária de Administração

DECRETO Nº 12.958/16

DECRETO Nº 12.958/16, DE 06 DE MAIO DE 2016.

Exonera Servidor Público.

OPREFEITOMUNICIPALDEVIDEIRA, noutodosuasatribuiçõeslegais e com fundamento no art. 72, IX, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE

Art. 1º Exonerar, a partir de 03 de maio de 2016, MARTIN WATZEL, Assessor de Projetos Educacionais, símbolo DAS-8, com exercício na Secretaria Municipal de Educação, nomeado pelo Decreto nº 12.147/15.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 03 de maio de 2016.

Videira, 06 de maio de 2016.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

PublicadoopresenteDecretonestaSecretariadeAdministraçãoaos06 dias do mês de maio de 2016.

LUCIANE MARIA DOS SANTOS

Secretária de Administração

DECRETO Nº 12.959/16

DECRETO Nº 12.959/16, DE 06 DE MAIO DE 2016.

Nomeia Auxiliar de Serviços Gerais

OPREFEITOMUNICIPALDEVIDEIRA, noutodosuasatribuiçõeslegais e com fundamento na Lei Complementar nº 129/12 e alterações, bem como na Lei Complementar nº 118/11 e alterações,

RESOLVE

Art. 1º Nomear, ADRIANARIBEIRODESOUZA, tendo em vista sua aprovação no Concurso Público referente ao Edital nº 002/2014, homologado em 13 de fevereiro de 2015, para exercer o cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais, criado pela Lei Complementar nº 118/11 e alterações, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração de Lei.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 06 de maio de 2016.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 06 dias do mês de maio de 2016.

LUCIANE MARIA DOS SANTOS
Secretária de Administração

DECRETO Nº 12.960/16

DECRETO Nº 12.960/16, DE 06 DE MAIO DE 2016.

Altera o art. 1º, I, "d" do Decreto n. 12.368/15, que Nomeia Membros para o Conselho Municipal Antidrogas.

OPREFEITOMUNICIPAL DE VIDEIRA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e a vista do que consta no Ofício nº 010/16-COMAD;

DECRETA

Art. 1º Fica alterado os membros, Titular e Suplente, representante da Vigilância Sanitária, constante no Art. 1º, inciso I, alínea "d", do Decreto n. 12.368/15, que Nomeia Membros para o Conselho Municipal Antidrogas, passando a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º (...)
I - (...)

d) Representante da Vigilância Sanitária:
Titular: DIANA PEROSA
Suplente: BRUNA SANTIN

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 06 de maio de 2016.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 06 dias do mês de maio de 2016.

LUCIANE MARIA DOS SANTOS
Secretária de Administração

DECRETO Nº 12.961/16

DECRETO Nº 12.961/16, DE 06 DE MAIO DE 2016.

Torna sem efeito o Decreto nº 12.846/16

OPREFEITOMUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, com base no Processo Administrativo nº 8258/2016,

RESOLVE

Art. 1º Tornar sem efeito o Decreto nº 12.846/16, que nomeou SUELI ALVES DOS SANTOS, para exercer o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, criado pela Lei Complementar nº 118/11 e alterações.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em

contrário.

Videira, 06 de maio de 2016.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 06 dias do mês de maio de 2016.

LUCIANE MARIA DOS SANTOS
Secretária de Administração

DECRETO Nº 12.962/16

DECRETO Nº 12.962/16, DE 06 DE MAIO DE 2016.

Nomeia Auxiliar de Serviços Gerais

OPREFEITOMUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Complementar nº 129/12 e alterações, bem como na Lei Complementar nº 118/11 e alterações,

RESOLVE

Art. 1º Nomear, ILACI SOARES NARDO OGLIARI, tendo em vista sua aprovação no Concurso Público referente ao Edital nº 002/2014, homologado em 13 de fevereiro de 2015, para exercer o cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais, criado pela Lei Complementar nº 118/11 e alterações, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração de Lei.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 06 de maio de 2016.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 06 dias do mês de maio de 2016.

LUCIANE MARIA DOS SANTOS
Secretária de Administração

DECRETO Nº 12.963/16

DECRETO Nº 12.963/16, DE 06 DE MAIO DE 2016.

Exonera servidora pública

OPREFEITOMUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 72, XIII, da Lei Orgânica do Município e, à vista do que consta do Processo Administrativo nº 8166/2016,

RESOLVE

Art. 1º Exonerar, JULIANA SOUZA, do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais, nomeada pela Portaria nº 0678/08.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 05 de maio de 2016, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 06 de maio de 2016.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 06 dias do mês de maio de 2016.

LUCIANE MARIA DOS SANTOS
Secretária de Administração

DECRETO Nº 12.964/16

DECRETO Nº 12.964/16, DE 06 DE MAIO DE 2016

Nomeia a Comissão Preparatória da 6ª Conferência Municipal da Cidade de Videira, e dá outras providências.

OPREFEITOMUNICIPALDEVIDEIRA, nos usos e suas atribuições legais,

DECRETA

Art. 1º Fica constituída a Comissão Preparatória da 6ª Conferência Municipal da Cidade, com o objetivo de desenvolver trabalhos a partir do tema "A Função Social da Cidade e da Propriedade" e do lema "Cidades Inclusas, Participativas e Socialmente Justas".

Art. 2º A Comissão Preparatória Municipal deve elaborar o Regimento da 6ª Conferência Municipal da Cidade, que representará o conjunto de regras e normas que balizarão a realização da Conferência Municipal.

Art. 3º A Comissão Preparatória Municipal será composta pelos seguintes membros:

I - Representantes do Poder Executivo:
CELSON BRANCHER - Titular
NADIR BIZZOTTO - Suplente

VANESSA SOUZA SANTOS OLTRAMARI - Titular
RAQUEL BRUSCHI - Suplente

MAIZE CARLA CARLESSO DAICÃO - Titular
LUCIANE MARIA DOS SANTOS - Suplente

II - Representantes da Câmara de Vereadores:
LOURENÇO BECKER - Titular
CLAUDETE NARDI VAVASSORI - Suplente

III - Representantes da União Videirense das Associações de Moradores – UVA:
OCLIDES PERAZOLLI - Titular
VILMAR GONÇALVES - Suplente

IV - Representantes da Associação Comercial, Industrial e Agrícola de Videira – ACIAV:
VILSON GIAZZONI - Titular
ELIANDRO PAZIN - Suplente

V - Representantes da Associação Regional de Engenheiros e Arquitetos de Videira - AREAVID:
VALDIR PEDRO SCHNEIDER - Titular
RICARDO TESTOLIN - Suplente

VI - Representantes do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Videira:
CELSON FRANCISCO TESTOLIN - Titular
MARCOS PAULO MIOZZO - Suplente

VII - Representantes do Sindicato Patronal do Comércio Varejista de Videira:

ADRIANO RODRIGO CAMPOS DE OLIVEIRA - Titular
ANA MARIA PASQUAL DE SOUZA - Suplente

VIII - Representantes da Companhia Catarinense de Água e Saneamento de Videira - CASAN:
AILTON MAIA DE PAULA - Titular
BRUNO FAJARDO WAGNER - Suplente

IX - Representantes da UNOESC - Campus de Videira
ANDREI GOLDBACH - Titular
JEFFERSON E. SUCKOW - Suplente

X - Representantes da 9ª Agência de Desenvolvimento Regional - ADR
MAURO SANTINI - Titular
MARIA MIRIAN RAMBO - Suplente

XI - Representantes da Câmara de Dirigentes Lojistas de Videira - CDL
GUSTAVO CESCA - Titular
LARISSA SEEMANN PERONDI - Suplente

Art. 4º Fica designado, para o exercício das atividades de Coordenador Geral, responsável pelo melhor desenvolvimento das atividades da Comissão Preparatória Municipal, o servidor municipal CELSON BRANCHER.

Art. 5º As atividades da Comissão, instituída por este Decreto, terão duração até o mês de julho de 2016.

Art. 6º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 06 de maio de 2016.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 06 dias do mês de maio de 2016.

LUCIANE MARIA SANTOS
Secretária de Administração

PORTARIA Nº 0392/16

PORTARIA nº 0392/16

Nomeia Comissão de Avaliação de Bem Imóvel

OPREFEITOMUNICIPALDEVIDEIRA, nos usos e suas atribuições legais e com fundamento no art. 72, IX, da Lei Orgânica do Município e a vista do que consta na Comunicação Interna nº 86/16;

CONSIDERANDO o disposto no artigo 19 e 20 do Decreto Federal nº 99.658/90, que regulamenta no âmbito da Administração Pública Federal, o reaproveitamento, a movimentação, a alienação e outras formas de desfazimento de material;

CONSIDERANDO o disposto na alínea "c" do artigo 7º da Lei Federal nº 5.194/66, que regula o exercício das profissões de Engenheiro, Arquiteto e Engenheiro Agrônomo, bem como a alínea "c" do artigo 1º da Resolução do CONFEA nº 345/90, que dispõe quanto ao exercício por profissional de Nível Superior das Atividades de Engenharia de Avaliações e Perícias de Engenharia;

CONSIDERANDO, ainda, NBR 14653-1 - Avaliação de Bens da ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas;

RESOLVE

Art. 1º Designar CELSO BRANCHER, VOLNEIGRANETTO, RAQUEL BRUSCHI e DINILSO ANTONIO GAIO, para comporem a Comissão de Avaliação, a fim de avaliarem, no prazo de 10 (dez) dias, uma cascalheira com volume estimado de 68.000,00 m³, localizada e instalada em uma área de 12.630,00 m², parte de uma área maior com 104.059,00 m², de propriedade de Afonso Baldissera e Esposa, matriculada no Registro de Imóveis da Comarca de Videira sob o nº 22.924, para fins de britagem e posterior uso nas estradas vicinais do Município.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, 06 de maio de 2016.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 06 dias do mês de maio de 2016.

LUCIANE MARIA DOS SANTOS
Secretária de Administração

PORTARIA Nº 0393/16

PORTARIA nº 0393/16

Autoriza o Uso do Largo da Estação Ferroviária

OPREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 125, parágrafo 4º, da Lei Orgânica do Município, e à vista do que consta nos Processos Administrativos nº 7756/2016 e 7868/16,

RESOLVE

Art. 1º Autorizar o uso do Largo da Estação Ferroviária pela MEGA – Marcus, Eli e Gustavo Associados LTDA, das 09h00min às 13h00min, para a realização do Concurso de Modelos “Atroveran Mega Model”, estacionando no local um ônibus – agência especialmente desenvolvido e ambientado para servir de espaço itinerante de recepção, avaliação e seleção de meninas que possam seguir carreira de modelo.

§1º As manobras do referido veículo deverão ser realizadas no horário das 09h00min às 11h00min, das 14h30min às 17h30min ou então a partir das 19h00min, horários estes com menor fluxo de veículos no local, visando a segurança dos usuários e participantes, autorizamos o veículo, se necessário, estacionar na contramão da direção com o intuito de manter a porta direcionada para a calçada.

§2º Os responsáveis pela utilização do espaço se comprometem a garantir as condições abaixo especificadas:

- Serviço de segurança no local do evento;
- Fica vedado a instalação de objetos e/ou equipamentos ou similares que possam danificar a o local;
- Responsabilizar-se pelo uso e conservação dos bens pertencentes ao patrimônio público;
- Não ceder o uso da área a terceiros, nem utilizá-la para fim diverso do ora estipulado;
- Ao pagamento da taxa referente ao ECAD – Escritório Central de Arrecadação de Direitos Autorais, no prazo de 72 (setenta e duas) horas antes da realização do evento, nos casos de utilização de músicas de artistas que estão em atividade ou, que faleceram há menos de 70 (setenta) anos;
- Será de responsabilidade exclusiva da entidade, o pagamento de quaisquer despesas, tributos, tarifas, emolumentos, ou contribuições, federais, estaduais ou municipais, que decorram da presente autorização, bem como da atividade para a qual a presente autorização lhe é concedida, cabendo-lhe providenciar, especialmente os alvarás e seguros obrigatórios legalmente exigíveis e quaisquer outras exigências legais;

- g. Recolher imediatamente, ao término do evento, o material utilizado e deixar o local nas mesmas condições que foi encontrado;
- h. Acondicionar o lixo acumulado durante o evento em sacos plásticos e colocá-lo em local apropriado;
- i. Em caso de extravio e/ou dano, total ou parcial, dos bens utilizados, obrigar-se-ão ao ressarcimento dos prejuízos decorrentes.

§3º A Prefeitura Municipal de Videira fica isenta de qualquer casualidade sobre o evento, ficando a MEGA – Marcus, Eli e Gustavo Associados LTDA, inteiramente responsável pelo mesmo.

§4º Fica proibida a obstrução da passagem de pedestres, em razão da utilização das calçadas e passeios pela MEGA – Marcus, Eli e Gustavo Associados LTDA, quando da realização do evento.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, 06 de maio de 2016.

WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 06 dias do mês de maio de 2016.

LUCIANE MARIA DOS SANTOS
Secretária de Administração

PORTARIA Nº 0394/16

PORTARIA nº 0394/16

Altera a Composição da Comissão Permanente de Licitações

OPREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 72, IX, da Lei Orgânica do Município e, no artigo 51, § 4º da Lei nº 8.666/93,

RESOLVE

Art. 1º Alterar a composição da Comissão Permanente de Licitações, a partir de 1º de maio de 2016, que passa a ser a seguinte:

LUCÉLIA FEDRIGO – Presidente
RAIMUNDA APARECIDA ZAGO BORBA – Chefe
ALVAIR LIRIO BARZOTTO – Membro
CRISTIANE MIOZZO – Membro
MÁRCIA REGINA VANZ – Membro
JÉSSICA PRIGOL – Membro

Art. 2º A Comissão Permanente de Licitações solicitará aos órgãos do Município avaliações e pareceres técnicos, como subsídio no julgamento dos processos licitatórios nas modalidades da Lei nº 8.666/93, sempre que se fizerem necessários.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 0900/15.

Videira, 06 de maio de 2016.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 06 dias do mês de maio de 2016.

LUCIANE MARIA DOS SANTOS
Secretária de Administração

PORTARIA Nº 0395/16

PORTARIA nº 0395/16

Designa Fiscal de Obra decorrente de Contrato Administrativo

OPREFEITOMUNICIPALDEVIDEIRA, noutodosuasatribuiçõeslegais, com fundamento no art. 72, IX da Lei Orgânica do Município e em conformidade com o art. 67 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993;

RESOLVE

Art. 1º Designar MAIZE CARLA CARLESSO DAIÇÃO, brasileira, solteira, inscrito no CPF sob o nº 074.783.299-42, nomeada no cargo efetivo de ENGENHEIRACIVIL, matrícula nº 15.603, para acompanhamento e fiscalização das obras decorrentes do Processo Licitatório Tomada de Preços nº 02/2016-FMS, Contrato de Prestação de Serviços nº 59/2016, cujo objeto é a contratação de empresa para execução de reformas das unidades de Saúde ESF - Estratégia de Saúde da Família do Município, dos bairros Vila Verde, Rio das Pedras, Carelli, Cibrázén, Farroupilha, Cidade Alta, Santa Gema e Amarante, incluindo material e mão de obra, conforme projetos básicos.

Art. 2º Incumbe ao fiscal acima designado acompanhar e fiscalizar a execução da obra acima referida, anotando as ocorrências relevantes e documentando eventuais equívocos a serem corrigidos, transmitindo-as às autoridades competentes, às quais competirá adotar as providências adequadas.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, 06 de maio de 2016.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 06 dias do mês de maio de 2016.

LUCIANE MARIA DOS SANTOS
Secretária de Administração

PORTARIA Nº 0396/16

PORTARIA nº 0396/16

Interrompe gozo de férias de servidor que especifica

OPREFEITOMUNICIPALDEVIDEIRA, noutodosuasatribuiçõeslegais, com fundamento no art. 173 da Lei Complementar nº 129/12, e à vista do que consta no Memorando nº 083/2016, da Secretaria Municipal Administração.

RESOLVE

Interromper, para fins de interesse público, pelo período de 25 de abril de 2016 até 03 de maio de 2016, o gozo de férias do servidor DIONÍSIO ROBASKEWICZ NETO, ocupante do cargo efetivo de Analista de Nível Superior, referente ao período aquisitivo de 05 de novembro de 2014 até 04 de novembro de 2015.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 06 de maio de 2016.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 06 dias do mês de maio de 2016.

LUCIANE MARIA DOS SANTOS

Secretária de Administração

Vitor Meireles

PREFEITURA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 011/2016

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 11/2016 DA PREFEITURA MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES

Aos 10 de Maio de 2016, no Departamento de Compras, do município de Vitor Meireles, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial - Registro de Preços nº. 11/2016, na Ata de Julgamento de Preços homologada em 10/05/2016, RESOLVE registrar os preços das empresas, nas quantidades estimadas, de acordo com a classificação por elas alcançada, atendendo as condições previstas no Edital de Licitação e seus Anexos, e em conformidade com as disposições a seguir.

1. DO OBJETO

1.1 A presente Ata tem por objeto o selecionar propostas objetivando Registro de Preços para aquisição de AQUISIÇÃO DE TUBOS DE CONCRETO PARA USNO DEPARTAMENTO DE OBRAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES, para usona Secretaria de Obras, cujas especificações detalhadas encontram-se no Anexo I que acompanha o Edital.

1.2 As licitantes registradas para os itens cotados são as seguintes:

4162.9 - CIMEDIANA ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA ME						
Item	Un	Produto	Marca	Quantidade	Prç Unit.	Prç Tot.
00001	UN	TUBO DE CONCRETO D=15 PS1 C-2		40,00	15,50	620,00
00002	UN	TUBO DE CONCRETO D=20 PS1 C-2		150,00	14,50	2.175,00
00003	UN	TUBO DE CONCRETO D=30 PS1 C-2		500,00	15,50	7.750,00
00004	UN	TUBO DE CONCRETO D=40 PS1 C-2		350,00	25,50	8.925,00
00005	UN	TUBO DE CONCRETO D=50 PS1 C-2		100,00	33,00	3.300,00
00006	UN	TUBO DE CONCRETO D=60 PS1 C-2		150,00	42,00	6.300,00
00007	UN	TUBO DE CONCRETO D=80 PA-1		20,00	138,00	2.760,00
00008	UN	TUBO DE CONCRETO D=100 PA-01		30,00	198,00	5.940,00
00009	UN	TUBO DE CONCRETO D=120 PA-01		15,00	228,00	3.420,00
Total do Fornecedor: 41.190,00 (QUARENTA E HUM MIL E CENTO E NOVENTA REAIS)						
Total da Licitação: 41.190,00 (QUARENTA E HUM MIL E CENTO E NOVENTA REAIS)						

1.3 Este instrumento não obriga a PMVM a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para a aquisição do objeto, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições, nos termos do Artigo 15, Parágrafo 4º. da Lei nº. 8.666/93.

1.4 Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata, admitida a recomposição no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento.

1.4.1 Os preços registrados que sofrerem recomposição não ultrapassarão os preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro.

1.4.2 O aumento decorrente de recomposição dos preços unitários em razão de desequilíbrio econômico-financeiro do Contrato somente poderá ser dado se a sua ocorrência era imprevisível no momento da contratação, nos termos do Artigo 65, Inciso II, Alínea "d" da Lei nº. 8.666/93 e, se houver a efetiva comprovação do aumento pela empresa registrada (requerimento, planilha de custos e documentação de suporte).

1.5 Caso o preço registrado se torne superior à média dos preços de mercado, a PMVM solicitará ao fornecedor, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo na forma do item 1.4.1.

2. DOCUMENTOS INTEGRANTES

2.1 Para todos os efeitos legais, para melhor caracterização do objeto, bem como, para definir procedimentos e normas decorrentes das obrigações ora contraídas, integram esta Ata, como se nela estivesse transcrita, os seguintes documentos:

- Edital de Pregão Presencial nº. 11/2016 e seus anexos;
- Proposta das Licitantes.

3. VIGÊNCIA

3.1 A presente Ata vigorará por 12 (doze) meses, contados de sua assinatura, nos termos do § 3º., Inciso III do Artigo 15 da Lei nº. 8.666/93.

4 DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA DOS PRODUTOS

4.1 A entrega dos produtos será na Secretaria Municipal de obras e será parcelada sendo que o prazo de entrega será de 24 horas após o recebimento da Ordem de Compra.

5 DO PAGAMENTO E REAJUSTE

5.1 O Pagamento será realizado de acordo com a quantia dos produtos entregues e apresentação da nota fiscal, sendo que só será realizado o pagamento após todos os itens solicitados ter sido entregues.

5.2 Os preços serão reajustados, com base no índice de variação de preço repassada pela distribuidora, sendo de responsabilidade da empresa vencedora comprovar tal variação mediante apresentação de Notas Fiscais de compras emitidas até 10 dias anteriores a licitação e Nota de Compras com

valores reajustados.

6. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DO FORNECEDOR

6.1 A PMVM poderá cancelar o Registro de Preços da(s) Empresa(s) nos casos a seguir especificados:

- a) quando descumprir as exigências do edital ou da respectiva ata;
- b) quando a empresa der causa a rescisão administrativa de contrato decorrente de registro de preços;
- c) quando não aceitar baixar o preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;
- d) quando não comparecer ou deixar de fornecer, no prazo estabelecido, os materiais decorrentes da Ata de Registro de Preços e a PMVM não aceitar a sua justificativa;
- e) em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial dos serviços;
- f) perder qualquer condição de habilitação e qualificação técnica exigida no processo licitatório;
- g) por razões de interesse público devidamente demonstrado e justificadas pela PMVM.

7 DAS PENALIDADES

7.1 Pela inexecução total ou parcial das condições estabelecidas nesta ata estará a empresa fornecedora sujeita às seguintes penalidades:

I – Advertência;

II – Multa:

1- De 1,0% (um) por dia de atraso, no caso de não cumprimento do prazo de entrega ou de execução do serviço contratado, até o limite de 20% (vinte por cento) do valor global dos objetos registrados nesta Ata (do respectivo fornecedor);

2- De até 40% (quarenta por cento) sobre o valor global dos objetos registrados nesta Ata (do respectivo fornecedor), no caso de descumprimento das disposições contidas nesta ata e no edital, ressalvado o disposto no item 1 (um) acima citado;

III – Suspensão temporária do direito de licitar e contratar com a Administração não superior a 05 (cinco) anos, na modalidade Pregão, aplicada segundo a natureza e gravidade da falta cometida, com a consequente rescisão contratual;

IV – Declaração de inidoneidade para licitar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso III, com a consequente rescisão contratual. Parágrafo Único: As sanções previstas nos incisos I, III e IV poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II, facultada a defesa prévia do interessado no respectivo processo administrativo, no prazo de 05 (cinco) dias úteis contados da notificação.

7.2 As eventuais multas aplicadas por força do disposto nos subitens precedentes não terão caráter compensatório, mas simplesmente moratório e, portanto, não eximem a empresa fornecedora da reparação de possíveis danos, perdas ou prejuízos que os seus atos venham a acarretar, nem impedem a declaração da rescisão do pacto em apreço.

7.3 Os valores pertinentes às multas aplicadas serão descontados dos créditos a que a fornecedora tiver direito, ou cobrados judicialmente.

8. DISPOSIÇÕES GERAIS

8.1 A fornecedora não poderá subcontratar ou transferir a terceiros os serviços previstos no objeto desta ata, salvo expressa autorização da PMVM.

10.2. Elegem as partes contratantes o Foro desta cidade de Presidente Getúlio - SC, para dirimir todas e quaisquer controvérsias oriundas desta Ata, renunciando expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Vitor Meireles - SC, em 10 de Maio de 2016.

COMISSÃO:

VALDELI JOSÉ SEBASTIÃO – Pregoeiro

JAIR WIPPEL – Equipe de Apoio

LUIS CARLOS BOING – Equipe de Apoio

CIMEDIANA ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA ME

EDSON AURELIO FISTAROL

Contratada

<61>

PORTARIA Nº 077/2016

PORTARIA Nº 077/2016

LOURIVAL LUNELLI, Prefeito Municipal de Vitor Meireles, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, resolve

EXONERAR:

de acordo com o Artigo 30, da Lei Complementar Municipal nº 007/2003, de 13 de maio de 2003,

Nome: MARLENE BEATRIZ BERKENBROCK

Cargo: SERVENTE/MERENDEIRA – ACT

Do Quadro de Pessoal admitido em caráter temporário, por término de contrato, da Prefeitura Municipal de Vitor Meireles/SC, na Secretaria de Educação, contratada pela Portaria nº 055/2016, de 15 de março de 2016, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, exonerada a partir de 09 de maio de 2016.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com efeitos a partir de 09 de maio de 2016, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 0659/09 e do Decreto nº 055/11.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES (SC), 10 DE MAIO DE 2016.

LOURIVAL LUNELLI

Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA NA DATA

VITOR MEIRELES/SC, __/__/____

PUBLICADO DE ACORDO COM O DECRETO Nº 055/11.

PORTARIA Nº 078/2016

PORTARIA Nº 078/2016

LOURIVAL LUNELLI, Prefeito Municipal de Vitor Meireles, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, resolve CONCEDER:

de acordo com a Lei Complementar Municipal nº 007/2003, de 13 de maio de 2003,

Nome: NOELI SEPKA

Cargo: PROFESSOR NIVEL III

Do Quadro de Pessoal de provimento efetivo, da Prefeitura Municipal de Vitor Meireles/SC, Licença para Tratamento de Saúde, por 15 dias, pelo período de 10/05/2016 a 24/05/2016, sendo que a partir desta data, se necessário, a servidora deverá ser encaminhada ao INSS – Instituto Nacional de Seguridade Social, para realização de Perícia Médica, ficando a servidora licenciada pelo período estabelecido pela Previdência Social.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com efeitos a partir de 10 de maio de 2016, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 0659/09 e do Decreto nº 055/11.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES (SC), 10 DE MAIO DE 2016.

LOURIVAL LUNELLI

Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA NA DATA

VITOR MEIRELES/SC, __/__/____

PUBLICADO DE ACORDO COM O DECRETO Nº 055/2011.

Xanxerê

PREFEITURA

AVISO DE REABERTURA PRAZO PREGÃO Nº 0044/2016

AVISO DE REABERTURA DE PRAZO

O MUNICÍPIO DE XANXERÊ-SC, através do Fundo Municipal de Assistência Social, nos termos da Lei Federal nº 10.520/02 e suas alterações, torna público que está ALTERANDO o Edital de Pregão Presencial nº 0044/16, tendo como objeto a Contratação de empresa para o Fornecimento de licença de uso de sistema de gestão da Assistência Social; hospedagem dos sistemas em servidor virtual "datacenter"; conversão de dados de sistema atualmente utilizado; treinamento dos usuários; suporte técnico e demais serviços/características descritos no Anexo I, em virtude de alteração no Edital. O recebimento das propostas será até às 09:45h, do dia 23 de maio de 2016, no setor de protocolo e a abertura será realizada às 10:00h do mesmo dia. Retirada do Edital e alteração no site www.xanxere.sc.gov.br. Xanxerê-SC, 10 de maio de 2016. Ademir José Gasparini – Prefeito Municipal.

DECRETO Nº AJG 089/2016

DECRETO Nº AJG 089/2016

NOMEIA COMISSÃO DE AVALIAÇÃO DO ESTÁGIO PROBATÓRIO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ADEMIR JOSÉ GASPARINI, Prefeito do Município de Xanxerê, SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelos incisos III e VIII, do Artigo 69 da Lei Orgânica Municipal e Decreto nº 264/2002, de 13 de dezembro de 2002,

DECRETA:

Art. 1º. Ficam nomeados os servidores abaixo relacionados para compor a Comissão de Avaliação do Estágio Probatório, sendo:

- I – ELIA GASPARETTO TRÊS;
- II – FERNANDA CIMADON;
- III – REGINA AMÁLIA GALLON TONIAL.

Parágrafo primeiro – O Secretário Municipal ou o chefe do Setor em que o servidor exerce suas funções também irá compor a comissão.

Parágrafo segundo – A comissão deverá emitir parecer na própria Ficha de avaliação do servidor sobre o merecimento do estagiário, concluindo a favor ou contra a manutenção do servidor.

Art. 2º. A comissão terá como atribuições àquelas estabelecidas no Decreto nº 264/2002, de 13 de dezembro de 2002, e demais disposições legais pertinentes à matéria.

Art. 3º. Os trabalhos desenvolvidos pela comissão não serão remunerados, não gerando nenhuma vantagem salarial ou de qualquer natureza aos nomeados, pois serão prestados em forma de colaboração.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Xanxerê/SC, 10 de maio de 2016.

ADEMIR JOSÉ GASPARINI
Prefeito Municipal

EDITAL DE 1ª PRORROGAÇÃO DE PRAZO DE RECADASTRAMENTO/REGULARIZAÇÃO DE CONCESSÕES DE TERRENOS NO CEMITÉRIO MUNICIPAL

EDITAL DE 1ª PRORROGAÇÃO DE PRAZO DE RECADASTRAMENTO/REGULARIZAÇÃO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº PMX/SG 001/2015 - RECADASTRAMENTO/REGULARIZAÇÃO DE CONCESSÕES DE TERRENOS LOCALIZADOS NO CEMITÉRIO PÚBLICO MUNICIPAL

ADEMIR JOSÉ GASPARINI, Prefeito do Município de Xanxerê, através do Departamento de Serviços Gerais e Protocolo, no uso de suas atribuições legais, torna público o presente edital de prorrogação de prazo de cadastramento/regularização de concessões de terrenos localizados no Cemitério Municipal, objeto do edital nº PMX/SG 001/2015, como segue:

1. Fica prorrogado o prazo de até o dia 31 de agosto de 2016 para o cadastramento/regularização de concessões de terrenos localizados no Cemitério Municipal.

2. Ficam inalterados os itens e subitens do Edital nº PMX/SG 001/2015, 04 de dezembro de 2015.

Xanxerê, (SC), 10 de maio de 2016.

ADEMIR JOSÉ GASPARINI ADEMIR BIAZUS

Prefeito Municipal Coordenador do Departamento de Serviços Gerais e Protocolo

EXTRATO DAS ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 0005/2016

Extrato de Ata de Registro de Preços nº 0039/2016

Órgão Gerenciador: Município de Xanxerê através do Fundo Municipal da Saúde.

Detentor da Ata: ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA
Objeto: Aquisições de Materiais e Equipamentos Odontológicos, destinados ao atendimento aos pacientes da Atenção Básica e demais procedimentos no CEO – Centro de Especialidades Odontológicas da Secretaria Municipal de Saúde do Município de Xanxerê.

Valor total: R\$ 10.151,72

Vigência: 12 meses

Xanxerê-SC, 07 de abril de 2016. Ademir José Gasparini - Pref. Municipal.

Extrato de Ata de Registro de Preços nº 0040/2016

Órgão Gerenciador: Município de Xanxerê através do Fundo Municipal da Saúde.

Detentor da Ata: PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA
Objeto: Aquisições de Materiais e Equipamentos Odontológicos, destinados ao atendimento aos pacientes da Atenção Básica e demais procedimentos no CEO – Centro de Especialidades Odontológicas da Secretaria Municipal de Saúde do Município de Xanxerê.

Valor total: R\$ 12.610,00

Vigência: 12 meses

Xanxerê-SC, 07 de abril de 2016. Ademir José Gasparini - Pref. Municipal.

Extrato de Ata de Registro de Preços nº 0041/2016

Órgão Gerenciador: Município de Xanxerê através do Fundo Municipal da Saúde.

Detentor da Ata: OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA

Objeto: Aquisições de Materiais e Equipamentos Odontológicos, destinados ao atendimento aos pacientes da Atenção Básica e demais procedimentos no CEO – Centro de Especialidades Odontológicas da Secretaria Municipal de Saúde do Município de Xanxerê.

Valor total: R\$ 2.381,00

Vigência: 12 meses

Xanxerê-SC, 07 de abril de 2016. Ademir José Gasparini - Pref. Municipal.

Extrato de Ata de Registro de Preços nº 0042/2016

Órgão Gerenciador: Município de Xanxerê através do Fundo Municipal da Saúde.

Detentor da Ata: ODONTOMEDIPRODUTOSODONTOLOGICOSEHOSPITALARES LTDA

Objeto: Aquisições de Materiais e Equipamentos Odontológicos, destinados ao atendimento aos pacientes da Atenção Básica e demais procedimentos no CEO – Centro de Especialidades Odontológicas da Secretaria Municipal de Saúde do Município de Xanxerê.

Valor total: R\$ 4.234,20

Vigência: 12 meses

Xanxerê-SC, 07 de abril de 2016. Ademir José Gasparini - Pref. Municipal.

Extrato de Ata de Registro de Preços nº 0043/2016

Órgão Gerenciador: Município de Xanxerê através do Fundo Municipal da Saúde.

Detentor da Ata: PLASMEDICCOMERCIODEMATERIAISPARAUSOMEDICO E LABORATORIAL EIRELI

Objeto: Aquisições de Materiais e Equipamentos Odontológicos, destinados ao atendimento aos pacientes da Atenção Básica e demais procedimentos no CEO – Centro de Especialidades Odontológicas da Secretaria Municipal de Saúde do Município de Xanxerê.

Valor total: R\$ 13.515,50

Vigência: 12 meses

Xanxerê-SC, 07 de abril de 2016. Ademir José Gasparini - Pref. Municipal.

Extrato de Ata de Registro de Preços nº 0044/2016

Órgão Gerenciador: Município de Xanxerê através do Fundo Municipal da Saúde.

Detentor da Ata: ELISVANDIAMATOSDONINI-ME(HIGIXINDUSTRIAL COMERCIO IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA).

Objeto: Aquisições de Materiais e Equipamentos Odontológicos, destinados ao atendimento aos pacientes da Atenção Básica e demais procedimentos no CEO – Centro de Especialidades Odontológicas da Secretaria Municipal de Saúde do Município de Xanxerê.

Valor total: R\$ 10.549,74

Vigência: 12 meses

Xanxerê-SC, 07 de abril de 2016. Ademir José Gasparini - Pref. Municipal.

Extrato de Ata de Registro de Preços nº 0045/2016

Órgão Gerenciador: Município de Xanxerê através do Fundo Municipal da Saúde.

Detentor da Ata: ODONTOESTE LTDA EPP.

Objeto: Aquisições de Materiais e Equipamentos Odontológicos, destinados ao atendimento aos pacientes da Atenção Básica e demais procedimentos no CEO – Centro de Especialidades Odontológicas da Secretaria Municipal de Saúde do Município de Xanxerê.

Valor total: R\$15.796,00

Vigência: 12 meses

Xanxerê-SC, 07 de abril de 2016. Ademir José Gasparini - Pref. Municipal.

Extrato de Ata de Registro de Preços nº 0046/2016

Órgão Gerenciador: Município de Xanxerê através do Fundo Municipal da Saúde.

Detentor da Ata: FUSÃO COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS

LTDA

Objeto: Aquisições de Materiais e Equipamentos Odontológicos, destinados ao atendimento aos pacientes da Atenção Básica e demais procedimentos no CEO – Centro de Especialidades Odontológicas da Secretaria Municipal de Saúde do Município de Xanxerê.

Valor total: R\$2.221,20

Vigência: 12 meses

Xanxerê-SC, 07 de abril de 2016. Ademir José Gasparini - Pref. Municipal.

Extrato de Ata de Registro de Preços nº 0047/2016

Órgão Gerenciador: Município de Xanxerê através do Fundo Municipal da Saúde.

Detentor da Ata: SALVI, LOPES E CIA LTDA

Objeto: Aquisições de Materiais e Equipamentos Odontológicos, destinados ao atendimento aos pacientes da Atenção Básica e demais procedimentos no CEO – Centro de Especialidades Odontológicas da Secretaria Municipal de Saúde do Município de Xanxerê.

Valor total: R\$ 71.985,20

Vigência: 12 meses

Xanxerê-SC, 07 de abril de 2016. Ademir José Gasparini - Pref. Municipal.

Extrato de Ata de Registro de Preços nº 0048/2016

Órgão Gerenciador: Município de Xanxerê através do Fundo Municipal da Saúde.

Detentor da Ata: DENTAL OESTE EIRELI EPP

Objeto: Aquisições de Materiais e Equipamentos Odontológicos, destinados ao atendimento aos pacientes da Atenção Básica e demais procedimentos no CEO – Centro de Especialidades Odontológicas da Secretaria Municipal de Saúde do Município de Xanxerê.

Valor total: R\$ 7.473,48

Vigência: 12 meses

Xanxerê-SC, 07 de abril de 2016. Ademir José Gasparini - Pref. Municipal.

Extrato de Ata de Registro de Preços nº 0049/2016

Órgão Gerenciador: Município de Xanxerê através do Fundo Municipal da Saúde.

Detentor da Ata: MEGHAEQUIPAMENTOSEMATERIAISMEDICOSLTDA-EPP

Objeto: Aquisições de Materiais e Equipamentos Odontológicos, destinados ao atendimento aos pacientes da Atenção Básica e demais procedimentos no CEO – Centro de Especialidades Odontológicas da Secretaria Municipal de Saúde do Município de Xanxerê.

Valor total: R\$ 10.252,32

Vigência: 12 meses

Xanxerê-SC, 07 de abril de 2016. Ademir José Gasparini - Pref. Municipal.

Extrato de Ata de Registro de Preços nº 0050/2016

Órgão Gerenciador: Município de Xanxerê através do Fundo Municipal da Saúde.

Detentor da Ata: L.M. LADEIRA E CIA LTDA

Objeto: Aquisições de Materiais e Equipamentos Odontológicos, destinados ao atendimento aos pacientes da Atenção Básica e demais procedimentos no CEO – Centro de Especialidades Odontológicas da Secretaria Municipal de Saúde do Município de Xanxerê.

Valor total: R\$ 22.534,15

Vigência: 12 meses

Xanxerê-SC, 07 de abril de 2016. Ademir José Gasparini - Pref. Municipal.

Extrato de Ata de Registro de Preços nº 0051/2016

Órgão Gerenciador: Município de Xanxerê através do Fundo Municipal da Saúde.

Detentor da Ata: BIO LOGICA DISTRIBUIDORA EIRELI

Objeto: Aquisições de Materiais e Equipamentos Odontológicos, destinados ao atendimento aos pacientes da Atenção Básica e demais

procedimentos no CEO – Centro de Especialidades Odontológicas da Secretaria Municipal de Saúde do Município de Xanxerê.
Valor total: R\$29.556,30
Vigência: 12 meses
Xanxerê-SC, 07 de abril de 2016. Ademir José Gasparini - Pref. Municipal.

Extrato de Ata de Registro de Preços nº 0052/2016
Órgão Gerenciador: Município de Xanxerê através do Fundo Municipal da Saúde.
Detentor da Ata: DENTAL CREMER PRODUTOS ODONTOLÓGICOS S.A.
Objeto: Aquisições de Materiais e Equipamentos Odontológicos, destinados ao atendimento aos pacientes da Atenção Básica e demais procedimentos no CEO – Centro de Especialidades Odontológicas da Secretaria Municipal de Saúde do Município de Xanxerê.
Valor total: R\$ 52.520,54
Vigência: 12 meses
Xanxerê-SC, 07 de abril de 2016. Ademir José Gasparini - Pref. Municipal.

Extrato de Ata de Registro de Preços nº 0053/2016
Órgão Gerenciador: Município de Xanxerê através do Fundo Municipal da Saúde.
Detentor da Ata: ORALLS IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO COMERCIAL LTDA ME
Objeto: Aquisições de Materiais e Equipamentos Odontológicos, destinados ao atendimento aos pacientes da Atenção Básica e demais procedimentos no CEO – Centro de Especialidades Odontológicas da Secretaria Municipal de Saúde do Município de Xanxerê.
Valor total: R\$13.170,00
Vigência: 12 meses
Xanxerê-SC, 07 de abril de 2016. Ademir José Gasparini - Pref. Municipal.

EXTRATO DO CONVÊNIO PROJETO CULTURAL 2º ETAPA FESTIVAL REGIONAL DA TRADIÇÃO GAÚCHA 12ª EDIÇÃO

Município de Xanxerê/SC
Extrato Convênio nº 010/2016
Conveniente: Município de Xanxerê
Conveniada: CTG Espelho da Tradição
Objeto: Execução do Projeto Cultural denominado "2ª Etapa Festival Regional da Tradição Gaúcha 12ª edição". Prazo: até 31/07/2016. Valor: R\$ 10.104,90 (Dez mil cento e quatro reais e noventa centavos).
Xanxerê/SC, 06/05/2016.
Ademir José Gasparini - Prefeito Municipal

PT RH AJG 142/2016

PORTARIA Nº RH-AJG 142/2016

CONCEDE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

ADEMIR JOSÉ GASPARINI

Prefeito Municipal de Xanxerê, SC,

No uso de suas atribuições legais estabelecidas pela Lei Orgânica Municipal Artigo 69 inciso VI e VIII e Lei nº HW 1.775/91, Lei Complementar nº AM 2907/06, Decreto AM 096/08 e Lei BLB 3109/09.

RESOLVE

CONCEDER a pedido, Licença Prêmio por assiduidade por um período de 17 (dezessete) dias a partir de 10.05.2016 a 26.05.2016, a Servidora Pública Municipal Sra. SIRLEI ALVES DOS SANTOS GUISSO, Nacionalidade brasileira, casada, portadora do CINº 3.842.795, CPF nº 021.636.889-84, residente e domiciliada nesta cidade de Xanxerê – SC. Nomeada conforme Decreto nº AM 091/03 no cargo de PROFESSOR MAGISTERIO CRECHE, com 40 (quarenta) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

O deferimento atende ao requerimento protocolado sob nº 01809/2016. Datado de 10.05.2016.

A licença prêmio concedida refere-se ao período de: 22.05.2012 a 21.05.2015: 17 (dezessete) dias.

Esta portaria entra em vigor nesta data. Passando a vigorar a Licença Prêmio a partir do dia 10.05.2016. Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE XANXERÊ, SC.

Em 10 de maio de 2016.

ADEMIR JOSÉ GASPARINI

Prefeito Municipal

Xavantina

PREFEITURA

PP 032/2016 PMXV

MUNICÍPIO DE XAVANTINA - SC

AVISO DE LICITAÇÃO**PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 032/2016 PMXV**

Objeto: Registro de preços para a possível contratação de empresa especializada para realização de serviços elétricos em imóveis de todos os Departamentos e Fundos do Município de Xavantina – SC, conforme especificações constantes no Anexo "C" deste Edital.

Forma de Pregão: Presencial.

Tipo: Menor Preço por Item.

Recebimento das propostas: até às 08:30 horas do dia 23/05/2016.

Abertura: dia 23/05/2016, às 09:00 horas.

O Edital e Informações poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal de Xavantina, localizada na Rua Prefeito Octávio Urbano Simon, 163, Centro, de segunda a sexta-feira, no horário das 07:45 às 11:45 horas e das 13:00 às 17:00 horas, ou pelo telefone (0**49) 3454-3100.

Xavantina/SC, em 11 de maio de 2016.

JOSÉ DAL BOSCO,

Prefeito Municipal em Exercício.

Xaxim

PREFEITURA

AVISO DE DISPENSA 16/2016

AVISO DE DISPENSA 16/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE XAXIM

SECRETARIA DA SAÚDE

O MUNICIPIO DE XAXIM - SC através do seu prefeito comunica a presente dispensa, a saber :

Dispensa de Licitação N. 16/2016

Processo Licitatório N. 074/2016

Homologação: 11/05/2016

Fornecedor: MECANICA BORTOLANZA LTDA - ME

CNPJ: 04.588.486/0001-81

Objeto: Contratação de mão de obra e aquisição de peças para conserto do veículo Ducato, placas MET 5485, sendo de uso da Secretaria da Saúde.

Vigência: 31/12/2016.

Fundamento: art. 24, inciso IV da Lei 8.666/93

Xaxim - SC, 09 de maio de 2016.

Idacir Antônio Orso

Prefeito Municipal

AVISO DE DISPENSA 18/2016

AVISO DE DISPENSA 18/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE XAXIM

SECRETARIA DA EDUCAÇÃO

O Município de Xaxim - SC através do seu prefeito comunica a presente dispensa, a saber :

Dispensa de Licitação N. 18/2016

Processo Licitatório N. 076/2016

Homologação: 11/05/2016

Fornecedor: Maria Ana Piana - ME

CNPJ: 00.382.376/0001-08

Objeto: Aquisição de Pneu para ônibus pertencentes à Secretaria da Educação, utilizados no transporte escolar.

Vigência: 31/12/2016.

Fundamento: art. 24, inciso II da Lei 8.666/93

Xaxim - SC, 09 de maio de 2016.

Idacir Antônio Orso

Prefeito Municipal

CONTRATOS E ADITIVOS 03/2016 ASSISTÊNCIA

ESTADO DE SANTA CATARINA		
FUNDO MUN. DE ASSISTENCIA SOCIAL DE XAXIM		
EXTRATO CONTRATUAL		
<p>Aditivo Nº : CT87/15AD02/16 - Contrato Nº: CT0087/2015</p> <p>Contratante...: FUNDO MUN. DE ASSISTENCIA SOCIAL DE XAXIM</p> <p>Contratada...: ALISON LUIS MATIELLO</p> <p>Valor : 15.292,80 (quinze mil duzentos e noventa e dois reais e oitenta centavos)</p> <p>Vigência : Início: 03/03/2016 Término: 31/12/2016</p> <p>Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 36/2015</p> <p>Recursos : Dotação:</p> <p>Objeto.....: Constitui-se objeto da presente licitação a contratação de Tecnólogo em Informática, com experiência na área, para ministrar aulas no CEACA, através da secretaria de Assistência Social.</p>		
Xaxim, 5 de Maio de 2016		

Aditivo Nº : CT33/15AD03/16 - Contrato Nº: CT0033/2015
 Contratante...: FUNDO MUN. DE ASSISTENCIA SOCIAL DE XAXIM
 Contratada...: IVANIO HAMMES HERMES
 Valor : 21.246,07 (vinte e um mil duzentos e quarenta e seis reais e sete centavos)
 Vigência : Início: 10/03/2016 Término: 31/12/2016
 Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 3/2015
 Recursos : Dotação: 2.060.3.3.90.00.00.00.00 (18) Saldo: 21.515,36
 Objeto : Contratação de profissional especializado em artes marciais (karatê e taekwondo) para realização das oficinas para crianças e jovens vinculados ao co-financiamento serviço conveniente e fortalecimento de vínculos (SCFV).

Xaxim, 5 de Maio de 2016

Contrato Nº...: CT0030/2016
 Contratante...: FUNDO MUN. DE ASSISTENCIA SOCIAL DE XAXIM
 Contratada...: GILBERTO PEDRO FUSQUEIRA
 Valor : 2.100,00 (dois mil e cem reais)
 Vigência : Início: 10/03/2016 Término: 11/09/2016
 Recursos : Dotação:
 Objeto : Constitui o objeto do presente instrumento contratual a locação de uma casa, localizada na Rua Felisbino Miranda, nº 137, no Bairro Santa Terezinha, na cidade de Xaxim, Estado de Santa Catarina, edificada sobre o imóvel Lote Urbano nº 191, Quadra nº 209, no loteamento Santa Terezinha, com área superficial de 150 m2, Matrícula nº 17.262, do Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Xaxim.

Xaxim, 5 de Maio de 2016

Contrato Nº...: RP0011/2016-A
 Contratante...: FUNDO MUN. DE ASSISTENCIA SOCIAL DE XAXIM
 Contratada...: AP OESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTD
 Valor : 39.050,00 (trinta e nove mil e cinqüenta reais)
 Vigência : Início: 11/03/2016 Término: 11/03/2017
 Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 18/2016
 Recursos : Dotação:
 Objeto : Registro de preço para aquisição em contratações futuras, com pedidos parcelados de gêneros alimentícios, (kit cesta básica) para atender as necessidades do Fundo Municipal de Assistência Social

Xaxim, 5 de Maio de 2016

Contrato Nº...: RP0030/2016-B
 Contratante...: FUNDO MUN. DE ASSISTENCIA SOCIAL DE XAXIM
 Contratada...: ABSOLUTO DISTRIBUIDORA LTDA - ME
 Valor : 84.050,00 (oitenta e quatro mil e cinqüenta reais)
 Vigência : Início: 11/03/2016 Término: 11/03/2017
 Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 18/2016
 Recursos : Dotação:
 Objeto : Registro de preço para aquisição em contratações futuras, com pedidos parcelados de gêneros alimentícios, (kit cesta básica) para atender as necessidades do Fundo Municipal de Assistência Social

Xaxim, 5 de Maio de 2016

Contrato Nº...: RP0012/2016-A
 Contratante...: FUNDO MUN. DE ASSISTENCIA SOCIAL DE XAXIM
 Contratada...: AP OESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTD
 Valor : 4.075,60 (quatro mil e setenta e cinco reais e sessenta centavos)
 Vigência : Início: 14/03/2016 Término: 14/03/2017
 Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 21/2016
 Recursos : Dotação:
 Objeto : Registro de preço para aquisição em contratações futuras, com pedidos parcelados de produtos de higiene e limpeza para atender as necessidades ao serviço vinculados ao Fundo Municipal de Assistência Social - Abrigo Municipal

Xaxim, 5 de Maio de 2016

Contrato Nº...: RP0012/2016-B
 Contratante...: FUNDO MUN. DE ASSISTENCIA SOCIAL DE XAXIM
 Contratada....: ESSENCIAL PRODUTOS PARA HIGIENE E LIMPEZA LTDA - M
 Valor : 2.419,92 (dois mil quatrocentos e dezenove reais e noventa e dois centavos)
 Vigência : Início: 14/03/2016 Término: 14/03/2017
 Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 21/2016
 Recursos : Dotação:
 Objeto.....: Registro de preço para aquisição em contratações futuras, com pedidos parcelados de produtos de higiene e limpeza para atender as necessidades ao serviço vinculados ao Fundo Municipal de Assistência Social - Abrigo Municipal

Xaxim, 5 de Maio de 2016

Contrato Nº...: RP0012/2016-C
 Contratante...: FUNDO MUN. DE ASSISTENCIA SOCIAL DE XAXIM
 Contratada....: NUTRI SC COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA - ME
 Valor : 1.392,00 (um mil trezentos e noventa e dois reais)
 Vigência : Início: 14/03/2016 Término: 14/03/2017
 Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 21/2016
 Recursos : Dotação:
 Objeto.....: Registro de preço para aquisição em contratações futuras, com pedidos parcelados de produtos de higiene e limpeza para atender as necessidades ao serviço vinculados ao Fundo Municipal de Assistência Social - Abrigo Municipal

Xaxim, 5 de Maio de 2016

Contrato Nº...: CT0031/2016
 Contratante...: FUNDO MUN. DE ASSISTENCIA SOCIAL DE XAXIM
 Contratada....: NELSON MICHELON
 Valor : 2.100,00 (dois mil e cem reais)
 Vigência : Início: 13/03/2016 Término: 14/09/2016
 Recursos : Dotação:
 Objeto.....: Constitui o objeto do presente instrumento contratual a locação de uma casa de alvenaria, localizada na Rua Rio Grande, no Bairro Guarani, na cidade de Xaxim, Estado de Santa Catarina, edificada sobre o imóvel Lote Urbano nº 06 da Quadra "H", com área superficial de 448 m2, Matrícula nº 11.195 do Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Xaxim.

Xaxim, 5 de Maio de 2016

Contrato Nº...: RP0013/2016-B
 Contratante...: FUNDO MUN. DE ASSISTENCIA SOCIAL DE XAXIM
 Contratada....: DEISE MARGARETH WENZEL LUSSANI 00810376946
 Valor : 6.800,00 (seis mil e oitocentos reais)
 Vigência : Início: 22/03/2016 Término: 22/03/2017
 Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 23/2016
 Entid.Gestora: MUNICIPIO DE XAXIM
 Recursos : Dotação:
 Objeto.....: Registro de preços para contratação de empresa para prestação de serviços de divulgação e locação de som, em shows, palestras, seminários, reuniões, audiências públicas e eventos ligados a festividades do município, dentre outros eventos.

Xaxim, 5 de Maio de 2016

Contrato Nº.: CT0038/2016
Contratante.: FUNDO MUN. DE ASSISTENCIA SOCIAL DE XAXIM
Contratada.: COMERCIO DE MOVEIS PERETTI LTDA
Valor : 12.343,00 (doze mil trezentos e quarenta e três reais)
Vigência : Início: 23/03/2016 Término: 31/12/2016
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 24/2016
Recursos : Dotação:
Objeto.....:Aquisição de equipamentos, materiais permanentes e móveis para manutenção das atividades do CREAS, CRASSANTATEREZINHA, CRASPRIMAVERA, CEACA, SERETARIA E Setor do BOLSA FAMILIA através do Fundo Municipal de Assistência Social.

Xaxim, 5 de Maio de 2016

Contrato Nº.: CT0039/2016
Contratante.: FUNDO MUN. DE ASSISTENCIA SOCIAL DE XAXIM
Contratada.: MB CATARINENSE LTDA - ME
Valor : 10.560,00 (dez mil quinhentos e sessenta reais)
Vigência : Início: 23/03/2016 Término: 31/12/2016
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 24/2016
Recursos : Dotação:
Objeto.....:Aquisição de equipamentos, materiais permanentes e móveis para manutenção das atividades do CREAS, CRASSANTATEREZINHA, CRASPRIMAVERA, CEACA, SERETARIA E Setor do BOLSA FAMILIA através do Fundo Municipal de Assistência Social.

Xaxim, 5 de Maio de 2016

Contrato Nº.: CT0040/2016
Contratante.: FUNDO MUN. DE ASSISTENCIA SOCIAL DE XAXIM
Contratada.: OFFICERTEC EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA LTDA - ME
Valor : 26.688,00 (vinte e seis mil seiscentos e oitenta e oito reais)
Vigência : Início: 23/03/2016 Término: 31/12/2016
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 24/2016
Recursos : Dotação:
Objeto.....:Aquisição de equipamentos, materiais permanentes e móveis para manutenção das atividades do CREAS, CRASSANTATEREZINHA, CRASPRIMAVERA, CEACA, SERETARIA E Setor do BOLSA FAMILIA através do Fundo Municipal de Assistência Social.

Xaxim, 5 de Maio de 2016

Contrato Nº.: CT0042/2016
Contratante.: FUNDO MUN. DE ASSISTENCIA SOCIAL DE XAXIM
Contratada.: DELESIA TEREZINHA BRUNHEROTTO 93364261920
Valor : 15.200,00 (quinze mil duzentos reais)
Vigência : Início: 30/03/2016 Término: 31/12/2016
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 25/2016
Recursos : Dotação:
Objeto : Contratação de Profissionais para atuarem nos serviços vinculados a Secretaria de Assistencia Social.

Xaxim, 5 de Maio de 2016

Contrato Nº.: CT0043/2016
Contratante.: FUNDO MUN. DE ASSISTENCIA SOCIAL DE XAXIM
Contratada.: MARCIANE CRISTINA LEITE 08612616905
Valor : 16.000,00 (dezesesseis mil reais)
Vigência : Início: 30/03/2016 Término: 31/12/2016
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 25/2016
Recursos : Dotação:
Objeto : Contratação de Profissionais para atuarem nos serviços vinculados a Secretaria de Assistencia Social.

Xaxim, 5 de Maio de 2016

Contrato Nº.: CT0044/2016
 Contratante.: FUNDO MUN. DE ASSISTENCIA SOCIAL DE XAXIM
 Contratada.: MARINA BETANIA VIEIRA 05475825955
 Valor : 8.800,00 (oito mil e oitocentos reais)
 Vigência : Início: 30/03/2016 Término: 31/12/2016
 Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 25/2016
 Recursos : Dotação:
 Objeto : Contratação de Profissionais para atuarem nos serviços vinculados a Secretaria de Assistencia Social.

Xaxim, 5 de Maio de 2016

Contrato Nº.: CT0045/2016
 Contratante.: FUNDO MUN. DE ASSISTENCIA SOCIAL DE XAXIM
 Contratada.: MARLOM SEEMUND 05919547960
 Valor : 15.920,00 (quinze mil novecentos e vinte reais)
 Vigência : Início: 30/03/2016 Término: 31/12/2016
 Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 25/2016
 Recursos : Dotação:
 Objeto : Contratação de Profissionais para atuarem nos serviços vinculados a Secretaria de Assistencia Social.

Xaxim, 5 de Maio de 2016

Contrato Nº.: CT0046/2016
 Contratante.: FUNDO MUN. DE ASSISTENCIA SOCIAL DE XAXIM
 Contratada.: RAFAELA ANTUNES PAZ 04894938901
 Valor : 8.000,00 (oito mil reais)
 Vigência : Início: 30/03/2016 Término: 31/12/2016
 Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 25/2016
 Recursos : Dotação:
 Objeto : Contratação de Profissionais para atuarem nos serviços vinculados a Secretaria de Assistencia Social.

Xaxim, 5 de Maio de 2016

CONTRATOS E ADITIVOS 03/2016 SAÚDE

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE XAXIM

EXTRATO CONTRATUAL

Aditivo Nº : CT0206/15AD01/16 - Contrato Nº: CT0206/2015
 Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE XAXIM
 Contratada.: LUIS FLAVIO RODRIGUES DOS SANTOS - ME
 Valor : 0,00 (zero)
 Vigência : Início: 27/03/2016 Término: 31/08/2016
 Licitação : Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 9/2015
 Recursos : Dotação:
 Objeto : Contratação de empresa para ampliação do posto de saúde do Bairro Santa Terezinha, com área de 63,40m² (sessenta e três vírgula quarenta metros quadrados) - tudo em conformidade com o Memorial Descritivo, Orçamentos, Cronograma Físico Financeiro e Projetos.

Xaxim, 5 de Maio de 2016

Aditivo Nº : CT207/16AD01/16 - Contrato Nº: CT0207/2015
 Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE XAXIM
 Contratada.: SRV PROJETOS E CONSTRUCOES LTDA - ME
 Valor : 0,00 (zero)
 Vigência : Início: 23/03/2016 Término: 30/06/2016
 Licitação : Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 10/2015
 Recursos : Dotação:
 Objeto : Contratação de empresa para ampliação do posto de saúde do Bairro Primavera, com área de 51,40 m² (cinquenta e um, vírgula quarenta metros quadrados) - tudo em conformidade com o Memorial Descritivo, Orçamentos, Cronograma Físico Financeiro e Projetos anexos ao processo.

Xaxim, 5 de Maio de 2016

Aditivo Nº : CT88/15AD02/16 - Contrato Nº: CT0088/2015
Contratante...: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE XAXIM
Contratada....: RAFAEL HENRIQUE DALLA CORT
Valor : 17.654,13 (dezessete mil seiscentos e cinquenta e quatro reais e treze centavos)
Vigência : Início: 31/03/2016 Término: 31/12/2016
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 35/2015
Recursos : Dotação: 2.041.3.3.90.00.00.00.00 (9) Saldo: 1.509.786,73
Objeto: Contratação de profissional especializado para prestação de serviços de montagem e manutenção de computadores, eletrônica básica, cabeamento estruturado, com experiência comprovada na área, para atuar junto às unidades de saúde do município de Xaxim.

Xaxim, 5 de Maio de 2016

Contrato Nº...: RP0013/2016-C
Contratante...: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE XAXIM
Contratada....: DEISE MARGARETH WENZEL LUSSANI 00810376946
Valor : 7.575,00 (sete mil quinhentos e setenta e cinco reais)
Vigência : Início: 22/03/2016 Término: 22/03/2017
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 23/2016
Entid.Gestora: MUNICIPIO DE XAXIM
Recursos : Dotação:
Objeto: Registro de preços para contratação de empresa para prestação de serviços de divulgação e locação de som, em shows, palestras, seminários, reuniões, audiências públicas e eventos ligados a festividades do município, dentre outros eventos.

Xaxim, 5 de Maio de 2016

Decreto 214

DECRETO Nº. 214/2016.

Exonera servidor municipal efetivo a pedido e dá outras providências

O Prefeito Municipal de Xaxim - Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Inciso VI do Artigo 66 da Lei Orgânica Municipal, Lei Nº. 1729, de 26 de dezembro de 1994 e suas alterações e Leis Complementares Nº. 037 e 038, de 01 de junho de 2007 e posteriores alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica exonera, a pedido, a partir de 02 de maio de 2016, a servidora municipal GIANA CRISTINA BELLEI, ocupante do cargo de provimento efetivo de PSICOLOGA, portadora da matrícula 6499, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, na Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação, deste município de Xaxim - SC.

Art. 2º Ficam revogadas disposições em contrário.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 09 de maio de 2016.

Idacir Antonio Orso
Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra

Rodrigo Veriato Morás
Secretário Municipal de Administração

Decreto 217

DECRETO Nº. 217/2016.

Exonera servidor municipal efetivo a pedido e dá outras providências

O Prefeito Municipal de Xaxim - Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Inciso VI do Artigo 66 da Lei Orgânica Municipal, Lei Nº. 1729, de 26 de dezembro de 1994 e suas alterações e Leis Complementares Nº. 037 e 038, de 01 de junho de 2007 e posteriores alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica exonera, a pedido, a partir de 10 de maio de 2016, a servidora municipal CLEUNICE MARINA ANDOL FATTO, ocupante do cargo de provimento efetivo de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, portadora da matrícula 5201, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, na Secretaria Municipal de Saúde, deste município de Xaxim - SC.

Art. 2º Ficam revogadas disposições em contrário.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 10 de maio de 2016.
Idacir Antonio Orso
Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra

Rodrigo Veriato Morás
Secretário Municipal de Administração

Portaria 520

PORTARIA Nº 520/2016.

Instaura Processo Administrativo Disciplinar e dá outras providências

O Prefeito Municipal de Xaxim - Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o inciso VI do artigo 66 de Lei Orgânica Municipal, artigos 177 e seguintes da Lei Municipal nº 1729, de 26 de dezembro de 1994; e,

CONSIDERANDO o Ofício da Secretaria Municipal da Saúde nº 0176/2016 relatando as condutas perpetradas pelo Servidor G. T. Z., no exercício de suas atividades, incompatíveis com a Administração, entre elas: ausência de urbanidade e respeito junto aos colegas e pacientes no ambiente de trabalho; ausência de comparecimento ao trabalho sem justificativa; recusa em alimentar sistema integrado da Saúde; ausência de cumprimento a normas e rotinas estabelecidas pela ora Secretaria.

CONSIDERANDO que os relatos mencionados encontram-se comprovados mediante documentação ofertada, dentre os quais: cartão ponto; declaração de equipe de saúde; depoimento/reclamação de pacientes; Registro de Boletim de Ocorrência.

CONSIDERANDO que é dever da Administração Pública primar pelos princípios da legalidade e da moralidade, ambos previstos no art. 37, caput, da Constituição Federal;

CONSIDERANDO que esses fatos configuram, em tese, infração aos artigos 151, incisos I, III, IV, V, IX, X e XI da Lei 1.729/94, 152, inciso XIII, as quais podem, inclusive, implicar na penalidade de demissão, consoante prescrito no art. 163 c/c art. 168 da mesma lei;

RESOLVE:

Art. 1º. Instaurar processo Administrativo Disciplinar, para apurar

eventual falta funcional praticado pelo Servidor Municipal G. T. Z., matrícula nº 7371, acerca dos fatos acima relatados.

Art. 2º. Para atuar no processo Administrativo Disciplinar fica nomeada a seguinte Comissão Processante, composta por servidores efetivos, sendo presidida pelo primeiro:

I- Fabiane Paula Girotti Rissi;
II- Catiane Curtarelli Soccol;
III- Redro Rui Rodrigues

Art. 3º. Fixa - se o prazo de 60 (sessenta) dias úteis para conclusão do Processo Administrativo Disciplinar, nos termos do Art. 200, caput, do Estatuto dos Servidores Públicos.

Art. 4º. Determina-se à Comissão Processante o estrito cumprimento das disposições contidas na legislação de regência no pertinente à condução do processo administrativo disciplinar, sobretudo no que diz respeito à observância dos princípios constitucionais do contraditório e da ampla defesa.

Comunique-se, publique-se e registre-se.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 09 de março 2016.
IDACIR ANTONIO ORSO
Prefeito Municipal

Rodrigo Veriato Morás
Secretário Municipal de Administração

Portaria 521

PORTARIA Nº 521/2016.

Instaura Processo Administrativo Disciplinar e dá outras providências

O Prefeito Municipal de Xaxim – Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o inciso VI do artigo 66 de Lei Orgânica Municipal, artigos 177 e seguintes da Lei Municipal nº 1729, de 26 de dezembro de 1994; e,

CONSIDERANDO o Ofício da Secretaria Municipal da Saúde nº 006/2016/Leandra relatando as condutas perpetradas pelo Servidor G. T. Z., no exercício de suas atividades, incompatíveis com a Administração, entre elas: ausência de comparecimento em capacitação em Saúde Mental, tampouco tendo comparecido ao trabalho junto a Unidade, sem justificativa.

CONSIDERANDO que os relatos mencionados encontram-se comprovados mediante documentação ofertada.

CONSIDERANDO que é dever da Administração Pública primar pelos princípios da legalidade e da moralidade, ambos previstos no art. 37, caput, da Constituição Federal;

CONSIDERANDO que esses fatos configuram, em tese, infração aos artigos 151, incisos I, III, X da Lei 1.729/94, 152, inciso I, as quais podem, inclusive, implicar na penalidade de demissão, consoante prescrito no art. 163 c/c art. 168 da mesma lei;

RESOLVE:

Art. 1º. Instaurar processo Administrativo Disciplinar, para apurar eventual falta funcional praticado pelo Servidor Municipal G. T. Z., matrícula nº 7371, acerca dos fatos acima relatados.

Parágrafo único: Com base no artigo 3º da Lei 1.729/94 c/c artigo 181, parágrafo único do Estatuto dos Servidores Públicos, afasto o Servidor Processado de suas atribuições, inicialmente pelo prazo de 15 (quinze) dias, sem prejuízo de sua remuneração, para assegurar a lisura do processo administrativo disciplinar, que apurará as supostas faltas

funcionais com vistas a assegurar a regularidade da atividade administrativa, e em vista de que, eventual permanência do Processado no exercício de suas funções, possa implicar multa na averiguação, interferência na instrução processual e a possível interferência na colheita de provas.

Art. 2º. Para atuar no processo Administrativo Disciplinar fica nomeada a seguinte Comissão Processante, composta por servidores efetivos, sendo presidida pelo primeiro:

- I- Fabiane Paula Girotti Rissi;
- II- Catiane Curtarelli Soccol;
- III- Redro Rui Rodrigues

Art. 3º. Fixa-se o prazo de 60 (sessenta) dias úteis para conclusão do Processo Administrativo Disciplinar, nos termos do Art. 200, caput, do Estatuto dos Servidores Públicos.

Art. 4º. Determina-se à Comissão Processante o estrito cumprimento das disposições contidas na legislação de regência no pertinente à condução do processo administrativo disciplinar, sobretudo no que diz respeito à observância dos princípios constitucionais do contraditório e da ampla defesa.

Comunique-se, publique-se e registre-se.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 09 de março 2016.
IDACIR ANTONIO ORSO
Prefeito Municipal

Rodrigo Veriato Morás
Secretário Municipal de Administração

AMMVI

Consórcios

ARIS

ATA REGISTRO DE PREÇO Nº 001/2016

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 01/2016

Processo Licitatório nº 23/2016

Pregão nº 01/2016

Aos vinte e oito dias do mês de abril de 2016, a AGÊNCIA REGULADORA INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO (ARIS), pessoa jurídica de direito público interno, qualificada como associação pública e inscrita no CNPJ sob n. 11.400.360/0001-05, com sede à Rua General Liberato Bittencourt, nº 1885, 12º andar, Bairro Canto, Florianópolis/SC, neste ato representado por seu Diretor Geral, Sr. Adir Faccio, brasileiro, viúvo, inscrito no CPF sob n. 295.153.869-34, resolve Registrar Preços da empresa abaixo nominada, vencedora do Pregão nº 01/2011, sob regime de contratação pelo Sistema de Registro de Preços, nos termos da Lei nº 8.666/93, da Lei nº 10.520/02 e do Edital de Pregão nº 01/2016 e das demais normas aplicáveis.

1. A partir desta data, fica registrado na ARIS, observada a ordem de classificação, o preço da empresa fornecedora registrada a seguir relacionada, objetivando o compromisso de fornecimento de equipamentos de informática, nas condições estabelecidas no ato convocatório e conforme o seguinte quadro:

1.1. Empresa: HARLEY DE AGUIAR JUNIOR EIRELI EPP (CNPJ n. 06.635.187/0001-86), localizada na Rua Dom Pedro II, 440, Campinas, São José/SC.

1.2. Preços registrados:

Item	Produto	Marca e modelo	Quantidade	Preço Unitário (R\$)	Preço Total (R\$)
01	Microcomputador	DELL 3020M	15	4.480,00	67.200,00
02	Notebook	DELL 3450	5	4.650,00	23.250,00
03	Monitor	DELL D2216H	7	885,00	6.195,00
04	Teclado e Mouse	K-MEX	10	99,00	990,00
05	Impressora Laser Mono	HP P1102W	5	1.450,00	7.250,00

2. Os pedidos serão realizados pela ARIS por meio de instrumento de contrato, podendo este ser substituído por Nota de Empenho ou outro documento equivalente, cuja emissão se dará conforme a necessidade da ARIS.

3. A entrega dos itens do pedido será feita na sede da ARIS, no endereço na Rua General Liberato Bittencourt, nº 1885, 12º andar, Bairro Canto, Florianópolis/SC.

4. A existência de preços registrados não obriga a Administração a contratar, sendo facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, assegurado ao detentor do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

5. A Ata tem prazo de vigência de 12 (doze) meses, a contar da data da sua assinatura.

6. Aplica-se subsidiariamente a esta Ata de Registro de Preços as normas fixadas pelo Código de Defesa do Consumidor, Lei n. 8.078/90.

7. As dúvidas decorrentes da presente Ata serão dirimidas no Foro da Comarca da Capital do Estado de Santa Catarina, com renúncia de qualquer outro.

E, por estarem justas e acertadas, firmam as partes o presente instrumento em 3 (três) vias.

Florianópolis, 28 de abril de 2016

Adir Faccio

Diretor Geral da ARIS

Henrique Mattos do Amaral

Harley de Aguiar Júnior Eireli EPP

DELIBERAÇÃO Nº 011/2016 - DISPÕE SOBRE A AUTORIZAÇÃO PARA O REAJUSTE DAS TARIFAS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA, DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO E DOS PREÇOS DOS SERVIÇOS PÚBLICOS COMPLEMENTARES PRESTADOS PELO SAMAE DE SÃO BENTO DO SUL.

DELIBERAÇÃO n. 011/2016

Dispõe sobre a autorização para o reajuste das tarifas de abastecimento de água, de esgotamento sanitário e dos preços dos serviços públicos complementares prestados pelo SAMAE de São Bento do Sul.

O Diretor-geral da Agência Reguladora Intermunicipal de Saneamento (ARIS), no uso das suas atribuições legais previstas no artigo 40, inciso II do Protocolo de Intenções que faz parte integrante do Contrato de Consórcio Público da ARIS, considerando as disposições dos artigos 22, IV, 29, § 1º, 30, 37 e 39 da Lei federal n. 11.445/2007, considerando a documentação do Diretor Presidente do SAMAE de São Bento do Sul, autarquia responsável pela prestação dos serviços de saneamento no município, recebido em 26 de abril de 2016, na qual a autarquia requer a autorização de reajustamento do Plano Tarifário e dos valores de Serviços Públicos Complementares; e considerando o parecer técnico, apresentado em anexo, vem DELIBERAR:

1. Fica autorizada a Autarquia SAMAE de São Bento do Sul, a promover o reajuste de 11,56%, sobre o Plano Tarifário atual, de forma linear em cada

faixa de consumo, tendo como base os índices oficiais de inflação, do período, e a estrutura de custos da autarquia;

2. Fica também autorizado a alteração e reajuste da Tabela de Serviços Complementares;

3. Os novos valores de Tarifas e Serviços Públicos Complementares somente terão eficácia após 30 (trinta) dias contados a partir desta data e da efetiva publicação e divulgação aos usuários pelo SAMAE, em jornal de veiculação no município e no site da Autarquia;

4. Solicita-se que sejam encaminhados a esta agência, num máximo de 30 dias após publicação: cópia do jornal onde foi feita a publicação e cópia da nova tabela tarifária a ser aplicada, além de cópia de uma fatura emitida.

Florianópolis, 02 de maio de 2016.

Adir Faccio

Diretor-geral da ARIS

PORTARIA DIRETOR GERAL Nº 11/2016 - CONCEDER 30 DIAS DE FÉRIAS A SERVIDORA CLARICE TERESINHA LENZ

PORTARIA/Diretor Geral nº 011/2016

Conceder 30 (trinta) dias de Férias a servidora Clarice Teresinha Lenz.

O Diretor Geral da Agência Reguladora Intermunicipal de Saneamento (ARIS), Sr. Adir Faccio, no uso da sua atribuição e na forma do artigo 40, XII do Protocolo de Intenções que faz parte integrante do Contrato de Consórcio Público da ARIS, combinado com o artigo 55 e seguintes do Estatuto dos Servidores Públicos da ARIS.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder 30 (trinta) dias de férias a servidora relacionada abaixo:

Nome	Cargo	Período Aquisitivo	Período de Concessão
Clarice Teresinha Lenz	Coordenadora de Contabilidade	2012 à 2013	02/05/2016 à 31/05/2016

Art. 2º Esta portaria entrará em vigor na data da sua publicação.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se

Florianópolis, 29 de abril de 2016.

ADIR FACCIO

Diretor Geral

CLARICE TERESINHA LENZ

Coordenadora de Contabilidade

PORTARIA DIRETOR GERAL Nº 12/2016 - CONCEDER 30 (TRINTA) DIAS DE FÉRIAS AO SERVIDOR MAGNUS CARAMORI.

PORTARIA/Diretor-geral nº 012/2016

Conceder 30 (trinta) dias de Férias ao servidor Magnus Caramori.

O Diretor Geral da Agência Reguladora Intermunicipal de Saneamento (ARIS), Sr. Adir Faccio, no uso da sua atribuição e na forma do artigo 40, XII do Protocolo de Intenções que faz parte integrante do Contrato de Consórcio Público da ARIS, combinado com o artigo 55 e seguintes do Estatuto dos Servidores Públicos da ARIS.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder 30 (trinta) dias de férias ao servidor relacionado abaixo:

Nome	Cargo	Período Aquisitivo	Período de Concessão
Magnus Caramori	Coordenador de Recursos Humanos	2014 à 2015	10/05/2016 à 08/06/2016

Art. 2º Esta portaria entrará em vigor na data da sua publicação.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se

Florianópolis, 09 de maio de 2016.

ADIR FACCIO

Diretor Geral

CIGA

Extrato de Contrato n. 256 - Câmara Municipal de Sul Brasil

EXTRATO DE CONTRATO Nº 256/2016

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - Câmara Municipal de Sul Brasil

CONTRATANTE: Câmara Municipal de Sul Brasil

CNPJ: 00.456.865/0001-67

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº: 002/2016

CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: prestação de serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação pelo Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal, que disponibiliza:

Programa Gestão das Câmaras de Vereadores: promoção do governo eletrônico no Poder Legislativo Municipal de Santa Catarina; inclusão digital das Câmaras de Vereadores; disponibilização de informações e serviços ao cidadão; acompanhamento online dos projetos de lei e demais atos normativos em tramitação nas Câmaras de Vereadores; divulgação das potencialidades econômicas e culturais dos municípios; promoção da gestão transparente do Poder Legislativo Municipal; economia dos recursos públicos. - ORDEM DE COMPRA:

VALOR: R\$ 2.808,00 (dois mil e oitocentos e oito reais)

VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará até 31 de dezembro de 2016.

Florianópolis, 02 de fevereiro de 2016.

GILSONI LUNARDI ALBINO

Diretor Executivo do CIGA

CIMCATARINA

AVISO DE PREGÃO Nº 0013/2016 - CADEIRAS E LONGARINAS

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO Nº 0013/2016 - PRESENCIAL

REGISTRO DE PREÇOS Nº 0013/2016

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para eventual aquisição em contratações futuras, com pedidos parcelados de Cadeiras e Longarinas, para uso dos Órgãos Participantes do Consórcio Intermunicipal Catarinense - CIMCATARINA: Municípios de Abdon Batista, Brunópolis, Caçador, Curitiba, Fraiburgo, Frei Rogério, Ibiá, Monte Carlo, Pinheiro Preto, Tangará, Videira, Hospital Municipal Frei Rogério de Tangará e o Consórcio Intermunicipal Catarinense - CIMCATARINA, durante o período de 01 de junho de 2016 à 31 de dezembro de 2016. Entrega/Protocolo dos Envelopes e Credenciamento: Até às 09:00 do dia 24/05/2016. Abertura: Às 09:15 horas do mesmo dia. Julgamento: Menor Preço por ITEM. Informações e cópia na íntegra deste Edital: Rua Nereu Ramos, nº 761, 1º Andar, Sala 01. Fone (49) 3246 1206. Site: www.cimcatarina.sc.gov.br.

Fraiburgo (SC), 10 de maio de 2016.

Elói Rönnau

Diretor Executivo do CIMCATARINA

CIMVI

CONTRATO Nº 2016/005 - SEGUNDO TERMO ADITIVO

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ - CIMVI

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

SEGUNDA ALTERAÇÃO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 2016/005

CONTRATANTE: Consórcio Intermunicipal do Médio Vale do Itajaí - CIMVI

CONTRATADO: Ladehoff Comércio e Serviços de Terraplanagem Ltda EPP

OBJETO: Acréscimo do valor contratual em 25% (vinte e cinco por cento).

Íntegra em www.cimvi.sc.gov.br>contratos>prestação de serviços

Timbó, 02 de maio de 2016.

HARTWIG PERSUHN

Presidente

CIS NORDESTE**EXTRATO DO SEXTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 005/2012**

Extrato do Sexto Termo Aditivo ao Contrato nº 005/2012

Data: 18/04/2016

Contratante: CISNORDESTE – Consórcio Intermunicipal do Nordeste de Santa Catarina

Contratada: Clínica Médica Devienner & Werner SS Ltda – CNPJ: 02.678.149/0001-50

Objeto: Reajuste dos exames contratualizados que não foram inclusos no Quinto Termo Aditivo datado de 18/12/2015; aumento do número de cotas dos exames de tratamento de cirurgia de pterígio e inclusão contratual de novos exames/procedimentos em oftalmologia..

Valor Global Estimado/ano: R\$ 820.788,00 (oitocentos e vinte mil, setecentos e oitenta e oito reais)

Base legal: Inexigibilidade de licitação

José Chaves – Presidente do CISNORDESTE/SC

Adhemar Devienne Júnior - Clínica Médica Devienner & Werner SS Ltda

RESOLUÇÃO Nº 08 2016

Resolução nº 08/2016.

Altera o Artigo 1º da Resolução nº 16/2016, a fim de substituir membro da Comissão Permanente de Avaliação Periódica de Desempenho dos empregados do CISNORDESTE/SC.

O Presidente do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Nordeste de Santa Catarina – CISNORDESTE/SC, Sr. José Chaves, Prefeito Municipal de Garuva, no uso de suas atribuições legais, contratuais e estatutárias, em cumprimento as disposições do Contrato de Consórcio Público do CISNORDESTE/SC, considerando as disposições da Lei Federal 11.107/05 e Decreto Federal 6.017/05, RESOLVE:

Art. 1º - Fica autorizada a substituição de Norma Bassols Rodrigues Holz, por Vagner Casagrande, novo Assessor Jurídico em exercício, tendo em vista o desligamento daquela do Cargo de Assessor(a) Jurídico(a).

Art. 2º - Ratifica-se os demais membros da designada Comissão Permanente de Avaliação Periódica de Desempenho.

Marcia Regina Ebert – Coordenadora Administrativa/Financeira

Deisi Ariane Schaefer Hilgenstieler, Gerente Financeira

Art. 3º - Esta Resolução entra em vigor a partir da data de sua assinatura.

Joinville, 20 de abril de 2016.

José Chaves

Prefeito Municipal de Garuva

Presidente do CISNORDESTE/SC

CIS/AMMVI**RESOLUÇÃO Nº 115, DE 02/05/2016.**

RESOLUÇÃO nº 115, de 02/05/2016.

Designa Pregoeiro e compõe Equipe de Apoio para atuar no Pregão Eletrônico nº 002/2016 do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Médio Vale do Itajaí – CISAMVI, e dá outras providências.

Pedro Celso Zuchi, Presidente do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Médio Vale do Itajaí – CISAMVI, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Protocolo de Intenções ratificado pelos Municípios consorciados e pelo Contrato de Consórcio Público, e com base na Lei nº 8.666, de 21/06/1993, na Lei nº 10.520, de 17/07/2002, e na Resolução nº 52, de 09/01/2012;

RESOLVE:

Art. 1º - Designar Ligia Hoepfner, portadora do CPF nº 987.997.629-00 e RG nº 3.413.286, ocupante do cargo efetivo de Farmacêutica na Secretaria de Saúde do Município de Pomerode, para atuar como Pregoeira no Pregão Eletrônico nº 002/2016 no âmbito do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Médio Vale do Itajaí – CISAMVI, desempenhando as competências regulamentares e, em especial, as atividades de que trata o art. 11 da Resolução nº 52, de 09/01/2012.

Parágrafo único - Na ausência e impedimento do Pregoeiro titular, será o mesmo substituído pelo membro da Equipe de Apoio Silvani Maria Sehnem do Amaral, portadora do CPF nº 738.913.399-68 e RG nº 3.321.040-0, ocupante do cargo efetivo de Farmacêutica na Secretaria de Saúde do Município de Indaial, o qual terá as mesmas atribuições e prerrogativas do titular.

Art. 2º - Ficam designados para atuarem como membros da Equipe de Apoio no Pregão Eletrônico nº 002/2016, no âmbito do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Médio Vale do Itajaí – CISAMVI, os servidores:

Nome do(a) servidor(a)	Emprego/Cargo Público
------------------------	-----------------------

Raquel Grippa	Gestora de Serviços do CISAMVI
Silvani Maria Sehnem do Amaral	Farmacêutica da Secretaria de Saúde do Município de Indaial
Marcos da Rocha	Agente Administrativo do CISAMVI

Art. 3º - O Pregoeiro, ou seu substituto, fica autorizado a convocar, além dos membros da Equipe de Apoio, a depender da especificidade técnica do objeto ou da documentação apresentada, outros servidores, técnicos da área, para auxiliar na análise das propostas e documentos.

Art. 4º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Blumenau, SC, em 02 de maio de 2016.

Pedro Celso Zuchi

Presidente do CISAMVI

CPIMMOC

EXTRATO DO EDITAL PROCESSO LICITATÓRIO 002/2016 PREGÃO PRESENCIAL 002/2016 VEÍCULOS

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DO EDITAL

ESTADO SANTA CATARINA

CPIMMOC - CONSÓRCIO PÚBLICO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO MEIO OESTE CONTESTADO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 002/2016

PREGÃO PRESENCIAL Nº 002/2016

OBJETO: Aquisição de VEÍCULOS para estruturação do SUAS nos Municípios integrantes do CPIMMOC, conforme condições, características e quantidades previstas no Edital e seus Anexos.

TIPO: MENOR PREÇO.

CRITÉRIO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO POR ITEM.

ENTREGA DA DOCUMENTAÇÃO - (Envelope nº 01 e Envelope nº 02):

Até o Dia: 30 de maio de 2016.

Horário: até às 09hrs00min (nove horas), horário de Brasília.

DA SESSÃO PÚBLICA: A Sessão Pública de Abertura e Julgamento desta Licitação será realizada no dia e horário abaixo indicados.

Dia: 30 de maio de 2016.

Horário: 09hrs:30min (nove horas e trinta minutos), Horário de Brasília.

ENDEREÇO: CPIMMOC CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO MEIO OESTE CONTESTADO, prédio da AMMOC – Associação dos Municípios do Meio Oeste Catarinense, Rua Roberto Trompowiski, nº 68, 2º andar, Centro – Joaçaba – SC.

DADISPONIBILIZAÇÃO DO EDITAL E INFORMAÇÕES: O Edital de Pregão nº 002/2016 estará disponível a todos os interessados a partir do dia 13 de maio de 2016, nos endereços acima mencionados e no site: www.cpimmoc.sc.gov.br; cpimmoc@cpimmoc.sc.gov.br

Joaçaba, 10 de Maio de 2016.

VITOR JOÃO FACCIN

Presidente do CPIMMOC